



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 164ª SESSÃO À 168ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 50  
6 OUT. A 16 OUT.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti\*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
Defesa da aprovação de um mecanismo estabelecendo um limite para o comprometimento das receitas dos municípios com dívidas do INSS. Senador Antônio Carlos Valadares.....	190	<i>Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.....	102
Defesa da aprovação de um mecanismo estabelecendo um limite para o comprometimento das receitas dos municípios com dívidas do INSS. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Marcelo Crivella.....	192	Registro da matéria intitulada “Lula é corrupto, ataca Heloísa”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.....	104
Crítica ao descaso da Senadora Ideli Salvatti por não pedir ao Executivo Federal que editasse uma medida provisória para prorrogar o prazo para a apresentação e aprovação dos planos diretores pelos municípios. Senador Flexa Ribeiro.....	216	Registro da matéria intitulada “Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 1º de setembro de 2006. Senador Papaléo Paes.....	105
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>			
Denúncia feita por várias entidades de servidores públicos sobre a sistemática de intransigência com a classe, adotada pelo governo Lula. Senador Leonel Pavan.....	133	Registro da matéria intitulada “Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan.....	106
<b>AMAZÔNIA</b>			
Comentários a e-mails recebidos por S.Exa., a declarações do Presidente Lula e a notícias publicadas na imprensa a respeito da internacionalização da Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	193	Registro da matéria intitulada “PF indiciou funcionário da campanha de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.....	107
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Leitura de artigo intitulado “Democracia é maior do que qualquer um de nós”, de autoria do Dr. Renato Janine Ribeiro. Senadora Serys Slhessarenko.....	20	Registro da matéria intitulada “Foi o PT que pegou”, de autoria do jornalista Marcio Aith, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 13 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra.....	109
Registro de matéria intitulada “Pedido de rastreamento levou 6 dias”, publicada no jornal <i>O</i>		Registro do artigo intitulado “Fala sério, presidente”, de autoria do cientista político Sergio Fausto, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia...	111
		Registro da matéria intitulada “Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.....	112
		Registro da matéria intitulada “Para ‘Economist’, Lula perdeu brilho”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.....	113
		Registro do editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição do dia 10 de outubro de 2006, com análise do debate entre Alckmin e Lula. Senador Antero Paes de Barros.....	200

Pág.	Pág.
<p>Registro da matéria intitulada “Governo terá de cortar mais de R\$ 13 bilhões de gastos em 2007”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 15 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes.</p>	<p>Comentários sobre a matéria intitulada “Orçamento 2007 não reduz carga tributária”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 31 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....</p>
<p>Registro de matéria intitulada “Brasil continua devagar, diz FMI”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 14 de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan.....</p>	<p>Registro da matéria intitulada “Justiça pune Lula por inserção estadual”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 2 de setembro de 2006. Senador Papaléo Paes.....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “As milionárias crateras de nossas estradas”, publicada na revista <i>IstoÉ</i>, edição de 16 de agosto de 2006. Senador Marcos Guerra.....</p>	<p>Registro da matéria intitulada “Bolívia confisca bens da Petrobras, assusta Lula e depois congela decisão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 15 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 18 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias. ....</p>	<p>Registro da matéria intitulada “TSE vai investigar se Lula cometeu abuso de poder”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 20 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra. ....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 17 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro.....</p>	<p>Considerações sobre matéria da autoria do escritor e poeta Ferreira Goulart, publicada na <i>Folha de S.Paulo</i>, sobre o constrangimento do discurso do Presidente Lula a respeito da ética. Senador Antonio Carlos Magalhães.....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “Pacote da habitação não sai do papel”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 21 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.....</p>	<p>Comentários sobre a matéria intitulada “Delegado pode pedir prisão de Palocci hoje”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 19 de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan.....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “À PF Lacerda implica campanha de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 30 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.....</p>	<p>Registro da entrevista concedida pelo cantor Caetano Veloso, intitulada “Eu não sou maluco para reeleger Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 7 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra.....</p>
<p>Considerações sobre matéria da autoria de S.Exa, intitulada “A máscara caiu”, sobre as pesquisas eleitorais. Leitura de carta do Sr. José Danon, dirigida ao cantor Chico Buarque. Senador Almeida Lima.....</p>	<p>Registro da matéria intitulada “Preso diz à PF nome de petista que mandou comprar dossiê de Vedoin”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 18 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias.....</p>
<p>Transcrição do editorial publicado pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> sob o título “A Colheita de erros”. Senador Alvaro Dias.....</p>	<p>Comentário sobre a matéria intitulada “Lula: ‘Democracia não é só coisa limpa, não’”, publicada no jornal <i>O Globo</i>, edição de 6 de setembro de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....</p>
<p>Comentários sobre a matéria intitulada “Berzoini mandou comprar o dossiê”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i>. Senador Arthur Virgílio. ....</p>	<p>Comentário sobre a matéria intitulada “Lula afasta Berzoini do comitê de campanha”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 21 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ..</p>
<p>Transcrição nos Anais de artigo da autoria de Ziraldo, intitulado “Vou votar no Lula”, bem como de matéria da <i>Folha de S.Paulo</i>, intitulada “Lula amplia para 11 pontos a vantagem sobre Alckmin”. Senador Tião Viana.....</p>	<p>Registro da matéria intitulada “Mercadante diz que não autorizou negociação”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 29 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.....</p>
<p>Registro da matéria intitulada “Após 14 dias, PF ainda não sabe a origem do dinheiro”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 29 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros.</p>	<p>ATIVIDADE LEGISLATIVA</p>
<p>Comentários sobre a matéria intitulada “PF identifica bancos de onde foi sacado dinheiro apreendido”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 21 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca.....</p>	<p>Crítica ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. Senador Heráclito Fortes. ....</p>

	Pág.		Pág.
Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti no que tange ao repúdio à discriminação às pessoas com deficiências físicas. Senador Papaléo Paes. ....	618	Apoio do PMDB do Acre ao candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin. Necessidade de debate das questões nacionais. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	17
Defesa de seu pronunciamento indignado. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senadora Ideli Salvatti. ....	618	Comentários sobre a divulgação de medidas que supostamente seriam adotadas por Geraldo Alckmin ao assumir a presidência da República. Importância do debate entre Lula e Alckmin. Senador Heráclito Fortes. ....	21
Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que critica a forma pelo qual se tem conduzido o debate eleitoral. Senador João Batista Motta. ....	622	Expectativa de que o Presidente Lula compareça ao debate com o candidato Geraldo Alckmin e preste esclarecimentos a respeito de escândalos e atos do seu Governo. Senador João Batista Motta. ....	25
Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que critica a forma pelo qual se tem conduzido o debate eleitoral. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Mão Santa. ....	622	Registro do debate realizado entre os dois candidatos à Presidência da República, data que significou um grande dia para o aperfeiçoamento da democracia. Senador Mão Santa. ....	54
(CPI)		Considerações sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, que causou vergonha a S. Exa., diante da arrogância do candidato Lula e de sua falta de preparo. Senador Papaléo Paes. ....	58
Manifestação em defesa própria, em razão da denúncia do envolvimento de S. Exa. no caso dos Sanguessugas. Senador Magno Malta. ....	69	Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, quando mais uma vez o PT foi vítima de sua prepotência e arrogância. Senador Heráclito Fortes. ....	60
Manifestação em defesa do Senador Magno Malta. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador João Batista Motta. ....	71	Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Marco Maciel. ....	61
Comentários sobre as informações que o Delegado Diógenes Curado, da Polícia Federal de Cuiabá, passou a integrantes da CPI dos Sanguessugas sobre o dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB. Senador João Batista Motta. ....	85	Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa. ....	62
Desmistifica a declaração atribuída ao delegado da polícia federal que investiga o caso do dossiê, de que provavelmente o dinheiro apreendido tem origem espúria. Senador Roberto Saturnino. .	93	Comentários sobre o debate na Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos à Presidência da República, expressando sua decepção com as atitudes e respostas do presidente Lula e elogiando a postura do candidato Geraldo Alckmin. Senador João Batista Motta. ....	67
DIREITOS HUMANOS		Crítica ao Presidente Lula por declarar que Alckmin se comportou como “delegado de porta de cadeia” no debate promovido pela TV Bandeirantes. Senador Heráclito Fortes. ....	85
Comentário sobre as cenas mostradas nos noticiários de uma babá agredindo uma criança. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	17	Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Senador Antero Paes de Barros. ....	86
EDUCAÇÃO		Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Eduardo Suplicy. ....	89
Destaque para a questão da educação, como o mais eficaz instrumento para a cidadania e o caminho por onde se chega ao conhecimento e à grandeza das pessoas. Senador Marco Maciel. ....	630		
ELEIÇÃO			
Defesa do candidato Geraldo Alckmin. Senador Mão Santa. ....	5		

	Pág.		Pág.
Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Rodolpho Tourinho.....	90	segundo turno à Presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Jorge....	197
Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador João Batista Motta.....	92	Considerações sobre o processo eleitoral e político brasileiro. Senador Marcelo Crivella.....	205
Saúda o debate entre os presidenciais ocorrido na Rede Bandeirantes de Televisão. Senador Eduardo Suplicy.....	97	Exaltação do desempenho político do Senador Marcelo Crivella no Rio de Janeiro, mesmo não tendo vencido. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Roberto Cavalcanti.....	206
Considerações sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, e a questão da política externa, abordada na ocasião. Críticas à postura do candidato Alckmin, que considerou desrespeitosa. Senador Eduardo Suplicy.....	135	Rebate críticas da Oposição, em relação ao debate realizado entre os candidatos Lula e Alckmin. Senadora Ideli Salvatti. ....	214
Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, e a postura de cada um dos participantes. Senador Arthur Virgílio.....	139	Críticas à distribuição de panfleto, pelo PT, atribuindo vitória a Lula no debate da TV Bandeirantes. Senador João Batista Motta.....	217
Manifestação sobre o debate presidencial, uma demonstração inequívoca de que o Presidente da República deverá ser Geraldo Alckmin, que demonstrou superioridade em relação ao candidato Lula. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	143	Comentário sobre os resultados das eleições deste ano, em particular no que se refere ao Estado do Amapá. Senador Geovani Borges. ....	224
Comentários sobre o debate presidencial e os resultados das últimas eleições. Senador César Borges. ....	146	Afirmção de que Geraldo Alckmin é “filho político” de Mário Covas e é o melhor candidato para assumir a Presidência da República. Senador Mão Santa. ....	228
Comentário sobre o desempenho do Presidente Lula no debate dos candidatos à Presidência da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tião Viana. ....	153	Relato de experiências vivenciadas durante a disputa eleitoral pelo Governo do Paraná. Senador Flávio Arns.....	243
Afirmção de qual deverá ser o foco relevante nos debates eleitorais do segundo turno das eleições presidenciais. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Saturnino.....	154	Agradecimentos à confiança dos mais de 85.000 mineiros, depositada em S.Exa., dando-lhe a condição de assumir em 2007 uma cadeira na Câmara dos Deputados. Senador Aelton Freitas...	265
Manifestação sobre o debate realizado pela Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos ao segundo turno à Presidência da República. Senador Almeida Lima.....	154	Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. Senador José Jorge. ....	271
Relato da indesejável escalada de mentiras arquitetadas com o propósito de prejudicar a candidatura tucana à Presidência da República. Senador Arthur Virgílio.....	159	Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Alvaro Dias. ....	272
Críticas ao tratamento pejorativo dado pelo Presidente Lula no debate da Rede Bandeirantes, aos advogados e delegados. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes. ....	194	Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Mão Santa. ....	273
Manifestação sobre o debate realizado pela Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos ao		Transcrição do inteiro teor da carta do Sr. José Danon, citada anteriormente em seu pronunciamento. Senador Almeida Lima. ....	275
		Comentários sobre uma pesquisa tendenciosa liberada antes do prazo permitido. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Heráclito Fortes.....	294
		Reafirma confiança no Instituto de Pesquisa Datafolha. Denúncia terrorismo político de Lula, que vem arquitetando mentiras com propósito de prejudicar a candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência. Senador Arthur Virgílio.....	304
		Denúncia sobre o terrorismo político de Lula, que vem arquitetando mentiras com propósito de prejudicar a candidatura de Geraldo Alckmin à Pre-	

	Pág.	V	Pág.
sidência. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Jorge.....	306		
Considerações sobre temas trazidos para o debate no segundo turno da eleição presidencial. Senadora Ideli Salvatti.....	542	Agradecimento ao povo de Roraima pela votação recebida como candidato ao governo daquele Estado. Transcurso do dia de criação do Estado de Roraima e do dia da microempresa. Senador Romero Jucá.....	29
Lamentos sobre a forma pela qual se tem conduzido o debate eleitoral e, em especial, pela afronta à instituição Presidência da República e ao incentivo ao preconceito e à discriminação. Senadora Ideli Salvatti.....	615	Cumprimentos ao ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps. Senador Eduardo Suplicy.....	97
Leitura de Nota da Polícia Federal, buscando o esclarecimento sobre dura matéria publicada pela revista <i>Vêja</i> , intitulada “Um enigma chamado Freud”. Senador Tião Viana.....	632	Registro de homenagem prestada na Câmara dos Deputados, pelos 30 anos da TV Gazeta, do Espírito Santo. Senador Magno Malta.....	149
Contestação sobre matérias divulgadas pelo PT a respeito da suposta postura privatista do candidato Geraldo Alckmin e da extinção de programas sociais, em uma eventual gestão na Presidência da República. Senador Efraim Morais.....	634	Congratulações aos 41 anos de atuação do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Senador Romero Jucá.....	240
(FGTS)		Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Mão Santa... ..	267
Apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, sobre a gestão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Senador Roberto Cavalcanti.....	223	Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Marcos Guerra.....	267
GOVERNO FEDERAL		Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Cristovam Buarque.....	267
Registro de comparecimento ao ato de apoio mútuo entre a campanha do Presidente Lula e do Senador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, ocasião em que S.Exa. ouviu discurso contundente do Professor Cândido Mendes a respeito da redução da injustiça social no País no período do governo Lula. Senadora Ideli Salvatti.....	152	Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Heráclito Fortes.....	267
Críticas aos gastos do governo federal com cartões corporativos. Senador José Agripino.....	219	Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. Senador Heráclito Fortes.....	267
Comentário sobre crescimento acanhado do Brasil, conforme dados do IBGE. Críticas aos gastos do governo federal na compra do luxuoso avião presidencial, o Aerolula. Senador Heráclito Fortes.....	225	Encaminhamento dos Requerimentos nºs 1.041 e 1.042, ambos de 2006, que solicitam que seja prestada homenagens à Real Academia Sueca e ao economista bengalês Muahammad Yunus. Senador Ramez Tebet.....	608
Críticas ao governo do PT. Senador Mão Santa.....	228	Voto de louvor a Muhammad Yunus que recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela defesa do microcrédito e fundação do Banco Grameen. Senador Mão Santa.....	611
A questão dos cartões de crédito corporativos. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	627	Homenagem ao Dia do Professor, transcorrido no dia 15 de outubro, e à passagem, no dia 18 do de outubro, do Dia do Médico. Senador Papaléo Paes.....	618
HOMENAGEM		Homenagem, no dia 18 de outubro, do Dia do Médico. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.....	620
Transcurso, no dia 27 de setembro, do Dia Nacional do Idoso e, no dia primeiro de outubro, do Dia Internacional do Idoso. Senador Paulo Paim...	10	Homenagem ao Dia do Professor. Senador Romero Jucá.....	621
		Louvor à iniciativa do Senador Ramez Tebet de reconhecer o que há de extraordinário na atitude do Banco Grameen. Senador Roberto Saturnino..	625



	Pág.		Pág.
Homenagem aos mestres de todo o país pela celebração, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor. Senador Papaléo Paes.....	643	Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	316
<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>		Críticas à postura do PT em ingressar na justiça para agredir a liberdade de imprensa e de pensamento do jornalista e escritor Arnaldo Jabor. Relato do telefonema recebido pela revista <i>Veja</i> da direção da Petrobras comunicando o cancelamento de publicidade da instituição na referida revista, visto os ataques ao Governo. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	627
Solidariedade aos familiares das vítimas do acidente aéreo ocorrido com o avião da Gol. Senadora Serys Slhessarenko.....	1	<b>MALHA RODOVIÁRIA</b>	
Homenagem a Ulysses Guimarães, que completaria 90 anos. Senador Mão Santa. ....	5	Considerações a respeito da situação deplorável em que se encontram as rodovias em Santa Catarina e a falta de atenção do governo federal para sanar o problema. Senador Leonel Pavan.....	145
Homenagem à memória de Ulysses Guimarães. Senador Paulo Paim. ....	10	<b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>	
Lamento pela tragédia aérea que ceifou a vida de 154 brasileiros, entre os quais 14 capixabas, e solidariedade às famílias enlutadas. Senador Magno Malta.....	69	Medida Provisória nº 298, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.....	176
Lamento pela tragédia aérea que ceifou a vida de 154 brasileiros, entre os quais 14 capixabas, e solidariedade às famílias enlutadas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Eduardo Suplicy.....	72	<b>MENSAGEM</b>	
Encaminhamento de votação da Carta Maior, que presta homenagem póstuma a Fernando Gasparian, que foi um grande líder político, industrial, um grande empresário e editor do jornal <i>Opinião</i> . Senador Roberto Saturnino.....	75	Mensagem nº 228, de 2006 (nº 855/2006, na origem), que encaminha aos Senhores Membros do Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.....	36
Solidariedade às famílias e amigos dos tripulantes e passageiros do voo 1907 da GOL. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	190	Mensagem nº 229, de 2006 (nº 866, de 2006, na origem), que submete aos senhores Membros do Senado Federal, a escolha do Senhor Regis Percy Arslanian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.....	538
Homenagem à memória do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, que fundou a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma...	241	<b>MICROEMPRESA</b>	
<b>IGREJA CATÓLICA</b>		Defesa da votação, ainda neste ano, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Senador Romero Jucá. ....	29
Congratulações à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pela temática eleita para a Campanha da Fraternidade de 2007, sob o título “Fraternidade e a Amazônia”. Senador Papaléo Paes.	231	<b>MOVIMENTO TRABALHISTA</b>	
<b>IMPrensa</b>		Preocupação com a greve dos bancários. Senador Paulo Paim.....	10
Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Senador Arthur Virgílio.....	307		
Apoio à manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Senador José Jorge.....	308		
Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa. ....	309		
Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. Senador João Batista Motta.....	313		

	Pág.		Pág.
Defesa de um aumento salarial digno aos bancários. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Paulo Paim.....	19	dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	438
(ONG)		Parecer nº 1.113, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006 (nº 2.210, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	442
Esclarecimentos ao Senador Heráclito Fortes sobre a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ONG Amigos de Plutão. Senadora Ideli Salvatti.....	215	Parecer nº 1.114, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Senador César Borges.....	446
ORÇAMENTO		Parecer nº 1.115, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.....	449
Críticas aos gastos do Governo Federal com cartões corporativos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes.....	220	Parecer nº 1.116, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.215, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AS-COM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia. Senador César Borges...	453
Respostas às denúncias do Senador José Jorge sobre o uso irregular do cartão corporativo pelo Palácio do Planalto. Senador Tião Viana.....	293	Parecer nº 1.117, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006 (nº 2.158, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso. Senador Jonas Pinheiro.....	457
PARECER		Parecer nº 1.118, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006 (nº 2.159, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	460
Parecer nº 1.107, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/2005, na casa de origem), que denomina 'Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes' o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. Senador Roberto Saturnino.....	118	Parecer nº 1.119, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006 (nº 2.152, de 2006, na Câmara	
Parecer nº 1.108, de 2006, da Comissão Diretora, que dá Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem.) Senador Tião Viana.....	167		
Parecer nº 1.110, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995 (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.....	432		
Parecer nº 1.111, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006 (nº 2.160, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	435		

	Pág.		Pág.
nº 378, de 2006 (nº 2.161, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte. Senador Fernando Bezerra.....	464	cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão. Senador Edison Lobão.....	488
Parecer nº 1.120, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006 (nº 2.166, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	468	Parecer nº 1.126, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	492
Parecer nº 1.121, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006 (nº 2.172, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia. Senador César Borges.....	472	Parecer nº 1.127, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	496
Parecer nº 1.122, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006 (nº 2.180, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	476	Parecer nº 1.128, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.....	500
Parecer nº 1.123, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão. Senador Edison Lobão.....	480	Parecer nº 1.129, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006 (nº 2.236, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	504
Parecer nº 1.124, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiiranga, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim.....	484	Parecer nº 1.130, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006 (nº 2.174, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	508
Parecer nº 1.125, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.206, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fm do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na		Parecer nº 1.131, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006 (nº 1.961, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	512
		Parecer nº 1.132, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006 (nº 2.022, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza	



Pág.	Pág.	
a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Edu- cacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoreta- ma, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	516	
Parecer nº 1.133, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006 (nº 2.153, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	520	
Parecer nº 1.134, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a conces- são da Rádio Educadora de Ipiáú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiáú, Estado da Bahia. Senador César Borges. ....	524	
Parecer nº 1.135, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Le- gislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Sa- boya Gomes.....	528	
Parecer nº 1.136, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a conces- são da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Jacobina, Estado da Bahia. Senador César Borges. ....	531	
Parecer nº 1.137, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permis- são à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará. Sena- dora Patrícia Saboya Gomes.....	534	
<b>PESCA</b>		
Registro do anúncio da instalação de fábrica de gelo e entreposto de pesca em Caracará, Rorai- ma, uma iniciativa do Ministério da Pesca. Senador Romero Jucá. ....	621	
	<b>PODER LEGISLATIVO</b>	
	Necessidade de advertência ao deputado federal eleito Clodovil sobre a declaração onde considera a hipótese de apoiar projetos em troca de pagamento. Senador Eduardo Suplicy.....	102
	<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	
	A estagnação do Brasil. Senador João Batista Motta.....	313
	<b>POLÍTICA AMBIENTAL</b>	
	Considerações sobre o acidente ambiental ocorrido no Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. ....	423
	<b>POLÍTICA CULTURAL</b>	
	Elogio ao governador de São Paulo pela de- cisão de restaurar a Igreja do Largo de São Fran- cisco. Senador Romeu Tuma. ....	241
	<b>POLÍTICA DE TRANSPORTES</b>	
	Questionamentos sobre a segurança do transporte aéreo regular no Brasil. Senador Ro- meu Tuma. ....	188
	Questionamentos sobre a segurança do trans- porte aéreo regular no Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Magno Malta. ....	190
	Pedido de explicações à ANAC sobre a de- mora da liberação do certificado de homologação da VARIG. Senador Arthur Virgílio. ....	309
	<b>POLÍTICA ECONÔMICA</b>	
	Preocupação com o inexpressivo crescimen- to do Brasil nos últimos tempos, com perspectivas nada alvissareiras para o ano de 2007. Senador Marco Maciel. ....	64
	Preocupação com o cenário econômico mun- dial. Senador Valdir Raupp .....	100
	<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>	
	Potencial de Mato Grosso para a produção do biodiesel. Senadora Serys Slhessarenko. ....	1
	Preocupação com a falta de investimento no setor energético brasileiro pelo governo Lula. Se- nador Rodolpho Tourinho.....	94

	Pág.		Pág.
Crítica ao fato da Região Nordeste pagar mais pela energia que consome. Aparte ao Senador Roldolpho Tourinho. Senador Ney Suassuna.....	95	Apelo às autoridades da cidade de Manaus, no sentido de que ajudem a Sociedade Pestalozzi, instituição que tem prestado relevantes serviços às pessoas portadoras de deficiência, e que está fechada por falta de recursos. Senador Arthur Virgílio. ....	280
Necessidade do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Madeira. Apelo para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. Senador Valdir Raupp. ....	100	Apelo às autoridades da cidade de Manaus, no sentido de que ajudem a Sociedade Pestalozzi, instituição que tem prestado relevantes serviços às pessoas portadoras de deficiência, e que está fechada por falta de recursos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tião Viana. ....	284
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>		<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
Importância do MERCOSUL. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	316	Críticas ao Presidente da República por ser conivente com os escândalos que estão ocorrendo no Brasil. Aparte à Senadora Serys Silhessarenko. Senador Heráclito Fortes. ....	21
<b>POLÍTICA FISCAL</b>		Alerta ao Presidente Lula de que seu partido irá continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo para compra de dossiê. Acusação de que Lula revelou veia autoritária nas entrevistas, após debate com Alckmin na TV Bandeirantes. Senador Antero Paes de Barros. ....	200
Manifestação contra a carga tributária excessiva imposta aos cidadãos brasileiros, suas conseqüências e as medidas para sanar o problema. Senador Papaléo Paes. ....	58	Críticas às atitudes autoritárias demonstradas pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador José Jorge. ....	201
<b>POLÍTICA INTERNACIONAL</b>		Alerta ao Presidente Lula de que seu partido irá continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo para compra de dossiê. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Arthur Virgílio. ....	203
Registro da realização do teste de arma nuclear feito pela Coréia do Norte, acontecimento profundamente lamentável, na medida em que assinala o crescimento do grupo de países que detêm esta arma que ameaça a humanidade. Senador Roberto Saturnino. ....	132	Observações sobre o avião presidencial, o "Aerolula". Senador Arthur Virgílio. ....	280
<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>		Críticas ao Presidente Lula. Senador Mão Santa. ....	309
O envolvimento do PT com dossiês. Senador Heráclito Fortes. ....	21	<b>PRIVATIZAÇÃO</b>	
Afirmativa que o PT não pode exacerbar suas funções no combate à corrupção. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Roberto Saturnino. ....	87	Indagação sobre o futuro das PPPs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Ramez Tebet...	545
Afirmção de que líderes do governo do PT estão em situação de desespero. Senador João Batista Motta.....	217	<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b>	
Análise sobre o envolvimento do Presidente do PT, Ricardo Berzoini, na compra de dossiês. Senador Heráclito Fortes.....	301	Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2006, que estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.....	405
Exaltação pela reunião dos principais aliados da oposição ao PT no Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.....	303		
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>			
Afirmção de que o Programa Bolsa Família foi aprovado em conjunto, e não por apenas um partido. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Heráclito Fortes. ....	98		

	Pág.	XI	Pág.
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, que dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações. Senador Valdir Raupp.....	130		
Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006, que inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio. Senador Marcos Guerra.....	255		
Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro. Senador Efraim Morais.....	318		
Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2006, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar. Senador Efraim Morais.....	341		
Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória. Senador Efraim Morais.....	357		
Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2006, que altera os dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais. Senador Efraim Morais.....	374		
Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que autoriza aos Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias. Senador Efraim Morais.....	391		
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO			
Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2006, que altera os arts. 52 e 159 e introduz o art. 160-A na Constituição Federal, visando incorporar aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios valores atualmente distribuídos pela União a título de transferências voluntárias e, ao mesmo tempo, vedar a realiza-			
		ção desse tipo de transferências. Senador Almeida Lima.....	258
		REFORMA POLÍTICA	
		Registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Época</i> , edição de 7 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes.....	643
		REQUERIMENTO	
		Requerimento nº 1.027, de 2006, que requer inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família do ex-Deputado Fernando Gasparian, falecido em São Paulo no dia 7 de outubro de 2006. Senador Roberto Saturnino..	73
		Requerimento nº 1.028, de 2006, que requer inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo, do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian. Senador Marco Maciel.....	73
		Requerimento nº 1.029, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro de 2006, do Deputado Constituinte e proprietário da Editora Paz e Terra, Fernando Gasparian, aos 76 anos, vítima de infecção generaliza; bem como apresentação de condolências à sua esposa Dalva e aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus. Senador Eduardo Suplicy.....	73
		Requerimento nº 1.030, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre acordos extrajudiciais feitos entre Banco do Brasil S.A. e seus devedores. Senador Demóstenes Torres.....	121
		Requerimento nº 1.031, de 2006, que solicita informações ao Sr. Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União sobre o uso indevido do carro oficial. Senador Arthur Virgílio.....	123
		Requerimento nº 1.032, de 2006, que requer Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, diante do sentimento de desconforto causado à população brasileira pelo tom insólito e descortês com que se referiu, no dia seguinte ao debate na televisão, ao candidato que, com ele, concorre à Presidência da República. Senador Arthur Virgílio.....	123
		Requerimento nº 1.033, de 2006, que requer voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio, para cirurgia ortopédica. Senador Arthur Virgílio.....	124

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.034, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor. Senador Arthur Virgílio.....	124	tigação junto ao sistema financeiro nacional contra os senhores Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil, e Adézio de Almeida Lima, atual vice-presidente de crédito e risco do Banco do Brasil. Senador Arthur Virgílio..	245
Requerimento nº 1.035, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Caixa Econômica Federal. Senador Roberto Cavalcanti.....	124	Requerimento nº 1.041, de 2006, que requer que seja manifestado voto de louvor à Real Academia Sueca por ter agraciado o economista bengalês Muhammad Yunus, criador do banco Grameen, com o Prêmio Nobel da Paz neste ano de 2006. Senador Ramez Tebet.....	608
Requerimento nº 1.036, de 2006, que requer autorização para participar da “Reunión de Mesa Ejecutiva de la CPC” e do Seminário “El Parlamento del Mercosur como caja de resonancia de la integración”, a realizar-se entre os dias 10 e 11 de outubro de 2006, na Cidade Montevideo, Uruguay. Informa ainda que estará ausente do País no período de 8 a 11 de outubro de 2006, para participar do referido evento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	125	Requerimento nº 1.042, de 2006, que requer que seja manifestado voto de louvor à Real Academia Sueca que concedeu o Prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen e um dos grandes mentores do microcrédito, mecanismo financeiro reconhecido no mundo inteiro como “um fato extraordinário e uma poderosa arma para ajudar as pessoas a melhorar de vida, sobretudo as que mais precisam”. Senador Ramez Tebet.....	608
Requerimento nº 1.037, de 2006, que, tendo o autor sido designado para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, solicita que seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 16 a 26 de outubro de 2006. Senador Demóstenes Torres.....	127	Requerimento nº 1.043, de 2006, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado de nº 209, de 2003 e de nº 48, de 2005, que já tramitam em conjunto. Senador Pedro Simon.....	610
Requerimento nº 1.038, de 2006, que, tendo o autor sido indicado para participar do XXII Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 18 a 21 de outubro de 2006, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina, solicita que seja concedida licença para desempenhar a referida missão. Senador Marcos Guerra.....	127	Requerimento nº 1.044, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian. Senador Pedro Simon.....	637
Requerimento nº 1.039, de 2006, que, tendo o autor sido designado para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requer que seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 14 a 27 de novembro de 2006. Senador Romeu Tuma.....	245		
Requerimento nº 1.040, de 2006, que solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre a existência de procedimento de inves-		SAÚDE	
		Registro de ofício recebido do Hospital Santa Rita, instituição oncológica do Espírito Santo, agradecendo emenda com que foi contemplado. Senador Magno Malta.....	149
		Registro de artigo tratando de “planejamento familiar, de autoria do Dr. Dráuzio Varella. Senador Marcelo Crivella.....	205
		TURISMO	
		Registro de trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Turismo intitulado Documento Referencial Turismo no Brasil 2007-2010. Senador Romero Jucá.....	29

# Ata da 164ª Sessão Não Deliberativa, em 6 de Outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, da Sra. Heloísa Helena e dos Srs. Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, João Batista Motta, Heráclito Fortes e Romero Jucá*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição de recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006-Complementar**, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 324, de 2006**, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, da Justiça, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, dos Transportes, da Defesa, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Cidades, no valor global de R\$ 1.504.324.574,00, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

## MPV 324

Publicação no DO	5-10-2006
Emendas	até 11-10-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	5-10-2006 a 18-10-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	18-10-2006
Prazo na CD	de 19-10-2006 a 1º-11-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	1º-11-2006
Prazo no SF	2-11-2006 a 15-11-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	15-11-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	16-11-2006 a 18-11-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	19-11-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	3-12-2006 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

S. Exª dispõe da palavra por 20 minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, utilizo hoje esta tribuna para levar nossa solidariedade às famílias deste terrível acidente ocorrido na última sexta-feira, uma semana atrás, com o avião da Gol. Não consigo nem imaginar a dor desses familiares que não tiveram ainda a oportunidade de sequer prestar as suas últimas homenagens.



Quantas vidas, quantas histórias foram bruscamente interrompidas naquela tarde de sexta-feira. Mas acredito que a última coisa que essas pessoas gostariam é que ficássemos apenas lamentando, como uma exaltação à tristeza. Por isso, quero aqui fazer uma homenagem a um passageiro, de cuja história conheço um pouco, como forma de homenagear a cada uma daquelas pessoas e suas famílias.

Em nome de Ricardo Tarifa que homenageio a todos os que estavam naquele avião e a todas as suas famílias.

Ricardo Tarifa era especialista – por algo do destino – em floresta; Engenheiro Agrônomo e Mestre em Floresta e Meio Ambiente pela Universidade de Yale nos Estados Unidos. Trabalhou cinco anos no Instituto do Homem e Meio Ambiente – Imazon, onde desenvolveu inúmeros projetos e pesquisas, principalmente na área da exploração da madeira e no desmatamento.

Desenvolveu importantíssimos estudos sobre o desenvolvimento sustentável, a exploração racional dos recursos naturais da Amazônia. Seu compromisso com as questões ambientais era tão grande que mesmo em férias foi para Manaus acompanhar a implementação dos projetos do Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais no Brasil – PPG7 que está sendo desenvolvido naquela capital, e por isso estava a bordo do avião.

Creio que a Amazônia perdeu um importante aliado, um grande defensor, que sonhava em um dia frear o desmatamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável em toda região amazônica.

Tarifa trabalhou pela revitalização do Complexo Centro Tecnológico Madeireiro de Santarém, que hoje se chama Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, com o objetivo de tornar o Núcleo em centro de referência e incentivo à pesquisa, capacitação de recursos humanos, treinamento de secagem e preservação de madeira, fabrico de casas populares, aproveitamento econômico de resíduos de madeira para confecção de móveis e para fins energéticos.

Dentro do PPG7, Tarifa trabalhou nos programas: ProVárzea, ProManejo e Proteger. O ProVárzea era considerado pelo próprio Ricardo Tarifa como o de maior sucesso entre os projetos do PPG7, que tem como objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas sintonizadas com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Outro projeto de grande importância e excelentes resultados é o ProManejo (Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia), que tem contribuído para a obtenção de resultados positivos em várias áreas, desde políticas públicas até a capacitação em manejo florestal. No primeiro semestre de 2005, o

ProManejo aprovou o apoio a 48 novas propostas de manejo na Amazônia e gerou lições sobre modelos e processos, ajudou na divulgação do manejo florestal e apoiou o treinamento de mais de 4 mil especialistas.

Entre outras atividades, o ProManejo ajudou na consolidação do Programa Nacional de Florestas (PNF), na elaboração do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas, na criação do Centro Nacional de Treinamento e Capacitação Florestal (Cenaflor) e na gestão participativa da Floresta Nacional do Tapajós, no Pará.

E, por último, o Proteger (Projeto de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia), que busca prevenir a degradação ambiental da floresta amazônica a partir do manejo inadequado de suas riquezas naturais, mobilizando e capacitando as populações residentes em áreas de florestas, assim como indígenas, criando na própria comunidade a idéia da preservação.

Esses são apenas três exemplos do trabalho que este extraordinário ser humano desenvolvia em nosso País. Espero que sua luta e trabalho pela proteção de nosso meio ambiente e de nossas florestas continuem com o mesmo vigor de antes, agora com a dupla responsabilidade: a do compromisso de manutenção do trabalho e a de empenho da mesma forma como ele se empenhava.

Tarifa não lutava só pela preservação da floresta, mas também pela preservação da vida e da cultura dos trabalhadores que historicamente estão ligados ao extrativismo, que precisam da floresta para sobreviver e retirar seu sustento. Com seu valoroso trabalho, Tarifa contribuiu para melhorar a vida desses brasileiros, recuperando suas raízes e garantindo a sua sobrevivência, assim como a das florestas.

Com essa singela homenagem que presto a esse extraordinário homem espero estar homenageando também todas as outras vidas ceifadas pelo destino e que de uma forma ou de outra também contribuíram para melhorar este nosso País.

Meu abraço carinhoso a cada um dos familiares que estão passando por este momento tão sofrido e força para superar a tristeza, e que voltem a sorrir em homenagem a seus entes tão queridos.

Realmente, Ricardo Tarifa, que sempre buscou cuidar do meio ambiente, especialmente da Amazônia e das vidas das pessoas que vivem na Amazônia, ele, que tanto protegeu a Amazônia, ficou cuidando da Amazônia para sempre, eternamente, ao perder sua vida nas matas da nossa Amazônia. Esse avião caiu na porção do território mato-grossense que faz parte também da Amazônia Legal.

Todas as nossas homenagens e nossa solidariedade aos familiares dessas vítimas.

Eu queria agora, Sr<sup>a</sup> Senadora Presidenta, ainda aproveitando uma parte do meu tempo, falar um pouco sobre a produção no meu Estado de Mato Grosso. Nosso Mato Grosso que, como todos sabemos, produz eminentemente matéria-prima para exportação, como o algodão, a soja e a carne.

Hoje vislumbramos nitidamente o gigantesco potencial que Mato Grosso representa para a produção de *biodiesel*. Tenho total clareza de que não podemos continuar, Sr. Senador Mão Santa, produzindo apenas matéria-prima para exportação. É importante? É. Precisamos de divisas? Precisamos, mas precisamos agregar valor à nossa produção de Mato Grosso, porque a matéria-prima produzida exclusivamente para exportação exporta tudo, inclusive os impostos. E como fazer políticas públicas de qualidade exportando impostos? Todo produto exportado **in natura** não deixa um real de imposto, e Mato Grosso produz principalmente matéria-prima para exportação.

Para superar esse problema, entendemos ser necessário agregar valor à parte dessa produção. Quanto mais andamos por Mato Grosso, mais nos convencemos de que há muitas terras, inclusive já desmatadas. Não há necessidade de novos desmatamentos, há terra desmatada em quantidade suficiente, exceção feita aos pequenos, à agricultura familiar, principalmente a assentamentos novos, que ainda têm a sua cota de possibilidade de desmatamento; a grande maioria já desmatou tudo o que tinha direito e, talvez, até mais.

Precisamos agregar valor a essa produção, à parte dessa produção, que hoje é praticamente toda exportada sob a forma de matéria-prima, obviamente com respaldo na Lei Kandir e, portanto, sem deixar nenhum tostão de imposto em nosso Estado. Precisamos agregar valor à parte dessa grande produção que é destinada à exportação. Que vá um tanto para a exportação, mas que se agregue valor a uma parcela significativa dessa produção.

Quanto mais andamos por Mato Grosso, mais evidentemente percebemos seu potencial, como, por exemplo, no que diz respeito à produção de *biodiesel*. Recentemente conhecemos e temos acompanhado um projeto experimental no assentamento de Guariba, no Município de Colniza, em Mato Grosso, um local de difícil acesso, distante da capital, mas rico, de um povo trabalhador e de terras excelentes.

Guariba abriga o primeiro projeto experimental de produção de *biodiesel* por intermédio dos pequenos produtores. É a cargo dos pequenos, de ponta a ponta, Sr<sup>a</sup> Presidente e Srs. Senadores, que precisa

ficar a cadeia produtiva do *biodiesel*. Chega de os pequenos produtores rurais serem apenas os produtores da matéria-prima original, de entregá-la para dois ou três industrializarem e, depois, para um ou dois dos maiores exportadores mundiais de *biodiesel* comercializarem a riqueza do nosso Estado de Mato Grosso.

Queremos, precisamos que a cadeia produtiva do *biodiesel* fique a cargo da agricultura familiar, que se deve organizar por meio do sistema de cooperativismo ou de alguma outra forma de organização para assumir a cadeia produtiva do *biodiesel* de ponta a ponta. Devem plantar e colher a matéria prima, industrializá-la de forma organizada para comercializá-la tanto no mercado interno quanto – daqui a uns tempos, com certeza – no mercado externo.

O *biodiesel* é o futuro. É o grande salto no desenvolvimento econômico sustentável do meu Estado de Mato Grosso.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Serys, hoje o **Jornal do Senado** trouxe uma manchete: “Defesa de Serys convence relator”. Estive combatendo o bom combate pela democracia, como a Senadora Heloísa Helena, que aí está mostrando toda a garra da mulher. Em razão de meu currículo, estudei muito a Psicologia. Vejo a reprodução dessas duas mulheres que, quis Deus, estão aqui: uma presidindo o nosso Senado neste glorioso 6 de outubro, aniversário de 90 anos de Ulysses Guimarães, e Serys na tribuna. A grandeza da mulher, na história, é sintetizada pelo drama da humanidade na crucificação de Cristo: todos os homens falharam – Anãs, Caifás, Pilatos, Pedro, que era forte, os apóstolos, aqueles a quem ele deu pães, peixes, os aleijados, os leprosos, todos os homens falharam –, mas as mulheres não – cito a mulher de Pilatos, Verônica e as três Marias. E as mulheres aqui do Senado repetem essa grandeza histórica. V. Ex<sup>a</sup> tem um título muito mais importante do que o de Senadora, do que o de política: primeiro, o de mãe, imagem de Nossa Senhora e, segundo, o de professora. Nunca vi chamarem um Senador – a não ser o professor Cristovam Buarque –, um banqueiro, um Presidente da República, um empresário ou um fazendeiro de mestre. Só as professoras são chamadas de mestre, igual a Cristo. Eu acho que isso foi apenas isto: muitos querem aparecer e não sabem separar o joio do trigo. V. Ex<sup>a</sup> é o trigo bom da política do Brasil.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Gostaria ainda de falar um pouco sobre a importância de um salto de desenvolvimento sustentável em nosso

Estado de Mato Grosso. A saída é, sob o meu ponto de vista, o *biodiesel*, ainda que, é óbvio, reconheça a importância de produzirmos alimentos e outros produtos.

Para trazer o foco da riqueza para o Mato Grosso, precisamos nos concentrar na questão do *biodiesel*, e eu vou estar batalhando, de forma determinada, para fazer com que realmente se consiga estabelecer essa marca do *biodiesel* em Mato Grosso.

A nossa Universidade Federal de Mato Grosso, com seu atual reitor, professor Paulo Speller, vem dando um grande salto de qualidade. Temos também a Unemat, nossa universidade estadual da maior grandeza, investindo na formação de seus quadros, buscando sua expansão, universidade que é importantíssima em nosso Estado de Mato Grosso, inclusive para preparação dos trabalhadores da educação, para a formação de nossos professores, a formação continuada, a formação permanente, tanto a federal quanto a estadual. Investe-se em pesquisa, trabalha-se junto com as comunidades e com a sociedade de forma integrada.

A Universidade Federal, por exemplo, participa desse convênio com a Eletronorte, desse experimento no Município de Colniza, no assentamento de pequenos produtores rurais chamado Guariba.

Eu queria dizer aqui que vou falar, a cada dia, um pouquinho sobre os nossos municípios.

Senador Mão Santa, já que V. Ex<sup>a</sup> falou nas mulheres hoje, gostaria de ter o nome de todas as companheiras mulheres que lideram movimentos nos Municípios do meu Estado e na capital. Para lembrar alguns que me ocorrem agora, cito, por exemplo, a nossa companheira Neiva, da nossa distante Tapurah, tão rica em potencial, mas com muitas dificuldades, especialmente na área da saúde; a Neiva está buscando, está batalhando, está lutando, ela e tantas outras companheiras.

Em Ipiranga do Norte, por exemplo, um Município grandioso e extremamente distante, temos grandes e médios produtores rurais. Hoje, essa cidade inclusive tem dificuldades para se manter como Município por conta de uma legislação em relação à qual se precisa acertar alguns pontos; e a nossa Ipiranga do Norte tem que se manter forte e altaneira, com aqueles que para lá foram, com aqueles que lá nasceram, que lá vivem e que lá lutam e labutam. Temos as nossas vereadoras, temos um prefeito com determinação e vontade, temos lideranças, como o companheiro Ferronato, um companheiro com determinação e vontade, temos mulheres, profissionais em educação especialmente, grandes mulheres, lutadoras e batalhadoras.

A nossa Tabaporã, onde estive há poucos dias com o Juarez, os nossos dois vereadores, companheiros de grande luta e labuta. Alta Floresta, com o

Deputado Ademir Brunetto, em uma luta numa região grandiosa pelo potencial de desenvolvimento e pelo potencial econômico, mas com grandes dificuldades. Juína, com o nosso companheiro Saguas e Josie. Nova Canaã, Rondonópolis, com Juca, Fernando e outros, todos lutadores e batalhadores, todos realmente buscando a construção do mesmo caminho, do caminho em que buscamos o desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida de todos e de todas. Nessa questão, estamos deslançando em uma grande proposta a fim de buscarmos a conscientização a respeito da importância de a cadeia produtiva do *biodiesel* como um todo estar nas mãos dos pequenos, nas mãos da agricultura familiar.

Nesse sentido, conclamo você, Adão da Silva, da Fetagri; você, Altamiro do MST; o MTA, enfim, a todas as lideranças do Movimento dos Sem-Terra, na luta daqueles que buscam um pedaço de terra para ter com o que sobreviver e melhorar a qualidade de vida, aqueles novos assentamentos que estão começando, mas que as famílias já estão com o seu pedaço de terra, aqueles mais antigos que estão se organizando e que estão começando a ter a sua casa com água, energia e com estradas, com o Pronaf, Pronaf Mulher, etc., para que realmente continuem se organizando para produzir, a fim de que tenham alimentos e, cada vez mais, um melhor pão nosso de cada dia na mesa para si e para os seus familiares. Mas não é só isso, e, sim, para produzir também o alimento para suprir o mercado interno. Além disso, devem buscar uma produção maior para que essas famílias tenham, além de uma alimentação farta, sadia, saudável e conveniente, algo em termos de economia a fim de propiciar dignidade para seus filhos. Assim, conclamo mais uma vez a que todas essas organizações que citei (MTA, MST, Fetagri) e tantas outras possam incrementar a pequena produção, a agricultura familiar, porque os grandes estão organizados, eles têm facilidade de conseguir seus empréstimos, seus financiamentos, resolver seus problemas, especialmente em relação à exportação. Os pequenos, micro e médios, estes, sim, têm muito mais dificuldades. Portanto, há necessidade de que se organizem no sentido de terem, além do pão de cada dia, alguma coisa com que possam auferir lucro e, assim, a melhoria na qualidade de vida para que, em determinados momentos, possam responder às necessidades de seus filhos. Quem não gosta de dar ao seu filho um livro melhor para estudar, um sapato, um tênis, uma roupa para o jovem ir a uma festa, a um pequeno passeio, tudo isso com dignidade, com aquilo que produziu, que colheu e distribuiu.

Não se pode admitir mais que o pequeno seja o produtor da matéria-prima e apenas o grande afei-



ra todos os lucros. Vamos assumir a cadeia produtiva como um todo. Se não podemos fazer isso com os produtos que já fugiram do alcance do micro, do pequeno e até do médio produtor rural, vamos proceder dessa maneira em relação ao *biodiesel*, pois este ainda está ao nosso alcance.

Cabe, pois, a você, produtor rural, pequeno e médio, especialmente da agricultura familiar, assumir essa cadeia produtiva. Ela tem que ficar nas suas mãos, de ponta a ponta, para que você possa ter o lucro que merece e de que precisa, porque é você que produz, é você que sua, é você que derrama suor e lágrimas, que engrossa a mão e cuja cabeça dói naquele sol escaldante de mais de 40º maravilhoso, mas que é causticante no nosso Estado do Mato Grosso. Cabe a você auferir os lucros.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Serys Silhessarenko, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Silhessarenko, compartilhando também o voto de pesar a Ricardo Tarifa e a tantas outras pessoas muito queridas, a famílias de alagoanos que choram a dor, à família do Senador Lauro Campos, à Oraida Campos, que perdeu uma nora, a esposa do Bernardo, uma pessoa linda, jovem e muito querida, além, é claro, dos pilotos, dos tripulantes e de todos que perderam a vida em um acidente tão trágico como esse. Portanto, quero compartilhar com nossa solidariedade e nosso carinho. Esperamos que seja identificada a causa de tudo isso o mais rápido possível para que acidentes tão graves como esse não voltem a se repetir.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pelo tempo que entender necessário ao seu pronunciamento.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão de 6 de outubro, Senadoras e Senadores na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Rádio Senado, AM, FM, TV Senado, hoje faria 90 anos, e é este o motivo da minha presença aqui, Ulysses Guimarães. Noventa anos! Árvore boa dá bons frutos, por isso, ontem, todos nos emocionamos, quando, em 5 de outubro de 1998, precisamente há 18 anos, ele conseguia dar ao País uma nova Constituição, Constituição esta que ele beijou emocionado, depois de 18 meses

de trabalho neste Congresso, e que deu muitos avanços, pois é graças a ela que vivemos este momento de democracia.

Ulysses Guimarães, emocionado, beijou a Constituição, chamou-a de cidadã e disse “desrespeitar a Constituição é como rasgar a Bandeira do Brasil”.

Ulysses Guimarães – e tenho, aqui, um livro sobre sua biografia – deixou-nos muitos ensinamentos, entre os quais a coragem de lutar. Senadora Heloísa Helena, um de seus pensamentos é que, perdendo-se a coragem, perdem-se todas as virtudes. Coragem essa que V. Ex<sup>a</sup>, como mulher, demonstrou ao País, neste momento difícil da democracia e da história do Brasil, em que ela é desmoralizada pela corrupção a cada instante. V. Ex<sup>a</sup> deu um prazo para o País meditar, refletir, saber o que é democracia e que são valores e ética.

Nós somos daqueles que acreditamos que cada um para onde vai leva a sua formação profissional. Sou médico e, como tal, somos afeitos à ética. Todos nós fazemos o juramento de Hipócrates, que é um código de ética. No currículo de Medicina, hoje, nos dedicamos a aprender deontologia médica. Enfim, os profissionais da Medicina chegam à política levando e valorizando a ética. Não acredito em política sem ética, sem os valores da virtude.

E Ulysses Guimarães, que completaria, hoje, 90 anos, deixou-nos muitos ensinamentos. O primeiro foi a coragem de lutar anos e anos, a coragem de se candidatar, a bravura que a Heloísa Helena repetiu.

Em 1974, no apogeu da ditadura, ele e Sobral Pinto se lançaram como anticandidatos, sem nenhuma perspectiva de vitória, já que era um Colégio Eleitoral dominado pelo partido do Governo, a Arena, no bipartidarismo com o PMDB. Ele começava uma grande luta e uma oportunidade de levar os anseios da democracia que o povo estava a exigir. Ele tombou diante o Colégio Eleitoral, mas, sem dúvida nenhuma, foi ali que nasceu a grande arrancada da redemocratização neste País.

E Ulysses Guimarães teve essa persistência e deu uma demonstração de que, nem na História, chegar ao poder é como entrar na glória. É necessário lembrar da história de Roma em que Nero atingiu o poder, Calígula atingiu o poder. Rui Barbosa também tombou em uma campanha honrosa, como a de V. Ex<sup>a</sup> e de Cristovam Buarque, por duas vezes, porque ele queria consolidar a democracia, a força civilista neste País.

E o Brasil esquece os nomes dos que venceram Rui Barbosa, mas todas as crianças, jovens e adultos sabemos o significado de Rui Barbosa. E como reconhecimento, o próprio Senado, nos seus 180 anos de existência, mantendo a democracia, a ordem e o

progresso deste País, levantou apenas um busto aqui – de Rui Barbosa, que é respeitado e lembrado. Ele também escreveu, como Heloísa Helena, uma das páginas mais belas.

Nós tivemos o privilégio de conhecer V. Ex<sup>a</sup> e, antes de conhecê-la, nos identificamos porque ambos soldados da saúde: médico e enfermeira. Somos companheiros da saúde e entendemos que as ciências da saúde são as mais humanas das ciências e os que as fazem são benfeitores da humanidade. Nós chegamos aqui com essa força. É um serviço público o que prestamos na saúde. Nós conhecemos as mazelas do povo, daí a identidade da nossa participação.

A própria Organização Mundial de Saúde, ao disserter e descrever saúde, diz que saúde não é apenas ausência de doença ou de enfermidade, mas o mais completo bem-estar mental, físico e social. Bem-estar social, Heloísa Helena, é o pauperismo, a miséria, a desigualdade social. E podemos dizer que, no nosso mandato, fomos verdadeiros apóstolos da melhoria da saúde neste País, porque, aqui, as nossas lutas, as nossas afirmações e os nossos pronunciamentos foram sempre de que a saúde deveria ser como o sol, igual para todos.

E, nesta homenagem a Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar, lembramos seu pensamento: “Ouça a voz rouca das ruas”. Essa foi a orientação do PMDB, que serve para o momento atual. Estou nesse Partido como cheguei; apresentei-me e, como tenho direito de escolha, escolhi o meu Líder: Pedro Simon. E estou do mesmo jeito, jamais aceitei os que estão aí, os que sujaram o nome do PMDB, os que substituíram o PMDB, impedindo-o de ter candidatura própria, quando quatro valentes homens, com suas características próprias, tentaram esse direito que o Partido deveria ter-lhes assegurado: o ex-Governador Anthony Garotinho; o Governador Germano Rigotto; o ex-Presidente Itamar Franco e o virtuoso Pedro Simon, que é o meu Líder.

E quero dizer que estou como cheguei, escolhi, optei, acreditei: o meu Líder no PMDB é Pedro Simon.

E, desde já, eu o convido, se o PMDB é majoritário na próxima legislatura, a ser Presidente desta Casa, já que não o deixaram ser candidato a Presidente da República ou Líder do nosso Partido. Essa é a minha posição. Jamais nos curvaremos a qualquer outro.

Curvamo-nos às virtudes, achamos a história do PMDB bela, com Ulysses Guimarães, com Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que, moribundo, com câncer, estoicamente, pregou a democracia. E não vamos esquecer aquele que se imolou, Tancredo Neves, que, sabendo da doença, retardou o seu

tratamento cirúrgico, banal, de diverticulite, porque só ele poderia garantir a paz da transição. Eu operei dezenas lá na minha Santa Casa de Misericórdia da Parnaíba, no Piauí.

Então, ele imolou-se, sacrificou-se, essa é a verdade. Ele tinha uma enfermidade simples, uma diverticulite, que, cirurgicamente, é igual a uma apendicectomia, mas ele retardou o tratamento e agravou a doença, mas salvou a democracia.

E não podia me esquecer também, nesse Partido, de Juscelino Kubitschek, da saúde como nós, médico-cirurgião como eu, de Santa Casa; Prefeito; Governador do Estado; Presidente da República; e cassado – cassado e humilhado aqui. Mas, como diz a Bíblia, os humilhados serão exaltados. Ninguém mais, meus jovens, ninguém supera Juscelino Kubitschek. Ele traduz a vida de sofrimento e de luta de um político coerente, de um político decente.

Ulysses Guimarães tentou candidatar-se no Colégio Eleitoral, mas não recebeu apoio do seu Partido, como Rui Barbosa. É um exemplo.

Quero dizer que grandes homens que lutaram e sonharam não chegaram à Presidência da República. Mas, Lula, vou lembrar-lhe um fato: Calígula chegou a ser César, Nero também, e Vossa Excelência pode ir para a história como o Jamanta da Presidência da República, que tudo não sabe e nunca viu.

Minhas crianças, tenho 63 anos de idade. Bilac disse: “Não verás nenhum País como este! Olha que céu! Que mar! Que rios!”. Ninguém pode dizer: olha que corrupção, que imoralidade! Nunca antes, na história deste País, em 506 anos, viu-se o que se vê agora. Houve governantes portugueses, capitânias hereditárias, governo geral, os imperadores, a Princesa Isabel – a princesinha, como Heloísa Helena, que, em poucos dias, escreveu a melhor página, a página da libertação dos escravos. O que seria deste Parlamento sem Paim, de cor negra, mas o mais decente, o mais competente, o mais correto?

Este País já teve de tudo.

A democracia foi alterada por um ditador civil bom, um homem bom, puro, e correto, e honrado, e honesto: Getúlio Vargas. Heloísa Helena, eu já li a biografia dele, dois tomos, dia-a-dia. Oh homem trabalhador!

Heloísa Helena, só cito a V. Ex<sup>a</sup> um fato: Getúlio governou por 15 anos. E, agora, os ladrões do PT.

Olha, Heloísa Helena, conheço o Piauí. Aqueles sindicalistas estão todos de Hilux, de apartamentos de luxo!

Getúlio Vargas – atentai bem, brasileiras e brasileiros! – ficou 15 anos no poder. Heloísa Helena, vou lhe contar um fato: meu avô era empresário – só para comparar a época. Meu avô tinha três geladeiras a que-

rosene – V. Ex<sup>a</sup> não viu. Ele sempre dizia: “Menino, vá ver o pavio”. Havia um pavio. Colocava-se o querosene num espelho metálico para a geladeira gelar – não sei explicar o funcionamento por meio da física. Mas ele gritava: “Menino, vá ver o pavio; a geladeira não está gelando”. Ele tinha uma na casa dele; outra, na praia e mais uma na firma.

Atentai! Contem para o seu pai como é ladrão o PT! O PT não é Partido, é uma organização criminosa!

Atentai bem! Getúlio, 15 anos no poder, enfrentou uma guerra para entrar, a Revolução de 1930, enfrentou uma guerra na qual os paulistas quiseram tirá-lo; e a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial. Ele, então, recuou, porque veio a democracia, não é verdade? Ele saiu do governo e o entregou na paz.

Depois, Heloísa Helena, ele foi para São Borja – atentai bem! contem para os pais de vocês que este PT é uma organização criminosa, não é Partido. Ele não tinha uma geladeira! Quinze anos como Presidente da República, e Getúlio Vargas não tinha uma geladeira.

E esses ladrões do PT! No Piauí, andam todos de Hilux, moram nos melhores apartamentos. Eram uns pobretões. Havia um, eu me lembro, na época em que eu era Governador, que andava de chinelo. Parou um ônibus para entrar. Agora, é uma pose! É rico e fabuloso.

Getúlio Vargas, depois de 15 anos como Presidente deste País, foi para a fazenda e não tinha uma geladeira, Heloísa Helena! Atentai bem, Paim!

Quando chegou a São Borja, um empresário ofereceu-lhe uma geladeira. E ele, com pudor de gaúcho, Paim, honrado, da terra de Bento Gonçalves, de Lanceiro Negro, de Alberto Pasqualini, não quis aceitar. Quinze anos como Presidente da República! Meu avô tinha três dessas geladeiras – estou dizendo isso para que se faça um paralelo –, era um empresário.

Paim, atentai bem! Um amigo chegou e disse-lhe: “Aceite! Estão lhe oferecendo”. Uma geladeira a querosene! Quinze anos! Onde nós estamos?

Este PT não é o PT do Paim. O de V. Ex<sup>a</sup> é o do Getúlio! PTB: Partido Trabalhista Brasileiro. Esse era o verdadeiro.

Getúlio aceitou. Paim, um amigo empresário quis doar-lhe uma geladeira, e ele aceitou. Relutou, mas um amigo disse-lhe: “Aceite! Estão lhe dando um presente”. E ele foi para São Borja. Depois, ele disse: “Sabe que é boa essa geladeira?”

Geraldo Mesquita, em 15 anos, Getúlio Vargas saiu da Presidência e não tinha uma geladeira a querosene. Atentai bem!

Paim, ele confidenciou mais tarde: “Olha, até que eu gostei, porque tomo um sorvete de noite”. Um sorvete! Esta era, Senador Geraldo Mesquita, a mordomia de Getúlio: tomar um sorvete da geladeira que ele ganhou de presente depois de 15 anos como governante deste País.

E hoje? Hoje vemos que nunca se roubou tanto em tão pouco tempo neste País. Sindicalistas que conhecíamos, que andavam de ônibus, de chinelo, hoje andam de Hilux; as passeatas são feitas de Hilux, na frente do povo. Hilux!

É muito bom, Geraldo Mesquita, lembrarmos Ulysses e o ensinamento dele – hoje é aniversário de Ulysses; 90 anos, brasileiras e brasileiros!

Atentai bem! Getúlio, depois de 15 anos como Presidente da República, foi para sua fazenda e não tinha uma geladeira a querosene.

Vejam a cara desses homens do PT hoje! Os milionários, os assaltantes, os banqueiros, as Hilux, o luxo! Getúlio, depois de 15 anos, brasileiras e brasileiros, ganhou de presente uma geladeira em São Borja. Não havia luz elétrica, ele não a levou para a sua propriedade privada.

Feliz do país, Geraldo Mesquita, que não precisa buscar exemplo na história de outros países. O exemplo está bem ali, no Rio Grande do Sul. E não é do passado, não; é de Bento Gonçalves, de Getúlio, de Alberto Pasqualini, de Pedro Simon e do próprio Paim. Os exemplos estão aqui.

Ulysses trouxe o remédio – hoje, ele completaria 90 anos, Geraldo! O que ele disse? Ninguém lutou mais do que ele pela democracia.

Enfrentou, lutou, foi humilhado em 1974, depois de uma eleição direta. E o que ele disse? “A corrupção é o cupim que mais destrói a democracia”. Ulysses o disse. Nunca se viu tanto cupim – há cupim no seu Acre? – no Brasil, em Brasília, no Piauí. A corrupção é o cupim que destrói a democracia.

Essa é a minha homenagem a Ulysses. Eu queria lembrar algumas frases dele: “Em política, quando se evita a solução natural, só se provocam crises”. Ulysses disse ao Café: “Nenhum Presidente da República sobrevive no Brasil se não impõe respeito. Um Presidente que deixa deputado fazer isso com ele não dura muito tempo”. Esse é um conselho muito atual: respeito.

Olha a franqueza de Ulysses sobre o seu adversário Carlos Lacerda: “Foi o maior líder político que conheci”, pela veracidade. Sobre Juscelino, dizia – não houve político como JK: “Se você me perguntar qual é o maior político que conheci, o mais completo, respondo que foi Juscelino Kubitschek. Este realmente tinha tudo, um pouco de todas essas qualidades”. Entre essas qualidades, Ulysses destacava a coragem. E olhem

a ingratidão da política: esse Juscelino foi afastado e cassado no Senado, mostrando que, neste País, quem tem coerência, ideal firme e forte liderança sofre as opressões dos poderosos. De fato, aconteceu.

Coragem, lembrava Ulysses Guimarães, capacidade de trabalho: “Ele trabalhava incansavelmente. Certa vez, me chamou ao Catete às três da manhã.”

Otimismo. “Juscelino era o homem otimista, que enfrentava as adversidades pensando que ele faria as coisas boas. Era o homem que fazia as coisas boas, não era um presidente que apenas queria evitar o pior, como tantos outros.”

“Política é a esperança”, e é essa esperança que queremos trazer ao Brasil.

Realmente, dois Senadores merecem nossos elogios e reconhecimento: Professor Cristovam Buarque, do PDT, e Heloísa Helena, do P-SOL, ambos candidatos à Presidência da República. Foi sua coragem que possibilitou este momento de democracia que vivemos, para o País fazer uma reflexão e valorizar a luta democrática, que considero, sem dúvida alguma, a maior conquista da Humanidade.

Aristóteles disse, e ninguém contestou, que o homem é um animal político. Esse animal político, ao longo da História, busca formas de Governo.

Sem dúvida alguma, os reis dominaram a história da Humanidade. Eles seriam Deus na terra e Deus seria um rei no céu, mas o povo sofria, era esquecido. Era bom para o rei, que era perpétuo, e para os seus familiares, que continuavam no palácio, mas o povo sofria, esquecido. Esse povo, que é forte, foi às ruas e gritou: liberdade, igualdade e fraternidade! Esse grito derrubou todos os reis do mundo. Como as coisas retardam neste País, foram necessários 100 anos – de 1789, na França, a 1889 – para esse grito derrubar os reis do Brasil, mas eles caíram e nasceu o governo do povo, pelo povo e para o povo, assim definido por Abraham Lincoln, que fez uma luta maravilhosa para a libertação dos negros. Ele disse: “Sem malícia contra ninguém; com caridade para com todos; com firmeza no correto...” Dr. Geraldo Mesquita, Senador do Direito.

Então, isso é a democracia. Foi o povo que a construiu.

Montesquieu, um Geraldo Mesquita da época, dividiu o poder absoluto dos reis em Legislativo, Judiciário e Executivo. Eu contesto que sejamos um poder. Isso é vaidade nossa, pois não o somos. Poder é o povo, que trabalha e paga imposto. Nós somos apenas instrumentos da democracia. O Judiciário, o Legislativo e o Executivo são instrumentos.

Poder é o povo, que trabalha e paga conta. Nós somos vaidosos, então, vamos mudar esse entendimento.

O povo é soberano na democracia. O povo decide, reflete, escolhe, coloca e tira. O povo colocou Lula e vai tirá-lo, porque foi a nossa decepção. Foi a minha e a do Geraldo Mesquita. O Paim vai-se abster, então são dois a zero na nossa votação. Essa é a verdade.

Nós votamos. Eu votei no Presidente Lula e no Governador do Piauí, mas fui enganado. Quem está livre de ser enganado? E quem é enganado cria confusão. Quando uma mulher engana o marido ou um marido engana a mulher, isso dá rolo. Ninguém quer ser enganado. Nós, brasileiros, fomos enganados. O PT dizia que era honesto, que tinha ética, competência, civismo, amor à Pátria e decência, mas nos enganou, pois o que se viu foi imoralidade, corrupção, indignação.

Rui Barbosa dizia: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.”

Chegou esse dia, brasileiras e brasileiros, o dia em que o PT está mandando no Brasil. No entanto, a democracia tem uma riqueza que também é nossa: a alternância do poder. Ela foi conquistada agora, nessa prorrogação, para uma reflexão sobre a mentira, o engodo, a falsidade e o descaramento de se dizer: “Não, ele não leu nenhum livro, mas sabe mais do que quem leu.” Que mentira, que engodo. Não sabe, não. Deve-se ler, estudar e aprender. Até para se jogar futebol se estuda, quanto mais para se governar um país.

Napoleão Bonaparte, o estadista francês, disse que a maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual não está preparado. O Lula não estava preparado.

Aqui, definimo-nos pela conscientização. Existe uma hierarquia no saber, na Zoologia, na Igreja – o sujeito não passa de seminarista a papa –, no Exército – de soldado não se passa a general –, na universidade, que Platão fundou e Aristóteles continuou – estudante, docente, mestre, doutor, diretor e reitor. Na política, também há uma hierarquia e é sobre isso a nossa meditação. Essa é a função do Senado, que deve ser o pai da Pátria. Como um de seus integrantes, quero dizer que quem tem a hierarquia do saber é Geraldo Alckmin.

Primeiramente, deve-se analisar o DNA da política. É muito importante conhecer-se a sua origem. Na Argentina, ainda hoje, o Kirchner e o Menem se



orgulham de pertencer ao Partido Justicialista de Perón. São “filhotes” de seus ideais e conquistam o povo. Aqui mesmo, houve Juscelino, Getúlio, Goulart.

Senador Geraldo Mesquita, tenho 63 anos de idade. Combati a ditadura em 1972, na minha cidade – antes de Ulysses, em 1974. Vi muita coisa, mas, de todos os homens públicos que conheci, Mário Covas foi o maior merecedor de respeito. Ele era Governador de São Paulo e eu, do Piauí. Atentai bem! Só havia reunião de governadores quando se dizia: “O Mário Covas vai.”. Aí, todos iam. Chorávamos em seu ombro pelas dificuldades e nunca vi tanta dignidade e firmeza. Naqueles instantes, ele era muito mais forte que o Presidente da República de então, Fernando Henrique Cardoso, com todo o respeito. Que homem leal! Nunca ouvi um desabafo seu. Sabendo das dificuldades dos companheiros governadores, procurava solucioná-las. Ele foi cassado na luta política contra a ditadura, foi prefeito e governador invejável. Moralista, seu enterro simbolizou a grandeza.

Esse homem tem um filho político: Geraldo Alckmin. Árvore boa dá bons frutos. Ele é o filho político e tem a hierarquia do saber. Foi vereador, que lamento não ter sido, porque é muito importante ser Vereador!

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Giscard d’Estaing, estadista de Charles de Gaulle, que governou a França por sete anos – extraordinário governo –, ganhou no primeiro turno, mas, no segundo turno, concorreu com Mitterrand, que fez um malabarismo em seus debates ao prometer a solução do desemprego e que das oito horas trabalhadas ele diminuiria para cinco e, com isso, daria milhares e milhares de empregos públicos; ele ganhou. Giscard d’Estaing, que havia ganhado no primeiro turno, perdeu no segundo. Mitterrand foi empossado. E Giscard d’Estaing – atentai bem! – ao ser perguntado o que ele faria após a derrota, respondeu: “Vou ser Vereador na minha cidade natal”. Que beleza!

O Geraldo Alckmin foi Vereador! Que experiência! Lula não foi. O Geraldo Alckmin foi Deputado Estadual brilhante; Lula não foi. Alckmin foi Deputado Federal e fez a Lei do Consumidor. Foi Vice-Governador e teve como mestre Mário Covas. Alckmin foi Governador do maior Estado. Então, isso é a hierarquia do saber! Eu vou votar nele, porque ele é melhor para meu Estado, o Piauí. Aliás, no Piauí, eu só vi mentira, e mentira não leva a nada. Esse foi lá, disse que ia fazer o porto, que está do mesmo jeito. Esse foi lá e comprou, levou o presidente do meu Partido, e disse que ia fazer uma ferrovia, a Parnaíba–Luís Correia–Parnaíba, que está do mesmo jeito. Disse que ia fazer hidrovia, que está do mesmo jeito. Disse que ia fazer uma ponte em Te-

resina, a do sesquicentenário, no entanto, Teresina já fez 154 anos e nada. Eu fiz uma ponte em 87 dias; Heráclito Fortes, em 100, e estão lá.

O Hospital Universitário, mesmo com toda a nossa briga, apenas para funcionar um ambulatório pálido. O Pronto-Socorro municipal, o Prefeito apela...O que tem em Teresina foi o que eu criei quando Governador. Ele prometeu cinco hidroelétricas! Uma ignorância tão grande e audaciosa! Lá, só temos a de Boa Esperança, construída por Milton Brandão, que está inacabada e leva energia para o Maranhão, que falta no Piauí. Prometeu cinco! Cinco! Olha o descaramento! A Transcerrado... Então, é só mentira! O camarão, que era exportado pelo Piauí, de US\$20 bilhões baixou para US\$3 milhões. Antes, a exportação era controlada por uma secretaria do meio ambiente, depois, com a presença do Governo, incompetente, a exportação passou a ser controlada pelo Ibama – a quadrilha do PT. Então, eles, ao chegaram lá, apenas multaram, fazendo com que os empresários, que vieram do Quito e do Equador por causa de uma epidemia havida com o camarão, para lá novamente retornassem. Então, é o Governo da falácia. A Universidade Federal do Delta, nada. Tudo mentira! O metrô, conversa! Só mentira, mentira e mentira! A Lei do Goebbels.

Votaremos porque temos a convicção e o compromisso com Geraldo Alckmin. Com este, sim, poderemos sonhar com o Porto de Luís Correia, com a ferrovia... Até o gado, a pecuária, que tinha a vacinação prevista para 2005, hoje, apresenta risco desconhecido – alto, médio e pequeno risco –, porque não vacinaram o gado. Por isso, o boi do Piauí vale um terço do preço do boi de outros Estados; o mesmo acontece com bode.

Então, dessa falácia e dessa mentira, eu entendo.

Então, como é o melhor para o Brasil, também o será para o Piauí pela sua competência. Sr. Presidente, eu acredito no estudo. Nas minhas crenças, confesso: creio em Deus; creio no amor, que une a família; creio no estudo – eles não crêem –, que leva à sabedoria; creio no trabalho, que leva à riqueza, e creio no povo, que fez a democracia, povo que, sem dúvida alguma, saberá fazer a alternância do poder.

Para um Brasil decente, eu vou votar no Presidente Geraldo Alckmin!

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente desta sessão, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que ora deixa a Presidência desta sessão, em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria em estar aqui sob o comando de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente pelo seu trabalho, pela sua história e também pela forma como V. Ex<sup>a</sup> tem nos ajudado, e muito, nos debates que envolvem todos os temas de interesse do povo brasileiro.

A V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, que, neste momento, assume a Presidência da Casa, quero dizer que, ao me preparar para o pronunciamento que farei hoje – e o faço com muito carinho e com muito respeito, por saber que, cada vez que assomo à tribuna, Senador Mão Santa, falo para cerca de 100 milhões de brasileiros, que, de uma forma ou de outra, ou assistem à TV Senado, ou tomam conhecimento do que aqui é dito por intermédio da população do nosso País –, tive o cuidado, após perceber que V. Ex<sup>a</sup> já o havia homenageado, de também lembrar os 90 anos de nascimento de Ulysses Guimarães. Ulysses Guimarães é inesquecível! Ulysses é daqueles homens que, diria, nunca morrem.

Ulysses Guimarães, hoje, completaria 90 anos. A Constituição Cidadã completou, ontem, 18 anos, portanto, atingiu a sua maioridade, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Aliás, V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso desse tema.

Ulysses Guimarães me traz somente boas imagens. Tive a alegria de conviver com ele na Assembléia Nacional Constituinte. Jamais vou me esquecer quando ele dizia: “Votem, Srs. Parlamentares Constituintes, Senadores e Deputados. Votem! A melhor forma de tirar a dúvida de um tema, depois de um bom debate, é votando”. Foi assim que construímos uma Constituição que foi revolucionária para a época.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, muitos dizem que não assinamos a Constituição. Não é verdade. Tenho uma foto, tirada por meu filho, que se chama Gian Paim, no ato em que a estou assinando. Votamos, sim, contra ou a favor, inúmeras vezes. Isso faz parte da democracia. Agora, dizerem que nós não reconhecemos os avanços da Constituição é um equívoco. Tanto a reconhecemos que o meu nome, além de está lá gravado, também pode ser confirmado nos Anais, no Arquivo do Senado. Inclusive, até hoje, mantenho essa foto em minha sala, justamente no momento em que eu assinava o texto da Constituição.

Convivi com Ulysses Guimarães com muita alegria. Um homem sério, competente, preparado, progressista e de esquerda. Junto com ele, naquela época, estavam Mário Covas, Bernardo Cabral, Nelson Jobim, que também foi relator, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio

Dutra. Foi um grande momento do Parlamento brasileiro. Construímos, assim, a nossa Constituição Cidadã.

Sr. Presidente, no próximo dia 9 de novembro, lançarei um livro intitulado **O rufar dos tambores**, em que trato da nossa caminhada, desde o movimento sindical até os 20 anos no Parlamento, como também do convívio com essas figuras citadas acima.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais da Casa, seguindo a homenagem prestada por V. Ex<sup>a</sup>, a minha sincera homenagem ao grande e inesquecível Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães – repito – é um daqueles homens que não morre, porque suas idéias sempre, sempre estarão junto de todos nós.

Sr. Presidente, quero, neste momento, registrar a minha preocupação com um fato atual. Hoje, praticamente quase 200 mil bancários estão em greve, estão parados, exigindo um reajuste de 7.5%, o que é razoável. Isto representa 50% do reajuste dado ao salário mínimo. Portanto, entendo que não é nada absurdo. Os banqueiros tanto têm lucrado neste País ao longo de 20 anos com a especulação financeira – e isso não acontece em nenhum outro país do mundo. Faço, mais uma vez, um apelo à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), para que negocie com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do ramo financeiro e todas as entidades dos bancários a fim de que se construa um entendimento.

Tenho visto filas e filas quase quilométricas de homens e mulheres que estão tentando fazer as suas operações bancárias, receber o que têm direito, pagar suas contas e não conseguem fazê-lo devido a essa radicalização dos banqueiros. A proposta apresentada pelos trabalhadores, pelo que vejo aqui, é aceitável, palatável e passível de entendimento.

Os trabalhadores dessa Confederação apresentam uma série de argumentos, Sr. Presidente, e não é necessário que eu leia um por um. O que eles querem é somente que haja uma rodada de negociação e que se construa o entendimento, permitindo, assim, que a greve termine e que, com isso, todos ganhem. Ganha indiretamente o banqueiro, porque as operações financeiras voltam a ser feitas com a agilidade dos profissionais, que são os trabalhadores dos bancos, aqueles que recebem muito pouco, e, ganha, por outro lado, a população, que voltará a ser atendida normalmente.

Mais uma vez, parabéns aos bancários. Estou solidário aos trabalhadores dos bancos de todo o País. Estou torcendo para que haja um grande entendimento e que as suas reivindicações sejam atendidas.

Senador Mão Santa, recentemente, passaram duas datas que, para mim, são simbólicas, emble-

máticas e muito importantes para o nosso povo: 27 de setembro, Dia Nacional do Idoso, e 1º de outubro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é o Dia Internacional do Idoso.

O Estatuto do Idoso é uma obra deste Parlamento, construída por todos nós, juntos. Tive a alegria de ser o autor do projeto original, que depois – quero sempre lembrar isto – foi relatado por Silas Brasileiro, que fez um belíssimo trabalho, assim como o Deputado Eduardo Barbosa, de quem pouco se fala, pois se fala pouco de relatores. A iniciativa é positiva, mas sempre digo que temos de dar o valor devido a Silas Brasileiro, Deputado à época, Relator da matéria, que ajudou a construir essa obra que, hoje, completa três anos.

Eu poderia falar também, nessa mesma linha, da importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo Relator é o Senador Flávio Arns, que também está fazendo um belíssimo trabalho. Eu poderia falar do Estatuto da Igualdade Racial, relatado pelo Senador Rodolpho Tourinho, que fez um belíssimo e grande trabalho nessa matéria, inatacável, embora ainda criticado por alguns setores.

Portanto, quero falar hoje, Senador Mão Santa, exatamente sobre estas datas: 27 de setembro, Dia Nacional do Idoso, e 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso. Claro que 1º de outubro foi um dia de homenagem à democracia, que é o processo eleitoral, quando todas as atenções se voltaram para o resultado que levou para o segundo turno os dois candidatos: Alckmin, a quem V. Ex<sup>a</sup> já declarou o seu voto e por quem tenho o maior respeito; e o Presidente Lula, que terá o meu voto, como todo mundo sabe, por ser eu Senador pelo Partido dos Trabalhadores. Então, no dia 1º de outubro, Dia Internacional dos Idosos, não houve a homenagem devida, no meu entendimento, aos nossos idosos. Então, faço hoje o meu pronunciamento, homenageando-os.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dedicou o ano de 2003 aos idosos, aplicando o lema “Vida, Dignidade e Esperança” para a Campanha da Fraternidade, o que contribuiu para conseguirmos, depois de sete anos de muita luta, ver o Estatuto do Idoso aprovado de forma definitiva.

Ainda é grande a desinformação sobre o idoso e sobre as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social, econômico e também político. Sou daqueles que dizem que os idosos serão brevemente a maior força política deste País. O envelhecimento humano, na verdade, quase nunca foi estudado. Poucas escolas no País criaram cursos para auxiliar as pessoas mais velhas. Uma prova disso é que, até um tempo atrás, o médico que quisesse se especializar em Geriatria precisava estudar na Europa.

Depois da criação da Política Nacional do Idoso, por meio da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que antecedeu o Estatuto do Idoso, é que as instituições de ensino superior passaram a se adaptar, a fim de atenderem à determinação da lei, que prevê a existência de cursos de Geriatria e Gerontologia Social nas Faculdades de Medicina do País. Vejam bem, só a partir de 1994.

A Geriatria é uma especialidade da Medicina que trata da saúde do idoso, enquanto que a Gerontologia vem a ser a ciência que estuda o envelhecimento.

Num País como o nosso, que vê a sua pirâmide populacional ser modificada pouco a pouco, seria importante pensarmos nas palavras que Simone de Beauvoir escreveu, em 1970, em seu livro **A Velhice**, em que denunciou a “conspiração do silêncio” sobre as questões do envelhecer. Nele, a autora marca que a velhice não é um fato estático, é um processo e que a vida “é um sistema instável, no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia é o sinônimo da morte. Mudar é a lei da vida”.

O Estatuto do Idoso, Sr. Presidente, é um instrumento que se dispõe a quebrar essa conspiração do silêncio contra o idoso. Cada capítulo do Estatuto do Idoso colocou em discussão temas importantes, como a responsabilidade da União, a criação do Conselho dos Idosos para fiscalizar o direito à vida e à saúde, à habitação, à alimentação, à convivência familiar e comunitária, ao esporte e ao lazer, à cultura, ao trabalho, à educação, a uma previdência social digna, à assistência social e jurídica. Enfim, o estatuto representou o resgate devido da dívida que o País tem para com esse cidadão, cujas ações construíram a Nação. E hoje nos orgulhamos da história de cada idoso do nosso País.

Um dos capítulos que considero mais importante do Estatuto do Idoso e que não foi ainda aplicado refere-se ao transporte interestadual. Alguém poderia dizer que há problemas. Sim, há. A decisão final para que as duas vagas gratuitas sejam efetivamente asseguradas e, estando ocupadas, que os outros idosos paguem 50% está no Supremo Tribunal Federal. Mas há um outro artigo que também considero importantíssimo: aquele que garante que nos bancos escolares, do jardim de infância à universidade, ou seja, no campo da educação, deve haver políticas voltadas para o idoso. Isso é fundamental para a reeducação da nossa juventude e também dos adultos, no que se refere ao respeito, ao carinho, ao amor, à convivência, à fraternidade e até ao fato de aprenderem o quanto seria bom ouvirem mais os idosos, pois eles, com sua sabedoria milenar, que vai passando de geração para



geração, vão acumulando um saber cuja dimensão os mais jovens não têm.

Digo sempre àqueles que assistem às minhas palestras, Senador Geraldo Mesquita Júnior— lembro-me de uma palestra na Ulbra, com cerca de duas mil pessoas no plenário, todos jovens —, a seguinte frase: “Você que está me ouvindo saia daqui hoje, volte para sua casa e abraçe seu pai, sua mãe, seu avô, seu tio, o bisavô ou um amigo de idade mais avançada e diga-lhe: eu te amo, meu velho, meu querido velho”. Eu fiquei satisfeito porque aquele foi o único momento em que o auditório levantou e a juventude me aplaudiu de pé. Os aplausos não eram para mim, mas para a frase, naquele momento em que eu pedia que fizessem esse gesto.

Por isso entendo que, com o diálogo e o convívio, na forma de encaminhar essa política que chamo de fraternidade, de igualdade, de responsabilidade, de sabedoria, de generosidade é que será possível fazer com que efetivamente possamos, no futuro, dizer aos nossos filhos como alguém já disse: a forma como você trata o seu velho hoje — não esqueça, meu jovem — será a forma como você será tratado no futuro. Essa é a lei da vida, a lei das compensações, a lei da energia da natureza.

Sr. Presidente, entendo que todos os capítulos do Estatuto do Idoso são importantes e posso aqui levantar alguns. Posso lembrar, por exemplo, o programa Desafios Éticos, realizado em 28 de julho próximo passado, no Rio Grande do Sul, quando chegou a sua 11ª edição, abordando, de forma ampla, a saúde do idoso sob os mais diversos aspectos.

Os médicos convidados falaram sobre as enfermidades mais comuns aos idosos e sobre os tratamentos. As principais síndromes geriátricas listadas abrangem desde o déficit visual... Vejam bem, já estou usando óculos, e falamos tanto na questão do deficiente — sei que meu tempo aqui é limitado, mas não tenho como não dar apartes a mim mesmo. Sempre digo às pessoas com deficiência que é preciso que cada um de nós entenda que todos nós teremos deficiências no futuro; só não as teremos, se morrermos antes. Eu gostaria de chegar próximo aos 100 anos.

A visão é uma das áreas de deficiência que foi destacada. Não conseguiria ler todos esses documentos que estão na minha mão, se não fossem os óculos, o que já constitui uma deficiência. Por isso, sempre digo que as pessoas com deficiência não querem que ninguém tenha pena delas ou coisa parecida, mas que lhes sejam dadas oportunidades, porque todos temos ou teremos amanhã algum tipo de deficiência.

Os médicos também citam a depressão, a imobilidade, a insônia, a incontinência, o déficit auditivo e cognitivo, a instabilidade, as quedas, as fragilidades. Mas os

problemas mais comuns e importantes são a insônia, a depressão, a osteoporose e a arteriosclerose.

Foi diferenciado o envelhecimento primário e o secundário. O primário é o conjunto de mudanças fisiológicas que acontecem com o passar dos anos: perda da massa muscular, rugas e outros. E o secundário, as conseqüências das atitudes tomadas pela pessoa durante a vida, como as que dizem respeito à má alimentação, ao fumo, à exposição demasiada ao sol, à questão do álcool.

Mais uma vez, afirmo, da tribuna, que o álcool é uma droga gravíssima, pesada, que destrói vidas e famílias.

Com o aumento da população idosa, deve-se observar uma queda nos índices de doenças infecciosas e o aumento dos males crônico-degenerativos.

Senador Mão Santa, V. Exª, que é médico, se não estivesse na Presidência, com certeza me teria feito um aparte, porque saúde é sua especialidade. Neste momento, abro uma lacuna para falar sobre o que disse o Presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília, Antônio Geraldo da Silva, que alerta para a falta de políticas públicas de saúde para tratar a depressão e doenças mentais da terceira idade. Segundo o médico, a depressão é a doença que mais atinge os idosos. Geralmente, está associada a outros males, como Parkinson e Alzheimer, que constituem a maior causa da demissão entre trabalhadores, homens e mulheres, com mais de 50 anos. O médico afirma que a falta dessas políticas para a saúde do idoso dificulta o diagnóstico. Sem tratamento, os idosos pioram e sofrem as conseqüências, como o abandono da família, o que é muito lamentável. Família que se preza não abandona seu idoso.

Outros dados ressaltam, ainda, conforme pesquisa do Conselho Regional de Farmácia, que o Distrito Federal tem hoje quase 70 mil pessoas com mais de 60 anos responsáveis pelo sustento do lar. Por isso, a importância, Senador Geraldo Mesquita Júnior, do nosso relatório, aprovado no dia de ontem, com o qual V. Exª colaborou, para que haja uma política permanente de recuperação dos benefícios dos idosos, aposentados e pensionistas, com o mesmo índice concedido ao salário mínimo.

O Conselho calcula que 80% da população idosa tome mais de um medicamento controlado. Existe o fato também de que, com a perda da memória em conseqüência da idade ou de doenças, o manuseio de remédios torna-se perigoso; é preciso ter todo o cuidado. Só lembro que já tomo três remédios, que o Senador Mão Santa conhece, porque é médico: um para centróide, um para depressão, e outro para um



probleminha de ácido úrico. Isso é a vida; já passei dos cinqüenta também.

A questão da saúde dos idosos precisa ser enfrentada. Conforme o Programa Desafios Éticos, existe um grande problema a ser encarado, Senador Mão Santa: o lamentável fato de que o Brasil hoje conta com apenas 500 especialistas titulados para atender ao grande contingente de idosos.

É importante também que o nosso País pense na prevenção como uma grande aliada nas questões da saúde. Os especialistas afirmam que a prevenção ainda é o melhor tratamento e que o envelhecimento bem-sucedido depende da saúde mental e da auto-estima, para a manutenção do nível de atividade mental e física que proporcione autonomia pessoal.

Foram apontados como fatores que contribuem para a qualidade de vida do idoso um lar seguro; dieta balanceada; higiene pessoal; comunicação e suporte de outras pessoas; segurança física e financeira; atividades e interesses individuais; e acesso aos serviços de saúde.

O Estatuto do Idoso também foi examinado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ... no evento, e foi reafirmado o fato de que o Ministério Público é legitimado a atuar em defesa dos direitos e dos interesses do idoso. Qualquer pessoa do povo pode levar uma denúncia ou suspeita de crime contra o idoso ao conhecimento do Ministério Público – que está fazendo um belíssimo trabalho nessa área –, tornando-se essa possibilidade um dever no caso de agentes públicos e de agentes de saúde.

A promotora do Ministério Público destacou que um dos mais sérios problemas atuais é o fornecimento gratuito de remédios, previsto por lei como obrigação do Estado. Esse problema tem sido a razão de inúmeros processos em andamento.

Está assegurado remédio gratuito para aquelas doenças que, infelizmente, ficarão conosco para o resto da vida. É fundamental que o Estado assuma essa responsabilidade de garantir remédios gratuitos para as doenças vitalícias.

Outro aspecto que desejo abordar é a grave questão da violência contra o idoso. Podemos associar a violência ao déficit de democracia e de direitos humanos, ressaltando que, entre os indivíduos mais vulneráveis às mazelas sociais, destaca-se a população idosa, já que a idade avançada deixa os idosos mais vulneráveis e, geralmente, mais suscetíveis às quedas e aos atropelamentos. Não há segurança nas travessias de semáforos, nem tempo suficiente para

que consigam chegar ao outro lado da rua. Tem de haver também essa preocupação.

A violência contra o idoso pode acontecer de várias formas, desde a violência psicológica, que se manifesta pela negligência e pelo descaso, até as agressões físicas. Infelizmente, a violência – este é um dado que repito todo ano –, inúmeras vezes ou na maioria das vezes, vem da própria família.

Na audiência pública sobre a violência contra a pessoa idosa, realizada no mês de junho deste ano, a Dr<sup>a</sup> Laura Mello Machado, do Inpea, salientou que a nossa legislação é bastante avançada em comparação com a de outros Países. Ela disse que falta ação, implementação e suporte às famílias brasileiras, para que possam cuidar de seus idosos da forma adequada. Ela frisou a importância da alocação de recursos no enfrentamento da questão.

A Dr<sup>a</sup> Cecília Minayo, da Fundação Oswaldo Cruz, enfatizou que existem dois mitos. O primeiro é o de que o idoso é descartável. Isso é facilmente derrubado frente aos números que mostram que 60% dos idosos trabalham e que mais de 30% sustentam suas famílias. Então, ninguém me diga que o idoso é descartável. O idoso é fundamental para o convívio, para a vida, para a existência e até para a sobrevivência de muita gente neste País. O segundo mito é o de que a velhice é uma doença. Isso também é uma bobagem. Oitenta e cinco por cento dos idosos continuam firmes, capazes de curtir a vida, de enfrentar as doenças que são fruto da própria existência do ser humano vida e que todos nós temos. Estou com pouco mais de 50 e já tenho alguns problemas de saúde a serem administrados.

Tais mitos são discriminatórios, e a discriminação é uma forma social de violência.

Também afirma ela que 3,5% da mortalidade dos idosos é por causas violentas. A maior parte das mortes se dá no trânsito. Outra causa grave são as quedas que o idoso sofre.

A Dr<sup>a</sup> Cecília Minayo salientou a importância de o Ministério das Cidades entrar em cena de forma mais firme e preparar transporte mais humano, cidades mais adequadas – a sensibilidade de que falamos tanto em relação ao deficiente devemos ter também pelo idoso. As casas, por exemplo, deveriam ser preparadas para receber os velhos.

Os idosos morrem, também, em grande número por homicídios e suicídios. A taxa de suicídio de idosos é quase o dobro da que se verifica em outras faixas etárias. Esse é um cuidado que devemos ter.

Por último, Sr. Presidente, quero falar sobre um aspecto que julgo da maior relevância dentro do Estatuto: o artigo que trata da educação. Para simplificar,

menciono a importância de haver, nos bancos escolares, do jardim de infância até a universidade, políticas voltadas para o idoso.

Ali, no campo da educação, temos que aprender a importância da convivência entre gerações.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, quero lembrar um fato que eu destacava, em outra oportunidade, em uma palestra.

Um senhor de idade foi morar com seu filho, nora e netinho de quatro anos de idade. As mãos do velho eram trêmulas, sua visão embaçada e seus passos vacilantes. Todos comiam reunidos à mesa. Mas as mãos trêmulas e a visão falha do avô o atrapalhavam na hora de comer. Ervilhas rolavam de sua colher e caíam ao chão. Quando pegava o copo, o leite era derramado na toalha da mesa. O filho e a nora, irritados com a bagunça, falavam: “Que bagunça!”. “Precisamos tomar uma providência com relação ao papai”, disse o filho. “Já tivemos suficiente leite derramado, barulho de gente comendo com a boca aberta e comida esparramada na toalha da mesa”. Então, eles decidiram colocar uma pequena mesa num cantinho da cozinha. Ali, o avô comia sozinho enquanto o restante da família fazia as refeições à mesa com satisfação. Desde que o homem quebrara um ou dois pratos, sua comida agora era servida numa tigela de madeira.

O menino de quatro anos assistia a tudo, a essa discriminação com o idoso.

Uma noite, antes do jantar, o pai percebeu que o filho pequeno estava no chão, manuseando, esculpindo um pedaço de madeira. O pai pergunta delicadamente ao filho: “O que você está fazendo?” O menino respondeu docemente: “Ah, estou fazendo uma tigela de madeira para você e para a mamãe comerem quando eu crescer naquele mesmo cantinho em que está hoje o meu avô”.

O garoto sorriu e voltou às suas atividades. Aquelas palavras tiveram um impacto tão grande nos pais que eles ficaram mudos, começaram a chorar e mudaram, com essa aula da criança, sua conduta dali para frente. Embora ninguém tivesse falado nada, ambos sabiam que precisavam mudar.

Naquela noite, o pai tomou o avô pela mão e gentilmente o conduziu à mesa da família. Dali em diante e até o final dos seus dias, o velhinho comeu junto com todos na mesa da família e, Sr. Presidente, por alguma razão, o marido e a esposa não se importavam mais quando o garfo caía, o leite era derramado ou a toalha ficava com alguns grãos de ervilha.

Resta a pergunta: que espécie de exemplo cada um de nós tem de dar aos nossos filhos, aos nossos sobrinhos, aos nossos afilhados, aos nossos amigos,

àqueles com quem convivemos? Temos de tratar de aprender a conviver com nossos velhos.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu tinha de fazer hoje essa homenagem aos idosos porque eu não estava aqui no dia 1º de outubro – assim como V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista ter sido o dia das eleições –, data em que o Estatuto do Idoso completou três anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer desta tribuna um registro sobre a greve dos bancários. Cerca de 190 mil trabalhadores do setor bancário aderiram à greve no País, que envolve um total de 400 mil bancários. A paralisação é por tempo indeterminado.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) exige aumento real de 7,05% nos salários, além da reposição da inflação; PLR (Participação nos Lucros e Resultados) de 5% do lucro líquido dos bancos para todos os bancários, mais um salário bruto acrescido de R\$1.500,00.

Já a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) oferece reajuste de 2,85% (igual ao INPC acumulado em 12 meses); PLR de 80% do salário mais R\$816,00 – nos bancos que tiverem crescimento de 20% ou mais no lucro líquido, haveria adicional de R\$750,00.

Sr. Presidente, faço um apelo a ambas as partes para que ocorra o mais rápido possível um acerto.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que, na semana que passou, vivemos a Semana Nacional do Idoso, com uma seqüência de comemorações, que passaram pelo 27 de setembro – Dia Nacional do Idoso, culminando com o 1º de outubro – Dia Internacional do Idoso e 3º aniversário do Estatuto do Idoso.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – dedicou o ano de 2003 aos idosos, aplicando o lema “vida, dignidade e esperança” para a Campanha da Fraternidade, o que contribuiu para conseguirmos, depois de 7 intensos anos de muita luta, ver o Presidente da República assinar a Lei nº 10.741, que instituiu o Estatuto do Idoso.

Ainda é grande a desinformação sobre o idoso e sobre as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social. O envelhecimento humano, na verdade, quase nunca foi estudado. Poucas escolas no País criaram cursos para auxiliar as pessoas mais velhas. Uma prova disso é que até um tempo atrás o médico

que quisesse se especializar em Geriatria precisava estudar na Europa.

Depois da criação da Política Nacional do Idoso, através da Lei nº 8.842, em 4 de janeiro de 1994, é que as instituições de ensino superior passaram a se adaptar a fim de atender a determinação da Lei, que prevê a existência de cursos de Geriatria e Gerontologia Social nas faculdades de Medicina no Brasil. A Geriatria é uma especialidade da Medicina que trata da saúde do idoso, enquanto a Gerontologia é a ciência que estuda o envelhecimento.

Num País como o nosso, que vê sua pirâmide populacional ser modificada pouco a pouco, seria importante pensarmos nas palavras que Simone de Beauvoir escreveu em 1970, em seu livro *A Velhice*, no qual denunciou a “conspiração do silêncio” sobre as questões do envelhecer. Nele a autora marca que a velhice não é um fato estático, mas um processo, e que a vida “é um sistema instável, no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia que é o sinônimo da morte. Mudar é a lei da vida.”

O Estatuto do Idoso é um instrumento que se dispõe a quebrar essa conspiração do silêncio. Cada capítulo do Estatuto do Idoso colocou em discussão temas importantes, como a responsabilidade da União, a criação dos Conselhos do Idoso para fiscalizar, o direito à vida e à saúde, à habitação, à alimentação, à convivência familiar e comunitária, ao trabalho, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à previdência social digna, à assistência social e jurídica. Enfim, o Estatuto representou o resgate da dívida que o País tem com seus cidadãos, cujas ações construíram a Nação de que hoje nos orgulhamos.

Todos esses capítulos são de fundamental importância para que os idosos possam ver respeitados os seus direitos e sua plena cidadania.

Vou abordar alguns aspectos dentro desse todo. Por exemplo, a saúde do idoso.

O programa Desafios Éticos, realizado em 28 de julho próximo passado no Rio Grande do Sul, chegou à sua 11ª edição abordando de forma ampla a saúde do idoso sob diversos aspectos.

Os médicos convidados falaram, por exemplo, sobre as enfermidades mais comuns no idoso e seus tratamentos. As principais síndromes geriátricas listadas abrangem déficit visual, depressão, desordens de movimento e imobilidade, incontinência, insônia, déficit auditivo e cognitivo, instabilidade, quedas, fragilidade. Os problemas mais comuns e importantes são: insônia, depressão (que costuma ser subdiagnosticada), osteoporose e arteriosclerose (causa de um elevado percentual de mortes).

Foi diferenciado o envelhecimento primário e secundário. O primário é o conjunto de mudanças fisiológicas que acontecem com o passar dos anos (perda de massa muscular, presbiopia, rugas e outros) e o secundário são as conseqüências de atitudes tomadas por cada pessoa durante a vida (má alimentação, fumo, exposição demasiada ao sol)

Com o aumento da população idosa, deve-se observar uma queda nos índices de doenças infecciosas e um aumento dos males crônico-degenerativos.

E aqui abro uma lacuna para falar sobre uma reportagem veiculada na imprensa na qual o Presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília, Antônio Geraldo da Silva, alerta para a falta de políticas públicas de saúde para a depressão e doenças mentais na terceira idade. Segundo o médico, a depressão é a doença que mais atinge os idosos. Geralmente ela está associada a outros males, como Parkinson e Alzheimer, e constitui a maior causa de demissão entre trabalhadores com mais de 50 anos.

O médico afirma que a falta dessas políticas para a saúde do idoso dificulta o diagnóstico. Sem tratamento, eles pioram e sofrem conseqüências como abandono da família.

Outros dados ressaltam ainda, conforme pesquisa do Conselho Regional de Farmácia, que o Distrito Federal tem hoje quase 70 mil pessoas com mais de 60 anos responsáveis pelo sustento do lar.

O Conselho calcula que 80% da população idosa toma mais de um medicamento controlado. Existe o fato também de que, com a perda da memória, em conseqüência da idade ou de doenças, o manuseio dos remédios torna-se perigoso.

Sr. Presidente, a questão da saúde dos idosos precisa ser enfrentada. Conforme o programa “Desafios Éticos”, existe um grande problema a ser encarado: o lamentável fato de que o Brasil hoje conta apenas com 500 especialistas titulados para atender ao grande contingente de idosos.

É importante também que o nosso País pense na prevenção como grande aliada nas questões da saúde. Os especialistas afirmam que a prevenção ainda é o melhor tratamento e que o envelhecimento bem-sucedido depende da saúde mental e da auto-estima, mantendo um nível de atividade mental e física que proporcione a autonomia pessoal.

Foram apontados como fatores que contribuem para a qualidade de vida do idoso, um lar seguro; dieta balanceada; higiene pessoal; comunicação e suporte de outras pessoas; segurança física e financeira; atividades e interesses individuais; e acesso aos serviços de saúde.

O Estatuto do Idoso também foi examinado no evento e foi reafirmado o fato de que o Ministério Pú-

blico é legitimado a atuar em defesa dos direitos e interesses do idoso. Qualquer pessoa do povo pode levar uma denúncia ou suspeita de crime contra o idoso ao conhecimento do Ministério Público, tornando-se essa possibilidade um dever no caso de agentes públicos (incluindo-se os médicos que trabalham pelo SUS) e agentes de saúde.

A promotora do Ministério Público destacou que um dos mais sérios problemas atuais é o fornecimento gratuito de remédios, previsto por lei como obrigação do Estado. Esse problema tem sido razão de inúmeros processos em andamento.

Outro aspecto que desejo abordar é a grave questão da violência contra os idosos.

Podemos associar a violência ao déficit de democracia e de direitos humanos, ressaltando que entre os indivíduos mais vulneráveis às mazelas sociais destaca-se a população idosa, já que a idade avançada deixa os idosos mais vulneráveis e geralmente mais suscetíveis a quedas e atropelamentos. Não há segurança nas travessias de semáforos nem tempo suficiente para que consigam chegar ao outro lado da rua.

A violência contra os idosos pode ocorrer de várias formas, desde a violência psicológica, que se manifesta pela negligência e pelo descaso, até as agressões físicas.

Na audiência pública sobre violência contra a pessoa idosa realizada no mês de junho deste ano, a Dr<sup>a</sup> Laura Mello Machado, do Ipea, salientou que nossa legislação é bastante avançada em comparação com a de outros países. Ela disse que falta ação, implementação e suporte às famílias brasileiras para que possam cuidar de seus idosos e extirpar um modelo de violência contra as pessoas idosas. Ela frisou a importância da alocação de recursos no enfrentamento da questão.

A Dr<sup>a</sup> Cecília Minayo, da Fundação Oswaldo Cruz, enfatizou que existem dois mitos:

1º O idoso é descartável.

Isso é facilmente contestado por números que demonstram que 60% dos idosos trabalham e mais de 30% sustentam suas famílias, segundo dados do IPEA.

2º Velhice é doença.

Oitenta e cinco por cento dos idosos continuam firmes, capazes de “curtir” a vida.

Tais mitos são discriminatórios, e a discriminação é uma forma social de violência.

Ela informou também que 3,5% da mortalidade de idosos é por causas violentas. A maior parte das mortes se dá no trânsito. Outra causa grave são as quedas que os idosos sofrem.

Salientou ainda a importância de o Ministério das Cidades entrar em cena e preparar transporte

mais humano, cidades mais adequadas, assim como as casas também deveriam ser preparadas para receber seus velhos.

Os idosos morrem também em grande número por homicídios e suicídios. A taxa de suicídios de idosos é quase o dobro da de outras faixas etárias.

Sr. Presidente, por último, vou falar sobre um aspecto que julgo da maior relevância dentro do Estatuto: o artigo que trata da educação.

Artigo 22 – “nos currículos mínimos dos diversos níveis do ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”.

**A Revista Terceira Idade SESC – SP** pondera que o envelhecimento é um processo que se inscreve na temporalidade do indivíduo, do início ao fim da vida, processo este composto de perdas e ganhos. A velhice, antes só vista como mais uma etapa do ciclo de vida, hoje é considerada como um processo contínuo, em construção. E é isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, que as nossas crianças precisam aprender. Precisamos ampliar seus horizontes, mostrar-lhes não só a importância das experiências de vida, mas também que avós e avôs continuam construindo suas histórias, continuam sendo pessoas com direitos garantidos em lei e com direito a ter sua cidadania respeitada pelos familiares, pelo Governo e pela sociedade. Ensinar o respeito à história de vida das pessoas, aprender com ela, valorizar aquele homem e aquela mulher que já viveram mais, deixando de lado preconceitos enraizados, é uma meta importante da educação.

Devemos lembrar também que todos os dias, todos os momentos misturam a vida com a educação. No próprio universo do animal, ocorre a vivência de situações para que os filhotes aprendam através do exemplo. E é falando sobre exemplos que eu quero finalizar minha fala.

Um senhor de idade foi morar com seu filho, nora e netinho de 4 anos de idade. As mãos do velho eram trêmulas, sua visão embaçada e seus passos vacilantes. Todos comiam reunidos à mesa. Mas as mãos trêmulas e a visão falha do avô o atrapalhavam na hora de comer. Ervilhas rolavam de sua colher e caíam no chão. Quando pegava o copo, leite era derramado na toalha da mesa. O filho e a nora se irritavam com a bagunça.

– “Precisamos tomar uma providência com relação ao papai”, disse o filho.

– “Já tivemos suficiente leite derramado, barulho de gente comendo com a boca aberta e comida esparramada na toalha da mesa.”



Então, eles decidiram colocar uma pequena mesa num cantinho da cozinha. Ali o avô comia sozinho enquanto o restante da família fazia as refeições à mesa, com satisfação. Desde que o homem quebrara um ou dois pratos sua comida agora era servida numa tigela de madeira. O menino de 4 anos assistia a tudo em silêncio.

Uma noite, antes do jantar, o pai percebeu que o filho pequeno estava no chão, manuseando pedaços de madeira. O pai perguntou delicadamente ao filho:

– “O que você está fazendo?”

O menino respondeu docemente:

– “Ah, estou fazendo uma tigela para você e a mamãe comerem quando eu crescer.”

O garoto sorriu e voltou às suas atividades.

Aquelas palavras tiveram um impacto tão grande nos pais que eles ficaram mudos e começaram a chorar. Embora ninguém tivesse falado nada, ambos sabiam o que precisava ser feito. Naquela noite o pai tomou o avô pela mão e gentilmente conduziu-o à mesa da família. Dali em diante e até o final dos seus dias ele comeu todas as refeições com a família. E, por alguma razão, o marido e a esposa não se importavam mais quando um garfo caía, leite era derramado ou a toalha da mesa sujava.

Resta a pergunta: “Que espécie de exemplos cada um de nós tem dado aos nossos filhos, aos nossos sobrinhos, aos nossos afilhados, quando se trata de lidar com os mais velhos?”

Como terceiro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registro que ontem comemoramos os 18 anos da atual Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Hoje, 6 de outubro, se fosse vivo, Ulysses Guimarães – o Senhor Constituinte – completaria 90 anos de idade.

Tive a satisfação de estar a seu lado na Constituinte e pude absorver vários ensinamentos deste que considero um dos maiores homens públicos que o Brasil já teve. Creio que o Dr. Ulysses foi daqueles homens que, se colocado em diferentes épocas da história brasileira, seria um político contemporâneo, um grande patriota, que, ainda espero, seja reconhecido verdadeiramente como o esteio da redemocratização no País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Mão Santa e João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Meus parabéns e os parabéns da Mesa, Senador Paulo Paim. Quisera Deus que este Parlamento fosse feito de homens do gabarito, do quilate de Paulo

Paim. Quem dera que o PT tivesse uma bancada toda que se parecesse com Paim. Quem dera que o Presidente Lula tivesse levado Paim como seu Ministro.

Meus parabéns, Senador Paulo Paim!

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior em razão de permuta com o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não vou usar todo esse tempo, Sr. Presidente. Antes de qualquer coisa, quero cumprimentá-lo prazerosamente e agradecer ao Senador Heráclito por me permitir falar antes dele.

Quero revelar, primeiramente, a minha tristeza absoluta. Ontem a televisão brasileira nos mostrou uma cena que, acredito, incomodou a Nação brasileira: uma criança de pouco mais de um ano de idade, portadora da Síndrome de Down, submetida a tortura por uma babá de pouco mais de dezoito anos de idade. Essa cena foi repetida, praticamente, por todos os telejornais.

Dizer que ficamos chocados, Senador Motta, é chover no molhado, como se diz.

Por que trago este assunto à baila nesta sessão do Senado? Creio que, pelo nosso inconformismo, por nossa luta contra a miséria, o abandono, a tortura, precisamos usar de todos os recursos de que dispomos, primeiro, para denunciar os fatos; segundo, para nos insurgirmos contra a sua ocorrência. E temos a tribuna do Senado para fazê-lo.

Aqui, Senador Motta, Senador Heráclito, eu queria aproveitar a oportunidade, porque a cena foi tão chocante que me leva a fazer um apelo, um pedido àquelas pessoas que têm a responsabilidade de acompanhar o crescimento de uma criança, na condição de babá: que essas pessoas se compenbrem, que revejam a cena de uma criança sendo maltratada, espancada, percebam o quanto de crueldade existe num ato desse, numa cena dessa, e procurem assumir suas responsabilidades com ternura, com amor a uma criança, principalmente com aquelas que, mais do que as outras, encontram-se impossibilitadas de qualquer reação.

Em suma, Senador Motta, fiquei tão chocado que me senti no dever e na obrigação de repercutir este assunto da tribuna do Senado e fazer esse apelo às babás de todo Brasil. Tenho certeza absoluta de que praticamente todas, ou a grande maioria, são pessoas decentes; muitas delas humildes, mas decentes. Peço que revejam aquela cena, para que não tiremos nunca da nossa memória uma cena tão cruel como aquela, a fim de nos compenbrarmos cada vez mais da nos-

sa responsabilidade com aqueles que não podem se defender pois estão, do ponto de vista da defesa, em situação inferior à nossa.

Não podemos também deixar de tratar do assunto em pauta hoje, no nosso País: a política; o segundo turno das eleições. Devo dizer que, no meu Estado, o PMDB, meu Partido, desde o primeiro turno fechou questão em torno da candidatura do ex-Governador Geraldo Alckmin à Presidência da República.

Sinto-me hoje muito feliz e reconfortado de ver que o povo acreano, na pessoa dos eleitores acreanos, em sua maioria sufragou o nome do ex-Governador Geraldo Alckmin, dando-lhe a maioria dos votos colhidos no primeiro turno das eleições presidenciais.

Triste do país, Senador Motta, em que se discute se o Bolsa-Família será mantido ou suprimido. Triste do País, Senador Motta! Triste do país que, por anos seguidos – e digo isso com todo respeito ao Haiti, um país que tenta se recompor, se recuperar –, colhe resultados de crescimento e de desenvolvimento em índices apenas superiores àquele país que sai de uma situação de quase derrocada absoluta. Triste desse país!

No início desta semana, fiz uma reflexão desta tribuna e gostaria de explicitá-la. Afirmo que o que se passa atualmente em nosso País é algo comparável àquilo que tanto criticávamos no passado, ou seja, a política dos coronéis, a política do coronelismo.

O que era a política do coronelismo? Era o próprio poder público, os próprios agentes públicos se aproveitando da fome, da desgraça, da miséria alheia para promover políticas meramente assistencialistas, não-duradouras, políticas que, de forma alguma, permitiam que o Estado interviesse no processo econômico brasileiro para criar condições de crescimento e de desenvolvimento. Eram, pois, políticas que perpetuavam a miséria, a fome e a pobreza.

Hoje eu vejo, com muita tristeza, que tais políticas assumiram outro formato. São as mesmas, mas assumiram outro formato. Em substituição aos milhares de coronéis que sufocavam este País, que humilhavam este País, a política do coronelismo federalizou-se, ou seja, hoje é o próprio Governo Federal que, de alguma forma, executa essa política.

A mesma política, aquela política de antes, ontem tão combatida, hoje é executada no Brasil, por vezes até sem qualquer escrúpulo. É a política do mero assistencialismo; é a política que, da mesma forma, não cria as condições econômicas para a intervenção do Estado na promoção do crescimento e do desenvolvimento, único caminho que permitiria a geração e a criação de milhões de empregos e a melhor distribuição de renda.

O objetivo é tão-somente transferir renda, Senador João Batista Motta.

Precisamos pensar no seguinte. Existem dois tipos de Bolsa-Família em nosso País. Há o Bolsa-Família mixuruca, aquele que repassa para milhões de famílias uma quantia que não lhes permite sequer manter um nível mínimo de sobrevivência ou de manter viva pelo menos a perspectiva da dignidade. Esse é o Bolsa-Família oferecido hoje de forma centralizada pelo Governo Federal. Aqueles coronéis de ontem, que tinham o poder de planejar, formular e executar a política de transferência de renda assistencialista, política que não permitiu jamais a geração de melhores condições de vida para o povo brasileiro, hoje são apenas cumpridores de tarefas; eles não têm mais o poder do planejamento, da formulação e da execução dessa política. A formulação, o planejamento e a execução dessa política hoje cabem ao Governo Federal.

Fiz referência à existência de dois tipos de Bolsa-Família. Existe o programa a que já me referi e existe a bolsa família dos privilegiados neste País. Cerca de vinte mil famílias no Brasil recebem uma renda polpuda que, em seu somatório, representa grande parte da renda que é aqui produzida. Trata-se daquelas pessoas que vivem penduradas nos rendimentos que auferem a partir dos títulos públicos, ou seja, vivem de juros, dos juros que são pagos pela aplicação dos títulos públicos. São cerca de vinte mil famílias que, no somatório, recebem quantias muitas vezes maior do que o montante que é transferido para os milhões de famílias que recebem o Bolsa-Família da humilhação, da fome e da miséria.

Portanto, Senador João Batista Motta, precisamos mudar esse estado de coisas se queremos repensar o Brasil, se queremos dar outro rumo ao nosso País, se queremos perseguir metas que permitam que grande parte do povo brasileiro participe do resultado do esforço de todos – participar do esforço, o povo brasileiro participa; não participa é da apropriação dos resultados desse esforço.

Essa desigualdade na apropriação da renda é cada vez mais cruel em nosso País, e ela beneficia número cada vez menor de pessoas, de famílias.

Estamos em pleno processo eleitoral, às vésperas de um segundo turno em que se vai decidir quem, nos próximos quatro anos, coordenará, planejará e, juntamente com o povo brasileiro, executará políticas públicas, políticas públicas que não podem ser propriedade de ninguém, políticas públicas que têm de ter a participação efetiva do povo brasileiro.

Nos últimos anos, os movimentos sociais estão sendo sufocados, cooptados, os sindicatos, antes ativos e com intensa participação em nosso País, hoje

estão sendo, quando não cooptados, colocados na parede por situações como a que revelou aqui o Senador Paulo Paim: mais de duzentos mil bancários neste País iniciaram um movimento grevista por melhores condições de trabalho, por melhores condições de remuneração. E vejam os senhores e as senhoras que isso se dá em um sistema bancário onde, para vergonha de quem tem vergonha na cara neste País, os banqueiros se apropriam do resultado do esforço e do trabalho do povo brasileiro – e o fazem de forma dramática. Nunca banqueiros nacionais e internacionais ganharam tanto dinheiro neste País como nos últimos anos; nunca no sistema bancário e, particularmente, no nosso, circulou tanto lucro. Senador Paulo Paim. Isso é uma coisa absurda!

E esse assunto, embora às vezes caia até na banalidade, não deveria cair, porque é uma situação dramática. Esse jogo duro dos banqueiros, que não abrem mão de um milímetro em favor da remuneração dos seus servidores, autoriza-me a pensar que eles fazem isso de forma deliberada, Senador Paulo Paim, que fazem isso escorados inclusive no avanço tecnológico, que, hoje, no sistema bancário, é de uma obviedade incrível. E fazem isso com uma perversidade impressionante.

Senador Paulo Paim, concedo-lhe um aparte.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por tudo: pela sua história, pela sua caminhada, pela sua forma de atuar no Parlamento. V. Ex<sup>a</sup> é o Relator de um projeto de nossa autoria, e a obra de V. Ex<sup>a</sup> nós a incorporamos ao projeto que, aprovado na quarta-feira na Comissão, tramita agora no plenário. Mas a prioridade é o projeto que V. Ex<sup>a</sup> construiu, vinculando o aumento do salário mínimo ao dobro do PIB, o que demonstra, com todos os argumentos, que é possível fazê-lo. E já que estou falando em salário, quero também me somar a V. Ex<sup>a</sup>. É importante que os banqueiros tenham sensibilidade. Ninguém, ninguém neste País pode ter dúvida sobre o lucro dos bancos. Ninguém tem dúvida. Ora, se os bancos vão bem, por que os funcionários dos bancos não podem ter um reajuste em torno de 7% ou 8%? Querem dar 2,85%. A maioria dos trabalhadores da área privada deste País teve um reajuste que ultrapassou a 5% – o mínimo dado para os aposentados e pensionistas, para se ter uma referência –, mas não querem dar nem isso. Querem dar 2,85%. Por isso, sempre digo, Senador Geraldo Mesquita Júnior – e V. Ex<sup>a</sup> conhece bem essa área, pois ajudou as organizações dos trabalhadores –, que ninguém faz greve porque gosta. Alguém está achando que esses milhares de bancários, quase duzentos mil deles, que estão tendo confrontos com a segurança na

porta dos bancos, tendo confrontos até com os colegas que pensam diferentemente, eles estão felizes? Alguém pensa que as famílias deles em casa – pai, mãe, filhos, avós – estão felizes? Claro que não estão. Estão em uma política de resistência para ver se, efetivamente, a federação dos banqueiros senta, negocia e aponta um reajuste decente. Eu dizia antes e repito agora: nos últimos vinte ou trinta anos, acho que não há nenhum país no mundo onde os banqueiros lucraram tanto como no Brasil. Por que não atender à reivindicação mínima dos trabalhadores? Fiz um aparte rapidamente só para cumprimentá-lo, porque, às vezes, falam “você não têm receio, quando criticam os banqueiros, que eles possam lhes prejudicar?” A mim, não! Banqueiro nenhum financia campanha minha. Dá para contar nos dedos os dias de apoio que recebi deste ou daquele setor da economia, mas de banqueiro nunca, nenhum um centavo. E também não quero, porque não quero assumir responsabilidade nenhuma. Tenho uma posição clara; não tenho nada contra banco. Penso que o banco é importante, tanto que quero que volte a funcionar. Que tenha o seu lucro, mas que saiba que o lucro exagerado acaba, no futuro, revertendo contra aqueles que só pensam em faturar, em lucrar e lucrar. Por isso, parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Vamos torcer para que os bancários vejam a sua reivindicação mínima atendida. Parabéns, Senador Geraldo Mesquita Júnior!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup>, com sua atuação nesta Casa, estabelece para mim, pessoalmente e particularmente, referenciais importantes, sem demagogia, sem oportunismo. V. Ex<sup>a</sup> oferece referenciais importantes de como devemos tratar questões que dizem respeito aos idosos, aos deficientes, aos trabalhadores em geral, às minorias neste País. Os referenciais sobre os quais tenho me habituado a refletir e que norteiam também o meu procedimento e a minha atuação nesta Casa são os referenciais, em grande parte, colocados por V. Ex<sup>a</sup> com sua atuação. Agradeço o seu aparte.

Quero concluir, Sr. Presidente, fazendo uma clamação ao povo brasileiro: que tome para si o debate das questões nacionais. O povo brasileiro não pode mais ter o seu futuro pautado por uma discussão estéril, histórica, a fim de saber se fulano vai privatizar isso ou aquilo, se sicrano vai substituir a política em curso do nosso País e o envolvimento do nosso País no Mercosul, descambando para a Alca. Tenho certeza absoluta que o povo brasileiro precisa, de uma vez por todas, chamar a si a responsabilidade do debate nacional e colocar, isto sim, o que lhe interessa na pauta de discussão, para que não seja, mais uma vez, expectador, contemplador de disputas que, passada a refrega,

muitas das vezes, os protagonistas lhe viram as costas para tratar dos seus próprios interesses, e o povo brasileiro continua na situação de penúria, de miséria. Refiro-me à grande maioria do povo brasileiro.

Assim como os bancários, que hoje lutam por melhores condições remuneratórias, milhões e milhões de brasileiros também se encontram nessa situação de procurar viver com mais dignidade para sustentar suas famílias, enfim, para prosseguir a vida e para participar da construção deste nosso querido Brasil.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, as reflexões que queria trazer a esta Casa, fazendo mais uma vez um apelo ao povo brasileiro para que chame a si o debate, assuma a responsabilidade de colocar na pauta nacional os temas que lhe dizem respeito e que lhe interessam, para que não seja, mais uma vez, um mero espectador da política nacional que, cada vez mais, se afasta, se afasta e se afasta do contexto onde deveria estar, qual seja, o do conjunto de interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex<sup>a</sup> terá assegurada a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, intercalado com o uso da palavra pelos oradores inscritos, lideranças ou por delegação destas.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pedi para fazer essa comunicação inadiável a fim de registrar um artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria do Dr. Renato Janine Ribeiro, intitulado “Democracia é maior que qualquer um de nós”.

Renato Janine Ribeiro é professor de Ética e Filosofia Política na USP, Diretor de Avaliação da Capes e autor de, entre outras obras, **A Sociedade contra o Social – o alto custo da vida pública no Brasil**.

Diz o Dr. Renato Janine Ribeiro em seu artigo:

Eleição não é luta do bem com o mal. É comparação Voto em Lula porque, a meu ver, seu governo melhorou o Brasil. Ele recebeu o País com uma agenda ditada pela direita, que reduzia quase tudo à política econômica, ou pior, à monetária e à fiscal; um país que, no fim de 2001, não cumpria mais o Orçamento, sem dinheiro nem para pagar passagem de

Ministros, com o dólar a R\$4 e um risco Brasil enorme. Ora, o governo de centro-esquerda foi capaz de acalmar a economia, de baixar o risco, de aumentar as exportações, enfim, de cumprir uma agenda econômica que não era sua prioridade, nem a dos movimentos populares, e isso sem privatizar nada, sem desfazer o patrimônio público.

Mais ainda: Lula colocou na política brasileira, de modo definitivo, uma agenda social importante. E com êxito. Segundo Maria Inês Nassif (**Valor Econômico**, de 24 de agosto), o maior rigor em programas com programas como o Bolsa-Família e os do Ministério das Cidades, “desintermediou o voto da população pobre, que antes passava pelo chefe local”. Se isso é certo, não há paternalismo na atual política de promoção social. Não adianta ficar inventando que Lula se proclamou o “pai dos pobres”. Alguns jornalistas dizem isso, mas nunca informam quando o Presidente teria usado uma linguagem tão contrária a suas crenças para se referir a si próprio. Tudo indica que há menos paternalismo agora do que antes.

É engraçado: quando se banhava de dinheiro o grande capital (empréstimos do BNDES a juros baixos para privatizar estatais), a opinião dominante chamava isso de progresso, mas, quando se dá dinheiro aos mais pobres, para comerem e se vestirem melhor, a mesma opinião dominante entende que dinheiro nas mãos de pobres não presta.

Discordo disso.

Quero uma sociedade mais democrática. Isso significa, em primeiro lugar, o fim da miséria, a redução da desigualdade social.

No horizonte político brasileiro, não vejo força melhor que a coligação de esquerda para promover esse salto qualitativo. Ela tem sido capaz de melhorar as condições sociais com uma temperatura baixa de conflitos, ao contrário do que diziam seus detratores.

O País não pegou fogo. O saldo do Governo é positivo: a questão social está sendo bem orientada.

Agora vamos à questão ética.

No Governo atual, o Procurador-Geral não engaveta processos, a Polícia Federal age, CPIs funcionam. Já seu principal adversário impediu sessenta CPIs de funcionar na Assembléia paulista, deixou uma política de segurança prepotente e ineficaz (porque acabamos sob o domínio do PCC)



e uma política de educação que não é das melhores. Eleição é comparação. Não vejo no governo Alckmin superioridade ética sobre o Governo Lula.

Contudo, há satisfações que o PT deve à sociedade. Os escândalos mostram que ele é um Partido mais “normal” do que imaginava ser. Humildade não faz mal.

O PT tem seus defeitos. Deve contas ao Brasil. Tem de fazer uma faxina interna e punir quem errou. Mas, ainda assim, consegue governar melhor que os outros. Aliás, seria bom o País todo fazer um exame de consciência. Com o financiamento privado de eleições, a porta se escancara para a negociata.

Deveríamos priorizar em 2007 a reforma política, com fidelidade partidária, condições mais equilibradas de financiamento às candidaturas e talvez até o voto distrital.

Tudo isso para se discutir.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador, apesar de só ter cinco minutos e precisaria terminar.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Cara Senadora, é triste que um homem da categoria do Dr. Janine escreva um artigo desses, que não acrescenta nada ao País. Ele critica um procurador por engavetar processos, e ele está engavetando a verdade. Ninguém engavetou mais escândalos neste País do que o próprio Lula, perdoando antecipadamente os envolvidos, sendo desleal com os companheiros e livrando-se deles de acordo com a sua conveniência, haja vista o Presidente do seu Partido, seu colega de tantas lutas, Berzoini, que hoje está no patíbulo para ser decepado. Por quê? Porque participou da compra de um dossiê no qual está envolvida a reeleição do Presidente da República. Qual é a lealdade do Presidente da República com o Sr. Mercadante? Por que tentar agora satanizar Mercadante e Berzoini, como o fez lá atrás com José Dirceu, como o fez lá atrás com Genoíno? Não, Senadora; o Sr. Janine não consegue tapar o sol com a peneira. Dizer que a política do Geraldo Alckmin em relação à segurança em São Paulo foi dura é um mérito, porque ele não deu tréguas a bandidos e a ladrões, enquanto companheiros do Partido de V. Ex<sup>a</sup> entravam livremente nos presídios para dialogar com os membros do PCC e fazer acordos com os presidiários. Lamento que o Sr. Janine tenha essa mancha em seu currículo ao escrever tão inoportuno e tão infundado artigo.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço um minuto para terminar.

Eu gostaria de dizer ao Senador Heráclito, uma pessoa por quem tenho o maior respeito – e ele sabe disso –, somos adversários políticos, mas somos amigos, coisas absolutamente diferentes, que o Presidente Lula não engavetou nada nunca, até porque ele não tem poder para isso.

Eu gostaria de terminar de ler – e tenho alguns segundos – o artigo do Dr. Renato Janine, professor da USP, meu colega, já que também sou professora de universidade, e por quem tenho o maior respeito.

Uma eleição não é uma guerra. Amanhã e sempre teremos de conviver, quem votou em Lula ou nos outros candidatos.

Precisa cessar o terror discursivo, a ameaça ao voto universal. Este é o segundo ponto em que desejo uma sociedade democrática. Democracia significa respeitar o discurso do outro. Nas eleições, as pessoas se exaltam, mas é desonesto deformar o que o outro disse.

Muito do que hoje se conta sobre o PT ou sobre quem o apóia, como eu, é uma enorme caricatura. Isso amesquinha a política, que deve ser arena de adversários, não de inimigos.

Esse clima envenenado não ajuda o de que mais precisamos, não nós da Esquerda, mas nós brasileiros: construir alianças, trabalho em conjunto, convergências. A sociedade é maior que a política. O Brasil é maior que os Partidos. A pequena ambição não pode erodir nossas oportunidades.

Podemos enfrentar a miséria, melhorar a educação e a saúde, integrar os excluídos. Penso que Lula é o mais adequado, hoje, para dirigir o Governo neste rumo, mas penso também que este tem de ser um projeto de sociedade, e não apenas de governo. Não estamos, hoje, terceirizando a solução de nossos problemas. Estamos elegendo o mais apto a dirigir um esforço que deve ser maior do que ele e do que qualquer um de nós.

Por isso Janine diz que a democracia é muito maior do que qualquer um de nós.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Mesa agradece aos alunos do ensino médio do Colégio Santa Cruz de Araguaína, de Tocantins, alunos simpáticos que hoje visitam o Senado Federal. Muito obrigado pela presença.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, que dispõe de vinte minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associe-me a V. Ex<sup>a</sup> ao fazer a saudação

a essa simpática gente do Tocantins, Estado ao qual o Piauí muito deve. (Palmas.)

Estive, recentemente, três vezes em Tocantins, ajudando minha colega Deputada e Senadora eleita Kátia Abreu, ajudando-a na campanha. Vi a quantidade de piauienses que vivem hoje em Tocantins, trabalhando e ajudando a construir a história daquele Estado.

Portanto, faço daqui minha associação às manifestações do Sr. Presidente, desejando-lhes uma visita positiva a Brasília.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores gosta de viver no pecado, no submundo, no crime! Gosta dos dossiês! Compra-os, fabrica-os, cria-os. Vai gostar do submundo assim em outro planeta! Comprou o dossiê dos sanguessugas em Mato Grosso e estava preparando a compra de um dossiê na Bahia. É dossiê por todo lado!

Eles, agora, estão lançando na praça um novo dossiê, que tem sido divulgado aqui, por alguns Senadores, inclusive Líderes. Por meio de um roteiro criminoso, começam a anunciar medidas supostamente adotadas por Geraldo Alckmin quando assumir a Presidência da República no dia 1º de janeiro.

O corte de gastos é prioridade do Sr. Alckmin, principalmente o corte de gastos da corrupção. O Brasil perde, ano a ano, milhões de reais, que vão pelo ralo da corrupção, que é preciso ser banida deste País.

Quanto a demitir funcionários, o PT sabe que ele não vai fazer isso. O que ele vai fazer é demitir milhares e milhares de militantes do PT que foram colocados de maneira injusta em funções públicas. Os sindicalistas ali colocados ganham DAS e tiram dos recursos federais fortunas. Para quê? Para aparelhar o Estado com o que há de pior, e o Estado assistiu ao que há de mais nefasto nos últimos quatro anos.

Não é como o servidor público que passou em concurso; esse tem direito adquirido, e seu tratamento será correto. O problema é que essa gente vive recebendo das folhas extras, dos DASs, com o único objetivo de panfletagem, de aparelhamento e de divulgação de dossiês dessa natureza. Eles sabem que, num governo sério, não terão vez.

Se examinarmos também o dinheiro que o País está perdendo, que foi remetido às ONGs que financiam a invasão no campo, a invasão na Câmara dos Deputados e a compra de dossiês e que ninguém viu, veremos que a perda foi grande. Isso não terá vez no governo de Geraldo Alckmin. As ONGs de serviço e de atendimentos sociais, sim, serão prioritárias, mas não as arapucas criadas apenas para dar suporte econômico e financeiro aos que vivem no poder, mamando nas tetas gordas do Governo Federal. O Senhor Lula e seus aliados não terão mais vez a partir do próximo ano.

Sr. Presidente, como é impiedoso o PT! Há pouco, minha amiga Senadora Serys Slhessarenko leu um artigo do Sr. Janine. No fim, acho até que o Sr. Janine puxa as orelhas do Partido dos Trabalhadores, quando diz que a democracia é superior aos fatos que estamos vivendo e que não se pode interpretar erroneamente o pensamento das pessoas. Mas é isso exatamente o que o Senhor Lula tem feito, haja vista seu discurso no Rio de Janeiro. Aliás, Lula, quando discursa depois de um almoço, de um jantar ou de um coquetel, é um perigo! Essa é a grande verdade.

No seu discurso, diz que Geraldo Alckmin vai demitir. É o dossiê, concatenado, que tem seu nascedouro no Palácio do Planalto, porque o que disse aqui a Líder do Governo antes de ontem – aliás, contestando o sempre lúcido Senador Suplicy – é uma prévia do que o que o Senhor Lula, ontem, afirmou no Rio de Janeiro noite adentro.

Eles, agora, estão com essa catilinária de que Geraldo Alckmin vai privatizar, de que Geraldo Alckmin vai cortar, de que Geraldo Alckmin... Daqui a pouco, vão tentar satanizá-lo! Mas o que faz isso? O que faz isso são os sinais que estão sendo dados pelo povo brasileiro, que, felizmente, Sr. Presidente, acordou na hora exata e precisa. E quem foi o despertador do povo brasileiro? Foi exatamente o dossiê que foi comprado. E, até agora, não se coloca às claras a origem desse dinheiro, não se coloca às claras de onde ele partiu, de onde ele saiu, e o que se vê é um jogo de empurra.

Lemos, nos jornais de hoje mesmo, que a Polícia Federal reclama da companhia telefônica Claro pela demora em entregar ligações exigidas para a apuração dos fatos. Onde está o Ministro das Comunicações? Participando de jantares! Onde está a Anatel? Onde estão as autoridades, que não dão sequer uma palavra a respeito desse fato?

Aliás, acusar o Sr. Brindeiro de engavetar processos e não acusar este Governo de esconder escândalos é não ser justo e não ser igual. Onde está o resultado da apuração das cartilhas feitas no Palácio do Planalto, que foram distribuídas de maneira criminosa nos diretórios do Partido dos Trabalhadores, em que foram desviados mais de R\$11 milhões do Erário público, já punido pelo Tribunal de Contas?

Se abrimos os jornais de hoje, Sr. Presidente, leremos que o Tribunal de Constas manda suspender uma concorrência para compras de helicópteros por suspeita do seu procedimento. E do Ministro da Justiça não ouvíamos uma palavra, porque ele está nos palanques pedindo voto para Lula ou, então, interferindo na apuração desses fatos vergonhosos, maculando, acima de tudo, a imagem da Polícia Federal, que é

republicana, sim, senhor, quer queira o Ministro, quer queiram os membros do Governo Federal.

Não adianta! O PT passa, e essa gloriosa instituição fica. E ela não permitirá, Sr. Presidente, que tentem diminuí-la. Perseguições a funcionários e pressões na calada da noite são transitórias, mas o nome da instituição ficará, porque ela é permanente.

Sr. Presidente, vemos o Sr. Janine falar sobre qualidade de debate. Aí, abre-se o jornal **Folha de S. Paulo** e lê-se que D. Marta Suplicy, burguesa que se desencastelou da Prefeitura de São Paulo por vontade do povo, disse que Geraldo Alckmin vai diminuir o Bolsa-Família. É esse o tipo de jogo que essa gente, movida pelo desespero e pela revolta, quer fazer. O Brasil não aceita isso.

Ontem, estive no Paraná, onde assisti ao ato solene de adesão do PSB e do PFL à candidatura de Osmar Dias. Em Curitiba, pelas ruas por onde andei, vi a vontade do povo de eleger Osmar Dias e também Geraldo Alckmin. O atual Governador e candidato à reeleição encontra-se, neste momento, numa saia justa, porque suas bases também querem eleger Geraldo Alckmin, cuja campanha está vinculada à de Osmar Dias, que recebeu, ontem, o apoio de Rubens Bueno e do PFL.

Em Santa Catarina, a imprensa noticia episódio semelhante. Luiz Henrique da Silveira, nesta data em que se reverencia o aniversário de Ulysses Guimarães, deve estar a prantear a ausência daquele grande homem público que foi um dos seus grandes amigos. Luiz Henrique, na convivência com Ulysses, aprendeu as lições de tolerância, de humildade, acima de tudo levando a sério o trato da coisa pública.

Feliz é o homem que se cerca de homens públicos que têm o que ensinar. Tristes dos que se cercam de aloprados, de “propineiros”, de sanguessugas, de “mensaleiros” e de transportadores de dólar na cueca.

O Sr. Janine fala sobre um hipotético segundo Governo do Senhor Lula, mas para governar com quem, se, durante 20 anos, percorrendo o Brasil com suas caravanas, prometeu ao brasileiro compromisso com o social e não o cumpriu? Ele fez amigos que já caíram ou estão caindo.

Sr. Presidente, na semana passada – há cerca de quinze dias, para ser mais preciso –, recebi, como presente, um baralho, com 54 cartas. No verso de cada uma das suas 54 cartas, havia um envolvido no “mensalão”. Hoje, depois de 15 dias da edição do primeiro baralho, o Governo já promoveu novos envolvidos em escândalos, o que dá para se fazer a segunda parolha do baralho, que ficará completo. É preciso que o Governo estanque essa onda avassaladora de corrupção, senão os baralhos ficarão envelhecidos, tantos são os envolvidos. Nunca imaginei, ao receber aquele mimo, que o Governo já tivesse 54 pessoas envolvidas. E há

muito mais. Do coringa ao rei de copas, são muitas, e, agora, poder-se-á fazer o segundo baralho, para que fique completo.

Hoje, anuncia-se uma entrevista do Sr. Marco Aurélio Garcia na Rádio 13. Tenho-o na conta de homem honrado, mas seria preciso que o Sr. Marco Aurélio Garcia soubesse da participação da Rádio 13 no recebimento de verbas e em fatos pouco esclarecidos ocorridos em Santa Catarina, com o envolvimento e a participação de ONGs. A respeito desses fatos obscuros, o PT tem obrigação de prestar contas à Nação.

Sr. Presidente, eles negam o dossiê e os fatos, mas por que estão reunidos hoje, para expulsar o Berzoini do Partido, para tirá-lo da Presidência, se já o tiraram da coordenação de campanha? É porque sabem que existe um vínculo entre o fato e as lideranças maiores do Partido.

Punir o Sr. Berzoini é assumir a culpa, e esse é o primeiro passo para que alguém, neste País, entre com o pedido de cancelamento do registro de candidatura do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. De antemão, digo a todos que não seremos nós, do PFL, que o faremos – e, com certeza, não serão os do PSDB –, porque antes disso as urnas brasileiras derrotarão essa esperança que se transformou em tragédia.

Sr. Presidente, o Lorenzetti – aquele que é churrasqueiro e banqueiro do PT – antecipou-se à reunião da Executiva e pediu demissão, segundo a imprensa acaba de divulgar. É esse o PT que quer enfrentar Geraldo Alckmin, criando fatos que não existiram, factóides e, acima de tudo, mentiras e dossiês.

Quão impiedoso é esse Partido! Lembro-me, e discordo muito, da atuação do Sr. Mercadante aqui, a defender o Governo nas horas mais difíceis. Agora, colocado de lado, cabisbaixo, foi vítima de uma arapuca das próprias alas e facções internas do Partido dos Trabalhadores. Lembrem-se de que, quando esse fato foi potencializado, procurou-se localizá-lo apenas na circunscrição do Estado de São Paulo, numa tentativa de se livrar o Presidente da República de uma vinculação direta com o escândalo, não importando que um companheiro de lutas e de muitos anos de convivência fosse massacrado e submetido a esse vexame.

Não será a Oposição que irá satanizar o Senador Aloizio Mercadante. Esse é um ato do próprio Governo e dos seus companheiros de PT com o qual não concordamos. As nossas divergências continuarão, mas permanecerão no campo ético, dentro dos limites da decência. Podem mandar o que quiserem para meu gabinete contra o Sr. Mercadante, que de lá não sairá divulgação. De lá não sairá a repercussão desses fatos. Se querem encontrar culpados, que o façam, mas é preciso que o PT mostre onde está e de quem era o dinheiro.



Agora, criaram a versão, simplesmente fantasmagórica, de que o dólar saiu de Miami, foi para a Alemanha e chegou ao Brasil, comprado por um Banco.

Sr. Presidente, uma criança sabe que o dinheiro que faz essa rota, além de pagar o transporte aéreo de valores, que é caríssimo, passa por duas operações de câmbio, o que tira qualquer possibilidade de lucro do Banco que executa tal operação. Por que o Banco Sofisa compraria dólares na Alemanha se ele tem o dólar, por preço mais baixo e em condições mais fáceis, vindo dos Estados Unidos? É mais uma história de carochinha; é mais uma tentativa de enganar a opinião pública e de querer empurrar com a barriga todos esses fatos. Mas, a cada dia, o PT cai nas esporrelas que eles próprios criam.

Lembro-me de que, no lançamento da candidatura de Alckmin, mandaram para a porta do nosso comitê esse grupo de inteligência, os espíões, para saberem se algum Senador chegava de carro oficial para criar constrangimentos. E, agora, é o próprio PT que denuncia membros do Governo chegando a solenidades e a jantares em carros ministeriais. E os aloprados que chegaram, os novos aloprados, denunciam os companheiros, pedindo punição. O Senhor Lula está muito mal de amigos. O Senhor Lula precisa, acima de tudo, ter coerência no que diz.

Sr. Presidente, um dos fatos mais tristes que presenciei – há um *site* que mostra isso com muita clareza –, na semana que antecedeu a eleição, foi o Senhor Lula, em Natal, fazer apologia da transposição do rio São Francisco, porque sabe que esse é um sonho dos rio-grandense-do-norte, do povo potiguar. Três horas depois, em Aracaju, desdisse tudo o que havia dito, porque ali os interesses são diferentes. Disse que, ao invés da transposição do rio, era preciso que se fizesse a sua revitalização, porque o rio carecia de água para um projeto daquela magnitude. Sua Excelência nem trocou de roupa, Sr. Presidente. Com a mesma roupa que fez uma declaração em uma cidade, fez outra declaração em outra cidade, num desrespeito à verdade e aos compromissos. O que este País gastou de expectativa com relação à transposição ninguém sabe, porque as coisas deste Governo são misteriosas. Este é o Governo que corta gastos, que cancela recursos orçamentários e que, logo em seguida, anuncia a liberação de R\$1,5 bilhão para obras, faltando apenas uma semana para a eleição! Este Governo sabe, que agindo assim, está contrariando, está agredindo a Lei Eleitoral do País.

Sr. Presidente, o desespero toma conta, e é preciso que as oposições tenham cautela, tenham cuidado, protejam-se, mas não recuem na sua determinação de, no próximo dia 29, livrar o País dos que fizeram desta Nação, nos últimos quatro anos, um cenário de escândalos, de frustração e de decepção.

Sr. Presidente, o Brasil acordou na hora certa. Bem-aventurados sejam aqueles que resolveram se encontrar num hotel de São Paulo, carregando pesadas malas de dinheiro, reais e dólares, para comprar aquele malfadado dossiê. Acreditaram na impunidade e subestimaram a Polícia Federal brasileira; pensaram que tinham um controle sobre ela; pensaram que o Ministro da Justiça, na madrugada, conseguiria sustar as medidas que ali foram tomadas. Num gesto de desespero, quiseram condenar um delegado que cumpria seu dever e que fora afastado do cargo para não continuar trabalhando na elucidação dos fatos, e aí eles têm o cinismo de vir à tribuna acusar o ex-Procurador da República de “engavetador de processos”.

Sr. Presidente, este Governo não pode falar em escândalos do Governo passado se não puniu ninguém; este Governo não pode falar de passado, se não honrou o mandato que recebeu como presente do povo brasileiro. Creio que o Senhor Lula esteja mais para dar depoimento em Museu da Imagem e do Som, para fazer sua biografia de ex-Presidente da República, do que para ir a debates e para discutir perspectivas e futuro do Brasil. Essa história de querer falar de passado é exatamente para esconder o presente, sabendo, de antemão, que não há perspectiva alguma de futuro, porque não há plano de governo para este País! O que há é factóide; o que há são promessas não realizadas, como o metrô de Fortaleza e o de Salvador.

Quanto ao metrô de Salvador, Sua Excelência, além de suspender as obras, resolveu encurtá-lo. Lá, jocosamente, ele é chamado, hoje, de “metrô de calças curtas”. Vai à Bahia, mas não diz ao baianos por que suspendeu a construção da BR-101. Essa estrada é feita no sentido de Santa Catarina para o sul do País e retomada em Sergipe, e a Bahia passou ao largo. A transposição do São Francisco, a revitalização, como ele queira chamar, é outra balela, porque Sua Excelência não teve sequer o cuidado de dar continuidade a um projeto de irrigação do semi-árido, chamado Projeto Pontal. Sua Excelência fala do Pará, mas não se lembra de que prometeu em praça pública a construção da Rodovia Cuiabá/Santarém. Quatro anos depois, aquela estrada está em pior estado do que quando assumiu. Sua Excelência não fala das eclusas de Tucuruí. Por mais esforço que a Bancada Federal fizesse, inclusive para colocar recursos orçamentários para a sua construção, esses recursos foram contingenciados, e Deus sabe que destino tomou: se para pagar antecipação de dívidas com os banqueiros internacionais, parceiros constantes do atual Governo ou se para o valerioduto ou para outros canais de corrupção com os quais este País passou a conviver na intimidade.

Sr. Presidente, a única coisa concreta que este Governo fez para o Brasil foi fazer com que o brasileiro passasse a minimizar escândalos. Tantos são os escândalos com que convivemos nesses quatro anos, que a mentalidade e o sentimento brasileiros passaram a banalizar, passaram a não dar importância devida a esse verdadeiro sangradouro de recursos públicos. Governo nenhum neste País resistiu a tanto. E, agora, numa prova de cinismo e de falta de compromisso com o passado, o atual Presidente se envolve com os culpados, e, denunciados por ele próprio num passado recente, abraçam-se, beijam-se, confraternizam-se em praça pública, achando que o brasileiro não tem memória.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que temos de ir para o debate, que Geraldo Alckmin vai para o debate, porque o debate é democrático. Mas o que o País quer é discutir o futuro. O País quer discutir perspectivas. O País quer saber por que não cresceu nos últimos quatro anos. O País quer saber por que perdemos a oportunidade de acompanhar o crescimento registrado pelos países vizinhos da América do Sul. O que o povo brasileiro quer saber é por que Sua Excelência teve uma posição de fraqueza e de dubiedade no episódio da Bolívia, permitindo que brasileiros fossem humilhados, porque estavam naquele país trabalhando na defesa do patrimônio nacional.

Sr. Presidente, o primeiro debate está bem próximo. Espero que, desta vez, o Presidente compareça, não frustre a Nação, não crie constrangimentos com os organizadores. E, se, por exemplo, a Heloísa Helena estiver lá como convidada da emissora, que ele não amarele! Que ele seja cortês se o Cristovam resolver ir! Melhor seria se esse comparecimento tivesse ocorrido no primeiro turno, quando poderia prestar esclarecimentos à Nação e a Nação poderia receber esclarecimentos da razão de uma convivência de vinte anos ter sido cortada, dos motivos e dos detalhes. Mas não! O Presidente, que abusou tanto em dizer que não sabia de nada, que nada viu, embora os fatos acontecessem nas cercanias de sua sala, de seu gabinete, envolvendo os amigos íntimos, tem de prestar contas à Nação!

Sr. Presidente, o dossiê dos sanguessugas não nasceu em São Paulo, como alguns querem dizer. Ele nasceu dentro do Palácio, com o churrasqueiro do Presidente, com o secretário particular do Presidente e com toda a sua equipe, passando pelo Presidente do Partido, passando pelas figuras mais importantes da hierarquia petista. Se nada disso fosse verdade, por que sacrificar o Sr. Berzoini? Só porque, no passado, ele sacrificou os velhinhos, impondo filas nos INSS pelo Brasil afora? Não, não, Sr. Presidente!

Nós vamos ter agora a oportunidade, neste segundo turno, por meio de um debate altaneiro, claro e democrático, de mostrar por que a esperança vendida foi transformada em decepção; e a decepção, em vergonha.

O Brasil espera que, no próximo domingo, Alckmin e Lula cumpram com seu dever.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Agradeço as palavras do Senador Heráclito Fortes, feliz na exposição de seus motivos.

*O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, vou começar por onde terminou V. Ex<sup>a</sup>, quando conclama o Presidente Lula a comparecer ao debate na Band no próximo domingo, lamentando inclusive a ausência dele no último debate que a Rede Globo fez, em que ele deixou a cadeira vazia.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, que é muito válido que o Presidente vá, mas penso que, para ir ao debate, ele deveria ir levando uma resposta ao povo brasileiro: se eles pagaram os R\$50 milhões ao Banco Rural, ou senão, dizer se estão devendo realmente esses R\$50 milhões. Se pagaram, com que recurso o fizeram? Porque o PT não fez nenhuma campanha para pagar esse dinheiro até hoje, não. Pelo menos a imprensa não noticiou.

Ele tem de levar a resposta ao povo brasileiro de onde saíram R\$1,7 milhão. Porque não saiu do meu bolso, não saiu de bolso de parlamentar algum. Tenho certeza que não saiu do bolso do Presidente, tenho certeza de que não saiu do bolso do Mercadante esse dinheiro, inclusive dólares que entraram no Brasil poucos dias antes do aparecimento nas bolsas e nas malas dos funcionários do PT.

Penso que o Presidente da República tinha de levar uma resposta a essas perguntas para poder discutir a ética que ele está pregando. Ele tinha de dizer onde estão presos aqueles que tiraram dinheiro dos Correios, dos que arranjam dinheiro para pagar mensalista.

Acho que há muitas perguntas no ar que deveriam ser respondidas pelo Presidente no dia do debate.

Ele também deveria responder por que o agronegócio no Brasil está falido e por que os juros do cartão de crédito variam em torno de 150% ao ano.



Dois Senadores que aqui me antecederam, um do PT, Senador Paulo Paim, e outro que também pertencia ao PT, Geraldo Mesquita, e depois foi para o P-SOL, responsabilizaram os banqueiros pelos lucros exorbitantes auferidos: R\$26 bilhões, no ano passado. Eles condenam os banqueiros. Eles acham que os banqueiros devem ser apedrejados nas ruas? Acho que não. A responsabilidade é do Governo, que mantém aberta a porta que os possibilita enriquecer, que os possibilita que, além do lucro da atividade bancária, eles sejam ainda donos de empresas grandes, enormes, de multinacionais, como a Vale do Rio Doce, da qual, se não me engano, o Bradesco tem 40% das ações.

As respostas a essas perguntas o Presidente da República tem de levar no dia do debate, e não ir para lá dizendo que recebeu uma herança maldita. Por que herança maldita? O que seria do Governo dele se não fosse o Plano Real? O que seria do Governo dele se ele não estivesse praticando a mesma política monetária? O que seria do PT se não estivesse o homem do PSDB no Banco Central? Por que não levou a Heloísa Helena para um Ministério? Por que não levou o Paulo Paim? Por que não levou tantos petistas ilustres?

Por que, em vez de levar a brilhante Senadora Heloísa Helena para o Ministério, ele mandou expulsá-la do PT? Por que ela queria ser coerente com as suas bases, com o seu discurso, coerente com aquilo que o PT pregava?

Dizer que o Governo Fernando Henrique errou em privatizar empresas... Não pode falar assim, aleatoriamente. Por que não voltaram à estatização das teles? Por que não voltaram? Porque sabem que o povo do Brasil agradece hoje por ter telefone no lugar que quiser, a preço barato e com o fato de a telefonia estar sendo bem administrada por empresas privadas.

A própria Vale do Rio Doce, cuja privatização eles acusaram, fui contrário. Eu achava que a Vale do Rio Doce deveria ser privatizada sim, mas não naquilo que dissesse respeito as suas indústrias de exploração e de transformação e às estradas; que esses setores continuassem sendo do Governo Federal, porém com contrato de concessão, e que todo aquele que quisesse comprar um comboio pudesse fazê-lo e colocá-lo para rodar nas ferrovias brasileiras, pagando, evidentemente, o pedágio. Deveria ser feito com o transporte ferroviário o mesmo que foi feito com as estradas, com o transporte, com a Dutra e as estradas federais hoje privatizadas, que têm contrato de concessão. Estaríamos hoje, naturalmente, com um sistema bem mais avançado do que temos hoje.

Agora, por que o Governo Federal ia continuar com fábricas de ônibus? Por que o Governo Federal deveria continuar produzindo produtos siderúrgicos?

Foi ruim privatizar a Companhia Siderúrgica de Tubarão? Não, absolutamente! Apenas fizemos dela a maior siderúrgica do mundo – capital privado, empresa bem administrada. Não há erro algum nisso, por isso estão crescendo e engrandecendo nosso País.

Agora, quem privatizou a Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas siderúrgicas, quem privatizou tantas empresas brasileiras por que não privatizou o Banco do Brasil, a Caixa Econômica ou a Petrobras? Não privatizou porque não ia privatizar, porque isso não estava no projeto. Essas empresas não vão ser privatizadas! Não contem mentira a seus funcionários, não mintam ao povo brasileiro. O PSDB quer o melhor para este País. Pode cometer alguns enganos, mas não tão cruéis, tão nefastos, como, por exemplo, a cotação do dólar, que prejudica as exportações e facilita as importações, dificultando a vida daqueles que produzem.

Este País tem de começar a ser administrado pelo óbvio. Quem produz tem de ser bem remunerado, o trabalhador empregado tem de receber um salário digno.

E de que mais se valeu o Governo Lula para dizer que é social? Do Bolsa-Família? O Bolsa-Família era o Bolsa-Escola; a única mudança que fizeram foi tirar a obrigação do cidadão que recebia o benefício de manter seus filhos na escola. Hoje eles podem receber o benefício, manter em casa os filhos sem estudar, e está tudo certo, está tudo bom, porque aquilo dá voto.

O presidenciável Cristovam Buarque anunciou, neste País por inteiro, na sua campanha, que deveríamos obrigar, criar meios para que a educação fosse priorizada. E o Bolsa-Escola era para isso. A única coisa que o Presidente Lula fez foi tirar essa obrigação e ampliar o número de pessoas beneficiadas. É um projeto bom? É bom. É um projeto certo? É certo. A ampliação foi boa? Excelente. Tirar a obrigatoriedade do cidadão que recebe o benefício de manter os filhos na escola foi um ato de lesa-pátria, um prejuízo para a sociedade brasileira.

Não podemos esquecer – o povo brasileiro tem de manter isto em mente – que não era o Bolsa-Família, não era o Bolsa-Escola a prioridade do Governo Lula. Não! Era o Fome Zero. Era acabar com a fome: fome zero. Começaram a arrecadar mantimentos pelo Brasil a fora, fizeram um movimento estrondoso, gastaram muito dinheiro com propaganda e o Fome Zero, hoje, continua honrando o seu nome: é zero! O programa social do Governo Lula foi aquele que o Presidente Fernando Henrique inaugurou neste País. Vangloriam-se pelo projeto de eletrificação rural. Trocaram o nome, mas o programa é o mesmo. Estão levando luz ao homem do campo. É verdade, mas estão apenas continuando aquilo que já havia sido feito, que já tinha sido instituído.

Ontem, aqui, um Senador do PT reclamou que o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, não leva a debate suas propostas. Parece até que Geraldo Alckmin é um desconhecido, não tem currículo. Eles pensam que a origem de Geraldo Alckmin é a mesma do Lula, que foi trabalhar de torneiro mecânico, cortou o dedo, ficou encostado pelo Sindicato, continua até hoje, nunca administrou um botequim de vender cachaça, nunca administrou coisíssima nenhuma, nem teve equipe para formar um bom Governo, tanto que a maioria de seus Ministros foi afastada, como é de conhecimento de todo o Brasil, por processos de corrupção. No entanto, eles não saíram para a cadeia, nem por processos administrativos: saíram porque pediram, para manter o chefe no poder. A verdade é essa.

Querem comparar o que fez Geraldo Alckmin, como Governador de São Paulo, com o que Lula está fazendo na Presidência da República. Não há comparações. Andem nas estradas federais brasileiras – se o conseguirem – e vejam o estado delas; andem nas estradas estaduais de São Paulo. Nem precisam ir a São Paulo: andem nas estradas estaduais de Goiás ou do Pará. Os motoristas ficam fazendo ziguezague, para fugir das rodovias federais neste País, que praticamente não existem hoje. Fizeram programa de tapa-buraco, contrataram sem licitação, fizeram toda sorte de bagunça no Ministério dos Transportes, e absolutamente nada foi feito.

No meu Estado, há um contorno de Vitória: na BR-101, um trecho de vinte e poucos quilômetros, que começou no Governo Fernando Henrique Cardoso. A obra estava de vento em popa. Lula entrou no Governo, a obra foi paralisada, não anda, não conseguimos realizá-la, e o povo está morrendo. É um açougue humano que se instalou no meu Estado. Não há um metro de duplicação na BR-101 no Espírito Santo. Não existe obra que se possa contabilizar como estrutural em nenhuma parte do País. Portanto, não há termo de comparação.

Pergunto: o senhor ou a senhora foram à inauguração de algum hospital federal no Brasil? Em São Paulo, vimos 19 hospitais sendo inaugurados. Não se pode comparar. Em relação à segurança pública, Geraldo Alckmin teve coragem de enfrentar o crime organizado, de construir presídios, de tirar as prisões das delegacias. Enfrentou manifestações e manifestações e nunca recuou diante do crime. E o que fez o Governo Federal em paralelo a isso?

Deixou nossas fronteiras completamente desprotegidas. As armas entram contrabandeadas, a droga entra de maneira irregular, e o que fez o Governo Federal para evitar isso?

Nas rodovias federais, em todas elas, não se pode transitar, ora pelos buracos, ora pela violência, pelo assalto. O que fez o Governo Federal? Simplesmente nada.

Quem trabalha neste País, quem é empresário – micro, pequeno, médio ou grande – não suporta a burocracia existente. Nada se faz para acabar com essa burocracia.

Agora mesmo, em um pronunciamento, o Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), disse que o Brasil não pode conformar-se com a perspectiva de um apagão, que se tem de investir na ampliação da matriz energética brasileira. E pergunto: o que fez o Governo Federal para aumentar a matriz energética do Brasil? Absolutamente nada.

Se não estamos vivendo dentro de um apagão é porque o Brasil não cresce. Se crescesse a 5% pelo menos – metade daquilo que cresce a China ou outros países em desenvolvimento –, por certo não teríamos hoje tranqüilidade, estaríamos num apagão também.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, deveríamos ter um pouquinho de responsabilidade com o povo brasileiro.

Hoje assistimos aos nossos jovens saírem das faculdades para lavarem pratos no exterior. Conheci uma moça, menina ainda, que depois de formada foi trabalhar na Alemanha. Ficou lá um bom tempo. Agora, seu pai, um cidadão pobre, foi para o Hospital de São Paulo e colocou quatro pontes de safena pelo SUS. Ela veio para ficar com o pai e fez tudo para permanecer no Brasil, procurou emprego de todas as maneiras. Não conseguiu nada. Está acertando o seu passaporte e vai voltar para a Alemanha, viver longe dos seus parentes e de todos aqueles que a cercam, para poder viver, para poder sobreviver e ainda mandar alguma coisa para ajudar os seus pais. Isso não é uma vergonha? E por que não priorizamos a produção nacional? Por que não praticamos um dólar de três reais, como era no Governo Fernando Henrique, para termos condições de exportar, para que pudéssemos aumentar a nossa produção e gerar empregos aqui no Brasil?

E eles do PT comemoram o aumento das exportações no Governo Lula. Aumentaram as exportações, Srs. Telespectadores da TV Senado, de produtos **in natura**, de minerais que são exportados sem nenhum beneficiamento, como o minério de ferro. Tira-se com máquinas enormes, coloca-se em cima de vagões e para dentro dos navios, sem gerar emprego, sem agregar valor, sem coisa nenhuma. E o povo brasileiro fica aqui desempregado. A Vale do Rio Doce tem projetos para transformar seu minério em chapas de aço, mas não consegue. O Governo Federal não concede à Vale

do Rio Doce o direito de transformar minério em aço. Quem não deixa é o famigerado Cade, aqueles mesmos que queriam interromper o processo de venda da fábrica Garoto, no Espírito Santo, para a Nestlé: os mesmos que permitiram que a cerveja fosse toda dominada por um grupo, ou por dois grupos – e aí podia, não tinha problema nenhum. São esses burocratas que estão encostados nos ministérios, a praticar desatinos que só levam infelicidade ao povo brasileiro.

Lembro também ao brasileiro aquilo que já foi citado, nesta Casa, várias vezes, ou seja, que o Presidente Lula recebeu o Brasil com o risco muito grande, o dólar muito alto – chegou a atingir a casa dos R\$3,80, com o risco Brasil também elevadíssimo. Só que eles não dizem que o mercado ficou apavorado com a possibilidade de Lula assumir o governo, porque, se ele tivesse praticado aquilo que era o programado, evidentemente o mercado teria ido ao desespero. Mas não; pelo contrário, ele foi mais ortodoxo que o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso. O mercado ficou satisfeito, e o risco Brasil caiu. Por que não cai hoje? Será que é porque o mercado confia no Presidente Lula? Talvez sim. Mas por que não estão apavorados com a eleição do candidato Geraldo Alckmin? Porque sabem que ele não é um irresponsável e não vai cometer desatinos.

A impressão que se tinha era de que quando o PT chegasse ao poder o Presidente Lula iria até comer as criancinhas; quer dizer, era um perigo mortal para a pátria, o que, graças a Deus, não foi. Torcemos para que ele fizesse um bom governo. Acreditávamos que, pelo seu início de vida, pela sua luta, pelo seu sofrimento, de onde veio, da maneira como veio, o Presidente Lula pudesse olhar para os pobres. Contávamos com isso. Votei nele, mas infelizmente Sua Excelência traiu a Nação brasileira. Não é dando Bolsa-Família ou ajudando o cidadão com dinheiro que nós vamos resolver o problema. Não! Só resolveremos o problema se gerarmos emprego, se este País voltar a crescer e se desenvolver, como tem condições, e não está acontecendo pelos atos maléficis do Governo Federal.

O Senador Heráclito Fortes citou aqui o problema das ONGs. É verdade, um problema sério. Inclusive já existe tramitando na Casa uma CPI das ONGs. Ele fala do dinheiro que o Governo entrega na mão das ONGs. Eu acrescentaria ao Senador Heráclito Fortes que ainda é um mal menor. O mal maior é quando o capital estrangeiro subsidia essas ONGs também estrangeiras para fazer estudos, cujos resultados servem para embasamento que repartições públicas federais tomem decisões que hoje inibem o crescimento do Brasil. Gente nivelada àqueles que na era Vargas diziam que o Brasil não tinha petróleo. Mas Getúlio mandou todos às favas, instalou, criou a Petrobras e nós esta-

mos aí com a Petrobras que orgulha o Brasil. Mas nem por isso a Petrobras explora o petróleo sozinha. Não, o governo Fernando Henrique abriu para que empresas privadas também pudessem explorar petróleo neste País. Daí a nossa auto-suficiência.

O que o Governo Federal deveria fazer hoje é mandar a Petrobras vender a gasolina mais barata para o povo brasileiro. Não há necessidade de ter tanto lucro como ela tem, investindo esse capital e esse lucro lá no estrangeiro. A Petrobras hoje está enraizada em vários países do mundo, mas aqui no Brasil ela não poderia estar praticando os preços da gasolina, os mais altos do mundo.

Isso é um absurdo! Isso é um crime que o Presidente Lula também não vê, como não sabe de onde veio o dinheiro, os 50 milhões, porque também não sabe quem pagou os mensalistas. Só os mensalistas são os criminosos; ou seja, os corruptos são os criminosos; os corruptores, não, porque os corruptores continuam nos palácios.

Mas, Sr. Presidente, o pior de tudo é que o Professor Renato Janine, quando defende o PT num artigo que foi lido aqui por nossa companheira Serys, diz que o Partido progrediu e que chegou a uma nova realidade, que hoje o PT chegou à conclusão do que seja um partido, e passamos a entender que ele elogia o PT por ter-se nivelado aos demais Partidos, admitindo que hoje o PT rouba porque os outros roubaram; e isso está certo porque roubar é normal. É uma coisa incrível para que um professor de uma universidade possa deixar isso intrínseco no seu artigo.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como eu disse, essa CPI vai nos dar oportunidade de investigar de onde vem o dinheiro dessas ONGs, o porquê de obras importantíssimas para a geração de energia estarem paralisadas porque o Governo Federal não concede a licença e de saber por que não se trafega no rio Araguaia transportando soja – projetos às vezes já instalados com o dinheiro do BNDES e que estão parados por ações dessas ONGs. Poderemos descobrir por que entram dólares no Brasil através de ONGs estrangeiras para fazer projetos e subsidiar o Governo – isso é ilegal, isso não está certo, isso é um crime cometido contra a Pátria.

O segundo turno das eleições, no dia 29, está chegando. Eu acredito que o povo brasileiro sabe o que tem de fazer, enxerga o candidato que é administrador, que tem currículo, que é família, que é religião, que é seriedade, que tem equipe para governar este País, que sabe dos erros que estão sendo cometidos e, portanto, terá condições de escolher de maneira a que possamos viver dias melhores no futuro. Não acredito que o povo brasileiro não tenha sensibilidade



de suficiente para enxergar os desmandos de hoje, a necessidade de gerarmos energia, a necessidade de um dólar mais valorizado.

A China foi pressionada pelo governo americano para que valorizasse a sua moeda, e ela disse não. Ela disse que precisa exportar e não importar. O Brasil, infelizmente, com o potencial que tem, vive se curvando às exigências dos estrangeiros, valorizando a sua moeda, dificultando a vida dos brasileiros, facilitando a vida dos estrangeiros, gerando emprego lá fora e capando os empregos aqui dentro.

O Brasil mantém uma política vergonhosa, burocrática, que não permite que o País se desenvolva.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância em relação ao tempo e encerro aqui este meu pronunciamento com a recomendação aos brasileiros para que meditem e assumam o comando desta pátria votando em quem tem condições de dar um choque ético, um choque administrativo neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.*

*O Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com a palavra o Senador Romero Jucá para fazer o seu pronunciamento pelo tempo que desejar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero registrar a satisfação de voltar à tribuna depois de um período de campanha política e de, desta tribuna, fazer algumas manifestações. A primeira delas é de agradecimento ao povo de Roraima, aos segmentos da sociedade, do campo, do interior, das vicinais, das vilas, e às comunidades indígenas que votaram em mim para o Governo do Estado.

Enfrentei a máquina do Governo, enfrentei o abuso do poder econômico, enfrentei as pressões e as perseguições, porque entendia, como entendo, que o Estado de Roraima é um Estado de futuro, é um Estado de prosperidade, é um Estado que representa uma terra prometida para milhares de brasileiros. Por tudo isso, era preciso apresentar ao povo do nosso Estado uma alternativa de desenvolvimento e de progresso.

Como Senador da República eleito por Roraima, eu não poderia faltar ao compromisso de apresentar minha proposta. Apresentei-a e a debati, mas, infeliz-

mente, o resultado das eleições tem muito menos a ver com o debate de propostas e muito mais a ver com fatos que estão sendo investigados pela Justiça Eleitoral, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Mas não quero tratar desse assunto aqui hoje. Quero dizer que, ontem, 5 de outubro, foi comemorada a criação do Estado de Roraima e também do Estado do Amapá, porque foi no dia 5 de outubro, na promulgação da nova Constituição brasileira, que se criaram esses dois Estados. Eu era Governador do Território na época, o Presidente da República era o Presidente Sarney, e, hoje, estou vinculado politicamente a Roraima, e o Presidente Sarney, por coincidência, está vinculado politicamente ao Estado do Amapá.

Eu gostaria de aqui reafirmar tudo aquilo que entendo ser importante para o Estado de Roraima. Independentemente do resultado eleitoral, vamos continuar trabalhando para que Roraima seja um Estado forte, um Estado pujante, que possa ter crescimento, que possa ter geração de emprego, que possa ter realmente um destino melhor do que o que a sociedade de Roraima tem hoje. Esse é meu compromisso.

Parabenizo o Estado de Roraima, parabenizo a população e lamento todos os fatos ocorridos durante a eleição – são questões pontuais; isso não embota o futuro do Estado, independentemente de quem seja seu governante. O Estado tem de ser construído e feito por seu povo, não apenas por seus governantes.

Quero também registrar que ontem foi o Dia da Microempresa, e estamos aqui no Senado Federal exatamente com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para ser votada. Como Líder do Governo, quero aqui reafirmar o compromisso do Presidente Lula, o compromisso do nosso Partido, o PMDB, no sentido de votar, ainda este ano, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, inclusive com a simplificação do sistema tributário, com a diminuição dos impostos cobrados e, mais do que isso, com a facilitação da vida do pequeno empresário.

É importante que as pequenas empresas no Brasil possam organizar-se, possam sair da clandestinidade para a formalização e possam gerar os milhões de empregos de que o povo brasileiro precisa. Durante o Governo do Presidente Lula, avançamos bastante nessa formalização, na diminuição dos impostos, e, agora, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, essa lei está aqui para ser votada. Deveremos votá-la somente depois do período das eleições, e é importante que assim seja para que a disputa eleitoral, o calor das emoções eleitorais, não contamine uma legislação tão importante e tão necessária para o Brasil.



Registro, em nome dos pequenos e microempresários de Roraima, a importância da aprovação dessa lei, a importância da valorização do pequeno e do microempresário, exatamente no dia de ontem, quando foi comemorada essa data, coincidentemente junto, como falei, com a comemoração do nascimento do nosso Estado de Roraima.

Então, fica aqui nosso compromisso de, como Senador e como Líder do Governo, trabalhar incessantemente para que Roraima possa ter um futuro melhor e, no caso das microempresas, para que possa haver um caminho de fortalecimento, de valorização e de ampliação da atuação das pequenas e microempresas no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no mundo contemporâneo, o turismo vem se consolidando como um dos mais valiosos ativos nacionais, sendo capaz de carrear recursos vultosos para aquelas nações que, além de vocacionadas, estejam adequada e profissionalmente preparadas para a fascinante e enriquecedora tarefa de atrair e conquistar visitantes.

O Brasil – e o que afirmo agora é um consumo lugar comum – desponta, naturalmente, como um dos destinos mais sedutores e aprazíveis, tanto para o turista doméstico quanto para os visitantes externos. O vasto, rico e heterogêneo território nacional, contemplado com riquezas geográficas e hídricas ímpares, recoberto por uma flora prodigiosa e habitado por uma fauna múltipla, é um convite permanente a novas e surpreendentes descobertas.

Nosso País, com suas dimensões superlativas, abriga, reconhecidamente, alguns dos mais notáveis exemplares do espetáculo da natureza no Planeta. Esses exemplares vão se aliar a centros urbanos regionais de inequívoco corte cosmopolita, nos quais não faltam os atrativos da hotelaria de alto nível, da enogastronomia de ponta e dos bons espetáculos. Tudo isso, não raro, nas proximidades de sítios históricos reconhecidos internacionalmente, e embalado pela contagiante simpatia, a generosa hospitalidade e o tradicional bom humor de nossa gente.

Com todo esse formidável potencial turístico, o Brasil carecia, no entanto, de políticas públicas conseqüentes para o setor, que permitissem ao País ex-

plorar racionalmente toda essa riqueza, em benefício de sua população e de sua visibilidade positiva no exterior. Durante o Governo do Presidente Lula, sob a gestão competente do Ministro Walfrido dos Mares Guia, o turismo passou a ocupar um lugar de merecido destaque na agenda governamental, com projetos e ações que apontam rumo a um novo e auspicioso horizonte para os milhões de profissionais que atuam nesse segmento econômico.

E nessa linha, conseguimos, enfim, superar o retroplanejamento, cacoete nacional que entendia a planificação como a mera consolidação e análise de dados e fatos pretéritos. A implantação, já em 2003, do Conselho Nacional de Turismo foi um passo decisivo para pensarmos com clareza e desenharmos o futuro que almejamos. No âmbito desse Conselho foi elaborado o primeiro Plano Nacional do setor. O objetivo era reconhecer o turismo como atividade capaz de alavancar o desenvolvimento econômico e social, operando como braço auxiliar para a redução de desigualdades regionais, para a distribuição de renda e para o fomento à preservação das heranças naturais e culturais brasileiras.

No bojo desse primeiro Plano Nacional, o Conselho de Turismo conseguiu consolidar o Documento Referencial Turismo no Brasil 2007-2010, um impactante olhar prospectivo sobre a área, que permitirá ao Brasil avançar na conquista de novas e melhores posições como um dos mais relevantes destinos turísticos do mundo. Fruto do diálogo inteligente e da troca de experiências entre os 63 integrantes do Conselho, dentro do qual encontram-se representados todos os segmentos do setor, esse documento traduz, como bem esclarece na apresentação o Ministro Mares Guia, “o pensamento, a visão e o desejo do setor, sem encerrar o debate sobre o turismo”. Na verdade, como assevera Mares Guia, essa importante e decisiva colaboração do Conselho Nacional de Turismo à Nação, “reúne análises, estudos e propostas que se sobrepõem a Governos e partidos”.

Em mais de uma centena de páginas, luxuosamente editadas, o documento apresenta um detalhado diagnóstico da área, contextualizando o Brasil no mundo, com ênfase a eixos temáticos como planejamento e gestão, estruturação e diversificação da oferta, fomento, infra-estrutura, promoção, *marketing* e apoio à comercialização, qualificação, informação e logística de transportes. Logo a seguir, são delineados os cenários para o quadriênio 2007–2010, inclusive com a projeção de metas a serem perseguidas no período.

Na terceira parte do volume, estão consolidadas as diversas propostas compiladas, que observam os mesmos eixos temáticos, objeto do prévio diagnóstico setorial. Enfim, no último capítulo, é feita a hierarquizar

zação das sugestões. Entendem os conselheiros do turismo brasileiro, Sr. Presidente, que, do ponto de vista do suporte à atividade turística, deve ser concedida prioridade aos aspectos relativos ao planejamento e gestão e à qualificação profissional e empresarial; já no âmbito das atividades de turismo, propriamente ditas, devem ser valorizados os segmentos de promoção, *marketing* e apoio à comercialização. Na verdade, os estudos e análises desenvolvidos pelo Conselho confirmam a percepção que tem a maioria dos turistas, domésticos e estrangeiros, que conhecem minimamente a nossa realidade no setor.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo simplesmente congratular-me com os 63 integrantes do Conselho Nacional de Turismo e as entidades e instituições que representam, bem como com o Ministro Walfrido dos Mares Guia, pelo excelente trabalho que ora oferecem aos brasileiros. Tendo a acreditar que, se nos próximos anos o Brasil utilizar como baliza o documento ora divulgado, nosso País deverá ganhar centralidade como destino turístico internacional, vendo injetados novos e valiosos recursos em nossa economia. Assim, estaremos garantindo ainda mais prosperidade e destaque para nossa terra.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, sob a benção de Deus, a Presidência vai encerrar os trabalhos de hoje.

Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)*

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

### ATA DA 6ª REUNIÃO DE 2006

Ata circunstanciada da 6ª Reunião de 2006, realizada em 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a “Estabelecer procedimentos relativos às Representações nºs 1, 2, e 3, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar dos Senadores Ney Suassuna, Serys Silhessarenko e Magno Malta, em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Estiveram presentes os(as) Srs(as) Senadores(as):

### Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Heráclito Fortes  
Juvêncio da Fonseca  
César Borges (suplente)

### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Sibá Machado

### PDT

Jefferson Péres  
Augusto Botelho (suplente)

### PMDB

João Alberto Souza  
Luiz Otávio  
Valdir Raupp (suplente)

### CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Esteve presente, ainda, a Senadora IDELI SALVATTI (PT-SC)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6º Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a ata circunstanciada da última reunião deste Conselho, realizada no dia 23 de agosto de 2006, cujas cópias se encontram sobre a bancada.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Esta reunião foi convocada nos termos da Resolução nº 20/93 para conhecer procedimentos relativos às Representações nºs 1, 2 e 3, de 2006, que se destinam a “apurar as condutas incompatíveis com o decoro parlamentar. Dos Senadores Ney Suassuna, Serys Silhessarenko e Magno Malta respectivamente em razão do Relatório Parcial nº 1, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 77, de 2006-CN, destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal, para investigar a quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde”.

Comunico aos Srs. Membros deste Conselho que designei o Senador Demóstenes Torres, relator do processo referente ao Senador Magno Malta, devido à renúncia do relator anteriormente designado, Senador Sibá Machado. Para relator do processo referente à Senadora Serys Silhessarenko, designei o Senador Paulo Otávio.

Este Presidente recebeu Ofício nº 60/2006, do Senador Jefferson Péres, na condição de Relator da

Representação nº 1, de 2006, relativo ao Senador Ney Suassuna.

“Solicito a V. Exª formular convite ao Exmº Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia, ao Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin, ao Sr. Darcy José Vedoin, ao Sr. Ronildo Pereira Medeiros, ao Sr. Marcelo Cardoso de Carvalho, à Srª Marilane Carvalho e à Srª Maria da Penha Lino para que sejam ouvidos perante este Conselho em reunião nos dias 5 e 6 de setembro do corrente.

Senador Jefferson Péres.”

O Senador Paulo Otávio ainda não chegou, nem o Senador Demóstenes Torres. Ambos me telefonaram que estão chegando, quando então lerei os requerimentos assinados por ambos.

Em votação o requerimento do Senador Jefferson Péres.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Relator, Senador Jefferson Péres.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não necessidade, a rigor, do que se chama aqui de plano de trabalho. Nós não estamos numa Comissão de Inquérito. Não há complexidade nas ações a serem desenvolvidas. Eu já examinei o processo que veio da CPMI, já arrolei as testemunhas, as pessoas que, no meu entender, devem ser ouvidas, três hoje e mais duas amanhã.

Terminadas essas oitivas, Sr. Presidente, eu teria necessidade de ouvir apenas o senador acusado, salvo se ele próprio apresentar seu rol de testemunhas, que eu, obrigatoriamente, terei de ouvir. Então, na hipótese de ele não fazer isso, o meu roteiro, além dessas duas reuniões de hoje e de amanhã, seria, Sr. Presidente, ouvir o Senador Ney Suassuna, em data a ser designada. Findo isso, ouvido o Senador, eu apenas necessitaria do prazo de uma semana para apresentar o meu parecer. Se ele arrolar testemunhas, nós teremos de fazer um calendário para ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Um momento, Senador Sibá.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Jefferson Péres se já designaria hoje a data para ouvir o Senador ou ainda vai conversar com o Senador se ele quer ser ouvido ou se a defesa prévia já é o suficiente. Como é que vai ser? V. Exª vai conversar com ele?

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, ele terá de ser ouvido, por último, a menos que ele não queira. Eu gostaria de ouvi-lo. Se ele não quiser, se ele considerar a defesa prévia suficiente, eu não vou insistir na oitiva dele. Eu não sei se ele fará o

rol das suas próprias testemunhas de defesa. Isso é que eu não sei. Só ele poderá dizê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Sr. Senador, eu queria, para agilizar...

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se depender de mim, eu ouviria o Senador na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – V. Exª não quer marcar uma data logo?

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Posso marcar a data.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Nós marcaremos logo a data e arrolaria as testemunhas ou se ele então consideraria já a defesa prévia como a única coisa que ele tivesse...

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Se ele não tiver as testemunhas, poderíamos ouvir a ele e as testemunhas no mesmo dia se não forem muito.

Eu gostaria de ouvi-lo, para não parecer que não estamos protelando, na próxima semana, numa data que V. Exª julgar conveniente, na terça-feira ou quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria de passar a palavra ao Plenário. Com a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu consulto o Relator, Sr. Presidente, se havendo uma concordância do Senador Ney Suassuna em apresentar sugestões de nomes de testemunhas, não de defesa. Se V. Exª acha conveniente fazer isso num ambiente coletivo ou se faria pessoalmente, e dispensaria a presença de demais membros. Porque se houver a necessidade de nossa presença, a idéia de se confirmar a data ficaria muito interessante. Porque nós estamos nessa reta que todo mundo está com mil e uma atividade, extracasa, e seria combinar para que todos se agendem para estar presente neste momento.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Regimentalmente, não é possível ouvir sem a presença dos demais membros do Conselho, Senador Sibá Machado. O Regimento, ao meu ver, é até falho, neste particular. Eu creio que aos relatores deveriam ser dada a prerrogativa de ouvir, desde que fosse isso formalizado. A Secretaria lavrando, tomando por termo a declaração das testemunhas. Mas, infelizmente, o Regimento exige que seja feito perante o Conselho o depoimento das testemunhas.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – A minha última dúvida, Sr. Presidente, V. Exª pode sugerir então a data para gente já ter uma idéia e combinar depois com o Senador Suassuna, se essa possibilidade é a semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – No meu entender, seria na quarta-feira.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Na próxima quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acho que é um bom dia. Não sei que os Srs. Senadores acham.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu sugeriria na terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Poderia ser na terça-feira. Eu não sei também a disponibilidade do Relator e dos Srs. Senadores.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Por mim, terça-feira estaria bom.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Para a oitava dessas testemunhas teria de ter regimentalmente a maioria dos membros presentes, ou o número de presentes já seria suficiente com qualquer número?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu acabo de manter contato com a Assessoria Técnica. Ela diz que estando eu e o Relator, poderia ser ouvida a testemunha.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Também se isso está bem claro e todos tomarem conhecimento desta condição, eu não vejo dificuldade. Porque o importante é o Relator realmente tomar esses depoimentos sem ouvir a defesa dos denunciados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Agora é bom que se diga que o Senador Jefferson Péres traga a presença também do Senador nessa data. Ele estará presente. Agora, nós vamos ouvi-lo com os que estiverem presentes. Não podemos é fazer votações.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – O indiciado, o acusado tem de ser o último a ser ouvido. A menos que ele abra mão disso, alegando que tudo o que tinha de dizer já foi dito na defesa prévia. Mas ele terá de ser ouvido, necessariamente. A menos que não queira.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Eu entendo que ele deva ser ouvido por último, porque ele vai analisar certamente que forem coligidas. Porque senão seria surpresa para ele ser ouvido antes e depois as provas chegam e ele não tem oportunidade. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Senador Juvêncio da Fonseca, já existe um pré-processo. Foi um inquérito parcial que nos foi encaminhado. E já foi encaminhado ao Senador. Então,

se as pessoas confirmarem, ele já tem com ele, e mais a hoje que nós vamos ouvir.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – E eles foram notificados para acompanharem os depoimentos, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Exatamente. Foram todos os três notificados para acompanhar. Só quem encaminhou o advogado hoje aqui foi a Senadora Serys Slhessarenko. Já tem um advogado aqui. O Senador Magno Malta me comunicou que ficaria no Espírito Santo, que ele não viria até. E o Senador Ney Suassuna não me comunicou absolutamente nada a esse respeito. Se viria ou se mandaria um advogado, não me comunicou.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Tem um advogado do Senador Magno Malta, ele está aí também.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – O advogado do Senador Magno Malta, não é? Então está certo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (PT – AC) – Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> citasse os nomes para que a gente ter ciência de que foram anunciadas as presenças aqui, o nome dos advogados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Eu gostaria que a Assessoria me providenciasse esses nomes. Eles não se apresentaram formalmente, então a Assessoria agora vai tomar nota dos nomes para que sejam anunciados.

É bom que se diga que esta reunião vai ser já encerrada para reabirmos as 11 horas e 30 minutos. Mesmo porque, os advogados, a hora em que forem anunciados será às 11 horas e 30 minutos, quando começarão as oitivas. Podem ser enunciados agora, mas às 11 horas e 30 minutos que começaremos.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Já está marcada a oitava do Ney ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – Consulto a Assessoria, os convocados já chegaram?

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Não, eu estou dizendo a oitava do Ney.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – As testemunhas convidadas comunicaram que já se deslocaram para cá. Dentro de 10 ou 15 minutos elas estarão aqui.

Então fica marcada a oitava do Ney Suassuna para terça-feira e com as testemunhas que ele arrolar, não é assim, Senador. Se ele arrolar alguma testemunha, nós a convocaremos. E a comunicação para ele será enviada hoje, comunicando-lhe que terça-feira será a reunião. Fica o convite ao Senador Ney Suassuna.



**O SR. ASSESSOR** – Sr. Presidente, os advogados são: Dr. Alexandre Silhessarenko e Dr. Davi Machado Evangelista.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – AM) – A Assessoria está me trazendo o nome do Dr. Alexandre Silhessarenko, advogado da Senadora Serys Silhessarenko. E o Dr. Davi Machado Evangelista, também advogado da Senadora Serys.

O advogado do Senador Magno Malta é o Dr. Luís Carlos da Silva Neto.

São os advogados.

Vamos encerrar a presente reunião e reabrirmos exatamente daqui a 14 minutos, às 11 horas e 30 minutos para ouvirmos as testemunhas convidadas.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, que será reaberta às 11 horas e trinta minutos.

*(Levanta-se a reunião às 11 horas e 16 minutos.)*

## Ata da 165ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de Outubro de 2006

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Magno Malta, Mão Santa e Augusto Botelho*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

#### AVISOS

##### Tribunal de Contas da União

- Aviso nº 41, de 2006-CN (nº 1.539-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.589, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-116/MG, trecho entre o trevo de acesso a São João do Manhuaçu e entroncamento com a BR-265/356 (Muriaé) – Km 607,1 ao Km702,2, do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas. (TC nº 002.596/2006-7).
- Aviso nº 42, de 2006-CN (nº 1.550-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.587, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR– 153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins e o entroncamento com a BR-369 Divisa SP/PR – Km178,3 ao Km347,7 (TC nº 002.081/2006-7).
- Aviso nº 43, de 2006-CN (nº 1.563-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.573, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à publicação e envio ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 3º quadrimestre de 2005, pelos titulares dos Poderes e órgãos federais, por força do disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000-Lei de Responsabilidade Fiscal e do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000 – Lei de Crimes Fiscais, bem como a análise do conteúdo neles divulgados nos termos do art. 116 da Lei nº 10.934/2004 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2005 (TC nº 017.522/2005–1).
- Aviso nº 44, de 2006-CN (nº 1.577-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.622, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada pela Secex/PR, no âmbito do Fiscobras 2006, nas obras de construção de rodovias federais no Estado do Paraná. (TC nº 012.632/2006-9).
- Aviso nº 45, de 2006-CN (nº 1.633-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia

pia do Acórdão nº 1.728, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-163/PA – Divisa MT/PA – Santarém, no Estado do Pará. (TC nº 006.360/2002-9)

- Aviso nº 46, de 2006-CN (nº 1.673-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.737, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Construção de Trechos Rodoviários na BR-429, no Estado de Rondônia – Trecho Presidente Médici – Costa Marques – RO. (TC nº 008.889/2006-6)
- Aviso nº 47, de 2006-CN (nº 1.713-SGS-TCU/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.777, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de Contenção e Controle de Enchentes no Município de Carapicuíba/SP. (TC nº 005.589/2003-1)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o **Ofício COP/191**, de 14 de setembro de 2006, lido na sessão do dia 20 de setembro último, subscrito pelo Senhor Roberto Antonio Busato, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, referente à indicação do Advogado Sérgio Alberto Frazão do Couto para ocupar a vaga reservada à categoria no Conselho Nacional do Ministério Público, em virtude da renúncia ao mandato do Advogado Luiz Carlos Lopes Madeira, foi autuado como Ofício nº S/15, de 2006, e encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 227, de**

**2006** (nº 861/2006 na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República, encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de agosto de 2006, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 12, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **MENSAGEM Nº 228, DE 2006**

(Nº 855/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminho a Vossas Excelências a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Brasília, 28 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 26 /2006-BCB

Brasília, 27 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração Vossa Excelência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de setembro de 2006, juntamente com o Relatório de Execução relativo ao período nele referenciado.

2. Acrescento, a propósito do assunto, que, consoante estabelece o mencionado diploma legal, a Programação Monetária (art. 6º § 1º) deve ser encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e o Relatório de Execução (art. 7º, inc. I), aos senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Respeitosamente, **Henrique de Campos Meirelles**, Presidente.

Diretoria Colegiada  
Departamento Econômico – DEPEC

# Programação Monetária

## 2006

Setembro – 2006



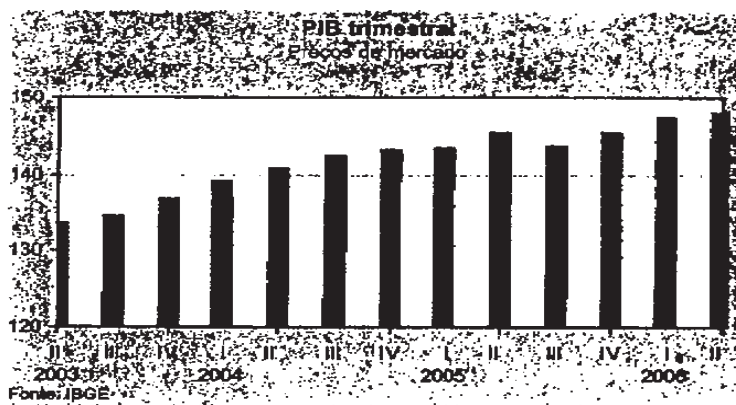
**BANCO CENTRAL DO BRASIL**



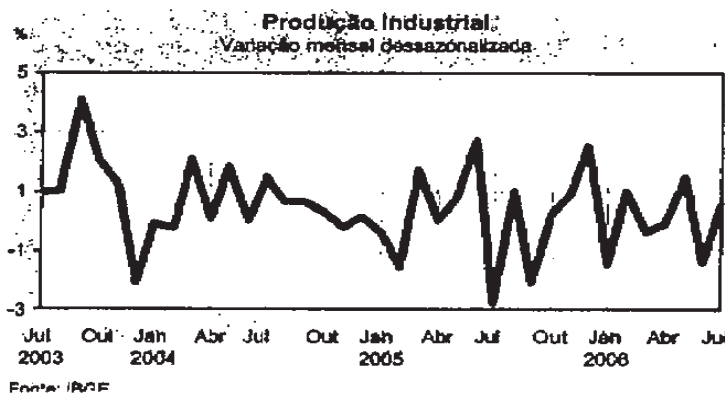
## Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006

### A. A economia brasileira no terceiro trimestre de 2006

1. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,2% no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, do IBGE. O resultado positivo foi generalizado entre todos os componentes do produto, com a indústria apresentando crescimento de 2,6%, seguindo-se os setores de serviços, 2,3%, e o agropecuário, 0,3%. Sob a ótica da demanda, registraram-se contribuições negativa de 1 p.p. do setor externo e positiva de 3,7 p.p. da demanda interna. A expansão das exportações atingiu 4,1% e a das importações, 13,9%, enquanto o consumo das famílias cresceu 3,8%, evidenciando o papel relevante dos aumentos da massa salarial real e do volume de operações de crédito do sistema financeiro destinado a pessoas físicas. A formação bruta de capital fixo aumentou 5,9%, impulsionada pelos crescimentos de 7,6% na absorção doméstica de bens de capital e de 4,7% nos investimentos direcionados à construção civil. Considerando a evolução na margem, o PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2006, em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados. Nessa base de comparação, a agropecuária cresceu 0,8% e o setor de serviços, 0,6%, enquanto o produto do setor industrial recuou 0,3%. Por componentes da demanda, verificou-se recuperação do consumo, com elevações de 1,2% no consumo das famílias e de 0,8% nos gastos governamentais.



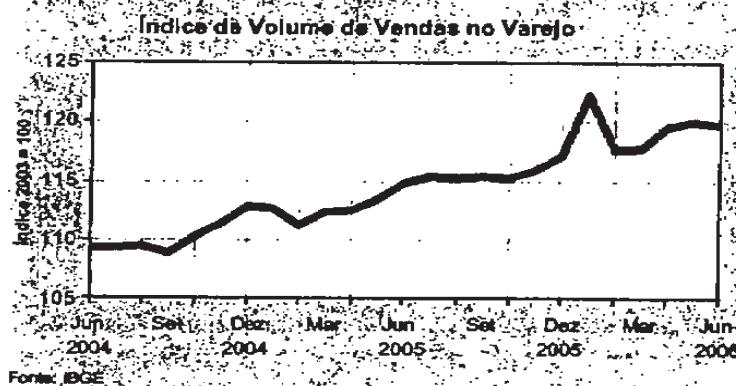
2. O nível de atividade industrial apresentou relativa acomodação nos últimos meses. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE, a indústria brasileira cresceu 0,6% no trimestre maio a julho, comparativamente ao trimestre encerrado em abril, com base em dados dessazonalizados. As indústrias extrativa e de transformação registraram expansões de 0,6% e de 0,4%, no período. A análise por categoria de uso revela crescimen-



tos de 1,5% na produção de bens intermediários e de 1% na de bens de capital, considerados os trimestres encerrados em julho e em abril, dados dessazonalizados. Nessa comparação, a produção de bens semiduráveis e não-duráveis manteve-se estável e a de duráveis recuou 2,8%. Nos primeiros sete meses de 2006, a produção industrial cresceu 2,7%, ante período equivalente do ano anterior, combinando avanços de 8,1% da indústria extrativa e de 2,4% da indústria de transformação, que registrou expansões nas produções de bens de consumo duráveis, 6,6%; bens de capital, 5,5%; bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 2,8%; e de bens intermediários, 1,9%.

3. O Índice de Volume de Vendas no Varejo, segundo a Pesquisa Mensal do

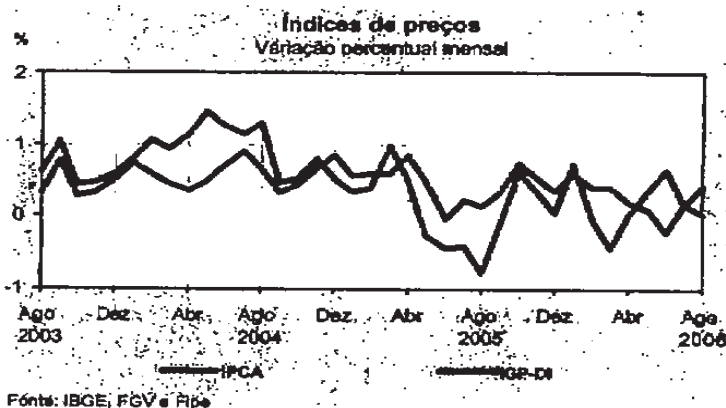
Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou 0,4% no trimestre encerrado em junho de 2006, em relação ao trimestre finalizado em março, considerados dados dessazonalizados. Destacaram-se os crescimentos das vendas nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 5,8%, e hipermercados e supermercados, 0,7%, enquanto, em sentido inver-



so, as vendas de combustíveis e lubrificantes recuaram 5%, no trimestre. As vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, segmento que não é considerado no cálculo do índice geral, apresentaram recuperação, crescendo 2,1% na mesma base de comparação, trajetória que deverá ser estimulada pela melhora nas condições do crédito.

4. A inflação registrou queda expressiva no trimestre encerrado em agosto,

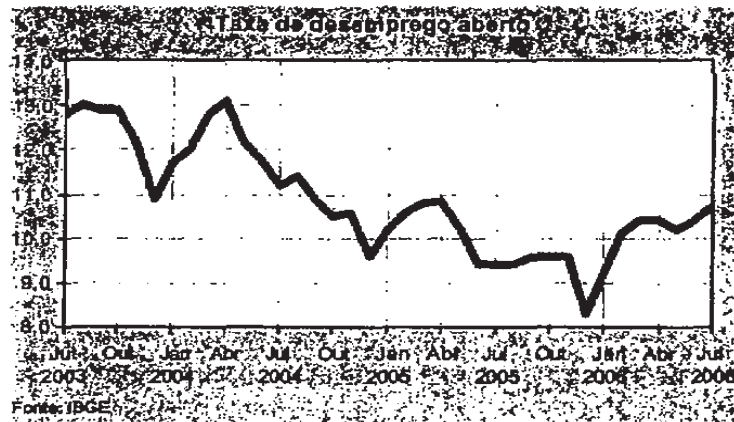
em relação ao período março a maio, principalmente se considerados os índices de preços ao consumidor. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) aumentou 1,25% no trimestre encerrado em agosto, ante queda de 0,05% no trimestre finalizado em maio, registrando-se elevações de 1,3% nos preços dos produtos industriais e de 3,34% nos preços agrícolas. O Índice Nacional de



Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou variação de 0,03% no trimestre encerrado em agosto, ante 0,74% no trimestre março a maio, refletindo arrefecimentos dos preços livres, de 0,27% para -0,13%, e dos preços monitorados, de 1,68% para 0,36%. O IPCA

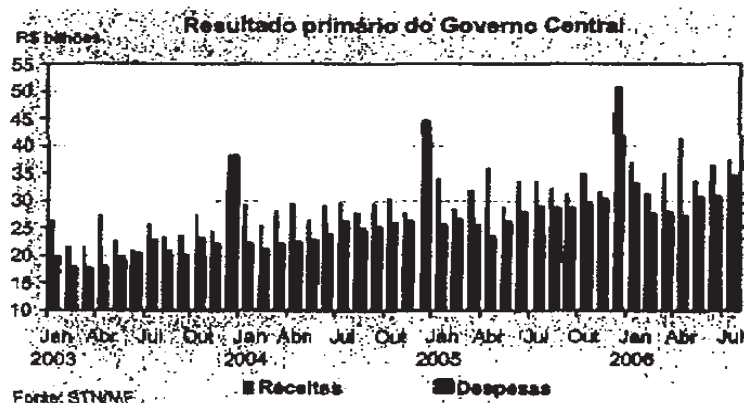
apresentou variações mensais de -0,21% em junho, menor variação desde setembro de 1998; de 0,19% em julho; e, de 0,05% em agosto.

5. A taxa de desemprego aberto da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, atingiu 10,7% em julho, ante 10,4% no mês anterior e 9,4% em julho de 2005, representando uma reversão da tendência de queda observada desde 2003. Em junho e julho deste ano a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu 2,7% e 3,6% respectivamente, enquanto o aumento dos ocupados atingiu 1,6% e 2,1%, discrepância associada à própria melhora das condições do mercado de trabalho,



na medida que aumentos na remuneração e na geração de postos de trabalhos tendem a estimular a procura por emprego, reduzindo o número de desalentados e, em consequência, elevando a taxa de desemprego. Nos sete primeiros meses do ano, a taxa média de desemprego atingiu 10,2%, mesmo patamar registrado no período correspondente do ano anterior, com o número de pessoas ocupadas crescendo 1,8% e a PEA, 1,9%. Foram geradas, liquidamente, nas seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa, 126 mil novas vagas de emprego, resultado da criação de 168 mil novos postos com carteira assinada e da eliminação de 35 mil empregos sem carteira e de 7 mil empregos envolvendo aqueles sem remuneração, militares e funcionários públicos estatutários. Esse resultado evidencia a maior qualidade dos empregos criados e representa a taxa de formalização do emprego mais elevada da série histórica iniciada em 2002.

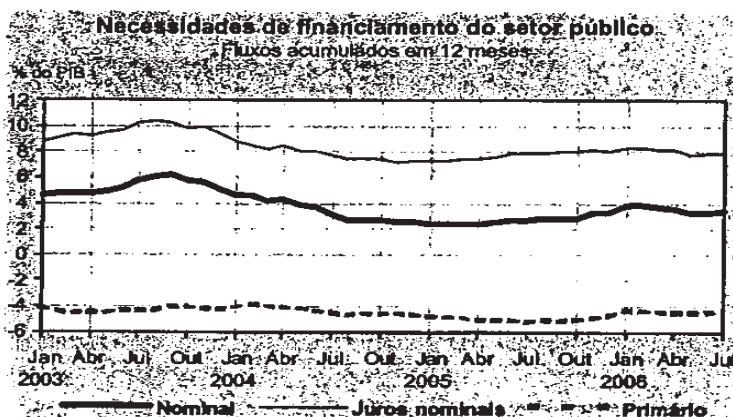
6. O superávit primário acumulado em doze meses, até julho, atingiu R\$87,5 bilhões, 4,33% do PIB. Considerados os primeiros sete meses do ano, o superávit totalizou R\$62,8 bilhões, 5,39% do PIB, comparativamente a 6,36% do PIB no mesmo período de 2005, registrando-se recuos nos superávits do Governo Central, 0,64 p.p. do PIB; dos governos regionais, 0,24 p.p.; e das empresas estatais, 0,08 p.p. A evolução do resultado do Governo Central, no período janeiro a julho de 2006, em relação ao período correspondente do ano anterior, refletiu crescimentos de 11,1% nas receitas e de 14% nas despesas que, como proporção do PIB, passaram de



25,5% para 26,3%, e de 21,5% para 22,7%, respectivamente. Em relação aos segmentos que compõem o Governo Central, nos primeiros sete meses do ano os gastos do Tesouro Nacional elevaram-se em 14% e as receitas, em 10,7%, enquanto o déficit previdenciário atingiu R\$22,4 bilhões, 1,92% do PIB, comparativamente a R\$19,2 bilhões no mesmo período do ano anterior, refletindo crescimentos de R\$10,7 bilhões nos gastos com benefícios e de R\$7,5 bilhões nas receitas de contribuições. As transferências de recursos da União via Fundos de Participação dos Estados e Municípios, CIDE e Lei Kandir somaram R\$53,2 bilhões, até julho, com aumento de 10,8% em relação ao mesmo período de 2005.

7. Os juros nominais, apropriados pelo critério de competência, somaram, até julho, R\$95,1 bilhões, 8,16% do PIB, ante R\$92,3 bilhões, 8,53% do PIB, no mesmo período de 2005.

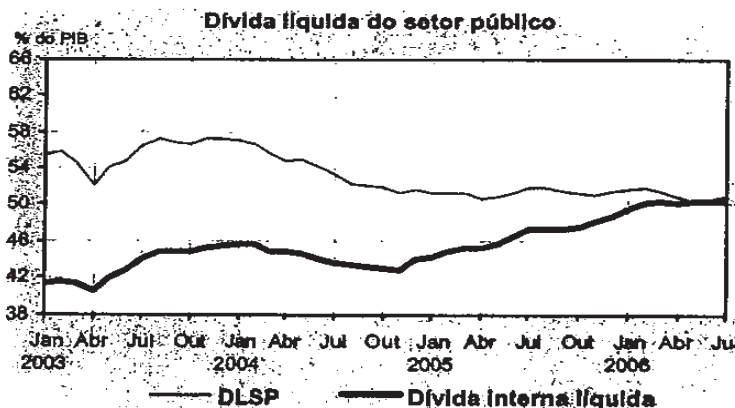
A elevação dos juros apropriados no ano, em valores absolutos, a despeito da flexibilização da política monetária iniciada em setembro de 2005, decorreu da conjunção de alguns fatores, entre os quais o resultado acumulado das operações de swap cambial, menos favorável que no ano anterior.



As necessidades de financiamento do setor público não financeiro, que abrange o resultado primário e os juros nominais apropriados, chegaram a R\$7,8 bilhões em julho e a R\$32,3 bilhões nos primeiros sete meses do ano. Nessa base de comparação, o déficit nominal superou o registrado no mesmo período de 2005 em 0,61 p.p. do PIB, financiado, principalmente, pela elevação de R\$110,7 bilhões na dívida mobiliária nesse período. Atuaram em sentido inverso, as diminuições de R\$65,2 bilhões do financiamento externo e de R\$7,9 bilhões da dívida bancária.

8. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu, em julho, R\$1.030,9 bilhões, 50,3% do PIB, ante R\$1.014,9 bilhões, 50,9% do PIB, em abril, e R\$1.002,5 bilhões, 51,5% do PIB, em dezembro de 2005.

Ressalte-se que esse é o percentual mais baixo desde abril de 2001. Os principais determinantes da redução anual de 1,2 p.p. do PIB na DLSP foram o superávit primário e o efeito do crescimento do PIB valorizado, com 3,1 p.p. e 2,6 p.p., respectivamente.





te. Em sentido inverso, os juros nominais apropriados foram o principal fator para a elevação da dívida, com 4,6 p.p. A participação percentual dos indexadores da DLSP vem sendo alterada de forma a reduzir as parcelas da dívida indexadas à taxa Selic e ao câmbio, melhorando sua estrutura de risco. O resultado tem sido o crescimento das parcelas pré-fixadas e indexadas a índices de preços, que em julho do ano passado representavam pouco mais de um terço da DLSP, e atualmente respondem por 53% do total.

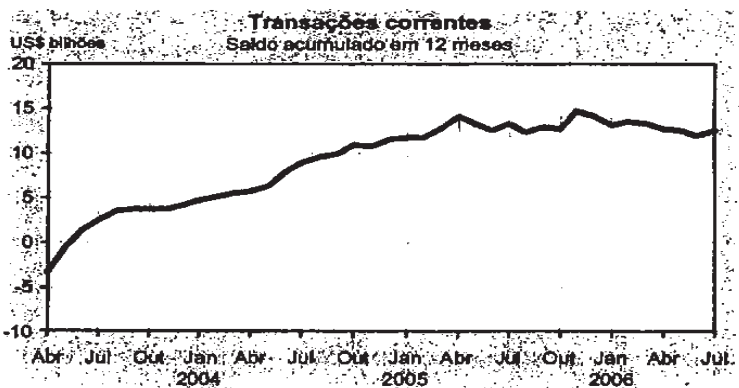
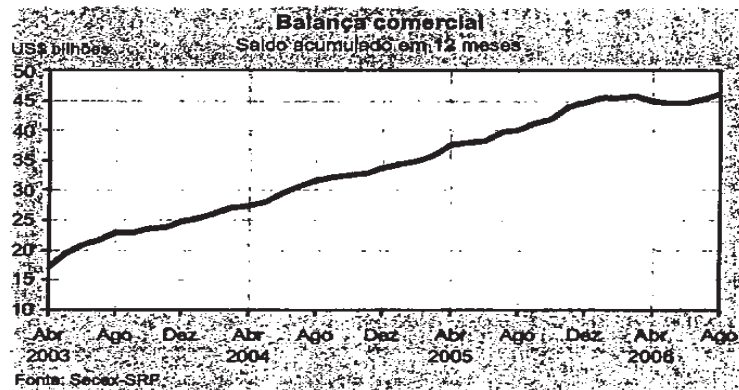
9. O superávit da balança comercial totalizou US\$5,6 bilhões em julho, com

as exportações somando US\$13,6 bilhões e as importações, US\$8 bilhões, ambos recordes históricos, e as respectivas médias diárias apresentando crescimentos de 23,1% e 31,8%, em relação a julho de 2005. O resultado acumulado nos doze meses encerrados em julho totalizou US\$45,2 bilhões e a corrente de comércio, US\$211 bilhões, registrando crescimentos de 13,5% e de 18,5%, respectivamente, ante

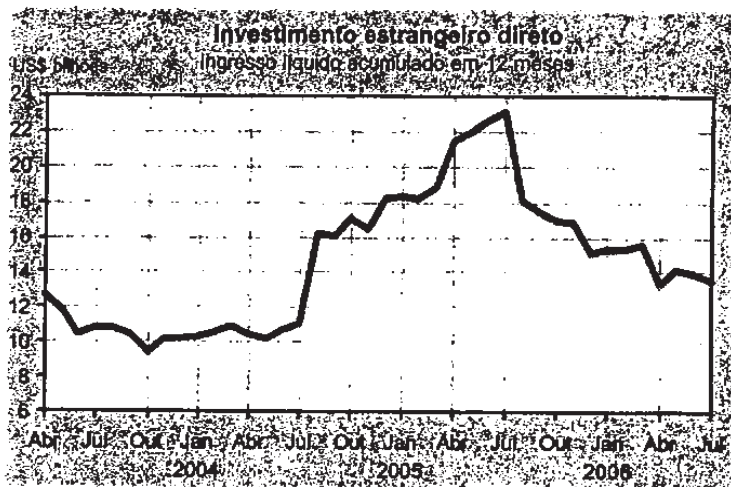
o período correspondente de 2005. Na mesma base de comparação, as exportações de produtos básicos aumentaram 22,8%, seguindo-se as de produtos manufaturados, 15,7%, e a de semimanufaturados, 10,4%. A contribuição das elevações nos preços superou a contribuição das elevações no quantum, na composição do crescimento do valor exportado. Nos doze meses encerrados em julho de 2006, relativamente ao mesmo período de 2005, as elevações de preços nas exportações de básicos, semimanufaturados e manufaturados atingiram 17,1%, 8,3% e 10,3%, respectivamente, enquanto as quantidades exportadas variaram, na mesma ordem, 5,6%, 1,8% e 4,8%.

10. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou

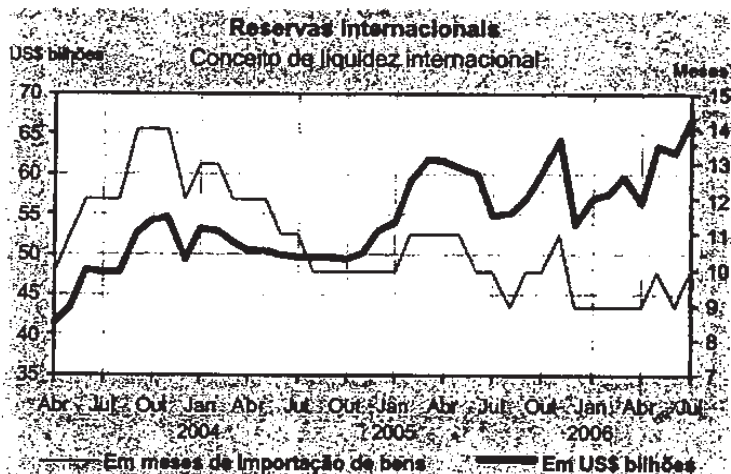
US\$12,5 bilhões em julho de 2006, representando 1,45% do PIB, ante US\$13,3 bilhões no período correspondente do ano anterior. Apesar dos sucessivos recordes de comércio, os resultados em transações correntes vêm apresentando desaceleração em relação ao nível de US\$14,8 bilhões, registrado em novembro de 2005. As despesas líquidas com serviços somaram US\$8,8 bilhões e as remessas líquidas de rendas, US\$27,9 bilhões, com crescimentos de 33% e de 19,9%, respectivamente, em relação aos totais registrados nos doze meses encerrados em julho de 2005.



11. A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou remessas líquidas acumuladas de US\$1,3 bilhão nos doze meses finalizados em julho de 2006, ante US\$7,6 bilhões no período correspondente de 2005. Na mesma base de comparação, os ingressos líquidos de IED somaram US\$13,5 bilhões e US\$23,1 bilhões, respectivamente. Ressalte-se o comportamento dos investimentos diretos brasileiros no exterior que, evidenciando o processo de internacionalização crescente das empresas brasileiras, registrou saídas líquidas de US\$5,6 bilhões no período.



12. Nos primeiros sete meses de 2006, as reservas internacionais cresceram US\$13 bilhões, ao totalizar US\$66,8 bilhões. Nesse período, as compras do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$18,9 bilhões. Dentre as operações externas, sobressaíram amortizações de US\$17,6 bilhões, especialmente os US\$15 bilhões relativos aos bônus soberanos, aí incluídos US\$5 bilhões das operações de recompra de títulos da dívida externa, US\$1,3 bilhão das operações de Tender Offer e US\$6,2 bilhões do exercício da opção de call dos Bradies. As referidas amortizações compreenderam ainda os pagamentos de US\$2,6 bilhões realizados ao Clube de Paris. Destaquem-se desembolsos de US\$2,1 bilhões em bônus da República e de US\$1,2 bilhão originários de organismos. As despesas líquidas de juros totalizaram US\$2,6 bilhões, resultantes da receita de US\$1,4 bilhão com a remuneração das reservas e das seguintes despesas: US\$3,8 bilhões referentes a bônus, US\$115 milhões ao FMI e US\$83 milhões ao Clube de Paris. As liquidações de compras do Tesouro Nacional somaram US\$9,9 bilhões, enquanto as demais operações geraram incremento de estoque de US\$1,2 bilhão.



## B. Política Monetária no segundo trimestre de 2006

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o segundo trimestre do ano.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$93,8 bilhões em junho, apresentando expansões de 3,3% no mês e de 16,9% em 12 meses. O saldo de papel-moeda emitido e as reservas bancárias totalizaram R\$64 bilhões e R\$29,8 bilhões, respectivamente, apresentando aumentos de 2,3% e 5,6%, no mês, e de 16,3% e 18,1% em relação a junho de 2005.

15. A base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, atingiu R\$1,24 trilhão em junho, no conceito de saldos em final de período, com aumentos de 0,75% no mês e de 17,5% em doze meses, este evidenciando variações de 18,4% no saldo de títulos do Tesouro Nacional, de 12,7% nos depósitos compulsórios em espécie, de 20,6% na base restrita e de -47,2% no saldo de títulos do Banco Central.

**Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2006<sup>1/</sup>**

Determinante	Previsto		Ocorridos	
	R\$, bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$, bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 <sup>3/</sup>	112,8-152,7	12,4	133,8	13,2
Base restrita <sup>3/</sup>	76,7-103,7	12,4	93,8	16,9
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 144,2-1 343,2	18,1	1 237,3	17,5
M4 <sup>4/</sup>	1 205,7-1 631,3	19,8	1 409,3	19,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

16. Os meios de pagamento (M1), no conceito de média dos saldos diários, alcançaram R\$133,8 bilhões em junho, registrando aumentos de 1,4% no mês e de 13,2% em 12 meses. O saldo de papel-moeda em poder do público atingiu R\$52,4 bilhões e os depósitos à vista, R\$81,4 bilhões, apresentando crescimentos respectivos, nas mesmas bases de comparação, de 2,3% e 15%, e de 0,7% e 12,1%.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,41 trilhão em junho, com elevações de 0,6% no mês e de 19% em 12 meses.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, determinaram impacto expansionista de R\$15,5 bilhões no segundo trimestre. Esse resultado refletiu resgates líquidos de R\$37,4 bilhões no mercado primário, com compras líquidas de R\$37,1 bilhões em títulos do Tesouro Nacional e de R\$0,37 bilhão em títulos do Banco Central, e venda líquida de títulos da ordem de R\$21,3 bilhões no mercado secundário.

19. Em abril, o Copom avaliou que embora a elevação nos preços internacionais de *commodities* importantes introduzisse um risco adicional para a evolução dos preços domésticos, continuava se configurando um cenário benigno para a trajetória da inflação. Adicionalmente, tendo em vista as incertezas que cercavam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros corrente e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o Copom entendeu que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, poderia demandar que a flexibilização adicional da política monetária fosse conduzida com maior parcimônia. À luz dessas considerações, o Copom decidiu reduzir a meta para a taxa Selic para 15,75% a.a. Em maio, o Copom considerou que o aumento na volatilidade nos mercados financeiros internacionais, mesmo apresentando um caráter transitório, havia gerado elevação na incerteza em relação ao comportamento futuro da inflação, o que poderia acabar dificultando tanto a avaliação de cenários pela autoridade monetária quanto a coordenação de expectativas dos agentes privados. Nesse ambiente, no qual cabe à política monetária manter-se especialmente vigilante para evitar que a maior incerteza detectada em horizontes mais curtos se propague para horizontes mais longos, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a meta para a taxa Selic para 15,25%, sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até a sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

### C. Política monetária no bimestre Julho-Agosto de 2006

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, somou R\$96 bilhões em agosto, apresentando aumentos de 0,5% no mês e de 17% em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, as reservas bancárias contraíram 2% e expandiram 12,1%, respectivamente, situando-se em R\$28,9 bilhões, enquanto o saldo de papel-moeda emitido cresceu 1,6% e 19,2%, atingindo R\$67,1 bilhões.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,27 trilhão em agosto, com aumentos de 1,1% no mês e de 17,4% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 11,7% no saldo de depósitos compulsórios, de 25,1% na base restrita e de 18,1% no saldo de títulos públicos do Tesouro Nacional, paralelamente à redução de 48,2% no saldo de títulos do Banco Central.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$137,9 bilhões em agosto, com expansão de 0,6% no mês e de 14,8% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$54,6 bilhões, apresentando crescimentos de 1,3% no mês e de 17,4% em 12 meses, enquanto os depósitos à vista totalizaram R\$83,3 bilhões, com aumentos de 0,1% e 13,1%, respectivamente.



23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,45 trilhão em agosto, registrando aumentos de 1% no mês e de 18,2% em 12 meses.

**Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2006 e ocorridos no período julho-agosto<sup>1/</sup>**

Descrição	2006		2005	
	Julho	Agosto	Julho	Agosto
M1 <sup>3/</sup>	116,7-157,9	14,5	137,9	14,8
Base restrita <sup>3/</sup>	81,6-110,4	16,1	96,0	17,0
Base ampliada <sup>4/</sup>	1178,0-1382,8	16,8	1272,7	17,4
M4 <sup>4/</sup>	1241,2-1679,3	17,6	1446,2	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldo em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$4,4 bilhões no bimestre julho-agosto. O Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de R\$1,5 bilhão no mercado primário, enquanto, no mercado secundário, as operações com títulos públicos exerceram impacto contracionista de R\$6 bilhões.

25. Em julho e em agosto, o Copom considerou que os dados referentes à atividade econômica sugeriam expansão em ritmo condizente com as condições de oferta ao longo dos próximos trimestres, com baixa probabilidade de ocorrência de pressões significativas sobre a inflação. Além disso, a despeito da perspectiva de consolidação de um ambiente de menor liquidez global, em virtude da elevação das taxas de juros nas economias industrializadas, e do fato de os preços do petróleo terem se mantido em níveis historicamente elevados, o cenário externo permanecia favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira. Assim, ainda considerando que uma parcela dos resultados favoráveis para a inflação de curto prazo correspondia a fatores pontuais, que tendem a apresentar alguma reversão no futuro, e que os níveis elevados dos preços internacionais de *commodities* importantes representavam um risco relevante para a evolução dos preços domésticos, o cenário para a trajetória da inflação permanecia benigno. À luz dessas considerações, o Copom decidiu, por unanimidade, dar continuidade ao processo de flexibilização da política monetária iniciado na reunião de setembro de 2005, reduzindo a meta para a taxa Selic para 14,75% a.a., em julho, e para 14,25% a.a., em agosto, sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até a sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

Reunião do Senado	Índice de Preços de Consumo	Índice de Preços de Consumo
21.01.2004	-	16,50
18.02.2004	-	16,50
17.03.2004	-	16,25
14.04.2004	-	16,00
19.05.2004	-	16,00
16.06.2004	-	16,00
21.07.2004	-	16,00
18.08.2004	-	16,00
15.09.2004	-	16,25
20.10.2004	-	16,75
17.11.2004	-	17,25
15.12.2004	-	17,75
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50
19.04.2006	-	15,75
31.05.2006	-	15,25
19.07.2006	-	14,75
30.08.2006	-	14,25

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

#### D. Perspectivas para o quarto trimestre de 2006

26. A atividade econômica seguiu em expansão no segundo trimestre deste ano e no início do terceiro, mantendo a tendência delineada desde 2003 e ritmo de crescimento compatível com o ambiente requerido para a estabilidade de preços. A demanda interna, novamente, respondeu integralmente pelo atual dinamismo do nível de atividade, registrando-se elevação tanto dos indicadores de consumo, favorecidos pelo crescimento da massa salarial real e pela melhoria das condições de crédito, quanto dos relativos a investimentos, em sintonia com a consistência dos fundamentos econômicos e com a evolução do risco-país.

27. Os indicadores do mercado de trabalho têm registrado expansão da ocupação, com desdobramentos favoráveis sobre o nível de rendimento real. Ressalte-se que a melhora nas condições do mercado de trabalho, a exemplo de aumento na remuneração e na geração de postos de trabalhos, tende a estimular a procura por emprego, reduzindo o número de desalentados e, em consequência, elevando a taxa de desemprego, processo já observado em outros ciclos de expansão nos últimos anos. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 6,2% nos sete primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior.

28. As operações de crédito do sistema financeiro mantiveram trajetória de crescimento no trimestre encerrado em agosto, ainda que menos acentuada do que em períodos anteriores. Nesse contexto, a demanda por recursos por parte das famílias, particularmente no que se refere ao crédito livre, manteve-se sustentada pelas modalidades de consumo em detrimento das operações de crédito rotativo, com destaque para o crédito consignado e para o financiamento de veículos, alternativa intensificada com a queda das taxas de juros e dos spreads. Ao mesmo tempo, cabe destacar a consistente ampliação do crédito habitacional, a partir da introdução de importantes medidas institucionais implementadas nos últimos dois anos.

29. Em relação ao crédito contratado pelas empresas, ao lado da maior estabilidade na demanda por modalidades lastreadas em recursos externos, em cenário de liquidez internacional favorável, o crescimento observado continuou determinado pelas operações com recursos domésticos, principalmente na modalidade de capital de giro. Nesse segmento, destaca-se a crescente participação de pequenas e médias empresas no total do crédito bancário, ao mesmo tempo em que as grandes empresas intensificam o acesso a fontes alternativas de recursos, onde prevalecem os novos lançamentos de debêntures e emissões primárias de ações.

30. Os resultados do setor público em 2006, mesmo situando-se em níveis inferiores aos obtidos em 2005, indicam a continuidade da política de austeridade fiscal, evidenciada pela viabilidade do cumprimento das metas fixadas para o ano. As perspectivas de incorporação mais ampla no futuro próximo dos efeitos da flexibilização já ocorrida na política monetária, em conjunto com a manutenção das metas estabelecidas para o resultado primário, criam condições para a queda mais acentuada da relação dívida/PIB.

31. As projeções para o saldo comercial em 2006 sugerem perspectivas positivas para o balanço de pagamentos, com expectativas de continuidade na obtenção de superávits em transações correntes. A manutenção de elevado saldo comercial tem sido mais que suficiente para compensar possíveis efeitos da apreciação nominal do câmbio, quer seja sobre a expansão das despesas com viagens internacionais, quer sobre as remessas de lucros e dividendos. Não obstante o nível confortável, a trajetória do superávit comercial deverá refletir o crescimento das importações em patamar superior ao das exportações, com desdobramentos sobre o superávit em transações correntes. Nos primeiros sete meses do ano, a balança comercial registrou superávit de US\$25,2 bilhões e as transferências unilaterais correntes também apresentaram melhora em relação ao resultado de janeiro a julho de 2005.

32. O comportamento das contas externas permitirá que se encerre 2006 com nível de reservas internacionais superior ao de 2005, não obstante as antecipações de pagamentos ao Clube de Paris e de títulos de emissão da República, proporcionando forte redução da dívida externa. Dois fatores contribuíram decisivamente para a elevação das reservas, quais sejam, as compras líquidas de US\$18,9 bilhões no mercado doméstico de câmbio e as liquidações de US\$9,9 bilhões de compromissos externos do Tesouro Nacional, com recursos obtidos em mercado, poupando as reservas internacionais. Simultaneamente, a elevação do estoque de reservas internacionais gerou a aceleração das receitas de juros.

33. A manutenção de elevados superávits comerciais e dos atuais níveis de reservas internacionais, a redução do estoque de endividamento externo, e os fluxos líquidos de IED constituem variáveis favoráveis para a posição externa brasileira. Fortalecendo esse cenário, o fluxo positivo registrado no mercado de câmbio contratado, nos sete primeiros meses do ano, continua indicando um cenário externo confortável e permite sustentar a avaliação de que não haverá dificuldades no financiamento do balanço de pagamentos, tanto em 2006 quanto em 2007.

34. Nesse contexto, o comportamento dos preços nos últimos meses, bem como as expectativas quanto à sua evolução, evidenciam que as incertezas relativas à trajetória da inflação, presentes anteriormente, estão sendo progressivamente dissipadas. Essa evolução deve ser atribuída, fundamentalmente, à ação da política monetária, ainda que seja possível identificar no comportamento recente dos preços fatores pontuais relacionados às condições de oferta.

35. A perspectiva favorável para a evolução futura dos preços, expressa pelas estimativas de mercado, também resulta, fundamentalmente, das ações de política monetária que têm sido implementadas. Para os próximos meses, não se vislumbram pressões generalizadas sobre preços, sejam de ordem inercial ou relacionadas à recuperação de margens, o que contribui para consolidar as expectativas de que a inflação continue evoluindo de acordo com a trajetória de metas fixada para 2006, 2007 e 2008.

#### E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006.

36. A programação dos agregados monetários para o quarto trimestre de 2006 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

37. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerando-se o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 14,5% para dezembro de 2006.

**Quadro 3. Programação monetária para 2006<sup>1/</sup>**

Descrição	R\$ bilhões	
	2006	2007
M1 <sup>3/</sup>	138,7-187,6	14,5
Base restrita <sup>3/</sup>	95,8-129,7	14,7
Base ampliada <sup>4/</sup>	1215,9-1427,4	14,5
M4 <sup>4/</sup>	1284,2-1737,4	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

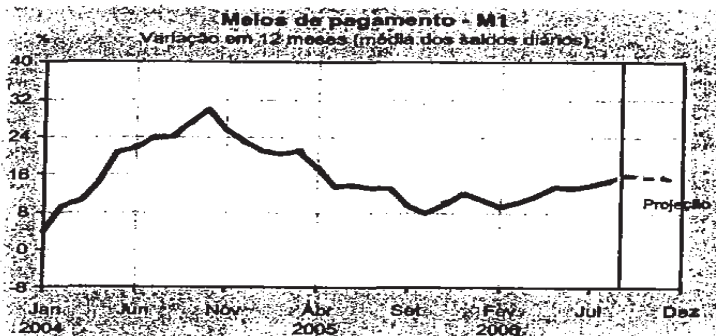
2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

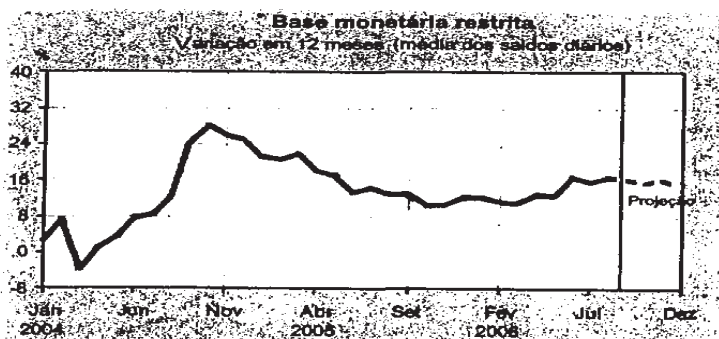
4/ Saldos em fim de período.



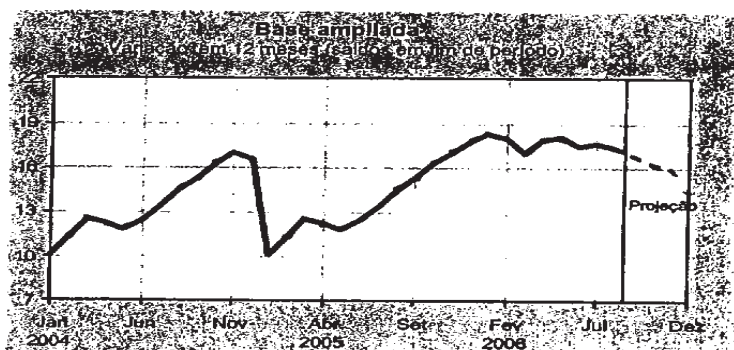
38. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, o aumento da demanda por moeda em virtude das eleições a ocorrerem neste ano, assim como, a expansão das operações de crédito do sistema financeiro e as liberações do FGTS, ao amparo da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.



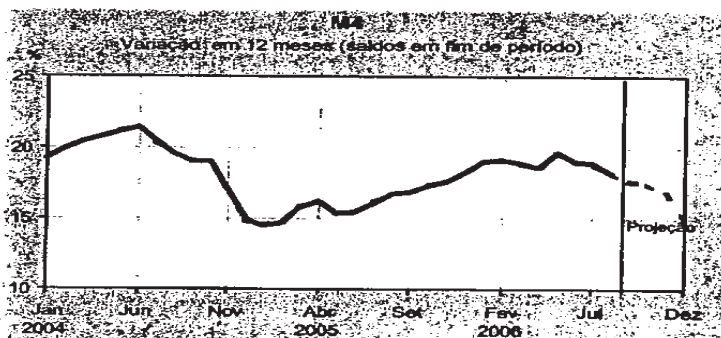
39. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 14,7% em 12 meses para o saldo médio da base monetária em dezembro de 2006.



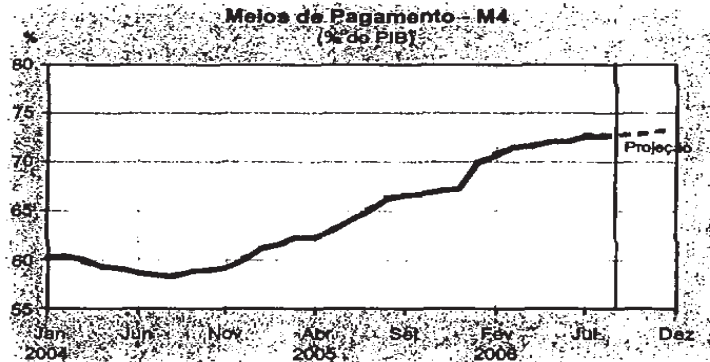
40. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 14,5% em dezembro de 2006.



41. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 15,1% em dezembro de 2006.



42. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2006, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



43. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre julho/agosto de 2006, bem como os valores previstos para o quarto trimestre de 2006.

**Quadro 4. Evolução dos agregados monetários<sup>1/</sup>**

Discriminação	2005		2006			
	Julho	Agosto	Julho	Agosto	Projeção	Projeção
M1 <sup>4/</sup>	142,5	12,0	137,9	14,8	163,1	14,5
Base restrita <sup>4/</sup>	98,3	12,6	96,0	17,0	112,8	14,7
Base ampliada <sup>5/</sup>	1154,1	17,8	1272,7	17,4	1321,7	14,5
M4 <sup>5/</sup>	1 312,4	18,3	1 446,2	18,2	1510,8	15,1

<sup>1/</sup> Refere-se ao último mês do período.

<sup>2/</sup> Projeção.

<sup>3/</sup> Ponto médio das previsões.

<sup>4/</sup> Média dos saldos nos dias úteis do mês.

<sup>5/</sup> Saldo em fim de período.

44. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

**Quadro 5. Multiplicador monetário<sup>1/</sup>**

Discriminação	2005		2006			
	Julho	Agosto	Julho	Agosto	Projeção	Projeção
M1 / Base restrita <sup>3/</sup>	1,449	-0,5	1,437	-1,8	1,447	-0,1
Res. bancárias / dep. vista <sup>3/</sup>	0,341	-0,9	0,347	-0,9	0,331	-2,9
Papel-moeda / M1 <sup>3/</sup>	0,400	-0,2	0,396	2,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada <sup>4/</sup>	1,137	0,4	1,136	0,6	1,143	0,5

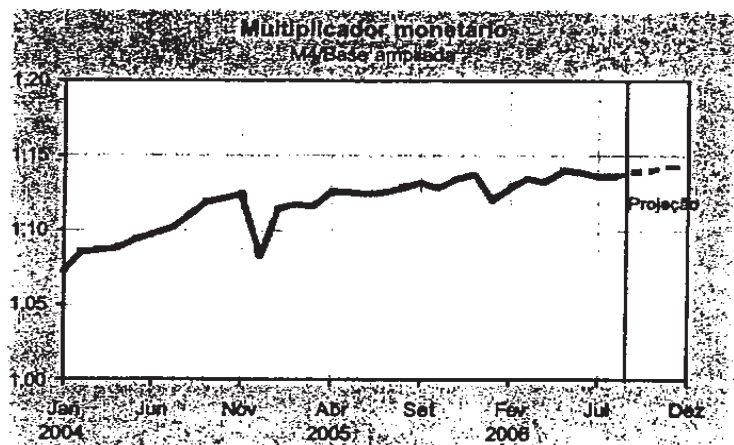
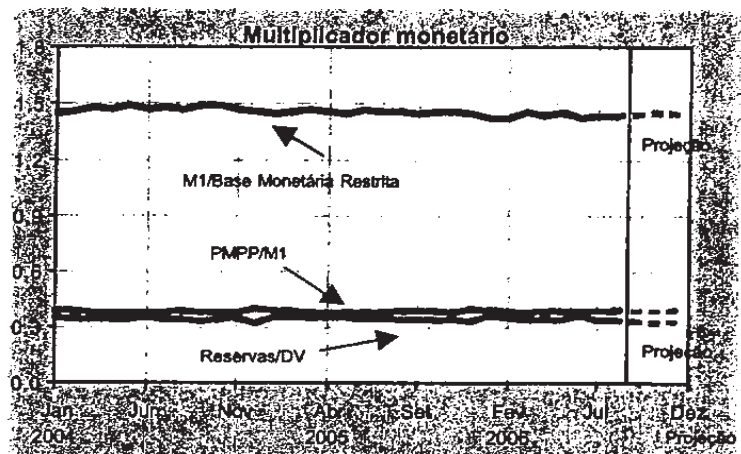
<sup>1/</sup> Refere-se ao último mês do período.

<sup>2/</sup> Projeção.

<sup>3/</sup> Média dos saldos nos dias úteis do mês.

<sup>4/</sup> Saldo em fim de período.

45. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo do quarto trimestre de 2006.



## Resumo das projeções

**Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no segundo trimestre de 2006<sup>1/</sup>**

	Revisão 2006	2005	Revisão 2006	2005
M1 <sup>3/</sup>	112,8-152,7	12,4	133,8	13,2
Base restrita <sup>3/</sup>	76,7-103,7	12,4	93,8	16,9
Base ampliada <sup>4/</sup>	1 144,2-1 343,2	18,1	1 237,3	17,5
M4 <sup>4/</sup>	1 205,7-1 631,3	19,8	1 409,3	19,0

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.



**Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2006 e ocorridos no período julho-agosto<sup>1/</sup>**

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Var. % em relação a 2005	R\$ bilhões	Var. % em relação a 2005
M1 <sup>3/</sup>	116,7-157,9	14,5	137,9	14,8
Base restrita <sup>3/</sup>	81,6-110,4	18,1	96,0	17,0
Base ampliada <sup>4/</sup>	1178,0-1382,8	16,8	1272,7	17,4
M4 <sup>4/</sup>	1241,2-1679,3	17,6	1446,2	18,2

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 3. Programação monetária para 2006<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ bilhões	
	2006	Var. % em relação a 2005
M1 <sup>3/</sup>	138,7-187,6	14,5
Base restrita <sup>3/</sup>	95,8-129,7	14,7
Base ampliada <sup>4/</sup>	1215,9-1427,4	14,5
M4 <sup>4/</sup>	1284,2-1737,4	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

**Quadro 4. Evolução dos agregados monetários<sup>1/</sup>**

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$ bilhões	Var. % em relação a 2004	R\$ bilhões	Var. % em relação a 2005	R\$ bilhões	Var. % em relação a 2005
M1 <sup>4/</sup>	142,5	12,0	137,9	14,8	163,1	14,5
Base restrita <sup>4/</sup>	98,3	12,6	96,0	17,0	112,8	14,7
Base ampliada <sup>5/</sup>	1154,1	17,8	1272,7	17,4	1321,7	14,5
M4 <sup>5/</sup>	1 312,4	18,3	1 446,2	18,2	1510,8	15,1

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

**Quadro 5. Multiplicador monetário<sup>1/</sup>**

Discriminação	2005		2006		2007	
	M1 / Base restrita <sup>2/</sup>		M1 / Base restrita <sup>2/</sup>		M1 / Base restrita <sup>2/</sup>	
	Multiplicador	Var. % em relação a 2004	Multiplicador	Var. % em relação a 2005	Multiplicador	Var. % em relação a 2005
M1 / Base restrita <sup>2/</sup>	1,449	0,1	1,437	-1,0	1,447	-0,1
Res.bancárias / dep.vista <sup>3/</sup>	0,341	-6,6	0,347	-1,1	0,331	-2,9
Papel-moeda / M1 <sup>3/</sup>	0,400	3,6	0,396	1,5	0,400	0,0
M4 / Base ampliada <sup>4/</sup>	1,137	1,0	1,136	1,1	1,143	0,5

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.



Aviso nº 1.165 – C. Civil

Brasília, 28 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Programação Monetária.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República destinada à Comissão de Assuntos Econômicos, contendo a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2006.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995

**Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.**

.....  
Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

§ 3º O Decreto Legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição **in totum** da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com referência à **Mensagem nº 228, de 2006**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o *caput* deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.”

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

V. Exª terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, ontem este País viveu um momento muito importante na construção da democracia.

Winston Churchill disse que a democracia foi uma conquista; é complicada, tem suas dificuldades, mas ele não conhecia regime melhor.

Senador Heráclito Fortes, ontem, vivemos um grande dia de aperfeiçoamento da democracia, que nasceu precisamente inspirada pelo povo e na coragem do povo.

Sr. Presidente Papaléo Paes, o povo estava insatisfeito com o governo, que na totalidade seria dos reis, que eram deuses na terra, enquanto Deus seria o rei do céu. O absolutismo era muito bom para o rei, que era vitalício; passava para a sua família e para quem morava no palácio do rei. O povo, sofrendo, conscientizou-se da sua força. Foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Com esse grito, caíram os reis do mundo todo.

Importante salientar, Senador Heráclito Fortes, que cem anos foram necessários para que os reis do Brasil caíssem. E nasceu esse regime que se originou do povo, nas ruas, insatisfeito com os governantes e os reis.

Então, o que caracterizava a monarquia era o absolutismo, o poder concentrado na mão de um só. A inteligência do jurista Montesquieu dividiu esse poder. E nasceu o que é chamado de poder tripartido: Poder Legislativo, para fazer as leis; Poder Judiciário, o guardião; e Poder Executivo, para administrar e fazer as obras necessárias à comunidade.

Senador Papaléo, no meu entender – e entendo bem –, é na nossa vaidade que estamos neste Poder hoje, o Legislativo, cujo ápice é o Senado. Creio que somos apenas instrumentos da democracia; o Poder é daquele que o criou: o povo. O Poder é daquele que trabalha, paga, por intermédio dos impostos, e mantém estes instrumentos: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Precisamos entender que o povo está acima. O povo foi que fez a democracia, é soberano, e é ele que paga, que trabalha, o povo é que contribui. Vamos acabar com essa vaidade de poder; somos apenas instrumento.

Atentai bem! Montesquieu dividiu o poder, defendeu a existência de leis, e o conjunto dessas leis seria chamado Constituição.

Há poucos dias, justamente no dia 5 de outubro, nós comemoramos aqui 18 anos de nossa Constituição atual, Senador Papaléo Paes. Porém, no Brasil, a intenção de elaborar uma Constituição é muito velha. Tiradentes, Joaquim José Xavier, lera uma revista francesa que falava da constituição americana. E foram essas idéias que alimentaram a Inconfidência Mineira, a qual culminou com o enforcamento dele. Portanto, antes da nossa primeira Constituição, houve esse sonho de Tiradentes, ao ler um compêndio em francês que versava sobre os benefícios da constituição americana.

Atentai bem! Na história da nossa Constituição, o próprio herdeiro – Regente ainda –, antes de este País se tornar independente, antes do grito “Independência ou Morte”, pensara também em uma Constituinte, em uma Constituição. E, quando se deu o grito da Independência, em 7 de setembro de 1822, ele, que já tinha isso em mente, como Regente, fez logo, com seus conselheiros, a primeira Constituição brasileira. Mas ela agonizou logo e teve poucos dias, em razão do conflito de independência.

Em 1824, D. Pedro I lançou a sua primeira Constituição. E entendo, Senador Heráclito Fortes, que essa foi a mais duradoura, porque tivemos os anos de D. Pedro I e os de Pedro II, 49 anos, que governou este País com essa Constituição. Então, ela foi, quero crer, a mais prolongada.

Durante esse período, o espírito e o desejo de República, antecipados por Tiradentes, foram exercitados com muita galhardia pelo povo gaúcho, liderado por Bento Gonçalves. Sem dúvida alguma, aquela foi a nossa mais heróica guerra, Senador Augusto Botelho.

Na Revolução Farroupilha, os gaúchos, estoicamente, agüentaram dez anos no desejo de fazer chegar a este País a República, o Governo do povo,

pelo povo e para o povo. Foram dez anos com Bento Gonçalves.

Os gaúchos mostraram bravura nessa história porque a rendição deles, Senador Augusto Botelho, foi condicionada à libertação dos negros e à proclamação da República. Porém, Caxias e Pedro II, vamos dizer, enganaram o povo gaúcho, que se rendeu, e não libertaram os negros. Então, aconteceu uma das páginas mais lindas da história, quando os gaúchos negros, os lanceiros negros, não se renderam. Eles, quase desarmados, apenas com lanças, enfrentaram Caxias, que recebeu dinheiro da Inglaterra, para, junto com Argentina e Uruguai, trucidar o Paraguai, que estava com uma incipiente indústria de tecidos, concorrendo com os poderosos capitalistas da Inglaterra. Assim, os lanceiros negros, vendo que não tinham conquistado a libertação dos escravos, enfrentaram o Exército brasileiro, do Imperador Pedro II e de Caxias. Foi um trucidamento.

Penso que o Senador Paulo Paim é neto desses heróicos lanceiros negros, tal a bravura com que ele defende, no Parlamento, os interesses das classes menos favorecidas, do próprio negro, do idoso, do índio, do assalariado e do desempregado.

Enfim, surgiu a Princesa – mostrando a valia da mulher na política –, que exercitou o mando deste Brasil por poucas vezes e por pouco tempo. Sem dúvida nenhuma, Senador Magno Malta, esta mulher lembra a santa Dadá, sua mãe, e é um registro da coragem da mulher na história do mundo. Com poucos dias governando, a Princesa fez uma das leis mais belas, conferindo liberdade aos escravos. Isso contrariou o regime vigente, e, de fato, deu-se a República.

Nós seguimos, Senador Papaléo Paes, com a primeira Constituição republicana, inspirada por Rui Barbosa, de 1891. Alguns Parlamentares a elaboraram no Congresso, mas foi Rui Barbosa quem a liderou; ele foi, digamos, o ícone dessa Constituição.

Depois, na República, tivemos o período de Getúlio Vargas. Temos que aprender com a história, com Getúlio Vargas, um homem muito bom, gaúcho – e ninguém escolhe a época de governar –, que, para entrar, teve de fazer uma revolução, uma guerra. Depois, os paulistas quiseram derrubá-lo em 1932, houve outra guerra e, em seguida, aconteceu a Segunda Guerra Mundial. Então, Vargas enfrentou, em seus 15 anos de governo, três guerras, embora a história o considere um homem da paz.

Sou juscelinista por identidade de profissão e de geração. Eu o vi sorridente. Ele foi médico cirurgião como nós, de Santa Casa, foi “prefeitoinho”, foi Governador de Estado e teve uma vida militar, assim como nós. Ele foi ainda Presidente da República, sorridente,

otimista, cassado, humilhado, traduzindo o que é uma vida de político coerente.

Getúlio Vargas deu um grande ensinamento, Senador Magno Malta, ao PT. Atentai bem, Senador Heráclito Fortes. Getúlio cedeu porque veio a vitória de Winston Churchill – a democracia venceu os governos totalitários de Hitler e Mussolini. Ele se afastou em nome da democracia e cedeu.

Gostaria apenas de tirar de Getúlio Vargas esse ensinamento. Eu, que sou encantado por Juscelino, noutro dia, Senador Heráclito Fortes, ouvi de Reginaldo Furtado, da OAB: “Getúlio era melhor”. Fiquei constrangido, porque sou apaixonado pelo otimismo de Juscelino. E comecei a ler.

Lula, nosso Presidente, às vezes se comporta como o Jamanta da novela: nada sabe, nada vê. Mas bastaria ver um filme sobre Getúlio, só esse fato, para o PT aprender. Magno Malta, atentai bem!

Então, eu fiquei encantado pelo seguinte: Getúlio, depois de 15 anos, quando saiu do Governo, se recolheu a sua fazenda em São Borja. Lá não tinha eletricidade. Por quinze anos e ele não levou para lá. E mais, ele não tinha uma geladeira a querosene.

Senador Heráclito Fortes, meu avô, empresário, que V. Ex<sup>a</sup> conhece e conheceu, na mesma época, tinha três geladeiras. Cito isso só para situar. Ele era empresário no Piauí. Tinha uma na sua empresa, na sua firma; tinha uma na sua casa, e tinha uma na casa de praia. Três! Getúlio Vargas não tinha uma geladeira a querosene, Senador Magno Malta.

Ó PT, aprenda! Ó Brasil, veja o que é o PT, essa organização criminosa que rouba a cada instante. Nós conhecemos o PT, eu os conheço. Andavam de chinelo, na fila de ônibus. Hoje tem Hillux, Heráclito Fortes. Nós conhecemos, o PT do Piauí assalta mais do que o PT de Brasília.

Então, Getúlio, com quinze anos de governo – Brasil, atentai bem! –, não tinha uma geladeira a querosene. E um amigo, empresário paulista lhe ofereceu. E ele, com pudor e ética, não quis aceitar. Mas outro amigo chegou e disse: “Rapaz, ele está dando, aceite”. E Getúlio acabou recebendo uma geladeira a querosene Electrolux.

Eu sei de mais, Magno Malta. O Augusto Botelho, da minha idade, talvez saiba que ela tinha uns pés compridos e, debaixo, uma chama de querosene e, se fumaçava a chama, Papaléo, ela não gelava. Então, meu avô gritava: “Menino, se abaixe e vá ver por que não está gelando”. A gente tinha de graduar.

Mas quero dizer que, na época, meu avô tinha três geladeiras e Getúlio Vargas, após quinze anos...

Ó PT corrupto; ó brasileiros, atentai, olhem para a cara de cada um, para o carro de cada um, para o

apartamento de cada um, para as contas correntes, para a vergonha. Getúlio, em quinze anos, ganhou uma geladeira. Aí, ele aceitou, Papaléo e está no seu diário, foram lhe perguntar “E, aí, a geladeira?”. “Sabe que gostei, de noite, eu tomo um sorvete”. Olha a pureza.

PT, eu sei que você não estuda, não lê e vamos acabar com esse negócio. Quem não lê sabe mais do que quem lê. Isso é blague. Nós vimos ontem o Alckmin, o homem da hierarquia do saber. Existe hierarquia para tudo. Existe hierarquia na igreja, não se sai de seminarista a Papa. No Exército, na medicina, há a hierarquia do saber. Então, o Alckmin representa essa hierarquia do saber, brasileiros e brasileiras.

Médico, como nós, Papaléo, e como Juscelino. É o reencarnar de Juscelino. Deus, Augusto Botelho – você acredita em Deus? – não abandona seu povo. Nunca. Teve Golias, o monstro, e Davi vai e salva o povo de Deus.

Escravo... olha, o Senador Magno Malta sabe. Vai lá Moisés, Aarão, irmão de Moisés, liberta o povo de Deus. É isso que está acontecendo no Brasil: estamos lascados, desmoralizados, sem-vergonha, sem rumo, sem esperança, no mar da corrupção. Nos apontam Alckmin, médico, fez da ciência médica a mais humana das ciências, o seu benfeitor. Já vasculharam. Olha que médico tem de ter ética. Médico é diferente. Temos o Código de Hipócrates, é ética, o segredo de Hipócrates, o juramento. Ele viveu a deontologia médica, ele fez da ciência médica a mais humana das ciências, o benfeitor da humanidade.

Ele foi Vereador. Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> não foi, temos de ser Vereadores. Digo isso com carinho, Giscard d’Estaing perdeu as eleições para Mitterrand, ganhou no primeiro turno, seta anos, discípulo de De Gaulle. E Mitterrand fez uma mágica, disse que tiraria três horas do funcionário público, cinco horas, garantia diminuir o desemprego e ganhou. Giscard d’Estaing, Senador Magno Malta, atentai bem, passou a faixa e perguntado sobre o que iria fazer, respondeu: “Vou para a minha cidade ser Vereador”. Extraordinário estadista da França.

Alckmin foi Vereador, teve essa experiência, foi Prefeito, Prefeitinho como nós, Deputado Estadual, Deputado Federal, da Lei do Consumidor. Olha que aqui tem muita maracutaia, malandragem e bandidagem

Vasculhem a vida de Alckmin aqui dentro. Foi ele quem fez a Lei do Consumidor. Ele foi Vice-Governador, Governador do maior Estado e, atentai bem, árvore boa dá bons frutos, Foi Deus que disse e está no seu livro e na política também tem isso. Ele é filho da melhor índole genética da política do Brasil, é o filho de Mário Covas.

Ninguém. Não conheci o Rui Barbosa, só de literatura, mas com Mário Covas eu convivi, Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup>, Heráclito, conviveu com Ulysses, Tancredo e Mário Covas foi Governador na mesma época que eu e vou lhe dizer que convivi muito com ele. Ele teve câncer e, pelo fato de eu ser médico, ele me contava e eu o estimulava. Sei até que ele dizia: “Olha, Mão Santa, o que eu gosto de comer é pastel.” Falei para ele que estava engordando e que estava vencendo o câncer. Mas o câncer foi mais forte e ele deixou para o País o seu filho político que é Geraldo Alckmin.

Então, essa democracia que foi construída pelo povo nos dá uma riqueza que nós não podemos perder. Magno Malta, quero dizer que conheço essa gente toda e eu quero não é absolvê-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> não merece ser julgado e sim ser seguido. Quero seguir V. Ex<sup>a</sup> e a orientação da Santa Dadá no céu.

Mas é sobre isto que quero falar: sobre a alternância do poder. É por isso que estamos aqui. Vamos usar essa alternância do poder.

Ontem, o País viu o preparo, a serenidade e a competência de Geraldo Alckmin. Viu aquilo que nunca pode faltar – já vou conceder um aparte ao Senador Magno Malta: fé, esperança e amor. É o que o Alckmin transmite: a fé e a esperança que tinha morrido, que a corrupção engoliu. É uma vergonha! Ulysses disse que o maior mal da democracia, o cupim da democracia é a corrupção. E nunca vi tanto cupim neste Governo do PT!

Com sua aquiescência, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Magno Malta, o Senador Mão Santa já ultrapassou seu tempo. Peço que V. Ex<sup>a</sup> seja bastante breve.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que está tão bem na Presidência – acho até que poderia candidatar-se a Presidente, e corre um sério risco de ganhar, até pela sua benevolência –, que toda vez que V. Ex<sup>a</sup> se senta nesta cadeira, os oradores ficam à vontade na tribuna. V. Ex<sup>a</sup> não é...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – ... legalista e não fica impondo. V. Ex<sup>a</sup> não diz: “Acabou o tempo”. V. Ex<sup>a</sup> é maleável, é o nosso querido Papaléo. E ouvir Mão Santa é sempre um prazer. Essa legião de fãs que ele adquiriu no Brasil, inclusive no Estado dele e no meu, foi por causa do conteúdo que ele tem. Ele é um poeta de cordel, que junta conhecimento e cultura sem qualquer tipo de preocupação com concordância, e sua capacidade de debochar, com o conhecimento que tem, faz o discurso de Mão Santa ser diferente

dos demais. Eu estava com muita saudade de ouvi-lo, Senador Mão Santa! Saudade da sua pessoa, pelo carinho que lhe tenho, e saudade de ouvi-lo. V. Ex<sup>a</sup> é uma enciclopédia ambulante, é uma caixa de conhecimento. V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Heráclito têm de ser vereador, de alguma maneira – não se sabe quando e nem como. Farão muito bem. Fui Vereador, Senador Mão Santa, e sou daqueles que debate e discute. Creio que nenhum homem poderia participar da vida pública e disputar qualquer cargo ou mandato eletivo sem antes ter passado por uma eleição para vereador, ainda que não ganhasse. Creio que só sabe disputar uma eleição quem vereador foi ou quem passou por uma eleição para vereador, porque é a eleição mais difícil do mundo. Comecei como Vereador em Cachoeiro de Itapemirim. E por que me referi a Cachoeiro de Itapemirim, onde comecei? Porque, no acidente trágico da Gol, que vitimou mais de cento e cinquenta semelhantes nossos, brasileiros, dez deles eram de Cachoeiro de Itapemirim. E, alguns, amigos muito íntimos, muito chegados, cujas famílias ainda estão aqui em Brasília, vivendo seu período de sofrimento e angústia. Então, faço gancho com a questão citada por V. Ex<sup>a</sup>, quando falou do Alckmin, que foi Vereador. Também fui Vereador e comecei por Cachoeiro, uma cidade hoje enlutada, em que a vida de dez filhos importantes, significativos, foi ceifada neste trágico acidente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade de cumprimentá-lo, de dizer que estava com muita saudade de ouvi-lo, saudade da figura, do homem Mão Santa, e agradeço-lhe também a palavra a mim dirigida. Reitero-lhe: se V. Ex<sup>a</sup> confiava em mim, continue confiando, porque não sujei minhas mãos na lama da indignidade; não bebi dessa água suja. Por isso, estou absolutamente em paz, por acreditar que há um Deus no céu que é justo juiz e justificador e porque a justiça tem de estar do lado de quem não se sujou e não se comprometeu. A referência de V. Ex<sup>a</sup> a mim me gratifica muito, deixa-me muito feliz. Agradeço-lhe em meu nome e no da minha família. Vim correndo a esta tribuna ao ouvi-lo iniciar seu pronunciamento – cheguei hoje a Brasília –, pois estava com muita saudade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> tem quarenta segundos para encerrar seu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> já está há 27 minutos na tribuna.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu queria apenas dar um testemunho. Creio que V. Ex<sup>a</sup> vai me conceder mais tempo.

Aristóteles era um homem de inteligência, como V. Ex<sup>a</sup>.



No livro **Arquivo Aberto – Crônica de um Brasil corrupto. Confidencial**. De autoria de Pedro Duarte de Oliveira. Ele diz: “Só pode ser feliz um Estado edificado sobre a honestidade”. Há até frases minhas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Permita-me, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup> ia ganhar o Brasil –, ler só uma crônica desse grande homem de Alagoas, em nome da liberdade de imprensa.

“Quem vai tirar a tartaruga do poste?” Esta pergunta consta do livro **Arquivo Aberto – Crônica de um Brasil corrupto. Confidencial**. De autoria de Pedro Duarte de Oliveira. Atentai bem!

O que vou dizer é interessante e o direi em homenagem a Alagoas, que mandou de volta o nosso Presidente Collor, Alagoas da nossa Senadora Heloísa Helena.

Ele diz o seguinte:

[ ]

O cidadão ia pela estrada, havia um poste e, em cima do poste, uma tartaruga. Ficou olhando, tentando entender como aquela tartaruga podia estar ali em cima do poste. Passava um velhinho com cara de sábio, explicou:

– Olhe, meu filho, você não entende como ela chegou lá, não acredita que ela esteja lá, ...

*(Interrupção do som.)*

...sabe que ela não subiu lá sozinha, sabe que ela não poderia nem deveria estar lá, sabe que ela não vai conseguir fazer absolutamente nada enquanto estiver lá, então tudo o que você tem a fazer é ajudar a tirá-la de lá.

Juntos, os dois tiraram a tartaruga do poste.

O velho ia saindo, voltou:

– Olhe, meu filho, aprendeu? Lula é a tartaruga no poste. Ajude a tirá-lo.

E saiu pela estrada, velho e sábio.

O velhinho tem razão. Ajudamos todos a pôr Lula e o PT lá em cima do poste, agora temos de ajudar a tirá-los em 2006.

*(Da coluna de Sebastião Nery)*

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Magno Malta.

*O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.*

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra ao eminente Senador Papaléo Paes, pelo mesmo tempo usado pelo Senador Mão Santa.

Contudo, se V. Ex<sup>a</sup> necessitar, posso conceder-lhe mais 15 minutos, até os Senadores começarem a chegar. Por outro lado, o Senador Mão Santa deve pedir-lhe um aparte, o que vai lhe tomar pelo menos mais cinco minutos do seu tempo.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores.

Quero fazer o reconhecimento do belíssimo discurso do Senador Mão Santa, principalmente quando fez referência ao debate de ontem. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz quando lembrou o debate a que todos os brasileiros assistiram ontem.

Realmente, eu, como brasileiro, senti-me envergonhado de saber que este País, Senador Mão Santa, é dirigido por um homem que não tem qualificação para tal.

Não estou aqui fazendo nenhuma referência à profissão, ao **status** social, ao passado de cada um dos dois; absolutamente. Mas assistimos ontem a algo muito desigual. De um lado, o ex-Governador de São Paulo, preparado para exercer a função de Presidente da República – aliás, todos queremos que essa função seja exercida por um homem preparado; e, de outro lado, um Presidente da República que, após concorrer em quatro pleitos, conseguiu ser eleito Primeiro Mandatário da República pela benesse do povo brasileiro, pelo reconhecimento por parte do povo brasileiro de alguém que, de metalúrgico, conseguiu desenvolver-se na vida política e chegar à Presidência da República. No entanto, hoje chegou a hora do basta. Demos a oportunidade que Lula merecia para presidir a República Federativa do Brasil, mas já chega.

Ontem, fiquei envergonhado porque vi um homem arrogante, um homem que fugiu de todos os debates do primeiro turno – e dizem que por medo da nossa colega, Senadora Heloísa Helena. Se ele fez isso, ontem se deu mal, porque Alckmin, a seu estilo, conseguiu impor a sua condição de homem preparado, colocando Lula no seu devido lugar. Vi muita arrogância ontem. Vi uma tentativa de chacota de parte do Presidente da República, que não se comportou de acordo com a estatura do seu cargo naquele debate. Ali, ele era o representante da República Federativa

do Brasil se candidatando a uma reeleição; portanto, mais que um simples candidato. Assisti a um debate em que o Presidente da República demonstrou não estar preparado, que está alheio a muitos problemas do Brasil e que poderia ser muito bem um Presidente da República num regime parlamentarista, e não presidencialista, que é o nosso regime vigente.

Reconheço no discurso do Senador Mão Santa um chamado de atenção ao povo brasileiro. Não podemos reeleger o atual Governo! Não podemos manter o Brasil numa faixa de crescimento vergonhosa! Brasil, Rússia, China e Índia constituíam um grupo de países que deveriam crescer mais que os outros e alcançar o ápice do desenvolvimento e da riqueza. Entretanto, o Brasil ficou para trás, já que os três outros se desgarraram, alcançando índices de crescimento anual de 8% a 10%, enquanto o nosso País atingiu míseros 2,8% no ano passado e, neste ano, não tem expectativa sequer de alcançar 3%.

Senador Mão Santa, o povo brasileiro não pode ser generoso. Reconhecer o Governo Lula como um exemplo de falta de ética, de corrupção, de malversação do dinheiro público e de desmandos é um dever de todos. Com a eleição de Alckmin, tentaremos fazer um realinhamento deste País, que precisa muito de moral e homens sérios para exterminar a corrupção, o que será motivo de orgulho para nós.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, faz um pronunciamento brilhante, e não poderia ser diferente, pois V. Ex<sup>a</sup> representa o valor das virtudes. V. Ex<sup>a</sup>, como médico, é honrado, honesto, ético e decente. Os médicos quase sempre o são, porque prestam o juramento de Hipócrates, um código de ética. Vivemos a ética a cada instante e, por onde vamos, levamos a nossa formação profissional. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, ao Brasil e à juventude algo muito atual, para complementar suas palavras. Ganhei um livro intitulado **O Mundo é Plano – Uma breve história do Século XXI**, de técnicos americanos, sobre a globalização. A desgraça que estamos vivendo no País é representada pelo Presidente da República. Atentai bem! V. Ex<sup>a</sup> acabou de citar os países emergentes que crescem a taxas de 10% ao ano, quais sejam, China, Índia, Rússia e até Taiwan. Ó jovens brasileiros, atentai bem para a desgraça que vivemos! De cada dez jovens desses países que crescem e apresentam desenvolvimento, para os quais se pergunta o que desejam ser, nove dirão: “Eu quero ter meu negócio. Eu quero ser dono da minha vida. Eu quero montar a minha empresa”. Pergunte-se o mesmo no Brasil! Todo mundo foge disso como o diabo foge da cruz! Por quê? Porque o Governo tem

76 impostos. É a mais alta carga tributária do mundo. O Governo pratica os juros mais altos do mundo. De cada ano que se trabalha, seis meses são para o Governo, que não nos devolve nada em educação e saúde. Por isso, devemos ter essa perspectiva de mudança, de eleger um homem de mente arejada e experiente. Shakespeare disse que a salvação está na união da juventude à experiência. Alckmin é um político jovem com grande experiência. Assim, chega-se à sabedoria, para diminuir essa carga tributária e financeira cruel e dar uma perspectiva à juventude, que é pura e quer ter a esperança de trabalhar e ganhar a vida.

**O SR. PAPALÉO PAES** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Acredito que tenha sido muito importante o registro que fizemos sobre o debate de ontem realizado pela TV Bandeirantes. Que todos nós, brasileiros, possamos acompanhar os próximos debates para ver, realmente, o que o povo deseja. Se quisermos novos rumos, principalmente de otimismo para esse Brasil, devemos eleger Alckmin para Presidente da República.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento apontando a existência de um perverso ciclo vicioso, que, hoje em dia, atua com plena força sobre a economia de nosso País. A primeira parte desse ciclo consiste na elevada carga tributária praticada pelas três esferas de Governo.

De fato, não é mais novidade, para a maioria das pessoas com acesso a um mínimo de informação, que a carga tributária imposta ao cidadão brasileiro é exorbitante. Sabemos que ela se situa em torno de 40% de tudo o que aqui se produz. Já começa a se tornar conhecido o Dia da Liberdade de Impostos, ou seja, o dia do ano em que se pára de trabalhar exclusivamente para pagar tributos e se começa a trabalhar para si próprio. Em 2006, esse dia foi 25 de maio, o que significa que, anualmente, o brasileiro trabalha quase cinco meses apenas para pagar impostos.

A segunda parte do círculo vicioso ao qual estamos sujeitos consiste no fato inexorável de que a elevada carga tributária estimula as empresas e, conseqüentemente, o emprego a migrarem para a informalidade, ou seja, para o funcionamento à margem do Estado.

Tudo começa quando o empresário – principalmente o micro e o pequeno – descobre que pode lançar mão do dinheiro que seria destinado ao Fisco para financiar as atividades de sua empresa. Em seguida, vem a constatação de que, em um mercado difícil, é muito mais fácil “precificar” sem levar em conta os impostos existentes. A etapa seguinte consiste em descobrir que não há um sistema eficiente para cobrar a dívida fiscal dos inadimplentes, sendo perfeitamente

possível gerir uma empresa, por anos a fio, sem pagar os impostos devidos.

Certo é, portanto, que a elevada carga tributária leva as empresas à informalidade e ao funcionamento à margem do sistema tributário. A decorrência disso resta óbvia: o número de contribuintes tende a diminuir, já que há uma migração para o mercado informal.

Por fim, fechando o perverso ciclo, encontramos um Governo que procura, no aumento e na criação de novos tributos, a solução para a evasão fiscal. Estamos, portanto, de volta ao início do processo vicioso, que, realimentado, levará a efeitos ainda mais danosos para o crescimento da nossa economia.

Sr. Presidente, infelizmente, não é apenas o gigantismo da legislação tributária que nos assola. A complexidade do sistema tributário brasileiro também é um grave desestímulo às atividades empresariais e, conseqüentemente, à contratação de mão-de-obra formal. Segundo um artigo publicado na **Revista Brasileira de Contabilidade** e assinado pelo contador Alan César Monteiro Corrêa, o brasileiro se vê envolto em quase uma centena de tipos diferentes de tributos. Imaginem as Senhoras e os Senhores a infinidade e a complexidade de situações reguladas pelos dispositivos legais que regem esses tributos. Desnecessário lembrar que, tanto a elevada carga tributária quanto sua excessiva complexidade, além de levar as empresas para a evasão fiscal, tornam aquelas que ainda se submetem ao fisco muito menos competitivas no mercado, especialmente no mercado internacional.

De fato, Sr. Presidente, estamos andando na contramão ao burocratizar e taxar excessivamente o funcionamento empresarial. Enquanto outros países buscam simplificar a trama burocrática e o aparato legal que obstruem o caminho do empresariado, nós não cessamos de criar obstáculos à geração de emprego e renda. O resultado não poderia ser mais desastroso: ao continuarmos com excessivos, dispendiosos e complexos tributos, levamos o País à inviabilidade e à estagnação econômica.

Embora, sob uma análise superficial, pareça um paradoxo, a primeira solução para desonerar a sociedade brasileira da tributação excessiva da qual atualmente é vítima, consiste em diminuir as alíquotas. A segunda, tão importante quanto a primeira, é o aumento da eficiência na cobrança de impostos.

Embora haja divergências quanto ao quantitativo exato sonogado no País – já que ninguém dispõe, com exatidão, de dados que levem a esse número – as estimativas costumam oscilar entre 20% e 50% da arrecadação. Isso significa que um mecanismo mais eficiente de cobrança poderia aumentar consideravelmente a quantidade de impostos arrecadados e, com

isso, desonerar a população e os setores produtivos excessivamente taxados.

Nesse ponto, mais uma vez, há o retorno ao ciclo vicioso que abordei no início: o excesso de tributos gera informalidade empresarial e empregatícia – ou, em outras palavras, evasão fiscal – que, por sua vez, faz com que pareça necessário ao Governo o aumento ou a criação de novos impostos. A quebra desse ciclo se dará com o ataque simultâneo a esses dois problemas. De um lado, necessita-se das alíquotas e, de outro, do aumento da eficiência da máquina de fiscalização e cobrança. São duas medidas paralelas. A primeira funciona como um estímulo voluntário à inclusão fiscal, enquanto a segunda é o estímulo coercitivo.

Sr. Presidente e Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero absolutamente certo que, no ritmo atual em que vamos seguindo, ou seja, com excessiva e burocrática tributação sobre os cidadãos e, especialmente, sobre os setores produtivos da sociedade, nossa economia será cada vez mais sufocada, as empresas serão levadas a atuar na informalidade e, por fim, chegaremos ao colapso econômico total. Urge, portanto, a adoção de medidas que visem simplificar a tributação brasileira e desonerar os cidadãos e as empresas. O caminho para tanto passa pela redução das alíquotas, a fim de estimular a inclusão fiscal e o aumento da eficiência de nossa máquina fiscalizadora.

Se isso não for feito – e com urgência –, lamentavelmente, seguiremos obtendo esses resultados de pífio crescimento econômico, ou, pior, quando o cenário mundial for menos favorável, poderemos passar por uma situação de alto risco de desestabilidade ou mesmo de ruptura econômica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

Passo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, do Piauí do Senador Mão Santa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está bem claro para nós, que fazemos política neste País, que esta segunda-feira tem um tema recorrente: o debate que aconteceu ontem, patrocinado pela Rede Bandeirantes de Televisão.

Tivemos uma grande oportunidade – oportunidade concedida a todos os brasileiros – de avaliar, de maneira tranqüila, a capacidade de cada um dos dois candidatos que se submetem ao crivo popular no segundo turno dessas eleições.

Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, que é um estúdio das regras eleitorais do País, que tem dado grande

colaboração para o aperfeiçoamento, para a e lisura do processo eleitoral e, acima de tudo, para a sua transparência, é capaz de entender o meu pensamento. Cada dia estou mais convencido de que temos de modificar as regras, principalmente no que diz respeito à propaganda eleitoral gratuita, relativa à participação dos candidatos a cargo majoritário.

No Brasil, já vimos alguns exemplos em que os candidatos se protegem sob a genialidade dos marqueteiros que escolhem. E aí, Senador Mão Santa, passamos a ser vítimas da propaganda eleitoral gratuita, que termina sendo o item mais caro da campanha. Cada candidato contrata a melhor equipe, inclusive, alguns – e isso aconteceu recentemente – pagam os “gênios”, por meio de caixa dois, em contas no exterior. Aí vem o mal, porque o candidato, propriamente dito, se protege. O seu pensamento, a sua cabeça, a sua maneira de agir é protegida pela genialidade do marqueteiro e, muitas vezes, somos levados a trocar gato por lebre.

Por isso entendo, Senador Marco Maciel, que, nesse aperfeiçoamento, devemos estabelecer a obrigatoriedade do candidato majoritário participar dos debates, de mostrar, sem qualquer subterfúgio, sem nenhum recurso televisivo, as suas propostas e, afinal de contas, o que traz dentro de si, o que carrega na cabeça para governar o País, um Estado ou um Município. Eu acho que o debate, Senador Marco Maciel, deve ser obrigatório, não necessariamente o debate entre candidatos, embora o candidato deva ser obrigado a participar pelo menos de um ou de dois. Refiro-me às mesas redondas envolvendo a sociedade como um todo, jornalistas, estudantes, profissionais liberais, escolhidos por critérios isentos e que, usando esse horário que a lei nos confere, cada um pudesse aferir a competência e a capacidade dos representantes que participam do pleito eleitoral.

Acho, Senador Marco Maciel, que essa é uma das medidas que devemos tomar logo após as eleições, no início do próximo período legislativo, exatamente para o aperfeiçoamento da democracia no Brasil.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Heráclito Fortes, V. Ex.<sup>a</sup> trata hoje de um tema de grande oportunidade, que é o relativo aos debates nas campanhas, quer para o Executivo Federal, quer para os Estados. Na realidade, o que é uma eleição senão uma opção que o eleitor faz em função de um programa de Governo? A pessoa não vota em um candidato, vota em um programa. Daí por que, por exemplo, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin teve o cuidado de oferecer um bem tecido e estudado programa e o apresentou à sociedade brasileira. Pena

que não tenha sido suficientemente divulgado, mas o fato é que ele tem um excelente programa. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que é fundamental a existência do debate, porque, obviamente, o candidato não pode ser, como recordou V. Ex<sup>a</sup> com propriedade, alguém zido por um marqueteiro, por um especialista em comunicação etc. Ele deve antes estar alguém efetivamente preparado para executá-lo, não basta ter o programa. O que se quer saber também é se a candidato está habilitado a executar um programa. Eu diria a V. Ex<sup>a</sup>, como salientou o Presidente Geraldo Alckmin ontem, em função de um programa é que vamos indagar se o titular daquele programa está ou não em condições de realmente tornar factível o que propõe. Precisamos fazer aquilo que ocorre nas chamadas democracias mais antigas, mais estáveis do mundo, que é a obrigatoriedade do debate. Em muitos desses países não há nem procedimento legal que imponha o debate. Isso decorre antes de uma cultura política, que não entende uma campanha sem que se explicitem as propostas. E nada fica mais nítido quando o debate ocorre.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Reportando-me ao dia de ontem, Senador Marco Maciel, quando tive a oportunidade, por participar da coordenação da campanha, representando o nosso Partido, o PFL, de assistir ao debate, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que foi um espetáculo promovido pela democracia brasileira. A formatação escolhida pela Band foi perfeita. O equilíbrio com que o mediador Ricardo Boechat conduziu os trabalhos foi impecável. Havia um auditório com 200 pessoas divididas entre militantes de cada um dos dois partidos, cada uma das duas coligações, e jornalistas. Cheguei a temer que ali, em determinado momento, houvesse alteração de espírito entre as partes contrárias. Foi um grande espetáculo em que pudemos ver, numa primeira amostra desse segundo turno, o que pensa e o que quer cada um dos candidatos com relação ao País.

Quero dizer, Senador Mão Santa, que, mais uma vez, o PT foi vítima da sua prepotência e da sua arrogância. Passou a semana inteira fazendo ameaças ou simulando comportamentos que o candidato à reeleição iria ter na hora do debate. Aliás, uma repetição do que aconteceu naquele da Globo, em que o Lula amarelou e lá não foi.

Tive a oportunidade de ler, desta tribuna, no dia do debate, sobre o encontro mantido entre o Presidente da República, em seu Gabinete, e alguns assessores de pessoas ligadas a Sua Excelência. E a simulação das perguntas e os conselhos que davam ao Presidente eram todos exatamente contrários ao sentido



educativo, à discussão de problemas e sim voltados aos questionamentos.

Ao se anunciar aqui livremente durante a semana que o Presidente que tenta a reeleição iria cobrar do candidato Geraldo Alckmin ações praticadas no Governo Fernando Henrique, comecei a sentir que o Presidente entraria naquele debate completamente perdido. Por um motivo muito simples: Geraldo Alckmin tem, em relação ao Governo Fernando Henrique, a responsabilidade de um eleitor, de quem deu o voto, mas não participou daquele Governo. Era Governador e Vice-Governador de São Paulo. Portanto, não poderia, de maneira alguma, ser acusado pelos acertos e também pelos erros da administração.

E há um fato curioso: o Presidente Lula é inteiramente conhecedor dos fatos do Governo do outro, no caso, do Fernando Henrique, mas não sabe de nada do seu Governo?! Isso é algo inadmissível num debate daquela natureza! Eu até pensei que aquilo fosse uma manobra para despistar a verdadeira intenção do candidato. Aliás, pensei que, desde o primeiro momento, Sua Excelência fosse tratar de assuntos ligados aos seus quatro anos de Governo e das suas propostas para um governo posterior. Entretanto, transformou o debate, desde o momento inicial, em uma questão eminentemente paulista, não permitindo ao candidato Geraldo Alckmin tecer, como gostaria, mais detalhadamente explicações sobre os assuntos nacionais, como propostas e programas.

É muito difícil para um Presidente da República, Senador João Batista Motta, não saber explicar à Nação brasileira como foram obtidos aqueles R\$1,7 milhão por seus companheiros de 30 anos, como aquele dinheiro chegou, como aquilo tudo foi feito. E, mais uma vez, sem argumento convincente, passa para a insinuação e para a acusação sem consistência. Em vez de responder às perguntas com clareza, procurou levantar culpa sobre membros do Governo passado, do Governo Fernando Henrique, o que já mostra o despreparo do Presidente como administrador, porque, se sabia daqueles fatos, Senador Mão Santa, como Presidente da República, sob pena de ser caracterizado como prevaricador, teria de ter tomado medidas já no primeiro dia; repito, no primeiro dia.

Vamos e venhamos, eu me questiono. Senador Mão Santa, dou-lhe o aparte em seguida. Andaram, com lupa, procurando erros no Governo passado, que não tem nenhum integrante preso, respondendo a processo ou denunciado, mas os ladrões que ainda estão na rua são todos oriundos da caminhada de Lula, do PT, com seus amigos. São novos. Os escândalos nasceram, cresceram – e, felizmente, não morreram, porque não

foram apurados –, todos, no atual Governo, portanto cabe ao Presidente de República dar resposta.

Ouçó o Senador Mão Santa com o maior prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que foi um herói. Sem dúvida, o auxílio de V. Ex<sup>a</sup> foi muito importante para levar à frente a campanha do Presidente Alckmin. Vi o trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, visando a acabar com a discórdia e a buscar a união no Piauí, onde o grupo do PFL, do PSDB, do PMDB e do PP está sendo liderado pelo nosso Deputado Federal Ciro Gomes. Atentai bem! Vamos falar apenas do Piauí: a mentira, a mentira, a mentira. Para o porto de Luís Correia o Presidente prometia US\$10 milhões. Quanta propaganda, quanta mentira! São dez milhões de dólares, um modelo reduzido. E a ferrovia para a qual cooptaram Alberto Silva, homem de bem? Aproveitaram-se de sua idade avançada para cooptá-lo. Ele anunciou que, em 60 dias, faria Parnaíba, Luís Correia, Teresina e tal, que estaria tudo feito. Cooptaram-no, aproveitaram da boa-fé de Alberto Silva. O pré-metrô está lá. E a ponte do Sesquicentenário? V. Ex<sup>a</sup> deve lembrar-se de uma ponte que era para comemorar 150 anos: o Governador do PT e o Presidente da República se comprometeram. Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo porque V. Ex<sup>a</sup> fez uma ponte em 90 dias, e eu, seguindo o exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, fiz em 100 dias. E este Presidente da República com o Governador: são “150 anos” e um, dois, três, quatro anos. Quatro anos, e não fez! Cinco hidroelétricas o Governador prometia. Cinco! Não sei nem como pensar nisso: cinco hidroelétricas. É filhote do Jamanta. A Universidade Federal do Delta do Parnaíba e o Hospital Universitário, que funciona em um ambulatório tímido: não realizaram. Os aeroportos internacionais: o de Parnaíba não tem nem escada para o avião, nem gasolina; no de São Raimundo Nonato nem se pode falar, só as placas. O biodiesel: que descaramento, negócio de mamona! Está lá tudo fracassado, todo mundo passando fome. E V. Ex<sup>a</sup>, um sonhador: o Alckmin tem de terminar o sonho de V. Ex<sup>a</sup>, o Pronto-Socorro de Teresina; nós queremos terminá-lo. Foi V. Ex<sup>a</sup> que o idealizou, que iniciou a sua obra; pensei que iam terminá-lo. Como Governador e com o Prefeito, fiz um pronto-socorro em dois anos, é o que funciona anexo ao Hospital Getúlio Vargas. Então, queremos apresentar-nos aqui como cabos eleitorais dessa extraordinária figura. Deus não abandona seu povo. Deus não nos abandonaria diante do descabro que aí está, do mar de corrupção, de vergonha, de desonestidade e de falta de virtude. Deus, assim como colocou Davi para vencer Golias e Moisés para

guiar seu povo e libertá-lo, colocou Alckmin Presidente para um Brasil decente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> toca num assunto fantástico, que é o biodiesel. Acho que o Presidente não sabe o que está ocorrendo na matriz de biodiesel, na indústria instalada naquele Estado. É preciso que ele veja, porque ontem a citou. Acho que ele não sabe, como, aliás, não sabe da maioria dos fatos que ocorrem no seu Governo.

Senador Mão Santa, o Presidente não sabe nem o que comprou. Em uma das provocações que fez, rebatida pelo ex-Governador Geraldo Alckmin, veio à baila a questão do aerolula. O Presidente da República concordou com Geraldo Alckmin e também o chamou de aerolula, quer dizer, o avião tem nome, está batizado. É o aerolula. O problema do aerolula não é comprá-lo. Ele não seria prioridade para quem passou anos condenando Governos passados, inclusive o próprio Fernando Henrique, quando usou aviões alugados para viajar ao exterior como medida de economia.

O PT fez uma guerra, já no começo da abertura, quando o Presidente Geisel comprou o atual *boeing*, conhecido como sucatinha, chamando-o de desperdício. Mas o grave é o que intriga a todos na questão do aerolula – e aí há uma coincidência ou não – é que a compra do aerolula se deu numa tentativa, difícil de ser explicada, de copiar o Sr. Hugo Chávez, que comprou um *boeing* nas mesmas circunstâncias. O Presidente do Brasil resolveu comprar um igual, mas o nosso não tem autonomia; com 60 dias no Brasil, o nosso teve de ir para os Estados Unidos para reparos técnicos; o nosso tem dificuldade de balanceamento, e o mais grave, foi pago adiantado. E o Presidente fala em credibilidade nacional.

Ora, se o Brasil tem credibilidade nacional, esse avião deveria ter sido comprado em financiamento, como todos os países fazem. Ninguém compra hoje um avião à vista, por mais rica que seja a empresa; imagine V. Ex<sup>a</sup>, um país. Essa compra à vista é uma questão discutível. E aí o Sr. Geraldo Alckmin tem toda razão: com aquele dinheiro dá-se para construir pelo menos cinco hospitais no Brasil.

Mas, nos bastidores, Senador Mão Santa, é que vemos o comportamento dos partidos e dos candidatos, a arrogância e a prepotência das pessoas. A Dona Marta Suplicy, reconhecível por dentro e por fora, parecia uma vitoriosa das urnas e não a cabo eleitoral fracassada do candidato Aloizio Mercadante, na eleição recém-acabada, em São Paulo. Dava ordens, tirava as pessoas das cadeiras e resolveu, inclusive, fazer um comentário com relação à estética do candi-

dato Geraldo Alckmin. Coitado do PT com essa nova coordenadoria!

Como foi mesmo que o Presidente Lula chamou os companheiros dele? Aloprados! Os aloprados estão sendo trocados. Saem uns e voltam outros. Estamos tendo apenas substituição de aloprados. Os homens serenos, equilibrados não são convidados para dar sugestão. Vejo aqui, por exemplo, o meu amigo Senador Roberto Saturnino: quanta sugestão positiva poderia S. Ex<sup>a</sup> dar para a campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva! Vejo o Deputado José Eduardo Cardozo, de São Paulo. Vejo o Sr. Sigmaringa Seixas, aqui de Brasília, que perdeu a eleição por desinteresse do Governo. Vejo o Sr. Paulo Delgado. As pessoas sensatas estão em um segundo time; o Presidente da República optou por aloprados.

Repito, Senador Mão Santa, que recebi, há cerca de 20 ou 30 dias, um baralho que, no verso, contém exatamente os envolvidos em escândalo. O baralho está envelhecido. Cabe outro baralho, tão grande o número de lançamentos que o Governo faz na arte do envolvimento com corrupção.

É muito triste um Presidente da República, perante a Nação brasileira, como ocorreu ontem, não saber explicar o porquê da proliferação de tanta bandalheira saindo das cercanias do seu gabinete, dos vizinhos, dos amigos de 30 anos!

E aí vem a minha preocupação. Se um Presidente da República, ao escolher sua equipe num primeiro governo, companheiros de 30 anos, que devem ter sido escolhidos a dedo, pela convivência, por terem comido sal juntos, escolheu da maneira que escolheu, imagine a escolher desconhecidos e os amigos novos. Seria um desastre total, e o Brasil não merece isso.

Daí por que, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, parabênz, primeiramente, a TV Bandeirantes pela iniciativa desse debate, pela sua formatação, e o Governador Geraldo Alckmin pela humildade, segurança e, acima de tudo, transparência como se comportou ontem nas respostas.

Faço um apelo aos que integram a nossa coligação: longe de sapato alto, longe de arrogância, longe de prepotência. Estamos exatamente conquistando a preferência do brasileiro. O primeiro passo foi a reversão das expectativas e a conquista do segundo turno, e agora a subida gradativa de posição do candidato Geraldo Alckmin. Com certeza, se continuarmos a trilhar o caminho até agora trilhado, iremos sair vitoriosos no dia 29.

O Presidente que dizia que a sua campanha apenas foi alongada, mas que é vitoriosa, talvez já não tenha mais tanta segurança disso.

O povo brasileiro começa finalmente, depois de um debate, em que os truques não existem, a ter possibilidade e oportunidade de fazer uma avaliação mais sensata.

Portanto, aproveito esta oportunidade para convocar os que abraçaram essa candidatura na certeza de que é o melhor caminho para o País, mas acima de tudo este povo brasileiro, tão sábio nas suas decisões e nas suas escolhas, que se unam nessa caminhada em defesa do Geraldo Alckmin, que se unam pelas ruas do Brasil com um único objetivo, que tenho certeza comum a todos nós, que é o de salvar esta Nação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Agradeço ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero anunciar que recebi o comunicado de que, hoje, o PMDB de Brasília, liderado pelo Senador Joaquim Roriz, vai fazer o lançamento da candidatura do Dr. Geraldo Alckmin à Presidência da República à Quadra 04, Lote nº 175, no Setor de Indústrias Gráficas, atrás do prédio do **Correio Braziliense**. O contato deve ser feito com o Capitão Cassimiro no telefone nº 81615052.

Vamos lá, representando os Senadores do PMDB autêntico, que querem um Brasil decente com o Presidente Alckmin. Representarei os Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet, Almeida Lima, Geraldo Mesquita, Garibaldi Alves e dois novos Senadores do PMDB que foram eleitos: Joaquim Roriz e Jarbas Vasconcelos.

Então, convidamos todos a comparecerem ao evento. A nossa grande realização de hoje é o lançamento da candidatura do Dr. Geraldo Alckmin.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, imortal, de Pernambuco.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, nobre Senador Magno Malta da representação do Espírito Santo no Senado Federal, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil tem, nos últimos tempos, crescido pouco. Ano passado, apenas para dar um exemplo, o Brasil foi o penúltimo em desenvolvimento na América Latina; só ganhou para o Haiti, cuja economia, como é de conhecimento público, vive grave crise interna e esteve à beira de uma guerra civil.

Desejo, porém, Sr. Presidente, dizer que lamentavelmente não se pode esperar um PIB melhor em 2006

– algo em torno de 3% – e, pasmem, as expectativas para 2007 não são, contudo, nada alvissareiras.

Eis o que diz O Estado de S. Paulo, edição do dia 04 deste mês:

O Brasil vai crescer a taxas bem inferiores à média dos países emergentes em 2007. Essa é a previsão de economistas do Credit Suisse, um dos maiores bancos do mundo, que ontem divulgou suas projeções para o crescimento da economia mundial.

Para o banco, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve crescer 3%, em 2007, ante a média de 6% das chamadas economias emergentes. ‘O Brasil está ficando para trás em relação aos demais emergentes’, disse um economista da instituição, indicando até a corrupção como um fator que ‘assusta’ os investidores.

Na avaliação do Credit Suisse, o crescimento do País deverá ficar abaixo, também, da média mundial e da latino-americana.

Mais adiante, Sr. Presidente, acrescenta a matéria, assinada por Jamil Chade:

Segundo a projeção, a América Latina deve ter expansão média de 3,7%. O líder deve ser o Panamá, com 6,5%, seguido pelo Chile e pelo Peru, com 5%. O PIB da Argentina deverá crescer 4,8% e o da Venezuela, 4,6%. Os 3% do Brasil só serão maiores que os 2,5% do Equador.

Os demais emergentes fora da região [reporto-me aqui à América Latina] também apresentarão resultados melhores que o Brasil. A Rússia deverá crescer 5,8%; a China, 9,7%; a Índia, 8,5%; e a Coreia do Sul, 4,3%. A Turquia [que vive em instante para inserir-se na União Européia] deverá crescer 3,5%. Isso sem contar o fato de que a Turquia, de soslaio, vive também, conseqüências da Guerra no Iraque.

Não é outra a opinião do Fórum Econômico Mundial, diz Emilio Lozoya, diretor para a América Latina do referido Fórum:

“O crescimento da economia brasileira será o maior desafio do próximo governo.

No *ranking* da competitividade elaborada pelo Fórum todos os anos, o Brasil não parou de cair nos últimos três anos. Entre 2004 e 2005, a queda ocorreu por causa dos escândalos de corrupção. Neste ano [ainda citando o referido diretor do Fórum Econômico Mundial] a nova queda de mais nove posições foi decorrente do baixo crescimento da economia”.

As causas diagnosticadas são o déficit fiscal, elevado endividamento público, juros altos, excessiva carga tributária, corrupção e deficiências da máquina administrativa, dificultando o crescimento econômico: pesos excessivos nos ombros tanto dos empregadores quanto, o que é mais grave, dos empregados, inclusive também tendo um ônus lateral que recai sobre aque-

les que não estão empregados, ou seja, que amargam duramente a condição de não poderem, conseqüentemente, participar do processo de crescimento do País. Portanto, são causas originadas no Estado, pela desorganização e ineficiência governamentais.

Note-se que o Brasil está em melhor posição em inovação e sofisticação de negócios, o que significa bom desempenho da iniciativa privada. E ela é, como se sabe, onerada principalmente por obstáculos burocráticos e juros altos, ainda mais encarecidos pelas elevadas taxas de risco, o chamado *spread*.

A informatização também encontra na alta tributação grande obstáculo. É muito difícil que os pequenos e microempresários possam pagar tão altos custos para se legalizarem.

Aliás, em seu programa de governo, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin assinalou muitas questões extremamente atuais. Já fiz três ou quatro discursos sobre o seu programa, que li integralmente. Trago-o novamente ao Plenário, porque é uma peça que não pode deixar de ser lida até como exercício de pedagogia cívica por parte do eleitor, que está sendo chamado a renovar seu voto, no próximo dia 29.

Geraldo Alckmin, em seu programa de governo, registra que:

“Nos últimos quase quatro anos, não só aumentou a distância que nos separa dos países altamente desenvolvidos, como estamos crescendo menos do que quase todas as nações em desenvolvimento.

E o que é pior, muito menos do que poderíamos e precisaríamos para dar empregos e oportunidades aos nossos filhos”.

Mas, Sr. Presidente, nobre Senador Magno Malta, que preside esta sessão, não é só a economia que não vai bem. Claudica igualmente o nosso processo de aperfeiçoamento democrático e desempenho institucional. É o que afirma o relatório elaborado pela conceituada Fundação Konrad Adenauer, que pertence a um dos partidos políticos da Alemanha e é uma instituição acatada e tem parcerias com partidos políticos brasileiros.

O que diz a Fundação Konrad Adenauer e o Portal Polilat.com? De acordo com o relatório da Fundação, a que tive acesso por meio da Agência EFE, agência telegráfica estrangeira:

“Chile, Costa Rica e Uruguai têm o maior nível de desenvolvimento democrático da América Latina, o Brasil fica abaixo da média da região, e, na outra ponta, Venezuela e Equador são os últimos colocados.

O índice avalia 18 países da região e é elaborado anualmente desde 2002. ... Entre os quesitos levados em conta estão as condições básicas da democracia, respeito aos direitos humanos, das liberdades civis,

a qualidade institucional, a eficácia política e o poder efetivo para governar”. [Ou seja, condições de governabilidade, de ter instituições capazes de dar respostas às demandas da sociedade, traduzindo isso para o nosso bom português.]

“No topo da lista do desenvolvimento democrático, aí volto a citar o relatório a que me referi há pouco, destaca-se o Chile, com 10.796 pontos, seguido pela Costa Rica, com 9.704 pontos, e pelo Uruguai, com 8.397 pontos”.

De acordo com o relatório, esses são países que “se perfilam entre os detentores da estrutura democrática mais sólida e com o melhor rumo do desenvolvimento democrático, afastados, até agora, também do populismo”.

“No segundo grupo, aparecem o Panamá, com 6.828, o México, com 5.939 e a Argentina, com 5.880, acima da média da região, que foi de 5.063 pontos. Abaixo da média estão El Salvador, com 4.718, e o Brasil, com 4.468, em oitavo lugar, entre os 18 avaliados”.

A Fundação Adenauer também adverte contra o recrudescimento do populismo, facilitado pelos lucros econômicos gerados pela grande elevação dos preços das matérias primas latino-americanas no mercado mundial. Populismo expresso em subsídios sociais redundantes e contraproducentes, acumulando-se e contribuindo para o déficit financeiro estatal.

Sr. Presidente, em face do exposto e dessas observações sobre a economia brasileira e sobre as condições de sua prática democrática, a indagação que nos resta é tentar oferecer explicações para resultados tão adversos, quer econômico-sociais, quer político-democráticos.

Sem querer me demorar, Sr. Presidente, parece indubitável o fato de que o Brasil, nos últimos três anos, não deu continuidade ao processo de reformas necessárias para que se reforce a estabilidade econômica.

É bom lembrar que o País executou seu mais bem tecido programa de estabilidade econômica, o chamado Plano Real, que foi mais do que a introdução de uma nova moeda, que nos livrou do flagelo da inflação, que nos permitiu planejar o desenvolvimento porque um país com uma inflação alta não tem condições de promover um planejamento estratégico e que tornou possível também reduzir as distâncias sociais.

É lógico que depois do Plano Real, medidas foram adotadas como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal que melhorou muito o desempenho dos entes federativos. Foi aprovado um arsenal legislativo permitindo privatizar empresas ainda que sob fiscalização das agências reguladoras, sancionou-se uma moderna lei de concessão de serviços públicos, como também



aprovou-se que regula o art. 192 da Constituição; ou seja, sobre o sistema financeiro nacional.

Tudo isso concorreu para que a nossa estabilidade econômica se fizesse hígida. Isso resulta de um grande esforço feito pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se tal não tivesse ocorrido, estaríamos numa situação ainda mais vexatória, posto que não se avançou nas reformas fiscal, tributária inclusive, no campo do marco regulatório para dar maior segurança jurídica ao investidor. Além disso, houve retrocesso em áreas estratégicas. É contrastador, por exemplo, observar o que se passa com as agências reguladoras, agora submetidas a orquestrado processo de desvertebração, fazendo com que as empresas sob acompanhamento das respectivas agências reguladoras não estejam sendo fiscalizadas, por absoluta falta de meios. Ademais, sob a ótica do investidor, isso representa um aumento na insegurança jurídica no Brasil, afastando investimentos nacionais e estrangeiros.

Porém, agora, Sr. Presidente, antes de encerrar, faço algumas considerações no campo do aprofundamento da democracia. Em que pesem algumas conquistas no exercício do voto, o Governo também não se empenhou em melhorar as práticas da cidadania. As reformas políticas não tiveram prioridade, pelo contrário. As instituições representativas brasileiras, leia-se especialmente Congresso Nacional, Câmara e Senado, e o Poder Executivo, vivem grave crise, com péssima repercussão no exterior infelizmente. Quando se consulta qualquer jornal do exterior – Europa, Ásia, Estados Unidos –, o que se vê é um noticiário muito desfavorável ao Brasil.

Para desfrutarmos de taxas mais elevadas de crescimento e fazê-lo de forma sustentada, portanto, convém retomar o ciclo das reformas estruturais, tanto na economia quanto na política. O eleitorado, a bem da verdade, já deu a sua contribuição no primeiro dia de outubro; compareceu, não se absteve, e a taxa de absentismo foi menor do que em 2002, quando havia uma expectativa de que seria bem maior. O mesmo ocorreu com o voto nulo e o voto em branco, cujas taxas também caíram, o que prova, mais uma vez, a maturidade política do nosso povo e, de modo particular, como o eleitor, em que pese toda a desesperança, acreditou no processo democrático, entendeu que será por intermédio do voto e que poderemos construir instituições sólidas e dar rumos ao nosso projeto de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Ressalte-se, mais uma vez, a prova de grande consciência cívica do nosso povo. Urge, porém, que no segundo turno, dia 29 deste mês, elejamos um candidato a Presidente – no caso, o ex-Governador Geraldo Alckmin – comprometido com esse proces-

so e os demais governadores imbuídos dos mesmos propósitos.

Por fim, mas não finalmente, resta ao Congresso Nacional, a ser instalado no dia 1º de fevereiro, quando ocorrerá a posse dos integrantes da 53ª Legislatura, a improrrogável missão de fazer as reformas, sobretudo as chamadas reformas de natureza política, pois delas dependem o enraizamento da democracia no Brasil e a criação, não menos importante, de condições para que o País volte a crescer a taxas compatíveis com os recursos físicos e humanos de que dispomos.

Sr. Presidente, eu não gostaria de encerrar minhas palavras sem, a propósito do assunto, fazer mais uma citação ao programa do candidato a Presidente Geraldo Alckmin, que V. Exª conhece bem e a cujo lançamento tive a oportunidade de estar presente. É um programa que a sociedade não pode deixar de ler, porque dá ao País um caminho, um rumo, enfim, aponta para a saída da crise.

Esse texto foi elaborado com a participação de mais de duzentos especialistas e, em seu final, o candidato a Presidente Geraldo Alckmin, em uma prova de grande responsabilidade intelectual, fez questão de inserir o nome de todos os colaboradores.

Em seu programa de Governo, o candidato a Presidente Alckmin observa: “O Brasil, com seus excepcionais recursos humanos, com seus riquíssimos recursos naturais – destacando-se, por exemplo, como uma das maiores reservas de biodiversidade de água doce e uma das principais províncias de mineração do planeta –, com a base industrial e a capacidade científica e tecnológica que construiu no século passado...”

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu pediria permissão somente para lembrá-lo de que V. Exª completa, no momento, vinte minutos na tribuna. Acrescento que gostaria de votar em V. Exª, já que o PFL vai ter maioria aqui nessa próxima Legislatura, para Presidente da Casa.

Quero apenas lembrá-lo de que há outros inscritos.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Exª

Mas então encerro, Sr. Presidente, aliás, já estava concluindo, mencionando aqui, texto do Programa do candidato Geraldo Alckmin, em que se diz: “Com a base industrial e capacidade científica e tecnológica que construiu no século passado e, a estabilidade política e econômica que conquistou recentemente, o Brasil está pronto para ser vitorioso na corrida ao desenvolvimento...”

E concluiu o candidato Alckmin: “Tudo o que precisamos é coragem para enfrentar o desafio, clareza para escolher os caminhos certos e perseverança para

seguir por ele, superando os obstáculos que sempre se apresentam”.

Sejam as minhas palavras também ocasião para renovar a confiança no País e, mais do que isso, expressando a minha certeza de que nós temos um povo que acredita, um povo otimista e que certamente não deixará, a exemplo do que ocorreu no primeiro turno, de no segundo turno dar uma maioria consagrada de votos ao candidato Geraldo Alckmin para que o País possa ter um projeto de futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, que representa o Piauí nesta Casa.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

Aproveito a oportunidade para convidá-lo e ao seu Partido, como um convite do Senador Joaquim Roriz, para a abertura de um comitê do candidato Geraldo Alckmin à Presidência da República, a realizar-se hoje, às 18 horas, atrás do prédio do **Correio Brasileiro**.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Senador João Batista Motta, do PSDB do Estado do Espírito Santo.

Que o Espírito Santo pouse na sua cabeça e o ajude a fazer mais um brilhante pronunciamento!

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para tecer algum comentário sobre o debate realizado ontem pela Rede Bandeirantes.

Senador Mão Santa, não sei se é trocadilho o que vou dizer, mas o certo é que o fantástico ontem estava na Band. Sr. Presidente, fiquei muito decepcionado com o Presidente Lula, porque ele não respondeu às perguntas, não participou do debate, ironizou o tempo todo e ficou com evasivas. Foi terrível; uma pena.

Quando perguntado sobre a situação das estradas brasileiras, sobre a falta de licitação para tapar buraco neste País depois de três anos de Governo, ele procurou responder a pergunta feita pelo candidato Geraldo Alckmin falando de aeroportos. Penso que a população que assistiu ficou estarecida, principalmente os homens que trabalham com transporte, os caminhoneiros deste País, que vivem driblando as estradas federais, fugindo delas para andar nas estaduais porque elas não têm condições de tráfego. Quem sai daqui para o Pará hoje faz o seguinte percurso: entra aqui em Sobradinho e pega uma estrada estadual de Goiás; depois, começa a percorrer, da divisa para frente, estradas do Tocantins, estradas estaduais; em seguida, atravessa

a Belém-Brasília, pega o outro lado dessa rodovia, e começa a trafegar em estradas estaduais do Pará, fugindo da Rio-Bahia. O mesmo acontece no Norte, no Nordeste, em toda a parte deste País.

O Presidente Lula não respondeu, não teve como responder as perguntas referentes às estradas brasileiras. No meu Estado, por exemplo, há uma duplicação, que é o contorno de Vitória, que está paralisada desde que Lula assumiu o poder. Não se faz nada. E o local é um açougue humano; morre muita gente todos os dias naquele pequeno espaço de estrada que não conseguimos duplicar. Não há um metro de duplicação, na BR-101 e na BR-262, sendo feito neste Governo do Lula, e é assim em todo o Brasil. Mas Sua Excelência procurou dar respostas falando de aeroportos, como se dinheiro de construção de aeroporto fosse do Orçamento da União.

Ele tenta enganar o povo brasileiro. Aeroporto, como todos sabem neste País, é construído com o dinheiro de uma taxa que o cidadão paga quando viaja de avião.

Quando protestamos aqui pela paralisação da obra do Aeroporto de Vitória foi porque o Ministro Antonio Palocci, na oportunidade, pegou o dinheiro da Infraero para fazer superávit primário. Então, a Bancada protestou, e a obra recomeçou, com o Governo repondo aquilo que tinha retirado, aquilo que era contribuição do cidadão brasileiro.

E eu questione: “Como o Governo pode chegar lá e arrancar o dinheiro do povo que está no cofre da Infraero?” Na época, o Presidente Carlos Wilson me disse: “Pode sim, porque o Governo Federal é dono da Infraero, tem 88% das ações”. Então, como dono, pode chegar lá e pegar o dinheiro que houver no caixa. A resposta foi essa.

Foi uma decepção o fato de o Presidente, ao responder pergunta sobre estradas brasileiras, que sacrificam aqueles que precisam transportar alimentos e passageiros, falar em aeroporto, que não é transporte de pobre, não é transporte de massa. Trata-se de um transporte, naturalmente, elitista. Então, não cabia, de maneira alguma, que o Presidente da República mostrasse esse despreparo e respondesse a perguntas sobre estradas rodoviárias falando em construção de aeroportos. Sem contar que ele citou o Aeroporto de Pernambuco, que começou lá atrás, há muito tempo. Quando ele assumiu o Governo, já estava na hora de inaugurar. Citou refinaria de petróleo, que ainda nem teve o terreno desapropriado, a ser construída em Pernambuco; citou outras também que ele ia construir e que não construiu.

Citou o *biodiesel*. Gostaria que alguém aqui dissesse se já rodou com carro a *biodiesel*, se alguém aqui

está vivendo de plantar algum produto para atender ao *biodiesel*. É uma vergonha assistir a um programa daquele com o Presidente, depois de quatro anos, tão despreparado.

Outro fato que me causou espécie foi quando o jornalista Franklin Martins perguntou sobre quem está preso por causa das denúncias de corrupção e o Presidente também não respondeu. Ele não disse quem do PT está preso. Todos os dias, vemos uma relação imensa, ora de mensaleiros, ora de corrupção, ora de corruptores, e não houve resposta. O presidenciável Geraldo Alckmin perguntou pelos R\$1,7 milhão da compra do dossiê e deveria ter perguntado também pelos R\$ 50 milhões do Banco Rural que, segundo dito pelo Governo, era dinheiro para pagar mensaleiros. Ou nós já nos esquecemos que aqueles R\$50 milhões da conta de Valério e, da conta de Valério, para a conta de alguém que precisava votar com o Governo, e que recebeu dinheiro para isso?

Eu queria saber se pagaram os R\$50 milhões, se estão devendo ainda ao Banco Rural. E o que está sendo feito? Há alguém preso por causa disso? Há alguém dos Correios preso? Não! Preso está o Sr. Veldoin, do caso dos Sanguessugas. Quanto aos agentes da operação, os que receberam, ninguém está preso. Não diga isso, porque não existe.

O candidato Lula também disse, Presidente Mão Santa, que o Presidente Fernando Henrique vendeu todo patrimônio do País. Vendeu as telecomunicações? Vendeu. Foi bom para o Brasil? Claro que foi. Vendeu a Vale do Rio Doce? Vendeu. Foi bom para o Brasil? Foi. Vendeu barato? Sim.

Nós não deveríamos ter vendido as estradas de ferro, apenas as indústrias que a Vale do Rio Doce possuía na época, principalmente as extrativistas. Quanto às estradas, deveriam ter sido feitas concessões, como é o caso da Presidente Dutra, por exemplo, onde todos podem comprar seu caminhão e colocar para rodar, pois todos poderiam comprar seu comboio de locomotivas e também transportar seus produtos.

Houve essa falha? Houve. Mas por que o Presidente Lula não interveio quando assumiu? Por que não retomou a Vale do Rio Doce? Não. Fez o contrário. O Presidente Lula mandou para esta Casa a Medida Provisória nº 255 para isentar a Vale do Rio Doce e tantas outras multinacionais de pagar tributo na hora de importar maquinário, visando, cada vez mais, acabar com a nossa riqueza natural, não-renovável. E hoje a Vale do Rio Doce, que exportava, por força da Lei Kandir, sem nada recolher, importa também sem ter de recolher nada.

Ele disse que, na venda da Vale do Rio Doce, houve desvios. Mas o que o Governo fez para apurá-

los? E o Presidente Lula sabe que o Governo não foi feito para construir carroceria de ônibus ou para produzir aço. Governo é para promover educação, saúde, segurança pública.

O Presidente Lula falou de engavetamento de processos, naturalmente citando alguns casos da época de Geraldo Brindeiro. Mas o povo brasileiro não é tolo, nem idiota e sabe que os processos, se foram arquivados, poderiam ter sido desarquivados no atual Governo. No entanto, os processos continuam. Qual é o processo que ele julga prejudicial ao País? Por que não o desengavetou quando assumiu a Presidência da República? Ou o engavetamento foi eterno? É uma conversa fiada, uma mentirada tentando ludibriar o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de citar o que diz Miriam Leitão, no Jornal **O Globo**, que prova que o Presidente Lula está completamente por fora da realidade brasileira.

Diz ela em um trecho de seu artigo:

Lula fez afirmações que não fazem sentido como: "Nunca este País cresceu tanto." Não é verdade, o crescimento está um pouco acima da média do Governo anterior, mas está muito abaixo do que em outras épocas.

Outra afirmação foi a de que "O nosso governo produziu 3 mil megawatts." Na verdade o Governo Lula não licitou hidrelétrica nova, as que estão sendo concluídas foram começadas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Pasmem, Senadores, Pasmem, Senador Magno Malta, esse Governo não licitou sequer uma hidrelétrica neste País e fala que combateu o apagão. Ele combateu o apagão, porque segurou para que o Brasil não crescesse. Se nós tivéssemos crescido a 5%, metade do que cresceu a China, por certo, hoje, estaríamos no apagão. Ou não é verdade, ou o povo brasileiro não sabe disso?

Continua Miriam Leitão:

Nas entrevistas finais, após o encerramento do debate, de novo, Lula mostrou desconforto, e fez uma avaliação queixosa do conteúdo do debate. E Alckmin aproveitou para passar um recado forte: 'Não é normal o que está acontecendo no Brasil'.

Senador Mão Santa, hoje, eu queria também citar outro detalhe da entrevista de Lula. Ele se mostra tão distante da realidade brasileira, que disse que a educação começa pelo ensino fundamental. Ele não deve saber o que é ensino fundamental; ele não sabe que no ensino fundamental estudam crianças de sete

a quatorze anos de idade; ele não sabe que o ensino, na verdade, começa na infância. É pelo ensino, ainda na infância, que começa o processo de educação neste País. É triste chegarmos a essa conclusão!

Para terminar, Senador Mão Santa, quero dirigir-me àquelas pessoas que anularam o voto, àqueles que preferiram não ir às urnas, até porque não sentiram nos dois candidatos a confiança necessária para que pudessem dar a um deles o seu voto. Tenho certeza de que, após o debate de ontem, após o debate que foi realizado antes do primeiro turno da eleição, na Globo, todo cidadão brasileiro sabe que há um homem preparado para ser Presidente deste País. Todos os brasileiros agora sabem que existe um homem com currículo disputando a Presidência da República; e com currículo de um homem sério, um currículo de quem conhece todas as necessidades deste País, de quem conhece as estradas. Convoco o testemunho dos caminhoneiros deste País para este fato: quem trafega pelas estradas de São Paulo perde a coragem de trafegar por uma estrada do Governo Federal.

Hoje, aqueles que anularam seu voto podem depositar sua confiança nesse candidato, porque Geraldo Alckmin tem currículo – e currículo bom.

Ele foi sucesso quando médico, foi sucesso quando estudante de medicina, foi sucesso quando Prefeito aos 22 anos de idade, foi sucesso quando Deputado Federal e foi sucesso quando Governador de São Paulo.

Ontem, o Brasil ouviu o que ele disse: “Fizemos 19 hospitais em São Paulo”. E perguntou ao Presidente Lula: “Quantos Vossa Excelência fez no Brasil, em quatro anos de Governo Federal”? Absolutamente nenhum!

O Governador Alckmin mostrou a este País como é que se administra; mostrou como é que se compra, por meio da Internet, com preço mais barato; mostrou quanto gastou e como enfrentou sozinho o crime organizado de São Paulo, com peito e coragem para enfrentar.

Não virou as costas para os problemas, não disse que não sabia. Não, enfrentou o problema e está vencendo, está servindo de exemplo para o Brasil.

Em questão de segurança, se Geraldo Alckmin assumir o poder a partir de janeiro, por certo haverá um Governo Federal que se reunirá com Governadores; que cuidará da Polícia de fronteira, para que as drogas não continuem a entrar no País como entram hoje; que cuidará da Polícia de fronteira para que armamentos contrabandeados não entrem como estão entrando hoje. Geraldo Alckmin discutirá educação e saúde com governadores e prefeitos.

Não tenho a menor dúvida de que a sua gestão será um choque ético, um choque administrativo.

Quem anulou o voto, quem votou em branco ou quem não quis comparecer às urnas tem a obrigação, hoje, de confiar nesse brasileiro, porque Deus tem sido grande, Deus tem sido bom com este Brasil, que, apesar de tudo, ainda é um País rico e de uma gente feliz.

Infelizmente, depois de JK, este País tem lutado com muita dificuldade, porque sempre nos faltou determinação, sempre nos faltou coragem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, peço permissão para lembrar que V. Ex<sup>a</sup> atinge 20 minutos na tribuna, mas, quanto ao pronunciamento, nota 10.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa, assim como peço-lhe desculpas se ultrapassei o meu tempo.

O principal recado que eu queria mandar é para aqueles que deixaram de votar no primeiro turno. Peço que votem no segundo turno e que não deixem de confiar neste País e em alguns homens que estão na política, porque a maioria é honrada e quer o melhor para o Brasil. A minoria não deve prevalecer. É preciso que prevaleçam homens como V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Desejo o melhor para o seu Estado e desejo o melhor para o nosso País.

Que Deus nos ajude, que Deus ilumine aqueles que deixaram de votar para que façam agora a diferença. E que coloquemos este País em boas mãos, nas mãos de quem tem condições de administrá-lo para melhorar a vida dos pobres e miseráveis não com esmola, mas com geração de emprego; não com esmola, mas com desenvolvimento econômico.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Magno Malta, do PL do Estado do Espírito Santo.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem o direito de pronunciar-se por vinte minutos, mas jamais ousarei cortar-lhe a palavra, ilustre e honrado Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pessoas presentes neste plenário, telespectadores da TV Senado, estamos todos enlutados.

No terrível acidente com o vôo 1907 da Gol em que a vida de 154 brasileiros foi ceifada – 148 passageiros exatamente e de seis tripulantes, –, havia 14 capixabas.

O Brasil está enlutado. Durante os quatro ou cinco primeiros dias após a tragédia, as televisões mostravam, em tempo real, o desespero, a angústia das famílias, mas também a movimentação da companhia aérea, da



Infraero e da Aeronáutica no sentido de apurar fatos e dar respostas ao Brasil e aos familiares.

Os familiares das vítimas, Sr. Presidente, vieram a Brasília. Aqui, estão alojados, mas um número significativo dos mortos ainda não foi identificado.

Sr. Presidente, dos 14 passageiros capixabas, dez são de Cachoeiro de Itapemirim, cidade onde comecei minha vida pública como Vereador.

São os seguintes os dez passageiros:

– Luiz Rogério Benedito Lobato, empresário do Grupo Itacar, que tanto bem faz ao Espírito Santo no que diz respeito à geração de empregos; um grupo tão sólido na região Sul do Estado e que era dirigido por ele e pelo nosso querido Clemente Sartório. A família está enlutada, juntamente com os funcionários e a cidade de Cachoeiro de Itapemirim, pela perda do Luiz Rogério;

– Dr. Luiz Albano Custódio, dentista, respeitado, de família tradicional na cidade;

– Hélio Godoy, proprietário de uma rede de lojas de caça e pesca no Sul do Estado, geradora de empregos;

– João Leal, proprietário da agência Pantanal Turismo, promotor da excursão em cujo retorno foram ceifadas as vidas dos capixabas;

– Marlon Machado, pessoa querida, respeitada e de família tradicional, era Secretário de Serviços Urbanos de Cachoeiro de Itapemirim na gestão do Prefeito Roberto Valadão;

– Ronaldo Noé, proprietário de uma ótica em Cachoeiro de Itapemirim, também de família tradicional, gente querida que está de luto;

– Ricardo Leandro de Souza, jornalista, proprietário de uma revista. Estive com ele, nos últimos seis meses, durante o aniversário da cidade de Presidente Kennedy, oportunidade em que participei das festividades com a minha banda. No evento musical, fui fotografado por ele. Na quinta-feira seguinte, houve o *show* de Zezé de Camargo e Luciano, em cujo camarim eu estive, e lá ele os estava fotografando. Nesta semana, recebi do Prefeito Aloísio as fotos feitas pelo Ricardo Leandro de Souza, menino de bom caráter, amigo;

– Mozart Sant'Anna Júnior, médico do Hospital Evangélico, pertencia a uma família que enobrece os cachoeirenses. Deixou enlutados os seus pacientes, que aprenderam a confiar nele;

– Dr. Huederfidel Viana, médico anestesista, que foi quem me anestesiou quando me

submeti à última cirurgia. Ele nunca se furtou a estender a mão quando necessitamos dos seus serviços para atender a instituição que temos, no Sul do estado, de recuperação de dependentes químicos e de bebida alcoólica. Fazemos esse trabalho há 25 anos, e, nos últimos tempos, sempre fomos atendidos por esse médico, juntamente com o Dr. Rogério Glória e o Dr. Marcos Silveira. Ele era um anestesista que sempre estava à nossa disposição, porque entendia o nosso trabalho;

– Júlio Guidi, empresário do setor de mármore e granito de Cachoeiro de Itapemirim, bem sucedido, representante dos mais significativos do setor;

– Marcelo Ferreira Machado;

– Erthelviane Bortolozzo, auditora ambiental e não acompanhava esse grupo na excursão; e

– Etelvino Lins.

O que me traz a esta tribuna, nesta tarde, é tão somente o anseio de, publicamente, solidarizar-me com esses capixabas na vontade permissiva de Deus, que tudo vê.

O fenômeno e o mistério da morte todos enfrentaremos um dia. Seja hoje ou amanhã, todos passaremos por isso. A Bíblia diz que a vida é como um vapor que aparece e, de repente, vai embora. A vida é fugaz, rápida e ligeira, por isso precisamos vivê-la da melhor maneira possível, sem carregar ódio no coração, colocando-nos à disposição dos outros. A Bíblia diz que maior bem-aventurança é dar do que receber. Minha mãe, Dona Dadá, dizia que a vida só tem sentido quando a colocamos à disposição dos outros, porque ela passa rápido demais, Senador Mão Santa.

Viajamos de avião toda semana. Esse amigo que citei, que tinha uma revista e que fotografou o meu evento, viajava de avião pela primeira vez, como me disse sua esposa – ele morria de medo de avião. A morte, contudo, não escolhe cara, cor, tamanho, doutor ou analfabeto. O dia chegado será sempre o dia chegado, independentemente de se estar dormindo ou sentado, num avião ou num carro.

Neste momento em que cito o nome desses capixabas, solidarizo-me com todas as famílias do Brasil que perderam um ente querido e sofrem com isso. Algumas tiveram um pouco de consolo por ter o corpo do seu parente identificado, mas há as que ainda vivem o drama da não-identificação ou, o que é pior, da não-localização do corpo. Solidarizo-me com os filhos que perderam pais, com os pais que perderam filhos, com as esposas que perderam esposos, com os esposos

que perderam esposas e com todos aqueles que sofrem, choram e lamentam.

Para nós, a porcentagem foi um pouco alta, porque, dos 154 mortos, 14 eram do Estado do Espírito Santo. Que essas famílias enlutadas recebam o meu afeto e a minha solidariedade. Nada mais significativo para alimentar a alma de alguém que a solidariedade num momento difícil e duro.

Aproveito a oportunidade para agradecer a solidariedade que tenho recebido de pessoas dos mais diversos credos e de cidadãos que credo algum professam, mas que me telefonam e enviam *e-mails* e *fax*, neste momento em que vivo debaixo de uma tempestade, por conta de uma ilação mentirosa, mentirosa, mentirosa.

É maravilhoso, é magnífico receber solidariedade. Numa hora como essa, necessário se faz que estejamos no exercício da misericórdia. Nada melhor do que ter coração misericordioso. A Bíblia, que é a palavra de Deus, diz: “Chorai com os que choram e alegrai-vos com os que se alegram”. Este é o momento de chorarmos. A Bíblia diz que há tempo para tudo debaixo do céu, e esse é o tempo de chorarmos, lamentarmos e sofreremos.

Com essas palavras, abraço as famílias enlutadas e com elas me solidarizo neste momento. A coisa mais difícil na vida é perdermos sangue do nosso sangue, carne da nossa carne. Quando alguém, pelo mistério da morte, é arrancado de perto de nós, e, muito pior, de uma maneira tão trágica – e há famílias que vivem a agonia de não ter o corpo do seu ente querido para enterrar –, nada melhor do que receber solidariedade.

Concedo um aparte ao Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Magno Malta, começo meu aparte pelo final do seu discurso, quanto às injustiças de que V. Ex<sup>a</sup> é alvo e o sofrimento pelo qual está passando. É um caso inusitado; é um caso que tem estarrecido todas as pessoas com quem tenho conversado. É um caso de assassinato sem defunto. V. Ex<sup>a</sup> foi acusado de usar um carro, que pegou emprestado de alguém, talvez porque não pudesse comprar um. Se fosse rico, um magnata qualquer, V. Ex<sup>a</sup> teria comprado pelo menos quatro carros e os teria colocado na garagem. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> apenas pegou um emprestado. E os bandidos dizem que foi para pagamento de uma emenda. Aí vem a pergunta: essa emenda gerou a compra de alguma ambulância? Não! Mas espera aí!

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Nem existe emenda.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Eu vou chegar lá! E essa emenda foi colocada no Orçamento? Não! Que compromisso V. Ex<sup>a</sup> teria com algum cidadão para colocar emendas? E por que não as colocou? Como é que V. Ex<sup>a</sup> pegaria um carro de alguém para fazer uma emenda se essa emenda não tivesse sido feita? Não sei como uma matéria como essa pôde ser tão divulgada! Querem fazer de V. Ex<sup>a</sup> mais um cristo, como tantos que têm passado por este País! JK foi um cristo neste País. Ele fez tudo o que este Brasil tem; depois teve sua perna quebrada pela botina de um capitão, e morreu nas circunstâncias que todos sabemos. Embora tenha recebido muitas homenagens, de que servem as homenagens depois de morto? Deveríamos tê-lo homenageado em vida. Conheço muitas famílias que batizaram seus filhos com o nome Juscelino. Ainda ontem conversava com uma pessoa do Maranhão cujo nome era Juscelina. Ela me disse que seu pai lhe dera esse nome porque adorava JK. Quando morei em Vitória, tive um vizinho, o Sr. Álvaro Passos Carlos, cujo filho, atualmente um médico que trabalha na Prefeitura da Serra, chama-se Juscelino. Essa é a verdadeira homenagem. Portanto, Senador Magno Malta, fique V. Ex<sup>a</sup> despreocupado. Deus é grande! Deus vai lhe fazer justiça! V. Ex<sup>a</sup> receberá toda essa difamação com juros e correção monetária. A mão de Deus custa, mas aparece na hora certa. Com relação ao acidente que V. Ex<sup>a</sup> lamenta, também já o lamentei por demais. Perdi um amigo fraterno, chamado Luiz Albano Vieira Custódio, dentista. Durante mais de vinte anos fui sócio do seu irmão, atualmente falecido, engenheiro que trabalhou na Caixa Econômica Federal do Espírito Santo. Eles eram filhos de um viajante comercial que, em um carrinho velho, vendia produtos para sustentar, criar e educar seus filhos, que tanto serviram ao nosso Estado, como José Albano, na Caixa Econômica Federal. Ele montou a Ornato, loja que hoje se chama Eliana, lá no Município da Serra. José Albano, irmão de Tito Albano, que, por muitos anos, foi diretor da Cohab e tanto lutou no Governo, se não me engano, de Gerson Camata. Por fim, Luis Albano teve esse fim trágico. Quero também me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, meu irmão Magno Malta, e com as famílias enlutadas. Que Deus dê o conforto a todas elas! E desejo lamentar que, relativamente a um acidente dessas proporções, não tenhamos, até hoje, uma explicação pelo menos aceitável. De um lado, o Ministro Waldir Pires diz que a documentação estava toda certa, que o plano de vôo estava completo; por outro lado, deparamo-nos com as declarações, nos jornais, dos pilotos, que disseram

que receberam permissão para voar àquela altitude. E aí não se sabe de quem é a culpa. O certo é que o acidente aconteceu e as famílias estão enlutadas: filhos sem pais, pais sem filhos. E a vida, como disse V. Ex<sup>a</sup>, continua, e vai ser sempre assim. Muito obrigado pelo aparte, Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Motta, pelo carinho, pelas palavras tão boas para o meu coração, para minha alma.

A despeito de tudo isso que estejamos vivendo, sempre há alguém sofrendo um pouco mais do que nós, como essas famílias.

Encerro, Senador Mão Santa, citando para essas famílias um trecho da Bíblia de que V. Ex<sup>a</sup> gosta tanto “Entrega teu caminho ao Senhor. Confia nele e o mais Ele fará”. Deus é justo juiz, Senador João Batista Motta! Deus é justo juiz e Ele é justificador, Senador Mão Santa! Esta é a minha segurança. É minha segurança, Senador Antero Paes de Barros, porque a justiça e a verdade estão comigo.

Senador João Batista Motta, nunca pus uma emenda. Nunca liberei ambulância. Senador João Batista Motta, ouvi falar de Planam por intermédio dos jornais. Nunca estive com qualquer Vedoin nem os conheço. Usei um carro emprestado do Deputado Lino Rossi; carro que devolvi há mais de um ano. E não sei, de fato, onde cometi esse crime, que não existe.

Mas, se Deus, na Sua vontade permissiva, permitiu que tudo isso acontecesse, julgo que Deus deva ter um grande propósito em tudo isso, porque Ele é justo juiz e é justificador. Então, quem me justifica é Deus, a despeito de já ter ouvido e lido tanta ilação, tanta maldade com relação à minha pessoa, que tenho uma história de luta, de enfrentamento a bandidos neste País! Mas Deus deve ter um propósito. E, a atentar contra a minha própria integridade física, prefiro confiar em Deus.

A Bíblia diz que uns confiam em carros, outros confiam em cavalos. E o salmista diz: “Mas eu prefiro confiar no Senhor, nosso Deus”. E eu também. Eu também prefiro confiar e esperar na justiça de Deus. Se Deus é justo e misericordioso para quem o busca, avalie quando você O busca tendo a verdade consigo ainda, a verdade e a justiça.

Agradeço, Senador Mão Santa, a benevolência de V. Ex<sup>a</sup> e encerro o meu pronunciamento dizendo a essas famílias que recebam, de todo o coração, a minha solidariedade neste momento duro e difícil de suas vidas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Magno Malta, abraço a sua causa e também o seu voto de solidariedade a todos os familiares, tanto as dos funcionários da Gol quanto as dos passageiros que, totalizando 154 brasileiros que, infelizmente, morreram naquele acidente, deixando mais de cem órfãos, causando extraordinário trauma para todas aquelas famílias. V. Ex<sup>a</sup> expressou muito bem a dor sentida por todas essas famílias e também a dos que trabalham na aviação civil e que desejam, sobretudo, que haja o aperfeiçoamento do sistema de segurança, para que aqueles que, como nós, ao viajarem, embora saibam que ao entrarem nos aviões estarão seguros, mesmo assim, temos a ciência de que existe uma probabilidade, mesmo que pequena, de acontecer uma tragédia como essa, em que pese todos os cuidados daqueles que trabalham no controle aéreo e a destreza dos pilotos daquela aeronave. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por essa iniciativa.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Agradeço o aparte, Senador Suplicy. A lição que fica de tudo isso é que nós temos de estar preparados para nos encontrarmos com Deus, porque a morte é um mistério que repentinamente aparece. Precisamos ser solidários com os familiares das vítimas de um acidente trágico como esse e também com aquele que perde alguém dormindo, ou que sentado tem um infarto, pois pela morte todos passaremos. É preciso se preparar para a eternidade, para o encontro com Deus.

Encerro, Sr. Presidente, reiterando a minha solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Vou pedir, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup>, antes mesmo do meu pronunciamento, me conceda cinco minutos para justificar e encaminhar um requerimento de pensar que apresentei.

Vejo, agora, que o Senador Marco Maciel e o Senador Eduardo Suplicy se encaminham para apresentar requerimento com o mesmo conteúdo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para ler.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.027, DE 2006**

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Fernando Gasparian, ocorrido em São Paulo no dia 7 de outubro último:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2006. – Senador **Roberto Saturnino** – Senador **Mão Santa**.

**REQUERIMENTO Nº 1.028, DE 2006**

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia sete de outubro, do corrente, na cidade de São Paulo, do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências a sua esposa Dona Dalva, aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus, a Editora Paz e Terra, ao Conselho Nacional de Economia e ao Governo do Estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2006.

Senador MARCO MACIEL

**REQUERIMENTO Nº 1.029, DE 2006**

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro do corrente, do Deputado Constituinte e proprietário da Editora Paz e Terra, Fernando Gasparian, aos 76 anos, vítima de infecção generaliza; bem como apresentação de condolências à sua esposa Dalva e aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus.

**Justificação**

“Para ser um bom brasileiro tem que gostar de democracia”. Essa frase, repetida por Fernando Gasparian nos tempos duros da ditadura, era considerada altamente subversiva. Por isso ele foi perseguido pelos militares; por isso perdeu sua fábrica; por isso virou editor de jornal de resistência; por isso fundou uma revista (que foi censurada); por isso tomou-se um dos mais importantes editores de livros do Brasil; por isso foi deputado constituinte; e por isso se tomou figura inesquecível na história da política brasileira.

No final dos anos 50 e início dos 60, quando a palavra desenvolvimento era ouvida em todo lugar, Fernando Gasparian, ainda moço, chegou a ter 5 mil funcionários em sua fábrica de tecidos, a América Fabril, no Rio. Foi dali, aliás, que nasceu o time de futebol carioca que ainda hoje tem uma boa torcida.

Após o golpe militar de 64, Fernando Gasparian, que era nacionalista, passou a ser perseguido. Seu filho Eduardo, em entrevista ao portal UOL, explica: “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo militar cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador”.

Foram tantos problemas que teve de enfrentar, que em 1970, auge das perseguições políticas, Gasparian decidiu ir para o exílio para não ser preso. Escolheu a Inglaterra. Mas não agüentou. Voltou ao Brasil um ano depois e fundou o jornal **Opinião**, declaradamente o veículo de resistência democrática aos militares. Ali escreviam Celso Furtado, Chico de Oliveira, Alceu Amoroso Lima, Dias Gomes e Érico Veríssimo, entre outros. Tive também a honra de ser um de seus colaboradores. Na redação, tinha a colaboração de Raimundo Pereira e Tonico Ferreira. Fernando editou de 1971 a 75, mas o jornal durou sete anos e teve vários de seus números censurados.

Ao mesmo tempo que editava o **Opinião**, Gasparian comprou a editora Paz e Terra, de Ênio Silveira, seu amigo e outro grande democrata, que também era dono da Editora Civilização Brasileira. Acho que devemos a eles dois a manutenção de um pouco de cultura e de livros no Brasil daqueles tempos em que ler era quase crime, e ter livros em casa eram prova material nos processos, nas auditorias militares de todo o País.

A Paz e Terra deu preferência às áreas de filosofia, sociologia, ciência política, e editou outros adversários do regime militar, como Paulo Freire – autor de “Pedagogia do Oprimido”, entre outras obras fundamentais – que na época estava no exílio. Teve também a coragem de editar “A luta de classes na União Soviética”, de Charles Bethelheim, que tanta polêmica causou na esquerda.



Mas isso não bastava a um democrata completo. Em 1973, fundou também a revista “Argumento”, que tinha uma abordagem criativa e crítica dos acontecimentos. Tratava de tudo. Política, economia, artes, esporte... Seu editor na redação foi o lendário Barbosa Lima Sobrinho, eterno presidente da ABI – a Associação Brasileira de Imprensa. A revista foi recolhida pela censura várias vezes.

Não se deu por vencido. Amava os livros, amava a liberdade de pensamento. Fundou então a livraria Argumento em São Paulo em 1977, e mais tarde transferiu-a para o Rio, onde ainda se dão os melhores lançamentos, com filial no Leblon, em Copacabana e na Barra da Tijuca. Hoje em dia as livrarias são administradas pelos filhos Laura, Eduardo e Marcus. Helena é diplomata.

Também me aproximei de Fernando Gasparim e de sua esposa Dalva Funaro Gasparim, por esta ser irmã do ex-Ministro Dilson Domingo Funaro, casado com minha irmã Ana Maria.

Deputado Federal por São Paulo, foi dos mais assíduos e combativos na Constituinte. Era amigo do ex-Presidente Fernando Henrique, mas não aceitava as privatizações. Opôs-se firmemente à da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, porque a considerava patrimônio do povo brasileiro.

Era assim. “Amava loucamente minha mãe e o Brasil” – disse seu filho. Perdemos muito.

Sala das sessões, 9 de outubro de 2006.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

### CARTA MAIOR

Bernardo Kucinski

Com a morte de Gasparian, fundador do jornal **Opinião**, está extinta a geração de empresários nacionalistas que foi combatida pela Ditadura Militar. Eram homens preocupados com um projeto nacional

de desenvolvimento, que Gasparian simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política.

Data: 9-10-2006

Passou quase despercebida na grande imprensa a morte na última sexta-feira (6) de Fernando Gasparian, o fundador do jornal **Opinião**, um dos mais importantes semanários de nossa história e referência da luta da imprensa alternativa contra a ditadura militar.

Conheci Gasparian e sua esposa em Londres no início de 1972, em pleno regime Médici. Como eu, ele estava em “exílio voluntário”. Eu havia saído da **Veja** com a equipe liderada por Raimundo Pereira, que trabalhou nas capas denunciando as torturas no Brasil. Gasparian e sua esposa estavam traumatizados com o seqüestro e assassinato, pelos militares, de seu grande amigo, o deputado federal também nacionalista Rubens Paiva.

Gasparian, dono da indústria têxtil América Fabril, era de uma geração de empresários nacionalistas que entrou em desgraça com o golpe militar de 1964. Suas empresas, em geral familiares, foram submetidas ao cerco econômico. Alguns deles, como Pignatari, sofreram confisco patrimonial e tiveram que fechar as portas ou suas empresas foram compradas na bacia das almas por grupos estrangeiros.

Com a morte de Gasparian, pode-se declarar extinta essa geração de empresários nacionalistas, preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que ele simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política. Gasparian, em especial, era muito amigo de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Barbosa Uma Sobrinho, Enio Silveira e outros intelectuais progressistas e/ou nacionalistas, que tentavam pensar um futuro para o Brasil. Tudo isso também foi interrompido de modo brutal pelo golpe militar.

Profundamente chocado, Gasparian pensava em lançar no Brasil um jornal moderno, que não tivesse com a ditadura a relação complacente da maioria dos jornais brasileiros; um jornal que combatesse a ditadura militar e o entreguismo. Lembro que chegamos a visitar juntos uma feira de equipamentos gráficos em Londres. Indiquei a ele Raimundo Pereira como o jornalista capaz de liderar um projeto desse porte. Assim nasceu, poucos meses depois, o semanário **Opinião**.

Nessa época, outros empresários ou amigos de empresários também ajudaram a viabilizar projetos de imprensa alternativa de combate aberto ou velado ao regime militar. A revista **Bondinho** não teria existido sem a ajuda de Thomas Fárkas, dono da Fotóptica, e de Bresser Pereira, ligado ao grupo Pão de Açúcar (dai o nome **Bondinho**). **Pasquim** contou de início

com apoio de Murilo Reis, dono de uma distribuidora de jornais e revistas.

Mas Gasparian foi de todos o que mais se dedicou ao que poderíamos chamar de “mecenato político”, bancando todo o projeto desde o início, no segundo semestre de 1972, até sua última edição, 231 semanas depois, em abril de 1977. O projeto do Raimundo combinava o melhor da experiência de **Veja**, como semanário de atualidades que chegava simultaneamente a todas as grandes cidades brasileiras, e o melhor da imprensa mundial progressista da época, como o **Le Monde**, o **The Guardian** e o **Financial Times**. Gasparian fez acordos editoriais com todos eles, também como forma de blindar **Opinião** contra os ataques do regime militar. Richard Gott e Basil Davidson podiam ser lidos em **Opinião**. Também escreviam no semanário os principais intelectuais brasileiros da época, como Celso Furtado, Luciano Martins e Niemeyer. Com diagramação moderna e desenhos elegantes a bico de pena ao estilo do **New York Times Review of Books**, por Cássio Loredano e Luís Trimano, **Opinião** nasceu como se já tivesse cem anos de tradição.

Mas a força bruta da repressão prevaleceu sobre a qualidade e o cuidado editorial. Os tempos eram duros. Não por acaso, a capa do número zero era uma fina caricatura em bico de pena de Plínio Salgado, líder da extrema direita brasileira, que então se tornava cada vez mais forte junto ao governo Médici. A censura pegou **Opinião** já na nona edição e foi apertando o cerco até se tornar devastadora a partir da edição 23. Do material enviado para Brasília, metade era vetada ou mutilada.

Quando Gasparian fechou o jornal, em abril de 1977, Geisel fechava o Congresso, para baixar o famoso pacote de abril”, que mudou as regras do jogo eleitoral numa tentativa de manter artificialmente uma maioria conservadora. De Médici a Geisel, esses foram os tempos vividos por **Opinião**. Tempos de resistência. **Opinião** tornou-se um símbolo de Imprensa de resistência e Gasparian, sem dúvida está no céu, nem que seja só por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Sugiro que votemos todos de uma só vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para defender o requerimento e 20 minutos para discursar. Jamais eu ousaria cortar a palavra do extraordinário Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.  
Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)  
– Obrigado, Sr. Presidente.

Fernando Gasparian foi realmente um grande brasileiro. Faz muita falta às pessoas que mais de

perto o conheciam, que privaram da sua amizade. Gasparian foi um grande líder político, industrial, um grande empresário.

Foi presidente da Confederação Nacional da Indústria. Foi proprietário de uma das maiores indústrias de tecido no Rio de Janeiro, a Nova América. Sempre foi um líder na expressão verdadeira da palavra, defendia o pensamento desenvolvimentista deste País, desenvolvia um pensamento nacionalista, valorizava extremamente as posições nacionalistas na política. Foi um deputado constituinte muito brilhante, que lutou pelo estabelecimento de limites para as taxas de juros e isso ficou indelével na história da Constituinte brasileira. Foi, enfim, um editor, proprietário da grande editora Paz e Terra, uma das maiores e mais prestigiosas do País, que publica livros importantíssimos sobre o pensamento brasileiro. É o editor de Celso Furtado, só para citar um exemplo, mas foi também o editor do jornal **Opinião**, que fez época no Brasil, no momento mais difícil de enfrentamento do regime militar.

Fernando Gasparian praticamente sustentava, prejudicando o seu patrimônio enormemente, o jornal **Opinião**, que era um ponto de referência de todos aqueles que lutavam pela democratização do País.

Enfim, Sr. Presidente, eu poderia aqui dar exemplos de brasilidade, de lucidez e de capacidade de liderança que tinha e, sendo paulista, viveu grande parte dos seus últimos anos no Rio de Janeiro.

Eu tive a oportunidade de privar proximamente da sua convivência, de forma que posso testemunhar, assim como outros colegas certamente o farão, o grande valor desse brasileiro que a Nação perdeu sábado último.

De forma que faço aqui a justificativa do requerimento que apresentei, juntamente com tantos outros, esperando que a família, a esposa Dalva e os filhos, recebam como um mínimo consolo essas palavras e essa homenagem que o Senado presta à grande figura de Fernando Gasparian.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)  
– Ouço o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> faz bem em registrar à Casa o falecimento do amigo e político Fernando Gasparian. Ele era, rigorosamente, um homem múltiplo. Aliás, eu até poderia dizer dele o que Terêncio afirmou certa feita: “Nada que era humano lhe era estranho”. Nada. Era escritor, leitor e, como V. Ex<sup>a</sup> lembrou muito bem, um editor também. Político em sua essência, preocupado com o País, com o seu desenvolvimento. Tinha uma enorme capacidade de

relacionamento, e viveu convivendo – que é talvez a mais alta maneira de viver – em pleno intercâmbio com todos os segmentos: contrários e diferentes das posições dele. Era também uma pessoa estuante. Quando ele chegava, roubava a cena, como se diz.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Porque tinha uma energia enorme e, portanto, a todos contagiava. Seu passamento nos deixa tristes.

A prova do que afirmo foi o fato de haver, ao lado do requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, outros requerimentos, como o de autoria do Senador Eduardo Suplicy, o meu e tantos, que, de alguma forma, visam ao mesmo objetivo, o de fazer com que o Senado Federal, como Casa da Federação, dê um testemunho do que foi Fernando Gasparian e também expresse que, em função do que foi sua vida, dos amigos que deixa e, sobretudo, das idéias que defendeu, ele é um nome que vai estar sempre inscrito na história do País. A ele, não faltou enorme provisão de brasilidade, de consciência cívica e de busca de construir uma Nação não somente democrática, mas, sobretudo, justa, que era a sua grande preocupação. Portanto, concluo meu aparte cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> ela iniciativa de registrar o falecimento do ex-Deputado Constituinte Fernando Gasparian. Estendo nossos sentimentos à família e às instituições às quais ele pertenceu. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sou eu que agradeço. Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup> lembrou muito bem uma qualidade extraordinária de Fernando Gasparian, que era sua energia vital, sua energia espiritual, sua energia anímica, a energia com a qual ele enfrentava os problemas e com a qual ele se dedicava espiritual e materialmente às causas desta Nação brasileira e do povo brasileiro. Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Roberto Saturnino, peço a gentileza do Presidente Mão Santa de considerar este aparte referente ao requerimento, para que depois V. Ex<sup>a</sup> tenha o tempo necessário. Por isso, no meu aparte, gostaria de fazer a homenagem a Fernando Gasparian, tal como a preparei, comungando com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Marco Maciel o requerimento. “Para ser um bom brasileiro tem que gostar de democracia.” Essa frase, repetida por Fernando Gasparian, nos tempos duros da ditadura militar, era considerada altamente subversiva. Por isso, ele foi perseguido, perdeu sua fábrica, virou editor de jornal de resistência, fundou

uma revista, que foi censurada; por isso tornou-se um dos mais importantes editores de livros do Brasil; por isso foi Deputado Constituinte e tornou-se figura inesquecível na história da política brasileira. No final dos anos de 1950 e no início dos anos 60, quando a palavra “desenvolvimento” era ouvida em todo lugar, Fernando Gasparian, ainda moço, chegou a ter cinco mil funcionários em sua fábrica de tecidos, a América Fabril, no Rio de Janeiro. Foi dali, aliás, que nasceu o time de futebol carioca, que ainda hoje tem uma boa torcida. Após o golpe militar de 1964, Fernando Gasparian, que era nacionalista, passou a ser perseguido. Seu filho Eduardo, em entrevista ao portal UOL, explica: “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo militar cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador.” Foram tantos problemas que teve de enfrentar, que, em 1970, auge das perseguições políticas, Gasparian decidiu ir para o exílio, para não ser preso. Escolheu a Inglaterra, mas não agüentou. Voltou ao Brasil um ano depois e fundou o jornal **Opinião**, declaradamente o veículo de resistência democrática aos militares. Ali escreviam Celso Furtado, Chico de Oliveira, Alceu Amoroso Lima, Dias Gomes, Érico Veríssimo, entre outros – também tive a honra de ser um de seus colaboradores, bem como, depois, do jornal **Movimento**, que Raimundo Pereira, o editor de **Opinião**, continuou. Na redação do jornal **Opinião**, tinha a colaboração de Raimundo Pereira e Tonico Ferreira. Fernando editou de 1971 a 1975, mas o jornal durou sete anos e teve vários de seus números censurados. Ao mesmo tempo em que editava o **Opinião**, Gasparian comprou a Editora Paz e Terra, de Ênio Silveira, seu amigo e outro grande democrata, que também era dono da Editora Civilização Brasileira – aliás, ela está voltando, tanto que a Editora Record resolveu adquiri-la e está editando um livro do Professor Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght: **Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos**. Devemos aos dois, Fernando Gasparian e Ênio Silveira, a manutenção de um pouco de cultura e de livros no Brasil, naqueles tempos em que ler era quase crime e ter livros em casa era prova material nos processos e nas auditorias militares de todo o País. A Paz e Terra deu preferência às áreas de filosofia, sociologia, ciência política e editou outros adversários do regime militar, como Paulo Freire – autor de **Pedagogia do Oprimido**, entre outras obras fundamentais –, que na época estava no exílio. Teve também a coragem de editar **A luta de classes na União Soviética**, de Charles Bettelheim, que tanta polêmica causou na esquerda. Mas isso não bastava a um democrata completo. Em 1973, fundou também a revista **Argumento**, que tinha uma abordagem criativa

e crítica dos acontecimentos. Tratava de tudo. Política, Economia, Artes, Esporte... Seu editor na redação foi o lendário Barbosa Lima Sobrinho, eterno presidente da Associação Brasileira da Imprensa (ABI). A revista foi recolhida pela censura várias vezes. Não se deu por vencido. Amava os livros, amava a liberdade de pensamento. Fundou, então, a livraria Argumento, em São Paulo, em 1977, e mais tarde a transferiu para o Rio, onde ainda se dão os melhores lançamentos, com filial no Leblon – que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem –, em Copacabana e na Barra da Tijuca.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, lamentamos informar a V. Ex<sup>a</sup> que o aparte, segundo o Regimento, é de dois minutos, apesar de entendermos que V. Ex<sup>a</sup> representa nove milhões de bocas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, então, Sr. Presidente. Hoje em dia, as livrarias são administradas pelos filhos Laura, Eduardo e Marcus. Helena é diplomata. Também me aproximei de Fernando Gasparian e de sua esposa, a querida Dalva Funaro Gasparian, por ser ela irmã de meu cunhado, o ex-Ministro Dilson Domingos Funaro, casado com minha irmã Ana Maria. Então, inúmeras vezes o vi, ele que era também estimado por Dilson. Deputado Federal por São Paulo, foi dos mais assíduos e combativos na Constituinte. Era amigo do ex-Presidente Fernando Henrique, mas não aceitava as privatizações. Opôs-se firmemente à da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, porque a considerava patrimônio do povo brasileiro. Ele certamente, hoje, com sua voz, está chamando a atenção, construtivamente, do Governo do Presidente Lula, com respeito a uma de suas principais preocupações, o nível tão alto da taxa de juros.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Foi dele a iniciativa de se buscar o limite de 12%, na Constituinte, para as taxas de juros, algo que não se efetivou. Mas sua preocupação sempre tem estado presente. Era assim: “Amava loucamente minha mãe e o Brasil” – disse seu filho. Perdemos muito. Assim, externo a minha solidariedade e o meu abraço a todos, à querida Dalva e aos filhos, Helena, Laura, Eduardo e Marcus.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> acaba de ingressar no **Guinness Book** por dois motivos: maior votação do Senador na história e um aparte maior do que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Mas um aparte que só valorizou o meu pronunciamento, na medida em que S. Ex<sup>a</sup> contribuiu com seu conhecimento histórico, por estarem ambos ligados até por vias indiretas de casamento e parentesco.

Agradeço muito o aparte do Senador Eduardo Suplicy, Sr. Presidente, e dou por encerrada a parte de encaminhamento do requerimento.

Passo, então, ao meu pronunciamento, que não será muito extenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, antes, colocarei em votação os requerimentos que a Mesa recebeu dos três Senadores, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Marco Maciel, referente à inserção em Ata de voto de pesar e a outros procedimentos pela morte do ex-Deputado Federal Fernando Gasparian.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Também gostaria de subscrever o referido requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os três requerimentos estão à disposição de V. Ex<sup>a</sup>.

Em votação os requerimentos dos três Senadores.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Requeiro, ainda, que seja anexado ao pronunciamento do Senador Roberto Saturnino, ao meu e ao dos demais o depoimento de Bernardo Kusinski hoje, na **Carta Maior**. Ele foi a pessoa que encontrou Fernando Gasparian na Inglaterra, em seu exílio, e daquele diálogo é que surgiu todo o movimento para que se criasse o jornal **Opinião**.

Trata-se de um depoimento muito bonito, que certamente enriquecerá as nossas palavras.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Extremamente oportuno.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM APARTE AO SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



## Homenagem a Fernando Gasparian

Com a morte de Gasparian, fundador do jornal *Opinião*, está extinta a geração de empresários nacionalistas que foi combatida pela Ditadura Militar. Eram homens preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que Gasparian simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política.

Data: 09/10/2006

Passou quase despercebida na grande imprensa a morte na última sexta-feira (6) de Fernando Gasparian, o fundador do jornal *Opinião*, um dos mais importantes semanários de nossa história e referência da luta da imprensa alternativa contra a ditadura militar.

Conheci Gasparian e sua esposa em Londres no início de 1972, em pleno regime Médici. Com eu, ele estava em "exílio voluntário". Eu havia saído de *Veja* com a equipe liderada por Raimundo Pereira, que trabalhou nas capas denunciando as torturas no Brasil. Gasparian e sua esposa estavam traumatizados com o seqüestro e assassinato, pelos militares, de seu grande amigo, o deputado federal também nacionalista Rubens Paiva.

Gasparian, dono da indústria têxtil América Fabril, era de uma geração de empresários nacionalistas que entrou em desgraça com o golpe militar de 1964. Suas empresas, em geral familiares, foram submetidas ao cerco econômico. Alguns deles, como Pignatari, sofreram confisco patrimonial e tiveram que fechar as portas ou suas empresas foram compradas na bacia das almas por grupos estrangeiros.

Com a morte de Gasparian, pode-se declarar extinta essa geração de empresários nacionalistas, preocupados com um projeto nacional de desenvolvimento, que ele simbolizava e em nome dos quais atuava na cena política. Gasparian, em especial, era muito amigo de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Barbosa Lima Sobrinho, Enio Silveira e outros intelectuais progressistas e/ou nacionalistas, que tentavam pensar um futuro para o Brasil. Tudo isso também foi interrompido de modo brutal pelo golpe militar.

Profundamente chocado, Gasparian pensava em lançar no Brasil um jornal moderno, que não tivesse com a ditadura a relação complacente da maioria dos jornalões brasileiros; um jornal que combatesse a ditadura militar e o entreguismo. Lembro que chegamos a visitar juntos uma feira de equipamentos gráficos em Londres. Indiquei a ele Raimundo Pereira como o jornalista capaz de liderar um projeto desse porte. Assim nasceu, poucos meses depois, o semanário *Opinião*.

Nessa época, outros empresários ou amigos de empresários também ajudaram a viabilizar projetos de imprensa alternativa de combate aberto ou velado ao regime militar. A revista *Bondinho* não teria existido sem a ajuda de Thomas Fárkas, dono da Fotóptica, e de Bresser Pereira, ligado ao grupo Pão de Açúcar (dai o nome *Bondinho*). *Pasquim* contou de início com apoio de Murilo Reis, dono de uma distribuidora de jornais e revistas.

Mas Gasparian foi de todos o que mais se dedicou ao que poderíamos chamar de "mecenato político", bancando todo o projeto desde o início, no segundo semestre de 1972, até sua última edição, 231 semanas depois, em abril de 1977. O projeto do Raimundo combinava o melhor da experiência de *Veja*, como semanário de atualidades que chegava simultaneamente a todas as grandes cidades brasileiras, e o melhor da imprensa mundial progressista da época, como o *Le Monde*, o *The Guardian* e o *Financial Times*. Gasparian fez acordos editoriais com todos eles, também como forma de blindar *Opinião* contra os ataques do regime militar. Richard Gott e Basil Davidson podiam ser lidos em *Opinião*. Também escreviam no semanário os principais intelectuais brasileiros da época, como Celso Furtado, Luciano Martins e Niemeyer. Com diagramação moderna e desenhos elegantes a bico de pena ao estilo do *New York Times Review of Books*, por Cássio Loredano e Luís Trimano, *Opinião* nasceu como se já tivesse cem anos de tradição.

Mas a força bruta da repressão prevaleceu sobre a qualidade e o cuidado editorial. Os tempos eram duros. Não por acaso, a capa do número zero era uma fina caricatura em bico de pena de Plínio Salgado, líder da extrema direita brasileira, que então se tornava cada vez mais forte junto ao governo Médici. A censura pegou *Opinião* já na nona edição e foi apertando o cerco até se tornar devastadora a partir da edição 23. Do material enviado para Brasília, metade era vetada ou mutilada.

Quando Gasparian fechou o jornal, em abril de 77, Geisel fechava o Congresso, para baixar o famoso "pacote de abril", que mudou as regras do jogo eleitoral numa tentativa de manter artificialmente uma maioria conservadora. De Médici a Geisel, esses foram os tempos vividos por *Opinião*. Tempos de resistência. *Opinião* tornou-se um símbolo de imprensa de resistência e Gasparian, sem dúvida está no céu, nem que seja só por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Uma vez aprovado o requerimento, nós o encaminharemos ao Secretário Executivo e à Secretaria, o Carreiro e a Cláudia.

Continua na tribuna o Senador Roberto Saturnino, tendo direito a usá-la por vinte minutos, conforme o Regimento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não vou comentar, primeiro porque acho que o povo, a Nação inteira está no dia de hoje a tecer os seus comentários e a retirar as suas conclusões. Em segundo lugar, porque francamente não sinto nenhuma necessidade de enaltecer a participação do candidato Presidente Lula. A sua participação, a meu juízo, esteve dentro da expectativa do povo que está manifestando a sua preferência por ele, uma participação muito objetiva e com uma linguagem simples que é característica dele.

Penso que o debate foi muito importante, assim como a realização do segundo turno foi importante para a consolidação da democracia brasileira, para que o modelo de desenvolvimento brasileiro, a questão social seja mais profundamente compreendida, discutida e debatida pelo povo. Esse segundo turno coloca claramente as duas posições políticas que se confrontam neste momento. E os dois candidatos são muito bem representativos dessas duas posturas. Isso que é importante.

O candidato Alckmin é bastante representativo dessa elite paulista endinheirada, com pouca sensibilidade social, privatista, que sustenta que o desenvolvimento do Brasil precisa passar por todas aquelas típicas diretrizes políticas do neoliberalismo; confrontando-se com um homem originário do povo, ele mesmo saído do povo trabalhador e que sustenta não só o desenvolvimentismo mas especialmente a importância, a urgência e a prioridade da justiça social e da distribuição de renda, da emancipação do povo trabalhador, finalmente, depois de tanto período histórico de esmagamento desse povo.

O debate é esclarecedor por si mesmo, o confronto das duas candidaturas, das duas personalidades quase que não precisariam dizer nada; só o fato de se colocarem diante das câmaras, com suas histórias, suas respectivas biografias já serve para mostrar ao povo qual é o grande embate político que está se dando no Brasil nos nossos dias. Então não vou comentar o debate, o próprio povo, a população do País está comentando.

Vou aproveitar, Sr. Presidente, o segundo turno para ler brevemente – não lerei tudo porque não caberia no meu tempo – trechos de dois artigos que situaram muito bem o problema que está sendo posto para decisão do povo brasileiro. O primeiro é do sociólogo brasileiro Emir Sader, um articulista muito respeitado que disse, entre outras coisas, o seguinte:

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a Petrobras vai ser privatizada – como afirma o assessor de Alckmin, Mendonça de Barros, à revista **Exame** [Sr. Presidente, Mendonça de Barros – pelo amor de Deus – é o homem das privatizações, dos financiamentos do BNDES para favorecer privatizações de empresas brasileiras essenciais ao processo desenvolvimentista. Outra vez Mendonça de Barros!] e, com ela, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se os movimentos sociais voltarão a ser criminalizados e reprimidos pelo Governo Federal.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se o Brasil seguirá privilegiando sua política externa de alianças com a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Uruguai, Cuba, assim como os países do sul do mundo, ao invés da subordinação à política dos Estados Unidos da América.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se retornará a política de privatária na educação.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se teremos menos ou mais empregos precários, menos ou mais empregos com carteira de trabalho.

[...]

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se seguiremos diminuindo as desigualdades no Brasil, mediante políticas sociais redistributivas – microcrédito, aumento do poder aquisitivo real do salário mínimo, diminuição do preço dos produtos da cesta básica, bolsa-família, eletrificação rural, entre outros – ou se voltaremos às políticas tucano-pefelistas do governo FHC.

O que está em jogo no segundo turno é tudo isso [diz Emir Sader] – o que, por si só, é de uma enorme proporção e já faz a diferença entre os dois candidatos [a diferença bem explícita, como eu disse há pouco]. O que está sobretudo em jogo no segundo turno é a inser-

ção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino futuro do País.

Com Lula se manterá a política que privilegia a integração regional [tantas vezes tenho dito isto nesta tribuna] e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca em favor do Mercosul. Com Alckmin se privilegiariam as políticas de livre comércio: Alca, assinatura do Tratado de Livre Comércio com os EUA, isolamento da Alba, debilitamento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana, das alianças com a África do Sul e a Índia, o Grupo dos 20.

O que está em jogo no segundo turno é a definição sobre se o Brasil vai subordinar seu futuro com políticas de livre comércio ou se o fará em processos de integração regional. Isso faz uma diferença fundamental para o futuro do Brasil e da América Latina. Adotar o livre comércio é abrir definitivamente a economia do País para os grandes monopólios internacionais – norte-americanos em particular –, é renunciar a definir qualquer forma de regulamentação interna – de meio ambiente, de moeda, de política de cotas etc. É condenar o Brasil definitivamente à centralidade das políticas de mercado, com a perpetuação das desigualdades que fazem do nosso País o mais injusto do mundo.

O que está em jogo no segundo turno então é se teremos um País menos injusto ou mais injusto, se teremos um País mais soberano ou mais subordinado, se teremos um País mais democrático ou menos democrático... [...]

Enfim, Sr. Presidente, todo este quadro definidor das duas posições a que eu me referi agora há pouco; basta olhar os dois candidatos para imediatamente, pela própria intuição, saber quem é o candidato do mercado e quem é o candidato do povo brasileiro, da Nação brasileira. Isso está absolutamente claro. Nem é preciso apelar para o que disseram ou para o que escreveram. Basta conhecer a história, a biografia, as posições políticas de ambos para se tirar essa conclusão.

É fundamental que o povo decida com o conhecimento intuitivo que tem, porque está em jogo o destino do Brasil. É nesse ponto, nesse confronto, nessa contraposição ideológica que está em jogo o destino do Brasil.

Sr. Presidente, este segundo turno é muito importante. O primeiro turno não foi suficiente para mostrar com clareza o confronto de posições que o debate de ontem tão claramente revelou.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Ouço o aparte do Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quero parabenizá-lo pela lucidez de reportar-se ao debate de ontem, que mostrou à Nação brasileira o perfil de cada um dos candidatos. V. Ex<sup>a</sup> é justo quando diz que, no primeiro turno, não houve oportunidade para isso. É claro que não houve, pois o Presidente Lula fugiu de todos os debate; repito: de todos. No último, amarelou. Mandou a equipe dos bateadores à Rede Globo, anunciou sua saída, foi à Base Aérea a fim de deslocar-se para o Rio de Janeiro, mas, na última hora, mudou de posição. Senador Roberto Saturnino, a política externa do Brasil promovida pelo Presidente Lula foi a mais atabalhoada, a mais desproposital que se tem idéias nos últimos tempos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É muito importante que V. Ex<sup>a</sup> diga isso. É muito importante. Eu estou...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Estou dizendo com todas as letras. Basta ver a humilhação que a Bolívia impôs ao Brasil. Basta ver que o Brasil disputou a OMC, foi desmoralizado pelos vizinhos – e V. Ex<sup>a</sup> prega essa integração feita pelo Lula –, disputou posição no BID e perdeu, no Conselho Permanente de Segurança, gastou milhões, inclusive perdendo dívida externa de países, sem nenhuma razão, porque não houve contrapartida clara, e perdemos. Onde foi que houve sucesso da política externa brasileira? Aliás, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fosse claro e dissesse se é adepto da política de Celso Amorim ou da política de Marco Aurélio Garcia. Os confrontos públicos, mantidos entre os dois, um como assessor e outro como Ministro, mostram exatamente a desorganização e a bagunça. Não houve uma política clara, meu caro Senador Roberto Saturnino; houve factóides. E, de repente, o Brasil seguiu a Venezuela, o Presidente Lula seguiu os passos do Sr. Hugo Chávez, o Sr. Chávez sendo modelo para o Presidente da República. O Presidente Lula a copiar Evo Morales, pregando no País uma nova constituinte e daí para fora. A política externa do Brasil no Governo do Presidente Lula é uma política sem definição e sem clareza, sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup>, que preside com muita competência a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As privatizações, Senador Roberto Saturnino, fazem parte de um momento e da história do Brasil, seguindo uma tendência mundial. Agora, imagine V. Ex<sup>a</sup> essas companhias telefônicas e a Companhia Vale do Rio Doce na mão do Delúbio Soares, nas mãos dos amigos do Lula. V. Ex<sup>a</sup> lembra que, há quatro anos, telefone era item para Imposto de Renda. E V. Ex<sup>a</sup> sofreu muito no Rio de Janeiro, por ser o homem influente que é, com



seus amigos, pessoas das suas ligações, pedindo, por tudo, para conseguir uma linha telefônica para sua residência. E isso demorava três, quatro, cinco anos, de acordo com o “QI”, ou seja, “quem indica” de cada um. As privatizações foram feitas e estão concluídas. O mal é que V. Ex<sup>a</sup> não leu ainda o plano de governo apresentado por Geraldo Alckmin, com mais de 200 páginas. Vai ver que em nenhum momento novas privatizações constam ali. Senador Roberto Saturnino, temos de modernizar o País, temos de diminuir seus custos. V. Ex<sup>a</sup> já teve o cuidado de ver a relação dos conselheiros nomeados pelo Presidente da República para as estatais e para as empresas nas quais o Governo tem assento? Senador Roberto Saturnino, não se colocou um técnico capaz, foram os ex-sindicalistas, apenas aqueles que, durante 30 anos, acompanharam o Presidente Lula. Ontem, nós vimos em São Paulo um jornalista que atua no ABC revoltado porque colocaram na superintendência da Infraero de São Paulo um candidato derrotado e não um técnico em aviação ou uma pessoa especializada. O que é isso, Senador Roberto Saturnino? V. Ex<sup>a</sup> deve ter assistido ao debate de ontem, que mostrou com muita clareza a competência de um e de outro, mostrou com muita clareza as intenções de um e de outro. Um Presidente da República que tem, nos quadrantes do seu palácio, nas suas cercanias, todos os organizadores do maior escândalo envolvendo corrupção que se tem notícia na República e não sabe responder quem foi e como foi! Não. Quer saber é sobre o Governo Fernando Henrique, do qual a responsabilidade de Alckmin com ele é a de ter sido eleitor, até porque não participou diretamente do Governo Fernando Henrique, era Vice-Governador e Governador de São Paulo. O dossiê que vocês estão lançando agora, do desespero, não funciona com o povo brasileiro. Esse dossiê com ameaça de privatização, de demissão é uma cartilha só. A Senadora Ideli Salvatti o lançou aqui, na semana passada e Lula o repercutiu. A Marta também. Portanto, não entra, Senador Roberto Saturnino. V. Ex<sup>a</sup> tem uma história e uma biografia. Só há uma diferença entre esse dossiê e aquele do Vedoin: naquele corria dinheiro e neste só corre maldade e má-intenção. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito Fortes, eu é que digo muito obrigado. O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é muito bom, é muito esclarecedor, explicita essas posições, a não ser a “fugidazinha” das privatizações, porque os privatistas foram V. Ex<sup>as</sup>, que sustentaram o Governo de Fernando Henrique e disseram que aquilo era muito bom. Não nós. Fora isso, que V. Ex<sup>a</sup> confunde um pouco, é muito esclarecedor o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, porque essas são as posições.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O que é PPP? O que é PPP, lançada no Governo de V. Ex<sup>a</sup>? O que significa PPP?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito Fortes!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O que é PPP?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Que PPP foi feita?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Porque o seu Governo é incompetente, mas anunciou.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Ah! Meu Deus! V. Ex<sup>a</sup> invoca um argumento e de repente o destrói.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Foi o Governo de V. Ex<sup>a</sup> que anunciou PPP no Brasil inteiro.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Não.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não teve credibilidade para levar avante.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Não! É um Governo que defende os interesses nacionais. Não quer fazer da PPP o capitalismo sem risco, em que o Governo banca tudo.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – E por que anuncia?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Como foi feito com a Petrobras no Governo de V. Ex<sup>a</sup>. As tais usinas térmicas que deram enorme rombo, aquilo foi uma PPP. Agora, o Governo Lula não faria aquilo. Não faz, Senador. Não faz, porque tem consciência e ideologia bem nítida.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Governo Lula priorizou o mensalão. Priorizou-o sem lisura, Senador Roberto Saturnino. O que o Governo Lula fez de concreto neste País?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Está bem, está bem. O Governo Fernando Henrique nunca mostrou o que fez no subterrâneo. Nunca deixou que viesse à tona.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Lá vem V. Ex<sup>a</sup> com os subterrâneos da ditadura. O que é isso, Senador? Vamos com fatos concretos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Sem esse debate, Senador Heráclito Fortes! Deixe com o próprio Presidente Lula, que está apresentando isso na televisão. Nós dois aqui nos cansamos de dizer isso. V. Ex<sup>a</sup> e eu estamos cansados.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu sei que é constrangedor, claro. Sei que é constrangedor.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

– Não é constrangedor; é absolutamente despiendo; quer dizer, não acrescenta mais nada. V. Ex<sup>a</sup> disse mais de mil vezes isso. E eu também disse mais de mil vezes que é porque houve as CPIs, que funcionaram

normalmente. Nunca, na história deste País, funcionaram três CPIs. Quando?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Mas nunca, na história deste País, houve tantos ladrões como agora, Senador.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É porque há transparência, a mesma transparência que o Ministério Público assumiu e que não havia no Governo de V. Ex<sup>a</sup>, a mesma transparência que a Polícia Federal usa.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, quantas pessoas que serviram ao Governo Fernando Henrique Cardoso foram condenadas pelo Governo de V. Ex<sup>a</sup>? Quantos processos foram abertos? Os ladrões que estão aí respondendo a processo são de origem genuína do Partido dos Trabalhadores; nasceram, foram criados e estão aí.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Ontem, isso também foi mostrado no debate.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Diga-me um do Governo passado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – É sempre essa a única razão que V. Ex<sup>a</sup> consegue buscar no saco de maldades.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Diga-me um. V. Ex<sup>a</sup> não pensa que corrupção é uma razão grave?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Acho, acho.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não pensa que deve ser apurado?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Acho, e está sendo apurado, como nunca neste País, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Por que V. Ex<sup>a</sup> não exige que se saiba a origem do R\$1,7 milhão?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Como nunca neste País. O argumento ético do Governo Lula é este: “Houve erro sim”. Ninguém está justificando erros.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Roberto Saturnino?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Estão sendo apurados. Ninguém procurou obstaculizar a apuração de nada.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Não?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não, não. Ninguém procurou.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador, cadê a lista dos cartões corporativos usada pelo Governo e cobrada ontem? Cadê a abertura das contas do Sr. Okamoto? Cadê?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Isso tudo foi objeto de análise das CPIs.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – De quem? Quem está analisando? Não, não, não.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sim, senhor. Isso passou pelas CPIs.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Governo entrou com ação na Justiça para não permitir a abertura. Calma, Senador Roberto Saturnino! O Brasil inteiro está nos ouvindo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> sabe que as CPIs trabalharam meses e meses, levantando tudo, hipóteses e mais hipóteses.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Mas V. Ex<sup>a</sup> sabe que, na última hora, a base de seu Governo se reuniu...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – O que se confirma.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...com um relatório paralelo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Um relatório paralelo, é claro! Se há divergência de opinião...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Divergência, não! Para que não fossem indiciados os membros do Partido dos Trabalhadores que estavam naquela relação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, apenas quero informar que V. Ex<sup>a</sup> já está a 22 minutos do segundo tempo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

Vou citar apenas, em complemento ao artigo de Emir Sader, um artigo publicado hoje no **Jornal do Brasil**, do teólogo Leonardo Boff, um dos brasileiros de maior força moral neste País. Ele escreveu um breve artigo – que peço seja inserido nos Anais –, em que começa fazendo muitas restrições e muitas críticas ao PT, tudo isso que é sempre invocado como razão para derrubar o Presidente Lula, mas diz a seguir:

Mesmo assim, o segundo turno traz também lá suas vantagens: finalmente, vai se criar a oportunidade de confrontar dois projetos de Brasil.

Geraldo Alckmin representa o velho projeto das classes dominantes. Não sem razão os banqueiros e os grandes industriais o apoiaram, pois sentem afinidade de classe e comunhão de propósitos: garantir políticas ricas para os ricos e pobres para os pobres.

E diz mais adiante:

Sua vitória representará o retorno daqueles que sempre construíram um Brasil para si, sem o povo ou contra o povo.

Lula dá corpo a um projeto de mudança. Apesar dos constrangimentos encontrados num ambiente hegemonicamente neoliberal, tentou, com relativo sucesso, fazer a transição de um Estado elitista e privatista, para um Estado republicano e social. Agora ele se vê obrigado a definir claramente seu projeto: dar a centralidade ao povo destituído, garantir seus meios de vida e sua inclusão cidadã.

Sr. Presidente, essas são palavras de Leonardo Boff. Peço que V. Ex<sup>a</sup> providencie a transcrição do referido artigo, porque não terei tempo de lê-lo na íntegra; já abusei do meu tempo e da paciência de V. Ex<sup>a</sup>. Reitero que se trata de palavras ditas por um dos ho-

mens mais respeitados e respeitáveis deste País, sob o ponto de vista ético e moral.

Enfim, repito: foi muito bom o debate de ontem, e é muito bom o debate que se trava aqui, porque, agora, sim, está-se debatendo o que é importante para o Brasil, para o destino da Nação e do povo brasileiro.

Obrigado pela benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

JORNAL DO BRASIL SENADOR ROBERTO SATURNINO Opinião A11

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2006

# O que está em jogo na reeleição

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

QUEM DERROTOU LULA não foi Geraldo Alckmin mas o próprio partido do presidente, o PT. O destemor insano de altos dirigentes petistas pôs a perder uma vitória garantida de Lula já no primeiro turno. O que pesou mesmo não foi tanto o escândalo do dossiê contra o candidato Serra, pois dossiês sempre existiram, fabricados por políticos afeitos à intimidação e ao manejo da mentira como arma política. A ausência de Lula no debate final contou negativamente, mas não foi o decisivo. O que destruiu o PT e atravancou o caminho da vitória foi a exibição, por todos os meios de comunicação, da montanha de dinheiro para a compra do dossiê.

Mais de 30% da população trabalhadora não ganham mais que um salário mínimo. Quando vê toda essa dinheirama se enche de autovergonha e pensa: meu trabalho não vale nada mesmo - nem que vivesse duas vidas, acumularia tanto dinheiro quanto aquele mostrado ali. E esses corruptos tiraram de onde

esse dinheiro? A indignação não tem tamanho. Políticos que usam esses expedientes mereceriam a excomunhão política e religiosa, tão grande é seu pecado contra o povo, sua dignidade e a economia popular.

Pode ocorrer um impasse jurídico, policial e institucional nas investigações do dossiê, especialmente se seu conteúdo for revelado, coisa que ainda

## Alckmin representa o velho projeto das classes dominantes. Lula dá corpo a um projeto de mudança

não se fez e que pode eventualmente incriminar a gestão do PSDB desde que começou a corrupção das ambulâncias. Mesmo assim, o segundo turno traz também lá suas vantagens: finalmente, vai se criar a oportunidade de confrontar dois projetos de Brasil.

Geraldo Alckmin represen-

ta o velho projeto das classes dominantes. Não sem razão os banqueiros e os grandes industriais o apoiaram, pois sentem afinidade de classe e comunhão de propósitos: garantir políticas ricas para os ricos e pobres para os pobres. Notoriamente não possui carisma e não apresenta nada de realmente inovador, capaz de suscitar uma nova esperança. A retórica que usa é despistadora. Mas cabe à análise pôr à luz os interesses de classe ocultos. A macroeconomia que enfeudou a política seguirá seu curso neoliberal deixando fatalmente anêmica a política social. Sua vitória representará o retorno daqueles que sempre construíram um Brasil para si, sem o povo ou contra o povo.

Lula dá corpo a um projeto de mudança. Apesar dos constrangimentos encontrados num ambiente hegemonicamente neoliberal, tentou, com relativo sucesso, fazer a transição de um Estado elitista e privatista para um Estado republicano e social. Agora ele se vê

obrigado a definir claramente seu projeto: dar a centralidade ao povo destituído, garantir seus meios de vida e sua inclusão cidadã. Para isso, precisa reaproximar-se de sua base real de sustentação: os movimentos sociais organizados e a imensidão dos excluídos. Esses poderão inviabilizar qualquer ameaça de impeachment. Tirar Lula é tirar nosso poder, dirão, é anular nossa vitória, é abortar nossa esperança.

Para se diferenciar claramente de Alckmin, Lula deverá mexer em pontos importantes da macroeconomia para que ela seja, de fato, o sustentáculo de uma política social maciça. Deverá ter a coragem de colocar o gesto fundador de um novo Brasil: retomar o projeto de Plínio Arruda Sampaio, um dos que melhor entendem de reforma agrária, e realizá-lo integralmente a fim de fixar o camponês no campo e desinchar as cidades favelizadas. Aí, sim, se consolidará seu governo, inaugurando a transformação social possível para o Brasil.



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do Espírito Santo. Em seguida, ouviremos – o País aguarda atentamente – o Senador Antero Paes de Barros, do PSDB de Mato Grosso.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria trazer ao conhecimento da Casa o que diz a Polícia Federal com relação ao dossiê que tem sido tão divulgado neste País:

A Polícia Federal informou nesta segunda-feira (9) a integrantes da CPI dos Sangues-sugas que boa parte do dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB provavelmente é irregular, o que dificultará a identificação de sua origem.

A informação foi passada pelo delegado Diógenes Curado, da PF de Cuiabá, aos deputados Júlio Delgado (PSB – MG), Carlos Sampaio (PSDB – SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB – SP) e Paulo Rubem Santiago (PT – PE) em reunião nesta segunda na capital mato-grossense. “Ele explicou que não tem condições de detectar a origem de boa parte do dinheiro porque não é oficial, não tem contabilidade”, disse Júlio Delgado. “Até para comprar dossiê, o PT usou caixa dois”, afirmou.

A principal dificuldade, segundo disse a PF à CPI, é em relação aos reais apreendidos na operação (R\$1,1 milhão). “É dinheiro velho, miúdo. Tem notas de R\$5, R\$10, de todo jeito”, explicou Delgado. Sobre os dólares, US\$248 mil, o delegado confirmou que a PF está bem perto de chegar à origem de, pelo menos, US\$110 mil que estavam em série. O delegado que cuida dessa parte da investigação em Brasília, Luiz Flávio Zampronha, deve chegar a Cuiabá até esta terça para informar à PF do Mato Grosso como anda a apuração sobre o dinheiro.

Diógenes Curado disse ainda aos integrantes da CPI que está otimista em avançar nas investigações após a quebra dos sigilos telefônicos de Hamilton Lacerda, ex-assessor petista acusado de comandar a compra do dossiê. A PF está fazendo um cruzamento das ligações feitas por Lacerda com os saques bancários considerados suspeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com a permissão do Senador Antero Paes de Barros, quero apenas registrar nos Anais da Casa que, enquanto o Presidente Lula faz bravata no Palácio do Alvorada, ouve-se o que diz aqui o delegado. Mas vejam, senhoras e senhores, o que ousa o Presidente da República dizer: que Alckmin se comportou como “delegado de porta de cadeia”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva – candidato do PT à reeleição – disse nesta segunda-feira que ontem foi o dia mais triste da sua vida política, em referência ao debate com o seu adversário no segundo turno, o tucano Geraldo Alckmin, promovido pela **TV Bandeirantes**.

Até aí, concordo. Continua o artigo:

Lula disse que Alckmin, a quem chamou de “cidadão do samba de uma nota só”, se comportou como um “delegado de porta de cadeia” e destacou que esse foi o pior nível de debate de que participou em sua vida política, indicando que Alckmin não tem qualificação para enfrentá-lo.

Senador Antero Paes de Barros, quero apenas fazer esse registro para vermos o nível do ocupante do Palácio da Alvorada. O médico Alckmin é, no entender dele, um “delegado de porta de cadeia”. E, depois, queixa-se do nível do nível da campanha! Acusa o candidato do PSDB, que, durante toda a semana, passou pressionado psicologicamente com as chantagens desse dossiê da privatização, que agora circula e que se está espalhando. É um dossiê tão criminoso como o de Mato Grosso, porque são colocadas no seu contexto afirmações de quem não disse nada.

O Presidente Lula não ter lido o Programa de Governo de Geraldo Alckmin, isso não é nenhuma novidade. Mas alguns Senadores do porte do Senador Roberto Saturnino, um homem que tem uma biografia e uma história a zelar, entrarem nessa linha sem ler o programa?!

Permita-me, Senador Saturnino, mandar-lhe o Programa de Governo, para que V. Ex<sup>a</sup> o leia, acredite nele ou não. Mas isso é que é lamentável!



**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Acreditado no que foi dito, no que foi feito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Dito por quem?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Por V. Ex<sup>a</sup>. No tempo em que foram feitas as privatizações, V. Ex<sup>as</sup> batiam palmas e diziam que o Brasil estava encontrando sua redenção. Como agora vêm negar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, não existe aparte quando o orador fala pela ordem. Vamos respeitar. Ninguém obedece à Constituição, mas vamos obedecer ao Regimento Interno, de que o Sr. Carreiro é guardião ferrenho. Inclusive, há um orador na tribuna.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou encerrar.

Os problemas que o Governo Fernando Henrique Cardoso enfrentava eram exatamente de privatização – uns eram contrários; outros, favoráveis. Os problemas do atual Governo são os episódios do dólar na cueca, dos dossiês forjados e comprados e de corrupção, em que o ato inaugural se deu na pessoa do Sr. Waldomiro. A partir do momento em que o Presidente da República não tomou providências, todos pensaram que poderiam ser um Waldomiro, porque nada acontecia nesse Governo. E a impunidade é que está fazendo com que um delegado da Polícia Federal – que, em determinado momento, o PT tentou manipular, cerceando as investigações – tenha coragem de dar declarações dessa natureza.

E aí vem o Presidente Lula dizer que Geraldo Alckmin é “delegado de porta de cadeia”. Cadeia não é lugar que Geraldo Alckmin freqüente. A proximidade da cadeia é...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, não vejo questão de ordem alguma no pronunciamento do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos orientar aqui. Senador Heráclito, encerre.

E V. Ex<sup>a</sup> pede pela ordem, por dois minutos, em respeito ao orador que está na tribuna.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Não vejo questão de ordem no pronunciamento do Senador Heráclito, que quer apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> declinou. Então, vamos ouvir o orador que está na tribuna.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero dizer isto: que esse delegado, em vez de dar declarações, poderia trabalhar mais celeremente para apurar isso e mostrar à Nação, que é o que todo mundo está querendo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – É o lado autoritário do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito, V. Ex<sup>a</sup> não pode apartear. Vamos, agora, respeitar o Regimento e o Senador que está na tribuna.

Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por 20 minutos, segundo o Regimento, mas jamais o interromperei, primeiramente porque gosto de ouvi-lo mesmo e, em segundo lugar, porque S. Ex<sup>a</sup> é um dos mais brilhantes da história do Senado.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicio meu pronunciamento saudando também o debate promovido ontem pela Rede Bandeirantes de Televisão. Os cumprimentos iniciais são para o Alckmin e para a Rede Bandeirantes de Televisão, que foram os grandes vitoriosos do debate.

A TV Bandeirantes, ontem, deu um *show* na forma do debate. Ontem, houve realmente debate entre candidatos. Acertaram na fórmula do debate para o segundo turno. Desde que milito na política, e já faz algum tempo, acompanho os debates na televisão, e esse foi o melhor debate na sua forma, porque permitiu a exposição dos candidatos para o povo brasileiro.

Analisando o debate, estava claro ontem que havia um candidato que, com humildade, respondia às perguntas, dava satisfações ao povo brasileiro, prestava informações sobre o governo que realizou em São Paulo e falava do seu programa de governo. Com humildade, com serenidade, com tranquilidade, Geraldo Alckmin mostrou estar preparado para governar o Brasil.

De outro lado, infelizmente, havia uma arrogância, não sei baseada em quê. O que o Presidente Lula bebeu de água ontem... Parecia que estava fazendo *cooper* no deserto de Saara. E, para disfarçar o nervosismo e o despreparo, mostrou um sorriso desnecessário, um sorriso que chegou às raias do deboche, que transmitiu pouco caso para com as indagações que lhe faziam. Não é pouca coisa a pergunta “de onde veio o dinheiro sujo?”. Não dá para aceitar que a Polícia Federal só vá apresentar o caso e a solução depois das eleições! O Brasil não pode aceitar isso, não pode conviver com isso!

Lula é o Presidente da República, está no cargo e disputa uma reeleição. Quando fez aquela movimentação toda no PT, exigindo a saída do Berzoini, embora tenha disfarçado na entrevista, antes da reunião do PT, mandou tirar o Berzoini ao mesmo tempo em que dava entrevistas para a imprensa dizendo: “Olha, não se precipitem!”. Estava com medo de quê? Estava com medo de o Berzoini falar, estava com medo de que as pessoas não aceitassem eternamente fazer o papel de Delúbio na história do Brasil. Não é só o Delúbio que sabe. Quando Lula disfarçava no sorri-

so, ontem, a sua cara era cara de quem sabia, a sua cara era cara de quem conversa com o seu *personal trainer*. A sua expressão facial era de quem conversa com seu churrasqueiro, é a expressão de quem sabe muito mais do que verbaliza.

Qual é a única coisa que o PT consegue verbalizar? “Houve no meu Governo, e não estou jogando para debaixo do tapete. Estamos apurando”. O Senador Saturnino disse ainda há pouco isso. Não é verdade, Senador. O PT apura dos outros, não apura do PT.

Vejamos, pela ordem: o caso do Waldomiro Diniz está apurado? Eu vou perguntar, e, depois, V. Ex<sup>a</sup> responde. “A Polícia Federal prendeu muita gente. Prendeu muita gente, prendeu muita gente”. Está certo, mas não prendeu figuras importantes da política brasileira. Waldomiro Diniz foi preso? Waldomiro Diniz foi investigado? Os computadores de Waldomiro Diniz foram investigados? Os telefones de Waldomiro Diniz no Palácio foram investigados? Quem fez a denúncia do Waldomiro Diniz, nesta tribuna, fui eu.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Mas, Senador,...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Não, deixe-me terminar a lista, e V. Ex<sup>a</sup> responde sobre a lista.

Caso Marcos Valério: por muito menos, outras pessoas foram presas no Brasil. E quanto a Delúbio, a José Dirceu? Ontem, ele falava da política econômica. E o Palocci? E o comportamento do Palocci?

É assim que o PT trata os pobres? E o que fizeram com o caseiro? Aquela invasão do sigilo do caseiro é crime de Estado. Aquilo não foi crime praticado por uma só pessoa. E o Palocci vai ao Ministro da Justiça, que, em vez de tomar o depoimento e de abrir na hora processo contra o Palocci, telefona para um colega seu para ser advogado do Palocci.

É esse o comportamento que o PT quer impor para dar continuidade à administração da República brasileira? Sinceramente, não dá! Essas coisas todas não foram apuradas, mas foram presas outras pessoas no Brasil.

Louvamos a Polícia Federal quando teve liberdade para agir. Nesse próprio caso do dossiê, prenderam o tio do Vedoin em Cuiabá, mas o incrível é por que esse cidadão não foi preso em São Paulo. A Polícia Federal sabia, prendeu-o na hora, apreendeu a mala do dinheiro em São Paulo com o assessor de comunicação da campanha do Mercadante, e ninguém do PT sabe. E o Presidente Lula diz que quer saber também. Se o Presidente Lula quisesse saber, já teria chamado para uma reunião o Berzoini, o churrasqueiro, o *personal trainer*, o assessor do Mercadante, Hamilton Lacerda: “Olha, você não olhou a mala que levou lá? Falaram que era computador mesmo? Você não sabe a diferença do peso de computador para dinheiro?”.

Não dá para aceitar que as pessoas não saibam disso, que aquelas imagens do hotel não sejam importantes.

Ao mesmo tempo em que condena a revelação das fotos do dinheiro, o PT não condenou a revelação do conteúdo do dossiê. O dossiê foi divulgado, foram divulgadas as fotos do Serra e de um cidadão cumprimentando Geraldo Alckmin. Essas fotos podiam ser divulgadas, essas eram permitidas, mas as fotos do dinheiro apreendido não foram divulgadas.

Acho, com sinceridade, Senador Roberto Saturnino, que, nesses casos, o PT não quis apurar, o PT impediu que a Polícia fosse republicana, infelizmente.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Antero Paes de Barros, o PT não é Polícia, não é Ministério Público. A Polícia e o Ministério Público estão apurando. Prender ou não prender depende do Poder Judiciário. A Polícia pode prender para investigação, mas não pode prender porque prejudicou culpado o cidadão. V. Ex<sup>a</sup> está querendo que o PT e a Polícia exorbitem de suas funções. Esse período já passou, Senador Antero Paes de Barros, e não existe mais. Agora, o que temos de seguir é a lei, que tem de ser respeitada na sua inteireza. Acho que a Polícia Federal deve explicações à Nação sobre esse dossiê. Por exemplo, já se sabe que esse cidadão Freud, que foi aqui tão citado e ironizado, não tinha nada a ver com a coisa. Ele, realmente, tem proximidade muito grande com o...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Não se sabe, não.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Sim, pelo menos, tenho lido isso nos próprios jornais que colocaram o nome do Sr. Freud em exibição.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Hoje, já está diferente.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – O fato é o seguinte: as apurações prosseguem. Não podemos usar métodos que são tradicionais, mas que não são métodos da Polícia Federal e da Polícia do Governo do Presidente Lula. As coisas andam. É difícil apurar, sim, a origem do dinheiro, mas ela vai aparecer. E V. Ex<sup>a</sup> não se surpreenda se, amanhã, houver uma ligação desse dinheiro com operações feitas de privatizações ou coisas que o valham do governo de V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> acredita que Papai Noel existe, que cegonha traz neném, que coelhinho da Páscoa existe? Ah, pelo amor de Deus!

Como é o nome do nosso *personal trainer*, do psicanalista? É o Freud. Quer dizer que o Sr. Freud, o

Oswaldo Bargas, essa turma toda é tucana? Não contaram só para o PSDB! O assessor do Mercadante é uma infiltração tucana lá dentro?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não, ninguém está dizendo isso. Não ultrapasse os limites do bom senso!

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Mas ele levou a mala lá, e esse dinheiro era da privatização?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não sei de onde surgiu. Quem deu esse dinheiro? V. Ex<sup>a</sup> sabe? Eu não sei.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – O Presidente sabe, a Polícia Federal sabe, a Abin sabe. A Polícia Federal sabe; não quer e não pode revelar.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Essa é uma afirmação leviana de V. Ex<sup>a</sup>. É por isso que V. Ex<sup>as</sup> não conseguem convencer a população, porque ficam batendo em suposições, em denúncias, mas não seguem a apuração dos fatos, que é a verdade.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – A Polícia Federal brasileira é competente, Senador Saturnino, e está impedida de atuar, porque o delegado que tratou do caso foi substituído. O delegado que realiza a prisão de um dossiê dessa importância foi substituído, foi retirado do caso. Atualmente, ele está ameaçado de processo porque divulgou as fotos do dinheiro. Isso não é normal, Senador! Mas querer atribuir isso ao dinheiro da privatização é exagerar!

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Exagerar está fazendo V. Ex<sup>a</sup>, porque não vi nenhum dos companheiros de V. Ex<sup>a</sup> fazer acusações sobre a Polícia Federal. Ao contrário, só ouvi aqui depoimentos favoráveis.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Não. Faça elogios à Polícia Federal. Digo que, como instituição, a Polícia Federal é boa. Aliás, os delegados da Associação da Polícia Federal estão dando nota em favor de um projeto de lei que tramita nesta Casa – nem sei quem é o autor – no sentido de que a Polícia Federal seja definitivamente reconhecida como Polícia de Estado e não como Polícia do Governo. Para que ela tenha essa autonomia, ela precisa ser uma Polícia de Estado. Ela é das melhores instituições que há na segurança pública.

Mas que o Ministro Márcio Thomaz Bastos tem tomado atitudes que não são condizentes com a atitude do superior hierárquico da Polícia Federal é verdade, a começar pela substituição do delegado, a começar pela indicação de advogados para pessoas suspeitas dentro do Governo. Ele não tem negado esses fatos, e o PT insiste em defender essas situações.

Porém, voltemos ao debates.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Creio que são acusações levianas que vão diminuindo a autoridade de V. Ex<sup>as</sup>, que as fazem. V. Ex<sup>a</sup> pensa que está ganhando terreno, mas o está perdendo, porque a opinião pública sabe julgar o que tem base na verdade e o que é simplesmente acusação política para derrubar o Presidente Lula.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Não. De derrubar o Presidente Lula, o PSDB teve toda a chance do mundo. Depois do depoimento do Duda Mendonça, poderia ter proposto o *impeachment*, mas não o fez; nem o PSDB nem o PFL fizeram isso. O PSDB participa do processo eleitoral para disputar a eleição com o Presidente Lula, mas o Partido tem feito uma pergunta a que o Presidente não consegue responder. Seria bom para o País, inclusive para o candidato Lula, que ele explicasse de onde veio o dinheiro. Como Chefe do Estado, ele tem o dever de explicar isso à Nação.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Realmente, seria muito bom que o fizesse. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Seria muito bom que o fizesse se ele fosse capaz.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Ele precisa fazer isso realmente, em vez de a Polícia Federal, antecipadamente, saber que não conseguirá descobrir os fatos antes das eleições, que provavelmente só os descobrirá depois das eleições.

Agora, quebraram o sigilo telefônico de 500 pessoas ligadas ao dossiê. Creio que muitas quebras de sigilo telefônico podem levar a lugar nenhum – pode haver tiro para todo lado –, mas tenho confiança de que capacidade para investigar e chegar à conclusão a Polícia Federal tem. Basta deixá-la trabalhar tecnicamente com tranquilidade, para que possa mostrar o que ocorreu nesse episódio.

Voltando ao debate, as respostas do Presidente Lula não são aquelas que o Brasil merece. Ele tenta sempre passar a impressão de que o Governo está apurando as acusações, quando, na verdade, estou provando que, no caso de Waldomiro Diniz, o Ministério Público rejeitou a apuração feita pela Polícia Federal, que, como instituição, acerta, mas que, nos detalhes, erra. E nos detalhes erra quando está envolvido o pessoal do PT. O Ministério Público, que é, pela Constituição que ajudamos a escrever, o fiscal da Polícia Federal, rejeitou por duas ou três vezes as investigações sobre Waldomiro Diniz, as quais, até hoje, não chegaram a lugar nenhum. Isso ocorreu no início do Governo. Se o Governo tivesse tido a humildade de corrigir, desde o início, a situação do Waldomiro Diniz, ele já teria dado paradeiro a isso.

Esse escândalo do dossiê só é possível porque as pessoas acreditaram demais na impunidade, porque as



peessoas acreditaram que estão protegidas para fazerem o que quiserem, se tiverem uma filiação partidária garantida pelo Partido dos Trabalhadores.

O PT trocou de direção. Quem assumiu? Assumiu Ricardo Berzoini. Como é que Ricardo Berzoini agora está envolvido nessa situação toda? E um prejulgamento já foi feito pelo próprio PT, que disse o seguinte: “Sai daí, Berzoini, senão você vai atrapalhar demais!”. Quer dizer que as pessoas do próprio PT sabem que o Berzoini está envolvido, porque, a crer na inocência do Berzoini, o PT estaria lutando pela preservação do seu Presidente, que foi eleito para criar uma nova configuração no Partido dos Trabalhadores – segundo Tasso Genro, isso se deu para a refundação do PT.

Agora, vejam bem, no debate de ontem...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim, na seqüência, concederei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

No debate de ontem, o Presidente Lula fez questão de não responder às perguntas, enquanto Alckmin respondia ao que lhe era perguntado.

Inclusive, falou claramente: “Vou vender o aerolula”. O Lula, então, mostrou-se despreparado sobre o que foi o Governo Alckmin: “Mas o senhor tinha dois aviões e não os vendeu”. Na tréplica, disse o Governador Alckmin: “Vendi os dois aviões do Governo de São Paulo, e um dos helicópteros entreguei para a Polícia”. Quer dizer, houve despreparo do candidato Lula.

O Alckmin não se recusou a responder nada. “Onde é que você vai cortar gastos?” “Vou reduzir os ministérios, vou reduzir os cargos comissionados, que geram...” E mencionou a cifra que gera gastos com o tal aparelhamento do Estado feito pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Governo do PT. Só de cargos comissionados de companheiros são alguns bilhões de reais, em quatro anos! “Vou cortar gastos nas diárias”. Mostrou claramente onde vai atuar: na seleção de gastos.

Eu diria até que é preciso que nós, do Poder Legislativo, também tomemos a iniciativa para cortar gastos, porque, se verificarmos a evolução dos gastos na Câmara, no Senado e nas Assembléias estaduais, vamos perceber claramente que existe muito a ser cortado.

O Alckmin, enfim, explicou tudo; respondeu tudo. Trata-se de um candidato que mostrou humildade, que sabia que estava num debate para tentar ganhar, pelo conteúdo do debate, o voto do povo brasileiro. Do outro lado, estava alguém que acredita na sua história, na sua biografia – de antes de chegar ao Governo – para fazer de conta que não precisa dar explicação.

A imprensa disse que não houve nocaute. Pelo menos, esse foi o entendimento do pessoal da Rede Bandeirantes de Televisão. Nocaute eu também acredito

que pode não ter havido, mas que o Lula ficou grogue, ficou; que ficou perdido com relação ao debate, ficou. Tanto é que, hoje, houve a baixaria de se tentar caracterizar o Alckmin como delegado de polícia.

Ora, o debate é para isso mesmo. No debate, falando-se frente a frente, não há problema algum em se dizer para o outro, que está ali para se defender, o que se pensa do seu Governo e as necessidades que precisam ser colocadas.

Foi o ponto alto do Governador Geraldo Alckmin, futuro Presidente do Brasil, fazer o Lula, um Presidente da República, reconhecer que errou, que mentiu quando disse, em entrevistas no Nordeste brasileiro, que faziam parte do programa do Alckmin as privatizações da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da Petrobras. Espalharam esses boatos pelo Brasil inteiro e eu soube ontem, pelo debate, que foi em razão de uma entrevista do Lula. Como um Presidente da República, candidato à reeleição, usa isso? Isto, sim, é leviandade: falar que o outro pensa assim, quando faz parte do programa do PSDB, exatamente a não-privatização da Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

O Governador Geraldo Alckmin também é citado com relação aos problemas acontecidos na Nossa Caixa, que é estadual. Quando ele era Governador de São Paulo, o Estado privatizou o Banespa, mas manteve a Nossa Caixa, e o Lula dá entrevistas, nas emissoras do Nordeste, dizendo que ele privatizaria a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezados Senador Antero Paes de Barros, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, primeiro, porque temos um ponto em comum, sobretudo as nossas congratulações à Rede Bandeirantes de Televisão, que marcou um tento excepcional, prestando um serviço aos brasileiros e brasileiras. Tenho certeza de que esse debate foi marcante para a História, pois foi um dos debates de maior audiência. Percebi que as pessoas assistiram a ele com enorme interesse, até o final. Felizmente, estamos, hoje, melhor informados do que antes do debate a respeito dos programas, atitudes e valores dos candidatos. V. Ex<sup>a</sup> se entusiasma, naturalmente, pelo desempenho do seu candidato, Geraldo Alckmin, e eu avalio que o Presidente Lula teve alguns pontos muito positivos nesse debate. Inclusive, estou inscrito para falar a respeito daqui a pouco. Eu gostaria de ressaltar dois pontos sobre o que V. Ex<sup>a</sup> está falando. O candidato Geraldo Alckmin nem sempre falou a verdade, especialmente quanto ao Bolsa-Família. V. Ex<sup>a</sup>,



assim como eu e todos os Senadores que aprovamos o programa, sabemos perfeitamente que ele exige, sim, a contrapartida da presença na escola das crianças de sete a 15 anos e 11 meses. Se Geraldo Alckmin acessar o *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, verá que ali está escrito que todos os Municípios brasileiros, que são 5.561, administrados pelos Prefeitos de todos os Partidos representados no Congresso Nacional, devem reportar ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde as respectivas informações, seja sobre a presença das crianças na escola, seja sobre a vacinação das crianças de zero a seis anos, bem como sobre seu estado de saúde e o das mães gestantes ou nutrizes. Isso foi aperfeiçoado e, hoje, o grau de aferição dessa informação é muito mais elevado do que há dois ou três anos, quando se iniciou o programa. Houve, sim, avaliações críticas a respeito, dizendo que ele não estava sendo cumprido tão bem. Então, essa é uma observação que faço construtivamente, com respeito a esse assunto. No tocante às privatizações, cabe lembrar que Geraldo Alckmin, quando Vice-Governador de São Paulo, no Governo de Mário Covas, presidiu o programa de privatizações do Governo estadual. É fato que Geraldo Alckmin foi um entusiasta das privatizações e, no seu Governo, estava prevista, sim, a privatização, além da do Banespa, da Caixa Econômica estadual. É interessante observar que tanto estava prevista que o Governador Cláudio Lembo iria consumir o leilão de privatização. Há uma semana, logo após a sua eleição, José Serra foi ao Governador Cláudio Lembo e pediu que fosse sustado o processo de privatização, porque considerou – como, aliás, estava defendendo o candidato e nosso colega, Senador Aloizio Mercadante – que conviria a São Paulo ainda manter a Caixa Econômica Estadual como uma instituição para a realização de políticas de empréstimos e de financiamento no Governo do Estado. Então, trata-se de um ponto importante. Acredito que José Serra fez bem ao pedir que o processo fosse sustado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR. Fazendo soar a campainha) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> faz um aparte de cinco minutos. Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Está bem. Nesse ponto, ele coincide com o que Aloizio Mercadante havia defendido, com muita ênfase, ainda há um mês, quando eu próprio estive com ele, em uma manifestação no centro de São Paulo, como que fazendo um abraço na sede da Caixa Econômica Estadual e colocando que não se deveria privatizá-la.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Bem, Senador Suplicy, vamos por partes.

Primeiro, é preciso reconhecer que o Bolsa-Família não nasceu no Governo do Lula. O Bolsa-Família

já existia no Governo do PSDB com outras denominações, com outros nomes.

Segundo, não fica bem para um candidato a Presidente da República mentir sobre o programa de outro candidato. Não se deve fazer a contrapropaganda; deve-se fazer a propaganda da idéia que se vai defender, e as pessoas votam nesta ou naquela idéia.

Terceiro, o PSDB é contra a privatização da Caixa Econômica, da Petrobras e do Banco do Brasil, e isso não está no programa de Governo do Alckmin, ao contrário. Portanto, não havia condições de se fazer disso uma indústria de boataria, verbalizada pela voz do Presidente da República. Nesse caso, é o Presidente da República, candidato, que está colocando como plataforma do seu adversário que ele vai privatizar.

Quarto ponto: quero rememorar a célula de lembrança de V. Ex<sup>a</sup> para lhe dizer que, quando Cristovam Buarque assumiu o Ministério da Educação, havia contrapartida. Quando Cristovam Buarque deixou o Ministério da Educação e assumiu a Pasta Tarso Genro, deixou de existir a contrapartida. Voltou a haver contrapartida devido às denúncias feitas, no plenário do Senado, pelo Senador Cristovam Buarque, que foi o primeiro a dizer: “Então, não é bolsa-escola, é bolsa-esmola.” Voltaram atrás, mas o Governo do PT ficou mais de um ano fazendo essas incursões para não haver contrapartida.

Precisam ficar claros o programa do vale-gás, o da área da saúde, o dos genéricos e a gestão da saúde, pelo PSDB, do Ministro Serra, considerado o melhor Ministro da Saúde do mundo; a gestão na área da educação, em que o Ministro Paulo Renato praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental neste País! Essas questões todas ficaram muito claras.

Quanto a algumas privatizações, tivemos a oportunidade de rever algumas delas agora. A Embratel foi comprada por US\$1.2 bilhão, e Sérgio Motta foi acusado de dilapidar o patrimônio brasileiro. No entanto, quem comprou a Embratel a vendeu por US\$300 milhões, e o PT, à frente do Governo, poderia tê-la recomprado por um quarto do preço pelo qual ela havia sido vendida pelo Governo brasileiro, tendo como Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não o fez! Não há qualquer coerência nessa crítica sobre as comunicações, sem contar o avanço que aconteceu no Brasil. Antigamente, para saber se uma pessoa era rica ou não, olhava-se na lista telefônica. Os telefones tinham de ser declarados no Imposto de Renda. Hoje, o acesso ao telefone é para milhões de brasileiros.

Inicialmente, concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Antero Paes de Barros, acho muito oportuno o assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz, hoje, à tribuna, mesmo porque boataria é algo muito ruim. Assisti a isso na campanha no meu Estado, a Bahia, em que o Partido dos Trabalhadores soltou, pelo menos, cinquenta milhões de folhetos, dicen-

do que o nosso candidato, o Governador Paulo Souto, era contra o Programa Bolsa-Família. Houve uma ordem judicial, uma liminar concedida, mas, evidentemente, isso sumiu, mas isso foi usado. Não é por aí que se faz política séria. Evidentemente que não está na cabeça de ninguém do PSDB ou do PFL privatizar a Petrobras. Isso é uma loucura! Nem mesmo privatizar a Nossa Caixa, ou a Caixa Econômica Federal, ou o Banco do Brasil! É preciso que entendam que, em certos casos, a privatização foi essencial e necessária. Não é possível que as pessoas não vejam isso. Não é possível que não se veja que, no caso da telefonia, hoje, o brasileiro conta com muito mais serviços, com mais telefones, com mais opções à sua disposição. As pessoas têm de enxergar isso. Não é possível se tratar somente de política sindical ou de ideologia, ideologia barata, considerar que determinados bancos, como o do Nordeste, que conheço bem, tinham condições de competir no mercado. Não. Mudou; mudou porque eles precisavam se atualizar tecnologicamente e não tinham dinheiro para isso, falando em linguagem clara. Eles não teriam como se atualizar tecnologicamente para competir com um Bradesco, com o Itaú, com um Unibanco, ou seja lá com que banco for. Eles não tinham sobrevida. Isso para não falar em empréstimos concedidos na base de critérios políticos. Vamos supor que isso não exista. É preciso entender que aqueles bancos iriam à falência. Não se pode tratar a privatização simplesmente dessa forma, ou então com mentira, pois, o que se diz hoje, é pura mentira, seja em relação à Petrobras, que jamais poderá ser privatizada, seja em relação ao Banco Brasil, seja em relação à Caixa Econômica Federal. É muito oportuno V. Ex<sup>a</sup> trazer esse assunto para desmascarar de vez essa ideologia barata que se procura vender, junto com a mentira, para enganar o povo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Concedo o aparte ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Nobre Senador, venho da Região Nordeste, especificamente do Estado da Paraíba, e da atividade empresarial. O Nordeste, como um todo, ainda hoje, encontra-se traumatizado com a perda da Sudene, que foi um órgão que promoveu efetivamente a mudança do panorama econômico daquela Região. A Sudene foi um órgão que contou com várias correntes nacionais em oposição a ela. Aquele projeto concebido pelo grande economista Celso Furtado deixou, sem dúvida, marcas indeléveis em toda a Região. Todos os Estados do Nordeste mudaram o seu perfil após a criação da Sudene. V. Ex<sup>a</sup> é filiado ao PSDB, Partido que tem como base e um dos mentores o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, já que há, por parte da população da Região Nordeste, preocupação em relação à Sudene: no caso de o PSDB reassumir o comando central da Nação, teremos a continuidade da não-efetivação da

Sudene? A Sudene, até hoje, não foi reativada. A Sudene, após o Governo Fernando Henrique Cardoso, há mais de cinco anos, está inativa, causando grande dano para toda a Região. Sou um defensor absoluto e irrestrito da Sudene. Sobre ela recaíram culpas que não eram da sua área e sim de uma outra Região do País. Então, tenho a responsabilidade e a obrigação de, neste plenário, defender a reativação da Sudene. Para tanto, não sei se, efetivamente, dentro dos planos do candidato Geraldo Alckmin, está prevista a reativação da Sudene. Muito obrigado.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, inclusive chamando a atenção para um...

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Antero, permita-me V. Ex<sup>a</sup> um breve aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup> já excedeu o seu tempo em 35 minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Sr. Presidente, vou ouvir os apartes do Senadores Roberto Saturnino e João Batista Motta, pedindo a S. Ex<sup>as</sup> que sejam breves, para que eu possa concluir.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Serei breve, serei muito breve, Senador Antero. Existe um programa, e é claro que temos de considerar o que está escrito no programa, mas é preciso considerar as posições políticas assumidas historicamente pela pessoa, pelo candidato, pelo grupo político, pelo partido político. É claro que Geraldo Alckmin sempre pertenceu ao grupo privatista deste País. “Não se pode privatizar a Petrobrás”, mas vendeu 60% das ações da Petrobras na bolsa de Nova Iorque. Então, isso tudo é muito grave, não é ideologia barata. É muito grave. É claro que a pessoa pode ter mudado de posição. Mas então que se diga: “Acho que foi um erro no passado; eu mudei de posição. Hoje, acho que não deveriam ter privatizado empresas essenciais”. Isso é outra coisa; não se pode colocar no programa. Ontem ele disse: “Sou contra a redução da pena para o menor, da imputação criminal para o menor”.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Foi para a redução da maioria.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Pois é! E o Projeto de Lei nº 1.734, de 1989, de autoria do Sr. Geraldo Alckmin, reduzia a idade penal para 16 anos. Então, ele poderia ter dito: “Olha, no passado, fiz isso, mas mudei de opinião!”.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim, e daí?

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não, ele não disse isso.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Ele disse que, como Presidente da República, é contra.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Pois é, mas ele propôs, como Deputado, essa redução. Então é preciso explicar isso melhor, porque as pessoas podem mudar de opinião, mas têm de dizer explicitamente: “Eu mudei de opinião”, e não simplesmente fazer uma declaração, colocando uma linha no programa. O povo não é bobo, o povo não é tolo, como muitos querem pensar. O povo considera e conhece as posições de Partidos e de pessoas neste País.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Vou responder às duas indagações e, depois, conceder o aparte ao Senador Motta.

Primeiro, gostaria de dizer ao Senador Roberto Cavalcanti que, ontem, no debate, o Presidente Alckmin foi claríssimo ao dizer que é favorável à nova Sudene e que iria, inclusive, recriá-la.

Sou do Centro-Oeste, do Mato Grosso; V. Ex<sup>a</sup>, da Paraíba, do Nordeste brasileiro. Para V. Ex<sup>a</sup>, para o Nordeste, para a Paraíba, é fundamental a Sudene. Também achamos importante reativá-la, corrigindo os erros que aconteceram no passado. Da mesma forma que, para nós, que fazemos parte da Amazônia Legal, é muito importante a reativação da Sudam, que é um instrumento do desenvolvimento da Região Amazônica, da mesma forma que a Sudene o é para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Ontem, com o compromisso assumido pelo Presidente Geraldo Alckmin em reativar a Sudene, fiquei pensando em liderar um movimento no Centro-Oeste para arrancar dele o mesmo compromisso com relação à Sudam, a Bancada da Amazônia com relação à Sudam. Ponto um.

Ponto dois. Até hoje não foi reativada a Sudene e era um compromisso deste Governo, cujo mandato está acabando. Esse é um dos itens que ele não cumpriu do programa de Governo anterior com o qual ele se elegeu, e não faltou disposição da Casa Legislativa e nem faltou a ele maioria nas Casas Legislativas para que isso ocorresse.

Outra questão e, no caso, respondendo ao Senador Saturnino. Não dá para desconhecer. Historicamente, o PSDB é contrário à privatização da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, da Petrobras e dos Correios, então, nem pensar. Agora, não é ético – sei que V. Ex.<sup>a</sup> não está defendendo isto – o candidato do PT querer afirmar, dolosamente, mentirosamente, como ficou provado ontem no debate, que o candidato do PSDB é favorável à privatização dessas situações.

O PSDB não se envergonha de ter defendido a privatização das comunicações. Conquistamos, isso sim, um grande avanço neste País. O Lula fala como se fosse ele o responsável pela estabilidade, sem esquecer que o PT foi contra o Real, que o PT se manifestou claramente em uma política contrária à estabilidade.

Tentar falar de banqueiros, ler artigos sobre banqueiros. Nunca ninguém teve tanta coragem de entregar o Banco do Brasil, o Banco Central para a banca internacional como fez este Governo. O queridinho dos banqueiros é o Lula. Historicamente, essa é a verdade. Historicamente, fica bem que o candidato do PSDB defenda a sua idéia e que o candidato do PT defenda a dele. E não o candidato do PT querer mentir ao povo brasileiro sobre as idéias que o candidato do PSDB defende.

Isso não fica bem, não é ético. Não é ético espalhar manifesto, panfleto de que o Governador da Bahia é contra o Bolsa-Família; não é ético dizer que o PSDB, o criador do Bolsa-Família, é contra o Bolsa-Família. Não é correto, não é decente. Somos favoráveis a melhorar o Bolsa-Família, a fazer o Bolsa-Família e emprego, a melhorar a condição do Bolsa-Família, a ter uma condição melhor de desenvolvimento do Nordeste.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta, a quem peço que seja breve porque necessito encerrar o pronunciamento.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador, depois das declarações de V. Ex<sup>a</sup>, quero fazer algumas colocações. O Presidente Lula, assim como os seus seguidores, acusa a Procuradoria da Presidência da República do Governo passado de engavetadora de processos. O povo brasileiro sabe que o Presidente Lula, ao ter tomado posse, poderia desengavetar o processo que bem entendesse. Por que não desengavetou? Com relação à Sudene, fui a uma festa pomposa no Ceará, para assistir ao lançamento da nova Sudene, mas ficou na festa. Como ficou na festa a pedra fundamental da refinaria de Pernambuco. Pergunto: se as privatizações foram malfeitas, por que o Presidente Lula, o PT, não voltou a estatizá-las? Por que fizeram tantas festas para a obra da transposição das águas do São Francisco? Por que não a fizeram? O Presidente Lula vive deitado em cima dos resultados do Plano Real, daquilo que está fazendo o Banco Central, executado por um Deputado eleito pelo PSDB, deitado em cima do programa Bolsa-Escola, que transformou em Bolsa-Família; vive em cima daquilo que o Governo passado executou, chamando para si as honras. Na verdade, aquilo de maior importância e de maior destaque que o Presidente Lula criou foi o Fome Zero, que ficou exatamente no zero, porque nada aconteceu.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que, no debate de ontem, a única discordância que tenho em relação à análise das pessoas da Rede Bandeirantes de Televisão é de que não foi 2X0, 3X1, 4X2 e, sim, 10X0 para Geraldo Alckmin. Lula foi simplesmente atropelado pelo Governador Alckmin, que esbanjou tranqüilidade e seriedade. Lula, infelizmente, foi ridículo, abusou das provocações e das ironias contra o adversário e do jogo de cena, tentando explorar o



carisma que julga possuir, tudo para encobrir a falta de conteúdo e o arrependimento por ter adotado uma estratégia equivocada de tentar debater a questão ética com Geraldo Alckmin. É brincadeira! O Lula do mensalão, do José Dirceu, do Palocci, do Okamoto, tentando se impor como defensor da moral e dos bons costumes. Lula não tem essa autoridade. Com cinco Ministros afastados por envolvimento em corrupção e desvios de recursos públicos, o Presidente não pode se colocar como paladino da moralidade pública.

Ele deveria demitir os assessores que o aconselharam a enveredar por este caminho de discutir a ética. É fria. Só poderia dar no que deu: Alckmin dez a zero. Ficou fácil para o nosso candidato Geraldo Alckmin, fácil demais. Ele foi muito bem: sereno, humilde, preciso, contundente, certo nas críticas contra Lula e mostrando que se preparou para o debate, e o que é melhor, para dirigir o Brasil.

Temos de admitir que a estratégia do PT facilitou muito a vida de Geraldo Alckmin, mas, temos de admitir também que ontem o debate da Rede Bandeirante de Televisão foi o melhor debate já produzido pela TV brasileira. Espero que os próximos do 2º Turno tenham o mesmo formato, porque ali é o candidato sem maquiagem, mostrando quem é que quer um Brasil decente. E esse Brasil decente só é possível, Sr. Presidente, com Alckmin Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na semana passada aprovamos aqui um projeto de lei, que será em caráter de urgência na Câmara, que trata dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

E lembro que isso foi feito aqui num acordo de todas as Lideranças, no sentido de que a medida provisória fosse votada porque o prazo venceria hoje. Foi aprovado o Projeto de Lei nº 270, de minha autoria, que imagino já deve ter sido encaminhado à Câmara, para que, em regime de urgência naquela Casa, venha a ser aprovado e, sobretudo modificada a questão do regime jurídico de que trata a carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

Aprovamos aqui como Consolidação das Leis do Trabalho, mas deve ser o regime jurídico do ente federado a que estiver subordinado o agente. Isso ficou inquestionável, foi um ponto de honra nosso.

Pergunto, neste momento, a V. Exª sobre o encaminhamento desse projeto e demonstro a minha preocupação para que esse projeto seja efetivamente cumprido na Câmara, porque, caso contrário, nós do PFL faremos todo tipo de obstrução se esse acordo não for atendido. Foi um acordo feito, repito, com todos os Líderes desta Casa. O assunto é de extrema importância. Era um ponto em que eu votaria contra – eu era o Relator –, causando um problema muito sério e, atendendo a uma solicitação de todos que estavam naquele momento aqui, nós cedemos em fazer dessa forma, mas confiando que, sobretudo, o Partido dos Trabalhadores, por intermédio da Líder Ideli Salvatti, tratará de, na Câmara, fazer com que o Partido dos Trabalhadores cumpra esse acordo. Do meu ponto de vista, não tem problema, nem do PFL e garanto também pelo PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Foi encaminhado, no dia 6 de outubro, e recebido às 12h13min, na Câmara dos Deputados, o projeto a que V. Exª se refere, relativo ao agente de saúde.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Tem V. Exª a palavra pela ordem. Depois falarão os Senadores Rodolpho Tourinho, Eduardo Suplicy e Valdir Raupp.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mas devo fazer um desmentido extremamente importante.

O Senador João Batista Motta, há pouco, leu desta tribuna uma declaração atribuída ao Delegado da Polícia Federal envolvido no caso do dossiê. Segundo ele, provavelmente ou possivelmente, o dinheiro teria origem espúria.

Ocorre, Sr. Presidente, que agora fui informado de que seguramente o Delegado não deu declaração nenhuma. Essa declaração partiu de Parlamentares que a transmitiram à imprensa ou a algum meio de comunicação – ao que parece, foi a Rede Globo –, que a veiculou de forma leviana, como se fosse verdade, mas não foi feita absolutamente nenhuma declaração pelo Delegado.

Retiro o que disse sobre o Delegado, que, em vez de dar declarações, deveria acelerar a apuração do caso. Todos estamos ansiosos por essa apuração, mas devo lembrar que, efetivamente, o Delegado não deu declaração nenhuma. É falsa a informação veiculada.



**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)  
– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por ordem de inscrição.

A seguir falará o Senador Eduardo Suplicy, depois o Senador Valdir Raupp.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer alguns esclarecimentos.

Penso que o Senado terá um papel muito importante neste segundo turno, durante o período que vai até o dia 29 de outubro, de esclarecer certas questões que têm sido mencionadas, sobretudo ontem, no debate.

Eu diria que, durante toda a campanha do primeiro turno das eleições presidenciais e mesmo agora, na disputa do segundo turno entre o candidato do PSDB e também do PFL, Geraldo Alckmin, e o candidato do PT, a maioria dos analistas, os agentes de mercado e até os chamados gurus econômicos concordam que pouca coisa tenderá a mudar na economia, com a vitória de um ou de outro candidato. Mas, no setor de energia, as coisas são bem diferentes.

Nos quatro anos do Governo Lula, a característica principal da política energética foi a sua politização. Na energia elétrica, criou-se um modelo que teria como objetivos principais a atração de investimentos para o segmento da geração e a modalidade tarifária.

Desde já, lembro que não só trabalhei com a Ministra Dilma nesse aspecto, como afirmo que concordo em que, naquele momento, era preciso buscar esses dois movimentos para o setor elétrico brasileiro: o de buscar investimento e de fazer com que ele gerasse energia a um preço mais barato possível. O diagnóstico é que foi errado.

A partir desse diagnóstico errado de que teriam sido as privatizações efetuados no Governo anterior a principal causa do racionamento de 2001, o atual Governo, para atingir a atração de investimentos, estabelece como pilar do seu modelo a premissa de que energia é dever do Estado. Nesse sentido, o modelo propõe o retorno, com força, dos investimentos estatais, o que significou uma mudança do marco regulatório, enfraquecendo a agência reguladora e fortalecendo o papel do Ministério de Minas e Energia. A consequência de tudo isso foi a pouca presença de investimentos privados no setor elétrico.

Entendo, até por ter exercido o cargo de Ministro de Minas e Energia, que precisava haver, realmente, o fortalecimento desse Ministério. No Governo anterior, o Ministério tinha ficado reduzido ao papel, talvez, de espectador, já que praticamente todas as suas atribuições na área de energia tinham passado para as

agências reguladoras. O papel do Ministro estava muito limitado, porque havia agências reguladoras na área de energia e de petróleo.

Lembro que a essência da crise de 2001, que sua causa principal chamava-se falta de investimentos. Esses, ao longo dos últimos 20 anos pelo menos, vinham caindo, mas eram necessários para que se pudesse gerar energia.

Então, do ponto de vista prático, hoje o modelo não atingiu o objetivo de atrair investimentos suficientes para afastar o fantasma de um novo racionamento.

Ao contrário, o que se discute hoje é quando haverá um novo racionamento em razão das condições existentes. Ele só não apareceu, porque lamentavelmente houve um pífio crescimento da economia. Se tivesse acontecido um crescimento maior da economia, talvez estivéssemos vivendo, neste momento, o problema que prevemos para 2008 ou 2009.

Digo claramente que ajudei a Ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff na criação de um novo modelo que pudesse atrair investimentos. E, dentro desse novo modelo, para que se tenha uma idéia, nesses três anos e meio do Governo Lula, apenas 793 megawatts foram licitados, comparados aos 8,485 milhões de megawatts licitados só no segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Sei que uma das principais falhas nesse modelo foram as questões sérias na área de meio ambiente. Mas isso não interessa, pois não analiso as causas, mas os efeitos de não termos tido sucesso em atrair investimentos: os números mostram problemas futuros na expansão do sistema elétrico brasileiro, não tenho dúvida disso.

Quanto à modicidade tarifária, ou seja, quanto à idéia de buscar uma energia mais barata, essa foi atingida, mas de uma forma que não foi boa para a Nação, porque o artificialismo criado com a invenção do conceito de energia velha acabou prejudicando sobretudo quem a tinha: as estatais – Chesf, Furnas, todas as empresas ligadas à Eletrobrás. Isso acabou fazendo com que elas tivessem uma remuneração menor, que gerou, necessariamente, uma capacidade menor de investimento, num momento em que se voltou a mencionar a importância e a necessidade de o Estado passar a ser o grande investidor na área de energia, como foi no passado, agora, entretanto, sem a presença da iniciativa privada, porque não se conseguiu levar a efeito os leilões programados.

O primeiro leilão de energia chegou a sair a R\$60 o megawatt/hora. Esse preço até subiu, praticamente dobrou. Mas repito que, mesmo tendo dobrado, os maiores prejudicados com essa variação foram as estatais, que tiveram de vender sua energia a preços que, em hipótese nenhuma, remuneraram seus investimentos.

Enfim, preços de energia altos terão como principal conseqüência a perda de competitividade da indústria brasileira. Em todo caso, é melhor conviver com preços altos do que com falta física de energia. O absurdo é a política adotada no setor elétrico nos ter levado a dois cenários, Sr. Presidente: racionamento com explosão tarifária ou simplesmente explosão tarifária.

No gás natural faltou planejamento e ação.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, a Petrobras anunciou um programa de massificação do uso do gás natural, cujo principal pilar foi o congelamento de preços.

Além do mais, na pressa de ser o Governo que daria a auto-suficiência em petróleo, aliás já anunciada desde 1998/1999, quando já havia a certeza dessa auto-suficiência, isso acabou atrasando projetos domésticos de gás natural, da mesma forma que não foram implementados projetos importantes, como o de instalar uma central de regaseificação do GNL no Nordeste brasileiro, assinado por mim, Sr. Presidente, em 1999 ou em 2000, não sei precisar, junto com a Shell. Esse empreendimento já devia estar em funcionamento, garantindo gás natural ao Nordeste, onde há o maior problema de energia neste País. E, hoje, a falta de gás natural não é só do Nordeste, mas de todo o País. Portanto, isso já devia ter funcionado.

Então, esses dois fatos – essa pressa em deixar projetos de energia e a questão outra vez de não conferir a necessária atenção ao gás natural – fizeram com que o crescimento do mercado no Brasil fosse baseado nas importações da Bolívia.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Claro, Senador Ney Suassuna, com muito prazer.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Quanto a essa matriz energética, Senador, cujas vulnerabilidades V. Ex<sup>a</sup> está muito bem descrevendo, resalto o pouco que cresceu em termos de energia licitada de nova produção. Contudo, um fato me deixa pasmo: a Região Nordeste, a mais pobre do País, paga a energia mais cara do País. Tenho visto isso e não entendo o porquê de o meu Estado estar pagando a energia mais cara do que em relação a vários outros Estados do País.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Agora, mais do que isso me preocupa o fato de que o problema energético anunciado no País é para a nossa Região, não é para o Sudeste. Com certeza, se houver algum problema – e esse problema vai acontecer em 2008, 2009, para não ser muito pessimista –, vai acontecer na sua Paraíba, vai acontecer na minha Bahia. Isso é o que mais me preocupa neste momento, mesmo porque aquilo que

era mais importante – entendo como obra desse governo – em termos energéticos, que era fazer o Gasene, o Gasoduto Sudeste-Nordeste, não foi feito até hoje. Parece que pode até estar começando neste momento com muito atraso. Porém, seria o Gasene que levaria o gás até o Nordeste, gás este que precisa ser complementada com importação de gás, venha de onde vier, através de uma central de regaseificação – e pode ser iniciada até por aquela planejada por Pernambuco.

Agora, mais inconcebível do que o preço, Senador Ney Suassuna, é estarmos sujeitos a uma crise no Nordeste. Isso é o que mais me preocupa neste momento. Nós dependemos de gás. O nosso rio São Francisco acabou; ele não tem mais como gerar energia em quantidade suficiente para atender um crescimento da demanda do Nordeste.

Com muito esforço, pode-se ainda tirar alguma coisa do São Francisco – talvez 300 megawatts de capacidade instalada; 400, para não discutir, mas não mais do que isso. Contudo, isso não resolve os nossos problemas. E energia eólica é bonita. Podemos produzir muita energia eólica no Nordeste, mas não podemos basear o nosso crescimento em energia eólica. Primeiro, ela é cara; segundo, ela tem – não chamaria de defeitos – outros problemas, tais como: não há vento o ano inteiro. Há uma série de problemas. E energia não se armazena. Então, é um problema sério.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – A preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é a mesma que eu tenho.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – A explicação de V. Ex<sup>a</sup> me convence de que nós realmente devemos colocar as barbas de molho. Quanto à eólica, V. Ex<sup>a</sup> tem razão: estamos conseguindo um financiamento para colocar em Mataraca, na Paraíba – 210 mil. Mas, na verdade, V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que não se consegue armazenar, que não há vento o ano todo e é...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É cara.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – É extremamente cara a instalação. E não há garantia do financiamento. Nesse primeiro momento há, mas apenas para uma fase. Eu me preocupo realmente com relação a isso. E acho que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo um pronunciamento ao qual se deveria prestar atenção, porque essa matriz energética realmente nos deixa muito preocupados, principalmente os nordestinos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, quando tratamos da energia eólica, temos de tratar de um outro problema, o ambiental. Embora aparentemente a energia eólica não

apresente problemas ambientais, ela os tem. V. Ex<sup>a</sup> deve lembrar que são dezenas, centenas, de grandes rotores que ficam ligados e aquilo tem uma influência muito grande na vida dos pássaros. Em alguns lugares, será muito difícil conseguir. Nós não estamos conseguindo, Senador Ney Suassuna e Senador Augusto Botelho – e esse é um dos defeitos desse sistema que foi montado no Governo atual –, licença ambiental para fazer hidrelétrica.

Apresentei um número aqui – V. Ex<sup>a</sup> não estava no momento: no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso, foram leiloados 8.485 MW e, no Governo Lula, foram leiloados apenas 793 MW, por problemas também ambientais. Não são somente problemas de preço, mas também há problemas ambientais.

Sou a favor das questões ambientais – sempre deixo isso claro. No entanto, vejam como é curioso: estamos procurando proteger toda a fauna e toda a flora que cercam um grande lago, mas conseguimos licença para instalar uma termoelétrica em trinta dias, quando não se discute nada de problemas ambientais. Então, vamos salvar todos esses animais das enchentes, mas, seguramente, o efeito carbono e tudo aquilo que virá estão em aberto. Pelo menos na Bahia, em trinta dias, consegue-se uma licença ambiental para termoelétricas, porque se está tratando de um terreno de dez mil metros quadrados em áreas em que já não existe mais o que ser protegido, mas elas vão ter um efeito muito pior depois. Enfim, essa questão é importante hoje.

Voltando a esse fato, acabamos fazendo com que o nosso crescimento no mercado de gás fosse baseado nas importações da Bolívia. Hoje, em função da crise da Bolívia – aliás, muito mal conduzida pelo Governo – e do pouco crescimento da produção doméstica, estamos vivendo uma escassez de gás natural no Brasil. Essa escassez impacta diretamente no setor elétrico na medida em que reduz o lastro das térmicas e, conseqüentemente, eleva de forma exponencial, os preços de energia elétrica.

No petróleo, o modelo adotado lembra o da PDVSA, companhia do Chávez. Ou seja, partidaram a Petrobrás, e a política dos preços da gasolina, diesel e GLP seguiram critérios políticos, não guardando uma relação com as tendências do mercado internacional. Os lucros extraordinários obtidos pela Petrobras estão diretamente relacionados com os preços elevados do petróleo nesses últimos quatro anos.

Em relação às agências reguladoras do setor de energia, o Governo atual promoveu um esvaziamento, principalmente através do contingenciamento orçamentário; principalmente também pela humilhação de deixá-las sem diretores. Esse é um grande problema

para o qual temos de olhar, sentindo que, de fato, essas agências foram inteiramente esvaziadas.

Não satisfeito ainda, ele enviou ao Congresso um projeto de lei que dorme na Câmara e que, se não for modificado em algumas coisas – em outras, até considero que tem razão –, vamos acabar com a autonomia das agências.

Com a vitória de Alckmin – estou tratando do tema seguindo o que ocorreu no debate de ontem em relação ao tema energia –, a principal mudança será voltar a ter uma visão de mercado do setor de energia, abandonando de vez soluções ideológicas e partidárias.

Portanto, o que vai diferenciar o Governo Alckmin de um novo Governo Lula é que, em primeiro lugar, a energia não será encarada como um dever exclusivo do Estado. Essa foi uma das causas principais do racionamento passado. A principal função do Estado será a de fiscalizar e regular, por meio das agências reguladoras, as atividades de setores que apresentam particularidades – existência de monopólios naturais, como é o caso de alguns segmentos do setor de energia.

O Governo Alckmin tratará o setor de energia como uma atividade econômica. Portanto, respeitaremos os contratos assinados, independentemente do Governo que os tenha assinado.

Também estabeleceremos políticas públicas que forneçam o sinal econômico correto para os investidores e consumidores. Nesse sentido, o principal instrumento do planejamento será uma política realista de preços. A política tributária será um instrumento que levará em consideração os impactos ambientais de cada energético, e não um fator que iniba os investimentos. Assim, estabeleceremos uma política ambiental em conformidade com a necessidade de expansão das infra-estruturas de energia.

Por fim, segundo a visão de mercado, será necessário um tratamento isonômico por parte das instituições públicas para empresas estatais e privadas. A gestão das empresas estatais deve ser técnica, e os cargos de direção ocupados por profissionais de competência reconhecida pelo mercado.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Já concluirei, Sr. Presidente.

Como podemos verificar também no campo da energia, as diferenças são muito grandes entre o atual Governo e um futuro Governo de Geraldo Alckmin.

Tais observações foram baseadas na realidade e também em muito do que tem sido escrito por um consultor extremamente competente, o Professor Adriano

Pires, que tem dado uma grande contribuição na questão de energia. E eu me apressei em trazê-la.

Farei uma série de comentários, daqui para frente, com relação à energia, pois entendo que, ontem, as observações foram colocadas, sobretudo pelo candidato Lula, de forma muito simplista. O assunto deve ser analisado com mais profundidade, baseado no que aconteceu no passado. Estamos no caminho exato de repetir aquela situação por falta de investimento. Neste momento, temos que buscar investimentos para o setor elétrico brasileiro; caso contrário, passaremos a ter novos problemas, seguramente.

Minha preocupação, repito, é que isso recomece pela minha região, pelo Nordeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Não havendo objeção do Plenário, prorrogo a sessão por dez minutos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por ordem de inscrição.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pelos dez minutos restantes.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assim como os meus antecessores da tarde de hoje, gostaria de saudar o debate realizado ontem pela Rede Bandeirantes de Televisão. Tal como o Senador Heráclito Fortes, também tive a honra de acompanhar o confronto entre os presidentiáveis, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-Governador Geraldo Alckmin.

O debate foi muito bem conduzido. Saúdo toda a equipe da Rede Bandeirantes de Televisão pela maneira como mediaram o debate, que, a meu juízo, foi muito equilibrado. Ambos os candidatos se mostraram extremamente assertivos, incisivos; por vezes, até agressivos um com o outro. O candidato Geraldo Alckmin tentou, para usar uma metáfora do pugilismo, avançar sobre o seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, colocando-o em uma situação difícil. Mas o Presidente Lula soube se defender muito bem, contra-atacando, também colocando o candidato Geraldo Alckmin em situações difíceis, por diversas ocasiões.

É natural que o candidato Geraldo Alckmin cobre do Presidente Lula de onde é que, afinal, saíram os recursos, objeto de apreensão por parte da Polícia Federal, destinados a tentar comprar um dossiê – uma ação que, em verdade, prejudicou, conforme salientou o Presidente Lula, a sua candidatura, a do Senador Aloizio Mercadante e a minha própria em São Paulo. Em que pese tenha conseguido vencer, possivelmen-

te poderia ter obtido mais votos, não fosse o incidente relativo ao dossiê.

É importante salientar que a apreensão desses recursos, cuja origem ainda é desconhecida, foi realizada pela Polícia Federal, sob o comando do Ministério da Justiça, que tem à frente o Ministro Marcio Thomaz Bastos, do Governo do Presidente Lula. Quem, afinal de contas, detectou esse procedimento impróprio foi o próprio Governo do Presidente Lula – e isso é muito importante ressaltar.

Geraldo Alckmin gostaria de saber, assim como todos nós – e o primeiro a querer saber, obviamente, é o Presidente Lula –, como surgiram aqueles recursos, de onde vieram. O que Presidente pôde afirmar é que está procurando saber disso por meio de técnicas de inquirição normais, o que não envolve a prática de métodos de que alguns podem ter saudades, usados na ditadura militar, como a tortura. É preciso, por meio da forma inteligente de se argüir, saber como foram realizados esses atos.

O ex-Governador Geraldo Alckmin gostaria que o Presidente da República simplesmente chamasse as pessoas responsáveis por aqueles atos e lhes perguntasse. Sua Excelência esclareceu que aquelas pessoas foram de pronto afastadas, demitidas dos postos em que se encontravam e, obviamente, nessa situação, não é tão fácil ao Presidente simplesmente chamá-las e perguntar. A atividade investigatória, Senador Heráclito Fortes, cabe agora às autoridades que fazem a averiguação.

Eu próprio experimentei a dificuldade de saber dos fatos. Por exemplo, de todos os personagens dessa história, conheço Hamilton Lacerda, por ter sido meu aluno na Fundação Getúlio Vargas há alguns anos, tendo eu feito parte da banca que examinou a sua tese, um trabalho bem feito. Assim, telefonei para ele e pedi que comigo dialogasse para saber dos fatos. Ele disse que marcaria um encontro e que viria conversar comigo, mas, por enquanto, ainda não veio. Obviamente eu gostaria de fazer-lhe perguntas e de saber dos fatos, mas ainda não pude conhecer exatamente o que aconteceu. É evidente que o Presidente Lula não está, pelo método normal das relações pessoais, conseguindo saber desses fatos, e é natural que haja dificuldades. Mas espero que possam todos os órgãos responsáveis pela averiguação dos fatos contribuir para que saibamos de tudo.

Quanto ao que nesta tarde o Senador Antero Paes de Barros aqui falava, de que a licença do Presidente Ricardo Berzoini constituiria uma indicação de culpa por parte dele, quero dizer que, embora não sendo membro da Executiva Nacional, estive na reunião, pois, como Senador, tenho direito a voz, e fui uma das pes-



soas que recomendou a Ricardo Berzoini, já que este se colocara à disposição e ouvindo a sua assertiva de que iria pensar, embora não soubesse de quaisquer daqueles fatos nem tivesse aquela ação passado por sua ordem e conhecimento prévio, que essa decisão fosse tomada ainda no sábado.

Quero enaltecê-lo e mostrar meu respeito pela atitude de Ricardo Berzoini de pedir licença do seu cargo de presidente até que tudo isso seja inteiramente esclarecido.

Eu disse, na reunião, que considero que, em tudo aquilo que estiver ao alcance da direção do Partido dos Trabalhadores, é importante que colaboremos na linha daquilo que o Presidente Lula, o Ministro Márcio Thomaz Bastos e o próprio Presidente Ricardo Berzoini têm dito. Todos nós desejamos saber, o quanto antes, como se deu aquele episódio, assim como desejamos saber, afinal de contas, por que se considerou importante colocar isso para membros do PT como sendo um dossiê que pudesse ter relevância. Afinal, o que há de relevante nesse dossiê?

Acredito que o próprio ex-Ministro da Saúde, José Serra, meu colega e por quem sempre manifestei todo respeito, e o Prefeito atual, Barjas Negri, também ex-Ministro e ex-Secretário da Saúde, terão a atitude de colaborar para que, no mais breve espaço de tempo, se esclareça esse assunto.

Gostaria também de ressaltar alguns aspectos sobre essa questão de quem é que disse a verdade. É preciso tornar isso claro. Houve um ponto que acredito que o candidato Geraldo Alckmin precisa levar em consideração melhor: não está correta sua afirmativa de que o Programa Bolsa-Família não exige contrapartida. Todos nós Senadores, incluídos os do PFL e os do PSDB, aprovamos a lei que institui o Programa Bolsa-Família, que unificou os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Vale-Alimentação – tendo sido os três primeiros criados no Governo Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação de todos nós e com a colaboração, inclusive, do Partido dos Trabalhadores. Todos nós votamos favoravelmente, na época, também quando foi votado o Programa Vale-Alimentação, mas consideramos que foi uma atitude de racionalidade unificá-los. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso já tinha proposto o cadastro único de todos os programas. Então, era natural que eles fossem unificados. E foram triplicados no seu valor médio pela nova lei.

No entanto, essa nova lei, é claro, exige a contrapartida de freqüência à escola, de as pessoas serem vacinadas, de as gestantes fazerem seu acompanhamento de saúde. Isso está muito claro na comunicação feita, no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social,

às 5.561 administrações municipais do País, que correspondem a praticamente todas e que são administradas por prefeitos de todos os partidos.

Então, o Bolsa-Família tem o mérito conjunto do Governo Federal e de todas as administrações municipais, que são obrigadas a encaminhar ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde as informações que estão sendo cada vez mais corretamente verificadas. É claro que houve um processo crescente. Lembro-me das críticas feitas pelo Senador Cristovam Buarque, quando chamou a atenção para o controle, dizendo que não estava sendo bem feito, mas gradualmente ele foi sendo aprimorado.

Todos nós fomos responsáveis pela aprovação do estágio para o qual deve ir o programa Bolsa-Família. E espero que ambos os presidentiáveis, Senador Heráclito Fortes, estejam levando isso em consideração. É claro que há essa fase em que, para receber o Bolsa-Família, um quarto da população brasileira tem de demonstrar que suas crianças estão indo à escola e estão sendo vacinadas. Mas precisamos levar em consideração que o processo educacional é libertador e conscientizador, conforme nos ensinaram Anísio Teixeira e Paulo Freire. Chegará o dia em que obviamente as condições serão tais, que poderemos prover todo e qualquer cidadão brasileiro de uma renda básica, como um direito à cidadania, até mesmo incondicionalmente, porque teremos enormes vantagens nisso. Aliás, isso já consta de lei aprovada por V. Ex<sup>a</sup> e por todos nós unanimemente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vamos chegar ao dia em que, gradualmente, todas as pessoas, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica – até mesmo V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito, a quem concedo o aparte –, terão direito à renda básica incondicional. Espero que isso até possa ser realizado no próximo quadriênio.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Em primeiro lugar, tenho certeza de que o Senador Botelho vai conceder-lhe pelo menos mais cinco minutos, para que continuemos o debate sem essa interrupção do som, minuto a minuto, o que lhe tira o brilhante raciocínio na seqüência do seu pronunciamento. Quero dizer, de público, para o Brasil que nem tudo está perdido; o PT ainda conta com homens como V. Ex<sup>a</sup> – daí por que foi consagrado nas urnas de São Paulo, num contraste com seus demais companheiros. V. Ex<sup>a</sup>, agora, foi de uma altivez elogiável ao reconhecer que esse programa que tem feito do Senhor Lula o salvador da Pátria foi, na realidade, lançado pelo Governo passado, de Fernando Henrique Cardoso, e que, inclusive, no Go-

verno passado foi realizada a proposta de reunificação dos cadastros. Parabênico V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy, que, por isso, cresce no conceito da Nação!

**O Sr. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– E o programa foi por nós aprovado. Não houve uma objeção aqui no plenário.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente, e V. Ex<sup>a</sup> tem a grandeza de reconhecer isso, porque hoje parece que esse programa é uma propriedade privada. E vemos, no Nordeste, os eleitores e as famílias em pânico, com medo de perder o Bolsa-Família. Já vi, no Brasil, o povo com medo em duas ocasiões: na ditadura militar, das baionetas; e, agora, com medo de perder sua carteira de benefícios – o que é um erro.

**O Sr. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – É preciso que todos compreendam que se trata de um direito do cidadão, aprovado por lei claramente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É evidente. Mas, Senador Eduardo Suplicy, a parte mais importante do debate de ontem foi quando, com muita humildade, o candidato Geraldo Alckmin citou V. Ex<sup>a</sup> quando o Presidente Lula, de maneira errada, afirmou à Nação que nunca obstaculizou as CPIs. E ele lembrou aquele fato de que V. Ex<sup>a</sup>, com muita coragem, assinou a CPI dos Correios e que foi graças à sua assinatura que o Brasil teve oportunidade, derrotando o Governo, de fazer com que muitos fatos viessem à tona. Achei um gesto de grandeza e de humildade do Governador Geraldo Alckmin ter citado o episódio e ter citado nominalmente V. Ex<sup>a</sup>, embora de outro Partido. Acho que o debate teve seus lados positivos. Se mais não foi, não foi culpa do candidato da Oposição. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que tanta colaboração tem dado a seu Partido, aos seus companheiros, poderia, agora, nesta hora grave pela qual o PT passa, dar mais uma: fazer um apelo a todos esses que se meteram nessa operação envolvendo R\$1,1 milhão em moeda brasileira e mais o restante em dólares, chamando-os às falas e exigindo que contem toda a verdade antes do dia 29. Não é possível...

**O Sr. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Faço meu apelo a todos os envolvidos para que tragam à luz a verdade completa, com a certeza de que essa também é a vontade do Presidente Lula e de todos os brasileiros e brasileiras.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Mas falta ao Presidente Lula autoridade de chamá-los, já que são companheiros, vizinhos de gabinete e seus subordinados, e de fazer um apelo, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe bem que esse fato destruiu uma campanha, que foi a campanha do Mercadante em São Paulo. Não que a eleição do José Serra já não estivesse definida, mas um homem

da postura do Senador Mercadante terminou, de maneira melancólica, a reta final da sua campanha.

**O Sr. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Ele teve a maior votação de um candidato do PT ao Governo do Estado de São Paulo. Mas ele é a pessoa que, em primeiro lugar, deseja saber como se deu esse episódio.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Mas é isto que digo: por que seus companheiros não fazem um mea-culpa e não contam toda a verdade, dizendo quem são seus parceiros ou os que fazem parte desse grupo que vêm desonrando a história de um Partido? Isso seria bom para a democracia, até porque não é interesse da nossa Coligação tripudiar em cima desses fatos. Os fatos, ontem, vieram de maneira mais incisiva à baila por provocação do próprio Presidente Lula. Mas, na realidade, esses esclarecimentos fariam muito bem à Nação. E V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido tão audacioso e corajoso e que tem tido uma postura que, é claro, muitas vezes não agrada a seu Partido e tampouco a seus colegas, poderia prestar mais esse serviço ao País e, de uma vez por todas, fazer aparecer exatamente isso. Também, Senador Suplicy, poderia ser esclarecida essa história dos cartões corporativos do Palácio do Planalto, em que milhões e milhões de reais estão indo pelo ralo, sem que haja clareza nos gastos feitos por um Partido que não era dado a desperdício nem a esbanjamento de dinheiro, principalmente em se tratando do dinheiro público. Portanto, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Tenho a certeza de que o Fernando Henrique ficará muito feliz com esse reconhecimento que V. Ex<sup>a</sup> faz hoje do seu Governo. É exatamente com homens como V. Ex<sup>a</sup> que tenho a impressão de que o PT, um dia, ainda dará a volta por cima. Muito obrigado.

**O Sr. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Vou concluir, Senador Augusto Botelho.

Quero apenas destacar alguns fatos importantes de por que avalio que o Presidente Lula foi bem nas suas respostas ao ex-Governador e presidenciável Geraldo Alckmin. Primeiramente, Sua Excelência destacou os aspectos positivos de como houve a erradicação da pobreza absoluta no País.

Foram 19,2% no período de 2002 a 2005, já constatados pela PNAD, do IBGE, em decorrência do conjunto de políticas sociais, como o Bolsa-Família, o aumento real do salário mínimo, o aumento significativo do nível de emprego, que foi muito maior, a uma taxa média de crescimento ao longo desses quase quatro anos da ordem de 105 mil novas oportunidades de emprego formais, em comparação com cerca de oito mil nos oito anos do Governo anterior.

Ressalte-se, ainda, como defendeu sua política externa, que foi mal compreendida. Nesse aspecto,

há uma diferença de opinião muito grande da parte do candidato Geraldo Alckmin. Creio que foi muito positiva a política externa desenvolvida pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso Amorim.

Espero abordar este e os demais assuntos, porque quero respeitar, Senador Valdir Raupp...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> está sendo injusto com o Marco Aurélio Garcia, assessor que manda mais na política externa do que o Ministro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Que também teve a cooperação de Marco Aurélio Garcia.

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando o novo Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, da Universidade de Columbia, autor, dentre outras obras, de **Rewarding Work**, ou **Remunerando o Trabalho**, um dos proponentes de prover um subsídio aos salários para que as empresas possam contratar mais, argumentando que, para que haja menos envolvimento de pessoas com drogas e com a criminalidade, é melhor que possam ingressar no mercado de trabalho. E, para isso, seria importante desenvolver um sistema de subsídio ao trabalho. Um dos mecanismos de subsídio ao trabalho é o Earned Income Tax Credit, ou crédito fiscal por remuneração recebida, existente nos Estados Unidos, com uma contrapartida no Reino Unido, que é Family Tax Credit, ou crédito fiscal familiar e que guarda relação com os processos de transferência de renda como o Bolsa-Família. Mas conforme Philippe Van Parijs, Guy Standing e outros economistas com os quais eu estou de acordo, avalio que a melhor e mais eficiente forma de se elevar o nível de emprego e, ao mesmo tempo, prover liberdade real a todos, ampliando o grau de liberdade, dignidade e de oportunidade para todos, é instituímos uma renda básica incondicional, uma renda básica de cidadania.

E espero que a designação de Edmund Phelps para o Prêmio Nobel de Economia possa ser um estímulo inclusive para que os presidentiáveis e as suas equipes estejam estudando mais aprofundadamente este assunto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos para que o Senador Valdir Raupp possa fazer uso da palavra.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu deveria ter direito ao mesmo tempo que tiveram os oradores que me antecederam, mas vou tentar fazer meu pronunciamento pela metade do tempo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para registrar minha preocupação com o cenário econômico mundial e com as perspectivas e

desafios que se apresentam. Que este pronunciamento, Sr. Presidente, sirva de alerta para o futuro Presidente, seja ele o Presidente Lula, que lidera as pesquisas no momento, ou o presidentiável Alckmin.

No Brasil, além da alta dívida, os altos juros também são fonte de preocupação e não podem ser explicados apenas pela política do Banco Central. O *spread* bancário brasileiro, diferença entre as taxas pagas e as taxas cobradas pelos bancos, está fora de qualquer padrão devido à baixa concorrência, tributos, obrigatoriedade de certos tipos de empréstimo e insegurança das operações.

Apesar do cenário positivo para a América Latina, o destaque entre os países emergentes continua sendo a China, a Índia e a Rússia, com um crescimento significativo na economia.

Entretanto, de acordo com o relatório do World Economic, embora a economia mundial esteja indo bem, existem duas importantes transições que estão acontecendo e que podem comprometer o crescimento futuro: o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e o envelhecimento da população nos países desenvolvidos.

A primeira está levando a um aumento desproporcional do consumo de recursos naturais. A imagem de milhões de chineses consumindo em níveis próximos àqueles hoje desfrutados pelos países desenvolvidos apavora os economistas do Fundo Monetário Internacional. Para exemplificar seu ponto de vista, o relatório examina mais de perto o caso do petróleo, cuja demanda total de 82,4 milhões de barris diários em 2004 deverá subir para 92 milhões em 2010, para 113,5 milhões em 2020 e para 138,5 milhões em 2030.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a grande novidade é que o aumento da procura resultará principalmente da evolução econômica prevista para os países em desenvolvimento. No ano passado, os países ricos, somados a Taiwan, Hong Kong, Coréia e Cingapura, foram responsáveis pela demanda de 49,5 milhões de barris diários, 60% do volume global. O quadro deverá estar praticamente equilibrado em 2020 e invertido em 2030. Nesse ano, os países que hoje representam 60% da demanda terão sua participação reduzida a 45% e precisarão de 63,7 milhões de barris diários, enquanto a procura dos demais países chegará a 74,7 milhões. Dessa parcela, 18,7 milhões corresponderão ao consumo da China. Nesse período, o número de veículos deverá aumentar de 751 milhões para 1,66 bilhão. O aumento dos países ricos, incluídos Hong Kong, Coréia, Taiwan e Cingapura, será de 625 milhões para 920 milhões, com variação de 47%. Nas economias em desenvol-



vimento, o número atual será multiplicado por 5,8 e alcançará 741 milhões. Na China, segundo estimativa, a multiplicação será por 18 e o número passará de 21 milhões pra 387 milhões. Com isso, os preços do petróleo devem continuar elevados.

A demanda, tanto nos países ricos como nos em desenvolvimento, é estreitamente vinculada à atividade econômica e à propriedade de veículos e pouco elástica em relação a preços, pelo menos enquanto as cotações permanecerem abaixo dos picos históricos. Um aumento de 10% no preço do barril é seguido por uma redução de cerca de 1% na demanda. Só variações muito grandes produzem efeitos substanciais no consumo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o alto preço do petróleo, embora atenuado por um aumento na produção, deverá atrapalhar o futuro desenvolvimento econômico do mundo, pelo menos enquanto for mantida a tecnologia atual, intensiva na utilização de petróleo como energia. A mudança desse quadro requer um grande investimento em tecnologia e, por enquanto, nada está sendo feito.

Para o nosso País, os investimentos em hidrelétricas tornam-se cada vez mais estratégicos, assim como o biodiesel – e por que não dizer o gás?

V. Ex<sup>a</sup>, quando nos assiste aqui, já sabe que falaremos sobre o gás e sobre as hidrelétricas do rio Madeira. Abrirei um parêntese no meu pronunciamento para dizer que as fontes hídricas têm de ser aproveitadas. Isso é estratégico, até para se preservar o nosso petróleo.

Por que o Brasil foi para a Bolívia? Por que o Brasil pagou um preço alto pelo fato de a Petrobras ter investido na Bolívia? Para que fossem preservadas as nossas reservas. Não deu muito certo, mas valeu a tentativa. Agora, por que não explorar nossas jazidas naturais? As nossas. Não são da Bolívia, não são da Venezuela, não são dos Estados Unidos. São nossas, são brasileiras. Refiro-me à bacia de gás natural de Urucu, que servirá por mais de 50 anos para abastecer as térmicas de Manaus, do Amazonas, e a térmica de Porto Velho, que queima, como sempre falo desta tribuna, 1,5 milhão de litros de óleo *diesel* por dia. É poluição jogada na atmosfera todos os dias. É o alto custo do petróleo, do *diesel*.

O gás é em torno de 50% a 60% mais barato, além de ser menos poluente. Ele está na reserva de Urucu sendo queimado na atmosfera ou reinjetado no solo todos os dias, porque um poço de petróleo não pode parar. Lá, estão sendo extraídos gasolina e óleo *diesel*. E o gás? Para onde está indo? Está sendo queimado na atmosfera ou reinjetado no solo, o que significa prejuízo diário para o Brasil.

Por isso, tenho brigado desta tribuna para que a Petrobras saia de cima do muro e invista imediatamente na construção do gasoduto Urucu–Porto Velho, para acabar com essa novela. E, enquanto não acabar, não vou parar de assomar a esta tribuna para falar, se possível todas as semanas, sobre o assunto, porque acho isso um absurdo. Da mesma forma, as usinas do Madeira. Um potencial hídrico daqueles não pode ser desperdiçado.

O Brasil vai precisar, em 2010, no máximo em 2011, da energia das usinas do Madeira, da energia das usinas de Belo Monte, seja quem for o Presidente. É imperativa a construção das usinas do Madeira. São duas hidrelétricas, que vão somar em torno de 7 mil megawatts de energia, que vão abastecer não o Norte ou Rondônia, que é o meu Estado, mas todo o Brasil.

Rondônia, é claro, vai ser beneficiada com os empregos, com a geração de 30 a 50 mil empregos diretos e indiretos, com os *royalties* da geração de energia, com o ICMS da geração de energia elétrica. Não só Rondônia, mas o vizinho Estado do Acre também será beneficiado com a construção das usinas do Madeira.

É por isso que brigo e vou continuar brigando. Espero que, antes do final do meu mandato – ainda tenho mais quatro anos a partir do final deste ano –, eu possa ver construídos e inaugurados tanto o gasoduto quanto as usinas hidrelétricas do rio Madeira.

Quanto ao envelhecimento da população nos países desenvolvidos, esses países deveriam estar não só tomando medidas para adaptar seu mercado de trabalho a essa mudança como também mandando capital para países com mão-de-obra jovem abundante. É a produção desses jovens que vai produzir rendimentos que garantirão um final de vida tranquilo aos aposentados dos países ricos.

Entretanto, o que vemos hoje é o capital fluindo na direção errada. Em vez de os países ricos estarem financiando os pobres, são os pobres que estão financiando os ricos. Estão totalmente na contramão da história. Por exemplo, a China está com um grande superávit em conta corrente e está financiando o déficit americano, pois é mais seguro investir nos Estados Unidos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, portanto, não é só o déficit americano em si que preocupa, mas o fato de o fluxo financeiro não estar acompanhando a tendência demográfica mundial. Embora o mercado vá, mais cedo ou mais tarde, resolver o problema, é preciso que os governos ajudem, retirando restrições



que causam distorções e colocando mais informação disponível, a fim de aumentar o grau de confiança dos investidores.

Não podemos esquecer que, nos próximos 20 anos, o envelhecimento da população brasileira também será significativo e provocará mudanças no cenário econômico nacional, inclusive na Previdência Social, porque o rombo atual já é bastante grande e a sua tendência é aumentar a cada ano.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são imperativas as mudanças no cenário tanto mundial quanto nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes que termine a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me dizer algo que considero muito importante e que eu gostaria fosse transmitido ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros.

O Senador Valdir Raupp, acredito, irá concordar comigo, assim como V. Ex<sup>a</sup>.

Para um jornal da Argentina, o eleito Deputado Federal, Clodovil, disse que poderia considerar a hipótese de apoiar projetos desde que recebesse um pagamento que não fosse de pequena monta. O sentido do que ele falou foi aproximadamente este, como está nos jornais: que se fosse alto o pagamento, ele poderia até aprovar projetos aqui.

Presidente Augusto Botelho, tenho o maior respeito pelo costureiro Clodovil e cumprimento-o pela extraordinária votação que teve, mas é necessário que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e o Presidente Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados, façam uma advertência ao Deputado eleito Clodovil, porque ele será membro do Congresso Nacional e precisa saber que a Constituição brasileira considera que se algum Parlamentar receber recursos ou pagamentos para votar qualquer projeto, indicação ou proposição, estará cometendo um crime e, certamente, poderá ser julgado e ter seu mandato cassado.

Antes de chegar ao Congresso Nacional, tendo em vista até a repercussão internacional da sua declaração, feita para um jornal argentino – **El Clarín**

ou **La Nación** –, ele está expondo um procedimento que todos condenamos. Se um Deputado eleito, um representante do povo chega ao Congresso Nacional dizendo que poderá até vender o seu voto, ele está anunciando que poderá cometer um crime. Portanto, convém, e essa é a minha sugestão ao Presidente do Congresso e ao Presidente da Câmara, adverti-lo. Acredito que isso é até uma questão de bom senso e de respeito àquele que foi eleito pelo povo, para que não chegue aqui cometendo algo que, certamente, fere o decoro parlamentar.

Essa é a recomendação que faço e peço seja transmitida ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Leonel Pavan, Marcos Guerra, Sérgio Guerra, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Pedido de rastreamento levou 6 dias”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 27 de setembro de 2006.

A matéria destaca que a Justiça Federal levou seis dias para atender o pedido da Polícia Federal de mandar o Banco Central identificar a movimentação de importâncias iguais ou superiores a R\$10 mil relacionados ao dinheiro apreendido com intermediários do pagamento do dossiê Vedoin.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Pedido de rastreamento levou 6 dias

Só ontem Justiça atendeu a pedido da PF feito no dia 21 para identificação da origem do dinheiro apreendido no dia 15

**Fausto Macedo**  
**Vannildo Mendes**  
ENVIADOS ESPECIAIS  
CUIABÁ

A Justiça Federal determinou ontem ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e ao Banco Central que identifiquem a movimentação de importâncias iguais ou superiores a R\$ 10 mil, fracionados ou não, bem como valores superiores a R\$ 2 mil seriados, relacionados ao dinheiro apreendido com intermediários do pagamento do dossiê Vedoin.

Detalhe: o pedido da PF que

originou a decisão foi feito no dia 21 - seis dias após a apreensão dos reais, com dois petistas, em um hotel de São Paulo - e o despacho que o concedeu foi dado 11 dias depois das prisões. A ordem foi do juiz Marcos Alves Tavares, da 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso.

A PF sabe que os valores em reais - R\$ 1,16 milhão - foram sacados do Bradesco (agência 3752), do Bank Boston (agência regional Lapa, com a caixa Cíntia) e Safra (agência Caxias, com o caixa Cláudio Marcio B. Silva, e agência Campo Grande, com a caixa Roberta).

PROCESSAMENTO		
<p><b>15</b> SET.</p>	<p><b>21</b> SET.</p>	<p><b>26</b> SET.</p>
<p>● A Polícia Federal prende em um hotel em São Paulo os petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos. Com eles, <b>R\$ 1,75 milhão</b> que seria destinado à compra de dossiê contendo acusações contra políticos tucanos</p>	<p>● A Polícia Federal entra com pedido na Justiça para que ordene aos órgãos brasileiros competentes o rastreamento da parte em reais - <b>R\$ 1,16 milhão</b> - do valor que foi apreendido com os petistas</p>	<p>● A Justiça Federal do MT determina ao Coaf e ao BC que realizem o mapeamento da movimentação de valor igual ou acima de <b>R\$ 10 mil</b> (fracionados ou não) e de valor igual ou superior a <b>R\$ 2 mil</b> seriados</p>

INFOGRÁFICA/E

O delegado federal Diógenes Curado Filho, chefe da Delegacia Regional da PF de Combate ao Crime Organizado em Mato Grosso, destacou que os saques foram realizados por "pessoas não identificadas, obviamente atendendo a cadeia de comando elaborada para operar a trama criminosa e escamotear a origem do dinheiro".

No requerimento, a PF observou que o fracionamento dos saques foi proposital, para dificultar a identificação da titularidade do dinheiro, "em autêntica operação de lavagem do dinheiro". ●

## BC já poderia ter os nomes dos correntistas no País

Afirmção é do presidente do sindicato dos funcionários do Banco Central

**Paulo Baraldi**

O Banco Central já poderia ter os nomes dos correntistas das contas no Brasil em que foi sacado o R\$ 1,16 milhão para comprar o dossiê Vedoin. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) regional em São Paulo, Daro Marcos Piffer. Para ele, o limite para os dados estarem com o BC é sexta-feira. Segundo Piffer, dizer que não se consegue antes das eleições os nomes "é tapar o sol com a peneira".

Por meio das fitas que envol-

viam os maços de dinheiro, a Polícia Federal identificou que os reais saíram dos bancos Bradesco, Safra e Bank Boston (incorporado pelo Itaú).

Nas tarjas havia o carimbo das agências às quais pertenciam os montantes. Do Bradesco há indicação de uma agência da Barra Funda, na capital paulista. O dinheiro que saiu do Bank Boston estava identificado como sendo da regional Lapa, em São Paulo; e no Safra, de Caxias e de Campo Grande, possivelmente agências no Rio.

Segundo Piffer, com essas informações o BC já poderia

ter pedido aos bancos - mas é obrigatório ter o pedido de algum órgão, como o Coaf, o Ministério Público ou a PF - o rastreamento dos donos das contas.

**Piffer: Dizer que não consegue "é tapar o sol com a peneira"**

Um pouco mais demorado, segundo o sindicalista, seria identificar todo o caminho percorrido pelo dinheiro, mesmo

com todas as notas seriadas.

O vice-presidente da regional do Sinal, que atua no Departamento de Fiscalização do BC, Válder Borges, disse que em casos de grandes saques, como acredita-se terem sido estes, os bancos costumam já ter um controle. "Levantar as informações é rápido, basta o Banco Central abrir um processo administrativo", afirmou.

Segundo Piffer, o BC pode receber a informação quando quiser, mas normalmente o prazo para ser intimado é de três dias. Caso não haja tempo, a instituição financeira é obri-

gada a explicar os motivos e se considera um novo prazo.

**FOTOS**

Ao todo, a Polícia Federal apreendeu R\$ 1,75 milhão em São Paulo, que estavam com Gedimar Passos e Valdebran Padilha, os petistas negociantes da compra e venda do dossiê. A PF fez fotos do montante, que até anteontem se encontravam na Delegacia de Crimes Financeiros, mas foram encaminhadas para o superintendente do órgão na capital paulista, Geraldo José de Araújo. ●

Estado S. Paulo

21/09/06

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Lula é corrupto, ataca Heloísa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 24 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, a candidata à presidência do P-SOL afirma ainda que ministros “espalham mentiras” e que o “país não pode mais conviver com migalhas da inclusão social”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Lula é corrupto, ataca Heloísa

Candidata do PSOL afirma ainda  
que ministros ‘espalham mentiras’

**Sandra Hahn**  
PORTO ALEGRE

A candidata à Presidência pelo PSOL, senadora Heloísa Helena (AL), disse ontem em Porto Alegre que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é “corrupto”. Ao ser perguntada se o presidente, candidato à reeleição pelo PT, se beneficiaria da máquina pública na campanha, afirmou que “seria preciso inocência ou vigarice” para negar isso. Questionada, então, se Lula seria corrupto, declarou: “Eu já disse isso várias vezes. Se você quer uma manchete, ele é corrupto.”

Ela voltou a atacar Lula ao

### País não pode mais conviver “com as migalhas da inclusão social”, diz

afirmar que ministros e ex-ministros agem “como moleques de recado, espalhando mentiras pelo Brasil”. Segundo Heloísa, dizem que ela acabará com programas como o Bolsa-Família e o ProUni. “Só são capazes de tanta perversidade pessoas desqualificadas que fazem qualquer tipo de molecagem para se

manter na estrutura do poder”, afirmou a candidata, sem, no entanto, citar o nome dos ministros que estariam se prestando à tarefa.

Heloísa improvisou ontem um minicômico no centro da capital gaúcha, depois de caminhada pela Rua dos Andradas, a principal da região. Falando com um equipamento de som portátil, referiu-se ao presidente como “sua majestade barbuda” e voltou a pedir que ele “desça da sua arrogância e covardia política e venha para os debates”.

A candidata disse que o Brasil não pode mais conviver “com as migalhas da inclusão social”. Durante a caminhada, afirmou que seus quatro eixos de campanha são democratização da riqueza, das políticas sociais, da informação e cultura, da terra e espaços urbanos.

O minicômico foi realizado em local não autorizado. Em Porto Alegre, um acordo entre a juíza eleitoral da 2ª zona, Ângela Maria Silveira, e a prefeitura prevê apenas dois locais para comícios – Largo Glênio Peres e Anfiteatro Pôrdo-Sol. Questionada sobre o descumprimento do acordo, Heloísa disse fazer “tudo certo” na campanha. ●

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 1º de setembro do corrente.

A matéria trata do pífio crescimento do PIB no segundo trimestre deste ano e destaca o posicionamento da oposição que atribui “à incompetência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da equipe econômica o fraco crescimento do PIB no segundo trimestre”. A matéria ainda destaca a seguinte declaração do Senador Sérgio Guerra, do PSDB de Pernambuco: “Neste ano,

o governo perdeu completamente a responsabilidade em relação a qualquer aspecto fiscal, político e moral. No ano que vem, essa conta será cobrada”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’

**Cida Fontes**  
**Denise Madueño**  
BRASÍLIA

A oposição atribuiu à incompetência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da equipe econômica o fraco crescimento do PIB no segundo trimestre. Parlamentares do PSDB, PFL e PPS concluíram que o resulta-

do de 0,5% e a crise da Volks mostram “desastre” na condução da política econômica.

“O governo federal está gastando mal e atrapalhando as exportações. Passou o primeiro semestre gastando mais com publicidade do que em investimentos. A carga tributária foi a maior da história e o governo continua atrapalhando a gera-

ção de empregos”, disse o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). “Agora a disputa é quem chegará por último: Brasil ou Haiti”, criticou o presidente do PPS, deputado Roberto Freire (PE).

“Neste ano, o governo perdeu completamente a responsabilidade em relação a qualquer aspecto fiscal, político e moral. No ano que vem, essa conta será cobrada”, disse o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), coordenador-executivo da campanha de Geraldo Alckmin. ●

Art. 15, 2º, 1º

col. 206



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 19 de setembro de 2006.

A matéria destaca que Berzoini e Freud confirmam que Gedimar, preso com R\$1,75 milhão, é funcionário do Diretório Nacional do PT e participa da equipe da reeleição.

Por fim, Sr. Presidente, requiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula

Berzoini e Freud confirmam que Gedimar, preso com R\$ 1,75 milhão, é funcionário do Diretório Nacional do PT e participa da equipe da reeleição

**Lisandra Paraguassú  
Exedito Filho**  
BRASÍLIA

As investigações iniciais da Polícia Federal e do Ministério Público sobre o dossiê Vedoin envolvem diretamente um grupo de dirigentes do comitê da campanha à reeleição do presidente Lula. Além das suspeitas sobre o comitê, a queda do assessor presidencial Freud Godoy revelou uma ponte entre o Planalto e os operadores da campanha.

Gedimar Passos é o personagem central da ligação do comitê de campanha com o escândalo do dossiê Vedoin. Tanto Freud como o presidente do PT, Ricardo Berzoini, confirmaram ontem que Gedimar, advogado e ex-agente da PF lotado no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), é funcionário

do Diretório Nacional do PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula e integrava um núcleo conhecido como “dispositivo de tratamento de informações”, que vem a ser a área de inteligência do comitê.

Gedimar foi preso em flagrante, em um hotel de São Paulo, ao lado de Valdebran Padilha, petista, ex-tesoureiro da campanha municipal de Alexandre César (PT) à prefeitura de Cuiabá, em 2004.

Os dois estavam com R\$ 1,75 milhão no quarto do hotel, mas não souberam justificar a origem do dinheiro que, segundo a PF, serviria para comprar um dossiê encomendado ao empresário Luiz Antônio Vedoin, dono da Planam e chefe da máfia dos sanguessugas, desbaratada em operação policial.

O dossiê seria usado para

tentar relacionar candidatos tucanos ao esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.

No depoimento à Polícia Federal, Gedimar disse que foi ele quem recebeu R\$ 1 milhão, do R\$ 1,75 milhão apreendido, das mãos de um homem chamado “André”, que chegou num táxi, na manhã de quinta-feira passada, ao estacionamento do Hotel Íbis, em frente ao aeroporto de Congonhas.

### NEGATIVA

Nas entrevistas concedidas ontem, Berzoini e Freud revelaram outro elo da campanha com o escândalo do dossiê. O presidente do PT confirmou que Gedimar era subordinado ao petista Jorge Lorenzetti (leia reportagem abaixo) no comitê eleitoral.

Freud disse que foi apresen-

tado por Lorezetti a Gedimar e que os dois se encontraram quatro vezes, mas negou qualquer envolvimento com a compra do dossiê.

Por conta do envolvimento direto desses personagens, o Ministério Público e a PF estão direcionando as investigações para a suspeita de que houve uma operação envolvendo representantes do PT, do governo e do comitê de reeleição na compra das informações do chefe da máfia dos sanguessugas.

Além de Freud, Gedimar e Lorenzetti, a PF também investiga o ex-subsecretário da Casa Civil Marcelo Barbieri. Segundo revelou o dono da Planam, ele teria sido um dos elos entre PT e Vedoin. Barbieri é coordenador da campanha de Orestes Quércia (PMDB) ao governo. ●

## Frequenterador do Torto é citado como elo entre petistas

Jorge Lorenzetti será investigado como um dos pilares do escândalo

**Ricardo Brandt**

Mais um homem ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparece no escândalo da compra do dossiê contra os candidatos do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, e à Presidência, Geraldo Alckmin: Jorge Lorenzetti, um dos coordenadores da campanha à reeleição e amigo pessoal do presidente.

Lorenzetti foi apontado ontem por Freud Godoy, assessor especial de Lula, como o intermediador dos encontros

que teve com o advogado Gedimar Passos – preso na sexta-feira, em São Paulo, com R\$ 1,75 milhão, que seria usado na compra do dossiê Vedoin. Ele será investigado pela Polícia Federal como um dos pilares do escândalo.

O envolvimento de Lorenzetti com Lula e com a cúpula do PT transcende as relações político-partidárias. Apontado como homem com trânsito livre no Palácio do Planalto, ele é também o churrasqueiro preferencial do presidente nos encon-

tro promovidos na Granja do Torto. Um desses churrascos foi o que Lula ofereceu ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a transição de governo. Ou mesmo no churrasco oferecido ao líder cubano Fidel Castro, em 2003.

Diretor do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) desde março de 2005, Lorenzetti pediu licença do cargo em 1º de agosto para integrar a campanha à reeleição do presidente, em Brasília. A própria indicação dele para o cargo foi feita

diretamente pela Presidência, mas a assessoria do banco não quis confirmar se foi um pedido pessoal de Lula.

### Até agosto, era diretor do Banco do Estado de Santa Catarina

Coincidência ou não, o atual presidente do Besc, Eurides Luiz Mescolotto, é também um

velho amigo de Lula e de Lorenzetti. Indicado pelo presidente para assumir o banco - que foi federalizado em 1999 -, Mescolotto é ex-marido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Consta que na primeira quinzena de julho o próprio Lorenzetti e a senadora Ideli foram recebidos em Brasília. No encontro se discutiu, entre outras coisas, a criação de um comitê suprapartidário em Santa Catarina em apoio à reeleição.

A confiança de Lula em Lorenzetti não se restringe aos seus horários de lazer. Em 21 agosto de 2003, durante discurso do presidente, no lançamento do Pólo de Fruticultura da Amazônia, no município de Benevides (PA), Lorenzetti foi nominalmente citado por Lula como alguém em quem os presentes deveriam "confiar", como um bom homem de relações internacionais. De fato, Lorenzetti é conhecido como um exímio arrecadador de fundos interna-

cionais. Esse histórico começou em meados da década de 90, quando ele era uma das principais lideranças nacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - quando a entidade ainda não tinha relações profundas com o PT.

Um ex-petista que participou da fundação do partido e da campanha de Lula em 1989 disse que, por volta de 1994 e 1995, Lorenzetti formava, juntamente com Delúbio Soares (tesoureiro) e Gilmar Carneiro (secre-

tário-geral), o tripé de comando da CUT. Segundo esse ex-petista, foi por meio da ligação de Lorenzetti com Lula e o ex-ministro José Dirceu que a CUT passou a se aproximar do PT e começou a buscar fundos internacionais para formação sindical.

Enfermeiro por formação, Lorenzetti foi também o primeiro candidato a prefeito de Florianópolis pelo PT, em 1985. ●

COLABOROU CARLOS MARCHI

## Polícia faz hoje acareação entre Valdebran e Gedimar

**Nelson Francisco**  
ESPECIAL PARA O ESTADO  
CUIABÁ

A Polícia Federal e o Ministério Público querem esclarecer o mais rápido possível a negociação de documentos, em poder de Luiz Antônio Vedoim, que envolvem políticos na máfia dos sanguessugas. A acareação entre Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso, e Gedi-

mar Passos, advogado e ex-policia, será hoje, na sede da PF, em Cuiabá. Com a acareação, a polícia e o MP pretendem identificar os compradores do dossiê Vedoim.

O delegado da PF Diógenes Curado Filho e o procurador Mário Lúcio Avelar decidiram pela transferência imediata de Valdebran e Gedimar para o Estado a fim de apurar o dossiê. ●

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB - ES. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "PF indicia funcionário da campanha de Lula", publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que Gedimar Passos, acusado e preso por tentativa de compra de dossiê, teria cometido crime de supressão de documentos, segundo a polícia.

## Empresa de petista recebeu da União, mesmo inadimplente

**Sérgio Gobetti**  
BRASÍLIA

A Saneng Saneamento e Construção, de propriedade do petista Valdebran Padilha recebeu R\$ 277,4 mil de 2002 até 2004 do governo federal, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

A Saneng chegou a receber R\$ 19.132,82 dos cofres federais depois de ter sido inscrita como

"inadimplente" no Cadastro de Informação de Crédito Não Quitado, em 13 de janeiro de 2004.

A rigor, a situação de inadimplente deveria impedir que ela continuasse recebendo dinheiro federal. Além de fazer obras, a Saneng está cadastrada no site de compras do governo federal como possível fornecedora de mais 400 itens de produtos, de salame e macarrão até creme de barba e navio de passageiros. ●

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# PF indicia funcionário da campanha de Lula

Gedimar Passos, preso por tentativa de compra de dossiê, teria cometido crime de supressão de documentos, segundo polícia

PF suspeita de diretor do BB na compra do dossiê

DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Valdebran Padilha disse ontem, em depoimento à Polícia Federal em Cuiabá, que recebeu parte do dinheiro de uma pessoa chamada "Expedito". Segundo informação divulgada pelo blog do Noblat à noite, seria Expedito Afonso Veloso, diretor do Banco do Brasil, em Brasília.

A PF também suspeita que o Expedito citado seja mesmo o diretor do BB. Ele teria participado da operação de montagem e divulgação do dossiê que tenta ligar os tucanos com a máfia dos sanguessugas.

Filiado ao PT, Expedito é diretor de Gestão de Risco do BB. Em agosto, tirou férias e está de licença remunerada. Faria parte da campanha de Lula.

Procurado pela reportagem da **Folha**, sua mulher informou que ele estava incomunicável na casa dos pais no interior de Minas.

Segundo o blog, Expedito teria viajado a Cuiabá com a missão de convencer os Vedoin a dar entrevista à revista "IstoÉ" falando mal de José Serra e de Barjas Negri. Expedito, diz o blog, teria sido o responsável por elaborar o dossiê. Depois de pronto, foi repassado aos Vedoin.

## Valdebran diz que recebeu R\$ 1 mi para garantir entrega dos documentos ao PT

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ  
DO ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ

O empresário petista Valdebran Carlos Padilha da Silva afirmou ontem à Polícia Federal, em Cuiabá ter recebido R\$ 1 milhão de Gedimar Pereira Passos. A quantia era uma garantia de pagamento pelos documentos que seriam enviados ao PT por Luiz Antonio Vedoin, da máfia dos sanguessugas.

A informação foi repassada pelo advogado Luiz Antônio Lourenço da Silva, que defende Valdebran. O advogado apresentou anteriormente outras duas versões. A **Folha** apurou também que o dinheiro era pa-

ra pagamento da entrevista dada pelos Vedoin à "IstoÉ".

Entre os documentos que seriam vendidos por Vedoin está um dossiê contra o candidato tucano ao governo de São Paulo, José Serra. O dossiê foi apreendido com Paulo Roberto Trevisan, tio de Vedoin. Trevisan embarcava para São Paulo e seria recebido por Gedimar e Valdebran. A PF apreendeu R\$ 1,7 milhão com os dois. Desse total, ao menos R\$ 1 milhão já estava em poder de Valdebran.

"R\$ 1 milhão passou pelas mãos do meu cliente [Valdebran] como certeza de que o resto do dinheiro viria para entrega de documentos futuros",

Ontem, ele não quis falar; seu advogado disse que depoimento divulgado pela PF tem divergência em relação ao que cliente falou

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ  
DO ENVIADO A CUIABÁ

A Polícia Federal indiciou ontem por supressão de documentos o advogado Gedimar Pereira Passos na apuração sobre o dossiê contra os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin. Gedimar trabalhava na campanha de reeleição do presidente Lula. Ontem, recuou na PF em Cuiabá do seu primeiro depoimento e disse que agora só falará à Justiça Federal.

Em São Paulo, onde foi preso na sexta-feira com Valdebran Padilha, os dois com R\$ 1,7 milhão, Gedimar afirmou à PF que foi "contratado pela Executiva Nacional do PT" para negociar a compra do dossiê e de entrevista envolvendo Serra com a máfia dos sanguessugas. "Existe uma divergência entre o que ele disse e o que está [escrito no depoimento] na PF", afirmou o advogado Cristiano Maronna, que defende Gedimar. A declaração ocorreu ontem, antes do início do depoimento em Cuiabá.

Maronna não detalhou quais divergências seriam e criticou a prisão de Gedimar, agente aposentado da PF. "Ele passou quase 24 horas sem mandado de prisão nas mãos da PF. Foi ouvido por dez horas sem a presença de advogados", reclamou.

"A prisão acaba se convertendo no instrumento de tortura por causa dessas circunstâncias. Prende-se para coagir e aterrorizar", disse Maronna. /

No início de seu depoimento na PF de Cuiabá, para onde foi transferido anteontem à noite, Gedimar afirmou que sóalaria na Justiça. Por isso a PF suspendeu a acareação que faria entre ele, Valdebran, Luiz Antonio Vedoin e Paulo Roberto Trevisan, presos por conta do caso do dossiê.

A PF resolveu indiciar Gedimar por supressão de documentos. O Código Penal caracteriza esse crime como: "destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor". A pena é reclusão, de dois a seis anos, se o documento for público, ou um a cinco anos, se for particular.

(HUDSON CORRÊA e LEONARDO SOUZA)



**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Foi o PT que pegou”, de autoria do jornalista Marcio Aith, publicada na revista **Veja** em sua edição de 13 de setembro do corrente.

A matéria destaca que uma auditoria do TCU apurou que a Secretaria de Comunicação Social produziu, em 2005, folhetos que continham propaganda do governo Lula e que foram encaminhados diretamente a diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores. Segundo o relator, ministro Ubiratan Aguiar, “houve uma inadmissível confusão entre os interesses do governo e os de um partido político que não vem a ser uma agre-

miação qualquer, mas o PT, que dá sustentação política ao atual governo e por cuja legenda o presidente da República concorre a um segundo mandato”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# FOI O PT QUE PEGOU

O governo dá sua versão ao TCU sobre o destino de quase 2 milhões de folhetos pagos com dinheiro público: foram entregues ao Partido dos Trabalhadores

Marcio Aith

**P**or quase um ano os desdobramentos do escândalo do mensalão ofuscaram um mistério envolvendo as contas de publicidade da Presidência da República. No calor da CPI dos Correios, em outubro de 2005, uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) notou que faltava a comprovação de 11 milhões de reais dos gastos da Secretaria de Comunicação (Secom), subordinada diretamente à Presidência. O tribunal apontou superfaturamento na aquisição de materiais gráficos e não encontrou provas da manufatura e distribuição de quase 2 milhões de exemplares de um total de 5 milhões de revistas e encartes que a Secom mandou produzir. Os folhetos continham propaganda do governo e críticas à administração anterior. A Secom não reconheceu o diagnóstico de superfaturamento e pediu mais prazo para fornecer os comprovantes dos encartes “desaparecidos”, alegando que eles não haviam sido guardados pelas agências de publicidade encarregadas de encomendar a execução dos serviços gráficos.

Os documentos agora foram entregues, mas o TCU não se satisfaz com o que viu. Os papéis mostram que, por orientação de duas agências de publicidade contratadas pela Presidência da República, os quase 2 milhões de encartes e revistas suspeitos não foram entregues mesmo à Secom, que os encomendara, ou a qualquer outro órgão público, como manda a lei. Foram encaminhados diretamente a diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores. A justificativa dada aos ministros do TCU foi pelo caminho de que o PT estaria prestando “um favor ao Estado” ao se encarregar da distribuição dos encartes e revistas, poupando ao Tesouro um gasto extra. O TCU não comprou essa versão. O ministro Ubiratan Aguiar, relator do caso, distribuiu seu voto aos demais ministros na terça-feira passada. Nele diz, em resumo, que a explicação oficial tornou o caso ainda mais problemático. Aguiar considera que houve uma inadmissível confusão entre os interesses do governo e os de um partido político que não vem a ser uma agremiação qualquer, mas o PT, que dá sustentação política ao atual governo e por cuja legenda o presidente da República concorre a um segundo mandato. De acordo com Aguiar, o fato de o processo referir-se a material gráfico de propaganda é outra agravante, uma vez que é tênue a linha que separa a publicidade do Estado da simples propaganda eleitoral. Há cerca de um mês o presidente Lula foi multado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 900 000 reais, pela acusação de ter feito propaganda eleitoral disfarçada de campanha institucional justamente em uma das cartilhas distribuídas pela Secom. A multa não tem relação

com os encartes sumidos que desperraram a atenção do TCU. A punição dada pelo TSE, no entanto, mostra que o Tribunal de Contas tem razão em tentar coibir o hábito oficial arraigado no Brasil de produzir material eleitoral disfarçado de publicidade institucional.

Aguiar pediu a abertura de um processo de tomada de contas especial para apurar o fato, ouvir a versão dos envolvidos e aclarar o papel que tiveram no episódio o ex-ministro Luiz Gushiken, que comandava a Secom, e os publicitários contratados pelo governo. O relatório de Aguiar não foi votado ainda pelo plenário. Outro ministro do TCU, Marcos Vilaça, pediu vistas do processo, o que atrasará o julgamento. Antes de pedir vistas, o ministro Vilaça tentou convencer seu colega Aguiar a suavizar o relatório. O pedido foi rechaçado. Vilaça pediu, então, ao ministro relator que retardasse a divulgação de seu voto e a deixasse para depois das eleições. Outra negativa. Vilaça, então, obteve a ajuda de outros ministros para barrar a publicação do voto de Ubiratan Aguiar no *Diário Oficial*. Pendengas entre ministros do TCU são comuns. O que é incommon, no caso, é um dos ministros, Marcos Vilaça, trabalhar não para aclarar as coisas, mas para tentar influir no voto de um colega e conseguir que seu conteúdo seja censurado.

Encontrar erros em contas públicas é a missão básica do TCU. Rebarbar explicações que considera inadequa-



das, também. Não haveria, portanto, razão técnica para que o ministro Vilça tenha se alverçado tanto com o caso. Pode haver motivações políticas. Funcionários da própria Secom admitem que a versão apresentada está longe de ser convencional. Ainda assim, sustentam que os recibos passados pelo PT e entregues ao TCU dirimem a dúvida principal, a de que os serviços não teriam sido executados e o dinheiro destinado a produzir material gráfico teria sido simplesmente roubado. Seria assim se essa constituísse a única preocupação do TCU. Não é. Os técnicos do Tribunal de Contas que ajudaram a embasar o voto do ministro Aguiar acham que a confusão entre partido do governo e o próprio governo exige uma investigação mais profunda. Para ilustrarem a sensibilidade do problema, eles lembram a proximidade entre as agências de publicidade encarregadas de produzir o material gráfico investigado pelo TCU e o presidente Lula. A primeira delas, a Duda Mendonça & Associados, leva o nome do célebre marqueteiro baiano especialista em rinhas de galo, caixa dois e contas não declaradas no exterior. A segunda é a Matisse, originalmente de Campinas, onde atuava como empresa de médio porte

até conquistar, para surpresa geral, a conta da Presidência da República. A Matisse pertence a Paulo de Tarso Santos, publicitário amigo do presidente e marqueteiro das duas primeiras campanhas fracassadas de Lula ao Planalto, em 1989 e 1994.

José Antonio Dias Toffoli, advogado da Matisse, rejeita qualquer insinuação de conduta imprópria e diz não haver ilegalidade no fato de as cartilhas terem sido entregues ao PT "desde que fique provado que os partidos são mais eficazes na distribuição de material e que o custo foi menor para o Estado". Assessor jurídico da Presidência da República até julho de 2005, Toffoli considera essa controvérsia irrelevante se comparada à propaganda institucional do governo passado. "O material gráfico do governo FHC chegava a ser impresso com o nome do presidente." O advogado esclarece que a Matisse entregou todo o seu material gráfico à Secom, e não ao PT. O problema de seu cliente com o TCU, segundo ele, se restringiria a uma acusação de superfaturamento.

Luís Justiniano de Arantes Fernandes, advogado do ex-ministro Gushiken, diz que o objetivo do governo foi reduzir custos com a distribuição do

material via PT. "Tal decisão permitiu a mais ampla distribuição do material gráfico. O destino final das revistas e dos encartes era e sempre foi a população, e a esse destino eles chegaram, por intermédio desse canal de distribuição em que se constituiu o Partido dos Trabalhadores." As explicações têm sua lógica. Se elas são suficientemente fortes para arquivar o caso ou não, isso deve ser decidido pelo órgão competente, o TCU. Por essa razão, o trabalho de bastidor do ministro Marcos Vilça para impedir o avanço do processo recobre-se de suspeita. A transparência da coisa pública exige que cheguem o mais rápido possível ao conhecimento da opinião pública o voto do ministro-relator, as explicações dos envolvidos, bem como o resultado a ser obtido na votação em plenário pelos demais ministros do TCU. Enquanto isso não ocorrer, a opinião pública está no direito de ver no caso do sumiço dos panfletos de propaganda do governo os contornos de ilícitos muito mais sombrios do que aqueles que o ministro Vilça parece querer esconder. ■

*Com reportagem de Chrystiane Silva*

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Fala sério, presidente”, de autoria do cientista político Sergio Fausto, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 13 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, faz uma reflexão sobre diversos pontos que levam à conclusão de que o governo Lula foi medíocre e de que o País está fadado ao fracasso. Dentre os principais pontos, ressalta que a economia brasileira cresceu em média pouco mais de 2,5%, enquanto que a economia mundial cresceu a uma taxa anual média de quase 5%. Destaca, tam-

bém, que a expansão dos gastos correntes do atual governo reduziu o investimento público ao seu nível mais baixo dos últimos 30 anos ou mais.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Fala sério, presidente

### Sergio Fausto

Quanto mais ouço Lula falar sobre o seu governo e o que representa para o País, mais me lembro do humorista Cláudio Besserman Vianna e do bordão “fala sério”, que foi uma de suas marcas registradas na turma do *Casseta & Planeta*.

Seguem dez razões para justificar essa lembrança recorrente:

- Nos últimos quatro anos, a economia mundial cresceu a uma taxa anual média de quase 5% e o comércio internacional se expandiu a cerca de 10% ao ano, o melhor desempenho desde o início dos anos 1970 num período de quatro anos consecutivos. Apesar desse cenário extraordinariamente positivo, a economia brasileira cresceu em média pouco mais de 2,5% anuais, apenas, uma das taxas mais baixas, se não a mais baixa entre os países emergentes.

- O crescimento do Brasil foi puxado, primeiro, pelo aumento das exportações, fruto da expansão da economia e do comércio mundiais, e, depois, pelo aumento do consumo das famílias, em especial as de bai-

### **Não se pode aceitar passivamente a auto-avaliação que Lula faz do governo**

xa renda (o que é bom). Ocorre que o impulso representado pelas exportações está perdendo fôlego, pela valorização excessiva do real ante o dólar. E o impulso proveniente do consumo decorre, na verdade, da expansão do gasto corrente do governo federal, o que é ruim porque impossível de sustentar-se sem pôr em risco o ajuste fiscal e a estabilidade de preços.

- Ao mesmo tempo, a taxa de investimento se manteve praticamente estagnada, ao redor de 20% do PIB, insuficiente para respaldar uma taxa de crescimento mais alta da economia. Ou seja, o “espetáculo do crescimento” não fez sua estréia nestes quatro anos. Pior, deterioraram-se as condições para um crescimento mais forte no longo prazo.

- A expansão dos gastos correntes do governo reduziu o investimento público ao seu nível mais baixo dos últimos 30 anos ou mais (pouco superior a 0,5% do PIB no orçamento fiscal), forçou um aumento ainda maior da carga tributária, que se aproxima de inacreditáveis 40% do PIB, e estabeleceu um piso para a queda das taxas de juros mais elevado do que permiti-

riam as condições internacionais (em português claro, os juros poderiam ser menores, não fosse a ganância do governo).

- Como se não bastasse, o governo Lula moveu guerra declarada e depois sorrateira contra

as agências reguladoras do setor de infra-estrutura (quem vai investir em projetos de longa maturação, se as regras podem ser mudadas a qualquer tempo?). No setor elétrico, o prometido novo modelo não tem estimulado o investimento privado necessário à nova geração de energia, o que elevou o risco de novos problemas no fornecimento de energia em 2008-2009.

- A propalada “prioridade para o social” se apóia em pés de barro e não constitui uma estratégia consistente de redução da pobreza e da desigualdade social no longo prazo. O crescimento das transferências fiscais via salário mínimo lançou o INSS numa trajetória financeira insustentável, agravando os desequilíbrios que a reforma de 1998 conseguiu mitigar. Abandonada a reforma do INSS, não completada a reforma da previdência do setor público, sotadas as rédeas da despesa com pessoal e com o salário mínimo, o governo Lula não apenas pôs em risco o ajuste fiscal no médio prazo, mas também debilitou o País para fazer frente ao seu maior desafio demográfico: pagar a conta do envelhecimento de sua população (hoje o Brasil já gasta cerca de 12% com benefícios previdenciários, um porcentual escandinoso num país ainda jovem).

- A unificação dos programas de transferência direta de renda num só programa, o Bolsa-Família, rompeu a lógica que antes havia entre benefício recebido e contrapartida oferecida pelas famílias, seja sob a forma da frequência escolar dos filhos, seja sob a forma de cuidados pré-natais da mãe. Preenhe de recursos novos, o programa transformou-se num instrumento de política clientelista de massas, quando deveria ser uma alavanca de superação da pobreza (e não apenas de alívio temporário).

- A educação fundamental perdeu relevância na agenda do governo, num país que tem aí uma de suas maiores debilidades para ser mais desenvolvido e socialmente mais justo (o Fundeb, ainda em tramitação na Câmara, representa um retrocesso em relação ao Fundef: sob a aparência de estender o cobertor a todo o ensino básico, incluindo a pré-escola e a educação de jovens e adultos, deixará a descoberto a educação fundamental).

- O Estado brasileiro, em seus vários níveis, gasta pelo menos 5% do PIB com educação. Isso não é pouco. O problema é que uma parte desproporcional desse gasto vai para o ensino superior, onde se concentra um número muito menor de alunos, boa fração dos quais poderia pagar, ao menos parcialmente, pelo ensino que recebe. Grande parte desses recursos nem sequer chega à sala de aula e aos laboratórios, uma vez que

é consumida pelo pagamento de professores universitários aposentados precocemente.

- Em vez de cuidar da qualidade desse sistema – onde há muito joio e alguns trigos –, o atual governo trata de expandi-lo a torto e a direito, o que não se coaduna com a promessa de aumentar as transferências federais para a educação básica por meio do Fundeb. Nessa matéria, lembra o que o regime militar fazia com o campeonato brasileiro de futebol: “Onde a Arena vai mal, um clube no Nacional; onde a Arena vai bem, um clube também.”

A reflexão sobre esses fatos não deve levar à conclusão de que o governo Lula foi um rematado desastre (foi apenas muito medíocre) e de que o País está fadado ao fracasso. Mas não se pode aceitar passivamente a auto-avaliação que o presidente faz de seu governo, muito menos as promessas que vem mercadejando na campanha eleitoral e que, garante, irá cumprir, “a menos que forças extraterrestres o impeçam” (sic). Saudades do Bussunda.●

Sergio Fausto, cientista político, ex-assessor do Ministério da Fazenda, é coordenador de Eventos e Projetos do Instituto Fernando Henrique Cardoso  
E-mail: sergio.fausto@ifhc.org.br

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de setembro deste ano.

A matéria mostra que “Por 11 votos a 3, a oposição aprovou convite ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para que explique o pagamento de dívida de R\$29,4 mil de Lula com o PT”.

Em seu depoimento à CPI dos Bingos, Okamoto assumiu que pagou a dívida do Presidente Lula com

dinheiro do próprio bolso, sem o conhecimento dele. No entanto, em entrevista ao **Jornal Nacional**, o Presidente deixou claro que sabia do pagamento da dívida.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida

(Oposição também aprova na CCJ pedido de informações à Casa Civil sobre gastos com cartões corporativos)

### Cida Fontes

BRASÍLIA

A quase três semanas das eleições, a oposição deu a última cartada no Senado para tentar desgastar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, sem maioria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o governo sofreu duas derrotas seguidas. Por 11 votos a 3, a oposição aprovou convite ao presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para que explique o pagamento de dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o PT. “Isso é mais uma etapa do processo eleitoral”, reagiu a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), antes de Eduardo Suplicy (PT-SP) votar a favor.

O PSDB e o PFL conseguiram também aprovar pedido à ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para que preste contas dos cartões de crédito corporativos usados para pagamento de gastos da Presidência. O requerimento foi feito pelo senador Álvaro Dias (PMDB-PR).

Contrariado, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), vai recorrer à Mesa Diretora para tentar anular a votação. Ele alega que a decisão foi tomada sem a presença mínima exigida de 12 senadores e que não é prerrogativa do Senado fiscalizar as ações administrativas do governo, mas do Tribunal de Contas da União.

“Isso é mais uma disputa eleitoral que se extinguirá em 1º de outubro, quando o presidente Lula ganhar no primeiro turno”, apostou Jucá, que protestou durante a votação conduzida pelo presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA): “É uma maluquice!” Segundo o líder, o governo não pode revelar ao Senado informações sigilosas de autoridades e empresas que prestam serviço à Presidência.

Sozinho para defender o governo – até mesmo Ideli já tinha saído da sala –, Jucá tentou impedir a aprovação do requerimento pedindo que a votação fosse nominal, com cada senador declarando seu voto. ACM negou o pedido e promoveu votação simbólica, sem declarações de voto. O presidente da CCJ ainda repreendeu Jucá quando o senador Sibá Machado (PT-AC) apareceu na sala da comissão. Na tentativa de manter a reunião esvaziada, Jucá fez sinal para o petista ir embora. “Isso, não! Não!”, gritou ACM, irritado. A presença de Sibá na CCJ só ajudaria a oposição a reforçar o comparecimento à sessão.

### ARGUMENTO

Para aprovar o convite a Okamoto, a oposição se mobilizou para ter presença na CCJ e teve apoio de Suplicy. “Acredito em Okamoto e ele só vai reiterar o que disse à CPI”, observou o petista. Autores do requerimento, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), e o líder da bancada tucana, Arthur Virgílio (AM), alegaram que Okamoto pode ser processado por perjúrio se ficar provado que mentiu à CPI dos Bingos.

Em seu depoimento, Okamoto assumiu que pagou a dívida de Lula com dinheiro do próprio bolso, mas afirmou que o presidente não sabia de nada. Só que, em entrevista ao **Jornal Nacional**, já como candidato à reeleição, Lula contou que teria dito a Okamoto: “Se você quiser, que pague. Mas eu não devo nada.” Essa declaração reforçou a impressão de que Lula sabia sim da dívida.

“Um advogado maldoso pode dizer que o presidente nomeou Okamoto (para o Sebrae) para pagar a dívida”, disse Virgílio. “Não me espantarei um pingão se ele não aceitar o convite, pois como não é CPI pode recusar.” ●

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Para ‘Economist’, Lula perdeu Brilho”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que em sua reportagem a revista britânica afirma que a diplomacia do governo Lula é “ingênua”, a economia decepciona e que os programas sociais, copiados por outros governos, é que são o sucesso eleitoral de Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Para ‘Economist’, Lula perdeu brilho

Revista vê “ingenuidade” na diplomacia, decepção na economia e atribui sucesso eleitoral a programas sociais

**João Caminoto**  
CORRESPONDENTE  
LONDRES

A revista britânica *The Economist* afirma que a voz do presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu seu “brilho” e não é a mais alta proveniente da América Latina, nem mesmo da esquerda da região. “Ela pertence a Hugo Chávez, o presidente populista da Venezuela.” A revista classifica de ingênua a política externa de Lula na América do Sul e acha “realmente estranho” que ele apóie a candidatura da Venezuela para ocupar um dos assentos do Conselho de Segurança da ONU reservados para a América Latina. “Lula está assim ajudando a oferecer a seu principal rival pela liderança na América do Sul uma plataforma global.”

Segundo a *Economist*, Lula supõe que a melhor maneira para conter Chávez é incluí-lo no Mercosul. “E a resposta de Chávez? Ajudar a humilhar o Brasil na Bolívia, onde os ativos de gás e petróleo da Petrobrás enfrentam nacionalização, e trabalhar para enfraque-

cer os princípios democráticos, de mercado livre sobre os quais o Brasil fundou o Mercosul”, observa.

A revista afirma que, além da “ingenuidade” de sua políti-

## **CAPA DA REVISTA – ‘Quem lidera?’**

ca externa, há duas razões mais sérias para Lula ter perdido o “brilho”. Ressalta que uma delas é o “agravamento da corrupção política” no Brasil e cita os escândalos que atingiram o governo no ano passado e neste mês.

A outra razão, analisa, é a decepção com o comportamento da economia brasileira – um crescimento de apenas 2,8% ao ano durante o governo Lula. “Arrecadações tributárias crescentes, em vez de gastos mais inteligentes, têm mantido as contas fiscais sob controle”, observa. “O investimento é freado pela burocracia, infraestrutura pobre e incerteza regulatória, como também pela elevada carga tributária.”

Por isso, avalia a *Economist*, é impressionante que Lula esteja caminhando para um segundo mandato “que de várias maneiras

não parece justificado”. Segundo a revista, “a maioria dos brasileiros concluiu há muito tempo que seus políticos são irremediavelmente corruptos. Mas muitos brasileiros identificam Lula como um dos seus e não acham que ele se beneficiou pessoalmente da corrupção”.

Para a revista, contudo, o segredo do sucesso eleitoral se assenta nos programas dirigidos às classes pobres. Observa que graças aos programas sociais do governo, à inflação baixa e aumentos no salário mínimo, a renda dos pobres está crescendo mais rapidamente do que a da classe média.

Em seu segundo mandato, diz a revista, Lula deveria fazer um esforço para livrar o País de sua armadilha de baixo crescimento e fazer reformas na área da Previdência e trabalhista, nas agências regulatórias e na educação. Mas afirma que isso será difícil. “Ele poderá ficar ainda mais à mercê do apetite voraz de seus aliados no Congresso por dinheiro público.” ●



**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

##### 1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100,  
DE 2006-COMPLEMENTAR  
(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso  
II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 —Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

##### 2

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68,  
DE 2006-COMPLEMENTAR  
(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso  
II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 —Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 -CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

##### 3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005  
(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso  
II)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

##### 4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999  
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à

Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

##### 5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §5 12e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe

sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 20 ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

## 7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003  
(Votação nominal, caso não haja emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dó nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005  
(Votação nominal, caso não haja emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dó nova redação ao § 40 do art. 66 da*

*Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

## 9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1 -CCJ, que apresenta.

## 10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1 -CRA, de redação, que apresenta.

## 11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 84 1/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1 -CAS (Substitutivo), que oferece.

### 12

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

### 13

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº

573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o tato do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 10 pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 20 pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT

– RR) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)*

# Ata da 166ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,  
Aelton Freitas, Romeu Tuma e João Batista Motta*

*Às 14 horas, acham-se presentes as Sras.  
e os Srs. Senadores:*

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/10/2006 07:28:37 até 10/10/2006 21:32:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					

**Compareceram: 51 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/Nº 719

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado Osvaldo Reis Passa a integrar, na qualidade de Suplente, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a apurar as denúncias envolvendo a “Operação Sanguessuga”, realizada pela Polícia Federal para investigar quadrilha que atuava na aquisição fraudulenta de insumos estratégicos para a saúde, em substituição ao Deputado Francisco Escórcio.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado **Wilson Santiago** – Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.  
Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.107, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/de 2005, na casa de origem), que denomina ‘Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes’ o viaduto a ser construído no trevo entre a BR–116 e a RJ–130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.**

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

#### **I – Relatório**

Oriundo da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830, de 2005, na origem), que denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR–116 e a RJ–130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Dados biográficos oferecidos pelo autor do projeto em sua justificacão destacam a trajetória política do homenageado e sua relevante contribuicão ao desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e, em especial, do Município de Teresópolis.

Tido como referênciã na área militar, o Almirante Heleno de Barros Nunes foi deputado estadual e secretário de energia elétrica do antigo Estado do Rio de Janeiro. Neste último posto, lutou com determina-

çã pela construçã de uma linha de transmissã de energia elétrica que foi decisiva para a melhoria das condições de fornecimento ao Município de Teresópolis. Suas realizações incluem, ainda, a ampliaçã da eletrificaçã rural no estado e importantes obras de iluminaçã pública que beneficiaram cidades como Teresópolis e Niterói.

À Comissão de Educaçã compete examinar a proposiçã quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, além de pronunciar-se sobre o mérito da iniciativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

#### **II – Análise**

O projeto encontra amparo no art. 22, XI, da Constituiçã Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União, enquanto o art. 48, **caput**, possibilita ao Congresso Nacional – e a qualquer de seus membros, na forma do art. 61, **caput** – a iniciativa para a proposiçã de leis relativas a matérias de interesse da União. Ressalte-se que não incide, neste caso, a reserva de iniciativa, privativa do Presidente da República, de que trata o § 1º do mesmo art. 61.

O viaduto que o projeto visa a denominar em homenagem ao Almirante Heleno de Barros Nunes é parte integrante da rodovia federal BR–116, de configuraçã longitudinal, constante da relaçã descritiva do Sistema Federal de Viaçã, anexa ao Plano Nacional de Viaçã (PNV), no entroncamento com a rodovia estadual RJ–130. Nessa condiçã, a proposta de atribuicão de denominaçã ao componente especificado enquadra-se nas disposições da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que faculta atribuir a terminais, viadutos ou trechos de vias integrantes do sistema nacional de transportes, mediante lei especial, designaçã supletiva àquela de caráter oficial estabelecida no PNV. Segundo a mesma lei, são admissíveis, para esse fim, as designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviçõs prestados à naçã ou à humanidade.

À vista da biografia oferecida – reveladora da honradez, do idealismo e do espírito empreendedor do homenageado –, conclui-se que, além de constitucional, jurídico, regimental e vazado em boa técnica legislativa, o projeto é também digno de acolhida quanto ao mérito. Nesse aspecto, louva-se especialmente a escolha, para a homenagem, do viaduto a ser implantado em entroncamento da rodovia BR–116 com a RJ–130, situado no Município de Teresópolis, exatamente aquele onde a vida pública do Almirante Heleno de Barros Nunes registra inúmeras e significativas realizações.

#### **III – Voto**

Ante o exposto, voto pela Apropriaçã do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006.

Sala da Comissão, 3-10-06.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 044 / 06 NA REUNIÃO DE 03 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(Senador Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
RELATOR:	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....  
XI – trânsito e transporte;

.....  
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003).

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

**a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

**b)** organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

**c)** servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

**d)** organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

**e)** criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

**f)** militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
LEI 6.682/1979	27/08/1979	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA	DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIAS E ESTACOES TERMINAIS DO PLANO NACIONAL DE VIACAO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. PNV - LEI 5917, DE 10/09/1973.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.107, de 2006**,

da Comissão de Educação, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006** (nº 4.830/2005, na Casa de origem), que *denomina “Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes” o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 1.030, DE 2006**

#### **Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre acordos extrajudiciais feitos entre Banco do Brasil S.A. e seus devedores.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações relacionadas a acordos extrajudiciais feitos, desde 2003 até esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, fornecendo-se a esta Casa os seguintes dados e documentos:

a) cópia do inteiro teor dos termos de acordo extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor pleiteado pelo Banco do Brasil para quitação da dívida, antes do acordo, fosse superior a 20 milhões de reais;

b) cópia do inteiro teor dos termos de acordo extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor acordado entre as partes tenha sido superior a 500 mil reais e o valor reclamado pelo Banco do Brasil para quitação da dívida, antes do acordo, fosse pelo menos 110 vezes superior ao valor acordado;

c) cópia do inteiro teor das normas do Banco do Brasil S.A. e/ou do Ministério da

Fazenda que dão sustentação legal para a realização dos acordos extrajudiciais feitos por aquela empresa estatal;

d) relação de todos os acordos extrajudiciais firmados entre 2003 e esta data, entre Banco do Brasil e pessoas físicas e jurídicas, visando a quitação de dívidas contraídas junto àquela sociedade de economia mista, cujo valor acordado entre as partes tenha sido superior a 500 mil reais, informando: nome e CNPJ/CPF do devedor, objeto do empréstimo do qual resultou a dívida, data do ajuizamento da dívida, data do acordo, valor da dívida na data do ajuizamento e atualizada até a data do acordo, valor ajustado para pagamento em função do acordo, valor atual da dívida e forma de pagamento da dívida previsto no acordo;

#### **Justificação**

A malversação de recursos públicos em empresas estatais e seus fundos de pensão é assunto que não sai das manchetes desde a eclosão do lamentável escândalo conhecido por “mensalão”.

O Congresso Nacional aprovou em 14-2-2006 o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 142/2005, que permitiria a renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste. A decisão provocou muita polêmica. O texto aprovado pelo Senado Federal foi alvo de críticas do Governo, especialmente da área econômica.

A renegociação seria apenas para os contratos feitos entre 27 de setembro de 1989 e 31 de dezembro de 2000, período no qual as taxas de juros usadas nesses contratos foram muito altas. O saldo devedor poderia ser pago em 25 anos, com quatro de carência. As taxas de juros variariam entre 1,5% e 5% ao ano, de acordo com o valor da dívida. Seriam beneficiados pequenos, médios e grandes produtores rurais.

O senador Aloísio Mercadante, líder do governo no Senado, afirmou, em plenário, que grande parte da ajuda iria para os grandes proprietários do Nordeste e que o impacto que a medida provocaria nos cofres públicos seria de R\$16,7 bilhões e 519 proprietários teriam benefício, em valores atuais, de R\$6 bilhões.

De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, o projeto de lei era justo. De acordo com José Ramos Torres de Meio Filho, Presidente da FAEC – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará – e Vice-Presidente da CNA, o custo da implantação do projeto de renegociação das dívidas rurais do Nordeste é menor do



que foi divulgado pelo Governo e poderia contribuir para a recuperação de prejuízos dos cofres públicos. Para Melo Filho, o custo estimado era de emissão de títulos de até R\$7 bilhões, valor que poderia ser reduzido para R\$2 bilhões, considerando a recuperação de R\$5 bilhões de operações de crédito rural que o Banco do Nordeste já lançou como prejuízo em sua carteira. Ainda, a proposta poderia beneficiar um público superior a 900 mil produtores, principalmente pequenos e médios.

Desde 1990, a região Nordeste enfrentou oito períodos de secas e dois anos com inundações, o que comprometeu a capacidade produtiva e de geração de renda para o pagamento das dívidas de crédito rural. Além da perda de renda, os produtores do Nordeste pagaram mais pelo crédito rural que os das outras regiões até 2001. O crédito com taxa de juro prefixada começou a vigorar no restante do País a partir de junho de 1995, enquanto que no Nordeste somente foi adotado em janeiro de 2001, seis anos depois. As operações de securitização foram incluídas no PLC 142/2005 porque na época em que foram oferecidas condições mais favoráveis de prazo (24 anos) e juros (3% anual) para a renegociação dessas operações, o produtor nordestino não conseguiu efetivar o seu ingresso na repactuação. Isso ocorreu porque era exigido o pleno pagamento das parcelas em atraso (parcelas de 1998 a 2001), ou seja, que o produtor estivesse adimplente. Nesses anos houve seca na região, e os produtores não tiveram receita para pagar essas parcelas e pleitear a renegociação.

Todavia, o governo vetou o projeto de lei e editou uma medida provisória permitindo a renegociação das dívidas apenas de pequenos e médios produtores e em condições bem mais adversas. Em síntese, a Medida Provisória nº 285/2003 permitiu a renegociação das operações de crédito rural, contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE cujo valor originalmente contratado não fosse superior a R\$50.000,00 e não tivessem sido renegociadas com base nas Leis nº 10.177/2001 e nº 9.138/1995 e na Resolução nº 2.471/1998, do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com a medida provisória, a renegociação deve ser feita nas seguintes condições:

a) o saldo devedor será apurado até a data da assunção, renegociação, prorrogação e composição de acordo com os encargos financeiros originalmente contratados, inclusive

os de inadimplimento, acrescido das multas e mora contratuais, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2003, para os mmi produtores serão aplicados juros de 6% ao ano;

b) Encargos financeiros, a partir da renegociação para os mmi produtores de 6% ao ano e para os pequenos e médios produtores de 8,75% ao ano; e

c) Prazo de pagamento de até seis anos, com vencimento pelo menos uma vez ao ano.

Apesar de o governo ter sido bastante rigoroso com os agricultores nordestinos e tendo justificado que os custos seriam elevados e que não seria justo beneficiar os grandes agropecuaristas e usineiros, recebemos denúncias de que o Banco do Brasil vem efetivando acordos extrajudiciais com algumas grandes empresas da área de agronegócios, inclusive sucroalcooleiras, em condições muito mais benéficas que aquelas do PLC 142/2005, sem qualquer critério que garanta isonomia de tratamento com os demais devedores.

Esses acordos extrajudiciais, embora envolvam grandes somas em dinheiro, não teriam apresentado reflexo no resultado final do balanço do Banco do Brasil tendo em vista que essas dívidas já haviam sido lançadas com prejuízo por aquela estatal. Convém lembrar que a maior parte das dívidas rurais cuja renegociação foi impedida pelo governo ao vetar o PLC 142/2005 também já havia sido lançada como prejuízo pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Portanto, fica claro que, tendo de fato corrido essas renegociações pelo Banco do Brasil, além de incoerentes com a argumentação do governo e imorais, elas carecem de base legal.

Urge, portanto, que esta Casa, utilizando-se dos instrumentos ordinários de que dispõe para tal, permaneça atenta aos desdobramentos da crise e exerça sobre o Poder Executivo a ação fiscalizadora que parece ter deixado de desempenhar com a devida firmeza. Nesse particular, a empresa alvo do presente requerimento surge como alvo preferencial da ação de controle, tendo em vista o fato de que esteve direta ou indiretamente envolvida com significativa parte dos acontecimentos. Por tais motivos, conta-se com o apoio da douta Mesa para que se dê tramitação a este requerimento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá o prazo de duas reuniões para emitir parecer sobre a matéria.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.031, DE 2006

**Solicita informações ao Sr. Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União sobre o uso indevido do carro oficial.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, informações sobre o uso indevido do carro oficial:

1) O sr. já ressarciu o erário pelo uso do carro oficial para participar do almoço na residência do ministro das Comunicações, Hélio Costa, para traçar estratégia de campanha à reeleição do presidente Lula?

2) O sr. sabe que o uso indevido do patrimônio público configura desvio de finalidade?

3) O sr. sabe que como ministro não pode participar de eventos eleitorais principalmente fazendo uso do carro oficial?

4) O sr. como ministro-chefe da CGU, tem como função zelar pelas questões relacionadas à ética e combate à corrupção. O sr. se considera apto para o cargo que ocupa?

#### Justificação

O jornal **Correio Braziliense** do dia 7 de outubro do corrente, em seu artigo intitulado “Faltou ética na CGU”, noticiou que no dia 4 de outubro o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, fez uso do carro oficial para participar de um almoço na residência do ministro das Comunicações, Hélio Costa, para, juntamente com outros 16 ministros, traçar estratégia de campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento sobre as denúncias publicadas pela referida matéria do jornal **Correio Braziliense**.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que foi lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.032, DE 2006

**Requer Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, diante do sentimento de desconforto causado à população brasileira pelo tom insólito e descortês com que se referiu, no dia seguinte ao debate na televisão, ao candidato que, com ele, concorre à Presidência da República.**

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, por ter, ontem, 9 de outubro de 2006, o dia seguinte ao debate na TV – Band, em solenidade pública, dirigido palavras agressivas à dignidade do povo brasileiro, com que visou a atingir o candidato do PSDB à Presidência da República, consideradas inaceitáveis e inadequadas a quem ocupa o mais alto posto administrativo do País.

Requeiro, ademais, que esta moção seja levada ao conhecimento da Presidência da República e dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

#### Justificação

A exortação irada com que Sua Excelência o Presidente Lula tentou, ontem, dia 9 de outubro de 2006, agredir a dignidade do candidato tucano ao Governo, atinge, antes de tudo, a Nação brasileira, que não aceita esse tipo de comportamento, que já se vai tornando corriqueiro no dia-a-dia do atual Chefe do Governo. O Brasil estranha que, com esse linguajar, Lula ainda tente reeleger-se. Suas palavras destampatórias e chulas, beiram ao goro, pelo que é pertinente o Voto de Comiseração que proponho ao Senado da República. Sua Excelência não estará sendo punido com a manifestação desta Casa. Não se trata, no caso, de repúdio ou censura ao Chefe do Governo. Sim de comiseração a um cidadão que, refratário à convivência democrática, fere a Lei Moral.

Ademais, a adjetivação usada por Lula, ao dirigir-se ao homem público digno, não faz qualquer sentido. São palavras gramaticalmente equivocadas e de sentido literal vazio. Nelas, a Nação identifica frases que formam, no mínimo, palavreados chochos, sem suco, secos, sem miolo, sem grão; engelhados, ocos, fúteis, vãos, tolos, tontos, simplórios, enfraquecidos, débeis.

Ao Presidente-candidato, pois, a comiseração do País por ele vilipendiado.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Inter-

no, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.033, DE 2006**

**Requer voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio, para cirurgia ortopédica.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de apreço e de pronto restabelecimento ao Arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, onde se submeteu a uma cirurgia ortopédica.

Requeiro, ainda, que este voto de apreço seja levado ao conhecimento do arquiteto.

#### **Justificação**

O voto de apreço e de pronto restabelecimento, que requeiro ao Senado da República, poderia ser também de solidariedade ao grande arquiteto Oscar Niemayer, figura do nosso maior aconchego e respeito pela sua notável obra arquitetônica, incluindo Brasília. Todos ficamos entristecidos ao tomar conhecimento de que ele se submeteu a uma cirurgia ortopédica. Mas temos imensa fé em sua recuperação, para que o mais breve possível retorne ao convívio da pátria que trabalha e se orgulha de sua contribuição à arquitetura nacional e mundial.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.034, DE 2006**

**Requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 7 de outubro de 2006, em São Paulo, do editor Fernando Gasparian, ex-Constituinte de 1988.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família de Fernando Gasparian.

#### **Justificação**

Fernando Gasparian é nome da mais alta expressividade na vida intelectual e política contemporânea do Brasil. Editor de êxito, criou em 1972 o semanário **Opinião**, veículo de oposição ao regime militar de 1964. Dois anos depois, comprou a Editora Paz e Terra, fundada em 1965 por outro intelectual, Ênio Silveira. Elegeu-se Deputado Constituinte em 1988 e foi o autor da emenda que, no texto da Constituição, limitou os juros a 12% ao ano.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.035, DE 2006**

Tendo em vista que os dados apresentados nos relatórios divulgados pelo agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Curador do FGTS são insuficientes para uma avaliação precisa sobre a eficácia, a eficiência e a adequação do uso dos recursos daquele fundo às finalidades para as quais foi proposta sua criação, requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas às funções do agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Caixa Econômica Federal (CEF):

**a)** Qual o volume de recursos destinados para o financiamento de construções novas, em 2004, 2005 e 2006, discriminado por construtoras, pessoas físicas, sindicatos, associações e outros?

**b)** Qual o volume de recursos alocados para o financiamento a pessoas físicas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, para imóveis novos e imóveis usados?

**c)** Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de construções novas, por unidade da Federação, e por classe de renda ou de valor do imóvel, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

**d)** Qual o número de correntistas que utilizaram, em 2004, 2005 e 2006, o FGTS para a compra de imóveis, como parcela do pagamento à vista?

**e)** Qual o valor médio do pagamento à vista e o custo médio incorrido pelos correntistas indicados na pergunta anterior, para a liberação do financiamento, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

**f)** Qual o total das receitas auferidas pela CEF na condição de agente operador do FGTS nos anos de 2003, 2004 e 2005? E qual foi, também nesses anos, os valores totais pagos a título de juros e correção monetária aos correntistas?

**g)** O que explica a discrepância entre os valores orçado e realizado para a Taxa de Performance, em 2004, definida pela Resolução CCFGTS nº 295/98 e publicada no Relatório de Gestão 2004, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (pp. 19 e 35, do Relatório)?

#### **Justificação**

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi um marco na modernização

do mercado de trabalho no Brasil. Por meio desse instrumento, permitiu-se, a um só tempo, maior flexibilidade no mercado de trabalho e a criação de um fundo de poupança que permitiu grande impulso à construção de moradias populares nas décadas seguintes à sua criação, especialmente nos anos 70 e 80.

Uma das razões de sua criação foi substituir o mecanismo da indenização para a despedida do emprego estável pela formação de um pecúlio que seria aproximadamente equivalente a um salário do trabalhador por ano de emprego. Desse modo, o sistema de indexação dos depósitos e de juros na sua capitalização é crucial para que o valor real do pecúlio seja mantido e, por conseqüência, para que o FGTS seja um atrativo para a formalização das relações de trabalho.

É sabido que a rentabilidade do FGTS em alguns anos chegou a ser inferior à inflação. Tal situação é um desestímulo à formalidade no mercado de trabalho, pois o trabalhador percebe que os valores depositados no FGTS serão rapidamente corroídos pela inflação. Em uma situação como essa é necessário avaliar se os custos de gestão e operação do sistema estão em níveis compatíveis com a baixa remuneração destinada aos trabalhadores titulares das contas vinculadas.

A outra função relevante do FGTS é sua capacidade de prover novas habitações e, por extensão, de gerar empregos na construção civil e nas cadeias produtivas associadas a esse setor.

Por essa razão, é importante verificar se os recursos do FGTS estão sendo prioritariamente investidos na construção de novas habitações.

Não se pode admitir que esses recursos estejam sendo utilizados principalmente no financiamento de imóveis usados. Isso significaria um desvio de finali-

dade. Ademais, é necessário observar se a população de renda mais baixa tem tido atendimento prioritário, uma vez que o déficit habitacional no Brasil se concentra mais fortemente entre a população que tem renda familiar de até três salários mínimos.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Roberto Cavalcanti**.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.036, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado para participar da “Reunión de Mesa Ejecutiva de la CPC” e do Seminário “El Parlamento del Mercosur como caja de resonancia de la integración”, a realizar-se entre os dias 10 e 11 de outubro, na Cidade de Montevideo, Uruguay, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para o desempenho da referida missão.

Informo que estarei ausente do País no período de 8 a 11 de outubro para participar do referido evento.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB-AC).



OF P/107/2006|

Brasília, 03 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

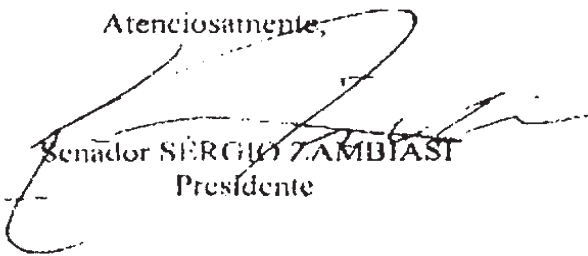
Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência que serão realizadas, nos próximos dias 09 e 10 de outubro corrente, na cidade de Montevidéu, Uruguai, Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta - CPC e Reunião do Grupo Técnico de Alto Nível - GITAN, convocadas no exercício da Presidência *Pro Tempore* pelo Brasil, e o Seminário "Identificando prioridades da agenda positiva do Mercosul", organizado pela Fundação Friedrich Ebert.

Solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao meu deslocamento e do Senador Geraldo Mesquita Júnior, para participarmos dos eventos acima referidos, no período de **08 a 11 de outubro de 2006**, bem como a liberação de passagens aéreas cobrindo os trechos Porto Alegre - Montevidéu - Porto Alegre, em meu nome, e Brasília - Montevidéu - Brasília, em nome do Senador Geraldo Mesquita Júnior, além das diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Por oportuno, solicito, ainda, a Vossa Excelência que autorize a dispensa de ponto da Consultora Maria Cláudia Drummond, e do servidor José Maurício Lima de Souza, matrícula nº 2014-2, no mesmo período, de **08 a 11 do corrente**, assim como a liberação de passagens aéreas cobrindo o trecho Brasília - Montevidéu - Brasília, e diárias para a cobertura de despesas com hospedagem e alimentação em Montevidéu, para que prestem assessoramento a esta presidência nos eventos citados.

Na oportunidade, certo da atenção de Vossa Excelência às solicitações que ora lhe encaminho, renovo-lhe os meus mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Senador SÉRGIO ZAMBIASI  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal  
N E S T A

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 7-28 - 70160-900 Brasília - DF  
Fones: (55) 61 216-6873 - 216-6876 Fax: (55) 61 216-6880 e-mail: epcn@camara.gov.br  
Visite nossa página na internet: www.camara.gov.br/mercosul

SITUADICO.COM

03 FLS

Dues

**REQUERIMENTO Nº 1.037, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 16 a 26 de outubro de 2006.

Comunico, por oportuno, que atendido o requerimento me ausentarei do País no período de 14 a 27 de outubro.

Salas das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

**REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado para participar do XXII Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 18 a 21 de outubro de 2006, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 18-10 a 22-10.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

Of. nº CE/116/2006

Brasília, 4 de outubro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, indico, para sua apreciação, o nome do Excelentíssimo Senhor Senador Marcos Guerra, para representar esta Comissão no XXII Encontro del Parlamento Cultural Del Mercosur – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), a ser realizado nos dias 18 a 21 de outubro do corrente ano, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina (em anexo, convite).

Agradecendo as providências que Vossa Excelência determinar a respeito, aproveito o ensejo para renovar meus protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado De Oliveira**. Presidente da Comissão de Educação.

*PARCUM*

*Parlamento Cultural del MERCOSUR*  
*Secretaría Técnica Permanente*

Buenos Aires, 1° de Septiembre de 2006.

**A1**

**Presidente de la  
Comisión de Educación  
Senador Wellington Salgado de Oliveira  
República Federativa del Brasil  
S/D**

Tengo el agrado de dirigirme a Usted por expreso pedido de la Presidenta del Parlamento Cultural del MERCOSUR -PARCUM-, senadora nacional María Cristina Perceval, con el objeto de invitarle al "**XXII Encuentro del Parlamento Cultural del Mercosur -PARCUM**", que tendrá lugar los días **19, 20 y 21 de octubre** del corriente año en la ciudad de **San Rafael**, provincia de **Mendoza**, República Argentina.

Cabe tener presente que problemas de agenda surgidos con posterioridad a la reunión de Buenos Aires, han tornado imposible la realización del próximo encuentro en las sedes previamente acordadas – Caracas y Lima –, conforme puede apreciarse en la nota adjunta y en el art. 4°, Acta XXI Encuentro. Las circunstancias expuestas y razones de tiempo han determinado la necesidad de designar una nueva sede de acuerdo a las exigencias reglamentarias, resolviéndose que sea San Rafael, ciudad donde se llevará a cabo en las fechas antes mencionadas la próxima edición del Festival de Cine Latinoamericano. Dadas la naturaleza y envergadura del festival, sería de sumo interés que los legisladores asistan acompañados por personalidades destacadas del sector cinematográfico de sus respectivos países.

Debido a la escasez de plazas hoteleras de la ciudad, y ante la demanda que se verá notoriamente incrementada por el Festival, les solicitamos confirmen asistencia a esta Secretaría Técnica antes del **15 de setiembre próximo**.

A la brevedad, les enviaremos la propuesta de agenda temática y la información relativa al alojamiento.

Sin otro particular, aprovechamos esta oportunidad para saludarle con la consideración más distinguida.



**Lic. Juan Carlos D'Amico**

Secretario Técnico (Arg.)

**Parlamento Cultural del MERCOSUR-PARCUM**

## **XXII Encuentro del Parlamento Cultural del MERCOSUR - PARCUM-**

*18-19-20 y 21 de Octubre de 2006*  
San Rafael (Mendoza)  
República Argentina

### **AGENDA**

#### **MIÉRCOLES 18 DE OCTUBRE**

19 hs.

#### **RECEPCIÓN DE LAS DELEGACIONES**

H. Senado de la Nación. Ciudad de Buenos Aires

#### **JUEVES 19 DE OCTUBRE**

15.00 a 16.00 hs

#### **ACTO DE APERTURA DEL XXII ENCUENTRO DEL PARCUM**

Lugar: Hotel San Martín, San Rafael (Mendoza)

- Palabras de bienvenida de la Presidenta del PARCUM, senadora María Cristina Perceval.
- Palabras alusivas de los legisladores en representación de las delegaciones\*

16.00 a 17.00 hs

#### **PRIMERA SESIÓN DE TRABAJO**

- Consideración del texto propuesto del Reglamento Interno del PARCUM
- Conformación de las Secretarías Técnicas adjuntas.

17.15 a 17.30 hs

DESCANSO

17.30 a 19.00 hs

#### **CONTINUACIÓN PRIMERA SESIÓN DE TRABAJO**

- Resoluciones Internas.
- Integración de las autoridades del Comité Ejecutivo del PARCUM.

---

**20.30 hs. CENA EN CONJUNTO CON LAS AUTORIDADES DEL FESTIVAL**

---

<b>VIERNES 20 DE OCTUBRE</b>
------------------------------

<b>9.30 a 11.00 hs.</b>	<b>SEGUNDA SESIÓN DE TRABAJO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• La piratería dentro de las industrias culturales.</li> <li>• Mecanismos para combatirla dentro del Mercosur.</li> </ul>
-------------------------	---

<b>11.00 a 11.15 hs</b>	DESCANSO
-------------------------	----------

<b>11.15 a 12.30 hs</b>	CONCLUSIONES CON RELACIÓN A LA PROBLEMÁTICA.
-------------------------	--

<b>12:30 hs</b>	<b>ALMUERZO</b> Bodega mendocina
-----------------	-------------------------------------

<b>15.30 a 17.00 hs.</b>	<b>CONTINUACIÓN SEGUNDA SESIÓN DE TRABAJO</b> Propuestas para el FORUM Cultural Mundial a realizarse en la ciudad de Bahía (Brasil) en diciembre de 2006
--------------------------	---

<b>17.00 a 17.15 hs</b>	DESCANSO
-------------------------	----------

<b>17.30. a 19.00 hs</b>	ELABORACIÓN DEL DOCUMENTO A PRESENTAR EN EL FORUM CULTURAL MUNDIAL
--------------------------	--

<b>20.30 hs.</b>	<b>CENA</b>
------------------	-------------

<b>SABADO 21 DE OCTUBRE</b>
-----------------------------

<b>9.30 hs.</b>	<b>CONCLUSIONES DEL XXII ENCUENTRO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lectura y firma del Acta</li> <li>• Propuesta del Premio Parcum Mejor Película Festival de Cine Latinoamericano</li> <li>• Diploma de Honor a la Organización del Festival</li> <li>• Cierre del Encuentro</li> </ul>
-----------------	---

<b>12.30 hs.</b>	<b>ALMUERZO DE DESPEDIDA</b>
------------------	------------------------------



## Alojamiento

Para recibir información y efectuar las reservas del:

- alojamiento en las ciudades de Buenos Aires y de San Rafael,
- del aéreo Buenos Aires- San Rafael, San Rafael-Buenos Aires

**Contactarse con urgencia con la empresa:**

**RAZA TRAVEL: Sr. Diego Primo**

Teléfono 00 54 11 4315-1490

Email [diego@razatravel.com.ar](mailto:diego@razatravel.com.ar)

**LES RECORDAMOS QUE EL XXII ENCUENTRO SE LLEVARÁ A CABO DENTRO DEL MARCO DEL FESTIVAL DE CINE LATINOAMERICANO, MOTIVO POR EL CUAL LES SOLICITAMOS SE COMUNIQUEN A LA BREVEDAD CON LA FIRMA PARA REALIZAR LAS RESERVAS, YA QUE HAY UN ÚNICO VUELO DIARIO A SAN RAFAEL DESDE BUENOS AIRES. ASIMISMO, CONJUNTAMENTE CONVENIR EL ALOJAMIENTO YA QUE LA CIUDAD COLMARÁ SUS PLAZAS HOTELERAS RÁPIDAMENTE.**

**Sede  
Ciudad de San Rafael  
(Provincia de Mendoza)  
República Argentina  
Contacto: STPM  
Secretaría Técnica  
PARCUM**

**00 54 11 4010.5897  
parcum@senado.gov.ar**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2006**

**Dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações**

**de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil devem garantir a quitação antecipada de contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento, realizados por empregados regidos pela Consolidação das Leis do

Trabalho (CLT), servidores públicos, aposentados ou pensionistas da União, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição da espécie.

§ 1º As condições da nova operação devem ser negociadas entre a instituição que efetivará a transferência referida no **caput** e o mutuário da operação original.

§ 2º Os custos relacionados à transferência de recursos para a quitação da operação não podem ser repassados pela instituição ao mutuário, observado o disposto no § 2º do art. 2º.

§ 3º O Banco Central do Brasil divulgará os procedimentos necessários à transferência referida no **caput**.

§ 4º As disposições desse artigo aplicam-se aos contratos em vigor.

Art. 2º O valor máximo, em reais, da tarifa eventualmente cobrada em decorrência de liquidação antecipada de contratos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento deve ser estabelecido no ato da contratação da operação, bem como constar de cláusula contratual específica, juntamente com as demais informações necessárias para possibilitar o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual.

§ 1º O valor da tarifa de que trata este artigo deve guardar relação direta e linear com o prazo de amortização remanescente e com a parcela não amortizada do principal, no caso de liquidação antecipada total, ou com o prazo de amortização remanescente e com o montante liquidado antecipadamente, no caso de liquidação antecipada parcial, em ambos os casos apurados na data em que ocorrer a liquidação antecipada.

§ 2º A tarifa de que trata este artigo incide, inclusive, nas operações a que se refere o art. 1º.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O atual Governo vem tomando algumas medidas visando à redução do **spread** bancário, que consiste na diferença entre as taxas de juros de empréstimos e de captação das instituições financeiras.

Uma dessas medidas, recentemente adotada mediante a Resolução nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, do Conselho Monetário Nacional, foi a denominada portabilidade do crédito, que consiste em diminuir os custos e a burocracia na transferência de uma operação de crédito ou de arrendamento mercantil contratada com uma instituição financeira para outra.

Dessa forma, o mutuário passa a poder quitar sua dívida com a instituição que lhe oferecer as me-

lhores condições, especialmente no que diz respeito à taxa de juros.

Ocorre que a medida não alcança os créditos consignados, ou seja, aqueles cujas prestações são descontadas do mutuário diretamente na folha de pagamentos da empresa ou do órgão público responsável pelo pagamento de seus rendimentos.

Com essa proposição, temos por finalidade corrigir essa distorção, conferindo aos mutuários que pagam suas prestações relativas a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil mediante desconto em folha de pagamentos o mesmo tratamento recentemente conferido aos demais mutuários.

Outro ponto atacado pelo projeto diz respeito à cobrança de tarifa pela liquidação antecipada da operação.

É comum, nos contratos redigidos pelas instituições financeiras, a inclusão de cláusula dispondo que, para liquidação antecipada da operação de crédito ou de arrendamento mercantil, será cobrada a tarifa vigente à época da liquidação. Essa taxa, muitas vezes excessiva, tem sido um dos empecilhos à quitação antecipada dessas operações.

A referida Resolução do CMN – que, como já dissemos, não se aplica ao crédito consignado – estabelece que os novos contratos deverão fixar, em cláusula específica, um valor máximo, em reais, para essa tarifa, bem como as demais informações que permitam o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual, que deverá ter relação direta com o prazo de amortização remanescente e com a parcela não amortizada do principal. Ou seja, quanto menor o prazo restante da operação e o saldo a amortizar, menor será o valor da tarifa. Se a liquidação antecipada for parcial, a tarifa incidirá sobre o valor a amortizar, não sobre o saldo.

Tal como fazemos em relação à portabilidade do crédito, estamos propondo isonomia no tratamento das operações de crédito, ou seja, a aplicação da mesma regra para os empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamentos.

Por acreditarmos na justeza da proposição, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

RESOLUÇÃO Nº 3.401

**Dispõe sobre a quitação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, a cobrança de tarifas nessas**

**operações, bem como sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações cadastrais.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos, decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Inscrevo, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, sem prejuízo da ordem de inscrição.

S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Senador Papaléo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o mundo foi surpreendido ontem com a realização de um teste de uma arma nuclear feito pela Coreia do Norte.

Trata-se de um acontecimento profundamente lamentável, na medida em que assinala o crescimento do grupo de países que detêm essa arma tão mortífera, um tipo de arma que ameaça a humanidade, uma arma contra a humanidade.

Infelizmente, ela já foi fabricada e usada uma vez, gerando em todo o mundo a expectativa de que nunca mais seja usada. Geraram-se negociações para que não proliferasse esse tipo de arma. Houve um tratado, mas, infelizmente, o tratado não é respeitado. A atitude da Coreia do Norte foi condenada pelo mundo todo, inclusive pelo Governo brasileiro, que emitiu uma nota enfática de condenação, o que era realmente um dever.

Sr. Presidente, eu penso que seja fundamental, indispensável emitir essas opiniões, esses protestos, mas não basta condenar a Coreia. A Coreia é condenável, sim, do ponto de vista da humanidade, mas não basta condená-la, pois, é preciso, de outro lado, considerar que a partir da invasão e guerra contra o Iraque gerou-se um clima de guerra no mundo e, particularmente, no Oriente. À medida que o governo dos Estados Unidos classifica países como a Coreia, o Iraque e o Irã como “eixo do mal”, torna-se evidente que os dois outros países do eixo do mal, vendo o terceiro invadido, vão cuidar de si, de se precaver sob o ponto de vista de defesa, aumentando o seu arsenal militar, a sua capacidade de retaliação a qualquer tentativa que seja feita sobre ele.

Então, era até lógico que a Coreia fizesse esse esforço, que é enorme para um país pobre que pou-

co consegue manter a sua população num estado de sobrevivência e que, entretanto, consegue fazer um investimento para produzir uma arma atômica, o que é lamentável sob todos os pontos de vista. Mas é claro que o Irã vai seguir o mesmo caminho. Os países não podem ficar de braços cruzados à espera de uma invasão quando ela é pré-anunciada: “existe um eixo do mal no mundo”. E o que quer dizer isso? Que é preciso eliminar o “eixo do mal”. Se um dos países foi invadido, os outros dois têm que esperar uma invasão. E esperar uma invasão significa precaver-se contra ela, isto é, aumentar o seu poder de retaliação ou de dissuasão contra essa tentativa de invasão.

O que se quer dizer, Sr. Presidente, é que o caminho da guerra não é o caminho da humanidade. O clima de guerra não é a realização do grande desejo da humanidade de instaurar o entendimento entre as nações do mundo, no espírito que deu ensejo à criação da ONU, a Organização das Nações Unidas. A ONU foi criada exatamente para ser uma entidade capaz de resolver política e diplomaticamente, por meio de negociações e do uso da razão e do direito, os conflitos internacionais. Mas, quando uma potência mundial arroga-se no direito de passar por cima da ONU, desrespeitá-la, invadir um país e criar um clima de guerra, aí, realmente, a situação fica difícil e abre-se quase uma obrigação de os países ameaçados se armarem também para responderem a essa ameaça.

A Coreia do Norte tinha um programa de desenvolvimento de armas nucleares que foi sustado por interveniência, uma negociação, do Governo Clinton, que era um governo que buscava resolver as questões pela diplomacia e pela negociação. Infelizmente, sucedeu ao Governo Clinton um outro governo que apela para a guerra, para a força; e a força gera a reação em força, não se pode esperar outra coisa. É preciso chamar a Coreia à renegociação, mas também criar-se um clima de paz, porque isso é o que deseja a humanidade e muito especialmente o Brasil, que quer ser uma potência da paz, que tem todas as tradições e todo o reconhecimento mundial de ser um país dedicado à solução dos conflitos por meio das negociações.

Então, é preciso que haja um retrocesso de ambas as partes: um retrocesso na produção nuclear da Coreia, mas também um retrocesso da política de força, da política de desrespeito à ONU por parte dos Estados Unidos.

Acabou de ser substituído o Secretário-Geral da ONU e tomou posse um representante que vem da Coreia do Sul. Não sei se foi coincidência – é provável que não o tenha sido – a Coreia do Norte manifestar um desafio cujo significado é: não venham com políticas de agressão e de força militar porque nós também somos capazes de retaliar de alguma forma que será sentida.

Este é um clima que não serve à humanidade. É exatamente o clima anti-humano, anti-humanidade. O problema do momento é o reforço à ONU – esse é o esforço que o Brasil vem fazendo –, de reforma da ONU, especialmente do seu Conselho de Segurança. Enfim, o esforço e a presença do Brasil no cenário internacional têm este sentido, o de buscar a realização dos anseios de paz, por meio da reforma e do fortalecimento da ONU, e de redução das desigualdades mundiais por meio de programas que contemplem exatamente esse objetivo, que é compartilhado por outros países, especialmente pela França, que tem apoiado muito esse esforço do Governo brasileiro.

Esse é, portanto, o caminho que interessa à humanidade, porque há um problema de sobrevivência da humanidade sim; essas armas são tão perigosas e com uma capacidade de destruição tão grande que, efetivamente, põe, em risco a sobrevivência da humanidade.

Então, tudo e todo esforço é necessário. Mas é preciso desarmar-se o clima de guerra para que outros países não venham a fazer o mesmo que fez a Coréia para mostrar que tem capacidade de retaliação e, com isso, dissuadir qualquer tentativa de agressão.

Sr. Presidente, o Brasil conquistou, no Governo Lula, um prestígio internacional muito grande pela política externa que vem desenvolvendo. E esse é um dos pontos de divergência entre os dois candidatos à Presidência da República, é um ponto que claramente opõe um candidato a outro; isso ficou patente no debate de segunda-feira, como o ficou ontem, em meu pronunciamento, com o aparte do Senador Heráclito Fortes. É uma dicotomia, é uma opção que o eleitorado brasileiro deve fazer: manter essa política de afirmação do Brasil, de busca de novos parceiros e novas alianças ou voltar à tradicional submissão à Alca e a todo o processo que o Brasil seguia na sua tradição. Esse é um ponto importante.

Volto a afirmar que é importante aproveitar o segundo turno das eleições para discutir essas diferenças essenciais entre o significado da candidatura Lula e o significado da candidatura Alckmin. Porque aí, na essência, nesse núcleo de divergências fundamentais, é que se coloca a decisão do povo de seguir uma diretriz ou outra e, com isso, decidir sobre o destino, o futuro do nosso próprio País, da nossa própria Nação.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que esse episódio internacional é lamentável. É importante que se proteste, é importante a nota do Governo brasileiro sobre o teste nuclear da Coréia, mas é preciso que também haja a contrapartida de desarmar-se o clima de guerra que foi criado no Oriente com a invasão, com a decisão unilateral, inopinada, do Governo norte-americano.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo da ordem de inscrição dos Senadores.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero uma informação – não consta na tela: estou inscrito para falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> é o 18º inscrito hoje.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Então, Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, se ainda existir vaga.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Existe. V. Ex<sup>a</sup> deseja inscrever-se?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Desejo. Assim, estarei inscrito por uma ou por outra lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero aqui dar conhecimento e fazer o registro nos Anais da Casa de uma denúncia de várias entidades de funcionários públicos. As entidades que subscrevem este documento vêm a público denunciar as sistemáticas ações do Governo Federal contra a categoria dos servidores públicos federais, ataques esses que levaram à realização de mobilizações, manifestações de protesto e, até mesmo, à greve de alguns segmentos.

A busca de diálogo por parte dos servidores, na tentativa de obter respostas às suas legítimas demandas, tem esbarrado numa postura de intransigência por parte do Governo Lula, que tinha obrigação, que prometia empenho, que prometia parceria e que prometia atenção aos trabalhadores públicos.

Para não explicitar publicamente essa sua face autoritária, divulga na mídia, para conhecimento da sociedade, a constituição de falsos espaços de negociação que se reafirmam em reuniões e discussões que não produzem resultados concretos. Exemplo claro disso foi a instalação de mesas setoriais e da Mesa Nacional Permanente de Negociação, que, após algumas reuniões, foi unilateralmente suspensa sem qualquer justificativa.

Quero deixar registrado este documento-denúncia contra o Governo Federal, contra o Presidente Lula, que não cumpre suas obrigações com os funcionários públicos. Este Presidente que está aí e quer novamente se eleger não cumpriu o compromisso do passado e,



certamente, vai continuar descumprindo acordos feitos com essa classe. Esse é o Lula que conhecemos aqui, mas que o Brasil ainda não conhece.

Quero deixar registrado este documento nos Anais desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> já fez uso do seu tempo de comunicação inadiável.

**O LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, este é o documento que está circulando nesta Casa. É preciso que se dê conhecimento ao Brasil

de que estão percorrendo os corredores desta Casa entidades e categorias importantes para o Brasil. Fiz este discurso para dar conhecimento ao Brasil deste importante documento, da denúncia que eles fazem contra o atual Governo Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE**

# DENÚNCIA

## Medidas provisórias retiram direitos dos servidores públicos

As entidades que subscrevem este documento vêm a público denunciar as sistemáticas ações do governo federal contra a categoria dos servidores públicos federais, ataques esses que levaram à realização de mobilizações, manifestações de protesto e, até mesmo, à greve de alguns segmentos.

A busca de diálogo por parte dos servidores, na tentativa de obter respostas às suas legítimas demandas, tem esbarrado numa postura de intransigência por parte do governo.

Para não explicitar publicamente essa sua face autoritária, divulga na mídia, para conhecimento da sociedade, a constituição de falsos espaços de negociação que se reafirmam em reuniões e discussões que não produzem resultados concretos. Exemplo claro disso foi a instalação de mesas setoriais e da Mesa Nacional Permanente de Negociação que, após algumas reuniões, foi unilateralmente suspensa sem qualquer justificativa.

Concomitantemente, edita medidas provisórias que, a título de constituir e alterar planos de carreiras para as diferentes categorias, revelam-se verdadeiras arapucas, que impõem retirada de conquistas históricas e, em alguns casos, enganosas opções aos servidores.

Tais medidas constituem, de fato, mini-reformas que abrangem o campo dos direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, o que não podemos aceitar.

Nós, servidores públicos, saberemos responder a esses constantes ataques do Governo de forma incisiva e contundente, com ações que a sociedade, com certeza, saberá entender e apoiar.

ANDES-SN - ASSIBGE - CONDSEF - FENASPS - SINASEFE

Brasília - DF, 10 de outubro de 2006

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feito o registro, Senador Leonel Pavan.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa dois votos: de pronto restabelecimento pela saúde do arquiteto Oscar Niemeyer, criador de Brasília e genial construtor de mundos, e de pesar pelo falecimento do grande homem público, grande brasileiro, notável Parlamentar, inesquecível amigo pessoal, que chamava, em vida, Fernando Gasparian.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Congratulo-me com os seus votos de sentimentos à família enlutada e de recuperação do grande homem público brasileiro Oscar Niemeyer.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem à manifestação do Senador Arthur Virgílio, considerando a extraordinária figura do arquiteto Oscar Niemeyer, eu gostaria de requerer a transcrição do artigo publicado há dois dias na **Folha de S.Paulo**, em que Oscar Niemeyer fala do diálogo que teve com alguns dos maiores cientistas brasileiros há poucos dias e que todos comentavam o resultado das eleições.

No artigo, Oscar Niemeyer diz, com muita clareza, por que considera importante que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prossiga como Presidente neste próximo mandato, sobretudo em função das diretrizes de política externa que têm caracterizado o Governo do Presidente Lula. Aliás, é sobre este tema que eu gostaria de tecer opiniões aqui, em acréscimo ao que comentei a respeito do debate entre os presidenciáveis Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin na Rede Bandeirantes de Televisão.

Quero também registrar que, ainda ontem, eu e os Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel expressamos, apresentando requerimentos, nosso pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Fernando Gasparian, colega e amigo do Senador Arthur Virgílio e de tantos de nós, que foi Constituin-

te e responsável pelo jornal **Opinião**, pela Livraria Argumento e por tantas outras iniciativas importantes no Brasil.

O Presidente Lula declarou-se triste com o debate de domingo e comparou o comportamento do seu adversário ao de um “delegado de porta de cadeia”. O Presidente tem as suas razões. O candidato Alckmin adotou um tom desrespeitoso e agressivo, a começar pela forma como se dirigiu ao Presidente, tratando-o de “você” e de “candidato Lula”. Eu, de alguma maneira, presente ao encontro, estranhei que o ex-Governador Geraldo Alckmin estivesse assim tratando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque, diversas vezes, fui testemunha do diálogo muito construtivo e respeitoso que ambos tiveram quando ele era Governador de Estado e Lula, o Presidente – em inúmeras ocasiões.

O Presidente Lula, que, na minha opinião, foi mais humilde e mais educado, começou o debate tratando Geraldo Alckmin de Governador e até de V. Ex<sup>a</sup>. Só no final do debate, diante da atitude, que não foi a mais respeitosa, do candidato Geraldo Alckmin, é que o seu interlocutor abandonou aquele tratamento respeitoso.

Já veremos como o eleitorado brasileiro reagirá a esse novo estilo do ex-Governador de São Paulo.

Ao assistir ao debate, tive a impressão de que Alckmin estava encarnando, com perfeição, o sentimento muitas vezes caracterizado de superioridade, de arrogância, que é característico não de toda, mas de parte da elite da classe média no trato com o povo brasileiro, povo que é pacífico, cordato, mas que tende a rejeitar atitudes que não são de respeito para com aqueles que nem sempre tiveram a mesma origem.

O jornalista Janio de Freitas, em sua coluna de hoje, na **Folha de S.Paulo**, foi certeiro quando escreveu:

Geraldo Alckmin, à revelia do que até então aparentara, apresentou-se como um misto de Carlos Lacerda e Fernando Collor. O pior de ambos: a agressividade compulsiva de Lacerda e a arrogância de Collor. (...) A ostentação de uma superioridade humilhante lembrou muito pouco, se chegou a lembrar, o Geraldo Alckmin até então apresentado aos eleitores e muito o Collor do debate com Lula. O Geraldo Alckmin da Bandeirantes pode ter correspondido à cobrança de Fernando Hen-

rique, que expôs de público a sua nostalgia pela ausência de Carlos Lacerda, não pelo brilho, mas pela agressividade.

Na minha avaliação, o Presidente Lula saiu-se bastante bem. Sei que não é a sua opinião, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas esta é a minha.

Foi duro em alguns momentos, como tinha de ser em face do tom do seu adversário, mas não se nivelou à agressividade de Alckmin. Valeu-se da ironia, do bom humor e deu-se ao luxo até de estranhar o comportamento do seu adversário, que não estava realmente no seu estilo habitual.

Um dos pontos altos do Presidente foi na discussão sobre a política externa. O ex-Governador Alckmin, que nunca mostrou experiência ou conhecimento na área internacional, partiu para o ataque declarando, peremptoriamente, que a política externa do Governo Lula “fracassou” e que o Brasil havia sido “humilhado” pela Bolívia, que recuara diante da Argentina e que estava sofrendo uma “invasão” de produtos chineses.

A resposta do Presidente foi incisiva e precisa. Disse o Presidente Lula: “Possivelmente, o Governador não sabe que temos superávit comercial com a China”.

De fato, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil registra, nas relações comerciais com a China, um superávit de US\$803 milhões no período de janeiro a setembro de 2006. No mesmo período de 2005, o superávit brasileiro com a China chegou a US\$921 milhões.

É verdade que as importações oriundas da China têm crescido rapidamente – 44% contra igual período do ano anterior –, estimuladas pelo câmbio artificialmente valorizado no Brasil. Nesse ponto, cabe a observação de Geraldo Alckmin de que há, de alguma forma, uma valorização excessiva. Mas o forte crescimento da economia chinesa tem permitido rápida expansão das exportações brasileiras para aquele País – o aumento foi de 35% de janeiro a setembro deste ano, em comparação com igual período de 2005.

Como destacou o Presidente, no debate de domingo, o comércio com a China, o nosso terceiro parceiro comercial mais importante depois dos Estados Unidos e da Argentina, tende a se tornar mais expressivo.

O Presidente referiu-se ao fechamento de contrato para a venda de nada menos que 100 aviões

da Embraer para a China. Trata-se do maior negócio fechado pela Embraer nos últimos anos. Aparentemente, é a Embraer que está “invadindo” a China.

Ainda mais eficaz foi a resposta que o Presidente deu sobre a Bolívia. O candidato Alckmin, quando adotou tom exaltado e palavras fortes para se referir a divergências com o nosso vizinho menos desenvolvido, fez por merecer a comparação com o comportamento do Presidente George Walker Bush na questão do Iraque.

A integração sul-americana que o ex-Governador também diz defender jamais prosperará se os Países maiores e mais desenvolvidos, como Brasil e Argentina, não tiverem equilíbrio e moderação no uso de seu poder nas relações com os Países menos desenvolvidos, como a Bolívia.

Como comentou o Chanceler Celso Amorim, após o debate, o candidato do PSDB passa a impressão de que sua política externa será truculenta com os fracos e submissa com os fortes. Um diplomata que é assessor do ex-Governador tem repetido que, com Alckmin, a política externa voltará ao seu leito natural. O que isso significa? Esperemos que esse leito natural não seja o velho e surrado alinhamento à agenda dos Estados Unidos, que caracterizou boa parte da política externa dos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

As declarações programáticas do candidato do PSDB parecem apontar nessa direção. Ele tem afirmado reiteradamente, por exemplo, que buscará restabelecer a prioridade nas relações com os Países desenvolvidos. O que significa isso? Por acaso uma aceitação da Área de Livre Comércio das Américas nos termos altamente problemáticos e desiguais propostos por Washington, que levam em conta muito mais o interesse dos proprietários das grandes empresas multinacionais, nem sempre com o equilíbrio ou o interesse dos seres humanos? Só se pensa em livre circulação do capital e dos bens e serviços e não dos seres humanos. Estão ali a construir esse muro totalmente contrário ao bom senso com o México.

Ou o protecionismo europeu em matéria de agricultura? Um País que exaltou a queda do Muro de Berlim, que recomendou que não se construísse o muro com a Cisjordânia agora estabelece um muro daquela ordem na fronteira com o México.

Um dos grandes méritos da política externa brasileira, em 2003, foi ter atuado de forma eficaz para impedir que a Alca e o acordo Mercosul-União

Européia progredissem nos termos em que as negociações vinham sendo conduzidas no Governo Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Vejo que V. Ex<sup>a</sup> está terminando o seu pronunciamento e não queria tomar o seu tempo, mas gostaria apenas de ressaltar a importância do tema que V. Ex<sup>a</sup> está desenvolvendo. A questão da política externa é um dos três ou quatro temas que são decisivos para os destinos da Nação e que diferenciam bem a candidatura Lula da candidatura Alckmin, como o papel e a presença do Estado, as estatais, a questão social e os investimentos. Dois ou três pontos, esses, sim, devem ser objeto de debate e de diferenciação bem grande, como a política externa, o que ficou bem claro no debate – ainda há pouco, eu o ressaltava da tribuna. É importante que V. Ex<sup>a</sup> novamente retome o tema e marque essa diferença realmente essencial, que diz respeito aos destinos do Brasil.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino Braga, que bem destaca a importância das linhas que vêm sendo traçadas pelo Presidente Lula e pelo Ministro Celso Amorim.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Nas negociações da OMC, o Brasil assumiu papel de destaque, coordenando uma ampla coligação de Países em desenvolvimento, o chamado Grupo dos 20, hoje mundialmente reconhecido como um dos principais interlocutores da negociação comercial multilateral.

A discussão sobre política econômica ainda deixa muito a desejar. O ex-Governador de São Paulo

insiste sempre na necessidade de cortar gastos, o que, em princípio, é defensável. No entanto, raramente ele abandona o terreno das generalidades e das declarações vagas de intenção.

No debate de domingo, na TV Bandeirantes, a sua resposta sobre esta questão foi genérica e imprecisa “Como seria o corte de despesas públicas no seu governo?” A sua resposta foi: “Cortaremos a corrupção, a ineficiência, os cargos em comissão e as compras superfaturadas”. Ninguém pode ser contra essas generalidades bem intencionadas, mas não se podem alimentar ilusões.

Por exemplo: a economia que se pode obter com a redução dos cargos em comissões é sabidamente limitada. Se seu desafio é realizar um grande ajustamento fiscal, como insiste o ex-Governador, vinculando inclusive a redução das taxas de juros a esse ajustamento, ele terá que ser mais explícito sobre os caminhos que pretende seguir no corte das despesas correntes.

Curiosamente, ele não mencionou, no debate, a necessidade de diminuir a carga de despesas correntes com um determinado item: as despesas financeiras do setor público. Uma diminuição mais rápida das taxas de juros praticadas pelo Banco Central, que é perfeitamente possível e não pressupõe, a meu ver, um grande ajustamento prévio das contas públicas ou reformas profundas na Constituição; essa seria uma forma de evitar desperdícios no gasto público. Com juros menores e taxas de crescimento mais elevadas do nível de atividade, será mais fácil equacionar o ajustamento da Previdência e das contas públicas brasileiras, de modo geral.

São questões que ainda precisam ser mais debatidas neste segundo turno da eleição presidencial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*



## Em defesa da nossa soberania

**OSCAR NIEMEYER**

---

*Tinha de me manifestar, e  
apresentei um motivo, a meu ver,  
suficiente, para justificar a  
permanência de Lula no poder*

---

NA ÚLTIMA terça-feira, como fazemos há mais de quatro anos, assistimos às aulas do nosso amigo, o físico Luiz Alberto Oliveira, nas quais são debatidos os problemas da vida, da filosofia, deste estranho mundo em que vivemos. Nessa noite, prevaleceu em nossa conversa a notícia, divulgada pela imprensa, de que o Prêmio Nobel de Física tinha sido concedido a John Mather e George Smoot. E, durante meia hora, Luiz Alberto discorreu sobre a matéria, entusiasmado com a descoberta daqueles cientistas que apuravam a teoria do Big Bang, há tantos anos adotada. Interessados, acompanhamos as explicações do nosso amigo sobre o assunto. E foi já tarde, pelas 23h, que o problema do segundo turno das eleições presidenciais nos ocupou, cada um expondo o que pensava sobre o que poderá ocorrer, todos a apoiar Lula.

E no calor da discussão comentou-se a campanha odiosa levantada contra ele durante todo o período que precedeu as eleições.

Tinha de me manifestar também, e apresentei um motivo -a meu ver, suficiente- para justificar a defesa que fazemos da permanência de Lula no poder.

Insisti em que ele seria indispensável para o movimento de protesto contra o imperialismo norte-americano que se espalha pela América Latina. Movimento para o qual o Brasil se faz fundamental, por ser o país mais importante deste continente em que estamos.

Outro presidente menos interessado no problema, mais preocupado em atender às pressões dos Estados Unidos - esquecendo-se da nossa Amazônia, tão ameaçada-, romperia

esse movimento em defesa da América Latina que o Brasil, a Venezuela, a Argentina e a Bolívia vêm sustentando corajosamente.

Precisamos não nos iludir com o argumento de que a política violenta do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, começa a declinar. Quem sabe se, diante do que ocorre, ela não vai se tornar mais cruel ainda -e o inesperado surge de repente?

Vivemos em um momento no qual a defesa da pátria e da sua soberania entre nós não pode ser esquecida. E, para isso, a integração de todos os países que compõem a América Latina se faz essencial.

Nas discussões políticas, a crítica quase sempre é levada a voltar atrás para descobrir erros cometidos no passado.

Nós, que estamos a favor de Lula, gostaríamos que isso ocorresse para comprovar que ele sempre permaneceu solidário com aqueles que lutam pela defesa da América Latina -de mãos dadas com Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales.

---

OSCAR NIEMEYER, 98, arquiteto, é um dos criadores de Brasília (DF). Suas obras estão edificadas em diversos países, entre os quais Alemanha, Argélia, EUA, França, Israel, Itália, Líbano e Portugal.

Texto Anterior: Frases

Próximo Texto: Joaquim Falcão: O Judiciário e o software livre  
Índice

---

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Agência Folha.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Papaléo Paes.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é fundamental na democracia a figura do contraditório. Eu já reputo à política externa, Senador César Borges, precisamente, a maior fraude, o maior fracasso do Governo Lula.

Vamos a fatos práticos. O Brasil tinha intenção de obter o posto definitivo no Conselho de Segurança da ONU. Não consegui. Perdeu, com João Saad, a chefia do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Perdeu na OMC, com o Embaixador Seixas Correia. Não obteve nenhum avanço em relação ao Mercosul.

Ao contrário, o Mercosul hoje é uma entidade, é uma iniciativa de integração econômica em estado pré-falimentar.

Sr. Presidente, refiro-me ao fato de que, longe de ter sido injurioso, o candidato a Presidente Alckmin foi claro, contundente, preciso e respeitoso em relação ao telespectador. Percebi que o Presidente Lula, despreparado como é, não conseguia fazer ironia. Ele ia para o deboche. Há uma distância muito significativa entre a ironia e o deboche. Mas ele estava inseguro, boca seca.

Ao final, Senador Antonio Carlos, ele se despede dos telespectadores da Rádio Bandeirantes. E continuou tonto pelo restante do dia seguinte, quando ele se refere a “delegados de porta de cadeia”, em vez de “advogados de porta de cadeia”, que é uma expressão arrogante. E ele foi arrogante. Embora despreparado, foi arrogante. Embora temeroso, foi arrogante. Ele não foi corajoso no debate, mas foi arrogante. Chama-se de “advogado de porta de cadeia” aquele profissional mais humilde que não tem a sorte de ter uma banca fantástica de clientes como o Ministro Márcio Thomaz

Bastos, por exemplo. Mas não vejo nenhum desdouro em um advogado para sustentar sua família buscar seus clientes. Enfim, conheço inúmeras pessoas humildes que tocam sua vida de maneira decente, desse jeito. Ele menosprezou os advogados mais humildes e menosprezou os delegados. Aí foi um ato falho. Porque quem chefia um Governo como este não pode gostar de polícia mesmo. Tem que ter na sua consciência... Funcionou um ato falho ali, e ele disse: "Agora vou atacar os advogados". Não. Atacou os delegados.

Demonstrou inconsistência em relação a todos os temas. Demonstrou despreparo, demonstrou algo freudiano – não me refiro ao Freud do escândalo, eu me refiro ao Freud da psicanálise. Ele veio sempre com estatística. É de uma leviandade terrível comparar o Governo dele com o Governo do Presidente Fernando Henrique, porque são dois momentos econômicos internacionais diversos, são duas conjunturas econômicas internas diversas, e ele insiste em fazer a comparação, por exemplo, puxando para ele os ganhos das exportações que foram construídas ao longo das reformas estruturais que o partido dele combateu na Câmara e no Senado, a partir das medidas todas que foram tomadas ao longo de oito anos de mudança dos rumos da economia. E puxa para si o *slogan* como se tivesse feito uma mágica. Ao contrário, ele deixa para o seu sucessor, Geraldo Alckmin, uma herança de desajuste fiscal.

O Brasil tem problemas fiscais graves para resolver, Senador César Borges, já no ano de 2007. Não será ano expansionista.

O Presidente Lula, em algum momento, foi duramente crivado pelo candidato Geraldo Alckmin, que disse que ele havia mentido. E havia. Quando ele disse: "Eu disse, Geraldo, que alguém que pensa como vocês e que pensa como o PFL poderia pensar na privatização do Banco do Brasil e dos Correios, e poderia pensar na privatização da Caixa Econômica Federal e da Petrobras". Aí, Alckmin disse: "Não, você mentiu Lula, porque você disse, na rádio tal, e estou dando para a imprensa a degravação das suas palavras, que eu ia privatizar". Ou seja, espalharam aquele boato inverídico.

Minha família toda votou em Getúlio, mas inventaram, Sr. Presidente, que o Brigadeiro Eduardo Gomes havia se referido a não querer os votos dos marmiteiros, que eram os operários da construção civil que levavam marmita para comer na hora do almoço, no intervalo do trabalho. Acredito piamente que o Brigadeiro não disse isso. Minha família era getulista, mas acredito piamente que o Brigadeiro não disse isso. A mentira virou verdade; ou seja, a versão virou fato, o fato perdeu a força. Do mesmo modo, tentaram fazer

a mesma coisa. Só que, desta vez, não foi o Deputado Emílio Carlos mas o autor da inverdade. Desta vez, o autor da inverdade foi o próprio Presidente, baixando das tamancas presidenciais para ir a uma rádio, ou a algumas rádios, espalhar algo que levou intranquilidade para funcionários dessas instituições todas.

Eu digo, Sr. Presidente, algo muito sério. Se houve alguém, Senador Leonel Pavan, que privatizou, em algum momento, o Banco do Brasil, foi este Governo Lula, quando possibilitou escândalos como o do Visanet e possibilitou ter um diretor com caráter suficiente para participar da fraude do dossiê, esse que está envolvido no dossiê. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou a Caixa Econômica Federal, foi este Governo, quando possibilitou que por quaisquer meios quebrassem os sigilos do pobre caseiro Francenildo. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou a Petrobras, foi este Governo Lula, quando vivenciou aquele episódio que redundou no símbolo do *Land Rover* na conta, no patrimônio pessoal do Sr. Sílvio Pereira. Se houve alguém que, em algum momento, privatizou os Correios e Telégrafos... Meu Deus! A Rede Globo e demais televisões e jornais exibiram, à farta, aquela cena da propina, que depois redundou no desvendamento da corrupção dos Correios. Aquele foi o momento de apropriação privada de bens e dinheiro público neste Governo Lula. Ou seja, se houve alguém, e essa denúncia deve ser feita, que privatizou, em algum momento, a Petrobras, os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, esse alguém se chama Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por tudo que acontece em seu Governo.

Mas chamo a atenção, Senador Jonas Pinheiro, para o fato de que ele insiste na leviandade de comparar tempos diferentes. Fernando Henrique com onze crises internacionais ao longo do seu período; ele, nenhuma. No tempo dele, pega uma economia infra-estruturada. Mas ele insiste nessa leviandade. Demonstra conhecer dados do governo passado e, ao mesmo tempo, alega não conhecer nada do que se passou de escuso no governo dele. Ou seja, especializou-se em entender o governo dos outros e não se interessa por algo que é básico, que é fundamental, algo que é fulcral na ação de um bom administrador, que é conhecer o que se passa no interior do próprio órgão ou da empresa que dirige ou do Estado ou Município que comanda.

Antes de conceder o aparte ao Senador Tuma, eu quero me referir a uma outra mentira – não tenho outra expressão – que tem sido espalhada pelo Presidente Lula e seus afiliados. Afiliados ou afilhados, sei lá; o português é uma língua muito rica e permite que façamos esse jogo.

Ficou impossível fazer campanha em meu Estado, o Amazonas, porque se espalhou que, se o Presidente Lula perdesse a eleição, a Zona Franca de Manaus seria extinta, como se algum presidente pudesse ser irresponsável a ponto de eliminar aquele que é, sob alguns aspectos, o segundo, sob outros, o terceiro, na pior das hipóteses, o quarto mais importante pólo industrial do País. Geraldo Alckmin estará muito incisivo em relação à Zona Franca de Manaus. Mas isso grassou, e não foi só no meio mais humilde do eleitorado. Grassou entre os segmentos mais intelectualizados do meu Estado. Parecia que seria o caos a vitória de Alckmin, porque ela retiraria a fonte de renda e de vida que oxigena 93% da economia do meu Estado, que tem sido engodado pelo Presidente Lula. O tal gasoduto está parado. Fingem trabalhar. Não tem nada. O dinheiro que está lá fui eu que pus, paralisando – o Senado é testemunha disso, o Congresso é testemunha disso –, por três semanas, a votação do Orçamento Geral da União, até reporem aquilo que haviam tungado do gasoduto Coari-Manaus, num projeto de lei de crédito, no dia 21, 22 de dezembro. Eu só deixei passar o Orçamento depois que votaram os R\$110 milhões. Foi preciso muita conversa com o Ministro Tarso Genro, muita conversa com o Presidente da Petrobras. Havia uma determinação do Governo de não ceder o dinheiro.

E o dinheiro que eu coloquei lá não adianta nada; é uma obra de R\$1,5 milhão, e nada esse dinheiro representa, pois é muito pouco em relação ao montante necessário para se dizer que a obra está de fato em andamento.

Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Tuma e ao Senador Leonel Pavan, e encerro o pronunciamento.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador Arthur Virgílio, peço desculpas por interromper a análise que V. Ex<sup>a</sup> faz com profundidade e com bastante calma. Mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, gostaria que fosse incorporado o meu aparte ao seu discurso, porque recebi mais de uma centena de telefonemas de delegados, meus colegas e companheiros, que se sentiram ofendidos com a expressão “delegado de porta de xadrez”. Nós sabemos da luta, da dificuldade de cada delegado, quando tem de tomar conta do xadrez para que não haja fuga ou qualquer levante dentro dos presídios.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Peço desculpas, Sr. Presidente. A grande luta dos delegados foi para que as delegacias não servissem de presídios. Portanto, essa expressão chocou muito. Presidentes de associações ficaram chocados com a expressão.

Hoje até se usa – e considero ofensiva – “advogado de porta de xadrez”, mas delegado, foi a primeira vez na vida que ouvi. Trabalhei cinqüenta anos na polícia, até me aposentar, continuo me sentindo um delegado de polícia, e tenho muita honra disso. Peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para que meu protesto seja inserido em seu pronunciamento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Obrigado, Senador Tuma.

Antes de conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan, devo dizer que mais uma vez ele se revela despreparado porque ele humilha os advogados – ele chama de porta de cadeia, os advogados mais humildes –, e menospreza os delegados, sem dúvida alguma. Mas demonstra desconhecer o que é o trabalho de um delegado. Delegado não pode ficar batendo perna em porta de cadeia; delegado trabalha dentro da delegacia, sentado no seu gabinete, despachando, dando ordem aos seus comandados. Então, fora o ato falho de ele não querer conversa com o delegado, isso eu notei, ato falho, ele não demonstrou muito apreço pelos delegados em geral. Aí, em vez de atacar os advogados, ele atacou os delegados. Aí não é o Freud do Palácio, do escândalo do dossiê, aí é o Freud da psicanálise que explica por que, lá no seu íntimo, ele não gosta de conversa com delegado.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Arthur Virgílio, eu queria apenas tentar contribuir e novamente lembrar o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de colocar aqui para a população brasileira. O Presidente da República, ao participar de um debate, tem de demonstrar, pelo menos à população brasileira, que ele está preparado para falar dos seus feitos, daquilo que ele realizou. O Lula tem experiência em debate. Ele, quando na Oposição, debatia todos os dias, e só acusava, só batia. Ele era tão duro nos debates, agredia tanto nos debates...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite que eu faça um contra-aferte?

Ele não tem experiência de debate, não; ele foi um Deputado absentista na Constituinte. Ele não debateu com ninguém quase nunca. Nas vezes em que debateu, perdeu. Ele quase nunca debateu com ninguém. Ele era muito de falar em comício, de falar sozinho, mas jamais fez o que fazemos aqui no exercício cotidiano, que é terçar as armas das idéias. Isso não. Ele sempre foi fraco em debate. Ele, que se recusou o tempo inteiro a fazer o papel presidencial de conceder entrevistas coletivas à imprensa brasileira.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – É verdade. Porém, Senador Arthur, o Lula pautou a vida dele toda com agressões, tanto que, na última eleição, ele criou



o “Lulinha paz e amor”, até para mostrar que não era mais aquela pessoa agressiva do passado. Hoje, quando alguém o contesta de forma mais clara, transparente e correta, ele já entende como agressão. Ele estava tão perdido no início do debate que não cumprimentou a população brasileira, não a respeitou. Todavia, minutos antes, Geraldo Alckmin tinha cumprimentado os telespectadores, pedindo licença às pessoas que estavam assistindo ao debate. Ele encerrou o debate e também não se despediu e não teve coragem de pedir o voto, coisa que Alckmin fez. Por que pedir o voto? Mostrou conteúdo todo o tempo em que debateu com o atual Presidente. Agora, veja que houve algumas contradições por parte de Lula. Ele diz que puniu os culpados. Como ele puniu? Eu queria saber qual desses envolvidos ele demitiu.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só se foi com aquele elogio a José Dirceu.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Waldomiro Diniz pediu demissão, Palocci pediu demissão, José Dirceu pediu demissão. Aliás, ao falar em José Dirceu, ele disse que o povo brasileiro, o Brasil, iria pedir desculpas a José Dirceu. Ele chegou a chamar de companheiros todos os envolvidos, em sua residência, dizendo: “Erraram, mas não erraram tanto”. Então, ele não puniu. Eu queria relembrar à população brasileira, principalmente aos funcionários dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal... V. Ex<sup>a</sup> mencionou isso. É uma vergonha um Presidente da República inventar notícias, inventar fatos, tentar levar à população brasileira fatos inverídicos, querendo dizer à população brasileira e a essas instituições tão importantes para o Brasil que Geraldo Alckmin vai privatizar. É uma vergonha! O Lula não precisava ler o que supostamente fez em quatro anos. Mas quando ele foi debater, teve que ler e lia errado. E se teve que ler é porque não fez. O Geraldo Alckmin, em nenhuma vez, precisou se socorrer dos papéis sobre o que fez no Governo de São Paulo. Talvez, agora, com esse debate, a população brasileira tenha tirado a dúvida sobre o que é melhor para o País e ficou bem claro perante a opinião pública que quem está mais preparado para governar o Brasil é Geraldo Alckmin.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, respondendo ao Senador Leonel Pavan, eu encerro este pronunciamento. O Senador toca em um ponto fulcral. Geraldo Alckmin não se preparou para o debate – essa é a diferença. Geraldo Alckmin não se preparou para o debate. Ele se preparou para o exercício da Presidência da República. Essa é a diferença essencial. Ele debateria ontem como debateu nas vezes em que o Lula se evadiu do dever de debater – na fase do primeiro turno –, debaterá depois de

amanhã e debateu naquele dia. Vamos, então, tirar as máscaras e desafivelar todas as hipocrisias.

O Governador eleito da Bahia, Jacques Wagner, admitiu a derrota de Lula. Está nos jornais de hoje. Ele disse que Lula foi surpreendido e que vai se preparar para o próximo debate. Isso não é pegadinha do programa do Silvio Santos, não, nem da Rede TV. Isso é saber se está ou não com programa de governo na cabeça. Se alguém tem que se preparar daqui para frente é porque não se preparou até aqui. Se não se preparou até aqui a pergunta é muito óbvia: como é que governou o País alguém que não se preparou sequer para se fazer representar de maneira condigna num debate?

Finalmente, Sr. Presidente, ainda no terreno das mentiras, cruéis mentiras: ele obteve, o Presidente Lula, quase o inteiro da votação de um Município muito pequeno, muito humilde, muito pobre, do Manaquiri, no meu Estado do Amazonas. Lá as pessoas dizem que se não votarem nele o outro vem e vai cortar a luz. Isto foi espalhado lá, que se não votarem nele vão cortar o Bolsa-Família. Pode passar pela cabeça de alguém que um Presidente se sustente no poder com base nesse tipo de inverdade? E como pode acabar com o Bolsa-Família alguém que, na verdade, vai ampliar e aperfeiçoar o Bolsa-Família? Alguém que é oriundo de um partido que quando estava no governo criou projetos sociais como: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O Bolsa-Família não é nada mais nada menos que a unificação, até perdendo um certo foco, desses projetos todos.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que aceito a vitória e a derrota como fatos normais da vida pública. Eleição não permite a figura do empate; então ganha ou perde o candidato fulano ou beltrano. Eu aceito as regras do jogo democrático postas aí.

Agora, um candidato pessoalmente recorrer a essa baixez de dizer que o seu adversário vai privatizar o Banco do Brasil e entidades desse porte, espalhar que a Zona Franca de Manaus será desativada se Alckmin vencer as eleições, dizer ao pobre e humilde povo do Município de Manaquiri que, se votar em Alckmin, vai ficar sem luz; que, se votar em Alckmin, vai ficar sem o Bolsa-Família, isso tudo é lamentável. É com esta mensagem que encerro, Senador Antonio Carlos: a Nação deve começar a se fazer uma pergunta, a Nação deve começar a se fazer uma indagação: por que alguém quer se manter tão apegado ao poder? O que tem nesse poder de tão delicioso, de tão fundamental, de tão necessário, de tão essencial a ponto de valer uma mentira – e vimos coisas piores em Santo André –, a ponto de valer a inverdade, a ponto de valer a coação

sobre populações humildes com essa história de que vai acabar o fornecimento de luz ou o Bolsa-Família? O que há nesse poder?

Fui Ministro de Estado durante seis meses. Trabalhei numa das fases mais duras da minha vida. No dia em que estava me despedindo do Presidente Fernando Henrique para voltar à Liderança do Governo, no Congresso, o Presidente me disse: “Você está leve hoje, Arthur”. E eu respondi: estou mesmo, Presidente, porque eu me preparei para seis meses aqui, desincompatibilizando-me para desfrutar a eleição de Senador. Vou confessar ao senhor que já não agüentava mais ver tanto deputado, tanto governador, tanto ministro na minha frente. Hoje, Presidente Fernando Henrique, pela primeira vez, nesses seis meses, antes de vir para cá lhe comunicar o que o senhor já sabia, que eu iria largar o cargo, andei e vi um casal de namorados discutindo, percebi um gaviãozinho numa cerca por onde eu estava caminhando, eu percebi detalhes da vida cotidiana.

Eu considero quase que uma tara alguém gostar do poder tanto e desse jeito, quase que uma perversão. Eu não sou assim.

Pergunto, encerrando, Presidente: O que faz alguém pagar qualquer preço para permanecer no poder? O que há nesse poder para essas pessoas, de modo a valer a inverdade, valer a mentira, valer a coação, valer a prepotência, valer a intimidação, valer tudo? É hora, portanto, de essa pergunta ser respondida com muita consciência pela Nação brasileira. Que ela responda.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Para Geraldo Alckmin, a eleição é um fato normal: vai lhe dar a vitória ou vai lhe dar a derrota. E eu sinto que vai lhe dar a vitória, mas, se der a derrota, é fato democrático normal.

Para Lula, ele acena com uma guerra nas ruas e ele mente deslavadamente antes de se ferir o embate, que deveria ser um embate limpo.

Se alguém, portanto, tem faltado com a lisura, tem faltado com o respeito ao povo é aquele que mente. Se alguém foi grosseiro, foi ele; se alguém foi debochado, foi ele, que não cumprimentou sequer os telespectadores. Aí, quero atribuir não à falta de educação, mas quero atribuir ao medo. De repente, caiu em si e viu que estava enfrentando um adversário preparado e que ele próprio não se preparara para aquele embate.

Encerro com esta pergunta, Sr. Presidente: que delícias haverá nesse poder para essas pessoas? Quando eu larguei o Ministério do Presidente Fernan-

do Henrique, foi um dia de alívio para mim. E digo: vou voltar para uma vida mais ou menos normal.

Que delícia existe nesse poder?

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Que delícia existe nesse poder para motivar tanto um Presidente a querer tanto esse cargo a ponto de espalhar uma central de inverdades? E aqui me referi ao episódio do Brigadeiro Eduardo Gomes na eleição com Getúlio Vargas, aquela coisa dos marmiteiros.

Que delícia existe nesse poder? O que faz um grupo se apegar tanto ao poder? Os empregos? Os aparelhamentos? O que já é grave. Ou mais do que isso? Que apetites têm de ser sustentados em mais quatro anos disso? Dessa mesmice? Que apetites?

Que essa pergunta paire sobre as nossas consciências, porque teremos dias até a resposta, alguns segundos na urna e, depois, quatro anos para comemorar um Brasil decente ou para amargar resultados que poderão custar um bom atraso para o nosso processo histórico.

Por ora, era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Papaléo Paes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o debate realizado no domingo na TV Bandeirantes, ao qual V. Ex<sup>a</sup> assistiu ao vivo – eu o vi bem na tela – foi uma demonstração inequívoca de que o Presidente da República deverá ser Geraldo Alckmin.

Nunca vi em debate de televisão uma superioridade tão grande em todos os sentidos, do primeiro ao último bloco. Desde o início o público notou que Geraldo Alckmin estava muito melhor preparado, porque está melhor preparado e porque não pode ser comparado ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Era preciso, sim, um debate público para se ver ao final que o Presidente Lula não poderia ser presidente e não poderia ser presidente porque não tem as qualificações indispensáveis para dirigir um país como o Brasil.

Não houve um ponto. O nocaute começou, Sr. Presidente, quando Alckmin perguntou: “De onde vem o dinheiro?”

Atordou-se o Presidente Lula. Aliás, até hoje ninguém sabe de onde veio o dinheiro. Disseram que veio dos Estados Unidos! E a versão de hoje de alguns policiais federais é de que veio do jogo do bicho, levando-se em conta que eram muito pequenas as notas, notas de jogador de bicho. Paira essa dúvida.

Com essa pergunta, que, aliás, o Presidente Lula deveria saber que iria surgir, Lula ficou grogue e, do princípio ao fim, não acertou coisa nenhuma.

Discordo dos Senadores que falaram na sua política externa. É o contrário. Há muito tempo a política externa do Brasil não vem dando certo, mas nunca esteve pior. A luta por um lugar no Conselho de Segurança tem feito o País atravessar situações difíceis, cedendo coisas a todos os países e sempre sendo derrotado na política externa.

Foi assim com a China; sim, foi! A China lhe negou apoio. Foi assim com a Bolívia. Foi assim até com o Presidente Chávez, para quem o Presidente Lula deita-se para que ele passe por cima. No caso da Bolívia, ele próprio confessou no debate que a Bolívia estava certa e que o Brasil deveria perder bilhões para o povo boliviano, que a Petrobrás tinha de perder – ele confessou.

E mais, Sr. Presidente, a mania que ele tem em relação ao ex-Presidente Fernando Henrique me faz perguntar: por que o Presidente Lula não chama para um debate o Presidente Fernando Henrique? Poderia ser um debate interessantíssimo. Em vez de cobrar do Presidente Alckmin, iria o próprio ex-Presidente Fernando Henrique mostrar que ele Presidente Fernando Henrique é o autor principal da auto-suficiência do petróleo. Ele, nos anos do seu Governo, foi o responsável pela grande subida da exploração do petróleo. Fernando Henrique iria demonstrar que os números que Lula apresenta são falsos, tanto na saúde quanto na educação.

A mentira é o mote principal do Presidente Lula. Mente de forma inacreditável, afirmando que o Governador Alckmin, futuro Presidente da República, vai privatizar a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste. Enfim, tudo que não é verdade. E disse claramente que era o PFL e o PSDB quando Alckmin distribuiu a gravação em que ele diz às rádios: “Presidente do País que mente não merece respeito”.

Alckmin foi até bondoso quando tratou do cartão de crédito. Vejam bem: o cartão de crédito foi criado por Fernando Henrique Cardoso, mas o sigilo do cartão de crédito é obra de Lula. Ele pode dizer que foi José Dirceu, que foi outro, mas foi Lula. E ele não pode exibir os gastos do cartão de crédito, como prova a **Folha de S.Paulo** de hoje, que publica:

Números oficiais mostram o crescimento nos gastos com cartões nos últimos anos: somaram R\$14,1 milhões em 2004; R\$21,7 milhões em 2005; e, até agosto deste ano, se aproximavam de R\$21 milhões, no total da administração direta.

Ora, Sr. Presidente, sobre o destino de R\$3,6 milhões, diz que não são dados, são protegidos por sigilo, nos termos da legislação. Foi ele quem fez a legislação para tornar sigilosos esses dados.

Embora os pagamentos com cartões tenham sido autorizados no final do Governo Fernando Henrique, repito que a regra que impôs o sigilo é de 2003, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Nova auditoria do TCU, concluída neste ano, cobrou explicações para os gastos de R\$608 mil, em um ano e meio, com bebidas e alimentos “refinados”. Técnicos rastreiam a existência de notas fiscais frias entre os comprovantes de gastos dados pelo Planalto. O resultado deve ser divulgado em novembro.

A Casa Civil informou que aguardará a conclusão da auditoria para se manifestar. Em 2005, a assessoria da Ministra Dilma Rousseff confirmou a existência de notas frias entre os documentos, que comprovam a compra de cartuchos de impressoras para a Presidência por R\$3 mil.

Vê-se que cartão de crédito na Presidência da República é um grande perigo. O mínimo que compram é bebidas e refinados, mas há também compras de outras coisas.

O Presidente não pode mostrar. Por que ele não mostra logo hoje? Por que não dizer: está aqui; nós gastamos no cartão de crédito essas coisas – e apontar os itens? Mas ele não faz isso. Ele não tem coragem de fazer isso. Os cartões de crédito estão aí, com despesas pessoais inacreditáveis, e o Presidente da República se vale do sigilo que ele mesmo impôs e não o Presidente Fernando Henrique.

Ah, Sr. Presidente, quantas mentiras e ofensas!

Por que o Presidente não quer explicar esse problema do dossiê? Diz que um dia, daqui a dez anos, isso será apurado. Ora, meus senhores, o Presidente da República, dono da Polícia Federal, amigo pessoal do Ministro Márcio Thomaz Bastos, ainda vai se equivocar querendo ofender a classe de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, chamando o delegado de porta de cadeia?! É um ato falho do Presidente. Mas os atos falhos de Sua Excelência estão prejudicando o Brasil porque estão levando o País a bancarrota. Este País

está economicamente, ao contrário do que se diz, em situação gravíssima, dada a roubalheira, a falta de ética, o mensalão, os sanguessugas e o valerioduto. Esses são os que nós conhecemos. Em qualquer área existe muito mais.

Quantos ministros são trocados, inclusive presidentes e chefes de campanha e presidentes de partido? José Dirceu, Berzoini... Berzoini falou mal de José Dirceu; depois, o caso do dólar na cueca do cunhado do presidente do Partido.

Tudo isso acontece, neste País, e o povo não está sabendo. O que se sabe é que Alckmin, pela mentira de Lula, vai acabar o Bolsa Família, quando vai é aumentar o Bolsa Família. Quero dizer ao Brasil inteiro, principalmente, ao Nordeste, que o Bolsa Família vai ser aumentado no Governo Alckmin. O que vai ser é fiscalizado, porque muita gente que não merece recebe Bolsa Família, e os pobres deixam de recebê-la. Temos que aumentar o valor, porque, na verdade, R\$65,00 estão valendo muito, mas ninguém pode dizer que tem três refeições por dia, durante trinta dias, com R\$65,00.

Isso é um engodo, e esse povo, principalmente o povo pobre do Nordeste, não pode ficar enganado a vida toda por um Presidente incompetente, que não zela pela honestidade pessoal, nem mesmo pela honestidade dos seus auxiliares.

Todo dia... É o diretor do Banco do Brasil, é o churrasqueiro... Imagine-se um churrasqueiro ter, em ONGs, 17 milhões, e o povo passando necessidade?!

O Freud – e quero repetir, pois houve um equívoco em um dos discursos, que não me refiro ao psicanalista – do Palácio do Planalto, o amigo que passeia diariamente com o Presidente para perder as suas gorduras, que são do bolso povo brasileiro, emagrece andando e engorda roubando. Essa é a situação do País.

Daí por que peço a V. Ex<sup>as</sup>, meus caros colegas, que façam um grande esforço. Eu tive um insucesso – já disse isso aqui antes de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião Viana, estar na Presidência –, mas um insucesso não vai me tirar a coragem de lutar para dar a vitória a Geraldo Alckmin no segundo turno, porque não é uma vitória da Bahia, do Nordeste; é uma vitória do Brasil. Já se está verificando o aumento, em todos os lugares, da diferença dos candidatos que estão com Alckmin. Isso vai acontecer também no Nordeste. Pelo menos, vai-se diminuir a diferença. E isso acontecendo, teremos um Governo sério, de homens competentes. Não haverá essa coisa triste que o Brasil enfrenta, que é o Governo do Presidente Lula.

O Presidente Lula se mostrou no debate. Por isso ele fugia. Fugia com razão. É um fujão mesmo!

Fugia com razão, Sr. Presidente. Ele não tem como debater.

No próximo debate ele vai agredir de saída para ver se tumultua. Mas até lá o povo estará esclarecido de que o Presidente da República não pode continuar. Se ele continuar, pobre do Brasil. Mas, felizmente, o Brasil vai se reabilitar elegendo Geraldo Alckmin Presidente da República.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, nos termos do §2º do art. 158, por até cinco minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queremos dar conhecimento ao Brasil do porquê de Geraldo Alckmin ter vencido as eleições em primeiro turno em Santa Catarina e do porquê deverá ultrapassar os 60% agora no segundo turno.

Repercutiram neste final de semana as pesquisas divulgadas na imprensa nacional e estadual dando conta da precariedade das estradas federais no Brasil e em Santa Catarina. Nota-se que os investimentos do atual Governo Federal foram insuficientes e os dados também não são novidade.

Sr. Presidente, não foi a toa que iniciei meu mandato aqui no Senado, em 2003, falando sobre a necessidade de duplicação da BR-101, de conclusão da rodovia BR-282, de duplicação da BR-470 e de conclusão da BR-280, entre outras.

A pesquisa foi feita pela Confederação Nacional do Transporte e revelou que a conservação das estradas de Santa Catarina está entre as piores do Brasil. O Governo Federal não investiu.

Hoje, em Santa Catarina, na BR-101, na região norte, há um trabalho paliativo, um tapa-buracos. Estão trabalhando até nos finais de semana, às pressas, fazendo um serviço que não vai trazer resultados positivos para o futuro.

Nossas rodovias continuam sem receber a atenção devida do Governo Federal.

Recentemente, falei aqui sobre a BR-282. Agora, está sendo lido um relatório, na Comissão de Orçamento, para onde irei daqui a pouco, que, se aprovado, fará com que o Governo libere recursos para terminar a importante obra que liga a BR-282 com o Extremo Oeste de Santa Catarina, com a divisa com a Argen-



tina, ao litoral sul do nosso Estado, ligando a BR-101 na região Sul, onde está sendo realizada a obra de duplicação.

Infelizmente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que estamos vendo é que esse trabalho, precário, insignificante, sem planejamento, está ocorrendo em quase todos os Estados do Brasil. São serviços paliativos que não dão nenhuma segurança de terem servido para alguma coisa daqui a dois, três ou dez anos. Estão gastando dinheiro para tapar buracos, porém sem a qualidade necessária.

O meu Estado, Santa Catarina, foi para as urnas e mostrou ao Presidente Lula que não nos enganamos apenas com discursos e com serviços de péssima qualidade. Não nos enganamos apenas com palavras, com visitas e até com compromissos de que irão fazer as obras daqui a dois ou três anos. Santa Catarina não vai mais se iludir com o atual Governo Federal. Eu disse que as respostas viriam nas urnas, o que se concretizou. Lá, Geraldo Alckmin venceu as eleições, porque a população do nosso Estado sabe muito bem qual é o melhor candidato para o Brasil. E no segundo turno, com certeza absoluta, vamos ter mais de 60% dos votos, principalmente após o último debate que vimos, quando todo brasileiro conseguiu comparar o conhecimento e a qualidade de cada candidato.

Sr. Presidente Tião Viana, no seu Estado, onde V. Ex<sup>a</sup> conseguiu uma votação histórica para o Senado Federal, que todos aplaudimos, e onde seu irmão, o Governador, fez um excelente trabalho, onde o seu Partido elegeu inúmeros Deputados, lá também a população definiu o que é melhor para o Brasil: no seu Estado, Geraldo Alckmin também foi vencedor.

O Acre elegeu, Senador Tião Viana, do PT, um Governador do PT – elegeu quem realmente pode fazer pela população –, mas repudiou, não aceitou dar os votos para que este Governo Federal tivesse continuidade. Isso, certamente, vai acontecer em todos os Estados do Brasil. O sul do Brasil, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná já mostraram no primeiro turno que não é possível continuarmos mais quatro anos de mandato com alguém que só usa as palavras, o vocabulário para tentar iludir as pessoas mais humildes, as pessoas mais simples.

Com Geraldo Alckmin, vamos ampliar o Bolsa-Família, vamos estendê-la a todos os cidadãos necessitados do Brasil.

Com Geraldo Alckmin, instituições como os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica serão ainda mais valorizadas. Elas não serão, como diz o atual Presidente, privatizadas. É levandade dizer isso, pois não passa pela cabeça do nosso candidato, não passa pelo programa do PSDB, do PFL ou de qualquer

partido que apóie Geraldo Alckmin qualquer tipo de ação que não venha a valorizar as instituições nacionais, as empresas que prestam grandes serviços ao Brasil, como os Correios, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Nós também iremos fortalecer ainda mais todos os serviços sociais que tragam benefícios à população mais pobre do nosso País, como é o caso do Bolsa-Família, que, aliás, foi criado no Governo passado, mas que teve apenas seu nome alterado. Vamos ampliá-la, aumentar os valores, atender melhor às pessoas mais necessitadas.

Deixo aqui nosso protesto contra o atual Governo Federal, que usa mentira para buscar o voto. Fica registrado nosso protesto contra o atual Governo Federal, que diz que está trazendo benefícios ao nosso Estado, Santa Catarina, e ao nosso País, mas as coisas não estão acontecendo.

As rodovias estão cada vez piores, o atendimento à população está cada vez pior. O que melhorou neste Governo, realmente, foi apenas o reconhecimento de que, no passado, foram feitas coisas boas à população brasileira, como o hoje chamado Bolsa-Família, criado pela Ruth Cardoso, que criou vários programas sociais, hoje acoplados todos com o nome de Bolsa-Família.

Fica aqui o nosso protesto contra o atual Governo, que mente para a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço, Senador Leonel Pavan.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, Senador. V. Ex<sup>a</sup> teve a cessão do Senador João Batista Motta e estava na frente por cessão do Senador Mão Santa e da Senadora Ideli. A Mesa faz a permuta.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> é sempre muito elegante.

Desta tribuna, parablenizo V. Ex<sup>a</sup> pela sua brilhante eleição para um mandato de mais oito anos nesta Casa, pelo Estado do Acre. Foi também o Estado de V. Ex<sup>a</sup> que deu uma vitória brilhante ao nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin. Realmente, é muito interessante essa casadinha entre a reeleição do Senador Tião Viana e a votação vitoriosa do nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin, no Acre.

A razão do meu discurso é exatamente discutir esta questão que hoje está em debate em nível nacional: houve uma divisão nessa eleição. O Brasil se cindiu. Há dois brasis. Um votou em Geraldo Alckmin, que ganhou, com relativa folga. São as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e alguns Estados do Norte,

como Acre, Roraima e Rondônia. No entanto, no Nordeste, na minha região, Lula teve uma vitória também com uma diferença expressiva na Bahia, em Sergipe menos, em Alagoas menos; mas, em Pernambuco e no Ceará, teve uma grande vitória.

Por que isso? Os analistas políticos se debruçam sobre esse assunto

Estamos analisando se o que determinou essa votação foi uma política de governo em ambos os casos. Se não, vejamos: no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, os Estados que vivem basicamente do agronegócio, os Estados produtores de grãos passam por uma crise profunda, apesar de o agronegócio contribuir praticamente com toda a formação do saldo da balança comercial brasileira. O agronegócio, apesar da dificuldade vivida momentaneamente, continua a exportar muito. Contudo, apesar disso, esses Estados têm tido, por parte do Governo Federal, uma desatenção muito grande. O produtor, aquele que vive das *commodities* brasileiras, seja soja, seja cacau, seja carne, sofre, porque tudo o que é o exportável brasileiro, com exceção de raros produtos, tipo álcool, está com os preços deprimidos, por conta de haver um dólar artificial em torno de R\$2,00. Se esse dólar fosse para R\$2,50 pelo menos – o ideal seria em torno de R\$2,80 –, é claro que a agricultura brasileira poderia sobreviver, diante da dificuldade por que passa o Rio Grande do Sul, como também o Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, o Paraná e o grande Estado de São Paulo.

Em São Paulo, houve outra razão: São Paulo conhece de perto ambos os candidatos. São Paulo sabe quem é Lula. São Paulo viu Lula nascer e sabe com quem Lula trabalha. Lula não ganha em São Paulo – não há como ganhar. Vejam o nosso colega o Senador Aloizio Mercadante, que teve um desempenho muito fraco em São Paulo. O PT não ganha em São Paulo, porque os paulistas conhecem Lula sobejamente e conhecem também Alckmin e sabem do trabalho realizado por Alckmin em São Paulo. Sabem que ele, antes de tudo, fez um Governo com ética, com seriedade e com moralidade. Fez, no Estado de São Paulo, o ajuste fiscal que precisa ser feito. O Estado de São Paulo cresceu mais do que o restante do Brasil.

Foram a política econômica e o conhecimento maior por parte do eleitorado de Geraldo Alckmin no Centro-Sul que deram a vitória a Geraldo Alckmin nessa região.

Vamos analisar o Nordeste. Qual a política pública que existe no Governo Federal para o Nordeste?

Há uma política de infra-estrutura para o Nordeste, para que o Nordeste possa crescer, para diminuir o *gap* que existe entre o desenvolvimento econômico do Nordeste, do Sul e Sudeste do País? Não, não há.

O Presidente Lula criou uma agência de desenvolvimento, como a Sudene? Ele prometeu recriar a Sudene. Ele o fez? Não, não o fez.

O Presidente Lula melhorou as estradas do Nordeste brasileiro? Não. Hoje, um jornal da Bahia noticia que as piores estradas do Nordeste estão na Bahia, como o caso da BR-110, da BR-135, da BR-242 e da própria BR-116.

O Presidente Lula levou alguma grande indústria ao Nordeste? Ele prometeu a refinaria para o Estado de Pernambuco, que não passou de uma pedra fundamental até o momento.

O Presidente Lula levou uma matriz energética nova para o Nordeste? Ele falou, no debate com o candidato Alckmin, que levou o biodiesel ao Nordeste. Mas é uma promessa, porque sequer políticas públicas há para financiamento de fábricas que possam transformar os óleos vegetais, como os da mamona, do algodão e de tantos outros, como da própria soja. Não há financiamento. O Banco do Nordeste do Brasil, o banco federal, público do Nordeste brasileiro, não financia usinas transformadoras de óleo de mamona para o biodiesel. São falácias, são promessas, são realizações virtuais.

Qual é a política pública que, lamentavelmente, conquistou o eleitor do Nordeste? Falo aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito ao eleitor do Nordeste. Eu sou nordestino, eu sou baiano, e nós estamos, lamentavelmente, ainda numa região subdesenvolvida. Nós exigimos políticas que não sejam políticas compensatórias, que não sejam políticas assistencialistas, porque essas devem existir para as populações mais pobres, mas elas não devem ser permanentes. São políticas circunstanciais e devem dar uma ajuda enquanto não se consegue dar a sustentabilidade. Lamentavelmente, o que o Presidente Lula e o seu Partido fizeram foi captar os votos dos nordestinos mais carentes, mais necessitados, que estão sendo iludidos na sua boa-fé, que estão recebendo o Bolsa-Família. Por meio do Bolsa-Família, procura o PT fidelizar o voto do mais pobre, do mais carente. Enquanto isso, não cuida da estrada, não fez nenhum hospital, não construiu estrada nova, não apoiou a produção, não criou infra-estrutura no Nordeste, não recriou agência de desenvolvimento.

Ora, não vamos aceitar que olhem para o Nordeste e pratiquem uma política assistencialista, com-

pensatória, sem deixar de fazer o que é essencial para o Nordeste.

Por isso, a proposta do nosso candidato Alckmin é muito mais consistente, porque ele se debruçou sobre a questão nordestina, assumiu compromissos com a nossa região, vai trabalhar para que o Nordeste possa cobrir esse diferencial que, lamentavelmente, ainda existe entre a nossa renda média, que está em torno de R\$3,5 mil, e a renda do Sudeste, que está em torno de R\$8 mil.

Não podemos aceitar que o voto seja captado dessa forma, utilizando-se inclusive de uma grande mentira, já que não há argumentos para dizer que vai promover o desenvolvimento econômico e social do povo nordestino sequer a transposição do rio São Francisco, prometida para os Estados do Nordeste setentrional, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Nós da Bahia, de Sergipe e de Alagoas somos contra o projeto da transposição, mas o Presidente nada fez nem com relação à transposição. Nós defendemos a revitalização do rio São Francisco, nós defendemos a retomada dos projetos de irrigação às margens do rio São Francisco, como o Salitre e o Baixio de Irecê.

Por que o Presidente Lula não fez absolutamente nada disso para o Nordeste? Fez apenas o Bolsa-Família e, lamentavelmente, como um coronel do século XXI, deu um benefício de R\$60,00 a fim de captar o voto do povo nordestino, iludindo a boa-fé e induzindo a compra do voto por intermédio do Bolsa-Família.

Observem a diferença de votação do Norte e do Nordeste. São dois brasis? Não podemos aceitar. Nunca, na história republicana, houve uma divisão tão clara dos Estados brasileiros na escolha de um presidente. É por isso que ocupo a tribuna no dia de hoje. Mais uma vez. Na semana passada, falei a esse respeito, e falarei novamente. Falo para o povo nordestino.

Não nos deixemos levar por um programa assistencialista que não é do Presidente Lula. Está aí com o nome de Bolsa-Escola, mas foi criado no Governo passado, com o Fundo de Combate à Pobreza, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães. Queremos desenvolvimento, infra-estrutura e solidez na base econômica do Nordeste, para que possamos, em um futuro próximo, não agora, mas a médio e longo prazo, sair de programas assistencialistas como o Bolsa-Família.

Além disso, esse dinheiro não é do Presidente Lula, mas do povo brasileiro, e ele fala do programa como se fosse obra dele. Não é. É dinheiro que vem dos nossos impostos a cada dia.

Então, este é o meu apelo: que o povo nordestino reaja, e a tempo suficiente. Os resultados do debate estão aí para todos verem. Trata-se de um Presidente da República que quer andar olhando para o retrovisor. Só sabe se comparar com o passado, quer sempre voltar ao passado. Como disse o candidato Geraldo Alckmin, conhece mais do Governo passado do que do dele. Ninguém pode andar para frente olhando para o retrovisor. Temos de olhar com segurança, com firmeza, com convicção e com determinação para o futuro.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Marcos Guerra, do Estado do Espírito Santo.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador César Borges, também pertence a um Estado muitas vezes comparado ao Nordeste. Até com relação às questões tributárias, ele é tributado como se fosse do Nordeste. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, quando fala dos dois brasis.

O Brasil do Nordeste é o Brasil que o Presidente faz de refém. É um crime, Senador, fazer uma campanha política, um projeto de governo, só com o Bolsa-Família. O programa também faz parte do projeto de Geraldo Alckmin, lógico, porque nasceu no Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas fazem parte do projeto de Geraldo Alckmin desenvolvimento, geração de emprego, como V. Ex<sup>a</sup> citou, e colocar o Nordeste em questão de igualdade com os demais Estados brasileiros. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo oportuno pronunciamento, principalmente no que diz respeito às diferenças entre os dois brasis. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço, Senador Marcos Guerra.

O jornal **A Tarde**, de hoje, traz a matéria: “Estradas baianas estão entre as piores do Brasil.” As estradas federais! O Presidente Lula não investiu na infra-estrutura do Nordeste. Não gerou emprego, não gerou renda. Cada Estado nordestino tem que fazer o seu dever de casa, tem que fazer as suas inversões, tem que praticar guerra fiscal para atrair novas indústrias; do contrário, não temos o apoio do Governo Federal.

Lamentavelmente, o Governo do Presidente Lula discriminou o meu Estado, não ajudou o Governador Paulo Souto, não ajudou a Bahia. Geraldo Alckmin assumiu o compromisso, se eleito for, como esperamos, no dia 29...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, só para encerrar.

Esperamos que Alckmin seja eleito, a partir da decisão soberana do povo brasileiro, que deve estar unido,

não dividido, como o PT está conseguindo. O PT foi para o Nordeste captar votos com o Bolsa-Família, deixando de realizar as obras estruturantes para o desenvolvimento econômico do Nordeste, porque sabia que seria mais fácil por meio de programas assistencialistas.

No Sul e no Sudeste, não conseguiu, mas conseguiu no Nordeste. Porém, vamos reagir de forma soberana, digna, e dizer que queremos desenvolvimento econômico, crescimento, novas empresas, apoio para nossa infra-estrutura e nossos serviços públicos, coisa que o Governo Lula não fez, mas o Presidente Alckmin, com certeza, vai fazer. E o Presidente Lula vai ficar com esse débito na história de seu Governo, porque não olhou como deveria para uma região sofrida como o Nordeste, não cumpriu as suas promessas. A maior delas, talvez, a recriação da Sudene.

Desafio aqui um Senador qualquer que defenda o Governo a dizer por que o Presidente não recriou a Sudene, já que era uma meta prioritária dele e do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Não criou, porque o caminho mais fácil da captação do voto era por meio de programas como o Bolsa-Família. E hoje divulga a mentira de que se vai acabar com o Bolsa-Família.

Geraldo Alckmin vai manter o Bolsa-Família e vai fazer o que nós queremos, que é a parceria com os Estados nordestinos. Vamos criar uma base econômica sólida, a fim de que, por meio do crescimento econômico, possamos sair dessa diferença secular que, lamentavelmente, existe entre o Nordeste e as regiões Sul e Sudeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Magno Malta, pela Liderança do PL.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Comunico a V. Exª que o nobre Senador Augusto Botelho fez uma permuta de horário comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Anotarei aqui. S. Exª é o nono inscrito. Farei a alteração.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, assistência presente, queridos visitantes do Senado Federal, jovens e adultos, amigos, sejam bem-vindos. Estamos felizes por vocês participarem desta sessão em que discutimos proposições a respeito da Nação, em momento tão importante.

Sr. Presidente, ontem fiz um pronunciamento em que fiz referência às vítimas do acidente da Gol. Senador Marcos Guerra, do nosso Estado, o Espírito Santo, foram catorze vítimas. Só de Cachoeiro de Itapemirim foram dez pessoas, inclusive dois médicos. Um deles, anesthesiologista, me anesthesiou, Senador Marcos Guerra, na última cirurgia que fiz. Ontem, desta tribuna, rendi-lhes minha solidariedade.

Eles tinham a perspectiva de que, a partir das 14 horas de ontem, a Gol divulgaria mais 21 nomes dos encontrados. Dois nomes eram de Cachoeiro de Itaperimim: uma auditora ambiental e um companheiro e amigo nosso, Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim.

O Brasil e todos nós estamos enlutados pelo passamento, de forma tão trágica, desses amigos. Famílias inteiras deste País estão vivendo esse drama, sofrendo ainda dentro de um vendaval de angústias por causa desse acidente.

Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão, V. Exª, junto com o Senador Paulo Paim e tantos outros, apelamos tanto para que o Governo fizesse um esforço no sentido de salvar a Varig naqueles primeiros dias, quando havia possibilidade. Hoje, sem a Varig e a Vasp, só temos a Gol e a TAM, para atender a uma nação do tamanho do Brasil.

Com esses acidentes, as pessoas que precisam de avião começam a se intimidar porque não têm possibilidade de escolha; ficou mais ou menos plebiscitária: vai-se de Gol ou de TAM – lembro que há também a RBA e outra companhia menor.

Sr. Presidente, penso que, naqueles dias, deveríamos ter atendido a Varig – aqui lutamos e falamos sobre isso – para que pudéssemos evitar tantas demissões. Hoje, as informações são de que a Varig só faz ponte aérea.

Sr. Presidente, recebi hoje, com muita felicidade, um ofício do Hospital Santa Rita, hospital oncológico onde minha mãe, Dona Dadá, ficou internada por três



meses fazendo quimioterapia. Deus resolveu levar minha mãe aos 57 anos. Seus últimos três meses de vida foram no Hospital Santa Rita, onde ela recebeu um atendimento impecável, como recebe qualquer cidadã que vai àquela instituição.

Recebi da Telma Dias Ayres, Presidente do Hospital, agradecimentos por ter o hospital recebido uma verba de R\$160 mil, advinda de uma emenda. Agora estou com muito medo de emendas porque elas foram criminalizadas. Ficamos até preocupados com o fato de um hospital oncológico como esse – tenho o relatório nas minhas mãos – se alegrar com tão pouco, dado o tamanho da demanda.

O Senador Augusto Botelho é médico e sabe como avança a passos largos essa doença.

Na minha adolescência, ouvia-se falar em câncer, uma doença sem cura que normalmente acometia adultos e pessoas no caminho para a terceira idade, Senador Tião Viana. Mas, hoje, há um número absurdo de pessoas atingidas pelo câncer desde a tenra idade, de maneira significativa na adolescência, na idade mais madura e assim sucessivamente. É tanto que esses hospitais que tratam oncologia têm uma demanda muito alta.

Aqui estão os números do Hospital Santa Rita, que não se furta ao atendimento. Radioterapias (aplicações do SUS) em 2003, 77.940; em 2004, 85.665; em 2006, 91.768. A soma totaliza 281.011 atendimentos realizados por meio do SUS para pacientes portadores de câncer.

Eu quero parabenizar o Hospital Santa Rita que tão bem faz ao Estado Espírito Santo e é referência, embora tenhamos outros hospitais menores mas que não têm essa especialidade. O Hospital Santa Rita, Senador Marcos Guerra, tem feito um trabalho dos mais significativos, com suas portas abertas tanto aos pobres, aos menos favorecidos, quanto aos mais favorecidos que procuram o tratamento e lá são mantidos o tempo necessário. Ainda que, ao final de tudo isso, como aconteceu com a minha mãe, venha o óbito. Mas eu sou testemunha – e quero aqui parabenizar o hospital – pelo carinho e atenção. Estive lá há dois meses, visitando uma amiga, que também veio a óbito.

Buscam-se pesquisas de forma incessante e forte no sentido de combater e acabar com a Aids, mas ainda não se fala muito num final para o câncer, uma doença tão mais velha, tão mais antiga. Ainda não se tem qualquer possibilidade, qualquer projeção, Senador Marcos Guerra, para se erradicar uma doença dessa natureza. Mas, graças a Deus, no Espírito Santo existe o Hospital Santa Rita, e pobres e ricos lá são atendidos.

Sr. Presidente, eu gostaria ainda de dizer que a Câmara dos Deputados fez uma sessão solene em que homenageou a TV Gazeta do Espírito Santo pelos seus 30 anos. Ouvi discursos significativos, históricos, que bem fizeram ao meu conhecimento do Estado do Espírito Santo. Quando cheguei ao Estado do Espírito Santo, Senador Marcos Guerra, a Gazeta já existia. Lá cheguei em 1982; então a Gazeta me viu chegar porque ela tem 30 anos. A Gazeta conhece a minha história pública; a Gazeta conhece a minha história desde meu nascedouro lá no Estado do Espírito Santo. Comemorar os 30 anos da Gazeta nessa sessão solene em que a bancada toda se fez presente – V. Ex<sup>a</sup> lá estava, o Senador Gerson Camata, que está licenciado, veio para participar, o Senador João Batista Motta, os Deputados federais.

Tenho aqui um caderno especial “Gazeta, Trinta Anos”, que traz a história da Gazeta, desde a sua primeira antena, na Fonte Grande, os seus primeiros equipamentos. Em seguida, a foto do Cariê, Senador Guerra. O Cariê, que é um empreendedor, é filho de ex-Governador, hoje estava conosco aqui, acompanhado por sua mãe, ela que foi primeira-dama do Estado por duas vezes. É uma família empreendedora que tanto fez bem ao Estado do Espírito Santo, pois quem gera emprego gera honra. Quem dá trabalho gera honra. E a família Lindenberg gera trabalho. E quem dá trabalho gera honra, porque a honra de um homem é seu trabalho.

E os funcionários, o quadro, o material humano, dessa rede de comunicação, Senador Tuma, sem dúvida alguma, fazem a diferença. Tem trinta anos a televisão. Lá temos funcionários quase da mesma idade da televisão. Neste suplemento está a foto de Dona Antonieta, ex-primeira-dama por duas vezes; há fotos do dia da inauguração. Aqui está o ex-Senador Elcio Álvares, que foi colega de V. Ex<sup>a</sup>, quando foi Governador. Ele agora se elegeu Deputado Estadual. Quero parabenizá-lo. Ele está lá, alegre e feliz, igual a uma criança, vibrando com o seu mandato. E certamente ele fará muito bem ao debate na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Aqui está a família Lindenberg, que homenageio hoje. E hoje o Diretor principal que está aqui, esta criança, o Café, hoje um homem feito, mas que está uma criança aqui ao lado do seu pai.

O Nelson Bonfante, o Paulo Canno são pessoas importantes para a sociedade do Espírito Santo pela isenção com que fazem jornalismo e entretenimento no Espírito Santo, como, também o Café, esse garoto que acabei de mostrar nesta foto aqui agora e que hoje é o Diretor Geral da Rede Gazeta de Televisão e faz um trabalho dos mais significativos. Aqui D. Maria

Alice – que é a mãe dele – organizou toda a festa que culminou nessa sessão solene. E o Magalhães é quem faz toda a mídia da TV Gazeta. Gente competente que orgulha o Espírito Santo.

Quero encerrar falando do Bira, que foi importado de Minas Gerais para o Espírito Santo e ajudou a montar a TV. O Bira faleceu como funcionário da TV Gazeta. Segundo depoimento dos seus companheiros, Bira foi a figura mais importante e de maior qualidade naquela televisão.

O Valtinho, do setor financeiro, é amigo da gente, é gente significativa lá. E Abdo Chequer, apresentador do Bom-Dia Espírito Santo há “duzentos” anos. A televisão tem trinta anos e Abdo há “duzentos” anos apresenta o Bom-Dia Espírito Santo. Algumas vezes tive o privilégio de ser entrevistado por ele, esse jornalista respeitado, capaz, decente, honrado, ético, cheio de princípios, que é o Abdo Chequer, uma pessoa por quem tenho o mais profundo respeito. Arrumou seus cabelos brancos ali sentado fazendo Bom-dia Espírito Santo, porque começou na Gazeta há 24 anos. Os “duzentos anos” são somente uma brincadeira.

Aqui há outros funcionários. São pessoas que começaram com a Gazeta e continuam lá felizes e alegres.

Quero parabenizar a TV Gazeta. E parabenizar por quê, Senador Sérgio Guerra? Porque a TV Gazeta esteve nos momentos mais importantes da história do Espírito Santo.

O Espírito Santo viveu humilhado pelo crime organizado por doze anos. Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup>, do Acre, sabe o que é viver humilhado pelo crime organizado. O crime organizado nasceu, cresceu e enraizou nas vísceras do Estado. E, no Estado do Espírito Santo, como no seu Acre, havia um Estado criminoso dentro do Estado de Direito. E a TV Gazeta foi implacável, Senador Tião Viana, isenta no combate ao crime organizado e no enfrentamento a ele. E, graças a Deus... Debelado não sei se foi... V. Ex<sup>a</sup> conhece a história do Espírito Santo, porque o seu filho Robson Tuma, que esteve aqui, que tenho como um irmão querido...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma – PFL-SP) – Estive lá comandando operações várias vezes.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – E V. Ex<sup>a</sup> sabe o que se tornou o Estado do Espírito Santo. No Estado do Espírito Santo, o crime organizado usava estola, tinha patente, divisa, toga, tomava conta das colunas sociais. Doze anos de humilhação! Mas o Estado resistiu, não caiu, não cedeu, e a Rede Gazeta de Televisão foi implacável no combate ao crime organizado.

E na CPI do Narcotráfico, que eu tive o privilégio de presidir, indicou 864 e mandou para a cadeia 348,

seu filho foi dos relatores mais importantes. Penso que São Paulo não fez justiça a Robson Tuma nesse pleito eleitoral.

Trabalhamos três anos na CPI do Narcotráfico. Penso que naqueles três anos de CPI do Narcotráfico, o que ele enfrentou e o que produziu para o Brasil... Deus tem seus caminhos, é Deus que escreve as coisas, é Deus que comanda todas as coisas. Não somos nós. É Deus que sabe, é Deus que tem o controle. Mas, do ponto de vista humano, a gente fica se perguntando como que um moço que trabalhou tanto e que foi implacável no combate ao narcotráfico – é essa a pergunta que me faço – não teve sua reeleição garantida.

Mas naquela CPI em que seu filho foi parte tão significativa, 10% dos indiciados eram do meu Estado. Por sete anos, andamos com Polícia Federal eu, minhas filhas, minha esposa, em função de ameaças constantes de morte. E o seu filho a mesma coisa, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. E a TV Gazeta foi implacável.

Por isso, Senador Romeu Tuma, quero abraçar a TV Gazeta do meu Estado. Existem outros órgãos de comunicação, mas quem está fazendo aniversário é esse aqui. No dia dos outros falarei a mesma coisa.

Parabéns a Rádio Gazeta, por esses trinta anos de geração de empregos, pagamento de salários que proporcionam aos cidadãos a possibilidade de colocar comida na mesa da sua família e pelo combate implacável ao crime organizado com muita isenção. Por isso fica aqui o meu abraço a nossa querida **TV Gazeta**.

Antes de encerrar, queria que V. Ex<sup>a</sup> levasse o meu abraço ao Tuma Júnior. Deixei um recado para ele, delegado dos mais brilhantes de São Paulo. Foi o Tuma Júnior que fez a prisão mais importante no caso Celso Daniel.

A partir daquela prisão que se deu na região dele como delegado, foram desvendadas as informações mais precisas no caso Celso Daniel. Tudo se deu a partir do trabalho daquele delegado seu filho. Se ele é motivo de orgulho para nós, imagine para V. Ex<sup>a</sup>!

Leve a ele o meu abraço. Diga-lhe que sinto muito. Deus comanda, tem o controle e diz o que é e o que não é. Mas do ponto de vista humano, eu diria que São Paulo falhou com Tuma Júnior. Com a criminalidade que temos neste País... E a violência ultrapassou todos os limites prováveis no Brasil: crime organizado, tráfico de drogas, uso e abuso das drogas... Um delegado feito Tuma Júnior, que põe a cara na reta, que é novo, destemido, Senador Tião Viana, policial inteligente... O processo dedutivo dele é uma coisa impressionante.

Não fique V. Ex<sup>a</sup> triste comigo por ter passado dois minutos fazendo referência a esse delegado por quem tenho tanta admiração que é seu filho Tuma

Júnior, que contribuiu tanto para São Paulo e que vai voltar a contribuir na sua função como delegado. Acho que São Paulo está precisando mesmo de um delegado feito ele.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as referências. Como pai, sentimos um orgulho imenso quando ouvimos referências elogiosas a nossos filhos. Mas acho que V. Ex<sup>a</sup> não mentiu. Eles merecem os elogios por tudo que trabalharam e vão continuar trabalhando em benefício da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senador. Que Deus o abençoe por isso.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita.

Agradeço também ao Senador Tião Viana o sorriso e o assentimento às palavras do Senador Magno Malta.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os Senadores, os nossos telespectadores da TV Senado, as pessoas que acompanham aqui ansiosamente o andamento da sessão para ver se serão votadas hoje as medidas provisórias que tratam do reajuste do funcionalismo público. (*Palmas nas galerias.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria, por favor, silêncio, para podermos ouvir com tranqüilidade a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço também, Senador Romeu Tuma, a todos os Senadores que atenderam ao meu apelo ao longo do dia de hoje, para que houvesse **quorum** na lista dos membros da Comissão Mista de Orçamento, a fim de votarmos, finalmente, o decreto que restabelece a possibilidade de o Governo Federal aplicar recursos na BR-282.

Finalmente, foi aprovado o decreto legislativo, algo que o Brasil e Santa Catarina aguardam há muito tempo. Trata-se de uma obra de caráter transoceânico. A conclusão dessa estrada vai permitir que saíamos do Atlântico e cheguemos ao Pacífico e vai integrar o sistema rodoviário do sul do País às estradas da Argentina e do Chile. Portanto, é uma estrada muito importante. E o decreto legislativo foi aprovado hoje. Houve uma repactuação de preços, por conta de superfaturamento descoberto pelo Tribunal de Contas da União nas licitações feitas em 2000 e 2001, e agora está tudo resolvido. Vamos tocar a obra!

E agradeço porque vários Senadores, inclusive V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, receberam o meu apelo

para assinar a lista da Comissão Mista de Orçamento para podermos fazer a votação.

O que me traz ainda à tribuna no dia de hoje é o fato de que acompanhei o Presidente ao evento ocorrido no Rio de Janeiro para firmar o apoio mútuo das candidaturas de Lula, Presidente, e do Senador Sérgio Cabral, para o governo do Rio de Janeiro, para o segundo turno.

O ato foi extremamente positivo, alto-astrol e animado, com a empolgação dos que estão convencidos de que há chances de ampliar a votação do Presidente Lula no Rio de Janeiro, que já ganhou no primeiro turno, e também com a possibilidade de o Senador Sérgio Cabral vir a ser o novo Governador do Rio de Janeiro. E houve, para mim, uma marca muito gratificante, que foi ter a oportunidade de estar no mesmo espaço, ouvindo o discurso muito lúcido e muito contundente do Professor Cândido Mendes, uma figura sábia, que acumula, obviamente, o respeito de todo o Brasil, pela sua sabedoria, pelo que adquiriu ao longo do exercício de toda a sua atividade acadêmica, intelectual, combativa, com a lucidez dos que sabem efetivamente o que está em jogo na disputa eleitoral neste momento no Brasil.

Fiquei muito emocionada com a fala do Professor Cândido Mendes. Ele iniciou o seu pronunciamento agradecendo a presença do Presidente Lula no velório do seu irmão, Dom Luciano Mendes, outra figura fantástica da história da democratização e da justiça social. Aliás, trata-se de uma família abençoada, dos que estão envolvidos efetivamente na luta social, no combate à injustiça no nosso País.

O Professor Cândido Mendes tem inclusive um artigo – o qual peça seja registrado nos Anais – com o nome “Ética Coletiva”.

No ato, ele falou algo muito contundente, e eu gostaria de iniciar a minha fala exatamente pela contundência dessa figura sábia, que tenho certeza de que merece também toda a admiração do Senador Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Foi meu mestre.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Creio que seja mestre de muitos brasileiros e brasileiras.

O Professor Cândido Mendes disse o seguinte: “Querem discutir ética? O divisor de águas da discussão ética? Não existe nada mais antiético em um País do que a injustiça social, aquilo que está na estrutura de um País que permite que poucos se apropriem, se utilizem e se beneficiem do que é de todos. Essa é a discussão da ética, esse é o principal divisor de águas. Qual é o governante que traz medidas efetivas para diminuir a injustiça social? Qual é o Governo que toma

medidas e adota práticas, programas que façam com que a injustiça social diminua? Esse é o divisor de águas da ética; combater a corrupção é obrigação”.

No caso do Governo Lula, temos demonstrado, à exaustão, que a prática adotada pela Polícia Federal, pelo Ministério da Justiça, pelas medidas implantadas na Controladoria-Geral da União, tudo são ampliações e aperfeiçoamentos no combate à corrupção, mas a questão ética de fundo – a divisão entre os éticos e os não éticos – se dá exatamente na prática do combate à injustiça social.

E o Professor Cândido Mendes disse, em alto e bom som, para quem quisesse ouvir, que o Governo Lula está dando demonstrações inequívocas de que é um Governo que diminui, que combate, que tem práticas e políticas para diminuir a injustiça social. E posso listá-las aqui. Não me refiro apenas à questão do Bolsa-Família, que o Geraldo Alckmin disse lá no debate que apenas mudou de nome. Não, o Programa não apenas mudou de nome; mudou a amplitude, mudou o alcance, mudou o papel, mudou, inclusive, a concepção. A transferência de renda destina-se a estimular o desenvolvimento com inclusão social. Os programas anteriores do Sr. Geraldo Alckmin – com outros nomes – não tinham esse caráter, o caráter da distribuição de renda, com o papel de alavancar a economia local, alavancar o desenvolvimento em todos os cantos do País, a partir da inclusão de parcelas significativas da população. Essas, ao alcançarem renda, ao alcançarem a possibilidade de comprar, inclusive na economia do seu Município, alavancam o desenvolvimento de muitas regiões, de muitos segmentos e parcelas do território brasileiro, com as políticas públicas – Bolsa-Família, ProUni, Luz para Todos, Inclusão Digital, distribuição de livros didáticos, merenda escolar. Posso listar aqui uma série de políticas que permitiram que a inclusão gerasse crescimento da atividade econômica e, portanto, desenvolvimento como consequência da inclusão social, acabando com a lógica de que deveríamos crescer para, depois de crescer, pensarmos em como dividir. Não, não é essa a lógica do combate à injustiça; a lógica é dividir para, com a divisão, com a inclusão, podermos gerar o crescimento.

Ouçoo o Senador Tião Viana, com muito prazer.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, quero apenas cumprimentá-la pela manifestação de reconhecimento, respeito e elevação do significado de um projeto de Nação que tem a responsabilidade social do Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> se opõe ao discurso fácil, à falta de honestidade intelectual que o candidato adversário ao Presidente Lula apresentou no último debate, quando afirmou, injustificavelmente, do ponto de vista da correção, que o Programa Bolsa-Fa-

mília apenas mudou de nome. Ele deveria reconhecer que o investimento dos programas sociais do Governo dele foram da ordem de R\$6 bilhões, neste País., sendo que o do Presidente Lula foi de R\$23 bilhões.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Três vezes mais.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Sim, essa é a diferença. Nós estamos falando de 40,1 milhões de pessoas em programas de inclusão social. Fiquei estupefato ao ver o embrutecimento verbal. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> a minha confiança na sociedade brasileira, porque, por onde ando, ouço que o mais marcante foi a decepção da sociedade com esse embrutecimento verbal, uma postura atípica de quem de fato não está à altura do desafio de ser um candidato a Presidente da República; não está à altura do Brasil com um tipo de agressão daquela natureza contra o Presidente Lula. O Presidente Lula mostrou conteúdo e responsabilidade política para enfrentar o debate naquilo que lhe foi necessário. Eu estava imaginando também a discussão da invasão da China, dentro das fronteiras brasileiras, sem reconhecer aquilo que o Presidente disse sobre o superávit. Eu estava pensando: na 25 de Março, em São Paulo, na Galeria Pajé, está o antro da passagem das muambas chinesas, e o Governo de São Paulo não faz nada, absolutamente nada. Não cuida do quintal dele e faz uma crítica daquela proporção ao Presidente Lula. É inacreditável!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Mas não consegue controlar nem a entrada de celulares em presídio...

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – A Galeria Pajé, na 25 de Março, está lá para quem quiser ver, e ele nunca se incomodou com aquilo. Está a Receita Estadual de São Paulo absolutamente insensível, fazendo vistas grossas para aquele tipo de atitude. Então, penso que a sociedade brasileira está muito madura, entende exatamente o que é um debate elevado e necessário, condena aquele tipo de prática, e a resposta vai ser uma surra nas urnas contra o preconceito das elites, que tacham um homem de Estado, de uma Nação, como é o Presidente Lula, da maneira preconceituosa e agressiva como fizeram no último debate. Alckmin é um porta-voz infeliz de uma política passada e ultrapassada no Brasil.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Tião Viana. Volto a citar as palavras contundentes do Professor Cândido Mendes: o pior crime contra a ética é aquele em que poucos se apropriam daquilo que deveria ser de todos. Esse é o pior crime.

A política de inclusão social adotada pelo Presidente Lula, de incluir parcelas... Senador Saturnino, meu



genro é professor da Estácio de Sá, uma das escolas particulares da elite. Ele diz que a classe mudou, que a sala de aula mudou depois do ProUni. Ele diz que hoje dá aula, junto com os alunos da alta classe da Grande Florianópolis, para a faxineira da universidade, que, através do ProUni, pôde ter uma bolsa e estudar na mesma sala. Ele diz que mudou tudo, que mudou o debate, que mudaram os problemas, as questões, porque – diz ele – nós nem nos damos conta da inclusão social que se possibilitou fazer com o ProUni. Ele agora dá aula para uma turma que antes tinha uma característica de visão, de sociedade e até composição. Mudou totalmente.

Ouçoo com muito prazer, Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Estou ouvindo com imenso prazer o discurso de V. Ex<sup>a</sup> porque ele ressalta aquilo que é importante. O que é importante neste debate eleitoral do segundo turno, que foi muito bom que acontecesse, é ressaltar a diferença entre o traço grande e o traço pequeno. O traço grande é que este País está mudando e eles não estão percebendo, mas o povo está percebendo, o que é uma atitude que também, na democracia brasileira, está-se manifestando pela primeira vez. O povo brasileiro está se emancipando do que diz a mídia, do que diz a elite endinheirada que veste Prada e que acha que tem a luz do País. Isso tudo está acontecendo. O fundamento ético da Nação, que é a justiça, está sendo recomposto exatamente com as políticas do Presidente Lula. Então, isso é que é importante, assim como a questão da política externa. É isso que precisa ser discutido neste segundo turno, e não o traço menor, que eles pretendem seja o principal.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Saturnino, ainda utilizo trechos do que diz o Professor Cândido Mendes: “A vitória de Lula não é, contra o arrebitemento de narizes da elite enjoada, a desgraça do peso do voto do Brasil desinformado ou de baixa extração social”. Já ouvi muitos dizerem aqui: “é o povo pobre”, “é o povo desinformado”, “é o povo que não tem acesso...”. Quando eles se referem ao povo, vem uma carga de preconceito, que, aliás, pode ser vista na fala do Alckmin quando ele diz que “o Lula já teve a sua chance”.

Chico Buarque, em seu artigo, diz assim: “Fizeram o diabo para impedir que o Lula fosse Presidente. Inventaram plebiscito, mudaram a duração do mandato, criaram a reeleição. Finalmente, como se fosse uma concessão, deixaram Lula assumir. ‘Agora, sai já daí, vagabundo!’ É como se estivessem despachando um empregado a quem se permitiu o luxo de ocupar a Casa Grande. ‘Agora volta para a senzala!’”.

As palavras do Chico Buarque são muito contundentes e aparecem na frase do Alckmin, como se dissesse “não, já demos a chance! Agora, volta! Cai fora! Cai fora, que nós vamos voltar a governar!”.

Voltar a governar em que termos? Para quem? Para fazer que governo? Com qual ética? Com a ética da privatização? Com a ética de governar apenas para parcelas que não precisam, muitas vezes, do Governo, porque podem pagar pela escola, podem pagar pela saúde, podem pagar pela segurança?

O Governo está – eu acho que isso é que é o povo – ansioso pelo debate. Está ansioso para saber qual é o rumo deste País, se este País vai continuar sendo, como diz a sabedoria do Professor Cândido Mendes, um País que vai continuar tendo políticas para...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Romeu Tuma.

Queremos saber se este é um País que vai continuar tendo políticas para caminhar e ser, em pouquíssimas palavras, mas que fazem a diferença, que fazem o divisor, um país de todos ou um país de alguns.

Por sabermos que esta terra maravilhosa, com tanta potencialidade, merece ser de todos e não de alguns, é que estamos convencidos de que o Presidente Lula vai ganhar esta eleição, no segundo turno, apesar, como disse o Professor Cândido Mendes, dos narizes arrebitementos de uma certa parcela da elite enjoada.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, por cessão do Senador Antero Paes de Barros. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, povo brasileiro, graças a Deus, ainda ouço muito bem. Pelo que entendi – e tenho certeza de que entendi muito bem as palavras da Senadora Ideli Salvatti –, a questão mais importante hoje para ser discutida e contestada deixou de ser roubar; o mais importante agora é saber se está havendo distribuição de renda. A distribuição de renda, num sistema de roubo e de corrupção, se faz não entre os pobres, mas exatamente entre os ladrões, entre os corruptos. É triste ouvir esse tipo de mensagem.

Para a Senadora Ideli Salvatti, ética passou a ter outro sentido; ética deixou de ter a definição clássica dos nossos filósofos políticos e da própria Ciência Política.

Quero me referir ao debate, que, aliás, deixou o povo brasileiro muito alegre. Já deu para perceber, no

dia de hoje, pelos *e-mails* que estamos recebendo, que Lula é exatamente aquilo que você, brasileiro, viu no último domingo pela Rede Bandeirantes: o nada. Lula é exatamente aquilo que foi visto: a nulidade.

As estratégias do PT e do candidato Lula demonstram que ética não é plano de governo. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: parece-me que FHC é quem disputa a eleição com Lula.

Terceiro: o candidato Geraldo Alckmin, que é um *gentleman*, um homem extremamente educado, agora é agressivo. Essa foi a definição.

O quarto ponto é este que acabamos de ouvir e que os *e-mails* que recebemos dos petistas hoje procuram dar o tom, mostrando Lula como vítima. Agora, Senador Leonel Pavan, está em voga a tese da vitimologia. Lula é a vítima. De algoz para vítima, tentando sensibilizar a população brasileira para que ela o ache um coitadinho. Depois de massacrar o povo brasileiro durante quatro anos, depois de ter mentido para o povo brasileiro durante 25 anos, agora ele é a vítima.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o debate se iniciou pela ética, por onde exatamente deveria começar. Estranhei, portanto, quando Lula, depois do primeiro bloco, já começou a pedir arrego e a dizer: “Geraldo Alckmin, candidato, vamos falar de plano de governo”.

Meu Deus, ética não é plano de governo? E aí, do primeiro para o segundo bloco, ouve-se a Marta Suplicy – que escândalo as declarações da Marta; ela via o sol e estava se referindo à lua –, Márcio Thomaz Bastos, Celso Amorim, Jaques Wagner, todos, inclusive Lula, pedindo para encerrar a discussão sobre ética para falar sobre plano de governo.

Ética foi o principal tema do PT em todos os 25 anos. Que vergonha! Que coisa vergonhosa! Pedir arrego para não falar de ética. Ética não é item de plano de governo? Que história é essa? Um país, quando não é sério, quando vive atolado na corrupção, é um país sem credibilidade interna e externa; um país cujo governo não prima por princípios éticos e morais é abandonado pelos investidores, que passam a não acreditar e a não confiar.

Ora, Lula disse que esperava um debate de idéias. Portanto, ética deixou de ser idéia. Ética e moral não podem ser discutidas, corrupção e roubo não podem ser discutidos. Lula disse que o povo quer, na verdade, saber é como o Presidente vai melhorar sua vida.

Presidente Lula, o futuro Presidente vai melhorar a vida do povo, e do povo pobre, quando o futuro governo deixar de desviar R\$11 milhões para publicidade e cartilhas – como foi recentemente condenado pelo Tribunal de Contas da União –, quando os R\$11

milhões servirem para o pobre, para tirar a criança pobre da rua, para ter assistência médico-hospitalar, para não fechar hospitais, para inaugurar e colocar para funcionar o Hospital Sarah Kubitschek do Amazonas, como o candidato Geraldo Alckmin denunciou!

Que falta de vergonha! Quanto cinismo! Ora! Sabe quando é que Presidente vai dizer como vai melhorar a vida do povo? Quando acabar o caixa dois que o seu Governo criou, quando acabar o superfaturamento da Petrobras para sobrar dinheiro para os programas de governo. E tudo isso é discutir ética e moral, que Lula não quis! O Ministro Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, diz: “Chega, vamos parar de falar sobre ética e moral, vamos falar de plano de governo”. E o que é plano de governo?

Nós precisamos é restabelecer a dignidade do País. O País está aviltado, desmoralizado. Serviu de chacota aqui, interna e externamente.

Abrimos um *e-mail* com as seguintes palavras atribuídas a um estadista da América Latina: “O problema do Brasil são dois, os internos e os externos. O problema externo é o Morales; o problema interno, o ‘imorales’”. É essa a gaiatice que se faz na América Latina, hoje, com o Brasil. O problema externo que temos é a Bolívia, é o Presidente Evo Morales; e os problemas internos na verdade são as imoralidades praticadas por esse Governo e pelo Partido dos Trabalhadores.

O Presidente Lula queria que o candidato Geraldo Alckmin falasse a língua que o povo quer ouvir, pois quer saber como vai melhorar a vida do povo. Ora, vai melhorar quando o futuro Governo impedir o transporte de dólares roubados nas cuecas. Isso é ética, Senhor Presidente! Isso é moral pública. Ora, vai melhorar quando o futuro Governo, por meio dos seus companheiros de Partido, de 25 anos, deixarem o dinheiro público – cuja procedência ainda não foi explicada e servia para a compra do dossiê, R\$1,75 milhão – servir para o povo pobre.

Essa é a linguagem que o povo pobre quer ouvir, porque a sua vida vai melhorar quando o dinheiro público, dos 40% que ele paga em um quilo de arroz ou em um quilo de açúcar, como disse o nosso candidato Geraldo Alckmin à Presidência da República, quando o dinheiro do imposto for revertido em educação, segurança pública, estradas e infra-estrutura para o desenvolvimento do nosso País.

Contudo, para isso, é preciso que haja ética, é preciso que o Governo não seja corrupto. É essa a discussão que o Brasil queria ouvir, e ouviu exatamente pela iniciativa do candidato Geraldo Alckmin.

Ora, o Presidente diz: “Vamos falar de plano de governo, porque o povo quer saber como vai melhorar

sua vida”. A vida do povo vai melhorar quando o Governo não estabelecer valerioduto, transferindo o dinheiro público das estatais para Deputados, para Parlamentares, visando comprar sua consciência.

Ora, vamos melhorar a vida do povo colocando este País nos trilhos da moralidade, não transferindo dinheiro roubado, fruto da corrupção, para os paraísos fiscais.

Melhoraríamos a vida do povo se o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores tivessem a ética que pregaram durante 25 anos. Aí, sim, melhoraríamos a vida do povo.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Permite-me um aparte?

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Concederei assim que concluir o meu raciocínio, Senador Leonel Pavan.

E o Presidente diz: “O problema não é haver corrupção. O problema é punir”. Não, Presidente Lula, o problema primeiro é a corrupção, sim. E o segundo problema é não punir os corruptos. E o seu Governo é um fracasso nos dois itens, primeiro porque quem escolheu os ministros e assessores, quem escolheu o seu churrasqueiro foi Sua Excelência o Presidente Lula.

Portanto, Vossa Excelência, Presidente Lula, escolheu mal, não soube escolher. E uma das exigências intelectuais e de comportamento que deve ter um Presidente da República é saber escolher aqueles que o vão assessorar.

Aliás, quando diziam que ele não tinha grau de instrução e escolaridade, ele respondia, durante a campanha, que se cercava de uma plêiade de homens inteligentes, de intelectuais e de pessoas sérias, que estaria devidamente assessorado para conduzir os destinos do País. Falácia, mentira, engodo, embuste! Foi isso o que fizeram para o povo brasileiro.

Ora, não conhecer os companheiros lombrosianos, criminosos, de mais de trinta anos de convivência, é uma irresponsabilidade. É uma irresponsabilidade ter colocado na Casa Civil um Ministro que o Procurador-Geral da República denunciou como chefe de quadrilha, o Sr. José Dirceu.

E ainda vem dizer, no debate, que o problema não é ter corrupção, mas é punir? Não, o problema é ter corrupção, porque, quando se escolhe um Secretariado digno, não se tem corrupção. Eu tenho aqui à minha frente um Senador de Sergipe, meu companheiro de bancada, que é testemunha de que fui Prefeito de Aracaju e soube escolher o meu Secretariado.

Dez anos depois, não tive a infelicidade de ver nenhum secretário municipal meu processado, com contas negadas ou tornadas ilegítimas ou ilegais pelo

Tribunal de Contas ou pelo Ministério Público ou pela Câmara de Vereadores. Foram aproximadamente quinze secretários e, dez anos depois, não tive um único processo. E isso decorre da capacidade e da seriedade que se tem para escolher secretários, ministros e assessores à altura da dignidade do povo que lhe confia o voto.

O segundo ponto: “O problema não é ter corrupção, mas é saber punir”. Quem foi que puniu? Querem tapar o Sol com a peneira. Vir à tribuna para dizer que a Polícia Federal nunca prendeu tanto?! Delegados da Polícia Federal estão amordaçados e aprisionados. Temos conhecimento disso. Prendeu-se muito, porque nunca se roubou tanto neste País! Prendeu-se de forma desmesurada, porque os escândalos se sobrepõem numa velocidade tão grande que, antes mesmo de determinados fatos esquentarem na mídia, eles têm de sair para dar lugar a outro escândalo que está por chegar, que está por vir. Essa é a realidade.

Ora, Lula falando em punir?! A primeira coisa que ele fazia, Sr. Presidente e brasileiros, era desconsiderar as denúncias.

A primeira reação de Lula diante de uma denúncia era desconsiderá-la. O primeiro escândalo, Waldomiro Diniz, desconsiderou-o.

Ora, o segundo ato do Presidente, perdão, a segunda omissão do Presidente era não demitir. O Waldomiro Diniz não foi demitido pelo Governo, ele pediu exoneração. Quando ministros e assessores passavam a uma situação insustentável diante do escândalo, pela pressão do Parlamento, da população e da imprensa sobretudo, aí o Presidente fazia uma festa no Palácio do Planalto para a despedida daquele corrupto ou criminoso, a exemplo do que fez com o Sr. José Dirceu e a exemplo do que fez com o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que teve uma recepção no Palácio do Planalto para estabelecer a sua despedida, enquanto que, em um país sério, ele teria que sair dali algemado pelo crime que cometeu.

Ainda vir, com tanta hipocrisia, dizer em um debate: “Não, o problema não é corrupção; o problema é saber punir.” Como se ele tivesse punido alguém! Será que quer fazer o Parlamento de bobo, ou o povo brasileiro, ou a imprensa? Quem não sabe que, no primeiro escândalo, do Waldomiro Diniz, esta Casa, o Senado Federal, criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI dos Bingos, e a Mesa Diretora, cuja maioria de seus membros era do Planalto, presidida pelo nobre Senador José Sarney, cumpridas todas as formalidades, a Comissão não foi instalada, porque a Mesa não a instalou. A maioria desta Casa, governista, não quis que se instalasse.

O Senador Jefferson Péres e o Líder do PFL, Senador José Agripino, foram ao Supremo Tribunal Federal com um mandado de segurança, e a Corte Constitucional de Justiça deste País determinou à Mesa desta Casa que cumprisse a Constituição e instalasse a CPI – isso se deu mais de um ano depois. E o Presidente Lula chega ao debate e diz “O problema não é a corrupção. O problema é que eu sei punir.” Que coisa vergonhosa um Presidente mentindo para toda a população brasileira! Isso não se faz.

Naquela CPI, o que vimos? Pela maioria, todo tipo de obstrução: da Líder, Senadora Ideli Salvatti, e de toda a Bancada de sustentação do Governo para que os fatos não fossem apurados. Os fatos delituosos, criminosos e lombrosianos neste País, no Governo Lula, foram apurados pela pressão política da Oposição, da sociedade e sobretudo da imprensa brasileira e não por deliberação do Senhor Presidente Lula.

Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> permitir mais uns três ou quatro minutos para que eu possa concluir o meu pronunciamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Três minutos.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, terá a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – A primeira questão foi sobre a ética. A segunda é o fato de o candidato Lula tratar apenas de Fernando Henrique Cardoso. Quando Fernando Henrique Cardoso esteve no Governo, eu fiz oposição. Eu era do PDT, de Leonel Brizola, e, por consciência, fiz oposição. É preciso que se reconheçam os grandes e graves erros do Governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, aqui para nós, se formos estabelecer uma comparação entre o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula, tenham paciência. Ainda com todos os erros, prefiro o Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, povo brasileiro, essa não é a questão. Lula enfrentou FHC duas vezes. Não está enfrentando a terceira vez, não. E é bom que se diga: nas duas vezes em que Lula enfrentou FHC, ele, Lula, perdeu. No debate de domingo quem estava lá, ao lado dele debatendo, não era Fernando Henrique Cardoso, era Geraldo Alckmin.

Ora, todos nós sabemos, nobre Senador Arthur Virgílio – mais do que eu, sabe V. Ex<sup>a</sup> e os peessedebistas –, que a matriz política do Geraldo Alckmin não

é a de Fernando Henrique Cardoso. Nós sabemos da divisão que existe no PSDB, como em todos os partidos, e que a matriz de Geraldo Alckmin vem lá de Mário Covas.

O próprio José Serra, que foi Ministro do Governo Fernando Henrique, dele discordava em relação ao modelo econômico. Ele era Ministro da Saúde, mas tinha sérias divergências com a área econômica, sobretudo porque o seu ideário é desenvolvimentista, que é a matriz do nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin.

Portanto, comparar Lula com FHC, Lula já perde de lambuja, de longe, mas o correto seria Lula comparar-se ao Governo Geraldo Alckmin em São Paulo. Esqueça Fernando Henrique Cardoso. Não que ele tenha sido pior do que o Sr. Lula, mas porque em jogo não está a matriz, o perfil de administrador, de governante de Fernando Henrique Cardoso. Em jogo está uma matriz diferente, que é a do Geraldo Alckmin, que tem origem em Mário Covas, que tem similaridade com José Serra, e não com Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, quero conceder dois apartes: um ao Senador Arthur Virgílio e, logo depois, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já foram quatro. Então, terei de conceder mais dois.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> é extremamente benevolente!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> fosse breve.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Sr. Presidente! V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso feliz. Na verdade, se eu tivesse de discordar de alguma coisa, seria dessa matriz a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. O Presidente Lula, em determinado momento, perguntou se Geraldo Alckmin tinha vergonha de Fernando Henrique estar ali. Ele não sabia que Fernando Henrique estava dando uma palestra na Espanha naquele momento. Sempre se quer debater pelo debatedor. Tenho um assessor em Manaus que é assim, ele sempre quer debater por mim. Enfim, Alckmin poderia ter dito: “Quem tem razão de ter vergonha dos seus é você, Lula”!

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Claro!

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – “E vou lhe dar uma lista”. Aí, começaria pelos 40, a quadrilha dos 40 que o Procurador Antônio Fernando detectou. Poderia vir José Dirceu; poderia vir aquele outro do Palácio, o Waldomiro Diniz; essa turma desse dossiê



fajuto, falso e fraudulento que está aí. Ele poderia ter mostrado toda essa gente. O Berzoini, então, recentemente! Nunca vi um partido perder três ou quatro presidentes num ano só! Num ano só, três ou quatro presidentes caíram por razões ligadas à corrupção. É uma coisa realmente muito grave o que se passa neste Governo. E, se algo me deixa muito triste, é o Presidente Lula fazer uso do terrorismo com a história de que vai acabar a Zona Franca de Manaus, de que vai acabar o Bolsa-Família. Terrorismo de baixo nível. Ele, que foi vítima de terrorismo em 1989, não deveria descer a esse nível de baixezinha política, que só o reduz. Ele não tem o menor tamanho para a história. Vamos ver se também não terá tamanho eleitoral agora.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Ele fez, Senador Arthur Virgílio, uma referência ao Geraldo Alckmin, porque desejava a fiscalização e a investigação. Então, ele disse que o Geraldo Alckmin estava com saudade da ditadura. Não está, porque a ditadura está aí. Quem não se lembra do gesto ditatorial do Presidente? Não tenho autoridade para dizer que foi o Presidente, mas para dizer que foi o Presidente da Caixa Econômica e o Ministro!

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – E Geraldo Alckmin foi MDB. Ele é que votava na Arena; inclusive votou na Arena em 1970. Ele é que, àquela altura, tinha uma cabeça tipicamente de Direita.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Arthur Virgílio, postura ditatorial foi a de Antonio Palocci, Ministro da Fazenda do Governo Lula da Silva, no caso do caseiro Francenildo...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – ... então, um pobre coitado! Aí, sim.

Ouçó, com satisfação o Senador Leonel Pavan, para, logo a seguir, concluir o meu pronunciamento.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Serei breve. O meu aparte refere-se ao início do seu pronunciamento. Segundo V. Ex<sup>a</sup>, o Lula disse – e é verdade – que o PSDB estaria governando para as elites ou que quer governar para as elites. Pergunto: quem ganhou dinheiro nesses últimos anos?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Só banqueiro!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – E o que são os banqueiros?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – A elite financeira e econômica do País e do mundo.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – É mundial! Os banqueiros, com os juros! Então, é uma vergonha um presidente usar a palavra, microfone, a imprensa, para dizer bobagens, quando todos sabemos que quem ganhou dinheiro neste País, com o Lula, só foram os banqueiros.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, assim como o do Senador Arthur Virgílio.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Concluo, Sr. Presidente.

Eu não diria que estou decepcionado, porque essa decepção já é antiga com o Governo que aí se encontra, aí incluídos os seus aliados e aqueles que o defendem nesta Casa e no Congresso Nacional. Afirmando que ética e moral pública não são itens de um debate, porque não integram um plano de governo. Porém, um plano de governo verdadeiro começa exatamente na discussão da ética. Um dos grandes fatores de atraso da África deve-se ao fato de que não se pode excluir nenhum país do continente africano cujo governantes não sejam extremamente corruptos.

A corrupção é a desgraça, é a pior mazela do povo.

Portanto, se quisermos estabelecer a dignidade social neste País, precisamos, primeiro, cuidar da ética, para que os recursos liberados para a saúde, para a educação, para a segurança pública e para o saneamento básico cheguem até o cidadão pobre, em vez de serem desviados para o bolso daqueles que transportam dólares, para a cueca daqueles que transportam dólares, para as malas daqueles que chegam aos hotéis abastecidos de reais e de dólares, dinheiro do povo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu gostaria de comunicar à Casa que, há pouco, em reunião com os Líderes partidários, combinamos um procedimento que, se pudermos avançar com ele, seria muito bom para a produtividade que queremos.

Há na pauta várias medidas provisórias, e uma delas terá o seu prazo extinto na próxima sexta-feira, dia 17. O encaminhamento sugerido foi no sentido de

votarmos apenas a primeira medida provisória e convocarmos o Senado Federal para terça-feira, para tentarmos votar as demais medidas provisórias e o projeto de lei complementar do Senador Rodolpho Tourinho, que exige para sua aprovação 41 votos “sim”.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Enquanto aguardamos o **quorum**, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB.

Antes, porém, comunico que já existe **quorum** na Casa. Em seguida ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, começaremos a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cheguei esta madrugada de Manaus e tive tempo, a bordo, de conferir o noticiário desses últimos dias.

Já não há dúvida de que o Brasil vive sob uma indesejável escalada de mentiras, arquitetada com o propósito, por sinal inatingível, de prejudicar a candidatura tucana à Presidência da República.

No entanto, essa postura progressiva de armas, cada vez menos ética, numa guerra existente apenas no imaginário petista, prejudica duramente as populações mais pobres do Brasil. Gente simples que agora vive clima de pavor, de medo.

Querem um exemplo? No pequeno Município de Manaquiri, no meu Estado, a população vive sob o espectro desse medo, criado por cabos eleitorais de Lula, que andam mentindo escancaradamente, de norte a sul do Brasil. Suas presas são as pessoas mais pobres.

Em Manaquiri, a ribeirinha Marineuza Pereira Pinheiro disse ao jornal **Folha de S. Paulo**: “O pessoal está falando que se o Lula perder vão tirar a luz e a bolsa [ela se refere ao Bolsa-Família]. Aí, ficamos com medo”.

Esse “pessoal” a que ela se refere – “o pessoal está falando...” – são os agentes do sistema petista de São Paulo, algo execrável e próprio dos regimes totalitários. O sistema petista de São Paulo é real, existe! E, no momento, prega a cizânia entre os brasileiros. O jornal **O Estado de S. Paulo** e a revista **Veja** desta semana estampam dois mapas diferentes, os Brasis, resultado da escalada de impropriedades que aqueles sinistros agentes se dispõem a espalhar. Os agentes de São Paulo devem ter freqüentado cursos de terrorismo. Agem tanto nas pequenas como nas grandes cidades Brasil adentro.

Agora, eles se propõem, criminosamente, a minar as bases da Zona Franca de Manaus. Eis o que o aposentado José Raimundo Lopes, de Andiroba, disse, também à **Folha de S. Paulo** – certamente uma pessoa de boa fé, contrastando com a má-fé do Presidente Lula e dos seus agentes de informação:

“Tenho fé que ele (Lula) vai ganhar. Esse outro (Alckmin) vai tirar a Zona Franca de Manaus; vi isso na televisão. Não voto nele é nunca.”

Eu pergunto: existe mentira maior? Será que vou ser contraditado por alguém? Alguém vai dizer algo em defesa? Alguém vai argumentar ou haverá silêncio por parte dos que representam o Governo nesta Casa? Vale a pena alguém tentar se eleger mentindo?

Afora isso e todo o desserviço dos agentes petistas, a peta mais presente é a de que Alckmin, se eleito, vai acabar com o Bolsa-Família, tirar a energia elétrica e fechar as escolas.

Lamento, profundamente, esses desvãos do PT. Não há registro de nada igual na história política brasileira.

Tudo isso ocorre por outro medo. Não o medo que toma conta das populações pobres, vítimas da mentira. O medo é outro. É o medo que os petistas – e eu não quero ser injusto –, que certos petistas têm de uma derrota.

Há outros fatos que explicam o temor petista.

O desnível entre Alckmin e Lula no debate da Band explica, por exemplo, o frenesi do Presidente, que só após a noite do domingo se recompôs do susto de enfrentar o candidato tucano.

Ontem, Lula retomou seu habitual estado de delirante excitação e derramou impropérios que não ficam bem para um Presidente.

Recolho as palavras com que, desesperado, Lula supõe atingir Alckmin: “Alckmin se comporta como cidadão do samba de uma nota só”, “Alckmin se comportou como um ‘delegado de porta de cadeia’” – já falei sobre isso ainda há pouco.

O Presidente começa errando e agride os delegados de Polícia de todo o Brasil. Não há delegado de porta de polícia! Delegado é o guardião da cadeia. O ditado popular menciona “advogado de porta de cadeia”.

Lula, no fundo, tentou, freudianamente, falar mal dos delegados – seu governo não pode gostar de delegados – e, arrogantemente, insultar os advogados menos aquinhoados pela sorte, com banca mais modesta.

E mais: “Alckmin é arrogante, pedante, que fala com o nariz em pé, como se tivesse mais autoridade que os outros.” Mais ainda: “Alckmin parecia uma velha

sanfona quebrada que só faz o mesmo som.” E mais: “Alckmin é o candidato das elites.”

Lula pode falar o que quiser. A Nação sabe que suas palavras não formam frases corretas; formam, no máximo, palavreados chochos, sem suco, secos, sem miolo, sem grão; engelhados, ocos, fúteis, vãos, tolos, tontos, simplórios, enfraquecidos, débeis. Enfim, o que Lula fala é goro, o ovo choco, aquele que falhou.

Não faço essas comparações com gosto nem com alegria. Faço-as lamentando que quem anda destrambelhado e se põe a esse tipo de adjetivação seja nada mais, nada menos do que o Presidente da República Federativa do Brasil. O mesmo que agora quer se reeleger à custa de uma postura inadequada para o mais alto posto da Nação.

Infelizmente, como trombeteiro, Lula se coloca no lugar do sem graça, sem espírito, sem sal, insípido, o insulso Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil

até 31 de dezembro, por concessão nossa. Presidente, eu repito: por concessão nossa. Tivéssemos nós o espírito golpista do PT, teria saído antes e não exatamente por razões golpistas, até porque fraude e corrupção o seu Governo praticou à farta aos olhos de uma Nação perplexa. Portanto, Presidente da República até 31 de dezembro e nem mais um dia.

O PT acha que pode iludir o povo brasileiro com essa tática de inspetor de quartirão. Equivoca-se.

Lula, coitado, faz pena e merece certa comiseração. Não é equívoco o que ele diz. Não é mesmo! Ele, simplesmente, não sabe o que diz e vacila mesmo quando lê o que escrevem no Planalto para ele recitar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

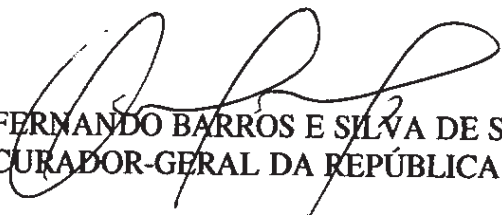
**OFÍCIO PGR/GAB/Nº 1289**

Brasília, 04 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência a anexa Nota Técnica, elaborada pela Secretaria-Geral do Ministério Público da União, que aponta a necessidade de correção de erros materiais no PLC nº 96/2006, que trata da Carreira dos Servidores do Ministério Público da União.

Atenciosamente,

  
**ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA**  
**PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

NOTA TÉCNICA/SG/MPU.  
Referência: PLC 96/2006

Senhor Procurador-Geral,

Da análise mais acurada do PLC nº 96/2006, verificaram-se outros erros materiais, além dos indicados no Ofício MPF/PGR/SG/Nº 641, de 06 de setembro de 2006, conforme se aponta abaixo:

#### **I - Art. 11**

Esse artigo, na redação em tramitação, possui dois §§ 1º, sendo necessário renumerá-los.

#### **II - Anexos III, V e VIII**

Referem-se a FUNÇÃO COMISSIONADA quando o projeto de lei trata de FUNÇÃO DE CONFIANÇA, sendo necessário corrigir a nomenclatura.

#### **III- Anexos V, VI, VII e VIII**

Referem-se ao art. 18 do Projeto de Lei, quando tratam de matéria relativa ao art. 16.

#### **IV- Anexos V e VI**

Esses anexos, que tratam do parcelamento dos valores integrais das Funções de Confiança e Cargos em Comissão, tem por objetivo diluir o impacto financeiro do aumento dos cargos e funções até dezembro de 2008.

Entretanto, prevêem o parcelamento das FC's 1 a 3 e das CC's 1 a 3, que não terão qualquer aumento. Isto porque a retribuição atual para esses cargos e funções, estabelecida pela Lei nº 10.476/2002, permanecerá em vigência até dezembro de 2008, conforme quadro comparativo abaixo:



Tabela vigente de valores integrais das funções comissionadas do MPU  
(Lei nº 10.476, de 27/06/2002, a ser revogada se aprovado o PLC 96/2006)

REDAÇÃO DO PLC 96/2006

NIVEL FC	INTEGRAL
FC-10	7.791,18
FC-09	6.901,70
FC-08	6.071,17
FC-07	5.297,25
FC-06	4.726,70
FC-05	4.277,75
FC-04	2.984,45
FC-03	2.600,49
FC-02	1.823,13
FC-01	1.567,95

ANEXO V  
FUNÇÃO DE CONFIANÇA  
(Art. 18, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)

FUNÇÃO COMISSONADA	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
FC-3	1.968,73	2.080,23	2.191,71	2.303,19	2.451,84	2.600,49
FC-2	1.380,24	1.458,41	1.536,56	1.614,72	1.718,94	1.823,15
FC-1	1.187,03	1.254,26	1.321,48	1.388,70	1.478,32	1.567,95

ANEXO VI  
CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL  
(Art. 18, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)

CARGO EM COMISSÃO	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
	15%	30%	45%	60%	80%	100%
CC-7	8.375,51	8.959,85	9.544,18	10.128,52	10.907,64	11.686,76
CC-6	7.419,31	7.936,93	8.454,56	8.972,18	9.662,35	10.352,52
CC-5	6.526,50	6.981,83	7.437,17	7.892,51	8.499,62	9.106,74
CC-4	5.694,53	6.091,83	6.489,12	6.886,41	7.416,14	7.945,86
CC-3	3.387,47	3.623,81	3.860,14	4.096,97	4.411,59	4.726,70
CC-2	3.065,72	3.279,61	3.493,50	3.707,38	3.992,57	4.277,75
CC-1	2.138,85	2.288,08	2.437,30	2.586,52	2.785,49	2.984,45

Essa discussão, que já havia sido superada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, constituindo objeto da Emenda de Adequação nº 1, foi retomada pela emenda substitutiva global.

A existência de erro material é inquestionável, posto que nenhuma alteração em plano de carreira seria proposta para reduzir salários. Por outro lado, a não correção desses anexos acarretará ofensa ao art. 7º, inciso VI, da Constituição Federal, que trata da irredutibilidade de vencimentos.

Propõe-se a repetição, nos anexos V e VI, dos valores das retribuições das funções de confiança e cargos em comissão que não serão reajustados (FC-1 a FC-3 e CC-1 a CC-3), bem como na supressão da linha que indica, no Anexo VI, os percentuais a serem utilizados para o reajuste dos cargos em comissão até dezembro de 2008, conforme abaixo:

**NOVA REDAÇÃO PROPOSTA**  
**ANEXO V**  
**FUNÇÃO DE CONFIANÇA**  
**(Art. 16, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)**

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
FC-3	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49
FC-2	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15
FC-1	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95

**ANEXO VI**  
**CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL**  
**(Art. 16, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)**

CARGO EM COMISSÃO	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
CC-7	8.375,51	8.959,85	9.544,18	10.128,52	10.907,64	11.686,76
CC-6	7.419,31	7.936,93	8.454,56	8.972,18	9.662,35	10.352,52
CC-5	6.526,50	6.981,83	7.437,17	7.892,51	8.499,62	9.106,74
CC-4	5.694,53	6.091,83	6.489,12	6.886,41	7.416,14	7.945,86
CC-3	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70
CC-2	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75
CC-1	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45

SG/MPU, em 29 de setembro de 2006.

  
**CARLOS FREDERICO SANTOS**  
**SECRETÁRIO-GERAL DO MPU**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães encaminhou à Mesa adendo ao parecer que será

lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

## ADENDO AO PARECER Nº 1049, DE 2006 – PLEN

*Ao Parecer nº 1.049, de 2006 (PLEN), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002, e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências.*

O Parecer nº 1.049, de 2006 (PLEN), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, apresenta os seguintes erros materiais nos Anexos III, V, VI, VII e VIII: a) há referência, errônea, à “Função Comissionada”, quando o correto seria “Função de Confiança”; e b) os valores atribuídos às “Funções de Confiança” nºs 1, 2 e 3 e aos Cargos em Comissão nºs 1, 2 e 3 são inferiores aos atribuídos pela Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, o que implica redução de salários, em ofensa ao inc. XV do art. 37 da Constituição.

A fim de extirpar os erros materiais indicados, os Anexos III, V, VI, VII e VIII do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO III

**(Art. 16 da Lei nº ....., de ... de ..... de 2006)**

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	VALOR (R\$)
FC-3	2.600,49
FC-2	1.823,15
FC-1	1.567,95



## ANEXO V

## FUNÇÃO DE CONFIANÇA

(Art. 16, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
FC-3	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49	2.600,49
FC-2	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15	1.823,15
FC-1	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95	1.567,95

## ANEXO VI

## CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL

(Art. 16, § 1º, da Lei nº ....., de.....de 2006)

CARGO EM COMISSÃO	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
	15%	30%	45%	60%	80%	100%
CC-7	8.375,51	8.959,85	9.544,18	10.128,52	10.907,64	11.686,76
CC-6	7.419,31	7.936,93	8.454,56	8.972,18	9.662,35	10.352,52
CC-5	6.526,50	6.981,83	7.437,17	7.892,51	8.499,62	9.106,74
CC-4	5.694,53	6.091,83	6.489,12	6.886,41	7.416,14	7.945,86
CC-3	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70	4.726,70
CC-2	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75	4.277,75
CC-1	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45	2.984,45

cj1004c9-200605354





## ANEXO VII

## CARGO EM COMISSÃO - OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO

(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

CARGO EM COMISSÃO	Vigência					
	jun/06	dez/06	Jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
	15%	30%	45%	60%	80%	100%
CC-7	5.444,08	5.823,90	6.203,72	6.583,54	7.089,97	7.596,39
CC-6	4.822,55	5.159,00	5.495,46	5.831,92	6.280,53	6.729,14
CC-5	4.242,23	4.538,19	4.834,16	5.130,13	5.524,75	5.919,38
CC-4	3.701,44	3.959,69	4.217,93	4.476,17	4.820,49	5.164,81
CC-3	2.201,85	2.355,47	2.509,09	2.662,71	2.867,53	3.072,36
CC-2	1.992,72	2.131,75	2.270,77	2.409,80	2.595,17	2.780,54
CC-1	1.390,26	1.487,25	1.584,25	1.681,24	1.810,57	1.939,89

## ANEXO VIII

## FUNÇÃO DE CONFIANÇA - OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO

(Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	Vigência					
	jun/06	dez/06	Jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
FC-3	1.279,67	1.352,15	1.424,61	1.497,08	1.593,70	1.690,32
FC-2	897,15	947,96	998,77	1.049,57	1.117,31	1.185,05
FC-1	771,57	815,27	858,96	902,65	960,91	1.019,17

cj1004c9-200605354



É a seguinte a redação final:

**PARECER Nº 1.108, DE 2006  
DA COMISSÃO DIRETORA**

**Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem.)**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem), que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga as Leis nºs 9.421, de 24 de dezembro de 1996, 10.475, de 27 de junho de 2002, 10.417, de 5 de abril de 2002 e 10.944, de 16 de setembro de 2004; e dá outras providências, consolidando as modificações propostas no Adendo ao Parecer, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 10 de outubro de 2006.

**ANEXO AO PARECER Nº 1.108, DE 2006**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO  
DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2006  
(Nº 6.469, de 2005, na Casa de origem)**

**Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração; revoga a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**CAPÍTULO I  
Disposições Gerais**

Art. 1º As Carreiras dos servidores dos Quadros de Pessoal do Ministério Público da União passam a ser regidas por esta Lei.

Parágrafo único. Cada ramo do Ministério Público da União terá Pessoal.

Art. 2º Os Quadros de Pessoal efetivo do Ministério Público da União são compostos pelas seguintes

Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I – Analista do Ministério Público da União, de nível superior;

II – Técnico do Ministério Público da União, de nível médio;

III – Auxiliar do Ministério Público da União, de nível fundamental.

Art. 3º Os cargos efetivos das Carreiras referidas no art. 2º desta Lei são estruturados em Classes e Padrões, na forma do Anexo I desta Lei, nas diversas áreas de atividades.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de que trata esta Lei, as áreas de atividades e as suas especialidades serão fixadas em regulamento, nos termos do **caput** do art. 27 desta Lei.

Art. 4º Integram o Quadro de Pessoal do Ministério Público da União as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Cada ramo do Ministério Público da União destinará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão aos integrantes das Carreiras do Ministério Público da União, observados os requisitos de qualificação e experiência previstos em regulamento, ficando resguardadas as situações constituídas até a data da publicação desta Lei.

§ 2º Será publicado semestralmente no **Diário Oficial da União** quadro-resumo contendo informações sobre a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão.

Art. 5º No âmbito do Ministério Público da União é vedada a nomeação ou designação, para cargo em comissão, de cônjuge, companheiro(a), parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º (terceiro) grau, dos respectivos membros, salvo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para o exercício perante o membro ou servidor determinante da incompatibilidade, situação que se aplica à função de confiança.

**CAPÍTULO II  
Do Ingresso Na Carreira**

Art. 6º O ingresso nos cargos das Carreiras de Servidores do Ministério Público da União far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos para o padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.

Parágrafo único. O Ministério Público da União poderá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 7º São requisitos de escolaridade para ingresso:

I – para o cargo de Analista, diploma de conclusão de curso superior, em nível de graduação, com

habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

II – para o cargo de Técnico, certificado de conclusão de ensino médio e/ou, se for o caso, habilitação legal específica, observada a disposição do parágrafo único do art. 3º desta Lei;

III – para o cargo de Auxiliar, certificado de conclusão do ensino fundamental.

§ 1º Além dos requisitos previstos neste artigo, poderá ser exigida formação especializada, experiência e registro profissional dispostos em lei.

§ 2º É vedado o desempenho de atribuições diversas daquelas fixadas para o cargo para o qual o servidor foi aprovado.

### CAPÍTULO III

#### Do Desenvolvimento Na Carreira

Art. 8º O desenvolvimento do servidor na carreira ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º A progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento, e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação oferecidos, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.

§ 3º A progressão funcional e a promoção não acarretarão mudança de cargo.

### CAPÍTULO IV

#### Da Remuneração

Art. 9º A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União é composta pelo vencimento básico do cargo e pela Gratificação de Atividade do Ministério Público da União – GAMPU, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 10. Os vencimentos básicos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 11. A Gratificação de Atividade do Ministério Público da União – GAMPU será calculada mediante a aplicação do percentual de 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o vencimento básico estabelecido no Anexo II desta Lei.

§ 1º A diferença entre o percentual da Gampu fixado por esta Lei e o decorrente da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, incidindo sobre os valores constantes do Anexo IX desta Lei, observada a seguinte razão:

I – 33% (trinta e três por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 36% (trinta e seis por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 39% (trinta e nove por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 42% (quarenta e dois por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 46% (quarenta e seis por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

§ 2º Os integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União que perceberem integralmente a retribuição da função de confiança ou do cargo em comissão, constante dos Anexos III e IV desta Lei, não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 3º Os servidores ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública e os servidores requisitados não perceberão a gratificação de que trata este artigo.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do **caput** do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, a gratificação de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 12. É instituído o Adicional de Qualificação – AQ destinado aos integrantes das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União portadores de títulos, diplomas ou certificados de ações de treinamento ou cursos de ensino médio, graduação ou pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, nos termos do regulamento próprio.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, só serão considerados os cursos reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação na forma da legislação específica.

§ 3º Os cursos de pós-graduação **lato sensu** serão admitidos desde que com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

§ 4º O Adicional de Qualificação – AQ somente será considerado no cálculo dos proventos e das pensões se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação, excetuado, ainda, do cômputo o disposto no inciso VI do art. 13 desta Lei.

Art. 13. O Adicional de Qualificação – AQ incidirá sobre o vencimento básico do cargo efetivo do servidor, observado o seguinte:

I – 12,5% (doze vírgula cinco por cento), aos portadores de título de Doutor;

II – 10% (dez por cento), aos portadores de título de Mestre;

III – 7,5% (sete vírgula cinco por cento), aos portadores de Certificado de Especialização;

IV – 5% (cinco por cento), aos portadores de diploma de curso superior;

V – 2,5% (dois vírgula cinco por cento), exclusivamente aos ocupantes do cargo de auxiliar portadores de certificado de ensino médio;

VI – 1% (um por cento), ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite máximo de 3% (três por cento).

§ 1º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 2º Os coeficientes relativos às ações de treinamento, previstas no inciso VI do **caput** deste artigo, serão aplicados pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar da data de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de 120 (cento e vinte) horas.

§ 3º O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 4º O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União cedido, com fundamento nos incisos I e II do **caput** do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não perceberá, durante o afastamento, o adicional de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.

Art. 14. Ficam instituídas a Gratificação de Perícia e a Gratificação de Projeto, ambas no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor, devidas, respectivamente, ao Analista:

I – que desenvolver perícia de campo ou a análise de documentação fora do ambiente da sede de trabalho, com o objetivo de subsidiar procedimento administrativo ou processo judicial, por determinação prévia do órgão colegiado de coordenação e revisão;

II – for designado para desenvolver e implementar projeto de especial interesse da Administração, pela autoridade superior da entidade.

§ 1º As gratificações previstas neste artigo não poderão ser percebidas cumulativamente, não serão atribuídas a ocupantes de função de confiança ou cargo em comissão e não se acumulam com o pagamento de hora extra.

§ 2º O Procurador-Geral da República regulamentará as gratificações de perícia e projeto, podendo, quanto à última, estabelecer limite de tempo para a sua percepção.

Art. 15. Fica instituída a Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, devida ao Analista ou Técnico que tenha suas atribuições relacionadas às funções de segurança no regulamento previsto no parágrafo único do art. 3º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico mensal do servidor.

§ 2º A gratificação prevista neste artigo não poderá ser percebida cumulativamente, não será atribuída a ocupantes de função de confiança ou cargo em comissão e não se acumula com o pagamento de hora extra.

Art. 16. A retribuição pelo exercício de função de confiança e de cargo em comissão é a constante dos Anexos III e IV desta Lei.

§ 1º Os valores fixados nos Anexos III e IV desta Lei entrarão em vigor a partir de 1º de dezembro de 2008, adotando-se, até essa data, as retribuições constantes dos Anexos V e VI desta Lei.

§ 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Ministério Público da União, investidos em função de confiança ou em cargo em comissão, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida:

I – até 30 de novembro de 2008, dos valores constantes dos Anexos VII e VIII desta Lei;

II – a partir de 1º de dezembro de 2008, de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados nos Anexos III e IV desta Lei.

## CAPÍTULO V

### Disposições Finais E Transitórias

Art. 17. Os cargos efetivos de Analista e Técnico, a que se refere o art. 3º da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, ficam reestruturados na forma do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Ficam enquadrados na mesma classe e padrão em que estiverem posicionados na data da publicação desta Lei os atuais servidores ocupantes dos cargos de Analista e Técnico.

Art. 18. Os Quadros de Pessoal dos ramos do Ministério Público da União corresponderão ao número de cargos efetivos das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União e de funções de confiança e cargos comissionados, providos e vagos, criados por lei e existentes na data da publicação desta Lei, ficando transformados em função de confiança as funções comissionadas FC-1 a FC-3, as quais continuarão a ser designadas como FC, e em cargo em comissão as funções comissionadas FC-4 a FC-10, que passarão a ser designadas CC, conforme o disposto nos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 19. O integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União não poderá perceber, a título de vencimentos e vantagens permanentes, importância superior a 80% (oitenta por cento) do subsídio devido ao Procurador-Geral da República.

Art. 20. Os concursos públicos realizados ou em andamento, na data da publicação desta lei, destinados aos quadros de pessoal do Ministério Público da União são válidos para ingresso nas Carreiras dos



Servidores do Ministério Público da União, observada a correlação entre as atribuições, as especialidades e o grau de escolaridade.

Art. 21. Aos servidores efetivos, requisitados e sem vínculos do Ministério Público da União é vedado o exercício da advocacia e consultoria técnica.

Art. 22. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União executam atividades exclusivas de Estado, relacionadas ao exercício de atribuições de natureza técnico-administrativa, essenciais às funções constitucionais inerentes ao Ministério Público da União.

Art. 23. Os ramos do Ministério Público da União fixarão em ato próprio a distribuição dos cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão nas Unidades componentes de sua estrutura.

Parágrafo único. Os Procuradores-Gerais de cada ramo de que trata este artigo ficam autorizados a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções de confiança e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa.

Art. 24. Serão aplicadas aos servidores do Ministério Público da União as revisões gerais de salários dos servidores públicos federais.

Art. 25. Ao servidor investido em função de confiança ou cargo em comissão é vedado o pagamento de hora extra e a redução da jornada de trabalho.

Art. 26. O Procurador-Geral da República regulamentará os limites de horas extras mensais e anuais relativos aos servidores do Ministério Público da União.

Art. 27. Observadas as diretrizes gerais fixadas pelo Procurador-Geral da República, cada ramo do Ministério Público da União baixará os atos regulamentares necessários à aplicação desta lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Será instituída comissão para a regulamentação prevista neste artigo, facultada a participação de 1 (um) representante das entidades, de âmbito nacional ou do Distrito Federal, representativas de classe dos servidores do Ministério Público.

Art. 28. Ao servidor integrante das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União será permitida movimentação, no mesmo ramo, a critério do Procurador-Geral respectivo, ou entre ramos diversos, a critério do Chefe do Ministério Público da União, para ocupação de vagas, no próprio Estado e no Distrito Federal, ou entre as diversas Unidades da Federação, consoante os seguintes critérios:

I – concurso de remoção a ser realizado anualmente entre os Servidores das Carreiras do Ministério Público da União ou previamente a concurso público de provas ou de provas e títulos das Carreiras do Ministério Público da União, descrito em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei;

II – permuta, em qualquer período do ano, entre dois ou mais servidores das Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, descrita em regulamento, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta lei.

§ 1º O servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa ou ramo em que foi lotado pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, só podendo ser removido nesse período no interesse da administração.

§ 2º O servidor removido por concurso de remoção deverá permanecer na unidade administrativa, ou ramo em que foi lotado, pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Art. 29. O servidor afastado para cursar pós-graduação, no país ou no exterior, com ônus total ou parcial para a instituição, só poderá se desligar do Ministério Público da União transcorrido o dobro do prazo de afastamento, salvo se ressarcir a remuneração percebida no período e as despesas decorrentes.

Art. 30. Caberá a cada ramo do Ministério Público da União, no âmbito de sua competência, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem atribuições de maior complexidade e responsabilidade.

Art. 31. O disposto nesta lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, nos termos do art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 32. Ficam resguardadas as situações constituídas até a data da publicação desta lei.

Art. 33. As despesas resultantes da execução desta lei correm à conta das dotações consignadas ao Ministério Público da União.

Art. 34. A diferença entre o vencimento fixado por esta lei e o decorrente da Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002, será implementada em parcelas sucessivas, não cumulativas, observada a seguinte razão:

I – 15% (quinze por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 30% (trinta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 45% (quarenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

§ 1º Os percentuais das gratificações previstas nos arts. 12, 14 e 15 incidirão sobre os valores constantes do Anexo IX mencionados no **caput** deste artigo.

§ 2º percentual das gratificações de que tratamos arts. 14 e 15 será implementado em parcelas sucessivas, não cumulativas, incidindo sobre os valores constantes do Anexo IX, observada a seguinte razão:

I – 5% (cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2006;

II – 11% (onze por cento), a partir de 1º de dezembro de 2006;

III – 16% (dezesseis por cento), a partir de 1º de julho de 2007;

IV – 21% (vinte e um por cento), a partir de 1º de dezembro de 2007;

V – 28% (vinte e oito por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

VI – integralmente, a partir de 1º de dezembro de 2008.

Art. 35. A eficácia do disposto nesta lei fica condicionada ao atendimento do § 1º do art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Ficam revogadas a Lei nº 9.953, de 4 de janeiro de 2000, e a Lei nº 10.476, de 27 de junho de 2002.

**ANEXO I**  
**(Art. 3º da Lei nº ....., de ... de ..... de 2006)**

CARGO	CLASSE	PADRÃO
ANALISTA	C	15
		14
		13
		12
		11
	B	10
		9
		8
		7
		6
	A	5
		4
		3
		2
		1
TÉCNICO	C	15
		14
		13
		12
		11
	B	10
		9
		8
		7
		6
	A	5
		4
		3
		2
		1
AUXILIAR	C	15
		14
		13
		12
		11
	B	10
		9
		8
		7
		6
	A	5
		4
		3
		2
		1

**ANEXO II**  
**(Art. 10 da Lei nº ....., de ... de ..... de 2006)**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA	C	15	6.957,41
		14	6.754,77
		13	6.558,03
		12	6.367,02
		11	6.181,57
	B	10	5.848,22
		9	5.677,88
		8	5.512,51
		7	5.351,95
		6	5.196,07
	A	5	4.915,86
		4	4.772,68
		3	4.633,67
		2	4.498,71
		1	4.367,68
TÉCNICO	C	15	4.240,47
		14	4.116,96
		13	3.997,05
		12	3.880,63
		11	3.767,60
	B	10	3.564,43
		9	3.460,61
		8	3.359,82
		7	3.261,96
		6	3.166,95
	A	5	2.996,17
		4	2.908,90
		3	2.824,17
		2	2.741,92
		1	2.662,06
AUXILIAR	C	15	2.511,37
		14	2.403,23
		13	2.299,74
		12	2.200,71
		11	2.105,94
	B	10	1.992,37
		9	1.906,58
		8	1.824,48
		7	1.745,91
		6	1.670,73
	A	5	1.580,63
		4	1.512,57
		3	1.447,43
		2	1.385,10
		1	1.325,46





**ANEXO VII**  
**CARGO EM COMISSÃO – OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO**  
 (Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

CARGO EM COMISSÃO	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
	15%	30%	45%	60%	80%	100%
CC-7	5.444,08	5.823,90	6.203,72	6.583,54	7.089,97	7.596,39
CC-6	4.822,55	5.159,00	5.495,46	5.831,92	6.280,53	6.729,14
CC-5	4.242,23	4.538,19	4.834,16	5.130,13	5.524,75	5.919,38
CC-4	3.701,44	3.959,69	4.217,93	4.476,17	4.820,49	5.164,81
CC-3	2.201,85	2.355,47	2.509,09	2.662,71	2.867,53	3.072,36
CC-2	1.992,72	2.131,75	2.270,77	2.409,80	2.595,17	2.780,54
CC-1	1.390,26	1.487,25	1.584,25	1.681,24	1.810,57	1.939,89

**ANEXO VIII**  
**FUNÇÃO DE CONFIANÇA – OPÇÃO PELO CARGO EFETIVO**  
 (Art. 16, § 2º, da Lei nº , de de 2006)

FUNÇÃO DE CONFIANÇA	Vigência					
	jun/06	dez/06	jul/07	dez/07	jul/08	dez/08
FC-3	1.279,67	1.352,15	1.424,61	1.497,08	1.593,70	1.690,32
FC-2	897,15	947,96	998,77	1.049,57	1.117,31	1.185,05
FC-1	771,57	815,27	858,96	902,65	960,91	1.019,17

**ANEXO IX**  
(Art. 34 da Lei nº ..... de ..... de 2006)

CARGO	CLASSE	PADRÃO	Vigência do Vencimento Básico					
			Inciso I	Inciso II	Inciso III	Inciso IV	Inciso V	Inciso VI
			15%	30%	45%	60%	80%	100%
Analista	C	15	5.301,50	5.593,72	5.885,94	6.178,16	6.567,78	6.957,41
		14	5.127,97	5.415,05	5.702,13	5.989,22	6.371,99	6.754,77
		13	4.960,13	5.242,11	5.524,09	5.806,08	6.182,05	6.558,03
		12	4.797,79	5.074,71	5.353,64	5.628,56	5.997,79	6.367,02
		11	4.640,79	4.912,69	5.184,60	5.456,50	5.819,03	6.181,57
	B	10	4.465,96	4.709,89	4.953,82	5.197,74	5.522,98	5.848,22
		9	4.319,75	4.559,42	4.799,09	5.038,76	5.358,32	5.677,88
		8	4.178,36	4.413,80	4.649,23	4.884,67	5.198,59	5.512,51
		7	4.041,61	4.272,84	4.504,08	4.735,32	5.043,63	5.351,95
		6	3.909,34	4.136,41	4.363,48	4.590,55	4.893,31	5.196,07
	A	5	3.762,08	3.965,69	4.169,30	4.372,91	4.644,38	4.915,86
		4	3.638,92	3.839,00	4.039,07	4.239,15	4.505,92	4.772,68
		3	3.519,80	3.716,37	3.912,93	4.109,50	4.371,59	4.633,67
		2	3.404,60	3.597,68	3.790,76	3.983,83	4.241,27	4.498,71
		1	3.293,18	3.482,80	3.672,41	3.862,03	4.114,86	4.367,68
Técnico	C	15	3.185,40	3.371,59	3.557,78	3.743,96	3.992,22	4.240,47
		14	3.081,18	3.263,96	3.446,75	3.629,53	3.873,34	4.116,96
		13	2.980,37	3.159,79	3.339,20	3.518,61	3.757,83	3.997,05
		12	2.882,87	3.058,94	3.235,02	3.411,09	3.645,86	3.880,63
		11	2.788,57	2.961,34	3.134,11	3.306,88	3.537,24	3.767,60
	B	10	2.683,35	2.838,83	2.994,32	3.149,80	3.357,11	3.564,43
		9	2.595,53	2.748,39	2.900,85	3.053,51	3.257,06	3.460,61
		8	2.530,62	2.660,48	2.810,33	2.960,19	3.160,00	3.359,82
		7	2.428,47	2.575,56	2.722,64	2.869,73	3.065,84	3.261,96
		6	2.349,03	2.493,37	2.637,71	2.782,04	2.974,50	3.166,95
	A	5	2.260,42	2.390,26	2.520,09	2.649,93	2.823,05	2.996,17
		4	2.186,44	2.313,93	2.441,43	2.568,92	2.738,91	2.908,90
		3	2.114,90	2.240,06	2.365,23	2.490,40	2.657,29	2.824,17
		2	2.045,70	2.168,56	2.291,42	2.414,29	2.578,10	2.741,92
		1	1.978,78	2.099,36	2.219,93	2.340,51	2.501,28	2.662,06
Auxiliar	C	15	1.903,08	2.010,42	2.117,77	2.225,12	2.368,24	2.511,37
		14	1.835,54	1.935,72	2.035,90	2.136,08	2.269,65	2.403,23
		13	1.770,43	1.863,84	1.957,24	2.050,65	2.175,20	2.299,74
		12	1.707,65	1.794,66	1.881,67	1.968,68	2.084,69	2.200,71
		11	1.647,13	1.728,09	1.809,06	1.896,03	1.997,98	2.105,94
	B	10	1.585,33	1.657,16	1.728,99	1.800,82	1.896,60	1.992,37
		9	1.529,22	1.595,81	1.662,41	1.729,00	1.817,79	1.906,58
		8	1.475,11	1.536,77	1.598,42	1.660,07	1.742,27	1.824,48
		7	1.422,93	1.479,92	1.536,92	1.593,92	1.669,91	1.745,91
		6	1.372,61	1.425,23	1.477,84	1.530,45	1.600,59	1.670,73
	A	5	1.321,39	1.367,34	1.412,89	1.458,64	1.539,63	1.580,63
		4	1.274,73	1.316,70	1.358,67	1.400,64	1.456,61	1.512,57
		3	1.229,73	1.268,15	1.306,57	1.344,98	1.396,21	1.447,43
		2	1.186,34	1.221,41	1.256,49	1.291,57	1.338,33	1.385,10
		1	1.144,50	1.176,44	1.208,37	1.240,30	1.282,88	1.325,46

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação a redação final. (Pausa.)

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à sanção.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que a Liderança do Governo acompanha o parecer e o ajuste feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. Nº 1.588/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

Assunto: envio de MPV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à Consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 298/06, do Poder Executivo, aprovada na sessão plenária do dia 4-9-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.”, conforme o disposto no art.62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência à Medida Provisória nº 298, de 2006, cujo ofício acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado, e o de vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, esgotando-se no próximo dia 17 de outubro.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da presente sessão.

É a seguinte a Medida Provisória recebida:

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006

**Abre crédito extraordinário, em favor de operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 74800 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO  
UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	M	I	F	VALOR
			S	R	O	U	T	
			F	N	D	E	E	
8352		ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR						1.008.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
20 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)						1.000.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.000.000.000
			T	3	1	90	0	360
		TOTAL - FISCAL						1.000.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.000.000.000

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 298, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que específica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

**ORÇAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO**  
**UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA**

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAOSUBTITULO/PRODUTO	EG	SH	M	I	F	VALOR
			FD	PT	OD	UE	TE	
		<b>0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR</b>						<b>1.000.000.000</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>						
20 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)						1.000.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.000.000.000
			F 3	1	90	0	360	1.000.000.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>						<b>1.000.000.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>						<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>						<b>1.000.000.000</b>



**MENSAGEM Nº 463, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
 Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

Brasília, 19 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 66/2006/MP

Brasília, 12 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

2. Os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

3. A urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra, pois a postergação da execução dessas despesas se dará sob risco de inviabilizar a compra e escoamento de safras, o que implicaria em prejuízos social e econômico para as regiões com excedente de produção.

4. Desse modo, a imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada por esse crédito extraordinário, as quais demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências, constituíram as circunstâncias que levaram à proposição da presente Medida Provisória.

5. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

6. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva**.

Of. nº 1.588/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
 Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal

Nesta

Assunto: envio de MPV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 298/06, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 4–9–06, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

**NOTA TÉCNICA S/N, DE 2006**

Brasília, 26-6-2006

**Assunto:** Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

**Interessado:** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

**1 Introdução**

A presente Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que estabelece, **ipsis verbis**:

“Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertence o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00, para o fim que especifica”.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 66/2006/MP, os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa

aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, a urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra, pois a postergação da execução dessas despesas se dará sob risco de inviabilizar a compra e escoamento de safras, o que implicaria em prejuízos social e econômico para as regiões com excedente de produção. A imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada pelo crédito extraordinário, demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências.

## **2 Subsídio Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária**

O exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias, consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

A proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

Não há que tecer comentários sobre a adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória adotada, dado que o Poder Executivo não indica as fontes de receitas para o atendimento das despesas previstas na Medida Provisória.

## **3 Conclusão**

O Poder Executivo não indicou a repercussão sobre a receita da União e da implicação quanto ao

atendimento das normas financeiras e orçamentárias vigentes. – **Joaquim Ornelas Neto**, Consultor.

### ***PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO***

**O SR. ANSELMO** (PT–RO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vou direto ao mérito, para ganharmos tempo.

No mérito, anota-se o crédito extraordinário destinado a recursos para atendimento de despesa relevante e urgente, dada a crise que se abateu sobre o setor rural em função de uma associação de fatores negativos, como a redução dos preços internacionais de **commodities** agrícolas e a valorização do real frente ao dólar americano, que provocou a queda acentuada dos preços de comercialização e de diversos produtos agrícolas, estando muito deles abaixo dos custos de produção.

Para amenizar os problemas, o Governo Federal propõe a elevação da dotação destinada na ação de garantia de sustentação de preço de comercialização de produtos agropecuários, na Lei nº 8.427, de 1992, por meio da qual lançará mão de leilões e de subvenção econômica, denominada prêmio de escoamento, e dos produtos cujo objetivo é estimular a aquisição dos produtos pelo próprio setor privado, garantindo o recebimento do preço mínimo estipulado pelo atual plano de safra pelos produtores rurais.

A emenda apresentada refere-se ao refinanciamento das dívidas rurais, matéria estranha àquela tratada na medida provisória em exame, pelo que recomendamos seu indeferimento, nos termos do inciso IV do art. 4º da Resolução nº 1.

Diante do exposto, somos favoráveis à Medida Provisória nº 298, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

**Proposição: MPV-298/2006****Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 20/06/2006**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento**Ementa:** Abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica.**Indexação:** Abertura de Crédito em favor do produtor rural, produção agropecuária, produto agrícola, financiamento, manutenção, Política de Garantia de Preços Mínimos, produtor rural, safra, produção**Despacho:**

5/7/2006 - Publicação no Diário Oficial da União, Poder Executivo - Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 463/2006 (Mensagem) - Poder Executivo

**Legislação Citada****Emendas**

- MPV29806 (MPV29806)

EMC 1/2006 MPV29806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Diniz

**Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV29806 (MPV29806)

PPP 1 MPV29806 (Parecer Proferido em Plenário) - Anselmo

**Última Ação:**

4/9/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria vai ao Senado Federal incluindo o processado, (MPV 298-A/06)

OBS: Consultar o site do Senado Federal para obter informações atualizadas sobre o andamento da proposição.

Andamento:	
20/6/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
20/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para emissão de parecer: 20/06/2006 a 07/07/2006. Comissão Mista: 20/06/2006 a 03/07/2006. Câmara dos Deputados: 04/07/2006 a 07/07/2006. Senado Federal: 08/07/2006 a 31/07/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 01/08/2006 a 04/08/2006. Congresso Nacional: 04/08/2006 a 07/08/2006. Congresso Nacional: 06/08/2006 a 18/08/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 06/08/2006 a 17/09/2006.
1/7/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Medida Provisória nº 298, de 2006, do Poder Executivo, que substitui à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 298, de 2006, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, em valor de R\$ 1.000.000.000,00.
1/7/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo que encaminha o processado da Medida Provisória nº 298, de 2006.
5/7/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publicação no Diário Oficial da União, Poder Executivo - Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência.
10/7/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhamento para o Plenário em virtude do DCD de 1/7/2006.
9/8/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designação pelo Deputado Anselmo (PP-RO) para proferir parecer em plenário pela Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Medida Provisória nº 298, de 2006, apresentada.
1/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em Plenário.

4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (COPOM) sobre o Projeto de Medida Provisória (MPV 290), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, quanto aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e oportunidade, pela aprovação do texto e orçamentaria, e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição da Emenda nº 1.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Encerrada a sessão.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Votação conjunta de 11 emendas.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Aprovação do Projeto de Resolução do Senado em parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de medida provisória financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 10, de 2006, CN.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Votação, quando o mérito, em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Rejeitada a Emenda nº 1, com parecer contrário.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Aprovação do Projeto de Lei nº 293, de 2006.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Votação conjunta de 11 emendas.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> Aprovação de Projeto de Resolução do Senado, encaminhado pela Resolução, Dec. Anselmo (PT-RO).
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (1ª Sessão)</b> A Matéria foi encaminhada ao Poder Judiciário para processamento (MPV 298-A/06).



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 32, DE 2006**

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 298, de 19 de junho de 2006**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00, para o fim que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 19 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de agosto de 2006.

  
Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS**  
**PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006, ADOTADA EM 20 DE JUNHO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO, NO VALOR DE R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS), PARA O FIM QUE ESPECIFICA”.

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
FERNANDO DINIZ	1

# EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA - 00001**

Mensagem 052/2006-CN

MPV 298/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica autorizada a utilização de recursos controlados do crédito rural, até 29 de dezembro de 2006, para a região da **ADENE**, em operações de crédito no valor necessário à liquidação de parcelas vencidas entre 2001 a 2006, inclusive os respectivos encargos de inadimplemento:

I - de operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores;

    ? O alongamento ou renegociação destes débitos atingirão até o ano de 2000 nas mesmas condições da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, para a região da **ADENE**.

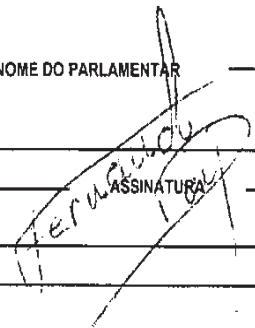
§ 2º A formalização das operações de que trata o caput deverá ocorrer até o dia 29 de dezembro de 2006.

§ 3º A medida de que trata o caput aplica-se também às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 1995, adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no art. 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 4º Fica autorizada a repactuação de dívidas, nas condições acima, oriundas de operações de crédito rural, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – **ADENE**, inclusive as operações originalmente contratadas ao amparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – **FNE**, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – **FAT**, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – **BNDES**.

JUSTIFICAÇÃO

Neste período de 1998 a 2000 a atividade rural foi afetada por secas reconhecidas pelo Governo Federal e, a partir do ano de 2001, os juros se tornaram fixos para a região da **ADENE** e, ainda, várias linhas de financiamento a exemplo do **BNDES** vigoram juros indexados pela **TJLP**, mesmo para setores prioritários, destacando a fruticultura, etc. Esta é a oportunidade de corrigir estas graves distorções que ainda existem no crédito rural desta região diferenciada constitucionalmente

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	FERNANDO DINIZ	MG	PMDB
DATA	ASSINATURA		
26/10/06			

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único da Medida Provisória nº 298, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um bilhão de reais, para o fim que especifica.*

À Medida Provisória foi apresentada uma emenda.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado Anselmo (PT – RO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição da emenda.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 4 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 4 de setembro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 4 de agosto, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 32, de 2006, e se esgotará no dia 17 de outubro;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 10 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

**PARECER Nº 1.109, DE 2006 – PLEN**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor Senador Romero Jucá é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar a palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação das emendas de parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 298, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atender à programação constante do anexo desta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO**  
**UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA**

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M P D	I O D	F U T E	VALOR
0352		ADASTECIMENTO AGROALIMENTAR						1.000.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
20 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)						1.000.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						1.000.000.000
			F	3	1	90	0,360	1.000.000.000
TOTAL - FISCAL								1.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								1.000.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não há acordo para prosseguimento da Ordem do Dia, portanto, vamos voltar à lista de oradores. No entanto, devo comunicar à Casa que o encaminhamento proposto e acatado por todos nós foi o de que na próxima terça-feira haverá sessão do Senado Federal para votarmos as medidas provisórias que trancam a pauta e, também, o Projeto de Lei Complementar do Senador Rodolpho Tourinho.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre o Estatuto

Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências,



para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

### 3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 4

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do

Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

### 6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

### 7

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

### 8

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal, caso não haja emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de*

*1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.*

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando for oportuno, eu gostaria de falar, para uma comunicação inadiável, como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romeu Tuma está inscrito. Em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição como Líder do PSDB nessa etapa pós Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> está, também, devidamente inscrito.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como há várias medidas provisórias pendentes de votação, informo à parcela significativa das lideranças dos servidores públicos que fizemos acordo para votar apenas essa, porque no dia 17 ela perderia a sua validade.

As demais medidas provisórias perdem a validade entre os dias 25 e 27, portanto, no dia 17, durante o novo esforço concentrado, será possível fazermos a votação. Inclusive, poderemos avaliar de forma mais adequada se há ou não possibilidade de qualquer tipo de alteração, até porque alteração em medida provisória demandaria retorno à Câmara dos Deputados. Talvez a avaliação da impossibilidade de retorno à Câmara, com possibilidade de votação de alteração, poderá, ainda, ensejar uma tratativa de possibilidade de o próprio Governo editar uma medida provisória complementar para contemplar determinadas questões que parcela dos funcionários públicos deseja fazer alterações nas medidas provisórias que aqui estão. Apenas para que as Lideranças, que têm acompanhando todo o desenrolar dessas tratativas, possam ter a clareza de que estamos buscando o aperfeiçoamento, da melhor maneira possível, para que as medidas provisórias não percam a validade e contemplemos parcela do que eles estão reivindicando ainda nas negociações do dia 17 e na seqüência.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A informação que temos – claro que sujeita a alteração – é que não haverá sessão deliberativa na Câmara dos Deputados na próxima semana.

Há pouco realizamos uma reunião de Líderes – e já comuniquei isso ao Plenário – em que tentamos buscar um acordo para votarmos alguns itens da pauta do Congresso Nacional. No entanto, não houve acordo de mérito, também com relação às matérias. Portanto, fiz um esforço, mas, lamentavelmente, não será possível votar, porque não houve a concordância dos Líderes para que isso efetivamente acontecesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para abordar um fato que, nesses dias, tem consternado o País. Refiro-me à imponderável colisão de dois aviões no espaço aéreo brasileiro. Esse terrível acidente, que deixou perplexa e triste a população brasileira, envolveu uma aeronave de fabricação brasileira, e uma outra, de maior porte, da Empresa Gol.

Como em toda tragédia, é previsível que as pessoas, primeiramente, apontem um culpado, para, em seguida, procurarem as causas. É isso o que percebemos pelos noticiários em geral, fundamentados por inúmeros testemunhos, que se demonstraram convincentes, a ponto de transparecer uma análise pura da verdade.

Tal é a opinião do jornalista americano, que, ao afirmar que o espaço aéreo, naquela região do Brasil, é inseguro, categorizou o sistema de controle e proteção ao vôo do Brasil de ineficiente. Como não esperou o término das investigações sobre o acidente, emitiu um conceito por ouvir falar, ou baseado em concepções políticas e sociológicas, talvez comuns nos países mais desenvolvidos.

Essa análise política se faz paralela com a figura de linguagem que conceitua a parte pelo todo. Se o Brasil é um País em desenvolvimento, seria semelhante a todos os outros da mesma categoria. Como é senso comum que, em países em desenvolvimento, os serviços prestados são de qualidade inferior aos dos países desenvolvidos, o jornalista conceituou o serviço de controle do espaço aéreo brasileiro daquela região como inseguro. Faltou-lhe conhecimento técnico específico sobre esse serviço e responsabilidade sobre a influência que opiniões jornalísticas podem causar. Faltou-lhe ainda um princípio que deve pautar todo o formador de opinião: a honestidade intelectual. O jornalista poderia dizer que os níveis de violência urbana no Brasil são mais elevados que nos países desenvolvidos. Afinal, há dados estatísticos que levam a essa interpretação. Isto é honestidade intelectual. Para afirmar, com honestidade, a respeito do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro, bastava buscar dados estatísticos sobre a segurança do transporte aéreo regular no Brasil. Iria constatar que os níveis de segurança desse setor se equivalem aos dos Estados Unidos. Enquanto o índice de acidentes do transporte aéreo regular dos Estados Unidos é de 0,5 por milhão de decolagem, o índice do Brasil é de 0,6. Na América do Sul e Caribe, este número alcança a cifra de 1,7 acidente por milhão de decolagens.

Se tomasse a parte pelo todo em seu próprio país, poderia categorizá-lo como também inseguro para o voo. Afinal, aeronaves de passageiros foram usadas em atentados terroristas inomináveis, sem que o sistema de controle aéreo dos Estados Unidos conseguisse identificá-los a tempo de evitar aquela atitude ignóbil. Mas não é isso que o índice de acidentes de transporte aéreo regular apresenta.

No caso brasileiro, a atitude de voo irregular foi detectada pelo controle de sistema de vigilância do espaço aéreo. Inúmeras vezes, o Legacy foi chamado pelos controladores sem que tenha havido resposta, segundo os relatos das autoridades aeronáuticas, que os jornais noticiaram. Por que os pilotos do Legacy não atenderam ao chamado do controle aéreo? Por que os pilotos do Legacy ainda estavam voando em um nível incompatível com a rota planejada? Por que os radares do controle não recebiam as informações do equipamento *transponder* do avião? Existem aí apresentados inúmeros fatores técnicos e operacionais que poderiam ter contribuído para a ocorrência daquela fatalidade.

Isso comprova a teoria que fundamenta o serviço de segurança de voo no Brasil. Um acidente não ocorre quando apenas um elo do sistema falha. A Aeronáutica usa a figura da carreira de dominós para demonstrar que é a seqüência de falhas que provoca um acidente. Se uma falha é percebida e eliminada a tempo, o acidente não ocorre, similarmente à carreira de dominós, que não é totalmente derrubada quando uma peça é retirada da seqüência. Se uma das falhas tivesse sido corrigida, o Boeing 737-800 da empresa Gol poderia estar, neste momento, nos céus. Uma daquelas possíveis falhas poderia ter sido sanada pelos pilotos do Legacy ou, se fosse percebida a tempo, pelos controladores de voo.

Nesse sentido, é muito precipitado, ou talvez muito desonesto, induzir a população a apenas relacionar o acidente com a opinião jornalística que considera inseguro o controle de tráfego aéreo naquela região. Esta afirmativa irrefletida pode trazer um sentimento de insegurança aos passageiros que pretendem ou que precisam trafegar pelo Brasil.

Enquanto o acidente deixou a população catatônica, tal o nível da tragédia, a atitude assertiva do comando da Aeronáutica, com certeza, trouxe aquele sentimento real de esperança e confiança na instituição. Confiança no profissionalismo e na presteza em servir à população. Servir à população pressupõe focar o princípio da solidariedade em momentos de dor pela qual passam os familiares dos passageiros.

Nesse sentido, foi de tocante sensibilidade o gesto da Aeronáutica em permitir que as suas asas de for-

ça se transformassem em asas de amor ao próximo ao transportar familiares até a região da queda para que lançassem pétalas de rosas sobre os entes queridos que lá jaziam. Essa sensibilidade é um exemplo ao servidor público para quando tratar aqueles que lhes pagam a remuneração. É pelo serviço bem feito e também feito com solidariedade que a população percebe que os impostos são aplicados corretamente. É com respeito ao contribuinte e com solidariedade à população que a Aeronáutica demonstra, ao longo do período em que se efetiva o resgate das vítimas, o compromisso do servidor público.

A eficácia do serviço prestado pela Aeronáutica também pôde ser medida pelo testemunho de pessoas que presenciaram a presteza e dedicação da equipe de militares na cena do sinistro. Dentre essas, destaco a declaração do também jornalista Lincoln Macário, da CBN, que dizia “que soube do desaparecimento da aeronave da Gol, por volta das 17:00h, em Cuiabá”.

No dia seguinte, ele decolou às 04:00 horas para chegar ao local do resgate ao amanhecer. Em menos de 24 horas do acidente já se ouvia dos parentes, compreensivelmente, reclamações sobre o atraso do processo de localização da aeronave. Entretanto, quando chegou à Fazenda Jarinã, um helicóptero já havia pousado, e, em menos de quatro minutos, outro helicóptero, trazendo equipamentos e combustível, chegou. Em mais 10 minutos, uma aeronave Bandeirante lançava pára-quedistas, para, em seguida, embarcarem no helicóptero. Foi tudo muito rápido. Ele declarou também que pôde perceber que a Aeronáutica está preparada e engajada para esse tipo de operação. Eles não são amadores, são profissionais. Em seguida, ele afirmou que, apesar das dificuldades por que passam as Forças Armadas, essa operação lhe deixou muito orgulhoso, e que ainda quebrou vários preconceitos em relação ao trabalho dos militares.

Portanto, se algum jornalista, por ouvir dizer, poderia ser capaz de provocar insegurança nos passageiros que voam pelo espaço aéreo brasileiro, outro, como testemunha, pôde declarar que os militares são profissionais, e que o serviço que prestaram lhe deixou orgulhoso e ainda lhe quebrou preconceitos.

Se o jornalista Lincoln atestou que os militares são profissionais para o caso do resgate das vítimas, não há motivo para achar que o profissionalismo se encerra nessa operação. Portanto, tal como ele, é preciso quebrar os preconceitos e considerar, como presunção, que o profissionalismo dos militares também se acha em diversas áreas em que a Força Aérea atua.

Assim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o mais prudente seria aguardar o resultado final das investigações.



Sr. Presidente, como Diretor da Polícia Federal, vooi várias vezes pela Amazônia. Nessas últimas décadas, por mais de vinte anos, vi a evolução da tecnologia e do acompanhamento da fiscalização do voo das aeronaves, por intermédio do Cindacta, que foi se formando ao longo do tempo, do Sivam e de outras operações da mesma envergadura naquela região da Amazônia.

Tenho vários dados que me foram fornecidos, mas como o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, apresentou um requerimento hoje, eu os deixo para as discussões na Comissão.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não, Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Romeu Tuma, penso que V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento interessante. Houve muitos pronunciamentos falando de solidariedade, da questão das vítimas em si, da agonia do Brasil, das famílias – e todos estamos enlutados –, mas V. Ex<sup>a</sup>, repito, faz um pronunciamento com muita propriedade, com muitos detalhes, muitos indicativos. São detalhes que reforçam o nosso orgulho de ter, no Brasil, um sistema dos mais seguros do mundo. Ao acontecer esse acidente em mata fechada, fica comprovada a perícia e o preparo dos nossos militares, já sabido, mas ao qual damos muito pouco valor. Essa é a verdade. Só atentamos para o fato quando ocorre uma tragédia dessa natureza. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem a região porque por ela passou tantas vezes, explodindo pistas clandestinas do narcotráfico, de pouso de aeronaves pequenas. Lembro-me de que, na época da CPI do Narcotráfico, havia 1,8 mil pistas clandestinas na Amazônia para aeronaves de pequeno porte usadas no tráfico de drogas. Então, parabenizando V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, enfatizo que o orgulho que V. Ex<sup>a</sup> sente pelo preparo dos nossos militares é o que o País deve sentir, porque, na verdade, eles estão preparados e já se avançou muito. Nosso aparelho, para a tranquilidade daqueles que voam no Brasil, é um dos mais sofisticados e preparados. Vivemos num País com um dos menores índices do mundo de queda de aeronaves e de acidentes trágicos por conta dos profissionais que existem neste País. Por isso, faço este aparte, parabenizando V. Ex<sup>a</sup> por tão brilhante pronunciamento.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho muito orgulho de ser amigo das Forças Armadas do Brasil. Numa hora dessa, em que as dificuldades e os obstáculos são enormes, a vocação profissional, a dedicação e a solidariedade aos seus

semelhantes fazem com que eles consigam trazer à nossa vista, ainda que com muita amargura e tristeza, a sua eficiência na realização de suas missões.

Muito obrigado, Senador Magno Malta, pelo aparte.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

*Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário.

Em seguida, falará o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no penúltimo fim de semana, a atenção de todo o País ficou dividida entre a grande celebração democrática das eleições que ocorreram naquele domingo e o pesar pela tragédia ocorrida na sexta-feira anterior com o acidente do Vôo nº 1907 da Gol, o pior da história da aviação brasileira.

Tocado por essa grande tragédia, fiz questão de vir a esta tribuna exprimir minha consternação e minhas condolências e prestar minha solidariedade às famílias e aos amigos daqueles que desapareceram nesse terrível acidente.

Fico pensando na incrível conjunção de causas fortuitas que resultaram no desastre. As causas ainda precisam ser completamente esclarecidas, mas o que se sabe até agora, pelo que temos visto na imprensa, é que a queda do Boeing deveu-se a um choque com uma pequena aeronave, um Legacy, fabricado pela nossa Embraer, que conseguiu pousar com poucas avarias. Um choque no ar já é raríssimo. Que tenha ocorrido nas circunstâncias em que ocorreu é desconcertante, é incrível!

O mais trágico é que, diante do imprevisível, toda perícia se torna relativa. O Comandante do voo, o piloto Décio Chaves Júnior, verdadeiramente vocacionado para a aviação, era um perito com mais de 15 mil horas de voo, sendo quatro mil horas no Boeing 737. Casado, pai de um filho, Décio Chaves Júnior era piloto desde 1980. Natural de Uberlândia, ele cresceu em Brasília, onde entrou para o aeroclube local e se tornou piloto de táxi aéreo no Distrito Federal. Foi, depois, piloto da Transbrasil por mais de 20 anos. Em outubro de 2001, entrou para a Gol, e sua competência e experiência, aliás, qualificavam-no como instrutor. Seus colegas são

unânicos em apontar sua seriedade, seu cuidado com os mínimos detalhes, sua dedicação ao trabalho.

Em comunicado oficial, o Presidente da Companhia, Constantino de Oliveira Júnior, disse que o piloto e o co-piloto ficarão na memória da empresa, que sempre se orgulhará da atuação de ambos. Ele disse: “Décio e Thiago são nossos heróis, assim como os comissários que integravam a tripulação. Merecem nossas homenagens e nosso agradecimento eterno. Nunca sairão de nossa lembrança”. Foi o que afirmou o Sr. Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da Companhia Gol.

Ainda em nota oficial, o Comandante David Barioni Neto, Vice-Presidente Técnico da empresa Gol, fez questão de ressaltar a total confiança que a companhia depositava em seu piloto, assim como em toda a tripulação do Vôo nº 1907: o co-piloto Thiago Jordão Cruso, as comissárias Renata Souza Fernandes e Sandra da Silva Martins e os comissários Nerisvan Dackson Canuto da Silva e Rodrigo de Paula Lima.

Deixo aqui meus mais profundos pêsames aos familiares e aos amigos de cada um deles. Sei que é impossível mensurar a dor que sentem pelo desaparecimento brusco de um ente querido, mas quero dizer que compartilho do seu sofrimento.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer uma menção especial a alguns passageiros também mortos naquele acidente de tão trágicas conseqüências. Quatro deles tinham como destino final de sua viagem o meu querido Estado de Sergipe.

Marcelo Eduardo Fontes Lopes, carioca de nascimento, vivia há oito anos no Estado de Sergipe, trabalhando como supervisor de qualidade de uma empresa de embalagens no Distrito Industrial de Aracaju. Viajou a Manaus a trabalho e voltava para sua esposa e para sua filha de cinco anos de idade.

Rogério Barbosa da Silva era sergipano. Mudou-se para Manaus a trabalho, mas não se adaptou à cidade. Voltava definitivamente para Sergipe no Vôo nº 1907 para matar sua saudade e para ficar definitivamente em Sergipe.

Os dois outros passageiros com destino a Sergipe ainda não foram identificados.

Às famílias de todos eles, manifesto toda a minha solidariedade. Pouco podemos fazer em momentos como este, de dor tão intensa, a não ser compartilhar a dor e buscar conforto.

Sr. Presidente, após essas palavras com as quais homenageio pessoas desaparecidas nesse desastre que deixou toda a Nação consternada, triste e amargurada, eu gostaria de, mudando de assunto, falar sobre um tema que considero crucial, da maior importância que se debata não só no âmbito do Senado Federal,

mas também na Câmara dos Deputados e no Governo Federal.

Os Prefeitos municipais, notadamente daquelas comunas mais pobres que vivem do Fundo de Participação como única receita capaz de mudar o perfil social e econômico da região ou do seu Município, estão passando sérias dificuldades, notadamente com o auto-endividamento das Prefeituras com o INSS.

A Previdência Social montou um esquema de fiscalização das Prefeituras, para pegar as mínimas falhas, com o objetivo puro e exclusivo de aumentar sua arrecadação. Isso não aconteceu apenas neste Governo, Sr. Presidente, mas também em outros, e sabemos que uma parte do que é cobrado dos Municípios, da fiscalização que é efetuada, sobra para os fiscais que promovem o controle da arrecadação.

Sr. Presidente, muitos Prefeitos, até por desídia, por irresponsabilidade, por falta de cuidado, não recorreram das fiscalizações que foram efetuadas nas Prefeituras. E o efeito disso sobre a receita dos Municípios é realmente injusto, pois os Prefeitos ficam completamente sem condições de continuar a fazer uma administração conseqüente, conforme prometeram em suas campanhas.

Há Prefeituras que estão retirando do Fundo de Participação ou de suas receitas totais 40%, para depositar na conta do INSS. Esse depósito é compulsório, é obrigatório, sob pena de haver intervenção no Município. A Previdência recolhe o dinheiro resultante dessa fiscalização, desse débito perante a Previdência, deixando os Municípios em completa penúria. Conheço Prefeitos do meu Estado que estão sem condições de planejar e de fazer uma obra sequer, de aumentar o serviço de saúde ou de educação, porque grande parte de sua arrecadação, proveniente do Fundo de Participação e de outras receitas, vai diretamente para a Previdência Social.

Sr. Presidente, temos de encontrar uma limitação para isso, porque a pequenez dos recursos, determinada pelo Fundo de Participação, que deveria ser aumentado na minirreforma tributária que está tramitando na Câmara dos Deputados, fica agravada com essa dívida da Previdência. Os Municípios estão enfrentando uma situação caótica; uma verdadeira bomba relógio está em cima das receitas municipais. Isso, amanhã, poderá redundar no fechamento das Prefeituras do interior do nosso País, o que não é bom, porque o cidadão e a cidadã moram no Município e exigem o cumprimento de promessas do Prefeito, exigem respostas do Prefeito, por exemplo, no setor da saúde, em que grande parte da responsabilidade foi avocada para os Municípios.

A nossa sugestão, Sr. Presidente, é no sentido de que possamos, por meio da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, colocar, na resolução que trata do endividamento das comunas municipais, um dispositivo que fixe o máximo da receita municipal comprometida com o endividamento. Na realidade, com relação às dívidas genéricas, sem falar na Previdência, já existe a limitação, se não me engano, de 13% ou de 13,5%. Então, deveríamos limitar, para sermos justos.

Sr. Presidente, está havendo um problema no som.

Então, a verdade é que, se estabelecermos uma limitação para o pagamento dessa dívida, resolveremos um grande problema que enfrentam os Municípios brasileiros. Ora, se há limitação para o endividamento de Estados e de Municípios, por que não há para a cobrança aos Municípios da dívida da Previdência?

Estabelecendo essa limitação, ajudaremos os Prefeitos municipais a realizar seus planos estratégicos de governo, que, muitas vezes, são elaborados sem que se pense nas conseqüências ou nos efeitos de administrações desastrosas, que deixaram os Municípios endividados, em pandarecos. Alguns Prefeitos não tiveram sequer o cuidado, por intermédio de seus advogados, de fazer o devido recurso, para evitar esse endividamento acachapante sobre o qual estou referindo-me neste instante.

Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento, dizendo que, dentro em pouco, apresentarei um projeto de lei. Para resolver esse problema, o ideal seria que, numa medida provisória, que tem prazo para deliberação, colocássemos uma emenda, estabelecendo que o montante da dívida a ser cobrado, em relação à Previdência dos Municípios, não ultrapassasse 13% das receitas. Assim, resolveríamos em definitivo essa questão que se vai avolumando, cuja solução vem, há anos e anos, sendo procrastinada, como no caso, por exemplo, da dívida dos trabalhadores e dos produtores rurais.

Aliás, falando em produtores rurais, tomei conhecimento de que o Governo acaba de fazer, por meio do Conselho Monetário Nacional, a regulamentação daquela lei que, resultando de uma medida provisória, estabelece regras para a prorrogação das dívidas rurais. Essa regulamentação ocorreu apenas em relação aos produtores endividados do Pronaf; quanto aos demais, ainda não houve regulamentação.

Esperamos que, como se trata de lei específica, a ser aplicada com prazo certo e determinado, o Governo se debruce não apenas sobre o Pronaf – programa realmente importante, porque lida com a agricultura familiar –, mas também sobre o caso dos

produtores que exercem atividades outras e que têm um endividamento alto, de até R\$100 mil na origem. Que eles possam também ser beneficiados com a lei que aqui foi debatida com afinco pelos Senadores e pelos Deputados Federais! Que consigamos, por meio de consenso, fixar regras vantajosas tanto para os Bancos credores, como para os produtores rurais, que, ao longo de muitos anos, foram castigados por planos econômicos mirabolantes, que inviabilizaram a prática da agricultura como atividade econômica! O alto endividamento a que ficaram os agricultores submetidos e a redução de sua remuneração e de sua lucratividade tornaram quase impossível a agricultura em determinadas regiões do País, principalmente no Nordeste, onde vivo.

Basta dizer que, considerando-se o montante da negociação a ser feita no valor máximo de R\$100 mil na origem – tema de emenda de minha autoria, apresentada no Senado Federal e acatada pelo Relator Fernando Bezerra –, só no meu Estado, mais de 70 mil produtores rurais serão beneficiados com essa lei, ora regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento em definitivo, para dizer que o Governo tem de se debruçar sobre essa questão da dívida das Prefeituras com a Previdência Social, dívida que foi efetuada, muitas vezes, sem a devida fiscalização dos Prefeitos que estavam no exercício do mandato e que foi recrudescer, aparecer nas administrações subseqüentes, tornando-as inviáveis.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer, Senador Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> traz aqui um tema de extrema relevância. Esses dias, o Ministro Ciro Gomes comentou numa entrevista, e o Presidente também falou, que se tomou uma providência na administração pública de acabar com a “fila burra”. A “fila burra” era o seguinte: num programa qualquer de um Ministério, uma Prefeitura estava inadimplente exatamente por dívidas com a Previdência, por não ter o CND, e aí a fila parava, e não se fazia convênio com as outras. Hoje, quem apresentar o projeto e estiver em dia assina o convênio independentemente de aquela primeira estar engasgada. Mas isso não resolve essa questão crucial a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Para resolver isso, precisávamos aprovar no Senado Federal o projeto de lei apresentado, na época, pelo então Senador José Alencar, hoje Vice-Presidente da República, que fixava em 5% da Receita Corrente Líquida o pagamento da



dívida pública dos Estados e dos Municípios – hoje, está em 13%, em 15% – com a União. Vou explicar o porquê, Senador Antonio Carlos. Essa dívida dos Estados e dos Municípios com o Governo Federal cresceu muito por conta da política macroeconômica, que aumentou muito os juros para conter a inflação. Ora, os juros internacionais também cresceram muito, mas o Brasil, quando fez sua renegociação, recebeu um rebate que não repassou para Estados e Municípios, que continuam pagando muito caro uma dívida pública que cresceu com juros fixados pelo credor, que é o Governo Federal. A partir do momento em que essa dívida pública alcançar 5% da Receita Corrente Líquida, certamente Estados e Municípios voltarão a ser adimplentes. Essa é também uma maneira também de atendê-los, somando a esses os argumentos que V. Ex<sup>a</sup> mencionou. Não é possível mais o sujeito assumir uma prefeitura completamente quebrada, sem condição de fazer investimentos, relegando aqueles entes que estão mais próximos ao povo e oferecendo péssimos serviços públicos à nossa população. Não adianta mais sairmos com aquela situação de criarmos taxas. Criamos a taxa do lixo, a taxa da luz. O povo não agüenta mais pagar! Ou, então, dizemos: “O tributo federal sobre imposto rural agora ficará para os Municípios”. Por que o Governo deu? Porque não era possível cobrar. “Então, se conseguirem cobrar, fiquem com eles para vocês”. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Precisamos nos debruçar e tornar viáveis nossos 5.562 Municípios. Precisamos viabilizá-los economicamente, para haver novamente uma política pública neste País. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns!

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Crivella. O Governo já se comprometeu, falta apenas a Câmara dos Deputados tomar uma providência, aprovar aquele 1% do Fundo de Participação para melhorar um pouco a receita dos Municípios. Mas, mesmo assim, se continuar esse endividamento horroroso da Previdência, não se vai resolver a questão da receita municipal em todo Brasil. Isso é uma pena, porque a falta de investimento vai redundar, sem dúvida alguma, em prejuízo do crescimento do nosso País.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e incorporo seu aparte a este pronunciamento, com muito prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros por permuta com o Senador Almeida Lima, por 20 minutos, como orador inscrito. Em seguida falará o Líder Arthur Virgílio, do PSDB. (Pausa.)

Em face de solicitação do Senador Antero Paes de Barros, falará primeiramente o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabo de receber da Dr<sup>a</sup> Sílvia Frazão *e-mail* em que ela agradece, falando em seu nome e nos dos advogados brasileiros, como membro do Tribunal de Ética e Disciplina e da Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem da Seccional do Maranhão, a defesa que aqui fiz dos advogados humildes que o Presidente Lula agrediu ao se referir a “delegado de porta de cadeia” – na verdade ele queria dizer “advogado de porta de cadeia” –, humilhando os advogados humildes que não têm uma banca portentosa como a do Dr. Thomaz Bastos. E se referiu a delegado, Senador Heráclito Fortes, por um ato falho. E quem dirige um Governo como esse, no fundo, não pode gostar muito de delegado, não tem razões para gostar de delegado de maneira forte.

Recebi um outro *e-mail* do Nordeste, falando que o Nordeste é berço antigo da cultura jurídica e literária do Brasil, e hoje, no Governo Lula, tentam apresentar a face de uma Região que teria virado um curral eleitoral. Ele se refere aqui ao “bolsa miséria”. Eu, para mim, julgo necessário o Bolsa-Família, e essa idéia foi uma idéia do Presidente Fernando Henrique. Aliás, há uma dúvida sobre a paternidade: nasceu primeiro em Campinas, com o “Grama”, o ex-Prefeito tucano de Campinas, ou nasceu primeiro com Cristovam Buarque, em Brasília, quando Governador? Mas o fato é que Fernando Henrique deu amplitude nacional ao Bolsa-Escola, assim como criou o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), assim como criou o Vale Gás, o Vale Alimentação, políticas compensatórias que, na cabeça de Fernando Henrique, tinham de ter porta de entrada e porta de saída. Na cabeça de Lula, não. Ele já mostrou claramente que, por ele, se perpetuaria a miséria no País.

Chegou a dizer, numa dessas tolices proverbiais que profere a cada dez minutos, que os pobres dão pouco trabalho. Então, se pensa assim, deve imaginar que seria ótimo para ele manter um contingente brasileiro expressivo de pobres, para não darem trabalho ao seu suposto segundo governo, que ele julgava como certo e agora está indo cada vez mais para os desvãos da derrota.

Esse cidadão do Nordeste, Sr. Lucas, disse que quer ver, no seu Estado, o Nordeste das idéias, das faculdades de Direito. Eu aqui acrescento que é o Nordeste de Joaquim Nabuco; e de Gilberto Freyre – aqui já sai do ramo do Direito. O Nordeste da intelectualidade, da produção de idéias, idéias geniais. O Nordeste de Tobias Barreto, o grande filósofo, um dos maiores intelectuais brasileiros de todos os tempos. O Nordeste de Gilberto Amado; de Castro Alves. O Presidente Lula



pretende reduzir esse Nordeste brilhante ao Nordeste curral eleitoral, aquele que ele manipularia e de que obteria os votos de cordeiros.

Na minha terra, Senador Heráclito Fortes – já concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> –, foi difícil fazer uma campanha. Ele intimidou candidatos de todo tipo. A mim não intimidou. Eu vivo sob a ética do dever.

Muitas pessoas têm como certo que uma vitória do candidato Alckmin significaria o esvaziamento da Zona Franca de Manaus. E mais ainda: a **Folha de S. Paulo** publicou, magistralmente, que uma pessoa no pequeno Município de Manaquiri, perto de Manaus, que sofreu aquela estiagem recente, quando a paisagem amazônica virou nordestina, com solo rachado, enfim, uma pessoa humilde disse à **Folha** que ia votar em Lula porque senão Alckmin tiraria a energia elétrica de Manaquiri, suspenderia o Bolsa-Família. Ou seja, ele, que foi vítima em 1989 desse tipo de golpe; ele, que foi vítima desse tipo de truculência, procura reeleger-se por métodos escusos, por métodos absolutamente incondizentes com a figura da primeira magistratura da nação.

Mas o Sr. Lucas afirma: “Lula não está honrando o dizer de que o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Arrogância e violência são sinais de fraqueza. Espero ver sinais de força vindos dos nossos candidatos do PSDB, para não entregarmos o Nordeste ao dinheiro venezuelano ou do turista alemão”. Quando fala em turista alemão, refere-se ao turismo sexual. Quando fala em dinheiro venezuelano, refere-se a essa relação promíscua, esquisita, entre o Presidente Lula e o Presidente Chávez.

Senador Heráclito Fortes, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, cada vez que Lula fala sem usar o texto de sua assessoria, previamente pronto, diz aberrações como a que vimos ontem e, então, ofende duas categorias: a dos delegados de polícia e a dos advogados criminalista. O advogado criminalista, conhecido no jargão popular como advogado de porta de cadeia, não é exatamente aquele que está à porta de um presídio à espera de um preso ou para soltá-lo ou para prendê-lo. Não! Aliás, houve tempo em que Lula, como líder sindical, recorria constantemente ao criminalista, ao advogado de porta de cadeia, no jargão popular, para soltar os seus companheiros...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E daquele Lula, Senador, eu gostava. Eu não gosto é deste que está aí. Daquele eu gostava muito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Pois é. Agora, ele tem horror a esse tipo de advogado, porque é exatamente o advogado que prende, ou tenta prender,

os ladrões que povoam o seu Governo. Ser ingrato com essa categoria e agredi-la é, acima de tudo, falta de inteligência. Um dos maiores criminalistas deste Brasil, que é exatamente o Dr. Márcio Thomaz Bastos, presta serviço ao Lula. Como está na função de Ministro e não pode exercer a função de advogado, coloca os seus ex-companheiros de escritório, os seus ex-estagiários. É só ver a relação de quem defende esse pessoal do Lula. É só examinar de onde saiu. E, aí, ele ofende aqueles que defendem os seus companheiros das barras da Justiça. Mas o PT, Senador Arthur Virgílio, tem uma característica: não sabe viver sem dossiês. Agora, criou mais um e está lançando-o pelo Brasil afora, que é este dossiê da baixaria. Foi lançado em plenário, na semana passada, pela Líder, que é pau para toda obra. Ela vem aqui, dá conta do recado e foge, porque sabe que não resiste ao debate. Está parecendo a propaganda daquela senhora que briga com o filho por causa de um presente, que é um acesso à Internet. A senhora diz: Geraldinho, não suje o seu “shortinho”! Vai embora em passo célere para não ver a verdade. Senador, foi lançado por ela aqui esse dossiê em que o Sr. Alckmin ia cortar pessoal, tomar essas providências todas. É um dossiê longo. Depois, a Câmara repicou. Tivemos lá dois ou três parlamentares. Aí, a Marta Suplicy, relançada, chamou agora o Sr. Geraldo Alckmin de boneco. Deve ser pela estética. Eu não sei em que se inspirou a Dona Marta para criticar o Sr. Geraldo Alckmin. E aí vem o Lula. É o mesmo dossiê. Vai ver que esse dossiê foi redigido e impresso com o dinheiro da cartilha da Assessoria de Imprensa que o Tribunal de Contas anda a procurar. O material do contrato, já se sabe que não existe. O Tribunal de Contas está tomando providências legais para punir os culpados. Vai ver que foram impressões paralelas. Essa cartilha está rodando no Brasil inteiro. Eu vim agora do Piauí, com os Senadores José Jorge e Marco Maciel, e a cartilha está lá, uma cartilha de desconstrução movida e inspirada pelo desespero, como se o povo brasileiro fosse idiota. Agora, o Lula não deve ser ingrato, deve levantar as mãos para os céus, para os advogados de porta de cadeia que têm sido tão generosos com os seus companheiros de partido. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e tento até esclarecer, Senador José Jorge. O que se chama de advogado de porta de cadeia – o Senador Demóstenes pode, talvez, até me corrigir –, na verdade, parece-me que é muito mais o advogado que freqüentemente está nas delegacias, porque defendendo presos humildes, em causas de pouca monta financeira. Como eles exercem essa função – a maioria deles, com absoluta dignidade – e não

têm nem bancas faustosas nem clientes do colarinho branco, pessoas da elite, pessoas preconceituosas, cunhou-se um ditado que, depois, acabou sendo incorporado pelo povo, essa história de advogados de primeira classe e de segunda classe. Os advogados de segunda classe seriam os tais que, por freqüentarem muito delegacias, passaram a ser chamados de advogados de porta de cadeia.

Isso revela que o Presidente Lula deixou de ser a figura de raízes populares que era, assimilou, inclusive, esses cacoetes da elite. Ele passou a achar um desdouro a atividade dos advogados que freqüentemente estão nas delegacias, os advogados humildes, que ele trata agora, desdenhosamente, como se ele fosse um paulista quatrocentão, como se ele fosse uma dessas figuras acostumadas a torcer o nariz para todo mundo. Ele passou a torcer o nariz também. Ele, Lula, pensa que não é para dar confiança ou respeito aos advogados humildes. Ele ofendeu, de fato, uma categoria inteira.

Quanto aos delegados, volto a dizer que isso é até explicável do ponto de vista psicanalítico. Quem chefia um Governo como esse tem mesmo é de ter raiva de delegado, não pode gostar de delegado. É evidente, é coisa freudiana – não no sentido daquele Freud do Palácio, aquele que foi apanhado no caso do dossiê, que está a exigir dos brasileiros uma resposta muito clara. Os brasileiros perguntam e querem a resposta: de onde veio esse dinheiro sujo? Que dinheiro é esse que foi usado para turvar resultados eleitorais? Quem são os culpados, todos e verdadeiros? São perguntas cujas respostas, mais hora menos hora, virão.

Estranhamente, o Presidente Lula, por intermédio do Ministro Thomaz Bastos, disse que a resposta virá após a eleição, do mesmo modo que o Ministro Furlan diz sobre a questão da tevê digital, que, para mim, está decidida no Governo Lula como se retirando as possibilidades de competitividade para a Zona Franca de Manaus fabricar tevê digital. Já tomaram a decisão de que vão retirar da Zona Franca de Manaus. Ele diz que dirá o teor da tal medida provisória, que já estaria escrita, apenas após as eleições. Eu leio isso como uma clara decisão de atingirem frontalmente a economia do meu Estado. Até lá, a esperança dele é que as pessoas do Amazonas não sejam esclarecidas a ponto de continuarem achando que é verdade o que, na verdade, mentira é: que Geraldo Alckmin seria inimigo do Pólo Industrial de Manaus e que Lula seria um grande amigo.

Imagino se acontece o que já é improvável: Lula eventualmente vencer a eleição. Que choque não daria no povo do Amazonas, que lhe deu 73% dos votos, se, no dia seguinte, saísse a medida provisória

retirando a tevê digital do Estado do Amazonas? Seria um choque terrível, que levaria a uma desilusão, talvez jamais vista no meu Estado. Mas é o que está escrito na MP; senão eles lançariam agora. Ou não querem contrariar um lado, ou não querem contrariar o outro. E um Governo tem que governar 24 horas por dia durante os seus quatro anos, contrariando quem quer que seja, mas exercendo seu dever de governar. Lula, não; Lula diz: é eleição, então, em eleição, passo a evitar temas polêmicos. Aí, ele fica mal-humorado; depois, dizem para ele voltar a ser Lulinha paz e amor. Trata-se de tudo, menos de um Presidente da República de verdade.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup>** me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.**

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – É sobre o tema. No debate, o Governador Geraldo Alckmin, futuro Presidente da República, chegou a colocar este assunto de que a Zona Franca de Manaus pode estar sendo prejudicada, numa claríssima posição de defesa. Essa questão foi ignorada pelo candidato Lula, que preferiu, como V. Ex<sup>a</sup> está explicando, correr do assunto para não desagradar nem a um nem a outro lado. Depois da eleição, ele não terá a chance de tomar nenhuma decisão, porque acreditamos na vitória do candidato a Presidente Alckmin. Mas este fato ficou também demonstrado no debate: a cobrança do Presidente Alckmin na defesa da Zona Franca e mais uma indagação de que houve o esquivo do Presidente Lula.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup>** diz bem: Alckmin, que seria visto como um inimigo da Zona Franca, foi quem a defendeu no debate. Lula fingiu de novo que não sabia de nada, e Alckmin acusava-o de ter trabalhado a proteção da Argentina em detrimento dos interesses das fábricas instaladas no pólo industrial de Manaus.

Mas, Sr. Presidente, mudo de tema. Chega de Lula por agora. Darei uma de Diogo Mainardi: “Chega de Lula por hoje”. Tenho direito a descanso e a bom gosto.

No começo do mês, denunciei a mais nova trama, que parecia caminhar velozmente, dessa vez com o suposto apoio oficial da Grã-Bretanha, para uma pretensa internacionalização da Amazônia. O rótulo, dessa vez, fala em privatização. Foi na Reunião Ministerial do Diálogo sobre Mudança de Clima, Energia e Desenvolvimento Sustentável, levada a cabo em Monterrey, no México, nos dias 3 e 4 últimos.

O assunto foi revelado em primeira mão pela coluna do jornalista Cláudio Humberto e, a seguir, pela

**Folha de S. Paulo.** Seu interlocutor foi o Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, David Miliband – interlocutor, sim, pois ele se dizia autorizado pelo próprio Primeiro Ministro Tony Blair.

Coloquei meu protesto, formulei requerimento de informações ao Ministro do Ministério das Relações Exteriores e mereci o apoio da Líder do PT e de outros Senadores, que se incorporaram ao gesto. Protesto e gesto, mais do que necessários. Em defesa da Amazônia estou e estarei sempre pronto a denunciar manobras desse jaez.

Ainda não recebi resposta do Itamaraty, o que é normal, pois a velocidade dos requerimentos de informações previstos na Constituição é, no Senado, extremamente lenta, infelizmente.

Mereci, no entanto, atenção especial do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Itamaraty, que me encaminhou nota redigida pelo secretário britânico logo após a minha fala neste plenário. Os termos dessa declaração apontam um recuo, felizmente.

Não obstante, continuo vigilante. Para começar, há informações no noticiário de que por trás do encontro de Monterrey estaria o milionário sueco-britânico Johan Eliasch, aquele que andou dizendo pretender comprar toda a Amazônia por US\$50 bilhões, Senador Borges.

Na nota do Embaixador Diniz Brandão que acompanha este discurso, para constar dos Anais, o Secretário Miliband ressalta que "...o Reino Unido está muito interessado em trabalhar junto com outras partes na discussão sobre desmatamento e manejo florestal sustentável pelos países em desenvolvimento..."

E mais: "... o Governo do Brasil reafirmou o seu compromisso com a cooperação internacional na área do desmatamento, com pleno respeito pela soberania brasileira..."

Fica aí a saída honrosa para a quebra do bom procedimento diplomático do secretário britânico.

Agradeço, Sr. Presidente, a pronta informação do Embaixador Marco Antônio Brandão, esperando que, de fato, tudo se encaminhe apenas no terreno da cooperação externa. Só isso. Nem um milímetro a mais.

Em anexo, a nota do Secretário David Miliband, para que passe também ela a constar dos Anais do Senado da República.

Mas ainda tenho, Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup>, que será o próximo orador, tenho algo aqui extremamente interessante – acabo me traindo e voltando ao assunto. Recebo um *e-mail* de uma pessoa, que assina por ela e por seu esposo, que diz o seguinte. E é algo muito interessante, é alguém que traz a sabedoria da **Bíblia**. Diz o seguinte:

"Hoje, ouvindo o noticiário da Band sobre o debate de domingo, recebemos com alegria a informação de que o nosso candidato Alckmin estará ao lado direito do palco e o Lula à esquerda.

Está escrito – aí ela cita a **Bíblia** (Mateus, cap. 25, versículos 33; 34 e 41), com muito respeito: "E porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo... Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos."

Não desejo tanto para o Presidente Lula, desejo apenas que ele perca a eleição. E que responda, inclusive na Justiça, por tudo o que seu Governo tem merecido de processos no Tribunal de Contas da União e na Procuradoria-Geral da República, afinal de contas, a lei tem de ser cumprida na íntegra. Mas não desejo a ele um milímetro de mal pessoal, um milímetro! Lamento muito por tê-lo perdido.

Ainda agora o Senador Heráclito Fortes falava que Lula, muitas vezes, foi preso. Tinha muito afeto por aquela figura que, de maneira indomável, liderou greves no ABC paulista e enfrentou corajosamente a ditadura militar. Eu tinha dificuldades, Sr. Presidente – e já concluo –, no meu primeiro ano de Senador, de fazer oposição ao Presidente Lula. Eu era Líder de um partido importante de Oposição, eleito com o voto de V. Ex<sup>a</sup> e dos meus colegas.

Eu ficava cheio de dedos em dizer que Ministro tal tinha errado ou o fulano tinha errado. Se pegar os meus primeiros discursos aqui, verão que eu tinha dificuldade de me referir a uma figura tão estimada para mim como era o Presidente Lula de maneira direta; ficava colocando culpa no seu derredor. Até que aconteceu aquele episódio, o que foi para mim a quebra da confiança, do Waldomiro Diniz, aquela estória de não sei de nada, aquela demissão a pedido do Waldomiro Diniz.

Começou a quebrar o encanto, enfim, mas não quero nenhum mal a Sua Excelência, nenhum mal mesmo, nenhum mal pessoal. Tenho muito respeito pela sua trajetória passada, que não está sendo honrada neste Governo presente e, sobretudo, não está sendo honrada a sua trajetória passada quando ele se dedica ao boato. E ele que foi vítima dos boatos em 1989, da guerra de dossiês, ele que foi tão digno em 1998 no episódio do dossiê Cayman, ele que não usou aquele dossiê falso contra Fernando Henrique, ele podia ter

sido baixo e não o foi naquele momento. Mas agora, ele decaiu tanto, decaiu tanto, Senador Antero Paes de Barros, que no debate diz assim “eu quero saber quem é o culpado do dossiê”, como se não soubesse que é o churrasqueiro dele, o Berzoini dele, o Freud dele. E ainda diz assim: “mas quero também saber o conteúdo do dossiê”.

Ora, se o dossiê é falso, ele quer ainda colocar dúvidas quanto ao caráter do que estaria escrito em um dossiê fajuto, falso, fraudulento, indigno de crédito. Então, estou muito chocado com tudo isso e o que desejo é que o Presidente Lula encerre o mais rapidamente a passagem pela Presidência, porque um eventual segundo governo seu seria um desastre efetivo. Ele não tem a menor condição de governar este País. E que a história possa analisá-lo com calma. Ela vai analisar o grande líder sindical, vai analisar o constituinte preguiçoso que não fez muita coisa por São Paulo, não lutou pelo País na Constituição, vai analisar o grande líder popular e vai analisar o Presidente que permitiu que, no interior do seu governo, acontecessem os piores episódios de corrupção já registrados pela história republicana brasileira.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Na realidade, o debate da Rede Bandeirante mostrou um Presidente Lula completamente despreparado para a função que exerce. Há muitos anos que o Presidente Lula não participa de um debate. Como Presidente só deu entrevista coletiva. E nas entrevistas que concedeu à Globo agora na campanha e às outras emissoras saiu-se mal também. Mas o debate foi uma espécie de recorde. Nunca vi alguém tão acuado. Já vi muita gente consultar papel para responder, mas para fazer pergunta, é raro, porque é muito mais fácil perguntar, pode-se perguntar o que quiser, não tem como errar. E há outro fato grave que é o uso da máquina. Estou vendo aqui na Internet que o Presidente, hoje à tarde, não trabalhou, foi fazer campanha em Guarulhos. Na realidade, o Presidente da República, pelo fato de estar exercendo o cargo, é obrigado a cumprir o expediente normal da Presidência da República e isso lhe dá uma desvantagem, porque, enquanto o candidato da oposição não está exercendo nenhum cargo e não é obrigado a cumprir expediente, o Presidente é obrigado a cumprir. Em compensação, ele tem muitas vantagens, como, por exemplo, uma equipe toda paga com dinheiro público para atacar os adversários. Se V. Ex<sup>a</sup> verificar, quem ataca o nosso candidato, quem ataca os adversários do Presidente

Lula são os Ministros, como o Ministro Tarso Genro, o Ministro Waldir Pires e outros.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> não é capaz de citar o nome de seis Ministros desse Governo. V. Ex<sup>a</sup> nem ninguém. É como o meu time, o Flamengo, que eu não consigo recitar o time todo. Nenhum brasileiro diz seis Ministros do Governo Lula, ninguém sabe. É um elenco de desconhecidos, de quinta categoria.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Acho que nem o Presidente Lula conseguiria, se fosse perguntado no debate, dizer o nome de todos os seus Ministros. Até imagino que ele deva ter sido treinado com medo de que o nosso candidato perguntasse o nome de dois ou três Ministros, porque, se perguntasse e ele não respondesse, seria uma vergonha muito grande. Acho que ele treinou e, dentre os papéis que ele consultava, deveria ter a relação dos Ministros, caso alguém perguntasse. Hoje o Presidente, conforme informação da Internet, está chegando às 17 horas em Guarulhos. Ora, se ele está chegando em Guarulhos às 17 horas para fazer campanha é porque está fazendo campanha a tarde inteira. Ele, como Presidente da República, deveria estar trabalhando e, quando terminasse o expediente, às 18 ou 19 horas, ele iria, então, a Guarulhos, para fazer o seu comício, que faz parte da democracia. Então, acho que essa questão da reeleição teve o seu ápice agora, na reeleição do Presidente Lula, pelo uso inusitado da máquina pública, tudo feito para prejudicar os demais candidatos, não apenas o nosso Geraldo Alckmin, como Heloísa Helena, Cristovam Buarque e os demais candidatos a Presidente, que lutaram com grande dificuldade, enquanto que o Presidente Lula tem toda a máquina governamental e inclusive se dá o direito de não cumprir o expediente. Nem ele nem os Ministros, porque, quando ele anda e como é um pouco inseguro, ele leva vários Ministros, entre conhecidos e desconhecidos, leva dez a doze Ministros. Era isso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador José Jorge, encerro, respondendo a V. Ex<sup>a</sup>. Pernambuco é um Estado celeiro em matéria de homens públicos honrados e talentosos. Falava, ainda há pouco, Presidente Marco Maciel, de Joaquim Nabuco, de Gilberto Freire e de Tobias Barreto, uma das figuras por quem tenho maior devoção intelectual.

Mas poderia precisamente me lembrar de que Marco Maciel foi vice-Presidente da República e Presidente em exercício tantas vezes, ao longo de oito anos do Governo passado. E se marca pela lealdade, pela discricção, pela seriedade pública e pela bondade pessoal. Estou vendo que Pernambuco agora oferece um outro candidato a vice-Presidente todos sabemos,



honrado, preparado, tecnicamente e politicamente preparado, Senador José Jorge, e se excedendo na bondade pessoal. O Senador José Jorge disse que hoje o Presidente não trabalhou. E quando trabalhou? Quando foi que trabalhou?

Aliás, estou cobrando dele – vai acabar o seu governo e ele não me manda – a foto que lhe pedi, aqui desta tribuna, de camisa enrolada, trabalhando, despachando com os Ministros, mostrando ou fingindo mostrar, pelo menos, interesse nas matérias discutidas, enfim, com os Ministros.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Só concluo dizendo que é tão bondoso o Senador José Jorge que disse que hoje ele não trabalhou. Ele não tem trabalhado nunca, porque não é devotado à figura do despacho. Ele não é preguiçoso para buscar votos, para essa história de sair fazendo picuinha contra adversários. Para isso ele é uma águia, ele aprendeu isso e vive nesse ramerrame. Mas, para trabalhar, para estudar, por exemplo, a questão energética no País, que está ameaçada aí, sim, de um apagão em 2010, em função de não ter sabido prestigiar as agências reguladoras e de não ter sabido criar as condições para investimento, inclusive, estrangeiro no setor. Isso não interessa a ele, pura e simplesmente não interessa a ele.

Então, quero registrar que nós teremos de novo um Vice-Presidente honrado, correto e com coração enorme, porque, ao se tratar de maneira fria e específica o Governo Lula, tem de se dizer isto: estava no Palácio do Planalto por quatro anos alguém que não era interessado na figura, necessária à administração, do despacho, alguém que não estudava para questionar os Ministros, alguém que bebia sempre a água que lhe era levada pelos seus Ministros, alguém que não era capaz de fazer a pegadinha, como fazia o Presidente Fernando Henrique. Cansei de ver o Presidente Fernando Henrique fazer o Ministro passar mal às vezes. O Ministro pensava que ele não estava interessado no assunto e Fernando Henrique acabava mostrando para o Ministro naquele momento que ele sabia mais do assunto do que o Ministro. Da outra vez o Ministro vinha mais atento, mais cuidadoso, porque estava diante de um homem que lê tudo. Fernando Henrique lê tudo, ele lê bula de remédio; quando não tem o que ler mais, ele lê bula de remédio; enfim, passa o tempo todo lendo até por vício da sua formação acadêmica.

Eu encerro concedendo um aparte ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu fã clube. Eu acabo de receber um telefonema aqui de uma senhora que se diz grande admiradora de seu talento na tribuna. Referiu-se apenas ao seu talento

na tribuna, quero deixar bem claro, para que não pare dúvidas. Ela pediu que perguntasse ao Senador Arthur Virgílio...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se eu tenho algum talento, talvez seja só esse Senador Heráclito, não devo ter mais nenhum não.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Está feliz com ele, não é?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Fazer o quê?

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Então ela pede para perguntar o porquê dessa celeuma toda com relação à *performance* do Senhor Lula no debate. Desde quando – e, aí, ela lembra fácil, porque tem razão – o Senhor Lula se saiu bem em algum debate ou até mesmo em entrevistas livres? E lembrou essa série de entrevistas recentes que a Globo e uma série de emissoras de televisão promoveram, em que ele se saiu mal em todas. Errou o tamanho da costa brasileira, errou dados, citou vários exemplos. Aí, remete-se ao debate feito com Collor – aliás, naquela época, adversários, e, hoje, aliados, frise-se bem isso. Então, não há nenhuma novidade de o Senhor Lula sair-se mal em debate. É uma constante! Daí porque ele amarelar; daí porque ele ter frustrado o Brasil inteiro naquele debate da Globo, no fim do primeiro turno, não por não ir – podia não ir –, mas pela maneira como cancelou sua ida àquele debate. Não adianta essa patrulha, essa guerrilha que se está fazendo na tentativa de reverter resultados. A Nação brasileira ficou estarelecida com o que se viu nesse último fim de semana: uma *performance* pífia de um Presidente da República que, desesperado, cobrou erros de quatro séculos passados. Erros de quatro séculos passados! E, daí, tenta dar a entender ao Brasil que esta Nação começou com ele. De forma que, Senador Arthur Virgílio, a quantos debates vá, o Presidente sairá frustrado, porque não conhece o Brasil, não debate os problemas brasileiros e vai repetir o que fez nesse debate:

Geraldo Alckmin querendo discutir os problemas nacionais e ele remontando a São Paulo, querendo fazer confrontos com um passado sobre o qual o futuro Presidente Alckmin não tem responsabilidade direta e fugindo de debater o presente, pelo qual é responsável, e o futuro, que é o que interessa à Nação brasileira. O povo brasileiro é sábio, é esclarecido e está interessado em discutir o futuro, o que, infelizmente, não é o forte do Presidente da República.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. E agradeço, sobretudo, à telespectadora da TV Senado que lhe mandou esse *e-mail*. Ela certamente haverá de concordar comigo. O Presidente Lula não foi aos debates do primeiro turno seja por despreparo, mas, sobretudo,

porque ficou com medo de defrontar-se com a Senadora Heloísa Helena.

Gostaria de dizer a ele que, enquanto todos os corruptos de seu Governo se exoneraram dos cargos, ele, por discrepância ideológica, expulsou essa mulher valorosa de seu Partido. A única pessoa contra quem ele tomou uma atitude de verdade foi contra a Senadora Heloísa Helena. No mais é outra enfiada de mentiras. Ele não expulsou ninguém dos que praticaram delitos em seu Governo. Expulsou, sim, uma pessoa íntegra, honrada, em toda a acepção dos termos, que é a Senadora Heloísa Helena. Ele não conseguia imaginar um confronto de sua posição de candidato com a posição de uma candidata tão valente, que enfrentou uma luta tão desigual e que merece, de todos nós, tanto respeito.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Arthur Virgílio, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> dava um depoimento, eu queria exatamente apoiá-lo em relação ao nosso ex-Presidente Fernando Henrique. Fomos Ministros concomitantemente. E era assim mesmo. Quando íamos falar, às vezes pensávamos que ele não conhecia o assunto, mas ele já tinha lido tudo a respeito. Então, realmente era um leitor contumaz que se inteirava dos assuntos. Ele tinha, com toda a certeza, um cuidado muito grande. Eu queria dar este testemunho a bem da verdade. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, porque essa era realmente uma qualidade do ex-Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Ney.

Veja que o Presidente Fernando Henrique tinha uma outra característica – V. Ex<sup>a</sup> a vivenciou também: ele não comprava qualquer idéia de qualquer um. Chegava-se com uma boa idéia para ele; ele falava sobre a idéia e aparentava até concordar com ela. Mas procurava ouvir outros lados, procurava ouvir diversos segmentos. Ao fim e ao cabo, ele poderia, primeiro, concordar com a sua idéia e buscar colocá-la em prática ou lhe dizer que não dava para colocar em prática aquilo que alguém lhe havia sugerido.

O Presidente Lula, não. O Ministro lhe propõe um absurdo, e ele se reúne logo com o Ministro no Salão Nobre e lança um novo projeto, como o Primeiro Emprego, que não vai dar certo. Tudo vira projeto, tudo vira...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Eu só posso dar testemunho do primeiro caso!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Percebemos o seguinte: o número de iniciativas que fracassou neste Governo mostra que não havia o cuidado de arredondar, o cuidado de aparar as arestas, o cuidado de estudar, ou seja, ele não é dado à figura do estudo.

Acho grotesco, Sr. Presidente – vou encerrar mesmo –, porque é complicado dizer – Senador De-

móstenes, concederei um aparte a V. Ex<sup>a</sup> também –, como disse o Dr. Jaques Wagner, Governador eleito da Bahia: “Lula vai se preparar para o próximo debate”. Isso não é programa de auditório, não, Dr. Jaques Wagner! Isso não é programa do tempo do J. Silvestre, de “O Céu é o Limite”!

Ele tem de estar preparado para o exercício da Presidência. E aí ele não precisa de preparação nenhuma para debate nenhum.

Quem é que poderia acreditar que alguém que está há quase quatro anos na Presidência da República...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... teria de ver dados de alguém, e um funcionário qualquer, um marqueteiro qualquer daria a ele a pergunta para fazer? Quer dizer, ele não sabe o que deve ser perguntado e o que deve ser respondido, a partir do exercício da Presidência da República, no qual ele está envolvido há quase quatro anos de sua vida?

É duro imaginar que o Presidente da República, quase quatro anos depois, no apagar das luzes do seu mandato, tenha de ficar comendo nas mãos do assessor, do marqueteiro, perguntando isso ou aquilo.

Ele não domina os dados do seu próprio Governo, mas parece dominar bem os dados do Governo do Fernando Henrique. E aí, de novo – não quero persegui-lo com aquela história do Freud falsário; mas, de novo, lá vem o Freud da Psicanálise! –, só Freud explica essa fixação que ele tem no Fernando Henrique.

Concedo um aparte ao Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento, como sempre, brilhante. Sempre digo o seguinte, concordando com a opinião de V. Ex<sup>a</sup>: aquela idéia de que alguém deve se preparar...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – ... para um debate é extremamente ridícula! Ou um homem é preparado a vida toda para discutir, ele estuda para isso, ou ele não vai conseguir se adestrar, digamos assim, no caso presidencial.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É um Presidente ou uma foca, por aprender movimentos repetitivos?

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – É verdade! Então, ele não vai conseguir jamais se preparar para um debate, porque ele não está preparado. O que me parece extremamente fantástico, nobre Senador e conselheiro, é o fato de o Presidente da República, em última hora, ficar criando factóides. É R\$1,5 bi-

lhão para resolver o problema da segurança pública em São Paulo!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Isso não é factóide, isso é corrupção eleitoral mesmo!

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Isso é um negócio terrível! Hoje, apareceu o Presidente lançando um pacote – a alguns dias da eleição em segundo turno – para corrigir a educação no Brasil! Um Presidente que tem uma vastíssima ignorância. É um homem conhecido, aliás, por essa faceta. Parece mais um alopado ditando regras, quando mal ele sabe o que está dizendo. Senador Arthur Virgílio, quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Sempre que me lembro do Presidente Lula, recordo-me de uma frase do Millôr Fernandes: “Chegou ao limite de sua ignorância; não obstante, prosseguiu”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É verdade! Millôr é sábio e genial, como sempre.

Senador Demóstenes, respondo-lhe encerrando – desta vez, encerrarei mesmo. Fico impressionado com essa história da preparação para o debate, de o Presidente ter de se preparar para responder às perguntas do seu adversário sobre um governo que ele dirige. Eu suporia que se V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, homem talentoso que é, fosse Presidente da República, quem teria de ter cuidado com V. Ex<sup>a</sup> era o adversário. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes, haveria de dominar todos os dados do seu governo. Então, o seu adversário é que estaria em vantagem tática. Como é que o seu adversário iria discutir com V. Ex<sup>a</sup>, se, durante quatro anos, minucioso e aplicado como é, V. Ex<sup>a</sup> estivesse ali manipulando dados, estudando os números e detendo todas as informações?

Quando um presidente chega para um debate despreparado para falar sobre seu próprio governo, dá para se perceber como o Brasil é um País de sorte, Presidente Marco Maciel! Como o Brasil é um País de sorte, um País afortunado! Imaginem o Presidente Lula vivendo um clima de economia internacional engolfado, um clima de onze ou doze crises, de porte mundial, como vivenciou o Governo de V. Ex<sup>a</sup>, como vivenciou o Governo Fernando Henrique Cardoso! Imagine se ele tivesse de trabalhar com a escassez, e não com a abundância chinesa, com a abundância norte-americana! Imagine se tivesse de conviver com a recessão dos nossos principais compradores! Imagine!

O Presidente, na sua pequenez política, acabou por nos demonstrar que o Brasil é um País afortunado. Deus parece que é brasileiro mesmo, porque permitiu que um homem talentoso governasse em uma conjuntura difícil. E colocou o Presidente Lula para governar numa conjuntura de bonança. Ótimo se Fernando Henrique tivesse governado numa conjuntura de bonança! Mas teria sido desastroso o Lula na conjuntura de crise.

Ele tem de se preparar para o debate. Então, daqui para frente, ele vai reservar meia hora por dia para que lhe dêem lições: “Quando lhe perguntarem isto, responda assim. Não chame mais a TV Bandeirantes de Rádio Bandeirantes, não chame mais ouvinte de rádio de telespectador”.

Será que é essa a preparação? Se é essa, só tenho de lamentar e, na verdade, torcer para que o povo brasileiro saiba escolher o melhor para o futuro do País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros, por vinte minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE PAES** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo** sobre o debate. O jornal faz uma análise não apenas do debate, mas também do Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se de um editorial muito bem escrito, absolutamente real, e eu gostaria que ele constasse nos Anais da Casa.

Quero aqui recorrer ao *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo para comentar algumas expressões dos petistas.

Primeiro, há uma confissão generalizada por parte do PT de que o Alckmin ganhou o debate. Senão, vejamos: Lula: “Foi um dos dias mais tristes da minha vida”. Isso significa o quê? Que foi um dos mais alegres para o Alckmin. Martha Suplicy – logo ela!: “Não gostei. De um lado, tinha um candidato de plástico, treinado e tal”. Lula – de novo: “Vou me preparar melhor para os próximos debates.” “O PSDB parece um Partido de uma nota só, quer falar sobre ética e sobre corrupção” Jaques Wagner também confessa a derrota.

Hoje, na entrevista que deu à Rádio Bandeirantes ou à CBN, o Presidente Lula afirmou que o PSDB não deveria ser candidato a nada. Já faz parte das últimas notícias do dia a afirmação do Presidente de que o PSDB não deveria ser candidato a nada. Quer dizer, é aquela vocação autoritária do Governo. E acrescentou: “Deveria ser candidato a uma empresa de vender estatais”.

Por que isso? Porque o Presidente Lula foi flagrado na mentira.

O que o debate propiciou no domingo foi o que o candidato Alckmin disse ao Lula: “Não minta, Lula! Olhe nos olhos do Brasil! É você quem está espalhando, no Nordeste brasileiro, que vou privatizar a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras, e que vou acabar com o Bolsa-Família. Não minta, Lula!”

Ele confessou, diante das câmeras, que havia cometido a mentira e, agora, insiste na baixaria – porque



mentir é baixaria; dizer que o outro tem propostas que não tem é baixaria. O que o PSDB não quer é a privatização da Petrobras. O que o PSDB quer é recuperar a Petrobras para o Brasil. Esta é uma questão essencial: fazer com que a Petrobras seja uma empresa não para o deleite do Silvinho Land Rover e de outros que tais, mas voltada para o interesse do desenvolvimento do povo brasileiro.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Senador José Jorge, nosso futuro Vice-Presidente da República, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e, depois, volto ao texto.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Desculpe-me atrapalhar o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas a questão desses boatos é muito grave e o Tribunal Superior Eleitoral deve tomar uma providência. Há o princípio geral, numa eleição, de que cada candidato tem direito de dizer tudo o que quiser sobre o que vai fazer, mas não de dizer o que o outro vai fazer. Ele pode até criticar o que o outro vai fazer, mas não pode inventar que o candidato “a”, “b” ou “c”, em qualquer eleição, vai fazer isso ou aquilo. Isso não faz parte do jogo eleitoral. Nele, deve-se dizer o que se vai fazer e criticar o que o outro disser que fará. Isso, sim, mas dizer o que o outro vai fazer para prejudicar a sua candidatura é proibido. Isso não é esclarecimento do eleitor. A nossa coligação deve dar entrada em uma ação no Tribunal Superior Eleitoral para proibir que Lula diga qualquer coisa sobre o que Alckmin vai fazer e vice-versa. Que cada um diga aquilo que vai fazer. Em segundo lugar, aproveito a presença de V. Ex<sup>a</sup>, que é um grande jornalista, para apresentar minha solidariedade à revista **Veja**. Não sei se o assunto já foi tratado aqui, mas li, na Internet, que a coligação do Presidente Lula quer retirar os *outdoors* de propaganda que a revista **Veja** coloca, semanalmente, com a sua capa, somente porque ela tem uma foto do candidato Alckmin. **Veja** publicou capas com o Presidente Lula e sempre fez os *outdoors*, porque eles são colocados para divulgar a revista. Agora, quando, pela primeira ou segunda vez, faz uma capa com o candidato Alckmin, deram entrada em uma ação no Tribunal Superior Eleitoral pedindo para que sejam retirados os *outdoors*, sob a alegação de que eles não podem ser usados na campanha eleitoral. Ora, a propaganda da **Veja** não tem nada a ver com a propaganda eleitoral, por isso quero-me solidarizar com a revista. Mais uma vez, essa coligação procura minimizar o papel da imprensa e tenta, autoritariamente, censurar – o Senador Marco Maciel me sugeriu a palavra correta – uma das maiores revistas semanais do Brasil. Muito obrigado.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Prosseguindo, o Presidente Lula quer tirar o direito de o PSDB ter candidato. É uma veia autoritária se manifestando. É algo semelhante àquela entrevista: “Se

eu liberar o demônio que existe dentro de mim, fecho o Congresso Nacional”. Muito semelhante. Se dependesse dele, proibiria o PSDB de ter candidato. Aliás, o dossiê não tinha outra finalidade senão esta: eliminar a Oposição, acabar com o PSDB. Se esse dossiê não tivesse sido descoberto, prosseguiria a caminhada.

Existem suspeitas, Senador Demóstenes Torres, de que seria feita a mesma coisa contra Parlamentares do PFL da Bahia e contra Aécio Neves, em Minas Gerais. Ou seja, é o autoritarismo petista, aquele mesmo que queria um conselho de petistas para fiscalizar jornalistas, manifestando-se para tentar derrotar, com fraude, a Oposição brasileira.

Outra situação que está deixando Lula magoadíssimo é que, também flagrado no despreparo e na mentira, ele disse que Alckmin não tinha vendido os aviões de São Paulo. Alckmin provou que havia, sim, vendido os aviões do Governo do Estado de São Paulo e disse que vai vender o aerolula, que pode até comprar um avião mais barato da Embraer, gerando empregos aqui, mas que venderá o aerolula. E disse mais: que venderá o aerolula e fará mais cinco hospitais no Brasil.

Creio que esse aerolula foi, realmente, um desperdício, por ser um avião caríssimo. É um avião que o Governo evita que seja fotografado, para que o povo brasileiro não o conheça por dentro. Creio que a primeira providência de Alckmin, quando chegar à Presidência, não será vendê-lo, mas, como sugere o jornalista Reynaldo Azevedo, permitir a visitação para mostrar como é a aeronave – chiquerrima –, fornecer uma coletiva à imprensa e deixar que ela fotografe e disponibilize essas imagens por meio de suas informações.

A baixaria continua. Lula, do alto da sua arrogância, chama o candidato a Presidente Alckmin de “delegado de porta de cadeia”. Ele deve ter pretendido falar “advogado”, porque delegado não deve estar em porta de cadeia, mas exercendo a sua função.

A função do Sr. Ministro Tarso Genro é a de relações institucionais. Quando estavam com salto 19, salto 35, altíssimo, daquele de sapato de bico bem fino, Tarso Genro estava, realmente, conversando para saber da possibilidade de governabilidade de um futuro Governo Lula, que ganharia no primeiro turno. Agora, esse cidadão, encarregado das relações institucionais do Governo, chamou Alckmin de cachorro: “o *pit bull*”. Esse é o nível que o PT está trazendo para a campanha eleitoral. Alckmin demonstrou ser um *pit bull*. Até o primeiro turno, eles ganhariam porque era um “chuchuzinho”; depois, ganhariam porque é um *pit bull*.

Esse é o tipo de relação. Espalham, inclusive, uma crítica ao Alckmin de que ele seja da Opus Dei. Ou seja, no fundo, ele quer criticar o fato de o Alckmin ser católico, ser da Igreja Católica. Esse é o jeito de ser do Alckmin. Ele manifesta a sua convicção dessa forma. Que problema há em ser o Alckmin cristão e



católico? No Brasil, não há problema algum nisso. Não há porque haver essa vigilância do Secretário de Relações Institucionais, além de não ficar bem para ele chamar alguém que é um candidato com possibilidade real e concreta de chegar à Presidência da República de *pit bull*. Essa não é a linguagem adequada, do bom debate político, de quem não se acha arrogante. Creio que é o máximo de agressividade que pode haver numa campanha.

Quanto ao Tarso Genro, o PT precisa sair dessa lógica de camelo, que argumenta melhor quando vai vender aquelas pastas milagrosas nas praças públicas. Ele consegue convencer as pessoas de que aquelas pastas curam tudo.

O PT – ontem, no plenário, foi assim; anteontem, na imprensa, foi assim, e hoje, na imprensa é assim, pela voz do Ministro Tarso Genro – diz que é preciso investigar, realmente, quem está envolvido nessa questão do dossiê, porque ele só prejudicou o Lula, beneficiando o Alckmin. Então, o que é? O Freud é tucano de carteirinha? O Oswaldo Bargas é fundador do PSDB? O Lorenzetti é cria do Fernando Henrique Cardoso? Ou eles são do PFL? Berzoini é presidente do nosso Partido ou é o Tasso Jereissati? Ora, beneficiou o Alckmin porque foi descoberto. Se não fosse flagrado, tentaria aniquilar a Oposição, derrotar o Alckmin, derrotar o Serra, derrotar o Aécio e derrotar os Parlamentares da Oposição! Chega dessa lógica do Ministro Tarso Genro, que não leva a lugar algum! É uma agressão à inteligência do povo brasileiro dizer que esse dossiê era uma preparação dos tucanos! Antigamente – tenho 53 anos –, estudávamos Lógica; ensinava-se Lógica nas escolas. Não é possível que, com a formação intelectual que tem o Ministro Tarso Genro, S. Ex<sup>a</sup> coloque, realmente, as coisas nessa situação.

Sr. Presidente, outras questões precisam ficar claras.

Novamente me socorro de informações do *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo: “O Lula está irritadíssimo! Como se corrupção não fosse tema de debate eleitoral!”.

Ora, o PSDB quer discutir ética e corrupção. Quem introduziu o debate sobre a ética, no Brasil, foi Mário Covas, na primeira eleição para Presidente da República, em 1989. Ele perdeu a eleição, portanto, não foi para o segundo turno. Aliás, Mário Covas apoiou Lula no segundo turno, e, naquela eleição, ele colocou o debate sobre a questão da ética. Agora, o PT está insistindo na teses de que é um erro da Oposição discutir ética. Por que isso? Não dá! Temos de discutir ética! De onde veio o dinheiro? A cada dia, há uma versão. Deixem a Polícia Federal trabalhar! Exijam da Polícia Federal a apuração de onde veio o dinheiro sujo para comprar o dossiê! Permitam isso! E permitam mais – Senadores Heráclito Fortes e Leonel Pavan –: a apuração dos cartões corporativos. O Lula não respondeu no debate. Vamos ver se vai responder no debate da Globo. Não tem essa de que

o Lula foi pego de surpresa, foi pego despreparado. Qual candidato, estando na situação do Lula, não iria imaginar que o Alckmin fosse lhe perguntar sobre o dinheiro do dossiê: de onde veio o dinheiro?! Não é possível que o Presidente tenha sido pego de surpresa, como ele tenta fazer passar nos jornais! Portanto, no próximo debate, Presidente Lula, vai-lhe ser perguntado – claro! – de onde veio o dinheiro sujo para comprar o dossiê? No próximo debate, Presidente, vai-lhe ser perguntado por que não abre a transparência dos cartões corporativos? Aumentaram, e muito, os gastos com os cartões corporativos. Hoje – está no *blog* do Noblat –, o Tribunal de Contas da União está falando que existe alguns milhões em notas fiscais frias nos cartões corporativos.

Na informação dada pelo *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo, temos o seguinte:

De janeiro a setembro, os gastos da Secretaria de Administração da Presidência somam **R\$3,678 milhões**. Atenção, amiguinhos [alerta o jornalista]: isso nada tem a ver com a compra de café, água, uísque (para autoridades em coquetéis, claro...), papel higiênico, inseticida, lustre-móveis, caneta, livros (leitor voraz, vocês sabem...). Os gastos, vamos dizer, de escritório e manutenção têm verba do Orçamento.

Portanto, foram gastos R\$3,678 milhões.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Um instante, Senador Arthur Virgílio.

Nos dois primeiros anos de mandato de Lula, os gastos com cartões corporativos da Presidência mais do que dobraram. Passaram de **R\$4,3 milhões em 2002**, último ano do mandato de FHC, para **R\$8,7 milhões em 2004**. Reitero: estamos falando apenas do Gabinete da Presidência.

Os gastos totais do Gabinete da Presidência, nesta modalidade, de janeiro a setembro deste ano, já somam **R\$6,839 milhões**. Só a Abin responde por **R\$3,097 milhões** de grana secreta.

Os gastos com cartões corporativos, incluindo os Ministérios, já chegam, até setembro, a **R\$20,7 milhões** (durante todo o ano passado, foram de **R\$21,706**). O mais impressionante é que, em 2004, quando o Gabinete da Presidência já gastava o dobro do que gastava FHC, a soma total era de **R\$14,1 milhões**. Por alguma razão, também secreta, de um ano para outro, a ganância aumentou a bagatela de 50%.

Portanto, Presidente Lula, não se declare surpreso! O Brasil vai continuar lhe perguntando, nas entre-

vistas, nos debates, de onde veio o dinheiro sujo; abre ou não as contas do cartão corporativo.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Antero Paes de Barros, é algo grave que quero revelar à Casa, e aproveitando, portanto, com muita honra para mim, o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Aqui me envia a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), sob o título “Foto do dinheiro. Processo contra o Delegado Bruno fura fila e é instaurado em tempo recorde”, denúncia de que o processo – e, portanto, a vontade de punir aí está posta contra o delegado que exibiu o dinheiro – furou a fila de outros 36 processos disciplinares que estão para serem instaurados. O que mostra, primeiro, que Lula não reconhece tanto assim a independência da Polícia Federal. Lembrem-se de que os delegados que flagraram, na rinha de galo, o marqueteiro Duda Mendonça foram punidos, transferidos, inclusive prejudicando o ano letivo de seus filhos; foram transferidos em pleno semestre letivo, com transtornos familiares que daí podem advir e que certamente advieram. Então, temos, aqui, essa coisa da dinheirama, e o delegado que não fez nada além de cumprir com o seu dever... Por que, se tem o dinheiro, qual o problema de mostrar o dinheiro? Ou o delito é mostrar o dinheiro? O delito – parece-me – é ter um dinheiro escuso, destinado à atividade escusa de compra de um dossiê. Isso – parece-me – é o delito. É o fundamental. O delito não é mostrar o dossiê. Digamos que mereça investigar se ele procedeu de acordo com as normas disciplinares da Polícia Federal; digamos que mereça. Não vamos jamais colocar em hierarquia superior um possível erro do Delegado Bruno acima do constatado erro de se ter o dinheiro escuso, comprando um dossiê tão escuso quanto o dinheiro, visando a dar lucros eleitorais para o Partido do Presidente da República. Mas, aqui está: puniram quem prendeu Duda Mendonça e estão punindo quem ousou mostrar o dinheiro sujo que o Lula não explicou ainda de onde veio, o dinheiro sujo destinado a comprar um dossiê falso para incriminar o Sr. José Serra e outras lideranças do meu Partido e do seu Partido. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, veja a gravidade do assunto que V. Ex<sup>a</sup> traz. Antes da divulgação da foto do dinheiro sujo – é muito importante prestar atenção nisso – foram divulgadas as fotos e o vídeo do dossiê fajuto. Ou não foram divulgadas as fotos de José Serra? Ou não foram divulgadas as fotos de Geraldo Alckmin cumprimentando uma pessoa? Foram divulgadas por qual delegado? Esse delegado que divulgou as fotos é o delegado de Cuiabá. Sobre esse delegado de Cuiabá há algum processo no Ministério da Justiça? Foi aberto um procedimento contra o delegado? O que estou falando é grave! Um dossiê mentiroso, fajuto, atacando a honra de pessoas de bem, vitimando uma pessoa

do nível de José Serra, que tem uma vida dedicada ao País, vitimando uma pessoa da honradez de Geraldo Alckmin, que tem mais de 30 anos de vida pública... Essas fotos foram divulgadas, e esse delegado que as divulgou não contrariou nenhuma norma da Polícia Federal. Quem freqüentou os *sites*, assistiu aos vídeos no YouTube, mas quem os divulgou não contrariou nenhuma norma. E o delegado, que divulgou a foto do dinheiro sujo usado pelo PT para comprar o dossiê, é punido! Contra ele se abre processo, que corre celeremente. Márcio Thomaz Bastos... Pede demissão, Márcio! Não foi assim que construiu a sua biografia. Há pessoas que entram para o poder e se autodestroem. O Lula é uma delas, o Márcio é outra.

Eu quero encerrar, dizendo o seguinte: queira ou não, Lula; goste ou não, Lula; não se surpreenda, Lula. O PSDB vai continuar colocando na pauta da ordem do dia das discussões a origem do dinheiro sujo. O PSDB vai continuar colocando na pauta da ordem do dia por que não abrir os cartões corporativos. O PSDB vai continuar colocando na ordem do dia por que Paulo Okamoto tem a proteção da República para não abrir os seus sigilos. O PSDB vai continuar colocando na ordem do dia que o Partido não quer e não vai privatizar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, os Correios e a Petrobras. O que o PSDB não quer é que os Correios sejam usados como fonte para se criar e pagar o mensalão. O que o PSDB não aceita é que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil sejam usados para aparelhar a sede do PT com equipamentos de informática e muito menos para vender ingressos de *show* de Zezé di Camargo e Luciano. O que o PSDB não quer e não aceita é que a Petrobras seja ponte para o Sr. Silvinho, amigo de José Dirceu, amigo de Lula – todos do PT – ganharem Land Rovers neste País. Nós não vamos privatizar, mas também não vamos aceitar que essas empresas do povo brasileiro sejam usadas em detrimento do povo brasileiro.

Os escândalos da Caixa, da GTech, da ONG Agora e de outras ONGs, do Banco Popular. Lula, prepare-se! Não se surpreenda. É um direito, aliás, mais do que um direito, é um dever da Oposição dizer, frente a frente, com lealdade – como o fez Geraldo Alckmin –: de onde veio o dinheiro sujo? E o Brasil, tenho certeza, não vai apoiar um Presidente no cargo, suspeito de ligação com o dinheiro sujo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Conselho de Administração:**  
PRESIDENTE  
Roberto C. Mesquita  
MEMBROS  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Júlio César Mesquita  
Maria Cecília V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



**Fundado em 1875**  
Júlio Mesquita (1891-1927)  
Júlio de Mesquita Filho (1927-1989)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Viçeira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Júlio de Mesquita Neto (1969-1998)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Pínlho Barreto (1927-1958)

[www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# O que o debate deixou claro

**T**rês anos e nove meses de governo Lula foram mais que suficientes para não deixar dúvidas sobre o seu escasso preparo para conduzir um país como o Brasil. Maquiavel diria que ele deve antes à Fortuna das circunstâncias do que à Virtú pessoal o que tiver a contabilizar como êxito da sua gestão. As limitações do presidente, eram ainda acentuadas pelo contraste com os atributos do candidato – a palavra fácil e a aptidão para projetar uma imagem de autenticidade. Daí a grande surpresa do debate de domingo: pela primeira vez desde o seu desastroso desempenho no confronto com Fernando Collor em 1989, Lula se mostrou despreparado para um duelo político em público.

Especialmente nos primeiros atos do espetáculo, a contumácia, inesperada e persistente, do tucano Geraldo Alckmin, ao abordar os esquemas de corrupção postos em marcha pelo dispositivo petista de poder, o deixou desconcertado – como se ele e os seus treinadores tivessem imaginado, absurdamente, que o assunto passaria em branca nuvem. Quem desligasse o som do televisor para se concentrar unicamente na expressão corporal do petista, na sua incontida agitação e nas caras e bocas de sua fisionomia, decerto se espantaria com tamanha exibição de desconforto, sinal de que as cobranças do opositor, exatamente por se referirem ao que se referiam, pegaram no queixo de quem passou a vida se arrogando o monopólio da elite, deixando-o “grogue”.

Saltou à vista que Lula não tem defesa nesse quesito. Tanto não tem que o melhor que lhe ocorreu foi retrucar que “a compra espúria de votos” começou na votação da emenda constitucional que instituiu a reeleição em 1997. Nunca antes, desde que o deputado petebista Roberto Jefferson acrescentou ao léxico político nacional o termo mensalão, Lula se viu obrigado a reconhecer o que de fato foi o ultraje – não um episódio venial de uso de “recursos não contabilizados”, conforme o eufemismo delubiano para caixa 2, mas uma operação sistemática de suborno de deputados. Na mesma linha, ele se agarrou à palha de lembrar que o valerioduto foi inaugurado em território tucano em 1998, em Minas, apenas para receber o troco de que

“um erro não justifica o outro”.

Lula fez uma boa frase, – “não sou policial, sou presidente da República” – para tentar se desvencilhar do que mais o aperta no recente cipoal que o enlaçou, na baldada tentativa petista de comprar um imaginário dossiê antitucano: a origem do R\$ 1,7 milhão apreendido em mãos de dois aloprados prontos para fechar o negócio. Mas teve uma pronta resposta de Alckmin: “Não precisa ser policial; basta perguntar para seus amigos mais íntimos.” Aliás, dado o retrospecto – do qual Alckmin não deixou pedra sobre pedra –, os protestos de inocência do presidente, no duplo sentido de não ser culpado e de não saber, soaram sempre flácidos, postiços.

Se assim não fosse, um jornalista não indagaria de Lula, candidamente, que garantias tem a dar aos brasileiros de que, em um novo mandato, outras falcatruas não serão perpetradas no seu entorno, precisamente porque ele, como alega, desconhecia as anteriores enquanto ocorriam. Sem falar que o presidente fez por merecer a reprimenda que lhe passou Alckmin – “não minta, Lula” – por haver atribuído ao tucano, em comício, a intenção de privatizar os Correios, o Banco do Brasil, a Petrobrás... Confrontado com a verdade de que Alckmin nunca disse isso, nem isso consta de seu programa, Lula buscou em vão abrir a saída de emergência, dizendo que, a julgar pelas privatizações no governo Fernando Henrique, é o que se poderia deduzir.

Debates em situações de reeleição dão aos antagonistas vantagens e desvantagens diferentes. Um tem o conforto de ser o desafiante; outro tem as suas realizações, amplificadas ou não, a ostentar. O primeiro só tem a perder as expectativas de alijar o segundo do governo. O segundo tem a perder a condição efetiva de detentor do poder. Isto posto, ficou claro ao longo de um duelo eleitoral emocionante do começo ao fim – concebido e levado ao ar com competência, profissionalismo e em horário civilizado, além do mais – que Alckmin se saiu melhor no seu papel do que Lula no dele. Ainda assim, é prematuro prever que o ex-governador tomará votos do presidente, ou, muito menos, vice-versa. Mas algo há de ter se movido no universo dos indecisos, bem como entre os eleitores de Heloísa Helena e Cristovam Buarque. Logo se saberá.



*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. João Batista Motta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Esta Presidência prorroga a sessão por mais 40 minutos e passa a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

Peço aos nobres Pares que reduzam o discurso a dez minutos, porque há vários oradores inscritos. Conto com a colaboração de todos.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>es</sup> e Srs. telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, volto de uma campanha, volto das ruas do meu Estado do Rio de Janeiro. E gostaria de tecer alguns comentários a respeito do que vi no meu Estado, não apenas com referência ao pleito, porque creio também que merecem consideração o processo eleitoral e o processo político.

Hoje, quando se fala em vitória e derrota – pelo menos no capítulo “pleito” da vida pública –, há de se fazer distinção entre vitória eleitoral e vitória política. A vitória eleitoral, hoje, está muito ligada a arranjos de partidos e de políticos, a institutos de pesquisa, à interpretação que os meios de comunicação dão à mensagem dos candidatos, ao apoio de grupos financeiros, a recursos, a tempo de televisão, mas a política vai além disso, Sr. Presidente. A política vai muito além disso, e creio que ela não se motiva, eu diria, apenas pelo ganho.

Não devemos tentar imitar Rui Barbosa, que, pela dimensão de seus pensamentos e de suas ações, talvez, seja mesmo um raro exemplar inigualável. Mas ele dizia algo de que podemos tirar uma grande lição. Ele dizia, Sr. Presidente, que o dever sobrevive à esperança. E a paixão pelo bem substitui com vantagem a confiança na vitória.

Portanto, a política vai muito além de se disputarem matematicamente votos em uma urna. Às vezes, o candidato que tem mais votos, por incrível que pareça, não tem militância, não faz comícios, não consegue, a não ser se pagar, que alguém segure sua bandeira, conheça seus ideais, seus programas e sua trajetória de vida e acredite em suas propostas.

Cada vez mais, vemos certa distância entre o pleito político e o pleito eleitoral, e, cada vez mais, Sr. Presidente, há influência do capital nas decisões políticas, o que, aliás, já devíamos ter abolido. Se há alguma herança, eu diria, na formação brasileira que deveríamos afastar é aquela que se deu com a vinculação da riqueza, do capital, depois da Independência,

ao poder político, quando Senado e Câmara exigiam que os candidatos a Senador ganhassem acima de 800 mil réis e que os eleitores ganhassem mais de 200 mil réis. Penso que essa vinculação viola direitos humanos tanto quanto o Estatuto da Terra, tanto quanto o estatuto da escravidão, tanto quanto o tratamento brutal, violento e desumano, porém legal, que o Estado deu a sucessivas gerações de negros, de brancos, de pobres e de mestiços, massacrados durante o período da Colônia e do Império e mesmo na Primeira República. E acho que é esse o tratamento que, muitas vezes, o Estado dá à revolta cada vez mais armada da sua massa de excluídos.

Dessa maneira, com uma luta muito grande, um partido pequeno, o nosso Partido, com apenas trinta segundos de tempo na televisão e sem fundo partidário, sem dispor de quaisquer recursos, fez uma campanha de militância, de visitas ao interior, de idas às comunidades, de idas às ruas, de conversas com as pessoas. Tivemos um 1,5 milhão de votos, pouco mais do que isso, quase um 1,6 milhão de votos, e ficamos aliados de um segundo turno, quando teríamos – aí, sim – oportunidade de tempo na televisão e de expor melhor nossos projetos e nossas idéias.

Mas essa proposta política não se deixa levar pelos resultados eleitorais, não se deixa influenciar por eles, não se desanima nem se arrefece com esses resultados. Sr. Presidente, tenho a certeza de que cada um dos companheiros lutaram imbuídos de um projeto, de uma utopia interior, de uma visão de Brasil e de sociedade que nos embala, que é maior do que nós mesmos, porque nos leva a empreitadas cujas probabilidades e chances são ínfimas – falando eleitoralmente, talvez, no cálculo, eu diria, das viabilidades eleitorais, ínfimas, irrisórias ou improváveis.

Quando a alma política se acende no coração, isso pouco importa, Sr. Presidente. O que importa mesmo é disputar, o que importa é ir para as ruas, o que importa é acreditar, o que importa é falar, é discursar, como fizeram tantos que nos antecederam nesta Casa.

Puxa vida! Como era remota a possibilidade no tempo em que discursavam aqui grandes oradores, como o Senador Afonso Arinos e como muitos outros – não quero ser injusto com nenhum –, lutando contra preceitos arrogantes da ditadura... O próprio pai de Arthur Virgílio fazia discursos eloqüentes, lutando contra uma ditadura implantada, contra um poder que dominava os meios de comunicação e que cassava os direitos humanos simplesmente por iniciativa de um Procurador-Geral da República e por decisão de um Supremo, sem vias democráticas e sem direito ao cassado.



Naquela época, a política incendiava, alcançava as ruas. Havia liderança. As pessoas ouviam os discursos. Hoje, isso não ocorre. Dificilmente, vêem-se militantes – estudos recentes provaram isso – que lembram em quem votaram. Acaba havendo muita propaganda! Naquele momento, cria-se a idéia de que um candidato já ganhou e de que votar em outro significa simplesmente desperdiçar o voto.

Os institutos de pesquisa, os meios de comunicação, os prefeitos, os deputados, os vereadores, a máquina política estadual, de repente, empurram tanto, que parece se fazer um consenso irremediavelmente estabelecido, sob o qual qualquer tentativa de confronto parece até sublevação ou irreverência.

Política não é nada disso! Política é confronto de idéias, é debate apaixonado! Digo, por convicções, que não conseguimos circunscrever a própria alma. Volto a este plenário imbuído deste sentimento de Rui: “O dever sobrevive à esperança”.

Continuo, Sr. Presidente. Quero dizer aos que assistem a mim, no meu Estado e no Brasil, que estou imbuído do mesmo dever. Meu Estado atravessa a pior crise econômica e social da sua história recente.

Para não dizer que estou inventando crise, o Rio de Janeiro perdeu 25% na participação do PIB nacional nos últimos trinta anos. A nossa indústria, o que é pior ainda, perdeu 40% na participação da indústria nacional. O Rio de Janeiro hoje tem, nas contas públicas, um rombo de mais de R\$2 bilhões. Em termos de segurança pública, somos disparados o Estado mais violento deste País. No ano passado, quinhentos mil casos foram registrados. Que horror! Que barbárie! Quinhentos mil casos registrados! Foram 117 mil furtos, 111 mil assaltos! Aos telespectadores esclareço: o assalto é o furto com violência, com o uso de faca, de navalha, de arma. Houve 79 mil lesões corporais dolosas! Imaginem! São balas perdidas, brigas nas comunidades carentes, bêbados atropelando pessoas nas ruas! Foram 79 mil lesões corporais dolosas, uma das razões principais de o nosso sistema de saúde estar em situação terrível, Sr. Presidente! Toda hora, invadem as enfermarias pessoas ensangüentadas, que necessitam de tratamento imediato e urgente.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB)

– Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Senador Roberto Cavalcanti, é um prazer conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Senador Marcelo Crivella, fui testemunha da campanha heroica que V. Ex<sup>a</sup> fez no Estado do Rio de Janeiro. Tive o privilégio de acompanhá-lo em alguns momentos

daquela campanha. Dificilmente, um político brasileiro consegue ter projeção numa campanha com os poucos recursos que V. Ex<sup>a</sup> teve. Refiro-me a recursos de toda ordem: materiais, financeiros e, principalmente, recursos de tempo. V. Ex<sup>a</sup> não teve oportunidade de falar ao povo do Rio de Janeiro. A campanha de V. Ex<sup>a</sup> foi feita de maneira extremamente singela, porém complexa, porque era uma eleição na qual havia vários outros candidatos, estruturados de todas as formas. Atribuo à falta de tempo a razão maior de V. Ex<sup>a</sup> não ter vencido no primeiro turno. Se V. Ex<sup>a</sup> tivesse tido tempo disponível, se a legislação eleitoral permitisse que os tempos fossem distribuídos, no caso do Rio de Janeiro, de forma equitativa, sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> teria vencido no primeiro turno. Mas o ponto mais importante que registro é o plano de governo de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estava no Rio de Janeiro no momento em que V. Ex<sup>a</sup> estava lançando seu plano de governo. Para o País, para o Rio de Janeiro, é necessário que se reflita sobre aquele projeto. É um projeto fantástico que deve ser herdado por qualquer governante, quer seja da Paraíba, nosso Estado, quer seja do próprio Rio de Janeiro, quer seja do Brasil. O projeto de governo de V. Ex<sup>a</sup> é uma peça imperdível. Digo isso como empresário, porque o li detidamente. Todo o projeto é extremamente competente e eficiente, e quem o adotar, certamente, verá reverter-se o perfil econômico do Estado do Rio de Janeiro. V. Ex<sup>a</sup> é o Líder do meu Partido e me honra com sua competência, com seu espírito coletivo e eficiente de fazer política, de dar exemplo ao Brasil de como fazê-la. Muito obrigado.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Eu é que lhe agradeço. Incorporo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> ao meu discurso.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Vou concluir, Sr. Presidente. Antes, porém, quero dizer que, cada vez que subimos à tribuna, somos contagiados pela alma de Teotônio Vilela e de oradores importantes que me vêm à mente agora, como Josaphat Marinho; como Ulysses Guimarães, o grande senhor, cidadão; e como muitos outros que, da tribuna, expressaram sua alma no discurso político, no embate político, na formação democrática das utopias do nosso povo e da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Senador Roberto Cavalcanti, meu companheiro de Partido, não foi em vão que percorri, durante 90 dias, comunidades, Municípios e a Capital do meu Estado. Venho convencido de que é preciso trazermos um novo projeto para as áreas de segurança, de educação, de saúde e de transportes e lutarmos muito pelos investimentos do

meu Estado. Hoje, venho com uma visão muito mais ampla do que é o Rio de Janeiro e, com base no que vivenciei nas minhas caminhadas, sei que é necessário instituir o planejamento familiar.

Precisamos debruçar-nos sobre a lei do planejamento familiar, que nada tem a ver com controle demográfico. Aliás, o Brasil cresce até numa razão modesta; o Brasil tem uma população perfeitamente razoável em relação às suas dimensões e pontencialidades. Mas tem de haver um planejamento familiar que garanta às famílias que tenham filhos apenas quando o desejarem.

Vi muitas crianças descalças, com o nariz escorrendo. Vi crianças pequenas no colo de mães de 15 anos ou de 16 anos, que me diziam “arruma para eu operar”, mas que nem sabiam pronunciar o nome da operação. Elas também não sabiam dos métodos contraceptivos que não são definitivos; não sabiam da tabela; não sabiam usar o DIU; não sabiam usar um preservativo comum, uma camisinha. Assim, as comunidades carentes, hoje, estão povoadas de meninas e de meninos na faixa de 0 a 6 anos, cujas famílias não têm estrutura para educá-los.

Precisamos tratar do planejamento familiar. Precisamos rever essa lei, porque ela não saiu do papel. Precisamos criar o Dia Nacional do Planejamento Familiar. Precisamos incluir essa matéria no currículo escolar. Precisamos trazer esse tema para a tribuna do Parlamento. Precisamos discutir isso com todas as religiões e com todos os segmentos da sociedade civil organizada. Precisamos levar esse assunto ao Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, peço que incorpore ao meu pronunciamento um artigo do Dr. Drauzio Varella, publicado nos jornais, que fala exatamente sobre planejamento familiar. Gostaria de ter tempo de lê-lo, palavra por palavra, deixando aos nossos telespectadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores as profundas reflexões desse médico que nos tem brindado com momentos tão lúcidos nas políticas de saúde pública do nosso País.

Não terei essa oportunidade, Sr. Presidente, porque já consumi meu tempo, mas peço seja incluído no meu pronunciamento o artigo que passarei à Mesa.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que volto à tribuna desta Casa com motivação redobrada para os debates, para as votações. Estamos por decidir quem será nosso Presidente. Espero que o Presidente Lula tenha oportunidade de ser reconduzido ao cargo. Considero seu Governo satisfatório. Penso que muita coisa deixou de ser feita, mas pode ser feita no segundo mandato, e torço por ele.

Sr. Presidente, essas eram as palavras que eu trazia no meu coração. Trago essa reflexão sobre pleito, sobre resultado eleitoral, sobre resultado político, sobre essas coisas, meu Deus, que, muitas vezes, sentimos que não ficam bem resolvidas no nosso País. A eleição é ganha, mas é um líder que as pessoas não seguem, em quem não acreditam; as pessoas não seguram sua bandeira, não conhecem sua história, não vão aos seus comícios, não repetem seus discursos e com eles não se entusiasmam. Simplesmente, foram levadas, muitas vezes, por *marketing*, por programas muito bem feitos de televisão.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marcelo Crivella, permite-me um aparte?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, não sei se posso conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Se o Presidente o permitisse, com muita honra, gostaria de ouvi-lo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – S. Ex<sup>a</sup> o permite, pois é mineiro, e mineiro é tolerante.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Pois não. Com muito prazer, ouvirei a reflexão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup>, aqui, é um representante de Deus. Eu queria saber de V. Ex<sup>a</sup> se há na Bíblia a frase “dize-me com quem andas, que te direi quem és”. V. Ex<sup>a</sup> tem a missão de representar Deus para orientar os cristãos. Não sei se essa frase está na Bíblia; tenho essa dúvida.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Não, não está.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas é válido. É ética. V. Ex<sup>a</sup> segue isso?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – É adágio popular.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A voz de Deus é a voz do povo.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Não o foi quando gritaram: “Crucifica-o, crucifica-o, crucifica-o!”.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas, nesse caso, não era o povo, mas alguns. Acredito muito em sabedoria popular, em provérbios. A Bíblia está cheia de provérbios. V. Ex<sup>a</sup> acredita na sabedoria popular do “dize-me com quem andas, que te direi quem és”?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mão Santa, sei aonde V. Ex<sup>a</sup> quer chegar. Considero, na análise que faço – respeito sua análise e tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, democraticamente, como eu, há de respeitar minha posição, a liberdade que temos e a consciência política que o povo nos concedeu por meio dos votos que recebemos –, considero que o apoio que dou ao Presidente Lula é de boa fé.

Acredito que o Presidente, como todos que o antecederam, cometeram erros e acertos. Mas creio que, no saldo, o Presidente Lula merece a oportunidade de ser reconduzido ao cargo. Há muito que fazer, e nós todos precisaremos estar juntos para construir isso. Dou-lhe, sim, o apoio – e não só eu como vários Senadores desta Casa e a maioria do povo brasileiro que votou no Presidente Lula no primeiro turno. Não seria prudente dizermos que o povo, na sua sabedoria – e V. Ex<sup>a</sup> afirma sempre isso –, errou. Quando fala a voz das urnas, cala-se a voz do político. Terminadas as eleições, começa a política.

Espero ter respondido a V. Ex<sup>a</sup>, com todo o respeito, com toda a admiração e com todo o apreço que V. Ex<sup>a</sup> recebe não só de mim, como também do meu Partido. Sabe o carinho que temos por V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que volto aqui – terminada a eleição, começa a política – firme para a luta.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

### **Planejamento familiar**

**Drauzio Varela**

No Brasil, planejamento familiar é privilégio exclusivo dos bem-aventurados. Sem mencionar números, vou resumir o atoleiro ideológico em que estamos metidos nessa área.

Até a metade do século XX, poucas famílias brasileiras deixavam de ter cinco ou seis filhos. Havia uma lógica razoável por trás de natalidade tão altas:

- 1)** A maioria da população vivia no campo, numa época de agricultura primitiva em que as crianças pegavam no cabo da enxada já aos sete anos. Quantos mais braços disponíveis houvesse na família, maior a probabilidade de sobrevivência.
- 2)** Convivíamos com taxas de mortalidade infantil inaceitáveis para os padrões atuais. Ter perdido dois ou três filhos era rotina na vida das mulheres com mais de trinta anos.
- 3)** Além da cirurgia e dos preservativos de barreira, não existiam recursos médicos para evitar a concepção. Na década de 1960, quando as pílulas anticoncepcionais surgiram no mercado e a migração do campo para a cidade tomou vulto, uma esdrúxula associação de forças se opôs terminante ao planejamento familiar no país: os militares, os comunistas e a igreja católica. Os militares no poder eram contrários, por julgarem defender a soberania nacional: num país de dimensões continentais, quanto mais crianças nascessem, mais rapidamente seriam ocupados os espaços disponíveis no Centro-Oeste e na floresta amazônica.

Os comunistas e a esquerda simpatizante, por defenderem que o aumento populacional acelerado aprofundaria as contradições do capitalismo e encurtaria caminho para a instalação da ditadura do proletariado. A igreja, por considerar antinatural - portanto, contra a vontade de Deus - o emprego de métodos contraceptivos. O resultado dessas ideologias não poderia ter sido mais desastroso: em 1970, éramos 90 milhões; hoje, temos o dobro da população, parte expressiva da qual aglomerada em favelas e na periferia das cidades. Suécia, Noruega e Canadá conseguiriam oferecer os mesmos níveis de atendimento médico, de educação e de salários para os aposentados, caso tivessem duplicado seus habitantes nos últimos trinta anos? O que mais assusta, entretanto, não é haveremos chegado à situação dramática em que nos encontramos; é não adotarmos medidas para remediá-la. Pior, é ver não apenas os religiosos, mas setores da intelectualidade considerarem politicamente incorreta qualquer tentativa de estender às classes mais desfavorecidas o acesso aos métodos de contracepção fartamente disponíveis a quem pode pagar por eles. É preciso dizer que as taxas médias de natalidade brasileiras têm caído gradativamente nos últimos cinquenta anos, mas não há necessidade de consultar os números do IBGE para constatar que a queda foi muito mais acentuada nas classes média e alta: basta ver a fila de adolescentes grávidas à espera de atendimento nos hospitais públicos ou o número de crianças pequenas nos bairros mais pobres. Outra justificativa para a falta de políticas públicas destinadas a universalizar o direito ao planejamento familiar no país é a da má distribuição de renda:



o problema não estaria no número de filhos, mas na falta de dinheiro para criá-los, argumentam. De fato, se nossa renda per capita fosse a dos canadenses, a situação seria outra; aliás, talvez tivéssemos que organizar campanhas para estimular a natalidade. O problema é justamente porque somos um país cheio de gente pobre, e educar filhos custa caro. Como dar escola, merenda, postos de saúde, remédios, cesta básica, habitação, para esse exército de crianças desamparadas que nasce todos os dias? Quantas cadeias serão necessárias para enjaular os malcomportados? A verdade é que, embora a sociedade possa ajudar, nessa área dependemos de políticas públicas, portanto dos políticos, e estes morrem de medo de contrariar a igreja. Agem como se o planejamento familiar fosse uma forma de eugenia para nos livrarmos dos indesejáveis, quando se trata de uma aspiração legítima de todo cidadão. As meninas mais pobres, iletradas, não engravidam aos 14 anos para viver os mistérios da maternidade; a mãe de quatro filhos, que mal consegue alimentá-los, não concebe o quinto só para vê-lo sofrer. É justo oferecer vasectomia, DIU, laqueadura e vários tipos de pílulas aos que estão bem de vida, enquanto os mais necessitados são condenados aos caprichos da natureza na hora de planejar o tamanho de suas famílias? **Gravidez indesejada e violência urbana.** A irresponsabilidade brasileira diante das mulheres pobres que engravidam por acidente é caso de polícia literalmente. Insisto em dizer que o planejamento familiar no Brasil é inacessível aos que mais necessitam dele.

Os casais da classe média e os mais ricos, que podem criar os filhos por conta própria, têm acesso garantido a preservativos de qualidade, pílula, injeções e adesivos anticoncepcionais, DIU, laqueadura, vasectomia e, em caso de falha, ao abortamento; porque, deixando a falsidade de lado, estamos cansados de saber que aborto no Brasil só é proibido para a mulher que não tem dinheiro. Há pouco tempo, afirmei numa entrevista ao jornal O Globo que a falta de planejamento familiar era uma das causas mais importantes da explosão de violência urbana ocorrida nos últimos vinte anos em nosso país. A afirmação era baseada em minha experiência na Casa de Detenção de São Paulo: é difícil achar na cadeia um preso criado por pai e mãe. A maioria é fruto de lares desfeitos ou que nunca chegaram a existir. O número daqueles que têm muitos irmãos, dos que não conheceram o pai e dos que foram concebidos por mães solteiras, ainda adolescentes, é impressionante. Procurados pelos jornalistas, um cardeal e uma autoridade do primeiro escalão federal responderam incisivamente que não concordavam com essa afirmação. O religioso, porque considerava "muito triste ser filho único", e que "o ideal seria cada família brasileira ter cinco filhos". O outro discordava baseado nos dados que mostravam queda progressiva dos índices de natalidade nos últimos vinte anos, enquanto a violência em nossas cidades explodia. Cito essa discussão, porque encerra o nó de nossa paralisia diante do crescimento populacional insensato que fez o número de brasileiros saltar dos célebres 90 milhões em ação do ano de 1970 para os 180 milhões atuais: de um lado, a cúpula da Igreja Católica, que não aceita

sequer o uso da camisinha em plena epidemia de uma doença sexualmente transmissível como a Aids. De outro, os responsáveis pelas políticas públicas, que, para fugir da discussão sobre as taxas inaceitáveis de natalidade da população mais pobre, usam o velho jargão da queda progressiva dos valores médios dos índices ocorrida nas últimas décadas. Dizem: cada brasileira tinha seis filhos em 1950; hoje esse número não chega a três. É provável que o argumento ajude a aplacar-lhes a consciência pública, especialmente quando se esquecem de dizer que, enquanto as mulheres de nível universitário hoje têm em média 1,4 filho, as analfabetas têm 4,4. Em agosto de 2004, o jornal Folha de São Paulo publicou informações contidas no banco de dados do município, colhidas no período de 2000 a 2004 pela Fundação SEADE. A reportagem nos ajuda a avaliar o potencial explosivo que a falta de acesso aos métodos de contracepção gera na periferia e nas favelas das cidades brasileiras. Se tomarmos os cinco bairros mais carentes, situados nos limites extremos de São Paulo - Parelheiros, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, Guaianazes e Perus -, a proporção de habitantes inferior a 15 anos varia de 30,4% a 33,4% da população. Esses números estão bem acima da média da cidade: 24,4%. Representam mais do que o dobro da porcentagem de crianças encontrada nos cinco bairros com melhor qualidade de vida. O grande número de jovens, associado à falta de oferta de trabalho na periferia, fez o nível de desemprego no extremo leste da cidade atingir 23,5% - contra 12,4% no centro da cidade no ano passado. Ele também explica por que a probabilidade de um

jovem morrer assassinado na área do M'Boi Mirim, na zona sul, é 19 vezes maior do que em Pinheiros, bairro de classe média. Nem haveria necessidade de números tão contundentes para tomarmos consciência da associação de pobreza com falta de planejamento familiar e violência urbana: o número de crianças pequenas nas ruas dos bairros mais violentos fala por si. O de meninas em idade de brincar com boneca aguardando atendimento nas filas das maternidades públicas também. Basta passarmos na frente de qualquer cadeia brasileira em dia de visita para nos darmos conta do número de adolescentes com bebês de colo na fila de entrada. Todos nós sabemos quanto custa criar um filho. Cada criança concebida involuntariamente por casais que não têm condições financeiras para criá-las empobrece ainda mais a família e o país, obrigado a investir em escolas, postos de saúde, hospitais, merenda escolar, vacinas, medicamentos, habitação, Fome Zero e, mais tarde, na construção de cadeias para trancar os malcomportados. O que o pensamento religioso medieval e as autoridades públicas que se acovardam diante dele fingem não perceber é que, ao negar o acesso dos casais mais pobres aos métodos modernos de contracepção, comprometemos o futuro do país, porque aprofundamos perversamente a desigualdade social e criamos um caldo de cultura que contém os três fatores de risco indispensáveis à explosão da violência urbana: crianças maltratadas na primeira infância e descuidadas na adolescência, que vão conviver com pares violentos quando crescerem.



**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Passo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT, por cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra o nobre Senador João Batista Motta, inscrito.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são três questões pontuais, e eu entendo muito importantes para contribuir para o debate e a elucidação de alguns fatos que hoje, aqui, à exaustão, foram tratados por várias lideranças da Oposição.

A primeira delas é a questão da privatização. O Sr. Geraldo Alckmin foi muito agressivo nessa questão negando peremptoriamente que irá privatizar. Acontece que a privatização levanta uma suspeita ou um questionamento que os brasileiros têm direito de fazer ao Sr. Geraldo Alckmin. Primeiro, porque o Governo Federal que antecedeu o Governo Lula privatizou nada mais nada menos do que 76% do patrimônio público brasileiro, 76%! Ou seja, três quartos do patrimônio público brasileiro, acumulado com o dinheiro do povo brasileiro, foi vendido, em alguns casos, entendo, foi doado, e não tivemos o resultado prático em melhoria para as condições de vida da população.

Mas não podemos medir, e aí penso que ele tem razão, pelo que fez Fernando Henrique, apesar de ser do mesmo partido, da mesma linha e da mesma idéia; mas também o Governo do Geraldo Alckmin, em São Paulo, manteve o processo de privatização. Concluiu agora a privatização de rede de transmissão. E a privatização da Nossa Caixa, que só foi suspensa agora no segundo turno – inclusive não vi alguém da Oposição dizer que foi eleitoreira essa suspensão – está no Orçamento do ano de 2006 de São Paulo, colocada como receita. Portanto, o Sr. Geraldo Alckmin, ano passado, quando enviou o Orçamento para a Assembléia Legislativa de São Paulo, contou com a privatização da Nossa Caixa, colocando lá como receita.

Então é bom esclarecermos, porque ninguém está levantando isso a partir do nada, mas, do concreto que realizaram não só os que nos antecederam à frente do Governo Federal, como o próprio Sr. Geraldo Alckmin à frente do Governo do Estado de São Paulo.

Outro tema discutido no debate e que voltou hoje foi o do avião presidencial. O avião é do Estado brasileiro; o avião é patrimônio público brasileiro; o avião tem 30 anos de vida útil; o avião será pago em menos de um terço do tempo da sua utilização.

Achei interessante o Sr. Alckmin dizendo que iria vender e tal, mas quem custeia o deslocamento, seja com avião próprio do Estado, seja com avião fretado, quem custeia é o cofre público. E, para que não pare nenhuma dúvida, estão aqui os dados, segundo o Si-

geo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária), de São Paulo, dizendo que as despesas com locação de veículos e aeronaves do Governo do Estado de São Paulo cresceram 623% entre 2001 e 2005, o período do Sr. Geraldo Alckmin em São Paulo, passando de R\$5,39 milhões para R\$39,04 milhões.

Portanto, os deslocamentos do Sr. Geraldo Alckmin foram custeados pelos cofres públicos dos contribuintes de São Paulo. E quanto a ter vendido ou não as aeronaves do Estado, a informação que tenho é que a própria venda não consta da relação de bens alienados na Assembléia Legislativa. Com as passagens, também houve um aumento de 118% nos gastos das autoridades do Governo de São Paulo.

É bom deixar clara essa questão, que volta constantemente. Eu inclusive estava tratando de algumas questões fora do Plenário e ouvindo de Senadores discurso, de novo, demagógico com relação ao avião, que é do Estado brasileiro e que a própria FAB. O Brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo, coordenador das viagens internacionais da Presidência da República, disse que, entre fevereiro de 1999 e abril de 2001, o Governo gastou cinco milhões em aluguel de aviões para algumas das viagens internacionais do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, com avião presidencial ou sem avião presidencial, o gasto de deslocamento é custeado pelos cofres públicos. No caso de alugar ou fretar, é muito mais caro, de forma indiscutível.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Não, Senador, eu não tenho condições de lhe conceder um aparte, até porque já esgotou o meu tempo e ainda tenho um último assunto para tratar.

Hoje não tive oportunidade, não participei, estávamos em tentativa de negociação para votar matérias, mas ocorreu uma situação na CPI das Sanguessugas, fruto do debate e da apresentação em plenário de uma questão muito séria e relevante feita pela Deputada Vanessa Grazziotin, do Amazonas. Um parlamentar, cumprindo um ofício da Presidência da CPI, foi a Cuiabá buscar os documentos do tão famoso dossiê, que vieram e foram analisados por alguns Parlamentares. A própria Deputada Grazziotin descobriu que havia falhas na numeração da documentação que chegou, e estranhou profundamente. Foi tentar descobrir o que tinha acontecido. E o que aconteceu, nada mais, nada menos, foi que o parlamentar que foi buscar os documentos selecionou aqueles que iria trazer.

E há um ofício do delegado, respondendo ao Presidente da CPI, ao Deputado Biscaia, dizendo: “Estou encaminhando os documentos selecionados pelo

Deputado Gabeira.” Está lá o “recebido” do Deputado Gabeira.

Acho fundamental fazer esse registro no Plenário porque a Polícia Federal tem investigado, doa a quem doer, e tem gente querendo se utilizar de processo seletivo, escolhendo o que traz e o que não traz para o holofote da mídia neste processo eleitoral. Considero isto da maior gravidade: um parlamentar, investido de uma tarefa, de um coletivo, que é de uma CPI, se dá o direito de selecionar e trazer só o que lhe pode ser conveniente. Por isso eu não poderia deixar de fazer o registro para ilustrar determinados tipos de comportamento, trazendo dados a respeito da realidade dos fatos.

Senador Aelton, agradeço e peço desculpas por ter passado o meu tempo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, isto é que é memória seletiva fantástica a da Líder do Governo! Ninguém manipulou mais dados em CPIs do que a Senadora Ideli Salvatti na CPI do Banestado. Utilizou-se de uma questiúncula, envolvendo a política de Santa Catarina, e trouxe para cá questões que se transformaram em questões nacionais. O que dá para rir dá para chorar. Agora, vem aqui com esse manto de pureza e de inocência estranhar um procedimento que não conheço, mas vou tomar o devido cuidado. Cuidado para não sujar o “shortinho”, Ideli.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é lamentável. A Senadora trouxe alguns esclarecimentos sobre o debate de domingo, mas não trouxe outros sobre, por exemplo, o cartão corporativo, que a Nação toda quer saber. Na questão do avião presidencial, o ponto é outro: por que ele foi pago adiantado? Por que ele se submeteu à revisão nos Estados Unidos sessenta dias depois da compra? Por que ele não atende às características da licitação? Quem concorreu para a compra? Quais os preços colocados pelos outros fabricantes? A modalidade e a forma da compra do aerolula é que estrarrece, é que cria dúvida, é que gera polêmica.

Esperei que a Líder do Governo, que chegou aqui tão afobada no plenário, trazendo um texto pronto – possivelmente do 3º andar do Palácio do Planalto – prestasse esclarecimentos à Nação, e não viesse apenas trazer dados seletivos. Acho que é hora de a Líder do Governo vestir a camisa do Lula e vir defendê-lo, explicar sobre as ONGs que estão aí espalhadas pelo mundo inteiro e as investigações que correm em segredo de justiça.

Esse tipo de engodo a Nação brasileira não aceita. Essa memória seletiva que toma conta do Partido dos Trabalhadores o brasileiro não aceita mais. É preciso que seja esclarecido. Trouxe esclarecimentos que lhe interessavam e faltou com esclarecimento do cheque corporativo, gasto de maneira abusiva pelo Palácio do Planalto, pelo Gabinete do Presidente da República.

Sr. Senador José Agripino, o que nós vemos aqui é isso. Vamos falar das ONGs que estão por aí, da origem de um milhão e setecentos mil reais, que é o que o povo brasileiro quer saber. Enquanto o Governo não esclarecer de onde saíram, não adiantam os subterfúgios. Não adianta, Sr. Presidente, querer se tapar o Sol com a peneira. É preciso que se diga de quem era o dinheiro, como veio o dinheiro e quem é o responsável por ele.

Muito obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como direito de resposta, concedo palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, só para me inscrever como Líder na hora que V. Ex<sup>a</sup> entender conveniente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho um vôo agora, às 20 horas e 28 minutos, e vou me retirar...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Vai de aerolula.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Com certeza, não irei com o aerolula, porque não vou acompanhar o Presidente em nenhuma atividade oficial dele. Vou viajar pela TAM.

Agora, eu acho tão interessante a forma como as pessoas se pronunciam e falam. Eu estou aguardando quem fez um estardalhaço neste Plenário e pronunciou-se algumas vezes, referindo-se a uma ONG que nem sequer existe, que já foi inclusive desmentida pelo jornalista como sendo uma paródia que ele colocou no noticiário, para poder dar um trato jornalístico no que ele queria desenrolar de idéia. Mas, veja bem, ela serviu como argumento para proposta de criação de uma CPI sobre ONG.

Os Amigos de Plutão, aquela ONG inventada pelo jornalista Carlos Chagas, serviu aqui de base para pedido de CPI. E eu não vi quem utilizou isso à exaustão sequer vir pedir desculpas por estar fazendo esse tipo de proposta com base em algo absolutamente inexistente. Então, eu queria só deixar o registro, porque determinada ânsia de criar fatos políticos, às vezes, ultrapassa o ridículo.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sr. Presidente, art. 14.

Eu queria agradecer à Senadora Ideli porque me deu...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Faça bom proveito do seu art. 14. Vá se desculpar dos Amigos de Plutão.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ...a oportunidade de explicar quem são os Amigos de Plutão. Os Amigos de Plutão moram em Blumenau, e a ONG é do Lorenzetti; a ONG é da Sr<sup>a</sup> Lurian. Esta ONG, Amigos de Plutão, ninguém sabe mais que V. Ex<sup>a</sup>, tanto é que sai desesperada do plenário. Aquela ONG era fictícia, mas foi uma maneira que nós escolhemos exatamente para que a Líder do Governo derrubasse a máscara. Eu esperei silenciosamente. Eu sabia que viria falar de Plutão. Plutão existe e mora aqui! Eis o Plutão, Brasil! Venha, Senadora Ideli, falar sobre as ONGs de Blumenau! Venha, Senadora Ideli, prestar contas à Nação desse processo que corre em segredo de Justiça. Afinal, V. Ex<sup>a</sup> permitiu que o segredo fosse revelado. Eis o Plutão. Preste contas à Nação sobre a existência dele. Diga quem recebe, quando recebe e o que fez do dinheiro. Viva Plutão!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>. Que seja por um minuto para colaborar com a Presidência. Precisamos tocar os trabalhos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas ao nobre Senador João Batista Motta, que já está na tribuna. Já pedi a palavra pela ordem há algum tempo, Senador Aelton Freitas. Lamento a forma antidemocrática da Senadora Ideli Salvatti de não permitir os apartes justificando, para tal, a limitação de tempo feita pela Presidência, de cinco minutos, porque falava em nome da Liderança do PT. Todo o Brasil que nos assiste pela TV Senado sabe, tem conhecimento, que o Presidente está disponibilizando o tempo necessário para que cada Senador, ao usar da tribuna, possa fazê-lo em função da sua necessidade. Então, não foi por esse motivo que a Senadora Ideli Salvatti não permitiu os apartes dos Senadores presentes à sessão. Não sei se o horário do vôo da Senadora Ideli Salvatti justifica essa fuga apressada do plenário. Lamento porque a Senadora abordou três assuntos e gostaria muito de apartear-la.

Falo da questão das privatizações, da questão do aerolula. S. Ex<sup>a</sup> não permitiu que assim fosse feito. Mais do que isso, gostaria de perguntar à Senadora Ideli – e estou tentando fazer contato com S. Ex<sup>a</sup>

desde às 9h30min – sobre as centenas de prefeitos e prefeituras que têm hoje o prazo expirado para apresentação e aprovação, pelas câmaras municipais, dos seus planos diretores.

Apresentei um projeto ao Senado Federal prorrogando esse prazo que terminava hoje, Senador Leonel Pavan, por mais um ano, visto que o prazo coincidia com o processo eleitoral, dando oportunidade a que no mínimo 30% dos mais de 5.000 Municípios brasileiros ficassem impedidos de receber ou de firmar convênios por não terem o plano diretor urbano sido aprovado.

Fiz a apresentação desse projeto, mas, lamentavelmente, face ao recesso branco no período eleitoral, o mesmo não teve oportunidade de ser aprovado, de vir a plenário. Na reunião de quarta-feira passada, conversei com o Presidente Renan Calheiros, que, como democrata, e junto às demais Lideranças, colocou-se à disposição para que, caso houvesse acordo, pudéssemos aprová-lo no plenário diretamente. Havia acordo, mas, infelizmente, não tínhamos quórum como não temos quórum hoje novamente. Pedi, então, Senador José Agripino, à Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que fizesse gestões junto ao Executivo Federal, junto à Presidência da República no sentido de que se baixasse uma medida provisória prorrogando esse prazo, visto que a Confederação Nacional dos Municípios se colocou, angustiada, a favor da prorrogação do prazo. E tive, da Senadora Ideli Salvatti, como resposta, o silêncio.

E é bom que os Prefeitos do Brasil que estão nos vendo pela TV Senado saibam do descaso que este Governo Federal tem para com as prefeituras, saibam do descaso que a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, tem com seus pares, sem nem ao menos dizer que não foi acolhida pelo Presidente da República ou pela Casa Civil. Nem o pedido da edição da medida provisória ela teve a consideração de fazer. Não há problema. Vou gestionar de novo junto ao Presidente Renan Calheiros, junto às Lideranças partidárias deste Senado Federal, para que possamos encontrar, Senador José Agripino, uma forma legal de atender a esses Municípios brasileiros que não tiveram, por diversos fatores, a oportunidade de completar a aprovação dos seus planos diretores.

Era isso, Senador, que eu queria falar. Eu gostaria de ter a Senadora Ideli Salvatti em plenário para que pudesse fazer não só os questionamentos acerca do seu pronunciamento, como também responder para a Nação brasileira aquilo que me foi negado ao longo dia. Insistentemente tentei contato com a Senadora e não obtive resposta.

Mas vou encontrar, Srs. Prefeitos do Brasil que nos assistem, Senador José Agripino, uma forma, aqui, no

Senado Federal, no Congresso Nacional, de atender à necessidade das prefeituras brasileiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

Peço desculpas pela demora, com a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> assistiu, assim como todo povo brasileiro que acompanha a TV Senado, ao desespero em que vivem hoje os homens e as mulheres que estão ligados a este Governo.

O povo brasileiro, esta noite, deve ter ficado estarecido com o nervosismo da Líder do PT, mostrando a gravidade do problema, enquanto um Deputado transportava um processo. Olha que gravidade! Olha o nervosismo de S. Ex<sup>a</sup> em relação ao problema! Mas não é grave o Governo não explicar quem pagou os R\$50 milhões do Banco Rural? Não é grave o Governo não explicar de onde vieram R\$1,7 milhão para compra do dossiê?

O Senador Antero Paes de Barros, aqui, pediu que o Governo Lula deixasse a Polícia Federal trabalhar para descobrir a origem desse dinheiro. Quero discordar do meu companheiro. O Presidente, o Governo não precisa da Polícia Federal para descobrir a origem desse dinheiro; basta perguntar de onde veio ao seu companheiro de Partido, ao seu companheiro de administração, ao seu companheiro de Governo e responder ao povo brasileiro.

A Senadora Ideli Salvatti agride o Governo passado pelas privatizações. Não vou aqui discutir se foram certas ou erradas. Mas por que o Governo Lula não estatizou quando assumiu o poder? Por que não voltou à estatização? Pergunto ao povo deste País: quem é que queria viver novamente aquele problema de não conseguir uma linha telefônica? Era preciso até de indicação para obtê-la, e o preço era elevado. Para que governo fazer carroceria de ônibus? Para que governo produzir aço? Ora, governo foi feito para promover educação, saúde e segurança pública, exatamente aquilo que o Governo do PT não fez em momento algum nesses quatro anos.

No programa eleitoral, tanto Lula quanto outros companheiros dele falam de engavetamento de processos no Governo passado. Ora, assumiram o Governo. Por que não desengavetaram? Não o fizeram porque não têm competência? São irresponsáveis ou não tinham motivo de reclamar? Por que falam agora, depois de quatro anos?

E outra coisa que também estarece – e o povo brasileiro está vendo hoje e tem visto todos os dias – é a incoerência dos homens que apóiam este Governo. Ouvi há pouco, aqui, um discurso maravilhoso do Senador Marcelo Crivella, a quem tanto respeito. S. Ex<sup>a</sup> falava tanto da pobreza, da miséria, dos garotinhos que estão passando fome. Pobres coitados! Só que S. Ex<sup>a</sup> apóia um Governo que está gerando emprego na China; só que ele está apoiando um Governo que quebrou o agronegócio e acabou com o emprego no campo deste País. Olhem a incoerência! Não defendem crescimento econômico, não defendem geração de emprego; defendem apenas a reeleição de um Governo que mantém nas mãos o arbítrio, a falta de vontade de trabalhar e de produzir.

Mas vim a esta tribuna, Sr. Presidente, não para falar disso; foi para mostrar ao povo brasileiro um panfleto que está sendo espalhado por todo o Brasil. Quero aqui que o povo brasileiro faça um juízo crítico, neste momento, se tem cabimento este panfleto. Só é possível em um País que tem um Governo que veio para mentir, que veio para enganar. Diz o panfleto: “Lula vence o debate na **Band**”.

As senhoras e os senhores que estão me ouvindo acham que Lula venceu o debate? Ele foi competente? Respondeu às perguntas que lhe foram feitas? E vocês vão dizer que não, que ele perdeu o debate.

Uma pesquisa mostrou que 67% dos entrevistados disseram que Geraldo Alckmin ganhou o debate, porque conhece o Brasil, porque tem competência, porque não é um pobre coitado que não conhece os problemas do País.

Diz ainda o panfleto:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o grande vencedor do debate promovido ontem à noite pela TV Band, diante do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. O Presidente não fugiu de nenhum tema...

Veja, Senador José Agripino: quando o candidato Geraldo Alckmin perguntou sobre a situação precária das estradas brasileiras, o Presidente Lula foi evasivo e respondeu falando de aeroportos, obras que são realizadas com a contribuição do usuário brasileiro, daqueles que viajam de avião. Não há dinheiro do orçamento do Governo Federal.

E continua o panfleto:

(...) falou sobre os avanços que o País conquistou nos últimos anos e o que pretende fazer para ampliar o ritmo de crescimento nos próximos quatro anos.

Ritmo de crescimento? Um País que cresceu a 2%, o que não correspondeu nem àquelas pessoas que



estão entrando no mercado de trabalho; crescimento que foi a falência dos agricultores, dos pecuaristas, daqueles que produzem calçado, dos micro e pequenos empresários que exportavam. Hoje nós estamos exportando produtos **in natura**; estamos exportando a nossa riqueza mineral; estamos importando riquezas não-renováveis; estamos cometendo um crime contra o patrimônio nacional.

Sr. Presidente, estamos cometendo ainda um crime pior, porque foi aprovado nesta Casa a entrega das nossas florestas ao capital estrangeiro, projeto enviado para cá pelo Presidente Lula. Claro que não recebeu o meu voto nem o do Senador Mão Santa, nem o da Senadora Heloísa Helena, nem o do Senador Pedro Simon, mas com o voto da tropa de choque do Governo. Com essa lei, daqui para frente, o cidadão, seja brasileiro ou estrangeiro, poderá fazer um contrato de concessão de floresta e pegar dinheiro emprestado no exterior, e, daqui a quarenta anos, o banco poderá executar aquele contrato, quando não estaremos mais aqui nem eu, nem o Senador Mão Santa, nem o Presidente Lula. Lesa-pátria! Irresponsáveis por um ato dessa grandeza!

O panfleto ainda diz o seguinte:

Já Alckmin não apresentou provas para o País, não explicou por que barrou 69 CPis na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e não respondeu o que o governo paulista fez para impedir a ação do PCC.

O Governador Geraldo Alckmin não era Presidente da Assembléia Legislativa nem Deputado do Estado de São Paulo; ele era Governador e não tem nenhuma responsabilidade quanto a isso.

Continua o panfleto: “Lula lembrou que, ao contrário do que acontecia no passado, hoje, apura-se e se investiga tudo, ‘doa a quem doer’”.

Senador Mão Santa, qual é o petista que está preso? Quem dos Correios está preso pelo escândalo? Quem está preso pelos US\$50 milhões do Banco Real? Quem está preso no caso das sanguessugas? Há algum agente governamental preso? É mentira! Não há! Estão soltos, estão na campanha do Presidente; estão cortando o Brasil de Aerolula para fazer campanha!

Ainda há pouco a Senadora Ideli Salvatti disse que o Aerolula é do povo! Então, as senhoras e os senhores poderão se inscrever para viajar no Aerolula. É de vocês, segundo a Líder do PT.

E, depois, veio falar das privatizações! Eu já respondi: por que, então, novamente, não reestatizaram essas empresas? Por quê? Por que não tem capacidade? Por que não sabem fazer ou por que consideram

que estavam certas as ações? Por que aprovam o Plano Real e deitam em cima dele para tirar proveito? Por que usaram o Bolsa-Escola pra fazer o Bolsa-Família e sair distribuindo dinheiro a rodo pelo Brasil afora?

O Bolsa-Escola era para fazer com que o cidadão mandasse seus filhos para a escola e recebesse, com isso, uma compensação. O Presidente acabou com essa obrigação. Muita gente hoje recebe o Bolsa-Família e deixa os filhos em casa sem ir para a escola. Onde está a independência da pobreza? Onde está o valor desse trabalho?

E continua o panfleto: “No final, Lula lembrou que os tucanos privatizaram”. É a mesma coisa, e segue: “E desafiou Alckmin a reconhecer que, nesses quatro anos, a vida do brasileiro melhorou”.

Quero saber de quem está em casa, a senhora e o senhor, se conhece na sua rua alguém que melhorou de vida, ou se já viu alguém que faliu, que não tem condição de educar seus filhos, que não tem condição sequer de comer com essa política econômica que só tem infelicitado a vida do povo brasileiro.

Eu queria que o Brasil inteiro procurasse se inteirar desse panfleto, dessa vergonha, dessa mentira, dessa calúnia, como tantas outras que vivem fazendo ao nosso candidato. Mas o povo brasileiro sabe – porque tomou conhecimento e já viu pela televisão – que quem tem competência, raça, determinação, currículo, vergonha na cara e condições de governar este País é Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Senador João Batista Motta, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, se o Presidente consentir, porque eu já havia encerrado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Peço a sua compreensão, Senador Roberto Cavalcanti, pois o Senador já havia encerrado. Logo após o Senador José Agripino, falará V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Tendo em vista que o Líder do nosso Partido foi citado, gostaria de ter oportunidade de fazer este aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Se S. Ex<sup>a</sup> conceder. (Pausa.)

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto Cavalcanti, para falar logo mais no seu discurso.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Eu citei S. Ex<sup>a</sup>, mas não o fiz maldosamente nem o acusei de nada. Eu elogiei o seu discurso.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – O que eu lamento é o Senador Marcelo Crivella ter sido chamado de incoerente. O perfil político e pessoal de S. Ex<sup>a</sup> não merece esse adjetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino, como Líder do PFL

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria reportar-me, fazendo algumas considerações rápidas, a algo que pude depreender do debate entre o Presidente Lula e o presidenciável Geraldo Alckmin.

No dia seguinte, ou logo depois do debate, muitas pessoas estavam surpresas com a postura de Geraldo Alckmin, Senador Heráclito Fortes. Algumas pessoas, maldosamente, diziam que ele tinha sido agressivo, outras diziam que foi mal educado, que tinha saído da sua postura elegante. Lula, hoje, andou dizendo que ele parecia um advogado ou um policial de porta de xadrez, como se não fosse obrigação policial a ação de um Presidente da República que não se tem mostrado namorado da ética. Pelo contrário, pelo contrário.

No debate, Senador Mão Santa, para mim ficou clara a postura de Geraldo Alckmin, de interpretar com fidelidade, com fidedignidade, a indignação do povo brasileiro com o padrão ético exibido pelo governante Lula. Foi isso.

Ele discutiu educação? Sim. Saúde? Sim. Claro! Transportes e infra-estrutura? Sim. Discutiu isso tudo. Mas ele mencionou o assunto sobre o qual o povo brasileiro quer saber. Ele mencionou a origem do dossiê, a seqüência de posturas aélicas do atual Governo, falou até do Aerolula! E, lá pelas tantas, Senador João Batista Motta, falou dos cartões corporativos, que já foram objeto de comentário na tarde de hoje.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que, na minha opinião, e aplaudo a postura de Geraldo Alckmin, ele interpretou o sentimento de indignação do povo brasileiro, que tinha de ser interpretado naquele momento. Os candidatos encontravam-se em um programa de altíssima audiência, e ele interpretou o sentimento de indignação do povo brasileiro com as perguntas feitas e as respostas não dadas com relação ao padrão ético do Governo Lula.

Ele foi fundo? Ele foi agressivo? Sim, deveria ter sido e o foi, porque o povo brasileiro quer saber, e não há nenhuma resposta nunca, e fica tudo por isso mesmo! Ele cumpriu com a sua obrigação de brasileiro? Claro que sim! Ele seria um poltrão se não tivesse agido daquela forma. Ele agiu corretamente, na minha opinião.

Nada de advogado de porta de xadrez, nem de policial de porta de xadrez. Isso é a vitimologia de Lula, matéria em que ele é mestre! Mestre!

Muito bem, Senador João Batista Motta! V. Ex<sup>a</sup> tem cartão de crédito? Deve ter, porque eu tenho. O Senador Mão Santa tem? Deve ter. O Senador Flexa tem cartão de crédito? Lógico, todos temos.

Senador Flexa, foi baixada uma norma no sentido de que, se o usuário do cartão de crédito ultrapassar o limite de R\$4.000,00 em alguns meses, a Receita Federal vai lá bisbilhotar os seus gastos. Esse é um direito da Receita Federal em nome do interesse coletivo, em nome da transparência, da sociedade, em nome desses órgãos que controlam os saques, por meio dos quais se poderá chegar à origem do dinheiro do dossiê.

Senador Flexa, V. Ex<sup>a</sup>, assim como eu, é um cidadão comum; Senador, por acaso, mas cidadão comum. Quando pagamos nossas contas, ficamos sujeitos à investigação. Se a conta passa de R\$4.000,00, a Receita tem todo o direito de verificar o que estamos pagando. Estamos comprando o quê? Por que está gastando tanto dinheiro, mais do que R\$4.000,00?

Senador Flexa, os cartões corporativos da Presidência da República, que são uma instituição, devem existir? Acho que sim. Mas eles têm de ser vigiados, muito mais do que a sua conta ou a minha conta, porque é dinheiro público. A sua conta é paga com o dinheiro que V. Ex<sup>a</sup> ganha; é dinheiro privado e é fiscalizado! E o cartão corporativo da Presidência da República, quem o utiliza? Funcionários da Presidência.

Waldomiro Diniz poderia usar? Claro! O Sr. Freud Godoy poderia usar? Claro! São da Presidência, têm direito. Merecem fé? Waldomiro Diniz merece fé para usar cartão corporativo? Acho que não, mas direito teria. O Sr. Freud Godoy, o homem do dossiê, Senador Mão Santa, teria direito a um cartão corporativo? Sim. A tradição do Governo Lula, o padrão ético do Governo Lula recomenda que os cartões corporativos utilizados na Secretaria de Administração da Presidência da República sejam utilizados sem fiscalização? Acho que não.

O que é que recomendaria um governo probo? Que se gastasse, que se fizesse uso de algo que está instituído, mas que as contas ficassem transparentes.

Já foi feito aqui, Senador Heráclito Fortes, algum pedido de investigação, ou de esclarecimento, ou de informação sobre os gastos com cartões corporativos? Foi. Houve resposta do Governo? Sim. A resposta foi “não”.

Este é um Governo que tem autoridade moral para dizer que não precisa ser investigado? Creio que

não. O Governo de Silvinho, de Delúbio, o Governo de Marcos Valério, de José Dirceu, de Gushiken, do dossiê do R\$1,750 milhão não tem autoridade moral para fazer gastos e não se submeter a uma investigação. “Ah, mas os cartões corporativos da Presidência são de pequena monta”.

Vamos aos fatos? Aqui está, Sr. Presidente, Senador João Batista Motta, um extrato que obtive do Siafi, que é um órgão que promove, para efeito do conhecimento da sociedade, a transparência das contas públicas. Tudo o que é movimentação financeira do setor público está no Siafi. Algumas pessoas têm acesso a ele. Eu, como Senador, tenho acesso ao Siafi.

Normalmente, nas contas do Siafi existe a rubrica, o beneficiário e a explicação na coluna “observações”.

Vamos aos fatos. V. Ex<sup>a</sup> deve usar cartão, eu uso cartão. Minha fatura é de R\$1.000,00, R\$2.000,00, R\$800,00, R\$300,00. A fatura do brasileiro comum, do classe média, quanto é? Ele que está me assistindo sabe quanto é a conta dele. E a fatura da conta da Secretaria de Administração da Presidência da República? A Secretaria usa o cartão corporativo para sacar dinheiro e se recusa a dizer em que ele é usado. Não diz! Mas é pouquinho, é uma merrequinha por mês. Será que é? O Siafi diz quanto é.

Senador João Batista Motta, no dia 25 de janeiro de 2005, foram apresentadas contas pagas pelo cartão corporativo, saques, no valor de R\$288.564,36 – quase R\$300.000,00; no dia 25 de fevereiro, foram R\$364.090,00 – R\$300.000,00; no dia 23 de março de 2005, foram R\$306.000,00 em saques; no dia 25 de abril, foram R\$157.079,76 de dinheiro usado mediante saque com cartão corporativo. Maravilha se esse dinheiro foi sacado e se se prestou contas.

Vamos ao demonstrativo do Siafi. No dia 25 de janeiro, pagou-se ao favorecido Mauro Augusto Silva, que deve ser funcionário como Waldomiro Diniz ou como o Sr. Freud, R\$41.442,26. Observação: “Pagamento de faturas BB Cartões, período 19 de fevereiro a 18 de janeiro”. Para quê? Não há explicação alguma. O Sr. Mauro é plenipotenciário, pode sacar o dinheiro, não precisa dar explicação a quem quer que seja. O Governo é de Lula, é sério e limpo, não precisa ser investigado.

No mesmo dia, pagaram-se ao Sr. Josafá F. Araújo R\$46.660,00. Pagos. Houve comprovação? Pelo Siafi, não. Uma fatura e, mediante simples apresentação, o saque foi feito e o dinheiro, pago na boca do cofre.

No mesmo dia, pagou-se fatura no valor de R\$53.861,00 ao Sr. José Ivo S. Barbosa, da mesma Secretaria de Administração da Presidência da Repú-

blica. Ainda no mesmo dia, mais R\$148.600,00 ao Sr. João B. Silva N. T.

No dia 25 de janeiro, pagaram-se faturas que, somadas, dão R\$288.564,00. Se elas fossem discriminadas, eu não estaria aqui, fazendo pronunciamento, nem cobrando de Lula a transparência de que ele se arvorou durante o debate.

O Siafi está mostrando – e posso exibi-la, pois está à disposição de qualquer brasileiro – que a conta dos cartões corporativo, em média, é de R\$250 mil mensais, pelo que pude ver, de dinheiro sacado. É como se fosse um cheque em branco para que as pessoas que recebem o cartão corporativo da Presidência – poderia ser Waldomiro ou Freud – possam sacar sem comprovação. Não há comprovação alguma.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador José Agripino, veja como V. Ex<sup>a</sup> é assistido. Acabo de receber uma sugestão para que V. Ex<sup>a</sup> explique, para quem o está ouvindo, o que é cartão corporativo. Trata-se de um cartão de crédito sem limite, cuja conta, no fim do mês, quem paga é o Governo. As pessoas não estão entendendo e ligam para saber o que é esse tal de cartão corporativo. Para que todo mundo saiba, é um cartão liberado para algumas autoridades e funcionários graduados do Governo. Por exemplo, no caso do ajudante de ordem do Presidente da República, ele tem a finalidade de, em uma viagem, fazer face a despesas emergenciais, como a conta de um restaurante ou o aluguel de um automóvel. É para isso, mas, nesse Governo, os gastos passaram a ser desordenados. O Tribunal de Contas não somente detectou o excesso de gastos, como também notas frias dando respaldo ao que foi gasto. Portanto, permita-me, Senador Agripino, para atender a um admirador seu, dizer que cartão corporativo é “mamão com açúcar”, é aquele cartão com o qual se gasta e que, no fim do mês, quem paga é a viúva, no caso, o Governo Federal. Daí essa farra imensa e por que ninguém quer mostrar transparência de quanto, onde e como gastou. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> me enseja, com o seu aparte, até acrescentar algumas informações no sentido de esclarecer aqueles que estão nos vendo e ouvindo.

Cartão corporativo é um cartão de crédito, como V. Ex<sup>a</sup> e eu temos, que é dado à Presidência da República ou a autoridades credenciadas para que seja usado. Nós usamos o cartão e pagamos, com o nosso



dinheiro, uma faturazinha em que vêm discriminados os pagamentos do restaurante tal, da loja tal, das despesas de viagem tais, tais e tais.

Aqui, não. Não há discriminação alguma e, quando ocorre, é feita com nota fria. Agora, dada a quem? Deixe-me dar a V. Ex<sup>a</sup> os nomes, que não são de autoridades que se conheçam. Poderia ser Freud. Freud poderia estar aqui, assim como Waldomiro, mas estas pessoas são da Secretaria de Administração da Presidência da República. Quem, danado, é Mauro Augusto Silva? Não sei, mas foi paga uma fatura sua de R\$41 mil. Quem, danado, é Josafá F. Araújo? Não sei, mas foi paga uma fatura sua de R\$46 mil. Quem, danado, é José Ivo S. Barbosa? Não sei, mas, no mesmo dia, foi paga uma fatura sua de R\$53 mil. De onde ele é? Da Secretaria de Administração da Presidência da República, assim como João D. Silva N. T, cuja fatura foi no valor de R\$146.600,00.

Já pensou, Senador Heráclito Fortes, que maravilha ter um cheque em branco para sacar o dinheiro que se quiser, na hora em que se quiser, e ele ser pago pela viúva, sem que se tenha a obrigação de dar explicação alguma, e, quando ela for pedida, poder-se negar a dá-la? Pediu-se explicação sobre os gastos dos cartões corporativos e o Governo se negou, o tempo todo, a fornecê-la.

Presidente João Batista Motta, eu tenho o direito de raciocinar.

Apenas entre os dias 25 de janeiro e 25 de abril de 2005, foi pago, por algumas faturas e em dinheiro, a esses funcionários da Presidência da República, perto de R\$1 milhão, sem comprovação.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Só na Secretaria Administrativa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Só nela.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Faltam a Casa Civil e o Gabinete do Presidente. Está faltando o restante dos gastadores.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, dessas pessoas cujos nomes citei, não sei qual é o tipo de qualificação profissional ou moral. Não quero desconfiar, mas sei que um dossiê foi objeto de tentativa de compra por R\$1,7 milhão, cuja origem ninguém conhece. Quem me assegura – diante desses dados do Siafi e com essas figuras, que não sei quem são, sacando dinheiro da República sem a obrigação de prestar contas, nem estabelecer a transparência de dizer para que o dinheiro foi usado – que o dinheiro do dossiê não saiu daqui? Quem me assegura que o dinheiro do dossiê não possa ter saído daqui, numa forma de se lavá-lo? Num Governo que convive com o Waldomiro e essa turma toda, quem me assegura?

Tenho o direito de pensar. Então, Presidente Lula, nem vem que não tem com essa história de advogado de porta de xadrez.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Somem-se a isso os cartões corporativos dos Ministérios, das empresas de economia mista, das brás, que ainda existem mas são poucas, dos bancos, e vamos ver quanto o Brasil joga pelo ralo, por mês, de dinheiro público, com essas despesas. É oportuno e patriótico o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Heráclito Fortes, o que mais me preocupa não é a ganância. Preocupa-me, nesta hora em que se busca a origem do dossiê, a constatação dos dados oficiais do Siafi. Na observação, está: pagamento da fatura a fulano de tal. Pagou-se a ele! As despesas que ele fez não foram comprovadas a quem quer que seja!

Foi encontrado R\$1,7 milhão em notas, seriadas ou não, e não se sabe de onde veio o dinheiro. Quem é que me assegura que um Governo que tem Waldomiro e Freud dentro do Palácio do Planalto, que tem essas figuras todas na Secretaria de Administração da Presidência da República não é capaz, também, de lavar o dinheiro de viúva para usá-lo com dossiês? Quem me assegura?

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Nobre Senador Agripino, permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço, com prazer, o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Quero apenas esclarecer uma dúvida dos milhares de brasileiros que assistem ao brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mostrando para a sociedade brasileira o que é este Governo, que se diz tão democrático e tão transparente mas omite informações solicitadas pelo Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup>, ao citar esses valores sacados, referiu-se, por duas vezes, ao ano de 2005.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Isso, 2005.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Esses dados do Siafi são de 2005.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Apanhados ao acaso no Siafi. Qualquer brasileiro que tenha uma chave de acesso pode verificá-los. Trata-se de uma das muitas folhas que se podem pegar para ver os saques dos cartões corporativos da Presidência da República. Os valores devem estar estratosféricos. Devem estar estratosféricos.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – A curiosidade dos brasileiros e das brasileiras é saber, também, o valor dos saques e da ganância dos cartões corporativos no ano de 2006. Com certeza absoluta, deve ser superior a esses valores que V. Ex<sup>a</sup> traz ao conheci-



mento da sociedade brasileira. Ainda há pouco, V. Ex<sup>a</sup> fez referência, assim como o Senador João Batista Motta, ao panfleto que está sendo distribuído pelo Brasil. Lamentavelmente, não me foi possível fazer um aparte, mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que, generosamente, dê-me a oportunidade de dizer que essa é a prática do PT. O PT foi forjado na prática sindicalista e quis administrar a Nação brasileira como se fosse um sindicato. Então, Presidente João Batista Motta, o que ele está fazendo, com a distribuição, é o que o PT sempre fez: a prática petista de disseminar a mentira para transformá-la, pela disseminação, numa possível verdade o que não é. A Nação brasileira toda está sendo esclarecida do que se passa neste Governo do PT. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, que, ao longo de todo esse tempo, tem sido, aqui, um defensor da ética, mostrando à Nação brasileira de que forma se comporta este Governo do Presidente Lula.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro.

Para terminar, Sr. Presidente, quero ressaltar minha indignação – aí é a minha indignação – com as observações do Presidente Lula – irônicas observações – quando se falava da questão da infra-estrutura, da educação, da saúde, da segurança, e o Governador Geraldo Alckmin exibía números, estatísticas, exibía conhecimento de causa sobre o assunto em pauta, e Lula, ironicamente, dirigia-se a ele e dizia: “Muito bem, preparou-se para o debate”. Como se o conhecimento fosse fato para ser ironizado; como se o conhecimento fosse fato para ser depreciado; como se não fosse elemento para ser aplaudido. Para ele, o conhecimento é fato para ser depreciado. Toda a vez que assunto sobre educação, saúde e obrigação de Estado era tratado, e que Geraldo Alckmin, surpreendido pela pergunta ou pelo assunto, exibía conhecimento, Lula exibía ironia, como se o conhecimento fosse objeto de ironia.

O povo brasileiro depreendeu, muito claramente, esse fato e se orgulhou de alguém que, ao ser abordado de repente, e de surpresa sobre o assunto, exibía conhecimento de causa e preparo para o trato daquele assunto. Ele fez mais do que a avaliação dos fatos, dos assuntos que são obrigação do Estado e direito do cidadão, ele fez a obrigação dele, como cidadão brasileiro, de interpelar Lula na questão da probidade da ética.

Sr. Presidente, custo Brasil se diminui baixando os itens de corrupção. Custo Brasil se diminui eliminando corrupção, como Lula dizia. Quando era candidato e sindicalista, ele dizia que, chegando à Presidência, baixaria X% do custo Brasil somente zerando a corrupção. Nunca a corrupção foi tão assunto em governo como o é no Governo Lula! Nunca se investigou tanto,

e se investiga, porque existe denúncia! Não se investiga, quando não há denúncia. A investigação acontece por conta do volume das toneladas de denúncias de coisas sérias. Investiga-se pelo escancarado dos fatos, não porque o Presidente Lula queira. A CPI dos Bingos somente aconteceu por determinação do Supremo Tribunal Federal. Pelo Governo Lula e pelo seu Partido jamais se teria instalado. Jamais se teria flagrado o malfeito do Sr. Paulo Okamoto, pagando as contas pessoais do Presidente.

Fez muito bem o candidato Geraldo Alckmin em abordar todos os assuntos, mas de forma preeminente a questão da improbidade, por uma razão muito simples: para que fique claro para o nosso País que o nosso Presidente, o Presidente que está disputando a reeleição, convive, gostosa e ironicamente, com a improbidade e com a impunidade.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, por dez minutos.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito-lhe apenas 30 segundos para fazer uma comunicação ao meu Estado, Santa Catarina.

Hoje aprovamos, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o parecer do Relator Sibá Machado sobre a liberação dos recursos para a conclusão da BR-282. Esperamos que o Governo Federal não use isso para fins políticos, e que libere os recursos rapidamente a fim de que se proceda à conclusão da citada rodovia, que ligará o Oeste de Santa Catarina à região do litoral Sul.

Informamos ao povo de Santa Catarina que, na defesa do nosso Estado e para a conclusão da BR-282, hoje, aprovamos, no Senado Federal, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o parecer do Relator Sibá Machado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago um tema que não tem nada a ver com a discussão que predominou, hoje, neste Plenário, relativamente ao grande debate político das eleições presidenciais.

Tenho me atido, nesta Casa, a atender a minha vocação empresarial. Portanto, hoje trago um tema econômico que não tem nada a ver com gestão do atual Presidente, ou com a do seu antecessor, ou com a do seu sucessor. Quero falar sobre FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sr. Presidente, algo existe de errado; algo se passa de errado com o nosso FGTS. O FGTS é sinônimo de poupança. O FGTS é um Fundo no qual o trabalhador tem a ancoragem de suas reservas. O FGTS daria ao operário, ao funcionário, ao profissional brasileiro, uma garantia para que, no futuro, ele pudesse ter essa base, essa poupança financeira.

Daí a pergunta: por que o brasileiro não acompanha, no seu dia-a-dia, a evolução dessa poupança? Cada um de nós, que porventura tenha uma caderneta de poupança, no cotidiano, fica interessadíssimo em saber qual o saldo, quanto se ganhou no mês, quanto se ganhou no ano. É estranho que o trabalhador brasileiro não tenha essa preocupação. Este, o objetivo do meu trabalho, pelo qual, neste plenário, hoje, encaminho um requerimento.

Na verdade, existe uma caixa-preta inexpugnável no que se refere ao custo, especificamente quanto aos valores cobrados pelo agente operador: a Caixa Econômica Federal.

No Brasil, temos a facilidade em contratar mão de obra informal. E qual a razão disso? O Brasil é um dos países que tem uma das maiores parcelas de mão de obra informal. É comum um empregado aceitar um salário na carteira e um outro salário por fora. Por quê? O que o motiva? Qual a razão de o empregado deixar de lado essa poupança, essa reserva que ele teria, não a levando em conta na formação do seu salário, se o salário for pago por meio de registro em carteira ou não? Por que ele não luta para que essa remuneração seja registrada na carteira? É a desmotivação pelas remunerações pagas pelo FGTS.

Sr. Presidente, hoje, encaminhei à Mesa requerimento solicitando esclarecimentos a fim de desenvolver melhor esse trabalho.

Tendo em vista que os dados apresentados nos relatórios divulgados pelo agente operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso a Caixa, pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Curador do FGTS são insuficientes para uma avaliação precisa sobre a eficácia, a eficiência e a adequação do

uso dos recursos daquele fundo às finalidades para as quais foi proposta a sua criação, requero:

a) Qual o volume de recursos destinados ao financiamento de construções novas, em 2004, 2005 e 2006, discriminado por construtoras, pessoas físicas, sindicatos, associações e outros?

b) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de pessoas físicas, nos anos de 2004, 2005 e 2006, para imóveis novos e imóveis usados?

c) Qual o volume de recursos alocados para o financiamento de construções novas, por Unidades da Federação e por classes de renda ou valor de imóvel, nos anos de 2004, 2005 e 2006?

d) Qual o número de correntistas que utilizaram, em 2004, 2005 e 2006, o FGTS para compra de imóveis, como parcela do pagamento à vista?

e) Qual o valor médio do pagamento à vista e o custo médio incorrido pelos correntistas indicados na pergunta anterior, para a liberação do financiamento nos anos de 2004, 2005 e 2006?

f) Qual o total das receitas auferidas pela Caixa Econômica Federal na condição de agente operador do FGTS nos anos de 2003, 2004 e 2005? E quais foram, também nesses anos, os valores totais pagos a título de juros e correção monetária aos correntistas?

g) O que explica a discrepância entre os valores orçados e realizados para a Taxa de *Performance*, em 2004, definida pela Resolução CCFGTS nº 295/98 e publicada no Relatório de Gestão 2004, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (pp. 19 e 35, do Relatório)?

Como justificativa, Sr. Presidente, digo que é sabido que a rentabilidade do FGTS, em alguns anos, chegou a ser inferior à inflação. Tal situação é um desestímulo à formalidade no mercado de trabalho, pois o trabalhador percebe que os valores depositados no FGTS serão rapidamente corroídos pela inflação, mesmo em época de inflação baixa que o País está vivendo atualmente.

Em uma situação como essa, é necessário avaliar se os custos de gestão e operação do sistema estão em níveis compatíveis com a baixa remuneração destinada aos trabalhadores titulares das contas vinculadas.

A outra função relevante do FGTS é a sua capacidade de prover novas habitações e, por extensão,

de gerar empregos na construção civil e nas cadeias produtivas associadas a esse setor.

Por essa razão, é importante verificar se os recursos do FGTS estão sendo prioritariamente investidos em construção de novas habitações. Não se pode admitir que esses recursos estejam sendo utilizados principalmente no financiamento de imóveis usados. Isso significaria um desvio de finalidade. Ademais, é necessário observar se a população de renda mais baixa tem tido atendimento prioritário, uma vez que o déficit habitacional no Brasil se concentra mais fortemente entre a população que tem renda familiar de até três salários mínimos.

Peço, Sr. Presidente, urgência no encaminhamento deste requerimento, para que possamos juntos, nesta Casa, descobrir e desvendar as razões pelas quais o trabalhador brasileiro não tem a sua poupança do FGTS remunerada condignamente.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. GEOVANI BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é com grande satisfação que retorno à tribuna do Senado Federal para discorrer brevemente sobre o resultado das eleições deste ano, particularmente no que se refere ao Estado do Amapá.

Os eleitores brasileiros tiveram oportunidade de eleger, no último dia 1<sup>o</sup>, 27 Senadores, que renovarão, em 2007, um terço das cadeiras do Senado Federal. Vinte desses Senadores serão novos na Casa. Nós os parabenizamos pela importante conquista e lhes damos antecipadamente as boas-vindas. Sete dos Senadores eleitos, portanto, são colegas que lograram reeleger-se, conquistando mais um mandato como representantes de seus Estados.

Um desses Senadores reeleitos é um dos políticos mais destacados da recente história brasileira e com o qual tenho a honra de compartilhar o mesmo partido e a mesma bancada estadual, o Senador José Sarney.

Com exatos 152.486 votos, a reeleição do Senador José Sarney a seu terceiro mandato consecutivo no Senado Federal é mostra inequívoca da confiança e do apreço que o povo do Amapá reserva a esse maranhense de nascimento, mas amapaense de coração.

O povo amapaense teve oportunidade de avaliar as propostas dos candidatos com o devido cuidado. O

contato com os candidatos foi privilegiado especialmente nas últimas semanas, quando a campanha se intensificou. A vitória do Senador José Sarney foi legítima e representa a vontade da população do nosso Estado.

Porém, nem tudo correu com a desejada tranquilidade, é que a utilização, por militantes políticos e partidários, de rádio, sítios em Internet e *blogs*, alguns servindo como verdadeiros jornais eletrônicos, afrontando o Estado Democrático de Direito e o equilíbrio que deve ocorrer na disputa eleitoral, com ataques à honra e dignidade de candidatos, ensejaram uma enorme quantidade de ações judiciais, que resultaram em multas que atingem quase o valor de cinco milhões de reais.

Os altos valores das multas, aplicadas por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em quase todos os casos, acompanhando parecer favorável do Ministério Público Eleitoral, não foram capazes de inibir o ativismo político-partidário dos militantes detentores de serviços de comunicação social no Estado.

As estatísticas do TRE/AP deixam transparecer a lamentável violação da democracia nestas eleições. Pois, em 2002, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá julgou cerca de 140 processos, enquanto, nestas eleições, foram autuados 908 pedidos de Direito de Resposta, propaganda antecipada, irregular, agressões nas mídias, Internet e *blogs*.

Conquanto tenham alguns militantes político-partidários utilizado de meios de comunicação de forma canhestra, o Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, a quem rendo minhas homenagens, na Presidência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em atuação singular, juntamente com os demais juízes e servidores daquela Corte, orientando por entrevistas concedidas às rádios, televisões e jornais, conscientizou os eleitores amapaenses a exercerem a cidadania com uma postura de dignidade e de respeito à ordem pública, evitando o abuso e a utilização de menores em trabalhos e a reprovável boca-de-urna.

A Justiça Eleitoral do Estado do Amapá, com o programa Eleitor do Futuro, mostrou uma juventude preocupada com o Brasil, consciente dos problemas nacionais, revelando a esperança de que as eleições serão sempre uma grande festa cívica.

Outro fator importante a se ressaltar nessas eleições foi a exatidão científica dos institutos de pesquisas, que já antecipavam, com correção, a reeleição do Senador José Sarney para seu terceiro mandato e a do Governador Waldez em primeiro turno, ambos com mais de 53% dos votos válidos. Isso demonstra, mais uma vez, a boa confiabilidade em nossos institutos de pesquisa, tanto os do Amapá (Instituto de Pesquisa Triângulo e Next), quanto os nacionalmente conhecidos, como o Ibope e a Escutec.



A coordenação da campanha eleitoral do Governador Waldez Góes e do Senador José Sarney ficou a cargo do Senador Gilvam Borges, que se licenciou do cargo para a exercer com brilhante maestria.

Sr. Presidente, como eleitor do Estado do Amapá, foi com felicidade que recebi a notícia da vitória de meus candidatos ao Senado Federal e ao Governo do Estado do Amapá. Porém, como Senador, fico ainda mais feliz pela circunstância de poder conviver, nesta Casa, com uma das figuras mais ilustres da história do nosso País e com outros grandes colegas que revivi na condição de ex-Deputado Federal, como o meu amigo, Heráclito Fortes, parceiro também de Constituinte.

Outras revelações tenho tido nesta Casa. Tive, por exemplo, uma experiência muito agradável hoje com o Senador Marco Maciel. Na época em que eu era Deputado Federal, há vinte anos – S. Ex<sup>a</sup>, Ministro-Chefe da Casa Civil, e, na Presidência da República, José Sarney –, minha esposa, tendo sofrido um acidente, estava em coma profundo. S. Ex<sup>a</sup>, então, foi visitar-nos em São Paulo, e, hoje, minha esposa veio cumprimentá-lo, saudável, feliz com a vida. Tenho pelo Senador Marco Maciel grande apreço e admiração pela forma humana como S. Ex<sup>a</sup> sempre me distinguiu.

Uma grande satisfação que tenho é a oportunidade de conviver com alguns dos maiores vultos da política brasileira. Confesso que a convivência com o Senador José Sarney tem sido um dos meus maiores prazeres. Quando assumi uma das cadeiras desta Casa, meu desejo era exatamente, ao lado do eminente Senador José Sarney, defender os interesses de meu Estado no Senado.

Ganho eu, portanto, com a oportunidade de compartilhar da sabedoria e da companhia desse ícone da política brasileira, mas ganha mais ainda o povo amapaense, que poderá contar com pelo menos mais oito anos de dinamismo e com a capacidade de trabalho do Senador José Sarney.

Em seus trinta anos acumulados de atuação no Senado Federal, que o tornam o Senador mais experiente em atividade, José Sarney participou diretamente de alguns dos atos mais importantes protagonizados por esta Casa, tendo, inclusive, sido seu Presidente.

Em nome do povo amapaense, congratulo-me com o Senador José Sarney e com o Governador Waldez Góes por mais esta importante conquista: respectivamente, a reeleição para o posto de Senador da República e de Governador de Estado pelo Estado do Amapá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Mão Santa.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao Senador Mão Santa a compreensão. Ainda tenho tarefas de campanha hoje, mas não poderia deixar de me dirigir aos brasileiros que assistem à TV Senado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o primeiro registro que quero fazer é sobre a viagem que empreendi, hoje, ao Estado do Piauí, à capital, Teresina, na companhia do Senador Mão Santa, do Senador eleito Joaquim Roriz, do Senador Marco Maciel, do Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República, e do ex-Senador Hugo Napoleão.

Fomos juntar-nos às lideranças políticas que fazem oposição no Piauí, lideradas por Sílvio Mendes, atual Prefeito de Teresina; Firmino Filho, ex-Prefeito; Freitas Neto, ex-Senador da República; Ciro Nogueira Filho, Deputado Federal do PP. Fomos lá participar, juntamente com Deputados Federais, Deputados Estaduais e Prefeitos, de um ato que simboliza o início da nossa luta em prol da vitória de Geraldo Alckmin no segundo turno.

Foi um encontro altamente proveitoso, civilizado e, acima de tudo, democrático, mostrando homens que, até 15 dias atrás, disputavam, palmo a palmo, votos pelo Piauí afóra, na procura de preenchimento de cargos, mas que deixaram de lado qualquer tipo de divergência, unindo-se na defesa do Brasil e, principalmente, do Piauí.

A presença de Marco Maciel e de Joaquim Roriz, que foram prestigiar nosso colega José Jorge, é a maior prova dessa solidariedade, Senador Mão Santa. Sei que V. Ex<sup>a</sup> falará sobre o assunto, mas não poderia deixar de fazer este registro, parabenizando os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Vereadores, mas, de maneira muito especial e carinhosa, o Prefeito Sílvio Mendes, que coordenou parte desse evento, e o Senador Mão Santa, que, com seu prestígio pessoal, levou para lá Joaquim Roriz. A afinidade de Joaquim Roriz com o Piauí é conhecida e grande, até mesmo pela quantidade considerável de piauienses que moram em Brasília.

Dito isso, Sr. Presidente, hoje o IBGE divulgou dados sobre o crescimento brasileiro. Vamos ter de esperar para amanhã: se o Governo gostar dos dados, ficará calado; se não, virá alguém contestar o IBGE, como se ele fosse uma entidade de oposição.

Os dados mostram o crescimento acanhado do Brasil – um País que precisa crescer e que está perdendo espaço nesta corrida de crescimento para países vizinhos e de menor possibilidade econômica. O crescimento brasileiro tem sido comparável, na América Latina, ao do Haiti, o que é uma pena. Isso mostra que estamos vivendo na contramão da história, pois a economia mundial vive um momento propício, em que



os investimentos internacionais aportam nos países que dão ao investidor credibilidade, o que infelizmente não acontece no nosso País.

Em segundo lugar, quero mostrar, mais uma vez, a contradição do Partido dos Trabalhadores. Hoje, o Ministro do Planejamento defende a prorrogação da CPMF, essa que foi tão combatida pelo Partido dos Trabalhadores, não só na sua aprovação original, processo liderado pelo saudoso Deputado Luís Eduardo, como também nas votações de renovação. E os que combatem são os mesmos que agora a defendem como um tributo permanente.

Aliás, o Partido dos Trabalhadores dá claros sinais de que, caso permanecesse no poder no ano que vem, aumentaria a carga tributária nacional.

Felizmente, deste problema o Brasil está livre.

Queria fazer um registro, Senador Mão Santa, com o respeito e carinho que tenho pelo Senador Eduardo Suplicy. Acabo de acessar um *site* que em que o Senador pede ao Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que interpele o Deputado Federal eleito, Sr. Clodovil Hernandez, por declarações dadas – não se sabe em que circunstâncias – sobre um possível desejo de trocar ou negociar o seu voto por recursos financeiros.

O Senador Eduardo Suplicy é um homem que a Nação toda respeita pela sua posição, mas, neste caso, lhe falta autoridade para essa exigência, uma vez que convive, numa mesma sigla, com vários companheiros de Partido que se envolveram em troca de votos por dinheiro no famoso episódio do mensalão. Alguns renunciaram, outros estão respondendo na Justiça, mas essa mesma providência não foi tomada. Acredito que, no caso do Sr. Clodovil, seria mais sensato ter uma conversa com ele e presenteá-lo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque ele mesmo declarou – e a matéria traz –: “Não tenho nenhuma intimidade com o processo legislativo”.

Episódios dessa natureza nós já vivemos no processo democrático. Tivemos a eleição de Juruna, de Agnaldo Timóteo, de Moacir Franco, de um carteiro do Rio Grande do Sul, várias pessoas que aqui chegaram sem nenhuma condição de saber discernir o comportamento parlamentar. Já citei o caso de Juruna, mas quero destacá-lo. Tratava-se de um aculturado que se elegeu Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Deu trabalho no início de sua investidura como parlamentar. Tivemos também o caso de Aloísio Paraguassu, brilhante parlamentar que se consagrou Deputado e que aprendeu a defender sua gente, sua classe nos corredores da Casa. Sem citar Gamaliel Galvão e todos aqueles que vieram na enxurrada de 94, quando o Brasil viu a reversão do processo eleitoral da época com a eleição de 16 Sena-

dores da Oposição, abrindo ali a primeira porta para a caminhada rumo ao processo democrático.

Sr. Presidente, discutiu-se aqui a questão do aerolula. Até concordo com alguns sobre a necessidade de um Presidente da República ter um avião que lhe proporcione condições de viagens seguras na travessia continental. Mas um Presidente da República que prometeu durante toda a sua vida dar prioridade ao social, que prometeu investir no combate à fome do povo brasileiro não podia ter-se utilizado de R\$160 milhões, pagos à vista, quando poderia tê-lo feito por empréstimos ou por *leasing*, como o desejasse. Além do mais, o avião comprado não atende às necessidades brasileiras, quer pela autonomia, quer pela distribuição do peso de sua carga. Tanto é verdade que, 60 dias após a sua chegada, teve de ser deslocado para os Estados Unidos para ser reformado. Fatos nunca esclarecidos. Gastou-se cerca de US\$300 mil em adaptações adicionais de um avião que já tinha custado aquele preço. Viajantes do aerolula, que são evidentemente pessoas da base do Governo, contam nas rodas de Brasília alguns vexames que passaram na decolagem do avião, quando parte dos passageiros tem de se dirigir para o fundo da aeronave para que possa haver balanceamento.

O aerolula foi uma compra errada, precipitada e confusa para o Governo brasileiro. Nunca ficou claro com quem concorreu, nunca ficou clara a maneira da aquisição, a não ser que o pagamento foi feito à vista.

Mas compreendo o nervosismo que toma conta do Partido do Governo, que não esperava sequer, Senador João Batista Motta, encontrar-se agora numa disputa em campo de igualdade no segundo turno. Cantavam em prosa e verso a eleição em primeiro turno. Achavam-se acima da lei e acima da vontade popular.

O fato de o Presidente da República não se ter saído bem no debate não é novidade para ninguém, porque o Presidente não se saiu bem nos debates em que participou em condição de igualdade. O próprio debate final com José Serra tirou-lhe alguns pontos na pesquisa, embora, àquela altura do campeonato, ele já tivesse uma vitória assegurada porque foi exatamente no período da onda vermelha.

Quem não se lembra da participação do Presidente da República naquele episódio do debate com o Sr. Fernando Collor de Mello? Quem não se lembra das entrevistas dadas pelo Senhor Lula para a Rede Globo e Rede Bandeirantes, seja no Jornal das 10, seja no Bom Dia Brasil, irritando-se com as perguntas feitas pelos repórteres? Perguntado por um tema, respondia outro, errando números e não aceitando contestações. Mas entre isso e este clima que o PT começa a querer implantar no País, este último é inaceitável.

Mais um dossiê aparece, o do engodo, colocando na boca do candidato Geraldo Alckmin programa de governo que não é dele; decisões que não serão to-

madras por ele; atitudes que não passam pela cabeça do futuro Presidente do Brasil praticar.

É preciso que o Brasil saiba que Geraldo Alckmin não vai permitir que o serviço público seja desvirtuado e aparelhado por aqueles que compõem a máquina partidária do Governo, com aumento de cargo em comissão; com a colocação, nos conselhos das empresas nas quais o Governo tem assento, não de técnicos competentes e capazes, mas de militantes partidários e de maneira privilegiada aqueles que foram derrotados nas urnas, a serviço do Partido dos Trabalhadores.

O “derrotério” continua sendo uma prioridade para o Governo Lula, a preencher cargos com aqueles que participaram de caminhadas pelas ruas do Brasil. Agora mesmo, recebi uma reclamação de que um superintendente da Infraero, não sei em que estágio, foi nomeado para uma função sem nenhuma competência, sem nenhuma capacidade, trazendo como título apenas o fato de ter perdido eleições recentes.

O Presidente Lula, numa fase de destempero, responde ao gesto simbólico de Geraldo Alckmin da maneira mais inusitada possível e diz que só um louco sai pelo mundo afora em avião de carreira ou em avião fretado. Não é verdade.

Temos a história dos papas, que viajam em avião da Alitalia ou do país que os convida. Na França, na maioria das vezes, o Presidente viaja em avião de carreira e de companhias francesas, inclusive usando como instrumento de propaganda um produto de seu País. Temos os exemplos dos países da Ásia, que adotam o mesmo procedimento.

A questão de gasto é muito relativa. Quando se fala da despesa do avião particular, não se leva em conta o gasto com a tripulação, que é da Aeronáutica, mas implica custo, não se fala na manutenção permanente, não se fala nos gastos de revisão, nas idas periódicas do avião ao fabricante para essas revisões quando são maiores. Não se fala em nada disso.

Fernando Henrique fez isso com muita propriedade, talvez não com tanto conforto, porque os aviões são adaptados. Mesa de baralho não pode haver. Barzinho não há. Chuveiro com água corrente, quente ou fria, de acordo com o desejo do passageiro não há. Mas são os aviões que servem aos brasileiros que desejam deslocar-se para qualquer parte do mundo e que, de acordo com suas possibilidades, utilizam ora a primeira classe, ora a econômica, ora a executiva.

São esses os aviões que serviram, durante muitos anos, os últimos Presidentes da República. O Brasil sempre teve aviões para vôo interno. Aliás, o último comprado, anterior ao Aerolula, o chamado Sucatinha, um Boeing 737, no Governo do Sr. Geisel, foi motivo de críticas duras do PT, por terem feito a opção por essa aquisição.

É preciso que o Partido tenha coerência. E é preciso que não se nivelem os outros chefes de Estado pelo comportamento do nosso. O desejo de semelhança entre o nosso Presidente e o Presidente Chávez, talvez, tenha sido o fator inspirador para a compra do Airbus 319, que é um modelo igual ao adquirido, meses antes, pelo Presidente da Venezuela. Mas isso não se justifica, porque a prioridade social do Senhor Lula era dirigida às classes menos assistidas, era dirigida à educação. O Aerolula até que poderia ter sido comprado, mas não nas características desse, no que diz respeito a modelo de avião e também no que diz respeito à forma de pagamento.

No entanto, Sr. Presidente, hoje, no final da tarde, houve um fato que me traz aqui e que me faz encerrar meu pronunciamento: uma provocação a respeito de um pronunciamento que fiz, repercutindo matérias jornalísticas, em que citava uma ONG chamada Amigos de Plutão.

Em primeiro lugar, quero esclarecer ao Brasil, já que o Governo aqui não se encontra – nem a Líder, nem seus representantes –, que, em nenhum momento, a minha CPI cita como necessidade de investigação a ONG Amigos de Plutão. Cita, isto sim, ONGs vinculadas a pessoas com acesso fácil, de prestígio, e acesso físico ao Palácio do Planalto, ao Palácio da Alvorada e à Granja do Torto.

Em nenhum momento, no requerimento de convocação da CPI, fiz referência à ONG Amigos de Plutão. Quando esse assunto veio à baila, na coluna do jornalista Cláudio Humberto – e repercutei esse fato, a pedido de um ouvinte da TV Senado –, ao ler o texto, veio-me a dúvida, de tão estapafúrdia que era aquela ONG! Mas pasmem os senhores, Senador Mão Santa! Minha dúvida não foi menor do que a do Governo. O Governo enlouqueceu e começou a procurar por todos os lugares e por todos os cantos de quem era mais essa ONG que tanto dinheiro tirava dos cofres públicos. Quis saber os responsáveis, porque o Governo, hoje, apadrinha mais de trezentas ONGs. Mais de R\$1,5 bilhão foi destinado a ONGs, apenas na administração direta. Ninguém sabe o que outros órgãos da administração, como a Fundação Banco do Brasil e a Petrobras, remetem para essas ONGs.

Surgiu a idéia com base num artigo de origem de um jornalista respeitado nacionalmente, que é Carlos Chagas, que também é professor de Ética na Universidade de Brasília e que teve como seus alunos gerações inteiras de jornalistas que brilharam nesta Casa. Acharam que ora eu estava mancomunado com Carlos Chagas, que ora eu estava aproveitando-me da notícia de Carlos Chagas que era um factóide, que ora o Carlos Chagas tinha me feito “pagar um mico”. Não foi

uma coisa nem outra. Juntamo-nos, um grupo de Senadores, e, diante das denúncias que tínhamos e temos, resolvemos dar prosseguimento às investigações.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, que foi Prefeito e que é empresário, sabe que, quando uma licitação está “bichada”, a primeira providência que um concorrente faz é cifrar o vitorioso futuro num jornal de circulação ou registrar em cartório. Foi mais ou menos isso que fizemos, porque Plutão existe, não aquele distante planeta que foi rebaixado, mas outro Plutão que também foi rebaixado pelo mau comportamento que vem tendo, ao longo de três anos e oito meses, na defesa e no comando das coisas públicas deste País.

E os amigos são muitos. É preciso que, de maneira clara e transparente, se apurem exatamente as ONGs brasileiras, principalmente as vinculadas à ONG Amigos de Plutão.

Silencieii, durante uma semana, em relação a esse fato, porque recebi um apelo de um integrante do Governo. E não sou homem de fechar portas, nem de queimar pontes, nem de botar fogo em caravelas. Assumi o compromisso de que esse assunto ficaria para outra ocasião. Mas, diante da provocação que recebi da Líder, resolvo trazer o assunto à baila. Nós vamos ter de investigar.

Agora, já não é mais com o nome fantasia Amigos de Plutão. Vou pedir um adendo ao requerimento e vou dar nome aos bois, vou dar nome às ONGs, onde se situam e quem as dirige, para que a apuração seja feita de maneira clara, de maneira transparente.

Quando fui abordado, chamei atenção para a possibilidade de ser importunado com esse questionamento, e me garantiram que não. A partir do momento em que esse fato foi trazido dessa maneira para o Plenário do Senado Federal, para a tribuna desta Casa, sinto-me completamente livre de continuar colhendo as assinaturas, que, por sinal, já são suficientes.

E temos de investigar até para saber separar o joio do trigo e para que não se misturem as ONGs que prestam serviços relevantes a este País e que são reconhecidas pela sua dedicação às questões ecológicas ou ao atendimento à pobreza com aquelas que são arapucas para financiar o instrumento partidário, como foi o caso das ONGs que patrocinaram a invasão à Câmara dos Deputados e daquelas vinculadas aos envolvidos no dossiê de Mato Grosso, que tiveram suas prisões realizadas nos hotéis de São Paulo.

A proliferação de ONGs com vinculação à ONG Amigos de Plutão, neste País, cresceu de maneira assustadora, e é preciso que caiam de outro planeta, ponham os pés no chão e vejam como estão usando o dinheiro público deste País.

Por isso, temos o direito, o dever e a obrigação de investigar as ONGs brasileiras, sejam elas de Plutão, de Marte, de Vênus ou da Lua! É um dever desta Casa e uma vontade do povo brasileiro saber o que acontece por trás disso.

Não quero avançar nos detalhes, por questões éticas. Se for chamado, voltarei a falar com mais clareza. Não faço isso, porque assumi um compromisso – e quero honrá-lo – de que esse assunto só será tratado depois das eleições. Mas, para que isso seja cumprido, é preciso que provocações não sejam feitas.

Aceito o desespero, aceito o desespero principalmente de quem não tem autoridade para discutir ONGs, pelos envolvimento. Aceito-o, mas espero que meçam as palavras nessa questão.

O Parlamentar, o Senador, o Deputado conseguem que processos corram em segredo de Justiça; o cidadão comum, não. É o primeiro desnível na relação entre o Parlamentar e o cidadão comum. Este Parlamento, cujas imunidades devem ser apenas para o exercício do Parlamentar na tribuna, às vezes, protege os que não querem ver a verdade apurada no seu todo.

Quero parabenizar os promotores que tomaram a iniciativa de, por este Brasil imenso, seja no Sul, seja no Norte, começar a cruzada de apuração dessa verdadeira farra do boi que são os recursos brasileiros colocados nas ONGs para os fins mais estranhos que se possam imaginar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fiquem todos certos, senhoras e senhores brasileiros, de que a CPI das ONGs vai trazer muito esclarecimento para esta Nação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Principalmente, Senador Heráclito Fortes, aquelas internacionais que agem em detrimento do crescimento do nosso País.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão!

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Com relação ao Aerolula, já temos a destinação: vai ser vendido, e serão construídos quatro hospitais. Já estou na fila para levar um deles para o Estado do Espírito Santo.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra agora ao último orador inscrito, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Batista Motta, que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, olhem, pela minha vida de político, tenho uma observação a fazer: já vi, Senador



João Batista Motta, freios e freios. há freio de bicicleta, de moto, de caminhão, avião tem freio, trem tem freio, carroça tem freio, até homem tem freio, a mulher bota o freio, não é? Mas, brasileiras e brasileiros, nunca vi freio em queda política. Jornalista Ferro Costa, tenho observado, em queda política não tem freio! Até em homem, mulher bota freio: de vez em quando, Adalgi-sinha me coloca uns freios, e eu freio.

Tudo. Carroça, cavalo tem freio. Carreiro, em queda política não vi, não. Freio em queda política nunca vi. Estava em todas as pesquisas: Lula, o maior, com 60%, ganha no primeiro turno. Mas o homem começou a cair. Queda política. Era o maior, mas aí estão todas as pesquisas, Senador João Batista Motta, o homem ia ganhar, 60%, no primeiro turno. Mas começou a cair. E, no domingo, desembestou sua queda política. É preciso conhecer a história do debate. O primeiro debate político televisionado, Senador João Batista Motta, foi de John Fitzgerald Kennedy e de Richard Nixon. Aliás, o Richard Nixon era conhecido demais. Oito anos presidente. Eisenhower, herói de guerra, até o aconselhou a não ir. Disse para não ir, pois era o primeiro. Mas Nixon foi. Era conhecido nos Estados Unidos, no mundo. É como o Lula, conhecido, porque viajou muito. Olha que o homem viajou. Viajou muito e ficou conhecido. Nixon também estava. Vice-Presidente, preparado. Ele foi. Aí apareceu Kennedy, os dois, um defronte ao outro.

Nixon com arrogância de que era o senhor, já havia ganho, as pesquisas demonstravam; o outro, disputando a presidência pela primeira vez – era senador da república, já tinha sido deputado. Começou, então, o debate; e Kennedy ficou conhecido. O Nixon se aperreou com as indagações.

Mas há aqueles que estão dizendo, falando e querendo mudar o fato do comportamento de um homem que conheço, de uma educação fina, e o Brasil conhece, cristão, católico: o Governador Geraldo Alckmin. De repente, não tem criança, não tem idoso, não tem ninguém que não conheça, hoje, neste País, Geraldo Alckmin. E ele ganhou.

Faço uma revisão do primeiro debate de televisão e a vitória de Geraldo Alckmin. Digo que gosto e procuro buscar na história algo que nos pode ajudar: Geraldo Alckmin foi melhor do que Kennedy. Foi melhor! E estou orgulhoso.

O Kennedy era mais novo, tinha 45 anos. E o Geraldo Alckmin demonstrou ao País sabedoria. Aliás, Shakespeare disse que “o segredo é unir a juventude com a experiência.” Geraldo Alckmin faz isso: para Presidente, ele é jovem, mais novo do que muitos que chegaram à Presidência, e ainda tem sabedoria.

Senador João Batista Motta, existe a hierarquia do saber em tudo e vamos acabar – e a ignorância é au-

daciosa – de dizer afirmativas como “O Lula nunca leu um livro, mas sabe mais do que quem leu.” Sabe não. Ele não sabe, porque ele mesmo diz a todo instante que não sabe e que não viu. Aliás, lá no Piauí as crianças o apelidaram de Presidente Jamanta, aquele da novela da Globo. Não existe aquele horário em que a Globo retransmite as novela, às 14 horas? Seria bom colocar novamente no ar o Jamanta. Foi a melhor novela. V. Ex<sup>a</sup> assistiu Senador João Batista Motta a novela? Como era o nome da novela? Só sei que tinha o Jamanta.

O homem está caindo e não tem freio em queda política: 50% não deu e dizem que ele tinha era 60%. No domingo a queda foi maior e o País todo viu: a educação, a aparência, a finura, a competência, o entendimento, a experiência. Olha que o homem tem a hierarquia do saber político. Foi Vereador. O Vereador, Senador João Batista Motta, é um Senador municipal, é a experiência mais importante, porque é o mais próximo, é a base do poder político e da democracia. Pois Alckmin tem essa experiência.

É tão importante, que Giscard d’Estaing quando perdeu as eleições para Mitterrand, passou a faixa e perguntaram-lhe o que ele iria fazer. Ele, que tinha governado a França por sete anos, era um estadista, ganhou no 1º turno, era o melhor discípulo de Charles de Gaulle, respondeu: “Vou ser Vereador na minha cidade.”

Pois Geraldo Alckmin tem essa experiência. Lula, você tem essa experiência de Vereador? Não. Um a zero para Geraldo Alckmin.

Outra grande experiência que tenho e de que me orgulho é ter sido Deputado Estadual. Geraldo Alckmin foi brilhante em São Paulo. A Assembléia Legislativa de São Paulo tem na galeria o competente Deputado Estadual Geraldo Alckmin. Ó Lula, foste Deputado Estadual? Não. “Pegou pau” de novo.

Depois ele foi Prefeito, importante, eu chamo de prefeitinho. Juscelino Kubitschek, porque foi o maior político desse Brasil? Ele foi Prefeito de Belo Horizonte, construiu Belo Horizonte. Ó Lula, foste Prefeito? Aliás, elegeram-no ao menos para síndico do seu edifício? Não. Deputado Federal os dois foram. Vereador, Estadual, Prefeito. Três a zero para o Alckmin. Deputado Estadual foi um e foi outro. Analisem e façam o retrospecto do Deputado Federal Lula. Reprovado. E está aí na Câmara... Venham lá do PT... Comparem um e outro: Alckmin fez a lei do consumidor, promoveu avanços no direito de saúde, nas conquistas do SUS. O Alckmin foi Deputado Federal muito, muito, muito melhor.

Vice-Governador o Lula não foi, São Paulo nunca quis nem Pernambuco. Nunca ninguém o convidou para ser companheiro de chapa.

O Alckmin foi Governador, mas não foi simplesmente um Governador, foi o melhor Governador do



Estado de São Paulo. Austeridade. Atentai bem, João Batista! Eu sou médico-cirurgião e sabem como chegamos a ser médico-cirurgião? Começa-se estudando. Temos de estudar.

Só quem não acredita em estudo é esse pessoal do PT. A ignorância é audaciosa.

Estudamos anatomia, o corpo, e começamos olhando quem sabe operar e, depois, começamos auxiliando. De repente, nos tornamos um cirurgião. Foi assim que eu aprendi cirurgia: com os bons, como o Professor Mariano de Andrade.

E com Geraldo Alckmin também foi assim: ele teve o melhor mestre, o mais decente, o mais correto, o mais iluminado! Leonardo da Vinci disse: "Mau discípulo é aquele que não suplanta o mestre". João Batista, o mestre dele foi Mário Covas. Eu convivi com Mário Covas, juntos, como Governadores. Ele teve a sua doença, o seu câncer e, eu, como médico, o encorajava, o motivava. Mas o câncer o venceu. E ele deixou o seu filho político, que é Geraldo Alckmin.

Todos nós sabemos que Mário Covas foi, aqui neste Parlamento, cassado, combatendo a ditadura, Prefeito de São Paulo, Governador. E as obras! A sua maior obra foi formar, preparar Geraldo Alckmin.

Essa foi sua grande obra.

Senador João Batista Motta, é uma pena o Senador Marcelo Crivella não esteja presente. Quero dizer que Deus é bom e não abandona o seu povo. Era preciso um dilúvio? Deus queria, estava em seus planos para melhorar a humanidade, mas Ele enviou Noé. Apareceu Golias maltratando o povo de Deus, como o PT maltrata o povo do Brasil. Deus enviou Davi. Deus não abandona seu povo. O povo de Deus era escravo. "Vai lá, Moisés, com seu irmão Aarão, e liberta o povo de Deus." O Brasil está arrasado, no lar da corrupção, da falta de ética, de moral. Assalta-se o Banco Rural – que deveria dar sementes, tratores, capital, investimento e custeio – para comprar Deputados, enxovalhando.

Há ainda os vampiros, as sanguessugas, o dólar na cueca, o dossiê. Raimundo Carreiro da Silva, o PT perdeu a noção de dinheiro. O PT é uma organização criminosa. Não é um Partido, é uma organização criminosa.

Atentai bem! Um milhão, setecentos e cinqüenta mil reais não é nada para eles. Perderam a noção. São pecadores e não têm noção do que é pecado mortal, do que é pecado venial.

Um milhão, sabem o que é isso? Ô, Zezinho! O brasileiro tem noção. Carreiro, R\$1,700 milhão!

Ouvi um pilantra numa CPI dessas – por isso que nunca participei de uma CPI, para não ter úlcera – dizer o seguinte, quando perguntado sobre um cheque

de R\$400 mil: "Não, só me lembro de mais de R\$500 mil; R\$400 mil não sei nem para quem dei".

Agora vou dizer o que é R\$1,700 milhão. São uns pilantras, é uma organização criminosa! Estamos aqui para declarar guerra. É guerra mesmo. Vim do Piauí. Colocamos os portugueses para fora com guerra, e os portugueses eram muito melhores do que os bandidos do Partido dos Trabalhadores.

É guerra. Cristo, que era bondade e paz, enfureceu-se quando passaram dos limites. Pegou o chicote, a chibata e colocou os vendilhões para fora do templo. Temos de colocar esses homens para fora do poder.

Zezinho, um trabalhador que ganha salário mínimo leva um ano para ganhar R\$4.000,00; em 100 anos, ganhará R\$400.000,00. Carreiro, se ele trabalhar 200 anos, ganhará R\$800.000,00; em 300 anos, R\$1,200 milhão; em 400 anos – esses pilantras, essa quadrilha do PT pegou esse dinheiro! Isso é brincadeira para eles; para o Lula, isso é brincadeira – será R\$1,6 milhão. É o tempo que se leva para conseguir aquele dinheiro, aquele montão que não deixaram fotografar e cuja origem desconhecem. Um homem de vergonha na cara – vergonha que o PT não tem – precisa de 450 anos de trabalho para conseguir aquele dinheiro.

O Brasil tem 506 anos. Pedro Álvares Cabral teria de ficar aqui e trabalhar a vida toda...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – ... para ter esse dinheiro. E levam na brincadeira! Ninguém sabe, ninguém viu.

Mas quero dizer que ele caiu domingo no debate. Segunda-feira, o maior Líder de Brasília, Joaquim Roriz, lança a candidatura e une o seu Partido, o nosso Partido, o PMDB, ao PSDB, ao PFL e ao PTB. E Roriz, o reencarnado de Juscelino Kubitschek, diz que Geraldo Alckmin vai ganhar a eleição por 300 mil votos.

Piauienses – somos 300 mil piauienses nesta cidade –, vamos votar em Geraldo Alckmin!

Hoje, fomos ao Piauí, a exemplo de Roriz. Lá, unimos o PMDB, que de vergonha não se vende. PMDB de vergonha, PMDB de Ulysses, de Teotônio...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – ... de Tancredo, de Juscelino. E lá estavam o PSDB, o PFL e o PP. E vamos ao Piauí expulsar o PT, como expulsamos os portugueses em guerra sangrenta, porque este é o Governo da mentira. É melhor para o Piauí e é melhor para o Brasil.

Mentiras: vou citar só dez. Primeiro, prometeu o Porto de Luís Correia. Com US\$10 milhões, ele teria feito um modelo.

A estrada de ferro Teresina-Parnaíba, Luís Correia-Parnaíba. Foi com isso que iludiram o Senador

Alberto Silva. Ele foi para a televisão e disse que, em 60 dias, estaria lá. Não fizeram nada! Enganaram. Aproveitaram-se da longevidade de Alberto Silva. E Lula o enganou e enganou o Piauí.

Os aeroportos internacionais: dois.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ferro Costa. O de Parnaíba foi criado por Reis Velloso e Dirceu Arcoverde. Pintou o aeroporto e diz ser aeroporto internacional! Não há nem escada de avião internacional, que é grandona! Não há nem gasolina, não há alfândega. Essa é a verdade.

Em São Raimundo Nonato é pior: não pára mais nem um avião pequeno.

Parnaíba nunca dantes teve uma situação igual. Não há nem mais uma linha aérea, uma área de avião pequeno.

Cinco hidroelétricas este PT disse que ia fazer no Piauí. Cinco! Eles não ligam coisa com coisa. Cinco! Mas ganharam a mídia. Enganaram, propaganda enganosa.

A Transcerrado está lá. No cerrado, onde plantamos soja, não fizeram nada!

Há uma ponte que era para ser inaugurada no aniversário de 150 anos de Teresina. Senador João Batista Motta, fiz uma ponte, no mesmo rio, em 87 dias. O Senador Heráclito fez outra em 100 dias. E ele foi ali e prometeu: “No aniversário de 150 anos de Teresina”! Teresina já fez 151, 152, 153 e 154 anos. Quatro anos de mentira!

Fiz a Ponte Wall Ferraz em 87 dias com dinheiro do Piauí, em Lourival Parente, com operários do Piauí. Oitenta e sete dias!

Hospital universitário? Nada! Ambulatório? Engana! Nunca!

O pronto-socorro de Teresina está lá, o Prefeito pede. Ele prometeu. O pronto-socorro que existe foi o que fiz anexo ao Getúlio Vargas.

A Universidade do Delta e a refinaria foram promessas do PT, em Paulistana, porque equidistante das capitais e eram investimento, como Juscelino construiu Brasília para integrar o País.

Então, vamos votar em Geraldo Alckmin, porque ele é melhor para o Brasil.

Brasileiras e brasileiros, nunca vi a verdade, que é Geraldo Alckmin, perder para a mentira, que é Lula.

Vamos utilizar a maior riqueza da democracia, que é a alternância do poder, e votar, para um Brasil decente, Geraldo Presidente!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no curso da presente sessão, quando da leitura do Ofício PGR/GAB nº 1.289, de 4 de outubro corrente, do Sr. Procurador-Geral da República, a Presidência deixou de submeter a matéria a votos, após o Adendo ao Parecer do eminente

Senador Antonio Carlos Magalhães, o que vou fazer nesta oportunidade.

Em votação a retificação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Passa-se à votação, em conjunto, dos Requerimentos nºs **1.036, 1.037 e 1.038, de 2006**, lidos no Expediente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Leonel Pavan, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Romeu Tuma, e Flávio Arns enviaram discurso à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Amazônia foi eleita objeto central da Campanha da Fraternidade de 2007, da Igreja Católica. Sob o título de “Fraternidade e a Amazônia”, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil inaugurou os trabalhos reflexivos que antecedem o lançamento da Campanha, na expectativa de que se crie uma consciência, de amplitude nacional, quanto aos problemas da região. Para reforçar a linha temática, será adotado o seguinte lema: “Vida e Missão Neste Chão”.

Sem dúvida, as autoridades episcopais do País decidiram pelo comprometimento com o projeto de preservação da Amazônia, bem como com a busca de soluções pacíficas para os conflitos da região. Não por acaso, a elaboração do texto-base para a Campanha foi delegada a especialistas do Pará e do Amapá, de quem se espera, até agosto, a conclusão dos trabalhos. Para tanto, até lá, a CNBB colhe sugestões de todas as regionais eclesiais.

Sob um olhar retrospectivo, cabe aqui registrar que o empenho da CNBB em amadurecer a temática amazônica como lema de campanha não surgiu ao sabor dos ventos e da moda. Pelo contrário, ainda em 2002, a CNBB constituiu a Comissão Episcopal para a Amazônia, com o objetivo de ajudar toda a Igreja no Brasil a dirigir os olhos para a Amazônia e a tomar consciência dos grandes desafios da evangelização naquela região.

Para além de tema preferencial do episcopado, a expressão “Fraternidade e Amazônia” promete converter-se em inspiração espiritual da vasta maioria de brasileiros. Na verdade, a Campanha da Fraternidade 2007 acena para uma ocasião privilegiada, um cená-

rio alvissareiro, no centro do qual os brasileiros serão convidados a destinar suas orações a uma realidade geográfica bem específica do País. Com o espírito ávido por adquirir uma consciência mais aprofundada sobre a complexa problemática da Amazônia, os olhos do Brasil se voltarão para lá com políticas e iniciativas eficazes.

Afinal de contas, quando se ouve falar em Amazônia, vem imediatamente à memória a preocupante questão ambiental, envolvendo a devastação do verde, das florestas e de seus caudalosos rios. Há algum tempo, a conseqüente ameaça à riquíssima biodiversidade deixou de ser mera ficção conspiratória.

Conforme documento da própria CNBB, devemos acompanhar apreensivamente a ocupação, muitas vezes predatória, das terras amazônicas. Destituída de um efetivo sistema de proteção em redor de seu complexo e delicado ecossistema, a Amazônia corre sério risco de desaparecimento.

Na visão do episcopado brasileiro, o egoísmo e a ganância na exploração das riquezas, assim como o descuido e a imprudência, ameaçam seriamente nosso patrimônio natural. Mais que isso, para além dos brasileiros, a devastação da Amazônia se configura como uma perda e uma ameaça para toda a humanidade.

Pelo lado das relações humanas, a Amazônia suscita reflexões no âmbito das questões sociais e antropológicas. São milhares de indígenas perturbados e agredidos em suas culturas, testemunhando o esvaziamento de seu território, já tão pouco povoado. De um lado, resistem contra a ameaça representada pelo crescimento caótico dos centros urbanos, preferindo lutar pela permanência em suas aldeias. De outro, as comunidades indígenas da Amazônia posicionam-se contrariamente à expansão de atividades econômicas predatórias, pois entendem que uma política de ocupação de vastas áreas amazônicas com projetos agropecuários só gera conflitos intermináveis pela posse das terras.

Nesse ambiente, o impacto da urbanização, da economia e da cultura globalizada sobre as populações locais gera migrações, desenraizamento social, cultural e religioso. No coração da Amazônia, e não apenas na área de Manaus, faltam-lhes não somente infra-estrutura de toda sorte, mas também serviços públicos adequados às novas áreas de povoamento. Faltam-lhes, acima de tudo, políticas públicas que dêem conta das explosivas realidades urbanas: o desemprego, a violência e a degradação dos costumes.

Na Amazônia do passado, as dioceses e prelaças eram geralmente socorridas por missionários estrangeiros, que as serviam com recursos humanos e materiais vindos de fora do País. Cumpre ressaltar que a Igreja Católica esteve junto aos povos amazônicos desde o início da evangelização do Brasil. No entanto, hoje, tais forças missionárias ficaram drasticamente re-

duzidas e as igrejas da Amazônia ainda não dispõem de condições suficientes para enfrentar sozinhas a sua imensa tarefa evangelizadora.

Aliás, para a CNBB, a Amazônia representa um conjunto de novos desafios à ação evangelizadora da Igreja Católica. Vale registrar que as migrações levaram para a Amazônia centenas de milhares de pessoas de todas as partes do Brasil. Novas áreas de povoamento surgiram, com a conseqüente necessidade de prestação de assistência religiosa.

Nesse contexto, o apoio e o revigoramento daquela Igreja local torna-se urgente, e requer a ajuda de voluntários e missionários das outras regiões do País. A Campanha da Fraternidade-2007 vai efetivar a coresponsabilidade na defesa e promoção da vida, que se manifesta de maneira exuberante, e por variados modos, na Amazônia. Ao mesmo tempo, vai exercer a fraternidade em relação à Igreja local, na direção de propiciar condições de assumir sua missão de anunciar o Evangelho da vida e da esperança aos povos amazônicos.

Em resumo, como bem frisa a CNBB, a Campanha da Fraternidade-2007 ensejará uma oportuna ocasião de trazer a Amazônia para dentro do coração da Igreja no Brasil. Será, igualmente, ocasião de suscitar iniciativas e ações eficazes de valorização e defesa daquela vasta e ameaçada região brasileira. Ao encerrar, congratulo a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pela temática eleita, desejando a todos os católicos empenho e sucesso na Campanha da Fraternidade do próximo ano.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a matéria intitulada "Governo terá de cortar mais de R\$13 bilhões de gastos em 2007", publicada no Jornal **O Estado de S. Paulo** de 15 de agosto de 2006.

A matéria destaca que os cortes no orçamento federal podem atingir até despesas relacionadas a programas sociais. Para se enquadrar no limite definido no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que manda reduzir os gastos correntes em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao executado este ano, o governo terá que fazer um pesado corte em suas despesas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



B4 | ECONOMIA | TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2006  
O ESTADO DE S. PAULO

FINANÇAS PÚBLICAS

# Governo terá de cortar mais de R\$ 13 bilhões de gastos em 2007

Ajustes podem atingir até despesas relacionadas a programas sociais

Ribamar Oliveira  
BRASÍLIA

O governo terá de fazer um pesado corte em suas despesas em 2007 para se enquadrar no limite definido no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que manda reduzir os gastos correntes em 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao executado este ano. Estimativa feita pela área técnica mostra que o corte poderá atingir 0,6% do PIB, ou algo como R\$ 13,7 bilhões, pois se-

## Maior aumento das despesas refere-se ao reajuste do salário mínimo

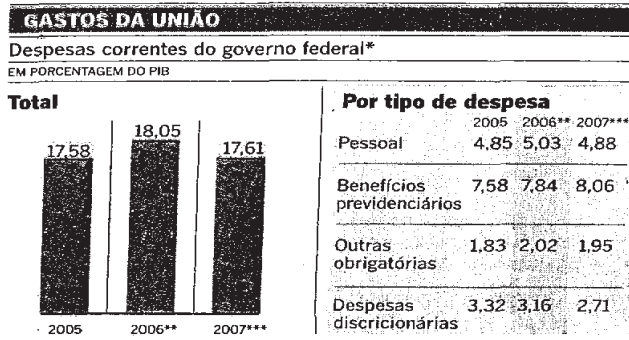
rá necessário compensar parte da ganstança autorizada em 2006 que será paga somente no próximo ano. O valor do PIB estimado na LDO para 2007 é de R\$ 2,295 trilhões.

As projeções disponíveis mostram que as despesas da União em 2007 com benefícios previdenciários, assistenciais e com salários dos servidores públicos serão 0,5% do PIB maiores do que as deste ano. Ou seja, já existem "despesas contratadas" este ano que terão impacto nas contas de 2007 equivalentes a 0,5% do PIB.

A maior parte das despesas contratadas decorrem do aumento de 16,6% concedido ao sa-

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Brasil continua devagar, diz FMI", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o relatório do Fundo Monetário afirma que risco de populismo cria dúvidas sobre a América Latina e que a economia do Brasil continuará a crescer menos que a economia global e menos que a da América Latina em 2006 e no próximo ano.



\*As despesas correntes primárias da União não incluem investimentos e pagamento de juros das dívidas públicas

\*\* As projeções para 2006 foram feitas pelas Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, com base no decreto 5.780, de 19 de

FONTE: DECRETO 5.780, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO 2º BIMESTRE. ELABORAÇÃO DAS CONSULTORIAS DE ORÇAMENTO DA CÂMARA E DO SENADO

Por tipo de despesa	2005	2006**	2007***
Pessoal	4,85	5,03	4,88
Benefícios previdenciários	7,58	7,84	8,06
Outras obrigatórias	1,83	2,02	1,95
Despesas discricionárias	3,32	3,16	2,71

maio, que estabelece a programação orçamentária e financeira

\*\*\*As projeções para 2007 foram feitas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e constam do projeto de lei de diretrizes orçamentárias

Outro mecanismo que será utilizado é a inflação. Os servidores públicos deverão ficar, no próximo ano, sem reajuste salarial linear.

Não há espaço orçamentário igualmente para aumentos salariais de categorias específicas ou planos de reestruturação de carreiras. Outras despesas poderão ter aumentos inferiores aos da inflação.

Outro gasto novo terá de ser igualmente compensado por cortes. Em 2007, o governo federal terá de destinar R\$ 2 bilhões para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), se ele for aprovado ainda este ano.

### LIMITE

O relator do projeto de LDO, senador Romero Jucá (PMDB-RR), amenizou, no seu substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, a regra para a redução dos gastos. Se o substitutivo de Jucá for aprovado pelo plenário do Congresso, não haverá mais um limite para o total das despesas correntes.

Isso porque ele determinou que os gastos da União com a compensação aos Estados e municípios por causa da Lei Kandir, as despesas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal e todos os gastos com a agricultura ficarão fora do limite. ●

tram no limite fixado pela LDO. As despesas correntes primárias não incluem os investimentos nem o pagamento dos juros. Os cortes terão de atingir os gastos de custeio da máquina e as demais despesas correntes, inclusive aquelas relacionadas com programas na área social.

Uma parte do ajuste, segundo explicaram as fontes consultadas, decorrerá do crescimento real do PIB. O governo está elaborando a proposta orçamentária com a previsão de crescimento do PIB de 4,75%. Se uma determinada despesa crescer em termos reais menos do que os 4,75%, ela cairá como proporção do PIB.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



REUNIÃO DE PRIMAVERA

# Brasil continua devagar, diz FMI

Relatório do Fundo Monetário afirma que risco de populismo cria dúvidas sobre a América Latina

Rolf Kuntz

ENVIADO ESPECIAL  
SINGAPURA

A economia brasileira continuará a crescer menos que a economia global e menos que a da América Latina em 2006 e no próximo ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI). A produção mundial aumentará 5,1% neste ano e 4,9% em 2007, mas também a inflação tenderá a subir e novas elevações de juros poderão ocorrer nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, de acordo com o Panorama Econômico Mundial distribuído pelo FMI.

Para o Brasil foi estimado um crescimento de 3,6% neste ano e 4% no próximo. São projeções superiores às divulgadas em abril, na edição anterior do relatório (3,5% em cada ano). Para a América Latina e o Caribe foram calculados 4,8% e 4,2%.

Destravar o potencial de crescimento continua a ser o desafio de longo prazo para a América Latina e o Caribe em 2006.

América Latina, de acordo com o Panorama, a região está menos vulnerável e conseguiu recuperar-se depois do choque financeiro de maio. A relação entre a dívida pública e o tamanho da economia diminuiu na maior parte da região, mas os gastos primários (isto é, não financeiros) aumentaram recentemente.

O baixo crescimento - o menor dentre as economias emer-

gentes - e a lenta redução da pobreza têm gerado frustração popular, segundo o relatório. "A incerteza política permanece uma preocupação, em parte refletindo as questões sobre a capacidade dos governos, em alguns países, de resistir a medidas populistas."

A América Latina, assinala o Panorama, deveria preparar-se para uma situação internacional menos favorável, com juros em alta, mercado mais fraco para produtos básicos, com exceção do petróleo, e investidores menos dispostos a correr riscos. Disciplina fiscal deveria ser o núcleo de uma política de segurança contra choques.

## 'A América Latina deve se preparar para uma situação mundial adversa'

O crescimento dos Estados Unidos foi projetado em 3,4% para este ano e 2,9% para o próximo. A expansão européia também deverá desacelerar, passando de 2,4% para 2%, assim como a japonesa (de 2,7% para 2,1%).

A maior parte da Ásia continuará em expansão acelerada. A economia chinesa deverá expandir-se 10% em cada um dos dois anos e a da Índia, 8,3% e 7,3%.

A inflação americana completará três anos de alta em 2006, chegando a 3,6%. Deverá diminuir para 2,9% em

2007, mas continuará superior à de 2004. As pressões vêm não somente do petróleo, mas também do estreitamento da capacidade ociosa.

O Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos, manteve os juros na reunião de agosto, mas poderá ser levado a um novo aumento para conter o avanço da inflação. Novos aumentos poderão ocorrer também na Europa e no Japão.

Se esses aumentos ocorrerem, haverá pressão sobre o câmbio, que tenderá a se desvalorizar nos países latino-americanos, gerando pressões inflacionárias na região. Quanto mais lenta for a resposta dos bancos centrais, maior será, mais tarde, o custo do ajuste necessário. ●

➔ Mais informações, págs. B3 e A6

### PANORAMA

## 3,6%

é a estimativa do FMI para o crescimento da economia brasileira em 2006

## 4%

é a estimativa de expansão em 2007

## 4,8%

é a expansão estimada da economia da América Latina e Caribe em 2006

## 3,4%

"A constatação é que os buracos financeiros são maiores que as crateras encontradas no asfalto."

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**O SR. MARCOS GUERRA (PSDB - PR.** Sem apanhamento taquigráfico) - Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "As milionárias crateras de nossas estradas", publicada pela revista **ISTOÉ**, em sua edição de 16 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, a Polícia Federal descobriu, através de perícias realizadas nas rodovias, que metade do dinheiro pago pelo governo foi desviado. É a tradição do governo do Partido dos Trabalhadores. Os peritos concluíram que, em média, 50% do dinheiro de cada uma 20 obras foi desencaminhado para bolsos privados.

BRASIL

# As milionárias CRATERAS de nossas ESTRADAS

**PF faz perícia nas rodovias e descobre que metade do dinheiro pago pelo governo é desviada**

**JOCELINE GOMES E HUGO MARQUES**

**H**á uma novidade relevante sob o asfalto das rodovias brasileiras. Neste momento, 40 peritos do Instituto Nacional de Criminalística (INC), da Polícia Federal, fazem prospecções em estradas de cinco Estados, colhendo amostras de piche e pedras, para descobrir qual a razão de tantos buracos. Já foram produzidos 20 laudos e, desses, quatro foram anexados a inquéritos policiais — aos quais ISTOÉ teve acesso com exclusividade. **A constatação é que os buracos financeiros são maiores que as crateras encontradas no asfalto.** Os peritos concluíram que, em média, 50% do dinheiro de cada uma das 20 obras, sem exceção, foi desviado para bolsos privados. As construtoras aplicam materiais de terceira qualidade, registram desmatamentos em local sem árvores e diminuem a espessura do asfalto. **A espessura mínima de 2,5 centímetros chega a cair para um centímetro.** Os quatro laudos anexados a inquéritos, todos relativos a trechos de asfalto no Tocantins, comprovam desvio total de R\$ 230 milhões. “Estes laudos constituem um avanço importante na identificação da corrupção”, comemora Lucas da Rocha Furtado, procurador-chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. “É um marco no combate ao crime organizado.”

15 mil por cada laudo de análise de asfalto. Sem alguns equipamentos, os peritos recorrem aos laboratórios das universidades e institutos. O INC em Brasília tem excelentes equipamentos para análise de drogas e substâncias

O INC já faz laudos de qualidade de asfalto no Tocantins, Acre, Piauí, Roraima e Rio Grande do Sul. Os laudos dos peritos começam a ser anexados a inquéritos que apuram superfaturamento, desvios, fraude e outros tipos de crimes. Há milhares de trechos para serem analisados em todo o País, em obras federais ou estaduais que levam dinheiro da União. O caso mais acintoso, até o momento, é o da construção de 89 quilômetros de rodovia entre os municípios de Wanderlândia e Xambioá, no Tocantins. São dois contratos firmados entre a Secretaria dos Transportes do Estado e as empreiteiras Egesa Empreendimentos, de Minas Gerais, e Via Engenharia, de Brasília. O laudo aponta irregularidades em obras de desmatamento e no movimento de terra. Segundo os peritos, teriam sido desviados R\$ 85 milhões, em valores atualizados. **Significa um desvio de R\$ 1 milhão por quilômetro.** “Não tem superfaturamento”, garante Eduardo Martins, diretor comercial da Egesa. “Hoje, fazer obra não está fácil.” Em sua defesa, Martins apresenta relatório da Secretaria de Controle Externo do TCU. No despacho, o auditor do Tribunal atesta que a obra foi realizada “a contento”. A direção da Via, por sua vez, informa que vai se inteirar do processo antes de se pronunciar.

Nessa primeira amostragem da PF, a Egesa também foi apanhada no contrato da construção de trecho de 68,5 quilô-

químicas, por exemplo, mas a área de análise de qualidade de asfalto é novidade técnica. Com menos de R\$ 100 mil, dizem os peritos, será possível comprar as máquinas para montar um mini-laboratório de análise de asfalto. “O

metros entre Aguiarnópolis e Luzinópolis, no Tocantins. O prejuízo corrigido seria de R\$ 66,9 milhões. Também para esse caso, a Egesa utiliza relatórios do Tribunal de Contas em sua defesa. Mas é exatamente essa a novidade. Até agora, todas as obras públicas vinham passando por auditorias do TCU, por amostragem. Os auditores fazem uma análise dos documentos da licitação e visitam algumas obras para checar se elas realmente existem. Geralmente as estradas estão lá. O que a PF começou a fazer é analisar com profundidade a qualidade da obra — e seu custo real. Ou seja, saber se a camada de asfalto empregado, a quantidade de brita e compostos químicos confere com os valores contratados no papel. É uma mudança na realidade brasileira. “Hoje, estão só passando farofa por cima de um asfalto já desgastado e jogando o dinheiro público fora”, acusa o presidente da Associação Brasileira de Transporte de Cargas, Nilton Gibson. “Com a primeira chuva, tudo vira pó.”

No momento, o governo federal realiza obras de recapeamento no valor de R\$ 440 milhões dentro da Operação Tapa-Buracos, anunciada pelo presidente Lula em janeiro último. **O TCU checou as licitações e constatou irregularidades que justificam a paralisação de 47,5% dessas obras.** Elas agora devem entrar na longa fila das perícias da PF. O problema é que perícia custa muito dinheiro. A PF gasta em média R\$

Congresso também pode ajudar criando leis mais rígidas para punir superfaturamento”, diz o analista político Márcio Coimbra. “A dificuldade é que muitos políticos tiram o dinheiro das campanhas justamente dessas obras.” ■

**em apenas quatro laudos elaborados em rodovias do Tocantins**

**R\$ 230.000.000**

**foi o prejuízo constatado**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente”, publicada pelo jornal Folha de S.Paulo em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Presidente Lula pela primeira vez admite o envolvimento do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no caso em que caseiro teve contas bancárias violadas.

**FOLHA DE S.PAULO**

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2006

brasil 

ELIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

# Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente

Lula admite pela primeira vez envolvimento de ex-ministro no caso em que caseiro teve contas bancárias violadas

**Petista afirma não saber por que José Dirceu foi cassado; em relação à existência do mensalão, presidente não sabe negar nem confirmar**

DA ENVIADA ESPECIAL

Na conversa com os jornalistas no avião que o levava ao Nordeste para fazer campanha, o presidente Lula falou sobre ex-ministros de seu governo acusados de irregularidades. Revelou que Antonio Palocci Filho, ex-ministro da Fazenda, foi demitido por não ter “o direito de utilizar o poder de ministro para ir atrás do caseiro”. É a primeira vez que o presidente admite a participação de Palocci no caso. O ex-ministro nega ter ordenado a violação.

**Palocci**

“O Palocci cometeu um erro diferente de outros. Porque ele teve o problema da quebra do sigilo do caseiro. E eu entendi que o ministro da Fazenda não tinha o direito de utilizar o poder de ministro para ir atrás do caseiro investigar. O Palocci, eu entendia que tinha que ser afastado porque era impossível [permanecer pelo motivo de] que o Ministério da Fazenda tivesse pedido para quebrar o sigilo do caseiro. (...) Elogio o Palocci até hoje. Acho que o Brasil deve ao Palocci. E o Brasil precisa agradecer o que o Palocci significou para este país.”

**José Dirceu**

“Eu não sei por que o José Dirceu foi cassado. Vocês sa-

bem? O Roberto Jefferson foi cassado porque mentiu. Ora, se ele mentiu significa que parte das coisas que ele falou [sobre Dirceu] não era verdade. Ora, eu acho que julgamento eminentemente político pode cometer erros gravíssimos. Chega uma hora em que as pessoas querem condenar o político. Sabe, a gente não pode confundir se foi dinheiro para campanha com mensalão.”

**Existência do mensalão**

“Não nego nem confirmo. Acho que as coisas têm que ser apuradas, nós precisamos é criar mecanismos para que uma denúncia quando sai seja investigada corretamente. Que ouçam todas as pessoas. Vivemos um momento em que as pessoas chegaram a tirar da cadeia bandido condenado a 26 anos [o doleiro Toninho da Barcelona] para poder dizer contra o ministro da Justiça. Eu pensava: quando deputados vão à cadeia para ouvir um bandido condenado a 26 anos para saber da vida do Márcio Thomaz Bastos, que país é este?”

**Acusações**

“Algumas pessoas ficaram surpresas quando saiu a pesquisa e eu não estava no ralo. Porque essas pessoas que fazem o julgamento não conhecem o país. Não conhecem o povo brasileiro. (...) Tem que descer para as ruas para ver as coisas acontecerem. O povo está comendo mais. Uma dona de casa paga R\$ 5,90 pelo arroz. Tio João e em 2003 ela pagava

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

R\$ 13. Vai falar mal de mim para essa mulher...”

**Dossiês eleitorais**

“Eu sempre soube que a política brasileira é isso. Lamentavelmente ela é isso. Vive de denúncia, acusações, dossiês, coisas que muitas vezes depois não são comprovadas, ou desmentidas, e ninguém nem faz reparo, as coisas não têm prosseguimento. As pessoas fazem julgamentos a toda hora. Você é julgado 24 horas por dia em 24 manchetes diferentes por dia. Você nem sequer tem chance de se defender. Todo mundo que é denunciado tem que ter o direito à defesa plena. Se valesse isso, se fosse feito assim em outros tempos, Vladimir Herzog não teria sido morto. Na medida em que você se precipita no julgamento, você pode condenar um inocente e absolver o culpado.”

O Palocci cometeu um erro diferente de outros. (...) Eu entendia que [o então ministro] tinha que ser afastado porque era impossível [permanecer se] o Ministério da Fazenda tivesse pedido para quebrar o sigilo do caseiro. (...) Elogio o Palocci até hoje. O Brasil deve ao Palocci

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 17 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, ao contrário do que afirmou o Presidente Lula, o Palácio do Planalto utilizou-se de indicações políticas para ocupar cargos de destaque dentro do Banco do Brasil. Segundo o jornalista Bruno Winckler, ligado ao PT, Pizzolato, ex-gerente de marketing, mandou comprar R\$70 mil em ingressos de show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano. Esse

show foi usado para levantar recursos para a construção da nova sede do PT em julho de 2004.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco

## Ligado ao PT, ex-gerente de marketing mandou comprar R\$ 70 mil em ingressos de show

### Bruno Winckler

Ao contrário do que disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem, o Palácio do Planalto utilizou-se de indicações políticas para ocupar cargos de destaque dentro do Banco do Brasil. Uma dessas nomeações, por sinal, gerou um caso rumoroso envolvendo favorecimento ao partido do presidente. Henrique Pizzolato, que foi um dos coordenadores financeiros da campanha de Lula à Presidência em 2002, foi nomeado para a gerência de marketing do Banco do Brasil. Nessa condição, determinou que o banco comprasse R\$ 70 mil em ingressos para um show da dupla sertaneja Zezé di Camargo e Luciano. Detalhe: o evento, que aconteceu em julho de 2004 na churrascaria Porcão, em Brasília, serviria para levantar recursos para a construção da nova sede do PT. Na ocasião, os diretores do BB foram acusados de improbidade administrativa.

Em agosto, o então presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, enviou à Comissão de Ética Pública do Congresso esclarecimentos sobre a compra dos ingressos. Em nota, Casseb informou que o BB fortaleceria a política do banco que vedava “o apoio a eventos promocionais que beneficiem partidos po-

líticos”. Além disso, Casseb apontou Pizzolato como responsável pela irregularidade e diminuiu os seus poderes de decisão sobre patrocínios.

Na oportunidade, Pizzolato desconsiderou as denúncias. “Isso é uma bobagem. Todo mundo sabe que no BB as decisões não são tomadas por uma única pessoa. Existem comitês específicos. Pelo menos duas pessoas participam da tomada de uma decisão”, explicou.

Para ele, o termo adequado para sua ação não era patrocínio. “Temos um acordo com uma empresa de cartões de crédito. Por esse acordo, temos direito a um determinado número de ingressos em shows e outros eventos. Não foi patrocínio”, sustentou.

### MENSALÃO

Fernanda Karina Somaggio, a ex-secretária do publicitário Marcos Valério, um dos envolvidos no mensalão, disse à CPI dos Correios em 2005 que Pizzolato fazia parte dos contatos do empresário no governo. O BB inclusive manteria contrato de publicidade com a DNA Propaganda, agência de Valério. Após o episódio, em julho de 2005, Pizzolato, que teria recebido R\$ 326,6 mil de uma conta da DNA Propaganda no Banco Rural em janeiro de 2004, pediu aposentadoria.

### SINDICALISTAS

As ligações de Pizzolato com o PT remontam ao tempo em que era líder sindical. Ele foi funcionário do BB e também presidente do Sindicato dos Bancários de Toledo (PR). Depois, presidente da CUT no Paraná. Em 1992, foi eleito como representante dos funcionários do BB na direção, o que lhe dava assento no Conselho de Administração. Para trabalhar como arrecadador de dinheiro para a campanha de Lula em 2002, Pizzolato licenciou-se do cargo.

Com a posse de Lula, ele foi nomeado diretor do BB. Sua experiência como sindicalista bancário o levou a aproximar-se do então secretário de Comunicação Estratégica do governo, Luiz Gushiken, também ex-sindicalista bancário. Em 2004 Pizzolato esteve no centro da briga entre a Previ e o Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, que disputavam o controle acionário da Brasil Telecom. Depois da briga, Pizzolato começou a perder o apoio de Gushiken no governo. e



**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Pacote da habitação não sai do papel”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 21 de setembro deste ano.

A matéria destaca que há quase dez dias depois do anúncio das medidas que facilitarão a compra da casa própria, os bancos não oferecem crédito sem a TR e produtos mantêm mesmo IPI.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Pacote da habitação não sai do papel

Quase dez dias depois do anúncio das medidas,  
bancos não têm crédito sem a TR e produtos mantêm mesmo IPI

## Márcia De Chiara

Quase dez dias depois de o governo ter anunciado um pacote de incentivos para a habitação, os bancos ainda não oferecem financiamentos para a compra da casa própria sem a correção do valor da prestação pela Taxa Referencial (TR).

Também a redução de 10% para 5% na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de materiais de acabamento, como chuveiros elétricos e sanitários, por exemplo, não foi autorizada.

Mas as grandes redes varejistas decidiram reduzir o preço desses itens por conta própria para não frustrar o consumidor e não perder vendas. Para tornar viável o abatimento antes mesmo da redução IPI, o varejo cortou os preços de estoques antigos.

“O governo está fazendo a festa com o chapéu do comércio”, reclama o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamac), Cláudio Conz. Ele diz que ainda não saiu no *Diário Oficial* a redução do IPI.

Comisso, os negócios entre a indústria e o comércio estão semiparalisados para itens como chuveiros elétricos, sanitários, caixas de descargas, entre outros. É que a indústria não pode faturar esses itens como IPI menor, caso contrário é multada pela Receita Federal. O comércio, por sua vez, não quer comprar o produto, pois sabe que o imposto vai cair pela metade.

A Lorenzetti, a maior fabricante de chuveiros, sentiu queda no ritmo das vendas na última semana e seus estoques aumentaram, segundo o vice-presidente, Eduardo José Coli. “É um mistério a redução do IPI não ter sido autorizada.” Ele lembra que, nos dois cortes de IPI para os materiais de construção feitos neste ano, o governo autorizou a redução um dia depois de ter anunciado a medida.

A Telhanorte, por exemplo, é uma das redes varejistas que decidiu reduzir preços por conta própria. “Pagamos o preço cheio dos chuveiros e damos descontos de 5%”, diz o diretor Financeiro, Armando Carleto.

A Dicio é outra grande rede varejista de materiais de construção que optou por assumir por conta própria o desconto, antes de obter a redução do imposto, para ampliar as vendas.

“Na prática, a redução do IPI não foi transferida para o comércio. O preço menor desses itens é um custo para o varejo”, diz o diretor de Marketing, Carlos Roberto Corazzin.

A Leroy Merlin também decidiu repassar para o consumidor a redução do IPI de estoques antigos. A partir de sexta-feira, vai ofertar 600 itens de

matérias imobiliárias e a redução do IPI teriam impacto imediato no bolso do consumidor. É que a redução do IPI sobre materiais de acabamento cai como um luva para os fabricantes e varejistas neste momento. Entre setembro e novembro ocorre pico de vendas desses itens, especialmente no caso da população de menor renda, que está impulsionando o consumo formiga de materiais de construção nos últimos meses, quando decide por exemplo, erguer mais um cômodo na casa ou fazer um “puxadinho”.

Quanto aos bancos, eles ainda aguardam as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) que vão valer para os financiamentos sem a correção pela TR, diz o diretor de Crédito Imobiliário da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e diretor de Operações da Nossa Caixa, Natalino Gazonato. “Falta regulamentação.”

Com a queda das taxas de juros, o diretor do Secovi-SP, Celso Petrucci, acredita que haverá interesse tanto dos bancos como do consumidor pelo crédito imobiliário sem a TR. ●

## ‘Governo está fazendo a festa com o chapéu do comércio’, diz Conz

materiais de construção no segmento de banho, parte deles com descontos. São produtos que foram beneficiados com a última redução do IPI.

### BANCOS

O fim da correção das prestações pela TR nos financiamen-

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “À PF Lacerda implica campanha de Lula”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que Hamilton Lacerda, assessor do Senador Aloizio Mercadante, afirmou em depoimento à Polícia Federal que o falso dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, seria usado também pelas campanhas à Presidência da República e em outros Estados.

Sr. Presidente requero que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# À PF Lacerda implica campanha de Lula

Segundo seu advogado, assessor de Mercadante disse que dossiê seria usado pelas campanhas do PT à Presidência e nos Estados

**Pela primeira vez, um dos envolvidos no caso admite uso eleitoral de documentos e associa o material à campanha petista nacional**

**FÁBIO VICTOR  
RUBENS VALENTE**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Em depoimento de cinco horas ontem na superintendência da Polícia Federal em São Paulo, Hamilton Lacerda, ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante (PT) e assessor parlamentar do senador, declarou que o dossiê contra tucanos poderia ser usado nas campanhas de Lula e de outros petistas nos Estados.

A informação partiu de seu advogado, Alberto Zacarias Toron. Foi a primeira vez que um dos envolvidos no caso admitiu abertamente o uso eleitoral do dossiê e o associou à campanha do presidente Lula.

A Polícia Federal obteve mandados de busca e apreensão na Justiça Federal de Curitiba e apreendeu, ontem à tarde, “agendas, documentos, fitas, cds e anotações” na casa de Lacerda em São Caetano.

“A polícia o ouviu porque ele foi chamado a Brasília para ver

se seria possível divulgar um eventual material de repercussão na campanha”, disse Toron, sem citar a qual campanha se referia. Questionado pela **Folha**, esclareceu: “A repercussão na campanha como um todo, não era só na campanha de São Paulo, não. É na campanha nacional. Eventualmente nas estaduais também”.

Segundo o advogado, Lacerda contou à PF que quem o chamou à Brasília foi Jorge Lorenzetti, ex-coordenador de risco e mídia de Lula.

“Sabia-se até então que havia um material comprometedor no que concerne ao escândalo dos sanguessugas. Como ele teve participação é que ele foi chamado [a depor]”, disse Toron. Lacerda negou que tenha levado a Gedimar Passos verba para comprar o dossiê.

“Ele não manuseou em qualquer momento o dinheiro, não falou sobre a origem do dinheiro e desconhecia que o material seria pago”, disse Toron.

Imagens do circuito interno do hotel onde Passos se hospedou mostraram Lacerda entrando com uma mala no local e saído de lá sem ela, no dia 14 de setembro, quando Gedimar e Valdebran Padilha foram presos no local com o dinheiro. Pa-

ra a PF, era a comprovação de que o assessor de Mercadante teria transportados pelo menos parte do R\$ 1,7 milhão.

Lacerda, segundo seu advogado, admitiu ter ido ao hotel naquele dia, mas relatou que a mala continha um notebook, roupas, material de campanha do PT e boletos bancários para contribuição de campanha. Lacerda disse que os entregaria a Gedimar, a pedido deste, e que, por isso, saiu sem a mala.

Segundo Toron, o notebook seria para a conferência da autenticidade de parte do material do dossiê (CDs e DVD). “Os boletos eram para depósito por pessoa física nos exatos termos do que manda a lei eleitoral.”

Há pontos confusos. Toron não soube dizer, por exemplo, aonde foi parar o conteúdo da mala, que não estavam no material apreendido pela PF. “Salvo engano meu, o notebook foi apreendido”, disse ele.

Toron afirmou que Lacerda foi duas vezes ao hotel, mas não esclareceu se foram no mesmo dia. Lacerda reafirmou à PF que o candidato “desconhecia por inteiro” o dossiê.

A **Folha** apurou que o depoimento de Lacerda nada acrescentou sobre a origem do dinheiro.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos 41 anos, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) procurou trabalhar de maneira correta. Durante todo esse tempo, como organização não-governamental dedicada às causas sociais e aos fins filantrópicos sem perseguir nenhum lucro, buscou sempre a transparência para prestar contas anualmente à sociedade brasileira sobre os resultados de suas atividades e sobre o cumprimento de suas metas. Dessa forma, sua atuação sempre esteve exposta ao crivo da opinião pública, do Governo, das escolas e das empresas. Durante todos esses anos, friso, a entidade apresentou uma trajetória de trabalho exemplar – e só recebeu elogios de todas as instâncias sociais e institucionais com as quais tem obrigação de se relacionar.

Em seu Relatório de Atividades referente ao ano de 2005, o substantivo coragem aparece em grande destaque. De acordo com a sua Governança Corporativa, no ano passado, foi preciso ter coragem para levar adiante a construção do Espaço Sociocultural e Teatro para a cidade de São Paulo, promover importantes reformulações administrativas internas, implantar em definitivo a Governança Corporativa, estruturar os projetos de educação à distância em pauta, expandir o número de universidades para atender estudantes de regiões distantes, trabalhar duro para cumprir à risca todas as metas estabelecidas, manter a transparência em todas as suas atividades, aumentar os investimentos em modernização e garantir o lugar como a instituição de assistência social mais importante do País.

Nessas quatro décadas de atuação, o CIEE encaminhou mais de 6 milhões de estudantes para estágios em várias áreas do aprendizado profissional. Mais de 220 mil empresas em todo o País contribuíram com esse objetivo. O mesmo aconteceu com mais de 20 mil escolas superiores e de ensino médio que atuam em parceria com os projetos da organização. É importante ressaltar que o CIEE conta, atualmente, com mais de 300 unidades operacionais em todo o território nacional. Mais de 1 milhão de estudantes já foram capacitados, gratuitamente, pelo Programa CIEE de Desenvolvimento Estudantil.

No que se refere ao Programa CIEE de Orientação Profissional, mais de 280 mil jovens foram atendidos. Apenas para termos uma idéia da importância da atuação dessa entidade no campo social, no ano de 2005 foram convocados 3 milhões de estudantes do ensino médio e superior para oportunidades de estágio, e foram abertas cerca de 250 mil vagas, um aumento de 25 % em relação a 2004. É importante dizer ainda que, para atender a essa oferta, foram colocadas à disposição do programa, mais de um milhão e qui-

nentas mil bolsas-auxílio. Ao mesmo tempo, centenas de palestras e seminários gratuitos foram oferecidos à juventude estudantil.

O CIEE planeja, coordena e estrutura todas as etapas do Programa Estágio por ele desenvolvido. Além disso, realiza a capacitação, o cadastramento e o encaminhamento de estudantes do ensino superior e do ensino médio de todos os cursos às vagas do estágio. Fiscaliza o seu acompanhamento em tempo integral, e se encarrega de providenciar o Termo de Compromisso, que estabelece as condições do treinamento e é assinado pelo estudante, pela escola e pela empresa.

No exercício de 2005, cerca de 100 mil empresas privadas e de economia mista, associações de classe, órgãos da administração pública e prefeituras municipais, firmaram e renovaram convênios com o CIEE. Entre as parcerias estabelecidas convém destacar: a Presidência da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Superior Tribunal de Justiça (STJ); TAM Linhas Aéreas; Prefeitura Municipal de São Paulo; Ministério da Agricultura; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio; Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Banco Central do Brasil; Conselho Regional de Farmácia; Spal Indústria Brasileira de Bebidas; Superintendência da Receita Federal do Brasil; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e outras instituições de igual representatividade.

Em 2005, o CIEE lançou o seu Programa de Educação à Distância. Além de abrir uma importante porta de acesso aos estudantes carentes em todo o território nacional, os cursos são gratuitos e podem ser acessados em qualquer lugar do País. Os inscritos são acompanhados por uma tutoria pró-ativa, que tem como tarefa principal esclarecer as dúvidas de conteúdo e promover a orientação pedagógica. Dois cursos foram colocados à disposição dos interessados: Conectado ao Mercado de Trabalho e Atualização Gramatical. É importante destacar que 14 turmas foram formadas e cerca de 2 mil alunos foram capacitados no final do ano passado. Diante do sucesso obtido, a idéia é prosseguir com o projeto, abrir o leque para a organização de novos ensinamentos e atrair milhares de jovens que estão certamente à espera de uma oportunidade.

Nesse sentido, em parceria com a Cisco Systems e também com importantes empresas do setor de informática, entre elas: a BS Consulting, Belmonte Consulting, Impacta, Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada e outras, o CIEE mantém um Centro de Treinamento em Informática. Nesse ambiente são oferecidas gratuitamente aulas de Web Design, Linux, Conceitos Básicos de Rede, Lógica de Programa Visual,



Windows, Word, Excel, Power Point e Access, além de uma oficina de capacitação chamada Oportunidades no Mundo da Internet. Em 2005, mais de 7 mil estudantes foram beneficiados com a iniciativa de inclusão digital em cursos de excelente qualidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao terminar este pronunciamento, gostaria de relembrar que o CIEE, uma das mais importantes referências do 3º Setor em nosso País, tem sede em Brasília e é um órgão de representação nacional. Caracteriza-se por ser uma instituição particular, não-governamental, de utilidade pública, de fins filantrópicos e sem qualquer objetivo lucrativo. Como disse no início deste discurso, o CIEE está presente em todo o território nacional. São cerca de 300 escritórios, distribuídos por todos os Estados. Sua estrutura de administração é formada por empresários, educadores e representantes das unidades autônomas, que compõem o seu Conselho Diretor. O Conselho Diretor do CIEE Nacional é presidido pelo educador Paulo Nathanael Pereira de Sousa, que merece todo o nosso respeito pela brilhante atuação à frente de uma entidade que trabalha em defesa do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comovente homenagem foi prestada sexta-feira última, dia 6, pelo governo paulista ao Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar que, em 1831, como Presidente da então Província, fundou a força hoje coberta de glórias e denominada Polícia Militar do Estado de São Paulo.

A missa **in memoriam** do Patrono dessa corporação, celebrada pelo Padre Antônio Maria, compareceram o Governador Cláudio Lembo e outros destacados membros do governo, entre os quais o Secretário-Chefe da Casa Civil, Rubens Lara, o Secretário da Segurança, Saulo de Castro Abreu Filho, e a Secretária da Casa Militar, Cel. Fátima Ramos Dutra.

O ato religioso aconteceu na Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco, região central da cidade de São Paulo, onde também se encontravam os tataranetos do homenageado: 2º Tenente-Médico Cecília Tobias de Aguiar Moeller Achear e Capitão-Dentista Luís Tobias de Aguiar Federico. Os despojos do Brigadeiro ali estão sepultados.

Depois de dizer que acabara de autorizar por decreto a liberação dos recursos necessários à restauração da centenária Igreja do Largo de São Francisco – elogiável atitude condizente com os anseios da população paulistana –, o Governador lembrou que o homenageado “acreditou na liberdade e por isso chegou a ser preso.” Ressaltou ainda: “Ele acreditava que só a liberdade seria capaz de permitir às pessoas evoluírem efetivamente”.

Por sua vez, o Comandante da Polícia Militar, Cel. Eliseu Éclair Teixeira Borges, qualificou a figura

do Brigadeiro como “ímpar e possuidora de um grande sentimento humanitário”, antes de afirmar:

“Ele interessou-se pelas precárias condições da vida dos escravos, dedicou-se à instrução pública e a assistência hospitalar. Preocupou-se com a imigração, a catequese dos índios, com as finanças e com a produção agrícola. Era um excepcional estadista.”

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sinto-me tranqüilizado pela manifestação do Governador, quando assegura que o Estado paulista precisa guardar seus grandes monumentos e explica:

“Perder essa igreja seria um crime. Ela tem uma beleza única e é um patrimônio histórico. O prédio está destruído, corroído pela ação do tempo e pelas condições biológicas. Por isso, o Governo de São Paulo faz um ato, raríssimo, que é assumir por decreto, a restauração desse monumento”.

O imóvel integrará o patrimônio histórico cultural do Estado porque, como lembra Cláudio Lembo, o governo tem a obrigação cívica de preservar e restaurar a história dos paulistas.

Construída entre 1642 e 1676, o antigo nome da Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco era Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência da Cidade de São Paulo. Por décadas, foi famosa sua festa de Santa Isabel, realizada em julho e sucedida pela de São Francisco das Chagas, em 17 de setembro.

Entre 1730 e 1740, a igreja recebeu um novo retábulo feito pelo entalhador Luís Rodrigues Lisboa e, entre 1790 e 1791, outro artista – José Patrício – pintou os grandes painéis da capela-mor. No século XIX, acrescentaram-se os quadros expostos nas paredes.

O templo possui imagens de Santo Ivo, cujo andor foi instituído em 1784, e da Divina Justiça. Os antigos quadros oitocentistas, representando São Gualter, São Francisco, Nossa Senhora e as várias fases da Paixão de Cristo, ali continuam.

No início do século XX, em 1918, foram descobertos os restos mortais do Padre Diogo Feijó, depois trasladados para a cripta da atual Catedral da Sé.

Os Irmãos Terceiros cuidam da igreja. Todos são leigos, mas devem seguir rígida conduta de amor a Deus, ao Santo Irmão Francisco e à prática da caridade cristã. Para serem admitidos na ordem, passam por severos critérios, depois do noviciado e do apostolado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para relembrar a história do Patrono dos policiais-militares do meu Estado, vali-me principalmente da compilação de várias obras históricas feita por Adilene Ferreira Carvalho Cavalheiro, cidadã de Sorocaba, no Interior paulista, onde Tobias de Aguiar nasceu em 4 de outubro de 1794, na Matriz de Nossa Senhora da Ponte.

Filho do Tenente-Coronel Antônio Francisco de Aguiar e de dona Gertrudes Eufrosina Aires de Aguirre, tinha títulos e fardas de oficial das antigas companhias de ordenanças, Coronel da extinta 2ª Linha em 1842 e Brigadeiro reformado em 28 de agosto de 1846. Foi



editor de O Tebyriça, jornal paulistano de 1842, Presidente da Província de São Paulo por duas vezes e um dos principais líderes da Revolução Liberal de 1842.

Seu pai inscreveu-o, aos quatro anos de idade, no Quadro do Regimento de Cavalaria da Vila, como cadete. Aprendeu a ler aos sete anos, provavelmente com os padres beneditinos.

Na adolescência, em São Paulo, passou a estudar latim com André da Silva Gomes, conhecido personagem que participou do primeiro Governo Popular de São Paulo. Aprendeu retórica com o professor José Estanislau de Oliveira e filosofia com o padre Roque Soares de Campos. Mas, foi Martim Francisco quem lhe transmitiu noções de liberalismo, durante as aulas gratuitas de francês e filosofia.

Sargento-Mor graduado em 1813, não pôde viajar para Coimbra devido ao estado do pai, que veio a falecer em 15 de abril de 1818. Sucedeu-o na administração dos bens da família e na direção do Registro de Animais criado em Sorocaba para a estrada do Rio Grande do Sul. Também assumiu o cargo de Tesoureiro da Real Fabrica de Ferro de São João do Ipanema.

Em 1821, durante a eleição de deputados às Cortes Constituintes de Lisboa, inicia-se na vida pública, enviado de Sorocaba a Itu e de Itu a São Paulo. Em 1822, contribui com doze contos de réis em ouro ao se abrirem as subscrições na Província de São Paulo para proteger o príncipe D. Pedro I das forças do General Avilez, no Rio de Janeiro. Fornece armas e munições aos soldados da cavalaria de Sorocaba e ajuda a reunir tropas com o objetivo de combater os portugueses, que não reconheciam a independência do Brasil.

Em 27 de outubro de 1824, é nomeado Conselheiro do Governo da Província de São Paulo e apresenta um projeto de instalação da primeira linha de Correio Oficial no interior, partindo de São Paulo e Jundiá, Campinas, Itu e Sorocaba. Reeleito Conselheiro Provincial, em 1829, foi também eleito Deputado Geral e assume o cargo, no Rio de Janeiro, em 1830.

Era chefe do Partido Liberal e, através do Ato de 3 de abril de 1831, recebe do Ministério a primeira nomeação para presidir a Província de São Paulo (1831–1835). Quando os liberais reassumem o poder, é nomeado novamente e assume em 6 de agosto de 1840. Em outubro desse ano, foi eleito deputado Geral para a Legislatura de 1842, mas não pôde assumir sob a alegação de irregularidades nas eleições.

Com a assunção do Ministério Conservador, Tobias de Aguiar perdeu a Presidência de São Paulo em 15 de julho de 1841. Durante sua primeira Presidência, a 15 de dezembro de 1831, propôs a criação da Guarda Municipal Permanente com cem praças a pé e a cavalo, além de uma cavalaria composta por trinta soldados e um tenente, o que viria a ser o embrião da Polícia Militar de São Paulo.

Ainda nesse período, iniciou o romance com dona Domitila de Castro Canto e Mello, a Marquesa de San-

tos. Legalizou essa relação no dia 14 de junho de 1842, no oratório particular de sua mãe, sob as bênçãos do padre Romualdo José Paes. Foram testemunhas o Senador Padre Diogo Antônio Feijó e Francisco Xavier de Barros. O casal teve seis filhos.

Em 17 de maio de 1842, às 10 horas, o então Coronel é aclamado pela Câmara, em Sorocaba, Presidente Interino da Província e passa a chefiar a Revolução Liberal. Sua primeira providência por escrito diz:

“Devendo-se tomar todas as medidas que conservem a segurança pública e a causa proclamadas hoje nesta cidade, para sustentar e defender o trono de S.M. o Imperador, o Presidente Interino da Província ordena ao Sr. Elias Aires do Amaral, coletor desta cidade, que lhe envie uma conta do que existe presentemente em caixa e das letras a vencer, afim de se poder ocorrer às despesas que se tem de fazer com as tropas em movimento para o dito fim. Suspendendo desde já qualquer remessa para a Tesouraria de São Paulo, debaixo de sua responsabilidade, o que lhe comunico para sua inteligência e exercício. Palácio do Governo em Sorocaba, 17 de maio de 1842. Raphael Tobias de Aguiar”.

A Revolta Liberal termina a 20 de junho, quando o Barão de Caxias chega a Sorocaba e encontra trincheiras e canhões abandonados. Preso em 8 de novembro de 1842 no Rio Grande do Sul com o enteado, Felício Pinto de Castro, Tobias de Aguiar foi levado para o Rio de Janeiro em 12 de dezembro. Doente, ficou encenado na Fortaleza Lage. No dia 14 de fevereiro seguinte, transferiram-no para o Forte de Villegaignon. A esposa, um filho, o enteado Felício, um sobrinho, um amigo e quatro escravos fizeram-lhe companhia.

Em 1844, anistiado, chega triunfante a São Paulo, onde é aclamado pelo povo que tomou a Rua do Carmo, defronte ao palacete da Marquesa de Santos, para comemorar. No mês subsequente, lança o Manifesto em que relata seu envolvimento na Revolução e a prisão.

Elege-se Deputado Geral (1846 a 1857) e disputa por duas vezes uma vaga para o Senado sem sucesso. Com a saúde debilitada, licencia-se daquele mandato em 20 de julho de 1857.

Decidido a voltar do Rio de Janeiro para casa, embarca com a família no vapor Piratininga. Todavia, chega a Santos com a doença agravada e a família decide retomar ao Rio em busca de cura. Falece quando o navio singra as águas da Baía de Guanabara. Seu corpo retoma São Paulo, em 20 de outubro, e é velado na Capela particular da Igreja da Misericórdia até o dia 25. Com todas as honras, foi sepultado na Igreja de São Francisco, sala dos Jazigos da Ordem Terceira.

Em 15 de dezembro último, a força policial fundada por ele e inspirada na Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa completou 175 anos de serviços à população com eficiência, perseverança e desprendimento. São 93 mil pessoas, de ambos os sexos, dedicadas à segurança pública em 645 muni-

cípios. Além do policiamento, cuidam de todo tipo de emergência, desde o combate a incêndios e os salvamentos, até a remoção de feridos para hospitais e a realização de partos improvisados.

Seus serviços de atendimento telefônico recebem 180 mil chamadas por dia, o que resulta em 66 milhões de ligações ao ano, incluindo as atividades de polícia e uma grande demanda nas áreas da saúde e assistência social.

Com vistas a trabalho de tamanha responsabilidade e tão estressante, a Polícia Militar paulista aplica rigor ao processo de admissão e no acompanhamento profissional. Tomou obrigatórias as avaliações psicológicas de rotina, assim como as de conduta social dos policiais. Não titubeia em expulsar maus elementos que traíam seus rígidos princípios.

Programas de aperfeiçoamento, estágios e cursos de especialização garantem o bom nível de treinamento, sob orientação da Diretoria de Ensino e Instrução, incumbida de difundir as modernas doutrinas de segurança pública. Apesar das dificuldades, o governo paulista tem investido em pessoal e na modernização de viaturas, armamento, sistemas de comunicação e de informática, e na melhoria de bases de dados.

Foi essa PM que, numa ação pioneira na América Latina, implantou o policiamento comunitário sob princípios de natureza democrática e participativa, isto é, baseados na estrita colaboração entre a comunidade e os policiais.

A importância histórica dedicada ao Patrono está patente no nome do Primeiro Batalhão de Polícia de Choque “Tobias de Aguiar” e no de suas Rondas Ostensivas, mais conhecidas pelo acrônimo Rota, uma tropa reservada do Comando Geral da PM e considerada como uma das polícias de choque mais bem treinadas no mundo. Constitui força tática motorizada que possibilita versatilidade, flexibilidade e forte capacidade de reação. Na condição de, conforme o caso, agrupamento de viaturas, Grupo, Pelotão, Companhia ou Batalhão de Choque, está permanentemente apta ao emprego, tanto no policiamento, como no controle de distúrbios civis.

A história dessa importante unidade policial-militar, sediada até hoje em prédio histórico concluído em 1892, confunde-se com a da própria PM. O Batalhão esteve presente em inúmeras campanhas militares que marcaram o País, entre elas a Guerra de Canudos (1887), o Levante do Forte de Copacabana (1922), a de Goiás (1926), a do Rio Grande do Sul (1925), a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o combate à guerrilha em São Paulo (1970).

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ao reverenciar a memória do Brigadeiro Tobias de Aguiar e empenhar-se na restauração da Igreja de São Francisco, o governo de São Paulo presta duplo serviço à população do meu Estado e do Brasil, daí por que merecer este registro nos Anais do Senado da República.

Era o que me cabia comunicar.

Muito obrigado. – Senador Romeu Tuma.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo, hoje, esta tribuna para compartilhar com os nobres colegas a extraordinária experiência que vivenciei durante minha participação na disputa eleitoral pelo Governo do Estado do Paraná, encerrada no dia 1º de outubro, juntamente com o fim do 1º turno das eleições.

Na condição de Senador da República, eleito para defender os interesses do meu Estado e para representar os milhões de homens e mulheres paranaenses, gostaria de relatar algumas das situações mais marcantes e que fizeram desta campanha um dos momentos mais bonitos e importantes da minha caminhada política.

Foram meses de grande dedicação e empenho para levarmos a todos os paranaenses a nossa mensagem, utilizando o nosso jeito de fazer política e tendo como ponto fundamental o diálogo, o respeito e a participação da sociedade, num exercício permanente de co-responsabilidade.

Não saímos vitoriosos das urnas, mas vencemos no objetivo de discutir com toda a sociedade os desafios que o Paraná precisa enfrentar para se tornar mais desenvolvido e justo.

Gostaria de agradecer ao povo do Paraná pelos votos recebidos – foram 506.825, que corresponderam a 9,35% dos votos válidos. Também agradeço pelo apoio de todos os que se engajaram na campanha. Em todo o Estado, milhares de pessoas realizaram um trabalho quase invisível, apostando no voto de corrente, conquistado pela conversa e pela indicação de quem conhece a nossa história. Esta é a forma como sempre trabalhamos, com comedimento e sem nenhum exagero. Fizemos uma campanha modesta, gastando o extremamente necessário para levar a nossa mensagem aos eleitores. Sem dúvida, fizemos um trabalho do qual podemos nos orgulhar.

Encerrei a minha participação nestas eleições para o Governo do Estado muito satisfeito em ter contribuído para um debate que precisa continuar sendo promovido para o bem do Paraná.

O Paraná enfrenta problemas sérios e que precisam da união e do esforço conjunto de todos os parlamentares que representam o Estado no Congresso Nacional, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras Municipais, assim como de nossos representantes junto ao Poder Executivo, nas Prefeituras e no Governo do Estado.

Por isso, proponho a todos os representantes do Paraná um pacto de união a favor de nosso Estado. União para que o Paraná esteja cada vez mais forte na busca pela superação de seus desafios e no trabalho conjunto para conquistar maior representatividade junto ao Governo Federal.

Certamente, esta união é fundamental para o Estado. Aqui, no Congresso Nacional, temos exemplos concretos de que as bancadas unidas e bem articuladas com os governos estadual e municipais, conseguem melhores resultados em todos os aspectos.

Este foi um dos temas centrais que debatemos de forma aprofundada durante a campanha eleitoral. Percebemos que o Paraná só tem a ganhar com esta união de esforços e que, juntos, podemos transformar nossa realidade, buscando caminhos e alternativas para nossas necessidades mais urgentes.

Também foi pensando na união a favor do Paraná que optei por, no segundo turno, manter uma posição de neutralidade em relação aos candidatos que disputam o Governo do Estado. Acredito que esta posição é a mais adequada para que, terminado o período eleitoral, possamos apoiar o Governador eleito sem qualquer constrangimento. Na condição de Senador, tenho de zelar para que isto se dê da melhor forma possível.

Quero propor a toda a classe política do Paraná e aos movimentos sociais, que contribuíram de forma brilhante para a realização deste debate no Estado, a junção de nossas forças, energias e, acima de tudo, de nosso amor por nossa terra e por nosso povo, superando quaisquer diferenças ideológicas e partidárias para um bem maior, que é vermos o Paraná ainda mais próspero.

Tenho certeza de que este esforço valerá a pena.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 28 minutos.)*

**(OS: 15467/2006)**

# Ata da 167ª Sessão Não Deliberativa, em 11 de Outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Alvaro Dias, Marcos Guerra,  
e da Srª Heloísa Helena*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 1.039, DE 2006**

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requeiro, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 14 a 27 de novembro de 2006.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 13 a 28-11-2006.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência defere o Requerimento lido, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude de a próxima sessão deliberativa estar prevista para o dia 17 vindouro.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **REQUERIMENTO Nº 1.040, DE 2006**

**Solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre a existência de procedimento de investigação junto ao sistema financeiro nacional contra os senhores Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil, e Adézio de Almeida Lima, atual**

**vice-presidente de crédito e risco do Banco do Brasil.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações:

1. Existe em andamento, no âmbito dessa Instituição, algum procedimento de investigação junto ao sistema financeiro nacional contra os senhores Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil, e Adézio de Almeida Lima, atual vice-presidente de crédito e risco do Banco do Brasil?

2. Em caso afirmativo, o que foi apurado até o momento?

## **Justificação**

A imprensa noticiou que o senhor Expedito Veloso foi exonerado do cargo de diretor de gestão de risco sob a acusação de que ele teria usado a estrutura do banco para negociar a compra de um dossiê que apresentaria provas contra candidatos do PSDB.

Foi noticiado, também, que o senhor Expedito estava de licença remunerada para exercer função na campanha à reeleição do presidente Lula. O senhor Expedito, em sua carta de demissão, afirmou que não levou ao conhecimento de seus superiores a natureza das atividades que estaria exercendo durante sua licença remunerada. O chefe direto de Expedito é o atual vice-presidente de crédito e risco do Banco.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:



Ofício nº 37/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Assuntos Sociais.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 38/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 39/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Educação.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 40/2006 – GLDBAG-CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 41/2006 – GLDBAG–CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Sena-

dora **Ideli Salvatti** Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 42/2006 – GLDBAG–CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Titular na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 43/2006 – GLDBAG–CSCOM

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral como Suplente na Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Senador Delcídio Amaral para integrar as Comissões de Assuntos Econômicos; de Serviços de Infra-Estrutura; de Agricultura e Reforma Agrária; de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Educação; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, todas na condição de suplente, nos termos dos expedientes lidos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

– **Ofício nº 28, de 2006–CN** (Ofício nº 783/GP/2006, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e de acordo com o art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça, referente ao 2º Quadrimestre do exercício de 2006.

– **Ofício nº 29, de 2006–CN** (Ofício nº 6.582/2006, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Relatório de Gestão Fiscal daquele órgão, referente ao período de setembro de 2005 a agosto de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Ofícios que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002**, de autoria do Senador Moreira Mendes, que acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro

portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003**, de autoria do Senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de setenta e cinco anos de idade.

Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, respectivamente, as matérias, aprovadas, vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE LEI Nº 26, DE 2006-CN**

### **MENSAGEM Nº 116, DE 2006-CN**

**(nº 863/2006, na origem)**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 75.728.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 75.728.367,00 (setenta e cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS  
 UNIDADE : 73901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FPDF

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									75.728.367
OPERACOES ESPECIAIS									
28.845	0903 0037	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL							41.130.366
28.845	0903 0037 0001	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	F	1	1	90	0	100	41.130.366
28.845	0903 0041	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL							34.598.001
28.845	0903 0041 0001	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL	S	1	1	90	0	100	34.598.001
TOTAL FISCAL									41.130.366
TOTAL SEGURIDADE									34.598.001
TOTAL GERAL									75.728.367

ORGAO : 73000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICIPIOS  
 UNIDADE : 73901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FPDF

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIFICA									75.728.367

		OPERACOES ESPECIAIS				
28 845	0903 0036	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				36.208.000
28 845	0903 0036 0053	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				36.208.000
		F 4	1	90	0 100	36.208.000
28 845	0903 0037	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL				33.760.953
28 845	0903 0037 0053	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				33.760.953
		F 4	1	90	0 100	33.760.953
		ATIVIDADES				
28 845	0903 6384	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL				989.434
28 845	0903 6384 0053	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				989.434
		F 3	1	90	0 100	989.434
28 845	0903 6385	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL				4.015.995
28 845	0903 6385 0053	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				4.015.995
		F 3	1	90	0 100	4.015.995
28 845	0903 6386	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL				753.985
28 845	0903 6386 0053	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA POLICIA CIVIL, DA POLICIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - NO DISTRITO FEDERAL				753.985
		F 3	1	90	0 100	753.985
		<b>TOTAL - FISCAL</b>				<b>75.728.367</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>				<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>				<b>75.728.367</b>

Mensagem nº 863

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 75.728.367,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 3 de outubro de 2006.



EM nº 00192/2006/MP

Brasília, 22 de setembro de 2006.

00001.009290/2006-41

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), no valor de R\$ 75.728.367,00 (setenta e cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios.
2. O crédito proposto tem por objetivo o reforço de dotações orçamentárias do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, destinadas ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais, inclusive os acréscimos decorrentes da Medida Provisória nº 307, de 29 de junho de 2006, que trata da alteração dos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
3. Os recursos necessários ao atendimento da proposição são oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias, no âmbito do referido Fundo, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 - LDO-2006), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que não modificam o montante das despesas obrigatórias consideradas no cálculo do referido resultado, constante do Anexo IV do Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006.
5. Finalmente, vale salientar que segundo o órgão envolvido as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução, haja vista que os remanejamentos foram decididos com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.
6. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Joao Bernardo de Azevedo Bringel*

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006

### LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

### LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no caput deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

---

#### DECRETO Nº 5.861, DE 28 DE JULHO DE 2006.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 12 e aos Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 5.780, de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

---

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 307, DE 29 DE JUNHO DE 2006.**

Altera a Lei no 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

---

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006

---

**LEI N. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

---

**LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2006.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida; ou

III - precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.



§ 3º As despesas a que se refere o inciso I deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III quando decorrentes de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º O texto da lei orçamentária somente poderá autorizar remanejamentos na programação constante do anexo previsto no art. 3º desta Lei quando recaírem exclusivamente em subtítulos com o identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, inciso IV, desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 11. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2005, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2006 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo;

III - valores do superávit financeiro já utilizados para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei e medida provisória em tramitação no Congresso Nacional, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2005 por fonte de recursos.

§ 12. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

§ 14. O disposto nos arts. 15, 16 e 17 desta Lei aplica-se aos projetos de lei de que trata este artigo.

§ 15. O Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, após três dias do término dos prazos previstos no **caput** deste artigo, demonstrativo consolidado, por fonte de recursos, do uso do superávit financeiro e dos excessos de arrecadação, com as respectivas reestimativas de receitas.

§ 16. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do **caput** deste artigo, pareceres de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

---

#### DECRETO Nº 5.861, DE 28 DE JULHO DE 2006.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 12 e aos Anexos VIII, IX, X e XI do Decreto no 5.780, de 19 de maio de 2006, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

---

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 307, DE 29 DE JUNHO DE 2006.

Altera a Lei no 11.134, de 15 de julho de 2005, no tocante aos valores da Vantagem Pecuniária Especial - VPE devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 16-10 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 24-10 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 29-10 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 8-11 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 273, DE 2006**

**Inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

Art. 26. ....

§ 6º O empreendedorismo constituirá componente curricular das escolas dos ensinos fundamental e médio, com o objetivo de preparar os alunos com base em valores como a busca de oportunidade e iniciativa, a disposição para inovar e enfrentar desafios e riscos calculados, a persistência, o comprometimento e a autoconfiança na busca de seus objetivos, desenvolvendo cidadãos com atitude empreendedora, características de comportamento tão exigidas atualmente, tanto para os que optarem pela futura abertura de um negócio, como para aqueles que buscarão uma chance no competitivo mercado de trabalho.

Art. 2º Os sistemas de ensino e as escolas terão o prazo de dois cumprir a inovação curricular de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Como há muito têm sustentado diversos analistas e já se tomou lugar comum, a educação possui papel de destaque na promoção do desenvolvimento social e econômico das nações. Lamentavelmente, nosso País, apesar de possuir algumas ilhas de excelência no ensino, ainda se encontra bastante atrasado, tanto no processo de democratização do acesso educacional quanto na qualidade dos serviços oferecidos por seus estabelecimentos escolares. Uma das razões dessa deficiência de nossas instituições de ensino reside no descompasso entre os currículos e as necessidades dos estudantes, em termos de suas aspirações pessoais e dos instrumentos de que precisam para exercer plenamente sua cidadania e inserir-se de modo mais promissor na vida produtiva.

Nesse sentido, chamamos a atenção para o potencial representado pelo empreendedorismo no contexto escolar. A vinculação do conceito do empreendedorismo à inovação e ao surgimento de novos negócios, com conseqüente geração de emprego e renda, já seria em si uma justificativa relevante para os nossos jovens, pois são eles os que mais engrossam a estatística do desemprego. Segundo o relatório do Dieese, de 2005, os brasileiros com idade entre 16 e 24 anos são os mais afetados pelo desemprego que se situou naquele ano em 31,82% para esta faixa de idade, caindo para 12,76% quando se refere aos trabalhadores com 25 anos ou mais.

Entretanto o conceito do empreendedorismo se aplica não apenas àqueles que vão optar pela criação e gestão de um novo negócio, se preocupando em preparar o cidadão para a vida, dando-lhe condições de fazer uma opção, seja por uma ocupação autônoma, pela montagem de um negócio próprio ou pela busca de uma oportunidade de carreira no competitivo mercado de trabalho.

Desenvolvendo nestas pessoas o que podemos chamar de potencial empreendedor, que é determinado pela capacidade de buscar oportunidade e iniciativa, a disposição para inovar e enfrentar desafios e riscos calculados, a persistência, o comprometimento e a autoconfiança na busca de seus objetivos, estaremos desenvolvendo cidadãos com atitude empreendedora, características de comportamento tão exigidas atualmente, tanto para os que optarem pela futura abertura de um negócio, como para aqueles que buscarão

a oportunidade de fazer carreira pela via do intraempreendedorismo.

Falar de empreendedorismo na educação significa direcionar o conhecimento para uma melhor realização do potencial de cada um. Apesar de envolver o trabalho com qualidades pessoais muitas vezes inatas às pessoas, as experiências desse campo do saber revelam que diversas competências ligadas à valorização do potencial empreendedor podem ser adquiridas e estimuladas no meio escolar.

O empreendedorismo prepara os jovens tanto para a ocupação de um emprego, em mercados cada vez mais competitivos, quanto para a possibilidade de abertura de seu próprio negócio. Nesse aspecto, vale mencionar que, nos últimos trinta anos, na maioria dos países do mundo, mais de 80% dos empregos foram criados por pequenas e médias empresas. Portanto, é preciso que o sistema escolar, sem perder de vista seus objetivos essenciais de formar cidadãos e propiciar-lhes uma sólida formação nas áreas básicas do conhecimento, adapte-se às novas condições de um mundo em constantes e rápidas transformações tecnológicas e sociais.

Estamos convictos de que medidas audaciosas, como a inclusão do empreendedorismo nos currículos, sob a forma de disciplina ou como tema transversal, são necessárias para eliminar o hiato, hoje existente, entre a escola e o novo mercado de trabalho.

Temos acompanhado com muita expectativa a incursão de número crescente de escolas no estudo do empreendedorismo. Iniciativas bem sucedidas de inclusão desse tema nos currículos escolares têm despertado nos estudantes a busca de uma melhor realização de seu potencial, preparando-os para os desafios da vida. Entretanto, a velocidade que esse movimento experimenta não atende às necessidades de um País que vê aumentar o número de jovens que saem das escolas despreparados e sem perspectivas de concretizar as suas mais legítimas aspirações.

Assim, este projeto de lei visa inserir o estudo do empreendedorismo nos currículos dos ensinos fundamental e médio, como forma de contribuir para a construção de uma ponte mais sólida entre o universo escolar e os desafios do mundo do trabalho.

Eis por que conto com o apoio dos Senhores Congressistas para a transformação desta proposição em lei.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005.

### **Estabelece as diretrizes e bases da educação.**

Vide Decreto nº 3.860, de 2001.

O Presidente da República,

Faço saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativas nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12-12-2003)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

V – (Vetado) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1-12-2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 3º (Vetado) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **Fernando Henrique Cardoso – Paulo Renato Souza**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 23-12-1996

*(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício PGR/GAB/Nº 1.259

Brasília, 27 de setembro de 2006

Senhor Senador,

Em atenção ao Of. SF Nº 1.733/2006, de 19 de setembro de 2006, científico Vossa Excelência de que o Relatório Final nº 5, de 2006–CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2005, do Congresso Nacional, foi encaminhado, nesta data, à consideração do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, Dr. Paulo José Rocha Júnior, da Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, Dr. Adriana Zawada Melo, e do Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Eduardo Copetti Leite.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13, de 2003 – CN (CPMI da Terra), vai à publicação.

Sobre a mesa expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 882/06-GAB

Basília, 15 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Informo que submeti à Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região o Ofício de V. Ex<sup>a</sup>, nº 1.639, de 11-9-06, referente ao Relatório Final nº 3/2006, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3/2005, do Congresso Nacional, criada para investigar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, onde constam as páginas 659 e 804, recomendações a este Ministério Público do Trabalho.

Com expressões de apreço, firmo-me, cordialmente. – **Sandra Lia Simón**, Procuradora-Geral do Trabalho.

Aviso nº 1.184 – GP/TCU

Brasília, 19 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Of. SF Nº 1.631/2006, de 11-9-2006, mediante o qual Vossa Excelência encaminha um exemplar do Relatório Final nº 3/2006-CN (três volumes) da “CPMI dos Correios”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que a mencionada documentação – atuada neste Tribunal



como processo de nº TC-021.526/2006-5 – foi remetida ao Relator, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar.

Atenciosamente, **Guilherme Palmeira**, Presidente.

Aviso nº 125 /GM-MDIC

Brasília, 5 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para informar sobre os procedimentos adotados por este Ministério acerca do Ofício SF nº 1.635/2006, datado de 11 de setembro de 2006, e recebido nesta Pasta em 14 de setembro de 2006, que encaminha o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sobre o assunto, informo que determinei ao Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX, da Secretaria de Comércio Exterior deste Ministério, que no prazo de 30 dias, faça gestões junto à Secretaria da Receita Federal e ao Departamento de Aviação Civil, a fim de realizar o exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de peças realizadas pela Skymaster Airlines Ltda. junto à Skytrade Intl Entrepises, Inc, e apresente relatório, conforme cópia do meu Despacho que segue em anexo.

Além disso, em atendimento à solicitação contida no referido Ofício SF Nº 1.635/2006, informo que credencio o servidor Josué Coelho de Castro, Coordenador Geral de Desenvolvimento do Comércio do Departamento de Operações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior deste Ministério, junto à Secretaria Geral da Mesa para colher a documentação pertinente ao assunto.

Atenciosamente, **Luiz Fernando Furlan**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

#### **Dossiê nº 52020.002972/2006-06**

Referente: Ofício SF Nº 1.635/2006 do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

#### **Despacho**

Ao Secretário de Comércio Exterior

1. Determino que, no prazo de 30 dias, o Departamento de Operações de Comércio Exterior dessa Secretaria, faça gestões junto a Secretaria da Receita

Federal e o Departamento de Aviação Civil, a fim de realizar exame da ocorrência de possíveis superfaturamentos na importação de peças realizadas pela Skymaster Airlines Ltda. junto à Skytrade Intl Entrepises, Inc, apresentando relatório conclusivo a ser enviado ao Senado Federal.

2. Solicito indicar servidor dessa Secretaria para selecionar junto à Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal, documentação pertinente, conforme o Ofício SF Nº 1.635/2006 do Senado Federal, constante à folha 1.

Brasília, 22 de setembro de 2006. – **Luiz Fernando Furlan**, Ministro do Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Os expedientes lidos, anexados ao processado do Requerimento nº 3, de 2005 – CN (CPMI dos Correios), vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2006**

**Altera os arts. 52 e 159 e introduz o art. 160-A na Constituição Federal, visando incorporar aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios valores atualmente distribuídos pela União a título de transferências voluntárias e, ao mesmo tempo, vedar a realização desse tipo de transferências.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 52 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVI:

“Art. 52. ....  
.....

XVI – referendar, nos casos de calamidade pública, a realização de transferências extraordinárias de recursos do Orçamento Geral da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 159 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159. ....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta e três inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma:

a) vinte e cinco por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

..... (NR)”

Art. 3º Acrescente-se o seguinte art. 160-A:

“Art. 160-A. É vedada a entrega de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal.

§ 1º Não se considera determinação legal, para os efeitos deste artigo, a autorização ou atribuição de recursos realizada pelo plano plurianual, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pelos orçamentos anuais.

§ 2º Equipara-se à entrega de recursos a realização direta de gastos correntes e de capital da União com atividades típicas das administrações estaduais, distrital e municipais, bem como a transferência de outras operações que possam resultar em ganho financeiro a um Estado, ao Distrito Federal ou a um Município, conforme critérios definidos em lei.

§ 3º A restrição disposta no **caput** poderá ser suspensa nos casos de calamidade pública, **ad referendum** do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso XVI.”

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O que se pretende com esta Proposta de Emenda à Constituição é a extinção das transferências voluntárias da União a Estados e Municípios e ao Distrito Federal, com a simultânea incorporação ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos valores atualmente transferidos dessa forma, mediante a ampliação das parcelas dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinados a esses Fundos.

Trata-se, portanto, de transformar em transferências, com critérios de distribuição previamente definidos, os valores hoje distribuídos ao sabor das conveniências

políticas. Como decorrência objetiva-se tomar republicanas as relações estabelecidas pelos governos e todos os seus agentes, reduzindo o espaço para negociatas e corrupção, bem assim, estabelecer, com equidade, um critério de distribuição das receitas entre os entes federados e diminuir as despesas ruins que decorrem do sistema atual.

A corrupção é grave questão social e de Estado e, como tal, é base causadora de inúmeros outros problemas que infelicitam a vida do povo brasileiro. Sem descer a detalhes ou relacionar os inúmeros escândalos, uma vez que a imprensa cumpriu esse papel, lembro, apenas como referência, o escândalo dos “Anões do Orçamento” e o escândalo mais recente, o da “Máfia das Sanguessugas”. Foram casos de corrupção praticados por setores de sucessivos governos federais, em conluio com parlamentares do Congresso Nacional e com a participação de empresários e administradores públicos municipais e estaduais, além de organizações não-governamentais.

Em toda essa história de corrupção, uma coisa é certa e inquestionável: o Orçamento Geral da União é a fonte inesgotável e causadora de parcela expressiva da corrupção praticada neste País, pela capacidade que tem de irrigar todas as artérias que formam essa grande cadeia de nulidades disseminada por todo o Brasil.

Portanto, é sobre este ponto, o Orçamento Geral da União, que a sociedade organizada, representada por seus diversos segmentos, precisa se deter para conhecer, analisar, discutir, apresentar e exigir mudanças. Deixar essa tarefa apenas para o Governo e para a maioria deste Parlamento é continuar indiferente ao problema maior que agride a toda a sociedade, é assumir uma postura de omissão diante dessa calamidade, é fugir à responsabilidade social e política que todos temos diante do Estado e da Nação. Como se trata de uma questão social gravíssima, espera-se que a sociedade, de forma legítima, interfira nesse processo estabelecendo a pressão necessária a fim de que as mudanças sejam efetivadas.

Diante das sucessivas catástrofes e turbulências que infelicitam a vida do povo, como as questões que envolvem a segurança pública, a saúde, as crianças abandonadas, o meio ambiente e tantas outras, nesta Casa e no Executivo sempre surgem as ações paflativas, superficiais, emergenciais e até mesmo ilusórias, apenas para abrandar a dor, o sofrimento, o clamor e a desesperança do povo. Quando passa o momento mais grave da tempestade, esquece-se tudo e nenhuma atitude ampla e profunda se efetiva para que se possa estabelecer um norte que se traduza em vida

digna para o povo e em respeito para a Nação diante do mundo.

No presente momento, discute-se no Congresso Nacional algumas alterações nas regras para elaboração do Orçamento Geral da União. Os escândalos apontam que o Orçamento da União só tem servido para barganhas e corrupção, a exemplo da imoralidade praticada pelo Governo do Presidente Lula que não libera os recursos das emendas de autoria de parlamentares que não lhe são obedientes, bem assim, da imoralidade da ação da “Máfia das Sanguessugas”.

Ouso afirmar que nenhuma das propostas ora em discussão acerca do Orçamento Geral da União traz a possibilidade de estancar ou diminuir a corrupção. A principal medida discutida no momento é a do “orçamento impositivo”, ou seja, uma lei de aplicação obrigatória e não uma lei que contenha uma mera estimativa das despesas como é hoje, cujo orçamento pode ser contingenciado e alterado por decreto presidencial.

Se o orçamento for impositivo poderá acabar a negociata entre o parlamentar e o Governo Federal, mas continuará a negociata dos parlamentares com os governos estaduais e municipais, com os empresários e com as organizações não-governamentais (ONG).

Por esta e tantas outras razões adiante explicitadas, apresento a Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Exclusivo da União por considerá-la consistente e capaz de bloquear, definitivamente, as artérias por onde corre a corrupção. Esta PEC estabelece a proibição de abertura de dotação orçamentária que importe em transferência voluntária de recursos financeiros para Estados, Distrito Federal e Municípios. Isto decretaria o fim das emendas parlamentares, seja individual ou de bancada, de comissão ou até mesmo de dotação originada da própria mensagem do Executivo com vistas a transferir recursos a serem gastos pelas administrações estaduais, municipais e distrital.

A União estaria impedida de promover a transferência de recursos para Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo em casos de comprovada calamidade pública e depois de comprovada a incapacidade dos entes federados de, com recursos próprios, acudir a população e resolver os seus problemas, mesmo assim, **ad referendum** do Senado Federal.

De logo, deve-se esclarecer que o montante de recursos que a União vem anualmente transferindo, voluntariamente, para estados, para o Distrito Federal e para os municípios, apurado com base na média anual das transferências havidas entre 1999 e 2005, deve ser transformado em receita tributária para os entes federados, cujo aporte deve ser traduzido em aumento de percentual dos atuais Fundos de Parti-

cipação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (FPE e FPM), o que resultaria na ausência de qualquer prejuízo para estes entes federados, além de representar um grande benefício que será o tratamento equânime entre todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, independentemente de possuírem força política ou não, de serem grandes ou pequenos, ricos ou pobres, de estarem localizados na região Sul, no sudeste, no Norte, no Centro-Oeste ou no Nordeste, ou de seus governantes serem aliados ou não do Governo Federal.

Os dados da Secretaria do Tesouro Nacional indicam que a soma das transferências voluntárias somadas às transferências constitucionais dos fundos de participação garantiram, em média, no período 1999-2005, aos estados e ao Distrito Federal um montante equivalente a 24,8% da receita de Imposto de Renda e do Imposto de Produtos Industrializados. No caso dos municípios, tal receita equivaleu a 25,5% da arrecadação de IR e IPI. Assim, proponho que as participações atuais do FPE e do FPM na receita de IR e IPI, atualmente fixadas em 21,5% e 22,5%, respectivamente, passem a ser de 25% o FPE, e de 25,5% o do FPM.

Tenho consciência de que se trata de uma proposta de mudança revolucionária. Ela é fundamental porque propõe resolver um problema de raiz e a partir da raiz, como devem ser resolvidos todos os problemas estruturais que resultem graves e tormentosos problemas para o povo, como vêm acontecendo com a corrupção neste País e com o seu irmão gêmeo que é o desperdício do dinheiro público pela sua má aplicação.

Diante da oportunidade estabelecida pelo Congresso Nacional que inicia um processo de discussão para criação de uma nova estrutura para o Orçamento Geral da União, e, sendo este, uma das grandes fontes que irriga a corrupção no País, deve a sociedade se engajar nesse debate, na certeza de que debelar ou reprimir a corrupção representa uma grande vitória contra a fome, contra o desemprego, contra o analfabetismo, contra a criminalidade que são os grandes males que afetam a nossa sociedade, somados ao abandono de nossas crianças que perambulam pelas ruas de nosso País sintetizando a ausência de um futuro promissor para a nossa gente.

Portanto, ao apresentar a proposta de um orçamento que seja exclusivo da União, sem a contemplação de recursos para estados, para o Distrito Federal e para os municípios, por si só já se evita que mais de seis mil agentes públicos entre prefeitos, governadores e parlamentares coloquem a mão nesse dinheiro público para “administrá-lo”. O Orçamento Geral da União é uma fonte que não pode secar, mas as artérias

que se ligam a essa fonte e que irrigam a corrupção precisam ser obstruídas, sendo as emendas parlamentares e as transferências voluntárias condutores de grosso calibre.

Com o reordenamento do Estado brasileiro, necessária se torna a adequação das funções de cada ente federado, a fim de delimitar responsabilidades e eliminar a superposição de funções, que geram despesas desnecessárias e a não-otimização na aplicação dos recursos públicos. A divisão da arrecadação tributária deve corresponder a essas expectativas, pois não se pode conceber, por exemplo, que deva ser competência do Governo da União a liberação de recursos para um Município a fim de que este possa comprar uma ambulância, construir um posto de saúde ou mesmo uma escola.

A estrutura atual do Estado brasileiro mostra-se predisposta à prática de corrupção pela relação promíscua que se estabelece entre o Governo da União e parlamentares, e entre estes e prefeitos, governadores, empresários e organizações não-governamentais.

Essas são as artérias que precisam ser obstruídas, até porque a captação de recursos não deve ser função parlamentar. Seria irracional, caso não fosse a vontade deliberada para o cometimento de uma ilegalidade ou para a prática de barganha, o ato que importa na liberação de recursos do Orçamento da União para a simples construção de um posto de saúde em um povoado de um Município qualquer da federação.

Gera-se, com um ato dessa natureza, todo um processo de cooptação política, de dependência, de promiscuidade e de corrupção entre o prefeito ou o governador e o parlamentar para que este apresente a emenda ao Orçamento Geral da União. No ano seguinte, esse mesmo prefeito ou governador precisa se deslocar até Brasília várias vezes gastando o dinheiro do povo em passagens aéreas e diárias a fim de diligenciar junto aos parlamentares e aos órgãos federais a liberação dos recursos. Para que a emenda seja liberada é necessário que o parlamentar venda a sua alma ao Presidente da República, ou até mesmo a um José Dirceu ou Waldomiro Diniz qualquer, como sempre aconteceu, e não apenas com o atual governo, a fim de que a dita emenda seja liberada.

No procedimento final, os gestores dos recursos se encarregam de superfaturar a compra, que pode ser de ambulâncias, tratores ou outros bens, ou mesmo de serviços ou obras de engenharia a fim de que as “comissões”, ou propinas sejam pagas a todos que se envolvem nesse tipo de operação corrupta.

Essa é uma prática histórica e, portanto, de conhecimento de todos os agentes públicos e políticos de todos os poderes, de conhecimento de toda a so-

cidade, dos intelectuais e da imprensa, de todas as instituições, públicas e privadas, inclusive das igrejas, da universidade e todas as outras. Essa é uma prática de conhecimento de todo o povo brasileiro. Por esta razão, não se pode admitir que esta mesma sociedade não interfira junto ao legislativo a fim de promover a mudança cuja solução todos conhecem muito bem.

Por princípio científico sabemos que a atividade do parlamento não é esta. Não cabe ao parlamentar federal a função de agente financeiro de municípios e estados. O parlamento tem por função legislar, propor planos, discutir e encaminhar alternativas para a vida nacional, fiscalizar as ações de todos os agentes públicos e políticos de todos os poderes. Esta é a função primordial do parlamentar, e mesmo entre as funções secundárias e eventuais não se incluem a captação de recursos. Quando Montesquieu e John Locke estabeleceram as bases teóricas para a tripartição dos poderes, abominando a idéia do absolutismo, do governo por um só, não conceberam o parlamento como um Poder subalterno ao Poder Executivo ou passível de cooptação por mecanismos corruptores bem utilizados em nossos dias.

Portanto, na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária a função do congressista é trabalhar a sua adequação às necessidades nacionais, regionais e até mesmo locais, desde que circunscritas, tão somente, às atividades administrativas e de governo próprias de sua competência sem a superposição de funções e atividades em benefício da qualidade do gasto público. Assim, as emendas parlamentares são bem vindas e se constituem uma competência dos parlamentares, mas quando direcionadas exclusivamente a ações e programas executados diretamente pelo governo da União.

É preciso fazer a ferrovia Norte-Sul? – Sim. Trata-se de uma obra do Governo Federal? – Sim. Aí o parlamentar se encarregaria de defendê-la e melhorar a dotação orçamentária para esse projeto. É preciso estabelecer uma política de fiscalização de fronteiras no Centro-Oeste e no Norte do País para a preservação do meio ambiente, para que não exista o tráfico dos nossos recursos naturais, de armas, de pessoas, de drogas, etc.? – Sim. Aí a emenda se justifica. O contrário é o envolvimento de Deputado e Senador com liberação de verba que só leva à corrupção, com raríssimas e honrosas exceções.

Além da profilaxia necessária contra a corrupção que é a maior doença dos países de terceiro mundo, bem assim da equidade que se estabelece na distribuição das receitas tributárias entre os Estados, Municípios e o Distrito Federal, esta Proposta de Emen-

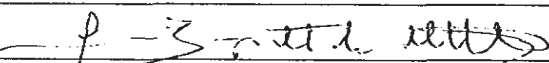


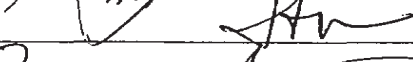



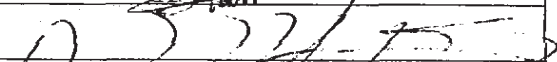
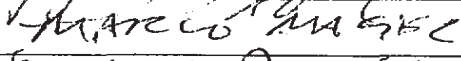



da Constitucional traz embutido um remédio muito eficiente no combate às despesas desnecessárias que representam outro cancro na vida nacional. Por conta do sistema orçamentário atual o Tribunal de Contas da União criou uma enorme estrutura física e de pessoal em cada um dos Estados para promover a fiscalização na aplicação dos recursos repassados pela União aos estados e aos municípios, além das estruturas de investigação criadas pelo Ministério Público Federal e pela própria Polícia Federal, cujos gastos seriam consideravelmente diminuídos e deslocados para as atividades fins do Estado que estão na saúde, na educação, na segurança pública e em tantas outras atividades carentes de recursos.

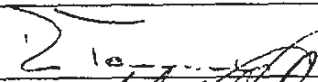
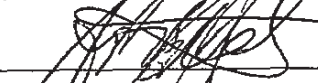
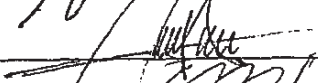
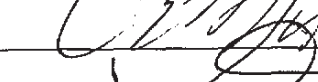

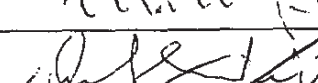
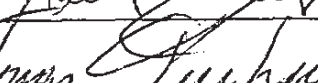
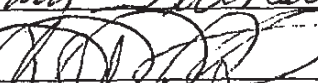
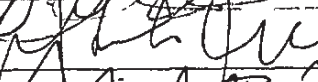



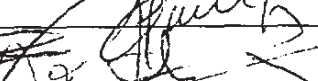
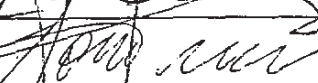






Desta forma, apresento esta proposta como uma contribuição ao processo de evolução e modernização

de nossas instituições, na certeza do fortalecimento da vida republicana e democrática para o cumprimento dos objetivos maiores estabelecidos pelo Estado brasileiro como previstos pelo art. 3º da nossa Carta Magna. Com a sua aprovação, senadores e deputados passarão a ser vistos nos plenários de ambas as Casas participando dos debates e das deliberações com dignidade, sem dobrar a vértebra ao poder executivo, sem vender a sua alma e sem se corromper. Da mesma forma passaremos a ter estados e municípios, por menores que sejam, recebendo o que lhe é de direito, sem a interferência de quem quer que seja, além de passar a ter mais recursos decorrentes da economia pela diminuição da corrupção e pela eliminação das despesas desnecessárias.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2006. – Senador **Almeida Lima**.

	Nome	Assinatura
01	João Baptista Motta	
02	LEONAR QUINTANILHA	
03	Valéria Raupp	
04	GERALDO MESQUITA JR	
05	Mário Santo	
06	Papalio Lou	
07	João <sup>ALMEIDA LIMA</sup>	
08	Augusto Botelho	
09	Luiz Inácio Lula	
10	Releto Felles	

Proposta de Emenda à Constituição que altera os arts. 52 e 159 e introduz o art. 160-A na Constituição Federal.

11		Rafaela Teunho
12		Antonio Passos Gomes
13		Geovani Bez
14		Eduardo M. ...
15		Haroldo ...
16		...
17		Arthur Vinicio
18		Jonas Pinheiro
19		Augusto B. ...
20		Roberto ...
21		Flávia ...
22		Renê ...
23		Leir Borges
24		Luiz ...
25		F.S.C.
26		
27		
28		
28		Mateus ...
30		

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV  
**Da Organização dos Poderes**

CAPÍTULO I  
**Do Poder Legislativo**

SEÇÃO IV  
**Do Senado Federal**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e Diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu Regimento Interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI  
**Da Tributação e do Orçamento**

CAPÍTULO I  
**Do Sistema Tributário Nacional**

SEÇÃO VI  
**Da Repartição das Receitas Tributárias**

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

S. Exª terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, por 20 minutos.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, é com muita alegria e consciente da enorme respon-

sabilidade a mim imposta que, neste momento, venho fazer uso da tribuna do Senado Federal para agradecer, de todo o coração, a confiança dos mais de 85 mil mineiros que votaram em mim nessa eleição.

Em tempo, agradeço a dois deles que se fazem presentes na Tribuna de Honra do Senado: meu querido amigo vigário da Igreja São José de Araxá, Padre Sérgio, e meu particular amigo Edson Ney, também da cidade de Araxá.

Esses 85 mil mineiros deram-me a condição de assumir, a partir de fevereiro de 2007, uma cadeira na Câmara dos Deputados. Esse resultado vitorioso, Sr. Presidente Papaléo Paes, vem coroar um trabalho sério e obstinado que procuramos fazer em quatro anos nesta Casa, principalmente ao lado de V. Exª, por meio da defesa e da apresentação de projetos importantes para Minas Gerais e para o Brasil.

Desde que assumi o mandato de Senador, em janeiro de 2003, tinha como objetivo construir um trabalho que me desse condição de dar continuidade à minha carreira política. Para isso, precisava mostrar resultados, e o apoio de grande parte dos nobres Pares que nos acolheram da melhor forma possível foi fundamental nesse processo.

Não era uma missão fácil substituir uma das maiores reservas morais deste País, como é o caso do Vice-Presidente da República José Alencar. Tive a felicidade de receber a aprovação dele próprio, que abriu o peito e pediu abertamente voto para minha candidatura no nosso Estado de Minas Gerais.

A minha maior satisfação, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é a certeza de que alcancei uma vitória sem passar por cima de ninguém, nem dos meus princípios éticos que sempre valorizei. Respeitei o espaço de Deputados que já trabalhavam em regiões como Triângulo Mineiro, como Alto Paranaíba, como sul e sudoeste de Minas Gerais, e consegui avançar de maneira progressiva, sempre com o único intuito de somar forças em benefício dos Municípios daquelas regiões.

Enfrentei resistências, o que é natural em política, mas elas sempre foram menores do que o reconhecimento aos inúmeros serviços que prestamos em favor das comunidades, das associações, das instituições de saúde e de educação.

Quero, a propósito, Sr. Presidente Senador Papaléo, fazer uma menção especial a três Deputados Federais que deixaram de ser candidatos e emprestaram apoios pontuais à nossa candidatura. Foram eles os Deputados Vittorio Medioli, Osmânio Pereira e o meu amigo de longa data Romel Anízio, que, dessa forma, abriram-nos maiores chances de eleição nessas regiões, apesar de o apoio ter sido pontual.



Chegarei à Câmara dos Deputados realmente preparado, pois tenho aproveitado ao máximo a experiência no Senado Federal. Passei por quase todas as Comissões Permanentes desta Casa, com maior ênfase nas de Educação e Infra-Estrutura, Comissão esta presidida pelo nosso amigo Senador Heráclito Fortes, que muito nos ensina, e, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, além de ser Presidente da Subcomissão de Liquidação de Instituições Financeiras até 31 de janeiro próximo, fui Relator também de matérias de grande repercussão social, como o Estatuto do Idoso e a Lei da Agricultura Orgânica.

Conseguimos também a aprovação no Senado do projeto que regulamenta o sistema de consórcios no Brasil. Espero ver aprovado, em breve, outro projeto de minha autoria, queridos Pares, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se do projeto que estende o FCO ao Triângulo Mineiro, beneficiando 58 Municípios da minha região e do Alto Paranaíba entre os beneficiários do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Esse Fundo hoje já beneficia – e muito – os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás e o Distrito Federal, e o nosso projeto pretende estendê-lo a 58 Municípios do Triângulo e do Alto Paranaíba, sem trazer nenhum dano e sem tirar nenhum recurso desses quatro Estados citados.

Trabalhamos também pela redução de impostos e manutenção de isenções para o setor agropecuário na reforma tributária, por incentivos à produção de biodiesel e à produção sucroalcooleira, pela revitalização turística do sul de Minas, do Triângulo Mineiro, em especial da nossa Araxá, e também do sul de Minas, e pela liberação de verbas para a recuperação dos trechos mais críticos das rodovias federais, pois 20% delas cortam o nosso Estado, de leste a oeste e de norte a sul.

Atuei continuamente junto aos Ministérios do Governo Lula no sentido de atender às necessidades patententes dos Municípios mineiros, como é o caso da saúde, da educação e da zona rural.

Portanto, Sr. Presidente, conheço os caminhos e poderei, com fé em Deus e com apoio dos mineiros e das mineiras que em mim confiaram o voto, desempenhar um papel ainda melhor na Câmara dos Deputados.

Minha votação para Deputado Federal abrangeu todas as regiões do Estado de Minas Gerais, numa clara demonstração de que procurei cumprir com o máximo zelo no Senado Federal o papel de representar Minas como um todo, sem discriminar essa ou aquela região. Naturalmente, os índices foram melhores em regiões onde meus vínculos pessoais são maiores, como no

Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, no sul e no sudoeste de Minas Gerais. No geral, fui votado em 691 Municípios dos 853 que compõem o nosso Estado.

Faço questão de cumprimentar publicamente e, sobretudo, agradecer a cada um dos eleitores que entenderam o nosso projeto e nos ajudaram a vencer essa empreitada.

Foi a primeira eleição proporcional que disputei e saio dela com a consciência de que não é fácil manter uma carreira política no Parlamento brasileiro.

Grandes nomes não conseguiram se reeleger, e, em minhas andanças, percebi claramente o quão crescente é a desilusão da nossa gente com os políticos. A atual legislatura reservou momentos muito obscuros com a descoberta de diversos esquemas de corrupção e fraude aos cofres públicos. E caso esse cenário venha a permanecer, chegará o dia em que não conseguiremos mais fazer com que o eleitor saia de sua casa para votar.

Portanto, meus nobres Pares, teremos pela frente uma enorme responsabilidade para os próximos quatro anos, que é a de recuperar a credibilidade e o respeito da população pelo Congresso Nacional. Cada um de nós que aqui continuará, seja no próprio Senado ou na Câmara dos Deputados, deve estar empenhado em ouvir com atenção os anseios de sua base e buscar atendê-los com máxima transparência e idoneidade. Em política, não dá para dizer sempre que os fins justificam os meios. A representação parlamentar de um Estado ou Município é uma tarefa muito nobre para que seja exercida de maneira irresponsável.

Como Deputado Federal eleito pela coligação que dá sustentação ao competente Governador Aécio Neves, meu trabalho estará voltado sobretudo para a recuperação do agronegócio, da renda do produtor rural e para o incentivo à educação superior e tecnológica. Temas como o reforço à assistência social, apoio ao turismo, investimentos na melhoria dos serviços de saúde e da infra-estrutura de transportes, incentivos à prática esportiva, geração de empregos para maiores de 40 anos também continuarão entre as bandeiras que empunharei sempre na minha carreira política.

Aos mineiros, assumo desde já o compromisso de exercer o meu mandato de Deputado Federal com a mesma dignidade, respeito e sensibilidade social com que tenho trabalhado aqui no Senado Federal, e continuarei trabalhando até 31 de janeiro próximo.

Tenho a certeza de que, atuando em parceria com o Governador Aécio Neves, dando-lhe o suporte necessário no Congresso, continuaremos juntos, em Minas, uma história de conquistas que poderá culminar num grande projeto político para o Brasil, em 2010.

Ouçoo nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Aelton Freitas, já que estamos no Brasil, terra do futebol, eu me lembro que, em 1962, se não me engano, o País ficou apreensivo: “Pelé se contundiu, está fora de campo, não vamos ganhar a Copa”. Aí, Amarildo entrou. Saiu o Senador José Alencar, V. Ex<sup>a</sup> assumiu. S. Ex<sup>a</sup> também é uma conquista boa. É difícil encontrarmos gente boa ao lado de Lula. Mas toda regra tem exceção. José Alencar é gente. É difícil. Ontem, eu disse aqui – e houve uma discussão teológica sobre se isto estava na Bíblia ou não –: “Diga-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Recebi até *e-mails* justificando que não está na Bíblia, mas existe uma palavra semelhante. Mas isso é outro caso. José Alencar é raro, porque encontrar gente boa entre os que cercam Lula é raro. V. Ex<sup>a</sup> foi como Amarildo e foi como Fernando Henrique também, suplente de Franco Montoro, que era muito bom. Mas ele, FHC, chegou aqui e foi destaque. V. Ex<sup>a</sup> foi, sem dúvida alguma, nestes quatro anos que aqui passou, uma figura relevante. V. Ex<sup>a</sup> faz jus ao povo mineiro, àquela tradição histórica do **Libertas quae sera tamen**. Agradeço a Deus a oportunidade de ter convivido com a fidalguia e a honradez de propósito de V. Ex<sup>a</sup>. Ninguém o excedeu nos pronunciamentos ou nos debates em comissões, defendendo os interesses da agricultura do Brasil. De qualquer maneira, Deus escreve certo por linhas tortas. O povo mineiro sabe o que faz, enviando-o de volta ao Congresso Nacional. Sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> continuará com brilho.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó o nobre Senador Marcos Guerra.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador Aelton Freitas, em primeiro lugar, parabéns pela votação que V. Ex<sup>a</sup> obteve em seu Estado. Há dois anos, em uma conversa que tivemos aqui em Brasília, V. Ex<sup>a</sup> disse algo que guardei, que veio para o Senado, a mais alta Casa da República, para trabalhar e voltar. Nos momentos em que estive nesta Casa, acompanhei os trabalhos de V. Ex<sup>a</sup>, sempre defendendo os interesses de Minas Gerais. Quando as causas eram nacionais, V. Ex<sup>a</sup> também se posicionava com muita altivez. Tenho certeza de que a Câmara Federal vai ganhar um grande Parlamentar. Esta Casa fica menor com a sua saída, mas tenho certeza de que, naquela Casa, V. Ex<sup>a</sup> vai defender os interesses de Minas Gerais e do País e ajudar o nosso Presidente da República, Geraldo Alckmin. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que, apesar de ser um grande empresário e um grande político capixaba, é um mineiro por naturalidade.

Ouçó o nobre Senador Almeida Lima.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Nobre Senador Aelton Freitas, minhas considerações são para levar a V. Ex<sup>a</sup> os mais sinceros parabéns e a alegria por saber que V. Ex<sup>a</sup> estará de volta ao Congresso Nacional, para a nossa co-irmã Casa, a Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> realizou aqui para o Estado de Minas Gerais, para o seu Triângulo Mineiro, e para o Brasil realizará muito bem, pelos próximos quatro anos, no exercício do honroso mandato de Deputado Federal. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, meus parabéns ao povo de Minas Gerais, meus parabéns ao Brasil por sua eleição. Muito obrigado, e sucesso, sempre.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Eu que agradeço, Senador Almeida Lima.

Ouçó o nobre Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Meu caro Senador Aelton Freitas, V. Ex<sup>a</sup> pronuncia um discurso todo cheio de alegria pelo reconhecimento que lhe demonstrou ter o povo de Minas Gerais. Isso é resultado de sua atuação nestes quatro anos de Senado da República, em que se comportou com equilíbrio, mas com determinação, na defesa das questões que interessavam a Minas e ao Brasil. E, tenha certeza, V. Ex<sup>a</sup> saíra daqui fazendo parte e honrando a galeria de mineiros ilustres que tiveram acesso a esta Casa do Parlamento da República.

O povo mineiro enviou grandes homens para esta Casa. Muitos conhecidos nacionalmente, outros, nem tanto. V. Ex<sup>a</sup> sai desta Casa não apenas reconhecido por seu trabalho, mas também respeitado e admirado por seus companheiros. Tenho certeza de que, na outra Casa, da qual já participei e pela qual tenho muito carinho – que é a Câmara dos Deputados –, V. Ex<sup>a</sup> continuará trabalhando por Minas e pelo Brasil com a mesma dignidade com que trabalhou até agora. São duas Casas diferentes, são duas Casas distintas. Dois tratamentos e duas convivências que não se juntam. Aliás, o conterrâneo de V. Ex<sup>a</sup>, Oscar Niemeyer, foi muito sábio ao separar a Casa geograficamente, não apenas pelas cores, mas pela arquitetura. São paralelas, siamesas, mas cada uma cumpre o seu papel no sistema republicano em que vivemos. V. Ex<sup>a</sup> leva daqui a experiência que lhe será muito útil e permitirá alcançar o mesmo sucesso que alcançou no Senado da República. Parabéns.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Ouçó o nobre Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Aelton Freitas, não quero ficar fora das manifestações de tristeza pela conclusão de seu mandato e, ao mesmo tempo, de satisfação em vê-lo na vida pública,

ainda com juventude. O Brasil precisa muito, em um momento de tanta angústia, de descontentamento e até de vergonha pela atividade política, de pessoas que assumam o compromisso de continuar nesta vida, ao invés de fazerem o mais cômodo, que é sair dela. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns a Minas Gerais. De certa maneira, graças ao povo mineiro, o Senado está dando esse presente à Câmara Federal.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Sr. Presidente Papaléo Paes, peço que sejam incorporados ao meu discurso, na íntegra, os apartes dos nobre Senadores, que engrandeceram muito o meu pronunciamento.

Agradeço pela oportunidade e pela compreensão.

Um grande abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Aelton Freitas, presto aqui meu depoimento sobre sua pessoa. Chegamos juntos a esta Casa, tive a honra de fazer de V. Ex<sup>a</sup> um dos meus primeiros amigos aqui. Tenho a honra, neste momento, de estar presidindo esta sessão, de reconhecer em V. Ex<sup>a</sup> a eficiência como Senador, reconhecer em V. Ex<sup>a</sup> a honestidade e a dedicação para com seus amigos.

Quero dizer que esta Casa perde V. Ex<sup>a</sup>, mas o Congresso Nacional continua contando com a sua presença, honrando o Estado de Minas Gerais na Câmara dos Deputados.

Meu abraço de amigo e o reconhecimento do grande Senador que V. Ex<sup>a</sup> tem sido, representando Minas Gerais.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

V. Ex<sup>a</sup> terá até 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, povo brasileiro, na semana passada, escrevi para a imprensa local do meu Estado, Sergipe, um artigo sob o título “A máscara caiu”. Inicie o artigo falando de pesquisas, indagando: Pesquisas, mas que pesquisas, se elas não existem?

Imaginava eu que, tendo a máscara caído – e tendo ficado ruborizados inúmeros que perderam a máscara ou que a deixaram cair –, havia servido de lição pela vergonha, sobretudo porque se tratou de uma impostura muito grande essa das pesquisas eleitorais, mais uma vez, no Brasil.

Os dissimulados e marotos fizeram de conta que nada de anormal aconteceu. E, pensando bem, nada

de anormal aconteceu mesmo; afinal, essa tem sido a praxe em todas as eleições. Outros passaram de soslaio para não ser percebidos, dissimulados que são, pessoas de pouca vergonha, de pouco pejo. Nem sequer um comentário fizeram, nem sequer a notícia foi dada de que os institutos caíram de forma desavergonhada. Não tiveram nem a dignidade de pedir desculpas ao povo brasileiro.

Imaginei que tivesse servido de lição, mas não serviu. Com essa gente desavergonhada, nada serve de lição. Para essas pessoas, é como se nada houvesse acontecido, como se essa prática não fosse deprimente, como se essa prática não fosse um depoimento contrário à honradez dessas pessoas.

Estamos no segundo turno, e lá vêm as pesquisas novamente, não apenas as pesquisas, mas aqueles que as divulgam.

Ontem à noite, vi os telejornalistas anunciando as pesquisas de forma pálida, lendo o texto ou o **teleprompter**, desejando até que aquilo não estivesse escrito, que os diretores, redatores e editores dos telejornais não tivessem posto aquilo para ser lido.

Senti isto como telespectador: falta de vontade para ler aquilo diante da desfaçatez do que estava escrito, pesquisa que aponta, mesmo depois do episódio já conhecido por todo o Brasil do último domingo, o do debate da Band.

Mas a pesquisa foi divulgada para não fugir à regra. E como não se trata de uma exceção, ela veio para robustecer, sedimentar, estabilizar a opinião contrária do povo brasileiro nas pesquisas. Se imaginam que aquelas pesquisas divulgadas ontem e hoje prejudicaram a candidatura Geraldo Alckmin, enganam-se! Pois pela máscara caída e já conhecida, como o resultado do primeiro turno, o povo já entendeu que elas não estão a serviço da democracia; com certeza, integram o bojo de instrumentos do desespero que já toma conta de Lula e de seus aliados, de seus asseclas. O desespero toma conta da campanha governista e agora passam a usar uma estratégia que o Lula dizia que usavam contra ele, qual seja, a disseminação do medo.

Na verdade, era medo mesmo o que inúmeros brasileiros tinham do Governo Lula – e aí já era o sétimo sentido das pessoas, daquelas mais sensíveis, a exemplo da extraordinária atriz Regina Duarte, a quem o Governo Lula fazia medo. Agora dizem que o Geraldo Alckmin vai promover recessão; vai acabar com as ações sociais, com o Bolsa-Família; vai fazer privatizações; vai demitir servidores. Quanta hipocrisia!

Nobre Senador Cristovam Buarque, sou de uma cidade do interior de Sergipe e acostumei-me com a política, com as eleições. Esse tipo de discurso profe-

rido pelo Presidente da República, candidato à reeleição, eu ouvia – com todo o respeito ao meu querido povo de Santa Rosa de Lima e de Nossa Senhora das Dores, em Sergipe – dos políticos do interior do meu Estado, como outros devem ter ouvido nas cidades do interior do Nordeste brasileiro onde nasceram e nas cidades de outras regiões deste País. E agora ouvimos essa coisa muito baixa, muito rasteira – sem querer ofender a população dos rincões deste País – de um Presidente da República, que usa um veículo de comunicação de massa, o rádio, para disseminar, fazer proliferar, o medo. Isso não vai colar. Isso não assenta. E não assenta por quê? Porque Geraldo Alckmin é a cara da estabilidade. A cara de Geraldo Alckmin é a cara da honradez, é a cara do político eficiente, honesto e sério. Geraldo Alckmin é a cara do desenvolvimentista. Portanto, não estão fazendo nada com esses instrumentos.

Partiram para as agressões, aliadas às pesquisas e à disseminação do medo. São agressões e mais agressões diariamente, além daquelas ironias pálidas do Presidente Lula no debate da Band do último domingo. O político irônico, com sabedoria, com sinceridade, com muita perspicácia, sai-se bem. Mas aquele que não sabe ser irônico sai-se muito mal. É preferível ter o meu comportamento, que não sei ser irônico.

Aliás, a minha cara já diz o que ela é. Eu não sei ser dissimulado. Se eu tiver de contestar, contestarei com todas as palavras, com toda minha veemência. E o Presidente Lula não sabe ser irônico. Que vexame! Quanta vergonha! Aquilo não é postura para um Presidente da República.

E fala de crescimento em todo pronunciamento, em todo o debate. Nunca vi, na minha vida, tanta dissimulação. “Não, porque, no meu Governo, o Brasil se desenvolveu” – palavras de Lula. Será que ele imagina que está conseguindo enganar o povo? Será que ele imagina que o povo não tem conhecimento de que, entre os países de toda a América, e não apenas na América Latina – vamos falar da América Latina, porque a América do Norte aí é que não poderíamos mesmo incluir -, o Brasil teve apenas 2,3% e este ano deve fechar com índice inferior de crescimento? Esse nosso crescimento só foi pouquinho superior ao do Haiti, aquele país miserável que vive em guerra civil. E esse homem ainda tem a coragem, a desfaçatez de ir para a tribuna, para um debate, e falar em desenvolvimento? É triste. É lamentável.

Mas quero, nesta segunda parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, povo brasileiro, dizer como gosto de ver um texto bem escrito. Não tenho essa habilidade, mas, quando vejo um texto bem escrito dos outros, dá-me vontade

de tomá-lo para mim. Não que eu tenha postura alguma de inveja ou egoísmo, sobretudo porque esses são sentimentos menores. Ao contrário, gosto de elogiar aquilo de bonito e de bem-feito dos outros.

Quero homenagear o economista e consultor de empresas José Danon, pela carta que escreveu e foi divulgada pela Internet. Como eu gostaria, Sr. Presidente, de ter escrito esta carta. Digo isso – repito – não por inveja, mas porque estou dando a ela a dimensão grandiosa que de fato tem, prestando homenagens a esse brasileiro que publicou no **Estadão**, na sexta-feira, dia 29 de setembro, uma carta para Chico Buarque.

Ontem, a Senadora Ideli Salvatti – ausente na tarde de hoje, pelo menos até o presente momento, nesta sessão – fez loas a Chico Buarque. Não respondi ontem esse aspecto do pronunciamento dela. Como eu sabia desta carta, deixei para fazer, na tarde de hoje, com esta carta, o contraponto a ela e ao Chico Buarque, pelos elogios que ela atribuiu ao Chico Buarque.

Na carta, José Danon diz exatamente o seguinte:

Chico, você foi, é e será sempre meu herói. Pelo que você foi, pelo que você é e pelo que creio que continuará sendo. Por isso mesmo, ao ver você declarar que vai votar no Lula “por falta de opção”, tomei a liberdade de lhe apresentar o que, na opinião do seu mais devoto e incondicional admirador, pode ser uma opção.

Eu também votei no Lula contra o Collor. Tanto pelo que representava o Lula como pelo que representava o Collor. Eu também acreditava no Lula. E até aprendi várias coisas com ele, como citar ditos da mãe. Minha mãe costumava lembrar a piada do bêbado que contava como se tinha machucado tanto. Cambaleante, ele explicava: “Eu vi dois touros e duas árvores, os que eram e os que não eram. Corri e subi na árvore que não era, aí veio o touro que era e me pegou”. Acho que nós votamos no Lula que não era, aí veio o Lula que era e nos pegou.

Chico, meu mestre, acho que nós, na nossa idade, fizemos a nossa parte. Se a fizemos bem-feita ou malfeita, já é uma outra história. Quando a fizemos, acreditávamos que era a correta. Mas desconfio que nossa geração não foi tão bem-sucedida, afinal. Menos em função dos valores que temos defendido e mais em razão dos resultados que temos obtido. Creio que hoje nossa principal função será a de disseminar a mensagem adequada aos jovens que vão gerenciar o mundo a partir de agora. Eles que façam mais e melhor do que fizemos, principalmente porque o que deixamos para eles não foi grande coisa. Deixamos um governo que tem o cinismo de, olímpicamente, perdoar “os companheiros que erraram” quando a corrupção é descoberta.



Desculpe, senhor, acho que não entendi. Como é mesmo? Erraram? Ora, Chico. O erro é uma falha acidental, involuntária, uma tentativa frustrada ou malsucedida de acertar. Podemos dizer que errou o Parreira na estratégia de jogo, que erramos nós ao votarmos no Lula, mas não que tenham errado os zésdirceus, os marcosvalérios, os genoínos, dudas, gushikens, waldomiros, delúbios, paloccis, okamottos, adalbertos das cuecas, lulinhas, beneditasdasilva, burattis, professoresluizinhos, silvinhos, joãopaulocunhas, berzoinis, hamiltonlacerdas, lorenzettis, bargas, expeditovelosos, vedoins, freuds e mais uma centena de exemplares dessa espécie tão abundante, desafortunadamente tão preservada do risco de extinção por seu tratador. Esses não erraram. Cometeram crimes. Não são desatentos ou equivocados. São criminosos. Não merecem carinho e consolo, merecem cadeia.

Obviamente, não perguntarei se você se lembra da ditadura militar. Mas perguntarei se você não tem uma sensação de **déjà vu** nos rompantes de nosso presidente, na prepotência dos companheiros, na irritação com a imprensa quando a notícia não é a favor. Não é exagero, pergunte ao Larry Rother do **New York Times**, que, a propósito, não havia publicado nenhuma mentira. Nem mesmo o Bush, com sua peculiar e texana soberba, tem ousado ameaçar jornalistas por publicarem o que quer que seja. Pergunte ao Michael Moore. E olhe que, no caso do Bush, fazem mais que simples e despreziosas alusões aos seus hábitos ou preferências alcoólicas no **happy hour** do expediente.

Mas devo concordar plenamente com o Lula ao menos numa questão em especial: quando acusa a elite de ameaçá-lo, ele tem razão. Explica o Aurélio Buarque de Hollanda que elite, do francês **élite**, significa “o que há de melhor em uma sociedade, minoria prestigiada, constituída pelos indivíduos mais aptos”. Poxa! Na mosca. Ele sabe que seus inimigos são as pessoas do povo mais informadas, com capacidade de análise, com condições de avaliar a eficiência e honestidade de suas ações. E não seria a primeira vez que essa mesma elite faz esse serviço. Essa elite lutou pela independência do Brasil, pela República, pelo fim da ditadura, pelas diretas-já, pela defenestração do Collor e até mesmo para tirar o Lula das grades da ditadura em 1980, onde passou 31 dias. Mas ela é a inimiga de hoje. E eu acho que é justamente aí que nós entramos.

Nós, que neste País tivemos o privilégio de aprender a ler, de comer diariamente, de ter pais dispostos a se sacrificar para que pudéssemos ser capazes de pensar com independência, como é próprio das elites – o que, a propósito, não considero uma ofensa –,

não deveríamos deixar como herança para os mais jovens presentes de grego, como Lula, Chávez, Evo Morales, Fidel – herói do Lula, que fuzila os insatisfeitos que tentam desesperadamente escapar de sua “democracia”. Nossa herança deveria ser a experiência que acumulamos como justo castigo por admitirmos passivamente ser governados pelo Lula, pelo Chávez, pelo Evo e pelo Fidel, juntamente com a sabedoria de poder fazer dessa experiência um antídoto para esse globalizado veneno. Nossa melhor herança será o sinal que deixaremos para quem vem depois, um claro sinal de que permanentemente apoiaremos a ética e a honestidade e repudiaremos o contrário disto. Da mesma forma que elegemos o bom, destruímos o ruim, mesmo que o bom e o ruim sejam representados pela mesma pessoa em tempos distintos.

Assim como o maior mal que a inflação causa é o da supressão da referência dos parâmetros no valor material das coisas, o maior mal que a impunidade causa é o da perda de referência dos parâmetros de justiça social. Aceitar passivamente a livre ação do desonesto é ser cúmplice do bandido, condenando a vítima a pagar pelo malfeito. Temos opção. A opção é destronar o ruim. Se o oposto será bom, veremos depois. Se o oposto tampouco servir, também o destruiremos. A nossa tolerância zero contra a sacanagem evitará que as passagens importantes de nossa História, nesse sanatório geral, terminem por desbotar-se na memória de nossas novas gerações.

Que belo! Vou ler esse final, vou repetir, porque ele faz menção exatamente a uma das páginas mais lindas do cancionário da música popular brasileira, cantada por Chico Buarque de Hollanda, e diz: “A nossa tolerância zero contra a sacanagem evitará que as passagens importantes de nossa História, nesse sanatório geral, terminem por desbotar-se na memória de nossas novas gerações”.

Aí sim, Chico, acho que cada paralelepípedo da velha cidade, no dia 1º de outubro, vai se arrepiar.

Seu admirador número 1,

Zé Danon

(José Danon é economista e consultor de empresas)

Não mantive contato com esse cidadão, não sei quem é, não o conheço, não tenho o seu **e-mail**, mas, se ele permitisse, bem que gostaria de subscrever também esta carta, pela beleza, pela clareza, pela eloquência, pela resposta inteligente, pela sua sagacidade, pela maneira a mais precisa, clara, cheia de luz que se poderia mostrar a um brasileiro tão importante como Chico Buarque de Hollanda, que, neste momento, vive com névoas ou com nuvens em sua mente, equivocado diante do momento histórico em que vive. E olha que não poderíamos imaginar que figura tão ilustre,

tão capaz, que deu parte da sua vida, da sua juventude, lutando contra a ditadura militar, lutando contra a hipocrisia, lutando contra todos aqueles atos e ações deprimentes para a sociedade brasileira, para a família brasileira, hoje, lamentavelmente, se encontrasse, de forma equivocada, sem opção. Mas a opção, como Zé Danon disse, de forma clara, é destronarmos o ruim. E destronar o ruim é não eleger Lula, mesmo que aquele que venha não seja o bom, o ótimo, o perfeito, mas pelo menos teremos a esperança de que estamos mudando e que, com a mudança, poderemos reconstruir a dignidade deste País.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, retornando à tribuna desta Casa, procuro aqui, mais uma vez, nestes dias que antecedem o segundo turno das eleições, trazer uma mensagem – porque sei da grande audiência da TV Senado neste País – numa forma não desesperada, mas tranqüila, parcimoniosa, respeitosa, e me comunicar com a população brasileira, para fazer-lhe ver, por meio dessa contribuição humilde, que temos um futuro a seguir, que temos uma opção a fazer, ou seja, a opção de negar esse passado esquisito, representado pelo Governo Lula da Silva, e apostar na candidatura de Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

*Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, também candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckmin.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois de um debate na TV Bandeirantes, em que ficou claro o quanto o candidato Geraldo Alckmin e a proposta do governo da coligação “Por um Brasil Decente” é melhor para o futuro do Brasil, o País está sendo tomado por boatos mentirosos que buscam prejudicar a candidatura da Oposição.

Trata-se de um verdadeiro terrorismo eleitoral, de uma tentativa desesperada de criar uma atmosfera de medo para assustar a população menos esclarecida. Os governistas, pelos quatro cantos do País

– deve-se esclarecer –, com a participação direta do Presidente Lula, com a participação também direta de muitos Ministros de Estado, que já não trabalham em seus Ministérios, já não participam da administração de seus Ministérios e se dedicam unicamente à campanha política. Nosso País está acéfalo. O Presidente faz campanha política de manhã, de tarde e de noite e sempre acompanhado de grande número de Ministros. Então, um País do tamanho do Brasil está completamente sem gerência e sem administração.

Passaram a espalhar mentiras, dizendo que, se eleito, Geraldo Alckmin vai acabar com o programa Bolsa Família, não vai dar aumento aos funcionários públicos nem conceder reajuste aos aposentados; e, principalmente, privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios.

Da boca do próprio Presidente Lula ouviram-se inverdades tais como: “Alckmin é aquele cidadão especializado em destruir em dois minutos aquilo que a gente constrói em dois séculos”; e ainda: “A intenção da Oposição é jogar um monte de dinamite no que eu realizei no meu Governo.” Vê-se que essa não é declaração de um Presidente da República, uma vez que não se pode destruir em dois minutos tão pouco que o Presidente Lula fez. Até a filósofa-mór do petismo, Prof<sup>a</sup> Marilena Chauí, declarou ontem que a vitória de Alckmin significaria a privatização do ensino.

Todos nós sabemos que a educação pública no Brasil foi feita sempre por um acordo suprapartidário. Não há nada aqui no Brasil, na área de educação – eu sei porque fui relator dos principais projetos da área – que não tenha sido feito por um grande acordo suprapartidário. E a grande novidade que surgiu em torno da relação de privatização foi feita pelo governo Lula, quando ele resolveu comprar vagas no setor privado com esse programa chamado ProUni. Isso, na realidade, é uma compra de vagas no setor privado, vagas essas compradas com dinheiro dos impostos. E nós nunca fomos contra. Na realidade, sempre fomos a favor de que o setor privado pudesse, em determinadas circunstâncias, atender a parte da clientela pública, desde que sob controle. Na época, o PT era contra isso e, quando chegou ao Governo, resolveu tornar isso uma regra. E essas vagas do ProUni serão, evidentemente, mantidas, expandidas, porque é um bom processo e não temos nada contra isso. Ao contrário, sempre fomos favoráveis a que fosse realizado. Não tem nada a ver com privatizar o ensino, essa idéia não existe, não está no programa de Governo, é mais uma mentira.

Em vez de criar um clima de terror, que precisa ser coibido, o Tribunal Superior Eleitoral deveria interferir no caso em que um presidente venha a público

dizer o que o outro vai fazer. Acho que não cabe, numa campanha eleitoral, um candidato dizer o que o outro vai fazer. Cabe ao candidato dizer o que ele vai fazer e criticar aquilo que o outro diz que vai fazer. São essas duas coisas que um candidato tem que fazer. Se eu sou candidato a Presidente da República e digo que vou fazer a, b, c; e o outro candidato diz que vai fazer c, d, e; eu posso criticar esse candidato e dizer que o que ele propõe está errado. Agora, como candidato, ficar inventando que o outro candidato vai fazer coisas que ele não disse, isso o Tribunal Superior Eleitoral não deveria permitir. Os programas eleitorais, os comícios existem para esclarecer o eleitorado, para que o eleitor possa votar com conhecimento de causa e não para confundir e eleitorado, soltando boatos. Porque isso é um boato que, se repetido, vai adquirindo fundo de verdade. Então é necessário que seja coibido que um candidato fique por aí, em comício, em reunião ou mesmo no programa eleitoral, dizendo o que o outro vai fazer sem que o outro concorde com aquilo que está sendo realizado. Ele que critique o programa do outro, mas o programa que está explicitado, e não ficar inventando, como o Presidente Lula, seus Ministros e seus coordenadores estão fazendo.

O Presidente Lula deveria transformar em atos a sua declaração de garantir a transparência na apuração das denúncias envolvendo seu Governo. Não adianta ele dizer que “não coloca nada debaixo do tapete” se, por trás dos panos, ele dificulta o acesso à origem do dinheiro sujo do dossiê fajuto, se contradiz sobre o pagamento de dívidas pessoais pelo Sr. Okamoto e, principalmente, não abre o sigilo sobre a utilização dos cartões corporativos da Presidência da República.

Isso é outra coisa. O Presidente Lula sempre diz – disse no debate, diz sempre – que, na realidade, a Polícia Federal nunca prendeu tanta gente, mas não há petista preso. Não conheço nenhuma pessoa do Governo Lula que se envolveu em irregularidades que esteja presa; só se ouve barulho, mas, em instantes, soltam-se as pessoas. Agora mesmo há uma declaração do assessor do comitê do Presidente Lula que foi preso com os dólares, em que ele diz que foi Freud quem pediu a ele para realizar aquele trabalho. Bom, ontem, por meio do seu advogado, ele desmentiu que Freud tenha feito isso; ele disse aquilo porque estava sendo muito apertado pelo delegado. Ora, depois disso, com outro delegado, ele foi chamado para, juntamente com Freud, fazer uma acareação, e ele se recusou a fazer a acareação. Nesse momento, com outro delegado, em outras condições, com toda a mídia em volta, ele poderia muito bem ter dito que não fazia a acareação porque tinha se enganado, que não teria sido o Freud quem mandou ele fazer. Mas ele não dis-

se nada, simplesmente se negou a fazer a acareação. Agora, um mês depois de tudo combinado, com todo mundo solto, todos os advogados conversando, ele vem negar que tinha dito que Freud estava envolvido na questão. Freud é um dos principais assessores do Presidente Lula.

Portanto, esse desmentido já não tem valor, porque não foi feito no momento correto.

Pelo menos, em dois pronunciamentos meus, tive a oportunidade de, desta tribuna, comentar sobre denúncias da má utilização desses cartões corporativos. O primeiro foi em 24 de novembro de 2004 e o outro foi em agosto de 2005, mas, até agora, não se tem notícia sobre o que está escondido naquele sigilo.

Depois do debate de domingo, quando o Governador Geraldo Alckmin prometeu transparência absoluta na prestação de contas dos cartões corporativos utilizados pelo Presidente da República, o assunto que ainda está sob a investigação do Tribunal de Contas da União voltou à tona, e a imprensa, ontem destacou que, só nos oito meses deste ano, as despesas da Presidência da República já alcançam quase R\$4 milhões.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR)** – Nobre Senador José Jorge, espero chamá-lo de Senador até dia 29 de outubro e, depois, de Vice-Presidente. V. Ex<sup>a</sup> aborda essa questão de mais um crime. O que nós devemos ressaltar é que, para o Governo Lula e para o PT, há o crime sem criminosos. A dificuldade do Governo de reconhecer a existência de criminosos é incrível. Não há como justificar essa dificuldade. Há a apresentação de um responsável, depois há o desmentido, o Presidente diz que não sabe. Na verdade, a cúpula do PT está definitivamente envolvida nesse escândalo, o que contamina irremediavelmente a candidatura do Presidente Lula. É uma candidatura contaminada por esse escândalo de corrupção – a história do dossiê. Quanto aos cartões corporativos, V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, é uma caixa-preta que precisa, com o novo Governo – que espero seja um Governo ético e será ético se for Geraldo Alckmin o Presidente – ser desvendada, porque o Senado Federal tem insistido e não tem conseguido as informações. O Presidente da República nega peremptoriamente fornecer informações sobre os gastos com a utilização dos cartões corporativos. Esse é um compromisso de Geraldo Alckmin e José Jorge e temos certeza absoluta de que, a partir do dia 1º de janeiro, teremos um tratamento diferenciado em relação a isso, já que os recursos são públicos e não podem, de forma algum, as informações serem sonegadas da população brasileira.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado, Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Ao ser confrontado com os fatos de que as despesas da Presidência já envolvem, só este ano, uma montanha de R\$3,6 bilhões, Lula limitou-se a reconhecer a boa iniciativa de Fernando Henrique ao criar os cartões corporativos, mas não teve a grandeza de dizer que na proposta originalmente implantada havia a garantia de transparência das despesas efetuadas. Realmente, na realidade, o cartão corporativo é positivo. Ninguém é contra o cartão corporativo. Somos contra, primeiro, a despesa excessiva com os cartões corporativos, que foi multiplicada por três do Governo anterior para este. Em segundo lugar, somos contrários a essas despesas serem secretas, que ninguém possa saber com que foi gasto esse dinheiro. Um dos primeiros atos deste Governo foi determinar o sigilo dos gastos efetuados com os cartões corporativos.

Em 2004, o Tribunal de Contas da União chegou a criticar a falta de transparência implantada por Lula. Ao examinar previamente o tema, o Tribunal constatou a utilização de “notas frias”. Uma das auditorias concluídas este ano pediu explicações sobre o gasto de R\$608 mil em um ano em bebidas e alimentos refinados.

Na sua criação, os cartões corporativos tinham por objetivo cobrir despesas urgentes e de pequena monta. A idéia dos cartões corporativos era pagar despesa pequena. Quer dizer, ao invés de o sujeito trabalhar com dinheiro, andar com dinheiro no bolso, podendo ser roubado, assaltado, a idéia era ele pagar com cartão pequenas despesas. Agora o cartão se tornou uma maneira de pagar despesas sem que se saiba em que o dinheiro foi gasto.

Esclareço para aquelas pessoas que não entendem bem e que não conhecem em detalhes a contabilidade pública que para se gastar qualquer dinheiro no setor público, no Governo, é preciso que antes haja o empenho. Então, essa despesa aparece no sistema, no Siafi. Porém, com o cartão, primeiro é feita a compra, que só aparece depois. Se não aparece, a despesa vira secreta.

Atualmente, o TCU constatou que têm sido utilizados com frequência para saques em dinheiro, sem necessidade de autorização prévia. Na verdade, o cartão corporativo jamais deveria ser para saque em dinheiro. Ele foi criado para substituir o saque em dinheiro, mas agora está sendo utilizado para sacar dinheiro em espécie.

Mas a destinação que se está dando ao cartão é um mistério para a população brasileira. O destino de 97,4% dessas despesas é guardado sob o manto de “informações protegidas por sigilo, nos termos da

legislação, para garantia da sociedade e do Estado”. O que despesa de funcionário da Presidência tem a ver com garantia da sociedade ou do Estado? Na realidade, essa é só uma maneira indireta, ou direta, de se esconder com o que se está gastando esse dinheiro.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Jorge, queremos nos congratular com V. Ex<sup>a</sup> e louvar sua liderança no Nordeste, que foi capaz de unir quatro grandes Partidos do Piauí: o PSDB, que tem como Presidente regional o ex-Prefeito Firmino Filho, o PMDB, do qual faço parte – o movimento está coordenado pelo meu filho, Francisco Júnior –, o PFL, do Senador Heráclito Fortes, de V. Ex<sup>a</sup>, nosso Vice-Presidente, e do nosso Senador Marco Maciel, de Pernambuco, que foi Vice-Presidente da República, e o PP, do Deputado Ciro Filho. V. Ex<sup>a</sup> reuniu esses grandes partidos e outros menores que nos acompanham, o que, sem dúvida nenhuma, foi um acontecimento muito importante na política do Piauí, fazendo-nos crer que haverá uma ascensão do nosso candidato Geraldo Alckmin, por se tratar não de um salto no escuro ou um salto no desconhecido. Vamos utilizar o que a democracia nos oferece, que é a alternância do poder, neste momento de escuridão, de vergonha e de corrupção por que passa nosso País. Quero dizer que, sem dúvida, esse movimento vai continuar. Assim, convido V. Ex<sup>a</sup> para estar, sexta-feira, dia 13 de outubro, no Bairro Nova Parnaíba, em Parnaíba, cidade em que nasci e que, depois da capital, é a de maior densidade eleitoral. Lá, vamos fazer um comício, uma reunião daquelas entusiasmas – um bem nunca vem só – pelas palavras que V. Ex<sup>a</sup> lá dirigiu às lideranças do Piauí. O Piauí, no passado, escreveu a mais bela página da história deste Brasil, com a expulsão, pela guerra, dos portugueses, em 13 de março de 1823. Agora, declaramos guerra ao PT, guerra à corrupção, guerra à falta de ética e de moral que existe neste País. Então, convidamos V. Ex<sup>a</sup> a nos liderar nessa guerra civilizada que a democracia nos proporciona, que é a eleição. Que esse processo se arraste por todo o Nordeste. Vamos manter a tradição do nordestino de escolher o melhor. Votar no candidato a Presidente Geraldo Alckmin não é um salto no escuro, no desconhecido. Ele representa a hierarquia do saber político. Foi ele Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito, enquanto Lula não foi nem Vereador, nem Deputado Estadual, nem Prefeito. Que sejam comparados os anos em que ambos foram Deputados Federais. Lula passou e envergonhou na Constituinte. Não fez nada, a não ser dizer umas frases repetitivas; Alckmin foi aquela figura que, sem dúvida nenhuma, além de propor muito avanço na melhoria da legislação de saúde, contribuiu para a Lei do



Consumidor. Foi um Vice-Governador extraordinário, que soube se comportar no momento mais difícil da história de São Paulo, tendo sucedido ao maior líder da história ética deste País: Mário Covas. Então, ele tem o DNA de Mário Covas. Votar no nosso candidato Geraldo Alckmin não é dar um salto no escuro, um salto no desconhecido. Convido V. Ex<sup>a</sup> para estar em Parnaíba no dia 13, onde vamos continuar aquilo que V. Ex<sup>a</sup> iniciou, unindo as forças políticas do Piauí por um País decente, com a eleição de Geraldo Alckmin para Presidente.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, assim como agradeço pelo convite. Olharei minha agenda e, se puder, estarei lá.

Eu também gostaria de dizer que, ontem, a reunião que fizemos lá foi com as mais importantes lideranças do Piauí. Foram aquelas pessoas, ex-Governadores, Senadores, Deputados, ex-Prefeitos, Prefeitos da capital e do interior, que, na verdade, construíram o Piauí. Eles construíram o que hoje é o Piauí. Foi uma bela reunião, em que demos uma grande demonstração de unidade em prol do Brasil decente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quero apenas ressaltar que o PMDB levou o seu nome mais promissor, o ex-Governador Joaquim Roriz, que, sem dúvida nenhuma, é um nome extraordinário do nosso Partido.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Exatamente, o PMDB levou o Governador e futuro Senador Joaquim Roriz e nós do PFL levamos o Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente, além de todas as mais importantes figuras da política do Piauí.

Continuo meu pronunciamento.

Segurança da sociedade e do Estado é a estrita observância dos princípios constitucionais na condução da administração pública, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Portanto, um dos princípios básicos...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Um dos princípios básicos do gasto público é exatamente a publicidade. Todo gasto público deve ser tornado público. O nome já diz: gasto público. Quer dizer, todas as pessoas devem conhecer. E este do cartão de crédito está em segredo.

Por que, no governo anterior, criador dos cartões, a exposição destas despesas não colocava em risco a segurança da sociedade e do Estado? Será que é, realmente, a sociedade e o Estado que se pretende proteger com a omissão da informação ou os gastos é que não podem ser mostrados?

O que campeia é a dúvida e as insinuações de malversação dos recursos públicos e de esbanjamento de luxo que fariam ruborizar o sofrido trabalhador brasileiro.

Ao ser ouvido pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, Augusto Carvalho, recém-eleito Deputado Federal pelo Distrito Federal, declarou:

É inaceitável que esse tipo de gasto tenha tratamento de segurança nacional. (...) Na contabilidade da União, já existe a rubrica para atender despesas de caráter reservado, que inclui parte dos gastos das Forças Armadas e do Itamaraty.

Gastos reservados devem ser feitos nessa rubrica, e não com cartão de crédito.

Em vez de apelar para a manipulação de parcelas menos esclarecidas da população, o Presidente Lula deveria abrir de fato os segredos guardados a sete chaves do seu Governo. Primeiro: o que está sendo gasto e para quem com o uso dos cartões corporativos? Segundo: de onde saiu o dinheiro que Paulo Okamoto usou para pagar sua dívida? Terceiro: quem deu R\$1,75 milhão para comprar o dossiê contra Alckmin e Serra? Essa é a pergunta mais importante, porque essa o Presidente Lula pode responder. Não é preciso que a Polícia Federal responda. Basta ele chamar seus amigos que estão envolvidos.

Hoje mesmo o **Correio Braziliense** noticiou, na primeira página, que foi o Presidente do PT, Ricardo Berzoini, que autorizou, mandou que fosse comprado esse dossiê – inclusive, conseguiu o dinheiro. Portanto, ele sabe de onde veio o dinheiro. O churrasqueiro Lorenzetti também sabe e muitos outros sabem. É só o Presidente reuni-los e dizer para a Nação brasileira. Vai ficar muito ruim se chegar o segundo turno da eleição, dia 29 de outubro, e não soubermos de onde veio esse dinheiro.

Ao concluir, gostaria de pedir ao Tribunal de Contas da União a agilidade e a publicidade da apuração das faturas dos cartões corporativos da Presidência da República.

Ao TSE, gostaria de interceder por ações efetivas no sentido de coibir o terrorismo eleitoral implantado por Lula e seu Partido, querendo, todos os dias, declarar uma coisa que o outro candidato vai fazer, quando, na realidade, cabe a ele dizer o que ele vai fazer e criticar o outro, sem dizer o que o outro vai fazer.

Não é concebível que o Presidente da República use das prerrogativas do cargo que ocupa para espalhar inverdades e fazer afirmativas sobre o que outro candidato vai fazer se ganhar a eleição. Só a Corte Eleitoral pode dar um basta nesse abuso. E espero que ela o faça.

Muito obrigado.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando do meu pronunciamento, fiz a leitura da carta do Sr. José Danon ao cantor e compositor Chico Buarque, cuja transcrição, nos Anais desta Casa, não requeri a V. Ex<sup>a</sup>, o que ora faço. Ou seja, requeiro a V. Ex<sup>a</sup> que o inteiro teor da carta seja transcrito nos Anais desta Casa.

Aproveito a oportunidade para atender a inúmeros brasileiros que entraram em contato com meu gabinete, enviando-me **e-mails** – todos sabem que nosso **e-mail**

aparece na tela da TV Senado quando fazemos o pronunciamento –, solicitando cópia dessa carta.

Aproveito a audiência da TV Senado para informar aos brasileiros que desejarem e àqueles que solicitaram que é fácil encontrá-la. Basta acessarem o **site** do **Google** e digitar “carta de José Danon a Chico Buarque”. Cliquem no primeiro resultado, façam a leitura e o bom uso dessa carta, que, tenho certeza, é extremamente prestimosa para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Do Estadão, sexta-feira, dia 29/09/06**

**Carta para o Chico Buarque**

**José Danon**

**Chico, você foi, é e será sempre meu herói. Pelo que você foi, pelo que você é e pelo que creio que continuará sendo. Por isso mesmo, ao ver você declarar que vai votar no Lula "por falta de opção", tomei a liberdade de lhe apresentar o que, na opinião do seu mais devoto e incondicional admirador, pode ser uma opção.**

**Eu também votei no Lula contra o Collor. Tanto pelo que representava o Lula como pelo que representava o Collor. Eu também acreditava no Lula. E até aprendi várias coisas com ele, como citar ditos da mãe. Minha mãe costumava lembrar a piada do bêbado que contava como se tinha machucado tanto. Cambaleante, ele explicava: "Eu vi dois touros e duas árvores, os que eram e os que não eram. Corri e subi na árvore que não era, aí veio o touro que era e me pegou." Acho que nós votamos no Lula que não era, aí veio o Lula que era e nos pegou.**

**Chico, meu mestre, acho que nós, na nossa idade, fizemos a nossa parte. Se a fizemos bem feita ou mal feita, já é uma outra história. Quando a fizemos, acreditávamos que era a correta. Mas desconfio que nossa geração não foi tão bem-sucedida, afinal. Menos em função dos valores que temos defendido e mais em razão dos resultados que temos obtido. Creio que hoje**

nossa principal função será a de disseminar a mensagem adequada aos jovens que vão gerenciar o mundo a partir de agora. Eles que façam mais e melhor do que fizemos, principalmente porque o que deixamos para eles não foi grande coisa. Deixamos um governo que tem o cinismo de olímpicamente perdoar os "companheiros que erraram" quando a corrupção é descoberta.

Desculpe, senhor, acho que não entendi. Como é, mesmo?

Erraram? Ora, Chico. O erro é uma falha acidental, involuntária, uma tentativa frustrada ou malsucedida de acertar. Podemos dizer que errou o Parreira na estratégia de jogo, que erramos nós ao votarmos no Lula, mas não que tenham errado os zésdirceus, os marcosvalérios, os genoinos, dudas, gushikens, waldomiros, delúbios, paloccis, okamottos, adalbertos das cuecas, lulinhas, beneditasdasilva, burattis, professoresluizinhos, silvinhos, joãopaulocunhas, berzoinis, hamiltonlacerdas, lorenzettis, bargas, expeditovelosos, vedoins, freuds e mais uma centena de exemplares dessa espécie tão abundante, desafortunadamente tão preservada do risco de extinção por seu tratador. Esses não erraram. Cometeram crimes. Não são desatentos ou equivocados. São criminosos. Não merecem carinho e consolo, merecem cadeia.

Obviamente, não perguntarei se você se lembra da ditadura militar. Mas perguntarei se você não tem uma sensação de déjà vu nos rompantes de nosso presidente, na prepotência dos companheiros, na irritação com a imprensa quando a notícia não é a favor. Não é exagero, pergunte ao Larry Rother do New York Times, que, a propósito, não havia publicado nenhuma mentira.

Nem mesmo o Bush, com sua peculiar e texana soberba, tem ousado ameaçar jornalistas por publicarem o que quer que seja. Pergunte ao Michael Moore. E olhe que, no caso do Bush, fazem mais que simples e despreziosas alusões aos seus hábitos ou preferências alcoólicas no happy hour do expediente.

Mas devo concordar plenamente com o Lula ao menos numa questão em especial: quando acusa a elite de ameaçá-lo, ele tem razão. Explica o Aurélio Buarque de Hollanda que elite, do francês *élite*, significa "o que há de melhor em uma sociedade, minoria prestigiada, constituída pelos indivíduos mais aptos". Poxa! Na mosca. Ele sabe que seus inimigos são as pessoas do povo mais informadas, com capacidade de análise, com condições de avaliar a eficiência e honestidade de suas ações. E não seria a primeira vez que essa mesma elite faz esse serviço. Essa elite lutou pela independência do Brasil, pela República, pelo fim da ditadura, pelas diretas-já, pela defenestração do Collor e até mesmo para tirar o Lula das grades da ditadura em 1980, onde passou 31 dias. Mas ela é a inimiga de hoje. E eu acho que é justamente aí que nós entramos.

Nós, que neste país tivemos o privilégio de aprender a ler, de comer diariamente, de ter pais dispostos a se sacrificar para que pudéssemos ser capazes de pensar com independência, como é próprio das elites - o que, a propósito, não considero uma ofensa -, não deveríamos deixar como herança para os mais jovens presentes de grego como Lula, Chávez, Evo Morales, Fidel - herói do Lula, que fuzila os insatisfeitos que



tentam desesperadamente escapar de sua "democracia". Nossa herança deveria ser a experiência que acumulamos como justo castigo por admitirmos passivamente ser governados pelo Lula, pelo Chávez, pelo Evo e pelo Fidel, juntamente com a sabedoria de poder fazer dessa experiência um antídoto para esse globalizado veneno. Nossa melhor herança será o sinal que deixaremos para quem vem depois, um claro sinal de que permanentemente apoiaremos a ética e a honestidade e repudiaremos o contrário disto. Da mesma forma que elegemos o bom, destruímos o ruim, mesmo que o bom e o ruim sejam representados pela mesma pessoa em tempos distintos. Assim como o maior mal que a inflação causa é o da supressão da referência dos parâmetros do valor material das coisas, o maior mal que a impunidade causa é o da perda de referência dos parâmetros de justiça social. Aceitar passivamente a livre ação do desonesto é ser cúmplice do bandido, condenando a vítima a pagar pelo malfeito. Temos opção. A opção é destronar o ruim. Se o oposto será bom, veremos depois. Se o oposto tampouco servir, também o destruiremos. A nossa tolerância zero contra a sacanagem evitará que as passagens importantes de nossa História, nesse sanatório geral, terminem por desbotar-se na memória de nossas novas gerações. Aí, sim, Chico, acho que cada paralelepípedo da velha cidade, no dia 1º de outubro, vai se arrepiar.

Seu admirador número 1,  
Zé Danon  
(José Danon é economista e consultor de empresas)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, a exemplo do que faz o Senador Almeida Lima, peço a V. Ex<sup>a</sup> autorizar que conste, nos Anais da Casa, editorial publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo**

sob o título “A Colheita de Erros”, que aborda a redução do plantio como sendo o preço do desleixo com que foi tratada a agricultura brasileira.

Pela importância do tema, peço a V. Ex<sup>a</sup> que permita constar dos Anais da Casa da sessão de hoje do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## A colheita de erros

**O**s erros do governo petista em relação à agricultura continuarão prejudicando o País na safra 2006-2007 de cereais, fibras e oleaginosas – soja, algodão, arroz, feijão, milho, trigo e lavouras de menor peso econômico. A primeira estimativa oficial indica o plantio de 45,2 milhões de hectares, 4,3% menor que o do ano anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Confirmado esse cálculo, a área plantada terá sido a menor desde a temporada 2002-2003, quando os agricultores semearam 43,9 milhões de hectares. A cautela dos produtores ainda reflete as perdas acumuladas em dois anos de crise de renda e de liquidez.

Na melhor hipótese indicada pela Conab, aquelas culturas produzirão 120,64 milhões de toneladas, pouco mais que na temporada anterior, quando foram colhidas 119,95 milhões. Na pior, a produção ficará em 117,74 milhões de toneladas. Não haverá problema de abastecimento e o País ainda poderá ganhar dólares com a exportação, mas o agricultor com melhor resultado apenas começará a recompor sua condição financeira. Outros precisarão de um prazo mais longo para normalizar sua vida.

“É um ano de retomada, de inflexão”, disse o ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto. “Estamos vivendo a maior crise da história e a redução do plantio não foi tão grande. No fundo, é um tremendo êxito da política do governo Lula, que evitou uma queda ainda maior”, acrescentou.

Ele pode estar certo quanto à primeira afirmação. Se tudo correr bem, a recuperação terá começado. Mas, se evitasse o resto do comentário, o ministro teria cuidado melhor de sua imagem, ainda não afetada por um deslize maior. A crise é grande, sim, e a redução só parece pequena quando se confronta o plantio com o do ano anterior. A avaliação é bem diferente quando se compara a superfície plantada com os 49,1 milhões de hectares da safra 2004-2005. São dois anos de redução e esse retrocesso não embeleza o currículo de nenhum governo. O final do co-

### Redução do plantio é preço do desleixo com que foi tratada a agricultura

mentário é quase um escárnio. Tremendo êxito? Na verdade, a redução da área plantada é uma consequência dos erros cometidos teimosamente pelo governo do presidente Lula. Não tem sentido dizer que sua política “evitou uma queda maior”. Ao contrário: foi a causa principal do retrocesso.

O governo desprezou as dificuldades vividas pelos agricultores e tratou o agronegócio como inimigo. O ex-ministro Roberto Rodrigues alertou o presidente Lula e as autoridades financeiras para os problemas causados pela seca e pelo descompasso entre a evolução dos custos e do câmbio.

Esse descompasso é especialmente danoso no caso da agricultura, por causa do tempo decorrido entre plantio e colheita. Feito o plantio, o produ-

tór fica na dependência da meteorologia, da evolução dos preços internacionais e da taxa cambial. Tudo contribuiu para reduzir sua rentabilidade ou levá-lo ao prejuízo.

Em condições normais, o agricultor já fica vulnerável às pressões do mercado na fase da colheita, quando os preços tendem a cair. Governos competentes em política agrícola intervêm nesses momentos, para dar fôlego ao produtor. A intervenção seria especialmente oportuna, nos últimos dois anos, por causa dos problemas meteorológicos e do câmbio.

No entanto, as autoridades financeiras só intervieram quando era muito tarde. Essas dificuldades foram agravadas pelos custos de transporte, piorados pelas péssimas condições das estradas. Se o governo tivesse agido na hora certa, a situação dos endividados não se teria agravado tanto e teria sido mais fácil controlar as pressões por uma nova renegociação das dívidas. E, certamente, não teria tido o resultado eleitoral que teve em todas as regiões em que está instalada a moderna agropecuária.

Tudo saiu errado. O mesmo desprezo pelo agronegócio afetou também a defesa sanitária, favorecendo o novo surto de aftosa em Mato Grosso do Sul. E o alerta para o risco da crise aviária só produziu resultado depois de muito tempo. A liberação de dinheiro para a prevenção da gripe só ocorreu na semana passada, com o novo pacote eleitoral.

Se tivesse dado a quem produz a mesma atenção dedicada aos invasores de terras, o governo estaria colhendo, neste momento, um resultado muito melhor. O País também.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB-ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por vinte minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, trato da matéria estampada hoje na primeira página do jornal **Correio Braziliense** sob o título “Berzoini mandou comprar o dossiê”.

Recentemente, em função desse desastrado dossiê orquestrado contra os candidatos José Serra e Geraldo Alckmin, acabei recomendando à direção do meu Partido que examinasse a possibilidade de representar contra o Deputado Berzoini no Conselho de Ética da Câmara depois de ele ter admitido que o que o Presidente Lula fala está falado, e ele se calaria, em função de ter sido o chefe dos tais “aloprados” na operação que se convencionou chamar de “tabajara”.

Vejo que, naquela época, eu não estava equivocado em relação ao comportamento do Deputado Berzoini e passo a não ter praticamente nenhuma dúvida após ler esta substanciosa matéria do jornal **Correio Braziliense**:

O Deputado Júlio Delgado diz que as investigações da Polícia Federal sobre o caso desmontam a hipótese de operação desastrada para virar a eleição em São Paulo.

A armação teria começado antes de agosto e contaria com o aval do então Presidente do PT. Ao ser informado do dossiê antitucano, Berzoini teria autorizado Lorenzetti a levantar o dinheiro para comprá-lo.

A origem do R\$1,7 milhão é a informação que falta para a Polícia Federal fechar o cerco aos petistas ou aos tais petistas.

O delegado Diógenes Curado, responsável pelo inquérito aberto pela Polícia Federal para investigar o caso do dossiê, já tem montada uma história com começo, meio e fim sobre o caso.

O PT” [ parte dele] procurava para jogar a máfia dos sanguessugas no colo da gestão anterior. Uma vez confirmada a informação, Expedito a teria passado a Jorge Lorenzetti, amigo pessoal, churrasqueiro preferido do Presidente da República e Chefe do Grupo de Análise de Risco da Campanha. Lorenzetti assumiu a operação do caso.

Já portando as informações sobre os elos dos sanguessugas com o PSDB, Expedito Veloso foi três

vezes a Cuiabá, no mês de agosto, negociou pessoalmente com Luiz Antonio Vedoin o conteúdo do dossiê, assim como uma entrevista dele [Vedoin] atestando a papelada a algum veículo de amplitude nacional. Lorenzetti o acompanhou em duas dessas viagens.

Animado com o que viu, Lorenzetti teria negociado o preço do dossiê (que baixou de R\$20 milhões para R\$2 milhões)”.  
 Eles faziam aquela história de mercado, de R\$20 milhões para R\$2 milhões. Enfim, não compram nada sem pechinchar. No Governo, aumentam os gastos fiscais, irresponsavelmente, no País. Na hora de comprar dossiês, eles pechincharam porque, afinal de contas, já tinham incorporado o dinheiro como deles.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, é por isso que muitos foram estimulados a oferecer dossiê nessa campanha.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É?  
**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – O que apareceu de interessado em vender dossiê nessa campanha não é brincadeira.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Esse é o lado escuso da vida pública.

Então, o preço baixou de R\$20 milhões para R\$2 milhões, “e foi informado ao então Presidente do PT, Ricardo Berzoini, que valia a pena comprá-lo”. Teria recebido desse – o cidadão Berzoini, o Deputado Berzoini – sinal verde para comprá-lo. Aí, Lorenzetti foi à luta.

Parlamentares da CPI dizem que, pelo quadro montado pela Polícia Federal, a partir do cruzamento dos vários depoimentos dados até aqui, Lorenzetti teria, autorizado por Berzoini, movimentado a máquina petista de arrecadação a fim de juntar o dinheiro necessário.

O encarregado para a tarefa foi Hamilton Lacerda. Lacerda é personagem ativo desde o início, participou de reuniões com Lorenzetti e Expedito no início de setembro e no período de negociação do dossiê. Trocou telefonemas com Berzoini com o Presidente do PT paulista e coordenador da campanha de Lula em São Paulo, Paulo Frateschi.

A parte final do acordo com Vedoin, isto é, a entrevista e a troca dos documentos pelo dinheiro, movimentou outro membro importante do comitê de Lula pela reeleição, Osvaldo Bargas, amigo de longa data do Presidente da República e coordenador de um dos capítulos do programa de Governo. Bargas foi incumbido de arranjar a publicação da entrevista em alguma das grandes revistas”.

Na segunda semana de setembro, ofereceu-a à revista **Época**. Como não obteve a confirmação de que as acusações seriam publicadas, passou a negociar com a **ISTOÉ**, que, por fim, garantiu imprimi-las o quanto antes.

Na semana seguinte, Bargas foi a Cuiabá junto com Expedito Veloso. A dupla acompanhou pessoalmente a entrevista concedida por Vedoin à revista **ISTOÉ**. Paralelamente, no circuito São Paulo/Rio/Brasília, a engrenagem entregue a Hamilton Lacerda reunia o dinheiro pedido pelo chefe da máfia. É onde a Polícia Federal encontra uma espécie de zona escura.

No fim de agosto, os policiais federais de Cuiabá começaram a desconfiar das andanças de Luiz Antonio Vedoin e de suas conversas suspeitas com personagens não identificados. Receberam autorização para grampeá-lo e descobriram a venda de provas, a data e a hora do pagamento. Abortaram a entrega de parte do dossiê prometido e trataram de prender os encarregados do pagamento efetivo, Valdreban Padilha e Gedimar Passos, ambos petistas, no dia 15 de setembro. Com eles, estavam R\$1,7 milhão em dinheiro vivo, sendo R\$1,1 milhão em reais e US\$248.8 mil.

A Polícia Federal tem informações de que Hamilton Lacerda encontrou Gedimar nos dias 12 e 13 de setembro. Pequena parte dos R\$25 mil veio embalada em cintas do Bradesco, do Safra e do BankBoston. O delegado Diógenes Curado disse à CPI que a maior parte do dinheiro era formada por notas pequenas, de R\$5,00 e R\$10,00. Nestas, havia pequenas cintas não identificadas. Algumas com os números 118 e 119. A princípio, a Polícia Federal achou tratar-se de bancos. Agora, suspeita serem bancas. Bancas do bicho, bancas de contravenção. Obviamente, do jogo do bicho. “Nós não vimos às cédulas, mas ele (Curado), contou que estavam fedendo, umas a mofo, outras pelo manuseio mesmo. Não há dúvida que era dinheiro ilícito. E que veio de várias fontes diferentes. Agora, que fontes são essas, ainda não se sabe”.

Diz o Deputado Júlio Delgado: “Que fontes são essas, ainda não se sabe. Pode ser jogo do bicho, bingo ou outras coisas piores”. Não sei o que é pior do que dinheiro que vem do jogo. Enfim, pode ser droga. O que pode ser pior?”

Quanto aos dólares, o montante equivalente a US\$109,8 mil estava ordenado pelo número de série, o que possibilitou identificá-los como parte de um lote importado de Miami, Estados Unidos, pelo banco paulista Sofisa e revendido a uma série de corretora de valores, casas de câmbio e pessoas físicas no Bra-

sil. O nome desses clientes, bem como dos clientes desses clientes que adquiriram moeda estrangeira, já está nas mãos do delegado Luiz Flávio Zampronha, encarregado de identificá-los. A parte restante dos valores, ou seja, US\$189 mil, era formada por notas soltas, que já estavam dentro do Brasil e dificilmente serão rastreadas.

No que tange aos mais de R\$1 milhão em espécie, somente uma parte teria sido sacada de bancos brasileiros, e não necessariamente às vésperas da prisão dos petistas. Para rastrear essa parte, a Polícia Federal estuda saques maiores que R\$10 mil em dinheiro vivo feitos nos últimos dois anos nos bancos Bradesco, Safra e BankBoston. Os dados já foram mandados pelas instituições. Sabe-se que há mais de duzentas mil operações dentro dos parâmetros só nas praças do Rio, São Paulo e Brasília, onde as buscas estão concentradas. O desafio é encontrar algo que os ligue a operadores do PT. Já a origem das notas miúdas e malcheirosas só virá à tona se alguém desse partido revelar.

Peço que se anexe a matéria do jornal **Correio Braziliense**, Sr. Presidente, apenas as manchetes.

E passo a tratar de um outro assunto, que tem a ver não só com a economia do meu Estado...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite-me um aparte, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – O Brasil está neste mar de corrupção. O povo precisa ver o sentido desse valor. Certa vez, fui a uma CPI, e um descarado desses do PT, ao se falar em cheque, disse que não se lembrava, porque o cheque era de R\$400 mil. Ele só se lembra de cheque acima de R\$500 mil. Essa é a organização criminosa que é o PT. O povo tem que ter noção. Atentai bem, Senador Arthur Virgílio, esse dinheiro, para o povo ter uma noção, o Brasil tem 506 anos. Vamos fazer os cálculos desde Pedro Álvares Cabral, Professor Cristovam Buarque. Um trabalhador normal, em um ano, ganha R\$4 mil. Com esse salário, em cem anos, não junta esse dinheiro. Em cem anos, ele ganha R\$400 mil; em duzentos anos, R\$800 mil; em trezentos anos, R\$1.200,00; em quatrocentos anos, R\$1.600,00.

É como se Pedro Álvares Cabral tivesse saltado aqui e trabalhado, ganhando salário mínimo. É esse dinheiro todinho. Para o PT, isso nada significa. Eles estão acostumados a assaltar o Banco Rural para comprar deputados. Mas temos que chamar a



atenção desses valores para o povo entender. É uma roubalheira grande. Para mim, o PT não é um partido, é uma organização criminosa que se associa com o poder econômico perverso e imoral dos banqueiros, levando-nos a essa derrocada. Só há uma salvação. Sou do Piauí, Arthur Virgílio. Sei que o seu Amazonas tem índios, mas machos mesmo fomos nós, que fomos para uma guerra sangrenta – 13 de março de 1823 – e expulsamos os portugueses, que eram muito melhores que o PT. A derrama de Portugal era de um quinto – a novela **O Quinto dos Infernos** –, era 20% de imposto: cinco barras de ouro, uma para Portugal; cinco bodes, um para Portugal; cinco vacas, uma para Portugal. Agora, é uma banda de impostos. E é essa camarilha aí. Como o Piauí decretou guerra contra Portugal, temos que decretar guerra contra a corrupção e contra o PT, no dia da eleição. E a salvação é o Presidente Geraldo Alckmin, para um Brasil decente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa, Parlamentar que honra, como ninguém, as tradições de dignidade e bravura do povo piauiense.

Mas, Sr. Presidente, ainda sem sair da questão nacional, porém envolvendo a economia do meu Estado, tenho aqui que o Ministro das Comunicações, nosso colega Senador Hélio Costa, fez ontem o anúncio da implantação gradual, mais longínqua do que imediata, da TV digital no Brasil. Sem dúvida, um novo avanço do Brasil na tecnologia de ponta. Sim.

Supostamente, eis o que temo: a derradeira pá de cal do Governo Lula para jogar a Zona Franca de Manaus a um risco – real – de extinção.

Pelo tom do noticiário e pelas entrelinhas, a eleição é o marco divisório do começo da TV digital e do começo do fim da Zona Franca de Manaus. É só passar a eleição e o Presidente Lula deverá editar uma medida provisória que poderá representar a degola da Zona Franca de Manaus. Com isso, meu Estado ficará por fora da TV digital, condenado a ir levando a TV analógica até o fim de seus dias, no máximo lá pelo ano 2016.

Hélio Costa afirmou – e está nos jornais – que há três lugares “com mais chances de receber uma fábrica de semicondutores:” – palavras do Ministro – “o Rio Grande do Sul, Minas e, por último, a Zona Franca de Manaus”. Repito: por último!

Aconteceu o mesmo com o *set top box*, aquela caixinha que será acoplada aos televisores analógicos para permitir a captação de sinais digitais. Há perigo de o Amazonas perder até isso. E se ganhar isso e

perder a TV digital, a produção do *set top box* significará, no máximo, um prêmio de consolação. E o pólo eletroeletrônico do Parque Industrial de Manaus se esvaziará, ele que representa 63% do faturamento e 50% dos empregos da Zona Franca.

Termino, dizendo: é só esperar o fim da eleição para se consumir grave atentado do Governo Lula contra a economia do meu Estado.

A propósito disso, tenho aqui uma prova muito evidente. Temos um Ministro tentando ser diplomático e tentando não ofender a interesses de Estado nenhum, mas me deixando muito intranquilo. Se isso acontecer, será um choque a ser recebido pelo povo do Amazonas, que deu ao Presidente Lula uma imerecida e consagradora votação no primeiro turno desta eleição presidencial.

Mas leio matéria do jornal **O Globo**, de terça-feira, dia 10 de outubro, intitulada: “Presidente mostra nervosismo e usa palavrão em evento com empresários”.

Depois, diz aqui que: “Xingamento foi excluído da degravação do discurso, no *site* do Planalto”. A matéria é assinada pela correta jornalista gaúcha Luiza Damé.

No final:

O Presidente afirmou que será criado um grupo de trabalho para discutir o desenvolvimento do Distrito Federal, [chamo muito a atenção do povo do Amazonas para isso] com a participação do governo local. Lula destacou que, durante muito tempo, Brasília dependeu do governo federal, mas agora é necessário implantar indústrias não-poluentes.

E citou a produção de semicondutores, equipamentos da TV digital. Ou seja, Brasília, que merece tudo de bom, que é a terra que nos hospeda, até ela já recebe a promessa de receber semicondutores de um presidente desesperado por obter a sua reeleição. O que significa uma clara razão, aí sim, de nervosismo legítimo por parte dos trabalhadores amazonenses que estão, sem dúvida nenhuma, até agora, muito iludidos com o jogo de cena do Presidente Lula. Mas vejo que o Presidente Lula tem a decisão de permitir que incentivos da lei de informática possam ser usados para a fabricação da TV digital. Se isso acontecer, o Amazonas não estará dentro da fabricação de TVs digitais, porque não concorrerá com Estados que dispõem de uma malha rodoviária, de uma logística de transporte melhor. Os incentivos fiscais que erigiram o poderoso Pólo Industrial de Manaus vieram precisamente, pela

lucidez de Roberto Campos e do Marechal Castello Branco, para compensar dificuldades locais do Estado do Amazonas. Então, abrir para todos significa fechar para o Amazonas, que, ao longo de décadas, tem sido o único produtor de televisões do Brasil, e deixaria de produzir televisões, justamente as digitais. E ficaria com um pólo morto, um pólo em inanição, o pólo de tevê analógica.

Vamos aguardar porque o povo aprende com seus próprios passos e até com seus próprios erros; o povo aprende também com seus próprios acertos. Vamos aguardar. Não é por falta de aviso de um Parlamentar vigilante, como me considero, em relação aos interesses do Estado que represento com muita honra nesta Casa.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar o tempo que me resta para tocar em outro assunto. O candidato Geraldo Alckmin abordou de maneira rápida a questão do avião. Não quero discutir aqui se Presidente deve ou não ter avião, quero discutir, sim, o que significa o Aerolula. O Aerolula não passa de uma limusine de luxo. Ele foi comprado por meio de mera tomada de preço, foi pago praticamente à vista, em três ou quatro parcelas, embora ninguém compre, a não ser a longo prazo, uma maquinaria desse porte, um bem semovente desse porte. Havia duas proponentes: a Lufthansa e a Airbus. A Luftansa ofereceu ao Presidente Fernando Henrique, que recusou. A Lufthansa tinha quatro aviões presidenciais depois da unificação das Alemanhas e não precisa de tudo isso. Avião do porte do "Aerolula" só quem tem é Chávez e os Emirados Árabes.

Vou descrever as características que condeno: dizia-se, à época da tomada de preço, que o avião deveria ser capaz de ir direto do Brasil à Europa, e esse não é. Houve uma viagem em que ele foi obrigado a fazer uma parada técnica em Recife – e aí inventaram uma reunião de Ministério às pressas por lá para mascarar a fragilidade do avião. Essa compra, para mim, é obscura, desconfio dela. As informações que tenho são gravíssimas.

Se o avião fizer uma perna maior para o exterior, todo mundo tem que ir para a parte de trás porque, como tem muita gasolina, para o avião levantar vôo, para imbicar, é preciso todo mundo ir para a parte de trás, inclusive o Presidente. E, aí, o avião levanta vôo, com o risco de quem carrega combustível demais. Eu digo que ele é uma limusine de luxo porque ele não pertence à Força Aérea Brasileira; ele pertence ao Gabinete da Presidência. Ele é um bibelô. Ao contrário do Air Force One, do Presidente Bush ou do Presidente Clinton, do

Presidente americano, ele não é um avião das Forças Armadas, conversível, capaz de, por exemplo, resgatar os corpos das vítimas do desastre da Gol. Ele não é um avião capaz de, se precisar, numa emergência, se tornar um hospital. Não. Ele serve apenas para passeio *vip*, para viagem *vip*. Ele só transporta passageiros, só transporta autoridades, supostamente.

A minha pergunta, então, é a de sempre: por que não encomendaram à Embraer, se queriam ter um avião? Eu sou contra comprar avião. Eu entendo que o Presidente deve sempre viajar num avião de última geração, fazendo a tomada de preços entre as empresas nacionais; vai sempre viajar num avião pertencente à Gol ou à TAM ou à Varig, aquela que oferecer melhor preço e melhor atendimento. Esse avião, daqui a pouco, vai estar velho, vão ter que fazer outra compra. Mas, digamos que tivesse que comprar um avião. Por que não negociar esse avião com a Embraer? Por que não com a Embraer? Ele que fala tanto em nacionalismo... Por que não com a Embraer?

Muito bem, Sr. Presidente, na verdade, eu considero o Aerolula não um avião mas uma farra. Tem até churrasqueira. E a primeira obra que fizeram lá dentro foi para aumentar a capacidade de uma prateleira para portar copos.

Eu quero também fazer aqui um alerta. Ainda não é uma denúncia, Senador Heráclito Fortes, ainda não é uma denúncia, mas é um alerta. E é bom porque a imprensa, alertada, quem sabe, pode cumprir a sua parte e nos ajudar nisto.

Assim como o primeiro AeroLula foi comprado às vésperas das eleições municipais, coincidentemente, às vésperas de outra eleição, comprou-se um submarino da Alemanha. Estranhamente e contrariando o discurso presidencial de proteger os estaleiros nacionais, comprou-se um submarino com padrão de casco igual ao brasileiro, quando precisaríamos de casco duplo até para podermos trabalhar a propulsão nuclear. Esse submarino não traz a figura da transferência de tecnologia portanto. Foi comprado às pressas, às vésperas de um pleito, fora, sem atender à exigência nacional dos dois cascos e, repito, às vésperas de uma eleição. Sr. Presidente, eu vou investigar isso. Vou ficar muito atento também à lista de doadores do Presidente Lula quando se abrir, enfim, quando o nome dos doadores vierem à baila.

Por hora, Sr. Presidente, encerro fazendo um apelo ao Governador do meu Estado e ao Prefeito da minha cidade, Manaus, no sentido de que ajudem a Sociedade Pestalozzi, que está fechada depois de 29

anos de atuação no ensino e na assistência a crianças de família de baixa renda portadoras de deficiência. Está fechada. Apelo para que atentem para o fato de que a Sociedade Pestalozzi tem uma dívida que considero pequena, R\$60 mil, e esse socorro do Governo do Estado, mais do que viável, junto com o da Prefeitura de Manaus, é necessário.

Li no jornal **A Crítica**, de Manaus, que a crise financeira da Sociedade Pestalozzi é antiga e vem se agravando. Mesmo assim, as aulas, dadas por professores do Estado e do Município, continuaram até setembro último. Agora, é um vazio só. A diretora da Pestalozzi, professora Sílvia Luísa Simões, ainda acredita numa ação do Poder Público. Os funcionários não recebem há três meses, e a conta de luz já acumula uma dívida de R\$9 mil. Devo dizer que lá, de uma forma gratuita, eles ensinam, Senador Tião Viana, alfabetizam portadores de Síndrome de Down.

No meu Estado, está fechando também a Associação Amazonense dos Amigos dos Autistas, que exige tão pouco para funcionar. É um pouco de falta de sensibilidade de cada um de nós porque não dá para ficar só apelando para o Poder Público. Seria fundamental que a sociedade se manifestasse, percebesse o alcance de uma entidade como essa que, enfim, dá cidadania a cidadãos que não são anormais, nem inferiores e, sim, diferentes. Hoje, está cada vez mais possível uma vida completamente normal para um portador de Síndrome de Down; está cada vez mais possível se aproveitar até profissionalmente a genialidade de certos autistas severos, aquele tipo mais grave de autista. Não me refiro ao portador da Síndrome de Asperger, que é o autista leve, que leva a vida completamente normal, ninguém percebe que ele é autista. Mas está fechada a Sociedade Pestalozzi de Manaus e vejo que é tão irrisório o que ela deve que deveriam montar uma engenharia financeira não só para tirá-la desse sufoco inicial, mas também para sustentá-la juntamente com a sociedade civil. O Governador e o Prefeito poderiam liderar uma campanha junto à sociedade civil de modo a não se permitir que entidades como a AMA, Associação dos Amigos dos Autistas do Amazonas, e a Sociedade Pestalozzi se fechem porque isso é sinal de falência social e moral de uma sociedade.

Tirar os olhos do problema do autista, do problema do portador de Síndrome de Down, dos deficientes mentais e de tantos outros que são diferentes e são cidadãos por outro lado, é sinal de crise moral. Temos que olhar para isso com atenção. Não posso

me conformar com o fechamento da Sociedade Pestalozzi e da AMA.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Meu caro amigo, Senador Arthur Virgílio, me sensibiliza muito esta parte do debate de V. Ex<sup>a</sup> – das minorias e dos setores esquecidos pela sociedade. Hoje temos um conjunto de doenças chamadas doenças órfãs – são exatamente aquelas doenças que não fazem parte do mercado, não fazem parte do interesse comercial e atingem milhões de pessoas no planeta. No caso de uma organização não-governamental, como V. Ex<sup>a</sup> ilustra, trago uma situação que vivi há dois meses. Um padre de descendência alemã que há 40 anos atua na Amazônia ocidental, nas comunidades mais isoladas, falava-me da sua angústia porque ele criou um grupo de cuidadores dos portadores de doença mental na sua cidade, um grupo de jovens voluntários que cuidam de 250 portadores de doença mental. Ele queria apenas um apoio da ordem de R\$30 mil de algum órgão governamental para dar conta do cuidado anual de 250 portadores de doença mental. São medidas dessa natureza que nos mostram ser possível governar às vezes com alto impacto e baixo custo. V. Ex<sup>a</sup> pondera uma questão que deve atingir e contaminar positivamente toda autoridade que tenha poder de prestar homenagem e apoio a organizações institucionais como essas para que este País seja mais justo e aplique melhor os recursos públicos. A minha solidariedade é imediata. Sem dúvida alguma, se eu puder estar ao seu lado, ficarei, porque sei que é uma causa de vida sua, como é minha, esse tipo de sensibilidade. Lembro do debate de V. Ex<sup>a</sup> a respeito das células-tronco, o qual mostrou o nível de sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> com matérias dessa natureza.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, a Associação de Amigos do Autista, a AMA, tem lá praticamente todos eles em nível severo. Um deles, o Vladimir, é capaz de dizer o dia da semana que cai o seu aniversário se você lhe disser o dia do seu aniversário, pedindo para ele dizer em que dia da semana cai daqui a três anos. Ele diz na hora. Quer dizer, é um gênio na verdade.

Há um outro menino que decorou todas as linhas de ônibus de Manaus. Se você perguntar: como faço para ir do bairro tal ao bairro qual, ele dá as dez, ou doze, ou quinze, ou cinco linhas que podem servir aquele bairro.

Existe um outro que é um gênio no computador. Ele podia muito bem ser aproveitado.

Existe outro que é desenhista, o filho do casal que toma conta da AMA, a Professora Telma Viga e seu esposo, Edimando. O Edinho é um pintor e é autista severo.

Podia dar o exemplo dessa menina que trabalha na novela das oito, da TV Globo. É portadora da Síndrome de Down. Perguntaram para ela como estava se sentindo trabalhando no *cast* da Globo. Ela disse que se sentiu uma estrela, com enorme humor, com enorme inteligência.

Há um menino – este tem 20 anos de idade, algo assim – que é campeão de judô. Sabemos que a síndrome de Down tira um pouco da tonicidade muscular, eles ficam com a tonicidade muscular menor. Ele é o Breno. Mas o Breno não é campeão só disputando com portadores outros de síndrome de Down. Ele luta também de igual para igual, com pessoas do peso dele, que não são portadores de síndrome de Down, muitas vezes perdendo, muitas vezes ganhando.

Certa vez ele disputou numa cidade brasileira um campeonato de judô. Quando ele viu que o campeonato só tinha o pódio para ele, que foi o campeão, ele não subiu no pódio enquanto não fizeram um com três lances, que era o dele, um com dois lances para o vice-campeão e um com um lance só para o medalha de bronze, o terceiro colocado. Perguntaram para ele por que ele tinha feito aquilo. Ele, com muito bom humor, disse apenas que tinha pena dos outros, porque ele não queria atingir a auto-estima dos outros companheiros que perderam dele. Perguntaram para ele o que faria naquela noite. Ele disse que ia para a vila olímpica ou para o alojamento em que estava e que, depois, sairia com a turma, pois havia treinado muito e estava louco para ir a uma boate e namorar um pouco.

Quer dizer, uma pessoa completamente normal. Não existe essa história de dizer “eu sou normal, ele não é”. Ele é diferente. Quanto mais pudermos trabalhar para ter uma sociedade em que não tenhamos que dizer “infelizmente ele é diferente”, percebemos que o Breno é um campeão, um sujeito que merece ser apoiado pelos governos, merece ser patrocinado, assim como a menininha da novela é uma estrela mesma, assim como são geniais alguns autistas.

Entendo que é tão pouco o que precisa para se manter funcionando uma engrenagem como essa, e elas são tão insuficientes ainda.

A AMA não funciona dando assistência todos os dias. Lá, essa moça, Telma Viga, que é uma heroína, recebeu um menino que ninguém queria receber em Manaus. O menino é, ao mesmo tempo, Senador Tião Viana, cego, surdo, mudo, epilético e autista. Parece

que o destino o sorteou para fazê-lo passar uma provação. Ele está lá. Esse menino tem que fazer ginástica, ele tem que cansar saudavelmente, tem que fazer hidroginástica. Como ele só podia ir – não sei nem como está agora – duas vezes por semana, esse menino fica em casa com sua hiperatividade exacerbada e fica malvisto pelos vizinhos. A família dele é uma família da Paraíba muito pobre que passou a morar no meu Estado.

Creio que o apelo que faço ao Governador do meu Estado e ao Prefeito da minha cidade deve ser um apelo feito a todos os Governadores, a todos os Prefeitos e a todos os Presidentes da República. Temos que ampliar a assistência a essas pessoas...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... e não viver uma cena deplorável de instituições desse porte serem fechadas por falta de R\$60 mil, R\$9 mil ou de R\$30 mil. V. Ex<sup>a</sup> acabou de demonstrar que com pouco se pode fazer tanto. Fico muito feliz com seu aparte e agradeço, portanto, Sr. Presidente, pela tolerância.

Pude abordar aqui uma variedade de temas, na verdade, dois: a questão nacional e, num dos itens envolvendo a economia do meu Estado, o risco que corre a Zona Franca de Manaus com a não-instalação da TV digital lá e essa questão que me toca muito de perto, que é o fechamento lamentável da Sociedade Pestalozzi do Estado do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> pediu para constar nos Anais da Casa algumas manchetes de jornais. A Mesa aguarda o recebimento das matérias.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – E peço também, Sr. Presidente, que conste essa matéria em que o Presidente Lula fala da distribuição da oportunidade de fábrica de semi-condutores também aqui para o Distrito Federal, o que me parece que foi sincero da parte dele. Mas, de qualquer maneira, está nítido que a intenção não é deixar no meu Estado. E aí vai fazendo média com todo mundo enquanto a eleição não chega.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



O GLOBO

2006  
Eleições

Terça-feira, 10 de outubro de 2006

# Presidente mostra nervosismo e usa palavrão em evento com empresários

Xingamento foi excluído da degravação do discurso, no site do Planalto

Luiza Damé

• BRASÍLIA. Depois de participar de um ato de campanha com evangélicos, ontem à tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva seguiu para o Palácio do Planalto, onde se encontrou com empresários do Distrito Federal e manteve um tom nervoso em seu discurso. Lula deixou escapar um palavrão ao conclamar os empresários, que apresentaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do DF, a criar mais cooperativas de crédito.

— Vamos aumentar a cooperativa para fazer crédito mais barato para esse pessoal, porra! — afirmou Lula no fim de seu discurso, mostrando-se ainda bastante agitado.

A palavra foi excluída da degravação do discurso do presidente, na página oficial do Planalto, na internet.

## Imprensa acompanha a audiência com empresários

Embora a atividade fosse de presidente, a imprensa pôde acompanhar a audiência com 20 empresários do Distrito Federal, no terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete de Lula. Normalmente, essas audiências são fechadas. O encontro durou cerca de 20 minutos e foi aberto com

uma apresentação do presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Antônio Rocha.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao iniciar o seu pronunciamento, disse ter lido rapidamente o documento apresentado pela Fibra. Mesmo assim, sugeriu a organização de uma agenda de trabalho da Fibra e do governo com a participação também de empresários do entorno do Distrito Federal, área que inclui municípios de Goiás e Minas Gerais. Um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O presidente afirmou que será criado um grupo de trabalho para discutir o desenvolvimento do Distrito Federal, com a participação do governo local. Lula destacou que, durante muito tempo, Brasília dependeu do governo federal, mas agora é necessário implantar indústrias não-poluentes. E citou a produção de semicondutores, equipamentos da TV digital. ■

QUARTA-FEIRA

Brasília, Distrito Federal,  
11 de outubro de 2006  
www.correioweb.com.br

# CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Número 15.851  
R\$ 2,00 • 68 páginas

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

## DEZ ANOS SEM RENATO RUSSO

Uma década depois de sua morte, Renato Russo continua no topo do rock nacional. Nenhum outro artista pop brasileiro vendeu tantos discos quanto a Legião Urbana na última década: quase dez milhões de cópias desde 1996. A força atemporal do discurso ético do cantor é um dos motivos do fenômeno. Conheça também os lugares mais marcantes na história de Renato Russo com Brasília, a cidade onde ele moldou a identidade roqueira.

CADERNO 6, CAPA, PÁGINAS 4 E 5

Arte: Fernando Lopes

# CPI: BERZOINI MANDOU COMPRAR O DOSSIÊ

Integrante da CPI dos Sanguessugas, o deputado Júlio Delgado diz que as investigações da Polícia Federal sobre o caso desmontam a hipótese de operação desastrada para virar a eleição em São Paulo. Armação teria começado antes de agosto e contaria com aval do então presidente do PT. Ao ser informado do dossiê antitucano, Berzoini teria autorizado Lorenzetti a levantar o dinheiro para comprá-lo. A origem dos R\$ 1,7 milhão é a informação que falta para a PF fechar o cerco aos petistas.

TEMA DO DIA, PÁGINAS 2 E 3

# PL FECHA CERCO A BERZOINI

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO  
DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, Lula diz que vai ganhar a eleição. Duvido. Mas se ganhar, será difícil apontar essa suposta vitória com o mesmo argumento de sempre, de que decisão do povo é soberana.

É soberana, sim. E assim seria se o Brasil existisse vivendo uma fase normal. Não, não está. A fase do Brasil da era Lula é de completa anormalidade. Fase nazista, como bem definiu o Deputado e Vice-Governador eleito de São Paulo, Alberto Goldman.

Formalmente, denuncio: o Brasil vive sob o signo petista da mentira, do terror, do medo, que o Sistema Petista de São Paulo propaga com o uso da máquina pública, do dinheiro público.

O Sistema Petista de São Paulo é uma incrível versão lulista do Ministério da Propaganda Nazista, que, durante o regime de Hitler na Alemanha, era conduzido por Joseph Goebbels. Era a época da 2ª. Grande Guerra Mundial.

A Alemanha de Hitler queria dominar o mundo por anos e anos a fio. Lula quer implantar o SPSP no Brasil por 30, 40 anos. Goebbels estava certo de que qualquer mentira repetida à exaustão acaba se tornando verdade. O Sistema Petista de Lula segue o mesmo caminho. E mentem de Norte a Sul do Brasil.

Como agem os agentes do Sistema Petista de São Paulo? Primeiro, cadastram famílias pobres que recebem o Bolsa-Família e, atrás vão os agentes petistas, espalhando brasas em forma de mentiras. Brasa quente para minar a alma do ordeiro povo brasileiro.

Dizem mais ou menos isso: Se Alckmin ganhar a eleição, vai acabar o Bolsa-Família, vai acabar a energia elétrica, vão ser privatizados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Petrobras.

Mais atrás um pouco, lá vem um Ministro, o Paulo Bernardo, do Planejamento, e anuncia: a CPMF vai se tornar permanente. Tradução: o Sistema Petista vai manter a pesada carga tributária que sacrifica o povo brasileiro.

Por último, nessa fila, aparece o Presidente Lula, como se tivesse um realejo nas mãos e sai por aí realejando, fazendo a única coisa que ele sabe: pilhérias, gracinhas sem graça. Foi o que ele fez ontem, ao dizer: “Faltam 20 dias para a oncinha beber água”.

Isso é linguajar de um Presidente da República?

Quem é Oncinha? Pelo jeito, o que Lula quer mesmo é bancar o Amigo da Onça dos brasileiros. Quem é Oncinha, Presidente? E que água é essa?

Agora, pois, a Nação fica sabendo que, se por acaso der o desastre no domingo 29, o número de Ministérios de Lula vai aumentar. Ele vai criar o Ministério da Propaganda, com retrato de Goebbels na parede.

Depois, é só prosseguir na mentira, já então institucionalizada, a partir do Palácio do Planalto.

Não se trata de previsão vazia, como são as mentiras do Sistema Petista. São deduções claras, à luz claríssima de tudo que vem ocorrendo no Brasil.

Vamos falar às claras: Lula vai fazer de tudo para se sustentar no Poder. Se preciso for e as mentiras se mostrarem insuficientes, não se duvide: ele venderá a própria alma!

Por enquanto, ele se vale das mentiras. Como essas que o Sistema Petista anda espalhando sobre privatização. E bem a propósito de privatização, alguém observou ontem que Antonio Palocci, (aquele do caseiro) foi Prefeito de Ribeirão Preto e privatizou a Companhia Telefônica da região. Ele deu o começo e a privatização se completou no mandato de seu sucessor na Prefeitura de Ribeirão.

Lula e os petistas estão mesmo é apavorados. Sabem que a vitória de Alckmin vai significar o retorno do Brasil à decência, sem vez para manobras petistas de aproveitamento.

E como eles aproveitam! É só ler o noticiário, como este de ontem:

Saques em dinheiro vivo no governo.

Tribunal de Contas da União investiga uso de cartões corporativos para retiradas em espécie por funcionários da Presidência da República.

O que é Cartão Corporativo? É um cartão de crédito criado corretamente no Governo passado, para facilitar as compras de itens urgentes.

É, não! Era! A partir do Governo Lula, cartão corporativo de crédito virou sinônimo de farra com dinheiro do povo.

Quem diz isso não é a oposição. É o Tribunal de Contas da União.

Leio o noticiário:

(...está no gabinete do ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, um pedido de devassa em todas as prestações de contas com cartões de crédito corporativos de funcionários do Governo Federal...)

E mais:

(...O que o tribunal vai decidir, em suma, é a quebra do sigilo dos cartões de crédito corporativos utilizados por funcionários do Palácio do Planalto para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto – onde o presidente Lula reside com sua família – e dos ministros que assessoram diretamente o presidente...)

Mais TCU:

(...Até a última quinta-feira 18, as faturas dos cartões corporativos do governo federal somavam exatos R\$10.268.310,98, segundo dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro da Administração Federal (Siafi). Do total, R\$5.670.849,53 referem-se a despesas do gabinete do presidente...)

Afirma ainda o noticiário da revista **ISTOÉ** Dinheiro (reportagem do jornalista Hugo Studart):

(...O que mais inquieta os ministros do TCU, no entanto, é o volume de saques em dinheiro vivo feito por funcionários do Planalto através dos cartões corporativos. Entre janeiro e agosto de 2004, de um total de R\$3,2 milhões em faturas, esses funcionários sacaram R\$2,2 milhões em espécie – o outro R\$1 milhão foi usado para pagamento de despesas, aquela que deveria ser a função primordial dos cartões...)

Aí está: dinheiro vivo, tinindo...

Quem paga a farra dos cartões corporativos é o trabalhador brasileiro.

(... os saques em dinheiro vivo representaram, em média, dois terços das faturas dos cartões do Governo Lula...)

A farra parece não ter fim. E não se trata de previsão sem fundamento. Em tudo por tudo, a era Lula é nociva. Só beneficia os petistas incompetentes que ocupam cargos comissionados no Governo e não trabalham.

Não se trata de previsão. Baseio-me em análises sérias. Esta manhã, por exemplo, mudando de política para o esporte, recebi uma boa análise de um jornalista esportivo de 84 anos, portanto com larga experiência na área. Seu nome é Evandro Guerreiro.

Esse correto jornalista fez um levantamento e concluiu que Lula é um tremendo azarão no esporte. E menciona:

– O Brasil foi desclassificado na Copa do Mundo da Alemanha;

– O cavalo do campeão Pessoa quebrou a perna e está definitivamente inutilizado para competições;

– A Seleção Brasileira de Basquete feminino era favorita e ficou em quarto lugar;

– Guga ameaça deixar o tênis;

– Os dois Ronaldos estão com desempenho pífios;

– Como ficará o Pan-Americano do Rio, no ano que vem, se o azarão Lula ganhar a eleição?

Todas essas são conclusões do jornalista Evandro Guerreiro.

A elas, acrescento: e o pé frio de Lula contra o Corinthians, ameaçado de rebaixamento?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Senhor Presidente, Senhoras e  
Senhores Senadores,

**Saques em dinheiro  
vivo no governo**

**Tribunal de Contas da União investiga  
uso de cartões corporativos para  
retiradas em espécie por funcionários  
da Presidência da República**

POR HUGO STUAR:

Chegou na terça-feira 16 ao gabinete do ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, um pedido de devassa em todas as prestações de contas com cartões de crédito corporativos de funcionários do Governo Federal. Protocolada a 14 de julho no TCU, onde recebeu o número 011.825/2005, a requisição ganhou condição de processo oficial. Aguiar deve emitir um parecer e, nos próximos dias, o pedido deve ser votado pelo conjunto dos sete ministros do TCU. O que o tribunal vai decidir, em suma, é a quebra do sigilo dos cartões de crédito corporativos utilizados por funcionários do Palácio do Planalto para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto – onde o presidente Lula reside com sua família – e dos ministros que assessoram diretamente o presidente. De acordo com a documentação sigilosa que dá lastro ao processo, à qual DINHEIRO teve acesso com exclusividade, o Palácio do Planalto pagou, entre janeiro e agosto do ano passado, R\$ 5,5 milhões em despesas com cartões de crédito. Os gastos com cartão neste ano aumentaram. Até a última quinta-feira 18, as faturas dos cartões corporativos do governo federal somavam exatos R\$

10.268.310,98, segundo dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro da Administração Federal (Siafi). Do total, R\$ 5.670.849,53 referem-se a despesas do gabinete do presidente. O que mais inquieta os ministros do TCU, no entanto, é o volume de saques em dinheiro vivo feito por funcionários do Planalto através dos cartões corporativos. Entre janeiro e agosto de 2004, de um total de R\$ 3,2 milhões em faturas, esses funcionários sacaram R\$ 2,2 milhões em espécie – o outro R\$ 1 milhão foi usado para pagamento de despesas, aquela que deveria ser a função primordial dos cartões. Este ano, a prática continua disseminada, mantendo a proporção. Dados do Siafi mostram que, dos R\$ 10,2 milhões movimentados até a última quinta-feira, R\$ 6,8 milhões foram retirados em dinheiro vivo. O valor dos pagamentos efetuados diretamente com cartões é a metade, R\$ 3,4 milhões. Ou seja, os saques em dinheiro vivo representaram, em média, dois terços das faturas dos cartões.

Roberto Castro

**Saques em alta:** Dados do Siafi apontam que, até a quinta 18, o movimento com cartões do Governo somavam R\$ 10,2 milhões em 2005 - os saques, de R\$ 6,8 milhões representam dois terços do total

A descoberta, pelo TCU, de que em vez de quitar as despesas do gabinete presidencial com o cartão de crédito, os assessores do presidente Lula mantêm o procedimento de sacar dinheiro vivo ocorre no momento em que o Congresso investiga movimentações em cash por políticos e partidos. "Os cartões corporativos foram adotados justamente para aumentar o controle e a transparência", lembra o procurador Marinus DeVries Marsico, representante do Ministério Público no TCU e autor do pedido de quebra de sigilo dos cartões do Planalto. "Esses saques são exagerados, são cheques em branco, um artifício que desvirtua o uso dos cartões". O relator do processo, Ubiratan Aguiar, também se mostra

impressionado: "O tema é tão relevante que merece máxima celeridade", promete. "As explicações do governo não são suficientes, os procedimentos adotados não são adequados e a possibilidade de irregularidade é real", diz o ministro Marcos Vilaça, autor de acórdão sobre o tema publicado pelo TCU na virada do ano. Desde que Lula tomou posse, as faturas do governo com cartões corporativos, sem prestação de contas ao TCU, já somaram R\$ 18,7 milhões.

Para ajudar os ministros a decidir a quebra do sigilo dos cartões do Planalto, o auditores do tribunal elaboraram uma relação de todos os funcionários que receberam cartões corporativos. O presidente Lula não tem cartão, nem a primeira-dama Marisa Letícia, nem qualquer ministro ou autoridade conhecida. Somente um grupo de funcionários de carreira, que trabalham como assessores diretos no governo, ganhou cartão. No primeiro ano do governo Lula, 53 servidores do Planalto portavam cartões. A partir de 2004, o número foi reduzido para 48. Chamados de "ecônomos", eles têm por tarefa tanto fazer as pequenas compras de lanches e papelaria do Planalto, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto, como acompanhar o presidente em suas

viagens, pagando as despesas com hotel, alimentação e transporte da comitiva. Os auditores também produziram um documento com a relação de cada um desses ecônomos, nome, CPF, a unidade da Presidência em que servem – e o volume de saques em dinheiro vivo de cada um, assim como os gastos pagos com cartão. Feito por amostragem e com base em dados do Siafi, o levantamento cobre o período entre janeiro e agosto de 2004. Nele, alguns servidores, principalmente os lotados junto à Presidência, destacam-se pelo volume de gastos e saques.

De acordo com o documento, o funcionário Clever Pereira Fialho, CPF 265.787.941-53, lotado junto ao presidente, é o campeão absoluto dos gastos. Suas faturas no período somaram mais de R\$ 1 milhão – sendo que os saques em dinheiro vivo foram de R\$ 226,9 mil. DINHEIRO apurou que Clever é hoje o ecônomo titular do presidente. Lula também trabalha em revezamento com outros oito ecônomos, como Anderson Pereira de Aguiar (saques de R\$ 239,3 mil), José Roberto Possa (saques de R\$ 205,9 mil) e Ademar Paoliello Freire (saques de R\$ 199,1 mil). No total, os nove ecônomos de Lula sacaram no período R\$ 1,510

**Primeira-dama:** Maria Emília Évora cuida das despesas de Dona Marisa. Suas faturas foram de R\$ 441 mil entre janeiro e agosto de 2004 – R\$ 198 mil sacados em dinheiro

milhão – uma média de R\$ 189 mil mensais. Outro nome que chamou a atenção dos auditores é o de Maria Emília Matheus Évora, CPF 389.868.251-04. Nos oito meses examinados pelo TCU, ela movimentou com o cartão R\$ 441,5 mil – os saques em dinheiro foram de R\$ 198,1 mil, numa média de R\$ 24,8 mil mensais. DINHEIRO apurou junto a duas pessoas com assento no Planalto que Maria Emília, titular da equipe precursora que cuida das viagens do presidente, é a ecônoma destacada para cobrir as despesas da primeira-dama. A mulher do presidente está sempre acompanhada de sargentas do Exército – e são as sargentas que acertam suas contas com Maria Emília. Na semana passada, dois colunistas – Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, e Giba Um, que mantém um site na internet – publicaram simultaneamente a informação de que Marisa Letícia costuma pagar com cartões de crédito corporativos suas visitas ao cabeleireiro Wanderley Nunes, que atende em um mega-salão no Shopping Iguatemi, em São Paulo. O Planalto desmentiu. Wanderley também. Ele disse que, desde a campanha eleitoral, corta o cabelo de Marisa de graça. “Nunca cobrei dela, porque acima de tudo é minha amiga”, assegurou ele – tempos atrás, o mesmo cabelereiro chegou a declarar que a primeira-dama fazia questão de pagar os cortes à vista. Ato contínuo à publicação das notas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou requerimento do PSDB ao Planalto pedindo explicações sobre os gastos com cartões corporativos. No início da tarde de quarta-feira 17, os documentos do TCU obtidos pela DINHEIRO foram enviados por fax para Secretaria de Imprensa da Presidência da República, que os encaminhou para a assessoria da ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Até a tarde de sexta-feira 19, o Planalto não havia se manifestado sobre o assunto. Procurada por DINHEIRO, Maria Emília disse que não poderia dar entrevistas e que qualquer informação deveria ser prestada pela Secretaria de Imprensa da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, do PT do Acre, que dispõe de até 20 minutos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a inserção, nos Anais desta Casa, de uma manifestação em um artigo do Ziraldo, grande figura nacional conhecida, dizendo o seguinte: “Ziraldo manda um recado aos mineiros: ‘Vou votar no Lula’”. Uma declaração de Ziraldo, que se tem somado a outros nomes da cultura brasileira, das artes brasileiras, como Chico Buarque, Ariano Suassuna e Oscar Niemeyer, mais recentemente.

Esse do Ziraldo é um artigo que julgo relevante, principalmente pela grandeza com que ele se desprende, não protegendo os erros alheios, quando faz duras e justas críticas aos erros do meu Partido, o PT, quando faz duras e justas críticas aos Partidos outros que participam da vida nacional hoje. Então, é um artigo que acho justo que fique nos Anais da Casa e que seja do conhecimento daqueles que pesquisam o cotidiano da vida política brasileira.

Outro ponto que julgo relevante trazer para eleitores que não têm acesso a grandes jornais brasileiros é da insuspeita **Folha de S. Paulo** de hoje, intitulado “Lula amplia para 11 pontos a vantagem sobre Alckmin”. Aí faz uma análise detalhada da pesquisa, dizendo o seguinte: “Após debate, tucano sofre perdas em vários segmentos e nas regiões Sul e Nordeste”. E desenvolve:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou de 7 para 11 pontos a vantagem sobre o seu adversário, Geraldo Alckmin, no segundo turno da eleição presidencial, revela pesquisa Datafolha realizada ontem em todo o País.

Nesse levantamento, o primeiro após o debate na TV Bandeirantes no domingo e o segundo realizado na reta final da eleição, Lula oscilou de 50% para 51%, considerando o total de votos declarados pelos eleitores. Alckmin caiu três pontos, de 43% para 40%.

Considerando os votos válidos, Lula oscilou de 54% para 56% e Alckmin, de 46% para 44% – ambos dentro da margem de erro da pesquisa, que é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Nos votos válidos, portanto, a diferença entre os dois adversários aumentou quatro pontos. Subiu de oito no último dia 6 de outubro para 12 agora. Vencerá a eleição no pró-

ximo dia 29 quem conseguir mais de 50% dos votos válidos.

A pesquisa revelou ainda que Lula e Alckmin tiveram desempenho semelhante no debate de domingo. Para 43% dos que viram o debate, o tucano venceu. Lula foi o melhor para 41%. Mas Alckmin perdeu mais pontos nos segmentos que deram mais audiência e repercussão ao evento.

O levantamento captou uma diminuição das intenções de voto em Alckmin em vários segmentos importantes do eleitorado e nas regiões Sul (onde o tucano ainda vence por larga margem) e no Nordeste (onde Lula já liderava).

Na região Sul, a única onde o tucano está à frente de Lula, Alckmin perdeu três pontos e Lula ganhou cinco. No Nordeste, o petista ganhou mais quatro pontos, enquanto Alckmin perdeu também quatro.

O tucano também perdeu oito pontos entre os eleitores com idade entre 25 e 34 anos (cerca de 24% do eleitorado), enquanto Lula ganhou cinco.

O ex-Governador de São Paulo acumulou ainda perdas entre os eleitores mais escolarizados e de maior renda, justamente os segmentos onde a audiência e o acesso às repercussões do debate foram maiores, segundo o levantamento.

Diz mais a **Folha de S. Paulo**:

Os eleitores que ganham mais de dois salários mínimos, no Brasil, representam 52% do total do eleitorado. Segundo a pesquisa, Lula ganhou e Alckmin perdeu pontos em todas as faixas de renda familiar mensal acima de dois mínimos.

Entre os eleitores que recebem entre 5 e 10 salários mínimos, por exemplo, Lula cresceu de 41% para 45% (mais quatro pontos), enquanto Alckmin caiu de 51% para 48% (menos três pontos).

Já entre os com ensino médio (cerca de 39% do eleitorado), Lula ganhou quatro pontos e Alckmin perdeu cinco. Entre os com ensino superior, o petista oscilou positivamente dois. O tucano perdeu três.

A pesquisa revelou também que 89% dos eleitores de Lula souberam dizer corretamente o número que devem digitar no dia 29. Entre os eleitores de Alckmin, 79% responderam corretamente qual é o número do candidato do PSDB a ser digitado na urna.



Outro dado interessante da pesquisa, caro Presidente, é o seguinte:

Grau de decisão do voto. Eleitores de Lula: 8% podem mudar o voto, 91% estão com o voto completamente decidido. Dos eleitores de Alckmin, 10% podem mudar o voto e 89% estão com o voto completamente decidido.

É um dado muito interessante para o momento político que vivemos, de grandes e apaixonados debates, um momento duro da eleição, porque ninguém gosta de ataques, ninguém se alimenta de ataques ao adversário. Penso na grande política, no grande debate nacional, mas, às vezes, é inevitável que tenhamos esses momentos. Faz parte do cotidiano da política, é inseparável a denúncia, o debate, a fiscalização, o confronto de idéias e as divergências entre as partes.

Tenho absoluto convencimento de que o Presidente Lula responde à altura aos desafios que o Brasil enfrenta hoje, que ele, pela aprovação que tem no seu Governo, corresponde à expectativa da Nação, aos desafios que o Brasil tem pela frente.

Entendo que a campanha pode tomar um rumo de um confronto muito mais pelo conteúdo, onde os assuntos de interesse nacional sejam colocados à mesa no próximo debate, onde se desafia o conteúdo de cada candidato, onde haja compromisso efetivo com os erros que ocorreram ao longo dos anos de gestão, tanto do PT como do PSDB, na vida pública brasileira. E possamos, com esses compromissos, diminuir os erros que temos visto entre petistas e tucanos que governaram o Brasil e assumir um compromisso de acelerar os acertos perante a sociedade brasileira.

Acho que esse deve ser o caminho natural do debate político daqui para frente. Entendo que assim ganha o povo brasileiro, que não quer eleição baseada em ofensas, baseada em ganância de querer convencer a partir do denunciamento, da desagregação da moral de quem quer que seja. Eu entendo a pesquisa como um sinal deste momento eleitoral que vivemos.

Com muita alegria, ouço o aparte do meu amigo combativo e grande defensor do projeto da candidatura Geraldo Alckmin, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Tião Viana, primeiro, quero parabenizá-lo pelo seu passaporte garantido para mais uma temporada de oito anos nesta Casa, garantia que teremos o prazer de discussões muito democráticas. E que V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, será um lorde na condição de Senador de Oposição aqui nesta Casa. Teremos um diálogo aberto, com certeza. Isso não me preocupa muito. Como também não me preocupa o resultado dessa pesquisa. Aliás, ela é altamente positiva para Geraldo Alckmin. Porque Geraldo Alckmin está disputando com um homem que

preside o Brasil, que tem uma mídia natural e que já vem de sete eleições. Aliás, Senador Tião Viana, se o brasileiro que se dispuser a disputar um mandato majoritário for escravo das pesquisas está morto, porque sabe muito bem V. Ex<sup>a</sup> o quanto as pesquisas erraram pelo Brasil afora; o prejuízo e as decepções causadas pelos institutos de pesquisa. Mas ela retrata um momento. E, para nós, ela é pedagógica. O PT, no dia de ontem, colocou um sapato alto. Tinha tirado no domingo, mas tornou a colocá-lo, o que é melhor para nós. Mas sou justo e gosto de reconhecer a qualidade das pessoas. Quero, pois, aproveitar esta oportunidade para parabenizar a ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, pela fonte privilegiada que teve e por ter vazado o resultado de uma pesquisa por volta das 17 horas, quando o Datafolha ainda o segurava sob a alegação de que não estava pronta. Fui surpreendido por essa informação que todos procuravam e que ela já passava para setores da sua preferência dentro do PT. Com certeza, não fez isso nem com o Senador Eduardo Suplicy, nem com o Senador Aloízio Mercadante. Mas passou para o Presidente Lula, passou para o alto comando da campanha. Parabenizo, pois, a ex-Prefeita Marta Suplicy, que agora assumiu, de maneira firme e forte, o comando da campanha do Presidente Lula. Com certeza ela vai tomar alguns rumos e não vai permitir – como é que eles chamam? – aqueles desastrosos – não é desastroso...

**O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC)** – Aloprados.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Os aloprados.

Tenho medo que haja apenas uma renovação de aloprados; que estejam saindo uns e entrando outros. Mas isso é problema da Marta. Quero parabenizá-la, porque realmente ela tem uma fonte privilegiada no Datafolha e comemorou – as pessoas sem entender – esse resultado. Passou-o para o seu ciclo de amizades. Só espero que essas comemorações não cheguem ao exagero e que ela não tenha traído a confiança de quem lhe deu uma informação desse tipo, porque não fica bem. Mas, de qualquer maneira, é um direito que ela tem de comemorar. Ontem o dia foi dela. Vamos esperar o dia 29 que vai ser o dia do povo brasileiro, porque esses 11 pontos transformados na metade – que são 5,5 – o programa eleitoral e os novos debates vão tirar com toda certeza. V. Ex<sup>a</sup> pode ficar tranqüilo. Espero que até o dia 29 o Partido dos Trabalhadores tenha condição de mostrar ao povo brasileiro de onde saiu R\$1,7 milhão do dossiê do Hotel Ibis. Tenho certeza que existe muito empenho como relação a isso. E para tranqüilidade do Presidente Lula, o PT vai chegar a um esclarecimento sem precisar da parte formal que

a polícia está exercendo. Volto a dizer, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> também por esse passaporte de mais oito anos aqui nesta Casa. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma homenagem ao Estado do Acre. V. Ex<sup>a</sup> esteve recentemente no Estado do Acre e viu a mudança porque passa o meu Estado, um processo de transformação onde a vida pública é respeitada, conhecida.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – É verdade. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Quero me juntar ao esforço de V. Ex<sup>a</sup>, mas de maneira muito especial, ao esforço do Presidente Fernando Henrique, que foi quem mais trabalhou pelo Acre nos últimos anos. Eu, como piauiense, fiquei com inveja, porque o Piauí não teve, por parte do Presidente Fernando Henrique, a dedicação que o Estado do Acre teve. O Estado merecia. Vinha sendo esquecido e merecia toda aquela atenção que ele deu, abrindo estradas e melhorando as condições de vida do povo acreano.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – É verdade que o Presidente Fernando Henrique nos ajudou muito. E mais verdade ainda que foi o Presidente Lula o único Presidente a superar o Presidente Fernando Henrique em ajuda ao Estado do Acre, que é um Estado que ainda tem um nível de dependência muito forte.

No mais, Senador Heráclito Fortes, fique certo V. Ex<sup>a</sup> que se alguém tiver ainda, depois de tantas lições, de tantos acidentes políticos na vida do Partido, de tantos erros inaceitáveis ocorridos, querendo usar sapato alto é porque não deve estar à altura do Partido e deve ser observado definitivamente, nesse processo de discussão que o PT começa a travar, da sua refundação, da busca da sua origem, da sua coerência histórica, do seu conteúdo e da sua história de compromisso com um País efetivamente mais justo e verdadeiro.

No mais, Sr. Presidente, quero trazer um comentário, também como resposta ao pronunciamento do meu amigo e eminente Senador José Jorge, que fez uma dura crítica sobre os cartões corporativos. É um assunto que merece resposta do meu Partido, de quem apóia o governo do Presidente Lula.

Vale a pena ressaltar que o uso do cartão corporativo foi instituído em 1995, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que entendia que era injusto que se pudesse pagar as contas da Presidência da República e órgãos afins com dinheiro vivo, ou seja, não era a maneira correta, pois facilitava algum tipo de prática duvidosa. Assim, se alguém pudesse ousar fazer, num zelo ético do então Presidente Fernando Henrique, foi implantado o uso do cartão corporativo, que passou a ser utilizado efetivamente no governo passado a partir de 2002. Por razões diversas, não

houve condição de implantá-lo antes, embora tenha sido criado em 1995.

O Presidente Lula assumiu, e o uso do cartão corporativo continuou, que nada mais é do que o pagamento das despesas por meio de um cartão de crédito. O extrato é imediatamente emitido para prestação de contas nos órgãos competentes, como o Tribunal de Contas da União. A informação vai diretamente ao Siafi, salvo informações de Estado que devam ser preservadas, como acontece em qualquer país. Lamentavelmente, vemos agora uma interpretação dada por alguns – que acredito tenham interesse político-eleitoral –, tentando confundir o uso do cartão corporativo com algo que está escondido a sete chaves.

Vale esclarecer ao meu amigo Senador José Jorge que o próprio Procurador da República junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado, emitiu resposta a essa matéria no dia de ontem, no jornal **O Globo**. Ele disse que foram realizadas duas auditorias nos gastos com os cartões corporativos da Presidência e não foram encontradas irregularidades. As auditorias foram feitas por distintos técnicos do Tribunal de Contas da União. Então, essa é uma resposta clara e necessária a todas as dúvidas que setores da Oposição tenham.

O Senador José Jorge cumpre o papel fiscalizador. Está correto em suas dúvidas e indagações e a resposta está aqui. O Tribunal de Contas da União, por duas vezes, auditou, analisou todas as contas dos cartões corporativos e emitiu a resposta de que não há, em absoluto, qualquer tipo de irregularidade no uso deles. Eu penso que é uma resposta necessária, como esclarecimento aos partidos de Oposição, sobre um tema que é de interesse da sociedade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT AC) – Com prazer, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é brilhante como Líder. Quando exerceu essa função aqui, o relacionamento entre Governo e Oposição era bem melhor, porque V. Ex<sup>a</sup> não é dado a fugir do Plenário quando os assuntos não lhe interessam. Quero só lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que os cartões de crédito são fruto da modernidade. O mundo inteiro os usa. O que ocorreu no atual Governo foi o abuso no uso desses cartões. O Dr. Lucas Furtado deve ter se reportado a exercícios anteriores, porque hoje mesmo consta da pauta do Tribunal exatamente esse assunto dos cartões corporativos. O que chamou a atenção e o Tribunal faz uma auditoria é com relação a gastos exorbitantes, como notas de mais de cem mil reais ao mês, uma média de R\$40 mil de outro. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que os cartões

corporativos são os emitidos para a Presidência da República, que é o gabinete, Secretaria Administrativa, Casa Civil, Abin, Ministérios...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT AC) – E as Secretarias afins à Presidência da República.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Exatamente. O que está sendo examinado é exatamente o uso desses cartões. O próprio Tribunal de Contas examinou e verificou notas frias calçando despesas no uso desses cartões. Isso já foi divulgado e é motivo, inclusive, de apuração. O estranhável nisso tudo é o sigilo com que se mantêm essas despesas, se elas são simples e não apresentam nenhum problema. Creio até que o momento mais tenso do debate foi quando se perguntou ao Presidente sobre esse assunto. Quero crer que essa questão poderia ser mais simples se não houvesse os exageros que já estão demonstrados que existem, inclusive com a questão dessas notas. Mas, de qualquer maneira, vamos ter de aguardar uma definição final do Tribunal de Contas. Eu acho que isso deve ser apurado e até que sirva de exemplo, para que o cartão seja usado em emergências e em casos adicionais, e não como rotina, que é exatamente o que vem sendo demonstrado pelas auditorias realizadas.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Serei o primeiro a fazer um requerimento ao Tribunal de Contas da União, solicitando esclarecimentos sobre a auditoria feita, porque o que consta aqui no jornal é que foi uma auditoria em relação aos gastos, e que não foram encontradas irregularidades. Eu vou pedir agora, para alargamento do esclarecimento, a data precisa que foi feita. Para nós é importante que seja até o dia de hoje. Não há nenhuma restrição. Primeiro, porque a nota é emitida, o extrato do gasto é emitido simultaneamente. Não há razão para ser data pretérita. Pode ser perfeitamente data atual.

Entendo que essa matéria é de interesse da sociedade. Não vejo dúvida. O que importa é saber que os extratos dos cartões corporativos estão no Siafi e vão para o Portal da Transparência. Os dados restritos e que devem ser reservados relativos à Abin ou diretamente à Presidência da República não são tornados públicos, porque é uma questão de Estado, que qualquer país adota.

Farei um requerimento ao Tribunal de Contas, para que o esclarecimento seja o mais amplo e o mais completo, para que não pare qualquer tipo de desconforto a qualquer Senador sobre esse tema.

No mais, Sr. Presidente, espero que a eleição caminhe no trilho da serenidade, do respeito à instituição personalidade política. O Chico Buarque, há poucos

dias, no dia 5 de outubro, concedeu uma bela entrevista também analisando a política, dizendo das razões por que vota no Lula. Ele não concorda em que todos os políticos sejam bandidos e salafários. Ele acha que é preciso respeitar os valores individuais também na política. E eu defendo essa tese, para que construamos um País justo. É impossível dissociar a política da responsabilidade de contribuir com a vida pública de um país, de um Estado, de uma unidade federada.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Mas Chico Buarque diz: “Apesar de você, amanhã será outro dia”. Essa é a mensagem que o povo brasileiro está cantando, com a esperança de que amanhã seja outro dia, apesar do Lula no Brasil...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Ele vota no Lula.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ...e desse mar de corrupção, que atordoia todos nós, inclusive V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Imagine V. Ex<sup>a</sup> que Ariano Suassuna disse que votou no Lula todas as vezes e que votará mais uma vez também.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quem?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Ariano Suassuna, esse autor da literatura nordestina de quem V. Ex<sup>a</sup> é um grande leitor, gosta muito e admira. Ele é o autor de **O Auto da Compadecida** e outros e diz que votará em Lula. Reconhece os erros do PT, não poupa nenhum erro do PT, mas entende que Lula representa o que há de melhor na condução de um projeto de nação para o Brasil, hoje, ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Tião Viana, em respeito a um eleitor de V. Ex<sup>a</sup>, eu queria dizer que essa matéria a que V. Ex<sup>a</sup> se reportou refere-se a apenas 3% do que é gasto no cartão corporativo. Todo o resto foi considerado segredo pelo Governo, pelas características que V. Ex<sup>a</sup> mencionou. O Chico Buarque, que eu me lembro, é aquele que avisou ao Lula, nos primeiros meses do governo, para que criasse um ministério de “vai dar aquela coisa”, porque, senão, ele ia pagar um preço alto. Ele não ouviu e está dando no que está. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos no art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*



10 DE OUTUBRO DE 2006 - 10h14

## Ziraldo manda um recado aos mineiros: "Vou votar no Lula"

O cartunista Ziraldo, autor do personagem Menino Maluquinho e um dos principais agitadores culturais do país, declarou voto na candidata do PSOL, Heloisa Helena, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2006. Agora, no segundo turno, afirma que vai de Lula e explica, com um texto divertido e inteligente, por que mineiros como ele não devem votar em Alckmin: "Não quero de volta os hipócritas da paulicéia desvairada. Prefiro o messianismo sertanejo do Lula.", diz Ziraldo.

Confira abaixo a íntegra do texto do cartunista:

### Por que vou votar no Lula

Segundo o Mauro Santayana, que não nasceu em Minas – como o Itamar, que nasceu no mar –, mas é uma instituição mineira, a gente tem que ter muito cuidado com paulista.

É claro que estou tratando a coisa como uma brincadeira, somos todos brasileiros (meus seis netos nasceram em São Paulo, a esposa do meu filho e os maridos de minhas filhas são paulistas e estou muito feliz com essa arrumação).

Como em nossa História, porém, nós, mineiros, andamos de pinimba revolucionária com a paulistada, as lendas correm soltas. Os cariocas diziam que mineiros compravam bondes.

Compravam, sim, confirmam alguns mineiros mais espertos; mas pra vender pra paulistas. Conta-se também que mineiros nunca se importavam de ver seus times sempre perdendo para os times paulistas.

E explicavam: "Futebol nós perde; o que nós num perde é revolução." Segundo o Mauro, que explica como a frase que vou citar surgiu – história da qual me esqueci –, a rapaziada de Minas mais próxima da fronteira com São Paulo avisa pro resto da mineirada: "Paulista, nem à prazo nem à vista!"

Táí o Fernando Henrique Cardoso que não deixa a mineirada mentir, não é mesmo, Itamar? Bem, depois de ler esta introdução e ver lá em cima o título do artigo, os mineiros que me leem neste instante e para quem um pingo é letra já perceberam onde quero chegar.

Pra simplificar, antes de entrar em considerações é só lembrar ao meu povo – mineiro, como vocês sabem, chama o povo lá de casa de povo – que nós, o Brasil inteiro, ficamos, a esta altura, entregues a duas possibilidades paulistas: ou entra o Alck'min (cujo sobrenome é um desrespeito a Minas, terra dos alquimins de Bocaiuva) ou entra o Lula que, no fundo, é um metalúrgico paulista que venceu na vida.

Nunca podemos nos esquecer de que, quando FHC assumiu, o projeto deles era o de ficar 20 anos no poder. Dentro do plano, tiveram a cachimônia (adoro esta palavra!) de inventar o acontecimento mais antiético da história da República brasileira: a reeleição.

Ela foi um sujo golpe às instituições, uma medida que nem os militares da ditadura tiveram a coragem de perpetrar, realizada em causa própria – com o principal beneficiário no poder – e conseguida da maneira mais desonesta de que se tem notícia: comprando, por preço nunca sabido, o voto dos deputados que, sem que a imprensa brasileira se escandalizasse ao nível do que se escandaliza hoje, começavam a desmoralizar mais ainda o nosso tão desmoralizado Congresso. Tudo começou com essa gente. E eles querem voltar ao poder.

"Non pasarán!" – os mineiros têm a obrigação de dizer. A trajetória política do Lula serviu para provar que a alma humana é que atrapalha todos os mais nobres planos de salvação de um povo. A verdade é que ninguém, mas ninguém mesmo, ama o povo. É tudo conversa.

As pessoas se movem em torno do poder e só depois é que descobrem uma causa para justificar sua luta por ele (o poder). Enquanto o ser humano, como indivíduo, mover-se em função do rancor, da carência afetiva e da inveja, não haverá possibilidade de êxito para qualquer causa coletiva.

Mas isso é outra história. O Luis Fernando Veríssimo descobriu a pólvora: Lula é o sertão – vejam sua vitória no Norte e Nordeste; na alma do povo ele é mais de lá do que de São Bernardo – e o Alckmin é da Daslu.

Delenda Daslu! Não é possível que nós, mineiros – depois de termos cometido o erro que o Itamar cometeu, este de inventar essa deletéria figura do Fernando Henrique – vamos agora eleger o Alckmin.

"Um erro, nós admitimos, dois, não." – como diria o macaco que não devolveu o troco a mais na primeira



Tenho certeza de que o Aécio está no palanque apoiando o Alckmin por uma questão de lealdade ao seu partido - onde ele me parece um estranho no ninho, mas já que está lá... - e não por convicção.

Ele sabe que Lula tem que ganhar disparado em Minas neste segundo turno para evitar que Alckmin assuma a presidência e mele o projeto nacional de ter o Aécio como presidente do Brasil no próximo pleito.

Então, é isto: o Aécio está falando que é pra gente de Minas votar no Alckmin. Mas, todo mineiro sabe que isto é como aquela velha anedota da rodoviária: "Océ tá dizendo que vai pra Manhuaçu pra eu achar que ocê vai pra Manhumirim, mas, ocê vai é pra Manhuaçu, mesmo".

Ou seja, ele tá dizendo pra nós votá no Geraldo, mas é pra nós votá no Lula, mesmo. Para aplacar a consciência dos possíveis eleitores do Lula que não votarão nele com muita alegria, prestem atenção: independente das razões que dei até agora pra nós, mineiros, votarmos no Lula, tenho outras razões mais consistentes.

Todo mundo fala do escândalo da corrupção no governo Lula. É realmente assustador, nunca vimos pessoal mais incompetente, mais desastrado, mais canhestro e - vamos lá - mais desonesto.

Quer dizer, mais desonestos já vimos, sim. É só lembrar que a maioria dos escândalos que são atribuídos a estes melancólicos sindicalistas da tropa do Lula, esses peleguinhos de quinta ordem, sempre foram frequentes em administrações anteriores, só não tiveram tanta visibilidade como têm agora.

Muitos dos escândalos que se creditam à administração Lula começaram no governo anterior, como o escândalo dos sanguessugas - cujo teor de gravidade pode ser medido pelo valor atribuído ao dossiê que o denuncia - e a fabulosa aventura do Marcos Valério.

Agora tudo se denuncia, tudo se apura, ainda que tudo vá ficar por isso mesmo, mas vejam um detalhe: a turminha do Lula, meus amigos, é descartável! Eles são ladrõezinhos de m. dos quais o país pode se livrar com um peteleco. Vai ser fácil ficar livre deles.

O que nós nunca conseguiremos é livrarmo-nos da oligarquia brasileira, dos bornhouses da vida, dos jereissatis, dos ACMS, dos ricos paulistas que já tiveram a coragem de confessar: "Somos todos corruptos!"

É essa gente que herdou as capitânicas hereditárias e que está montada no povo desde que os portugueses chegaram aqui. É essa gente que construiu a parte indecente da história do nosso país. É essa gente que fala em ética, mas acha que aceitar voto de qualquer um é correto.

É essa gente farisaica que pensa que é melhor do que o povo do Lula. Mas, não é. Temos que dar mais uma chance a este segmento da sociedade que chegou ao poder com o Lula.

Eles estão sendo minados o tempo todo, mas, pelo menos, são outra gente. Não quero de volta os hipócritas da paulicéia desvairada. Prefiro o messianismo sertanejo do Lula.

Fonte: *O Tempo* (MG) - 7/10/2006

## **Cabo eleitoral**

### **GOVERNO LULA**

"Achei a eleição de Lula um fato histórico. Em 500 anos de história foi a primeira vez que um homem saído do povo do 'Brasil real' chegou à Presidência da República. O que aconteceu, ao meu ver, graças às invulgares qualidades pessoais deles. Conheço Lula pessoalmente, gosto muito dele, acho que ele fez um governo excepcional. Algumas pessoas atacam, por exemplo, o programa Bolsa Família dizendo que é um programa assistencialista. Não concordo com isso não. Quer dizer, é assistencialista, o ideal seria que nós não precisássemos ter esse tipo de programa, mas num país onde existe essa desigualdade social dilaceradora e onde existe pessoas passando fome, um programa como o Bolsa Família é indispensável. Acho que o programa tem que ser ampliado e aprofundado. De maneira que votei em Lula já cinco vezes e vou votar agora pela sexta vez com muito orgulho. Estou com ele."

### **ESCÂNDALOS**

"Acompanho os escândalos no noticiário com muita amargura e acredito que o mesmo acontece com todos os brasileiros. Mas talvez por ser velho, menos perplexo. Não é a primeira vez que vejo isso não. Eu já vi isso com um presidente chamado Getúlio Vargas, que tinha um projeto de desenvolvimento para o Brasil a partir do capital brasileiro e que tinha uma preocupação social muito evidente. Do ponto de vista do programa social, se olharmos o Brasil de Getúlio Vargas e depois para o de Fernando Henrique Cardoso, houve uma decadência muito grande. Muitos direitos que Getúlio Vargas tinha dado à população pobre foram cortados. A instabilidade de emprego, o salário mínimo, as consolidações das leis de trabalho, enfim, todas essas medidas foram destruídas pelo capitalismo neoliberal que hoje está imperando no Brasil. E outra coisa, Getúlio Vargas tinha muitos defeitos, mas ele foi deposto não pelos defeitos e sim pelas qualidades que ele tinha. Então, eu vi Getúlio, de repente, além da crise política que o cercava, apavorado e amargurado quando descobriu que pessoas próximas a ele estavam cometendo atos desonestos. E ele ficou

tão amargurado que deu um tiro no peito. Mas que ninguém espere isso de Lula não, porque ele tem a paciência e sabedoria do povo brasileiro.”

#### **ALCKMIN**

“Uma possível eleição de (*Geraldo*) Alckmin vai ser um retrocesso, porque ele representa para mim uma volta do pensamento que considero altamente nefasto, que é o capitalismo neoliberal. Ele está cercado pelo Fernando Henrique Cardoso, por todo este grupo que entregou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), entregou a Companhia Vale do Rio Doce e não entregou a Petrobras, o Banco do Brasil e a base de foguete de Alcântara (MA), porque o Lula não deixou. Lula estancou as privatizações, que ao meu ver foi uma coisa extraordinária, ele procurou integrar e está procurando integrar o Brasil com a Rússia, com a África do Sul, com a Índia e com a China e está procurando fazer um coisa com a qual eu sonhava desde de 1971. No meu entender, Alckmin vai acabar com tudo isso e realinhar o Brasil a uma política de subserviência à Alca e aos Estados Unidos. Coisa que para mim é altamente perniciosa ao Brasil.”

#### **APOIO NORDESTINO**

“O Nordeste e o Norte, as regiões onde Lula ganhou, são os lugares do Brasil onde o povo passa mais dificuldade. Então eles sentiram na pele os benefícios do governo Lula. No Sul e Sudeste a situação econômica da população é melhor, então eles podem ser dar ao luxo de dizer que o Bolsa Família é apenas um programa assistencialista, resultado de um populismo de Lula. Mas a família que passa necessidade e recebe o Bolsa Família sabe da importância disso.”

#### **ACM E COLLOR**

“A derrota de Antonio Carlos Magalhães na Bahia me parece causada por uma exaustão. Chegou o momento em que a figura dele, que tem uma influência enorme no estado, com o próprio decorrer do tempo exauriu aquele modelo de política na Bahia. Por outro lado, tem fatos que podem causar espanto no primeiro momento. A volta de Collor é realmente um retrocesso, mas que faz parte do próprio jogo democrático. Acho que a eleição de Collor não tem significado político importante não. Agora, mas

do que isso, me preocupou, em São Paulo, a eleição dos três deputados mais votados. O Clodovil (*Hernandez, eleito deputado federal por São Paulo pelo PTC*), por exemplo, achei uma coisa absurda. Não tenho preconceito nenhum não, mas pelo o que ouvi dele acho que é uma pessoa totalmente despreparada. Perguntaram para ele, eu vi na televisão, quais eram os projetos políticos dele e a resposta foi: ‘Eu não sei não querido, eu não sei dizer nada’. Acho que as pessoas têm que ter bom senso.”

*Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação do Senador Tião Viana será atendida, na forma regimental.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe do tempo regimental.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, quero saudar a presença dos cadetes da Marinha de Guerra do Brasil, que se encontram nas galerias da Casa.

Sr. Presidente, o PT não se corrige, não se emenda. No primeiro resultado favorável de pesquisas, ele vem para cá de sapato alto, com algumas exceções, quando cito o caso do Senador Tião Viana. A soberba é o que tem feito muito mal a esse partido, e, acima de tudo, a certeza e a garantia de que o crime compensa. Lamento muito esse episódio envolvendo o Berzoini, mas a impunidade é que faz com que os fatos se repitam periodicamente no Partido dos Trabalhadores, Senador Tião Viana – cuidado para não sujar o shortinho!

Não faz muito tempo, o Presidente do Partido, um homem brilhante, foi afastado da Presidência em um caso rumoroso. Aí, escolhem a dedo o melhor quadro para substituí-lo. Berzoini assume. Na primeira semana dita novas regras morais, cria um novo código de ética partidário, critica os companheiros que tiveram desvio de comportamento, e o tempo passa. Agora, o mesmo Berzoini, que entrou para purificar, para sanear e para corrigir, está envolvido em outro esquema, em outro dossiê de explicação difícil.

Não sou daqueles que desejam a desgraça alheia. Torço até para que o Deputado Berzoini seja uma vítima nesse processo. Mas essa condição de vítima não o livra da culpa. Ele é culpado pelas más companhias, pelas pessoas que escolheu para cercá-lo na Presidência do Partido.

O Presidente anterior avalizou o que não viu, ou seja, empréstimos em bancos em nome de um Partido que, juridicamente, não tinha condições para fazê-lo. Esses empréstimos foram concedidos pela generosidade de bancos que dependiam da bondade do Governo.

O que vemos agora é o Presidente do Partido atingido pela participação em um dossiê que envolve o coração do Governo, porque por ele passa o churrasqueiro do Presidente da República, aquele que, na intimidade dos finais de semana, das comemorações, aparece ao lado do Presidente, como também o seu segurança, que o acompanha há muitos e muitos anos.

E, aí, observam-se as peças desse xadrez e vê-se que cada nome tem ligação com o Presidente da República, além de uma amizade longa com ele. São os mesmos fatos.

Mas isso acontece porque, no primeiro momento, no primeiro escândalo, que nasceu com Waldomiro, que se envolveu com propinas, com o jogo do bicho, num encontro gravado em uma sala do aeroporto de Brasília, não lhe foi dada uma punição severa. Então, os outros companheiros começaram a achar que o crime compensava. E começaram a agir.

Sr. Presidente, o grave disso tudo é que, como lá atrás, esse dinheiro também é produto, é fruto do caixa dois, que tanto dissabor trouxe ao Presidente e ao seu Partido; que tantas baixas lhe impôs. Pois é exatamente o caixa dois que é acionado para comprar dossiês.

No caso do dossiê do Hotel Ibis, a Polícia pegou. E no caso do dossiê de Minas, que envolve a compra de um suposto dossiê de Furnas? E no caso do dossiê da Bahia? E no caso do dossiê de Pernambuco? Nesses casos, em que os criminosos não foram presos, de onde saiu o dinheiro?

É o desejo e a vocação de conviver no submundo. Sabem todos, e a legislação eleitoral é clara, que partidos que recebem ou gastam com moeda estrangeira ferem a lei. Por isso terão seu registro cassado. E, nesse volume de dinheiro, que envolve pessoas do Partido dos Trabalhadores, há o montante de US\$220.000,00.

E aí começa novamente o jogo de empurra para se tentar levar com a barriga os fatos. O dinheiro saiu de Miami, foi para Alemanha e de lá chegou ao Brasil, como se isso não tivesse custo, como se uma criança não soubesse, Senador Alvaro Dias, que a moeda estrangeira é comprada geralmente no País que a emite. E que a partir do momento em que se compra em outro país, paga-se sobretaxa, paga-se câmbio, paga-se transporte, porque, afinal de contas, trata-se de dinheiro vivo. Daí por que, numa atitude corajosa, há 20 anos, os países europeus se uniram e fizeram uma moeda única, para evitar exatamente as taxas cambiais que os europeus eram obrigados a pagar cada vez que atravessavam fronteiras, pela troca da moeda ou pela conversão para outras atividades.

O transporte, a viagem, o turismo desse montante oneraria tanto esse valor que não seria comercialmente possível ser realizado. Mas, não. A intenção é exatamente confundir a opinião pública, porque, na realidade, dos US\$220 mil encontrados, apenas US\$20.000,00, segundo o relatório da Polícia, têm essa origem. E o restante veio de onde? Passou por onde? Cada dia, uma nova versão; cada nova versão, uma tentativa de confundir a opinião pública.



Agora, aparece mais um personagem que poderia estar supostamente envolvido, que é o Sr. Naji Nahas, figura carimbada no repertório de notícias exóticas e escândalos no Brasil. E aí vem a pergunta: o Naji Nahas passou a ser parceiro do PT? Passou a ser conviva do Partido dos Trabalhadores? É melhor não se inventarem novas versões, para que as respostas não sejam ainda mais embaraçosas.

Essa questão do cartão corporativo, que de maneira tão esforçada o Senador Tião Viana quis justificar, não tem precedente na nossa história. O cartão corporativo, que é um cartão de crédito que o Governo paga de acordo com o que utiliza, foi usado de maneira abusiva, com contas mensais que foram até R\$150 mil, embora a média seja de R\$40 mil. Ora! Foi usado por assalariados que recebem oficialmente R\$6 mil, R\$7 mil, R\$8 mil Gastaram em quê, a serviço de quem e para quê?

Não seria de se estranhar se a fatura de um cartão desses, na mão de quem acompanha um Presidente da República, um ajudante de ordem, um secretário particular, em determinado mês, atingisse uma conta alta. Isso poderia ser justificado por uma emergência realizada no Brasil ou no exterior; mas, como rotina, não. E vem um segundo questionamento: o desejo de transformar tudo isso em despesas sigilosas, para que ninguém tenha acesso ao conteúdo dos seus gastos.

É verdade que o cartão corporativo foi criado anteriormente, regulamentado no governo de Fernando Henrique, exatamente quando o Brasil saiu do isolamento mundial.

Os cartões de crédito nacionais não serviam nem sequer para uso no exterior, e o brasileiro que viajava fazia remessas criminosas por meio de cabo para o país a que se destinava, ou corria o risco de levar o dinheiro no bolso, contrariando a lei. Com o período da abertura, iniciado no Governo Fernando Collor, a globalização começou a permitir o uso do chamado dinheiro plástico, que é o cartão. Então, houve a necessidade dessa regulamentação, até porque a cada dia se torna mais perigoso, no Brasil e em vários países do mundo, o transporte de recursos pela pessoa. No entanto, nada disso justifica a apuração do Tribunal de que notas fiscais falsas foram usadas para calçar ou respaldar despesas.

Hoje, a Ministra da Casa Civil informou que esse assunto aguardará a conclusão da auditoria para se manifestar. Em 2005, a assessoria da Ministra Dilma Rousseff confirmou a existência de notas frias que comprovavam a compra de cartuchos para impressoras da Presidência da República, por R\$3 mil.

Hoje, o jornal **O Estado de S.Paulo** traz matéria que trata desse escândalo, e o Presidente da República

ficou profundamente irritado quando foi questionado a respeito do assunto, por não saber responder ou por não lhe ser conveniente dar uma resposta.

Portanto, meu caro Presidente Alvaro Dias, nós temos, até o dia 29, ou seja, por cerca de 18 dias, a obrigação e o dever de trazer, quer seja nos debates ou no programa eleitoral gratuito, essas questões para o conhecimento do País.

No primeiro turno, os debates aconteceram, mas a nenhum deles o Presidente da República e candidato à reeleição compareceu. Agora, é seu dever estar presente a eles, conscientizando-se de que, nesses momentos, ele é o cidadão brasileiro que concorre ao cargo de Presidente da República e, pelo fato de ser o atual mandatário do País, não lhe é dado o direito a foro privilegiado ou a tratamento *vip*. Do contrário, a legislação instituiria, no Brasil, os candidatos de primeira e de segunda classe, aqueles a quem se fizessem as perguntas que eles quisessem ouvir e os outros para os quais qualquer tipo de questionamento fosse permitido.

O Presidente da República precisa conscientizar-se de que, no momento de um debate ou de uma entrevista, ele se transforma ou volta a ser um cidadão comum, sem regalias e proteção, apenas tendo diante de si a consciência e a tranquilidade dos atos praticados.

Sr. Presidente, o Presidente da República acostumou-se, durante quatro anos, a não abrir portas, a ter todos os seus desejos satisfeitos, a ser acompanhado por um esquadrão de assessores, ouvindo apenas boas notícias e tendo as más notícias sonegadas. Ele deixou de dar entrevistas coletivas, portanto, perdeu aquele costume do embate com a imprensa. E vamos ser justos: até assumir a Presidência da República, ninguém era mais paciente e tinha mais contato direto com a imprensa do que o então metalúrgico e presidente de sindicato Lula.

Ao assumir, passou dois anos e meio sem dar entrevista e, quando o fez, escolheu uma agência francesa, em detrimento dos jornalistas brasileiros. Essa entrevista foi dada num suntuoso jardim de um palácio parisiense.

A fila de jornalistas brasileiros que aguardaram, ao longo desses quatro anos, a oportunidade de cobrar do Presidente respostas para promessas feitas é infinita. Agora, quando o segundo turno o obriga a esse tipo de participação, vê-se que Sua Excelência amarela, exatamente pela falta de prática recente.

Nossa preocupação, no momento, não é com o resultado das pesquisas, porque os institutos erraram, *grosso modo*, no Brasil inteiro. Os institutos davam como certo que não haveria segundo turno.

Eu ouvi, meu caro Senador Mão Santa, uma entrevista decepcionante do Sr. Montenegro – já agora no segundo turno –, feita pela jornalista Miriam Leitão, uma vez que ele é o responsável por um instituto que, há muitos e muitos anos, “faz a cabeça” do brasileiro com relação a pesquisas de mercado e eleitorais. Entrou na seara dos Estados, tomou partido no Rio de Janeiro, fez previsões, ao seu bel-prazer, onde lhe interessava. Evidentemente, precisamos compreender que os maiores serviços que um instituto dessa natureza presta são para o Governo.

Aliás, lembro-me muito, Senador Alvaro Dias, de uma declaração de Ulysses Guimarães, em 1989, em que disse que os institutos de pesquisa fazem da margem de erro uma margem de lucro. Essa frase, recentemente, foi repetida, e ninguém a contestou. As partes envolvidas no episódio da época, inclusive, silenciaram sobre o assunto.

Assim, se tivéssemos a certeza de que os institutos são infalíveis, faríamos um projeto, nesta Casa, suprimindo a eleição, porque o resultado soberano seria o dos institutos e não a voz da urna, onde o povo fica diante de si mesmo e da sua consciência.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com o maior prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero me associar à esperança, hoje existente no Brasil, de mudarmos essa situação, de sairmos desse mar de corrupção e iniciarmos um Governo onde predomine a ética. Sem as virtudes é impossível a sobrevivência de qualquer governo, ele cai. Somos do Piauí, com muito orgulho, e o nosso Estado escreveu a mais bela página da história quando tivemos a coragem de expulsar os portugueses. Agora, a guerra é contra o PT, e muito mais justa, porque os portugueses eram bem melhores do que essa, digamos, organização criminosa que governa o País, que é o PT. Quero, aqui, Senador Heráclito Fortes, dizer da mentira que reinou no nosso Estado, onde tudo foi engodo. Vou citar, para reavivar a memória de V. Ex<sup>a</sup>, dez itens mentirosos, repetiram Goebbels, para quem repetir uma mentira a torna verdadeira. V. Ex<sup>a</sup> se lembra da promessa do Porto de Luiz Correia? O Lula foi lá, juntamente com o Governador do Piauí, mas, infelizmente, o mandato expiou, o Governo terminou. Senador Heráclito Fortes, com US\$10 milhões eles poderiam ter feito um porto reduzido e econômico. A Estrada de Ferro Luiz Correia-Parnaíba-Teresina, esta está encantada! Aproveitaram-se da longevidade de Alberto Silva, de quem tenho pena. Ele, com uma carreira, longo, foram lá e a prometeram, inclusive marcaram data para a sua inauguração, e nada. Para a Estrada de Ferro Parnaíba-Luiz Correia, deram prazo, marcaram

data, e lá está na mesma. Alberto Silva, decepcionado. Aproveitaram-se da longevidade de Alberto Silva com essas promessas. Ele, entusiasmado, um engenheiro ferroviário, assim começou sua carreira, se encantou, mas foi enganado! Não tem nada! Foram prometidas cinco hidroelétricas no rio Parnaíba; a Transcerrado; a ponte do sesquicentenário. Senador Heráclito Fortes, Teresina fez 150 anos tendo à frente os atuais Governador e Presidente da República –, completou 151, 152, 153, e até hoje está no início, apenas o esqueleto de uma futura ponte. Lembro-me de que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, construiu uma ponte, no mesmo rio, em 100 dias; eu fiz uma outra, também no mesmo rio, em 90 dias. Este é o Governo que levou o fracasso ao Piauí. Quanto ao pronto-socorro, que foi iniciado por V. Ex<sup>a</sup> quando Prefeito, tínhamos a certeza e a convicção de que o Presidente e o Governador, ambos do PT, concluiriam a obra. Lembro-me de que construí um pronto-socorro, anexo ao Hospital Getúlio Vargas. No Hospital Universitário funciona um laboratório débil, em que não há nada. O metrô, ridículo; a Universidade do Delta e os aeroportos internacionais são deboches. O Aeroporto de Parnaíba sequer tem *finger* para pousar avião internacional, não tem combustível e nem alfândega. O Aeroporto de São Raimundo Nonato é um deboche. Lá, não pousa nem avião pequeno. Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo pelo êxito de conseguir reunir, em Teresina, os maiores Partidos do Piauí: o PFL, do qual V. Ex<sup>a</sup> é um dos líderes, o PMDB, o PSB e o PP. A nossa marcha de esperança contra a corrupção no Piauí, contra o PT, continua. Convido V. Ex<sup>a</sup> para, em Parnaíba, no dia 13 de outubro, sexta-feira, participara de um encontro de líderes em um comício no Bairro Nova Parnaíba, para continuarmos a campanha de melhores dias, com a vitória de um presidente decente para o Brasil, do “Presidente” Geraldo Alckmin.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela manifestação.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que essa falta de transparência com relação ao cartão corporativo é apenas uma gota d’água em um oceano de malversações de recursos no que diz respeito às ONGs, que, neste Brasil, se transformaram em caso de polícia. Daí por que termos assinaturas suficientes, Senador Arthur Virgílio, para, logo após a eleição, instaurarmos uma CPI com a finalidade de apurar os gastos, e, com isso, proteger as ONGs que prestam serviços consideráveis a este País, quer nos campos social, no de pesquisa e no da proteção de nossa ecologia.

Minha última palavra, Sr. Presidente, é para parabenizá-lo por sua reeleição a Senador pelo Estado do Paraná. Tive o prazer de estar em Curitiba semana

passada e vi a alegria e a emoção dos paranaenses pela sua recondução. Percorri bairros, conversei com pessoas e pude presenciar a alegria e o orgulho sendo aumentado com a certeza que os paranaenses têm de que, no próximo dia 29, vão colocar à frente do Governo do Estado do Paraná o grande Senador Osmar Dias, nosso colega, e, com isso, colocar o Paraná, novamente, na trilha do desenvolvimento, do progresso e, acima de tudo, da paz.

Fiquei muito feliz. Ao lado de Jorge Bornhausen e de vários outros companheiros, como Rubens Bueno, Abelardo Lupion e tantos que fazem política no Estado do Paraná, além da Senadora Kátia Abreu, eleita para representar o Estado do Tocantins no próximo período legislativo, tivemos a grata surpresa de verificar a consciência política do povo paranaense, unidos, nesse segundo turno, em torno de Osmar Dias e de Geraldo Alckmin.

Sr. Presidente, congratulo-me com o povo paranaense pela acertada escolha do Paraná e pela garantia de que o Brasil terá um grande Senador por mais oito anos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pelas palavras generosas de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não há o que se discutir quanto à credibilidade do instituto de pesquisas Datafolha, seja pelo seu *know-how*, pelo seu preparo técnico, seja pela sua indiscutível seriedade, partindo-se do princípio de que o Datafolha não trabalha para candidatos, mas para o jornal **Folha de S. Paulo**, e, portanto, apresenta uma taxa de independência, a meu ver, maior do que outros institutos.

Agora vejam: o que justificaria o resultado? Não quero discuti-lo, embora seja discrepante do acompanhamento de *tracking* telefônico feito pelo candidato Geraldo Alckmin, que deu certinho no primeiro turno da eleição. Justifica o resultado a falta do programa de rádio e TV. Se é inconstitucional se proibir pesquisas às vésperas das eleições, eu proporei, Senador Mão Santa, que incorporemos em lei a idéia de também a campanha de rádio e televisão não se interromper. Ela vai até o último dia do primeiro turno, depois ela emenda, logo no primeiro dia, do segundo turno.

Muito bem: o Presidente Lula tem o *recall* maior do que o do candidato Geraldo Alckmin e, como Presidente, até por isso, disputando eleição no cargo, conforme é preceito da Lei Constitucional brasileira, ele tem, evidentemente, maior presença, Sr<sup>a</sup> Presidente, na mídia. Então, mais *recall*, mais presença na mídia, ausência do candidato de Oposição na televisão, a televisão está suspensa para ele, só volta agora amanhã, se não me engano, e algo de extrema gravidade: este terrorismo envolvendo o Bolsa-Família para todos os pobres deste País, dizendo que Alckmin acabará com o Bolsa-Família; o terrorismo dizendo que Alckmin privatizará o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, os Correios e Telégrafos; o terrorismo, no meu Estado – sei como foi duro se fazer campanha nessas condições, dizendo que a vitória de Alckmin significaria o fim da Zona Franca de Manaus, quando é o Governo Lula que tem uma medida provisória pronta –, retirando a perspectiva de se produzir TVs digitais no meu Estado.

Mas leio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, algo de enorme gravidade. O Sr. João Batista Freire Viegas, da Paraíba, é um companheiro de Partido que me manda os nomes de pessoas, de funcionários da Caixa Econômica que receberam, isso, sim, uma verdadeira manifestação de terrorismo, Senador Mão Santa. Eu vou ler o que diz:

Bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Seguem informações que fazem parte do plano de Governo do PSDB/PFL, que está sendo desenvolvido na Fundação Teotônio Vilela [para começar, Sr<sup>a</sup> Presidenta, não é Fundação Teotônio Vilela, é Instituto Teotônio Vilela] e grupo de estudos do ex-Ministro Bacha.

É algo frágil e mentiroso já de início. Mas diz o textinho: “Informações essas facilmente confirmáveis, pois não são segredo”.

Aí veja, Senador Mão Santa, o que estão dizendo que Alckmin fará se for eleito Presidente da República: “Entre os primeiros atos de choque de gestão do Sr. Geraldo Alckmin, logo após a posse, o Banco do Brasil é encaminhado para venda das ações ainda sob controle da União”.

É uma gente que mostrou que talvez seja capaz de matar – morreu muita gente ali, em Santo André – e mostrou que é capaz de roubar. Faz qualquer coisa para ficar no poder. Diz essa mesma gente mentirosa: “A Caixa não é privatizada, mas, sim, totalmente desmontada”.

E olha o que saiu da cabeça desses terroristas. Dizem que o FGTS seria pulverizado entre bancos particulares, remunerados com tarifas para tanto.

Aí dizem os terroristas, certamente do PT: “Seguro-desemprego, PIS, crédito educativo etc. voltam para o Ministério do Trabalho e são também pulverizados na rede bancária”.

Continuam os terroristas do PT, essa gente da “boquinha”, que não quer largar os cargos de jeito nenhum e que está, portanto, enfeando uma eleição:

Contratos habitacionais e comerciais são repassados à EMGEA, com administração em 2/3 pólos nacionais... [ainda por cima, escrevem mal. Estou começando a achar que isso foi escrito pelo Lula, porque está muito mal escrito] ... pólos nacionais, recebimento de prestações, renegociações etc. desenvolvidas via Internet; correspondentes bancários e bancos privados que se interessarem em trabalhar sobre tarifa.

Dizem ainda os terroristas: “Os recursos da União e do FGTS para concessão de empréstimos habitacionais são repassados aos bancos particulares, Cohabs e cooperativas de mutuários”.

Prosseguem os terroristas deste Governo: “A rede de agências é alienada em concorrência, com possível inclusão nos pacotes de atribuições da rede bancária privada que assumir os diversos serviços acima”.

Continuam os terroristas, no seu textinho:

Considera-se que as atividades de controle de FGTS, políticas federais de habitação, FCVS etc, todas centralizadas em secretarias nacionais sediadas em Brasília, absorverão, no máximo, cinco mil empregados da extinta da Caixa Econômica Federal.

Estão mentindo! Algo cruel! Estão fazendo terrorismo, inclusive infernizando a vida dos funcionários da Caixa Econômica Federal, dos funcionários do Banco do Brasil, dos servidores da Petrobras, dos servidores dos Correios e das pessoas que dependem – e o meu povo depende – fundamentalmente do bom funcionamento da chamada Zona Franca de Manaus.

Continua, então, o textinho, em que, agora, os terroristas estão se fazendo de vítima: “O texto reproduzido acima demonstra, sem a menor dúvida, que somos nós os corporativistas economiários e nossa empresa, a corrupta e ineficiente Caixa [...]”, como se em algum momento Alckmin tivesse se referido a funcionários da Caixa como corruptos ou como corporativistas, ou à Caixa como ineficiente. Ela se torna ineficiente quando eles vão lá para quebrar o sigilo do caseiro Francenildo, mas ela pode ser muito eficiente em um Governo decente. E será muito eficiente no Governo decente de Geraldo Alckmin.

Continuam eles, tentando se fazer de vítimas, uma coisa ridícula, dizendo:

O texto acima apenas reflete o pensamento daquelas pessoas que estão participando ativamente no ‘pensar’ o novo Brasil que o liberalismo em seu estado puro, personificado em pessoas como Geraldo Alckmin [até citam o meu nome], Bornhausen, Arthur Virgílio, etc, sonham implantar no Brasil.

Apenas se pede que cada colega economiário(a) pare e pense em como ele(a) e sua família se enquadram nesse sonho.

Talvez esse sonho seja ganhar o direito ao seguro-desemprego, pago através do banco.

Um texto apócrifo, ridículo, que, a meu ver, merece providências por parte, Senador José Jorge, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, da coligação, que tem a honra de ter V. Ex<sup>a</sup> como candidato à Vice-Presidência da República. Um texto que mostra com clareza como estão trabalhando e até menoscabando a inteligência de economiários, de petroleiros, de bancários do Banco do Brasil e de funcionários dos Correios. Como estão menoscabando a inteligência dessas pessoas, é necessário que se investigue, com base nesse documento, para valer, na Justiça Eleitoral, com vistas a se impedir que tentem turvar o resultado de uma eleição, que, necessariamente, será de resultados apertados, com medidas desse jaez.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Apenas para lembrar – e antes de conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup> –, saliento que aqui realcei a credibilidade do Datafolha. Não se tem de ficar discutindo pesquisa. Se o referido instituto acertou ou errou, é outra história. O *tracking* de Geraldo Alckmin dá outro resultado, mas confio cegamente no Datafolha, que pode errar ou acertar, mas o faz de boa-fé.

Mas estamos sem programa de televisão. A não ser que eu vá procurar alterar a lei. Se é inconstitucional, a pretexto de proteger o direito de informação, proibir pesquisas às vésperas de eleição, quero tornar constitucional que as televisões e as rádios sejam abertas até o momento último, o dia anterior ao pleito, e logo reabertas no primeiro momento após o segundo turno. Minha assessoria já está atenta para providenciar essa proposta de reforma legal.

Pode explicar também o resultado, uma pequena variação favorável ao Presidente Lula, além do *recall* maior que ele tem sobre Alckmin, o fato de este não ter televisão e rádio e Lula deter, até por ser Presidente no exercício do cargo, um espaço maior na mídia.



Então, comecei a dedicar-me ao terrorismo. Refiro-me ao terrorismo feito na minha terra segundo o qual a Zona Franca de Manaus acabará se Alckmin vencer as eleições. Trata-se também de terrorismo abjeto e puro dizer aos mais pobres que o Bolsa-Família seria extinto por Geraldo Alckmin. Isso é criminoso. Estão fazendo mal à parte psicológica de pessoas humildes neste País.

Referi-me, ainda, ao terrorismo dessa tal privatização. Agora, tenho um documento. Estou com noticiais de que várias entidades públicas estão usando seus *e-mails* para fazer esse terrorismo. Esse fato terá de gerar um inquérito e poderá acarretar uma CPI, resultando em punição para valer.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, é exatamente para concordar com o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, porque eu acho que não cabe ao Presidente Lula, como ele tem feito, incentivar esse tipo de ação. Numa campanha eleitoral, cabe a cada candidato dizer o que ele quer fazer. Cada um diz o que quer fazer e critica o que o outro diz que quer fazer. O Presidente Lula está incentivando e essas pessoas estão dizendo é dizer o que o outro candidato vai fazer. Ora, isso não cabe a um candidato. Amanhã, sou candidato, suponhamos, a governador de um Estado, e aí vou dizer: “Não, o candidato Fulano, se for eleito, vai botar uma bomba atômica aqui no nosso Estado”. Quer dizer, isso não é campanha política. Os horários eleitorais gratuitos, a possibilidade de fazer comício, a possibilidade de publicar panfletos, a possibilidade de usar a Internet, tudo isso é feito para esclarecer. Então, eu esclareço no momento que digo o que vou fazer e no momento em que critico o que o outro disse que vai fazer. Agora, eu dizer o que o outro vai fazer é terrorismo, acho que não há outra expressão que não seja terrorismo. Isso é grave, a Justiça Eleitoral tem de participar desse processo, proibir esse tipo de ação. Qualquer ação que diga o que o outro vai fazer é proibido. Quem tem de dizer o que vai fazer é cada candidato. Portanto, acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Nossas assessorias jurídicas têm de, ao mesmo tempo, já que teremos, a partir de amanhã, programas eleitorais, esclarecer isso. Mas, de qualquer maneira, esse não é o caminho para que se possa ganhar uma eleição com honestidade. Para mim, isso é jogo sujo. É equivalente a comprar dossiê, é equivalente a andar com R\$1,75 milhão em dinheiro. Normalmente, a Oposição é a acusada, em qualquer lugar, de baixar o nível da eleição. Nesta eleição, quem está baixando o nível é o Governo: baixou com o dossiê, com o dinheiro sem origem e, agora, com esse terrorismo em relação a

ações que dizem que o nosso candidato vai fazer, que nem estão no seu programa, nem nas suas idéias.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. E digo, Senador José Jorge, que é até lícito que eu, por exemplo, possa imaginar – e, portanto, tenho o direito de expressar o que estaria imaginando – o que possa vir a acontecer em um eventual segundo Governo do Presidente Lula. Espero mais corrupção; um Presidente mais desmoralizado, mais fraco; mais atitudes como esta, do Berzoini, de comprar dossiês; mais intrigas; mais ineficiência administrativa. Isso tudo é um direito meu, tenho o direito de dizer isso.

O que não poderia fazer era inventar, por exemplo... Eles confundem Fundação com Instituto Teotônio Vilela. E estou dizendo aqui aos terroristas que o nome certo, até para mentirem melhor, é Instituto Teotônio Vilela, e não Fundação Teotônio Vilela. O que os terroristas não podem fazer – isto é terrorismo – é usar o órgão de formulação política do PSDB e dar um programa com uma redação *a la* Lula – um programa como acabado – como sendo um programa nosso, ou seja, dizendo o que se vai fazer com o FGTS. Aí estão saindo da especulação... E eles têm o direito de especular, de dizer que o nosso Governo pode ser ineficiente, de achar que o nosso Governo vai ser assim ou assado; o que não têm é o direito de dizer, com detalhes mentirosos que nasceram da cabeça deles, o que seria a proposta do Governo do PSDB para a Caixa Econômica.

É por isso que entendo mesmo que V. Ex<sup>a</sup> tem razão e que isso deve ser levado ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, até porque é a lisura do processo que está em jogo.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão: compra-se dossiê hoje; mente-se hoje também; de ontem temos o passivo de oito mortes em Santo André. O que essa gente não faz para ficar no poder? O que não faz para ficar no poder? E pergunto: que poder é esse? E que coisa tão boa atrai essa gente no poder, quando sabemos que o exercício do poder em si só é uma coisa chata e que deveria fazer as pessoas saudáveis aceitarem por um tempo e se afastarem dele, na maior parte das suas vidas? E não me refiro ao exercício da tribuna parlamentar, que é uma atividade que não envolve o uso de máquina e que, para mim, é extremamente reconfortante e confortável. Fiquei seis meses como Ministro do Presidente Fernando Henrique e, quando chegou a hora de me descompatibilizar, senti-me o homem mais feliz do mundo, porque estava na hora mesmo, estava na hora! Preparei-me para ficar seis meses; não me preparei para ficar quatro anos. E não faço a menor questão de voltar a nada parecido com aquilo. Se um dia tiver de voltar, quem sabe, vou examinar, analisar,

com minha esposa e com meus filhos, se vale a pena ou não, mas saudade daquilo não tenho! Aquilo se incorporou ao meu currículo, e pronto, e acabou! Essa gente que fica rondando o poder de maneira doentia, ou tem a deformação psicológica mesmo, ou então é muita vontade de manipular cofres públicos, é muita vontade de estar com a chave do cofre nas mãos. Portanto, fico espantado, e agora já sabemos como estão agindo.

Mas, em compensação, nem tudo é notícia ruim. Recebo aqui a notícia de uma advogada, de uma estudante do sexto período de Direito, do Rio de Janeiro, chamada Gabriela Távora, uma moça muito inteligente, que me manda uma cartinha do seu irmão de 7 anos, o Leonardo, a qual vou encaminhar ao candidato Geraldo Alckmin. Ele diz assim:

Meu nome é leonardo, tenho 7 anos, ganho mesada de 31 reais por mês quando o mês tem 31 dias e quando o mês é de 30 dias, ganho só 30 reais e queria dar esse dinheiro para ajudar o senhor [isso ele fala para o Alckmin], mas esse mês eu posso ajudar com 31 reais, porque o mês vai ter 31 dias. Sabe, não preciso desse dinheiro esse mês, então quero ajudar o senhor para ganhar do lula. Quando o senhor vem ao rio? daí eu posso dar o senhor o dinheiro porque o senhor pode estar precisando.

Nada mais bonito que a manifestação de uma criança que é precisamente a pureza a fazer-nos acreditar que tem futuro o País. E para o Brasil ter futuro, é preciso vencer a podridão dos fazedores de dossiês, dos traficantes de influência, dos corruptos, que fazem qualquer coisa para manter-se no poder, inclusive inventar programa de governo para candidatos, visando a torcer o resultado das urnas.

Portanto, vamos aguardar mesmo, com a serenidade que nos marca e com a firmeza que também não nos abandona; vamos aguardar as urnas manifestarem-se. E tenho plena confiança de que a vitória não será desses métodos, desses terroristas, não será dos corruptos. A vitória será do candidato Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de conceder a palavra ao Senador Mão Santa, pelo tempo que entender necessário para o

seu pronunciamento, faço um registro, um protesto veemente – é claro que vou processar o jornal **O Globo** –, pela forma com que o jornal tratou uma montagem absolutamente desqualificada, de um desses *sites* de brincadeiras maldosas, um tal de Kibe Loco.

O problema é a matéria de **O Globo** me colocar como se eu estivesse dando a declaração de que me estava achando bonitinha. Só se eu fosse uma mulher vagabunda, uma mãe vagabunda, para olhar para uma montagem horrorosa como aquela, como se eu estivesse nua na capa da **Playboy** e me achasse bonitinha.

Infelizmente, não é a primeira vez que sou vítima disso, porque a **Folha de S. Paulo** já fez isso. Infelizmente, uma colunista desqualificada fez uma matéria horrorosa como essa.

Sei o que significa brigar com os meios de comunicação, porque já briguei. Foram 20 anos de perseguição implacáveis, mas sou uma mulher digna, uma mãe de família exemplar e jamais olharia para uma montagem horrorosa como aquela.

Para completar, a matéria do jornal ainda dá detalhes de calcinha e não sei mais o quê e afirma que eu disse que estava bonitinha. Isso é um escândalo! Eu gostaria de registrar o protesto. Sei que não adianta, mas quero deixá-lo registrado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Antes do Senador Mão Santa, ouço o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer aqui, de público, o que precisamente aconteceu nesse episódio. Eu estava sentado ao lado do Senador Teotônio Vilela – e não participava da roda, nesse momento, o Presidente da Casa Senador Renan Calheiros –, quando o Senador Antero Paes de Barros, não em tom de brincadeira, evidentemente, mas atônito com essa coisa nova, mas capaz de fazer bem também, que é a Internet, entrega-me aberta essa peça suja a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Ao mesmo tempo, notou que um fotógrafo havia captado a cena, conforme, aliás, é do dever dele.

O que fiz eu? A matéria se equivoca, quando se refere a que eu teria brincado. Nem brinquei, nem brincaram os Senadores Teotônio Vilela e Antero Paes de Barros. Fechei a matéria e fiz um bilhete a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que isso estava circulando na Internet.

Lamento muito, porque V. Ex<sup>a</sup> é, de fato, uma pessoa extremamente respeitável e tem o direito de ter a sua vida pessoal reservada. Nesse tempo de terrorismo, não sei se se trata de anarquia ou anarquismo desse tal *site* ou até de manifestação política, porque gente

que inventa que fulano de tal vai privatizar o Banco do Brasil sem que isso seja a intenção do candidato; gente que inventa que fulano de tal vai acabar com a Zona Franca de Manaus, sem que isso seja a intenção do candidato; gente que já tem todo esse passivo de dossiê falso nas costas; gente que teve coragem de expulsá-la do partido, sem que V. Ex<sup>a</sup> tivesse cometido delito nenhum, e que não é capaz de expulsar do partido o praticamente réu confesso Berzoini – esse vai para a Comissão de Ética da Câmara, porque é visto e agora jurisprudenciado como alguém que deu aval para que se comprasse aquele dossiê sujo –; gente desse tipo, com esses pesos e essas medidas, muito bem pode estar por trás disso.

Mas eu, que conheço um dos seus filhos e tenho por V. Ex<sup>a</sup> o respeito que V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho, quero passar minha inteira solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, meu inteiro sentimento de que V. Ex<sup>a</sup> não fez outra coisa, a não ser defender-se agora, e com justiça. E lamento, porque o uso daquela matéria não foi o momento mais feliz de jornalistas tão respeitáveis.

Para mim, há coisas mais importantes acontecendo no País, mas endosso os termos da sua revolta de mãe de família, de Parlamentar e de figura pública, que, sem dúvida nenhuma, é uma das mais respeitáveis deste País.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Sei o quanto de machismo há e de outros preconceitos, porque, se fosse a esposa de um Senador, a filha de um Senador ou o Presidente da República, não sairia. Disso tenho absoluta convicção.

Agora estou chorando, porque sou assim mesmo. Mas não me atemorizo nem um pouco.

Sei o tipo de cartinha vagabunda dos vagabundos do PT que tenho recebido por causa dessa história de não declarar apoio ao vagabundo do Presidente da República. Sei o que estou passando. Sei que existem pessoas honestas e maravilhosas dentro do PT, por quem tenho carinho e respeito, mas sei também quem são os vigaristas que estão por lá. Sei de tudo que acontece neste País.

Fica só o protesto. Não há problema algum. São vinte anos de perseguição implacável, como já passei, de outros setores; mas, faz parte da vida.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Se o Senador Mão Santa permitir, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora

Heloísa Helena, eu também gostaria de, em meu nome e no do nosso Partido, solidarizar-me, mais uma vez, com V. Ex<sup>a</sup> em relação a essas questões que tentam atingir V. Ex<sup>a</sup>, de tempos em tempos, sem nenhuma razão. Não sei e não entendo por que escolhem V. Ex<sup>a</sup> para fazer essas coisas. Há tanta gente ruim aqui e em outros lugares que podem ser atacadas e a respeito de quem se podem inventar questões.

Em toda a sua vida pública, inclusive agora na campanha eleitoral, V. Ex<sup>a</sup> sempre tem um comportamento ético exemplar e que serve de exemplo para todos nós, mesmo como adversários – V. Ex<sup>a</sup> era da Oposição e nós éramos do Governo; agora, ultimamente, V. Ex<sup>a</sup> é da Oposição e nós também, apesar de sermos de partidos e filosofias diferentes. Mas sempre temos grande admiração pela forma corajosa e competente como V. Ex<sup>a</sup> realiza o seu trabalho. Não há um dia em que V. Ex<sup>a</sup> não esteja aqui – faça sol ou faça chuva –; V. Ex<sup>a</sup> é sempre a primeira que chega e a última que sai.

V. Ex<sup>a</sup> honrou o seu mandato, honrou o seu Estado de Alagoas, inclusive foi para o sacrifício. V. Ex<sup>a</sup> teria grandes chances de ser eleita Senadora pelo Estado de Alagoas pelo trabalho que realizou. Tanto que, pela eleição de lá, olhando depois, verifica-se que V. Ex<sup>a</sup> tinha grandes chances de ser eleita Senadora pelo Estado de Alagoas. E V. Ex<sup>a</sup>, não; entrou numa candidatura a Presidente da República difícil, com uma estrutura mínima, teve sete milhões de votos – quer dizer, é muito voto – sete milhões de pessoas acordaram de manhã tomaram banho, escovaram os dentes, foram lá e votaram em Heloísa Helena.

V. Ex<sup>a</sup> merece o respeito, não só nosso da Casa como merece o respeito de todo o Brasil. Queremos repudiar com toda ênfase possível esse tipo de coisa que estão fazendo com V. Ex<sup>a</sup>, e que faz parte desse terrorismo, desse jogo sujo do PT e do Presidente Lula, da sua candidatura.

Em primeiro lugar, foi compra de dossiê, que é uma coisa absurda. Em segundo lugar, o aparecimento de R\$1,7 milhão sem origem; estão agora dizendo que é de jogo de bicho. E agora, hoje mesmo, um dos principais jornais de Brasília, o **Correio Braziliense**, diz que quem mandou comprar o dossiê foi o Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do PT. Agora essas acusações contra V. Ex<sup>a</sup>! Terrorismo, mandando carta para as empresas dizendo que vão ser privatizadas.

Quer dizer, quem está baixando o nível da campanha é o PT e o Presidente Lula, e V. Ex<sup>a</sup>, que não merece, está sendo uma vítima dessa baixaria.

Solidarizamo-nos com V. Ex<sup>a</sup>. Não se atinja com isso porque ninguém vai tirar o seu valor por conta de baixaria. V. Ex<sup>a</sup> escreveu o seu nome aqui no Sena-

do, escreveu seu nome na política brasileira e o Brasil ainda espera muito de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, mais uma vez peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, mas o Senador Arthur Virgílio tem uma comunicação a fazer, pela ordem.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço desculpas ao Senador Mão Santa, mas tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> concordará com o meu ponto de vista.

Fui procurado por um grupo de funcionários da Varig que está atônito com a postura da Anac. Isso é criticado também pelo principal executivo da VarigLog, que é dona da Varig, o chinês Lap Chan. Queixam-se da demora, para ele e para os funcionários da Varig, inexplicável da Anac em liberar o certificado de homologação da empresa de transporte aéreo e das concessões que permitam à nova Varig entrar em operação. Esse atraso termina por ameaçar o plano de investimentos da empresa.

Noto – e devo dizer – que há todas as razões para desconfiarmos deste Governo. Não estou – e não é terrorismo – falando de algo que supostamente ia acontecer, mas do que vi. Parece-me que havia uma predeterminada decisão deste Governo, a partir de fortes funcionários do primeiro escalão, de fechar a Varig. Parece-me que havia essa definição. Se continuarem assim, vão conseguir.

Viajei outro dia na única linha que a Varig mantém para o meu Estado. Por sinal, é o melhor vôo que tem – Manaus/São Paulo. Percebo que esses anos todos me fizeram uma pessoa afeiçoada à Varig. Sou alguém que se sentiu bem ao vê-la funcionando. E foi a primeira vez depois de muito tempo que viajei pela Varig e senti a garra de seus funcionários, de seus trabalhadores! Mas chega um momento em que se afugenta esse novo investidor. Se a Anac age com dois pesos e duas medidas, concedendo a umas empresas o que nega a quem supostamente teria o direito de obter – refiro-me ao certificado de homologação da empresa e às concessões para que ela possa entrar em operação –, a Varig termina efetivamente fechando com as consequências que passam pelo desemprego, que passam pela perda de uma empresa que tem todo um nome internacional construído em décadas de luta, em décadas de acertos e de erros, alguns erros muito graves

ocorridos no interior da Fundação Ruben Berta, e isso faz a empresa pagar um grande preço também.

Mas eu queria, neste momento, Sr<sup>a</sup> Presidente, fazer um alerta à Anac, dizer que estarei de olho nisso. E, semana que vem, eu voltarei à carga porque quero saber efetivamente as razões – e a Anac deve explicações claras a esta instância legislativa, que é o Senado Federal –, as razões pelas quais estaria acontecendo isso. Estou cobrando e exigindo da Anac uma postura de imediata satisfação às perguntas que ora estou lhe pondo, e a pergunta é uma só: O que acontece em relação à liberação do certificado de homologação da empresa de transporte aéreo e o que acontece com a concessão das linhas para que a nova Varig possa entrar em operação?

Quero essas respostas o quanto antes, sob pena de ter de convocar aqui o Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil para que dê as explicações cabíveis e necessárias.

Peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, pela paciência, mas o assunto é relevante, tem a ver com a vida de pessoas, tem a ver com a existência ou não de uma empresa de enorme peso para o País, de enorme peso de mercado, mercadológico, e de enorme peso afetivo na memória dos brasileiros.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão a respeito da angústia de milhares de famílias que foram vítimas desse processo em relação à Varig.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Com certeza, o Senador quer prestar solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>. Sou solidário e o Senador Geraldo Mesquita Júnior também.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Senadores e Senadoras presentes, brasileiras e brasileiros presentes e os que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus estar eu na tribuna quando V. Ex<sup>a</sup> preside a sessão e faz um desabafo a essa agressão.

Heloísa Helena representa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a grandeza da mulher verdadeira na história do mundo. Ela repete a cada dia, a cada instante, a grandeza da participação da mulher na história do mundo. Vê-la agir é rever Cláudia, mulher de Pilatos, a dizer “Pilatos [esse homem era bom, era justo], seja firme”; é rever Verônica, que vence o cerco militar, en-



xuga o rosto de Cristo, dá-lhe água, e fica a imagem; é rever as três Marias que estavam lá na hora final de Cristo. É rever aquelas que foram visitar o túmulo e disseram que ele havia ressuscitado.

Senadora Heloísa Helena, estou diante de uma série de e-mails que recebi hoje sobre esses pronunciamentos. Ia ler, por coincidência, o de uma mulher que representa a bravura da mulher que V. Ex<sup>a</sup> sintetiza hoje: a mulher mãe, enfermeira, professora, política, senadora, de que todos nos orgulhamos. A mulher da democracia.

Foi somente graças à coragem e à bravura da Senadora Heloísa Helena que o País teve esses momentos de reflexão democrática. Se não fosse a Senadora Heloísa Helena, o mal teria vencido o bem, a mentira teria encurralado a verdade, e o povo brasileiro estaria no abismo da irresponsabilidade, no mar da corrupção.

Sou médico, e dizem que existiu uma Florence Natingale, grande enfermeira na história do mundo. Ana Nery, também como Florence Natingale, heróica, foi até as guerras. Quero dizer que conheci essas histórias e conheci a enfermeira Heloísa Helena.

Deus escreve certo por linhas tortas. Quis Deus que, desses inúmeros e-mails, Senador Heráclito Fortes, que recebi após os pronunciamentos – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, é muito citado aqui, bem como V. Ex<sup>a</sup> que há pouco presidia a sessão, Senador João Batista Motta – veio um sobre Senadora Heloísa Helena, veiculado no jornal **O Globo** – e tenho que dizer que o poder de um jornal vale pela verdade que diz –, dizendo que a Senadora engrandeceu este País.

Há pouco conversávamos, e sugeri que a Senadora Heloísa Helena descansasse, porque foi uma guerreira. Sei o que é enfrentar essa organização criminosa que é o PT, associado com o poder econômico perverso que aí está. E sugeri a S. Ex<sup>a</sup> que descansasse no litoral do nosso Piauí. Sei como as coisas devem ter sido. A Senadora pode dizer como o apóstolo Paulo: “Percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati o bom combate”. Sugeri a S. Ex<sup>a</sup> que tivesse o repouso de guerreira no Piauí. A Senadora perguntou-me se eu tinha casa na praia. Respondi que minha casa é grande, vários familiares meus têm casa ao lado, mas maior será nosso orgulho em hospedá-la lá nas praias do Piauí.

As águas foram sujas quando Lula mergulhou lá. Então, V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, precisa limpá-las com pureza, coragem e dignidade. Está feito o convite.

Eu gostaria de ler o e-mail que recebi do Sr. José Claudino Soares.

Assunto: Parabenizar  
Senador Mão Santa,

Sou catarinense e tinha como meta, após formar meus filhos e me aposentar, ir passear e principalmente conhecer meu Brasil. Ano passado, precisamente em 27/05, iniciei viagem para conhecer o nordeste. Começando pelo Espírito Santo até Belém do Pará. Mas como diria V. Ex<sup>a</sup>, “atentai bem” por onde passastes, e passei pelo Piauí. Teresina, sua capital é uma cidade muito acolhedora, ou melhor, a mais acolhedora de todo o Nordeste, desde um simples transeunte, quando se pede uma informação, não querendo desmerecer nenhuma outra. Por isso é que esse Senador elogia tanto a sua terra. Realmente merece, por isso o parabenizo. Pois só um povo tão hospitaleiro pode ter representante no Senado de tamanha competência. Mas, Senador, por ter acompanhado na TV Senado, que tal, para agilizar a apuração do nosso “dossiê”, nomear a Senadora Heloísa Helena para Ministra da Justiça, pois acredito que a Polícia Federal, com a habilidade que tem, teria o problema resolvido em 72 horas.

Por hoje é o que tinha.

Voltarei em outra oportunidade.”

Isso aqui, brasileiras e brasileiros, é o sentimento do povo do Brasil em respeito ao comportamento de Heloísa Helena. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Uma mulher seria, se ainda não houve, Senador Geraldo Mesquita, uma Ministra da Justiça. Seria a primeira e talvez escrevesse a página mais bela, como uma mulher que dirigiu este País, a Princesa Isabel, e libertou os negros.

Eu queria dizer como está emocionante este momento político, que agradecemos a Heloísa Helena. Recebi outro e-mail, Senador Geraldo Mesquita, de uma mulher. As mulheres são mais bravas, têm mais coragem, decência e dignidade. É de Zilah Guimarães:

Ex<sup>mo</sup> Senador Mão Santa!

Aceite meus cumprimentos, meu respeito e minha admiração. Sou uma senhora de 69 anos, e esta é a segunda vez que me dirijo a uma figura política. Admiro-o de longa data. Gosto de assisti-lo no plenário com seus discursos firmes e entremeados de citações bíblicas, pois sou católica. Tenho muita esperança na vitória do nosso candidato Geraldo Alckmin. Nós brasileiros, principalmente os mais jovens, precisamos muito desta vitória. Mas sinto receio, pois o adversário ainda tem muitos adeptos. Eu, como muitas pessoas, não entendo e nunca vou entender como um

político, depois de tudo que se tornou público, ainda tem eleitores. Quando assisto aos seus discursos e aos de outros da mesma linha de pensamento, mesmo de Partidos diferentes, os quais também admiro, fico feliz com a exposição da verdade. Porém me preocupa saber que uma parcela muito pequena da população tem acesso ao canal do Senado Federal. Não se ganha uma batalha sem soldados. Acho que seria muito interessante fazermos um movimento no País todo, conclamando todos os eleitores a fazerem uma grande demonstração de apoio ao nosso candidato. Esse deveria ser o movimento da paz, da esperança, da fé! Nada de gritos, conflitos etc. Todos usando branco ou azul ou qualquer cor de nossa bandeira. Nada de cores estranhas às nossas tradições. Seria a revoada da paz. Os carros, as pessoas, as janelas das casas, tudo com a mesma cor ou cores e muitas faixas. A mesma cor que fosse usada deveria ser também de muitos, muitos balões. Deveria ser algo marcante, contagiante. Fala-se muito que o povo chegou a um ponto de conformismo e de marasmo. Talvez este seja o momento de sairmos dessa estagnação e encontrarmos nosso verdadeiro caminho, nosso destino. O povo precisa e reage a esse tipo de movimento. Eleitores indecisos com certeza iriam aderir e poderiam fazer a diferença. Esse movimento poderia ser no sábado, véspera da eleição. Sou uma pessoa comum, não tenho meios de fazer algo, o que posso fazer é dar idéias, fazer minhas orações e divulgar para amigos (as) as mensagens esclarecedoras que recebo e os bons artigos de jornal que leio, e isto eu faço bastante. Antes de terminar, faço um pedido: gostaria que me enviasse uma cópia de seu discurso de ontem, terça-feira, no Plenário do Senado, pelo qual desde já agradeço. Me despeço pedindo a Deus que o ilumine e proteja, com desejos de sucesso em sua vida pública e no convívio com seus familiares. Atenciosamente, Zilah Guimarães.

Atentai bem! Este é o sentimento do Brasil. E esse sentimento de reflexão, de esperança, nós agradecemos à participação heróica da Senadora Heloisa Helena. A inveja e a mágoa corrompem os corações. Foram a inveja e a mágoa que fizeram a imprensa atacar aquela que se saiu tão bem nessa luta democrática.

Eu citaria outras mulheres extraordinárias, aquelas que estiveram com Cristo e as outras mulheres da Bíblia – Ester, Sara –, as mulheres das nossas famí-

lias, as nossas avós, as nossas mães e a nossa mulher, amante, as nossas filhas. Enfim, Heloisa Helena simboliza bem esse presente que Deus deu a nós, homens do mundo.

Outra mulher que admirei foi Sandra Cavalcanti. Eu estudava no Rio de Janeiro quando vi essa grande mulher, inteligente, líder do tempo de Carlos Lacerda. Ela foi, com sua inteligência, Senador Geraldo Mesquita Júnior, a primeira Presidente do BNH, o Banco Nacional da Habitação, tendo conseguido entregar casas a milhares de brasileiros. Sandra Cavalcanti não é qualquer uma. Foi Deputada Federal, uma das mulheres mais inteligentes, fez o primeiro conjunto habitacional no Rio de Janeiro, no Governo Lacerda.

**O Estado de S.Paulo** publica artigo de Sandra Cavalcanti intitulado “Um debate esclarecedor”, do qual cito apenas uma parte:

Gostei muito do debate de domingo. Não concordo que o definam como apenas uma desagradável troca de grosserias, em que ficaram faltando as propostas de governo. Ética é programa de governo. Seriedade, também.

O desempenho de Lula foi decepcionante até para seus aliados. Por outro lado, Geraldo Alckmin foi uma surpresa contundente.

Sandra Cavalcanti, talvez a melhor inteligência feminina deste País, finaliza, Senador Heráclito Fortes:

Queriam o quê? Rapapés? Medidas? Gestos delicados? Palavras melodiosas?

O espetáculo degradante oferecido ao povo pelo grupo político liderado por Lula tinha de ser o tema principal do debate. E tinha que dar o seu tom. Só falta, agora, a gente saber de onde veio a dinheirama. O resto a gente já sabe.

Senadora Heloisa Helena, este País está numa corrupção que ninguém sabe mais o que é pecado venial, o que é pecado mortal, o que é roubarheira. Esse PT é uma organização criminosa; isso não é partido político. Eu sei a história política do mundo, desde a Grécia. Isso não é partido, isso é uma organização criminosa.

Ó, Geraldo Mesquita, jamais compare a ditadura com o PT. Eu posso falar. Ó, João Batista, desligue aí o seu telefone e aprenda. Em 1972, eu combati antes do Ulysses. Ulysses está certo, porque tem a projeção. Heloisa Helena, em 72, o Heráclito, Elias Ximenes do Prado e eu fomos peitar a ditadura em Parnaíba. Tomamos a prefeitura da maior cidade do Piauí. Era soldado da ditadura Alberto Silva. Ganhamos lá.

Olha, eles fizeram os atos institucionais, sim. Mas um juiz tinha poder, ele não se corrompia não, ele diri-

gia o pleito. Eles não ficaram satisfeitos de perder, mas entregaram. Agora é uma corrupção inimaginável, é uma dinheirama. Não era assim. Os militares tinham o sentido da honestidade, do patriotismo. Tinham a hierarquia e a truculência do regime militar.

Geraldo Mesquita, estamos diante dessa história, desse PT. Essa democracia que foi construída para o povo, Senadora Heloísa Helena, temos de entender. É o poder. O homem é o lobo do homem, a Filosofia diz. Então, o poder sempre foi buscado. O homem tentou fazer normas, regras e leis para a convivência da sociedade e da humanidade. Esse poder, então, foi mudando de tal maneira que hoje estamos nesta democracia, que começou a dividir o poder dos reis, que era absoluto.

Senador Geraldo Mesquita, Montesquieu dividiu, mas foram além: criaram a alternância no poder. E é isso que temos de utilizar. A democracia é complicada, é difícil, precisa ser aperfeiçoada, defendida, mas a construção da democracia – e disso entendo – é a maior conquista da história da humanidade. Atentai bem: só a democracia nos oferece essa alternância do poder. O poder é do povo.

Segundo Gérard Lebrun, em seu livro **O que é Poder**, na democracia, o povo é que é o poder; o povo é que é soberano; o povo é quem decide; o povo é quem vota; o povo é quem vota; e o povo é quem tira.

Então, há essa alternância, e é aí que está a salvação. O Presidente Lula existiu. Eu votei no Presidente Lula; o Geraldo Mesquita votou no Presidente Lula; a Heloísa Helena votou no Presidente Lula. Contudo, votamos porque fomos enganados. Eles conversavam que eram decentes, que tinham ética, que eram honestos, que eram competentes, que eram, vamos dizer, idealistas. Mas não! Votamos e fomos enganados. Ninguém gosta de ser enganado, brasileiras e brasileiros. Imaginem a mulher que engana o homem, o homem que engana a mulher. A reação é braba. Então, o brasileiro está enfurecido, porque foi enganado.

Nunca dantes houve tamanha corrupção. Rui Barbosa proferiu: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Geraldo Mesquita, este dia chegou: é o Governo do PT no Brasil!

Então, a nossa única saída é justamente essa alternância do poder. O Lula cumpriu sua missão. Foi bom para a Nação saber que o PT não era um partido, que o PT é uma organização criminosa. Tínhamos de passar por isso.

E o Lula vai ficar numa boa! Atentai bem: quando Café Filho, que foi vice-Presidente, foi afastado, eu estava lá, no Hospital do Servidor do Estado, onde fiz minha pós-graduação. Ele era nordestino, do Rio Grande do Norte, teve um enfarte e não tinha como sobreviver. Ele saiu enfartado, não pôde assumir. Então, criou-se neste Congresso uma pensão para os ex-Presidentes. O Lula ainda vai ter essa pensão; ele ainda tem aposentadorias muito boas, antecipadas. E, agora, terá uma aposentadoria de Presidente da República. Então, ele está na boa. Vai fazer o que ele gosta, com a sua mulherzinha, viajar pelo mundo, tomar umas.

A democracia nos oferece a alternância no poder.

Heloísa Helena e Cristovam Buarque nos ofereceram essa oportunidade da reflexão, da comparação. Atentai bem: um tem a hierarquia do saber. Deus – está na Bíblia – não abandona o seu povo. Se tinha de haver um dilúvio para melhorar as espécies na natureza, ele botou Noé; se tinha Golias, ele botou David; para o povo escravizado, ele botou Moisés e seu irmão Aarão. E agora, para o Brasil decepcionado, no mar da corrupção. Deus não ia nos abandonar, botou esse menino aí. Esse menino, que nasceu pobre, estudou.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, essa de dizer que nunca leu um livro, mas sabe mais dos que os que leram é uma palhaçada! A ignorância é audaciosa.

Atentai bem: esse que está aí estudou medicina. Respeito todas as profissões, mas a medicina é privilegiada porque tem o juramento de Hipócrates, que é um código de ética. Então, para onde for o médico, ele leva a sua formação ética, a sua deontologia médica. E, no caso desse jovem médico, ele será médico para ajudar os que sofrem. Com esse ideal de juventude foi buscar a sua sabedoria. Ele foi Vereador, Heloísa Helena – que grande experiência! O Vereador é um Senador municipal.

Atentai bem: quando Giscard d'Estaing perdeu a eleição na França para Mitterrand, perguntaram-lhe o que ele seria, e ele respondeu: “Vou ser Vereador na minha cidade”.

Foi Prefeito, que administra a sua família, a sua cidade; foi Deputado Estadual, Deputado Federal. Lula não foi Vereador, não foi Prefeito, não foi Deputado Estadual. Foi Deputado Federal, mas comparem, por meio dos Anais do Congresso, o mandato de Alckmin e o de Lula. Vejam a decepção que foi Lula na Constituinte. Comparem os trabalhos de Alckmin na formação do SUS, para que a saúde fosse como um sol, igual para todos; a Lei do Consumidor, que garante os direitos do consumidor.

Ele foi também vice-Governador. E de quem? De Mário Covas, o símbolo maior da ética, da moral e Go-

vernador do maior Estado e não simplesmente Governador, mas um dos melhores da história do Brasil.

E é esta a reflexão e é esta a escolha para um Brasil decente: o Presidente é Geraldo Alckmin.

Somado a tudo isso, encerramos, citando entrevista de Jorge Bornhausen, esse grande líder e Presidente do PFL, a **Folha de S. Paulo**: “Lula na TV mentiu, omitiu e perdeu”.

Sugiro que leiam ainda o artigo de **O Estado S. Paulo** intitulado “Buraco Negro”, escrito pela jornalista Dora Kramer:

O Governo e o PT, mais uma vez, estão sendo competentes na arte de confundir ao máximo a cabeça das pessoas para evitar explicar o mínimo sobre fatos que os comprometem. A cada dia surge uma nova versão sobre o dossiê contra os tucanos, cujo esclarecimento vai caminhando célere em direção ao mais profundo buraco negro.

**O Estado de S. Paulo** de hoje: “Alckmin afirma que campanha de petista é uma ‘mentira sem parar’”.

Manchete do **Correio Braziliense** de hoje: “PF fecha o cerco a Berzoini” – símbolo e Presidente do PT. Investigadores dizem que ele está envolvido nisso tudo, nesse lamaçal.

Ainda o **Correio Braziliense**: “Dinheiro mofado”.

É muito dinheiro, Heloisa Helena! O povo do Brasil não sabe, mas eu vou dar uma noção do que significa esse dinheiro. Um trabalhador de vergonha e um operário ganham, Geraldo Mesquita, R\$4 mil em um ano de trabalho; em cem anos, ganhará R\$400 mil. Foi apreendido R\$1,750 milhão. Em duzentos anos de trabalho, ele ganhará R\$800 mil; em trezentos anos, ganhará R\$1,2 milhão; em quatrocentos anos de trabalho, ganhará R\$1,6 milhão.

Então, Senadora Heloisa Helena, um trabalhador honrado precisa trabalhar quatrocentos e cinqüenta anos para ganhar aquela dinheirama toda. Essa é a consciência; é quase a idade do Brasil! Seria como Pedro Álvares Cabral ter trabalhado até os dias de hoje, porque ele tinha de gastar um pouquinho, para conseguir esse dinheiro. E para o PT, não é nada, é brincadeira, não se procura.

Essas são as nossas palavras. Sou do Piauí e nós declaramos guerra aos portugueses em 13 de março de 1823, os expulsamos e eles eram bem melhores do que o PT. O imposto era 20% e agora é 50%. Era apenas uma banda, era um quinto.

Então estamos aqui para declarar guerra – é guerra mesmo – para salvar este País da corrupção.

Vamos à luta, às urnas e à vitória por um Brasil decente com Geraldo Presidente!

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Exª a generosidade e a delicadeza das palavras, como sempre, em relação a mim.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador João Batista Motta; em seguida, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Falará ainda o Senador Alvaro Dias, que havia solicitado sua inscrição.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, pelo tempo que considerar necessário ao seu pronunciamento.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena, Srªs e Srs. Senadores, vindo para cá de carro, ouvindo a Rádio Senado, pude sentir a tristeza e a revolta com que se referiam alguns Líderes, como Arthur Virgílio, Heráclito Fortes e Mão Santa, em solidariedade a V. Exª, Senadora Heloísa Helena.

Ouvi perfeitamente quando V. Exª disse que o atentado contra sua dignidade partia de irresponsáveis, a quem chegou a chamar de vagabundos. Senadora Heloísa Helena, quero acrescentar que as mãos e a cabeça que se prestam a fazer coisas desse porte contra uma mulher da sua envergadura, da sua dedicação, do seu carinho para com o povo brasileiro, da sua moral, da sua origem, não pertencem só a vagabundos, não, Senadora Heloísa Helena! Essas pessoas são pilantras, são bandidos, são canalhas, que não deveriam ver a luz do sol.

Não sei como, Senadora Heloísa Helena, essas pessoas têm coragem de praticar um ato desse quilate! Senadora Heloísa Helena, eles, que são os ladrões do dinheiro, os ladrões dos cofres públicos, não têm coragem de se apresentar com sua própria cara para dizer o que são capazes de fazer. Não importa de que partido sejam, não importa de que facção sejam; o certo é que são canalhas e bandidos que não respeitam nem a integridade física nem a integridade moral das pessoas.

V. Exª não deve chorar nem se preocupar. Senadora, aprendi, desde cedo, que o que vem de baixo não nos alcança; o problema é quando vem de cima. Quem fala contra V. Exª tem inveja, não tem sua origem, não teve sua criação, não participou das lutas de que V. Exª participou, não tem o amor pelo povo que V. Exª tem, não tem respeito pelo País e pelo eleitor como V. Exª também sempre teve.



Por isso, Senadora Heloísa Helena, presto aqui minhas homenagens e me coloco à disposição de V. Ex<sup>a</sup> para o que der e vier.

Não ligue para esses pilantras! V. Ex<sup>a</sup> ainda vai sofrer muito, porque sua carreira não vai parar por aí, apenas como candidata à Presidência da República. Não. V. Ex<sup>a</sup> vai longe. E, se Deus quiser, quem sabe, um dia, vai ser nossa Presidente da República realmente!

Senadora Heloísa Helena, eu queria citar o que o Pelé falou hoje. Ele disse – são mais ou menos estas as palavras dele – que se envergonha quando anda pelo Brasil afora e não encontra respostas para aquilo que é perguntado.

Eu queria também trazer ao conhecimento desta Casa um assunto que me preocupa bem mais: a estagnação do País; o retrocesso do País; o falimento do homem do campo, de homens inseridos no programa de agricultura familiar, mas que não têm onde colocar seus produtos, porque seus produtos não têm valor. Eles estão passando fome na roça, tanto aqueles que ganharam um lote do Governo, seja do Fernando Henrique ou do Lula, quanto aqueles que tinham uma terrinha há muito tempo. Estão todos falidos, estão todos quebrados.

Da mesma forma, o pessoal da indústria calçadista está todo quebrado, assim como os agricultores da soja, do milho e do feijão. Só não estão quebradas, Senadora Heloísa Helena, as multinacionais, quem lida com o capital estrangeiro. Só está bem quem é banqueiro; só estão bem aqueles que exportam e importam sem pagar um tostão de tributo, com a aquiescência deste Governo, que, cada vez mais, concede privilégios aos poderosos.

O pior de tudo é que mentem, é que inventam, é que não falam, de maneira nenhuma, a verdade para o povo brasileiro. Falam uma coisa e praticam outra; o discurso é um, a prática é outra.

Vejamos:

O IBGE reduziu, mais uma vez, a estimativa para a safra agrícola de 2006, que deve ficar em 116,546 milhões de toneladas. O resultado de setembro representa uma redução de 0,76% em relação à produção prevista em agosto (117,442 milhões de toneladas). Mesmo assim, a safra de 2006 ainda está 3,53% acima da colheita de 2005 (112,574 milhões de toneladas).

Para o trigo, principal produto de inverno, a estimativa de produção é de 2.557.364 toneladas, uma significativa redução [veja bem, Sr<sup>a</sup>

Presidente!] de 45,10%, em relação à safra do ano passado [a produção de trigo neste País foi reduzida quase à metade]. Esse resultado é o menor desde 2000, quando foram produzidas 1.725.792 toneladas, e é próximo do patamar verificado no início dos anos 80. Houve uma redução de cerca de 25% da área plantada.

Senadora Heloísa Helena, assistimos à propagação do Presidente Lula e observamos o puxa-saquismo de alguns do jornal ou da televisão que querem manter este Governo no poder. Antes, porém, o programa Globo Rural mostra o interior do País, mostra a dificuldade pela qual a população está passando. Com isso, verifica-se a incoerência daquilo que está sendo feito e daquilo que está sendo falado.

Segundo o IBGE, essa queda se deve à baixa cotação do produto no mercado interno e às dificuldades de comercialização enfrentadas nas últimas safras. “Também a descapitalização dos produtores, aliada à inadimplência e, conseqüentemente, à restrição ao crédito, resultou numa implantação da safra com baixo nível tecnológico. Além desses fatores, a estiagem ocorrida nos meses de abril e maio e as geadas, nos meses de agosto e setembro, contribuíram para a pequena safra deste ano”, diz o IBGE.

Senadora Heloísa Helena, a situação deste País fica cada vez mais difícil. Não temos, de forma alguma, como enxergar uma luz no fim do túnel. A população está estarecida. Não é possível mantermos no poder um Partido, um Presidente tão incompetente, tão mentiroso, tão enganador, a ponto de levar incautos eleitores a continuar acreditando neles!

Um dia, eles inventam que vão continuar privatizando. Ora, quem privatizou no passado, se quisesse, teria realizado outras privatizações. Porém, ninguém fez mais privatizações! Já é consenso nacional que algumas privatizações foram feitas de forma errada, e ninguém quer retornar ao erro.

Está bem claro para a população brasileira que este País tem de crescer. Cresceria nas mãos de V. Ex<sup>a</sup>, cresceria – acredito – nas mãos do Cristovam e crescerá, por certo, nas mãos de Geraldo Alckmin.

Ontem, aqui, foram ditas por um colega nosso algumas palavras e foram feitas acusações contra ONGs investigadas por repasse de dinheiro público do Governo Federal. E a filha do Presidente seria a chefe, conforme acusa o Senador.

O Líder do PFL no Senado, Heráclito Fortes (PI), revelou ontem que a ONG Amigos de Plutão, à qual foi atribuído repasse de verba pelo Governo Federal

de R\$7,5 milhões, é nome fictício que a Oposição usa para se referir à outra ONG, catarinense, que teve entre seus integrantes a filha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lurian, e seu churrasqueiro preferido, Jorge Lorenzetti, hoje acusado no escândalo do dossiê Vedoin.

O Senador justificou a senha da Oposição como forma de contornar o segredo judicial que protege o processo de investigação sobre o repasse de verba federal para a ONG verdadeira.

Heráclito fez a revelação no meio de uma acalorada discussão com a Líder do Governo no Senado, Ideli Salvatti (SC), a quem acusou de esconder os delitos cometidos por ONGs de seu Estado, especificamente a que teve participação de Lurian e Lorenzetti. Ele não nominou essa ONG, mas se trata da Rede 13, de Blumenau, cujo comando Lurian repassou a Lorenzetti antes de sua extinção.

A denúncia original de irregularidades foi feita pelo jornalista Fernando Bond, que trabalhou na Rede 13 por três meses. Ele contou que o órgão tinha um rombo de R\$70 mil, coberto por Lorenzetti – escalado pelo PT para intervir na entidade e fechá-la, com receio de a história vir a público. A denúncia do jornalista vai mais longe e levanta suspeita de que a ONG servira de veículo para repasse de verbas públicas a petistas.

A revelação de Heráclito escapou num momento de irritação com Ideli, que o acusara de criar factóide justamente por fazer denúncia contra entidade fictícia. A Senadora fez a acusação e se retirou do plenário.

“V. Ex<sup>a</sup> me deu oportunidade de explicar quem são os Amigos de Plutão. Os amigos de Plutão moram em Blumenau, e a ONG é de Lorenzetti, a ONG é da Sr<sup>a</sup> Lurian”, disse, dirigindo-se a Ideli, que já havia se retirado. Para o Senador, ninguém melhor do que a Líder petista sabe do que se trata, “tanto é que sai desesperada do plenário”. A Senadora alegou um vôo marcado para não dar apartes à Oposição.

Heráclito disse que aguardava a resposta. “Plutão existe e mora aqui. Eis o Plutão, Brasil! (...) Venha, Senadora Ideli, prestar conta à Nação desse processo que corre em segredo de Justiça. Afinal, V. Ex<sup>a</sup> permitiu que o segredo fosse revelado. Eis o Plutão! Pres-

te conta à Nação”, concluiu Heráclito Fortes, aos berros.

Sr<sup>a</sup> Presidente, também quero alertar a população brasileira quanto à enxurrada de panfletos que estão sendo distribuídos pelo Brasil afora. Alguns, por exemplo, dizem que o Presidente Lula ganhou o debate da Band, além de uma porção de mentiras a que o povo brasileiro deve estar atento.

Eles continuam fazendo o mesmo que fizeram com a Senadora Heloísa Helena e com muitas vítimas no Brasil.

No começo da campanha, Geraldo Alckmin recebeu do PT o título de “chuchu” – espalharam isso pelo Brasil –, porque “não tem cheiro e não tem gosto”. Depois, viram que isso não “colou”, porque ele mostrou a construção de 19 hospitais no Estado de São Paulo, contra nenhum feito por Lula no Brasil. Ele mostrou as estradas conservadas ou sendo construídas, bem trabalhadas no Estado de São Paulo, contra a burocracia e o escândalo que são, hoje, as estradas brasileiras. Ele mostrou que teve coragem para enfrentar o crime organizado e para tomar atitudes contra o crime; que o Governo Federal nada fez; que a Polícia de Divisas não existe; que o contrabando entra aqui a qualquer hora, a qualquer dia, sem qualquer intervenção federal; e que, nas estradas brasileiras, não existe segurança alguma.

Viram, assim, que “chuchu” não dava certo, porque ele tinha competência, currículo e passado. Fez sucesso na sua profissão, assim como a Senadora Heloísa Helena, como professora. Como Prefeito, também fez sucesso e foi Governador excelente, da mesma forma como a Senadora Heloísa Helena foi, talvez, a melhor Senadora desta Casa.

Como “chuchu” não deu certo, passaram a chamá-lo de *pit bull*, porque enfrenta, tem coragem e briga, ou de “delegado de porta de cadeia”, porque, assim como a Senadora Heloísa Helena tem feito nos últimos quatro anos, quando pode e tem um microfone à sua frente, ele também expressa a indignação do povo brasileiro com os desmandos e com descabros que ocorrem nesta Nação.

O povo brasileiro, tenho certeza, no dia 29, dará resposta a essa gente, a esses trapalhões que não sabem administrar e que são especialistas apenas em difamar e caluniar gente direita e honesta.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Batista Mot-

ta, a generosidade e a solidariedade das palavras, como sempre.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, pelo tempo que entender necessário para fazer seu pronunciamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Heloísa Helena, e Senador João Batista Motta, o que me traz à tribuna da Casa é o compromisso que tenho de prestar contas de missões com que me honra o Senado Federal.

Estive, nos últimos dois dias, em Montevideú, na companhia do Senador Sérgio Zambiasi, dos Deputados Rosinha e Mauro Passos, e da briosa equipe administrativa e de assessores da Comissão Parlamentar Mista do Mercosul.

Participamos de uma reunião muito importante, que definiu datas para a instalação do futuro Parlamento do Mercosul.

No entanto, eu não poderia tratar do assunto sem antes fazer referência ao ato grotesco, deselegante, que beira o crime, cometido contra V. Ex<sup>a</sup>, e sem lhe prestar a minha absoluta solidariedade.

O Senador José Jorge sugeriu-lhe não se abater com o fato. Esse é o conselho que todo amigo dá à pessoa que foi covardemente atingida. Pelo que conheço de V. Ex<sup>a</sup>, tenho certeza de que o fato a abateu e a incomoda, assim como a todos que temos o privilégio de estar em sua companhia.

Senadora Heloísa, a todos cabe o direito de não gostar, de discordar ou de divergir de V. Ex<sup>a</sup>, mas creio que, de parte desta Casa, da imprensa e do povo brasileiro, creio que o que de menos podemos dedicar a V. Ex<sup>a</sup> é o nosso respeito; creio que o abuso, a falta de respeito cometida contra V. Ex<sup>a</sup>, entendo necessário mesmo que ela lhe incomode, porque isso é a possibilidade que temos, Senadora Heloísa Helena, de nos assustarmos. Por vezes, sinto que o ambiente da política brasileira – e não o generalizo – tem um nicho, uma facção, um grupamento de pessoas que tentam avacalhá-la, para que todos tenham a percepção de que política é isso: avacalhamento, descompostura... Não entendo política dessa forma. Procuo me colocar e me ater com compostura, com seriedade. Aliás, conto com a possibilidade de ter pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, além de outros colegas, inclusive aqui no Senado, como referência de retidão, de hombridade. Portanto, repilo, com nojo, as tentativas de pessoas que não se dão ao respeito, para começar, e que, por isso, tentam atrair pessoas de bem, pessoas sérias, pessoas honestas, pessoas que dignificam a política, tentam atraí-las

para o lamaçal em que se encontram. Mas é uma mera tentativa. Precisamos estar atentos, precisamos ter medo dessas pessoas, porque elas são capazes de tudo. Precisamos nos abater mesmo, porque o abatimento faz com que a gente reaja com indignação, e precisamos reagir com indignação a todo instante e a toda hora, até que possamos ver, em nosso País, um clima melhor, um ambiente mais decente, em que as pessoas que militam na política tenham, no processo de construção coletiva de um País justo e fraterno, a perspectiva mais nobre, a perspectiva mais exata das suas realizações.

Senadora Heloísa Helena, sinto-me no dever de prestar contas à Casa de mais uma missão a mim atribuída pelo Senado Federal, juntamente com o Senador Sérgio Zambiasi, que, aliás, é um grande companheiro, uma pessoa que admiro cada vez mais. Atualmente, S. Ex<sup>a</sup> é o Presidente **pro tempore** da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que, diga-se de passagem, tem atuado com eficiência e com brilhantismo, diria. Prova disso é que, na sua gestão, o nosso papel é o de estar junto com o S. Ex<sup>a</sup>, secundá-lo, na tentativa de fazer com que os fatos ocorram, fazer com que a seqüência de ações se concretize, para que, muito em breve, possamos nos orgulhar da instalação do Parlamento do Mercosul.

A reunião, permeada por um seminário, cujo tema foi muito interessante: O Parlamento do Mercosul, como uma caixa de ressonância da sociedade latino-americana, contou com a presença de pessoas que estão, há muito tempo, envolvidas com o processo de instalação do Mercosul, de permanência e continuidade do Mercosul e, particularmente, no que diz respeito à tentativa de se fazer surgir o Parlamento do Mercosul.

Destaco, com o maior prazer, a presença da Professora Dayse, uma cientista brilhante, que a todo instante nos injeta ânimo, nos dá lições e nos mostra perspectivas do que pode significar esse Parlamento para a América Latina, para a América do Sul, quando nós, num futuro talvez não tão distante, nos constituirmos, verdadeiramente, num bloco sólido, não só econômico, mas em um bloco de extremadas relações políticas, sociais, culturais, teremos participado da construção daquilo que talvez seja, no nosso Continente, uma das obras mais importantes a ser lembrada pelas futuras gerações.

Como disse, Senadora, a reunião realizada na bela Montevideú gerou algumas decisões importantes. A principal decisão adotada na reunião, da qual tive o prazer e o privilégio de participar, foi designar o dia 14 de dezembro próximo, período em que, aqui em Brasília,

lia, teremos a ocorrência de mais uma, como chamamos, *cumbra* dos presidentes dos países que fazem parte do Mercosul, oportunidade em que estaremos, simbolicamente, ainda na gestão do Senador Sérgio Zambiasi, instalando o Parlamento do Mercosul. A par dessa decisão, outras decisões foram adotadas no que diz respeito ao funcionamento do futuro órgão que, no dizer do Senador Zambiasi, tem de ser um organismo enxuto, austero e voltado, de fato, com toda a sua sensibilidade, para o acesso às populações, às comunidades da América Latina que, no contexto atual do Mercosul, não encontram eco para as suas reflexões, para as suas proposições e para os seus anseios.

Portanto, cumpre-me, Senadora Heloísa Helena, compenetradamente, prestar contas de uma missão oficial, e o faço agora. Fui cumprir o meu papel: participei das discussões, das deliberações, e, com muito prazer, trago à Casa a notícia de que, possivelmente, no próximo dia 14 de dezembro, aqui em Brasília, ainda sob a Presidência do Senador Sérgio Zambiasi, que cumpre um relevante papel nesse processo, estaremos instalando, simbolicamente, o Parlamento do Mercosul, que, se espera, seja, de fato, uma caixa de ressonância aos anseios, às aspirações do povo latino-americano. Creio que o Mercosul caminha, se dirige para a incorporação de outros países. Espero que isso ocorra no menor espaço de tempo possível, porque só isso assegurará, no contexto mundial, a nossa presença sólida, forte, como interlocutores que poderão tratar de igual para igual com os demais blocos que se constituem e se constituíram mundo afora.

Portanto, Senadora Heloísa Helena, a nossa expectativa é a de que tudo corra bem até aquela data e que possamos fazer com que o Parlamento do Mercosul, há tanto tempo trabalhado, há tanto tempo burilado, há tanto tempo sonhado, possa num futuro muito próximo vir a se tornar uma realidade. Uma realidade interessante para o nosso País e para os demais países que constituem hoje esse bloco, certamente com aceno para os demais países da América Latina e da América do Sul de ingresso no Mercosul, para que possamos nos tornar um conjunto sólido, um conjunto fantástico de aspirações colocadas mundo afora, para a realização do sonho dos nossos povos.

Era o que eu gostaria de registrar, Senadora Heloísa Helena, com o agradecimento de sempre.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Exª pela generosidade das palavras e o convido para fazer as leituras, assumindo a Secretaria.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência comunica que está recebendo, até o dia 1º de novembro próximo, as indicações ao “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, de acordo com o que dispõe o art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001. As indicações deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa por meio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Ofício nº 459/06 – CPI “Bingos”

Brasília, 4 de julho de 2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”, em cumprimento ao artigo 150 do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Comissão encenou seus trabalhos com a aprovação do Relatório Final, que ora encaminho anexo, para conhecimento desta Casa Legislativa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente, – Senador **Efraim Morais**, Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Relatório Final da Comissão recebeu o nº 03, de 2006, e será publicado no **Diário do Senado Federal**, em suplemento à presente edição.

A Presidência tomará as providências necessárias para o cumprimento das recomendações constantes das conclusões do Relatório.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, projetos de lei da iniciativa da CPI dos Bingos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes:



# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE LEI DO SENADO**

### **Nº 274, DE 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

#### **“Exploração de jogo de azar**

**Art. 232-A.** Estabelecer, promover ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele, sem autorização de lei federal:

**Pena** – reclusão, de um a três anos, e multa.

§ 1º Considera-se jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa exclusiva ou principalmente da sorte, ou toda atividade que, mediante a distribuição de bilhetes, listas, cupões, vales, cartelas, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza.

§ 2º Incorre na mesma pena quem produz, vende ou expõe à venda, tem sob sua guarda para o fim de venda, põe ou tenta pôr em circulação ou transporta bilhete ou meio análogo de jogo de azar, ou quem fabrica, adquire, vende, fornece, ainda que gratuitamente, máquina, aparelho, instrumento ou qualquer artefato destinado ao jogo de azar, ressalvadas as autorizações provenientes de lei federal.

§ 3º Constitui efeito da condenação a perda dos móveis e objetos de decoração do local.

§ 4º A pena é aumentada de um terço se o agente é funcionário público ou se existe entre os empregados ou no local pessoa menor de 18 (dezoito) anos.

§ 5º Equiparam-se, para efeitos penais, a lugar acessível ao público:

a) a casa particular em que se realizam jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa;

b) o hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogos de azar;

c) a sede ou dependência de fundação, sociedade ou associação, em que se realiza jogo de azar.”

**Art. 2º** A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

IX – crime de exploração de jogo de azar.

..... (NR)”

“Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes do crime definido no art. 1º desta Lei, poderá decretar a qualquer tempo:

I – a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores do acusado obtidos de forma ilícita, ainda que transferidos ou mantidos em nome de terceiros ou misturados ao patrimônio legalmente constituído, até o valor total estimado envolvido na prática criminosa ou do produto e dos rendimentos auferidos, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal;

II – a indisponibilidade total ou parcial dos bens do acusado ou de terceiro, que deverá abranger o valor integral estimado envolvido na prática criminosa, assegurando, no mínimo, na impossibilidade dessa estimativa, o completo ressarcimento do dano causado ao erário público.

§ 1º .....

§ 2º O juiz determinará a liberação dos bens, direitos e valores apreendidos, seqüestrados ou declarados indisponíveis quando comprovada a licitude de sua origem.

§ 3º Nenhum pedido de restituição ou de disponibilidade será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores.

§ 4º A ordem de prisão de pessoas, de apreensão, seqüestro ou indisponibilidade de bens, direitos ou valores, poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações ou quando se tornarem desnecessárias.

§ 5º A medida de que trata o inciso II do caput deste artigo será levantada no caso de absolvição ou de extinção da punibilidade por decisão transitada em julgado.

§ 6º Enquanto pendente decisão de extradição, o Supremo Tribunal Federal decretará a medida prevista no inciso II do caput deste artigo. (NR)”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Ficam revogados os arts. 50 a 55 e 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e os arts. 45 a 56 e 58 a 60 do Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944.

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

---

  
**Senador Efraim Morais**



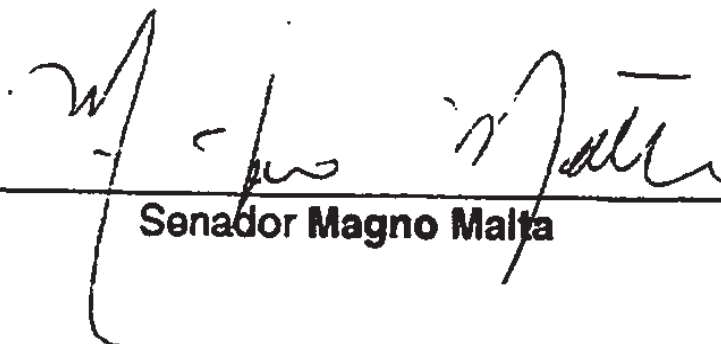
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



**Senador Magno Malta**

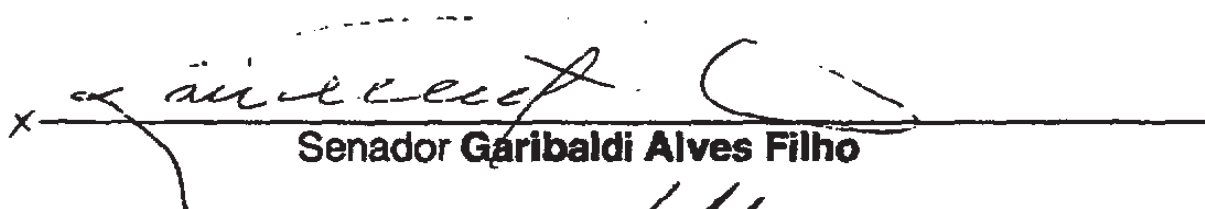
## CPI dos Bingos

**Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”**

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

  
Senador **Garibaldi Alves Filho**

  
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS


## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

  
Senador José Jorge



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



**Senador Eduardo Suplicy**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

Senador Romero Jucá

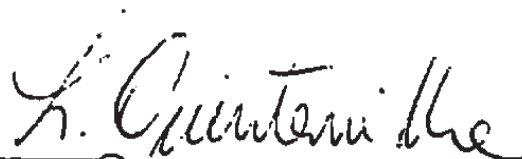
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Leomar Quintanilha**

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Wellington Salgado**



## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Augusto Botelho**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Alvaro Dias**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

---

  
Senador Valdir Raupp

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.



---

**Senador Antonio Carlos Magalhães**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.

---

**Senador Heráclito Fortes**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

## Código Penal.

Art. 232 - Nos crimes de que trata este Capítulo, é aplicável o disposto nos arts. 223 e 224.

**DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.**

## Lei das Contravenções Penais

## CAPÍTULO VII

## DAS CONTRAVENÇÕES RELATIVAS À POLÍCIA DE COSTUMES

Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele: (Vide Decreto-Lei nº 4.866, de 23.10.1942) (Vide Decreto-Lei 9.215, de 30.4.1946)

Pena – prisão simples, de três meses a um ano, e multa, de dois a quinze contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos moveis e objetos de decoração do local.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se existe entre os empregados ou participa do jogo pessoa menor de dezoito anos.

§ 2º Incorre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, quem é encontrado a participar do jogo, como ponteiro ou apostador.

§ 3º Consideram-se, jogos de azar:

- c) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;
- b) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas;
- c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

§ 4º Equilparam-se, para os efeitos penais, a lugar acessível ao público:

a) a casa particular em que se realizam jogos de azar, quando deles habitualmente participam pessoas que não sejam da família de quem a ocupa;

b) o hotel ou casa de habitação coletiva, a cujos hóspedes e moradores se proporciona jogo de azar;

c) a sede ou dependência de sociedade ou associação, em que se realiza jogo de azar;

d) o estabelecimento destinado à exploração de jogo de azar, ainda que se dissimule esse destino.

**Art. 51. Promover ou fazer extrair loteria, sem autorização legal:**

**Pena – prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de cinco a dez contos de réis, estendendo-se os efeitos da condenação à perda dos moveis existentes no local.**

**§ 1º Incorre na mesma pena quem guarda, vende ou expõe à venda, tem sob sua guarda para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação bilhete de loteria não autorizada.**

**§ 2º Considera-se loteria toda operação que, mediante a distribuição de bilhete, listas, cupões, vales, sinais, símbolos ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza.**

**§ 3º Não se compreendem na definição do parágrafo anterior os sorteios autorizados na legislação especial.**

**Art. 52. Introduzir, no país, para o fim de comércio, bilhete de loteria, rifa ou tómbola estrangeiras:**

**Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de um a cinco contos de réis.**

**Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação, bilhete de loteria estrangeira.**

**Art. 53. Introduzir, para o fim de comércio, bilhete de loteria estadual em território onde não possa legalmente circular:**

**Pena – prisão simples, de dois a seis meses, e multa, de um a três contos de réis.**

**Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, tem sob sua guarda, para o fim de venda, introduz ou tenta introduzir na circulação, bilhete de loteria estadual, em território onde não possa legalmente circular.**

**Art. 54. Exibir ou ter sob sua guarda lista de sorteio de loteria estrangeira:**

**Pena – prisão simples, de um a três meses, e multa, de duzentos mil réis a um conto de réis.**

**Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem exibe ou tem sob sua guarda lista de sorteio de loteria estadual, em território onde esta não possa legalmente circular.**

**Art. 55. Imprimir ou executar qualquer serviço de feitura de bilhetes, lista de sorteio, avisos ou cartazes relativos a loteria, em lugar onde ela não possa legalmente circular:**

**Pena – prisão simples, de um a seis meses, e multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.**

.....  
**Art. 58. Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração:**

**Pena – prisão simples, de quatro meses a um ano, e multa, de dois a vinte contos de réis.**

**Parágrafo único. Incorre na pena de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis, aquele que participa da loteria, visando a obtenção de prêmio, para si ou para terceiro.**

---

**DECRETO-LEI Nº 6.259 DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944.**

Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.

**DAS CONTRAVENÇÕES**

**Art. 45.** Extrair loteria sem concessão regular do poder competente ou sem a ratificação de que cogita o art. 3º Penas: de um (1) a quatro (4) anos de prisão simples, multa de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) a dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00), além da perda para a Fazenda Nacional de todos os aparelhos de extração, mobiliário, utensílios e valores pertencentes à loteria.

**Art. 46.** Introduzir no país bilhetes de loterias, rifas ou tómbolas estrangeiras, ou em qualquer Estado, bilhetes de outra loteria estadual. Penas: de seis (6) meses a um (1) ano de prisão simples, multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), além da perda para a Fazenda Nacional de todos os bilhetes apreendidos.

**Art. 47.** Possuir, ter sob a sua guarda, procurar colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loterias estrangeiras. Penas: de seis (6) meses e um (1) ano de prisão simples, multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), além de perda para a Fazenda Nacional de todos os bilhetes apreendidos.

**Art. 48.** Possuir, ter sob sua guarda, procurar colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loteria estadual fora do território do Estado respectivo. Penas: de dois (2) a seis (6) meses de prisão simples, multa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), além de perda para a Fazenda Nacional dos bilhetes apreendidos.

**Art. 49.** Exibir, ou ter sob sua guarda, listas de sorteios de loteria estrangeira ou de estadual fora do território do Estado respectivo. Penas: de em (1) a quatro (4) meses de prisão simples e multa de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00).

**Art. 50.** Efetuar o pagamento de prêmio relativo a bilhete de loteria estrangeira ou estadual que não possa circular legalmente no lugar do pagamento. Penas: de dois (2) a seis (6) meses de prisão simples e multa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00).

**Art. 51.** Executar serviços de impressão ou acabamento de bilhetes, listas, avisos ou cartazes, relativos a loteria que não possa legalmente circular no lugar onde se executem tais serviços. Penas: de dois (2) a seis (6) meses de prisão simples, multa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), e a inutilização dos bilhetes, listas, avisos e cartazes, além da pena de prisão aos proprietários e gerentes dos respectivos estabelecimentos.

**Art. 52.** Distribuir ou transportar cartazes, listas ou avisos de loterias onde os mesmos não possam legalmente circular. Penas: de um (1) a quatro (4) meses de prisão simples e multa de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00).

**Art. 53.** Colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loterias relativos a extrações já feitas. Penas: as do art. 171 do Código Penal.

**Art. 54 .** Falsificar emendar ou adulterar bilhetes de loteria. Penas: as do art. 298 do Código Penal.



**Art. 55.** Divulgar por meio de jornal, revista, rádio, cinema ou por qualquer outra forma, clara ou disfarçadamente, anúncio, aviso ou resultado de extração da loteria que não possa legalmente circular no lugar em que funciona a empresa divulgadora. Penas: de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) a cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) aplicável aos proprietários e gerentes das respectivas empresas, e o dobro na reincidência.

**Parágrafo único.** A Fiscalização Geral de Loterias deverá apreender os jornais, revistas ou impressos que inserirem reiteradamente anúncio ou aviso proibidos, e requisitar a cassação da licença para o funcionamento das empresas de rádio e cinema que, da mesma forma, infringirem a disposição deste artigo.

**Art. 56.** Transmitir pelo telégrafo ou por qualquer outro meio o resultado da extração da loteria que não possa circular no lugar para onde se fizer a transmissão. Penas: de multa de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) a mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00).

**Parágrafo único.** Nas mesmas penas incorrerá a empresa telegráfica particular que efetuar a transmissão;

.....

**Art. 58.** Realizar o denominado "jogo do bicho", em que um dos participantes, considerado comprador ou ponto, entrega certa quantia com a indicação de combinações de algarismos ou nome de animais, a que correspondem números, ao outro participante, considerado o vendedor ou banqueiro, que se obriga mediante qualquer sorteio ao pagamento de prêmios em dinheiro. Penas: de seis (6) meses a um (1) ano de prisão simples e multa de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00) a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00) ao vendedor ou banqueiro, e de quarenta (40) a trinta (30) dias de prisão celular ou multa de duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) ao comprador ou ponto.

§ 1º Incorrerão nas penas estabelecidas para vendedores ou banqueiros:

- a) os que servirem de intermediários na efetuação do jogo;
- b) os que transportarem, conduzirem, possuírem, tiverem sob sua guarda ou poder, fabricarem, darem, cederem, trocarem, guardarem em qualquer parte, listas com indicações do jogo ou material próprio para a contravenção, bem como de qualquer forma contribuírem para a sua confecção, utilização, curso ou emprego, seja qual for a sua espécie ou quantidade;
- c) os que procederem à apuração de listas ou à organização de mapas relativos ao movimento do jogo;
- d) os que por qualquer modo promoverem ou facilitarem a realização do jogo.

§ 2º Consideram-se idôneos para a prova do ato contravençional quaisquer listas com indicações claras ou disfarçadas, uma vez que a perícia revele se destinarem à perpetração do jogo do bicho.

~~§ 3º Na ausência do flagrante, instaurar-se-á o necessário processo fiscal, cabendo a aplicação da multa cominada neste artigo à autoridade policial da circunscrição, com recurso para o Chefe de Polícia, atribuídos aos autuantes 50% das multas efetivamente recolhidas. (Revogado pela Lei nº 1.508, de 1951)~~

**Art. 59.** Serão inafiançáveis as contravenções previstas nos arts. 45 a 49 e 58 e seus parágrafos.

Art. 60. Constituem contravenções, puníveis com as penas do art. 45, o jôgo sôbre corridas de cavalos, feito fora dos hipódromos, ou da sede e dependências das entidades autorizadas, e as apostas sôbre quaisquer outras competições esportivas.

Parágrafo único. Consideram-se competições esportivas, aquelas em que se classificarem vencedores

- a) pelo esforço físico, destreza ou habilidade do homem;
- b) pela seleção ou adestramento de animais, postos em disputa, carreira ou luta de qualquer natureza.

**LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998.**

Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**Dos Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores**

Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

- I - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;
- ~~II - de terrorismo;~~
- II - de terrorismo e seu financiamento; (Redação dada pela Lei nº 10.701, de 9.7.2003)
- III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;
- IV - de extorsão mediante seqüestro;
- V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;
- VI - contra o sistema financeiro nacional;
- VII - praticado por organização criminosa.
- VIII - praticado por particular contra a administração pública estrangeira (arts. 337-B, 337-C e 337-D do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal). (Inciso incluído pela Lei nº 10.467, de 11.6.2002)

Pena: reclusão de três a dez anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

- I - os converte em ativos lícitos;
- II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

**III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.**

**§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:**

**I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;**

**II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.**

**§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.**

**§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do caput deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.**

**§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.**

.....

**Art. 4º O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou representação da autoridade policial, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão ou o seqüestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes previstos nesta Lei, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.**

**§ 1º As medidas assecuratórias previstas neste artigo serão levantadas se a ação penal não for iniciada no prazo de cento e vinte dias, contados da data em que ficar concluída a diligência.**

**§ 2º O juiz determinará a liberação dos bens, direitos e valores apreendidos ou seqüestrados quando comprovada a licitude de sua origem.**

**§ 3º Nenhum pedido de restituição será conhecido sem o comparecimento pessoal do acusado, podendo o juiz determinar a prática de atos necessários à conservação de bens, direitos ou valores, nos casos do art. 366 do Código de Processo Penal.**

**§ 4º A ordem de prisão de pessoas ou da apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores, poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 275, DE 2006

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

**Art. 1º** O art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 475. ....

.....

§ 4º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo em caso de decisão liminar ou de antecipação de tutela que autorize a promoção, o estabelecimento ou a exploração de jogo de azar. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"*

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

Senador Efraim Moraes

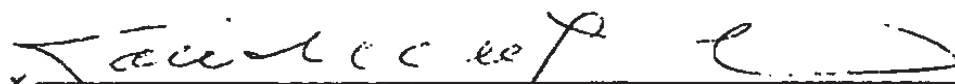
## CPI dos Bingos

**Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”**

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

  
x \_\_\_\_\_

**Senador Garibaldi Alves Filho**

  
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

Senador José Jorge



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

  
\_\_\_\_\_  
Senador Eduardo Suplicy

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Romero Jucá**

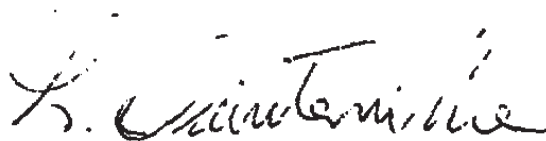
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Leomar Quintanilha**

## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

---

Senador Wellington Salgado



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Augusto Botelho**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Alvaro Dias**

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

---

  
Senador Valdir Raupp

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.



---

**Senador Magno Malta**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.

---

**Senador Heráclito Fortes**

## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

### LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

Institui o Código de Processo Civil.

.....

Art. 475. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001)

I – proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001)

II – que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública (art. 585, VI). (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 2001)

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o juiz ordenará a remessa dos autos ao tribunal, haja ou não apelação; não o fazendo, deverá o presidente do tribunal avocá-los. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001)

§ 2º Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução da dívida ativa do mesmo valor. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001)

§ 3º Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001)

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 276, DE 2006

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 581. ....  
.....

XXV – nega ou indefere requerimento de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória. (NR)”

“Art. 588. ....

§ 1º.....

§ 2º Não será aberta vista ao réu no caso de recurso contra decisão que indeferiu ou negou busca e apreensão ou interceptação telefônica, devendo ser imediatamente concluso ao juiz. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

---

**Senador Efraim Morais**

# CPI dos Bingos


***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

x   
Senador Garibaldi Alves Filho

  
SENADOR ANTERO PÁEZ DE BARROS

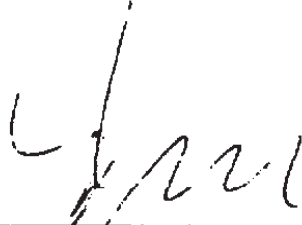
# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

Senador José Jorge



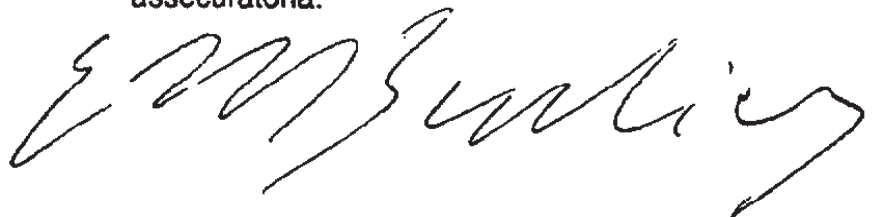
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

**Senador Eduardo Suplicy**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso ~~contra~~ decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

---

**Senador Romero Juca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

**Senador Leomar Quintanilha**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

---

  
**Senador Wellington Salgado**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

  
Senador Augusto Botelho

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

**Senador Alvaro Dias**

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

---

Senador  Raupp

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

Senador **Antonio Carlos Magalhães**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

---

**Senador Heráclito Fortes**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.



---

**Senador Magno Malta**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941.**

Código de Processo Penal.

.....

**CAPÍTULO II****DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:**

**I - que não receber a denúncia ou a queixa;**

**II - que concluir pela incompetência do juízo;**

**III - que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição;**

**IV - que pronunciar ou impronunciar o réu;**

**V - que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante; (Redação dada pela Lei nº 7.780, de 22.6.1989)**

**VI - que absolver o réu, nos casos do art. 411;**

**VII - que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor;**

**VIII - que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;**

**IX - que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade;**

**X - que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;**

**XI - que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena;**

**XII - que conceder, negar ou revogar livramento condicional;**

**XIII - que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte;**

**XIV - que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir;**

**XV - que denegar a apelação ou a julgar deserta;**

**XVI - que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial;**

XVII - que decidir sobre a unificação de penas;

XVIII - que decidir o incidente de falsidade;

XIX - que decretar medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado;

XX - que impuser medida de segurança por transgressão de outra;

XXI - que manter ou substituir a medida de segurança, nos casos do art. 774;

XXII - que revogar a medida de segurança;

XXIII - que deixar de revogar a medida de segurança, nos casos em que a lei admita a revogação;

XXIV - que converter a multa em detenção ou em prisão simples.

.....

Art. 588. Dentro de 2 (dois) dias, contados da interposição do recurso, ou do dia em que o escrivão, extraído o traslado, o fizer com vista ao recorrente, este oferecerá as razões e, em seguida, será aberta vista ao recorrido por igual prazo.

Parágrafo único. Se o recorrido for o réu, será intimado do prazo na pessoa do defensor.

.....

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 277, DE 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 1º** Para aquisição de bens e serviços em geral, deverá ser adotada a licitação na modalidade pregão eletrônico, que será regida por esta Lei.

§ 1º Nas licitações cujos objetos demandem uma análise detida de aspectos técnicos, notadamente quando se tratem de certames dos tipos ‘melhor técnica’ e ‘técnica e preço’, poderá ser realizado processo licitatório nas modalidades concorrência ou tomada de preços, conforme previsto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultada a utilização do pregão eletrônico no concernente às propostas de preços.

§ 2º Nas hipóteses em que, por razões técnicas, mostrar-se inviável a utilização do pregão eletrônico e caso seu adiamento represente ônus para a Administração, poderá ser realizada licitação em outras modalidades, mediante despacho fundamentado, cuja cópia deverá instruir notificação ao Tribunal de Contas, a ser apresentada pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas. (NR)”

**Art. 2º** A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, passa a vigor acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Nos casos de comprovada urgência, poderá a entidade licitante, mediante decisão de sua maior autoridade, abrir processo de pregão eletrônico de urgência, que deverá ser concluído no prazo de 48 horas, atendendo às seguintes diretrizes:

I – Será dispensada a publicação prévia do edital no Diário Oficial impresso, o mesmo não se aplicando ao extrato do contrato após a adjudicação. Será entretanto imprescindível a disponibilização integral do edital no endereço eletrônico da entidade licitante ou de sua delegatária para tais fins;

II – Todos os licitantes cadastrados como fornecedores do gênero de bens ou serviços a serem licitados deverão ser comunicados por correio eletrônico ou *fac-símile* em prazo não superior a duas horas da divulgação do edital no endereço eletrônico autorizado e não inferior a vinte e duas horas do encerramento da recepção de ofertas;

III – Os eventuais recursos serão alegados e decididos de plano pelo pregoeiro, não tendo em qualquer hipótese caráter suspensivo.

IV – A utilização indiscriminada do pregão de urgência sujeitará a autoridade responsável por sua autorização às penas previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, por improbidade administrativa, bem como, se cabível, à hipótese do § 2º do art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**Art. 3º** O § 3º do art. 22 e o inciso IV do art. 24, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 22. ....

§ 3º Convite é a modalidade de licitação, que poderá ser utilizada na hipótese do § 2º do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

..... (NR)”

**“Art. 24. ....**

.....  
· **IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que deva ser necessariamente sanada em menos de 48 horas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;**

..... (NR)”

**Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

  
Senador **Efraim Morais**



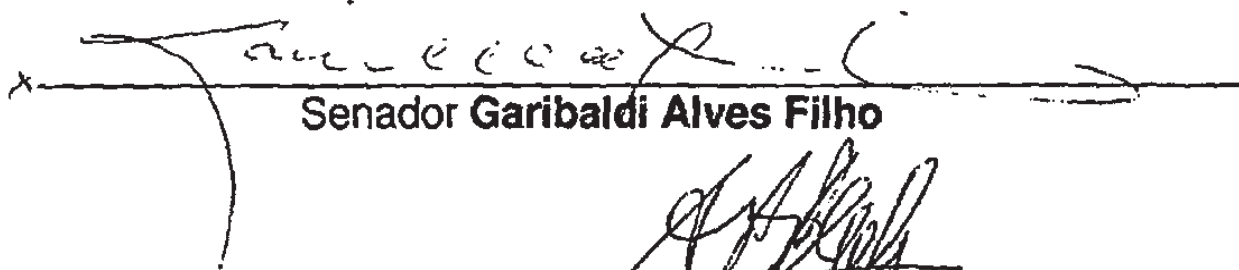
## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

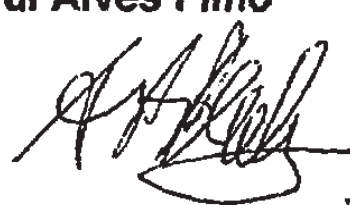
### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



Senador Garibaldi Alves Filho



SENADOR ANTEZERO PAES DE BARROS

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



---

Senador José Jorge

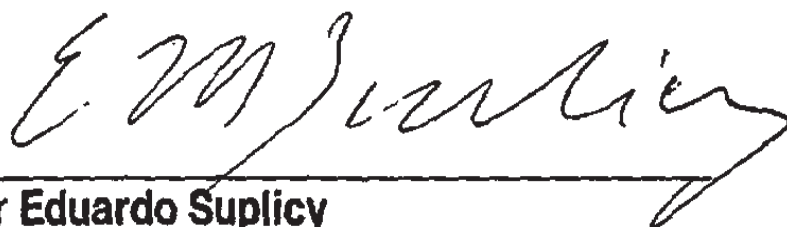
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tomando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



**Senador Eduardo Suplicy**



## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



---

Senador Romero Jucá

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



---

**Senador Leomar Quintanilha**

## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

Senador Wellington Salgado

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

  
Senador **Augusto Botelho**



# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tomando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



---

Senador Alvaro Dias

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

  
Senador Valdir Raupp

## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

### Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

  
Senador **Antonio Carlos Magalhães**

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.

---

**Senador Heráclito Fortes**

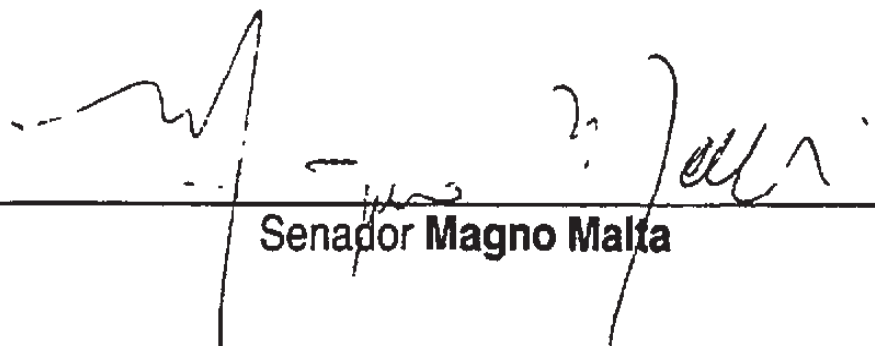
# CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

## Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006

Altera dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.



---

Senador Magno Malta



**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Projetos que acabam de ser lidos, de acordo com o disposto no inciso II, **d**, do art. 101 do Regimento Interno, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para emitir parecer.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE LEI DO SENADO**

### **Nº 278, DE 2006**

**Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Os Estados Federados e o Distrito Federal ficam autorizados a explorar loterias, como modalidade de serviço público, no âmbito de seus territórios, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

*Parágrafo único.* A exploração de loterias pelos Estados poderá ser efetuada diretamente ou mediante concessão.

**Art. 2º** As loterias criadas pelos Estados e pelo Distrito Federal serão submetidas à prévia aprovação da Caixa Econômica Federal, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação desta Lei.

*Parágrafo único.* Não serão aprovadas loterias com características semelhantes aos produtos lotéricos explorados pela Caixa Econômica Federal.

**Art. 3º** Do produto da arrecadação das loterias exploradas pelos Estados e pelo Distrito Federal, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao fomento do desporto, à seguridade social e a outros programas sociais de interesse público, nos termos da regulamentação desta Lei.

*Parágrafo único.* Os Estados e o Distrito Federal deverão prestar contas dos recursos aplicados de acordo com o disposto no *caput* deste artigo à Caixa Econômica Federal.

**Art. 4º** A premiação bruta das loterias exploradas pelos Estados e pelo Distrito Federal não será inferior a 45% (quarenta e cinco por cento) do produto da arrecadação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

  
Senador Efraim Moraes

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

**Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Garibaldi Alves Filho**  
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS**CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

**Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador José Jorge**

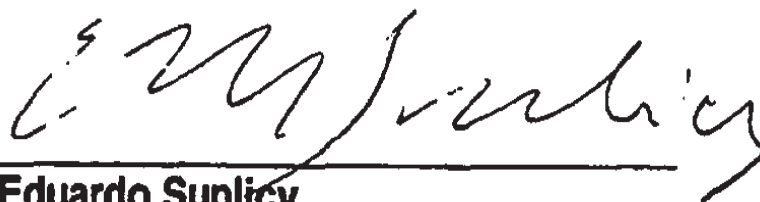
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Eduardo Suplicy**



# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº           ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Romero Juca**

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Leomar Quintanilha**

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

---

**Senador Wellington Salgado**

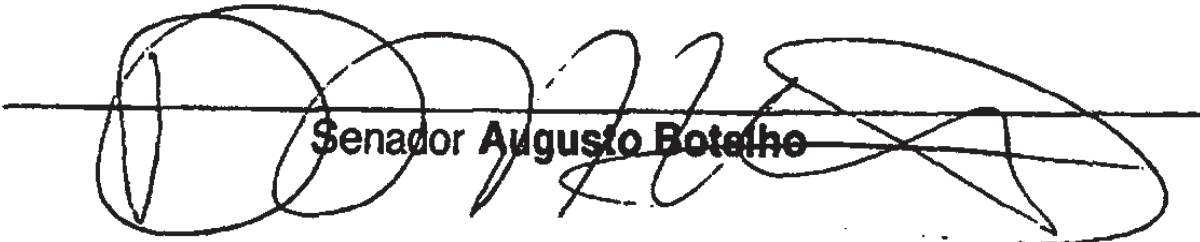
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº       ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

  
**Senador Augusto Botelho**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Alvaro Dias**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

---

  
**Senador Valdir Raupp**

# CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº      ., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

---

  
**Senador Antonio Carlos Magalhães**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº .., de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.

---

**Senador Heráclito Fortes**

# **̄CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento n 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultaqo de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

## **Proposição constante do RELATÓRIO FINAL APROVADO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N .. de 2006**

Autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.



---

**Senador Magno Malta**

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O projeto que acaba de ser lido será incluído em Orden do Dia oportunamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo

objeto do Relatório Parcial da CPI dos Bingos, aprovado em 31 de janeiro de 2006, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

## **SENADO FEDERAL**

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

## **Nº 417, DE 2006**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica extinto, em 14 de maio de 2006, o contrato entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Gtech do Brasil Ltda., que tem como objeto a operação do canal lotérico da CEF, sendo vedada sua prorrogação.

Art. 2º - A Caixa Econômica Federal deve, até 19 de março de 2006, regularizar o cronograma, estabelecido no contrato firmado com a Gtech, para transição do antigo para o novo modelo de operação das loterias.

Art. 3º - O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento da execução dos serviços mencionados nos arts. 1º e 2º deste decreto legislativo, encaminhando relatório ao Congresso Nacional.

Art. 4º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A relação contratual entre a multinacional norte-americana Gtech e a empresa pública brasileira Caixa Econômica Federal (CEF) sempre se apresentou



eivada de irregularidades, como ficou demonstrado em vários documentos: o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que investigou a Loterj, o Inquérito Policial nº 04.312/04, da Polícia Federal, os processos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema, a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal (Processo nº 2004.34.00.007387-1) e o Relatório Parcial da CPI dos Bingos.

O principal fator que alimentou essa relação contratual viciada, que desde o início fez pender a balança entre o interesse privado e o interesse público para aquele, parece ter sido a dependência tecnológica, gradativamente desenvolvida e consolidada desde, pelo menos, 1997. Tal dependência tecnológica, operacional e administrativa da CEF em relação à empresa prestadora dos serviços de loteria on-line real time, a Gtech, apresenta-se como o ponto central quando se questiona o motivo de a CEF manter uma contratação que, a rigor, seria juridicamente nula em sua origem, e que sofreu, ao longo do tempo, frequentes violações ao devido processo administrativo licitatório.

Os elementos probatórios colhidos pelos documentos supracitados, denunciam uma ação deliberada por parte de vários administradores da CEF, se não em direção à consolidação da dependência tecnológica, pelo menos em não materializar esforços para evitar tal dependência, em total afronta ao princípio da supremacia do interesse público, ocasionando um amplo domínio da relação contratual por parte da Gtech, que passou a ditar o aumento de preços, a consecução ou não de obrigações contratuais, o pagamento ou não de multas etc.

Em resumo, foram identificados os seguintes atos ilícitos praticados no curso da relação contratual CEF-Gtech:

- Contratação da Racimec, em 1993, sem licitação para a implantação de sistema piloto do modelo on-line real time de loteria, o que, além de não estar amparado da Lei nº 8.666/93, deu àquela empresa significativa vantagem competitiva na Concorrência Pública nº 001/1994;

- direcionamento da licitação para a implantação do modelo on-line real time de loteria, objeto da Concorrência Pública nº 001/1994, ao consórcio liderado pela empresa Racimec, sócia da Gtech, vencedor do certame;

- inclusão de serviços não-lotéricos na execução do contrato, não previstos no edital, e sem licitação;

- ação deliberada para a criação de uma situação de dependência tecnológica da CEF em relação à empresa contratada;
- celebração de sucessivos Termos Aditivos prevendo reajustes de preços fora dos parâmetros legais ou contratuais;
- ato simulatório de formal cumprimento das disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), mediante a celebração de um Distrato em 2000, seguida da realização de contratação direta, com inexigibilidade de licitação;
- deliberada omissão de cobrança de multas em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada;
- inexistência por parte da CEF de qualquer controle efetivo quanto ao cumprimento do contrato e Termos Aditivos pela contratada, notadamente quanto à devida instalação e funcionamento de todo o equipamento adquirido e pago pela CEF;
- indícios de pagamento de propina a pessoas ligadas a agentes públicos para facilitar a renovação do contrato em 2003;
- indícios de uso de um escritório de advocacia (MM Consultoria) para fins de pagamento de propinas e lavagem de dinheiro.

O conjunto de irregularidades listado acima, além do aprisionamento tecnológico, trouxe um grande prejuízo financeiro à CEF. De acordo com o TCU, a preços de 1º de março de 2005, no período de 13 de Janeiro de 1997 a 14 de abril de 2003 a CEF pagou a maior para a Gtech a quantia total de R\$ 312.913.475,95. No período de 15 de abril de 2003 a 31 de julho de 2004, o prejuízo da CEF, de acordo com o TCU, foi de R\$ 120.446.858,36. Atualizando esses dados para 30 de novembro de 2005 e acrescentando os valores pagos à Gtech após data calculada pelo TCU, chegamos, respectivamente, a R\$ 311.877.600,35 e R\$ 244.072.254,66. Os dados de sigilo bancário da Gtech ratificam esses números ao constatarem que, descontados os ingressos, a Gtech remeteu US\$ 232.212.426,85 para o exterior entre 1997 e 2005. Convém destacar que esse valor remetido corresponde apenas a parte do lucro líquido da empresa.

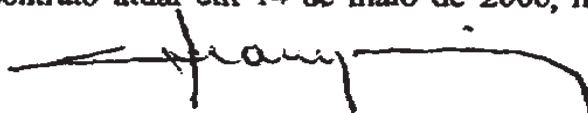
Em atendimento a questionamento desta CPI o TCU confirmou que Em dezembro de 2002 em dezembro de 2002 a CEF havia concluído o desenvolvimento do sistema de processamento lotérico, compreendendo apuração de ganhadores, rateio de

prêmios e repasse de recursos financeiros a entidades. O TCU, contudo, ressaltou que se trata de uma etapa pequena do processo de internalização do sistema de loterias, que não havia ainda sido desenvolvido as funcionalidades referentes a captação de jogos e que não havia local seguro para contingências. Embora, de fato represente uma percentagem pequena dos custos – de acordo com Marcos Andrade, então diretor financeiro da Gtech, esta etapa que estava desenvolvida corresponde a algo em torno de 5% a 6% do valor do contrato – tendo em vista os altos valores envolvidos, no período de 15 de abril de 2003 a 14 de maio de 2005, a CEF poderia ter pago pelo menos R\$ 40 milhões a menos à Gtech se tivesse assumido o processamento. Convém lembrar que a CEF fez investimentos para tal que ficaram sub utilizados nesse período.

Em maio de 2005, com bastante atraso, a CEF finalmente iniciou o processo de internalização do canal lotérico. Os pregões realizados comprovaram que, além de estrategicamente melhor, a opção de apenas comprar insumos de fornecedores primários implicaria em menores custos para a CEF. O processo está previsto para ser concluído em Maio de 2006, quando a CEF afirma que se livrará totalmente da dependência da Gtech. Contudo, o cronograma elaborado pela CEF para substituição gradual da Gtech pelo novo modelo está atrasado o que, de um lado, aumenta os custos da transição visto que os valores pagos à Gtech dependem da quantidade de transações realizadas e alguns itens do novo modelo apresentam custos fixos. De outro lado, esse atraso levanta dúvidas acerca da realização de uma nova prorrogação do contrato com a Gtech, que se vence em maio de 2006.

Questionado pela CPI dos Bingos acerca do prazo necessário para a CEF concluir a substituição da Gtech, o TCU informou que “o prazo de 12 (doze) meses, a contar de 15/5/2005, para total substituição do sistema e desativação do atual, operado pela Gtech, é um prazo bastante razoável”.

Diante do exposto, esta CPI decidiu pela apresentação, ao Congresso Nacional, do presente Projeto de Decreto Legislativo, que estipula o prazo de 60 dias para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech no canal lotérico e determina a extinção do contrato atual em 14 de maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

---



Senador **Efraim Moraes**

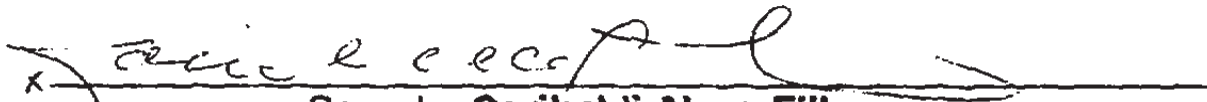
## CPI dos Bingos

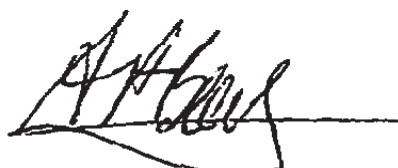
**Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”**

### Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

  
Senador Garibaldi Alves Filho



SENADOR ANTERO PIREZ DE SÁ



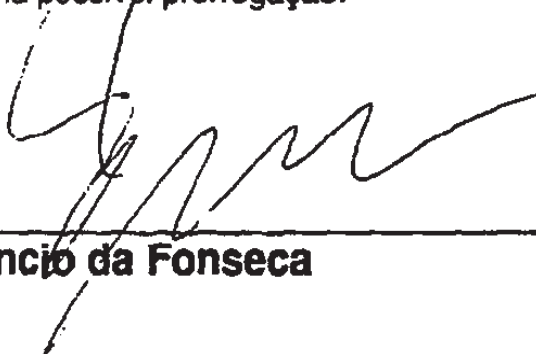
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

**Senador Juvêncio da Fonseca**

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

---

**Senador José Jorge**

## CPI dos Bingos

*Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”*

### Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



Senador **Eduardo Suplicy**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

**Senador Romero Jucá**

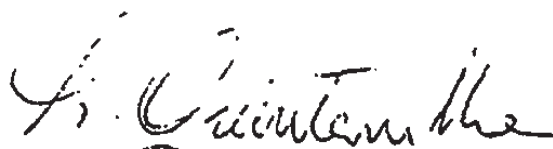
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

**Senador Leomar Quintanilha**



## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

**Senador Wellington Salgado**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

Senador **Augusto Botelho**

## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para "investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado"***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

Senador **Alvaro Dias**

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

**Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

---

Senador  Raupp

## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

Senador **Antonio Carlos Magalhães**



## **CPI dos Bingos**

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.

---

**Senador Heráclito Fortes**

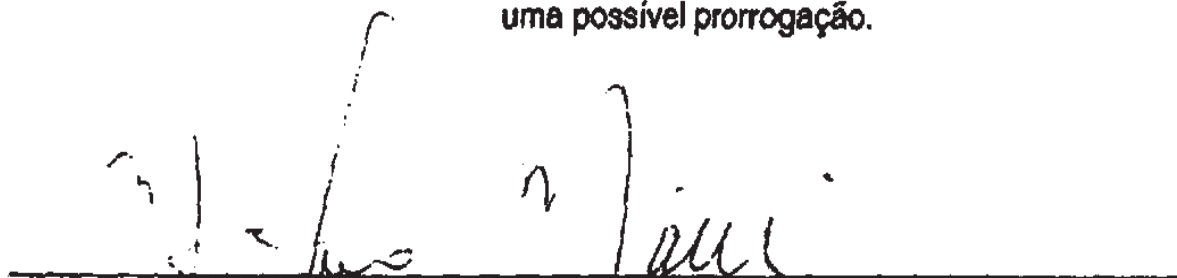
## CPI dos Bingos

***Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada através do Requerimento nº 245, de 2004, para “investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”***

### **Proposição constante do RELATÓRIO PARCIAL APROVADO**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

Estipula prazo para a CEF regularizar o cronograma de substituição da Gtech na operação das loterias e determina a extinção do contrato atual em maio de 2006, não permitindo uma possível prorrogação.



---

Senador Magno Malta

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência entende que o Projeto de Decreto Legislativo que acaba de ser lido está prejudicado em virtude de não ter sido encaminhado à Mesa em seguida à aprovação do Relatório Parcial. Entretanto, determina sua leitura, numeração e remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ser analisado.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

Of. Nº SF/1.845/2006

Brasília, 11 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento à recomendação constante do item 17 do Relatório Final nº 3, de 2006, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, encaminho a Vossa Excelência, para análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a anexa “proposta de estudo”.

Anexo à referida proposta, encaminho ainda o item 13.1 do Relatório, onde constam as razões da CPI que ensejaram sua apresentação.

Atenciosamente, – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os Srs. Senadores Paulo Paim, Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Marcos Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um grave acidente ambiental atingiu o Rio dos Sinos, provocando a morte de milhares de peixes. O acidente já é considerado o maior dos últimos 40 anos.

A mortandade atingiu aproximadamente 15 km de extensão formando um imenso lençol de peixes.

Ontem, órgãos especializados e técnicos de diversos municípios da região atingida trabalharam na monitoração das águas, na coleta de material para investigar a causa do acidente, no isolamento e na retirada dos peixes mortos.

Barreiras de proteção foram colocadas no rio para facilitar a retirada dos animais mortos. Técnicos calculam que a mortandade atingiu um milhão de peixes, coincidindo com a temporada de piracema, época em que os cardumes sobem o rio para procriação.

Os animais mortos atingiram a região que inicia nas proximidades da divisa de São Leopoldo com Sapucaia do Sul e segue na direção do delta do Jacuí na região de Canoas.

A cada catástrofe ambiental reforçamos a idéia de que é preciso punir com rigor os responsáveis pelos crimes ambientais, haja vista que somente com regras rigorosas poderemos evitar este tipo de acidente.

É preciso que as causas sejam apuradas e os responsáveis rigorosamente punidos, nos termos da legislação.

Nos preocupa a situação da população ribeirinha que vive da pesca e que agora não mais poderá retirar do rio o seu sustento.

Faço um apelo ao Ministério do Trabalho para que atenda com o seguro desemprego os trabalhadores afetados por esta calamidade. Solicito também ao Ministério da Assistência Social uma ação efetiva no sentido de amparar as demais famílias atingidas.

Para encerrar este pronunciamento quero deixar para reflexão um velho provérbio indígena:

“Somente quando for cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, é que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Após 14 dias, PF ainda não sabe a origem do dinheiro”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o caso da compra do dossiê Vedoin começou no dia 15, com a prisão de dois petistas mas até agora, por mais estranho que possa parecer a Polícia Federal ainda não identificou a origem do dinheiro.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Após 14 dias, PF ainda não sabe a origem do dinheiro

Caso da compra do dossiê Vedoin começou no dia 15, com a prisão de dois petistas

A investigação do escândalo do dossiê Vedoin, que elevou a temperatura na reta final da disputa eleitoral, tem seguido em ritmo lento desde o início da operação da Polícia Federal, com as prisões do empresário Luiz Antônio Vedoin e dos petistas Valdebran Padilha e Gedimar Passos. Os dois últimos foram flagrados no dia 15 com R\$ 1,75 milhão para compra de dossiê que comprometeria políticos tucanos com a máfia dos sanguessugas.

Do dia da prisão até aqui, poucos avanços foram vistos. A maior parte deles se deu, especialmente, devido à investigação dos órgãos de imprensa. Até hoje, dois dias antes da eleição, não se sabe, por exemplo, a origem do dinheiro. O quebra-cabeça do escândalo da compra do dossiê começou a ser montado pelo Estado, com a

identificação de Freud Godoy, então assessor especial da Secretaria Particular da Presidência da República, como suposto "mandante" do pagamento do material que tinha como objetivo prejudicar a campanha de políticos do PSDB, principalmente o candidato ao governo paulista, José Serra.

Surpreendido com sua foto estampada na página do jornal no dia 18, o homem de confiança de Lula se apresentou, espontaneamente, à PF. Da mesma maneira, também pela imprensa, desta vez pela revista *Época*, Jorge Lorenzetti, um dos coordenadores da campanha à reeleição de Lula, entrou na trama. Ele teria sido um dos responsáveis em fazer contato com a revista para publicar informações contra os tucanos.

Cinco dias depois da prisão de Valdebran e Gedimar, o

Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho, e do próprio presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, afastado da campanha de Lula. •

## 20 SETEMBRO

Nota da *Época* expõe mais dois petistas: Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho, e o próprio presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini. Segundo Bargas, Berzoini soube de encontro que teve com a *Época*, confirmado pela própria revista em nota, ao lado de Lorenzetti

## 19 SETEMBRO

A imprensa traz informação de que Jorge Lorenzetti, um dos coordenadores da campanha e churrasqueiro preferido do presidente, estava envolvido com o dossiê e fez contato com a *Época*, na tentativa de publicar as informações que incriminariam tucanos

## 18 SETEMBRO

O Estado publica foto e revela identidade de Freud Godoy, então assessor especial da Secretaria Particular da Presidência da República. Segundo Gedimar Passos, uma pessoa de nome "Froudo" ou "Freud" havia sido o "mandante" do pagamento de R\$ 1,75 milhão pelo dossiê Vedoin

## 16 SETEMBRO

Em depoimento à PF, os dois petistas presos revelam que a direção do PT teve conhecimento da negociação com a família Vedoin. Um representante do partido teria ordenado a ação e entregue o dinheiro. A origem do montante não é conhecida

## A escalada do caso na imprensa

### 15 SETEMBRO

A Polícia Federal prende em São Paulo Valdebran Padilha e Gedimar Passos com R\$ 1,75 milhão, que seria usado para pagar dossiê contendo acusações contra tucanos - o dossiê Vedoin

### 21 SETEMBRO

Jornais dão destaque ao afastamento de Hamilton Lacerda do cargo de coordenador de comunicação da campanha a governador do petista Aloizio Mercadante, por negociar dossiê com a IstoÉ

### 28 SETEMBRO

A polícia recebe informação de autoridades americanas sobre a procedência da parte em dólares apreendida: saíram de Miami, no Estado da Flórida. A origem dos reais, entretanto, ainda é mistério. Só foi descoberto até agora de onde foram sacados R\$ 25 mil - dos bancos Bradesco, BankBoston e Safra. BC e Coaf rastream o restante

O blog do Noblat, hospedado no PORTAL DO ESTADO, publica informação apontando o então diretor de Gestão de Riscos do Banco do Brasil, Expedito Afonso Veloso, como participante da montagem do dossiê. Expedito estava em férias à época e atuava na campanha de Lula. Acabou exonerado

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “PF identifica bancos de onde foi sacado dinheiro apreendido”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 21 de setembro deste ano.

A matéria destaca que pelo rastreamento feito pelo Coaf, Conselho de Acompanhamento Fiscal, indica que parte em reais do R\$1,75 milhão que seriam usados para a compra de um falso dossiê, que seria usado para prejudicar o candidato do PSDB à Presi-

dência da República, Geraldo Alckmin, veio de agências do Bradesco, Safra, e Bank Boston.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# PF identifica bancos de onde foi sacado dinheiro apreendido

A parte em reais do R\$ 1,75 milhão veio de agências do Bradesco, Safra e BankBoston, indica rastreamento

**Vannildo Mendes**  
**Fausto Macedo**  
ENVIADOS ESPECIAIS  
CUIABÁ

Gracias a uma operação de rastreamento, a Polícia Federal está prestes a desvendar a origem do R\$ 1,75 milhão apreendido com poder de dirigentes petistas que servira para comprar e divulgar na imprensa um dossiê destinado a envolver candidatos tucanos com a máfia dos sanguessugas. A PF descobriu que o dinheiro foi levantado, com o conhecimento da cúpula do PT, por meio de um consórcio de empresas, pessoas e partidos da base aliada do governo.

O rastreamento do dinheiro, a partir das fitas que envolvem os maços, mostra que o montante em reais foi sacado nos Bancos Bradesco, Safra e BankBoston (agora incorporado pelo Itaú). A parte em dólar estava identificada com tarifas do Bureau of Engraving and

Printing (BEP), órgão dos EUA equivalente à Casa da Moeda. Não se sabe ainda qual o trajeto dos dólares para chegar a São Paulo.

De acordo com as etíquetas, a parte que estava com o Bradesco pertencera a uma agência de serviços da Barra Funda, em São Paulo. Já o dinheiro do Bank Boston estava identificado apenas como da Lapa, de Caxias e de Campo Grande, sem se saber as cidades de onde poderiam ter sido sacados. A PF

## Expectativa é de que Vedeoin aponte os mandantes, que vinha preservando

trabalha com a possibilidade de o montante da regional da Lapa ser de São Paulo e o restante do Rio. Já a quantia sacada no Safra não tinha identificação de agência

rou que a compra de dossiê para prejudicar adversário político em si não configura crime, a não ser que o dinheiro tenha origem espúria, não declarada e a denúncia seja falsa. “Por isso é vital rastrear o dinheiro para detectar se houve meios ilícitos para desequilibrar o processo eleitoral”, explicou o procurador.

**FITAS**

No dinheiro apreendido pela PF – R\$ 1,16 milhão mais US\$ 248 mil – havia pacotes de reais acondicionados com fitas identificadoras do banco. A cédulas eram novas em folha e foram encontradas em ordem numérica. A Polícia Federal pretende concluir esta semana o caso da venda de dossiê anti-Serra e apontar a materialidade e a autoria do crime. Os autos servirão de subsídio para o processo por crime eleitoral, aberto pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esse processo investigará indícios dos crimes de uso de caixa 2, abuso do poder econômico e forçamento de dossiê com provas duvidosas para prejudicar adversário eleitoralmente. Investigações já mostraram que o primeiro R\$ 1 milhão, entregue por um tal, “André”, no Hotel Ibis, em São Paulo, seria para recompen-sar os Vedeoin pela entrevista à revista *ISPOE*. •

COLABOROU PAULO BARRALDI



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Orçamento 2007 não reduz carga tributária”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 31 de agosto do corrente ano.

A matéria mostra que “Assim como o programa de Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de Orçamento da União para 2007 também não prevê a redução da carga tributária federal”.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Orçamento 2007 não reduz carga tributária

Proposta a ser apresentada hoje prevê carga de 26,19% do PIB, contra 26,14% da previsão que foi feita para este ano

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

Em discurso, porém, os ministros da Fazenda e do Planejamento reafirmam que governo vai trabalhar para diminuir impostos

os 26,14% do PIB nas estimativas para este ano.

O ministro Guido Mantega (Fazenda) disse ontem que a redução do peso dos impostos continua sendo uma meta do governo. Incluindo os tributos estaduais e municipais, a carga tributária atingiu recorde de 37,37% do PIB no ano passado.

“Já falei e repito: vamos reduzir a carga tributária, vamos manter o superávit primário em 4,25% do PIB, vamos continuar fazendo esforço fiscal, diminuindo gastos de custeio”, afirmou Mantega, que não falou em prazos ou números.

O projeto de Orçamento de 2007, a ser enviado hoje ao Congresso, mostra por que o tema virou tabu na campanha. Se a meta de superávit for mantida, o déficit da Previdência

é possível cortar tributos reduzindo as despesas.

A área econômica, porém, vem tomando medidas que não estão previstas no programa. Entre elas, a redução gradual da CPMF e da DRU (Desvinculação de Receitas da União).

“O programa não fala da DRU e não fala da CPMF, mas a gente tem de resolver”, afirmou. “Não vejo como podemos fugir do debate”, acrescentou ele, insistindo na proposta de redução gradual da carga tributária. Bernardo diz que o prazo necessário para redução seria de dez anos e que medidas de curto prazo não são saudáveis.

Ele defendeu uma redução de 0,3 a 0,5 ponto percentual por ano da carga tributária em relação ao PIB, podendo chegar a 3% em dez anos.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que o governo tomará medidas que não estão previstas no programa. Entre elas, a redução gradual da CPMF e da DRU (Desvinculação de Receitas da União).

“O programa não fala da DRU e não fala da CPMF, mas a gente tem de resolver”, afirmou. “Não vejo como podemos fugir do debate”, acrescentou ele, insistindo na proposta de redução gradual da carga tributária. Bernardo diz que o prazo necessário para redução seria de dez anos e que medidas de curto prazo não são saudáveis.

Ele defendeu uma redução de 0,3 a 0,5 ponto percentual por ano da carga tributária em relação ao PIB, podendo chegar a 3% em dez anos.

## Ex-ministros fazem críticas aplausos do PT

ministros da Fazenda. Delfino, Malan e Malison criticaram o programa de reeleição petista. “Não sinalizam nenhuma medida para [a combinação entre] corte de carga tributária e gastos do governo”, disse Malan.

“Tenho esperança que será possível fazer um programa conveniente”, resumiu Delfino. Para Malison da Nóbrega, houve “desonestidade intelectual no texto”. Palocci não quis comentar.

Os quatro defenderam a autonomia do Banco Central, a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e as Parcerias Público-Privadas.

DA REPORTAGEM LOCAL

O PT terá de discutir seu programa de governo com outros partidos, caso queira garantir uma base de apoio. A afirmação foi feita ontem pelo ex-ministro da Fazenda e deputado federal Delfino Netto (PMDB-SP).

Ele participou de debate da consultoria Tendências em São Paulo com Pedro Malan, Malison da Nóbrega e Antonio Palocci, também ex-

DA SUCESSÃO DE BRÁSILIA DA FOLHA ONLINE

Assim como o programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto de Orçamento da União para 2007 também não prevê a redução da carga tributária federal.

Segundo a **Folha** apurou, as projeções da área técnica apontam para uma carga de impostos, taxas e contribuições de R\$ 602 bilhões, equivalentes a 26,19% da renda nacional —uma pequena elevação sobre

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Justiça pune Lula por inserção estadual”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de dois de setembro do corrente.

A matéria destaca mais uma irregularidade na campanha pela reeleição de Lula. O Tribunal Superior Eleitoral suspendeu cinco inserções do Presidente Lula na TV. O Presidente, que também é candidato, apareceu no programa do candidato ao governo de Santa Catarina, José Fristch.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A8 brasil

SÁBADO, 2 DE SETEMBRO DE 2006

FOLHA DE S.PAULO

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

# Justiça pune Lula por inserção estadual

TSE suspende 5 inserções de 30 segundos do petista na TV por ter aparecido no programa do candidato ao governo de SC

**Tribunal proibiu ainda a campanha de Geraldo Alckmin de reapresentar na TV ataques ao presidente veiculados na terça-feira**

DA REPORTAGEM LOCAL DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral suspendeu ontem cinco inserções de 30 segundos do presidente Luiz Inácio Lula da Sil-

va na TV. A decisão é uma punição por Lula ter aparecido no programa estadual do ex-ministro José Fristch (PT), que disputa o governo de Santa Catarina. Em sua decisão, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito destacou que Fristch sequer apareceu no programa.

A representação contra Lula foi apresentada por Eduardo Nobre, que defende o ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), candidato à reelei-

ção. Advogados do presidente podem recorrer, mas a punição deve ser aplicada de imediato.

O petista perdeu 65 segundos por promoção pessoal em propagandas de outros Estados.

## Ataque

O ministro do TSE Carlos Alberto Menezes Direito proibiu ontem a campanha do presidente Geraldo Alckmin (PSDB) de reapresentar na propaganda na TV o ataque ao pre-

sidente Lula veiculado no fim do programa de terça-feira.

O plenário julgará as duas questões. No trecho proibido, o apresentador diz: “Waldomiro, mensalão, caixa dois, dinheiro na cueca, sanguessuga, corrupção nos Correios, ninguém agüenta mais ouvir tanta notícia de corrupção. E o pior é que nos últimos dois anos foi assim, uma notícia atrás da outra. Vários ministros do atual presidente foram denunciados e ti-

veram que pedir demissão.”

O ministro disse que o trecho foi exibido sem identificação dos partidos que integram a coligação de Alckmin (PSDB e PFL), contra exigência do TSE. Ele não examinou os argumentos sobre ofensa e ridicularização do presidente. Relator de ação movida por advogados de Lula, Direito concedeu liminar.

O petista quer que o tucano perca três minutos e 12 segundos do horário eleitoral. Ainda

não há decisão. Os advogados de Lula dizem que o programa tucano simulou seu fim antes do ataque a Lula para criar no telespectador a impressão de que a crítica era parte de outra propaganda eleitoral.

O aumento dos ataques deverá elevar também a disputa judicial. O TSE recebeu ontem três novas ações de Lula contra os adversários: duas contra Alckmin e uma contra Heloísa Helena (PSOL).

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Bolívia confisca bens da Petrobrás, assusta Lula e depois congela decisão”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 15 de setembro do corrente.

A matéria destaca que mais uma vez o governo brasileiro foi pego de surpresa pelo presidente da Bolívia, Evo Morales, desta vez confiscando as instalações e o fluxo de caixa das refinarias da Petrobrás boliviana. Em plena campanha pela reeleição, o irresponsável governo petista correu para não sentir o reflexo do desastre nas urnas.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Bolívia confisca bens da Petrobrás, assusta Lula e depois congela decisão

Medidas anunciadas pelo governo Evo Morales surpreendem e obrigam governo brasileiro a buscar explicações

**Lu Aiko Otta  
Leonardo Goy**  
BRASÍLIA

A 17 dias da eleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi novamente surpreendido por uma decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, desta vez confiscando as instalações e o fluxo de caixa das refinarias da Petrobrás boliviana. Ele já havia pego o governo brasileiro desprevenido em maio, quando nacionalizou as reservas de gás de seu país e colocou tropas do exército na porta das refinarias. Agora, ao tomar as refinarias, Evo rompeu uma espécie de acordo pré-eleitoral que havia feito com Lula.

Ontem o governo correu para evitar que o mais recente ataque boliviano se reflita nas urnas. À noite, depois de gestões feitas durante todo o dia por assessores com o vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera (Evo Morales estava em Cuba), Lula ganhou uma trégua e pôde anunciar que a medida está “congelada”. Ou seja, ela deixará de ser aplicada de imediato e será discutida, depois das eleições, no âmbito das negociações que os dois países

### Decisão deixou Lula contrariado: ‘Querem que eu invada a Bolívia?’

mantêm em torno do fornecimento de gás natural ao Brasil. O ministro de Minas e Energia, Silas Rondedeau, propôs ao seu colega boliviano, Andrés Solís Rada, uma reunião no dia 9 para retomar as conversas.

Lula estava “contrariado” com a atitude de Morales, segundo descreveram interlocutores. Estava ainda mais irritado com as cobranças por uma reação mais enérgica. “Que querem que eu faça? Que invada a Bolívia?”, desabafou. O Brasil foiibrando em suas reações contra a Bolívia em maio, quando Evo Morales tentava eleger um congresso constituinte que o apoiasse. A recíproca não foi verdadeira.

Publicamente, Lula deu sinais de sua irritação ao chegar à residência do ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, para um jantar com empresários. “Não podemos aceitar decisões unilateralis”, disse. “A paciência é importante nas negociações internacionais, mas tem limites. Se nós estamos conversando com a Bolívia, se tinha uma delegação importante liderada pelo meu ministro de Minas e Energia e pelo

presidente da Petrobrás, você ser pego de surpresa por uma notícia dada por um ministro, que não envolve o presidente e o vice-presidente, você fica pensando: o que está acontecendo na Bolívia?” – afirmou, referindo-se a Solís Rada, que anunciou o confisco das refinarias.

O presidente atribuiu a decisão boliviana a problemas políticos internos daquele país. Mas, apesar de mostrar desconforto com a atitude do governo de Evo Morales, Lula insistiu na atitude conciliatória que sempre adotou em relação ao vizinho. Segundo ele, é necessário que o governo faça um esforço para garantir a tranquilidade não só na Bolívia como também em outros países vizinhos, como Uruguai e Paraguai. “São países que o Brasil tem de ajudar na economia para que possam se desenvolver.”

Lula disse ainda que pretende fortalecer a relação Brasil-Bolívia. “O Brasil tem de ajudar. Temos projetos importantes para dinamizar a economia da Bolívia junto com o Brasil. Temos um pólo gás químico para construir na divisa, temos rodovias ligando pontos importantes do território boliviano.” Informou também que ainda não conversou com Evo Morales, que estava em voo da Guatemala para Cochabamba. Mas disse que vai fazer todo o esforço para que Evo tenha sucesso no governo. “Quero contribuir para que isto aconteça, mas para que haja a contribuição brasileira é preciso a contribuição boliviana.”

O presidente disse também estar tranqüilo em relação ao abastecimento de gás ao Brasil. Mas durante o dia, numa tentativa de neutralizar a exploração do episódio pela oposição, os ministros reagiram com declarações duras. Rondedeau chegou a anunciar que a reação seria “à altura da ação”, classificou de “inaceitável” o “sequestro” das receitas da refinaria e disse que a medida “estremece a relação de confiança” entre os dois países. O ministro cancelou sua ida a La Paz, onde tinha reuniões hoje. “Minha não ida representa uma reação política”, afirmou. No mesmo tom, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o episódio era “grave”. ■ COLABORARAM: JOÃO DOMINGOS, VERA ROSA, BEATRIZ ABREU, FÁBIO GRANNER E CIDA FONTES

► Mais informações, págs. 54 e 55

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “TSE vai investigar se Lula cometeu abuso de poder”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o corregedor eleitoral ordena perícia no dinheiro que seria usado para comprar um dossiê falso contra o candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, para identificar a sua origem e que determinou que os acusados, en-

tre eles Lula e Márcio Thomas Bastos, apresentem a defesa prévia em dez dias.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# TSE vai investigar se Lula cometeu abuso de poder

Corregedor eleitoral ordena perícia no dinheiro para identificar a sua origem

**Ministro determinou que os acusados —entre eles Lula e Márcio Thomaz Bastos— sejam notificados para que apresentem a defesa prévia**

SILVANA DE FREITAS  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral e corregedor-geral eleitoral, Cesar Asfor Rocha, mandou abrir ontem investigação judicial contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apurar se houve abusos de poder econômico e de

autoridade no caso da negociação do dossiê contra tucanos.

Ele concedeu liminar ordenando que a Polícia Federal, no prazo de dez dias, faça perícia no dinheiro apreendido para identificar a sua origem a partir da numeração, envie relatório das apurações realizadas nesse inquérito e informe o TSE regularmente das providências.

O corregedor-geral também determinou a notificação de Lula e dos outros acusados para que apresentem defesa prévia. São eles: o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presidente do PT, Ricardo Berzoi-

ni, o advogado Gedimar Pereira Passos, o petista Valdebran Carlos Padilha e o ex-assessor de Lula na Secretaria Particular da Presidência Freud Godoy.

A investigação judicial foi pedida anteontem pela coligação PSDB-PFL em razão da tentativa de compra de um dossiê contra Alckmin e José Serra.

Na última sexta, a PF apreendeu US\$ 248,800 mil e R\$ 1,168 milhão com Valdebran Carlos Padilha e Gedimar Pereira Passos e os prendeu. O dinheiro seria usado para pagar o dossiê. “Tenho, pelo menos nessa primeira análise, por inegável a re-

percussão dos fatos narrados no processo eleitoral em curso”, disse o ministro.

Essa investigação dificilmente terminará neste ano, mas poderá fornecer provas para uma futura ação pedindo a cassação do eventual segundo mandato de Lula. Confirmada a reeleição, a oposição e o Ministério Público irão decidir se pedem ou não ao TSE que casse o novo mandato presidencial por abusos de poder na campanha. Essa iniciativa independerá do término dessa investigação judicial e poderá envolver outras acusações de uso da máquina.

## [+] INVESTIGAÇÃO: PF PEDE AJUDA PARA RASTREAR OS DÓLARES

A PF iniciou ontem os contatos com autoridades americanas para rastrear os US\$ 248,8 mil apreendidos com Padilha e Passos no hotel Ibis, em São Paulo. As notas de dólar apreendidas com os dois na sexta-feira passada eram novas e ainda estavam tarjadas com a etiqueta da casa da moeda americana. No lacre, havia a inscrição “BEP - onde hundreds - \$ 10,000” e uma orientação sobre a numeração das notas. Conforme o laudo e busca e apreensão feito pela PF, os maços apreendidos continham US\$ 10 mil (R\$ 21,5 mil), em cem notas de US\$ 100, cada um.

## Dólares foram sacados em banco nos EUA, indicam lacres que prendem notas

MARIO CESAR CARVALHO  
DA REPORTAGEM LOCAL

As cintas douradas de papel que prendiam os maços de dólares apreendidos pela Polícia Federal trazem duas pistas para se descobrir quem deu os recursos para a compra do dossiê.

1) Indicam que o dinheiro foi sacado em um banco nos EUA; 2) Como a numeração das notas é sequenciada, rastreá-las é tão fácil quanto tirar pirulito das mãos de uma criança.

Quatro especialistas no mercado financeiro consultados pela **Folha** foram unânimes em apontar uma origem comum ao dinheiro: a tesouraria

de um banco nos EUA.

Os US\$ 139 mil apreendidos eram divididos em pacotes de US\$ 10 mil, os quais estavam presos em cintas com a inscrição: “BEP - One Hundred - \$ 10,000”. BEP é a sigla do Bureau of Engraving and Printing, a casa da moeda dos EUA.

Os especialistas são unânimes em descartar que os dólares tenham passado por doleiros no Brasil. Nenhum diz ter ouvido de dólares com cinta do BEP com doleiro. Esse tipo de dinheiro circula de forma similar ao contrabando: em aviões privados ou em carros, quando se tem fronteira terrestre pouco vigiada.

O rastreamento do dinheiro é fácil porque a PF conhece a numeração. Qualquer saque acima de US\$ 10 mil precisa ser documentado pelo banco.

Um dos mistérios sobre os US\$ 139 mil é que é incomum nos EUA saques dessa ordem. Um dos motivos é que a economia americana é movida a cartão de crédito. Outra razão é que, comprovada a origem criminosa, o governo aplica multas milionárias aos bancos.

Há uma hipótese remota de o dinheiro ter passado por banco estrangeiro no Brasil. Nesse caso, o dinheiro estava com a cinta porque a instituição a recebeu dessa forma de sua matriz.



**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL  
– AL) – Embora muito ainda havendo a tratar, mas sem oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que, na sexta-feira, dia 13, haverá sessão não deliberativa ordinária, a realizar-se às 9 horas, no plenário do Senado Federal.

**A SRª PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL  
– AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)*



## Ata da 168ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Papaléo Paes, Mão Santa e Marco Maciel*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Nº 657/06 – LPL

Brasília, 2 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Lincoln Portela (PL/MG), na qualidade de titular, e o Deputado Medelros (PL/SP), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 323, de 14 de setembro de 2006 que “Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde – OMS, destinada a apoiar a viabilização da Central Internacional para a compra de medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose (Cicom/Unitaid), no valor de até R\$13.200.000,00.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitro ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 658/06-LPL

Brasília, 3 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Sandro Mabel (PL/GO), na qualidade de titular, e o Deputado Miguel de Souza (PL/RO), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 321, de 12 de setembro de 2006 que “Acresce art.

18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitro ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF/GAB/PGJ/Nº 798

Rio Branco – AC, 27 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Apraz-me acusar o recebimento do OF. SF Nº 1771/2006, datado de 19 de setembro andante e, ao mesmo passo, informar a Vossa Excelência que o mesmo foi encaminhado ao Promotor de Justiça Romeu Cordeiro Barbosa Filho, Titular da Promotoria Especializada de Defesa de Conflitos Agrários, para conhecimento e providência pertinentes.

À oportunidade, externo protesto de elevada estima e distinguida consideração.

Atenciosamente, **Edmar Azevedo Monteiro Filho**, Procurador-Geral de Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado do Requerimento nº 13/2003-CN, vai à publicação.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1554 – MJ

Brasília, 11 de outubro de 2006

Assunto: Relatório Final nº 4, de 2006-CN.

Senhor Presidente,

Agradeço a Vossa Excelência o envio dos exemplares do Relatório Final nº 4, destinado a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com

a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países.

Informo que os referidos relatórios foram enviados ao Secretário Executivo, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal e à Diretora do Departamento de Estrangeiros, para conhecimento e providências cabíveis.

Respeitosas Saudações. – **Márcio Thomaz Bastos**, Ministro de Estado da Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Aviso que acaba de ser lido, juntado ao processado do Requerimento nº 2, de 2005-CN, vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.110, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995 (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará.**

Relator: Senador **Luz Otávio**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 026, de 1995 (nº 428-B, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, 1V, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 26, de 1995, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

#### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 26, de 1995, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 026/95 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

#### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

#### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	RELATOR: <i>Neu Suassuna</i>
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAMI <i>Paulo Pami</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

#### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

LISTA DE VOTANTES NOMINAL - PDS 26 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CESAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....  
CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....  
**PARECER Nº 1.111, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006 (nº 2.160, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 337, de 2006 (nº 2.160, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Icó, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento interno do Senado Federal.



A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 337, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Icó, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 337/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Hp</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	RELATOR:
AUGUSTO BOTELHO	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
	<b>PDT</b>
	1- (VAGO)

COMISSÃO DE ELEIÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 337,06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962.**

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PARECER Nº 1.112, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006 (nº 2. 152, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comu-**

## **nitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patricia Saboya Gomes**

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 346, de 2006 (nº 2.152, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, Imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incum-

bindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 346, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 346, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 346/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>Jonas Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Marcelo Crivella</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA <i>(ad hoc)</i>
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

*relator  
rel. hca*

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
AUGUSTO BOTELHO	PDT
	1- (VAGO)



COMISSÃO DE EL ECAÇÃO

LISTA DE VOTAÇ J NOMINAL - PDS 346,06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROME U TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAU PP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10<sup>o</sup> / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o Princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão depenará de aprovação de, no mínimo dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 69 da Consruição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedeste outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.113, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006 (nº 2.210, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 354, de 2006 (nº 2.210, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irauçuba, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição

Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 354, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 354, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irauçuba., Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 354/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

relator  
e  
relator

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
	PDT
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE ELIÇÃO

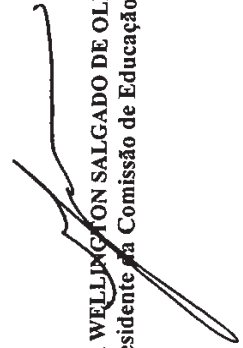
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 354106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação





*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art.223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**PARECER Nº 1.114, 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 367, de 2006 (nº 2.178, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 367, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 367, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe –AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 367/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06 OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b> <i>(sen. Wellington salgado de oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	RELATOR: <i>Lina Borges</i>
EDISON LOBÃO	4- CRISTOVAM BUARQUE
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA <i>[Signature]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZERÉDO <i>[Signature]</i>
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>[Signature]</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>[Signature]</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>[Signature]</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>[Signature]</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>[Signature]</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Signature]</i>
ROBERTO SATURNINO <i>[Signature]</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>[Signature]</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Signature]</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>[Signature]</i>
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

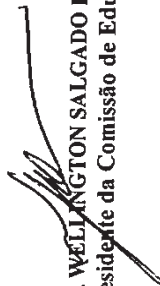
## COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 367/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 04 NÃO: 11 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação; a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. *(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)*

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 1.115, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguará do Sul, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador Leonel Pavan

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 368, de 2006 (nº 2.189, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 368, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 368, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 368/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington salgado de oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR: TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 368106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.116, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.215, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 369, de 2006 (nº 2.215, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitu-

cionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 369, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 369, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a ASCOM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 369/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*(sem Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	RÉLATOR: <i>César Borges</i>
EDISON LOBÃO	4- CRISTOVAM BUARQUE
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 369106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006



SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.117, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006 (nº 2.158, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso.**

Relator: Senador **Jonas Pinheiro**

Relator *ad hoc*: Senador **Geraldo Mesquita**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 376, de 2006 (nº 2.158, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, tele-

visão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que

o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 376, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 376, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 376/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>		<i>(sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>			
DEMÓSTENES TORRES		1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		RELATOR:	
MARIA DO CARMO ALVES		3- CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>
EDISON LOBÃO		4- CRISTOVAM BUARQUE	
MARCELO CRIVELLA		5- MARCO MACIEL	
MARCOS GUERRA		6- ROMEU TUMA	<i>Romeu Tuma</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA		7- EDUARDO AZÉREDO	<i>Eduardo Azeredo</i>
LEONEL PAVAN		8- SÉRGIO GUERRA	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		9- LÚCIA VÂNIA	
		10- JOÃO BATISTA MOTTA	
<b>PMDB</b>			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- AMIR LANDO	
GEOVANI BORGES		2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP		3- (VAGO)	
(VAGO)		4- GERALDO MESQUITA	<i>Geraldo Mesquita (relator ad hoc)</i>
SÉRGIO CABRAL		5- MÃO SANTA	
ROBERTO CAVALCANTI		6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA		7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO		8- (VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>			
AELTON FREITAS		1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM		2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE		3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS		4- ANTONIO JOÃO	
IDELI SALVATTI		5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	<i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO		6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI		7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI		8- JOÃO RIBEIRO	
<b>PDT</b>			
AUGUSTO BOTELHO		1- (VAGO)	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 376/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVENCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

  
 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615,  
DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.118, DE 2006

**DA Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006 (nº 2.159, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **Ad hoc**: Senador **Antônio Carlos Valadares**



### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 377, de 2006 (nº 2.159, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 377, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 377, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 377/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		(sem. Wellington salgado de oliveira)
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES		1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES		4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO		5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA		6- ROMEU TUMA
		RELATOR:
MARCOS GUERRA		7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA		8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN		9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO		10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES		2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP		3- (VAGO)
(VAGO)		4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL		5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI		6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA		7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO		8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON FREITAS		1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>		2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>		3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS		4- ANTONIO JOÃO <i>relator ad. fac</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>		5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>		6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>		7- PATRÍCIA SABOYA GÓMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>		8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO		1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 377106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.119, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006 (nº 2.161, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.**

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

Relator *ad hoc*: Senador **Roberto Saturnino**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 378, de 2006 (nº 2.161, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitu-

cionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 378, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 378, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 378/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
	RELATOR:
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino (ag. soc.)</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
	PDT
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

*Water  
1 hora*

COMISSÃO DE ELIÇÃO

LISTA DE VOTACÃO NOMINAL - PDS 378/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.120, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006 (nº 2.166, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **ad hoc**: Senador **Antônio Carlos Valadares**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 381, de 2006 (nº 2.166, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que comple-

mentou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 381, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 381/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		<i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>			
DEMÓSTENES TORRES		1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE		3- CÉSAR BORGES	<i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES		4- CRISTOVAM BUARQUE	
EDISON LOBÃO		5- MARCO MACIEL	
MARCELO CRIVELLA		6- ROMEU TUMA	
MARCOS GUERRA		RELATOR:	
JUVÊNCIO DA FONSECA		7- EDUARDO AZEREDO	<i>Eduardo Azeredo</i>
LEONEL PAVAN		8- SÉRGIO GUERRA	
TEOTÔNIO VILELA FILHO		9- LÚCIA VÂNIA	
		10- JOÃO BATISTA MOTTA	
<b>PMDB</b>			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- AMIR LANDO	
GEOVANI BORGES		2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP		3- (VAGO)	
(VAGO)		4- GERALDO MESQUITA	<i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL		5- MÃO SANTA	
ROBERTO CAVALCANTI		6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA		7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO		8- (VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>			
AELTON FREITAS		1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM	<i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	<i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	<i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO	
IDELI SALVATTI	<i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	<i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	<i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI	<i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO	<i>João Ribeiro</i>
<b>PDT</b>			
AUGUSTO BOTELHO		1- (VAGO)	

*-o Relator  
ad hoc*



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 384 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 34 SIM: 13 NÃO: 21 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006  
SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117(\*), de 27 de agosto do 1962.**

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PARECER Nº 1.121, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006 (nº 2.172, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodi-**

## **fusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 383, de 2006 (nº 2.172, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitu-

cionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 383, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 383, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 383/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:		<i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES		1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN		2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE		3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES		RELATOR: <i>Lélio Borges</i>
EDISON LOBÃO		4- CRISTOVAM BUARQUE
MARCELO CRIVELLA		5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA		6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA		7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN		8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO		9- LÚCIA VÂNIA
		10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES		2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP		3- (VAGO)
(VAGO)		4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL		5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI		6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA		7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO		8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON FREITAS		1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM		2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE		3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS		4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI		5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO		6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI		7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI		8- JOÃO RIBEIRO
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO		1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 383/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 05/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação; a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615  
DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 1.122, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006 (nº 2.180, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambá, Estado do Mato Grosso do Sul.**

Relator: Senador **Juvêncio da Fonseca**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 386, de 2006 (nº 2.180, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-

ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 386, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 386, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 386/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Sm. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>Cesar Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
RELATOR:	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EFECÇÃO

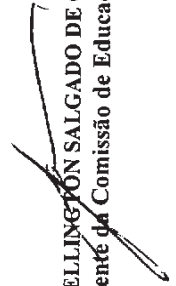
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 386/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL, PPSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 22 e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.123, DE 2006**

**Da Comissão De Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão.**

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator *ad hoc*: Senador **Marcos Guerra**



### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 391, de 2006 (nº 2.190, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 391, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 391, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 391/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *Sen. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
RELATOR:	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCELO CRIVELLA	7- EDUARDO AZEREDO <i>22/10/06</i>
MARCOS GUERRA	8- SÉRGIO GUERRA
JUVÊNCIO DA FONSECA	9- LÚCIA VÂNIA
LEONEL PAVAN	10- JOÃO BATISTA MOTTA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>GM</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 391/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação; a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.697, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.124, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.**

Relator: Senador **Paulo Paim**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 393, de 2006 (nº 2.199, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitu-

cionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 393, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 393, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 3 de outubro de 2006.



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 393/06 NA REUNIÃO DE 03/10/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen. Wellington Salgado de Oliveira.*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZÉREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR: <i>Paulo Paim</i>	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 393 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação: a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art.6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.125 DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.206, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fm do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.**

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator *ad hoc*: Senador **Marcos Guerra**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 397, de 2006 (nº 2,206, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fm do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão, o ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fm do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão, na forma a do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 397/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
RELATOR:	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCELO CRIVELLA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
MARCOS GUERRA	8- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	9- LÚCIA VÂNIA
LEONEL PAVAN	10- JOÃO BATISTA MOTTA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>GM</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 397106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELE/ESDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PFL/PSDB/PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVAITI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 19 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

.....  
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

.....  
Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....  
LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

.....  
DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

.....  
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

.....  
PARECER Nº 1.126, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.**

Relator: Senador **Paulo Paim**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 398, de 2006 (nº 2.207, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Gran-

de Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-

ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 398, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 398, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, Juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 398/06 NA REUNIÃO DE 03 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Gerardo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR: <i>Paulo Paim</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FÁTIMA CLEIDE	4- ANTONIO JOÃO
FLÁVIO ARNS	5- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	6- MAGNO MALTA
ROBERTO SATURNINO	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 398106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELÉ/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PELÉ/PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PSB/PPB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PL/PSB/PPB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBA MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.127, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.**

Relator: Senador **Paulo Paim**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 400, de 2006 (nº 2.209, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a exe-

cutar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de feverei-

ro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 400, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 400, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3-10-06.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 400/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUÁRQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR: <i>Paulo Paim</i>	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 400 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEL TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**PARECER Nº 1.128, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará.**

Relator: Senador **Luiz Otávio**



### I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 402, de 2006 (nº 2.230, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 402, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 402, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3 de outubro 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 402/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Sen. Wellington Salgado de Oliveira</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	RELATOR: <i>Luiz Otávio</i>
GILBERTO MESTRINHO	7- ROMERO JUCÁ
	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES <i>Patrícia Saboya Gomes</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 402/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTÁVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.129, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2006 (nº 2.236, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **ad hoc**: Senador **Antônio Carlos Valadares**

### I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 407, de 2006 (nº 2.236, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de

28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 407, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 3-10-06



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 407/06 NA REUNIÃO DE 03 /10 /06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

*Sen. Wellington Salgado de Oliveira*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	RELATOR:
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- ANTONIO JOÃO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

*Relator  
ad hoc*

COMISSÃO DE ELIÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 207/06.

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA	X			
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI					LUIZ OTAVIO	X			
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM	X				ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					VAGO				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 03/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962.**

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As Universidades e Fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

**PARECER Nº 1.130, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006 (nº 2.174, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária**

**na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro,  
Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **Ad Hoc**: Senador **Eduardo Azeredo**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 352, de 2006 (nº 2.174, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 352, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 352, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 352 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>(Sem Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>Leônidas Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>João Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA <i>Relator da PEC</i>
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>	
AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO
<b>PDT</b>	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO, NOMINAL - PDS 352/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM; 46 NÃO; 1 ABS; 1 AUTOR; 1 PRESIDENTE: 01.

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração

do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 1.131, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006 (nº 1.961, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **Ad hoc**: Senador **Eduardo Azeredo**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 359, de 2006 (nº 1.961, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art.

49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 359, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 359, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 359 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>Léon Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i> (Relator) Ed. Jher
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE ELIÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 359 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação



CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.132, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2006 (nº 2.022, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **Ad Hoc**: Senador **Romeu Tuma**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 360, de 2006 (nº 2.022, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que

integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União

e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 360, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 360, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 360 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma - Relator</i>
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Neu Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS <i>Aelton Freitas</i>	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	4- VAGO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 360 / 66

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 11 SIM: 16 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: C.J.

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/10/2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado O princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.133, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006 (nº 2.153, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Romeu Tuma**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 374, de 2006 (nº 2.153, de 2006, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que



integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União

e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 374, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

## III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 374, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 374 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Sen. Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i> → Relator out hor
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI <i>Roberto Cavalcanti</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALÓZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 374 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação, somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º – O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 9.612,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados às procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

**PARECER Nº 1.134, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 390, de 2006 (nº 2.185, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que

integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 390, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

## **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 390, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiaú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiaú, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 390 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *(Senador Wellington Salgado de Oliveira)*

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	RELATOR: <i>César Borges</i>
EDISON LOBÃO	4- CRISTOVAM BUARQUE
MARCELO CRIVELLA	5- MARCO MACIEL
MARCOS GUERRA	6- ROMEU TUMA
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 39 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVAITI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 14 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: CJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;  
.....

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.  
.....

**PARECER Nº 1.135, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **Ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 392, de 2006 (nº 2.195, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 392 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06 OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>		( <i>sem. Wellington Salgado de Oliveira</i> )
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES	<i>[assinatura]</i>	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	<i>[assinatura]</i>	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	<i>[assinatura]</i>	3- CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
MARIA DO CARMO ALVES	<i>[assinatura]</i>	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	<i>[assinatura]</i>	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	<i>[assinatura]</i>	6- ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>
MARCOS GUERRA	<i>[assinatura]</i>	7- EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	<i>[assinatura]</i>	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	<i>[assinatura]</i>	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	<i>[assinatura]</i>	10- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	<i>[assinatura]</i>	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	<i>[assinatura]</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	<i>[assinatura]</i>	3- (VAGO)
(VAGO)		4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	<i>[assinatura]</i>	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	<i>[assinatura]</i>	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	<i>[assinatura]</i>	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	<i>[assinatura]</i>	8- (VAGO)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON FREITAS	<i>[assinatura]</i>	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	<i>[assinatura]</i>	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	<i>[assinatura]</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	<i>[assinatura]</i>	4- VAGO
IDELI SALVATTI	<i>[assinatura]</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>
ROBERTO SATURNINO	<i>[assinatura]</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	<i>[assinatura]</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	<i>[assinatura]</i>	RELATOR:
		8- JOÃO RIBEIRO
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO	<i>[assinatura]</i>	1- (VAGO)

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 392 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2006


 SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....  
CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo de concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....  
**PARECER Nº 1.136, DE 2006**  
.....

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Jacobina, Estado da Bahia.**

Relator: Senador **César Borges**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo

(PDS) nº 394, de 2006 (nº 2.200, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Jacobina, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 394, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais

relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 394, de 2006, não evidenciou

violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Jacobina, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 394 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06  
OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>	<i>(sen. Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES	<del>1- ROSEANA SARNEY</del>	
JORGE BORNHAUSEN	<del>2- JONAS PINHEIRO</del>	
JOSÉ JORGE	<del>3- CÉSAR BORGES</del>	
MARIA DO CARMO ALVES	RELATOR: <i>Lélio Borges</i>	
EDISON LOBÃO	<del>4- CRISTOVAM BUARQUE</del>	
MARCELO CRIVELLA	<del>5- MARCO MACIEL</del>	
MARCOS GUERRA	<del>6- ROMEU TUMA</del>	
JUVÊNCIO DA FONSECA	<del>7- EDUARDO AZEREDO</del>	
LEONEL PAVAN	<del>8- SÉRGIO GUERRA</del>	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	<del>9- LÚCIA VÂNIA</del>	
	<del>10- JOÃO BATISTA MOTTA</del>	
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO	
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)	
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA	
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON-FREITAS	1- SIBÁ MACHADO	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	4- VAGO	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO	
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)	

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 394/106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;  
.....

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.  
.....

**PARECER Nº 1.137, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **Ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo

(PDS) nº 395, de 2006 (nº 2.202, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 395, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob

exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 395, de 2006, não evidenciou

violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 395 / 06 NA REUNIÃO DE 10 / 10 / 06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: Wellington Salgado de Oliveira

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
MARCOS GUERRA	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
GEOVANI BORGES	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
(VAGO)	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
ROBERTO CAVALCANTI	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- SIBÁ MACHADO
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- VAGO
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR:
	8- JOÃO RIBEIRO

**PDT**

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



## COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 395 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES	X			
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
MARCOS GUERRA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
TEOTONIO VILELA FILHO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					AMIR LANDO				
GEOVANI BORGES	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
VAGO					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
ROBERTO CAVALCANTI	X				LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA	X				ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				SIBÁ MACHADO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				VAGO				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X			
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 30 / 10 / 2006

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 114, de 2006, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 26, de 1995; 337, 346, 354, 367, 368 369, 376, 377 e 378, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/114/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nº 26 de 1995 337, 346, 354, 367, 368, 369, 376, 377 e 378 de 2006.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 115, de 2006, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 381, 383, 386, 391, 393, 397, 398, 400, 402 e 407, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/115/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nº 381, 383, 386, 391, 393, 397, 398, 400, 402 e 407 de 2006.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 119, de 2006, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 352, 359, 360, 374, 390, 392, 394 e 395, de 2006, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/119/2006

Brasília, 10 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nº 352, 359, 360, 374, 390, 392, 394 e 395 de 2006.

Atenciosamente, Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº 325, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

<b>MPV 325</b>	
Publicação no DO	13-10-2006
Emendas	até 19-10-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	13-10-2006 a 26-10-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	26-10-2006
Prazo na CD	de 27-10-2006 a 9-11-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	9-11-2006
Prazo no SF	10-11-2006 a 23-11-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	23-11-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	24-11-2006 a 26-11-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	27-11-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	11-12-2006 (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## AVISOS

### Tribunal de Contas da União

Aviso nº 48, de 2006–CN (nº 1.746–SGS–TCU–Plenário/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.836, de 2006–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários na BR–319, no estado do Amazonas, subtrecho Manaus – Divisa AM/RO, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infra–Estrutura dos Transportes – DNIT (TC nº 006.070/2005–3).

Aviso nº 49, de 2006–CN (nº 1.771–SGS–TCU–Plenário/2006, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.834, de 2006–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada em Furnas Centrais Elétricas S.A., órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, relativamente ao PT: 25.752.0296.3360.0001 (Sistema de Transmissão de Itaipu/PR – São Paulo/SP (Reforços nas Torres da LT 750KV Foz – Ivaiporã, LT Ivaiporã – Taberá I e II e na LT Itaberá – Tijuco Preto I e II), no período de 14–7–2006 a 30–3–2006. (TC nº 012.759/2006–8)).

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

### MENSAGEM Nº 229, DE 2006

(Nº 866 de 2006 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Regis Percy Arslanian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Os méritos do Embaixador Regis Percy Arslanian que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de outubro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 390 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 3 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Regis Percy Arslanian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

2. Encaminho, igualmente anexos, informações sobre a Aladi e o Mercosul e curriculum vitae do Embaixador Regis Percy Arslanian que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Amorim**.

#### INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE REGIS PERCY ARSLANIAN

CPF.: 35269502704

ID.: 5704 MRE/DF

1948 Filho de Michel Arslanian e Linda Debs Arslanian, nasce em 6 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ

1974 CPCD-IRBr

1975 Terceiro Secretário em 11 de setembro

1975 Divisão da Europa I, assistente

1978 Embaixada em Bonn, Terceiro e Segundo Secretário

1978 Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro

1981 Embaixada em Caracas, Segundo e Primeiro Secretário

1983 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de junho

1986 Divisão de Comércio Internacional, Chefe, substituto

1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho

1990 Missão junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, Conselheiro

1994 Divisão de Política Comercial, Chefe

1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro

1997 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro

2001 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor

2003 Departamento de Negociações Internacionais, Diretor

2004 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de junho

**Claudia D'angelo**, Diretora do Departamento do Serviço Exterior.

#### DIVISÃO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (DIR)

#### INFORMAÇÃO

#### ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)

– A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi criada pelo Tratado de Montevideu, em 12 de agosto de 1980. O Brasil foi país membro fundador da Aladi e também de sua antecessora, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), criada em 1960. A Aladi possui atualmente 12 países-membros: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

– A Aladi desempenha papel fundamental para a integração regional, ao propiciar o “guarda chuva” institucional para a maioria dos acordos comerciais na região e justificar as excepcionalidades das preferências regionais perante a Organização Mundial de Comércio.

– Todos os acordos comerciais do Brasil e do Mercosul com os países latino-americanos estão submetidos às disciplinas gerais estabelecidas pelo Tratado de Montevideu-1980, que estabeleceu os marco jurídico necessário à liberalização do comércio na região. A título de exemplo, os acordos comerciais constitutivos do Mercosul (ACE-14, Brasil-Argentina, e ACE-18, Brasil-Argentina-Uruguai e Paraguai) foram firmados



no marco jurídico da Aladi, assim como os acordos assinados entre o Mercosul, como bloco, e o Chile (ACE-35, assinado em 1996), a Bolívia (ACE-36, de 1997), o México (ACE-54 e ACE-55, de 2002), o Peru (ACE-58, de 2005), e Colômbia/Equador/Venezuela (ACE-59, de 2004). O Brasil também possui acordos bilaterais com Cuba (ACE-43, de 2000) e com o México (ACE-53, assinado em 2002).

– O comércio ao abrigo da rede de acordos que o Brasil, de forma individual ou como Estado Parte do Mercosul, mantém no âmbito da Aladi representa importante parcela do comércio exterior brasileiro. Em 2005, por exemplo, o Brasil realizou trocas comerciais com os países membros da Aladi no valor de US\$37 bilhões, cerca de 19,7 % da corrente de comércio brasileira no ano passado (US\$191,8 bilhões). Dos citados 37 bilhões, US\$ 25,4 bilhões correspondem a exportações brasileiras, cerca de 21 % do total das remessas brasileiras em 2005 (US\$118,3 bilhões).

– Além da vertente comercial, a Associação dispõe de mecanismo de compensações multilaterais de pagamentos entre bancos centrais (Convênio de Créditos Recíprocos – CCR) e constitui foro regional para negociações nas áreas de transportes, energia, ciência e tecnologia e cultura, entre outras.

**DIR (atualiz.22-8-06)**

## **MERCOSUL**

### **INFORMAÇÃO GERAL**

O projeto de integração regional que deu origem ao Mercosul nasceu como um projeto de Estado, no contexto da redemocratização do Brasil e da Argentina. O abandono dos programas nucleares pelo Governo dos dois países contribuiu para arrefecer desconfianças mútuas e tomou possível a cooperação naquele campo durante os Governos Sarney e Alfonsín, abrindo caminho para a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle, no âmbito do “Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico de Energia Nuclear”, de julho de 1991.

Um dos resultados dessa aproximação político-diplomática foi o incremento do comércio bilateral, no contexto do processo de liberalização econômica entre os dois países. A esse processo se juntaram Uruguai e Paraguai e, em 26 de março de 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que marcou o nascimento do Mercosul.

De uma perspectiva mais ampla, a criação do bloco responde à mesma lógica dos vários esquemas de cooperação, criados a partir da segunda metade do século XX, em vários quadrantes do mundo (União Européia, ASEAN – Comunidade Andina de Nações,

Nafta, Southern Africa Customs Union, etc). Assim como aqueles esquemas, o Mercosul foi concebido como ferramenta para enfrentar os desafios inerentes a uma economia mundial caracterizada por uma crescente interdependência – gerada pelo aumento dos fluxos de comércio, investimentos e pessoas – que, se por um lado, cria oportunidades, pode, por outro, potencializar problemas e gerar instabilidades.

Nesse sentido, o Tratado de Assunção pode ser lido como um “plano de ação conjunta” para superar as dificuldades ocasionadas pela crescente vulnerabilidade da região face a um contexto econômico mundial instável, que procura consagrar uma nova estratégia de inserção internacional para seus integrantes, a qual privilegia a busca de competitividade, a maximização das vantagens comparativas da região e maior eficiência dos sistemas produtivos nacionais, como instrumentos para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

O esquema adotado pelo Mercosul passa necessariamente pela definição de um projeto comum, concebido a partir não mais de percepções exclusivamente individuais, mas com base em uma visão de conjunto, o que, por sua vez pressupõe ações coordenadas em torno de objetivos comuns. Nesse contexto, o espaço para adoção de medidas unilaterais se reduz consideravelmente, uma vez que, para a consecução dos fins comuns, boa parte das políticas públicas adotadas pelos sócios deve ser objeto de consulta e coordenação com os demais.

É importante destacar que essa opção estratégica – em favor de uma integração profunda – não surgiu do voluntarismo político, mas encontra fundamento na percepção de que os desafios e os problemas enfrentados pelos quatro países são comuns e exigem respostas articuladas.

Fundamenta-se na constatação de que – tanto do ponto de vista econômico quanto político – há muito mais a ganhar do que a perder com o adensamento dos laços econômicos e políticos.

Do ponto de vista econômico, a adoção de esquemas de integração profunda (por natureza menos voláteis que outros esquemas de cooperação e menos suscetíveis a medidas individuais desagregadoras) facilita a consolidação de um espaço econômico efetivamente integrado – com ganhos em termos de economia de escala (via redução dos custos de produção em função da ampliação das dimensões do mercado) e atração de investimentos.

Do ponto de vista político, o aprofundamento da integração é associado, pelo efeito aglutinador, a uma maior estabilidade regional, na medida em que facilita



a disseminação de valores comuns, em benefício da consolidação da paz e da democracia.

Ao prever a conformação de um Mercado Comum baseado na livre circulação de fatores de produção; na adoção de políticas comuns e na coordenação de políticas setoriais em diferentes setores (macroeconômico; agrícola; industrial; fiscal; monetário; cambial, educacional, ambiental, científico, energético e outros), o Tratado de Assunção consagrou um projeto de ampla envergadura política e econômica, que envolve diferentes setores e torna o Mercosul uma referência fundamental na formulação da grande maioria das políticas públicas adotadas pelos Estados – Partes.

O desenho atual do Mercosul e sua estrutura institucional foram definidos em 1994, com a aprovação do Protocolo de Ouro Preto. Este Protocolo criou os instrumentos julgados necessários para estabelecer os elementos básicos de uma União Aduaneira, em especial no que se refere à adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC). As decisões tomadas em 1994 definiram a agenda dos anos posteriores, tanto no que se refere às atividades de implementação do acordado, quanto no que se refere às negociações necessárias para completar os objetivos então definidos de Constituição de uma União aduaneira em direção a um mercado comum.

O avanço na consecução dos objetivos traçados pelo Protocolo de Ouro Preto foi parcialmente prejudicado pela desvalorização do real, em 1999, que agravou a recessão regional iniciada em seqüência às crises da Ásia e Rússia e interferiu no processo negociador do Mercosul ao trazer para a cena principal as pressões de certos setores, sobretudo na Argentina, que se sentiam ameaçados pelas exportações brasileiras. Tal situação se agravou com o aprofundamento da crise argentina, em 2001, e o Mercosul entrou numa fase de virtual paralização de sua agenda negociadora, notadamente em seu núcleo econômico–comercial.

Em 2004, no entanto, os níveis do comércio intrazona começam a replicar aqueles atingidos nos primeiros anos após a assinatura do Tratado de Assunção, chegando próximo à casa dos US\$20 milhões (vinte milhões de dólares norte–americanos).

O Mercosul é um mecanismo dinâmico e em constante processo de evolução. Nesse sentido, os Estados – Partes empreendem permanente esforço no sentido de adotar as medidas necessárias com vistas ao aperfeiçoamento da União Aduaneira e ao fortalecimento institucional do bloco.

Em sintonia com esse esforço, o Brasil tem buscado avançar, na medida do possível, na consolidação da União Aduaneira, conciliando essa tarefa com o tratamento das assimetrias no bloco e de questões

pontuais que demandam soluções diferenciadas, a fim de assegurar o compartilhamento dos benefícios da integração por todos os sócios.

Em 2006, duas tarefas da área econômico–comercial estão no centro dos esforços negociadores brasileiros nos diversos foros do Mercosul: a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e o tratamento dos regimes aduaneiros especiais de importação adotados unilateralmente pelos Estados – Partes. A eliminação da dupla cobrança da TEC (livre circulação de bens intrazona) impulsionará consideravelmente a consolidação da União Aduaneira, pois, ao permitir que insumos importados de extrazona paguem a TEC uma única vez, no momento de sua entrada na região, facilitará enormemente a integração de cadeias produtivas e o aprofundamento do processo de integração. Em dezembro de 2005, efetivou-se a primeira fase da implementação da circulação facilitada de bens, com a inclusão daqueles produtos com alíquota de 0% nos quatro Estados Partes ou preferência comum de 100% em função de acordos negociados pelo Mercosul com terceiros países ou grupos de países. Os Estados Partes dedicam-se, no momento, ao cumprimento das condições previstas para a entrada em vigor da segunda fase da eliminação da dupla cobrança, que abrangerá todos os produtos que cumpram a política tarifária comum, de todo o universo contido na TEC.

No que diz respeito aos regimes especiais de importação adotados unilateralmente pelos Estados Partes (na verdade perfurações à Tarifa Externa Comum), os Estados Partes trabalham no sentido de eliminá-los e/ou harmonizá-los, com vistas a fortalecer a disciplina comunitária em matéria tarifária.

Num esforço para atenuar as assimetrias entre os sócios, foi estabelecido, por iniciativa brasileira, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), regulamentado pela Decisão CMC nº24/05. O Focem contará com 100 milhões de dólares anuais, dos quais o Brasil contribuirá com 70%. Os recursos do Focem destinar-se-ão ao financiamento de projetos de infraestrutura e outros que contribuam para o aprofundamento do processo de integração.

Na área político-institucional, após importantes avanços registrados no segundo semestre de 2005, como a aprovação das Regras de Procedimento do Tribunal Permanente de Revisão (Decisão CMC nº26/05) e dos procedimentos necessários para a acessão de Estados Associados a Membros Plenos do Mercosul (Decisão CMC nº 28/05), os Estados Partes deverão buscar um entendimento comum a respeito da implementação do Parlamento do Mercosul, a ser instalado até 31 de dezembro de 2006, cujo Protocolo Constitutivo foi estabelecido pela Decisão CMC nº23/05. Além

disso, foi constituído um Grupo de Alto Nível sobre a Reforma Institucional do Mercosul, destinado a promover uma maior eficiência e agilidade dos órgãos decisórios do bloco.

Do ponto de vista político, a adesão da Venezuela ao Mercosul, como Membro Pleno do Bloco, aprovada por Protocolo assinado pelos Presidentes dos Estados Partes no último dia 4 de julho, fortaleceu o Mercosul como elemento catalizador do processo de integração regional e confirmou o poder de atração do bloco. O ingresso da Venezuela representa um acréscimo de 7,7% ao PIB total do Mercosul e de 11% à sua população.

A esfera social do Mercosul tem avançado por meio de diversas iniciativas que vêm sendo desenvolvidas nas áreas de educação, trabalho e saúde. Na esfera educacional, caberia sublinhar a proposta de criação da Universidade do Mercosul, que será levada ao CMC, em dezembro, com vistas à futura criação de Universidade regional constituída por novos campi em cada um dos Estados-Partes e incorporação de faculdades e cursos de ensino superior já existentes. Outra iniciativa importante refere-se à aprovação do Fundo Educacional do Mercosul, criado em 2004, por decisão do CMC, e que visa a financiar projetos educacionais regionais a partir de contribuições anuais obrigatórias dos Estados-Partes.

No que diz respeito à esfera trabalhista, foi aprovada a “Proposta para a Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego”. Foram estabelecidas, ainda, as diretrizes e os objetivos fundamentais para o desenvolvimento de uma política regional para prevenção e erradicação do trabalho infantil no Mercosul, consubstanciada no Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Já na área da saúde, os Estados-Partes e Associados vêm trabalhando na avaliação das capacidades básicas para a implementação do Regulamento Sanitário Internacional 2005. Concomitante a essa iniciativa, vem-se trabalhando para adequar as legislações já existentes aos novos requisitos estipulados naquele Regulamento Sanitário.

Aviso nº 1.179 – C. Civil

Em 5 de outubro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Regis Percy Arslanian, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Mi-

nistério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, sem prejuízo da ordem de inscrição.

V. Ex<sup>a</sup> terá 20 minutos para seu pronunciamento, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, caros telespectadores, gostaria de cumprimentá-los no início desta semana dizendo que a existência do segundo turno acabou trazendo a debate alguns temas extremamente importantes, relevantes e que, desde o início das polêmicas instaladas, já aqueceram de forma significativa o debate eleitoral. Um tema que, no primeiro turno, tinha ficado praticamente na periferia, que tinha ficado fora do centro da conjuntura eleitoral é a visão e o papel do Estado: para que o Estado serve, a quem o Estado serve e quais os instrumentos de que o Estado precisa para poder atuar para o desenvolvimento e o crescimento da inclusão social.

Esse assunto, que tinha efetivamente, no primeiro turno, passado muito ao largo, agora está no centro da conjuntura.

Temos insistido muito em que todo debate a respeito do crescimento deve se nortear, obviamente, por uma pergunta muito simples de ser feita, mas muito difícil de ser respondida: para quem serve o crescimento? Quem vai se apropriar do crescimento? Quem vai pegar a melhor e a maior fatia do crescimento?

É por isso que temos dito que a questão dos comparativos a respeito do crescimento, entre o brasileiro e o de outros Países, mascara uma questão de fundo, que é quem, na população brasileira, está se apropriando, neste momento, da maior parcela e da principal parte, digamos assim, do crescimento.

Concordamos que o País está crescendo menos que outros Países, mas as parcelas da população que mais precisam do Estado e do crescimento são exatamente as que têm se beneficiado, com os programas

de inclusão social, de inclusão bancária, de inclusão de crédito, de geração de emprego, de ampliação da oferta de serviços públicos. Isso está bastante nítido e bastante concreto. Temos faixas da população cuja renda cresceu na ordem de 16%, 20% e até 24%, o que está, obviamente, muito acima da média, chegando, em alguns casos, a duas ou três vezes o crescimento da China.

É claro que, quando se faz esse debate a respeito do papel do Estado, o assunto privatização vem à baila, até porque vivenciamos um período, que antecedeu o Governo Lula, de processo de privatização que foi, eu diria, feroz. Foi vendido, para não dizer, em determinadas situações, doado, 76% do patrimônio público.

Mas nosso adversário teima em dizer que “o Governo que passou é o Governo que passou”, que “não é o Fernando Henrique que está disputando esta eleição; é o Sr. Geraldo Alckmin”.

Portanto, se vamos discutir a privatização – e acho que existe, sim, e nem pode deixar de existir, uma preocupação com a retomada do processo de privatizações; considero pouco provável o retorno do PSDB e do PFL –, temos de tratar do que aconteceu, em termos de venda ou doação do patrimônio público, nos oito anos em que o PSDB e o PFL governaram, tendo à frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas também temos de nos ater ao que o Sr. Geraldo Alckmin fez com relação a este tema – privatização –, até para colocarmos as coisas no devido lugar.

Pelo fato de este assunto ter sido pautado no segundo turno, ele está visível, está candente, está presente em praticamente todos os debates, em todas as falas, aliás, num desmentido sistemático, a ponto de a capa da **Folha de S. Paulo** de hoje trazer como principal manchete a frase: “Para atrair o PDT, Alckmin faz carta antiprivatização”. Houve entrega de um documento ao PDT, que deverá decidir hoje se vai apoiar ou não um dos candidatos ou se vai ficar sem posição oficial pública, em que o Sr. Geraldo Alckmin se compromete a não privatizar. O interessante é que esse “não privatizar”, no noticiário dos últimos dias, acabou trazendo – não há como não trazer – o histórico e a prática.

**O Globo**, de ontem, em matéria do Ricardo Galhardo, traz uma retrospectiva bastante interessante do processo de privatização no Estado de São Paulo. A manchete é: “Privatização em São Paulo arrecadou R\$ 77,5 bilhões desde governo Covas”. Vou repetir o número porque é significativo: R\$ 77,5 bilhões desde o Governo Covas. O subtítulo da matéria é: “Dinheiro foi usado para pagamento da dívida que, ainda assim, cresceu”. Portanto, com a venda das estatais, das em-

presas, com o processo de privatização, eles utilizaram R\$ 77,5 bilhões, mas a dívida ainda cresceu.

Vou ler alguns trechos da matéria:

Desde 1995, no governo Mário Covas (PSDB), o Estado de São Paulo privatizou rodovias e empresas estatais, arrecadando R\$ 77,5 bilhões. O dinheiro foi usado para o pagamento da dívida que, mesmo assim, cresceu 33% no período.

Portanto, venderam, se desfizeram do patrimônio, de parcela significativa do patrimônio público paulista, construído com o dinheiro do povo de São Paulo. Usaram o dinheiro para pagar a dívida, mas, mesmo assim, a dívida cresceu 33%.

No período, o governo paulista vendeu ou concedeu à iniciativa privada pelo menos duas dezenas de empresas e rodovias. Entre elas estão CPFL, Eletropaulo, Comgás, CESP Paranapanema, CESP Tietê e as rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Imigrantes, Anchieta, Raposo Tavares, Castelo Branco, entre outras.

A Fepasa, a Ceagesp e o Banespa foram federalizados.

Aliás, no caso do Banespa, a reportagem registra – é importante frisar – que a federalização foi feita sob protestos do Governador Mário Covas. Depois, o Banespa foi privatizado.

E o estado vendeu parte das ações mas manteve o controle acionário da Sabesp. Recentemente, o governo paulista anunciou a intenção de privatizar a linha 4 do Metrô.

Segundo a reportagem, boa parte disso foi feita durante o comando do falecido Governador Mário Covas. Dá a impressão de que foi o Covas, mas não foi o Covas, porque outra reportagem, do dia 2 de outubro, Agência Brasil, divulga:

Nas eleições de 1994, [Alckmin] foi eleito vice-governador de São Paulo na chapa encabeçada por Mário Covas, falecido em 2001. Em seguida, foi nomeado [nada mais nada menos] presidente do Conselho Diretor do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-Estrutura.

Portanto, quando Mário Covas assumiu, quando houve todo esse processo de privatização ou repasse para a iniciativa privada de empresas e rodovias, quem estava comandando o Conselho Diretor do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada

na Prestação de Serviços Públicos era exatamente o Sr. Geraldo Alckmin.

Assim, quem comandou todo esse processo de privatização, desde o primeiro momento do Governo Covas e depois do falecimento do ex-Governador, foi aquele que tenta agora, por meio de uma carta para o PDT, se desligar dessa prática e da ação privatizante.

Em 1996, ainda como Vice-Governador, o Sr. Geraldo Alckmin assumiu a Presidência do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização. Logo, desde o primeiro momento do Governo, o Sr. Geraldo Alckmin esteve à frente e comandando o processo de privatização no Estado de São Paulo.

Volto à reportagem de Ricardo Galhardo:

Alckmin continuou o processo em sua gestão no Palácio dos Bandeirantes a partir de 2001. A última empresa a ser vendida foi a CTEEP, responsável por parte da transmissão energética do estado. [Exatamente a última linha de transmissão que ainda pertencia ao Governo do Estado e que foi recentemente vendida]. Duas semanas atrás, o governador Cláudio Lembo (PFL) sustou uma tentativa de venda de 20% das ações da Nossa Caixa, pertencentes ao estado. O dinheiro seria usado para cobrir um rombo de R\$ 1,2 bilhão no orçamento [deste ano do Estado de São Paulo].

Aliás, é bom fazer o registro – já tive oportunidade de dizê-lo na tribuna – de que, no Orçamento do Estado de São Paulo deste ano, entrou como receita a venda da Nossa Caixa. Entrou como arrecadação, como receita. Portanto, a disposição de privatizar a Nossa Caixa, último banco público do Estado de São Paulo, fica, dessa forma, ligada à pessoa do Sr. Geraldo Alckmin, até porque quem encaminhou o Orçamento que está em vigor este ano foi exatamente ele, que estava comandando o Governo do Estado no ano passado.

Ainda segundo a matéria de Ricardo Galhardo:

Uma das principais queixas da população é referente à multiplicação dos pedágios, alguns com altos valores. Em uma viagem da capital até a divisa com o Mato Grosso do Sul, por exemplo, existem 12 pedágios.

Outra reclamação é o aumento das tarifas de gás e energia elétrica, que, em alguns casos, tiveram os preços quadruplicados.

Essas são as informações que os jornais estão trazendo sobre este tema, que tomou a cena agora no segundo turno e que diz respeito ao papel do Estado, ao comando das empresas estatais, ao fato de se desfazer delas e ao destino do dinheiro.

Com relação ao destino do dinheiro, a matéria do Galhardo é bastante clara, porque todo o dinheiro arrecadado nas privatizações de São Paulo foi usado para pagamento da dívida, que, apesar disso, cresceu 33%, conforme a reportagem.

Há outra matéria muito interessante publicada na Carta Maior Economia, um pouco mais antiga, que resgatamos para trazer alguns elementos ao debate. Esta matéria refere-se aos dez anos de privatizações no Estado de São Paulo. A matéria trata de um livro do professor e economista Wilson Cano, da Unicamp, que classifica de “falso” e de “conversa fiada” o discurso do ajuste fiscal das gestões tucanas para explicar as privatizações.

Segundo o autor:

Em 1995, a dívida paulista, sempre em valores reajustados, era de R\$ 105,2 bilhões. Entre 1997 e 1999, quando a Sabesp, a Comgás e a CPFL e a Eletropaulo foram privatizadas e houve transferências de estatais como a Ceagesp, a Fepasa e o Banespa para o governo federal, a dívida saltou para R\$140 bilhões.

Ou seja, a dívida era de R\$ 105,2 bilhões, antes de se iniciarem as privatizações e, quando boa parte das empresas foi privatizada ou transferida, pulou para R\$ 140 bilhões.

Mais à frente a matéria diz o seguinte: “Em 2002, a dívida atingiu seu auge, com um valor superior a R\$160 bilhões”. Assim, o que era R\$105, em 1995, pulou para R\$160 bilhões em 2002. “Desde 2004, a dívida caiu um pouco e agora permanece estável, em R\$140 bilhões.”

Estranhamente, quando houve uma diminuição do ritmo das privatizações, a dívida parou de crescer tanto. “Os dados constam no capítulo oito de um livro organizado por Wilson Cano, cuja publicação está prevista para o fim do ano. O livro analisará as finanças públicas e o investimento no Estado entre os anos de 1980 a 2004.

Interessante, Senador Ramez Tebet, que, sempre que ouço discurso de privatização, eu ouço: “Tem de privatizar porque não é papel do Estado ficar tocando companhia disso ou daquilo”. E temos de aplicar em quê? Dizem que devemos aplicar em saúde, educação, assistência social e habitação.



O livro do Professor Wilson Cano traz dados contundentes. Exatamente estas quatro áreas – saúde, educação, habitação e assistência social – tiveram redução de recursos aplicados enquanto estavam em andamento as privatizações no Estado de São Paulo.

De 1991 a 1994, essas quatro áreas tiveram 4,5 bilhões de investimentos. De 1995 a 1998, quando houve boa parte das privatizações, caiu de 4,5 bilhões para 2,4 bilhões, ou seja, para quase metade do valor e, de 1999 a 2002, baixou para 1,9 bilhão. Portanto, os dados do Prof. Wilson Cano desmentem categoricamente o discurso de que é preciso privatizar e que privatizando poderemos aplicar mais no social e nas chamadas atividades fins do Estado que são educação e saúde.

Ouçõ com muito prazer o Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senadora Ideli Salvatti, sempre a ouço com muito prazer por sua tenacidade, pelo espírito partidário e pela sua luta em favor dos interesses do seu Estado. Estou no meu segundo mandato de Senador. Uma das coisas mais difíceis que enfrentamos foi o processo de privatizações para nós Parlamentares, para quem quer o progresso e o melhor caminho para que o País progrida. Imaginava-se que se iria diminuir a máquina estatal, que haveria economia de pessoal e mais recursos para educação, saúde e para tudo o que cita V. Ex<sup>a</sup>.

Apenas fico preocupado com a maneira como discutimos alguns temas no Brasil. Por que o assunto privatizações está sendo discutido somente agora? Interessante isso! Deveríamos ter mais tempo. O Governo do Presidente Lula nunca abordou esse assunto. Ao contrário, há projetos que votamos – toda esta Casa votou – que não deixam de ser privatizações. É isso que me espanta. Qual o objetivo das PPPs? Buscar o desenvolvimento do País mediante recursos da iniciativa privada e do setor público. O projeto das PPPs foi votado por quem? Por toda esta Casa. Ou isso não é privatização?

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente, que me conceda mais tempo, pois raramente aparteio a Senadora. Para mim, está sendo uma honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não, Senador.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Para mim, está sendo uma honra. E S. Ex<sup>a</sup> há de entender este aparte no bom sentido.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Muito me honra, Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – As PPPs são um exemplo disso. Recentemente, sabe o que mais me preocupa quando voto nesta Casa e acredito que também V. Ex<sup>a</sup>, que quer proceder de maneira a melhor servir o Brasil, assim como o Senador Mão Santa, todos nós e o Senador Papaléo Paes, que preside os nossos trabalhos? É como melhor servir ao Brasil. O que estamos fazendo com o Código Florestal? O que estamos fazendo com isso? Será que o que votamos aqui não é uma espécie de privatização? Isso é o que me preocupa. Há alguns assuntos que devem ser discutidos em profundidade em determinados momentos nesta Casa para que possamos dar uma resposta ao eleitorado e para que possamos, em sã consciência, melhor dar de nós para servir à coletividade. Porém, eu compreendo a presença de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna, o seu espírito partidário e o seu espírito público. Eu somente não compreendo – volto a dizer – o momento de discutir este assunto, depois de quase quatro anos de Governo, com os quais, diga-se de passagem – embora não pertencendo ao Partido de V. Ex<sup>a</sup> –, eu colaborei em todos os projetos que dizem respeito aos interesses do País e, principalmente, do Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela atenção e parabéns pelo seu pronunciamento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Ramez Tebet. V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui quando eu iniciei o meu pronunciamento. Eu disse exatamente que a realização do segundo turno trouxe ao debate o assunto do papel do Estado, que Estado queremos, o tamanho do Estado e quais instrumentos o Estado deve ou não manter. Com isso, o assunto da privatização foi abordado. E, quando se fala em privatização, tem de se falar como ela foi feita até agora, para o que ela serviu e no que ela resultou.

É interessante que a parceria público-privada, na realidade, se torna uma espécie de *leasing*. Vou tratá-la assim porque...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, permita-me mais alguns minutos.

Na parceria público-privada permitem-se que alguns serviços públicos ou investimentos em determinada área, seja numa ferrovia, num porto ou numa estrada ou em saneamento sejam compartilhados com recursos públicos e privados, em que a iniciativa privada possa cobrar a tarifa, o pedágio, seja lá o que for. Ao final do contrato, Senador Ramez Tebet, o patrimônio fica com o Governo. Terminado o contrato



– isso é o que nós votamos aqui –, ao final, fica com o público, fica com a população. O patrimônio, durante um período, fica compartilhado com a iniciativa privada, tendo em vista a dificuldade do Poder Público de fazer determinados investimentos, mas não é como aconteceu com todas aquelas empresas que foram vendidas, sim, foram descartadas, foram entregues à iniciativa privada.

Acho muito interessante os dados que apresentei sobre a utilização dos recursos da venda – ou da entrega à iniciativa privada – das empresas no Estado de São Paulo: serviram para pagar dívida, não serviram para investir mais no social. Muito pelo contrário, os dados estão aí: o social teve diminuição de investimento. Acho interessante porque apesar de termos votado a parceria público-privada – temos algumas em andamento, mas nenhuma concretizada –, durante os quatro anos do Governo Lula não privatizamos; pagamos as dívidas, inclusive a dívida com o Fundo Monetário Internacional, que nos foi deixada pela administração, e ampliamos de forma significativa nossas reservas, que nos foram entregues em US\$13 bilhões. Vamos, agora, ultrapassar a casa dos US\$70 bilhões. E ainda aumentamos os gastos em assistência social, saúde, educação. Portanto, é uma prova inequívoca de que sem privatizar podemos adotar a receita dos que defendem a privatização – e já está demonstrado à exaustão –, que não serve aos interesses da maioria da população.

Considero o segundo turno como saudável porque poderemos, agora, trazer dados, fazer comparações, debater todos os assuntos e saber da população se quer retornar à situação anterior – já temos os dados aqui – no âmbito federal ou no estadual, pois o Governo do Sr. Geraldo Alckmin não serviu à maioria da população, nem aos interesses do Brasil, nem aos paulistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última quarta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 51, de 2006**, que *autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria no valor de cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos, referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris;*

– **Projeto de Resolução nº 52, de 2006**, que *autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contra-*

*tar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 – Complementar**, que *altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000 para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas ( dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios).*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 53, de 2006, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 2/2006 – CE – “MULHER – Latino-Americana”

Brasília, 5 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial, criada mediante Requerimento nº 60, de 2005–SF, “destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano” comunico a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos no dia 5 de setembro de 2006.

Atenciosamente, Senadora **Serys Sihessarenko**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O Relatório Final da Comissão recebeu o nº 4, de 2006, e vai à publicação.

É o seguinte o Relatório Final:

**SENADO FEDERAL**

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PELO “ANO INTERNACIONAL DA MULHER LATINO-AMERICANA – 2005”, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO (CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005)**

**RELATÓRIO FINAL**

**Nº 4, DE 2006**

Brasília  
2006

**ATO DE CRIAÇÃO**

**REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005**

INCLUA-SE EM  
ORDEM DO DIA  
OPORTUNAMENTE.

Em 22 / 02 / 2005

**REQUERIMENTO Nº 60 , DE 2005**

*Handwritten notes:*  
Aprovado em 25/04/05  
Sen. Serys Shlessarenko

Requeiro, nos termos do art. 74, I, e demais disposições pertinentes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, respeitada a proporcionalidade partidária, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referente às comemorações pelo *Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005*, instituído pelo Parlamento Latino-americano. O prazo de encerramento dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana será, no máximo, o dia 31 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2005

*Handwritten signature of Serys Shlessarenko*  
Senadora SERYS SHLESSARENKO

## REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

*A publicação*  
*Em 15/12/05*  
*Abelrose Albe*

Requerimento N° 1499, de 2005

*Prorogação*  
*1.2 2005*  
*Paulo*

Nos termos do art. 76, § 1º, do Regimento Interno, requeremos a prorrogação por 90 dias do prazo da Comissão Temporária Intermi destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana-2005, tendo em vista a necessidade do acompanhamento de atividades ainda em desenvolvimento e cujo término está programado para ocorrer na segunda semana março de 2006, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2005

*Serys Shlessarenko*  
 Senadora Serys Shlessarenko

## REQUERIMENTO N°, 581 /2006

*Prorogação*  
*Em 4/7/06*

*Antero Paes de Barros*

Senador ANTERO PAES DE BARROS  
 Segundo Vice-Presidente

Senhor Presidente do Senado Federal

Na qualidade de Presidente da Comissão Especial, criada mediante Requerimento nº 60, de 2005, "**destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano**", **REQUEREMOS**, com base no § 1º, do Artigo 76, do Regimento Interno do Senado Federal, e demais disposições legais pertinentes a **PRORROGAÇÃO DO PRAZO**, até o dia 30 de junho de 2006, para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Brasília DF, 15 de maio de 2006.

*Serys Shlessarenko*  
 Senadora **SERYS SHLESSARENKO**  
 Presidente da Comissão

*(M MACIEL)*

Senadora **LUCIA VÂNIA**  
Relatora da Comissão

*Sen. ...*

*Ana Júlia Careca*  
SEN. ANA JÚLIA CARECA

*Melrose Melro*  
SEN. MELROSE MELRO

*SEN. ...*

*SEN. LUIZ OTAVIO*

*SEN. ...*

*Assinado*  
*4.9.06*

Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente

**REQUERIMENTO Nº 952 , DE 2006**

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no Art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos prorrogação, por noventa dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada mediante Requerimento nº 60, de 2005-SF, *“destinada planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano”*.

Sala das Sessões, em                      de junho de 2006.

*Serys Shessarenko*  
Senadora **SÉRY S SHESSARENKO**  
Presidente

*Melrose Melro*  
*(M MACIEL)*

## COMPOSIÇÃO INICIAL E CÁLCULO DE PROPORCIONALIDADE

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES

**Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito**

**COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005-SF  
“DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES  
REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PELO ANO INTERNACIONAL DA MULHER  
LATINO-AMERICANA – 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-  
AMERICANO”**

PRESIDENTE: **Senadora Serys Slhessarenko**

VICE-PRESIDENTE: **Senador Papaléo Paes**

RELATOR: **Senadora Lúcia Vânia**

(07) Senadores Titulares e (07) Senadores Suplentes

### COMPOSIÇÃO INICIAL DA COMISSÃO

#### SENADORES TITULARES

##### **Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)**

**Marco Maciel (PFL)** PE – 5716 – 5710

**Arthur Virgílio (PSDB)** AM – 1301 – 1413

##### **PMDB**

**Luiz Otávio** PA – 3050 – 4393

**Papaléo Paes** AP – 3253 – 3262

##### **Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)**

**Serys Slhessarenko** MT – 2291 – 2292

**Ana Júlia Carepa** PA – 2107 – 2109

##### **PDT / P – SOL**

**Heloísa Helena** AL – 3197 – 3198

#### SENADORES SUPLENTE

##### **Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)**

**1 – Roseana Sarney (PFL)** MA – 3069 – 3070

**2.- Lúcia Vânia (PSDB)** GO – 2035 - 2844

##### **PMDB**

**1 – José Maranhão** PB – 2231 – 1892

**1 – Valmir Amaral** DF – 1961 – 1962

##### **Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)**

**1 – Flávio Arns** PR – 2404 – 2405

**2 – Cristovam Buarque** DF – 2285 - 2288

##### **PDT / P-SOL**

**1 – Augusto Botelho** RR – 2041 - 2042

**Dia 19.04.2005** - É lida e aprovada a criação da Comissão

**Dia 09.05.2005** - Indicação dos Membros

**Dia 09.06.2005** - Instalação da Comissão

**Dia 15.12.2005** - Término do prazo da Comissão

<b>Ano Internacional da Mulher Latino-Americana</b>			
<b>REPRESENTAÇÃO POR PARTIDO</b>			
Nº DE INTEGRANTES: Titulares e Suplentes -			7
<b>Bloco Minoria</b>	29	2,51	2
<b>PMDB</b>	23	1,99	2
<b>Bloco Governo</b>	23	1,99	2
<b>PDT</b>	4	0,35	
<b>P-SOL</b>	2	0,17	
<b>TOTAL</b>	81	7	7
Bloco Governo: PT, PSB, PTB, PL e PPS.			
Bloco da Minoria: PFL e PSDB.			
Atualizado em			
25/04/05			



## COMPOSIÇÃO FINAL

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES

### Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005-SF  
“DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES  
REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PELO ANO INTERNACIONAL DA MULHER  
LATINO-AMERICANA – 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-  
AMERICANO”

PRESIDENTE: **Senadora Serys Slhessarenko**

VICE-PRESIDENTE: **Senador Papaléo Paes**

RELATOR: **Senadora Lúcia Vânia**

(07) Senadores Titulares e (07) Senadores Suplentes

## COMPOSIÇÃO FINAL DA COMISSÃO

SENADORES TITULARES		SENADORES SUPLENTES	
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)</b>		<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)</b>	
Marco Maciel (PFL)	PE – 5716 – 5710	1 – Roseana Sarney (PFL)	MA – 3069 – 3070
Arthur Virgílio (PSDB)	AM – 1301 – 1413	2- Lúcia Vânia (PSDB)	GO – 2035 - 2844
<b>PMDB</b>		<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	PA – 3050 – 4393	1 – José Maranhão	PB – 2231 – 1892
Papaléo Paes	AP – 3253 – 3262	1 – Valmir Amaral	DF – 1961 – 1962
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)</b>		<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)</b>	
Serys Slhessarenko	MT – 2291 – 2292	1 – Flávio Arns	PR – 2404 – 2405
Ana Júlia Carepa	PA – 2107 – 2109	2 – Cristovam Buarque	DF – 2285 - 2288
<b>PDT / P – SOL</b>		<b>PDT / P-SOL</b>	
Heloísa Helena	AL – 3197 – 3198	1 – Augusto Botelho	RR – 2041 - 2042

**Dia** 19.04.2005 - É lida e aprovada a criação da Comissão

**Dia** 09.05.2005 - Indicação dos Membros

**Dia** 09.06.2005 - Instalação da Comissão

**Dia** 15.12.2005 - Término do prazo da Comissão

**Dia** 01.02.2006 - Aprovado Rq nº 1499, de 2005, Prorrogação da Comissão - 90 dias a contar de 15.12.2005

Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13 – Subsolo  
Senado Federal

Secretário: *José Roberto de Oliveira Silva*  
Fone: 3311.3501 – Fax: 3311.3606

Atualizada em 08.02.2006

## MAPA DE PUBLICAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES

### SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Publicação das atas das reuniões da  
Comissão “Ano Internacional da Mulher Latino-Americana”

Reuniões	Publicação
1ª a 3ª	Diário do Senado Federal, nº 21, de 15 de fevereiro de 2006, págs. 5267 a 5273
4ª	Publicada juntamente com o Relatório Final

## HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO

**Senado Federal**  
**Secretaria-Geral da Mesa**  
**Atividade Legislativa - Tramitação de Matérias**

### REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

<b>Data da leitura</b>	
<b>Autor</b>	<b>SENADOR - Serys Silhessarenko</b>
<b>Ementa</b>	Requer, nos termos do art. 74, I, e demais disposições pertinentes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, respeitada a proporcionalidade partidária, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referente às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005, instituído pelo Parlamento Latino-americano. O prazo de encerramento dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana será, no máximo, o dia 31 de dezembro de 2005.
<b>Observações</b>	PRAZO FINAL: 15 03 2006.

### TRAMITAÇÕES (ordem ascendente de data)

#### RQS 00060 / 2005

##### 22/02/2005 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Este processo contém 02 (duas) folhas numeradas e rubricadas. À SSCLSF.

##### 22/02/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Leitura. À SSCLSF para inclusão em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 23/02/2005 no DSF Página(s): 1911 ( [Ver Diário](#) )

##### 23/02/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

##### 24/02/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO PARA ORDEM DO DIA

Agendado para a sessão deliberativa ordinária de 03/03/2005.

##### 02/03/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 03.03.2005. Votação, em turno único.

##### 03/03/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (MPV 225/2004), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 04/03/2005 no DSF Página(s): 4100 ( [Ver Diário](#) )

##### 04/03/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 08.03.2005. Votação, em turno único.

##### 08/03/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude da inexistência de acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 02 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 09/03/2005 no DSF Página(s): 4542 ( [Ver Diário](#) )

##### 08/03/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 09.03.2005. Votação, em turno único.

##### 09/03/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 10/03/2005 no DSF Página(s): 4662 ( [Ver Diário](#) )

##### 09/03/2005 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10/03/2005. Votação, em turno único.

**10/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude da concessão de prazo, até a próxima sessão deliberativa ordinária, para a Relatora Revisora do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal, proferir o seu parecer. À SSCLSF.

Publicação em 11/03/2005 no DSF Página(s): 4752 ( [Ver Diário](#) )

**14/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16.03.2005. Votação, em turno único.

**16/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude da transferência do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal, para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 17, conforme solicitação dos Srs. Líderes. À SSCLSF.

Publicação em 17/03/2005 no DSF Página(s): 5203 ( [Ver Diário](#) )

**16/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 17.03.2005. Votação, em turno único.

**17/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

10:00 - Apreciação sobrestada em virtude do adiamento da discussão do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que está sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 18/03/2005 no DSF Página(s): 5272 ( [Ver Diário](#) )

**18/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22.03.2005. Votação, em turno único.

**22/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 23/03/2005 no DSF Página(s): 5812 - 5813 ( [Ver Diário](#) )

**22/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23.03.2005. Votação, em turno único.

**23/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

10:00 - Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que encontra-se sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 24/03/2005 no DSF Página(s): 6250 ( [Ver Diário](#) )

**28/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 29.03.2005. Votação, em turno único.

**29/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 1/2005), que está sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 30/03/2005 no DSF Página(s): 6764 ( [Ver Diário](#) )

**29/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30.03.2005. Votação, em turno único.

**30/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude do término do prazo regimental da sessão. À SSCLSF.

Publicação em 31/03/2005 no DSF Página(s): 7008 ( [Ver Diário](#) )

**30/03/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 31.03.2005. Votação, em turno único.

**31/03/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito dos itens 1 e 2 da Ordem do Dia (PLV nºs 2 e 3/2005, respectivamente), que estão sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 01/04/2005 no DSF Página(s): 7107 ( [Ver Diário](#) )

**01/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 05.04.2005. Votação, em turno único.

**05/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito dos itens 1 e 2 da Ordem do Dia (PLV nºs 2 e 3/2005, respectivamente), que estão sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 06/04/2005 no DSF Página(s): 7429 ( [Ver Diário](#) )

**05/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 06.4.2005. Votação, em turno único.

**06/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não ter sido apreciado o Item 1 da Ordem do Dia (PLV nº 2/2005), que está sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 07/04/2005 no DSF Página(s): 7874 ( [Ver Diário](#) )

**06/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 07.4.2005. Votação, em turno único.

**07/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV nº 2/2005), que está sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 08/04/2005 no DSF Página(s): 8137 ( [Ver Diário](#) )

**08/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 12.4.2005. Votação, em turno único.

**12/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude do término do prazo regimental da sessão. À SSCLSF.

Publicação em 13/04/2005 no DSF Página(s): 8893 - 8894 ( [Ver Diário](#) )

**12/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 13.4.2005. Votação, em turno único.

**13/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude do término do prazo regimental da sessão. À SSCLSF.

Publicação em 14/04/2005 no DSF Página(s): 9133 - 9134 ( [Ver Diário](#) )

**13/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14.4.2005. Votação, em turno único.

**14/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias para deliberar a respeito do Item 1 da Ordem do Dia (PLV 4/2005), que está sobrestando a pauta do Senado Federal. À SSCLSF.

Publicação em 15/04/2005 no DSF Página(s): 9267 ( [Ver Diário](#) )

**15/04/2005** SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 19.4.2005. Votação, em turno único.

**19/04/2005** ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Aprovado. Será cumprida a deliberação do Plenário. À SGM.

Publicação em 20/04/2005 no DSF Página(s): 9816 ( [Ver Diário](#) )

**02/05/2005** SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA



Juntei, às fls. 3 e 4, cópia do Ofício SF nº 542 de 27.4.2005, do Presidente do Senado Federal, solicitando à Líder do Partido Socialismo e Liberdade - P-Sol, juntamente com o Líder do PDT, a indicação, conforme a proporcionalidade partidária, de dois Senadores, sendo um titular e um suplente, para comporem a Comissão Especial Temporária criada por este Requerimento.

**02/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Juntei, às fls. 5 e 6, cópia do Ofício SF nº 543, de 27.4.2005, do Presidente do Senado Federal, solicitando ao Líder do Partido Democrático Trabalhista - PDT, juntamente com a Líder do Partido Socialismo e Liberdade - P-Sol, a indicação, conforme a proporcionalidade partidária, de dois Senadores, sendo um titular e um suplente, para comporem a Comissão Especial Temporária criada por este Requerimento.

**02/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Juntei, às fls. 7 e 8, cópia do Ofício SF nº 544, de 27.4.2005, do Presidente do Senado Federal, solicitando ao Líder do Bloco de Apoio ao Governo a indicação, conforme a proporcionalidade partidária, de quatro Senadores, sendo dois titulares e dois suplentes, para comporem a Comissão Especial Temporária criada por este Requerimento.

**02/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Juntei, às fls. 9 e 10, cópia do Ofício SF nº 545, de 27.4.2005, do Presidente do Senado Federal, solicitando ao Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB a indicação, conforme a proporcionalidade partidária, de quatro Senadores, sendo dois titulares e dois suplentes, para comporem a Comissão Especial Temporária criada por este Requerimento.

**02/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Juntei, às fls. 11 e 12, cópia do Ofício SF nº 546, de 27.4.2005, do Presidente do Senado Federal, solicitando ao Líder do Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB) a indicação, conforme a proporcionalidade partidária, de quatro Senadores, sendo dois titulares e dois suplentes, para comporem a Comissão Especial Temporária criada por este Requerimento.

**02/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

O presente Requerimento permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as indicações dos líderes.

**06/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Juntei, às fls. 13 e 14, autorização dada pelo Presidente do Senado para a impressão da logomarca criada pela Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana no Diário do Senado, na Agenda da Ordem do Dia e nos avulsos das proposições em tramitação no Senado, em atendimento ao pedido da referida Comissão para que a logomarca conste das publicações oficiais do Senado até o dia 15 de dezembro de 2005.

**09/05/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Encaminhado ao Plenário.

**09/05/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

A Presidência, de acordo com as indicações das lideranças, designa a Comissão Especial Temporária; Senadores Titulares: Bloco da Minoria (PFL e PSDB) - Marco Maciel e Arthur Virgílio; PMDB - Luiz Otávio e Papaléo Paes; Bloco do Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) - Serys Sihessarenko e Ana Júlia Carepa; PDT/P-SOL - Heloísa Helena. Senadores Suplentes: Bloco da Minoria (PFL e PSDB) - Roseana Sarney e Lúcia Vânia; PMDB - José Maranhão e Valmir Amaral; Bloco do Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS) - Flávio Arns e Cristovam Buarque; PDT/P-SOL - Augusto Botelho. À SACEI.

Publicação em 10/05/2005 no DSF Página(s): 13772 ( [Ver Diário](#) )

**20/10/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Designo o servidor José Roberto de Oliveira Silva, matrícula 40232, para Secretariar a Comissão Especial Temporária, criada pelo Requerimento nº 60, de 2005, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana - 2005. Wanderley Rabelo da Silva Diretor da SSACEPI

**22/11/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Realizada Reunião da Comissão com a presença da Presidente Senadora Serys Sihessarenko, Senadores Lucia Vânia, Cristovam Buarque, Mozarildo avalcante, Sibá Machado, Patricia Saboya, Alvaro Dias, Augusto Botelho e Rodolfo Tourinho, e ainda diversos representantes da sociedade civil, onde a Senadora Presidente fez um balanço dos trabalhos realizados até o momento.

Publicação em 15/02/2006 no DSF Página(s): 5267 - 5269 PUB ATA 1ª REUNIÃO ( [Ver Diário](#) )

Publicação em 15/02/2006 no DSF Página(s): 5269 - 5272 PUB ATA 2ª REUNIÃO ( [Ver Diário](#) )

Publicação em 15/02/2006 no DSF Página(s): 5272 - 5273 PUB ATA 3ª REUNIÃO ( [Ver Diário](#) )



**15/12/2005 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Processado encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, conforme solicitação nº 264/2005 de 15/12/2005.

**15/12/2005 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Encaminhado à SSATA.

**15/12/2005 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

É lido o Requerimento nº 1.499/2005, da Senadora Serys Slhessarenko, de prorrogação, por noventa dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Temporária Interna destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana-2005, tendo em vista a necessidade do acompanhamento de atividades ainda em desenvolvimento e cujo término está programado para ocorrer na segunda semana de março de 2006, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. (Art. 76, § 1º, do RISF) À publicação. À SGM.

Publicação em 16/12/2005 no DSF Página(s): 45196 ( [Ver Diário](#) )

**05/01/2006 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Encaminhado ao Plenário.

**01/02/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

22:53 Aprovado o Requerimento nº 1.499, de 2005, de prorrogação dos trabalhos da Comissão Especial criada pela presente matéria. Será cumprida a deliberação do Plenário. À SACEI.

Publicação em 02/02/2006 no DSF Página(s): 2887 ( [Ver Diário](#) )

**14/03/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Encaminhado à pedido, ao Gabinete da Senadora Lúcia Vânia, Relatora da Comissão

**15/05/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Devolvido do Gabinete da Senadora Lucia Vania, sem Relatório.

**15/05/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Encaminhado à Mesa do Senado Federal com Requerimento s/n de solicitação de prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, assinado pela Presidente da Comissão Senadora Serys Slhessarenko

**16/05/2006 MESA - MESA DO SENADO FEDERAL**

À SSACEI para complementação de assinaturas do Requerimento de prorrogação do prazo da Comissão.

**16/05/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

À Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal para as providências regimentais, após colhidas as assinaturas da maioria dos membros da Comissão.

**16/05/2006 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Recebido neste Órgão, nesta data.

**16/05/2006 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

Encaminhado ao Plenário.

**16/05/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

Leitura do Requerimento nº 581, de 2006, subscrito pela Senadora Serys Slhessarenko, presidente da Comissão; pela Senadora Lúcia Vânia, relatora; pelos Senadores Marco Maciel, Papaléo Paes, Flávio Arns, Luiz Otávio, Arthur Virgílio, e pelas Senadoras Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena, prorrogação do prazo, até 30 de junho do corrente ano, para conclusão dos trabalhos. O Requerimento lido será votado oportunamente. À SSCLSF.

Publicação em 17/05/2006 no DSF Página(s): 16631 ( [Ver Diário](#) )

**17/05/2006 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

Encaminhado ao Plenário.

**04/07/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

22:10 Aprovado o Requerimento nº 581, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, lido em sessão anterior, prorrogando, até o dia 30 de junho de 2006, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada pela presente proposição (RQS 60/2005). À SACEI.

Publicação em 05/07/2006 no DSF Página(s): 22601 ( [Ver Diário](#) )

**18/08/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Fls. 24 - Composição inicial da Comissão; Fls. 25 - Composição final da Comissão; Fls. 26 a 39 - Atas e Notas Taquigráficas das reuniões da Comissão Especial. Fls. 40 - Ato nº 3, de 2005, do Presidente do Senado Federal,

instituindo o GET, grupo de trabalho de apoio à Comissão Especial criada pelo Requerimento 60, de 2005. Fls. 41 a 353 Atas das reuniões do GET, instituído pelo Ato nº 3, de 2005, do Presidente do Senado Federal; Fls. 354 a 358 - Ofícios do GET e da Comissão; Fls. 359 - Ofício 001/2006, à Secretaria de Atas, solicitando a publicação das Atas e NT da Comissão. Foram publicadas no Diário do Senado Federal nº 21, de 15/02/2006, juntamente com a Ata da 42ª Seção Deliberativa Ordinária, de 14/02/2006; Fls. 360 a 362 - Requerimento nº 581, de 2006 - prorrogação de prazo da Comissão;

**18/08/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 363, Requerimento solicitando prorrogação de prazo da Comissão, assinado pela maioria dos membros titulares.

**22/08/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

À SGM SF, para as providências regimentais cabíveis.

**22/08/2006 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Recebido neste Órgão, nesta data.

**04/09/2006 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

Encaminhado ao Plenário.

**04/09/2006 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**

Lido e posteriormente aprovado o Requerimento nº 952, de 2006, da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador Arthur Virgílio, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Marco Maciel, solicitando a prorrogação, por noventa dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada mediante a presente matéria (RQS nº 60/2005). À SACEI.

Publicação em 05/09/2006 no DSF Página(s): 27778 - 27779 ( [Ver Diário](#) )

Publicação em 05/09/2006 no DSF Página(s): 27879 ( [Ver Diário](#) )

**06/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 364, Convocação para a Reunião de Leitura do Relatório Final da Comissão.

**06/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 365 a 367, Relatório final da Comissão, da Relatora Senadora Lúcia Vânia.

**06/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 368 a 397, Relatório final da Comissão elaborado pelo Grupo de Trabalho - GET, instituído pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 003, de 2005.

**06/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 398, Lista de Presença de Parlamentares à 4ª Reunião da Comissão, ocasião em que foi aprovado o Relatório Final da Comissão.

**06/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 399, Ata da 4ª Reunião da Comissão.

Publicação em 07/09/2006 no DSF Página(s): 28582 ( [Ver Diário](#) )

**12/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

Anexado às fls. 400 a 404.

**12/09/2006 SACEI - SERVIÇO APOIO COM. ESP. PARL. DE INQUERITO**

À SGM, encerramento da Comissão Especial Temporária.

**13/09/2006 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA**

Recebido neste Órgão, nesta data.

# ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO

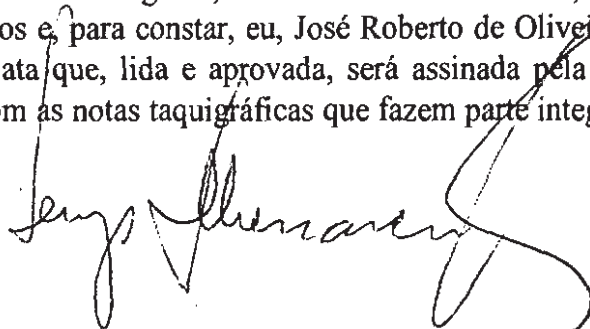
## (APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL)

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005-SF “DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PLEO ANO INTERNACIONAL DA MULHER LATINO-AMERICANA – 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO”.

Ata da 4ª Reunião.

Realizada em 05/09/2006.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, às doze horas, na sala 02 da Ala Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, com a presença da Presidente da Comissão Senadora Serys Shessarenko, dos Senadores, Arthur Virgílio, Luiz Otávio, Valmir Amaral, Flávio Arns e Senadora Heloísa Helena, reúne-se a Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 60, de 2005-SF, “*destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo ano internacional da mulher latino-americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano*”. Havendo número regimental a Presidenta declara abertos os trabalhos da quarta reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, submetendo-a a votação. Aprovada. A Presidenta esclarece que a pauta da reunião destina-se à leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. A Presidenta passa a palavra à Senadora Heloísa Helena que assume a relatoria, a convite, fazendo a leitura do Relatório da Senadora Lúcia Vânia. Após a leitura do mesmo, a Presidenta Senadora Serys Shessarenko coloca em votação o Relatório que é aprovado, tece algumas considerações a respeito dos trabalhos realizados elogiando a atuação de toda a assessoria, agradece a presença de todos e em seguida, nada mais havendo a tratar, encerra a presente reunião às doze horas e dez minutos e, para constar, eu, José Roberto de Oliveira Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte integrante da mesma.



**COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005 – SF “DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PELO ANO INTERNACIONAL DA MULHER LATINO-AMERICANA – 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO”. REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2006 ÀS 12 HORAS E 01 MINUTOS.**

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** A Comissão Especial criada mediante requerimento nº 60 de 2005-SF, destinada a planejar e coordenar execução das atividades referente à comemoração internacional da mulher latino-americana 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano. Votação do relatório da Comissão. Relatório já foi lido na íntegra, nós teríamos aqui apenas um resumo e passaríamos à Senadora Heloísa Helena, por favor, para que lesse.

**SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AL):** Sra. Presidente, Senadora Serys. Eu vou passar a ler agora um relatório que foi elaborado por nossa Senadora Lúcia Vânia e que dá conta das conclusões dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.

Criada por força da aprovação do requerimento nº 60 de 2005 em 19 de abril de 2005, a Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, contou com a participação de 7 Senadores titulares igual ao número de Suplentes, tendo sido presidida pelo Senadora Serys Slhessarenko. Além de sua Presidente, compuseram a Comissão, os Senadores: Marco Maciel, Arthur Virgílio, Luiz Otávio, Papaléo Paes, Ana Júlia Carepa, Heloísa Helena, como titulares.

E como Suplentes, a Comissão contou com os Senadores: José Maranhão, Roseana Sarney, Lúcia Vânia, Valmir Amaral, Flávio Arns, Cristovam Buarque e Augusto Botelho. Como instância de apoio aos trabalhos da Comissão no que diz respeito ao planejamento e a execução das ações do ano da mulher latino-americana e caribenha no Senado Federal, foi criado um grupo de trabalho composto por servidores da casa. O GET, esse grupo de trabalho, foi responsável pela elaboração do plano de ações da Comissão, documento que incluiu a definição das prioridades de trabalho e a indicação das necessidades de envolvimento de todos os setores do Senado na realização dos eventos propostos, as atividades da Comissão temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, caracterizaram-se pela adoção de mecanismos básicos de trabalho igualmente importantes.

O primeiro foi a realização da reunião dos Srs. Senadores para conhecer e deliberar sobre as propostas do grupo especial de trabalho.

O segundo, agregou ações internas e externas ao Senado Federal, inclusive, reuniões com os diversos setores governamentais e não governamentais e a realização de inúmeros eventos ao longo do ano com o encerramento do mês de março de 2006. Seguindo a tradição desta casa legislativa, tradição do debate aberto de temas relevantes com a participação da sociedade civil, foram realizados importantes eventos, entre eles: Cita-se o ciclo de debate mulher, com 3 videoconferências, extremamente importantes ao longo do ano.

A primeira realizada em maio, intitulada Revisão na Legislação Punitiva do Aborto. A segunda em junho, sobre o título: Assédio Moral no Trabalho. E a terceira ocorrida em outubro, com o tema: Mulheres no Topo da Carreira, Flexibilidade e Persistência. Todas essas videoconferências, foram realizadas no auditório do Interlegis. O Senado Federal esteve presente também no VII Festival Internacional de Cinema de Brasília, que contou com a mostra especial da mulher Latino-americana e caribenha, constituída por 4 filmes: La Nina Santa, Argentina; A Dama da Viola, Brasil; Idea, Uruguai e La Nave de Nossos Sonhos, a Nave, o Lugar dos Nossos Sonhos, da Colômbia.

No segundo semestre de 2005, foram realizados a sessão especial para celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e em parceria com a Câmara dos Deputados, o Fórum Interparlamentar das Américas com o tema: O Papel das Mulheres no Parlamento das Américas. Em novembro dentro da programação da TV Senado, foi ao ar o programa: Sobreviventes, Lembranças da Violência Doméstica. Especialmente produzido pela emissora, para a campanha dos 16 dias de ativismo pela eliminação da violência contra a mulher. No início da campanha houve também a exibição do filme documentário: Estamira, de Marcos Prado, no auditório Petrônio Portela.

Ao final do ano, dia 8 de dezembro, foi realizada sessão especial do Congresso Nacional pela passagem do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher. Já em março deste ano, a Comissão participou da abertura da Árvore dos Desejos, em Brasília para divulgação do Dia Internacional da Mulher, e fechou os seus trabalhos com a sessão especial de outorga do diploma: Mulher Cidadã Bertha Lutz, realizada no Plenário do Senado Federal.

Encerrado o prazo dos trabalhos da Comissão, foi apresentado pelo grupo de trabalho relatório detalhado dos eventos, cuja realização contou com a participação efetiva de diversos setores da casa.

Em face do exposto concluímos, assim diz a Senadora Lúcia Vânia, concluímos esse relatório com a certeza de que a Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha, cumpriu integral e exemplarmente os objetivos propostos no requerimento nº 60 de 2005. Assinado: a Senadora Presidente, Senadora Serys e a Relatora Senadora Lúcia Vânia. Assim, Senadora Serys, foi apresentado o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

**SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT):** Agradeço, Senadora Heloísa Helena, sua participação, não só na leitura, é óbvio, mas



em todos os trabalho durante todo o tempo, foi fundamental, foi da maior relevância, como agradeço a todos os membros da Comissão, a todos desta casa, do Senado que participaram de uma forma ou de outra, alguns com muito trabalho, outros com participações mais indiretas.

Mas antes de encerrar, eu gostaria de dizer que a Ata da Reunião anterior encontra-se sobre a Mesa, que eu deveria ter colocado em votação antes, a qual, eu coloco em votação propondo a dispensa da leitura. Se todos concordam, os que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado.

Nós temos aqui, Senadora Heloísa Helena, como a senhora leu um resumo muito bem dos trabalho feitos, temos um relatório feito pela Senadora Lúcia Vânia, com 63 páginas. Realmente, foi um trabalho bastante significativo, eu diria que para a mulher brasileira, para a mulher latino-americana, foram muitas reuniões internacionais delas aqui, nós em participações em outros países, e como culminou aqui no Brasil, também foi um dos motivos que contribuiu bastante, foi o ano de 2004 como o ano nacional da mulher e o ano de 2005 como ano internacional da mulher. Foi o Projeto de Lei que culminou com o Projeto de Lei do combate à violência doméstica, que eu diria que é um dos projetos mais importantes para a mulher brasileira.

E Senadora Heloísa Helena, isso aí, realmente mostra que nós mulheres temos que permanecer muito atentas com relação a questão da violência, com relação à questão discriminação de um modo geral.

E dizer, como eu digo sempre, que contra a discriminação é a organização para combater, e contra a violência é a denúncia, e com esta certeza de que com essa nova lei e com outros países, unindo, se buscando proposituras, trocando experiências, nós vamos superar. Porque é um problema, infelizmente, a violência contra a mulher e a discriminação contra a mulher não é um problema nosso aqui do Brasil, da América Latina, é um problema do planeta. E o que é pior, em alguns países muito pior do que... Aliás, consegue ser pior ainda do que a discriminação contra a mulher. Há discriminação na família, há discriminação no trabalho, há discriminação na política, a gente sabe a dor dessa discriminação permanentemente.

Eu agradeço, Senadora Heloísa Helena. E declaro encerrado os trabalhos desta Comissão. Muito obrigada.

---

*Sessão encerrada às 12h10*

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS  
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005-SF "DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES REFERENTES ÀS COMEMORAÇÕES PELO ANO INTERNACIONAL DA MULHER LATINO-AMERICANA - 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO"

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros**  
**Reunião de discussão e votação do Relatório Final da Comissão**  
**05 de setembro de 2006.**

**SENADORES TITULARES****ASSINATURAS****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)**

Marco Maciel (PFL)

Arthur Virgílio (PSDB)

Luiz Otávio

Papaléo Paes

Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)

Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)

Serys Slhessarenko

Ana Júlia Carepa

PDT / P - SOL

PDT / P-SOL

Heloísa Helena

**SENADORES SUPLENTE****ASSINATURAS****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL / PSDB)**

Roseana Sarney (PFL)

Lúcia Vânia (PSDB)

José Maranhão

Valmir Amaral

Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)

Bloco de Apoio ao Governo (PT / PSB / PTB / PL / PPS)

Flávio Arns

Cristovam Buarque

PDT / P - SOL

PDT / P-SOL

Augusto Botelho

# RELATÓRIO FINAL

## Nº 4, DE 2006

### RELATÓRIO Nº 4, DE 2006

Sobre as conclusões dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha.

**RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA**

Criada por força da aprovação do Requerimento nº 60, de 2005, em 19 de abril de 2005, a Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha contou com a participação de sete Senadores titulares e igual número de suplentes, tendo sido presidida pela Senadora Serys Slhessarenko.

Além de sua Presidente, compuseram a Comissão os Senadores Marco Maciel, Arthur Virgílio, Luiz Otávio, Papaléo Paes, Ana Júlia Carepa e Heloísa Helena, como titulares. Como suplentes, a Comissão contou com os Senadores José Maranhão, Roseana Sarney, Lúcia Vânia, Valmir Amaral, Flávio Arns, Cristovam Buarque e Augusto Botelho.

Como instância de apoio aos trabalhos da Comissão, no que diz respeito ao planejamento e à execução das ações do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha no Senado Federal, foi criado o Grupo de Trabalho (GET) composto por servidores da Casa. O GET foi responsável pela elaboração do Plano de Ações da Comissão, documento que incluiu a definição das prioridades de trabalho e a indicação da necessidade de envolvimento de todos os setores do Senado na realização dos eventos propostos.

As atividades da Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha caracterizaram-se pela adoção de ~~dois~~ <sup>Fl.(s) de</sup> ~~dois~~ <sup>dois</sup>.

mecanismos básicos de trabalho, igualmente importantes. O primeiro foi a realização de reunião dos senhores Senadores para conhecer e deliberar sobre as propostas do Grupo Especial de Trabalho (GET). O segundo agregou ações internas e externas ao Senado Federal, inclusive reuniões com os diversos setores governamentais e não-governamentais e a realização de inúmeros eventos ao longo do ano, com o encerramento no mês de março de 2006.

Seguindo a tradição desta Casa Legislativa – tradição do debate aberto de temas relevantes, com a participação da sociedade civil –, foram realizados importantes eventos. Entre eles cita-se o ciclo de Debate Mulher com três videoconferências extremamente importantes ao longo do ano: a primeira, realizada em maio, intitulada “Revisão da Legislação Punitiva do Aborto”; a segunda, realizado em junho, sob o título “Assédio Moral no Trabalho”; e a terceira, ocorrida em outubro com o tema “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência”. Todas essas videoconferências foram realizadas no auditório do Interlegis.

O Senado Federal esteve presente, também, no VII Festival Internacional de Cinema de Brasília, que contou com a Mostra Especial da Mulher Latino-americana e Caribenha, constituída por quatro filmes: *La Nina Santa* (Argentina), *a Dama da Viola* (Brasil), *Idea* (Uruguai) e *La Nave de los Sueños* (Colômbia).

No segundo semestre de 2005, foram realizados a Sessão Especial para celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, em parceria com a Câmara dos Deputados, o Fórum Interparlamentar das Américas, com o tema “O Papel das Mulheres no Parlamento das Américas”.

Em novembro, dentro da programação da TV Senado, foi ao ar o programa “Sobreviventes: Lembranças de Violência Doméstica”, especialmente produzido pela emissora para a *Campanha dos 16 dias de Ativismo pela Eliminação da Violência Contra a Mulher*. No início da Campanha, houve, também, a exibição do filme/documentário *Estqmira*, de Marcos Prado, no auditório Petrônio Portela.

Ao final do ano, no dia 8 de dezembro, foi realizada Sessão Especial do Congresso Nacional pela passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

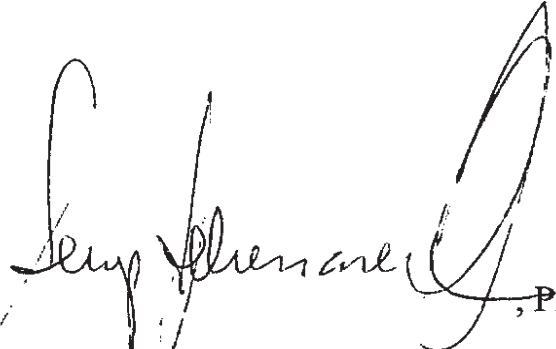
Já em março deste ano, a Comissão participou da abertura da “Árvore dos Desejos”, em Brasília, para divulgação do Dia Internacional da Mulher e,


fechou seus trabalhos com a Sessão Especial de outorga do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, realizada no Plenário do Senado Federal.

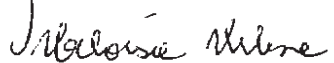
Encerrado o prazo dos trabalhos da Comissão, foi apresentado pelo Grupo de Trabalho relatório detalhado dos eventos, cuja realização contou com a participação efetiva de diversos setores da Casa.

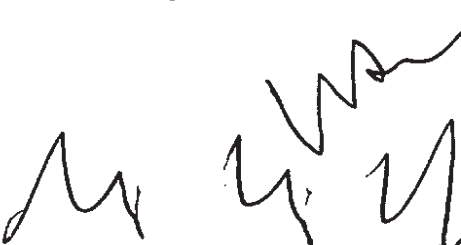
Em face do exposto, concluímos este relatório com a certeza de que a Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha cumpriu integral e exemplarmente os objetivos propostos no Requerimento nº 60, de 2005.


Sala das Sessões, 05 de setembro de 2006


  
Senador Plurino, Presidente

  
Senadora Jovine

  
Senadora Malvina Ribeiro, Relatora

  
Senador

  
Senadora

  
Senador



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-**  
**americana e Caribenha 2005**

**RELATÓRIO FINAL**

Brasília – 2005

**Comissão Temporária do Ano Internacional da Mulher**  
**Latino-americana e Caribenha 2005**

---

*COMISSÃO ESPECIAL CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005-SF, “DESTINADA A PLANEJAR E COORDENAR EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES REFERENTES À COMEMORAÇÃO DO ANO INTERNACIONAL DA MULHER LATINO-AMERICANA E CARIBENHA – 2005, INSTITUÍDO PELO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO”.*

Titulares

*Presidente: Senadora Serys Slhessarenko*

*Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes*

*Relatora: Senadora Lúcia Vânia*

*Senador Marco Maciel*

*Senador Arthur Virgílio*

*Senador Luiz Otávio*

*Senadora Ana Júlia Carepa*

*Senadora Heloísa Helena*

Suplentes

*Senadora Roseana Sarney*

*Senador José Maranhão*

*Senador Valmir Amaral*

*Senador Flávio Arns*

*Senador Cristovam Buarque*

*Senador Augusto Botelho*

**SECRETARIA DE COMISSÕES**

*DIRETORA*

Cleide Maria Barbosa F. da Cruz

*DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS*

Wanderlei Rabelo da Silva

*SECRETÁRIO*

José Roberto de Oliveira Silva

## BANCADA FEMININA 2005

### SENADORAS

Ana Júlia Carepa PT - PA  
 Fátima Cleide PT - RO  
 Heloísa Helena PSOL - AL  
 Ideli Salvatti PT - SC  
 Íris Araújo PMDG - GO  
 Lúcia Vânia PSDB - GO  
 Maria do Carmo Alves PFL - SE  
 Patricia Saboya Gomes PPS - CE  
 Roseana Sarney PFL - MA  
 Serys Shessarenko PT - MT

Luci Teresinha Choinacki PT - SC  
 Luciana Krebs Genro PSOL - RS  
 Luiza Erundina De Sousa PSB- SP  
 Maria De Fátima Bezerra PT - RN  
 Maria Do Carmo Lara Perpétuo PT-  
 MG  
 Maria Do Rosário Nunes PT- RS  
 Maria do Socorro Gomes Coelho  
 Pcdob - PA  
 Maria Helena Veronese Rodrigues  
 PSB- RR  
 Maria José Da Conceição Maninha  
 PSOL- DF

### DEPUTADAS

Alice Mazzuco Portugal PCdoB - BA  
 Almerinda Filgueiras De Carvalho  
 PMDB - RJ  
 Ana Maria Quintans Guerra de  
 Oliveira PT - MG  
 Angela Moraes Guadagnin PT - SP  
 Ann Clélia De Barros Pontes PMDB -  
 PA  
 Antonia Lúcia Navarro Braga PMDB  
 - PB  
 Aparecida Maria Borges Bezerra  
 PMDB- MT  
 Celcita Rosa Pinheiro Da Silva PFL -  
 MT  
 Clair Da Flora Martins PT - PR  
 Denise Frossard Loshi PPS - RJ  
 Edna Bezerra Sampaio Fernandes  
 PTB - SP  
 Elaine Carvalho Costa PTB - RJ  
 Iara Bernardi PT - SP  
 Iriny Nicolau Corres Lopes PT- ES  
 Jandira Feghali PCdoB - RJ  
 Janete Maria Góes Capiberibe PSB-  
 AP  
 Kátia Regina De Abreu PFL - TO

Maria Laura Monteza De Souza  
 Carneiro PFL - RJ  
 Maria Lucia Cardoso PMDB - MG  
 Marinha Célia Rocha Raupp De  
 Matos PMDB- RO  
 Maria Perpétua De Almeida PCdoB -  
 AC  
 Maria Suely Silva Campos PP- RR  
 Nice Lobão PFL - MA  
 Neiva Terezinha Marques PTB - RS  
 Neyde Aparecida Da Silva PT- GO  
 Raquel Figueiredo Alessandri  
 Teixeira PSDB - GO  
 Rosilda de Freitas - PMDB/ES  
 Sandra Maria Da Escóssia Rosado  
 PSB- RN  
 Selma Maria Schons PT- PR  
 Telma Sandra Augusto De Souza PT -  
 SP  
 Terezinha Das Neves Pereira PT- MA  
 Thelma Pimentel Figueiredo De  
 Oliveira PSDB- MT  
 Vanessa Grazziotin PCdoB- AM  
 Yeda Rorato Crusius PSDB- RS  
 Zelinda Novaes E Silva Jarske PFL-  
 BA  
 Zulaié Cobra Ribeiro PSDB - SP

## GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO - GET

Ato 03/2005, do Presidente do Senado Federal

Ana Lúcia Machado de Mattos  
 Claudia Lopes da Costa de Góes Nogueira  
 Dóris Marize Romariz Peixoto  
 Emília Maria da Silva Ribeiro  
 Ilana Trombka  
 Juliana Maria Guaracy Rebelo

Maria Ignez Cavalcanti de Souza  
 Mônica de Araújo Freitas  
 Rosilane do Carmo Rocha  
 Solange Amorelli Ribeiro Pereira  
 Tânia Mara Fusco

## SUMÁRIO

---

Agradecimentos -----	
Apresentação -----	
Introdução -----	
Metodologia dos Trabalhos da Comissão -----	
Atividades e Eventos realizados durante o Ano Internacional Da Mulher Latino-Americana e Caribenha -----	
<b>ANEXOS</b>	
Anexo I – Matérias de Interesse da Mulher -----	
Anexo II – Relatório sobre as idéias e conclusões expostas no Debate Mulher “Revisão da Legislação Punitiva do Aborto” -----	
Anexo III – Relatório sobre as idéias e conclusões expostas no Debate Mulher “Assédio Moral no Trabalho” -----	
Anexo IV – Relatório sobre as idéias e conclusões expostas no Debate Mulher “Mulheres no Topo da Carreira, Flexibilidade e Persistência” ---	
Anexo V – Peças Gráficas produzidas pela Comissão -----	
Anexo VI – <i>Clipping</i> da mídia interna e externa dos eventos realizados	
Composição da Comissão -----	

## AGRADECIMENTOS

---

A Presidente da Comissão Especial do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha – 2005, Senadora Serys Slhessarenko, agradece, indistintamente, a todos os servidores desta Casa Legislativa que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito das ações desenvolvidas pela Comissão durante este ano.

Aos Diretores de todos os órgãos, particularmente ao Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carrero, e ao Diretor-Geral, Dr. Agaciel da Silva Maia, pelo irrestrito apoio. Em especial, à Secretaria Especial de Comunicação Social, na pessoa de seu diretor, Armando Rollemberg, e suas unidades: a Subsecretaria de Projetos Especiais, a Secretaria de Relações Públicas, a Secretaria Rádio Senado e a Secretaria TV Senado, pela publicidade e divulgação dos eventos realizados. Agradecemos também à Secretaria Especial de Editoração e Publicações, ao Serviço de Transportes, à Consultoria Legislativa, à Secretaria de Patrimônio, à Secretaria de Biblioteca, à Polícia do Senado Federal, à SUSTEL, à Secretaria de Engenharia, ao Museu, e ao INTERLEGIS pela execução dos trabalhos em atenção a esta Comissão.

À UNIEURO, ao PARLATINO e às ONGs que, em parceria com esta comissão, ajudaram na realização das atividades durante o Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha.

A todos os palestrantes que participaram dos nossos debates (nomes mencionados nos anexos deste relatório).

Ao Primeiro-Secretário, Senador Efraim Moraes e, finalmente,

Ao Presidente Renan Calheiros, pela sensibilidade em reconhecer que somente respeitando as diferenças alcançaremos a igualdade.

## APRESENTAÇÃO

Os resultados positivos obtidos com a instituição, pelo Senado Federal, do Ano Nacional da Mulher, em 2004, nos levaram a propor ao Parlamento Latino-americano, o PARLATINO, o desafio de constituir, em 2005, o Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha. Com a acolhida da idéia pelo PARLATINO, em março de 2005, foi instituída a Comissão do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha 2005, com o objetivo de inserir na agenda do Senado Federal o debate e a implementação de eventos e programas de defesa e promoção dos direitos da mulher.

Cabe lembrar que o PARLATINO, constituído em dezembro de 1964, é uma organização regional, integrada pelos Parlamentos Nacionais da América Latina, democraticamente eleitos, que apresenta como um de seus objetivos a supressão do racismo e de qualquer outra forma de discriminação, inclusive a das mulheres.

Durante o ano de 2005, com a finalidade de divulgar e discutir temas relevantes relativos à questão do gênero feminino, a Comissão do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha desenvolveu diversas atividades, dentre as quais destacamos, em março, a realização de Sessão Solene no Plenário do Senado Federal em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e à outorga do já tradicional Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Contamos com as presenças das primeiras damas do Brasil Ilustríssima Sr<sup>a</sup> Marisa Letícia Lula da Silva e da República da Bolívia Sr<sup>a</sup> Elvira Salinas e inúmeras autoridades.

Vale ainda destacar a promoção, também em março, do Painel “Um olhar sobre a Mulher Latino-americana e Caribenha” e, em maio, um debate sobre a revisão da legislação punitiva do aborto. Em junho, dando prosseguimento ao ciclo de atividades, destaca-se o Debate Mulher que teve como tema o “Assédio Moral no Trabalho”.

Em julho, a comissão participou, em sistema de parceria, do VII FIC Brasília (Festival Internacional de Cinema de Brasília), com a Mostra Especial da Mulher Latino-americana e Caribenha, que apresentou quatro filmes sobre a temática de gênero.

Nos meses de agosto e setembro, foram desenvolvidas várias atividades, como a participação no “Fórum Sub-Regional: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”; a realização da Sessão Especial para celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no plenário do Senado Federal, e, em parceria com a Câmara dos Deputados, a participação no Fórum Interparlamentar das Américas, no Salão Negro, com o tema “O Papel das Mulheres no Parlamento das Américas”.

Em outubro, a Comissão promoveu o Debate Mulher com o tema “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência”, e, em novembro, participou da “Campanha dos 16 dias de Ativismo pela Eliminação da Violência Contra a Mulher”.

Por fim, em dezembro, realizou-se Sessão Especial do Congresso Nacional pela passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher com a participação maciça dos movimentos sociais e de Delegacias de Atendimento à Mulher.

Uma breve análise das atividades da Comissão indica que o ano de 2005 foi contemplado com o debate sobre as preocupações correntes das mulheres na sociedade, tais como o direito reprodutivo, a maior participação política, o acesso ao mercado de trabalho e o direito de viver sem violência.

Cumpriu-se, assim, o principal objetivo da Comissão: promover o debate. E, sem dúvidas, o debate é a essência desta Casa.

Contudo, importa lembrar que a continuidade do debate é essencial - dar maior visibilidade às questões de gênero no Brasil. Afinal, embora 52% da população sejam do sexo feminino e detenham a mesma proporção no eleitorado, as mulheres representam apenas 11,6% do total de vereadores, 10,5% do total de deputados estaduais e apenas 6,7% dos parlamentares federais. Ou seja, as mulheres brasileiras adquiriram, em 1934, o direito ao voto, mas ainda estão longe de exercer um poder correspondente à sua importância econômica, política e social.

Esta Comissão encerra seus trabalhos ousando sugerir a esta Casa Legislativa que o debate sobre as questões de gênero continue a ser uma constante. E, assim, contribuir para que o futuro permita às mulheres não só maior igualdade no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito ao retorno financeiro, mas também maior presença nos centros decisórios de elaboração e execução das leis deste País.

## **INTRODUÇÃO**

---

A Comissão Temporária do Ano da Mulher Latino-americana – 2005 – do Senado Federal foi instituída pelo Ato do Presidente nº 003, de 2005, em razão de a Junta Diretora do Parlamento Latino-Americano, em reunião realizada no dia 17 de julho de 2004, na cidade de São Paulo, sugerir a representatividade do Congresso Brasileiro para conceber, coordenar e implementar ações comemorativas ao Ano Internacional da Mulher Latino-americana – 2005.

O Art. 1º do Ato em epígrafe institui o Grupo de Trabalho (GET) como apoio da referida Comissão, para planejar, coordenar e executar as atividades pertinentes às comemorações pelo Ano da Mulher nos países da América Latina e do Caribe.

Instalada em maio, a Comissão, presidida pela Senadora Serys Slhessarenko, foi composta de um representante de cada um dos partidos políticos com representação no Senado Federal, assim especificada:

### Titulares:

*Senadora Serys Slhessarenko - PT/MT*

*Senador Papaléo Paes - PMDB/AP*

*Senador Marco Maciel - PFL/PE*

*Senador Arthur Virgílio - PSDB/AM*

*Senador Luiz Otávio - PMDB/PA*

*Senadora Ana Júlia Carepa - PT/PA*

*Senadora Heloísa Helena - PSOL/AL*

### Suplentes:

*Senadora Roseana Sarney - PFL/MA*

*Senadora Lúcia Vânia - PSDB/GO*

*Senador José Maranhão - PMDB/PB*

*Senador Valmir Amaral - PTB/DF*

*Senador Flávio Arns - PT/PR*

*Senador Cristovam Buarque - PDT/DF*

*Senador Augusto Botelho - PDT/RR*



## **METODOLOGIA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

Por decisão unânime, foram definidos dois mecanismos básicos, igualmente importantes, de trabalhos da Comissão. O primeiro se caracterizou pela realização de reuniões dos Senadores para deliberar sobre as propostas do Grupo Especial de Trabalho – GET. O segundo agregou ações internas e externas, como reuniões do Grupo de Trabalho com a Presidente da Comissão, para apresentação do Plano de Trabalho, reuniões com os diversos setores da sociedade, governamental e não-governamental, e participação de eventos de promoção do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha.

Estabelecidos os procedimentos para a execução de tarefas, o GET elaborou, após algumas reuniões, todas atestadas nas Atas anexas, um **Plano de Ações**, com as prioridades de trabalho, concluído pela necessidade de envolvimento de todas as áreas do Senado Federal, com a concessão da infraestrutura oferecida por cada uma das secretarias, o que deu agilidade às ações e contribuiu para o êxito dos eventos.

## **ATIVIDADES E EVENTOS**

---

### **MARÇO DE 2005**

#### **10/03**

Foi realizada no Plenário do Senado Federal, às 10h, Sessão Solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e à outorga do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz. Durante a sessão, discursaram o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, e a Presidente da Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-americana, Senadora Serys Slhessarenko, que saudou as mulheres presentes, entre elas a primeira-dama brasileira, Marisa Letícia Lula da Silva, e a da Bolívia, Elvira Salinas Gamarra Mesa. A sessão contou com a apresentação da cantora Rita Ballock e com a realização de uma “chuva” de pétalas.

Após a inauguração da Galeria das Senadoras realizada na Ala Alexandre Costa, às 12h, foi oferecido, pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, um almoço, na residência oficial, para as agraciadas e demais convidadas, e contou com a presença da Primeira-Dama, Marisa Letícia Lula da Silva, e membros da bancada feminina do Senado Federal.

Às 16h, foi realizado, no auditório do Interlegis, o Painel “Um olhar sobre a Mulher Latino-americana e Caribenha”. O evento contou com a presença da Embaixadora da Colômbia – Sra. Cláudia Rodrigues de Castellanos; da Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial para Políticas da Mulher; da Sra. Elvira Salinas, Primeira-Dama da Bolívia, e do Dr. Luiz Varese, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil.

Neste mesmo mês, foi inaugurada a “Árvore dos Desejos”, no Conjunto Nacional, para divulgar o Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha.

Foi também realizado, no gramado do Congresso Nacional, o movimento “Maria Cláudia”, um manifesto contra a violência e a impunidade. Com o mesmo tema, foi encenada exposição desse movimento no Salão Negro do Congresso, ocasião em que o Presidente Renan Calheiros recebeu a comissão dos manifestantes.

## **ABRIL DE 2005**

Ocorreu a comemoração pelo Dia Nacional da Mulher, no Plenário do Senado, com votos de aplauso ao ex-senador João Menezes, autor da lei 6.791/1980, que instituiu o dia 30 de abril como o Dia Nacional da Mulher. Na oportunidade, o Senador Luiz Otávio, membro titular desta comissão, proferiu discurso em homenagem às mulheres brasileiras, com palavras de incentivo visando a uma maior participação na política do nosso País.

## **MAIO DE 2005**

### **11/05**

A comissão participou da exibição do filme “Casa de Areia”, produzido por Andrucha Waddington e protagonizado pelas atrizes Fernanda Montenegro e Fernanda Torres, no Pontão do Lago Sul, em Brasília.

### **19/05**

Foi realizado, no Auditório do Interlegis, o Debate Mulher com o tema “Revisão da Legislação Punitiva do Aborto”. O debate contou com a participação da Dra. Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; da Dra. Lia Zanota Machado, diretora do Conselho Diretor da ONG Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento; e do Dr. Thomaz Rafael Gallop, assessor da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC).

## **JUNHO DE 2005**

### **30/06**

Foi realizado, no Auditório do Interlegis, o Debate Mulher que teve como tema o “Assédio Moral no Trabalho”. O debate contou com a presença do Diretor do Interlegis, Florian Madruga; do Diretor do Senado Federal, Agaciel da Siva Maia e da Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Foram palestrantes do debate o Juiz do Trabalho do Tribunal Regional 10ª Região, Dr. Juiz Brasilino Ramos, a Dra. Maria Elizabeth Queijo, Professora Doutora em Processo Penal pela USP, da Coordenadora do Núcleo de Combate à Discriminação no Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, Sra. Maria de Fátima Alencar Fernandes d’Assunção. Também participou do debate, por meio de videoconferência, na Assembléia Legislativa de São Paulo, o Professor Doutor José Roberto Heloani, da UNICAMP, UNIMARCO e FGV.

## **JULHO DE 2005**

Participação, em sistema de parceria, no VII FICBrasília (Festival Internacional de Cinema de Brasília), com a Mostra Especial da Mulher Latino-americana e Caribenha, constituída por quatro filmes:

- La Nina Santa, Argentina, 2003, drama;
- Helena Meirelles, a Dama da viola, Brasil, 2004, documentário;
- Idea, Uruguai, 1997, documentário; e
- La Nave de los Sueños, Colômbia, 1996, drama.

**AGOSTO DE 2005****04/08**

Participação desta comissão no Fórum Sub-Regional: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - Propostas para a Cúpula, realizado no Auditório do Interlegis.

**SETEMBRO DE 2005****15/09**

Foi realizada uma Sessão Especial para celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no plenário do Senado Federal.

**16/09**

Em parceria com a Câmara dos Deputados, foi realizado o “Fórum Interparlamentar das Américas, no Salão Negro, com o tema “O Papel das Mulheres no Parlamento das Américas”.

**OUTUBRO DE 2005****06/10**

Realização do Debate Mulher com o tema "Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência", no Auditório do Interlegis, objeto da tese de mestrado da Profª Tânia Fontenele, Professora da ENAP e do IESB, filiada ao Laboratório de Cultura Organizacional da UnB. O evento contou com a participação da Sra. Cecília Soto Gonzáles, Embaixadora do México no Brasil; da Sra. Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; da Professora Doutora Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; e da Sra. Wilma Maria de Faria, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

**NOVEMBRO DE 2005****23/11**

Início da **Campanha dos 16 dias de Ativismo** pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, com a exibição do filme/documentário “Estamira”, de Marcos Prado, no auditório Petrônio Portela. Estiveram presentes na exibição a protagonista Estamira, o diretor e a Senadora Serys Slhessarenko.

Foi ao ar, na programação da TV Senado, o programa “Sobreviventes: Lembranças de Violência Doméstica”, produzido especialmente pela emissora para a campanha.

A TV Senado exibiu ainda, durante o período, os debates realizados pela Comissão, bem como as mensagens de parlamentares condenando a violência contra a mulher. As mensagens também foram veiculadas pela Rádio Senado.

**DEZEMBRO DE 2005****08/12**

Foi promovida, no Plenário da Câmara dos Deputados, Sessão Especial do Congresso Nacional pela passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, fixado em 25 de novembro, ocasião em que se deu o encerramento das atividades da Comissão em 2005.

Compuseram a Mesa do Plenário da Câmara dos Deputados o Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; a Presidente da Comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, Senadora Serys Slhessarenko; as Senadoras Heloísa Helena (PSOL-AL), Iris de Araújo (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA) e

Lúcia Vânia (PSDB-GO); o Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE); a Delegada Jane Barbosa, da Delegacia da Mulher; a Reitora do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Eda Coutinho; e as Embaixadoras das Filipinas, Teresita Barsana, e da África do Sul, Lindiwe Zulu.

Várias mulheres com seus filhos, acolhidos pela Casa Abrigo, entidade que apóia mulheres vítimas de violência, estiveram presentes a essa sessão.

## **MARÇO DE 2006**

### **07/03**

Participação da comissão na abertura da “Árvore dos Desejos”, inaugurada em 2005, no Conjunto Nacional, Brasília, DF, para divulgar o Dia Internacional da Mulher.

### **09/03**

Participação da comissão na Sessão Especial de Outorga do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, realizada no Plenário do Senado Federal.

### **21/03**

Na Presidência do Senado Federal, a comissão entrega o Relatório Final das Atividades realizadas ao Presidente Renan Calheiros. Nessa ocasião acontecem os lançamentos do DVD - Mulher, com compactos dos debates realizados pela Comissão e o Programa “Sobreviventes: Lembranças de Violência Doméstica”, produzido pela TV Senado, a ser distribuído para as ONGs relacionadas à questão da mulher, aos Senadores e ao PARLATINO, do CD – Mulher, contendo a legislação pertinente aos direitos da mulher, que poderá ser veiculado pelas rádios comunitárias e demais rádios ligadas ao sistema da Rádio Agência Senado e da “Cartilha a Mulher e as Leis – Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI”, todos com conteúdo sobre a cidadania e os direitos da mulher.

## ANEXOS

### Anexo I - MATÉRIAS DE INTERESSE DA MULHER

A Comissão também encaminhou expediente à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, solicitando prioridade para a tramitação, no Congresso Nacional, de todos os projetos do interesse da Mulher em tramitação na Casa, conforme especificado:

Proposição	Autoria	Ementa	Situação Atual
PL-1308/2003	Comissão de Legislação Participativa	Altera e revoga dispositivos do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	PLEN: Pronta para Pauta.
PL-207/2003	Almerinda de Carvalho - PSB /RJ	Dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 9.263, que "regula o parágrafo sétimo do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências".	CSSF: Aguardando Devolução - Saída de Membro da Comissão.
PL-4366/1993	Senado Federal	Altera dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor", e do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal	PLEN: Pronta para Pauta.
PL-2726/2003	Dra. Clair - PT /PR	Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL-7000/2002	Elcione Barbalho - PMDB /PA	Dispõe sobre o percentual mínimo de mulheres nas listas de candidatos registrados por partidos políticos em eleições proporcionais.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
PL-910/2003	Francisca Trindade - PT/PI	Estabelece incentivo fiscal às empresas que contratarem	CFT: Aguardando



<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		empregadas mulheres chefes de família e dá outras providências.	Deliberação.
<b>PL-822/1995</b>	Jandira Feghali - PCDOB /RJ	- Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-2354/2003</b>	Janete Capiberibe - PSB /AP	Dispõe sobre o exercício da profissão de parteira tradicional e dá outras providências	CSSF: Aguardando Parecer.
<b>PL-375/2003</b>	Laura Carneiro - PFL /RJ	Autoriza o Poder Executivo a emitir selo postal comemorativo ao Dia da Eliminação da Violência contra a Mulher.	: MESA: Arquivada
<b>PL-3142/2004</b>	Laura Carneiro - PFL /RJ	Assegura à mulher, na condição de chefe de família, o direito de aquisição de terras públicas.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-2771/1997</b>	Lidia Quinan - PMDB /GO	Acrescenta parágrafo ao art. 138 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "Institui o Código Eleitoral".	PLEN: Pronta para Pauta.
<b>PL-4314/2001</b>	Luci Choinacki - PT /SC	Cria o Dia da Mulher e dá outras providências.	CCJC: Aguardando Designação de Relator.
<b>PL-2466/2003</b>	Lúcia Braga - PT /PB	Estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem mulheres e dá outras providências	CSSF: Pronta para Pauta.
<b>PL-6216/2002</b>	Luiza Erundina/SP	Acrescenta incisos aos artigos 44 e 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PL-109/1999</b>	Maria Elvira - PMDB /MG	Torna obrigatória a realização de exames para diagnóstico da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), ou detecção do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) em mulheres grávidas no Sistema Único de Saúde.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-719/2003</b>	Mariângela Duarte - PT /SP	Altera o artigo 44 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
<b>PL-1962/2003</b>	Marinha Raupp - PMDB /RO	Acrescenta o inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-2599/2000</b>	Marinha Raupp - PSDB /RO	Dispõe sobre a criação de selo comemorativo do Dia Internacional da Mulher.	CCTCI: Pronta para Pauta.
<b>PL-1963/2003</b>	Marinha Raupp - PMDB /RO	Torna obrigatório a vacinação contra a rubéola de mulheres em idade fértil".	MESA: Aguardando Retorno.
<b>PL-810/1995</b>	Rita Camata - PMDB /ES	Proíbe servir bebidas alcoólicas às pessoas que menciona e determina sua comercialização com um alerta às mulheres grávidas.	CCJC: Aguardando Parecer.
<b>PL-1134/1991</b>	Sandra Starling - PT /MG	: Altera dispositivo das Leis nºs 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil, 6.515, de 26 de dezembro de 1977 - Lei do Divórcio, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos, relativos a adoção de apelidos por cônjuge e determina outras providências.	MESA: Arquivada.
<b>PL-6135/2002</b>	Socorro Gomes/PA	Dispõe sobre a destinação de 30% (trinta por cento) das habitações produzidas para famílias de baixa renda, às mulheres chefes de família.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-1000/2003</b>	Telma de Souza - PT /SP	Altera dispositivos do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para retirar anacronismos relativos ao tratamento jurídico da mulher.	MESA: Arquivada.
<b>PL-3996/1997</b>	Telma de Souza - PT /SP	Cria nas programações da Radiobrás espaço institucional para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e ONG's.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-715/1995</b>	Telma de Souza - PT /SP	Acrescenta artigo à Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-3122/2004</b>	Zelinda Novaes - PFL /BA	Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos	CSSF: Tramitando em Conjunto.

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador.	
<b>PL-3913/2000</b>	Alberto Fraga - PMDB /DF	Altera o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, retirando as expressões "mulheres casadas" e "maridos".	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-4429/1998</b>	Zulaiê Cobra - PSDB /SP	Altera o art. 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 8 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro)	MESA: Arquivada.
<b>PL-5405/2001</b>	Alberto Fraga - PMDB /DF	Determina a obrigatoriedade de existência nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios de unidades especializadas de polícia para atendimento da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, das minorias e das vítimas de crimes de preconceito de raça, cor ou religião e investigação de crimes ambientais, e dá outras providências.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-6048/2002</b>	Alberto Fraga/DF	Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-1329/2003</b>	André Luiz - PMDB /RJ	Assegura preferência à mulher, em igualdade de condições, para nomeação em concursos públicos a que se submeterem.	CTASP: Aguardando Designação de Relator..
<b>PL-3447/2004</b>	Carlos Nader - PFL /RJ	Dispensa, do pagamento de passagens de transportes interestadual, para mulheres grávidas, nas condições em que estabelece."	CSSF: Aguardando Parecer.
		Autoriza o Poder Executivo a	

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
<b>PL-6252/2002</b>	Carlos Nader/RJ	criar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.	CCJC: Aguardando Parecer.
<b>PL-2855/1997</b>	Confúcio Moura - PMDB /RO	Dispõe sobre a utilização de técnicas de reprodução humana assistida e dá outras providências	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-3751/2004</b>	Coronel Alves - PL /AP	Dá nova redação aos art. 215, 216 e 219 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.	MESA: Arquivada.
<b>PL-3750/2004</b>	Coronel Alves - PL /AP	Dá nova redação ao art. 123 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal.	CCJC: Tramitando e. Conjunto
<b>PL-2158/2003</b>	Coronel Alves - PL /AP	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para Mulheres vítimas de violência e dá outras providências	MESA: Arquivada.
<b>PL-2099/2003</b>	Edson Ezequiel - PMDB /RJ	Modifica dispositivos do Código Penal, e dá outras providências".	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-1135/1991</b>	Eduardo Jorge - PT/SP	Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro	CSSF: Pronta para Pauta.
<b>PL-20/1991</b>	Eduardo Jorge - PT /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde.	PLEN: Aguardando Deliberação de Recurso
<b>PL-3132/2004</b>	Eduardo Valverde - PT /RO	Altera o artigo 455 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	CTASP: Pronta para Pauta.
<b>PL-205/2003</b>	Enio Bacci - PDT /RS	Determina o custeio pelo Sistema Único de Saúde - SUS, do tratamento psicológico a vítimas de violência, com atendimento preferencial a crianças e mulheres, e dá outras providências.	MESA: Arquivada.
<b>PL-3069/2004</b>	Geraldo Resende - PPS /MS	Dispõe sobre atendimento diferenciado à mulher chefe de	CCJC: Aguardando

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências.	Designação de Relator.
<b>PL-2887/2000</b>	João Paulo - PT /SP	Altera as Leis nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelecendo o voto em listas ordenadas de candidatos nas eleições proporcionais.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-6432/2002</b>	José Carlos Coutinho - PFL /RJ	Modifica a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	CSSF: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-6728/2002</b>	José Carlos Coutinho - PFL /RJ	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-2984/2004</b>	José Divino - PMDB /RJ	Acrescenta inciso ao art. 373 - A da Consolidação das Leis do Trabalho.	CTASP: Aguardando Designação de Relator.
<b>PL-1026/1995</b>	Jose Fortunati - PT/RS	DEFINE COMO CRIME A PRATICA DE ATOS RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE ORIGEM, RAÇA, SEXO, COR, IDADE OU QUAISQUER FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-511/1995</b>	Jose Fortunati - PT/RS	Dispõe sobre a realização de inspeções pessoais nos trabalhadores	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-4843/2001</b>	Luiz Alberto - PT /BA	Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 - Código Penal.	CCJC: Aguardando Parecer
<b>PL-4842/2001</b>	Luiz Alberto - PT /BA	Acrescenta artigo à lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia religião ou procedência nacional, instituindo a responsabilidade	CCJC: Tramitando em Conjunto



<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		penal de pessoas jurídicas cujos funcionários realizem práticas de racismo	
<b>PL-4796/1990</b>	Lysaneas Maciel - PDT /RJ	Dispõe sobre o trabalho noturno e dá outras providências	PLEN: Pronta para Pauta
<b>PL-2073/1999</b>	Marcos de Jesus - PTB /PE	Dispõe sobre a reserva de imóveis, construídos por programas habitacionais, à mulher sustentáculo de família e dá outras providências.	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PL-2857/1989</b>	Matheus Iensen - PMDB /PR	Assegura prioridade de atendimento em instalações financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos	PLEN: Pronta para Pauta
<b>PL-151/2003</b>	Maurício Rabelo - PL /TO	Dispõe sobre a assistência integral à mulher grávida vítima de estupro	CSSF: Pronta para Pauta
<b>PL-2845/2003</b>	Nelson Pellegrino - PT/BA	Estabelece normas para a organização e a manutenção de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e dispõe sobre a regulamentação de seus aspectos civis.	CTASP: Aguardando Parecer.
<b>PL-4571/2001</b>	Oliveira Filho - PL /PR	Obriga as fábricas de peças íntimas femininas e masculinas a colocarem etiquetas alertando para os perigos das doenças mais comuns nos homens e mulheres como o câncer de próstata, colo e de mama.	CCJC: Tramitando e. Conjunto
<b>PL-6090/2002</b>	Orlando Fantazzini/SP	Veda a exposição de mulheres nuas ou em trajes sumários em material de divulgação turística.	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PL-4649/2001</b>	Paulo Baltazar - PSB /RJ	Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PL-3198/2000</b>	Paulo Paim - PT /RS	Institui o Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que	PLEN: Tramitando em Conjunto

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor, e dá outras providências	
<b>PL-2360/2000</b>	Paulo Paim - PT /RS	Acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à licença e ao salário-maternidade por motivo de adoção de menor.	CSSF: Tramitando em Conjunto
<b>PL-4653/1994</b>	Paulo Paim - PT /RS	Dispõe sobre a jornada de trabalho de 40 horas semanais	CTASP: Pronta para Pauta.
<b>PL-27/1999</b>	Paulo Rocha - PT /PA	Acrescenta art. à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, instituindo a responsabilidade penal de pessoas jurídicas cujos funcionários realizem práticas de racismo.	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PL-3216/2000</b>	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Dispõe sobre a concessão da licença-maternidade para mães adotivas e dá outras providências	CSSF: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-2488/2000</b>	Pompeo de Mattos - PDT /RS	Dispõe sobre a reserva de recursos públicos, destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências.	CCJC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-2852/2000</b>	Professor Luizinho - PT/SP	Dispõe sobre a concessão de licença especial para gestante em situação de risco e dá outras providências	CCJC: Aguardando Parecer.
<b>PL-1399/2003</b>	Renato Cozzolino - PSC /RJ	Dispõe sobre o Estatuto da Mulher e dá outras providências	PL139903: Aguardando Parecer.
<b>PL-1542/1991</b>	Ricardo Izar - PL /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de prevenção do câncer ginecológico para as funcionárias públicas federais	CCJC: Pronta para Pauta.

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		Nova Ementa do Substitutivo: Dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica.	
<b>PL-2452/2003</b>	Rogério Silva - PPS /MT	Acrescenta incisos IX e X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre faltas justificadas de pais para acompanhamento de consultas médicas.	CDEIC: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-3525/2004</b>	Ronaldo Vasconcellos - PTB /MG	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - nos casos que menciona e dá outras providências	MESA: Arquivada.
<b>PL-922/1999</b>	Rubens Bueno - PTB /PR	Dispõe sobre a promoção de apoio à agricultura familiar	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso
<b>PL-438/1999</b>	Rubens Bueno - PTB /PR	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos	CCJC: Aguardando Parecer.
<b>PL-3098/2004</b>	Sandro Mabel - PL /GO	Acrescenta parágrafo único ao art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho.	CTASP: Pronta pa. Pauta.
<b>PL-3115/2004</b>	Vicentinho - PT /SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta de instalações sanitárias na proporção de duas unidades de uso feminino para cada unidade de uso masculino nas edificações públicas e privadas do País com área construída superior a quinhentos metros quadrados	CSSF: Aguardando Parecer.
<b>PL-4841/2001</b>	Wigberto Tartuce - PPB /DF	Institui a Semana Nacional da Mulher	CCJC: Tramitando em Conjunto

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
<b>PL-2929/1997</b>	Wigberto Tartuce - PPB /DF	Permite às mulheres estupradas por parentes a interrupção da gravidez	CSSF: Tramitando em Conjunto.
<b>PL-1609/1996</b>	Poder Executivo	Altera a Seção do I do Capítulo VI do Título I da Parte Especial do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940)	CCJC: Aguardando Parecer
<b>PL-2686/1996</b>	Poder Executivo	Regulamenta o § 3º do art. 226 da Constituição, dispõe sobre o Estatuto da União Estável, e dá outras providências.	MESA: Arquivada
<b>PL-1184/2003</b>	Senado Federal	Definindo normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical	CCJC: Aguardando Parecer.
<b>PL-7072/2002</b>	Senado Federal	Dispõe sobre a concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União, preferencialmente à mulher	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PL-1965/1999</b>	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Acrescenta artigo ao Código de Processo Penal, determinando os casos de segredo de justiça	PLEN: Pronta para Pauta.
<b>PL-3984/2000</b>	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências	CCJC: Aguardando Devolução - Saída de Membro da Comissão
<b>PL-2291/2000</b>	Senado Federal - Luzia Toledo - PSDB /ES	Altera dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da concessão de salário-maternidade e dá outras providências	CSSF: Pronta para Pauta.
<b>PRC-178/2001</b>	Iara Bernardi - PT /SP	Cria o "Prêmio Bertha Lutz de iniciativa parlamentar	MESA: Aguardando Parecer
<b>PEC-385/2001</b>	Luci Choinacki - PT /SC	Institui benefício assistencial para as donas de casa, e dá outras providências	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PLP-186/2001</b>	Luci Choinacki - PT /SC	Cria o Seguro de Renda Agrícola para os trabalhadores	MESA: Arquivada

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		assentados, e pequenos e médios agricultores, e institui o Fundo de Estabilização do Seguro de Renda Agrícola.	
<b>PEC-557/1997</b>	Marinha Raupp - PSDB /RO	ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 93, DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PEC-510/1997</b>	Feu Rosa - PSDB /ES	Acrescenta parágrafo ao art. 92 da Constituição Federal	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PEC-509/1997</b>	Feu Rosa - PSDB /ES	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	CCJC: Pronta para Pauta
<b>PLP-162/2000</b>	Gessivaldo Isaias - PMDB /PI	Regulamenta o inciso I do art. 7º da Constituição Federal, fixando em 12 (doze) meses a estabilidade da empregada gestante	PLEN: Tramitando em Conjunto
<b>PDC-737/1998</b>	Severino Cavalcanti - PPB /PE	Susta a aplicação de Norma Técnica expedida pelo Ministério da Saúde	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso
<b>PEC-620/1998</b>	Vic Pires Franco - PFL /PA	Acrescenta inciso ao art. 93 da Constituição Federal	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PEC-602/1998</b>	Senado Federal - Antonio Carlos Magalhães - PFL /BA	Altera os parágrafos do art. 143 da Constituição Federal	MESA: Aguardando constituição de Comissão Temporária
<b>PEC-47/2003</b>	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social	CCJC: Pronta para Pauta.
<b>PLP-275/2001</b>	Senado Federal - Romeu Tuma - PFL /SP	Atualiza a ementa e altera o art. 1º da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do art. 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial	PLEN: Pronta para Pauta
SF PLC 102/2005 de 18/10/2005	Marinha Raupp - PSDB /RO	Torna obrigatória a disponibilização de vacinas contra a rubéola na rede pública de saúde para a vacinação de mulheres em idade fértil.	CAS: Matéria com a relatoria
SF PLS 54/2005	Senado Federal -	Institui o Juizado Especial	CCJC: Pronto para a



<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
de 08/03/2005	Antonio Carlos Valadares - PSB /SE	Cível da Mulher.	pauta na Comissão
<b>PDC-1832/2005</b>	Osmânio Pereira - S. PART./MG e outros.	Dispõe sobre convocação de plebiscito relativo à interrupção da gravidez até à décima segunda semana de gestação.	CSSF: Pronta para Pauta
<b>PDC-1597/2005</b>	Dimas Ramalho - PPS/SP e outros.	Faz equivaler à Emenda Constitucional a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 31 de março de 1953.	MESA: Aguardando Deliberação de Recurso
<b>PEC-485/2005</b>	Sandra Rosado - PSB/RN e outros.	Dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal, prevendo a criação de varas especializadas nos juizados especiais para as questões relativas às mulheres.	CCP: Aguardando Encaminhamento
<b>PL-6341/2005</b>	Thelma de Oliveira - PSDB/MT	Proíbe a veiculação ao ar livre cujo tema utilize o corpo de mulheres para publicização e comercialização de produtos	CCP: Aguardando Encaminhamento
<b>PL-6205/2005</b>	Ann Pontes - PMDB/PA	Acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispondo sobre a estabilidade provisória da empregada gestante.	CTASP: Aguardando Designação de Relator
<b>PL-6150/2005</b>	Osmânio Pereira - PTB/MG e outros	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências	CSSF: Aguardando Parecer
<b>PL-5917/2005</b>	Gilberto Nascimento - PMDB/SP	Altera a redação do art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal"	CSSF: Aguardando Designação de Relator
<b>PL-5914/2005</b>	Gilberto Nascimento - PMDB/SP	Limita a veiculação de imagens estereotipadas de nudez na programação e nas inserções publicitárias em televisão.	CSSF: Aguardando Parecer
<b>PL-5673/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	"Estabelece a Notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, atendida em serviços de urgência e emergência de unidades de	CSSF: Aguardando Designação de Relator

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		saúde das redes públicas e privadas, e dá outras providências. "	
<b>PL-5566/2005</b>	Capitão Wayne - PSDB/GO	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para mulheres vítimas de violência e dá outras providências.	MESA : arquivada
<b>PL-5514/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	"Dispõe sobre a destinação nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, de moradia à mulher, e dá outras providências."	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PL-5364/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	"Cria Programa especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência conjugal."	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PL-5278/2005</b>	Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM.	Dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde das mulheres no Climatério e dá outras providências.	CSSF: Pronta para Pauta
<b>PL-5142/2005</b>	Sandes Júnior - PP/GO	Dispõe sobre os Serviços de Atendimento à Mulher no âmbito das Delegacias de Polícia Civil.	CSSF : Tramitando em Conjunto
<b>PL-5166/2005</b>	Takayama - PMDB/PR	Dispõe sobre os crimes de antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico ou inviável, e dá outras providências.	CSSF: Tramitando em Conjunto
<b>PL-5074/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	"Dispõe sobre a realização do exame Ultra-screen e dá outras providências"	CSSF: Aguardando parecer
<b>PL-5061/2005</b>	João Batista - PFL/SP	Altera o §2º do art. 10 da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, de forma a permitir a realização da laqueadura tubárea nos períodos de parto ou aborto em caso de cesária anterior.	CSSF : Tramitando em Conjunto
<b>PL-5058/2005</b>	Osmânio Pereira - PTB/MG.	Regulamenta o art. 226, § 7º, da Constituição Federal, dispondo	CSSF: Aguardando parecer

<b>Proposição</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Situação Atual</b>
		sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso.	
<b>PL-4985/2005</b>	Almerinda de Carvalho - PMDB/RJ.	Institui o Fundo Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres	CFT: Aguardando Parecer
<b>PL-4966/2005</b>	Eduardo Cunha - PMDB/RJ.	Cria o serviço de atendimento integrado à mulher - CAIM vítimas de crime de estupro tipificado no art. 225 do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	CSSF: Aguardando parecer
<b>PL-4958/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	"Cria o Programa de Combate à Violência contra a Mulher e dá outras providências."	CCJC: Tramitando em Conjunto
<b>PL-4946/2005</b>	Antonio Carlos Biscaia - PT/RJ.	Altera e revoga dispositivos do Código Civil, relativos à filiação.	CFT: Pronta para Pauta
<b>PL-4850/2005</b>	Senado Federal - CPMI - Exploração Sexual.	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, em especial do seu Título VI.	Diversos: Regime de Urgência
<b>PL-4834/2005</b>	Luciana Genro - S.PART./RS, Dr. Pinotti	Acrescenta inciso ao artigo 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	CSSF: Tramitando em Conjunto
<b>PL-4820/2005</b>	Carlos Nader - PL/RJ.	Dispõe sobre a criação da Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama e dá outras providências.	CSSF: Aguardando parecer
<b>PL-4804/2005</b>	Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM.	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.	CCJC: Tramitando em Conjunto

## **Anexo II - RELATÓRIO SOBRE AS IDÉIAS E CONCLUSÕES EXPOSTAS NO DEBATE “REVISÃO DA LEGISLAÇÃO PUNITIVA DO ABORTO”**

O debate “Revisão da Legislação Punitiva do Aborto”, realizado pela Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana, realizado entre as 15h e 16h do dia 19 de maio de 2005, contou com a presença do Dr. Thomaz Rafael Gallop, assessor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), e da Dra. Lia Zanotta Machado, diretora do Conselho Diretor da organização não-governamental Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento.

O Dr. Gallop expôs brevemente acerca do processo, observado no seio da prática médica no Brasil, de relativização dos comandos dos arts. 124 a 128 do Código Penal (que criminalizam o aborto)<sup>1</sup>. Um dos mais conhecidos defensores do aborto no Brasil, o Dr. Gallop foi o primeiro médico a obter uma autorização da Justiça para realizar o aborto de um feto com anencefalia, em 1992. A partir daí, teve início um movimento entre os médicos em que se propagou a orientação para que, ao se depararem com o diagnóstico de um feto anencefálico, encaminhassem o caso aos tribunais para a obtenção de alvará para a realização do aborto.

Desde então, houve um expressivo aumento na busca dos alvarás judiciais para os abortos de anencéfalos no Brasil. O Dr. Gallop afirmou que, de 1992 a 2002, mais de 3.000 alvarás foram concedidos, e não apenas para o abortamento de anencéfalos<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> O Código Penal só prevê duas exceções para a criminalização da conduta (ou seja, duas hipóteses de exclusão da ilicitude): quando não há outro meio de salvar a vida da gestante (art. 128, I) e quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é desejado pela gestante (art. 128, II).

<sup>2</sup> Antes do alvará emitido em São Paulo, foi emitido um pelo juiz Jurandir Rodrigues Brito, de Rio Verde (MT). O primeiro foi emitido em 1989, em Ariquemes (RO), mas não foram encontrados documentos que o confirmem.

<sup>3</sup> Segundo estudo da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), 66,2% dos médicos ainda pedem alvará judicial para realizar aborto nos casos de estupro ou risco de vida para a mãe, permitidos pelo Código Penal. Nesses casos, é necessário apenas o documento de consentimento formal da mulher, o boletim de ocorrência nos casos de estupro ou o laudo de três médicos atestando que a gestação trará risco de vida à mãe. A partir da publicação, pelo Ministério da Saúde, da Norma Técnica “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes de violência sexual contra mulheres e adolescentes”, no início de 2005, a mulher não mais necessita registrar a ocorrência em uma delegacia de polícia para ter o direito ao atendimento pelo serviço de saúde em caso de estupro. Basta comunicar ao médico assistente que a gravidez resulta de estupro para que o profissional possa realizar o abortamento. No entanto, a norma foi recebida com desconfiança pela classe médica, que se sente insegura diante da possibilidade de os profissionais serem processados e condenados com base no art. 126 do Código Penal, particularmente depois das declarações do Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), de que a norma não os isenta de prestar contas à Justiça caso o estupro não seja confirmado. Segundo o magistrado, “não tem valor ato do

Para o Dr. Gallop, a punição legal do aborto não se traduz em saúde ou em vida para a sociedade. Defendeu a legalização do aborto para todos os casos em que for detectada anomalia no feto que impossibilite a vida extra-uterina (como é o caso da anencefalia, da holoprosencefalia, da encefalocele, da onfalocele, da acrania etc.). Segundo ele, é possível se chegar a um diagnóstico preciso, por meio de ultra-som, no período de 10 a 12 semanas de gestação (ou seja, antes mesmo do término do processo de formação do embrião).

Concluiu afirmando que é direito do casal decidir se quer ou não ter um filho nessas condições, e citou famosa frase de Edmund Burke: “Más leis são a principal forma de tirania”.

A Dra. Lia Zanotta expôs posição mais liberal em relação ao tema. Para ela, a mulher deve ter o direito de escolher, em qualquer hipótese, se quer ou não dar à luz uma criança. O tema seria indissociável da análise dos direitos humanos da mulher. Defende a tese de que o direito de vida do feto deve ser pensado em relação ao direito de saúde física e mental e de autodeterminação da mulher, e nunca de forma independente.

Considerando que o Estado brasileiro é laico, defendeu que as discussões sobre o tema não deveriam envolver valores religiosos, e nem mesmo de foro íntimo, devendo, ao contrário, se basear em constatações empíricas dos efeitos que a lei penal punitiva do aborto tem produzido na sociedade.

Preconizou que a criminalização do aborto tem relação direta com o crescimento dos abortos clandestinos e com o aumento da taxa de mortalidade materna. Segundo ela, os abortos feitos em condições inseguras (uso de agulhas de tricô, aborteiras, clínicas mal-equipadas, mão-de-obra médica não-qualificada etc.) são a quarta causa da mortalidade materna no Brasil. Estima que ocorram de um milhão a um milhão e meio de abortos ao ano no País. Na América Latina, 21% das mortes maternas derivam dos abortos clandestinos. Tais abortos afetariam a saúde da mulher, principalmente as de baixa renda e negras, causando morte, esterilização e danos físicos irreversíveis.

Segundo ela, os dados empíricos têm demonstrado que a legislação anti-abortiva, no mundo, não tem reduzido o aborto; pelo contrário, tem estimulado os abortos clandestinos e a morte de mulheres. Citou a Romênia, país que legalizou o aborto e testemunhou a redução expressiva da mortalidade materna. Para ela, a lei que criminaliza o aborto carece de eficácia, não protege o bem jurídico que almeja.

Considera que o processo de legalização do aborto deve vir acompanhado do fomento de políticas de planejamento familiar, as quais, segundo entende, encontram-se em nível avançado no Brasil, o que já permitiria a materialização da descriminalização.

A Dra. Zanotta propôs que a legalização do aborto fosse total até a 12ª semana de gestação (momento que se encerra a formação do embrião; ou seja, quando este torna-se um feto). Até esse momento, a mulher seria soberana em sua decisão de levar ou não a gravidez adiante. A partir da 12ª semana, a lei regularia os casos permitidos. Essa tese encontra resistência da classe médica, que, como se pôde perceber da exposição do Dr. Gallop, adota uma posição moderada.

Concluiu sua apresentação com dados interessantes sobre a posição de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o tema. Segundo ela, em 65% dos países desenvolvidos, o aborto é permitido nas seguintes hipóteses: (1) para salvar a vida da gestante; (2) para preservar a saúde física ou mental da gestante; (3) em caso de estupro ou incesto; (4) em caso de má formação fetal; (5) por razões sócio-econômicas; e (6) a pedido. De 96% a 81% dos países desenvolvidos pesquisados permitem o aborto nas hipóteses (1) a (4); 75% na hipótese (5) e 65% na hipótese (6). A situação é bastante diferente nos países em desenvolvimento: 99% permitem o aborto na hipótese (1); 55% na hipótese (2); 30% na hipótese (3); 26% na hipótese (4); 19% na hipótese (5) e 14% na hipótese (6).

A título de conclusão, o debate delineou duas propostas para alteração da lei penal: a) discriminalizar o aborto em caso de anomalia fetal que impossibilite a vida extra-uterina, a ser constatada por laudo médico; e b) discriminalizar o aborto, em qualquer hipótese, desde que realizado até a 12ª semana, regulamentando-se, a partir desse momento, os casos específicos.

Estava prevista a presença da Dra. Regina Viola, coordenadora substituta da Área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, no evento. Como ela compareceu, os ouvintes ficaram impossibilitados de conhecer a posição do Governo sobre o assunto.



**Anexo III - RELATÓRIO SOBRE AS IDÉIAS E CONCLUSÕES EXPOSTAS NO DEBATE “ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO - SAIBA O QUE É E COMO SE DEFENDER”.**

A Comissão Temporária do Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha, do Senado Federal, promoveu a realização da videoconferência “Assédio Moral no Trabalho – Saiba o que é e como se defender”, no dia 30 de junho de 2005, no auditório do Interlegis.

Esteve presente a Senadora Serys Slhessarenko, presidente da Comissão, que afirmou, em seu discurso de abertura, que o assédio é o instrumento da violência que se realiza pela humilhação e imposição de submissão e discriminação, asseverando que o amplo debate que a sociedade vem travando acerca desse tema poderá aprimorar a legislação atual.

Presente, também, o Diretor-Geral do Senado Federal, Agaciel Maia, que observou ser o assédio moral uma conseqüência do exercício de cargos de chefia por indivíduos que não possuem nem preparo nem formação profissional.

Com o objetivo de discutir o tema com as assembleias brasileiras interligadas pelo sistema do Interlegis, a videoconferência contou com a presença de quatro palestrantes convidados:

– Dra. Maria Elizabeth Queijo – Doutora e mestre em Processo Penal; advogada e professora de Direito Penal das Faculdades Integradas de Guarulhos;

– Dr. José Roberto Heloani – Psicólogo; Doutor em Psicologia Social; bacharel em Direito; mestre em administração de empresas; pós-doutorado em Comunicação; professor da UNICAMP, UNIMARCO e da Fundação Getúlio Vargas; professor conveniado junto à Universidade de Nanterre (Sorbone IV) ;

– Dr. Brasilino Ramos – Juiz do Trabalho do TRT da 10ª Região; pós-graduado em Direito do Trabalho; Professor de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho do UniCEUB;

– Dra. Maria de Fátima Alencar Fernandes D’Assunção – Médica especializada em Medicina do Trabalho; auditora fiscal do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – DRT/RN; chefe do Núcleo de Segurança e Saúde do Trabalhador da DRT/RN; coordenadora do Núcleo de combate à discriminação no trabalho da DRT/RN – Prodignidade – Programa Brasil Gênero e Raça; Adviser/TEM/Brasil, na OIT em Genebra, da Reunião Tripartite de peritos em HIV/AIDS; mediadora em conflitos trabalhistas da DRT/RN.

Foram abordados, pelos palestrantes, aspectos processuais penais, jurídicos e sociais que envolvem a questão do assédio moral no trabalho. As palestras tiveram o seguinte teor:

**I – Dra. Maria Elizabeth Queijo**

A palestra da Dra. Elizabeth Queijo concentrou-se nos aspectos processuais penais da questão do assédio. A convidada iniciou sua exposição afirmando que estudos científicos realizados apontam o assédio moral como

fenômeno freqüente e expressivo nas relações de trabalho atuais, com sérias repercussões sobre o ambiente de trabalho e as condições de saúde, tanto físicas, quanto psíquicas dos trabalhadores. É forma de manifestação de relações autoritárias e de exacerbado individualismo e competitividade.

Segundo a palestrante, as práticas reveladoras de assédio moral atingem, em primeiro plano, a dignidade humana – entendida como mínimo respeito devido ao ser humano pelo simples fato de ser homem, independentemente da situação e lugar em que se encontre.

Não há dúvidas, pela freqüência e gravidade do comportamento e, sobretudo, pelas suas conseqüências, que o assédio moral merece ser reprimido e, antes de tudo, evitado. Por isso, as leis municipais e estaduais já existentes sobre o assunto mostram-se necessárias e adequadas. Contudo, o ideal seria o tratamento do tema em legislação federal, para adoção de sistemática uniforme e nacional, no direito administrativo e do trabalho.

Como estudiosa do Direito Penal e do Processo Penal, a palestrante, contudo, confessou não estar convencida de que essa tutela tenha que ser feita por meio do Direito Penal, em uma figura autônoma, mesmo porque diversos comportamentos que são definidos, no plano trabalhista e administrativo, como assédio moral, já se encontram penalmente censurados na legislação em vigor e são punidos com penas semelhantes àquelas constantes das propostas de criação do crime de assédio moral.

Pensa, assim, que a criação do Direito Penal, especialmente no Estado Democrático de Direito e diante do que dispõe a Constituição Federal, deva observar o princípio da intervenção mínima, reservando o legislador a sua atuação para os casos nos quais os outros mecanismos de tutela do bem jurídico previstos no ordenamento tenham falhado ou se mostrado insuficientes para essa tutela.

No caso, a legislação que cuida do assédio moral é bastante recente, mas não é federal. Por isso, é preciso que ela seja criada em âmbito nacional e, principalmente, implementada. Somente se os mecanismos de proteção, criados na legislação administrativa e trabalhista, mostrarem-se insuficientes para prevenir e reprimir a prática do assédio moral, o Direito Penal deverá ser utilizado, de forma coerente com sua característica de *ultima ratio*, de último mecanismo de que o Estado dispõe para proteger determinado bem jurídico.

A inflação legislativa em matéria penal é uma tendência mundial. Entretanto, não raras vezes, a proliferação de normas penais não decorre apenas do surgimento de novos bens jurídicos e áreas que reclamem tutela. Duas facetas do Direito Penal têm sido observadas no processo de criação legislativa atual, muito bem descritos por Mireille Delmas-Marty, autora francesa: o Direito Penal Mágico e o Direito Penal Burocrático.

O Direito Penal Mágico representa a utilização do Direito Penal com fins políticos. Abusa-se da magia do Direito Penal junto à sociedade. Há necessidades reais que poderiam justificar a criação de normas penais, mas a preocupação é dar satisfação à sociedade, como se a edição da legislação, em si, solucionasse os problemas. Essa utilização do Direito Penal é simbólica e favorece o sentimento de impunidade e de descrédito do próprio Direito Penal e, em última instância, dos mecanismos que a sociedade formalmente organizada pode oferecer para solução de conflitos. Por isso, é bastante perniciosa.

O Direito Penal Burocrático não decorre sequer de necessidades reais de criação de normas penais, mas de inércia na produção das mesmas.

Deve-se, assim, evitar as utilizações indevidas do Direito Penal. Nessa ótica – repita-se –, o critério de necessidade da tutela penal é fundamental, devendo a norma penal ser criada somente quando o comportamento a ser

incriminado seja socialmente ofensivo, de modo a reclamar a tutela penal, bem como quando os demais mecanismos de tutela do bem jurídico falharem ou se mostrarem insuficientes para a sua proteção.

Desse modo, na opinião da palestrante, primeiramente, deveria ser criada legislação federal referente ao assédio moral, no campo administrativo e trabalhista, objetivando coibir essa prática. Se essa legislação não se mostrar suficiente, então norma penal específica deverá ser criada.

Com essas considerações, a Dra. Elizabeth Queijo informou haver vários projetos de lei, que objetivam a criação de tipo penal referente ao assédio moral, merecedores de exame.

O Projeto de Lei nº 4.742, de 2001, foi apresentado pelo Deputado Marcos de Jesus (PL-PE) e encontra-se pronto para pauta. Tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara, tendo sido relator o Deputado Aldir Cabral (PFL-RJ). Foram apensados a ele os projetos de Lei nºs 4.960, de 2001, do Deputado Feu Rosa (PP-ES), 5.887, de 2001, do Deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) e 5.971, de 2001, apresentados por parlamentares do PC do B, todos versando sobre a criminalização do assédio moral.

Pelo Projeto de Lei nº 4.742, de 2001, foi proposta a introdução do art. 146-A no Código Penal, sob o nomen juris assédio moral no trabalho, ou seja, sob o caput do constrangimento ilegal, no capítulo dos Crimes contra a Liberdade Individual. A redação proposta é a seguinte:

**Art. 146-A.** Desqualificar, reiteradamente, por meio de palavras, gesto ou atitudes, a auto-estima, a segurança ou a imagem do servidor público ou empregado em razão de vínculo hierárquico funcional ou laboral.

Pena - detenção de 3 (três) meses a um ano e multa.

Entretanto, o relator entendeu que, embora necessária a tutela penal, a redação proposta para o tipo penal apresentava-se aberta e de caráter subjetivo, violando o princípio da legalidade. Sustentou também que a alteração legislativa proposta ficaria melhor sediada no capítulo dos crimes relativos à Periclitção da Vida e da Saúde, após o delito de maus-tratos, criando-se o art. 136-A.

Quanto ao Projeto de Lei nº 4.960, de 2001, entendeu o Relator que também não adotava ele técnica adequada, repetindo comportamentos que já estavam previstos em outros tipos penais. Propôs, então, substitutivo, com a seguinte redação:

**Art. 136-A.** Depreciar, de qualquer forma e reiteradamente a imagem ou o desempenho de servidor público ou empregado, em razão de subordinação hierárquica funcional ou laboral, sem justa causa, ou tratá-lo com rigor excessivo, colocando em risco ou afetando sua saúde física ou psíquica.

Pena – detenção de um a dois anos.

Nesse ponto, é preciso recordar que a criação normativa penal é regida pelo princípio da legalidade, garantido constitucionalmente. Dele decorre que a fonte do Direito Penal é a lei, em sentido formal. Mas, também, a taxatividade do tipo penal, que preconiza que a norma penal incriminadora deverá ser clara, determinada, precisa, a fim de que todo cidadão compreenda com objetividade o que é permitido e o que é vedado, no âmbito penal. Afastam-se, assim, as

incriminações vagas, indeterminadas e obscuras, que fiquem a cargo do intérprete especificar. O princípio da legalidade representa garantia do cidadão frente ao poder punitivo do Estado.

Examinando-se a redação do tipo penal em questão, proposta pelo PL nº 4.742, de 2001, e pelo seu substitutivo, verifica-se que, em nenhum deles, foi atendida a taxatividade do tipo penal. Ambos ferem o princípio da legalidade.

A redação do tipo proposta pelo PL nº 4.742, de 2001, mostra-se muito aberta e imprecisa. Mas, também, o substitutivo exige que a depreciação, em relação à imagem ou ao desempenho do servidor público ou empregado, se faça reiteradamente. Quantas vezes, então, será necessário praticar a conduta para aperfeiçoar o delito? Três vezes preenchem o elemento do tipo “reiteradamente”? Outro ponto: o substitutivo aduz o elemento “sem justa causa”. Se houver justo motivo, por exemplo, efetivo mau rendimento do servidor público ou empregado, é permitido depreciar sua imagem? O que é “rigor excessivo”?

Outra observação que deve ser feita é que, em ambos, projeto de lei e substitutivo, o delito foi considerado de menor potencial ofensivo, mas a pena cominada ao crime, no substitutivo, apresenta pequena margem entre o mínimo e o máximo, dificultando a adequada individualização da pena.

Enfim, as redações propostas no projeto e no substitutivo, na opinião da Dra. Elizabeth, ferem o princípio da legalidade, no corolário da taxatividade do tipo.

No PL nº 5.887, de 2001, que também foi apensado ao de nº 4.742, de 2001, o tipo penal de assédio moral foi vazado nos seguintes termos:

**Art. 146-A.** Constranger, desprezar, humilhar, tratar com desrespeito, desqualificar, depreciar a imagem, atribuir encargos superiores às possibilidades ou alheios à função, cargo, emprego ou posto, nas relações de trabalho ou serviço público:

Pena – detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

A redação desse dispositivo não se mostra adequada, igualmente. Embora tenha adotado a técnica de contemplar diversos núcleos (constranger, desprezar, humilhar, tratar com desrespeito, desqualificar, depreciar a imagem), o tipo emprega expressões demasiadamente abertas, como “atribuir encargos superiores às possibilidades”. Viola, pois, o princípio da legalidade.

Já o Projeto de Lei nº 5.971, de 2001, apresentado por diversos parlamentares do PC do B, propõe alterar o Código Penal para introduzir o art. 203-A, sob o nomen juris Coação Moral no Ambiente de Trabalho, com a seguinte redação:

**Art. 203-A.** Coagir moralmente empregado no ambiente de trabalho, através de atos ou expressões que tenham por objetivo atingir a dignidade ou criar condições de trabalho humilhantes ou degradantes, abusando da autoridade conferida pela posição hierárquica.

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.

Primeiramente, deve-se realçar que o nomen juris coação moral no ambiente de trabalho não obedece à melhor técnica. A coação, no Código Penal, é empregada no sentido de violência moral. A vis física é designada pelo termo “violência”. Assim, mostra-se redundante a expressão “coação moral”. Basta “coação”.

O tipo penal proposto elimina a necessidade de reiteração no comportamento. Mesmo assim, ainda contém algumas expressões indeterminadas e de cunho subjetivo, como “criar condições de trabalho humilhantes ou



degradantes”. Também, não atende ao princípio da legalidade, no tocante à taxatividade do tipo penal.

Observa, por fim, que vários elementos que integram os tipos penais propostos nos projetos de lei mencionados constam de delitos já existentes.

Nos crimes contra a honra, especificamente, injúria e difamação, estão abrangidas as condutas que implicam depreciação da reputação e menosprezo ao indivíduo. Pela injúria, punem-se todos os comportamentos consistentes em ofensas à dignidade ou ao decoro, por gestos e palavras. Nela, é atingida a honra subjetiva da vítima, isto é, seu amor próprio, o conceito que cada um de nós tem de si mesmo. Na difamação, incrimina-se a imputação de fato ofensivo à reputação de outrem, mesmo que verdadeiro. Viola-se a honra objetiva, que é o bom nome de que se goza junto à sociedade. Portanto, comentários desairosos, com imputações mentirosas a respeito do servidor público ou empregado, nesse crime, estão igualmente abrangidos.

Deve-se ainda lembrar que há causa de aumento de pena prevista quando os crimes contra a honra forem cometidos contra o funcionário público, em razão de suas funções, bem como na presença de várias pessoas, o que abrange as situações em que os servidores públicos ou empregados sejam expostos ao ridículo perante outras pessoas.

De *lege ferenda*, o que se poderia aperfeiçoar, nessa tutela, é a criação de circunstância agravante de pena, em razão da prática da ofensa, prevalecendo-se o agente da condição de subordinação do sujeito passivo. Além disso, para os funcionários públicos, nos crimes contra a honra, a ação é pública, condicionada à representação. Incumbe, portanto, ao Ministério Público a titularidade da ação penal, após manifestação da vítima. Ficariam em desvantagem, nesse caso, os empregados de empresas privadas, que teriam que promover, às suas expensas, a ação penal, que é de iniciativa privada. Outra sugestão seria passar para a titularidade do Ministério Público, mediante representação também, a ação penal nos casos em que as ofensas fossem cometidas com abuso da condição de subordinação do sujeito passivo. Desse modo, servidores públicos e empregados, vítimas de ofensas, com abuso de sua condição de subordinados, receberiam tratamento jurídico igual.

De outra parte, imposições ilegais feitas ao servidor público ou ao empregado, sob a ameaça de demissão, estão abrangidas no delito de constrangimento ilegal. Há, ainda, o crime de ameaça. Por fim, para os casos mais graves, nos quais se identifique o nexo de causalidade entre o comportamento do agente e a ofensa à integridade física ou saúde da vítima, o delito a ser apurado é o de lesão corporal, tipificado no art. 129 do Diploma Penal.

Por fim, a Dra. Elizabeth Queijo assim resumiu sua palestra:

1. Há necessidade de repressão e prevenção do assédio moral no ambiente de trabalho;
2. Essa tutela deve se dar, em primeiro plano, no âmbito administrativo e trabalhista, em legislação federal;
3. Caso a tutela criada se mostre insuficiente ou falha, o Direito Penal poderá ser utilizado como *ultima ratio*;
4. Eventual tipo penal a ser criado sobre o assédio moral deverá atender ao princípio da legalidade, notadamente quanto à taxatividade;
5. Os projetos de lei em andamento sobre a matéria, que dizem respeito à alteração do Código Penal, mostram-se ofensivos ao princípio da legalidade, porque propõem redações indeterminadas e vagas;
6. Há diversos delitos, na legislação em vigor, que protegem comportamentos que integram o assédio moral (injúria, difamação,



constrangimento ilegal, ameaça, lesão corporal). Portanto, embora não exista tipo específico descrevendo o assédio moral, há tutela penal que permite coibir os comportamentos mais graves praticados contra servidor público ou empregado, com abuso de sua condição de subordinação.

## **II – Professor Roberto Heloani**

O professor e pesquisador na área de Psicologia do Trabalho da Unicamp, Dr. Roberto Heloani, falou diretamente da Assembléia de São Paulo. Iniciou sua apresentação reconhecendo a grande dificuldade de definir “assédio” e o fez com a simples afirmação de que “assédio moral é todo e qualquer atentado à dignidade humana”, estimulado pela degradação do ambiente de trabalho, cujas bases estão firmadas na idéia de que se deve “vencer, custe o que custar”.

Na sua avaliação, a sociedade capitalista estimula a degradação do ambiente de trabalho, na medida em que constrói a idéia de que a competitividade – a qualquer custo – é um fator essencial para “vencer na vida”. Em um mercado de trabalho em que os resultados e a manutenção do posto são as únicas coisas que importam, os locais de trabalho são palco da “hiper-competição”. E, assim, num local de trabalho em que exista uma relação hierárquica autoritária, não é raro toda a equipe iniciar um processo coletivo de assédio moral, potencializando a humilhação, reproduzindo e atualizando os atos do agressor. O Professor Heloani explica que o motivo disso é um só: medo.

Complementa, ainda, que embora o assédio atinja a todos, independentemente da faixa etária, continua incidindo mais fortemente na mulher – principalmente a mulher de pele negra. É fato que, na atual sociedade, a mulher já entra no mercado de trabalho de forma submissa, subordinada.

Nesse contexto, sendo a mulher a vítima preferencial, o assédio se inicia com um viés sexual e, quando reprimido, transforma-se em assédio moral, sendo alvo de discriminação, desqualificação e isolamento, de forma freqüentemente cruel.

O assédio moral, em sua essência, gera estresse, provoca doenças diversas, causa exaustão e tem o firme propósito de fragilizar para que a pessoa seja diminuída em sua condição humana. Chega ao ponto de ser causador de uma “doença da moda” – a síndrome do pânico –, provocada pela insegurança extrema resultado do assédio.

Ainda segundo o Professor Heloani, as situações de assédio moral são verdadeiros “assassinatos psíquicos”.

## **III – Doutor Brasilino Ramos**

O Dr. Brasilino Ramos teceu as considerações que seguem.

A palavra trabalho tem suas origens nos termos *tripalium* e *tripaliare* que significam, a primeira, instrumento de tortura para aumentar a produção e, a segunda, torturar.

Um dos efeitos da Globalização que o mundo experimenta nos dias atuais é a contraposição do individualismo à solidariedade, gerando o contexto propício para a ocorrência do assédio moral no ambiente de trabalho. Quando este tipo de assédio acontece, paradoxalmente, o trabalho moderno reencontra a sua etimologia primária e antiga, qual seja, de instrumento de tortura.

Segundo Marie-France Hirigoyen, assédio moral é “(...) qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atente, por sua repetição ou

sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho.”

O assédio moral no ambiente de trabalho está presente em todo o mundo, com diferentes enfoques e características, em razão da cultura e do contexto de cada país. Assim, é conhecido como mobbing na Suécia, Alemanha, Suíça, Dinamarca, Finlândia e Itália; bullying na Inglaterra; harassment nos Estados Unidos da América – EUA; whistleblowers na Inglaterra, EUA, Nova Zelândia, Canadá, Austrália, África do Sul e Hong Kong; ijime no Japão; e , acoso laboral na Espanha e Chile.

O assédio pode ser classificado como vertical descendente, quando é o superior hierárquico que constrange seus subalternos; horizontal quando são os próprios colegas de trabalho, de mesmo nível hierárquico os assediadores; ou ainda, vertical ascendente quando direcionado contra a chefia pelos subordinados.

O assédio moral no ambiente de trabalho é uma forma de terror psíquico, os seus efeitos são contundentes e devastadores e os instrumentos para sua consecução são vários e múltiplos. Vejamos algumas das condutas caracterizadoras desse mal:

⇒ Isolamento da vítima:

Ignorar a sua presença diante dos outros; fazer críticas ou interrompê-la em público; não cumprimentá-la ou não lhe dirigir a palavra; recusar contato, inclusive o visual; proibir os demais colegas de lhe dirigir a palavra e/ou criticar os que o fazem; transferir a vítima de setor, sem justificativa; utilizar-se de comunicação apenas escrita.

⇒ Deteriorização proposital das condições de trabalho:

Dar instruções confusas e imprecisas; boicotar o trabalho da vítima ou atribuir-lhe erros inverídicos; atribuir urgência desnecessária aos trabalhos; solicitar tarefas sem interesse, não atribuir tarefa alguma, ou ainda, solicitar tarefas muito superiores ou muito inferiores à capacidade do assediado; mudar constantemente as atividades atribuídas; retirar gradativamente os instrumentos de trabalho (fax, telefone, computador, etc); fazer gestos de desprezo; omitir documentos ou informações importantes; cobrar resultados de tarefas que não foram atribuídas àquele empregado; impedir qualquer promoção ou treinamento.

⇒ Desestabilização psíquica do trabalhador:

Insinuar que existem problemas mentais ou familiares com o assediado; zombar das suas características físicas ou das suas origens (social, étnica, de gênero, etc); desacreditar a vítima perante seus colegas; hostilizar as suas convicções políticas ou religiosas; atribuir-lhe tarefas humilhantes; utilizar-se de termos grosseiros e/ou obscenos; chamar a atenção grosseira e desnecessariamente na frente de terceiros.

É preciso, entretanto, algumas situações que não configuram assédio moral, quais sejam: o estresse, crônico ou passageiro; más condições de trabalho; o exercício legítimo do poder diretivo por parte de empregador e o assédio sexual.

São personagens do assédio moral o agressor, a vítima e os observadores. O agressor tem um perfil caracterizado por uma perversidade contumaz, marcada pelo narcisismo, egocentrismo, arrogância, inveja, cinismo e falsidade. É assombrado também por uma sede insana de poder, na qual se fazem presentes a ambição, a manipulação, o medo de perda de status e a intriga utilizada para qualificar falsamente a vítima como frágil e/ou neurótica, imputando-lhe problemas financeiros e/ou familiares inexistentes.

A vítima, por sua vez, apresenta, via de regra, o seguinte perfil: percebe altos salários, tem em média cinquenta anos, é pessoa escrupulosa e honesta, possui um exagerado senso de culpa, é perfeccionista e competente. Estão, via de regra num dos grupos a seguir: portadores de deficiência, pessoas com orientação sexual e/ou crença religiosa diversa da majoritária, mulheres grávidas ou com filhos pequenos, minorias étnicas.

Já os expectadores podem ser ativos, sendo solidários e reagindo positivamente; ou passivos, demonstrando medo, alienação, indiferença, chegando alguns até a romperem com a vítima, sendo, eles próprios, potenciais vítimas futuras.

O assédio moral tem conseqüências funestas, não só para suas vítimas, mas também para as empresas e para a sociedade como um todo.

Suas vítimas apresentam um quadro de fragilização da dignidade; vergonha; baixa auto-estima; humilhação; corrosão da saúde física e mental; tudo isso desembocando na manifestação de doenças psicossomáticas.

Os danos às empresas se exteriorizam na redução qualitativa do trabalho; queda na produtividade; desmotivação generalizada; doenças profissionais; acidentes do trabalho; alta rotatividade de mão-de-obra; aumento de custos com novos treinamentos, seleção de pessoal e rescisões contratuais; aumento das licenças médicas inferiores a quinze dias; aumento de custos com ações trabalhistas (indenizações por danos morais e desgaste da imagem da empresa perante seu público alvo e a Justiça do Trabalho).

Já a sociedade sofre com o aumento de gastos com saúde pública; aposentadorias precoces; separações conjugais; viuvez precoce e abuso de drogas lícitas e ilícitas.

O assédio moral encontra repercussões na esfera legal, pois a dignidade da pessoa humana está garantida, primeira e fundamentalmente, pelos princípios constitucionais de proteção da dignidade e do trabalho (CF, arts. 1º, III e IV e 5º, V e X). Além disso, são direitos da personalidade os relativos à integridade física, integridade intelectual e integridade moral.

Assim, pode-se obter reparação dos danos causados pelo assédio moral, com amparo na garantia de reparação pelo descumprimento do preceito constitucional (Código Civil, arts. 186 e 927; Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, art. 483, alíneas, “a”, “b”, “d” e “e”; Lei 9.029/95, art. 4º e no dano moral.

O dano moral estará caracterizado, nos dizeres do prof. Amauri Mascaro Nascimento, sempre que haja “(...) prejuízo de ordem subjetiva e não patrimonial causado ao indivíduo, à pessoa jurídica ou à coletividade, decorrente de ação ou omissão culposa”.

A competência para avaliar a ocorrência de dano moral em razão de assédio moral no ambiente de trabalho é da competência da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114 da CF. A jurisprudência tem se mostrado cautelosa, porém firme no trato dessa delicada questão.

Os parâmetros que os tribunais têm utilizado na fixação da indenização por dano moral são:

- ⇒ a repercussão social da ofensa;
- ⇒ a intensidade e a gravidade do sofrimento;
- ⇒ a intensidade do dolo ou da culpa do agressor;
- ⇒ a situação econômica do agressor; e ,
- ⇒ os aspectos pedagógicos e preventivos.

Existe previsão na legislação internacional acerca do assédio moral. Assim, na França o tema está tratado na Lei de Modernização Social, de janeiro de 2002. Na Inglaterra encontramos o Protection from Harassment Act, de 1997; Suécia, Dinamarca, Noruega e Alemanha também possuem legislação específica. Portugal conta com o Projeto de Lei nº 252/VIII.

A União Européia vem exortando os Estados Membros a unificarem suas legislações e a Organização Internacional do Trabalho – OIT possui uma Convenção genérica contra a discriminação.

No Brasil, não há legislação federal acerca dessa matéria. Estão em tramitação, entretanto, os seguintes projetos de lei:

- ⇒ PL nº 4.742, de 2001: define o assédio moral como crime;
- ⇒ PL nº 4.591, de 2001: trata da matéria no âmbito do serviço público federal;
- ⇒ PL nº 4.970, de 2001: altera dispositivos da CLT;
- ⇒ PL nº 6.161, de 2001: cria o cadastro nacional de proteção contra a coação moral no emprego.

Existe, entretanto, previsão sobre o assédio moral nas legislações estaduais e municipais. Todavia, não são normas jurídicas trabalhistas e sim normas administrativas que visam à regulamentação de condutas entre a Administração Pública e seus contratados.

As leis estaduais são:

- ⇒ Rio de Janeiro (Lei nº 3.921, de 2002);
- ⇒ São Paulo (aprovado o Projeto de Lei nº 422, de 2001, mas vetado pelo Poder Executivo).

As leis municipais são:

- Iracemápolis (Lei nº 1.163, de 24/04/2000 e Decreto Regulamentador nº 1.134, de 2001);
- Cascavel (Lei nº 3.243, de 15/05/2001);
- Guarulhos (Lei nº 358, de 19/07/2001);
- Sidrolândia (Lei nº 1.078, de 05/11/2001);
- Jaboticabal (Lei nº 2.982, de 17/11/2001);
- São Paulo (Lei nº 13.288, de 10/01/2002);
- Natal (Lei nº 189, de 23/02/2002);
- Americana (Lei nº 3.671, de 07/06/2002);
- Campinas (Lei nº 11.409, de 04/11/2002);
- São Gabriel do Oeste (Lei nº 511, de 04/04/2003).

Salientamos, nesse ponto, que, não obstante as ações repressivas previstas em lei, devem ser tomadas medidas preventivas pelas empresas, pelas vítimas e pela sociedade.

As empresas devem admitir a existência do problema e que ele pode ocorrer em suas instalações; reconhecer que é um fenômeno sutil, por vezes silente e oculto; realizar eventos e campanhas de esclarecimento e discussões sobre o tema; promover a interação das áreas de recursos humanos e medicina do trabalho para a busca de diagnósticos precoces; revisar os métodos de gestão; garantir o sigilo do nome da vítima em caso de denúncias, por meio de ouvidorias; estabelecer um código de ética proibindo o assédio e prevendo punições; adotar medidas práticas pra combater o estresse; conscientizar o assediador sobre a irregularidade de sua conduta; conforme o caso, afastar o agressor da sua vítima e submeter o assediador a tratamento.



A vítima pode adotar os seguintes procedimentos: documentar-se, exigindo explicações por escrito; denunciar o que está ocorrendo a seus superiores hierárquicos, sindicatos, associações, conselhos, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Ministério Público do Trabalho (MPT), Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e Conselho Regional de Medicina (CRM); buscar apoio junto aos familiares e amigos.

A sociedade deve dar visibilidade ao tema por intermédio da mídia, entidades associativas e sindicais. Os Poderes Judiciário e Legislativo têm também papel preponderante no combate ao assédio moral no ambiente de trabalho prevendo punições para as condutas e aplicando-as com firmeza.

O palestrante faz, então, uma reflexão final com as palavras de Boaventura de Souza Santos: “(...) temos por dignidade humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.”

#### **IV – Doutora Maria de Fátima Alencar Fernandes D’Assunção**

É grande o número de trabalhadores que chegam às Delegacias Regionais de Trabalho, em busca de ajuda em decorrência das inúmeras situações de sofrimento, para relatar desde a falta de registro na carteira de trabalho até as violências sofridas dentro da empresa, que atingem gravemente a saúde física e mental dos trabalhadores.

Que instrumentos tem o Ministério do Trabalho para atender às demandas relacionadas às violências sofridas pelos trabalhadores e o que fazer para prevenir novos casos de violência nos locais de trabalho? O primeiro passo vem sendo dado por aquele órgão no sentido de trazer à luz verdades não faladas e injustiças praticadas nos bastidores das empresas, rompendo, dessa maneira, o silêncio e dando voz a tantos trabalhadores emudecidos pela dor e pelo desrespeito à sua cidadania.

É dessa experiência, a dos auditores fiscais, frente aos casos de violência e de assédio moral nas empresas, que traremos a seguir.

Sabe-se que a violência no trabalho insere-se no contexto da violência existente em nossa sociedade, quer seja na comunidade, quer seja na família, pois todas essas formas de violência interagem.

Assim, o assédio moral caracteriza-se como uma violência, por ser uma forma de maltratar o outro, própria do ambiente de trabalho. É um modo de violência pela qual o indivíduo pode destruir o outro, sem que haja derramamento de sangue e, muitas vezes, sem que os colegas percebam. Se perceberem, podem não ter coragem de reagir. Considerado uma patologia da solidão, o assédio pode resultar na morte do trabalhador, tanto por razões clínicas, quanto por suicídio. A título de ilustração, nos países nórdicos, o suicídio decorrente de assédio moral já atinge cerca de dez por cento dos trabalhadores.

O assédio moral contraria frontalmente o direito. Na relação laboral, por força do contrato de trabalho e mediante pagamento de salário, a pessoa somente subordina sua força de trabalho a serviço da empresa. Todavia, de forma alguma, além da sua força de trabalho, pode alguém fazê-la subordinar sua dignidade, saúde e cidadania.



A OIT considera prioridade a promoção do trabalho decente, que se constitui no respeito aos princípios fundamentais e direitos do trabalho, além de diálogo social em condições de liberdade, saúde e segurança.

Segundo um estudo sueco, quando as condições de trabalho melhoram, diminuem as frustrações dos trabalhadores, evitando que eles penalizem um colega inocente.

No exercício da fiscalização do trabalho, nem sempre se encontra o trabalhador em condições decentes. Por isso, por ocasião dessas ações fiscalizatórias, os auditores fiscais se empenham em fazer valer os princípios constitucionais e legais, bem como as recomendações oriundas da OIT. No que diz respeito, especificamente, ao assédio moral, sentimos a falta de uma legislação específica, apesar de existirem posicionamentos claros da justiça trabalhista sobre a questão.

Nos casos de assédio moral, que, geralmente, são de natureza subjetiva e de difícil comprovação, as ações fiscais concentram-se nos aspectos das condições de trabalho, prevenção do estresse laboral e análise do contexto que gerou a violência. É um aspecto concreto onde os auditores do trabalho podem investigar.

O assédio moral é indenizável no plano patrimonial e moral, considerando as perdas de ordem econômica, como perda de emprego, despesas com médicos, terapias etc. Já na esfera da honra, da saúde psíquica e física, a lei permite a resolução do contrato, por rescisão indireta, com afastamento por doença do trabalho. Por fim, a lei prevê também, quando for o caso, a possibilidade de reintegração no emprego, por absoluta nulidade do ato jurídico.

Enfatize-se que, apesar de não haver uma lei específica sobre assédio moral, a Constituição protege todas as suas vítimas, já que assegura dignidade, imagem, cidadania, patrimônio moral etc., inclusive por danos morais, nos termos do seu art. 5º.

Não tem sido fácil para a fiscalização exercer sua função num mundo globalizado, com características que favorecem a quebra dos direitos sociais, a alteração do contrato laboral, a terceirização, o aumento da informalidade, do desemprego e do subemprego e da precarização do trabalho.

A nova organização do trabalho exige saúde perfeita. Nesse perfil, não há espaço para os diferentes. No segmento dos trabalhadores adoecidos, registre-se, em particular, o sofrimento das vítimas de acidente do trabalho, das vítimas de doenças ocupacionais e os portadores de HIV. Os colegas de trabalho sentem-se receosos em conviver com essas pessoas, principalmente com os portadores do HIV. A demissão desses empregados por motivos não declarados, após a quebra do sigilo do diagnóstico, reflete o abuso de poder e o descumprimento da legislação trabalhista.

Atualmente, as ações de inspeção das condições de trabalho, desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho, compreendem duas modalidades de ação: uma, através dos núcleos de combate à discriminação no trabalho, e outra, através da Secretaria de Trabalho, com seu corpo de auditores. A atuação destes se dá, principalmente, em decorrência de denúncias nos plantões fiscais realizados pelas delegacias especializadas, ou por meio de parcerias com os conselhos profissionais, de modo especial, o Conselho Regional de Medicina, sindicatos e ONG.

Ao finalizar, a palestrante chamou a atenção para a importância do que acontece dentro das empresas para a consolidação da democracia e dos direitos humanos. Portanto, lutar contra o assédio moral no ambiente de trabalho é contribuir para o exercício concreto de todas as liberdades fundamentais, além de

promover a prosperidade econômica da empresa e da nação.

Asseverou ainda que, entre as conseqüências nefastas do assédio moral, estão o aumento do absenteísmo do trabalho, a diminuição da produtividade e o aumento dos custos previdenciários.

E concluiu ser urgente que as empresas e o Poder Público coloquem em prática medidas preventivas eficazes contra o assédio moral, sem perder de vista, porém, que só medidas legais não mudam o comportamento das pessoas. É essencial que elas também assumam novas formas de comportamento e, dessa forma, se cumpra a Constituição.

#### **Anexo IV - RELATÓRIO SOBRE AS IDÉIAS E CONCLUSÕES EXPOSTAS NO DEBATE “MULHERES NO TOPO DA CARREIRA – FLEXIBILIDADE E PERSISTÊNCIA”**

O debate sobre “Mulheres no Topo de Carreira: Flexibilidade e Persistência” promovido pela Presidente da Comissão Especial Temporária do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, Senadora Serys Slhessarenko, realizou-se no auditório do Interlegis, Senado Federal, no dia 6 de outubro de 2005, evento previsto no Calendário das Atividades de 2005, da referida Comissão.

A Comissão Especial foi instituída pelo Ato do Presidente nº 3, de 2005, visando “conceber, coordenar e implementar ações comemorativas do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha”, com base em sugestão da Junta Diretora do Parlamento Latino-Americano, em reunião realizada no dia 17 de julho de 2004, na cidade de São Paulo.

Trata-se do quarto evento realizado no auditório do Interlegis, no âmbito da programação do Ano Internacional da Mulher Latino-americana e Caribenha, em sistema de videoconferência, com transmissão ao vivo para as Assembléias Legislativas dos Estados, permitindo a participação de pessoas de fora de Brasília no debate.

A Mesa foi presidida pela Senadora Serys Slhessarenko, juntamente com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tendo assento a Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Roussef, a Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para a Mulher, a Governadora do Rio Grande do Norte, Senhora Wilma Maria de Faria e o Senador Edison Lobão.

Na abertura dos trabalhos, a Senadora Serys Slhessarenko agradeceu a presença de todos e, especialmente, a do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, por seu apoio às iniciativas da bancada feminina do Senado, e disse não querer “fazer um discurso feminista, pois já superamos esta fase”. No entanto, no cenário político, afirmou a Senadora, as mulheres apenas chegam perto do topo, na qualidade de “vices”. Na direção do Senado Federal, no momento, as mulheres são representadas por uma Senadora suplente, pois “ainda não conseguimos ser titulares na Mesa Diretora”.

Agradeceu, em especial, a participação da professora Tânia Fontenele no evento, mestre em Psicologia Social e do Trabalho, cuja tese de mestrado oportunizou a realização do atual debate. A pesquisa “Mulheres no Topo da Carreira: Flexibilidade e Persistência” foi realizada em Brasília, com mulheres ocupantes de cargos de primeiro escalão na Administração Pública e com 146 membros de suas equipes (74 mulheres e 72 homens).

A Senadora ressaltou: “espero que todas lembrem sempre que somos as donas de nossa história” e que temos grande responsabilidade com o reconhecimento dos direitos da mulher, porque somos nós que “educamos nossos filhos e filhas”.

Solicitou ao Presidente do Senado seu apoio ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero, cujo objetivo é a obtenção do ISO-14000, ao atingir a equidade nos diferentes setores da Casa.

O Presidente Renan Calheiros foi o primeiro orador. Agradeceu e expressou sua “satisfação em participar do debate”, saudando a presença das duas Ministras, da Governadora, das Embaixadoras Cecília González, do México, e Tzipora Rimon, de Israel. Enfatizou, ainda, que “a plena participação das mulheres na vida política e cultural do País ainda deixa muito a desejar”, especialmente num país com 52% da população sendo do sexo feminino, e com a mesma proporção no eleitorado.

Lembrou o Presidente do Senado que “as mulheres representam, no mercado de trabalho, 42% da mão-de-obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal”. No entanto, recebem “menores salários, são minoria nos cargos de chefia” e, mesmo no Congresso Nacional, ocupam não mais do que 9% das cadeiras.

Ressaltou a importância de tratarmos da questão da violência contra a mulher, citando resultado da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, segundo a qual “a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no País”.

O Senador Renan Calheiros recordou a atuação dos grupos femininos, na Assembléia Nacional Constituinte, o que resultou na incorporação, na Constituição de 1988, da maioria das reivindicações da *Carta das Mulheres*”.

Por fim, lembrou que, como Ministro da Justiça, reforçou o papel do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, bem como estimulou “a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”.

À Professora Tânia Fontenele foi, então, dada a palavra pela Senadora Serys Slhessarenko, que destacou sua formação: economista, Pós-Graduada em Administração, Mestre e Doutoranda em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Exerce, ainda, o cargo de professora na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

A oradora, inicialmente, esclareceu o contexto em que foi realizada a pesquisa, no âmbito do Departamento de Pesquisa Social e do Trabalho da UnB: “é um estudo com a perspectiva dessas mulheres [mulheres no topo da carreira] e de suas equipes, baseada em entrevistas semi-estruturadas”.

A pesquisa é constituída por dois estudos: um, referente aos dados levantados junto às mulheres ocupantes de posições no topo da carreira e, outro, com os dados obtidos na aplicação de questionários aos membros das equipes dessas mulheres gestoras.

A tabulação, a organização e a análise estatística foram feitas destacando as palavras e conceitos mais utilizados pelos participantes de ambos os grupos e por meio de uma análise quantitativa e qualitativa dos dados. Para tanto, utilizou o Sistema Alceste, software francês, usualmente utilizado em pesquisas na área social.

Em seguida, foi dada à palavra à Ministra Nilcéia Freire, que declarou ter na Senadora Serys “uma grande parceira da Secretaria de Políticas para as Mulheres”. Anunciou, então, que o estudo da Professora Tânia Fontenele deverá ser publicado pela Secretaria.



A Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres evocou que este ano está-se comemorando “os 30 anos da Iª Conferência Internacional sobre os Direitos da Mulher, realizada no México; 10 anos da Conferência de Beijing, momento determinante na consolidação da luta pelos direitos da mulher; vinte anos da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), do Ministério da Justiça, bem como o início da primeira política pública de enfrentamento da violência contra a mulher, que foi a criação da primeira Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, em São Paulo (capital)”.

Para a Ministra Nilcéia Freire, a política nacional para as mulheres deve contemplar várias dimensões: aspectos legais, fiscalização, capacitação de pessoal, mercado de trabalho, instrumento dos modelos de gestão com políticas de equidade, e cooperação com instituições públicas e privadas e com organismos multilaterais, especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesse sentido, a Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, lembrou que, apesar de a Convenção nº 100, de 1951, da OIT, ter sido assinada e adotada pelo Brasil há muitos anos (Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957), só agora é que “instalamos a Comissão Tripartite” –integrada por representantes de sua Secretaria, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, e do Ministério do Trabalho – com o objetivo de cumprir os termos da Convenção relativamente à igualdade de remuneração entre o trabalho feminino e o masculino.

Paralelamente à capacitação de pessoal em questões trabalhistas, “para que se implementem medidas preventivas e de fiscalização, no âmbito das empresas e dos órgãos públicos”, a Ministra Nilcéia Freire preconizou a “criação de mais modelos de gestão com prática de equidade (o que vem sendo realizado pela Secretaria, em cooperação com o UNIFEM e a OIT), estando em seu primeiro ano de execução”.

A Secretária acredita que o incremento das ações voltadas para o setor público, desde o início, resultou do entendimento de que “devemos fazer o dever de casa”. O Programa Pró-Equidade depende da “adesão espontânea” de órgãos, entidades e empresas. Entre os órgãos públicos que adotaram o Programa, a Ministra citou: o Banco do Brasil, as empresas do setor energético, a Caixa Econômica Federal e o próprio Senado Federal.

A Ministra Nilcéia Freire concluiu informando que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres vai lançar um produto, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com a Agência de Cooperação do Reino Unido, que reunirá uma base de dados, alimentada com os dados censitários do Brasil, que permitirá a produção de informações por gênero, organizadas num único sistema.

Já é possível, com os dados disponíveis, verificar as diferenças entre o quadro social dos anos 90 e da década iniciada em 2000, no que se refere, por exemplo, ao número de famílias chefiadas por mulheres, cujo percentual duplicou.

A Ministra também expressou seu desejo e esperança de que o Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, possa ser sancionado pelo Presidente Lula, ainda este ano, no dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

Em seguida, deu-se a palavra à Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, que saudou as companheiras da Mesa, homenageando especialmente a Senadora Serys Slhessarenko e a professora Tânia Fontenele, responsável pela pesquisa, mostrando que, apesar dos avanços obtidos em nosso País nas questões de gênero, ainda há problemas. Dirigiu-se à Governadora do

Rio Grande do Norte como exemplo de luta, em eleições para cargos majoritários, “numa região importante do País”.

Para a Ministra a vida das mulheres, engajadas na luta pela organização da sociedade civil e envolvidas nas organizações de mulheres, foi marcada por características importantes. E acrescenta: “foi marcada pela nossa agenda, pelo trabalho igual com salário igual, pela discriminação na igualdade salarial e na questão das cláusulas de barreiras”. Segunda Ministra, a mulher tem restrições para assumir certas atividades e uma de suas características peculiares – a capacidade de gerar vida – contraditoriamente, nos torna objeto de discriminação”.

Lembrou, ainda, que integra também a nossa agenda a questão da violência, pois tem um aspecto de “proximidade”. Referiu-se a Ministra Dilma à constatação, resultado de pesquisas, de que a violência é praticada por pessoas próximas, no âmbito familiar e, embora coibida por lei, será preciso que as mulheres se conscientizem e internalizem a luta contra esse problema, aceitando seu encaminhamento às casas-abrigo”.

A Ministra Dilma Rouseff afirmou que, hoje, “estamos num terceiro momento, com a criação da Secretaria Nacional, vinculada à Casa Civil, dando à questão *status* ministerial”. Pois, segundo ela, “gênero e raça compõem-se com as questões sociais e de exclusão”.

A Ministra-Chefe da Casa Civil lembrou a constante presença de mulheres nos cargos intermediários, “como se houvesse uma barreira para assumirem cargos de chefia”. Ressaltou ela: “não me pretendo neutra nessa questão, pois tenho a constatação da excelência das representantes femininas, em minha trajetória profissional”. “Tive muitas auxiliares mulheres, numa área em que as mulheres não são presentes (setor de energia), apesar de haver uma quantidade inequívoca de mulheres competentes”.

Concluiu a Ministra: “acumulamos forças para mudar a realidade um pouco mais e adquirimos condições de ir adiante pois, onde tem uma vontade, tem um caminho”.

Em seguida, a Governadora do Rio Grande do Norte, Senhora Wilma Faria, elogiou a pesquisa tema do debate, por “colher a representação social da mulher e os avanços obtidos nessa participação das mulheres na sociedade”.

Para a Governadora, o mais importante foi sua chegada à vida pública, pois não participou dos movimentos feministas, tendo conquistado sua liberdade, pagando um preço muito alto.

Lembrou que começou no âmbito familiar, pois seu marido era político. Mas, em sua primeira candidatura à Prefeitura de Natal, “era quase impossível ganhar”, pois não integrava nenhum grupo político. Embora tenha perdido a eleição, em 1985, ganhou a credibilidade junto à população e, no ano seguinte, foi a deputada federal mais votada do Estado.

Com importante atuação na Constituinte, onde com outras 26 parlamentares lutaram para garantir os direitos das mulheres, especialmente as então chamadas chefes de família, a quem entendiam que deveriam se destinar os títulos da reforma agrária. A Governadora lamentou que, às vezes, a falta de clareza das políticas não permita que as pessoas se conscientizem, no sentido de buscar os seus direitos.

Concordou com a colocação da Senadora Serys, no sentido de que, mesmo sendo mulheres e educadoras, e apesar dos termos consciência do machismo, ele está entre nós: “educamos nossas filhas diferente do que no passado, mas não os nossos filhos”.



A Governadora Wilma Faria recordou que, após dois anos como deputada federal, venceu as eleições para a Prefeitura de Natal. Em sua vida pública, “o entrosamento da vida política com a vida pessoal, tanto na Prefeitura – onde cumpriu três mandatos – como no Congresso, fizeram surgir conflitos familiares”. Segundo ela, “parece que os homens não aceitam o sucesso das mulheres (sem querer ofender os homens)”.

Na condição de figura pública, sofreu derrotas, fez opções e tomou decisões que lhe pareceram acertadas à época, mas isto lhe custou um mandato. E, apesar da difícil situação eleitoral, da verticalização da lei, da impossibilidade de fazer alianças, foi para o 2º turno em 2000, e teve apoio de partidos que não eram de sua aliança.

Segunda a Governadora, é importante é perceber como as coisas estão mudando e que existe, por parte da população, um desejo de mudança. Quando candidata, diziam que não tinha estrutura de poder – canal de TV, jornal, emissoras de rádio –, mas sua forma de caminhar era outra.

Ao conseguir conquistar o eleitorado de Natal, que corresponde a 25% da população do Estado, no 2º turno, obteve 70% dos votos em Natal e 61,5% dos votos no interior. Atribui a vitória aos avanços no Estado, “que está se desenvolvendo muito, crescendo”. “Cresce o pensamento da modernidade na cidade de Natal”.

O Estado do Rio Grande do Norte segue, segundo avalia, uma tradição: teve a primeira emenda feita para permitir o voto da mulher; a primeira eleitora inscrita; a primeira deputada estadual (Lajes, RN) e a primeira reitora. O Estado é pioneiro na participação da mulher. No passado, “esse era um projeto masculino. Hoje, é um projeto feminino”.

Finalmente, a Governadora Wilma Farias afirmou: “não estou dizendo que é fácil. A discriminação existe, a gente tem que ter força, endurecer, sem perder a ternura”.

A Presidente da Mesa, Senadora Serys Slhessarenko, retomou a palavra, agradecendo o depoimento da Governadora do Rio Grande do Norte. Recordou, nesse momento, a presença importante de mulheres no Parlamento Espanhol, onde a vice-presidente é uma deputada das Cortes e várias mulheres ocupam lugares de destaque na política espanhola.

Dando seguimento ao evento anunciou a palestrante seguinte, a Embaixadora do México, Senhora Cecilia González, ressaltando a presença da também embaixadora, Senhora Tzipona Rimon, de Israel.

A Embaixadora mexicana se disse “encantada” de estar num debate “com mulheres tão destacadas” e lembrou que sua carreira, também, foi feita na política, pois na origem, foi deputada estadual.

Para ela, o processo de inclusão da mulher ainda é muito seletivo e, nos termos atuais, só obtêm resultados as melhores. As mulheres terão chegado ao fim desse processo quando houver, no mercado de trabalho, tantas mulheres medianas quanto homens medianos existem hoje”.

A Embaixadora vê o processo eletivo – não só em seu país, como em outros – como um processo em que se reproduzem, automaticamente, os sistemas de dissociação e de formação das elites.

“Homens conhecem homens”, afirmou ela, “e os levam para a vida política”. Segundo a palestrante, às vezes, nos deparamos com preconceito, com machismo, nesse processo de reprodução das elites. E o que ocorre com as mulheres, no meio político, é que “as responsabilidades são dos homens”.

Há, para a Embaixadora, um condicionamento milenar, internalizado tanto pelos homens como pelas mulheres e, assim, as grandes responsabilidades

sempre são dos homens. Afirmo que esse sistema começa no âmbito da família. E cita como exemplo: “quando se compra um carro, quem escolhe é o homem”.

Recordando que, em 1994, foi candidata à Presidência da República do México, a Senhora Cecília González, afirmou que pesquisa feita em seu país sobre “qual o sexo ideal para determinadas profissões”, as posições menos aceitas para as mulheres eram: o sacerdócio e a Presidência da República. Segundo ela, 45% dos pesquisados, aceitava as mulheres no Senado e na Câmara dos Deputados, mas não as aceitava nos governos estaduais e municipais ou em ministérios.

Dessa realidade surge, segundo a Embaixadora, a tese da “responsabilidade compartilhada”, segundo a qual, os postos de parlamentares são aceitos porque é um “corpo de pessoas” que decide. Para a população mexicana só os homens podem assumir responsabilidades de gestão ou postos de poder decisório. As mulheres, só quando estiverem “rodeadas de homens”.

Para finalizar sua intervenção, a Embaixadora Cecília González afirmou que esse preconceito só será extinto “quando a população vir as mulheres exercendo suas responsabilidades e seu poder decisório”, pois “só assim esse paradigma vai mudar”.

Concluída a palestra da Embaixadora, a Senadora Serys Shessarenko passou a palavra à Professora Tânia Fontenele, que apresentou os resultados da pesquisa: “Mulheres no topo da carreira: Flexibilidade e Persistência”.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes-PSDB-AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.041, DE 2006**

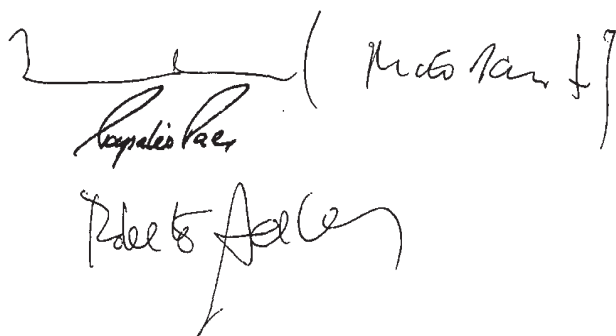
Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja manifestado voto de louvor à Real Academia Sueca por ter agraciado o economista bengalês Muhammad Yunus, criador do banco Grameen, com o Prêmio Nobel da Paz neste ano de 2006.

Sala das sessões, 16 de outubro de 2006.



Senador RAMEZ TEBET


**REQUERIMENTO Nº1.042, DE 2006**

Sr. Presidente,

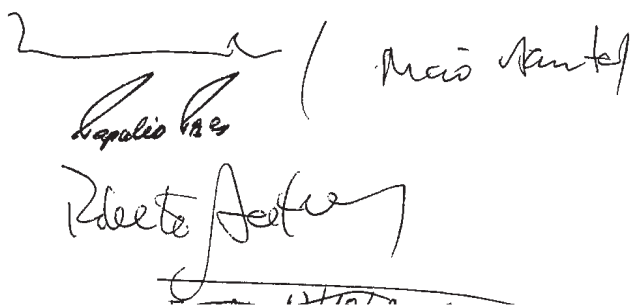
A Real Academia Sueca concedeu o Prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen e um dos grandes mentores do microcrédito, mecanismo financeiro reconhecido no mundo inteiro como “um fato extraordinário e uma poderosa arma para ajudar as pessoas a melhorar de vida, sobretudo as que mais precisam”.

Pelo exposto, Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja manifestado voto de louvor ao economista fundador daquela instituição.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2006.



Senador RAMEZ TEBET


**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero assinar o requerimento.

O Senador Ramez Tebet dá, mais uma vez, prova da sua presença, que engrandece esse Senado.

O Professor Yunus mudou o mundo. O PT é cabeça dura. O Senador Eduardo Suplicy sempre defendeu aquela sua proposta do Programa Renda Mínima, de esmolos. Eu sempre adverti que o PT tinha de estudar o que acontece. E o mundo todo homenageou o que eu disse aqui, no debate, ao Professor e Senador Eduardo Suplicy, que esses programas do Governo estavam todos errados, que eles deveriam se inspirar na tese do Professor Yunus. Ele é de Bangladesh e criou, Senador Papaléo Paes, o Banco Grameen, que é o verdadeiro banco do povo.

Os empréstimos são estudados, e o Banco dá prioridade à sociedade, à mulher, porque ela é mais responsável. E sua característica é ter um longo prazo com juros mínimos, de acordo com a capacidade e a profissão do tomador do empréstimo.

Isso é tão vantajoso, que a esposa de Bill Clinton, Hillary Clinton, interessada a ajudar os povos dos Estados Unidos, conseguiu uma audiência com ele e levou-o, pessoalmente, ao Presidente Bill Clinton. Um país poderoso e cheio de instituições bancárias não podia colocar isso na sua programação, mas o Presidente orientou a Primeira-Dama dos Estados Unidos, hoje Senadora, e o seu secretariado a acolher e adotar tese semelhante à do Professor Yunus, do Banco do Povo.

Então, sem dúvida nenhuma, o mundo coroa aquele êxito do Banco do Povo. Salvaguardando a atenção deste Senado para o que acontecesse no mundo, queremos nos solidarizar com o Senador Ramez Tebet pelo requerimento, que vamos assinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> poderá subscrever o documento.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Papaléo Paes; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou um homem de sorte, porque foi reconhecida a justeza dos meus dois requerimentos – um endereçado à Real Academia de Ciência da Suécia com um voto de louvor e o outro endereçado a Muhammad Yunus –, e antes mesmo que eu viesse a esta tribuna recebeu a solidariedade de um homem público muito sensível, o Senador Mão Santa, que se antecipou ao autor dos dois requerimentos para em prestar-lhe a sua solidariedade, com muito brilho, o que muito me deixa satisfeito.

É preciso dizer alguma coisa, Senador Papaléo Paes, porque é a primeira vez que assisto a isso. Tenho visto a Real Academia de Ciências da Suécia conceder a pessoas que militam nos diversos ramos da atividade humana os prêmios que ela julga merecer aqueles que são benfeitores da humanidade ou que procuram ajudar a humanidade, seja na Literatura, seja nas Ciências, seja no combate às doenças, em suma, em todas as atividades. Neste ano, Senador Mão Santa, a Academia foi mais longe e deu um prêmio a quem lutou para a paz e escolheu para isso um economista que, durante muitos anos, vem estudando a situação dos excluídos da verdadeira cidadania, que é Muhammad Yunus, fundador de um banco, de uma bem-sucedida instituição de microfinanciamento em Bangladesh.

Esse homem esparramou sua idéia pelo mundo. Está correndo o mundo. Há tentativas em vários países do mundo. Em verdade, é preciso entender que só haverá paz no dia em que acabarmos com a pobreza no mundo; mas acabarmos com essa pobreza de forma digna; acabarmos com essa pobreza de forma honrada; reconhecendo os cidadãos, reconhecendo que ninguém tem culpa por ter nascido filho de rico ou filho de pobre. E que esses últimos, os pobres, mais ajuda merecem. E se eles não têm bens de fortuna, se não herdaram, eles precisam viver e sobreviver; eles têm direito ao pão de cada dia. Eles não querem receber esmola, eles querem trabalhar; eles não têm um título de propriedade, mas têm um título de humanidade, têm de ter um título de cidadania. E ninguém é cidadão passando às portas de um banco, de um estabelecimento de crédito sem que possa lá entrar, ou, ao entrar, ser mal recebido. E quando é recebido, não ser atendido.

Então, a Real Academia de Ciência da Suécia fez esse alerta ao mundo, fez esse alerta às grandes potências do mundo, às grandes instituições financeiras, dizendo: “Vamos ajudar os mais humildes; vamos ajudar os necessitados.”

Fiquei imaginando – e fico pensando – que não é possível continuarmos vivendo desta maneira: quem tem crédito no banco são aqueles que já têm recursos e hipotecam esses recursos ou a maior parte deles para adquirir uma parcela menor do que aquilo que eles estão dando em garantia. E o pobre, porque não tem nada, não tem o que retirar desses estabelecimentos de crédito.

Esses estabelecimentos de crédito, as instituições financeiras todas e os governos precisam entender que há um título, sim, que é o título da dignidade, que é o título da honradez, que é o título de um chefe de família, que é o título de um homem que tem filhos, de uma mulher que trabalha e está lá substituindo seu marido

lá nesses bancos, nessas agências. Do ser humano que estamos homenageando neste momento, as mulheres são as maiores beneficiárias. A inadimplência entre elas quase não existe. Está a mulher valorizando e instituindo a solidariedade, está dizendo o que é solidariedade.

O empréstimo não é feito individualmente. É feito em grupo de quatro ou cinco pessoas. Tudo isso ele vem ensinando e vem pregando. E o País vem tentando. Dirão: “Como está o Brasil nisso?”

O Brasil, Senador Presidente, precisa evoluir nisso – e precisa evoluir muito. Há tentativas aqui, no Brasil. O Banco Popular é uma delas, mas não foi para frente. No Brasil, as coisas, ora estão equilibradas, ora estão inteiramente desequilibradas. Ninguém procura se solidarizar, todo mundo quer lucro. O crédito, no Brasil, é fácil hoje. Hoje, o rico tem crédito. Aliás, eu errei um pouco. O aposentado tem também. Mas sabe por que o aposentado tem crédito no Brasil? Porque não há jeito de ele não pagar o banco, pois ele recebe do Governo e o desconto é feito em folha e ele não pode perder o emprego porque é aposentado. Se ele morrer, parte da sua aposentadoria ainda fica para a sua família. Empréstimo a 2,5% ou 3%, para uma instituição financeira, é o melhor negócio do mundo, Sr. Presidente, Srs. Senadores. E conta-se isso como uma vantagem enorme, como se estivessem fazendo um bem extraordinário ao aposentado. Momentaneamente, pode ser que isso seja verdade, mas quantos não estão mais endividados do que estavam, em razão dessa facilidade desse crédito? Cada um tem a liberdade de escolher, o aposentado é livre e, se quiser o dinheiro, o banco dá. Mas não vamos esquecer dos pequeninhos, Sr. Presidente.

Um editorial na **Folha** de hoje fala que a Real Academia de Ciências da Suécia deu um crédito à paz. O título já diz tudo. Realmente, foi um crédito à paz que se deu a esse banqueiro solidário, a esse banqueiro humano, ao criador desse microcrédito. Ele precisava ser convidado a visitar o Brasil e ser recebido aqui no Senado, para que o ouvíssemos dizer alguma coisa sobre humanitarismo, sobre solidariedade. Assim, ele iria impulsionar o espírito público dos nossos homens para que olhem para aqueles que ainda estão excluídos. Que não os olhem só para dar esmolas, não os olhem só dando benesses, mas que os olhem de modo a transformar essas pessoas em verdadeiros cidadãos da nossa sociedade.

Bem acertada foi a frase de Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU que disse que Muhammad Yunus desenvolveu uma poderosa arma para ajudar a melhorar a vida sobretudo daqueles que mais precisam. O microcrédito é um mecanismo que vai além de dis-



positivos como o Bolsa-Família que nós defendemos, que se limitam a transferir dinheiro dos impostos aos mais pobres. A poderosa arma de Yunus ajuda a incutir o espírito empresarial em larga escala, estimula o empreendedorismo, favorece a criação de renda, de emprego e emancipa o que de mais digno pode existir: o ser humano.

Vamos ser mais solidários, vamos aprender esta lição e aplaudir a Real Academia de Ciências da Suécia, que, este ano – e não digo que saiu do caminho porque ela nunca esteve errada –, encontrou o caminho de dar o recado que a humanidade hoje precisa, que é o recado do combate efetivo à pobreza.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando imaginamos que o mundo está ameaçado com guerras, quando imaginamos que nações poderosas estão construindo armamento mais sofisticado e mais bélico, quando imaginamos que a Organização da Nações Unidas luta, mas luta em vão, para levar a paz ao mundo, acredito que tenhamos que começar pela pessoa do ser humano e que esses grandes que gastam tanto em armamento bélico devam destinar recursos para ajudar aqueles que são necessitados, aqueles que mais precisam.

Por isso trago aqui este requerimento de louvor à Academia de Ciência da Suécia e ao Sr. Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen, que possibilitou pelo menos estudos, que abriu caminho, que está mostrando o caminho, que está abrindo os olhos das nações, que está abrindo os olhos dos ricos, que está abrindo os olhos dos poderosos, fazendo-nos lembrar a frase de Kennedy: “Se não ajudarmos aos poucos que são ricos, como vamos ajudar aos muitos que são pobres?” Vamos ajudar os ricos, mas que os ricos ajudem os pobres, que os ricos ajudem aqueles que precisam, que haja uma pregação de solidariedade, que não assistamos a essa violência indiscriminada que grassa pelo mundo, pelo País, essa insegurança em que todas as famílias hoje estão mergulhadas.

Sr. Presidente, há muito coisa para falar dentro do meu coração. Sei que extrapolei os limites de quem veio defender dois requerimentos, mas acho que o Senado da República do Brasil não pode, nesta hora, deixar de louvar essa atitude da Real Academia de Ciência.

Por isso, faço esse voto de louvor ao outorgante do título e àquele que o recebeu e a sugestão de que o Senado da República do Brasil faça um convite ao beneficiário desse título, para que ele venha ao País, que seja recebido por nós, em uma das comissões ou no plenário do Senado da República, e possamos discutir qual a melhor maneira de, no Brasil, aplicarmos a efetiva filosofia do microcrédito, porque cada país é diferente do outro.

O Brasil precisa encontrar o seu próprio caminho. Este caminho a ser percorrido há de ser o de trazer os excluídos para a inclusão em todos os sentidos, melhorar-lhes a qualidade de vida, fazer com que o seu trabalho seja aproveitado, fazer com que eles saiam das mãos dos agiotas, lembrando-nos de que tudo começou com Yunus, quando uma mulher o procurou – não nos esqueçamos da lição – e disse que tomava dinheiro de um ser humano, de uma outra pessoa que lhe emprestava o dinheiro, fazia suas cestas, seu artesanato, mas, quando o vendia, o dinheiro ficava todo para o agiota. Ele ficou sensibilizado e começou a pensar, a raciocinar, a trabalhar. Então, instalou o crédito, com êxito. Tomara que tenhamos êxito no Brasil e encontremos o melhor caminho para o microcrédito no nosso País.

São os votos que formulo na esperança de que esses dois requerimentos sejam aprovados no instante em que forem colocados em votação por unanimidade de nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Ramez Tebet, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela brilhante lembrança e garantir que a Mesa encaminhará os votos de louvor solicitados nos requerimentos de autoria de V. Ex<sup>a</sup> e subscritos pelos Senadores Mão Santa, Papaléo Paes e Roberto Saturnino.

Os Requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.043, DE 2006**  
(Do Senador Pedro Simon)

**Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado de nº 209, de 2003 e de nº 48, de 2005, que já tramitam em conjunto.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência a tramitação conjunta das seguintes proposições: Projeto de Lei do Senado de nº 193, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, que acrescenta o inciso IX, ao artigo 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; com os Projetos de Lei do Senado nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e o de nº 48, de 2005, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que dão nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tomar mais eficiente a perseguição penal dos crimes



de lavagem de dinheiro. Todos os projetos são de tema correlato, sendo que os dois últimos projetos supracitados já estão sob minha análise, para sobre eles emitir relatório pela Comissão de Assuntos Econômicos.

### Justificação

Os projetos de lei do Senado acima citados propõem alterações substanciais na Lei nº 9.613/98 para torná-la mais eficiente para o combate ao crime de lavagem de dinheiro. Logo é oportuna a apensação e apreciação conjunta destas proposições.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

#### O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

#### O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo na ordem de inscrição.

S. Ex<sup>a</sup> tem até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, a satisfação em rever o Senador Ramez Tebet é enorme, pois ele simboliza uma esperança para aqueles que construíram o MDB, o PMDB, e busca forças ao enfrentar problemas de saúde. O Senador Ramez Tebet é um vencedor e coloca este Senado atualizado quando presta homenagem a um dos homens mais importantes da atualidade.

Senador Papaléo Paes, o Professor Yunus é indiano.

Atentai bem, Ramez Tebet: a Índia, antes do Professor Yunus, era um dos países atrasados e, hoje, cresce 10% ao ano, como a China, o Japão, Taiwan e a Rússia. E este Brasil grande cresce ganhando por pouco do Haiti, que está em guerra. O Professor Yunus é um economista indiano que estudou nos Estados Unidos. Depois, dedicou-se à vida universitária. Foi economista e criou esse banco com o apoio dos universitários, que serviu à mulher indiana, que, pelos costumes da religiosidade, vivia com muitas dificuldades. Ele conseguiu esse crédito para que elas conseguissem independência e a participação e a valorização da mulher. A Índia hoje é um dos países mais avançados e cresce mais de 10% ao ano. Talvez seja este o reconhecimento da

Suécia: a escolha de Muhammad Yunus para receber o Prêmio Nobel da Paz.

Senador Papaléo Paes, muitas vezes, neste plenário, eu ventilava a idéia de que o PT devia buscar a inspiração no Banco do Povo do Professor Yunus, de Bangladesh, o Banco Grameen. Tanto é verdade que, até nos Estados Unidos, país forte, com rede bancária internacional, ele conseguiu ter um diálogo com Hillary Clinton. De repente, ele estava falando com o Presidente Bill Clinton, que, não podendo colocar, em sua programação orçamentária, o Grameen, por pressões daquele país capitalista e cheio de bancos potentes, orientou a esposa e secretários para que o banco fosse implantado nas regiões mais pobres dos Estados Unidos. É uma pena que o Brasil tenha esquecido esse exemplo, que agora todo o mundo apóia.

Ele se baseia essencialmente, Senador Papaléo Paes, em um crédito longo e coletivo. Dezenas de pessoas o recebem simultaneamente. Um fica responsável pelo outro, de tal maneira que todos cumprem os compromissos assumidos. O empréstimo é a longo prazo, diferente dos nossos do Brasil; é diferente do empréstimo consignado, uma das maiores desgraças que o PT trouxe para este País.

Atentai bem: o empréstimo consignado permite aos funcionários públicos de todos os Estados e aos aposentados receberem empréstimos de quase 3% de juros ao mês – ao ano, juro sobre juro, chega a 40%. Nossos velhos aposentados honrados, corretos e direitos, ao receberem o desconto em seu contracheque, tornaram-se vítimas de uma propaganda enganosa que dizia ser um bom negócio. Não é um bom negócio. O juro é muito alto, de mais de 40% ao ano. Fizeram propaganda enganosa, publicidade na mídia, dizendo que era um negócio bom, de pouco mais de 2% de juros, mas ao mês. É juro sobre juro. Tem havido casos de suicídios de pessoas que aderiram a esse empréstimo. Velhos aposentados corretos e decentes estão com seus orçamentos comprometidos. Muitos daqueles poucos cruzados que ganham de aposentadoria estavam comprometidos com medicamentos. Essa é a verdade e é essa a homenagem da fundação da Suécia que criou esse prêmio Nobel, que agora homenageia o Professor Yunus.

Senador Roberto Saturnino, está escrito no livro de um tal Crivella, que é do seu Estado, e eu tenho muito *e-mail* aqui para debater. Outro dia, perguntei a ele se estava na Bíblia aquela sabedoria que diz: “Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Ele, que é teólogo, disse que isso não estava na Bíblia. No entanto, Senador Vitalício Carreiro, isso aqui apresenta

muita publicidade, e há dezenas de pastores dizendo que não existe essa passagem, mas que há palavras de outros evangelhos que, no fim, dizem o mesmo.

Está na Bíblia que, sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito. E o tempo agora é de eleição. Entendo que a eleição surgiu porque a democracia surgiu, e isso foi uma das conquistas mais belas da humanidade.

Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, somos animais sociáveis, políticos. Aristóteles disse isso antes de Cristo, e ninguém o contestou. Como animais políticos e sociáveis, vivemos em sociedade, em comunidade e sempre buscamos a melhor forma de governo. Tivemos muitas formas de governo. A que predominou foi a Monarquia, porque havia a mitologia segundo a qual o rei era um deus na terra. Então, conseguia governar por mais tempo com a força mitológica de que o rei era um ungido, um deus na terra, como Deus seria o rei do céu.

Ulysses Guimarães, que é recente, disse: “Ouça a voz rouca das ruas”, que é o povo. O povo ia mal. Era bom para o rei, pois ele era perpétuo, passava o poder para o seu filho. Era bom para quem estava no Palácio. Era bom demais para eles, mas o povo, esquecido, não estava satisfeito. Então, esse povo começou a contestar. Foi o povo que derrubou o rei, passando a gritar nas ruas: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Com esse grito, caíram todos os reis do mundo.

Aqui as coisas são lentas, Professor Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino foi um homem do MDB, nos tempos do Brossard, que o citava como um... Ele era mais valente que nós somos hoje, Senador Papaléo Paes. Esse foi do tempo do Brossard, e nós o vemos hoje no Governo. Mas ele foi do tempo da ditadura. Paulo Brossard disse uma frase muito interessante: “Oposição não pede licença para fazer oposição.” Então, eu não vou pedir licença a esses metidos a dono do mundo aqui do Senado Federal.

Senador Papaléo Paes, Paulo Brossard foi um “gigante tão grande” que ele chegou aqui – aqui era a mesma coisa – e disse que, como naquele tempo o Rio Grande do Sul tinha aproximadamente três milhões de habitantes, ele representava um milhão de gaúchos, um terço dos gaúchos, porque o Estado somente tem três Senadores.

Isso foi pelos anos de 1975, na época da ditadura. Agora, há essa corrupção que é pior que a ditadura. A ditadura fez o ato institucional, mas preservava a Justiça; o juiz tinha moral, tinha força, tinha independência. Agora, está pior. Eu vivi a ditadura, eu combati a ditadura.

Nós vivemos um momento muito pior que a ditadura. É a corrupção, é um mar de lama. A perda de todas as virtudes, de todos valores humanos está campeando. Vivemos o pior momento do Brasil.

Olavo Bilac disse na minha mocidade: “Criança, não verás nenhum país como este”. Quem ousa dizer... Um país de corrupção, de indecência, de indignidade, de maus exemplos. Bilac disse naquele tempo. Hoje não há um poeta! Mande que esses compositores, mande que Chico Buarque de Hollanda cante e decante: “Criança, não verás nenhum país como este”. Este é o país da corrupção, do desemprego, da imoralidade, de um Congresso corrupto, assim como os Poderes Executivo e Judiciário. E é porque está escrito aqui.

Então, todos estamos participando nessa coisa construída pelo povo, a democracia. Nasceu “o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Esta é a definição de Abraham Lincoln para a democracia.

O que eles deferiram logo? Os franceses, por intermédio de Montesquieu, diziam que o rei era absoluto, uno – ele julgava, pedia, soltava, administrava –, e dividiram esse poder. Aqui estão os Poderes.

Além disso, o homem, com sua inteligência, criou uma pérola, uma jóia da democracia: a alternância do poder. Na democracia, o povo é soberano, é forte, é quem decide, é quem escolhe, é quem vota. O povo é livre, o povo elege e tira. O sujeito vota. Eu votei em Lula. E como trabalhei! Não sei se o Senador Papaléo votou, mas eu votei. Fui enganado. Aliás, eu não, o Brasil todo. Eles eram sérios, honestos, honrados, éticos. Que coisa! Nunca vi!

Estudo a História do Brasil. Conheço tudo, desde Pedro Álvares Cabral. Fomos governados por portugueses. Vieram as capitânicas hereditárias, veio o governo-geral, vieram os imperadores – Dom Pedro I, Dom Pedro II, sua filha –, veio a República, os militares da Primeira República, depois o governo civil ditatorial de Vargas.

Vargas era um homem muito bom, muito honesto e honrado. Saiu depois de 15 anos e não tinha uma geladeira. Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> sabe dessa? S. Ex<sup>a</sup> tem um livro sobre Vargas. É varguista. Quem sou eu para aconselhá-lo. Ele é o meu Roberto Carlos. Então, disse-lhe: aumente a sua experiência. Mas quero dar-lhe esses ensinamentos sobre Vargas. Isso é muito bom para o PT, é muito bom para você brasileiro, para você brasileira. Vargas, quando saiu, depois de 15 anos, não tinha uma geladeira, daquelas movidas à querosene, da Electrolux. Meu avô tinha três. Meu avô era empresário. Tinha três. Só para que V. Ex<sup>as</sup> tenham noção. Lá no Piauí, tinha uma na

empresa dele, uma na casa dele e outra na casa de praia dele.

Meu avô tinha três. Getúlio, após 15 anos na Presidência, não tinha uma geladeira! Ele foi para sua fazenda e lá não tinha luz elétrica. Hoje o que fazem eles? Eu os conheci de chinelo, na fila do ônibus. Estão todos com Hilux, ricos, milionários, com os melhores apartamentos. Que negócio é esse? Nunca se roubou tanto, em tão pouco tempo, neste País! Quem não os conhecia? Senador Papaléo, você não deu carona para eles? Eu dei carona para muitos do PT que estão aí, milionários. Eles estavam na fila dos ônibus, de chinelos. Hoje estão com Hilux, são os mais ricos e os mais poderosos.

Senador Saturnino, vou conceder-lhe o aparte, porque quero aprender sobre Getúlio. Sei que ele saiu, após 15 anos, sem uma geladeira. Aí um amigo paulista, Papaléo, ofereceu-lhe uma geladeira. Ele, no poder, por causa da ética, não quis aceitar. Mas aí outro amigo pediu-lhe que aceitasse o presente do empresário paulista. Ele levou a geladeira para São Borja. Era geladeira a querosene. Tinha querosene lá, tinha um espelho metálico. Meu avô gritava: “Menino, vá ver a chama!” Isso porque, quando havia fumaça, não gerava. Eu não sei qual o mecanismo. O Saturnino conhece aquela geladeira, porque ele tem mais idade do que eu.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Conheço.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu abaixava lá para ajeitar a chama. Aí gelava. Getúlio não tinha uma, mas acabou recebendo e, depois, em suas memórias, ele conta isso. Eu até gostei, porque tomava um sorvete à noite... Quinze anos, ó exemplo! Felizes somos nós, brasileiros e brasileiras, que não precisamos buscar exemplos em outras pátrias, em outra história. O exemplo está aqui mesmo.

Quinze anos, atentai bem! Presidente Lula, seu filho está com dinheiro demais. Como é que pode? O Presidente Getúlio Vargas passou 15 anos e saiu sem uma geladeira Electrolux. E seu filho ganha logo R\$5 milhões e entra como sócio. Que gênio é esse? Que estrondo é esse? Ele não ganhou o Prêmio Nobel de Tecnologia de Comunicação! Que negócio é esse?

Fico a pensar, Senador Roberto Saturnino. O Presidente Getúlio passou 15 anos, e já tinha sido um bocado de coisa antes de ser Presidente – não é verdade, Saturnino? Em 15 anos, e ele saiu sem uma geladeira. E vejo o filho do Presidente Lula com R\$5 milhões, e ele não ganhou nenhum prêmio de economia, de gênio, de administração. Não vi.

Esse período é para reflexão.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino, que foi o melhor prefeito que já existiu. Ele era companheiro do Brossard, que era brabo, era exigente, era mais duro do que eu hoje. Ele era contra a ditadura. Mas quero lhe dizer que hoje está pior do que na época da ditadura. Aqui é o mar da corrupção.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Mão Santa. Os pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup> são sempre assistidos com muita atenção e muita consideração. E dou o testemunho de que V. Ex<sup>a</sup> insiste comigo para que eu escreva mais sobre Getúlio Vargas, este que foi, a meu juízo, o maior estadista que o País já teve, o fundador do Estado nacional brasileiro, enfim, do Estado Republicano nacional brasileiro. Mas acontece que sou mais velho que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E mais sábio.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Não; mais sábio, não; mais experiente, porque mais velho. Vivi os tempos de Getúlio e lembro, Senador Mão Santa, que hoje, com as perspectivas históricas que temos, 50 anos passados, V. Ex<sup>a</sup> e todos os brasileiros podem fazer o juízo da honestidade e da honradez de Getúlio Vargas. Mas, naquele momento, em 1954, a população brasileira não podia fazer esse juízo, porque as acusações, Senador Mão Santa, eram tão grandes, mas tão grandes que o juízo que se podia fazer ao ler os jornais era de que Getúlio era o maior corrupto da História do Brasil. Essa expressão “mar de lama” foi cunhada naquele momento. Aquele gênio destruidor que se chamava Carlos Lacerda cunhou essa expressão, que toda imprensa brasileira repercutiu. Por isso, a classe média brasileira tinha ódio ao Getúlio, que, para não ser deposto, pois ia sê-lo, deu um tiro no coração. E, de repente, o povo trabalhador despertou, porque também já estava influenciado por aquela campanha, que foi terrível, Senador Mão Santa, que vi e vivi. Então, é por isso que, para se fazerem juízos bons ou mais perfeitos, mais definitivos, temos de dar um tempo e não nos apressarmos em embarcar na onda de uma campanha em um momento em que entram em jogo muitos interesses, inclusive de grandes grupos econômicos. É preciso um pouco mais de perspectiva de tempo, o que hoje temos. Daí por que podemos fazer o juízo de Vargas. Mas eu, que vi as acusações, naquele momento, parecia que todo o Brasil acreditava que Vargas era o maior corrupto do País. E hoje, no entanto, V. Ex<sup>a</sup> está na tribuna a demonstrar que não era verdade. Então, é preciso ter cautela e esperar o tempo, que se encarregará de mostrar tudo. A perspectiva do tempo

traz a verdade à tona. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e por essa referência ao maior estadista que o Brasil teve, que foi Getúlio Vargas.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, já mudei de opinião. Quero escrever o livro em co-autoria com V. Ex<sup>a</sup>, porque a verdade não é bem essa. Vamos escrevê-lo juntos. Primeiro, houve dois períodos de Vargas, mas me refiro ao ditatorial. Ele era um homem bom, honrado e honesto, um exemplo para o Lula. Li o diário dele **Dia-a-Dia**... V. Ex<sup>a</sup> leu? O de V. Ex<sup>a</sup> é pequenininho, mas é como um perfume francês: pequeno e de muito valor.

Então, não vamos confundir. No primeiro período, para ele entrar, houve uma guerra. Depois, os paulistas quiseram botá-lo para fora, em 1932, uma outra guerra. Por fim, veio a Segunda Guerra Mundial. Então, aquele homem bom, honesto e honrado enfrentou três guerras. Depois, ele... Não porque o povo não quisesse, porque ele era bom, honrado, trabalhador, saía do Catete e ia para a Cinelândia, sozinho, para ir ao cinema. V. Ex<sup>a</sup> talvez tenha acompanhado isso, porque morava no Rio; eu só sei de história. Então, o maior fenômeno do mundo, Winston Churchill, venceu os países totalitários, contra Hitler e Mussolini. Venceu a democracia, pois tinham gritado liberdade, igualdade. Ele, então, cedeu pacificamente, e foi eleito Dutra, que criou dois partidos.

Quando ele voltou... Eu conheci Vargas. O meu tio era Prefeito de Ipanema em agosto de 1950, e ele foi lá, em campanha política, e eu vi Getúlio. Mas não vamos misturar as coisas para defender o PT. Defender o PT é muito complicado. Então, eu o vi, com um charutão, em uma rede, de branco, e aquele Gregório, que era a defesa pessoal dele, de branco, de terno. Sim, em agosto de 1950, eu era menino, tinha oito anos, e o vi.

Aí, ele foi eleito. Voltou nos braços do povo. Atentai bem, a verdade: ele era um homem bom, puro. E seus puxa-sacos, do jeito que o Lula está aí... Os dele eram menos, mas os do Lula são uns quarenta. Quem disse foi o único homem que tem vergonha neste País, o da Justiça, o do Ministério, que denunciou quarenta. Aquele homem merece um talho igual ao de Rui Barbosa no Ministério Público. E nós deveríamos fazer.

Então, o Lula tinha.... Temos de esclarecer e falar. Aqui ninguém pode difamar o Getúlio. Houve isso. Uma posição forte de Lacerda e aqueles puxa-sacos – como Lula, tem muito pior. Todos ladrões. E matam também. Mataram lá em Santo André. O PT é essa organização criminosa.

Então, eles pegaram o moreno, o Gregório, que tinha vindo em 1930 com Getúlio, rapazinho da fazenda, e, ouvindo aquilo – dos grandalhões –, disse: “A gente tem é de acabar com esse Lacerda. Dar fim. Não pode falar do nosso patrão e do nosso chefe”. E ele tramou. Getúlio, puro, não era de matar ninguém. Eu li **Memórias de um Cárcere**, de Graciliano Ramos, que diz que ditadura nenhuma é boa. Eu estou contando a História.

Então, meteram o “neguinho”, que era o Gregório, que tinha vindo menino com ele, inspirado pelos “puxa-sacos”, aqueles mesmo que estão em torno do Lula, aquela quadrilha de bandidos – só que, na época, era contável; agora, é incontável: a diferença é essa. E o Gregório, então, planejou. A última visita que ele fez foi a Juscelino Kubitschek. E é bom a História registrar, pois a imprensa, essa mídia mentirosa que ainda hoje persiste aumentada e multiplicada, dizia: “Não, não houve nada, nada, nada”. Mas, desta tribuna, um homem, um Senador, Afonso Arinos, que representou... V. Ex<sup>a</sup> está na cadeira dele; ele era mineiro, mas foi eleito pelo povo da Guanabara e foi a inspiração na nova Constituinte cidadã... Então, Afonso Arinos, desta tribuna, disse – a mídia toda e o DIP diziam: “Não, não foi nada, não houve atentado, é só conversa”. Afonso Arinos – e V. Ex<sup>a</sup>, com muita dignidade, está ocupando a cadeira dele e também é um homem digno, correto e probo – disse assim: “Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? Há um mar de lama no País”. E o Getúlio, bom, só tinha uma saída.

Daí por que pergunto ao Crivella, que está tonto e ainda não sabe receber, e eu tenho todos estes *e-mails* aqui dando passagem semelhante: “Diga-me com quem andas, e dir-te-ei quem és”. Essa é a pergunta que fiz ao Presidente Lula. Se está na Bíblia ou não... Mas todos estes *e-mails* são de pastores dando citação semelhante.

“Será mentira a viúva? Será mentira o órfão?” Esse discurso foi pronunciado em 18 de agosto. No dia 24, com a pressão, Getúlio, para não entrar numa guerra civil, saiu da vida para entrar na História e, com certeza, no céu, porque não é por um segundo, mas por uma vida que Deus vai nos julgar. A vida dele foi essa, um exemplo, e V. Ex<sup>a</sup> tem o dever, a obrigação de ensinar a vida de Getúlio para todo o PT aprender a ser honesto.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Tenho vários *e-mails*...



Papaléo, você vai falar daqui a pouco, eu irei para a Presidência e lhe concederei a palavra. Vou sintetizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Vamos já. Vou sintetizar.

Aqui tem um artigo do Boris Casoy: “É uma vergonha!” Cadê o Boris Casoy? Brasileira e brasileiro, vote em respeito ao Boris Casoy, vote pela democracia, pela alternância no poder. Ele foi afastado, foi alijado.

Tem outro *e-mail*, Saturnino, bem curioso. Ele coloca cem pecados do Governo Lula. O Papaléo não vai deixar que eu leia os cem, mas está aqui o *e-mail*, que vou dar para o Saturnino.

Tenho também o de uma mulher. Toda mulher é bacana, é verdadeira: a Cláudia de Pilatos, Verônica, as três Marias. O *e-mail* tem o título “Simplesmente corajosa”. Diz ele: “Presidente, vá se danar!” Vou dizer o nome dela para que vocês busquem no *e-mail* esse artigo que ela mandou: Adriana Vandoni Curvo. Ela é professora de Economia, consultora, especialista em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

Saturnino, vá conversar com essa mulher, simplesmente corajosa, que disse: “Presidente, vá se danar!”

Tenho vários outros, mas há um com o qual vou terminar.

Há coisas jocosas também, pois o povo é sábio. “Virei a casaca: Lula para Presidente! Para Presidente Bernardes ou para Presidente Wenceslau, presídios de segurança máxima, já!”

Então, brasileiras e brasileiros, atentai bem! Alternância no poder. O Lula está numa boa. O Saturnino foi quem votou. Café Filho não tinha emprego e estava passando necessidade; então, eles criaram uma pensão para ex-Presidente. Além da que ele tem, aquela aposentadoria do dedo, ele vai ganhar uma de ex-Presidente da República. Aí, ele vai viajar com a D<sup>a</sup> Marisa, e nós vamos esperar aquilo que a hierarquia do saber, aquele jovem... Presidente Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> está aí, mas embaixo da figura de Cristo. Está de castigo, mas vai ouvir: Deus não abandona seu povo.

O mundo estava ruim e teve que haver um dilúvio. Noé dá um jeito para perpetuar a espécie. Golias, o monstro, melhor do que o PT... Davi, cuida desse Golias! O povo escravo, e Moisés ainda mandou o irmão Arão para libertar o povo escravo. Para o Brasil, também lascado nesse mar de corrupção, Deus preparou um homem que estudou. Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup>

está aí porque estudou. O estudo leva à sabedoria. Médico – falo isso em causa própria – é privilegiado, porque ele tem um Código de Ética, tem o juramento de Hipócrates. Ele tem um Código de Ética quando começa a profissão e que leva para onde vai. Daí homenagearmos Juscelino Kubitschek, que também foi vereador, foi Deputado Estadual, foi Deputado Federal. Lula não foi nem Vereador. Ele não fez o juramento de Hipócrates, não foi Deputado Estadual, não foi Prefeito. Foi apenas Deputado Federal, e comparem os dois, Lula e Alckmin. Alckmin: o SUS, a Lei do Consumidor, vice-governador e governador.

Papaléo, não tem o DNA, as Leis de Mendel, a genética, a Bíblia? A árvore boa dá bons frutos. Alckmin é fruto do maior e mais honrado homem que conheci na política: Mário Covas. Eu conheci todos, eu os conheço. Geraldo Alckmin é filho de Mário Covas. A árvore boa dá bons frutos.

Então, para um país decente, Geraldo Alckmin Presidente!

Muito obrigado, Papaléo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Solicito ao Senador Mão Santa...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> utilizar a palavra pela Liderança do PT?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por cinco minutos. Logo em seguida farei uso da palavra como orador inscrito.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores telespectadores, senhoras e senhores presentes, imprensa, muita gente comemorou o desempenho do Sr. Geraldo Alckmin no debate da Band. Dois dias depois, o resultado da pesquisa, que já refletiu o debate, apresentou um dado sobre o qual penso que todos devemos refletir. Se há pessoas que desrespeitam a figura do Presidente da República, o resultado da pesquisa demonstrou, por outro lado, de forma muito clara, que o povo respeita, a maioria da população respeita, até porque ninguém chega à Presidência da República sem ter o apoio e o voto da maioria da população.

Eleição, efetivamente, é o ponto alto de qualquer democracia, é o processo que todos temos de preser-



var e de que temos que cuidar, para que ele seja um processo de elevação dos espíritos, pelo qual as pessoas, ao participarem das atividades de campanha, ao ouvirem os programas e os debates, possam melhorar a democracia. Tenho o entendimento de que o debate deve ser muito duro, firme ou muito forte, mas sempre respeitoso. Não só os temas são importantes, mas também é importante a forma como eles são tratados.

O que me traz à tribuna pela segunda vez, nesta tarde de segunda-feira, é algo que só posso lamentar: a forma de conduzir o debate. Volto a dizer que ele tem que ser firme. Se a Oposição tem críticas – e penso que tem – a fazer ao Governo, à postura, deve fazê-lo de forma contundente, mas nunca de forma a afrontar a instituição Presidência da República, nem de forma a afrontar a legislação em vigor. E digo mais: determinadas formas estão me assustando muito.

Trago à tribuna algo que só estou trazendo porque vi. Em princípio, não acreditei. Depois, comecei a ter notícia, mas continuei não acreditando. Porém, não é apenas no meu Estado, mas é também em outros Estados. Parece que até está bastante disseminado. Só posso lamentar que isso esteja acontecendo, porque fazer a campanha ou o debate pelo viés do preconceito é algo que só pode ser e tem que ser repudiado por todos aqueles que acreditam que o incentivo ao preconceito, à discriminação é algo que nenhuma pessoa pode admitir e ficar quieta.

Quando se incentiva o preconceito, quando se incentiva a discriminação, está-se criando o caldo de cultura dos episódios lamentáveis que, infelizmente, no nosso País e na história da humanidade, estão aí às dezenas, às centenas, aos milhares. São exemplos que colocam a humanidade em patamar que, às vezes, nos leva a desconfiar se foi uma pessoa que praticou aquele ato. Depois, vai-se perceber que aquele ato violento, discriminatório e preconceituoso foi fruto desse caldo de cultura que leva as pessoas a acharem normal bater em mulher, tocar fogo no índio ou, como já aconteceu, um Estado ter uma política de eliminação dos inferiores ou dos portadores de qualquer tipo de deficiência, em nome da raça superior.

Portanto, numa campanha eleitoral, qualquer utilização de símbolo preconceituoso, qualquer utilização que incentive o ódio ou crie um clima em que as pessoas se confrontem não num confronto sadio, das idéias e das divergências ideológicas a respeito das propostas, de como serão conduzidos os próximos anos, de como será governado o País, de como serão executadas as ações na área da saúde, educação, saneamento e habitação, nós temos que lamentar. Mas

quando trazem uma característica física ou algo que simbolize o incentivo ao preconceito – eu esperava não trazer isso à tribuna – eu só tenho que lamentar. E pensei que era um fato muito restrito.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço ao Senador Mão Santa que me conceda alguns minutos a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, seu tempo era cinco minutos, e já o prorrogamos três vezes, pela sua bela oratória. Estamos ouvindo V. Ex<sup>a</sup> atentamente.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Mão Santa, não trago esse assunto como Senadora, não, mas como cidadã brasileira, que quer – aí está o Senador Pedro Simon, que, tenho certeza absoluta, vai comungar comigo – o melhor para o nosso País, que quer que este País continue cada vez mais no caminho de uma sociedade em que os valores da fraternidade e do respeito sejam cada vez mais valorizados.

Inicialmente, vi alguns carros com o adesivo. Quando olhei, não acreditei. Não acreditei que alguém pudesse colocar em seu carro um adesivo com uma mão com um dedo a menos e um sinal de proibido. O primeiro adesivo que vi me assustou. Depois, vi mais carros com ele. Não são poucos, estão espalhados. No meu Estado, estão espalhados. Depois, me mostraram que estão na Internet, no *Orkut*. Algumas comunidades o estão divulgando. Fiquei sabendo que, no Rio Grande do Sul, uma juíza ordenou a apreensão dos adesivos que estavam sendo distribuídos no Brique da Redenção.

No Brasil, só no ano passado, Senador Pedro Simon, 528 mil pessoas sofreram acidentes de trabalho. Perderam um dedo, uma mão, um braço, uma perna, um olho, fruto de seu trabalho e das condições muitas vezes desumanas em que trabalham. Qualquer utilização de uma figura que relembre esse problema social, que é discriminatória e que risca discriminatoriamente uma pessoa da sociedade, é lamentável.

Mas há pessoas fazendo outro tipo de interpretação mais grave ainda.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço, por favor, mais tempo sem que houvesse interrupção, porque o que estou abordando não é qualquer coisa, Senador Mão Santa. Divulgações desse tipo são feitas pela Internet; são divulgações que estão nos carros. Diversos modelitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, estamos obedecendo o Regimento. V. Ex<sup>a</sup> dispôs de cinco minutos, que já foram prorrogados por mais cinco.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois é. Mas, muitas vezes, V. Ex<sup>a</sup> fala horas e horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há tolerância em respeito à Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – São diversos modelos. Eu tive o cuidado de riscar as placas, Senador Pedro Simon. Está disseminado. Vejam a foto do Brique da Redenção que saiu nos jornais.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> não tem direito a aparte, e o grande e extraordinário Senador Pedro Simon não vai contra o Regimento.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Posso continuar?

Inclusive, vi uma cena de agressividade de uma senhora com uma criança, retrucando o jovem que estava tentando ofertar um adesivo de campanha. Pessoas estão com o adesivo nas costas, fazendo campanha de um candidato.

Senador Pedro Simon, a Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 5º (...)

(...)

XLI – A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Não é legal utilizar algo que simboliza uma pessoa vítima de acidente de trabalho. Volto a dizer que, somente no ano passado, meio milhão de brasileiras e brasileiros foram acidentados no trabalho. Além de isso ser atentatório à Constituição Federal, não faltam temas para debatermos, e até penso que não faltam críticas a serem feitas. Portanto, não há falta de assunto neste processo eleitoral. Por que o preconceito tem de vir dessa forma e desse jeito, afrontando?

Assisti a pessoas batendo boca na rua, Senador Pedro Simon! Havia pessoas em frente a um carro, dizendo: “Tire esse adesivo, porque sou vítima de acidente de trabalho. Não posso admitir que se coloque isso no carro”.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Ao fazê-lo, não se está somente atingindo eleitoralmen-

te a figura de alguém que perdeu um dedo, vítima de um acidente de trabalho, e que está na Presidência da República, mas se está atingindo nada mais nada menos que meio milhão de brasileiros que, infelizmente, sofrem acidentes de trabalho todos os anos ou os quase 26 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência física ou mental.

Não vai ser por aí. E quero aqui pedir que todas as pessoas que querem o bem do País, que querem a fraternidade vigorando em nosso País, todos aqueles que não querem o clima de ódio,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Saturnino, lamento informar que regimentalmente não há aparte. Cortei o do extraordinário Líder Pedro Simon, que se iguala a V. Ex<sup>a</sup>.

Em obediência ao Regimento, Senadora, mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Queria dizer que é uma pena que eu não possa conceder os apartes. Talvez o assunto possa ficar nas próximas falas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, não é pena. É Regimento Interno.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – O Regimento aqui é bastante conveniente.

Mas não me interessa porque, pelo o que eu vi de reação das pessoas na rua, o sentimento que trago é o sentimento de todos aqueles que acreditam no País sem preconceito; daqueles que acreditam no País de convivência fraterna entre as pessoas; de um País que quer que todos tenham os seus direitos, a sua inclusão, o seu papel, a sua valorização.

Vou levar isto que eu fotografei e que me chegou, as reportagens que tenho... Quero inclusive pedir – não vou nem utilizar meu *e-mail* do Senado –, quem quiser me mandar mais fotos infelizes como estas pode usar o meu *e-mail* particular. É [ideli@ideli.com.br](mailto:ideli@ideli.com.br). Quero, ainda hoje, encaminhar ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral o material que já me chegou para que S. Ex<sup>a</sup> tome as providências cabíveis. Espero também que todos os democratas deste País, os que entendem que este País só poderá ser melhor com fraternidade e amor – e não com preconceito – se manifestem de forma contundente contra essa veiculação infeliz, execrável, abominável. Nenhum brasileiro ou brasileira pode calar-se frente a ela.

Agradeço-lhe, Senador Mão Santa.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário,*

*deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Papaléo Paes, do Estado do Amapá. S. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, dispõe de até 20 minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Mão Santa.

Antes de iniciar meu pronunciamento, quero registrar aqui a presença de dois Senadores reeleitos: o Senador Tião Viana, reeleito pelo Estado do Acre, e o grande Senador, nosso grande mestre, Pedro Simon, reeleito pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Eu estava atento ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti e, sinceramente, não entendi a mensagem de S. Ex<sup>a</sup>. Não sei se ela estava fazendo uma referência abrangente àqueles que têm deficiência física ou se estava fazendo uma referência única e exclusivamente a propagandas clandestinas que se relacionam à situação de o Presidente da República não ser portador de um dos dedos da mão. Não entendi, sinceramente. Mas a Senadora há de convir que são situações de campanha; ou seja, calúnias, difamações, desinformações, agressões. Logicamente que isso, a rigor da lei, não é permitido, mas a clandestinidade impõe essas situações a todos nós. S. Ex<sup>a</sup> não deve esquecer que o PT, antes de chegar ao poder, era um dos que mais articulavam esse tipo de calúnia, de difamação contra aqueles com que estava lutando.

Então, eu assisti a uma grande dramatização na tribuna que, com toda a sinceridade, não consegui entender. Quero aqui prestar a minha solidariedade à Senadora com relação ao uso político de alguma situação que envolva pessoas com deficiência física. Mas, sinceramente, Senadora, não a estou criticando; estou apenas dizendo que não entendi o seu pronunciamento. Pareceu-me que V. Ex<sup>a</sup> estava se referindo ao fato de o Presidente não ter um dos dedos da mão e de estarem fazendo, clandestinamente, propagandas usando isso como uma forma de agredir a figura do Presidente da República, coisa que abominamos. Tenha certeza absoluta de que essas ações clandestinas não têm nenhuma ligação com o PSDB, não têm nenhuma ligação com qualquer um daqueles que fazem política de forma séria, correta e que querem o bem deste País.

Se V. Ex<sup>a</sup> não estava prestando atenção, quero redizer aqui o que disse. Antes de chegar ao poder, o PT era um exímio produtor de factóides, de “mentiróides”,

de tudo que realmente pudesse aferir a honra e a dignidade de quem estava no poder. Então, ele está colhendo o que plantou, se for esse o caso. Se for questão puramente relacionada à deficiência física do Presidente da República, receba o meu respeito, a minha solidariedade. Não admito, de qualquer forma, que se usem esses artifícios para tentar colocar o Presidente da República em situação de inferioridade ou descrédito.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Senador, fiz um pronunciamento com a indignação que me cabe; é uma indignação legítima de todas as pessoas que não admitem ver qualquer tipo de veiculação de preconceito e de discriminação para qualquer cidadão ou cidadã do nosso País. Fiz questão de mostrar as fotos porque tenho certeza absoluta – e espero mesmo – que o comando da campanha do PSDB e do PFL tome uma posição pública de repudiar esse tipo de coisa. Não fiz um registro na tribuna, mas vou fazê-lo agora no aparte. No caso do Rio Grande do Sul – e está aqui o Senador Pedro Simon que pode testemunhar –, a Justiça apreendeu o material ofensivo ao Presidente Lula a partir da ordem da Juíza da 2<sup>a</sup> Zona Eleitoral, Dr<sup>a</sup> Ângela Maria Silveira, que determinou busca e apreensão de material de propaganda com clara manifestação preconceituosa em relação ao Presidente e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva; os adesivos estavam sendo distribuídos pelo PSDB nesse domingo no Brique da Redenção. Eu não tinha feito a leitura da matéria na tribuna porque eu não queria trazer este assunto sob a ótica partidária. Mas tenho a convicção, Senador, de que a tradição e a história do PSDB não podem, em hipótese alguma, estar conjugadas a esse tipo de procedimento. Por isso fiz questão de, na tribuna, não fazer referência. Mas como V. Ex<sup>a</sup> disse que eu estava um pouco passional, obriguei-me...

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Não falei em passionalidade, não.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – ... inclusive a dar o registro de um fato: a própria Justiça identificou quem estava distribuindo e fez a apreensão do material. Mas está disseminado. Mostrei aqui carros sem adesivos algum, outros, com adesivo conjugado de candidato a Presidente com o ofensivo às vítimas de acidente de trabalho. Agora, espero sinceramente que tenham uma postura democrata, forte e firme de não trazerem esse tipo de comportamento e incenti-

vo ao preconceito e a animosidade neste nível para a campanha eleitoral.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Concorro plenamente com V. Ex<sup>a</sup>. Entendi a mensagem de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta semana é marcada por duas datas importantes para a sociedade brasileira. A primeira delas aconteceu ontem, quando foi comemorado o Dia do Professor. Quero parabenizar todos os professores do Brasil, que são os trabalhadores de maior responsabilidade para construção de uma sociedade justa, sem desigualdade. Hoje a importância desses profissionais não é reconhecida pelos governantes deste País, embora atualmente não haja quem ignore ser imprescindível um sistema educacional de boa qualidade para que possamos alcançar o patamar de nação efetivamente desenvolvida.

Curiosamente, o candidato à reeleição declara agora ter escolhido a educação como prioridade para um possível, embora muito improvável, novo mandato. É de se perguntar por que custou tanto o Presidente Lula aperceber-se dessa evidência solar, isto é, que a educação é a viga mestra de qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Somente após quatro anos, negligenciando esse setor fundamental da administração pública, vem S. Ex<sup>a</sup> professar seu carinho para com a causa educacional.

Por ocasião do transcurso do Dia do Professor, os professores do Brasil – tenho certeza – gostariam de transmitir aos candidatos à Presidência da República não um pedido, mas um conselho, um conselho de mestre: que o futuro Chefe de Governo realize maiores investimentos em nosso sistema educacional, pois, sem isso, nenhuma outra providência será capaz de garantir o desenvolvimento da Nação. Portanto, quero aqui registrar, mais uma vez, meus parabéns aos professores de todo o País, especialmente aos professores do meu Estado, o Amapá.

A outra data importante da semana é aquela em que se comemora o Dia do Médico: 18 de outubro. E aqui eu quero antecipar a minha homenagem a todos os médicos e médicas brasileiros, tanto ao especialista que trabalha em um prestigioso hospital ou clínica de um centro urbano e dispõe dos mais sofisticados equipamentos, quanto ao médico que enfrenta as mais difíceis condições de trabalho na periferia das grandes cidades ou nos rincões mais esquecidos do interior. Tanto um quanto o outro têm como seu objetivo maior e necessário a preservação da vida e a promoção da saúde do seu semelhante.

O que diferencia o ofício de médico das demais profissões – todas da maior importância para a sociedade, quando exercidas honesta e dignamente –, é o cuidado desse bem tão precioso para todos nós, ou desses bens, na medida em que possam ser separados: nossa saúde, nossa vida.

Certamente, essa é uma afirmação a ser relativizada, pois, se o médico já foi o único profissional reconhecido por se dedicar à preservação e ao restabelecimento da saúde, há, nos dias atuais, vários outros profissionais da saúde legalmente reconhecidos – como, para citar alguns, o enfermeiro, o odontólogo, o fisioterapeuta, o psicólogo, o nutricionista –, desempenhando todos eles funções essenciais e imprescindíveis para o nosso bem-estar físico e mental.

Ao médico compete, de qualquer forma, a visão mais completa e abrangente do organismo humano, não obstante o grau acentuado de especialização médica com o qual podemos deparar.

Pois bem, Sr. Presidente, todas essas profissões da área da saúde têm, dominando o seu horizonte de preocupação, o bem-estar do próximo – de outros seres humanos.

Podemos constatar entre os médicos, como em quaisquer grupos sociais, variados graus de sensibilidade e de preocupação com o seu semelhante, mas o médico, no exercício diário de sua profissão, é levado a defrontar-se com as doenças e os padecimentos humanos, é compelido a curar tais doenças, a minorar esses padecimentos, é tocado pela esperança e gratidão manifestadas por seus pacientes e deve fazer tudo isso guiado pela mão segura do conhecimento científico, com boas pitadas de intuição e de arte e sem perder, jamais, a sensibilidade humana e a consciência social.

É muito justo que os médicos sejam bem recompensados por isso. É muito importante que haja uma política de valorização dos médicos que não deixe os planos de saúde terem poder excessivo e a fatia maior dos rendimentos auferidos com a prestação do atendimento médico.

É imprescindível, Sr. Presidente, uma remuneração digna e justa para os médicos empregados no serviço público, via de regra aqueles que devem atender à população mais pobre, nas condições mais precárias de trabalho.

Para o bem da população, é importante uma política responsável de formação médica, que zele pelo imprescindível padrão de qualidade e contemple, de modo o mais possível equitativo, as diferentes regiões do país.



Sabemos, Sr. Presidente, que a distribuição de médicos pelo território brasileiro é ainda muito assimétrica, deixando amplos contingentes populacionais precariamente atendidos. Enquanto no Distrito Federal e em alguns Estados há uma situação bastante satisfatória no que se refere ao número de médicos em atividade, em outros Estados constatamos a carência desse importante recurso humano no setor da saúde.

As estatísticas do Ministério da Saúde referentes a 2004 apontam a relação de um médico para 467 habitantes no Estado de São Paulo; um médico para 311 habitantes no Distrito Federal; um médico para 308 habitantes no Rio de Janeiro, sendo essas as unidades da federação que dispõem dos melhores índices. Já nas Regiões Norte e Nordeste, constatamos que diversos Estados ficam abaixo da proporção mínima recomendada pela Organização Mundial de Saúde: um médico para 1.000 habitantes.

Senador Mão Santa, no Piauí há 1.389 habitantes para cada médico; no Pará, 1.408 habitantes para cada médico; no Maranhão, a relação é de 1.887 habitantes por médico. É claro que as discrepâncias na distribuição dos médicos, tendo em vista a população, ficam muito mais drásticas quando consideramos as diferenças entre as capitais e o interior dos Estados.

Por exemplo, Alagoas e Sergipe, que atendem em seus índices gerais o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde, na relação médico/habitante, mostram uma situação bastante precária quando excluimos dados das suas capitais. De acordo com o levantamento relativo no ano 2003, baseado no Cadastro Nacional de Médicos do Conselho Federal de Medicina e no Censo do IBGE, há um médico para 3.190 habitantes no interior de Alagoas e um médico para 4.108 habitantes no interior de Sergipe.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a situação do atendimento médico à população no interior torna-se mais grave na Região Norte, onde não apenas os índices de médico por habitante são baixos – no interior do Pará, há 4.466 habitantes por médico –, mas também as distâncias por onde se estende a população são imensas, compreendendo localidades do mais difícil acesso.

Não resta dúvida, Sr. Presidente, de que é fundamental instituir uma política de estímulo à fixação dos médicos das redes públicas em determinados Estados da Federação e, particularmente, no interior desses e de alguns outros Estados.

Esses médicos podem, inclusive, integrar equipes móveis que, no caso das vastidões amazônicas, têm a opção de se deslocar em barcos para atender às populações ribeirinhas, prestando-lhes inestimável ajuda.

Alguns estudos têm mostrado que um dos fatores que mais influem na fixação do médico é o local onde ele faz a sua formação. A má distribuição dos cursos de Medicina e de residência médica também explica uma parte da desigualdade na distribuição dos médicos pelo País.

Isso posto, Sr. Presidente, não posso deixar de enfatizar uma antiga reivindicação do povo amapaense, que é a da inadiável criação de um curso de Medicina para a Universidade Federal do Amapá, a Unifap.

Vale lembrar que o Amapá é o único dos Estados brasileiros que não conta com o curso para formação de médicos, não obstante tenha nosso Estado muita necessidade de novos médicos, além de outros recursos humanos e materiais imprescindíveis para melhorar sua assistência à saúde da população.

Srs. Senadores, quero concluir ressaltando a importância da presença do médico no cotidiano das famílias brasileiras. Mais do que uma simples peça na engrenagem dos nossos sistemas públicos e privados de saúde, o médico busca desenvolver a atenção para o ser humano como um todo, inclusive no seu relevante componente emotivo.

Apesar das inúmeras precariedades da assistência à saúde no País, os profissionais médicos dobram-se para cumprir o seu dever, superando as dificuldades e obtendo a gratidão de nosso povo.

Portanto, Srs. Senadores, deixo aqui registrado, mais uma vez, os meus parabéns pelo próximo dia 18, em que se comemora o Dia do Médico no nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paléo Paes, ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> aqui simboliza o médico que todos nós sonhamos ser. V. Ex<sup>a</sup>, que faz da ciência médica a mais humana das ciências, é um benfeitor da humanidade. Neste momento, é muito atual V. Ex<sup>a</sup> prestar uma homenagem ao Dia do Médico, no dia 18. Neste mundo, o conceito da Organização Mundial de Saúde diz que saúde não é apenas a ausência de doença ou enfermidade, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Por bem-estar social traduz-se que o médico é preocupado em combater a miséria e o pauperismo. Então, muitos médicos, como o Senador Tião Viana, que está na Presidência, como V. Ex<sup>a</sup>, como Juscelino Kubitschek, como o nosso Geraldo Alckmin, ingressam na política. Assim também Antonio Carlos Magalhães, que igualou a política e a medicina e ficou bem no meio, o pêndulo. Quero crer que isso é tão importante que, quando eu ganhei a Prefeitura de minha cidade, eu perplexo



me perguntei “E agora?”. Não tem o “E agora, José”? Eu dizia “E agora, Mão Santa? Estudando administração... Já que citamos Getúlio Vargas, Getúlio tinha aqueles livros de princípios de administração – o seu Governo já cuidava disso. Com medo, li o livro **Taylor – O Mago da Administração**. Ele dá como exemplo de bom administrador o cirurgião, porque tem coragem, trabalha em equipe, tem noção do tempo e tem ousadia. Aquilo me deu coragem. Sem dúvida alguma, foi aquela condição de decisão que fez de Juscelino Kubitschek o maior líder político deste País. Com certeza, Geraldo Alckmin saberá continuar. Quer dizer, ele será o segundo presidente médico e, certamente, terá o brilho de Juscelino.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e aproveito para usar como símbolo a pessoa do grande médico, grande ex-Governador do Estado de São Paulo e futuro Presidente da República, Geraldo Alckmin. Parabéns do PSDB a Geraldo Alckmin, porque ele é médico e tem a mesma sensibilidade de qualquer um de nós aqui que quer o bem deste País.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo.

A seguir, terá a palavra o Senador João Batista Motta.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos. Primeiro, registro com satisfação que o Ministério da Pesca, na pessoa do Ministro Altemir Gregolin, está hoje em Roraima realizando duas ações importantes para o nosso Estado. Infelizmente não posso estar presente, já que amanhã haverá votação de 14 medidas provisórias que dão reajuste salarial a servidores públicos, inclusive a servidores de Roraima da Polícia Militar, da Educação, da Polícia Civil e do Quadro Geral de Cargos e Salários. Por isso, não poderei acompanhar o Ministro no Estado de Roraima.

Contudo, faço este registro, de que o Ministério da Pesca está cumprindo uma determinação do Presidente Lula e um compromisso nosso, lançando as licitações para a instalação, Senador Tião Viana, de uma fábrica de gelo e de um entreposto de pesca no Porto de Cara-

cará, segunda cidade do nosso Estado, e também de uma fábrica de gelo no baixo Rio Branco, no Município de Rorainópolis, na área de Santa Maria do Boiaçu, exatamente para apoiar a pesca nessa região.

Os pescadores de Roraima têm muitas dificuldades para exercer a sua profissão, e o Ministério da Pesca leva a ação direta do Governo Federal e dá um passo importante para melhorar as condições de trabalho, aumentar a renda dos pescadores e baratear o preço do pescado na mesa do povo de todo o Estado.

Trata-se de uma ação simples e singela, mas de extrema importância para a sobrevivência de mais de cinco mil pescadores que atuam nessa região.

Faço questão de agradecer ao Ministério, ao Ministro Altemir Gregolin, ao Presidente Lula as providências tomadas e divulgadas hoje no jornal **Folha de Boa Vista**.

O segundo registro refere-se ao Dia do Professor, comemorado no último final de semana. Assistimos ao encontro do Presidente Lula com professores de todo o Brasil, em que se discutiram os avanços da educação efetuados nestes quatro anos e os que ainda precisam ser feitos. Lembramos, por exemplo, a necessidade de se votar o Fundeb ainda neste ano, matéria que já está na Câmara dos Deputados, aprovada pelo Senado.

Aproveito para parabenizar os mestres e registrar o importante trabalho de todos os professores do Brasil, em especial dos professores de Roraima. Durante toda a campanha, preguei – e mostrei por meio das nossas propostas – que o grande caminho para a transformação de Roraima é a educação.

Quem faz a educação é o professor. Portanto, o professor precisa ser valorizado e estar motivado. Infelizmente, os professores de Roraima hoje não estão motivados, não são valorizados e estão desrespeitados. Não receberam, até hoje, o resíduo do Fundef. Está engavetada uma lei de progressão funcional. Enfim, todas as condições que poderiam melhorar a atuação dos professores foram negadas pelo Estado. Mas não podemos desanimar.

Reafirmo meu compromisso com a educação, com os professores e o determinação de ajudar a melhorar a educação no Brasil, para que ela seja a grande alavanca de transformação social de toda nossa sociedade.

Portanto, fica este o registro e meus parabéns a todos os professores. Esta é minha homenagem pelo Dia do Professor aos professores de Roraima, que, espalhados por todo o Estado, nas condições mais precárias possíveis, procuram dar educação a todo o povo de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço ao Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estava ouvindo atentamente o pronunciamento da Líder Ideli Salvatti, que reclamou da falta de respeito e da irreverência, segundo ela, do Presidente Geraldo Alckmin por ocasião do debate ocorrido na Rede Bandeirantes.

Quero dizer à Líder Ideli e ao povo brasileiro que nos assiste de casa que, na realidade, não houve falta de respeito. O que houve foi uma demonstração de revolta sentida por todo o povo brasileiro, que não suporta mais isso, até porque sabemos perfeitamente que falta de respeito não é se dirigir a um Presidente e dizer daquilo que ele não fez, daquilo que não é verdade ou daquilo que não aconteceu. Quero acrescentar que falta de respeito é a boataria que o Governo e o PT soltam diariamente em todas as partes do País, mediante panfletos pela Internet, como, por exemplo, dizendo que Geraldo Alckmin vai privatizar. Ora, se tivesse que ter privatizado o Banco do Brasil, a Caixa Econômica ou a Petrobras, isso teria sido feito no Governo FHC, e não se fez. Querem misturar alhos com bugalhos. Privatizar fabricante de ônibus, empresa que fabrica aço é uma coisa. Privatizar Banco do Brasil, Petrobras, empresas estratégicas, é outra coisa bem diferente. Se não os privatizaram no passado, evidentemente não vão fazê-lo no futuro. É óbvio!

Então, é uma boataria que não deveria ser feita mediante panfletos, tampouco a boataria de que Geraldo Alckmin vai cortar o Bolsa-Escola ou o Bolsa-Família. Foi o PSDB, o Presidente Fernando Henrique Cardoso que criou o Bolsa-Escola. Como quem criou um filho vai matá-lo?! Não tem sentido essa boataria. E o povo que nos está vendo tem que ficar atento para esclarecer a seus vizinhos, aos pobres que vivem a seu redor e que recebem esses benefícios que isso não é verdade, não tem sentido.

A discussão para eleger um Presidente da República não deve ser assim, porque quem hoje recebe um benefício do Governo de R\$ 60,00 por mês a recebe pela necessidade, porque não tem emprego. O emprego que deveria ser gerado no Brasil hoje está sendo gerado no exterior, principalmente na China, e todos sabem por quê. Porque este País não pode viver com a taxa de câmbio que está sendo praticada hoje.

Agora, no meu Estado, há panfletos sendo distribuídos que dizem que o candidato Geraldo Alckmin é a favor do casamento *gay*. Há pastores revoltados com isso, porque alegam que não podem admitir que o candidato Geraldo Alckmin seja a favor de casamento *gay*. Ora, temos de esclarecer à população brasileira que isso é mais uma mentira, mais uma desonestidade praticada pelo Governo, porque todos sabem que, no Dia de Nossa Senhora Aparecida, Geraldo Alckmin estava ao lado do Arcebispo. Geraldo Alckmin é católico praticante, é família, é honestidade, é seriedade. Geraldo Alckmin não é bandido. Geraldo Alckmin tem currículo – currículo idêntico ao de Juscelino Kubitschek, como disse o Senador Mão Santa. Juscelino Kubitschek foi o homem que construiu este País, e os currículos são idênticos: médicos bem sucedidos, Prefeitos bem sucedidos, Deputado Federal, Vice-Governador e Governador.

Enquanto Geraldo Alckmin mostra 19 hospitais construídos em São Paulo, o Presidente Lula mostra como obra dele o aeroporto de Recife, que começou antes mesmo do Governo Fernando Henrique Cardoso. Vejam a incoerência! Outra coisa: aeroporto não é feito com dinheiro do Orçamento. Recursos para aeroportos vêm de uma taxa que é paga pelo cidadão que usa avião.

Também o Presidente anda pelo Brasil afora, soldando um cano no Espírito Santo, um cano no Rio Grande do Sul, um cano que é de propriedade da Petrobras, que é uma estatal, mas que é uma multinacional. É uma empresa que vive investindo em todas as partes do mundo e não só no Brasil. E esses recursos para investimento, essas obras que a Petrobras tem feito, sobretudo, é porque vende a gasolina mais cara do mundo para os brasileiros.

Concedo um aparte, primeiro, ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador João Batista, atentamente, eu e o País estamos ouvindo V. Ex<sup>a</sup>. Primeiro, a Líder do PT foi infeliz, porque eu, por exemplo, nunca tinha visto o tal cartaz que ela expôs aí. Vi hoje aqui. Então, ela divulgou o negócio: Quarenta e cinco. Quatro numa mão e cinco na outra, deu quarenta e cinco. Então ela é que está propagando isso. Essa foi a primeira vez que vimos esse cartaz. O PT era useiro e vezeiro nessa atuação. O PT, a meu ver, é uma organização criminosa. Que fale São Paulo, Santo André: eles perderam a eleição por isso. Houve um aumento da diferença. Eles eram useiro e vezeiro nisso. Eles introduziram essa prática. Quem não se lembra que foi o Deputado José Dirceu, com assessoria do Waldomiro

Diniz, que tornou exponencial numerários bancários para macular a vida do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro. Quem é que não se lembra disso? Foi o PT, entre tantos outros, que acusou o Ministro Eduardo Jorge. Hoje Eduardo Jorge está sendo absolvido em todos os processos, inclusive o próprio José Dirceu já admitiu os erros em relação a ele. Sem contar com o Ministro Alcení Guerra, que o PT também colocou na lama. Portanto, o PT está, agora, provando do veneno que ele mesmo ensinou. Continuo achando o PT uma organização criminosa.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)**

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– V. Ex<sup>a</sup> tocou em dois pontos com relação aos quais fico à vontade para falar. Um é a Infraero. O problema da Infraero é grave. Suas contas não são bem examinadas, se é que são examinadas. É algo que o Presidente da República e o Presidente da Infraero, inclusive o anterior, decidiam. Pediam até aos Governos para fazerem as obras de tanto dinheiro que tinham. Então, se a Infraero for examinada, acredite, coisas gravíssimas vão surgir. Infelizmente, gente do Governo e da Oposição não deseja examinar a Infraero. Mas é preciso ver; assim vai ficar provado que tenho razão no que digo. Sobre a Petrobras, quero dizer que ainda hoje vi o Sr. Jaques Wagner se jactar da vitória – que reconheço – na Bahia. Reconheço sua vitória; não a contesto, mas posso dizer que nunca se viu tanto dinheiro da Petrobras, na Bahia, como na campanha do Sr. Jaques Wagner. S. S<sup>a</sup> também fazia parte do grupo que protegia a GDK e que, agora, protege uma similar da GDK na Petrobras. Isso tudo é assunto para ser discutido nesta Casa. Será assunto para ser discutido nesta Casa em tempo hábil. Mas, como V. Ex<sup>a</sup> falou nessas duas empresas, quero felicitá-lo e dizer que tem absoluta razão, porque, na hora em que isso for examinado, muita podridão vai surgir.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) –**

Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Governo mostra uma propaganda, na televisão, em que está duplicando Tucuruí, quando todo o povo do Pará sabe que ele não duplicou coisa nenhuma. Pelo contrário, ele manteve as obras paradas durante esse tempo. Tucuruí não está funcionando na duplicação. Não vai ser inaugurada neste Governo, não há a menor possibilidade. Mesmo que fosse, é uma obra feita com recursos do cidadão que paga sua energia. A Eletrobrás cresce, arrecada, vende energia. Não é

obra de Orçamento, pelo amor de Deus! Os aeroportos também não são obras de Orçamento, assim como as obras da Petrobras não têm dinheiro de Orçamento.

Eu queria que o Presidente Lula dissesse da nova rodovia que ele abriu neste País para tentar comparar-se com Juscelino, que abriu centenas delas. Eu queria que ele mostrasse que estava fazendo uma capital como Brasília para poder se assemelhar a Juscelino.

Quem se parece com Juscelino é Geraldo Alckmin pelo seu currículo, pela sua capacidade e pelo que fez como Governador de São Paulo, como Juscelino fez também, como Governador de Minas Gerais, antes de ser Presidente.

É um absurdo, inclusive, que o próprio programa do PSDB, o próprio programa de Geraldo Alckmin não mostre isto na televisão: as mentiras, as incoerências, as inverdades, acenando com chapéu alheio, como se fosse autor daquilo que tem acontecido em termos de desenvolvimento no Brasil.

Quando o Governo não se apodera desses artifícios, se apodera da geração de empregos, que está sendo promovida por uma safra de Governadores excelentes, que vai do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, que foi da Bahia a Brasília, que passou por Goiás, por Mato Grosso, e que chegou a outras partes do Brasil. São Governadores abnegados, que trabalharam, procuraram desenvolver seus Estados. E, em razão disso, o Brasil não está numa situação ainda pior. Porque, na verdade, o que o Governo Federal tem feito é prejudicar aqueles que trabalham, aqueles que produzem.

Agora mesmo, o Governo Federal comemora porque aumentou o valor das exportações. Aumentou, povo brasileiro, porque o minério triplicou de preço; aumentou porque estamos exportando muito minério, estamos exportando muitos produtos primários. Não estamos exportando sapato; estamos exportando pouca soja; não estamos exportando arroz nem feijão nem milho, ou muito pouca coisa. Todo o agronegócio faliu. E o programa do PSDB, o programa de Geraldo Alckmin não está mostrando na televisão a situação caótica em que se encontra o agronegócio, o homem do interior; não está mostrando que, nos Estados do agronegócio, o Presidente Lula perdeu fragorosamente e vai perder mais ainda no segundo turno, porque nada fez por essa gente, nada fez por aqueles que têm as mãos calosas e que sempre produziram para o bem deste País.

Exportar minério de ferro, ouro, prata, urânio, produtos **in natura**, que não geram emprego e que não agregam valor, isso não conta, não tem graça. Esses produtos estão indo para que Países como a China

possam estocá-los e depois vendê-los bem mais caros para outras partes do mundo, inclusive para o Brasil. Isso não está certo, isso está completamente errado.

Estamos com as nossas estradas completamente esburacadas, e o povo brasileiro nelas não pode trafegar. Basta ver o último número produzido pela Polícia Rodoviária Federal. No último feriado, ocorreram mais de 60 mortes no fim de semana, mais de mil acidentes, porque não temos estradas. E o Governo pensa que está fazendo um bom trabalho.

Senador Mão Santa, se acessarmos o *site* da Presidência da República, vamos perceber que foram pagos R\$ 23 mil para que Oscar Niemeyer projetasse um galinheiro para a esposa do Presidente criar galinhas. E, segundo estamos sabendo, esse galinheiro, parece-me, vai ser subterrâneo, para que os gaviões não comam as galinhas da esposa do Presidente.

E mais, o Presidente encomendou roupões agora, mas o fio tem que ser egípcio. Mas o PSDB, a propaganda do Geraldo Alckmin não mostra nada disso. Está no *site* para quem quiser ver.

Quando se fala em Aerolula, o que o programa tinha que mostrar? Tinha que mostrar que o avião equivale à construção de cinco hospitais e que o Papa não tem avião, que a Inglaterra não tem avião, que a França não tem avião. E já tínhamos um avião, o Sucatão, em que o Presidente podia voar muito bem.

Se fôssemos um País rico, se não fôssemos um País de miseráveis, tudo bem. Mas somos um País de pobres. Então, esse tipo de gasto que ninguém ousou fazer até o dia em que o Presidente entrou no poder fica sem explicação, Presidente Mão Santa. E temos que dizer isso para a população brasileira; temos que mostrar que não tem cabimento este País continuar marchando do jeito que está.

A mentira tem sido uma coisa terrível, e a Líder diz que é falta de respeito dizer isso ou aquilo contra o Presidente. Ora, falta de respeito é não dizer ao povo brasileiro de onde veio o R\$ 1,7 milhão. Isso é que é falta de respeito para com o povo, porque o Presidente e todos sabem hoje a origem desse dinheiro. É dinheiro sujo que entra na campanha política, como dinheiro sujo foi aquele usado para comprar Parlamentares desonestos. Os Parlamentares desonestos foram expostos, porque receberam dinheiro de corrupção, receberam dinheiro para vender o seu voto. Agora, povo brasileiro, não interessa a você saber quem é o corruptor? Quem arranjou esse dinheiro? De onde esse dinheiro veio para comprar Parlamentares a fim de votarem com eles? Não é crime isso? Ele está imune? Nada pega no Presidente? Nada pega no Poder Executivo? Não fez

nada de errado? Não é corrupção? Não é ser corruptor? Quem pagou os R\$ 50 milhões do Banco Rural? Quem pagou? Estão devendo? Já pagaram? E quanto ao escândalo dos Correios, quem está preso?

Presidente Mão Santa, este País tem de tomar juízo. Nós temos de tomar juízo. Estamos diante de uma encruzilhada que o povo pode ver com muita clareza. No passado, este País deixou de votar em Mário Covas para escolher entre Lula e Collor. Escolheram Collor. Vejam bem, deixaram de votar em Mário Covas para votar em Lula e em Collor! Hoje estamos na mesma encruzilhada. Nós temos um filho de Mário Covas – como V. Ex<sup>a</sup> falou há pouco –, um discípulo de Covas, um homem sério, íntegro, e temos um Presidente fanfarrão. Esse Presidente que não fala coisa com coisa, que não sabe de nada e que vai à televisão mostrar obras da Petrobras e de hidrelétricas que foram construídas no passado. Esse Presidente que mostra aeroportos construídos em governos passados; que mostra obras, como a refinaria de Pernambuco, que não tem o terreno para montá-la, e dá como certa a obra. Esse Presidente que fala de biodiesel, quando não há nada em execução, não há nada de concreto, não existe carro rodando com biodiesel. Isso é Governo? Enquanto isso, a conservação das nossas estradas sequer é atendida pelo Governo Federal. Os nossos hospitais estão abandonados, a nossa saúde está completamente abandonada. Não há segurança no País; não há a mão do Governo Federal dada à mão dos Governos estaduais para que possamos combater a violência. Não há assistência técnica ao homem do campo. Não há política para a agricultura brasileira; não há política para o agronegócio de modo geral. Os fabricantes de calçados do Rio Grande do Sul – o Senador Pedro Simon é testemunha – estão falidos, a indústria está falida e não tem como sair do buraco; estão falidos realmente. E assim é de ponta a ponta deste País: só mentira, só desonestidade, só conversa fiada, só televisão, só dinheiro investido em propaganda, só panfletos mentirosos. Chega disso!

Povo brasileiro, vamos ter juízo, vamos ter responsabilidade no dia 29!

Muito obrigado, Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Marco Maciel; Papaléo Paes, suplente de Secretário, e Mão Santa.*



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedemos a palavra, de acordo com a lista de oradores inscritos, ao Senador Roberto Saturnino, do PT do Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem o direito de usar a tribuna por vinte minutos, mas jamais ousarei interrompê-lo em respeito a V. Ex<sup>a</sup> e a Getúlio Vargas, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu não gastarei os vinte minutos, fique tranqüilo, mas agradeço a condescendência, a forma gentil com que V. Ex<sup>a</sup> sempre me trata. Aliás, não somente a mim, mas a todos os seus Colegas de tribuna.

Subo hoje à tribuna, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para, em primeiro lugar, tecer um comentário sobre a iniciativa do Senador Ramez Tebet, que achei muito oportuna e importante, em reconhecer o que há de extraordinário nessa iniciativa do Banco Popular, a primeira experiência mundial em matéria de banco popular, o Grameen Bank, tomada por um cidadão de Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. O Sr. Yunus teve o seu mérito reconhecido pela Academia sueca, que lhe concedeu o Prêmio Nobel.

Assim, é muito importante que nós, brasileiros, e nós, Senadores do Brasil, reconheçamos o que há de extraordinário e o que há de simbólico também no quadro mundial que estamos vivendo nos dias de hoje.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fui um homem do século XX e vivi intensamente a segunda metade desse século. Tive esse privilégio porque o século XX, depois das duas grandes catástrofes na sua primeira metade, apresentou ao mundo um quadro de prosperidade, de realizações e de inovações extremamente revolucionárias para o mundo em geral. Por exemplo, vi nascer a televisão, este instrumento que hoje cidadão nenhum do mundo imagina que possa viver sem ela, pois eu vivi sem televisão e vi nascer a primeira televisão no Brasil, como também uma série de iniciativas que transformaram a face do mundo.

Nesse período de 1950, pós-guerra, até o ano 2000, as estatísticas apuradas mostram que a economia do mundo cresceu cinco vezes. Quer dizer, o PIB mundial multiplicou-se por cinco, em valor real – claro –, descontada a inflação, até porque o próprio dólar se desvalorizou bastante nesse período. Mas, em valor real, a produção mundial, o PIB mundial multiplicou por cinco, o que é extraordinário. E esse crescimento econômico, mesmo a população tendo duplicado

e mais do que duplicado, daria para acabar com a miséria do mundo. Uma multiplicação por cinco na capacidade produtiva, na produção mundial efetiva, seria suficiente para acabar com a miséria, a fome, a pobreza no mundo. No entanto, não acabou e até sob certos pontos de vista, em certos lugares, a miséria aumentou, cresceu. E isso por que, Sr. Presidente? Porque se a economia mundial cresceu cinco vezes, a desigualdade entre os cidadãos do mundo cresceu quatro vezes. Quer dizer, o mundo, ao final do século, era quatro vezes mais desigual do que em 1950; desigual no sentido de diferença de renda e de capacidade aquisitiva, de qualidade de vida entre cidadãos pobres e ricos; cidadãos pobres e ricos em cada um dos países e cidadãos de países pobres em relação a cidadãos de países ricos.

Essa desigualdade foi brutal e é fruto do modelo que presidiu esse crescimento econômico da segunda metade do século e que não é possível continuar, porque é inaceitável; é inaceitável sob o ponto de vista moral e é inaceitável fisicamente. Os pobres do mundo não vão mais aceitar isso, daí as tensões a que o mundo de hoje está sujeito. Não são mais tensões entre países capitalistas, como as européias que determinaram a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Não. Agora as tensões são entre países pobres e ricos e entre cidadãos pobres e ricos de qualquer país. E essas tensões vão aumentar porque a população pobre sabe que é perfeitamente viável e possível fisicamente distribuir melhor. Essa distribuição é uma questão política. É uma questão eminente e exclusivamente política.

Então, os pobres não vão mais aceitar. Essas manifestações populares estão acontecendo em várias partes do mundo, especialmente na América Latina. As eleições da Bolívia, do México, do Peru, do Equador – que se processou no domingo, e, ao que parece, haverá segundo turno –, do Brasil e da Venezuela, que vão dar-se ainda este ano, estão mostrando claramente que há um pronunciamento popular contra este tipo de modelo de crescimento que não pode mais continuar, qual seja, este modelo de crescimento que, em nome da eficácia e da competição, cada vez exclui mais os não-competitivos das possibilidades de vida digna de mercado. É esse neoliberalismo.

Então, a população não aceita mais isso e, é claro, enfrenta nos seus pronunciamentos populares, nos seus pronunciamentos eleitorais, o poderio das elites que gozaram dos privilégios, que têm o comando da mídia e da imprensa e que, por meio desse comando, exerce uma influência sobre camadas enormes da



população, mostrando isso, mostrando aquilo, influenciando, distorcendo e apresentando de uma forma a não deixar a vontade popular produzir a mudança que o povo quer, que o povo exige, porque não é possível mais continuar dentro daquele modelo que privilegia uma elite cada vez menor e joga na exclusão uma parte cada maior da população.

Esse privilégio ao mundo de negócios não é mais possível no mundo de hoje, muito especialmente na América Latina. Por que se manifesta mais na América Latina? Porque nos países ricos, mal ou bem, teve vigência, em um certo momento, um modelo social-democrata que atenuou essa divisão e essa relação de desigualdade profunda. Em outros países, como o continente africano, por exemplo, o estado de miséria e de cultura política do povo ainda não atingiu aquele patamar capaz de fazer com que o povo tome ciência de que é possível mudar e se pronuncie pela mudança, como está ocorrendo na América Latina, onde essas condições foram criadas.

Isso está se sucedendo e sendo mostrado claramente na disputa que está se dando aqui no Brasil nesta eleição que está se travando. Trata-se de um momento crucial da história do Brasil, porque se trata, exatamente, de um momento em que o povo se pronunciou pela sua emancipação. O povo brasileiro não ficou mais na cantilena, não ficou mais a reboque das teses, defendidas pela mídia e pela elite, de que é preciso competitividade, de que é preciso regras de economia neoliberal.

O povo compreendeu que isso não é uma determinação científica, compreendeu que, ao contrário, isso é forjado, que isso é uma falácia que vem sendo urdida, manifestada e imposta ao povo durante décadas e décadas, produzindo essa desigualdade característica da segunda metade do século passado. Chegou o momento de rever isso.

É claro que isso é um embate muito grave, muito sério, muito difícil, porque mudar um país não é fácil. Foram décadas e décadas desse modelo privilegiador, introduzindo as regras do deus mercado e do Estado mínimo. Mas, finalmente, o povo brasileiro compreendeu que esse não é um caminho único, que existe uma alternativa, e esse embate está se dando.

Finalmente a campanha eleitoral traduziu esse embate, porque, na semana passada, esse debate aflorou, finalmente, contra os esforços da Oposição, que sempre queria desviar desse embate. Tenho enfatizado muito, desta tribuna, que há duas questões essenciais nesta disputa eleitoral.

Uma é o modelo de Estado mínimo, enxugado, privatista, mercadista, que privilegia os negócios, o

*business*, contra o Estado distributivista, desenvolvimentista em novo modelo, modelo distributivo, que usa o Estado para isso, porque o mercado jamais fará a distribuição, pois só o Estado faz a redistribuição. Para isso, ele precisa de meios, de recursos, de servidores e de estruturas. É claro que precisa.

O Estado mínimo, o corte de despesas, tudo isso reflete a filosofia do novo modelo distributivista contra a filosofia do velho modelo mercadista, privilegiador dos “competitivos”, isto é, da elite privilegiada. Finalmente esse debate aflorou.

Outro tema importante e que ainda não foi utilizado com a dimensão que lhe é própria é a política externa. O Brasil está produzindo uma política externa de presença da Nação brasileira no cenário mundial muito diferente daquela que, tradicionalmente, era feita, da política de atrelamento, de subserviência – não vou usar a palavra subserviência –, mas, de certa forma, de apequenamento da posição, da importância da Nação brasileira, sempre seguindo as diretrizes ditadas pela potência mundial, pelo grande irmão do norte.

Agora o Brasil está patrocinando outra diretriz de política externa, congregando as nações sul-americanas, dialogando com outras nações importantes do mundo, como a Índia e a China, liderando um grupo de vinte países, o G-20, a fim de obter novas condições mais justas no comércio mundial. Há outra presença do Brasil, que é reconhecida.

O Presidente Lula tem sido chamado a muitas reuniões importantes, o que não acontecia antes. Está-se dando importância ao Brasil. O Presidente Lula recebeu, outro dia, uma homenagem de homem do ano de uma grande instituição sediada nos Estados Unidos da América. Por quê? Por causa dessa nova feição, dessa nova diretriz mais afirmativa da importância e da soberania nacional no mundo. Isso é muito importante.

Essas questões do modelo econômico e da política externa são as decisões fundamentais desta eleição. É claro que a Oposição reluta em discuti-las, porque sente o peso da vontade popular a favor do novo modelo econômico e da nova política externa. Isso é natural. Faz parte do jogo político privilegiar este ou aquele ponto e ressaltá-lo. Mas o que não devemos fazer ou o que não devemos permitir é que esse embate resvale para algo que possa prejudicar a própria instituição democrática, que, aos olhos do povo, os grupos contendedores não apresentem respeito às instituições. É preciso usar a linguagem adequada, que, na campanha eleitoral, no embate eleitoral, é dura mesmo, buscando-se, freqüentemente, a acusação. É preciso haver o mínimo de respeito.

Hoje, a Senadora Ideli Salvatti, na tribuna, chamou a atenção para um fato importante: usar uma pequena deficiência do Presidente Lula para fazer dela motivo de campanha eleitoral. Isso não é possível, não é permitido. Então, é preciso cuidado, inclusive na linguagem que se usa para atacar o adversário, sim. É legítimo que se faça isso na campanha, mas com respeito às instituições.

A Presidência da República é uma instituição. O Presidente da República é uma instituição. O Congresso Nacional é uma instituição. O Poder Judiciário é outra instituição. Evidentemente, é possível e é nosso dever fazer a crítica que julgamos deve ser feita, mas é preciso ter o mínimo de resguardo para que as instituições não sejam degradadas aos olhos do povo, que está observando isso e, pela primeira vez, manifestando-se de modo emancipado. Estamos assistindo, no Brasil, a um processo de emancipação do povo trabalhador, do povo humilde, do povo marginalizado, do povo excluído, que está se manifestando e, apesar de todo o tiroteio e de toda a artilharia da imprensa, que faz todo o tipo de manobra.

Não vou ler, mas vou fazer referência à edição desta semana da revista **Carta Capital**, que traz a matéria “A trama que levou ao segundo turno”, mostrando as formas e os artifícios usados pela mídia para induzir o eleitor, aqui e ali, e modificar a vontade popular ao sabor dos seus interesses.

Com tudo isso, o povo vai aprendendo. À medida que ele observa o que está acontecendo, ele vai aprendendo.

Quando se usa uma linguagem inadequada, o povo a rejeita. Em vez de apoiar aquele que se extravasa nos limites institucionais da linguagem, o povo o rejeita. Tudo isso é uma aprendizagem democrática que está se dando no País, neste momento crucial da nossa história em que se processa a emancipação do povo trabalhador do Brasil.

É um momento histórico, Sr. Presidente. Tenho o privilégio de observar e até de participar deste momento histórico, como tive o privilégio – como há pouco dizia V. Ex<sup>a</sup> – de assistir também ao primeiro momento da formação do Estado republicano brasileiro, com Getúlio Vargas. São momentos históricos muito importantes.

Tive também o privilégio de observar o momento histórico da ocupação do território brasileiro, com Juscelino Kubitschek, que, no seu momento, foi duramente criticado.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> há de se lembrar o que se dizia de Brasília, que essas estradas eram as estradas das onças, que ligavam o nada a coisa nenhuma.

E essas estradas produziram a ocupação do território brasileiro, que antes não existia – existia no mapa, mas não estava ocupado. Hoje está totalmente ocupado, fruto dessa decisão política, dessa centelha do gênio político que foi Juscelino Kubitschek. A mudança da capital foi tão criticada, mas tão criticada pelas elites, que achavam que isso aqui era um desperdício, que não tinha sentido nenhum.

Enfim, a política produz toda essa história, e sabemos que produz assim mesmo e que é preciso dar a perspectiva do tempo para se fazer o julgamento correto de cada ato e de cada momento.

Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza.

Eu disse que não ia usar os 20 minutos e usei 21, mas não quero abusar mais da paciência dos nobres colegas e da condescendência de V. Ex<sup>a</sup>.

Agradeço muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer um dos mais belos pronunciamentos desta Casa, que faz me lembrar o tempo em que V. Ex<sup>a</sup> era do MDB.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia, Estado que ele ajudou a crescer.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marco Maciel.

Senador Antonio Carlos Magalhães, regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos, mas jamais ousei cortá-lo, em respeito a V. Ex<sup>a</sup> e a Rui Barbosa, que está acima de nós.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, sem querer criar qualquer polêmica com o orador que me antecedeu na tribuna, quero dizer que, quando, num debate político, se ataca o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, não se está atacando a Instituição, mas o candidato.

Conseqüentemente, não são passíveis de crítica os ataques que, fora desta tribuna ou desta tribuna, venham a ser feitos ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Uma coisa é o Presidente; outra coisa é o candidato à reeleição, embora o candidato não obedeça às regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral. Prova disso é que já foi várias vezes multado.

Sr. Presidente, outra coisa – só para acabar esta parte relativa ao ilustre Senador que me antecedeu – é que ele deve ter paciência. Ele foi Parlamentar por muito tempo e sabe que são coisas incomparáveis Juscelino

Kubitscheck e Luiz Inácio Lula da Silva. São coisas incomparáveis em todos os sentidos.

Conseqüentemente, como dever de amigo do Presidente Kubitscheck, não de seu correligionário, mas de seu amigo pessoal, eu não quero deixar nunca que essa comparação fique sem o meu protesto. Respeito os que pensam que Lula é melhor. Não acho uma prova de bom gosto, mas, de qualquer maneira, é o direito de cada um dos Parlamentares pensar do modo que deseje.

Sr. Presidente, o primeiro assunto de que quero falar é sobre o fato de que o PT sempre condenou as censuras. Já vimos a tristeza de como ocorreu a demissão de Boris Casoy, uma das melhores figuras do jornalismo brasileiro, em todos os tempos. O Governo obrigou a Record a demiti-lo.

Hoje venho dizer que, não contente com isso, o Governo foi à Justiça para agredir a liberdade de imprensa e de pensamento do jornalista e escritor Arnaldo Jabor.

Creio que nenhum Parlamentar desta Casa aceite esse tipo de censura do PT a uma figura tão eminente quanto Arnaldo Jabor. Dele se pode discordar – meu próprio filho o fez várias vezes –, mas não se pode negar seu grande valor e sua autoridade de jornalista, um dos mais credenciados do Brasil em todos os tempos.

Daí por que lanço o meu protesto e peço ao PT que modifique sua conduta e pense que a liberdade de imprensa é um bem da democracia.

Já que estou falando sobre isso, a revista **Veja** recebeu um telefonema da Direção da Petrobras comunicando que não lhe daria mais qualquer publicidade, tendo em vista que ela estava atacando o Governo.

Ó senhores, não vou admitir que se compare a **Carta Capital** à **Veja**. São coisas muito diferentes como revistas e não há quem faça a comparação de boa-fé. Conseqüentemente, quando a **Carta Capital** sobrevive, bem como outras revistas, com o dinheiro do Governo – uma delas chegou a ter 10 folhetos de muitas páginas publicados todas as semanas pela Petrobras –, a **Veja** sofre esse boicote. Entretanto, nem por isso a **Veja** vai mudar de orientação. Ao contrário, esta semana, a **Veja** traz toda a trama do dossiê que se procura esquecer, que o PT forjou pagando R\$ 1,7 milhão e cujo principal acusado é o maior amigo do Presidente, Freud Godoy. É uma trama que, a cada dia, piora porque a Polícia diz que é ele; depois, diz que não é; e, depois, fica em dificuldades porque provou uma reunião dele com os que levavam a mala do dinheiro para a compra do dossiê contra o presidente Alckmin e o Governador José Serra.

Isso evidentemente não é uma atitude correta; conseqüentemente, é preciso que se diga rápido, e eu

faria um apelo ao meu amigo pessoal Ministro Márcio Thomaz Bastos no sentido de que ele dissesse ao País – já que o Presidente Lula quer saber também – de onde saiu esse dinheiro. Não custa nada. A Polícia Federal é competente, o Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos é um grande criminalista e o Dr. Paulo Lacerda é um homem de bem. Então não custa nada dizer e acabar com essa história do dossiê. Mas não pode acabar porque quem deu o dinheiro não pode aparecer. A reportagem da **Veja** é completa neste assunto e são tantas as páginas que não vou pedir para transcrever porque seria demasiado. Entretanto, acho que não poderemos ficar calados diante disso.

Aqui está a revista. São várias páginas.

Todos aqui, principalmente o Presidente Sarney, faz grandes elogios, merecidos, a um escritor, a um poeta, a um homem notável que é Ferreira Gullar, que escreve um artigo na **Folha de S.Paulo**. Eu só vou ler a parte da primeira página.

“É constrangedor ouvir o Presidente falar sobre ética.

Seria hilariante, se não fosse constrangedor, ouvir Lula dizer que, no segundo turno, iria travar um debate profundo sobre a ética.

O que mais impressiona nessa farra petista de falcatruas é que ela persiste, apesar dos escândalos.

Eles são aloprados? Não, são corruptos, são viciados em corrupção.”

Não sou eu quem fala. Aqui, ninguém vai negar o valor de Ferreira Gullar. De modo que isto tem um significado muito grande para o Brasil.

Eu quero salientar que, neste mesmo jornal, está escrito: “A União desvia quase 16 bilhões do Fundo de Telecomunicações”. É uma coisa que precisa explicação. O nosso colega Hélio Costa pode até dizer que já encontrou isso – pode ser. Agora, na realidade, é indispensável que isso venha à tona, senão terei de fazer requerimento, pedindo ao Ministro que dê as explicações necessárias se não for aqui esclarecido por um dos Líderes do PT – e tenho de louvar a presença, sempre, do Senador Saturnino, porque os outros desaparecem – no Plenário do Senado.

De modo que é importante que a Nação saiba tudo isso, como é importante que a Nação tome conhecimento desse dossiê – e aqui estão todos os implicados no dossiê; todos, todos, sem exceção! Ora, o enigma chamado Freud.

O psicanalista, se vivo fosse, talvez decifrasse esse enigma; mas o psicanalista já desapareceu há mais de 100 anos. Conseqüentemente, quem tem de esclarecer é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

companheiro de emagrecimento de Freud, e, quem sabe, como disse da vez passada, também da gordura que ambos apresentam.

Sr. Presidente, quando se quer tratar de escândalo neste Governo não se pode falar de um só, deve-se falar de tantos quantos existem. mensalão, valerioduto, sanguessugas, Waldomiro Diniz e tantos outros; os bicheiros que a CPI dos Bingos pegou, tantos e tantos que fico até acanhado de mencionar alguns pelo relacionamento que tive com alguns deles. Mas os amigos do Presidente, ele vai eliminando um por um, oficialmente, porque, na realidade, não elimina nenhum.

Tenho hoje um jornal que traz as contradições do Presidente em relação aos seus amigos.

Os grandes elogios, os ataques e, ao mesmo tempo, a volta dos elogios. O Presidente não sabe governar com os melhores.

Apesar das divergências que tem com o Senador Roberto Saturnino, poderia estar com o S. Ex<sup>a</sup>. Mas, evidentemente, o novo grupo é de espantar – espantar, inclusive, a Justiça do nosso País, pois quase todos eles têm problemas a resolver no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tratarei de um assunto mais importante do que o dossiê: os cartões de crédito corporativos. Esse é, talvez, o crime maior do governo. Eles dizem que o cartão de crédito corporativo foi criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso – é verdade, mas era transparente. Logo que assumiu, o Presidente da República tornou sigilosos os cartões de crédito. E cartão de crédito para quê? São cartões de crédito que retiram dinheiro dos bancos. Com eles também fazem compras inacreditáveis para familiares do Presidente – e não estou falando dos familiares do Presidente como ele colocou no *site* e depois pediu desculpa ao Geraldo Alckmin. Falo aqui do Lulinha, do Fábio, porque não veio nenhuma resposta da Telemar sobre os R\$15 milhões que foram entregues à Gamecorp. A partir do dia em que vier uma resposta, jamais falarei nesse assunto, mas não veio resposta sobre isso.

Esse problema dos cartões de crédito é de uma gravidade tremenda. Acho que temos de tomar uma providência a respeito disso. O Tribunal de Contas já sabe, ele já tem os dados e por que não dá a informação? Vai dá-la depois do dia 29? Com certeza. E aí vão surgir problemas maiores, porque, se o escândalo for grande, quem sabe não surge alguém para impugnar? Seria muito melhor que surgisse agora, porque o próprio Lula esclareceria nos debates que vai fazer nas televisões.

Portanto, o meu apelo ao PT ou ao Presidente Lula é que torne logo público em que foram gastos es-

ses 34 milhões dos cartões corporativos. Não é uma quantia assim tão irrisória; não são R\$1,7 milhões do dossiê. Queremos saber como se gasta o dinheiro do povo. Não há por que esconder isso. Trinta e quatro milhões para o Planalto e alguns Ministérios. Não custa nada dizer como gastou isso.

A abertura do sigilo desses cartões de crédito é uma necessidade inadiável de quem deseja realmente que as coisas no Brasil sejam esclarecidas com rapidez. Também entendo que o Ministro Furlan tem que responder a essa matéria a respeito da compra da Perdigão e do fato de ele estar guardando essa certidão na gaveta para usá-la depois da eleição. Não estou acusando o Ministro Furlan, mas apenas referindo-me a uma notícia publicada na **ISTOÉ**. Não quero dizer nada, porque tenho dele o melhor conceito, mas, quando um homem público é assim atacado, principalmente no que diz à moralidade administrativa, é do seu dever esclarecer. É o que peço, neste instante, ao Ministro Furlan.

Quero salientar, também, que os jornais de hoje tratam do setor econômico, que está numa posição muito difícil tendo em vista a queda do crescimento industrial. Essa queda vai nos levar a um PIB, no máximo, de 2,5% – falava-se em 4,5%. Um PIB de 2,5% significa que não haverá mais empregos neste País no ano próximo. Portanto, penso que é importante que façamos um exame da queda industrial, como aceitamos, também, a sugestão do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que enviará ao Congresso Nacional uma proposta para fazer com que as agências reguladoras funcionem de fato, porque, na realidade, os Ministros não deixam que funcionem as agências que votamos aqui, que foram criadas para fiscalizar áreas importantes dos Ministérios. De modo que devemos aproveitar a idéia de Paulo Skaf.

Sr. Presidente, tinha ainda muita coisa para falar. Espero amanhã, para não aborrecê-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> já me olha como quem quer que eu termine.

Mas quero terminar dizendo ao Brasil ...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...principalmente ao Nordeste, que há uma solução para tudo isso: é a vitória, no dia 29, de Geraldo Alckmin para Presidente da República. Se diminuirmos as diferenças no Nordeste, inclusive no meu Estado, vamos vencer essa eleição, Sr. Presidente, e o Brasil ficará livre de mais quatro anos de coisas inacreditáveis



que ocorreram e acontecem no Governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Não custa nada um esforço maior em São Paulo. O Sul, de Pedro Simon, já dá um exemplo magnífico da sua coragem...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ...do seu destemor, do seu amor ao Brasil. Não custa nada ao Nordeste e a Minas Gerais chegar a um ponto em que a vitória de Alckmin venha a representar a volta da moralidade à vida pública brasileira e que se dê um basta a tudo isso que está acontecendo no Governo da República.

O Presidente Lula perdeu a oportunidade de mostrar ao Brasil que era capaz de governar com homens sérios e dignos. Alguns talvez o sejam, outros, entretanto, já demonstraram a ele que não podem participar de nenhum governo. Mas o culpado de tudo é o chefe maior, Luiz Inácio Lula da Silva.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Seguindo a lista de oradores inscritos para a sessão de hoje, chamo à tribuna o Senador Marco Maciel, do PFL do Estado de Pernambuco. Em seguida, está inscrito o Vice-Presidente desta Casa, Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre.

Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup>, segundo o Regimento, dispõe de 20 minutos. Mas jamais ousarei cortar a palavra de tão importante democrata deste País.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Mão Santa, ilustre representante do Piauí no Senado Federal e Presidente desta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é imprescindível ter presente que, para se construir uma nação com instituições sólidas e regime democrático como expressão de estrutura política, começa-se pela educação e se sedimenta, em definitivo, pela educação.

A educação é, assim, o mais eficaz instrumento para o resgate da cidadania e, portanto, da própria soberania nacional. É o caminho por onde chega a consciência dos direitos e os deveres das pessoas.

Ademais, sabemos que é por meio da escola que se acessa ao saber. Enfim, a escola é fonte de saber, da formação cívica e da participação social. É semente também da identidade cultural de uma sociedade livre.

O ensino de um povo – tenho afirmado isso ao longo da minha vida pública – é processo a atravessar a vida inteira. Exatamente por isso não podemos mais pensar em terminalidade nem pensar apenas em ensino voca-

cional entendido no sentido de habilitar as pessoas para a escolha profissional nem sempre adequada.

Não existe como corolário uma única solução para o problema educacional, todos sabemos. A nossa visão é a de que se deve optar entre mais de uma proposta para os complexos problemas com que se defronta o País e o mundo nestes tempos de modernas tecnologias digitais.

Isso é válido para toda e qualquer instituição, para as escolas em geral e para a universidade em particular. A universidade necessita, para bem exercer sua missão, ter, em consonância com a lei e o interesse público, estrutura democrática.

“Uma nova universidade deve ensinar”, como citou certa feita o ex-Presidente eleito Tancredo Neves, “no seu interior o exercício da cidadania”, que é um dos esteios do debate crítico fundado no pluralismo e na diversidade, razão de ser da própria instituição universitária. E, para que ela seja efetivamente democrática e pluralista, necessariamente deve ser diversificada e diferenciada, de acordo com as possibilidades do meio e a realidade em que se insere.

O cidadão – ou a cidadã – não é necessariamente um sábio, mas deve ser capaz de trilhar os caminhos da sabedoria.

A estabilidade política – e dela tanto precisamos para melhorar a governabilidade, Sr. Presidente – será mais facilmente alcançada à medida que educarmos nosso povo e formos capazes de apoiar instrumentos de participação gerados pela própria sociedade e de promover o surgimento de novos caminhos e novas formas de incorporação de todos no processo de construção nacional.

O princípio da cidadania positiva do pensamento liberal clássico do século XIX precisa alcançar neste milênio uma nova dimensão: o conceito de cidadania ativa, preconizado por um autêntico e verdadeiro liberalismo.

John Kenneth Galbraith, em um dos seus conhecidos ensaios, afirma que “não há país com uma população uniformemente alfabetizada que não goze de um padrão de vida relativamente elevado e progressivo” e arremata: “A educação não é algo proporcionado pelo crescimento econômico. A experiência dos países industrializados mais antigos mostra que o desenvolvimento econômico se faz à medida que a educação o permite”.

Tais observações me ocorrem fazer a propósito do aparecimento das modernas tecnologias, especialmente da *internet* – que Millor Fernandes humoradamente chamou de “*infernet*” – e as hodiernas fronteiras que se abrem para a humanidade neste primeiro século deste novo milênio.



O novo Diretor-Geral da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Koichiro Matsuura, economista e diplomata Japonês, em artigo publicado neste mês no **Jornal Folha de S. Paulo**, considera possível a partilha do conhecimento na comunidade internacional. Ele exemplificou com duas experiências vitoriosas, ambas na Ásia. O salto do PIB de Cingapura, que já supera o de muitos países no Hemisfério Norte, segundo ele, foi resultado de políticas deliberadas de investimento na educação e de melhora de qualificação e de produtividade. O mesmo se observou no Estado indiano de Kerala, que no passado viveu graves crises, agora ostentando um nível de desenvolvimento humano próximo também dos países mais ricos do Norte.

Daí, extraí as seguintes observações do Diretor-Geral da Unesco:

No futuro, o potencial de desenvolvimento de uma sociedade vai depender menos de sua riqueza natural que de sua capacidade de gerar, difundir e utilizar o conhecimento.

Isso significa que o século 21 vai assistir à ascensão das sociedades baseadas no conhecimento compartilhado? Como esse é um bem público que deveria estar ao alcance de todos, ninguém deveria se ver excluído numa sociedade do conhecimento. (...) A criatividade e as possibilidades de troca ou partilha aumentam muito nas sociedades interligadas em redes. Essas sociedades criam ambiente especialmente favorável ao conhecimento, à inovação, à formação e à pesquisa. As novas formas de sociabilidade na internet são horizontais e não hierárquicas, encorajando a cooperação, fato que é muito bem ilustrado pelos modelos de colaboração no campo de pesquisas ou nos dos softwares de computadores de ‘fonte aberta’.

O surgimento de sociedades em rede e da concomitante redução dos custos das transações incentiva a ascensão de novas formas de organização produtiva, fundamentadas na troca e na colaboração.

Diz, contudo, o referido autor:

A partilha do conhecimento não pode ser restrita à criação de conhecimentos novos, à promoção do conhecimento do domínio público e ao estreitamento da divisão cognitiva. Ela implica não só o acesso universal ao

conhecimento, mas também a participação ativa de todos.

Assim, ela deverá ser chave para as democracias do futuro, que devem ser baseadas em um novo tipo de espaço público em que encontros democráticos genuínos e deliberações democráticas envolvendo a sociedade civil possibilitem que se tratem os problemas sociais em termos perspectivos. Nos foros híbridos e conferências de cidadãos prefigura-se desenvolvimento em muitos aspectos.

Mas avança o Diretor-Geral da Unesco que “os obstáculos existentes no caminho da partilha do conhecimento são muitos”.

A Unesco promoveu, há pouco tempo, um fórum chamado “Conversa sobre o Século XX”, que “ajudou a identificar os obstáculos a tal tarefa. Polarização, divisão digital e – ainda mais grave – fratura do conhecimento e desigualdade de gêneros são os primeiros empecilhos à partilha do conhecimento.

Para superá-los, recomendou-se que as sociedades terão de investir maciçamente na educação vitalícia para todos: pesquisas, info-desenvolvimento e crescimento das sociedades de aprendizagem”. Assim, terão de cultivar um respeito maior pela diversidade das culturas cognitivas e dos conhecimentos locais tradicionais e indígenas”.

O Diretor, Matsuura, concluiu asseverando que “a partilha do conhecimento não será para sempre uma perspectiva futura, pois ela não é o problema e, sim a solução. A partilha do conhecimento não divide o conhecimento, mas o leva a crescer e multiplicar-se”.

O pensamento do autor merece ser mais conhecido. Necessita, até diria, ser também discutido. Sobre seus argumentos e conclusões, convém uma meditação que todos que possuem responsabilidades públicas precisam fazer, tal a importância da sua tese para o melhor entendimento de uma necessidade que permeia as ações e interações entre povos, governos e instituições da sociedade civil, na atual quadra da globalização, no que se relaciona especificamente com educação e cultura. São áreas estratégicas para o desenvolvimento dos povos.

O que se deduz, Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, das colocações do Diretor-Geral da Unesco é óbvio. Não há democracia nem desenvolvimento sem educação. A revolução tecnológica de nossos tempos não admite outro caminho.

Depois da invenção da imprensa por Gutemberg, ocorrida em meados do Século XV, certamente a mais

profunda revolução na área da informação ocorre agora. Seu exemplo mais significativo, como já chamamos a atenção, é a Internet.

Ela nos põe perante um grande desafio, sobretudo em países emergentes, como é o nosso. Mudar a realidade, investir cada vez mais, portanto, em educação, ciência e tecnologia, especialmente nas áreas do conhecimento e da informação. Investir mais e perseverar.

Diante de “dois caminhos”, aconselhou o filósofo Charles de Foucault, “escolhe o mais árduo, ele é sempre o melhor”. Adotar políticas para o setor e, Sr. Presidente, dar-lhes continuidade é o caminho que nós não podemos deixar de trilhar. Sem ele certamente não atingiremos o objetivo de oferecer a todos e a cada um, sem exclusão, o pleno acesso a tais conquistas.

Se tal não ocorrer, Sr. Presidente, poderemos ver crescer o *gap*, o fosso que nos separa do chamado Primeiro Mundo.

Concluo, citando um especialista no tema – Manuel Castells:

A grande campanha de alfabetização do século XXI estará concentrada em como acessar a Internet, com que equipamentos e a que custo e principalmente em termos culturais, para que se saiba como o que buscar na grande rede. O Brasil terá de empreender, ao mesmo tempo, um grande esforço no sentido da nova alfabetização.

Não só o ensino convencional, mas, buscar investir, cada vez mais, no sentido de promover um amplo e pleno processo de utilização dessas novas tecnologias da informação e do conhecimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

E aproveito a oportunidade para agradecer o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me conferiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Após a conclusão do brilhante pronunciamento do Senador Marco Maciel, que já foi Ministro da Educação, um dos melhores deste País, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

Regimentalmente, S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos na tribuna, mas jamais ousarei cortar a voz deste que representa o melhor da nova geração deste País.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago à tribuna do Senado Federal uma manifestação, que é um dever da Bancada do Partido dos Trabalhadores, buscando o esclarecimento. É sobre uma dura matéria feita pela revista **Veja**, no último final de semana, dando conta de um tal dossiê envolvendo a

candidatura do candidato José Serra, envolvendo supostamente a eleição em São Paulo com repercussões, além de São Paulo, tentando com isso, que possa haver envolvimento da campanha majoritária. A Polícia Federal diz o seguinte em sua nota:

Em referência à matéria publicada pela Revista **Veja** na edição de 18 de outubro de 2006, intitulada “Um enigma chamado Freud”, a Polícia Federal em SP vem a público dizer serem levianas e fantasiosas as informações que acusam a instituição da prática de graves ilegalidades, autorizando o encontro entre os personagens citados na matéria com o Sr. Gedimar Passos, custodiado, à época dos fatos, na carceragem da Superintendência Regional da PF em SP.

O texto da página 49 da citada revista apresenta relatos inverídicos e imprecisos e se baseia em manifestação anônima, supostamente escrita por “três delegados de polícia federal” conduta que, se verdadeira, se mostra incompatível com o exercício da função policial.

Os presos Gedimar e Valdebran, foram retirados da custódia por volta de 20 horas do dia 18 de setembro com destino à cidade de Cuiabá/MT. Antes, o Sr. Gedimar havia saído da cela unicamente para a realização da acareação, retornando às 17 horas. Tudo registrado em livro a que a citada revista teve amplo acesso.

Além disso, o Agente Federal Herculano não realiza plantão na carceragem da PF em SP, mas sim, chefia o referido núcleo, encerrando seu expediente diariamente às 18 horas. Não era, pois, o plantonista no dia 18.

Ressalte-se que o Sr. Freud Godoy apresentou-se espontaneamente na tarde do dia 18.09 (14 horas e 30 minutos), foi acareado com o Sr. Gedimar Passos por volta de 16 horas e 30 minutos e após deixou as dependências da PF em SP, sob a cobertura da imprensa nacional, não mais retornando ao prédio.

Igualmente mentirosa é a versão que o Superintendente da PF em SP, Delegado Geraldo José de Araújo, teria recebido telefonema do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Justiça, indagando-o sobre eventual “respingo no presidente”. Tal fato nunca ocorreu.

Observe-se que o APF Herculano realmente foi procurado por uma repórter da revista, contudo em todo o diálogo desmentiu categoricamente as afirmações da jornalista.

Apresenta-se leviana, pois, a ilação da reportagem que assevera não ter o interlocutor confirmado nem desmentido os fatos.

Apesar de alertada sobre a total impropriedade das ilações, inclusive diante de provas documentais, a revista **Veja** optou por tentar criar fatos para sustentar sua versão fantasiosa.

O Departamento de Polícia Federal não pratica e não admite a prática de ilegalidade, constituindo-se em “Polícia de Estado”, voltada unicamente ao combate à criminalidade e à garantia da ordem pública e da segurança da sociedade brasileira e atua com o firme propósito de esclarecimento de todos os fatos apurados no desdobramento das ações relacionadas à Operação Sanguessuga.

É responsável pela nota a Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo.

O que lamento de tudo isso, Sr. Presidente, é que uma instituição com a grandeza e com a contribuição à democracia e ao Estado brasileiro que tem tido a Polícia Federal seja alvo de suspeitas, de fragilidade de sua imagem, uma “Polícia de Estado”, como é dito na nota, que tanto serviço tem prestado à sociedade brasileira. São mais de 280 operações de combate efetivo à corrupção. Isso nos orgulha a todos os brasileiros, esta luta incansável, noite e dia, da Polícia Federal, com prisões todos os dias.

Hoje, ao ligar o rádio, mais uma vez, ouvi a notícia de uma operação pegando pessoas envolvidas com corrupção neste País. Aí, em uma hora de uma disputa política de tanta intensidade, como nós estamos vivendo, começa a haver um processo de suspeição de uma atitude imparcial e independente da Polícia Federal do Brasil.

Eu lamento muito. Penso que a revista **Veja**, que tem uma enorme contribuição à história da democracia brasileira, tem o dever de fazer uma revisão de sua linha editorial quanto à matéria que foi desenvolvida. Hoje mesmo, ouvi, nos corredores do Senado, inúmeras críticas de jornalistas à fragilidade profissional com que essa matéria foi apresentada. A revista tem um papel fundamental no combate à corrupção. Ela tem de continuar respeitada por todos. Mas penso que o excesso, o lado passional do jornalismo fere aquilo que é a essência de uma atividade que tem como responsabilidade o envolvimento com a realidade, com as virtudes e com os defeitos daqueles que representam a sociedade.

Senador Antonio Carlos Magalhães, ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer. Em seguida, o Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que essa matéria que V. Ex<sup>a</sup> acaba de ler, essa nota, não inocenta o Sr. Freud.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Em nenhum momento ela faz isso. Ela desmente a insinuação de que teria havido a reunião em suas dependências.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Mas, anteriormente, ela procurou inocentar. De maneira que ela foi contraditória, porque aí ela já tem receio de inocentar o Sr. Freud. A **Veja** é uma revista, como V. Ex<sup>a</sup> salientou, da maior importância na vida jornalística brasileira. Talvez seja a melhor revista da América do Sul. Portanto, temos de dar um crédito à **Veja**. Vamos esperar o que ela fará, em razão da nota que V. Ex<sup>a</sup> leu: se ela apresentará novas provas ou se ela se renderá aos argumentos da nota da Superintendência da Polícia Federal. Ainda bem que não foi o Delegado Paulo Lacerda, foi um superintendente que tratou da matéria. De modo que respeito a posição de V. Ex<sup>a</sup>, a leitura da matéria, mas vamos respeitar também a posição da **Veja**, até que os fatos sejam esclarecidos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Tenho absoluta certeza de que esse tem de ser o caminho de nós, Parlamentares, que temos o dever de fiscalizar e de acompanhar um assunto dessa natureza. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, tem a mesma importância que para a Oposição o amplo esclarecimento dessa dúvida que ficou da origem do dossiê e do dinheiro. Que isso seja esclarecido, que culpados sejam punidos. Agora, creio não ser justo que possa haver uma fragilidade da imagem da autoridade moral que tem a Polícia Federal do Brasil perante a Nação e a sociedade. Por isso, a matéria trouxe incômodo a minha pessoa.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Tião Viana, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade de seu pronunciamento. Era importante esse esclarecimento. A palavra da Polícia Federal sobre esse assunto é uma palavra que merece fé pelo que a instituição representa, pela forma como se tem comportado em um momento difícil, com missões difíceis a desempenhar, como essa da apuração da origem do dossiê e do dinheiro respectivo. Não é fácil rastrear tudo isso sem usar métodos que não podem ser usados. Mas a Polícia Federal tem se comportado com uma sobriedade e com uma consciência dos seus deveres e das suas responsabilidades que merece – aliás, tem merecido – o reconhecimento de todos na Casa pela seriedade da Instituição. Mas é muito oportuno que V. Ex<sup>a</sup> use a tribuna para dar essa resposta e, ao

mesmo tempo, dando a resposta, induzir a revista a rever a sua matéria na próxima edição, dando as explicações. Qualquer ser humano está sujeito a erros, e pode, enfim, um jornalista, uma reportagem ter sido induzida ao erro. Mas cabe à revista, no seu papel de órgão de informação, ter a seriedade correspondente para restabelecer a verdade dos fatos. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Considero o seu pronunciamento extremamente, profundamente importante neste momento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que tem contribuído muito com o debate no Senado Federal. Acrescento, ainda, Senador Saturnino, dois artigos que pude ler no fim de semana. Um do Luiz Carlos Azedo, do **Correio Braziliense**, que expõe a necessidade de o impasse da investigação sobre o dossiê ser colocado no seu devido lugar, com a devida imparcialidade profissional da imprensa brasileira; e outro de Jânio de Freitas, na edição de ontem da **Folha de S. Paulo**, em que ele alerta que as instituições têm os seus deveres de correção e de uma ação completamente desarmada para que a vida institucional do País e a democracia possam estar presentes em momentos de impasse como este. É uma matéria sobre a crise que explodiu, focada exatamente na campanha de São Paulo, afetando a campanha nacional, e que precisa de um rápido esclarecimento para a tranquilidade das instituições envolvidas e da disputa política que ora envolve Lula e Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, quero congratular-me com a participação de V. Ex<sup>a</sup>. Lendo o livro do Paulo Brosard, soube que ele, às vezes, discursava duas horas e trinta minutos. Então, o Senador Petrônio Portella limitou o tempo a uma hora, e V. Ex<sup>a</sup>, sabiamente, o limitou a 20 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, do PFL da Paraíba.

De acordo com a inteligência do Senador Tião Viana, com base no Regimento Interno, S. Ex<sup>a</sup> tem direito a falar por 20 minutos.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu caro Senador Mão Santa, Srs. Senadores, estou chegando da minha Paraíba. Lamentavelmente, o que tenho visto no meu Estado e a notícia que tenho pelo resto do Brasil é exatamente o tipo de campanha que considero suja, feita pelo Partido dos Trabalhadores e até por alguns dos Srs. Deputados Federais daquele Partido, que continuam a percorrer o nosso Estado, onde, diga-se de passagem, temos um crescimento a olho nu da candidatura de Geraldo Alckmin a Presidente da República e do nosso companheiro Senador José Jorge,

do meu Partido, do Partido do Senador Antonio Carlos Magalhães, o nosso PFL, a Vice-Presidente.

Como se um desespero tomasse conta do PT e dos seus militantes, continuam percorrendo as cidades e todos os recantos da Paraíba – e com certeza do País –, dizendo que nós, que fazemos a candidatura de Geraldo Alckmin, a candidatura vitoriosa de Geraldo Alckmin, vamos acabar com o Bolsa-Família, vamos privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Vou começar pelas privatizações, Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu, que presidi a CPI dos Bingos, e V. Ex<sup>a</sup>, membro titular daquela CPI e um dos mais atuantes, conseguimos mostrar ao Brasil inteiro a cara do Governo Lula e do PT, a partir da máfia do lixo, da máfia do transporte e de mortes de companheiros do PT, para que eles se calassem, para que eles não trouxessem para o Brasil a verdade. Nós, naquela mesma CPI, mostramos ao Brasil como se comportou o ex-Ministro Palocci, hoje eleito Deputado Federal, em relação à quebra do sigilo do caseiro, quando quebrou o sigilo de um trabalhador brasileiro; trabalhador que o PT disse que representava – Partido dos Trabalhadores –, enquanto Oposição.

Como Governo, desrespeitou os trabalhadores brasileiros, a partir dos funcionários públicos. E lá mostramos que partiu exatamente de dentro da Caixa Econômica Federal o auxílio para que se quebrassem o sigilo daquele trabalhador – o caseiro –, a fim de desmoralizá-lo para que, assim, se salvasse a pele do PT e do Ministro. Piorou! Nem salvou a pele do Ministro, nem a do PT! Pelo contrário: foi mais um escândalo – e dos grandes! –, para que o Brasil entendesse como funciona o Governo do PT.

O que acontece, Sr. Presidente? A partir daquele momento, observamos, na CPI dos Bingos, que já investigava o escândalo envolvendo a GTech, que milhões e milhões de reais foram desviados pela própria Caixa Econômica Federal, envolvendo o Waldomiro Diniz e tantos outros militantes do PT, inclusive o Sr. Palocci.

E hoje vem o PT dizer ao Brasil que queremos privatizar a Caixa Econômica. Não tenho dúvida de que a política utilizada desde o início pelo PT, quando iniciávamos a própria CPI dos Bingos, era no sentido de descaracterizar e desqualificar o nosso trabalho. E agora, para que esses assuntos não voltem a público, prefere levar para a questão da privatização.

Ora, o que temos de fazer? Valorizar a classe trabalhadora brasileira da Caixa Econômica, onde temos excelentes profissionais que podem estar na direção daquele órgão. O que fez o PT? Trouxe pessoas que não tinham nada a ver com a Caixa Econômica, desviaram recursos, roubaram recursos. A prova disso,



Senador Mão Santa, não é o Senador Efraim Morais que está dizendo, como está inventando o PT. Ao contrário, estou pedindo o indiciamento desses ex-diretores da Caixa Econômica. Foi comprovado o envolvimento deles. E todos filiados ao PT! E agora o PT está querendo fugir das dificuldades que se apresentam no momento em que começa a ficar claro e transparente o envolvimento de toda a máquina do PT, de toda a Executiva do PT, como já foi comprovado. E tentam vir com essa história de que vamos privatizar. Pelo amor de Deus, “companheiros” do PT! Vamos tentar agora justificar por que os diretores indicados pelo Presidente Lula estão todos com pedido de indiciamento pelo Ministério Público. Não é mais pela CPI; a CPI já fez a sua parte, encaminhando para o Ministério Público, e o Ministério Público pediu o indiciamento do Sr. Mattoso e de tantos outros que participaram. São mais 40 da Caixa Econômica.

Meus amigos, o que quero dizer com isso? É que vem depois o Banco do Brasil, que o PT diz que queremos privatizar. Se eles estão roubando o Banco do Brasil, se eles estão roubando a Caixa Econômica, como vêm com essa história de que queremos privatizar?

Recentemente, um diretor foi envolvido no escândalo do dossiê.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
– O Sr. Botelho.

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB)** – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que me ajuda.

O Sr. Botelho, Diretor do Banco do Brasil, foi quem intermediou, foi quem fez o meio de campo, talvez com recursos do próprio Banco do Brasil. Agora, paciência! Dizer que vamos privatizar o Banco do Brasil?! É preciso que se diga que o que queremos é dar ao Banco do Brasil a missão que ele sempre teve, que é ser um banco de fomento e não ser um banco a serviço de um Partido, não um banco a serviço de um Governo que está querendo ganhar a eleição de todo jeito. Mas quem vota não é o Banco do Brasil nem a Caixa Econômica Federal, mas os funcionários.

Há pronunciamento meu gravado nos Anais da Câmara dos Deputados em que me posiciono totalmente contrário à privatização do Banco do Brasil. Por isso, vim aqui dizer que, da minha parte, da parte do nosso Partido, da parte do “Presidente” Alckmin, não há nenhuma privatização a caminho do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Pelo contrário, há, sim, o desespero do PT, o desespero daqueles do grupo do Presidente Lula, porque a Oposição, aos poucos, foi descobrindo a maracutaia e o roubo que ocorrem dentro do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, não pelos funcio-

nários, mas pelos diretores nomeados pelo Presidente Lula para fazer exatamente esse tipo de jogo, de maracutaia, para que façam um fundo de campanha e tentem ganhar a eleição, criando, comprando e inventando dossiês contra o próprio candidato à Presidência da República. Queriam até ganhar a eleição de São Paulo contra o Governador Quéricia.

Portanto, Sr. Presidente, a questão das privatizações fica bem clara. Não temos nada a ver com isso. Essa é mais uma mentira do PT. Com certeza, o Presidente Lula não sabia, porque ele não sabe de nada, nada, nada, simplesmente nada. Ele nem sabia que ia haver segundo turno e não está sabendo ainda que perderá a eleição para Presidente da República por uma decisão do povo brasileiro.

Quanto ao Bolsa-Família, ninguém mais que o próprio PT sabe de onde vem o Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Vale-Gás, Peti. Acabaram agora com o Peti e jogaram todos os recursos dentro do Bolsa-Família para aumentar o número de participantes. Mas, ao mesmo tempo, estão prejudicando os que estão ganhando do Bolsa-Família e ganhavam do Peti, que agora está reduzido. Já começou a chegar o dinheiro a menos.

Não sabem eles que o povo começou a entender. O próprio PT disse que a culpa é do prefeito. Ora, prefeito pode cortar Peti? Prefeito pode cortar bolsa? Governo pode cortar nada! Eles juntaram o Peti com o Bolsa-Família, aumentaram o dinheiro e estão agora exatamente tentando iludir o povo brasileiro.

Pois bem. Dizem que somos contra.

Senador Antonio Carlos Magalhães, apresentei, desta tribuna, projeto de minha autoria que se encontra na CAS, Comissão de Assuntos Sociais. Ainda hoje procurarei o Presidente dessa Comissão para pedir que coloque em votação esse projeto em caráter de urgência, garantindo aos beneficiários do Bolsa-Família o direito ao abono natalino, equivalente ao décimo terceiro.

Vou contar uma história. Durante a campanha eleitoral do primeiro turno, estava em um Município chamado Picuí. Fui à zona rural, a uma serra chamada Serra dos Brandões. Lá participei de um evento religioso, depois tivemos um evento político, e, após esse contato, um cidadão ficou perto de mim, fizemos uma roda, começamos a conversar, e esse cidadão do povo, beneficiado pelo Bolsa-Família, disse: “Senador, os funcionários da Prefeitura de Picuí recebem o décimo terceiro, os funcionários do Estado e os federais recebem o décimo terceiro, e o cidadão que trabalha naquela mercearia, que tem carteira assinada, também recebe o décimo terceiro, trabalhador regido pela CLT. Por que nós, chamados – até lembrei o termo usado



pela Senadora Heloísa Helena – de os filhos da pobreza, não temos direito ao décimo terceiro salário?” Eu usei a expressão “abono natalino”, uma expressão equivalente, a mesma coisa.

Senador Antonio Carlos Magalhães, captei de imediato o que queria aquele cidadão. Vim para Brasília na terça-feira, pedi o auxílio de minha assessoria, preparei esse projeto e o apresentei. Entretanto, companheiros do PT disseram que eu queria fazer da matéria um projeto eleitoral. É isso que eles pensam. É porque não pensaram nos que mais precisam, não se lembraram deles.

No Natal, os funcionários recebem o décimo terceiro, e muitos funcionários recebem bem, e têm o direito de comprar presente para os filhos. Podem ter uma ceia com muita comida e bebida na mesa. Aquele cidadão que recebe o Bolsa-Família não pode comprar presente, mas pode ter o pão na mesa de sua família, para, pelo menos, reuni-la. No entanto, o PT é contra isso. Não aceita essa nossa proposta, taxando-a de eleitoral. Como é que nós queremos acabar com o Bolsa-Família se nós é que estamos propondo melhorar as condições desse beneficiários?! Ou será que o PT só quer Bolsa-Família para esta eleição? Será que não assumem o compromisso? Nenhum deles teve coragem de dizer que votaria a favor de meu projeto.

Conheço muito bem esse PT, Senador Antonio Carlos Magalhães. Quando o projeto estiver pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais, a primeira coisa que vão fazer será pedir vista da matéria, para tentar segurar um direito desse pequeno homem brasileiro que precisa, acima de tudo, igualar-se aos demais.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB)** – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup> pronuncia um brilhante discurso e apresenta uma notável idéia. Isso deve servir para que nós, do nosso Partido e dos aliados, somente votemos qualquer coisa se votarem o seu projeto. Fora daí, não devemos votar coisa alguma. Isso é importante. Penso que V. Ex<sup>a</sup> não deve abrir mão disso, nem eu.

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB)** – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Já começo muito bem, contando com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, porque o passo seguinte desse projeto é exatamente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que V. Ex<sup>a</sup> é Presidente. Sei que V. Ex<sup>a</sup> dará ao projeto um encaminhamento em caráter de urgência, para que possamos votar essa matéria ainda neste ano. Nós mostraremos ao PT e àqueles que

estão andando rua por rua, sítio por sítio, neste País, mentindo para o País...

Na realidade, o que temos de fazer é aprimorar esse projeto e, a partir daí, começar uma seqüência de fatos que sejam importantes para o trabalhador. Estar no Programa Bolsa-Família é bom no momento para quem está desempregado, mas o que ele quer é o direito de trabalhar e de ter o seu emprego, para que, a partir daí, ele possa realmente ser cidadão.

Meu caro Presidente, Senador Mão Santa, eu sei que fizeram o mesmo no seu Estado, o Piauí. O mesmo que fizeram na Paraíba estão fazendo no Piauí e no Brasil todo: mentindo. Mentem quando falam em privatização. Mentem quando falam que Geraldo Alckmin vai acabar com o Bolsa-Família. Pelo contrário, o Presidente Geraldo Alckmin saberá aprimorar, melhorar, valorizar. Ele esteve na Paraíba recentemente e lá assumiu comigo mesmo o compromisso de ser favorável ao décimo terceiro do Bolsa-Família.

Portanto, vou tentar, até quarta-feira, pedir, em caráter de urgência, para que se vote essa matéria. Se não conseguir, vou seguir a orientação e a experiência de Antonio Carlos Magalhães: vou pedir solidariedade ao meu PFL, ao PSDB e aos outros partidos da base para que nós demos prioridade a essa matéria, para que se vote essa matéria com urgência, para que os filhos da pobreza também tenham o direito à igualdade, o direito de ter o abono natalino, que é o equivalente ao décimo terceiro.

Foi a partir da pergunta que eles me fizeram que então me pronunciei por meio de um projeto de lei que está na Comissão de Assuntos Sociais. E a pergunta deles foi: “Senador, se os que ganham bem têm direito ao décimo terceiro, por que nós não temos esse direito?” Sabem por quê? Porque, quando foi feito o Bolsa-Família, o PT se esqueceu de dar esse direito ao trabalhador, porque o que nós sabemos é que eles estão preparados inclusive para modificar o regime CLT.

Eles não têm coragem de dizer isso no guia eleitoral deles, mas muitas vezes tentaram iniciar esse processo, e a Oposição não deixou. Da mesma forma, eu soube que o Presidente disse que não o cutucassem para que não se soltasse o cão que ele tem dentro de si para fazer o Governo que gostaria.

Vou repetir para o Brasil inteiro que a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica não contará com o apoio do Senador Efraim Morais e, tenho certeza, dos Senadores Antonio Carlos e Mão Santa, que aqui se encontram. No entanto, a roubalheira dentro do Banco do Brasil, pelos seus diretores, para comprar dossiê terá sempre a pessoa e a palavra dos Senadores Efraim Morais, Antonio Carlos Magalhães e Mão Santa nesta tribuna para mostrar ao Brasil como trabalha

o PT, qual o zelo que eles têm para com o Banco do Brasil. Da mesma forma, faremos com relação à privatização da Caixa Econômica Federal, que não terá, em nenhum momento, em nenhum instante, o apoio, o voto favorável do Senador Efraim Morais. Ao contrário, o Brasil terá aqui a defesa das duas instituições.

Vamos denunciar, mostrar, como fiz por uma decisão de meus companheiros enquanto presidia a Comissão dos Bingos, o que provou a roubalheira existente na Caixa Econômica Federal, inclusive com o pedido de quebra de sigilo de mais de quarenta pessoas diretamente ligadas ao processo da GTech, envolvendo o Presidente, diretores, funcionários, um ou dois, da Caixa Econômica. Sabemos que não é esse o padrão nem o nível dos funcionários da Caixa Econômica, mas foram forçados pelo Presidente da Caixa Econômica ou pelo Ministro Palocci. Para isso, sim, haverá sempre a palavra do Senador Efraim Morais em defesa da instituição e contra a corrupção que acontece dentro desse Governo.

Meus caros Senadores, acredito que aqui transmito exatamente a indignação e até o terrorismo que vem acontecendo no Brasil, principalmente no Nordeste, quando o PT, não tendo mais um argumento que venha a convencer a sociedade, que venha a convencer a população, cria esse tipo de conversa.

Assim, repito com todas as palavras: é mentira o que estão dizendo. Sei que são muitos os beneficiados pelo Bolsa-Família que me vêem e me escutam neste momento. O que eu posso garantir é que vou pedir ao PT, vou pedir ao Líder do PT que me dê, em caráter de urgência, que dispense toda a tramitação... Amanhã, estarei aqui fazendo essa solicitação, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque nesta Casa, quando se quer votar, se vota. Eu tenho certeza de que o nosso Partido, o PSDB, o PDT e outros partidos que estão querendo aprovar essa matéria, como o próprio PMDB, assim espero, nos darão amanhã, em caráter de urgência, que se dispense toda a tramitação. Amanhã estarei aqui fazendo essa solicitação, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque, nesta Casa, quando se quer votar, se vota.

Tenho certeza de que nosso Partido, tenho certeza de que o PSDB, o PDT e outros Partidos que estão querendo aprovar essa matéria – o próprio PMDB, espero – amanhã aprovarão o caráter de urgência, para que, até quarta-feira, possamos votar essa matéria. O que quero mesmo é, aos poucos, tirar a máscara daqueles que estão tentando ganhar a eleição usando o povo brasileiro, mentindo para o povo brasileiro.

Portanto, deixo o meu protesto, a minha indignação com esses que não têm um programa de governo, não têm uma proposta para o Brasil nem para o povo,

que tentam vencer as eleições mentindo, quando dizem, Senador Mão Santa, que vamos acabar com o programa Bolsa-Família. A resposta que dou a eles é que aprovem o meu projeto, garantindo aos beneficiários do programa Bolsa-Família o décimo terceiro salário.

Ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica o que posso dizer é que o que estamos fazendo está certo. Estamos tirando os que chegaram de pára-quebras tanto no Banco do Brasil quanto na Caixa Econômica, a serviço do PT, para desmoralizar aquelas duas instituições. Não há privatização. Não há nada para se privatizar nessas duas tradicionais instituições brasileiras. O que queremos para o Banco do Brasil é que ele volte a ser o banco de fomento que sempre foi, o Banco do Brasil servindo ao Brasil e ao povo brasileiro, principalmente às regiões mais necessitadas e mais carentes do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância. Tenho a certeza e a convicção de que o povo brasileiro começa a entender a farsa que é o PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi brilhante o pronunciamento do Senador Efraim Morais em defesa do Bolsa-Família, originado da inteligência do Senador Cristovam Buarque e incorporado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. S. Ex<sup>a</sup>, agora, inspira-se em tornar lei o décimo terceiro para o Bolsa-Família.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento oriundo do gabinete do Senador Pedro Simon, que requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian, que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.044, DE 2006**

##### **Requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.**

Com fundamento no inciso II, do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a inserção em Ata de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.

Solicitamos, ainda, que nossas condolências sejam levadas a toda a sua família.

##### **Justificação**

Editor atuante, parlamentar durante a Constituinte e intelectual consagrado, Fernando Gasparian faleceu no sábado passado, aos 76 anos. Cidadão que teve participação efetiva na luta pela reconquista da democracia durante o regime militar, Gasparian foi cremado no crematório da Vila Alpina, em São Paulo, após o velório na Assembléia Legislativa paulista.

Reconhecido como empresário e político de fortes convicções nacionalistas, Fernando Gasparian fudou nos anos 70 o combativo semanário **Opinião** e a revista **Argumento**, considerados ambos focos de resistência à ditadura militar. Presidiu ainda a Editora Paz e Terra e criou a livraria Argumento, no Rio de Janeiro.

Nos seus derradeiros dias, Gasparian esteve internado no hospital Sírio-Libanês, da capital paulista, para tratamento de problemas renais que levaram a uma infecção generalizada seguida de parada cardíaca.

“Meu pai tinha duas paixões na vida, minha mãe (Dalva) e o Brasil”, declarou à imprensa um dos filhos do editor, Eduardo.

Numa declaração aos jornalistas, a professora Ruth Cardoso, disse que o editor foi peça fundamental na “resistência cultural” à ditadura: “Nós perdemos um grande amigo de mais ou menos cinco décadas, desde a adolescência. E o Brasil perdeu um empresário que lutou muito por suas idéias. **Opinião e Argumento** foram a base da luta contra a ditadura”.

No início dos anos 60, Fernando Gasparian era um dos principais empresários da indústria têxtil no País, dono da América Fabril, empresa sediada no Rio de Janeiro, que chegou a ter mais de 5.000 funcionários.

Após o golpe militar de 64, Fernando Gasparian passou a ser perseguido pela ditadura. “Meu pai teve de parar com a indústria porque o governo cortou o crédito do Banco do Brasil, que era o principal financiador”, disse o filho Eduardo.

Em 1970, ao saber que poderia ser preso por motivos políticos, Gasparian decidiu exilar-se na Inglaterra. Retomou ao Brasil logo depois, quando fundou o jornal “Opinião”.

Foi editor do jornal entre 1971 e 1975. Durante sete anos, aquele veículo firmou-se como um dos mais importantes críticos ao regime militar, abrigando autores como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Dias Gomes, Alceu Amoroso Lima e Érico Veríssimo.

Em 1973, o grupo do **Opinião** liderado por Gasparian assumiu a editora “Paz e Terra”, fundada em 1965 pelo seu amigo e editor Enio Silveira, também fundador da Civilização Brasileira.

A Paz e Terra deu espaço a autores que eram adversários do regime, como o educador Paulo Freire (1921-1997), autor de “Pedagogia do Oprimido”.

A editora deu prioridade às áreas de filosofia, sociologia e ciência política, tornando-se referência no meio acadêmico.

A revista Argumento tratava com inventividade temas da política, da economia, dos esportes e das artes. O então diretor-responsável, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), chegou a suspender a circulação da revista após o quarto número, em resposta a uma tentativa de tutela da linha editorial pelos censores do governo.

Em 1977, Gasparian criou a Livraria Argumento em São Paulo. No ano seguinte, transferiu-a para o Rio de Janeiro. Hoje, a livraria conta com três lojas na capital fluminense: no Leblon, na Barra da Tijuca e em Copacabana.

O editor retornou a São Paulo em 1984. Dois anos depois, se elegeu deputado federal pelo PMDB. Na Constituinte, sua contribuição mais citada foi a criação do teto dos juros reais em 12% ao ano.

Gasparian também tentou, como deputado, impor uma quarentena (não poderiam ocupar cargos na iniciativa privada) aos ex-dirigentes do Banco Central.

Durante o governo de seu amigo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), opôs-se à privatização da companhia mineradora Vale do Rio Doce e defendeu a adoção do limite de 12% aos juros reais – assim como dizia a Constituinte-, nunca colocada em prática.

Gasparian deixou viúva, Dalva, e quatro filhos, a diplomata Helena e os três livreiros, Laura, Eduardo e Marcus, que dirigem as livrarias Argumento.

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2006. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Marcos Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes, Juvêncio da Fonseca e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Delegado pode pedir prisão de Palocci hoje”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 19 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o inquérito sobre fraudes em contratos de lixo na gestão do ex-Ministro na Prefeitura de Ribeirão Preto será enviado à Justiça.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



REPÚBLICA DE RIBEIRÃO

# Delegado pode pedir prisão de Palocci hoje

Inquérito sobre fraudes em contratos de lixo na gestão do ex-ministro na prefeitura será enviado à Justiça

**Gustavo Porto  
Brás Henrique**  
RIBEIRÃO PRETO

O delegado seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antonio Valencise, disse que deve concluir hoje o inquérito sobre irregularidades nos contratos de limpeza da prefeitura e vai enviá-lo à Justiça, com pedido de prisão dos envolvidos. Ele não quis antecipar nomes, nem dizer se pedirá a prisão do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Por mais de um ano, Valencise investigou as denúncias de irregularidades nas gestões dos petistas Palocci (2001 a 2002) e Gilberto Maggioni (2002 a 2004). Segundo ele, o contrato de limpeza urbana em Ribeirão teria sido superfaturado em cerca de R\$ 30,7 milhões nos 4 anos de governo Palocci-Maggioni. Baseado no depoimento de Rogério Buratti, ex-diretor do grupo Leão Leão e ex-secretário de Palocci, o delegado declarou que o dinheiro obtido com a empresa era usado para pagar propina ao PT e a políticos petistas.

Mesmo que não estejam entre os que terão prisão pedida, Palocci, candidato a deputado federal, e Maggioni, que está afastado da política, podem ser denunciados pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, formação de bando ou quadrilha e lavagem de dinheiro. O delega-

do já os indiciou pelos crimes e vai solicitar ao Ministério Público, após enviar o inquérito à Justiça, que faça as denúncias.

Além dos dois, devem ser citados no relatório Donizete Rosa, ex-secretário de Palocci e ex-superintendente do Serviço Federal de Processamento de Dados, e sua mulher, Isabel Bordini, ex-diretora do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão – o órgão responsável pelo contrato do lixo –, o presidente do grupo Leão Leão, Luiz Cláudio Leão, o ex-secretário de Palocci e ex-executivo da compa-

## Ex-ministro foi indiciado por peculato e mais três crimes

nhia Wilney Barquete e outros ex-diretores da empresa. Para Valencise existe um conjunto probatório – “as provas são incontestáveis”, afirma sempre – contra os acusados. Desde o início do ano, ele cita Palocci como o “chefe da quadrilha”.

O inquérito – que tem cerca de 15 mil páginas – arrastou-se até agora porque o delegado esperava o resultado de perícias em documentos apreendidos na Leão Leão em fevereiro, pela Receita Estadual, que ainda

não ficaram prontos. Mas, independentemente disso, ele considera suficiente todo o material que tem.

Valencise também aguardava a Justiça julgar as liminares pedidas por três acusados – Luiz Cláudio Leão, Fernando Fischer e Marcelo Franzine –, que obtiveram habeas-corpus e não foram indiciados. Todos os investigados, inclusive Palocci, negaram as acusações.

Esse é o segundo inquérito do lixo na cidade. O primeiro, encerrado há quase um ano, apurou formação de quadrilha e Valencise indiciou Luiz Cláudio, Fischer e Franzine, da Leão Leão, e Buratti. Mas o Ministério Público Estadual ainda não ofereceu denúncia, pois espera transcrições de escutas telefônicas.

O segundo inquérito foi aberto após a prisão de Buratti que, em depoimento, informou que Palocci e Maggioni receberam propinas mensais de R\$ 50 mil da Leão Leão entre 2001 e 2004. Neste inquérito, Buratti foi ouvido como testemunha e não foi indiciado. Toda a investigação do lixo começou em 2005, após escutas telefônicas autorizadas pela Justiça flagrarem conversas que evidenciavam conluio entre empresas em várias cidades. ●

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo cantor Caetano Veloso, intitulada “Eu não sou maluco para reeleger Lula”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 7 de setembro de 2006.

Na entrevista, o cantor descarta apoiar a reeleição do Presidente e observa que, a cada solenidade de despedida dos que cometeram delitos, ele levantou a voz para dizer boas palavras a essas figuras. Para Caetano Veloso, o escândalo do mensalão foi vergonhoso.

## Eu não sou maluco para reeleger Lula

Caetano Veloso lança “Cê”, disco em que utiliza um trio básico de rock; na entrevista, discute a questão racial e descarta apoiar a reeleição do presidente

“Não sou burro nem maluco”, disse Caetano Veloso à **Folha** ao justificar sua decisão de não votar em Lula — o que já não faria, segundo ele, por ser contra a reeleição. “Mas, mesmo se fosse a favor, não votaria. O escândalo do mensalão foi vergonhoso.” Em “Cê”, no entanto, o novo CD de Caetano, a questão política mais explícita está em “O Herói”

**MÁRCOS AUGUSTO GONÇALVES**  
EDITOR DA ILUSTRADA

Na entrevista que segue, Caetano Veloso fala sobre a questão racial, crítica a esquerda e diz que não é burro nem maluco para reeleger Lula.

★

**FOLHA** - Na música “O Herói” quem fala é um militante que quer semear o ódio racial, mas descobre no final que é o homem cordial. Como você concebeu essa letra?

**CAETANO VELOSO** - É como se fosse a trajetória de um ativista do movimento negro que, depois de se opor a todas as ilusões da harmonia racial brasileira, termina reafirmando-se como o homem cordial e instaurador da democracia racial. É como se ele atravessasse o processo inteiro e no fim chegasse a uma coisa a que só um brasileiro poderia chegar.

Eu acho que temos que passar por esses estágios. Quando eu era menino, vi uma menina preta, filha de dona Morena, que morava perto de nossa casa, em Santo Amaro, saindo do banho com o cabelo sem estar esticado. Achei lindo. Quando, nos anos 60, veio a aparecer o cabelo “black power”, eu achei que era uma realização dos meus sonhos. Naquela época eu torcia para que as coisas ficassem mais acedidas e visíveis. E vi pessoas negras e de grande talento irem muito fundo nessas questões, que eu incentivava. Porém, nunca abandonei a perspectiva da cegueira para as cores tradicionais no Brasil, embora tenha servido para a manutenção da opressão. Mas não era só a isso que eu achava — e essa é a história.

Eu acho que, no fim das contas, esse movimento, quando chegar à sua plenitude, se não houver um desvio alienante, vai reencontrar esses conteúdos brasileiros, por causa de nossa muito profunda miscigenação e da tradição de não manifestar o ódio racial.

**FOLHA** - Você já falou contra a institucionalização do racismo no Brasil à moda dos EUA.

**CAETANO** - Há muitas vezes uma vontade, uma necessidade quase irracional de imitar os americanos. Por isso eu disse — hoje olha os mano — na letra de “Rock’n’Raul”, que é uma grande canção subestimada.

**FOLHA** - Você tem uma posição clara sobre a proposta de cotas raciais?

**CAETANO** - Não é 100% clara...

**FOLHA** - Nem 100% negra... (risos)

**CAETANO** - Assinei um manifesto para retardar uma possível aprovação apressada do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que torna a proposta das cotas mais recusável. Eu acho que definir os cidadãos brasileiros pela raça em lei não é uma boa ideia. Quanto às cotas, não sou muito favorável, mas acho que algum movimento de ação afirmativa deve ser feito. Me parece evidente demais que, uma vez que os pobres são majoritariamente negros, se você fizer um programa de educação e de emprego com vistas a uma reparação da enorme distorção produzida pela má distribuição de renda no Brasil, os negros estarão automaticamente beneficiados, sem que haja critério racial e discriminação dos não-negros.

**FOLHA** - O que você achou do livro “Não Somos Racistas”, do Ali Kamel?

**CAETANO** - Achei de grande importância, embora negligenciado por alguns. Você sabe como é a esquerda tem o velho juízo de só ler aqueles livros que já concordam com as ideias que ela tem. Aquelas pessoas que supostamente são progressistas e que querem a Justiça já se põem como inimigas do livro, o que é uma pena. O livro é para verdadeiramente fazer a discussão caminhar. Pela primeira vez responde-se com rigor estatístico a exigências que nasceram por causa da atenção às estatísticas. A ideia da democracia racial brasileira parecia um sonho romântico que as es-

Sr. Presidente, solicito que a entrevista acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

(leia letra à direita), que perfaz o caminho de um militante negro, do ódio à democracia racial. Depois de um álbum inteiro de canções em inglês, com 23 faixas e orquestra, “Cê” traz 12 canções de autoria do compositor, todas executadas por ele e por um trio básico de rock, formado por Pedro Sá, Marcelo Callado e Ricardo Dias Gomes.

tatísticas negavam. E nunca se respondia com estatísticas.

### NOVO CD ESTA DISPONÍVEL NA INTERNET

“Cê” chegará às lojas no dia 12, mas de hoje até o dia 11 estará em pré-venda no UOL Megastore. O download de cada faixa custa R\$ 2,49. Baixar o CD inteiro sai por R\$ 23. O preço sugerido para lojas é R\$ 40. A tiragem inicial é de 50 mil discos

mas com retórica. O livro pega a linguagem dos opositores e traz uma resposta de muita substância. Descartá-lo demonstra falta de saúde social.

**FOLHA** - Ao contrário de Chico Buarque, você já disse que não votaria em Lula. Por quê?

**CAETANO** - Não vou. Não me arrependo de ter votado nele, mas sou contra a reeleição. Não votei pela reeleição de Fernando Henrique, que nos deu de presente oito anos de esquerda marxista da USP. E como eu já estou com 64 anos e ele e Lula são a mesma coisa, eu acho que seria demais 16 anos com essa turma.

**FOLHA** - O sociólogo Gilberto Vasconcelos se referia a “essa turma”, que veio a se dividir entre PT e PSDB, como a coalizão CUT-USP-Fiesp...

**CAETANO** - Eu acho essa expressão dele totalmente certa.

**FOLHA** - Em quem você vota?

**CAETANO** - Não sei em quem vou votar. Não gosto de votar nulo. Eu preferiria que Lula pelo menos não fosse eleito no primeiro turno.

**FOLHA** - Como você vê o escândalo do mensalão?

**CAETANO** - Eu acho que foi realmente vergonhoso e ruim. Há uma certa regressão no país — que fez o impeachment de

Collor — quando se passa uma esponja no escândalo do mensalão. Lula e o PT afastaram os acusados. Lula se disse traído, mas a cada solenidade de despedida dos que cometeram delitos levantou a voz para dizer boas palavras a essas figuras. E pôs a culpa num possível complot das elites através da mídia, o que eu acho completamente incongruente. Eu não sou burro, nem maluco, então não vou votar nele. Votei em Lula con-

tra Collor no segundo turno, mas meu candidato não era ele. Era o Brizola. E continua sendo (risos). Na última eleição, eu achei que era a hora de um operário chegar ao poder, de o PT enfrentar a realidade e de se desmistificar tudo isso. Se o Serra tivesse ganhado, ele, que é um excelente candidato, seria massacrado por essa mitologia do Lula, da esquerda e do PT. Quando justifiquei meu voto em Lula, disse que esperava que ele fosse empossado, que governasse e que passasse a faixa para outro. Continuo pensando da mesma maneira.

**FOLHA** - É como naquela canção: “Mãe eu quero ir a Cuba e quero voltar”?

**CAETANO** - Exatamente. E eu cantei isso em Cuba.

**FOLHA** - Por que há essa leniência em relação ao escândalo?

**CAETANO** - Eu acho que é por causa da esquerda. A esquerda é como torcida de futebol. As pessoas ficam cegas. Eu sou um simpático da esquerda por sede de harmonia, de dignidade e de Justiça. Mas vejo frequentemente que a esquerda é quem mais ameaça essas coisas que me levaram a me aproximar dela.



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Preso diz à PF nome de petista que mandou comprar dossiê de Vedoin”, publicada pelo **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o advogado Gedimar Pereira Passos, preso com R\$1,7 milhão em quarto de hotel em São Paulo, revelou em depoimento à Polícia Federal que Freud Godoy, assessor do gabinete do Presidente Lula, escalou-o para pagar pelo falso dossiê contra candidatos tucanos.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Preso diz à PF nome de petista que mandou comprar dossiê de Vedoin

Advogado revela que 'Froude' ou 'Freud' o escalou para pagar R\$ 1,75 mi por papéis contra candidatos tucanos

Sônia Filgueiras  
Vannildo Mendes  
Ana Paula Scinocca

O advogado Gedimar Passos deu, em depoimento à Polícia Federal (PF) de São Paulo, o nome da pessoa do PT que teria sido a responsável pela operação de compra do dossiê contra os candidatos do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, e à Presidência, Geraldo Alckmin, e o ex-ministro da Saúde, Barjas Negri, também tucano. Gedimar declarou que foi a mando de um homem chamado “Froude” ou “Freud” que recebeu a missão de pagar R\$ 1,75 milhão por documentos e informações sobre o suposto envolvimento dos políticos no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.

Segundo ele, consta que o mandante da operação seria dono de uma empresa de segurança “no (ex) Rio de Janeiro/SP”. Ele também afirmou que não sabe dizer se “Froude” ou “Freud” tem influência no PT, mas a polícia já trabalha na identificação do responsável.

**Gedimar teria sido contratado para avaliar veracidade do material**

Há pistas que apontam para Freud Godoy, atual assessor do Gabinete da Presidência e ex-coordenador de segurança das quatro campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência. É uma espécie de fiel escudeiro do presidente desde a década de 80. Segundo informações de funcionários do Diretório Nacional do PT de São Paulo, Freud é sócio de uma empresa de segurança que presta serviços ao partido. Ele foi procurado, mas não foi localizado ontem pelo Estado (leia ao lado).

Gedimar e o empresário petista Valdebran Padilha foram presos na sexta em São Paulo com R\$ 1,75 milhão, em notas de real e dólar. Eles estavam em um hotel da zona sul e tinham agendado encontro com Luiz Antônio Vedoin e o tio dele, Paulo Roberto Trevisan, que teriam dossiê supostamente capaz de relacionar Serra e Alckmin com a venda superfaturada de ambulâncias para prefeituras. Vedoin é dono da Planam, empresa que vendia os veículos e era o pivô do chamado esquema dos sanzeussuzas.

Os dois deveriam verificar a autenticidade do material. Num depoimento prestado anteriormente, eles contaram que o dinheiro para adquirir o dossiê veio de um representante do PT de São Paulo. Gedimar também descreve os dois emissários do PT que teriam entregado o dinheiro destinado ao pagamento pelo dossiê. Segundo o advogado, o primeiro R\$ 1 milhão ele recebeu de um desconhecido no estacionamento do hotel onde estava hospedado na véspera de ser preso. O restante, de uma pessoa que se identificou como “André”.

Ainda conforme o depoimento do advogado, o PT teria tido dificuldades de levantar o dinheiro. Assim, teria trazido para a operação um órgão de imprensa que teria exclusividade na divulgação do material. O mesmo dossiê também seria entregue por Vedoin à Justiça Federal de Mato Grosso. No dia 14, o advogado do empresário protocolou na Justiça do Estado todos os documentos relacionados ao suposto envolvimento de um empresário ligado a Barjas, hoje prefeito de Piracicaba (SP), no esquema.

Gedimar disse não saber exatamente qual o órgão que participaria da operação de compra, se uma revista ou um grande jornal paulista. A reportagem com o dossiê envolvendo Serra e Negri foi publicada pela *IstoÉ* desta semana. A revista nega envolvimento.

O advogado contou que, originalmente, os Vedoin pediram R\$ 20 milhões pelo material, mas, com o avanço das negociações, a soma caiu para R\$ 10 milhões, depois para R\$ 2 milhões e acabou sendo fechada por R\$ 1,75 milhão. O processo de entrega dos documentos teve percalços. Segundo ele, os Vedoin entregaram informações velhas e um CD vazio aos jornalistas que foram para Cuiabá para a entrevista.

Gedimar contou que o pagamento de parte do dinheiro estaria condicionado ao recebimento da documentação pelos jornalistas. Já Luiz Antônio Vedoin só queria liberar a papela da após receber o dinheiro.

Os Vedoin teriam procurado o PT para vender os dados porque estavam com os bens indisponíveis. A documentação a ser oferecida seria volumosa: milhares de páginas e documentos que comprometiam gravemente políticos de outros partidos e do próprio PT. O conteúdo er volveria não só sar guessiguas, mas outros esquemas de corrupção. No entanto, Paulo Trevisan, tio de Vedoin, preso na operação, tinha em seu poder só uma pasta com fotos e registros vídeo da cerimônia de entrega de ambulâncias da Planam com a participação de Serra.

Em maio deste ano a Polícia Federal prendeu 46 pessoas, entre elas os empresários Luiz Antônio e Darci Vedoin, acusados de participar de uma quadrilha que vendia ambulâncias superfaturadas

Em julho é fechado um acordo de delação premiada, no qual o empresário Luiz Antônio Vedoin se compromete a colaborar com a Justiça, em troca de redução da pena

No último dia 15, Luiz Antônio Vedoin volta a ser preso, após agendar venda a intermediário petista de material para acusar candidatos tucanos. A revista *IstoÉ* sai com denúncias contra José Serra, do PSDB

**Criada a CPI**

No fim de junho abre-se a CPI, presidida pelo deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ). Quinze inquéritos já haviam sido pedidos pelo Ministério Público.

**Suspeitos no Senado**

O vice-presidente da CPI, Raul Jungmann (PPS), fala de indícios do envolvimento dos senadores Suassuna, Seris, Silhessarenko (PT), Magno Malta (PL-ES)

**Petista envolvido**

Darci Vedoin acusa, na CPI, o integrante do Diretório Nacional do PT José Ailton Cirilo como beneficiário de propinas. Cirilo nega a acusação

**Mais 54 suspeitos**

Em agosto, Luiz Antônio Vedoin apresenta à Justiça provas que incriminam 54 parlamentares e um assessor de Humberto Costa

**Suassuna não convence**

No último dia 13, Ney Suassuna presta depoimento à CPI, mas não convence o relator Jefferson Peres (PDT-AM), que revela disposição de incriminá-lo

**Freud Godoy é próximo de Lula e da cúpula do PT**

O segurança Freud Godoy, hoje assessor do gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, foi procurado, e não localizado, ontem pela reportagem do Estado. Próximo a Lula, Freud trabalhou como seu segurança na campanha presidencial de 2002. Antes disso já atuava como segurança para Lula, de quem era amigo em seus tempos de sindicalista.

Com a vitória de Lula, em janeiro de 2003, Freud foi nomeado para um cargo no gabinete pessoal do presidente na função de assessor especial, em 12 de março de 2003. Oficialmente, ele cuida da segurança da primeira-dama, Maria da Leticia, mas já foi visto cumprindo outras tarefas para o Planalto. No final de dezembro de 2002, ele acompanhava Lula em caminhadas na Granja do Torto, dias antes de sua posse.

Uma das tarefas de segurança é o controle de manifestações em atos que Lula participa. Freud consta da relação de 374 militantes do PT com cargos na administração federal que descontam contribuição em folha para o partido. No PT, é todo com discríeto e com circulação direta não só junto a Lula, mas também com dirigentes partidários. • S.F., V.M. e A.P.A.

**A OPERAÇÃO SANGUESSUGA**

**A cronologia do caso**

**A metralhadora giratória de pai e filho Vedoin**

Por meio da empresa Planam, de Luiz Antônio e Darci Vedoin, ambulâncias superfaturadas eram vendidas para prefeituras com uso de emendas parlamentares. Os envolvidos recebiam propina

**Primeiros acusados**

Em maio, livro-caixa da Planam traz os nomes de Iris Simes e Niton Capikábia (PTB), Pedro Henry e Lino Rossi (PP), Paulo Baltazar (PSB) e Ney Suassuna (PMDB)

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Lula: ‘Democracia não é só coisa limpa, não’”, publicada pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 6 de setembro do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula, em comício realizado em Caruaru, PE, afirmou que “democracia não é só coisa limpa”. A afirmação visava a defender seus aliados no Estado, o ex-Ministro da Saúde, Humberto Costa, indiciado pela Polícia Federal no inquérito que investiga a máfia dos vampiros, e Eduardo Campos, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, citado no caso dos sanguessugas.

Além disso, a matéria mostra que o Presidente Lula recebeu o apoio do MLST, entidade responsável

pelo quebra-quebra no Congresso Nacional este ano. O coordenador do movimento, Bruno Maranhão, participou do comício.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Lula: ‘Democracia não é só coisa limpa, não’

Presidente defende e chama de menino o ex-ministro indiciado pela PF por envolvimento com a máfia dos vampiros

Letícia Lins

• CARUARU (PE). Ao lado do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, indiciado pela Polícia Federal no inquérito que investiga a máfia dos vampiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ontem seu último comício desta campanha em Pernambuco. Candidato do PT ao governo estadual, Costa dividiu o palanque com o candidato do PSB, Eduardo Campos, ex-ministro da Ciência e Tecnologia. Lula, que apóia os dois, defendeu seus aliados e, ao discursar, disse que todos estão aprendendo com as denúncias, até porque a democracia não é “só coisa limpa”.

Dirigindo-se a Costa, Lula defendeu a gestão de seu ex-ministro.

— Deus escreve certo por linhas tortas, e a verdade virará a tona. O povo é mais inteligente do que de uma classe política. Por isso, Humberto, não se deixe perturbar com as acusações. Sou testemunha que foi este companheiro que mandou uma carta pedindo para a Polícia Federal investigar o sanguessuga — disse Lula, enganando-se de escândalo.

Ao continuar a defesa de Costa, Lula afirmou que a lisura do comportamento do ex-colaborador será provada.

— Portanto, não se preocupe. Alguém vai poder comprovar a lisura do seu comportamento. De qualquer forma, isso também é uma coisa que temos que aprender e que faz parte da democracia. Democracia não é só coisa limpa, não. Democracia às vezes tem dessas coisas que nos causam preocupação, que nos causam desgosto, mas nós temos que saber enfrentar, porque nós vamos derrotá-los não é batendo boca na televisão, é na urna, no dia 1º de outubro.

Em seu discurso, Lula criticou a oposição e acusou de fazer um jogo rasteiro na campanha eleitoral. Detalhe: foi a PF quem indiciou Costa.

— Tem gente que faz campanha séria, e tem gente que faz campanha rasteira, fazendo papel impréstatível do ponto de vis-

ta da formação da sociedade brasileira. Já vi este menino (Humberto) ser acusado e este menino (Eduardo) ser acusado.

E eu mesmo já fui acusado muitas vezes. Minha mãe dizia: “Meu filho, cautela e caldo de galinha só ajudam a quem tem calma”. Se eu tivesse sendo acusado por um trabalhador, estaria preocupado. Mas quem está na tribuna do Senado e da Câmara me acusando não merece que eu perca o meu tempo — disse Lula.

Antes de Lula, Costa se defendeu das acusações e disse que não teme ser investigado:

— Quem nada deve, não tem nada a temer. Não sei se os que me atacam têm coragem de abrir sigilo fiscal, telefônico e bancário como eu fiz. Não vou baixar minha cabeça

**Bruno Maranhão, do MLST, comparece ao comício**

Lula foi a Pernambuco a convite da Confederação Nacional de Agricultura (Contag), que levou ao estado presidentes de todas as federações do país. O presidente da Contag, Manoel Santos, declarou apoio a Lula. O MST não organizou caravanas, mas o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) exibiu uma grande faixa do palanque: “MLST presente, Lula Presidente”.

O MLST foi a entidade responsável este ano pelo quebra-quebra no Congresso este ano. O coordenador nacional do movimento, Bruno Maranhão, participou do comício no meio da multidão. Processado pela Justiça por causa da invasão do Congresso, Maranhão, em visitas anteriores, acompanhou Lula.

Apesar de ter-se negado a participar de debates com outros candidatos e a comparecer à sabatina do GLOBO, Lula pediu a seus aliados a debater:

— As agressões vão aumentar. Aceitem o debate político mas não tenham desfecho por casa. Não vamos aceitar baix nível de campanha — disse. ■

## Novo presidente do TCU pede rigor na conduta

Guilherme Palmeira destaca preocupação ética

Ilmar Franco

• BRASÍLIA. Ao tomar posse na presidência do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Guilherme Palmeira criticou ontem os desvios de conduta e as atitudes antiéticas e afirmou que sua gestão será rigorosa na aplicação das leis. O ex-senador pelo PFL de Alagoas mandou um aviso aos que forem eleitos para cargos executivos e que estão sujeitos ao julgamento do tribunal.

— Aqui (TCU) se cultiva mais a compreensão e a moderação, enquanto a exaltação é típica da política, tão duramente atingida nos últimos anos por desvios de conduta e procedimentos antiéticos que abalam e comprometem a legitimidade da representação nacional — disse Palmeira. — Assumo a presidência do TCU com a vontade do cidadão brasileiro de ser rigoroso na aplicação das leis sem cometer injustiças, ser implacável com os desvios de recursos públicos sem distinção de categoria social, caráter ideológico ou função que exerça.

Nas eleições de 1994, Palmeira foi indiciado pelo PFL para ser o candidato a vice-presidente na chapa do tuca-

no Fernando Henrique Cardoso, mas foi substituído depois que se tornou público o fato de que um assessor de sua confiança recebera dinheiro de uma empreiteira.

Os ministros Márcio Thomaz Batos (Justiça) e Dilma Rousseff (Casa Civil), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o vice-presidente da Câmara, Thomaz Nonô (PFL-AL) e o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio de Mello, compareceram à posse.

Palmeira elogiou a decisão da Justiça Eleitoral, que reviu norma pela qual não era causa da inelegibilidade a rejeição das contas de governantes que recorreram à Justiça comum. Palmeira disse que lutará pela aprovação de duas leis que estão no Congresso, que permitem ao tribunal o acesso ao sigilo fiscal e bancário de autoridades e que tornam suas decisões auto executáveis.

Palmeira negou que seu discurso leve como alvo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que fazia referência a desvios de conduta ocorridos no âmbito do Executivo e do Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **Época** do último dia 7 de agosto do corrente.

Na entrevista, intitulada “Por um Plano Real na política”, o ex-Presidente afirma que a reforma política será o principal desafio do próximo presidente. Segundo ele, “a implementação de mudanças no sistema eleitoral deve ser a prioridade máxima do próximo governo, para evitar um colapso institucional”.

Como segundo assunto, eu gostaria de comentar o acalorado debate que marca a campanha ora em curso com vistas ao segundo turno da eleição presidencial e que procura trazer à atenção do eleitorado os caminhos propostos por cada um dos dois candidatos para assegurar o pleno desenvolvimento da Nação, em moldes sustentáveis e com maior justiça social.

Por uma feliz coincidência, a meio caminho entre o primeiro e o segundo turno comemora-se uma data que enseja as reflexões de maior relevância para a definição do único caminho que poderá, verdadeiramente, promover a inserção do Brasil no concerto das nações altamente desenvolvidas e garantir um futuro mais venturoso para os seus filhos. Ontem, dia 15 de outubro, celebramos o Dia do Professor, e é para homenagear os mestres de todo o País que venho, hoje, à tribuna da Casa.

É certo que não podemos deixar de cumprimentar os artífices do processo educacional pelo transcurso de sua data. Contudo, não é menos certo que a verdadeira homenagem a que aspiram os professores é que, ao longo dos 365 dias do ano, não eles pessoalmente, mas a educação seja lembrada.

Isso porque ninguém melhor do que eles conhecem a indissociável correlação entre educação de qualidade e bem-estar social e econômico. Ninguém melhor do que os professores sabem que, no mundo atual, as nações somente conseguem galgar uma posição de destaque quando elegem a educação como prioridade nacional. Ninguém melhor do que os mestres sabem que o caminho para a emancipação dos indivíduos e das sociedades passa, necessariamente, pela educação.

A esse propósito, vale destacar o entendimento expresso pelo próprio Banco Mundial em um texto que recentemente trouxe a público. Segundo aquela importante instituição internacional:

Em uma economia global, onde o ‘capital humano’ é crítico para a competitividade, desigualdades que resultem no não-desenvolvimento das aptidões e conhecimento das pessoas, entre outros fatores, podem, de fato, retardar o crescimento econômico e enfraquecer o impacto de redução da pobreza de qualquer crescimento obtido. A chave para a redução das desigualdades na América Latina é a educação. A educação é o ativo produtivo mais importante do qual poderá dispor a maioria das pessoas.

De fato, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a análise atenta da experiência das nações evidencia, acima de qualquer possibilidade de contestação, que o desenvolvimento humano é condição e não resultado do crescimento econômico, sendo a educação um dos principais fundamentos desse processo, como mostrou José Luis Coraggio em sua obra **Desenvolvimento Humano e Educação**.

Portanto, se a sociedade brasileira está efetivamente determinada a se libertar das amarras do atraso, da pobreza e da desigualdade, os mais ingentes esforços devem ser empreendidos no sentido de superar as inúmeras e tantas vezes já diagnosticadas mazelas do nosso sistema educacional, como o ainda vasto contingente de analfabetos absolutos e funcionais, as elevadas taxas de evasão e de repetência, os péssimos resultados do aprendizado, a pouca eficácia dos cursos de formação continuada para professores, os baixíssimos salários pagos aos educadores, a pequena oferta de vagas na educação infantil.

Para mim, na condição de representante do Estado do Amapá nesta Casa, é motivo de especial preocupação o fato de que essas deficiências de nosso sistema educacional, observadas em todo o território pátrio, apresentam-se com gravidade ainda maior na região Norte.

Avaliação conduzida alguns anos atrás pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) constatou que o estudante brasileiro que chega ao último ano do ensino médio não sabe calcular médias aritméticas, resolver problemas que envolvam porcentagens nem lidar com juros simples. Também é incapaz, ao ler um texto, de compreender a relação entre uma tese e os argumentos que a sustentam, mesmo já tendo dez anos de estudos.

Se o resultado nacional já deixa a desejar, a situação piora no Norte e no Nordeste. Os alunos que



estavam, naquela oportunidade, terminando o ensino médio obtiveram média de 280 pontos em matemática, numa escala que vai de 0 a 475 pontos. No Nordeste, a média foi de 265 pontos e no Norte, de 253 pontos. Conforme os parâmetros do Ministério da Educação, isso significa que os alunos dessas regiões não sabem usar frações nem relacionar metros e centímetros. No conjunto do País, os alunos da 4ª série só sabiam fazer contas de somar e subtrair. No Nordeste e no Norte, à exceção do Amazonas, nem isso os alunos conseguem, sendo incapazes também de ler as horas e de identificar o valor de cédulas e moedas.

Nossa região se caracteriza, ainda hoje, por índices de analfabetismo consideravelmente mais elevados do que na média do País e por um número significativo de professores leigos atuando nos diversos níveis da educação básica, o que contribui para o baixo rendimento do sistema escolar da região.

Na Amazônia Legal, as universidades federais, implantadas nas Capitais, se constituem, em alguns casos, na única instituição pública de ensino superior do Estado, desempenhando, dessa forma, um relevante papel social na produção e socialização de conhecimentos. Entretanto, a ausência de quadro docente e técnico-administrativo permanente, a inadequação das instalações, a falta de recursos para manutenção, aquisição de acervo bibliográfico e equipamentos para os laboratórios têm-se constituído em sérios entraves ao atendimento efetivo da demanda reprimida da comunidade amazônica.

Enquanto nas regiões Sul e Sudeste o percentual de matrículas no ensino superior de jovens entre 20 e 24 anos fica, respectivamente, em torno de 16% e 15%, na região Norte sequer alcança os 7%. No que tange ao ensino médio, a expansão, nos últimos anos, foi bem mais acelerada na região Norte do que na média do País. Enquanto as matrículas nas demais regiões do Brasil cresceram 52,2% de 1991 a 1996, na região Norte o crescimento foi de 83,4%, o que acarreta forte aumento da demanda por vagas no ensino superior.

Assim, da mesma forma que aperfeiçoar o sistema educacional do País é condição indispensável para assegurar o desenvolvimento nacional, investir na educação nas regiões Norte e Nordeste é pré-requisito para reduzirmos as desigualdades regionais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, indiscutivelmente, uma das providências de maior relevo para a melhoria da educação é a garantia de um salário

digno para os professores em todos os níveis. E, nesse aspecto, ainda temos muito a avançar. Segundo pesquisa conduzida pelo já mencionado Inep no ano de 2003, um professor que atua na educação infantil ganhava, naquele ano, em média, um salário de R\$423,00. Docentes que lecionam em turmas de 1ª a 4ª série recebiam R\$462,00 e os de 5ª a 8ª série, R\$600,00. Já um professor que atua no nível médio ganhava, em média, R\$866,00.

São níveis remuneratórios absolutamente incompatíveis com o trabalho de elevada responsabilidade social desempenhado pelos educadores. Além disso, as diferenças salariais são marcantes entre os professores nas diversas regiões do País, estando os menores rendimentos, como seria de se supor, no Norte e no Nordeste. Um professor da região Sudeste ganha, em média, duas vezes mais que seu colega da região Nordeste. Na educação infantil, por exemplo, o professor do Sudeste ganha R\$522,00 e o do Nordeste R\$232,00. No ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, os salários são de R\$793,00 e R\$373,00, respectivamente, nas Regiões Sudeste e Nordeste.

No esforço de valorizar os educadores, garantindo-lhes remuneração condigna e oportunidades de formação continuada, especial atenção deve ser dada aos professores da educação pré-escolar e do ensino fundamental. Afinal, não podemos esquecer que a difícil arte de transmitir conhecimento revela-se tanto mais sutil, tanto mais delicada quanto mais tenra for a idade do educando.

É preciso prestar o devido reconhecimento, inclusive, ao notável esforço de qualificação que os professores desse nível de ensino vêm realizando. Veja-se que, em 1991, apenas 17% dos educadores que atuavam na pré-escola tinham nível superior, parcela que subiu para 27% em 2002. No mesmo período, o índice de profissionais com o fundamental incompleto atuando na educação pré-escolar caiu de 6% para apenas 1%. Atualmente, mais de 90% dos professores que atuam nesse nível de ensino possuem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – magistério ou licenciatura.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou aos candidatos à Presidência da República, ainda antes do primeiro turno das eleições, uma série de propostas que considera essenciais para um desenvolvimento mais avançado da educação, ciência e tecnologia nacionais. Dentre elas, gostaria de destacar, brevemente,

duas, que são, com efeito, de grande importância para o aprimoramento da educação em nosso País.

Em primeiro lugar, ressalto a advertência da comunidade acadêmica do País quanto à necessidade de ser enfrentada energicamente a enorme carência que hoje se verifica de professores de ciências e de matemática para o ensino fundamental e médio, pois, se nada for feito, gravíssimas serão as repercussões para o futuro do País. Nesse sentido, a SBPC propõe a criação, em todo o País, de centros especializados para a formação continuada de professores do ensino de 1º e 2º graus. Defende, outrossim, seja consolidada a criação da Universidade Aberta, ampliada a rede de pólos de apoio e fortalecidos seus laços com as universidades federais.

A segunda proposta da SBPC que quero comentar se refere ao crescimento das oportunidades de educação básica e ao acesso à educação superior. A entidade defende que sejam aprofundados os significativos progressos já alcançados pela sociedade brasileira no aumento da cobertura do ensino fundamental e médio. Evidentemente, com isso, crescerá ainda mais a expectativa de acesso ao ensino superior. Nesse contexto, a SBPC postula que se dê prioridade ao aumento da oferta de vagas e de opções de ensino de terceiro grau, mantendo-se, ao mesmo tempo, a atual política de expansão do ensino público superior, a qual deve ser reforçada pelo substancial crescimento dos recursos para investimento e manutenção das universidades públicas, pela abertura de cursos noturnos e pela valorização da carreira e das condições de trabalho dos professores.

Sr. Presidente, a realização das eleições para o cargo de supremo mandatário da Nação reacende, na alma do povo, a esperança de que sejamos, enfim, capazes de encontrar a trilha que levará o Brasil ao encontro de seu – tantas vezes anunciado – grandioso destino. Mais do que isso, a reiteração da experiência democrática eleva a consciência política da população, reforçando-lhe a certeza de que tem direito de cobrar de seus governantes uma gestão mais proveitosa e produtiva dos interesses coletivos.

Hoje, não há mais quem ignore ser imprescindível um sistema educacional de boa qualidade para que possamos alcançar o patamar de nação efetivamente desenvolvida. Curiosamente, o candidato à reeleição declara, agora, ter escolhido a educação como prioridade para um possível – embora muito improvável – novo mandato. É de se perguntar por que custou tanto ao Presidente Lula aperceber-se desta evidência solar: que a educação é a viga mestra de qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Somente após quatro anos negligenciando esse setor fundamental da administração pública vem Sua Excelência professar seu “carinho” para com a questão educacional.

Por ocasião do transcurso do seu Dia, os professores do Brasil, tenho certeza, gostariam de transmitir aos candidatos à Presidência da República não um pedido, mas um conselho. Um conselho de mestre. Que o futuro Chefe de Governo realize maciços investimentos em nosso sistema educacional, pois, sem isso, nenhuma outra providência será capaz de garantir o desenvolvimento da Nação.

Estas são as reflexões que desejei trazer à consideração do Plenário na oportunidade em que comemoramos o Dia do Professor, manifestando a todos os educadores do Brasil minhas homenagens pelo extraordinário trabalho que cotidianamente realizam, o trabalho de valorizar seres humanos por meio do simples gesto de ensinar.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a entrevista com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada na revista **Época**, seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# Por um Plano Real na política

**O principal desafio do próximo presidente será fazer a reforma política. Sem ela, as instituições podem entrar em colapso e o país pode rachar, diz FHC**

DAVID FRIEDLANDER  
E GUILHERME EVELIN

**D**epois do escândalo das sanguessugas no Orçamento, a reforma política entrou no topo da agenda do governo e da oposição. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiou a idéia de um grupo de juristas, a favor da criação de uma Assembléia Constituinte exclusiva para acelerar a aprovação da reforma no próximo mandato presidencial. No mesmo dia, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a reportagem de ÉPOCA para uma entrevista na sede do Instituto Fernando Henrique Cardoso, no centro de São Paulo. A entrevista se estendeu até o momento em que FHC teve de sair para conseguir chegar a tempo ao espetáculo da trupe circense canadense Cirque du Soleil. Na entrevista, ele disse que a implementação

de mudanças no sistema eleitoral deve ser a prioridade máxima do próximo governo, para evitar um colapso institucional. Para FHC, a gravidade dos efeitos na sociedade da crise no Congresso se assemelha à hiperinflação anterior ao Plano Real. "A reforma política só vai acontecer em crise", disse ele. "O Plano Real só funcionou porque estávamos em crise. Na crise, você tem espaço se tiver liderança." Se não houver convergência de governo e oposição em torno da reforma política, diz o ex-presidente, o risco é haver uma cisão política no país. "Quando se divide um país, leva muito tempo para restabelecê-lo", afirma FHC. A reforma seria, portanto, o principal desafio do próximo presidente, seja ele de qual partido for.

**ÉPOCA – A dois meses das eleições, Lula continua muito na frente nas pesquisas. Alckmin tem alguma chance?**

**Fernando Henrique Cardoso** – Neste momento, Lula está na frente. Mas há um mês, estava muito mais. O Lula está acostumado a ter 40% e perder, não é? Para mim, perdeu duas vezes. O Geraldo (Alckmin, candidato do PSDB) ainda tem chance de ganhar.

**ÉPOCA – O senhor chegou a achar que Lula ganharia no primeiro turno?**

**FHC** – Cheguei sim. Agora, não sei qual vai ser o resultado da eleição, mas é preciso evitar essa coisa de quem perde inviabilizar quem ganhou, como no México. E há esse risco, sobretudo se o Geraldo ganhar. É preciso evitar a divisão do país. Quando se divide um país, como no México, leva muito tempo para restabelecê-lo. Quem é homem de Estado tem de pensar na nação. Lula começou com o discurso de elite contra povo, pobre contra rico. Esse negócio é perigoso, porque é demagogia. Ele parou um pouco, mas não

sei o que vai acontecer até a eleição. Se o Geraldo ganhar, não sei o que vai acontecer. Tomara que o desfecho seja democrático. Acho que o Lula tentará ser, e não tenho nenhuma desconfiança em relação a ele. Mas talvez seja complicado por causa das forças em volta do partido (o PT). Esse é o grande desafio do próximo presidente: evitar a cisão do país e buscar mecanismos de reforma política.

**ÉPOCA – O Brasil está rachado?**

**FHC** – A cúpula está rachada, mas o povo não. O povo está indiferente. Agora, se continuar assim, ele não vai continuar indiferente. Vi isso no Brasil em 1964. Só não é a mesma coisa, porque não há agora a Guerra Fria e o país está vacinado contra a ditadura.

**ÉPOCA – O senhor acha que uma aliança nacional em torno de um programa consensual tem viabilidade?**

**FHC** – Acho que teve em 2003. Depois da transição pacífica que fizemos, pensamos que o PT iria caminhar para uma convergência. Mas eles tomaram a decisão oposta. Quem definiu que o PSDB era o inimigo principal foram eles. Foram fazer as alianças que fizeram com o outro lado. Não com a direita, mas com o atraso.

**ÉPOCA – Mas, na verdade, a base política deste governo e a do seu são muito parecidas.**

**FHC** – O Luiz Werneck Viana (*cientista político*) disse que o problema do Brasil é saber quem comanda o atraso: PT ou PSDB. Mas agora quem está no comando é o próprio atraso. O problema deste governo não foi a base. A base é a mesma. Só que o Lula não manda nada. Para comandar, você precisa saber para onde vai. Mas a sensação é que eles não sabem. O projeto deles é o nosso. Talvez nem haja outro, porque a História não tem projeto novo a todo momento. Mas então que eles assumam e parem de ficar fingindo que é herança maldita. Claro que, se o Lula for eleito, a eleição dá energia política. Mas o Lula não tem paciência para esse jogo. Lula mais conversa com o país que administra ou faz política. Ele é mais simbólico que efetivo. E, se exagerar muito no simbólico, fica sem comando.

**ÉPOCA – Quais as consequências dessa sucessão de escândalos no Congresso?**

**FHC** – Dizem que as sanguessugas começaram em meu governo. Mas quem começou com sanguessugas? Com o Pedro Álvares Cabral. Não é essa a questão. A questão é que as sanguessugas se tornaram insuportáveis. Chega um momento em que passa do limite, com efeitos desestabilizadores. Os próprios parlamentares sentem que estão perdendo o solo. Muitos deputados têm me dito: "Olha, não vou mais ser candidato". Ontem, um me telefonou e disse: "Presidente, estou desesperado. O Congresso é uma coisa que não funciona, não sei o que estou fazendo aqui". É possível isso? Como pode haver uma democracia sem parlamento? Se fosse em outra época, essa desmoralização do Congresso dava em ditadura. Agora, dá a sensação de marasmo, de que nada anda. Essa questão é a mais urgente.

**ÉPOCA – Em seu governo, todo mundo já sabia da necessidade da reforma política. Por que nada foi feito?**

**FHC** – Como presidente, disse que a reforma política era com o Congresso, porque queria fazer as outras reformas.

**“Se o Geraldo ganhar, não sei o que vai acontecer. Tomara que o desfecho seja democrático. Não tenho desconfiança nenhuma em relação ao Lula, mas temo pelas forças em torno do PT”**

Agora, não tem mais jeito. A reforma política só vai acontecer em crise. O Plano Real só funcionou porque estávamos em crise, com escândalo dos anões, inflação, tudo junto. Na crise, você tem espaço se tiver liderança.

**ÉPOCA – A reforma política hoje tem a mesma urgência que tinha o Real?**

**FHC** – Precisamos de um Plano Real na política, como disse o economista Albert Fishlow. Em meu governo, a questão era econômica. É claro que o Brasil tem desafios econômicos, tem de crescer mais, mas aprendemos a manejar a economia, sabemos qual é o problema. Ele é grave, mas está circunscrito à falta de capacidade do governo de investir. Quando o Lula foi para o governo, sabe o que pensei? Disse a ele: assim como eu tive de enfrentar a inflação, você tem de enfrentar a questão da segurança. Pensei que fosse o mais dramático. Mas você não enfrenta a insegurança com a desmoralização política.

**ÉPOCA – A fidelidade partidária é o mais importante na reforma política?**

**FHC** – Lei de fidelidade partidária é bom, mas não vai resolver a indiferença entre o eleito e o eleitorado. Reforma política é reforma do sistema eleitoral. Tem de botar o voto distrital no Brasil, porque precisa haver uma relação mais próxima do eleito com o eleitorado. Hoje, não há nenhuma.

Quem vota não sabe em quem votou e quem foi eleito não sabe por quem foi votado. Falam em instituir o sistema do recall no Brasil (*o mecanismo americano por meio do qual os eleitores podem cancelar um mandato e convocar novas eleições*). Mas como? Recall só pode existir quando um distrito que votou no candidato não o quer mais. No Brasil, ninguém sabe em quem votou. É preciso buscar uma forma de identificação, de laço. Eu era favorável ao voto distrital misto. Agora quero o voto distrital puro. O misto se justificava por causa das minorias, como os partidos comunistas e os verdes. Mas esses partidos vão desaparecer com a cláusula de barreira e vão se misturar aos outros. Então, para que misto? Vai direto para o puro. Pode começar pela eleição para vereador em 2008.

**ÉPOCA – O presidente é quem vai ter de comandar a reforma política?**

**FHC** – Acho que sim. Não sei se vai haver liderança para fazer uma reforma política. Se não houver, vamos pagar um preço.

**ÉPOCA – Lula não é um líder?**

**FHC** – Ele é. Foi o que aconteceu no PT. Sobrou o Lula, porque ele é líder. O Lula é grande tático, mas não é um estrategista. A liderança dele é tática. Ele sempre se sai bem taticamente, mas vai para onde? Ele é muito intuitivo. Mas, no mundo moderno, é preciso mais que intuição.

**ÉPOCA – E o Geraldo Alckmin?**

**FHC** – Ele tem tudo o que é necessário para ser presidente, ponto.

**ÉPOCA – O senhor afirmou recentemente que José Serra era o mais preparado para ser presidente e pegou mal.**

**FHC** – Não pegou mal. Todo mundo sabe que eu acho isso. O Geraldo ►

também sabe. O Serra está preparado para ser presidente. É experiente. O Geraldo também tem experiência. Foi deputado e se saiu bem como governador. O mais difícil era o Lula, que tinha menos experiência e pagou um preço por isso. Agora, existem vários tipos de liderança. O Geraldo consegue, sem ter o carisma do Lula, manter uma boa conversa com a sociedade. Você verá no horário eleitoral na televisão, porque a conversa com o país é televisiva. Costumo dizer o seguinte: liga a TV, tira o som e veja o jeitão da pessoa. O grosso da população está mais interessado no jeitão da pessoa que no discurso. Você tira o som do Lula e vê que ele fala. A Heloísa Helena fala também. O Geraldo fala. Ele não fala com os mesmos públicos que ficam entusiasmados com a Heloísa Helena, mas fala.

**ÉPOCA – O sociólogo Francisco de Oliveira deu uma entrevista recente em que lamentou o fato de a política ter se tornado irrelevante. Ele não está certo?**

**FHC** – Quando ele diz que a política é irrelevante, tem no horizonte a revolução. Política para ele é tomar decisões que mudem a estrutura do poder. Nesse sentido, ele tem razão.

Hoje você não tem no contexto atual uma revolução social. Para surpresa de todos nós, educados com a idéia da revolução e do conflito de classes, hoje o conflito é religioso ou nacionalista. E o capitalismo não vai mudar num horizonte previsível de tempo. Se você quiser dar murro em ponta de faca, pode dar à vontade, mas sua mão vai ficar machucada. A faca não vai entortar por isso.

**ÉPOCA – A globalização não diminuiu o poder de manobra dos governos?**

**FHC** – Acho que é o contrário. Você acha que o centro das decisões era maior no Brasil no passado? Isso é mitologia. Como você era desconectado, pensava que era livre. Mas não era. Era irrelevante. Tinha muito menos possibilidade de fazer alguma coisa.

**ÉPOCA – Mas o ritmo de crescimento da economia brasileira só diminuiu nas últimas décadas. O que o Brasil ganhou com a globalização?**

**FHC** – As pessoas falam que não cresceu o PIB, mas isso é uma certa ilusão. No Brasil, tivemos investimentos diretos produtivos de mais de US\$ 200 bilhões após o Plano Real. A base produtiva mudou inteiramente. O Brasil hoje é outro país. Pega a indústria têxtil no passado e a de hoje. Ou a de calçados, de móveis... Para não falar de avião, cimento, siderurgia. Tudo mudou completamente. Houve um grande investimento, não só externo como interno também. E, como o Brasil é remoto diante do centro do mundo, a globalização não nos impediu de ser

um pólo aqui na região. Exportamos hoje mais manufaturados que nunca em nossa História. Para quem? Para a América Latina e para os Estados Unidos. Encontramos um eixo que nos permitiu certa integração. No passado, estávamos voltados para dentro e para uma indústria de segunda ordem.

**ÉPOCA – Por que as pesquisas mostram que sua imagem é negativa e mostram que ela pode atrapalhar a campanha do PSDB?**

**FHC** – Veja o Tony Blair como está lá. É fadiga de material. Inevitável. Sempre sou muito bem recebido em qualquer lugar a que vou. O brasileiro é muito gentil. Nunca sofri a menor agressão nem aqui nem fora. Uma vez estava com a Ruth (*Cardoso, mulher de FHC*) na Grécia, no aeroporto, e havia um casal com duas crianças. Olharam e chegaram mais perto. “Eu acho que conheço você. É da Globo, né?” Eu disse: “Era, mas acabou meu contrato”. ■

As melhores dicas do livro que o ex-presidente lança nesta semana

Em *Cartas a um Jovem Político* (editora Campus), o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso retoma o que diz ser seu maior prazer: ensinar. Seu novo livro traz conselhos para quem deseja tentar a sorte na carreira política. Seus principais conselhos.

**1- Seja influente** – Regra de ouro do ex-presidente: para poder convencer os outros é necessário saber falar. “No Brasil, você pode escrever o que quiser, não tem importância. O que vale, no fim das contas, é o que você fala.”

**2- Não tenha medo do talento dos outros** – O pior erro é disputar com seu subordinado.

**3- Aproveite as oportunidades** – O limite entre o senso de oportunidade e o oportu-

nismo pode ser tênue, ensina FHC. Erros são normais. O que diferencia o bom político é “ter coragem para corrigir o erro e enfrentar a derrota. Não insistir naquilo que está errado e saber recuar quando necessário”.

**4- Negocie** – “Negociar é uma coisa, barganha é outra. Na política democrática, que requer inclusão de adeptos e alianças, não se pode querer tudo. Busque o máximo possível, cedendo em alguns pontos, para preservar o essencial.”

**5- Boas notícias não dão manchete** – Aceite as críticas da imprensa. “O jornalismo moderno só vê o que está errado porque o raciocínio é que através do desvio é possível ver as tendências do conjunto. É parte do jogo.”

**6- Seja otimista** – “Acreditar que o Brasil é um desastre completo, que só piora a cada dia, é ir contra os fatos – e uma carreira positiva na vida pública vai sempre

requerer que você trabalhe em cima de fatos concretos.”

**7- Não ligue para a impopularidade** – Governar implica tomar decisões impopulares. Isso não é importante. O essencial é explicar sua decisão, e não perder o respeito da população.

**8- Tenha um amigo por perto** – O poder traz muitos elogios e o distanciamento do mundo real. Tenha sempre perto um amigo para dizer francamente o que está acontecendo a sua volta.

**9- Tenha coragem** – Churchill não era da elite acadêmica, bebia muito e tinha uma mãe controvertida. Mas quando a Inglaterra precisou de um líder corajoso, lá estava ele.

**10- Seja idealista** – Ele diz que quem entra na política para ficar rico não está começando pela razão certa. “Se perdemos a capacidade de nos indignar, a politicagem toma conta de tudo.” ■

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Lula afasta Berzoini do comitê de campanha”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 21 de setembro deste ano.

A matéria destaca que em clima tenso, presidente do PT, Ricardo Berzoini, deixa coordenação e é substituído por Marco Aurélio Garcia, Assessor de Assuntos Internacionais da Presidência.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Lula afasta Berzoini do comitê de campanha

Em clima tenso, presidente do PT deixa coordenação e é substituído por Marco Aurélio Garcia, assessor de Assuntos Internacionais da Presidência

## BRASÍLIA

Depois de um dia nervoso no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu afastar o presidente do PT, Ricardo Berzoini, da coordenação de sua campanha pela reeleição. Derrubado pelo escândalo produzido pela tentativa de compra de um dossiê contra os tucanos, Berzoini será substituído pelo assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, que também é vice-presidente do partido.

Em reunião tensa iniciada no final da manhã no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente, Berzoini apresentou pessoalmente a Lula suas explicações sobre o caso. Os petistas tentaram comprar por R\$1,75 milhão um dossiê montado pelos empresários da máfia dos sanguessugas que continha fotos e documentos que supostamente vinculariam o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, ao esquema.

Berzoini disse ao presidente que não sabia do dinheiro, mas argumentou que é prática comum em campanhas eleitorais comprar informações, muitas vezes até como proteção contra adversários. Alegou ainda que o dossiê poderia ajudar o candidato petista ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, já que Serra lidera as pesquisas de intenção de voto.

Também participaram do encontro os ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Tarso Genro (Relações Institucionais), o chefe de gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, o publicitário responsável pelo marketing da campanha, João Santana, e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Ao sair da reunião, Berzoini não parecia à beira da degola. “Fico à disposição para dela sair a qualquer momento, mas o presidente não me pediu isso”, declarou aos jornalistas que o aguardavam na porta do Alvorada.

## Queda de Freud abriu ‘strike’ dentro do PT

... A queda do assessor direto do presidente Lula, Freud Godoy, na segunda-feira, abriu uma sequência de baixas que, com a saída de Ricardo Berzoini, fez o PT viver uma semana inesquecível. Depois de Godoy caiu Jorge Lorenzetti, que cuidava da “inteligência” da sua campanha. Em seguida, Exedito Veloso, diretor do BB, e Hamilton Lacerda, da campanha de Mercadante em São Paulo. Berzoini, o quinto em três dias, completou um “strike” às avessas no PT.

## SPOSTA DRÁSTICA

As explicações de Berzoini, porém, não foram consideradas suficientes por Lula e pelos ministros. A avaliação era de que a repercussão negativa do episódio exigia uma resposta drástica. A portas fechadas, o presidente se disse surpreendido, por exemplo, com a informação de que Oswaldo Bargas, um dos petistas envolvidos na compra do dossiê, deixara um cargo de chefia no Ministério do Trabalho para atuar na campanha. “Achei que ele estivesse batendo carimbo em papéis no ministério”, teria afirmado.

Coube a Tarso sinalizar que a situação do presidente do PT era insustentável. “Se Berzoini vai continuar ou não na coordenação da campanha isso diz respeito a uma decisão de partido”, afirmou Tarso, em entrevista no meio da tarde. “Aqui estou falando pelo governo e o governo quer investigar todas as questões mencionadas.”

No final da tarde, Berzoini foi convocado para outra reunião. Após o novo encontro com Lula, já no início da noite, o comitê da campanha divulgou nota informando que o presidente do PT tinha sido substituído por Marco Aurélio. O texto de cinco linhas registra que “o presidente (Lula) destacou o importante trabalho que Berzoini desempenhou para a consolidação da liderança de sua candidatura”. ●



**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Mercadante diz que não autorizou negociação”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 29 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o senador petista, Aloizio Mercadante, afirma que não mantém contato com o coordenador de sua campanha, Hamilton Lacerda, que também é assessor de seu gabinete no Senado Federal. E que isso portanto é prova de que não autorizou a negociação de compra de um falso dossiê

## Mercadante diz que não autorizou negociação

Ele afirma que não mantém contato com Lacerda e que vive ‘pesadelo’ em sua campanha

### Clarissa Oliveira

A três dias da eleição, o candidato do PT ao governo paulista, senador Aloizio Mercadante, fez o possível para tentar reverter o abalo criado pelo envolvimento do ex-coordenador de comunicação de sua campanha, Hamilton Lacerda, no caso do dossiê Vedoin. Ontem, diante da informação de que Lacerda teria entregue aos petistas Gedimar Passos e Valdebran Padilha o dinheiro para a compra do dossiê, Mercadante disse estar vivendo “um pesadelo” em sua campanha e em sua vida.

Mercadante fez um apelo à imprensa e à opinião pública para que acreditem que nunca deu seu consentimento para a negociação do material, que ti-

nha por objetivo prejudicar o rival tucano José Serra.

“Eu peço a vocês da imprensa e especialmente ao povo de São Paulo um voto de confiança”, disse o senador, acrescentando que o fato de nunca ter sido alvo de denúncias em 30

anos de vida pública serve como garantia de que jamais se envolveria em um episódio como esse. “Será uma total injustiça se eu for prejudicado nesta eleição”, acrescentou o candidato.

O senador pediu ainda que a Polícia Federal (PF) conclua a investigação o mais depressa possível, preferencialmente antes das eleições do próximo domingo. “Aí, eu afastaria definitivamente esse pesadelo que existe na minha vida e na minha campanha neste momento.”

Lacerda, que já havia sido apontado como integrante das negociações com a revista *IstoÉ* para divulgar o dossiê, foi apontado anteontem pela PF como o responsável pela entrega do dinheiro. O ex-assessor de Mercadante teria dado a Gedimar e Padilha uma mala com o dinheiro, em um encontro no Hotel Ibis, em São Paulo.

Mercadante negou que tenha conversado com Lacerda desde que o afastou da campanha, no último dia 20. O senador afirmou que, desde então, não tentou se comunicar nenhuma vez com o ex-assessor para pedir explicações e apurar o que realmente ocorreu no episódio do dossiê. “Não tentei porque acho que houve uma quebra de confiança”, afirmou o petista.

contra o candidato tucano e rival ao governo de São Paulo, José Serra.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Futuro no Senado está ameaçado

\*\*\* A participação do ex-assessor Hamilton Lacerda na operação financeira do dossiê Vedoin poderá ter implicações drásticas para o futuro do mandato do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). É o que sugerem análises jurídicas que circulam desde ontem entre as lideranças do PSDB e do PFL.

Segundo essas análises, por ser o responsável direto por tudo que ocorre na campanha, o candidato detentor de mandato se sujeita à perda dele por crime eleitoral e quebra de decoro parlamentar, com pena de perda dos direitos políticos que pode chegar a 12 anos no caso de Mercadante.

O rigor da Justiça Eleitoral nesses casos foi demonstrado no início deste ano com a cassação do senador João Capiberibe (PSB-AP) sob a acusação de ter comprado um voto por R\$ 23 na campanha de 2002.

A situação do senador agravou-se com a descoberta, pela Polícia Federal, de que Lacerda teria reunido o R\$ 1,75 milhão para comprar o dossiê. O vereador e ex-presidente do PSDB José Aníbal (SP) disse ser praticamente certo que PSDB e PFL representariam contra o senador no Tribunal Superior Eleitoral. ■

ARIOSTO TEIXEIRA

“Ele se afastou totalmente da campanha e nós não tivemos nenhum tipo de contato.” O senador ressaltou que sua equipe não possui os instrumentos para investigar internamente o caso e repassou à PF a tarefa de conduzir a apuração.

### ESPERANÇA

Mercadante voltou a reconhecer que o caso do dossiê já prejudicou sua campanha ao governo paulista. Mesmo assim, ele insistiu que ainda vê chances de chegar ao segundo turno da elei-

ção paulista, já que, mesmo em meio a denúncias, seu nome cresceu nas últimas pesquisas de intenção de voto. “Apesar de tudo isso, mais uma vez eu cresci”, afirmou o senador.

Na pesquisa Ibope divulgada na quarta-feira, Mercadante havia oscilado um ponto para cima, alcançando 24% das intenções de voto. O tucano José Serra, favorito na corrida, subiu de 48% para 51%, confirmando as chances de uma vitória no primeiro turno. ■



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

### ORDEM DO DIA

Às 16:00 horas

1

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, ten-

do como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003  
(Votação nominal, caso não haja emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005  
(Votação nominal, caso não haja emendas)**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).*

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001  
(Incluído em Ordem do Dia  
nos termos do Recurso nº 1, de 2003)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.*

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil*

*e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

- Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres \*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**



## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>			
gradecimentos à confiança dos mais de 85.000 mineiros, depositada em S.Exa., dando-lhe a condição de assumir em 2007 uma cadeira na Câmara dos Deputados.....	265	Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador José Jorge.....	272
<b>ALMEIDA LIMA</b>			
Manifestação sobre o debate realizado pela Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos ao segundo turno à Presidência da República.....	154	Transcrição do editorial publicado pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> sob o título “A Colheita de erros”.....	279
Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2006, que altera os arts. 52 e 159 e introduz o art. 160-A na Constituição Federal, visando incorporar aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal, e dos Municípios valores atualmente distribuídos pela União a título de transferências voluntárias e, ao mesmo tempo, vedar a realização desse tipo de transferências.....	258	Registro da matéria intitulada “Bolívia confisca bens da Petrobras, assusta Lula e depois congela decisão”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de setembro de 2006.....	428
Considerações sobre matéria da autoria de S.Exa, intitulada “A máscara caiu”, sobre as pesquisas eleitorais. Leitura de carta do Sr. José Danon, dirigida ao cantor Chico Buarque.....	268	Registro da matéria intitulada “Preso diz à PF nome de petista que mandou comprar dossiê de Vedoin”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de setembro de 2006.....	641
Transcrição do inteiro teor da carta do Sr. José Danon, citada anteriormente em seu pronunciamento.....	275	<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>	
<b>ALVARO DIAS</b>			
Registro de matéria intitulada “Pedido de rastreamento levou 6 dias”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 27 de setembro de 2006.....	102	Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República.....	86
Registro da matéria intitulada “Palocci caiu por violar sigilo, diz presidente”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 18 de setembro de 2006.....	236	Registro da matéria intitulada “Para ‘Economist’, Lula perdeu brilho”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006.....	113
		Alerta ao Presidente Lula de que seu partido irá continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo para compra de dossiê. Acusação de que Lula revelou veia autoritária nas entrevistas, após debate com Alckmin na TV Bandeirantes.....	200
		Registro do editorial do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição do dia 10 de outubro de 2006, com análise do debate entre Alckmin e Lula.....	200
		Registro da matéria intitulada “À PF Lacerda implica campanha de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de setembro de 2006....	239
		Registro da matéria intitulada “Após 14 dias, PF ainda não sabe a origem do dinheiro”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006.....	423



	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada “Mercadante diz que não autorizou negociação”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 29 de setembro de 2006.....	650	Requerimento nº 1.034, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do ex-Constituinte Fernando Gasparian, também editor.....	124
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>		Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, e a postura de cada um dos participantes.....	139
Manifestação sobre o debate presidencial, uma demonstração inequívoca de que o Presidente da República deverá ser Geraldo Alckmin, que demonstrou superioridade em relação ao candidato Lula.....	143	Relato da indesejável escalada de mentiras arquitetadas com o propósito de prejudicar a candidatura tucana à Presidência da República. ....	159
Críticas à postura do PT em ingressar na justiça para agredir a liberdade de imprensa e de pensamento do jornalista e escritor Arnaldo Jabor. Relato do telefonema recebido pela revista <i>Veja</i> da direção da Petrobras comunicando o cancelamento de publicidade da instituição na referida revista, visto os ataques ao Governo. ....	627	Comentários a e-mails recebidos por S.Exa., a declarações do Presidente Lula e a notícias publicadas na imprensa a respeito da internacionalização da Amazônia. ....	193
Considerações sobre matéria da autoria do escritor e poeta Ferreira Goulart, publicada na <i>Folha de S.Paulo</i> , sobre o constrangimento do discurso do Presidente Lula a respeito da ética. ....	627	Alerta ao Presidente Lula de que seu partido irá continuar perguntando de onde veio o dinheiro sujo para compra de dossiê. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.....	203
A questão dos cartões de crédito corporativos. ....	627	Requerimento nº 1.040, de 2006, que solicita informações ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil sobre a existência de procedimento de investigação junto ao sistema financeiro nacional contra os senhores Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de risco do Banco do Brasil, e Adézio de Almeida Lima, atual vice-presidente de crédito e risco do Banco do Brasil.....	245
<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>		Observações sobre o avião presidencial, o “Aerolula”. ....	280
Solidariedade às famílias e amigos dos tripulantes e passageiros do voo 1907 da GOL. ....	190	Comentários sobre a matéria intitulada “Berzoini mandou comprar o dossiê”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> . ....	280
Defesa da aprovação de um mecanismo estabelecendo um limite para o comprometimento das receitas dos municípios com dívidas do INSS.....	190	Apelo às autoridades da cidade de Manaus, no sentido de que ajudem a Sociedade Pestalozzi, instituição que tem prestado relevantes serviços às pessoas portadoras de deficiência, e que está fechada por falta de recursos. ....	280
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>		Reafirma confiança no Instituto de Pesquisa Datafolha. Denúncia terrorismo político de Lula, que vem arquitetando mentiras com propósito de prejudicar a candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência.....	304
Requerimento nº 1.031, de 2006, que solicita informações ao Sr. Jorge Hage, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União sobre o uso indevido do carro oficial. ....	123	Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. ....	307
Requerimento nº 1.032, de 2006, que requer Voto de Comiseração ao Presidente da República Federativa do Brasil, diante do sentimento de desconforto causado à população brasileira pelo tom insólito e descortês com que se referiu, no dia seguinte ao debate na televisão, ao candidato que, com ele, concorre à Presidência da República.....	123	Pedido de explicações à ANAC sobre a demora da liberação do certificado de homologação da VARIG. ....	309
Requerimento nº 1.033, de 2006, que requer voto de apreço e de pronto restabelecimento ao arquiteto Oscar Niemayer, hospitalizado no Hospital Samaritano, no Rio, para cirurgia ortopédica. ....	124	<b>CÉSAR BORGES</b>	
		Comentários sobre o debate presidencial e os resultados das últimas eleições.....	146
		Parecer nº 1.114, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2006 (nº 2.178, de 2006, na Câmara	

	Pág.	III	Pág.
dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação do Grupo de Amigos Comunitários de Paripe e São Tomé de Paripe – AGAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia. ....	446		127
Parecer nº 1.116, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2006 (nº 2.215, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AS-COM – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coração de Maria, Estado da Bahia. ....	453		
Parecer nº 1.121, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2006 (nº 2.172, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Ibirapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibirapuã, Estado da Bahia.....	472		
Parecer nº 1.134, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2006 (nº 2.185, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Ipiáú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipiáú, Estado da Bahia. ....	524		
Parecer nº 1.136, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2006 (nº 2.200, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Jacobina, Estado da Bahia.....	531		
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>			
Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. ....	267		
<b>DEMÓSTENES TORRES</b>			
Requerimento nº 1.030, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre acordos extrajudiciais feitos entre Banco do Brasil S.A. e seus devedores.....	121		
Requerimento nº 1.037, de 2006, que, tendo o autor sido designado para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembléia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, solicita que seja concedida licença para			
		desempenhar a referida missão de 16 a 26 de outubro de 2006.....	127
		<b>EDISON LOBÃO</b>	
		Parecer nº 1.123, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2006 (nº 2.190, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Presidente Sarney/MA – APROMA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Sarney, Estado do Maranhão. ....	480
		Parecer nº 1.125, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2006 (nº 2.206, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fm do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Apicum-Açú, Estado do Maranhão.....	488
		<b>EDUARDO SUPLICY</b>	
		Lamento pela tragédia aérea que ceifou a vida de 154 brasileiros, entre os quais 14 capixabas, e solidariedade às famílias enlutadas. Aparte ao Senador Magno Malta. ....	72
		Requerimento nº 1.029, de 2006, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro de 2006, do Deputado Constituinte e proprietário da Editora Paz e Terra, Fernando Gasparian, aos 76 anos, vítima de infecção generaliza; bem como apresentação de condolências à sua esposa Dalva e aos filhos Helena, Laura, Eduardo e Marcus.....	73
		Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.....	89
		Saúda o debate entre os presidenciaíveis ocorrido na Rede Bandeirantes de Televisão. ....	97
		Cumprimentos ao ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps. ....	97
		Necessidade de advertência ao deputado federal eleito Clodovil sobre a declaração onde considera a hipótese de apoiar projetos em troca de pagamento.....	102
		Considerações sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, e a questão da política externa, abordada na ocasião. Críticas à postura do candidato Alckmin, que considerou desrespeitosa. ....	135

IV

	Pág.		Pág.
<b>EFRAIM MORAIS</b>		<b>FLEXA RIBEIRO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.....	318	Registro da matéria intitulada “Lula é corrupto, ataca Heloísa”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 24 de agosto de 2006.....	104
Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2006, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar.....	341	Crítica ao descaso da Senadora Ideli Salvatti por não pedir ao Executivo Federal que editasse uma medida provisória para prorrogar o prazo para a apresentação e aprovação dos planos diretores pelos municípios.....	216
Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2006, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.....	357	Registro da matéria intitulada “Escolha política, Pizzolato foi pivô de crise no banco”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 17 de agosto de 2006.....	237
Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2006, que altera os dispositivos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando obrigatória a utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico e restringindo a modalidade carta-convite a situações excepcionais.....	374	Comentários sobre a matéria intitulada “Orçamento 2007 não reduz carga tributária”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 31 de agosto de 2006.....	426
Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, que autoriza aos Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.....	391	Comentário sobre a matéria intitulada “Lula: ‘Democracia não é só coisa limpa, não’”, publicada no jornal <i>O Globo</i> , edição de 6 de setembro de 2006.....	642
Contestação sobre matérias divulgadas pelo PT a respeito da suposta postura privatista do candidato Geraldo Alckmin e da extinção de programas sociais, em uma eventual gestão na Presidência da República.....	634	<b>GEOVANI BORGES</b>	
<b>FERNANDO BEZERRA</b>		Comentário sobre os resultados das eleições deste ano, em particular no que se refere ao Estado do Amapá.....	224
Parecer nº 1.119, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2006 (nº 2.161, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.....	464	<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	
<b>FLÁVIO ARNS</b>		Comentário sobre as cenas mostradas nos noticiários de uma babá agredindo uma criança...	17
Relato de experiências vivenciadas durante a disputa eleitoral pelo Governo do Paraná.....	243	Apoio do PMDB do Acre ao candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin. Necessidade de debate das questões nacionais. .	17
		Requerimento nº 1.036, de 2006, que requer autorização para participar da “Reunión de Mesa Ejecutiva de la CPC” e do Seminário “El Parlamento del Mercosur como caja de resonancia de la integración”, a realizar-se entre os dias 10 e 11 de outubro de 2006, na Cidade Montevideo, Uruguay. Informa ainda que estará ausente do País no período de 8 a 11 de outubro de 2006, para participar do referido evento.....	125
		Importância do MERCOSUL.....	316
		Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena.....	316
		<b>HERÁCLITO FORTES</b>	
		Críticas ao Presidente da República por ser conivente com os escândalos que estão ocorren-	

	Pág.		Pág.
do no Brasil. Aparte à Senadora Serys Slhessa- renko.....	21	Esclarecimentos ao Senador Heráclito For- tes sobre a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ONG Amigos de Plutão.....	215
O envolvimento do PT com dossiês.....	21	Considerações sobre temas trazidos para o debate no segundo turno da eleição presidencial.	542
Comentários sobre a divulgação de medidas que supostamente seriam adotadas por Geraldo Alckmin ao assumir a presidência da República. Importância do debate entre Lula e Alckmin. ....	21	Lamentos sobre a forma pela qual se tem conduzido o debate eleitoral e, em especial, pela afronta à instituição Presidência da República e ao incentivo ao preconceito e à discriminação.....	615
Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, quando mais uma vez o PT foi vítima de sua prepotência e arrogância.....	60	Defesa de seu pronunciamento indignado. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	618
Crítica ao Presidente Lula por declarar que Alckmin se comportou como “delegado de porta de cadeia” no debate promovido pela TV Bandeiran- tes.....	85	<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>	
Afirmção de que o Programa Bolsa Família foi aprovado em conjunto, e não por apenas um partido. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy.....	98	Expectativa de que o Presidente Lula compa- reça ao debate com o candidato Geraldo Alckmin e preste esclarecimentos a respeito de escândalos e atos do seu Governo.....	25
Críticas ao tratamento pejorativo dado pelo Presidente Lula no debate da Rede Bandeirantes, aos advogados e delegados. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	194	Comentários sobre o debate na Rede Ban- deirantes, entre os dois candidatos à Presidência da República, expressando sua decepção com as atitudes e respostas do presidente Lula e elogiando a postura do candidato Geraldo Alckmin.....	67
Crítica ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. ....	215	Manifestação em defesa do Senador Magno Malta. Aparte ao Senador Magno Malta.....	71
Críticas aos gastos do Governo Federal com cartões corporativos. Aparte ao Senador José Agri- pino. ....	220	Comentários sobre as informações que o Delegado Diógenes Curado, da Polícia Federal de Cuiabá, passou a integrantes da CPI dos Sangues- sugas sobre o dinheiro apreendido na compra do dossiê contra políticos do PSDB. ....	85
Comentário sobre crescimento acanhado do Brasil, conforme dados do IBGE. Críticas aos gas- tos do governo federal na compra do luxuoso avião presidencial, o Aerolula. ....	225	Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.....	92
Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito De- putado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. ....	267	Afirmção de que líderes do governo do PT estão em situação de desespero.....	217
Comentários sobre uma pesquisa tenden- ciosa liberada antes do prazo permitido. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	294	Críticas à distribuição de panfleto, pelo PT, atribuindo vitória a Lula no debate da TV Bandeir- rantes.....	217
Análise sobre o envolvimento do Presidente do PT, Ricardo Berzoini, na compra de dossiês....	301	Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. ....	313
<b>IDELI SALVATTI</b>		A estagnação do Brasil. ....	313
Registro de comparecimento ao ato de apoio mútuo entre a campanha do Presidente Lula e do Senador Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, oca- sião em que S.Exa. ouviu discurso contundente do Professor Cândido Mendes a respeito da redução da injustiça social no País no período do governo Lula.....	152	Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que critica a forma pelo qual se tem conduzido o debate eleitoral.....	622
Rebate críticas da Oposição, em relação ao debate realizado entre os candidatos Lula e Alck- min.....	214	<b>JONAS PINHEIRO</b>	
		Parecer nº 1.117, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2006 (nº 2.158, de 2006, na Câmara dos	

	Pág.		Pág.
Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Trans América/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colniza, Estado do Mato Grosso.....	457	da no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2006.....	649
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>		<b>LEONEL PAVAN</b>	
Críticas aos gastos do governo federal com cartões corporativos .....	219	Registro da matéria intitulada “Suspeitos de comprar dossiê atuam no comitê de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de setembro de 2006.....	106
<b>JOSÉ JORGE</b>			
Manifestação sobre o debate realizado pela Rede Bandeirantes, entre os dois candidatos ao segundo turno à Presidência da República. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	197	Denúncia feita por várias entidades de servidores públicos sobre a sistemática de intransigência com a classe, adotada pelo governo Lula. ....	133
Críticas às atitudes autoritárias demonstradas pelo Presidente Lula. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	201	Considerações a respeito da situação deplorável em que se encontram as rodovias em Santa Catarina e a falta de atenção do governo federal para sanar o problema.....	145
Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. ....	271	Registro de matéria intitulada “Brasil continua devagar, diz FMI”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de setembro de 2006.....	233
Denúncia sobre o terrorismo político de Lula, que vem arquitetando mentiras com propósito de prejudicar a candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	306	Parecer nº 1.115, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2006 (nº 2.189, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa FM 107,1 MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.....	449
Apoio à manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena.....	308	Comentários sobre a matéria intitulada “Delegado pode pedir prisão de Palocci hoje”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de setembro de 2006.....	638
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>		<b>LÚCIA VÂNIA</b>	
Registro da matéria intitulada “Senado chama Okamoto para falar de quitação de dívida”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 7 de setembro de 2006.....	112	Registro do artigo intitulado “Fala sério, presidente”, de autoria do cientista político Sergio Fausto, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 13 de setembro de 2006.....	111
Registro da matéria intitulada “Pacote da habitação não sai do papel”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2006.....	238	<b>LUIZ OTÁVIO</b>	
Comentários sobre a matéria intitulada “PF identifica bancos de onde foi sacado dinheiro apreendido”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2006.....	425	Parecer nº 1.110, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1995 (nº 428/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Liberal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belém, Estado do Pará. ....	432
Parecer nº 1.122, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2006 (nº 2.180, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nossa Senhora Auxiliadora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amambai, Estado do Mato Grosso do Sul.....	476	Parecer nº 1.128, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2006 (nº 2.230, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Filhos e Amigos de Santa Bárbara do	
Comentário sobre a matéria intitulada “Lula afasta Berzoini do comitê de campanha”, publica-			



	Pág.		Pág.
Pará – AFASB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Pará, Estado do Pará. ....	500	Voto de louvor a Muhammad Yunus que recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela defesa do microcrédito e fundação do Banco Grameen. ....	611
<b>MAGNO MALTA</b>		Homenagem, no dia 18 de outubro, do Dia do Médico. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	620
Manifestação em defesa própria, em razão da denúncia do envolvimento de S. Exa. no caso dos Sanguessugas. ....	69	Referências ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que critica a forma pelo qual se tem conduzido o debate eleitoral. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	622
Lamento pela tragédia aérea que ceifou a vida de 154 brasileiros, entre os quais 14 capixabas, e solidariedade às famílias enlutadas. ....	69	<b>MARCELO CRIVELLA</b>	
Registro de homenagem prestada na Câmara dos Deputados, pelos 30 anos da TV Gazeta, do Espírito Santo. ....	149	Defesa da aprovação de um mecanismo estabelecendo um limite para o comprometimento das receitas dos municípios com dívidas do INSS. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. ....	192
Registro de ofício recebido do Hospital Santa Rita, instituição oncológica do Espírito Santo, agradecendo emenda com que foi contemplado. ....	149	Considerações sobre o processo eleitoral e político brasileiro. ....	205
Questionamentos sobre a segurança do transporte aéreo regular no Brasil. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ....	190	Registro de artigo tratando de “planejamento familiar, de autoria do Dr. Dráuzio Varela. ....	205
<b>MÃO SANTA</b>		<b>MARCO MACIEL</b>	
Homenagem a Ulysses Guimarães, que completaria 90 anos. ....	5	Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	61
Defesa do candidato Geraldo Alckmin. ....	5	Preocupação com o inexpressivo crescimento do Brasil nos últimos tempos, com perspectivas nada alvissareiras para o ano de 2007. ....	64
Registro do debate realizado entre os dois candidatos à Presidência da República, data que significou um grande dia para o aperfeiçoamento da democracia. ....	54	Requerimento nº 1.028, de 2006, que requer inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento, dia 7 de outubro de 2006, na cidade de São Paulo, do editor e ex-Deputado Federal Fernando Gasparian. ....	73
Comentários sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	62	Destaque para a questão da educação, como o mais eficaz instrumento para a cidadania e o caminho por onde se chega ao conhecimento e à grandeza das pessoas. ....	630
Afirmção de que Geraldo Alckmin é “filho político” de Mário Covas e é o melhor candidato para assumir a Presidência da República. ....	228	<b>MARCOS GUERRA</b>	
Críticas ao governo do PT. ....	228	Registro da matéria intitulada “PF indicia funcionário da campanha de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. ....	107
Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. ....	267	Requerimento nº 1.038, de 2006, que, tendo o autor sido indicado para participar do XXII Encontro Del Parlamento Cultural de Mercosul – PARCUM – (Parlamento Cultural do Mercosul), no período de 18 a 21 de outubro de 2006, na cidade de San Rafael, província de Mendoza, Argentina, solicita que seja concedida licença para desempenhar a referida missão. ....	127
Críticas aos boatos que circulam pelo país, buscando prejudicar o candidato da oposição Geraldo Alckmin. Aparte ao Senador José Jorge. ....	273		
Exaltação pela reunião dos principais aliados da oposição ao PT no Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	303		
Críticas ao Presidente Lula. ....	309		
Manifestação de solidariedade à Senadora Heloísa Helena. ....	309		

VIII

	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada “As milionárias crateras de nossas estradas”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 16 de agosto de 2006.....	234	Solidariedade ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti no que tange ao repúdio à discriminação às pessoas com deficiências físicas. ....	618
Projeto de Lei do Senado nº 273, de 2006, que inclui parágrafo no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incluir o empreendedorismo como componente curricular dos ensinos fundamental e médio.....	255	Homenagem ao Dia do Professor, transcrito no dia 15 de outubro, e à passagem, no dia 18 do de outubro, do Dia do Médico.....	618
Elogios ao Senador Aelton Freitas, eleito Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador Aelton Freitas. ....	267	Homenagem aos mestres de todo o país pela celebração, no dia 15 de outubro, do Dia do Professor.....	643
Registro da matéria intitulada “TSE vai investigar se Lula cometeu abuso de poder”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006.....	429	Registro da entrevista concedida pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso à revista <i>Época</i> , edição de 7 de agosto de 2006.....	643
Registro da entrevista concedida pelo cantor Caetano Veloso, intitulada “Eu não sou maluco para reeleger Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 7 de setembro de 2006.....	640	<b>PATRÍCIA SABOYA GOMES</b>	
<b>NEY SUASSUNA</b>		Parecer nº 1.111, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2006 (nº 2.160, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Manoel Antônio Nunes Neto para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Icó, Estado do Ceará.....	435
Crítica ao fato da Região Nordeste pagar mais pela energia que consome. Aparte ao Senador Roldolpho Tourinho. ....	95	Parecer nº 1.112, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2006 (nº 2.152, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento de Ação Comunitária – MAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solonópole, Estado do Ceará.....	438
<b>PAPALÉO PAES</b>		Parecer nº 1.113, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2006 (nº 2.210, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irapuana, Estado do Ceará. ....	442
Manifestação contra a carga tributária excessiva imposta aos cidadãos brasileiros, suas consequências e as medidas para sanar o problema.....	58	Parecer nº 1.130, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2006 (nº 2.174, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Cedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deputado Irapuan Pinheiro, Estado do Ceará.....	508
Considerações sobre o debate entre os dois candidatos à Presidência da República, que causou vergonha a S. Exa., diante da arrogância do candidato Lula e de sua falta de preparo.....	58	Parecer nº 1.131, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2006 (nº 1.961, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Francisco de Assis Dantas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penaforte Estado do Ceará.....	512
Registro da matéria intitulada “Oposição atribui índice à ‘incompetência de Lula’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 1º de setembro de 2006.....	105	Parecer nº 1.132, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo	
Registro da matéria intitulada “Governo terá de cortar mais de R\$ 13 bilhões de gastos em 2007”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de agosto de 2006.....	231		
Congratulações à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil pela temática eleita para a Campanha da Fraternidade de 2007, sob o título “Fraternidade e a Amazônia”.....	231		
Registro da matéria intitulada “Justiça pune Lula por inserção estadual”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 2 de setembro de 2006.....	427		

Pág.	Pág.
nº 360, de 2006 (nº 2.022, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Sócio-Cultural Desportiva e Educacional de Pindoretama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará.....	492
516	
Parecer nº 1.133, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2006 (nº 2.153, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Boa Viagem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.....	496
520	
Parecer nº 1.135, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2006 (nº 2.195, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina do Norte, Estado do Ceará....	610
528	
Parecer nº 1.137, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2006 (nº 2.202, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Serrote Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaguaruana, no Estado do Ceará. ....	637
534	
PAULO PAIM	
Transcurso, no dia 27 de setembro, do Dia Nacional do Idoso e, no dia primeiro de outubro, do Dia Internacional do Idoso.....	545
10	
Homenagem à memória de Ulysses Guimarães.....	608
10	
Preocupação com a greve dos bancários....	608
10	
Defesa de um aumento salarial digno aos bancários. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	608
19	
Considerações sobre o acidente ambiental ocorrido no Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.	608
423	
Parecer nº 1.124, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2006 (nº 2.199, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Recreativa Ferrabrás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapiranga, Estado do Rio Grande do Sul.....	608
484	
Parecer nº 1.126, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2006 (nº 2.207, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande	608
484	
Studio Livre FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.....	608
492	
Parecer nº 1.127, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2006 (nº 2.209, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Hervalense de Artes e Recreação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.....	608
496	
PEDRO SIMON	
Requerimento nº 1.043, de 2006, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2006, com os Projetos de Lei do Senado de nº 209, de 2003 e de nº 48, de 2005, que já tramitam em conjunto. ....	608
610	
Requerimento nº 1.044, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do jornalista Fernando Gasparian.....	637
637	
RAMEZ TEBET	
Indagação sobre o futuro das PPPs. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	608
545	
Requerimento nº 1.041, de 2006, que requer que seja manifestado voto de louvor à Real Academia Sueca por ter agraciado o economista bengalês Muhammad Yunus, criador do banco Grameen, com o Prêmio Nobel da Paz neste ano de 2006.....	608
608	
Requerimento nº 1.042, de 2006, que requer que seja manifestado voto de louvor à Real Academia Sueca que concedeu o Prêmio Nobel da Paz a Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen e um dos grandes mentores do microcrédito, mecanismo financeiro reconhecido no mundo inteiro como “um fato extraordinário e uma poderosa arma para ajudar as pessoas a melhorar de vida, sobretudo as que mais precisam”.....	608
608	
Encaminhamento dos Requerimentos nºs 1.041 e 1.042, ambos de 2006, que solicitam que seja prestada homenagens à Real Academia Sueca e ao economista bengalês Muahammad Yunus. ...	608
608	
ROBERTO CAVALCANTI	
Requerimento nº 1.035, de 2006, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre	

	Pág.		Pág.
a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Caixa Econômica Federal.....	124	Preocupação com a falta de investimento no setor energético brasileiro pelo governo Lula.....	94
Exaltação do desempenho político do Senador Marcelo Crivella no Rio de Janeiro, mesmo não tendo vencido. Aparte ao Senador Marcelo Crivella...	206	<b>ROMERO JUCÁ</b>	
Apresentação de requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, sobre a gestão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	223	Agradecimento ao povo de Roraima pela votação recebida como candidato ao governo daquele Estado. Transcurso do dia de criação do Estado de Roraima e do dia da microempresa.....	29
<b>ROBERTO SATURNINO</b>		Defesa da votação, ainda neste ano, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.....	29
Requerimento nº 1.027, de 2006, que requer inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família do ex-Deputado Fernando Gasparian, falecido em São Paulo no dia 7 de outubro de 2006.....	73	Registro de trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Turismo intitulado Documento Referencial Turismo no Brasil 2007-2010.....	29
Encaminhamento de votação da Carta Maior, que presta homenagem póstuma a Fernando Gasparian, que foi um grande líder político, industrial, um grande empresário e editor do jornal <i>Opinião</i> .....	75	Congratulações aos 41 anos de atuação do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).....	240
Afirmativa que o PT não pode exacerbar suas funções no combate à corrupção. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.....	87	Homenagem ao Dia do Professor.....	621
Desmistifica a declaração atribuída ao delegado da polícia federal que investiga o caso do dossiê, de que provavelmente o dinheiro apreendido tem origem espúria.....	93	Registro do anúncio da instalação de fábrica de gelo e entreposto de pesca em Caracaraí, Roraima, uma iniciativa do Ministério da Pesca.....	621
Parecer nº 1.107, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2006 (nº 4.830/2005, na casa de origem), que denomina 'Viaduto Almirante Heleno de Barros Nunes' o viaduto a ser construído no trevo entre a BR-116 e a RJ-130, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.....	118	<b>ROMEU TUMA</b>	
Registro da realização do teste de arma nuclear feito pela Coreia do Norte, acontecimento profundamente lamentável, na medida em que assinala o crescimento do grupo de países que detêm esta arma que ameaça a humanidade.....	132	Questionamentos sobre a segurança do transporte aéreo regular no Brasil.....	188
Afirmativa de qual deverá ser o foco relevante nos debates eleitorais do segundo turno das eleições presidenciais. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	154	Elogio ao governador de São Paulo pela decisão de restaurar a Igreja do Largo de São Francisco.....	241
Louvor à iniciativa do Senador Ramez Tebet de reconhecer o que há de extraordinário na atitude do Banco Grameen.....	625	Homenagem à memória do Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, que fundou a Polícia Militar do Estado de São Paulo.....	241
<b>RODOLPHO TOURINHO</b>		Requerimento nº 1.039, de 2006, que, tendo o autor sido designado para participar, na qualidade de observador parlamentar, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que se realiza anualmente em Nova York, requer que seja concedida licença para desempenhar a referida missão de 14 a 27 de novembro de 2006.....	245
Comentários sobre o debate realizado pela Rede Bandeirante de Televisão, com a presença dos candidatos à Presidência da República. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros.....	90	Parecer nº 1.118, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2006 (nº 2.159, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Criativa 102.1 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulínea, Estado São Paulo.....	460
		Parecer nº 1.120, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2006 (nº 2.166, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Olga de Sá para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena, Estado de São Paulo.....	468
		Parecer nº 1.129, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo	

	Pág.	XI	Pág.
nº 407, de 2006 (nº 2.236, de 2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Nivaldo Franco Bueno para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. ....	504	Câmara nº 96, de 2006 (nº 6.469, de 2005, na Casa de origem.) .....	167
<b>SÉRGIO GUERRA</b>		Apelo às autoridades da cidade de Manaus, no sentido de que ajudem a Sociedade Pestalozzi, instituição que tem prestado relevantes serviços às pessoas portadoras de deficiência, e que está fechada por falta de recursos. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	284
Registro da matéria intitulada “Foi o PT que pegou”, de autoria do jornalista Marcio Aith, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 13 de setembro de 2006.....	109	Respostas às denúncias do Senador José Jorge sobre o uso irregular do cartão corporativo pelo Palácio do Planalto. ....	293
<b>SERYS SLHESSARENKO</b>		Transcrição nos Anais de artigo da autoria de Ziraldo, intitulado “Vou votar no Lula”, bem como de matéria da <i>Folha de S.Paulo</i> , intitulada “Lula amplia para 11 pontos a vantagem sobre Alckmin”. ....	293
Potencial de Mato Grosso para a produção do biodiesel.....	1	Leitura de Nota da Polícia Federal, buscando o esclarecimento sobre dura matéria publicada pela revista <i>Veja</i> , intitulada “Um enigma chamado Freud”. ....	632
Solidariedade aos familiares das vítimas do acidente aéreo ocorrido com o avião da Gol.....	1	<b>VALDIR RAUPP</b>	
Leitura de artigo intitulado “Democracia é maior do que qualquer um de nós”, de autoria do Dr. Renato Janine Ribeiro.....	20	Preocupação com o cenário econômico mundial.....	100
<b>TIÃO VIANA</b>		Necessidade do aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Madeira. Apelo para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. ....	100
Comentário sobre o desempenho do Presidente Lula no debate dos candidatos à Presidência da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	153	Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2006, que dispõe sobre a quitação antecipada de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha de pagamento e sobre a cobrança de tarifas nessas operações. ....	130
Parecer nº 1.108, de 2006, da Comissão Diretora, que dá Redação final do Projeto de Lei da			